Audiências Gerais do Papa Bento XVI

2005

As razões do nome Bento XVI

O guarda de Israel - Salmo 120 das Vésperas da sexta-feira da 2ª semana

Hino de adoração e de louvor – Ap. 15,3

Louvai o nome do Senhor – Salmo 112

Ação de graças no Templo – Salmo 115

Carta aos Filipenses (cf. 2, 6-11): Cristo servo de Deus

Salmo 110: São grandes as obras do Senhor

A confiança do povo está no Senhor – Salmo 122

O nosso auxílio está no nome do Senhor – Salmo 123

Carta aos Efésios (cf. Ef 1, 3-14): Deus Salvador

O Senhor protege o seu povo – Salmo 124

Confiar em Deus como a criança na mãe – Salmo 130

Deus é a nossa alegria e a nossa esperança – Salmo 125

Reflexões sobre a Peregrinação Apostólica a Colônia por ocasião da Jornada Mundial da Juventude

Toda a fadiga é vã sem o Senhor – Salmo 126

Carta de São Paulo aos Colossenses 1, 3.12-20: Cristo foi gerado antes de todas as criaturas

Salmo 131, 1-10: As promessas divinas feitas a Davi

Salmo 131, 11-18: Eleição de Davi e de Sião

Salmo 134, 1-12: Louvai o Senhor que faz maravilhas

Salmo 134, 13-21: Só Deus é grande e eterno

Salmo 121: Saudação à Cidade santa de Jerusalém

Salmo 129: Das profundezas clamo a ti

Carta aos Filipenses (2, 6-11): Cristo, servo de Deus

Salmo 111: Bem-aventurança do homem justo

Salmo 135, 1-9: Hino pascal

Salmo 135, 10-26: Ação de graças pela salvação realizada por Deus

Carta aos Efésios 1, 3-10: Deus Salvador

Salmo 136: Junto dos rios da Babilônia

Salmo 137: Ação de graças

Salmo 138, 1-12: Deus tudo vê

A luz do Natal

Salmo 138, 18. 23-24: Sonda-me, ó Deus e conhece o meu coração!

2006

Carta aos Colossenses, 1, 3. 12-20: Cristo foi gerado antes de toda a criatura

Salmo 143, 1-8: Oração do Rei pela vitória e pela paz

Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos
Salmo 143, 9-15: Oração do Rei
Salmo 144, 1-13: Louvor à Majestade divina
Salmo 144, 14-21: O teu reino é um reino eterno
Magnificat: cântico da Virgem Maria
A Cátedra de Pedro, dom de Cristo à sua Igreja
Quarta-feira de Cinzas A Quaresma: um itinerário de reflexão e de intensa oração
A vontade de Jesus sobre a sua Igreja e a escolha dos Doze
Os Apóstolos testemunhas e enviados de Cristo
O dom da "Comunhão"
O serviço à comunhão
O Tríduo pascal
A Páscoa
A comunhão no tempo: a Tradição
A Tradição Apostólica
A Sucessão Apostólica
Pedro, o pescador
Pedro, o apóstolo
Viagem Apostólica à Polónia
Pedro, a rocha sobre a qual Cristo fundou a Igreja
André, o Protóklitos
Tiago, o Maior
Tiago, o Menor
João, filho de Zebedeu
Catequese especial aos participantes da Peregrinação Europeia de Acólitos
João, o teólogo
Solenidade da Assunção da Bem-Aventurada Virgem Maria
João, o vidente de Patmos
Mateus
Filipe
Viagem Apostólica à Baviera
Tomé
Bartolomeu
Simão o Cananeu e Judas Tadeu
Judas Iscariotes e Matias
Paulo, perfil do homem e do apóstolo
Paulo, a centralidade de Jesus Cristo

Paulo, o Espírito nos nossos corações

Paulo, a vida na Igreja

Viagem Apostólica à Turquia

Timóteo e Tito os colaboradores mais estreitos de Paulo

A proximidade do Santo Natal

O mistério do Natal

2007

Mistério do Natal

Estêvão, o Protomártir

Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos (1)

Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos (2)

Barnabé, Silvano, Apolo

Os cônjuges Priscila e Áquila

As mulheres ao serviço do Evangelho Amados irmãos e irmãs

Quarta-Feira de Cinzas

São Clemente Romano Queridos irmãos e irmãs!

Santo Inácio de Antioquia

São Justino, filósofo e mártir

Santo Ireneu de Lião

O Tríduo Pascal

Oitava de Páscoa

Clemente de Alexandria

Orígenes: a vida e a obra (1)

Orígenes: o pensamento (2)

Viagem Apostólica ao Brasil

Tertuliano

São Cipriano

Eusébio, Bispo de Cesareia

Santo Atanásio

São Cirilo de Jerusalém

São Basílio (1)

São Basílio (2)

São Gregório Nazianzeno (1)

São Gregório Nazianzeno (2)

São Gregório de Nissa (1)

São Gregório de Nissa (2)

Viagem Apostólica à Áustria

São João Crisóstomo (1)
São João Crisóstomo (2)
São Cirilo de Alexandria
Santo Hilário de Poitiers
Santo Eusébio de Vercelli
Santo Ambrósio
São Máximo, Bispo de Turim
São Jerônimo (1)
São Jerônimo (2)
Afrates, o Sábio persa
Santo Efrém, o Sírio
São Cromácio de Aquileia
São Paulino de Nola
Nascimento de Cristo

2008

A divina maternidade de Maria
Santo Agostinho de Hipona (1)
Santo Agostinho de Hipona (2)
Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos
Santo Agostinho de Hipona (3)
Tempo Quaresmal
Santo Agostinho de Hipona (4)
Santo Agostinho de Hipona (5)
São Leão Magno
Boécio e Cassiodoro
Tríduo Pascal
Significado da Páscoa
São Bento de Núrcia
Viagem Apostólica aos Estados Unidos da América
Pentecostes
Dionísio Areopagita
Romano, o Melodista
São Gregório Magno
São Gregório Magno
São Columbano
Santo Isidoro de Sevilha
São Máximo, o Confessor

Apóstolo São Paulo (1) - O ambiente religioso-cultural
Edith Stein e Maximiliano Kolbe
A santidade
São Paulo (2) - A vida de São Paulo antes e depois de Damasco
São Paulo (3) - A "conversão" de São Paulo
São Paulo (4) - A concepção paulina do apostolado
Viagem Apostólica à França
São Paulo (5) - Paulo, os Doze e a Igreja pré-paulina
São Paulo (6) - O "Concílio" de Jerusalém e o incidente de Antioquia
São Paulo (7) - A relação com o Jesus histórico
São Paulo (8) - A dimensão eclesiológica do pensamento de Paulo
São Paulo (9) - A importância da cristologia - Preexistência e encarnação
São Paulo (10) - A importância da cristologia - A teologia da Cruz
São Paulo (11) - A importância da cristologia - A decisividade da ressurreição
São Paulo (12) - Escatologia - A espera da parusia
São Paulo (13) - A doutrina da justificação - Das obras à fé
São Paulo (14) - A doutrina da justificação: da fé às obras
São Paulo (15) - Adão e Cristo: do pecado (original) à liberdade
São Paulo (16) - O papel dos Sacramentos
O mistério do Natal

2009

São Paulo (17) - O culto espiritual
São Paulo (18) - A visão teológica das Cartas aos Colossenses e aos Efésios
Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos
São Paulo (19) - A visão teológica das Cartas Pastorais
São Paulo (20) - O martírio e a herança de São Paulo
João Clímaco
Beda, o Venerável
São Bonifácio
Viagem Apostólica à Camarões e Angola
Tríduo Pascal
Oitava de Páscoa
Santo Ambrósio Autperto
Patriarca Germano de Constantinopla
São João Damasceno
Peregrinação à Terra Santa
São Teodoro Studita

Rabano Mauro
João Escoto Erígena
Santos Cirilo e Metódio
Ano Sacerdotal
Audiência após o encerramento do Ano Paulino
Caritas in veritate
São João Maria Vianney, Cura d'Ars
Nossa Senhora e o Sacerdócio
São João Eudes e a formação do clero diocesano
A Criação como dom do Criador
Santo Odon de Cluny
São Pedro Damião
Simeão, o Novo Teólogo
Santo Anselmo de Aosta
Viagem Apostólica à República Tcheca
São João Leonardo
Pedro o venerável
São Bernardo de Claraval
Teologia monástica e teologia escolástica
A controvérsia entre dois modelos teológicos: Bernardo de Claraval e Abelardo
A reforma cluniacense
As catedrais, da arquitetura românica à gótica, o "background" teológico
Hugo e Ricardo de São Vítor
Guilherme de Saint-Thierry
Ruperto de Deutz
João de Salisbury
A Origem histórica da Solenidade do Natal
Pedro Lombardo

2010

As Ordens Mendicantes
Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos
São Francisco de Assis
São Domingos de Gusmão
São António de Pádua
Quarta-feira de Cinzas
São Boaventura de Bagnoregio
São Boaventura de Bagnoregio (2)

São Boaventura (3)
Santo Alberto Magno
Tríduo Pascal
A oitava de Páscoa
Munus docendi
Viagem Apostólica a Malta
São Leonardo Murialdo e São José Bento Cottolengo
Munus sanctificandi
Viagem Apostólica a Portugal
Munus regendi
São Tomás de Aquino
Viagem Apostólica a Chipre
São Tomás de Aquino (2)
São Tomás de Aquino (3)
São José Cafasso
João Duns Escoto
São Tarcísio
O martírio
São Pio X
Os Santos – "Companheiros de Viagem"
Santa Hildegarda de Bingen
Santa Hildegarda de Bingen (2)
Clara de Assis
Viagem Apostólica ao Reino Unido
Santa Matilde de Haceborn
Santa Gertrudes
Beata Ângela de Foligno
Santa Isabel da Hungria
Santa Brígida da Suécia
Margarida de Oingt
Viagem Apostólica a Santiago de Compostela e Barcelona
Santa Juliana de Cornillon
Santa Catarina de Sena
Juliana de Norich
Santa Verônica Juliani
A Aproximação do Santo Natal
Santa Catarina de Bolonha

2011

O Tempo do Natal
Santa Catarina de Gênova
Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos
Santa Joana d'Arc
Santa Teresa de Ávila [de Jesus]
São Pedro Canísio
São João da Cruz
São Roberto Belarmino
São Francisco de Sales
Quarta-feira de Cinzas
São Lourenço de Bríndisi
Santo Afonso Maria de Ligório
Santa Teresa de Lisieux
A santidade
Tríduo Pascal
A oitava de Páscoa
O homem em oração
O homem em oração (2)
O homem em oração (3) - A intercessão de Abraão por Sodoma (Gn 18, 16-33)
O homem em oração (4) - Luta noturna e encontro com Deus (Gn 32, 23-33)
O homem em oração (5) - A intercessão de Moisés pelo povo (Ex 32, 7-14)
Viagem Apostólica à Croácia
O homem em oração (6) - Profetas e orações em confronto (1Rs 18, 20-40)
O homem em oração (7) - O povo de Deus que reza: os Salmos
O homem em oração (8) - A leitura da Bíblia, alimento para o espírito
O homem em oração (9) - Os "oásis" do espírito
O homem em oração (10) - A meditação
Viagem Apostólica a Madri
Arte e oração
"Levanta-te, Senhor, Salva-me!"
"Meu Deus, meu Deus, por que me abandonastes?" Salmo 22, (21)
Viagem Apostólica à Alemanha
Salmo 23
Salmo 126
O "Grande Hallel" Salmo 136 (135)
Oração para preparação do Encontro de Assis Peregrinos da verdade, peregrinos da paz

Celebração dedicada aos fiéis falecidos

Salmo 119 (118)

O Rei Messias Salmo 110 (109)

Viagem Apostólica ao Benim

A oração atravessa toda a vida de Jesus

A joia do Hino de júbilo

A oração diante da ação benéfica e curadora de Deus

O Santo Natal

A oração e a Santa Família de Nazaré

2012

Natal do Senhor: Mistério de alegria e de luz

A oração de Jesus na Última Ceia

Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos

A oração que Jesus dirige ao Pai na «Hora» da sua elevação e da sua glorificação

A oração de Jesus no Getsêmani

A oração de Jesus diante da morte (Mc e Mt)

A oração de Jesus, na iminência da morte

Quarta-feira de Cinzas

O Silêncio de Jesus

A Oração nos Atos dos Apóstolos e nas Cartas de São Paulo

Viagem Apostólica ao México e à República de Cuba - Tríduo Pascal

A Transformação que a Páscoa de Jesus causou nos seus discípulos

A Oração nos Atos dos Apóstolos e nas Cartas de São Paulo (2)

A Oração nos Atos dos Apóstolos e nas Cartas de São Paulo (3)

A Oração nos Atos dos Apóstolos e nas Cartas de São Paulo (4)

A Oração nos Atos dos Apóstolos e nas Cartas de São Paulo (5)

A Oração nos Atos dos Apóstolos e nas Cartas de São Paulo (6)

A Oração nos Atos dos Apóstolos e nas Cartas de São Paulo (7)

A Oração nos Atos dos Apóstolos e nas Cartas de São Paulo (8)

Visita Pastoral à Arquidiocese de Milão - VII Encontro Mundial das Famílias

A Oração nos Atos dos Apóstolos e nas Cartas de São Paulo (9)

A Oração nos Atos dos Apóstolos e nas Cartas de São Paulo (10)

Santo Afonso Maria de Ligório e a oração

São Domingos de Gusmão e sua vida de oração

Nossa Senhora Rainha

São João Batista

A Oração no Livro do Apocalipse

A Oração no Livro do Apocalipse (2)
Viagem Apostólica ao Líbano
Liturgia e Oração
A Oração na nossa vida
O Concílio Vaticano II
O Ano da Fé
O que é a Fé?
O Ano da Fé. A fé da Igreja
O Ano da Fé. O desejo de Deus
O ano da fé. Os caminhos para chegar ao conhecimento de Deus
Ano da Fé. O bom senso da fé em Deus
O Ano da Fé. Como falar de Deus?
O Ano da Fé. Deus revela o seu "desígnio de benevolência"
O Ano da Fé. As etapas da Revelação
Virgem Maria. Ícone da fé obediente

2013

Foi concebido por obra do Espírito Santo
Fez-se homem
Jesus Cristo "mediador e plenitude de toda a Revelação"
«Creio em Deus»
«Creio em Deus Pai Todo-Poderoso»
Eu creio em Deus: o Criador do Céu e da terra, o Criador do ser humano
As tentações de Jesus e a conversão para o Reino dos Céus
Última Audiência Geral do Papa Bento XVI

2005

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 27 de Abril de 2005

As razões do nome Bento XVI

Caríssimos Irmãos e Irmãs!

Sinto-me feliz por vos receber e dirijo uma cordial saudação a quantos estão aqui presentes, assim como aos que nos seguem mediante a rádio e a televisão. Como já expressei no meu primeiro encontro com os Senhores Cardeais, precisamente na quarta-feira da semana passada na Capela Sistina, experimento no ânimo sentimentos entre si contrastantes nestes dias de início do meu ministério petrino: admiração e gratidão em relação a Deus que surpreendeu antes de tudo a mim mesmo, chamando-me a suceder ao apóstolo Pedro; trepidação interior perante a grandeza da tarefa e das responsabilidades que me foram confiadas. Contudo dá-me serenidade e alegria a certeza da ajuda de Deus, da sua Mãe Santíssima, a Virgem Maria, e dos santos Padroeiros; é para mim de apoio também a proximidade espiritual de todo o Povo de Deus ao qual, como no domingo passado tive a ocasião de repetir, continuo a pedir que me acompanheis com a oração insistente.

Depois da piedosa partida do meu venerado predecessor João Paulo II, recomeçam hoje as tradicionais Audiências gerais da quarta-feira. Voltamos assim à normalidade. Neste primeiro encontro gostaria antes de tudo de falar sobre o nome que escolhi ao tornar-me Bispo de Roma e Pastor universal da Igreja. Quis chamar-me Bento XVI para me relacionar idealmente com o venerado Pontífice Bento XV, que guiou a Igreja num período atormentado devido ao primeiro conflito mundial. Ele foi um profeta corajoso e autêntico de paz e comprometeu-se com coragem infatigável primeiro para evitar o drama da guerra e depois para limitar as consequências nefastas. Nas suas pegadas desejo colocar o meu ministério ao serviço da reconciliação e da harmonia entre os homens e os povos, profundamente convencido de que o grande bem da paz é antes de tudo dom de Deus, dom frágil e precioso que deve ser invocado, tutelado e construído dia após dia com o contributo de todos.

Além disso, o nome Bento recorda também a extraordinária figura do grande "Patriarca do monaquismo ocidental", São Bento de Núrsia, co-padroeiro da Europa juntamente com os santos Cirilo e Metódio e as mulheres santas, Brígida da Suécia, Catarina de Sena e Edith Stein. A expansão progressiva da Ordem beneditina por ele fundada exerceu uma influência enorme na difusão do cristianismo em todo o Continente. Por isso, São Bento é muito venerado também na Alemanha e, em particular, na Baviera, a minha terra de origem; constitui um

ponto de referência fundamental para a unidade da Europa e uma forte chamada às irrenunciáveis raízes cristãs da sua cultura e da sua civilização.

Deste Pai do Monaquismo ocidental conhecemos a recomendação deixada aos monges na sua Regra: "Nada anteponham absolutamente a Cristo" (Regra 72, 11; cf. 4, 21). No início do meu serviço como Sucessor de Pedro peço a São Bento que nos ajude a manter firme a centralidade de Cristo na nossa existência. Que ele esteja sempre no primeiro lugar nos nossos pensamentos e em cada uma das nossas atividades!

O meu pensamento volta com afeto ao venerado predecessor João Paulo II, ao qual somos devedores de uma extraordinária herança espiritual. "As nossas comunidades cristãs – escreveu na Carta Apostólica *Novo millennio ineunte* – devem tornar-se autênticas escolas de oração, onde o encontro com Cristo não se exprima apenas em pedidos de ajuda, mas também em ação de graças, louvor, adoração, contemplação, escuta, fervor e afetos, até se chegar a um coração verdadeiramente apaixonado", como foi João Paulo II (33). Ele mesmo procurou realizar estas indicações dedicando as catequeses da quarta-feira dos últimos tempos ao comentário dos Salmos das Laudes e das Vésperas. Como ele fez no início do seu pontificado, quando quis prosseguir as reflexões iniciadas pelo seu Predecessor sobre as virtudes cristãs (cf. Insegnamenti di Giovanni Paolo II, I [1978], pp. 60-63), assim também eu pretendo repropor nos próximos encontros semanais o comentário por ele preparado sobre a segunda parte dos Salmos e Cânticos que compõem as vésperas. Por conseguinte, na próxima quarta-feira retomarei precisamente de onde se tinham interrompido as suas catequeses, na Audiência geral de 26 de Janeiro passado.

Queridos amigos, obrigado de novo pela vossa visita, obrigado pelo afeto com que me circundais. São sentimentos que retribuo cordialmente com uma especial bênção, que concedo a vós aqui presentes, aos vossos familiares e a todas as pessoas queridas.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 4 de Maio de 2005

O guarda de Israel - Salmo 120 das Vésperas da sexta-feira da 2ª semana

Caríssimos Irmãos e Irmãs!

Como já anunciei na quarta-feira passada, decidi retomar nas catequeses o comentário aos Salmos e Cânticos que compõem as Vésperas, usando os textos predispostos pelo meu querido predecessor, o Papa João Paulo II.

Iniciamos hoje com o Salmo 120. Este Salmo faz parte da coleção dos "cânticos das subidas", ou seja da peregrinação rumo ao encontro com o Senhor no templo de Sião. É um salmo de confiança porque nele ressoa seis vezes o verbo hebraico *shamar*, "guardar, proteger". Deus, cujo nome é invocado repetidamente, elege como o "guarda" sempre acordado, atento e solícito, a "sentinela" que vigia sobre o seu povo para o tutelar de qualquer risco e perigo.

O cântico abre-se com um olhar do orante dirigido para o alto, "para os montes", isto é, para as colinas sobre as quais se eleva Jerusalém: de lá vem a ajuda, porque sobre eles habita o Senhor no seu templo (cf. vv. 1-2). Contudo os "montes" podem evocar também os lugares onde surgem os santuários idolátricos, as chamadas "alturas", muitas vezes condenadas pelo Antigo Testamento (cf. 1 Rs 3, 2; 2 Rs 18, 4). Neste caso haveria um contraste: enquanto o peregrino progride em direção a Sião, os seus olhos caem sobre os templos pagãos, que constituem uma grande tentação para ele. Mas a sua fé é inabalável e a sua certeza é uma só: "O meu auxílio vem do Senhor, que fez o céu e a terra" (Sl 120, 2). Também na peregrinação da nossa vida existem coisas semelhantes. Vemos alturas que se abrem e se apresentam como uma promessa de vida: a riqueza, o poder, o prestígio, a vida confortável. Alturas que são tentações, porque se apresentam realmente como a promessa da vida. Mas nós, na nossa fé vemos que não é verdade e que estas alturas não são a vida. A verdadeira vida, a verdadeira ajuda vem do Senhor. E o nosso olhar dirige-se portanto para a altura verdadeira, para o verdadeiro monte: Cristo.

Esta confiança é ilustrada no Salmo através da imagem do guarda e da sentinela, que vigiam e protegem. É feita alusão também ao pé que não vacila (cf. v. 3) no caminho da vida e talvez ao pastor que na pausa noturna vigia sobre o seu rebanho sem adormecer nem dormitar (cf. v. 4). O pastor divino não conhece repouso na obra de tutela do seu povo, de todos nós.

Depois, surge no Salmo outro símbolo, o da "sombra", que supõe a retomada da viagem durante o dia ensolarado (cf. v. 5). O pensamento corre para a histórica marcha no deserto do

Sinai, onde o Senhor caminha diante de Israel "durante o dia, numa coluna de nuvem para os conduzir na estrada" (Êx 13, 21). No Saltério reza-se assim com frequência: "Protege-me à sombra das tuas asas..." (Sl 16, 8; cf. Sl 90, 1). Há aqui também um aspecto realístico da nossa vida. Com frequência a nossa vida move-se sob um sol desumano. O Senhor é a sombra que nos protege, que nos ajuda.

Depois da vigília e da sombra, eis o terceiro símbolo, o do Senhor que "está à direita" do seu fiel (cf. Sl 120, 5). Esta é a posição do defensor – quer militar, quer processual: é a certeza de não ser abandonados no tempo das provações, do assalto do mal, da perseguição. A este ponto o Salmista volta à ideia da viagem durante um dia quente no qual Deus nos protege do sol escaldante. Mas depois do dia vem a noite. Na antiguidade considerava-se que também os raios lunares fossem nocivos, causa de febre, ou de cegueira, ou até de loucura; por isso, o Senhor também nos protege durante a noite (cf. v. 6), nas noites da nossa vida.

O Salmo chega agora ao final com uma declaração sintética de confiança: Deus guardar-nos-á com amor em cada momento, tutelando a nossa vida de qualquer mal (cf. v. 7). Todas as nossas atividades, resumidas nos dois verbos extremos de "sair" e "entrar", está sempre sob o olhar vigilante do Senhor. Ele protege cada um dos nossos atos e todo o nosso tempo, "agora e para sempre" (v. 8).

Desejamos agora, no final, comentar esta última declaração de confiança com um testemunho espiritual da antiga tradição cristã. De fato, no Epistolário de Barsanufio de Gaza (falecido a meados do século VI), um asceta de grande fama, interpelado por monges, eclesiásticos e leigos devido à sabedoria do seu discernimento, encontramos citado várias vezes o versículo do Salmo: "O Senhor protege-te de todo o mal e vela pela tua vida". Com este Salmo, com este versículo Barsanufio pretendia confortar quantos lhe manifestavam as próprias fadigas, as provas da vida, os perigos e as desgraças.

Certa vez Barsanufio, tendo-lhe sido pedido por um monge que rezasse por ele e pelos seus companheiros, respondeu do seguinte modo, incluindo nos seus votos a citação deste versículo: "Diletos filhos meus, abraço-vos no Senhor, suplicando-o que vos proteja de qualquer mal e que vos conceda, como a Jó a resignação, como a José a graça, como a Moisés a humildade, como a Josué, filho de Nun, o valor nos combates, como aos Juízes o perdão dos pensamentos, como aos reis Davi e Salomão a subjugação dos inimigos, e como aos Israelitas, a fertilidade da terra... Conceda-vos a remissão dos vossos pecados com a cura do corpo como ao paralítico. Vos salve das ondas como a Pedro e vos poupe às tribulações como a Paulo e aos outros Apóstolos. Proteja-vos da todo o mal, como seus verdadeiros filhos e vos conceda o que o vosso coração pede, para benefício da alma e do corpo no seu nome. Amém" (BAR-

SANUFIO e JOÃO de GAZA, Epistulário, 194: Coleção de textos Patrísticos, XCIII, Roma 1991, págs. 235.236).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 11 de Maio de 2005

Hino de adoração e de louvor – Ap. 15,3

Queridos Irmãos e Irmãs!

Breve e solene, incisivo e grandioso na sua tonalidade, é o Cântico que agora ouvimos e assim fizemos nosso elevando-o como hino de louvor ao "Senhor Deus Onipotente" (Ap 15, 3). Este é um dos numerosos textos orantes inseridos no Apocalipse, o último livro da Sagrada Escritura, livro de julgamento, de salvação e sobretudo de esperança.

De fato, a história não está nas mãos de poderes obscuros, deixada ao acaso ou unicamente às opções humanas. Contra o desencadear-se de energias malévolas que vemos, contra a irrupção veemente de satanás, contra o surgir de tantos flagelos e males, eleva-se o Senhor, árbitro supremo da vicissitude histórica. Ele condu-la sabiamente para o alvorecer dos novos céus e da nova terra, cantados na parte final do livro sob a imagem da nova Jerusalém (cf. Ap 21, 22).

Quem entoa este Cântico que agora queremos meditar são os justos da história, os vencedores da Besta satânica, os que através da derrota aparente do martírio são na realidade os verdadeiros construtores do mundo novo, com Deus artífice supremo.

Eles iniciam exaltando as "obras grandes e maravilhosas" e os "caminhos justos e verdadeiros" do Senhor (cf. v. 3). A linguagem usada neste Cântico é característica do êxodo de Israel da escravidão egípcia. O primeiro cântico de Moisés pronunciado depois da passagem do mar Vermelho celebra o Senhor "temível de glória, fazendo maravilhas" (Êx 15, 11). O segundo cântico referido pelo Deuteronômio no final da vida do grande legislador recorda que "perfeitas são as suas obras. Todos os seus caminhos são justiça" (Dt 32, 4).

Por conseguinte, pretende-se reafirmar que Deus não é indiferente às vicissitudes humanas, mas penetra nelas realizando os seus "caminhos", isto é, os seus projetos e as suas "obras" eficazes.

Segundo o nosso hino, esta intervenção divina tem uma finalidade bem clara: ser um sinal que convida todos os povos da terra à conversão. Por conseguinte, o hino convida todos nós sempre de novo à conversão. As nações devem aprender a "ler" na história uma mensagem de Deus. A aventura da humanidade não é confundida e sem significado, nem está destinada sem apelo à prevaricação dos prepotentes e dos perversos.

Existe a possibilidade de reconhecer o agir divino escondido na história. Também o Concílio Ecumênico Vaticano II, na Constituição pastoral *Gaudium et spes*, convida o crente a perscru-

tar, à luz do Evangelho, os sinais dos tempos para encontrar neles a manifestação do próprio agir de Deus (cf. nn. 4 e 11). Esta atitude de fé leva o homem a reconhecer o poder de Deus que age na história, e a abrir-se assim ao temor do nome do Senhor. Na linguagem bíblica, de fato, este "temor" de Deus não é receio, não coincide com o medo, é algo totalmente diferente: é o reconhecimento do mistério da transcendência divina. Por isso ele está na base da fé e entrelaça-se com o amor. Diz a Sagrada Escritura no Deuteronômio: "O Senhor, teu Deus, exige de ti que o temas para seguires todos os seus caminhos, com todo o teu coração e com toda a tua alma" (cf. Dt 10, 12). E Santo Hilário, Bispo do século IV, disse: "Todo o nosso temor está no amor".

Nesta linha, no nosso breve hino, tirado do Apocalipse, unem-se temor e glorificação de Deus. O hino diz: "Senhor, quem não reverenciará o teu nome?" (15, 4). Graças ao temor do Senhor não se tem medo do mal que se desencadeia na história e retoma-se com vigor o caminho da vida.

Precisamente graças ao temor de Deus não temos receio do mundo nem de todos estes problemas, não temos medo dos homens, porque Deus é mais forte. O Papa João XXIII disse certa vez: "Quem crê não treme, porque, temendo Deus que é bom, não sente receio nem do mundo nem do futuro". E o profeta Isaías diz assim: "Fortalecei as mãos débeis, robustecei os joelhos vacilantes. Dizei aos que têm o coração pusilânime: "Tomai ânimo, não temais!"" (Is 35, 34).

O hino termina com a previsão de uma procissão universal de povos que se apresentarão diante do Senhor da história, revelado através dos seus "justos juízos" (cf. Ap 15, 4). Eles prostrar-se-ão em adoração. E o único Senhor e Salvador parece repetir-lhes as palavras pronunciadas na última noite da sua vida terrena, quando disse aos seus Apóstolos: "Tende confiança; eu já venci o mundo!" (Jo 16, 33).

Queremos concluir a nossa breve reflexão sobre o cântico do "Cordeiro vitorioso" (cf. Ap 15, 3), entoado pelos justos do Apocalipse, com um antigo hino do lucernário, ou seja, da oração vespertina, já conhecido de São Basílio de Cesareia. Este hino diz: "Tendo chegado o pôr do sol, ao ver a luz da noite, cantamos ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo de Deus. És digno de ser cantado em cada momento com vozes santas, Filho de Deus, tu que dás a vida. Por isso o mundo te glorifica" (S. Pricoco-M Simonetti, A oração dos cristãos, Milão 2000, pág. 97).

Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 18 de Maio de 2005

Louvai o nome do Senhor – Salmo 112

Caríssimos irmãos e irmãs!

Ressoou agora na sua simplicidade e beleza o Salmo 112, verdadeiro pórtico de entrada para uma pequena recolha de Salmos que vai do 112 ao 117, convencionalmente chamada "o Hallel egípcio". É o aleluia, isto é o cântico de louvor, que exalta a libertação da escravidão do faraó e a alegria de Israel em servir o Senhor em liberdade na terra prometida (cf. Sl 113).

Não foi por acaso que a tradição hebraica tinha relacionado esta série de salmos com a liturgia pascal. A celebração deste acontecimento, segundo as suas dimensões histórico-sociais e sobretudo espirituais, era sentida como sinal da libertação do mal na multiplicidade das suas manifestações.

O Salmo 112 é um breve hino que no original hebraico consta apenas de cerca de sessenta palavras, todas permeadas de sentimentos de confiança, louvor e alegria.

A primeira estrofe (cf. Sl 112, 1-3) exalta "o nome do Senhor" que como se sabe na linguagem bíblica indica a própria pessoa de Deus, a sua presença viva e ativa na história humana.

Por três vezes, com apaixonada insistência, ressoa "o nome do Senhor" no centro da oração de adoração. Todo o ser e todo o tempo "desde o surgir do sol até ao seu ocaso", diz o Salmista (v. 3) está envolvido numa única ação de graças. É como se um respiro incessante subisse da terra para o céu para exaltar o Senhor, Criador do cosmos e Rei da história.

Precisamente através deste movimento para o alto, o Salmo conduz-nos ao mistério divino. A segunda parte (cf. vv. 4-6) celebra, de fato, a transcendência do Senhor, descrita com imagens verticais que superam o simples horizonte humano. Proclama-se: o Senhor é "excelso", "está sentado no alto", e ninguém é como ele; até para olhar para o céu se deve "inclinar", porque "a sua majestade está acima dos céus" (v. 4).

O olhar divino dirige-se sobre toda a realidade, sobre os seres terrenos e sobre os celestes. Contudo os seus olhos não são altivos nem afastados, como os de um insensível imperador. O Senhor – diz o Salmista – "inclina-se para observar" (v. 6).

Passa-se desta forma ao último movimento do Salmo (cf. vv. 7-9), que desloca a atenção das alturas celestes ao nosso horizonte terreno. O Senhor abaixa-se com solicitude em relação à nossa pequenez e indigência que nos estimularia a retirar-nos receosos. Ele dirige diretamente o seu olhar amoroso e o seu compromisso eficaz para os últimos e os miseráveis do mundo: "Ele levanta do pó o indigente e tira o pobre da miséria" (v. 7).

Por conseguinte, Deus inclina-se sobre os necessitados e os que sofrem para os confortar. E esta palavra encontra a sua última densidade, o seu último realismo no momento em que Deus se inclina até ao ponto de se encarnar, de se tornar um de nós, e precisamente um dos pobres do mundo. Ao pobre ele confere a maior honra, a de "os fazer sentar entre os grandes"; sim, "entre os grandes do seu povo" (v. 8). À mulher sozinha e estéril, humilhada pela antiga sociedade como se fosse um ramo seco e inútil, Deus dá a honra e a grande alegria de ter muitos filhos (cf. v. 9). Por isso, o Salmista louva um Deus muito diferente de nós na sua grandeza, mas ao mesmo tempo muito próximo das suas criaturas que sofrem.

É fácil intuir nestes versículos finais do Salmo 112 a prefiguração das palavras de Maria no Magnificat, o cântico das opções de Deus que "olha para a humilde condição da sua serva". Mais radical que o nosso Salmo, Maria proclama que Deus “derruba os poderosos dos tronos e exalta os humildes” (cf. Lc 1, 48.52; cf. Sl 112, 6-8).

Um "Hino vespertino" muito antigo conservado nas chamadas Constituições dos Apóstolos (VII, 48), retoma e desenvolve o início jubiloso do nosso Salmo. Gostaria de recordar aqui, no final da minha reflexão, para realçar a releitura "cristã" que a comunidade dos primeiros tempos fazia dos Salmos. "Louvai, crianças, ao Senhor, / Louvai o nome do Senhor. / A ti louvamos, a ti cantamos, a ti bendizemos / pela tua glória imensa. / Senhor rei, / Pai de Cristo cordeiro imaculado, / que tira o pecado do mundo. / A ti convém o louvor, / a ti o hino, a ti a glória, / a Deus Pai por meio do Filho no Espírito Santo / por toda a eternidade. Amém" (S. Pricoco M. Simonetti, A oração dos cristãos, Milão 2000, pág. 97).

Antes de nos introduzirmos numa breve interpretação do Salmo agora cantado, desejo recordar que hoje é o aniversário do nosso amado Papa João Paulo II. Teria completado 85 anos e temos a certeza que do Alto nos vê e está conosco. Nesta ocasião desejamos dizer ao Senhor um grande obrigado pelo dom deste Papa e dizer obrigado ao próprio Papa por tudo o que fez e sofreu.

Salmo 112 (113)

"Aleluia!
Louvai, servos do Senhor
louvai o nome do Senhor.
Bendito seja o nome do Senhor,
agora e para sempre.
Desde o nascer ao pôr do sol,
seja louvado o nome do Senhor.
O Senhor reina sobre todas as nações,

a sua majestade está acima dos céus...
Ele levanta do pó o indigente
e tira o pobre da miséria...
Ele dá família à mulher estéril
e faz dela a mãe feliz de muitos filhos!
Aleluia!".

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 25 de Maio de 2005

Ação de graças no Templo – Salmo 115

O Salmo 115, com o qual agora rezamos, foi sempre usado pela tradição cristã, a partir de São Paulo que, citando o seu início na tradução grega dos Setenta, escreve do seguinte modo aos cristãos de Corinto: "Animados do mesmo espírito de fé, conforme o que está escrito: Acreditei e por isso falei, também nós acreditamos e por isso falamos" (2 Cor 4, 10).

O Apóstolo sente-se em sintonia espiritual com o Salmista na confiança serena e no testemunho sincero, apesar dos sofrimentos e debilidades humanas. Escrevendo aos Romanos, Paulo retomará o v. 2 do Salmo e realçará um contraste entre o Deus fiel e o homem incoerente: "Fique claro que Deus é verdadeiro, mesmo que todo o homem seja falso" (Rm 3, 4).

A tradição cristã leu, rezou e interpretou o texto em diversos contextos e surge assim toda a riqueza e profundidade da Palavra de Deus, que abre novas dimensões e situações.

No início foi lido sobretudo um texto do martírio, mas depois, na paz da Igreja tornou-se cada vez mais um texto eucarístico, devido à palavra do "cálice da salvação".

Na realidade, Cristo é o primeiro mártir. Deu a sua vida num contexto de ódio e falsidade, mas transformou esta paixão e assim também este contexto na Eucaristia: numa festa de agradecimento. A Eucaristia é agradecimento: "elevarei o cálice da salvação".

O Salmo 115 no original hebraico constitui uma única composição com o Salmo precedente, o 114. Ambos são um agradecimento unitário, dirigido ao Senhor que liberta do pesadelo da morte.

No nosso texto sobressai a memória de um passado angustiante: o orante manteve alta a chama da fé, também quando nos seus lábios surgia a amargura do desespero e da infelicidade (cf. Sl 115, 10). De fato, em volta eleva-se uma espécie de barreira gélida de ódio e de engano, porque o próximo se manifestava falso e infiel (cf. v. 11). Mas a súplica transforma-se agora em gratidão, porque o Senhor permaneceu fiel neste contexto de infelicidade, elevou o seu fiel do vórtice obscuro da mentira (cf. v. 12). E assim este Salmo é sempre para nós um texto de esperança, porque também em situações difíceis o Senhor não nos abandona, e por isso devemos manter alta a chama da fé.

Por isso, o orante dispõe-se a oferecer um sacrifício de agradecimento, no qual se beberá o cálice ritual, o cálice da oferenda sagrada que é sinal de reconhecimento pela libertação (cf. v. 13) e encontra o seu último cumprimento no cálice do Senhor. É por conseguinte a Liturgia a sede privilegiada na qual elevar o louvor agradecido a Deus salvador.

De fato é feita explícita menção, além do rito sacrifical, também à assembleia de "todo o povo", diante da qual o orante cumpre a promessa e testemunha a própria fé (cf. v. 14). Será nesta circunstância que ele tornará público o seu agradecimento, sabendo bem que, também quando a morte incumbe, o Senhor se inclina sobre ele com amor. Deus não permanece indiferente ao drama da sua criatura, mas rompe as suas cadeias (cf. v. 16).

O orante salvo da morte sente-se "servo" do Senhor, "filho da sua escrava" (Ibidem), uma bonita expressão oriental para indicar quem nasceu na mesma casa do Senhor. O Salmista professa humildemente e com alegria a sua pertença à casa de Deus, à família das criaturas unidas a ele no amor e na fidelidade.

O Salmo, sempre através das palavras do orante, termina evocando de novo o rito de agradecimento que será celebrado na moldura do templo (cf. vv. 17-19). A sua oração colocar-se-á desta forma num âmbito comunitário. A sua vicissitude pessoal é narrada para que seja para todos um estímulo a crer e a amar o Senhor. Por isso, no fundo podemos entrever todo o povo de Deus enquanto agradece ao Senhor da vida, o qual não abandona o justo no seio obscuro do sofrimento e da morte, mas o guia à esperança e à vida.

Concluímos a nossa reflexão confiando-nos às palavras de São Basílio Magno que, na Homilia sobre o Salmo 115, comenta do seguinte modo a pergunta e a resposta presentes no Salmo:

"Que darei ao Senhor por quanto me concedeu? Levantarei o cálice da salvação. O Salmista compreendeu os numerosos dons recebidos de Deus: do não ser foi levado ao ser, foi depois plasmado da terra e dotado de razão... distinguiu a economia da salvação a favor do gênero humano, reconhecendo que o Senhor se entregou a si mesmo em redenção no lugar de todos nós; e permanece incerto, procurando entre todas as coisas que lhe pertencem, qual o dom que possa ser digno do Senhor. Que darei ao Senhor? Sacrifícios, não, nem holocaustos... mas toda a minha vida. Por isso diz: Levantarei o cálice da salvação, chamando cálice ao sofrimento no combate espiritual, resistir ao pecado até à morte. De resto, o que o nosso Salvador ensinou no Evangelho: Pai, se é possível, afasta de mim este cálice; e de novo aos discípulos: podeis beber o cálice que Eu vou beber, referindo-se claramente à morte que aceitava pela salvação do mundo" (PG XXX, 109), transformando assim o mundo do pecado num mundo redimido, num mundo de agradecimento pela vida que o Senhor nos concedeu.

Salmo 116 (114-115)

“Eu tinha confiança, mesmo quando disse:

"A minha aflição é muito grande!"

Na minha perturbação, eu dizia:

"Todo o homem é mentiroso!"
Como retribuirei ao Senhor
todos os seus benefícios para comigo?
Elevarei o cálice da salvação,
invocando o nome do Senhor.
Cumprirei as minhas promessas feitas ao Senhor,
na presença de todo o seu povo,
nos átrios da casa do Senhor,
no meio de ti, Jerusalém!
Aleluia!”.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 1 de Junho de 2005

Carta aos Filipenses (cf. 2, 6-11): Cristo servo de Deus

Em cada celebração dominical das Vésperas a liturgia repropõe-nos o breve mas denso hino cristológico da Carta aos Filipenses (cf. 2, 6-11). Trata-se do hino que agora ressoou, o qual consideramos na sua primeira parte (cf. vv. 6-8), onde se delineia o paradoxal "despojamento" do Verbo divino, que depõe a sua glória e assume a condição humana.

Cristo encarnado e humilhado na morte mais infame, a na crucifixão, é colocado como modelo vital para o cristão. De fato, ele como se afirma no contexto deve ter "os mesmos sentimentos, que estão em Cristo Jesus" (v. 5), sentimentos de humildade e de doação, de desapego e de generosidade.

Certamente, ele possui a natureza divina com todas as suas prerrogativas. Mas esta realidade transcendente não é interpretada nem vivida com o objetivo do poder, da grandeza, do domínio.

Cristo não usa o seu ser igual a Deus, a sua dignidade gloriosa e o seu poder como instrumento de triunfo, sinal de distância, expressão de esmagadora supremacia (cf. v. 6). Aliás, ele "despojou-se", esvaziou-se a si mesmo, imergindo-se sem reservas na miserável e frágil condição humana. A "forma" (*morphe*) divina esconde-se em Cristo sob a "forma" (*morphe*) humana, isto é, sob a nossa realidade marcada pelo sofrimento, pela pobreza, pelo limite e pela morte (cf. v. 7).

Não se trata portanto de um simples revestimento, de uma aparência mutável, como se pensava que acontecia às divindades da cultura greco-romana: a de Cristo é a realidade divina numa experiência autenticamente humana. Deus não se apresenta apenas como homem, mas faz-se verdadeiramente homem, torna-se em concreto "Deus-conosco", que não se contenta com olhar para nós do trono da sua glória com um olhar benigno, mas imerge-se pessoalmente na história humana, tornando-se "carne", ou seja, realidade frágil, condicionada pelo tempo e pelo espaço (cf. Jo 1, 14).

Esta partilha radical da condição humana, excluindo o pecado (cf. Hb 4, 15), conduz Jesus até àquela fronteira que é o sinal da nossa finitude e caducidade, a morte. Mas ela não é fruto de um mecanismo obscuro ou de uma fatalidade cega: ela nasce da sua livre opção de obediência ao desígnio de salvação do Pai (cf. Fl 2, 8).

O Apóstolo acrescenta que a morte que Jesus enfrenta é a morte de cruz, a mais degradante, querendo desta forma ser verdadeiramente irmão de cada homem e de cada mulher, também dos que são obrigados a um fim atroz e ignominioso.

Mas precisamente na sua paixão e morte Cristo testemunha a sua adesão livre e consciente aos desígnios do Pai, como se lê na Carta aos Hebreus: "Apesar de ser Filho de Deus, aprendeu a obediência por aquilo que sofreu" (Hb 5, 8).

Detenhamo-nos aqui na nossa reflexão sobre a primeira parte do hino cristológico, concentrado sobre a encarnação e sobre a paixão redentora. Teremos ocasião a seguir de aprofundar o itinerário sucessivo, o pascal, que conduz da cruz à glória. Parece-me que o elemento fundamental desta primeira parte do hino é o convite a entrar nos sentimentos de Jesus. Entrar nos sentimentos de Jesus significa não considerar o poder, a riqueza, o prestígio como os valores supremos da nossa vida, porque não correspondem à sede mais profunda do nosso espírito, mas abrir o nosso coração ao Outro, carregar com o Outro o peso da nossa vida e abrir-nos ao Pai dos Céus com sentido de obediência e confiança, sabendo que só na obediência ao Pai seremos livres. Entrar nos sentimentos de Jesus: este seria o exercício quotidiano para viver como cristãos.

Concluímos a nossa reflexão com uma grande testemunha da tradição oriental, Teodoreto, que foi Bispo de Ciro, na Síria, no século V: "A encarnação do nosso Salvador representa o mais alto cumprimento da solicitude divina pelos homens. De fato, nem o céu nem a terra, nem o mar nem o ar, nem o sol nem a lua, nem os astros nem todo o universo visível e invisível, criado unicamente pela palavra, ou melhor, trazido à luz pela sua palavra de acordo com a sua vontade, indicam a sua bondade infinita como o fato de que o Filho unigênito de Deus, aquele que subsistia na natureza de Deus (cf. Fl 2, 6), reflexo da sua glória, marca da sua substância (cf. Hb 1, 3), que era no princípio, era junto de Deus e era Deus, através do qual todas as coisas foram criadas (cf. Jo 1, 1-3), depois de ter assumido a condição de servo, apareceu em forma de homem, e devido à sua figura humana foi considerado como homem, foi visto na terra, relacionou-se com os homens, carregou as nossas enfermidades e assumiu sobre si as nossas doenças" (Discursos sobre a Providência Divina, 10: Coleção de textos patrísticos, LXXV, Roma 1988, pp. 250-251).

Teodoreto de Ciro continua a sua reflexão, realçando precisamente o vínculo estreito evidenciado pelo hino da Carta aos Filipenses entre a encarnação de Jesus e a redenção dos homens. "O Criador trabalhou com sabedoria e justiça pela nossa salvação. Pois não quis servir-se apenas do seu poder para nos conceder o dom da liberdade nem armar apenas a misericórdia contra quem subjugou o gênero humano, para que ele não acusasse a misericórdia de injusti-

ça, mas encontrou um caminho cheio de amor pelos homens e ao mesmo tempo adornado de justiça. De fato ele, depois de ter unido em si a natureza do homem já vencida, orienta-a para a luta e predispõe-na para reparar a derrota, para dispersar aquele que outrora tinha iniquamente conquistado a vitória, para se libertar da tirania de quem a tinha cruelmente feito escravo e para recuperar a liberdade primitiva" (Ibidem, pp. 251-252).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 8 de Junho de 2005

Salmo 110: São grandes as obras do Senhor

Queridos Irmãos e Irmãs!

Hoje sentimos o vento forte. Na Sagrada Escritura o vento é símbolo do Espírito Santo. Esperemos que o Espírito nos ilumine agora na meditação do Salmo 110 que acabámos de ouvir. Neste Salmo encontra-se um hino de louvor e ação de graças pelos numerosos benefícios que definem Deus nos seus atributos e na sua obra de salvação: fala-se de "piedade", de "ternura", de "justiça", de "poder", de "verdade", de "retidão", de "fidelidade, de "aliança", de "obras", de "prodígios", até de "alimentos" que ela doa e, no fim, do seu "nome" glorioso, isto é, da sua pessoa. Por conseguinte, a oração é contemplação do mistério de Deus e das maravilhas que Ele realiza na história da salvação.

O Salmo abre-se com o verbo de agradecimento que se eleva não só do coração do orante, mas também de toda a assembleia litúrgica (cf. v. 1). O objeto desta oração, que inclui também o rito do agradecimento, é expresso com a palavra "obras" (cf. vv. 2.3.6.7). Elas indicam as intervenções salvíficas do Senhor, manifestação da sua "justiça" (cf. v. 3), palavra que na linguagem bíblica indica antes de tudo o amor que gera salvação.

Portanto, o coração do Salmo transforma-se num hino da aliança (cf. vv. 4-9), aquele vínculo íntimo que une Deus com o seu povo e que inclui uma série de atitudes e de gestos. Fala-se assim de "piedade e ternura" (cf. v. 4), em continuidade com a grande proclamação do Sinai: "Senhor! Senhor! Deus misericordioso e clemente, vagaroso na ira, cheio de bondade e de fidelidade" (Êx 34, 6).

A "piedade" é a graça divina que envolve e transfigura o fiel, enquanto a "ternura" é expressa no original hebraico com uma palavra característica que remete para as "vísceras" maternas do Senhor, ainda mais misericordioso do que as de uma mãe (cf. Is 49, 15).

Este vínculo de amor abrange o dom fundamental do alimento e, por conseguinte, da vida (cf. Sl 110, 5) que, na releitura cristã, se identificará com a Eucaristia, como diz São Jerônimo: "Como alimento deu o pão que desceu do céu: se dele somos dignos, alimentemo-nos dele!" (Breviarium in Psalmos, 110: PL XXVI, 1238-1239).

Há depois o dom da terra, "a herança das nações" (Sl 110, 6), que alude à grande vicissitude do Êxodo, quando o Senhor se revela como o Deus da libertação. Portanto, devemos procurar a síntese do corpo central deste cântico no tema do pacto especial entre o Senhor e o seu povo, como afirma de maneira clara o v. 9: "Estabeleceu com ele uma aliança para sempre".

O Salmo 110 é selado com a palavra da contemplação do rosto divino, da pessoa do Senhor, expressa através do seu "nome" santo e transcendente. Citando depois uma expressão sapiencial (cf. Pr 1, 7; 9, 10; 15, 33), o Salmista convida cada fiel a cultivar o "temor do Senhor" (Sl 110, 10), início da verdadeira sabedoria. Esta expressão não quer significar o medo e o terror, mas o respeito sério e sincero, que é fruto do amor, a adesão genuína e laboriosa ao Deus libertador. E, se a primeira palavra do cântico tinha sido de agradecimento, a última é de louvor: assim como a justiça salvífica do Senhor "dura para sempre" (v. 3), também a gratidão do orante não conhece pausas, ressoa na oração "sem fim" (v. 10). Para resumir, o Salmo convida-nos a descobrir as numerosas coisas boas que o Senhor nos oferece todos os dias. Nós vemos mais facilmente os aspectos negativos da nossa vida. O Salmo convida-nos a ver também as coisas positivas, os numerosos dons que recebemos, e assim encontrar a gratidão, porque só um coração grato pode celebrar dignamente a grande liturgia da gratidão, a Eucaristia.

Como conclusão da nossa reflexão desejaríamos meditar com a tradição eclesial dos primeiros séculos cristãos o versículo final com a sua célebre declaração reiterada noutra parte da Bíblia (cf. Pr 1, 7): "O temor do Senhor é o princípio da sabedoria" (Sl 110, 10).

O escritor cristão Barsanúfio de Gaza (ativo na primeira metade do século VI) comentava-o assim: "O que é o princípio de sabedoria, a não ser abster-se de tudo o que Deus repudia? E de que forma pode abster-se, a não ser evitando fazer seja o que for sem ter pedido conselho, ou com não dizer nada do que não se deve dizer e, além disso, considerando-se a si mesmo insensato, estulto, desprezível e nada do todo?" (Epistolário, 234: Coleção de textos patrísticos, XCIII, Roma 1991, pp. 265-266).

João Cassiano (que viveu entre os séculos IV e V), preferia contudo esclarecer que "há muita diferença entre o amor, ao qual nada falta e que constitui o tesouro da sabedoria e da ciência, e o amor imperfeito, denominado "início da sabedoria"; este, contendo em si a ideia do castigo, é excluído do coração dos perfeitos devido ao advento da plenitude de amor" (Conferências aos monges, 2, 11, 13; Coleção de textos patrísticos, CLVI, Roma 2000, p. 29). Assim, no caminho da nossa vida rumo a Cristo, o temor servil que se verifica no início, é substituído por um temor perfeito que é amor, dom do Espírito Santo.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 15 de Junho de 2005

A confiança do povo está no Senhor – Salmo 122

Queridos irmãos e irmãs!

Infelizmente sofrestes muito debaixo da chuva. Agora esperamos que o tempo melhore.

De modo muito incisivo Jesus, no Evangelho, afirma que os olhos são um símbolo expressivo do eu profundo, são um espelho da alma (cf. Mt 6, 22-23). Pois bem, o Salmo 122, agora proclamado, concentra-se totalmente num cruzar de olhares: o fiel eleva os seus olhos ao Senhor e aguarda uma reação divina, para nela ver um gesto de amor, um olhar de benevolência. Também nós elevamos um pouco os olhos e aguardamos um gesto de benevolência do Senhor.

Não raramente, no Saltério, se fala do olhar do Altíssimo que "olhou para os seres humanos a ver se havia alguém sensato, alguém que ainda procura Deus" (Sl 13, 2). Como ouvimos, o Salmista recorre a uma imagem, à do servo e da escrava que estão voltados para o seu senhor à espera de uma decisão libertadora.

Mesmo se o cenário se refere ao mundo antigo e às suas estruturas sociais, a ideia é clara e significativa: aquela imagem tirada do mundo do Oriente antigo pretende exaltar a adesão do pobre, a esperança do oprimido e a disponibilidade do justo em relação ao Senhor.

O orante está na expectativa de que as mãos divinas se movam, porque elas atuam segundo a justiça, destruindo o mal. Por isso muitas vezes no Saltério o orante eleva o seu olhar repleto de esperança no Senhor: "Os meus olhos estão sempre postos no Senhor, porque ele tira os meus pés da armadilha" (Sl 24, 15), enquanto se cansam "os meus olhos à espera do meu Deus" (Sl 68, 4).

O Salmo 122 é uma súplica na qual a voz de um fiel se une à de toda a comunidade: de fato, o Salmo passa da primeira pessoa do singular "*elevo os meus olhos*" ao plural "*os nossos olhos*" e "*piedade de nós*" (cf. vv. 1-3). É expressa a esperança de que as mãos do Senhor se abram para efundir dons de justiça e de liberdade. O justo espera que o olhar de Deus se revele em toda a sua ternura e bondade, como se lê na antiga bênção sacerdotal do Livro dos Números: "O Senhor faça brilhar sobre ti a sua face e te favoreça! O Senhor volte para ti a sua face e te dê a paz" (Nm 6, 25-26).

Revela-se na segunda parte do Salmo quanto é importante o olhar amoroso de Deus, que se caracteriza pela invocação: "Tem piedade de nós, Senhor, tem piedade de nós" (Sl 122, 3). Ela

coloca-se em continuidade com o final da primeira parte, onde é recordada a expectativa confiante "no Senhor, nosso Deus, até que tenha piedade de nós" (v. 2).

Os fiéis precisam de uma intervenção de Deus porque se encontram numa situação dolorosa de desprezo e de escárnio da parte de pessoas prepotentes. A imagem que agora o Salmista usa é a da saciedade: "estamos saturados de desprezo. A nossa alma está saturada da troça dos arrogantes e do desprezo dos orgulhosos" (vv. 3-4).

À tradicional saciedade bíblica de alimentos e de anos, considerada um sinal da bênção divina, opõe-se agora uma intolerável saciedade constituída de uma carga exagerada de humilhações. Sabemos como hoje tantas Nações, tantos indivíduos são realmente escarnecidos, demasiado saturados do desprezo dos arrogantes, da troça dos orgulhosos. Rezemos por eles e ajudemos estes nossos irmãos humilhados.

Por isso os justos confiaram a sua e a nossa causa ao Senhor e ele não permanece indiferente àqueles olhos implorantes, não ignora a sua invocação, nem desilude a sua esperança.

Por fim deixemos espaço à voz de Santo Ambrósio, o grande Arcebispo de Milão, o qual, no espírito do Salmista ritma poeticamente a obra de Deus que nos alcança em Jesus Salvador: "Cristo é tudo para nós. Se quiseres curar uma ferida, ele é o médico; se ardes de febre, ele é a fonte; se és oprimido pela iniquidade, ele é a justiça; se precisas de ajuda, ele é a força; se temes a morte, ele é a vida; se desejas o céu, ele é o caminho; se evitas as trevas, ele é a luz; se procuras alimento, ele é o pão" (A virgindade, 99: SAEMO, XIV2, Milão-Roma 1989, p. 81).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 22 de Junho de 2005

O nosso auxílio está no nome do Senhor – Salmo 123

Eis diante de nós o Salmo 123, um cântico de ação de graças entoado por toda a comunidade orante que eleva a Deus o louvor pelo dom da libertação. O Salmista proclama na abertura este convite: "que o diga Israel!" (v. 1), estimulando assim todo o povo a elevar um obrigado vivo e sincero ao Deus salvador. Se o Senhor não se tivesse declarado da parte das vítimas, elas, com as suas forças limitadas teriam sido impotentes para se libertarem e os adversários, semelhantes a monstros, tê-las-iam dilacerado e esmagado.

Mesmo tendo pensado num determinado acontecimento histórico, como o fim do exílio da Babilônia, é mais provável que o Salmo queira ser um hino para agradecer ao Senhor os perigos evitados e para implorar d'Ele a libertação de qualquer mal. Neste sentido, ele permanece um Salmo sempre atual.

Depois da menção de certos "homens" que se levantavam contra os fiéis e eram capazes de os "engolir vivos" (cf. vv. 2-3), o cântico tem dois momentos. Na primeira parte dominam as águas abundantes, símbolo na Bíblia da confusão devastadora, do mal e da morte: "As águas ter-nos-iam submergido, a torrente teria passado sobre nós. Então, sim, teriam passado sobre nós as águas turbulentas" (vv. 4-5). O orante sente agora a sensação de estar numa praia, milagrosamente salvo da fúria impetuosa do mar.

A vida do homem está circundada pelos atentados dos malvados que não só atentam contra a sua existência mas querem destruir também todos os valores humanos. Vemos como estes pequenos perigos existem também agora. Mas, disso podemos ter a certeza também hoje, o Senhor intervém para tutelar o justo e salva-o, como se canta no Salmo 17: "Do alto, Deus interveio e recolheu-me; tirou-me das águas caudalosas. Livrou-me de inimigos poderosos, de adversários mais fortes do que eu... o Senhor foi o meu amparo. Retirou-me para um lugar seguro; libertou-me, porque me quer bem" (vv. 17.20). Verdadeiramente o Senhor nos quer bem: esta é a nossa certeza e o motivo da nossa grande confiança.

Na segunda parte do nosso cântico de agradecimento passa-se da imagem marítima para um cenário de caça, típica em muitos Salmos de súplica (cf. Sl 123, 6-8). De fato, eis a evocação de uma fera que aperta entre os seus dentes uma presa, ou de uma rede de caçadores que captura um pássaro. Mas a bênção expressa pelo Salmo faz-nos compreender que o destino dos fiéis, que era um destino de morte, foi radicalmente mudado por uma intervenção salvífica:

"Bendito seja o Senhor, que não nos entregou como presa nos seus dentes! A nossa vida escapou como um pássaro do laço dos caçadores; rompeu-se o laço e nós libertamo-nos" (vv. 6-7). Neste ponto, a oração torna-se um respiro de alívio que se eleva do fundo da alma: também quando caem todas as esperanças humanas, pode surgir o poder divino que liberta. Por conseguinte, o Salmo conclui com uma profissão de fé, que há séculos entrou na liturgia cristã como premissa ideal de qualquer oração nossa: "*Adiutorium nostrum in nomine Domini, qui fecit caelum et terram* - O nosso auxílio está no nome do Senhor; Ele fez o céu e a terra" (v. 8). Em particular o Onipotente declara-se da parte das vítimas e dos perseguidos "que a Ele clamam dia e noite" e "lhes fará justiça prontamente" (cf. Lc 18, 7-8).

Santo Agostinho faz deste Salmo um comentário pormenorizado. Num primeiro tempo, observa que este Salmo está adaptado ao cântico dos "membros de Cristo que obtiveram a felicidade". Depois, em particular, "cantaram-no os santos mártires, os quais, tendo saído deste mundo, estão com Cristo na alegria, prontos para retomar aqueles mesmos corpos incorruptíveis que antes eram corruptíveis. Em vida sofreram tormentos no corpo, mas na eternidade estes tormentos transformaram-se em ornamentos de justiça". E Santo Agostinho fala dos mártires de todos os séculos, também do nosso século.

Mas, num segundo tempo, o Bispo de Hipona diz-nos que também nós, não só os beatos no céu, podemos cantar este Salmo na esperança. Ele declara: "Também nós estamos animados por uma esperança certa e cantaremos na exultação. De fato, são-nos familiares os cantores deste Salmo... Portanto, cantemos todos em unidade de coração: tanto os santos que já possuem a coroa como nós, que com o afeto nos unimos na esperança à sua coroa. Juntos desejamos aquela vida que temos na terra mas que nunca poderemos ter se antes não a desejamos".

Santo Agostinho volta agora à primeira perspectiva e explica: "Os santos pensam nos sofrimentos que encontraram, e olham agora, do lugar de bem-aventurança e de tranquilidade onde se encontram, para o caminho percorrido a fim de o alcançar; e, dado que teria sido difícil obter a libertação se não tivesse intervindo a mão do Libertador, para os socorrer, cheios de alegria exclamam: "Se o Senhor não tivesse estado conosco". Inicia assim o seu cântico. Nem sequer disseram do que salvaram, tão grande é a sua exultação" (Exposição sobre o Salmo 123, 3: Nova Biblioteca Agostiniana, XXVIII, Roma 1977, p. 65).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 6 de Julho de 2005

Carta aos Efésios (cf. Ef 1, 3-14): Deus Salvador

Queridos irmãos e irmãs!

Ouvimos hoje não um Salmo mas um hino tirado da Carta aos Efésios (cf. Ef 1, 3-14), que volta na Liturgia das Vésperas de cada uma das quatro semanas. Este hino é uma oração de bênção dirigida a Deus Pai. O seu desenvolvimento dedica-se a traçar as várias etapas do plano de salvação que se realiza através da obra de Cristo.

No centro da bênção ressoa a palavra grega *mysterion*, uma palavra associada normalmente aos verbos de revelação ("Revelar", "conhecer", "manifestar"). De fato, é este o grande projeto secreto que o Pai tinha guardado em si desde toda a eternidade (cf. v. 9) e que decidiu pôr em prática e revelar "na plenitude dos tempos" (cf. v. 10) em Jesus Cristo, seu Filho.

As etapas deste plano são cadenciadas no hino pelas ações salvíficas de Deus por Cristo no Espírito. Antes de tudo este é o primeiro ato: o Pai escolhe-nos desde a eternidade para que caminhemos santos e imaculados no amor (cf. v. 4), predestina-nos depois para sermos seus filhos (cf. vv. 5-6), além disso redime-nos e perdoa-nos os pecados (cf. vv. 7-8), revela-nos plenamente o mistério da salvação em Cristo (cf. vv. 9-10), e por fim dá-nos a herança eterna (cf. vv. 11-12) oferecendo-nos já agora o sinal no dom do Espírito Santo em vista da ressurreição final (cf. vv. 13-14).

São numerosos, por conseguinte, os acontecimentos salvíficos que se sucedem no desenvolvimento do hino. Eles incluem as três Pessoas da Santíssima Trindade: parte-se do Pai, que é o iniciador e o artífice supremo do plano de salvação; fixa-se o olhar sobre o Filho, que realiza o desígnio na história; chega-se ao Espírito Santo, que imprime o seu "selo" a toda a obra da salvação. Agora, nós detemo-nos brevemente nas duas primeiras etapas, a da santidade e a da filiação (cf. vv. 4-6).

O primeiro gesto divino, revelado e concretizado em Cristo, é a eleição dos crentes, fruto de uma iniciativa livre e gratuita de Deus. Por conseguinte, no princípio, "antes da criação do mundo" (v. 4), na eternidade de Deus, a graça divina está disponível para entrar em ação. Comovo-me ao meditar esta verdade: desde toda a eternidade estamos diante do olhar de Deus e Ele decidiu salvar-nos. Esta chamada tem como conteúdo a nossa "santidade", uma grande palavra. Santidade é participação na pureza do Ser divino. Mas sabemos que Deus é caridade. E por isso, participar na pureza divina significa participar na "caridade" de Deus, conformar-nos com Deus que é "caridade": "Deus é amor" (1 Jo 4, 8.16): esta é a verdade

confortadora que nos faz compreender também que "santidade" não é uma realidade distante da nossa vida, mas na medida em que podemos tornar-nos pessoas que amam a Deus entramos no mistério da "santidade". O ágape tornar-se assim a nossa realidade quotidiana. Portanto, somos transferidos para o horizonte sagrado e vital do próprio Deus.

Por este caminho procede-se rumo a outra etapa, também ela contemplada no plano divino desde a eternidade: a nossa "predestinação" para filhos de Deus. Não só criaturas humanas, mas realmente pertencentes a Deus como seus filhos.

Noutra parte Paulo exalta (cf. Gl 4, 5; Rm 8, 15.23) esta sublime condição de filhos que exige e deriva da fraternidade com Cristo, o Filho por excelência, "primogênito entre muitos irmãos" (Rm 8, 29) e a intimidade em relação ao Pai celeste que pode agora ser invocado *Abbá*, ao qual podemos dizer "pai querido", num sentido de verdadeira familiaridade com Deus, numa relação de espontaneidade e de amor. Estamos, por conseguinte, na presença de um dom grandioso que se tornou possível com o "beneplácito da vontade" divina e da "graça", luminosa expressão do amor que salva.

Em conclusão, confiamo-nos agora ao Grande Bispo de Milão, Santo Ambrósio, o qual numa das Cartas comenta as palavras do apóstolo Paulo aos Efésios, detendo-se em reflexão precisamente sobre o rico conteúdo do nosso hino cristológico. Ele realça antes de tudo a graça superabundante com a qual Deus nos tornou seus filhos adotivos em Cristo Jesus. "Por isso, não devemos duvidar de que os membros estão unidos à sua cabeça, sobretudo porque desde o princípio fomos predestinados para a adoção de filhos de Deus, por meio de Jesus Cristo" (Carta XVI a Ireneu, 4; SAEMO, XIX, Milão-Roma 1988, p. 161).

O santo Bispo de Milão continua a sua reflexão observando: "Quem é rico, a não ser unicamente Deus, criador de todas as coisas?". E conclui: "Mas é muito mais rico de misericórdia, porque a todos redimiu e como autor da natureza transformou-nos a nós, que segundo a natureza da carne éramos filhos da ira e sujeitos ao castigo, para que fôssemos filhos da paz e da caridade" (n. 7: ibidem, p. 163).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 3 de Agosto de 2005

O Senhor protege o seu povo – Salmo 124

Irmãos e irmãs

Neste nosso encontro, que tem lugar depois das minhas férias passadas no Vale de Aosta, retomamos o itinerário que estamos a percorrer no interior da Liturgia das Vésperas. Agora, entra em cena o Salmo 124, que faz parte daquela intensa e sugestiva coletânea, chamada "Cânticos das ascensões", livrinho de orações ideal para a peregrinação a Sião, em vista do encontro com o Senhor no templo (cf. Sl 119-133).

Aquele sobre o qual agora nós meditaremos brevemente é um texto sapiencial, que suscita a confiança no Senhor e contém uma breve oração (cf. Sl 124, 4). A primeira frase proclama a estabilidade dos "que confiam no Senhor", comparando-a com a estabilidade "rochosa" e segura do "monte Sião" que, evidentemente, é devida à presença de Deus que, como afirma outro Salmo, é "rocha, fortaleza, refúgio, abrigo, escudo, baluarte e poderosa salvação" (cf. Sl 17, 3). Mesmo quando o fiel se sente isolado e rodeado de perigos e de hostilidades, a sua fé deve ser tranquila, porque o Senhor está sempre conosco. A sua força circunda-nos e protege-nos.

Também o profeta Isaías confirma que ouviu da boca de Deus estas palavras, destinadas aos fiéis: "Vou colocar em Sião uma pedra que vos ponha à prova. Será uma pedra preciosa, angular, bem firme. Aquele que nela confiar, não tropeçará" (28, 16).

Contudo, continua o Salmista, a confiança que é a atmosfera da fé do fiel dispõe de um ulterior sustentáculo: o Senhor como que acampou em defesa do seu povo, precisamente como os montes rodeiam Jerusalém, tornando-a uma cidade fortificada por bastiões naturais (cf. Sl 124, 2). Numa profecia de Zacarias, Deus diz de Jerusalém: "Mas Eu serei para ela... como um muro de fogo à sua volta e serei no meio dela a sua glória" (2, 9).

Nesta atmosfera de confiança radical, o Salmista tranquiliza "os justos", os fiéis. A sua situação pode ser, por si mesma, preocupante por causa da prepotência dos ímpios, que desejam impor o seu domínio. Haveria também a tentação, para os justos, de se tornar cúmplices do mal para evitar graves inconvenientes, mas o Senhor protege-os da opressão: "Não durará muito o domínio dos maus sobre a terra dos justos" (Sl 124, 3); ao mesmo tempo, Ele preserva-os da tentação, para que "não estendam a sua mão à maldade" (Ibidem).

Portanto, o Salmo infunde na alma uma profunda confiança. Ajuda poderosamente a enfrentar as situações difíceis, quando à crise externa do isolamento, da ironia e do desprezo em relação

aos fiéis, se associa a crise interna, feita de desencorajamento, de mediocridade e de cansaço. Conhecemos esta situação, mas o Salmo diz-nos que se tivermos confiança seremos mais fortes do que estes males.

O final do Salmo contém uma invocação dirigida ao Senhor, a favor dos "bons" e dos "retos de coração" (cf. v. 4) e um anúncio de desventura contra "aqueles que se desviam por caminhos tortuosos" (v. 5). Por um lado, o Salmista pede que o Senhor se manifeste como um Pai amoroso para com os justos e os fiéis que conservam alta a chama da retidão de vida e da boa consciência. Por outro, espera-se que Ele se revele como juiz justo diante daqueles que se desviaram pelos caminhos tortuosos do mal, cujo resultado conclusivo é a morte.

O Salmo termina com a tradicional saudação de *shalom*, de "paz a Israel", uma saudação ritmada por assonância a *Jerushalajim*, a Jerusalém (cf. v. 2), a cidade símbolo de paz e de santidade. É uma saudação que se torna um voto de esperança. Nós podemos torná-la explícita através das palavras de São Paulo: "Paz e misericórdia para quantos seguirem esta regra, bem como para todo o Israel de Deus" (Gl 6, 16).

No seu comentário a este Salmo, Santo Agostinho contrapõe "aqueles que se desviam por caminhos tortuosos" - "àqueles que são retos de coração e não se afastam de Deus". Se os primeiros forem associados "à sorte dos maus", qual será a sorte dos "retos de coração"? Na esperança de se tornar ele mesmo, juntamente com os seus ouvintes, partícipe da sorte ditosa destes últimos, o Bispo de Hipona interroga-se: "O que possuiremos? Qual será a nossa herança? Qual será a nossa pátria? Qual é o seu nome?". E ele mesmo responde, indicando o seu nome faço minhas estas palavras: "Paz. Saudamos-vos com o voto da paz; anunciamos-vos a paz; os montes recebem a paz, enquanto a justiça se estende sobre as colinas (cf. Sl 71, 3). Pois bem, a nossa paz é Cristo: "Com efeito, Ele é a nossa paz" (Ef 2, 14)" (Exposições sobre os Salmos, IV, Nuova Biblioteca Agostiniana, XXVIII, Roma 1977, pág. 105).

Santo Agostinho conclui com uma exortação que é, ao mesmo tempo, também bons votos: "Nós somos o Israel de Deus e abraçamos a paz, porque Jerusalém significa visão de paz e nós somos Israel: aquele Israel sobre o qual paira a paz" (Ibid., pág. 107), e a paz é Cristo.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 10 de Agosto de 2005

Confiar em Deus como a criança na mãe – Salmo 130

Ouvimos somente poucas palavras, cerca de trinta, no original hebraico do Salmo 130. Contudo, são palavras intensas que desenvolvem um tema precioso para toda a literatura religiosa: a infância espiritual. O pensamento corre rápida e espontaneamente até Santa Teresa de Lisieux, ao seu "pequeno caminho", ao seu "permanecer pequena" para "estar nos braços de Jesus" (cf. Manuscrito "C", 2rº-3vº: Obras Completas, Cidade do Vaticano 1997, pp. 235-236).

Com efeito, no centro do Salmo sobressai a imagem de uma mãe com o menino, sinal do amor terno e materno de Deus, como já se tinha expresso o profeta Oseias: "Quando Israel ainda era menino, Eu amei-o... Segurava-os com laços humanos, com laços de amor, fui para eles como os que levantam uma criancinha contra o seu rosto; inclinei-me sobre ele para lhe dar de comer" (11, 1.4).

O Salmo começa com a descrição da atitude antitética em relação ao comportamento da infância, que está consciente da sua própria fragilidade, mas tem confiança na ajuda dos outros. Todavia, no Salmo entram em cena o orgulho do coração, a soberba do olhar, as "coisas grandiosas e superiores" (cf. Sl 130, 1). É a representação da pessoa soberba, descrita mediante vocábulos hebraicos que indicam a "altivez" e a "exaltação", a atitude arrogante daquele que olha os outros com um sentido de superioridade, considerando-os inferiores a si mesmo.

A grande tentação do indivíduo soberbo, que deseja ser como Deus, juiz do bem e do mal (cf. Gn 3, 5), é decididamente rejeitada pelo orante, que opta pela confiança humilde e espontânea do único Senhor.

Assim, passa-se à imagem inesquecível do menino e da mãe. O texto original hebraico não fala de um recém-nascido, mas sim de uma "criança saciada" (Sl 130, 2). Pois bem, sabe-se que no antigo Oriente Próximo a desmama oficial se situava aproximativamente nos três anos de idade e era celebrada com uma festa (cf. Gn 21, 8; 1 Sm 1, 20-23; 2 Mac 7, 27).

O menino, ao qual o Salmista remete, está ligado à mãe por um relacionamento que já é pessoal e íntimo, portanto não pelo mero contato físico e pela necessidade de alimentação. Trata-se de um vínculo mais consciente, embora sempre imediato e espontâneo. Esta é a parábola ideal da verdadeira "infância" do espírito, que se abandona a Deus não de maneira cega e automática, mas tranquila e responsável.

Nesta altura, a profissão de confiança no orante alarga-se a toda a comunidade: "Israel, espera no Senhor, desde agora e para sempre!" (Sl 130, 3). Ora, a esperança brota em todo o povo,

que recebe de Deus a segurança, a vida e a paz, estendendo-se do presente ao futuro, "desde agora e para sempre!".

É fácil continuar a oração, fazendo ecoar outras vozes do Saltério, inspiradas na mesma confiança em Deus: "Pertenço-te desde o ventre materno; desde o seio de minha mãe, Tu és o meu Deus" (Sl 21, 11). "Ainda que meu pai e minha mãe me abandonem, o Senhor há-de de acolher-me" (Sl 26, 10). "Tu és a minha esperança, ó Senhor Deus, e a minha confiança desde a juventude. Em ti me apoio desde o seio materno, desde o ventre materno és o meu sustentáculo" (Sl 70, 5-6).

À confiança humilde, como se pôde ver, opõe-se a altivez. Um escritor cristão dos séculos IV-V, João Cassiano, admoesta os fiéis sobre a gravidade deste vício, que "destrói todas as virtudes no seu conjunto e não atinge apenas os medíocres e os fracos, mas principalmente aqueles que se colocaram no ápice com o uso das suas próprias forças". Depois, ele continua: "Este é o motivo pelo qual o bem-aventurado Davi salvaguarda o seu coração com tanta circunspecção, a ponto de ousar proclamar, diante daquele a Quem decerto não passavam despercebidos os segredos da sua consciência: "Senhor, o meu coração não se orgulha e o meu olhar não se exalta com altivez; não vou à procura de coisas grandiosas, superiores às minhas forças"... Todavia, bem sabendo que esta salvaguarda é difícil também para os perfeitos, ele não tem a presunção de se alicerçar unicamente nas suas capacidades, mas suplica o Senhor com orações, a fim de que o ajude a esquivar-se das flechas do inimigo e a não ser ferido pelas mesmas: "Não permitas que me pisem os pés dos orgulhosos" (Sl 35, 12)" (Le istituzioni cenobitiche, XII, 6, Abadia de Praglia, Bresseo di Teolo Pádua 1989, pág. 289).

Analogamente, um idoso anônimo dos Padres do deserto legou-nos esta declaração, que faz ressoar o Salmo 130: "Jamais ultrapassei a minha categoria para caminhar de forma mais altiva, e nunca fiquei perturbado em caso de humilhação, porque cada um dos meus pensamentos consistia nisto: em rezar ao Senhor para que me despojasse do homem velho" (I Padri del deserto. Detti, Roma 1980, pág. 287).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 17 de Agosto de 2005

Deus é a nossa alegria e a nossa esperança – Salmo 125

Ouvindo as palavras do Salmo 125, tem-se a impressão de ver passar diante dos olhos o acontecimento cantado na segunda parte do Livro de Isaías: o "novo êxodo". É a volta de Israel do exílio babilônico para a terra dos pais, a seguir ao edito do rei persa Ciro, no ano 538 a.C. Então, repetiu-se a experiência jubilosa do primeiro êxodo, quando o povo hebraico foi libertado da escravidão do Egito.

Este Salmo adquiria um particular significado, quando era entoado nos dias em que Israel se sentia ameaçado e amedrontado, porque estava a ser submetido novamente à prova. Com efeito, o Salmo compreende uma oração pela volta dos prisioneiros do momento (cf. v. 4). Assim, ele tornava-se uma prece do povo de Deus no seu itinerário histórico, repleto de perigos e de provações, mas sempre aberto à confiança em Deus Salvador e Libertador, sustentáculo dos fracos e dos oprimidos.

O Salmo introduz numa atmosfera de exultação: as pessoas sorriem, festejam a liberdade alcançada, enquanto nos seus lábios brotam cânticos de alegria (cf. vv. 1-2).

A reação diante da liberdade reconquistada é dupla. Por um lado, as nações pagãs reconhecem a grandeza do Deus de Israel: "O Senhor fez grandes coisas por eles" (v. 2). A salvação do povo eleito torna-se uma prova límpida da existência eficaz e poderosa de Deus, presente e ativo na história. Por outro, é o povo de Deus que professa a sua fé no Senhor salvador: "Sim, o Senhor fez grandes coisas por nós" (v. 3).

Depois, o pensamento dirige-se ao passado, revivido com um sobressalto de medo e de amargura. Gostaríamos de fixar a atenção na imagem agrícola utilizada pelo Salmista: "Aqueles que semeiam com lágrimas, vão recolher com alegria" (v. 5). Sob o peso do trabalho, às vezes o rosto banha-se de lágrimas: realiza-se uma sementeira cansativa, talvez destinada à inutilidade e ao fracasso. Mas quando chega a hora da colheita abundante e jubilosa, descobre-se que aquela dor foi fecunda.

Neste versículo do Salmo está resumida a grande lição sobre o mistério de fecundidade e de vida, que pode estar contida no sofrimento. Precisamente como Jesus tinha dito na vigília da sua paixão e morte: "Se o grão de trigo, lançado à terra, não morrer, ficará ele só; mas se morrer, dará muito fruto" (Jo 12, 24).

Assim, o horizonte do Salmo abre-se à sementeira festiva, símbolo da alegria gerada pela liberdade, pela paz e pela prosperidade, que constituem o fruto da Bênção divina. Então, esta

oração é um cântico de esperança, ao qual recorrer quando se está mergulhado no tempo da prova, do medo, da ameaça exterior e da opressão interior.

Contudo, pode tornar-se também um apelo mais geral, a viver os próprios dias e a tomar as decisões pessoais num clima de fidelidade. A perseverança no bem, mesmo que seja incompreendida e contrastada, no final chega sempre a uma meta de luz, de fecundidade e de paz. Era o que São Paulo recordava aos Gálatas: "Quem semear no Espírito, do Espírito colherá a vida eterna. E não nos cansemos de fazer o bem, porque a seu tempo colheremos, se não tivermos esmorecido" (6, 8-9).

Concluímos com uma reflexão de São Beda, o Venerável (cf. 6723-735) sobre o Salmo 125, para comentar as palavras com que Jesus anunciava aos seus discípulos a tristeza que os esperava e, ao mesmo tempo, a alegria que teria brotado da sua aflição (cf. Jo 16,20).

Beda recorda que "choravam e se queixavam aqueles que amavam Cristo, quando O viram aprisionado pelos inimigos, atado, levado para ser julgado, condenado, flagelado, escarnecido e enfim crucificado, atingido pela lança e sepultado. Aqueles que amavam o mundo, ao contrário, alegravam-se... quando condenavam a uma morte extremamente torpe Aquele, cuja simples visão era para eles já um incômodo. Entristeceram-se os discípulos com a morte do Senhor, mas tendo tomado conhecimento da sua ressurreição, a sua tristeza transformou-se em júbilo; em seguida, vendo o prodígio da ascensão, com alegria ainda maior louvavam e bendiziam o Senhor, como testemunha Lucas (cf. 24, 53). Porém, aquelas palavras do Senhor adaptam-se a todos os fiéis que, através das lágrimas e das aflições do mundo, procuram chegar às alegrias eternas e que, justamente, agora choram e ficam tristes, porque ainda não podem ver Aquele a Quem amam e porque, enquanto estão no corpo, sabem que se encontram longe da pátria e do reino, embora estejam persuadidos de que alcançarão o prêmio através dos cansaços e das lutas. A sua tristeza transformar-se-á em alegria quando, concluído o combate desta vida, receberem a recompensa da vida eterna, em conformidade com quanto afirma o Salmo: "Aqueles que semeiam com lágrimas, vão recolher com alegria"" (Omelie sul Vangelo, 2, 13: Collana di Testi Patristici, XC, Roma 1990, pp. 379-380).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 24 de Agosto de 2005

Reflexões sobre a Peregrinação Apostólica a Colônia por ocasião da Jornada Mundial da Juventude

Queridos irmãos e irmãs!

Como o amado João Paulo II costumava fazer depois de cada peregrinação apostólica, também eu gostaria hoje, juntamente convosco, de percorrer novamente os dias transcorridos em Colônia por ocasião da Jornada Mundial da Juventude. A Providência divina quis que a minha primeira viagem pastoral fora da Itália tivesse como meta precisamente o meu país de origem e acontecesse por ocasião do grande encontro dos jovens do mundo, a vinte anos da instituição da Jornada Mundial da Juventude, querida com intuição profética pelo meu inesquecível Predecessor. Depois do meu regresso, do fundo do meu coração dou graças a Deus pelo dom desta peregrinação, da qual conservarei uma agradável recordação. Todos sentimos que era um dom de Deus. Sem dúvida, muitos colaboraram, mas no fim a graça deste encontro era um dom do Alto, do Senhor. A minha gratidão dirige-se, ao mesmo tempo, a todos os que com empenho e amor prepararam e organizaram este encontro em cada uma das suas fases: em primeiro lugar, ao Arcebispo de Colônia, o Cardeal Joachim Meisner, ao Cardeal Karl Lehmann, Presidente da Conferência Episcopal, e aos Bispos da Alemanha, com os quais me encontrei precisamente no final da minha visita. Depois, desejo agradecer de novo às Autoridades, às organizações e aos voluntários que ofereceram o seu contributo. Estou grato também às pessoas e às comunidades que, em todas as partes do mundo, o sustentaram com a oração e aos doentes, que ofereceram os seus sofrimentos pelo bom êxito espiritual deste importante encontro.

O maravilhoso abraço com os jovens participantes na Jornada Mundial da Juventude começou desde a minha chegada ao aeroporto de Colônia/Bonn e as emoções foram aumentando cada vez mais, ao percorrer o Reno do cais de Rodenirchenerbruce até Colônia escoltados por outras cinco embarcações que representavam os cinco continentes. Depois, muito sugestiva, foi a paragem diante do cais do Poller Rheiniesen onde já se encontravam milhares e milhares de jovens com os quais tive um primeiro encontro oficial, oportunamente chamado "festa de acolhimento" e que tinha como tema as palavras dos Magos: "Onde está o rei dos judeus que acaba de nascer?" (Mt 2, 2).

Foram precisamente os Magos os "guias" para aqueles jovens peregrinos rumo a Cristo, adoradores do mistério da sua presença na Eucaristia. Como é significativo que tudo isto tenha

acontecido quando nos encaminhamos para a conclusão do Ano da Eucaristia querido por João Paulo II! "Viemos adorá-lO": o tema do Encontro convidou todos a seguir idealmente os Magos, e a fazer juntamente com eles uma viagem interior de conversão rumo ao Emanuel, o Deus conosco, para o conhecer, o encontrar, o adorar e, depois de o ter encontrado e adorado, partir de novo levando no coração, no nosso íntimo, a sua luz e a sua alegria.

Em Colônia os jovens tiveram a oportunidade, várias vezes, de aprofundar estas importantes temáticas espirituais e sentiram-se estimulados pelo Espírito Santo a ser testemunhas entusiastas e coerentes de Cristo, que na Eucaristia prometeu permanecer realmente entre nós até ao fim do mundo. Penso de novo nos vários momentos em que tive a alegria de partilhar com eles, especialmente na Vigília do sábado à noite e na Celebração conclusiva de domingo. A estas sugestivas manifestações de fé uniram-se milhões de outros jovens de todas as partes da terra, graças às providenciais transmissões através da rádio e da televisão. Mas gostaria de reevocar aqui um encontro singular, o que tive com os seminaristas, jovens chamados a um seguimento pessoal mais radical de Cristo, Mestre e Pastor. Tinha querido que houvesse um momento específico dedicado a eles, também para realçar a dimensão vocacional típica das Jornadas Mundiais da Juventude. Não são poucas as vocações para o sacerdócio e para a vida consagrada que desabrocharam, nestes vinte anos, precisamente durante as Jornadas Mundiais da Juventude, ocasiões privilegiadas nas quais o Espírito Santo faz sentir com vigor a sua chamada.

No contexto rico de esperança das Jornadas de Colônia, coloca-se muito bem o encontro ecumênico com os representantes das outras Igrejas e Comunidades eclesiais. O papel da Alemanha no diálogo ecumênico é importante quer para a triste história das divisões quer para a parte significativa desempenhada no caminho de reconciliação. Faço votos para que o diálogo, como intercâmbio recíproco de dons e não só de palavras, contribua também para fazer crescer e amadurecer aquela "sinfonia" ordenada e harmoniosa que é a unidade católica. Nesta perspectiva, as Jornadas Mundiais da Juventude representam um válido "laboratório" ecumênico. E como não reviver com emoção a visita à Sinagoga de Colônia, onde tem sede a mais antiga Comunidade hebraica na Alemanha. Com os irmãos hebreus recordei o *Shoà*, e o 60º aniversário da libertação dos campos de concentração nazistas. Além disso, celebra-se este ano o 40º aniversário da Declaração conciliar *Nostra aetate*, que inaugurou uma nova época de diálogo e de solidariedade espiritual entre hebreus e cristãos, assim como de estima pelas outras grandes tradições religiosas. Entre elas, o Islão ocupa um lugar particular, cujos seguidores adoram o único Deus e reconhecem de bom grado o patriarca Abraão. Por este motivo, quis encontrar-me com os representantes de algumas Comunidades muçulmanas, aos quais

manifestei as esperanças e as preocupações do difícil momento histórico que estamos a viver, desejando que sejam extirpados o fanatismo e a violência e que juntamente se possa colaborar para defender sempre a dignidade da pessoa humana e tutelar os seus direitos fundamentais.

Queridos irmãos e irmãs, do coração da "velha" Europa, que infelizmente conheceu no século passado horrendos conflitos e regimes desumanos, os jovens voltaram a lançar à humanidade do nosso tempo a mensagem da esperança que não desilude, porque se funda na Palavra de Deus que se fez carne em Jesus Cristo, morto e ressuscitado para a nossa salvação. Em Colônia os jovens encontraram e adoraram o Emanuel, o Deus-conosco, no mistério da Eucaristia e compreenderam melhor, que a Igreja é a grande família mediante a qual Deus forma um espaço de comunhão e de unidade entre cada continente, cultura e raça, uma família mais vasta do que o mundo, que não conhece limites nem confins, por assim dizer, uma "grande comitiva de peregrinos" que caminham juntamente com Cristo, guiados por Ele, estrela radiosa que ilumina a história. Jesus faz-se nosso companheiro de viagem na Eucaristia, e na Eucaristia - assim disse na homilia da Celebração conclusiva tirando da física uma imagem muito conhecida - leva a "cisão nuclear" ao coração mais recôndito do ser. Só esta íntima explosão do bem que vence o mal pode dar vida às transformações necessárias para mudar o mundo. Jesus, o rosto de Deus misericordioso por todos os homens, continua a iluminar o nosso caminho como a estrela que guiou os Magos, e enche-nos com a sua alegria. Por conseguinte, rezemos para que os jovens de Colônia levem consigo, dentro de si, a luz de Cristo, que é verdade e amor e a difundam em toda a parte. Tenho esperança em que, graças à força do Espírito Santo e à ajuda materna da Virgem Maria, possamos assistir a uma grande primavera de esperança na Alemanha, na Europa e no mundo inteiro.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 31 de Agosto de 2005

Toda a fadiga é vã sem o Senhor – Salmo 126

Queridos Irmãos e Irmãs!

O Salmo 126, agora proclamado, apresenta diante dos nossos olhos um espetáculo em movimento: uma casa em construção, a cidade com os seus guardas, a vida das famílias, as vigílias noturnas, o trabalho quotidiano, os pequenos e os grandes segredos da existência. Mas acima de tudo eleva-se uma presença decisiva, a do Senhor que paira sobre as obras do homem, como sugere o início incisivo do Salmo: "Se o Senhor não edificar a casa, em vão trabalham os construtores" (v. 1).

Sem dúvida, uma sociedade sólida nasce do compromisso de todos os seus membros, mas precisa da bênção e do amparo daquele Deus que, infelizmente, muitas vezes é excluído ou ignorado. O Livro dos Provérbios realça a primazia da ação divina para o bem-estar de uma comunidade e fá-lo de maneira radical afirmando que "a bênção do Senhor é que enriquece, o nosso esforço nada lhe acrescenta" (Pr 10, 22).

Este Salmo sapiencial, fruto da meditação sobre a realidade da vida de todos os dias, está construído substancialmente sobre um contraste: sem o Senhor, em vão se procura construir uma casa estável, edificar uma cidade segura, fazer frutificar a própria fadiga (cf. Sl 126, 1-2). Com o Senhor, ao contrário, tem-se prosperidade e fecundidade, uma família rica de filhos e serena, uma cidade bem fornecida e defendida, livre de pesadelos e inseguranças (cf.vv.3-5).

O texto inicia com a menção feita ao Senhor representado como construtor da casa e sentinela que vigia sobre a cidade (cf. Sl 120, 1, 8). O homem sai de manhã para se empenhar no seu trabalho e no sustento da família e ao serviço do desenvolvimento da sociedade. É um trabalho que ocupa as suas energias, provocando o suor no seu rosto (cf. Gn 3,19) durante todo o dia (cf. Sl 126, 2).

Pois bem, mesmo reconhecendo a importância do trabalho, o Salmista não hesita em afirmar que todo este trabalho é inútil, se Deus não está ao lado de quem trabalha. E afirma que, ao contrário, Deus gratifica até o sono dos seus amigos. O Salmista deseja assim exaltar a primazia da graça divina, que imprime consistência e valor ao agir humano, mesmo marcado pelas limitações e pela caducidade. No abandono sereno e fiel da nossa liberdade ao Senhor, também as nossas obras se tornam sólidas, capazes de um fruto permanente. O nosso "sono" torna-se, desta forma, um repouso abençoado por Deus, destinado a sigilar uma atividade que tem sentido e consistência.

Passa-se, neste ponto, a outro cenário descrito pelo nosso Salmo. O Senhor oferece o dom dos filhos, considerados uma bênção e uma graça, sinal da vida que continua e da história da salvação propensa para novas etapas (cf. v. 3). O Salmista exalta em particular "filhos nascidos na juventude": o pai que teve filhos quando jovem não só os verá em todo o seu vigor, mas serão o seu amparo na velhice. Assim, ele poderá enfrentar com segurança o futuro, tornando-se semelhante a um guerreiro, armado com aquelas "flechas" afiadas e vitoriosas que são os filhos (cf. vv. 4-5).

A imagem, tirada da cultura daquela época, tem a finalidade de celebrar a segurança, a estabilidade, a força de uma família numerosa, como é repetido no seguinte Salmo 127, no qual é esboçado o retrato de uma família feliz.

O quadro final representa um pai circundado pelos seus filhos, o qual é recebido com respeito às portas da cidade, sede da vida pública. Por conseguinte, a geração é um dom portador de vida e de bem-estar para a sociedade. Disto somos conscientes nos nossos dias perante nações nas quais a diminuição demográfica priva do vigor, da energia, do futuro encarnado pelos filhos. Mas, acima de tudo, eleva-se a presença abençoadora de Deus, fonte de vida e de esperança.

O Salmo 126 foi usado com frequência pelos autores espirituais precisamente para exaltar esta presença divina, decisiva para proceder pelo caminho do bem e do reino de Deus. Assim o monge Isaías (falecido em Gaza em 491) no seu *Asceticon* (Logos 4, 118), recordando o exemplo dos antigos patriarcas e profetas, ensina: "Colocaram-se sob a proteção de Deus implorando a sua assistência, sem depor a sua confiança em qualquer fadiga realizada. E a proteção de Deus foi para eles uma cidade fortificada, porque sabiam que sem a ajuda de Deus não tinham poder e a sua humildade fazia-lhes dizer com o Salmista: "Se o Senhor não edificar a casa, em vão trabalham os construtores. Se o Senhor não guardar a cidade, em vão vigia a sentinela"" (Recueil ascéptique, Abbaye de Bellefontaine 1976, pp. 74-75). Isto é válido também hoje: só a comunhão com o Senhor pode guardar as nossas casas e as nossas cidades.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 7 de Setembro de 2005

Carta de São Paulo aos Colossenses 1, 3.12-20: Cristo foi gerado antes de todas as criaturas

Já nos detemos anteriormente sobre o grandioso afresco de Cristo, Senhor do universo e da história, que domina o hino colocado no início da Carta de São Paulo aos Colossenses. Este cântico, de fato, marca as quatro semanas nas quais se desenvolve a Liturgia das Vésperas.

O centro do hino é constituído pelos versículos 15-20, nos quais entra em cena de maneira direta e solene Cristo, definido "imagem" do "Deus invisível" (v. 15). A palavra grega *eikon*, "ícone", é querida ao Apóstolo: nas suas Cartas usa-a nove vezes aplicando-a quer a Cristo, ícone perfeito de Deus (cf. 2 Cor 4, 4), quer ao homem, imagem e glória de Deus (cf. 1 Cor 11, 7). Mas, com o pecado, os homens "trocaram a glória do Deus incorruptível por figuras representativas do homem corruptível" (Rm 1, 23), escolhendo adorar os ídolos, tornando-se semelhantes a eles.

Por isso, devemos modelar continuamente o nosso ser e a nossa vida na imagem do Filho de Deus (cf. 2 Cor 3, 18), porque fomos "libertados do poder das trevas", "transferidos para o reino do seu Filho dileto" (Cl 1, 13). Este é o primeiro imperativo deste hino: modelar a nossa vida na imagem do Filho de Deus, entrando nos seus sentimentos e na sua bondade, no seu pensamento.

Depois, Cristo é proclamado "primogênito (gerado antes) de todas as criaturas" (v. 15). Cristo precede toda a criação (cf. v. 17), sendo gerado desde a eternidade: por isso "foi nele que todas as coisas foram criadas, nos céus e na terra" (v. 16). Também na antiga tradição hebraica se afirma que "todo o mundo foi criado em vista do Messias" (Sanhedrin 98b).

Para o Apóstolo, Cristo é o princípio de união ("todas as coisas n'Ele subsistem"), o mediador ("por meio d'Ele"), e o destino final para o qual converge toda a criação. Ele é "o primogênito de muitos irmãos" (Rm 8, 29), ou seja é o Filho por excelência na grande família dos filhos de Deus, na qual nos insere o Batismo.

A este ponto o olhar passa do mundo da criação para a história: Cristo é "a cabeça do corpo, isto é a Igreja" (Cl 1, 18) e já o é através da sua Encarnação. De fato, Ele entrou na comunidade humana, para a reger e a unificar num "corpo", isto é, numa unidade harmoniosa e fecunda. A consistência e o crescimento da humanidade têm em Cristo a raiz, o fulcro vital, "o princípio".

Precisamente com esta primazia Cristo pode tornar-se o princípio da ressurreição de todos, o "primogênito entre os mortos", porque "em Cristo todos voltarão a receber a vida... primeiro, Cristo, depois, aqueles que pertencem a Cristo, por ocasião da sua vinda" (1 Cor 15, 22-23).

O hino encaminha-se para a conclusão celebrando a "plenitude", em grego *pleroma*, que Cristo tem em si como dom do amor do Pai. É a plenitude da divindade que se irradia tanto no universo como na humanidade, tornando-se fonte de paz, de unidade, de harmonia perfeita (Cl 1, 19-20).

Esta "reconciliação" e "pacificação" é realizada através "do sangue da cruz", pelo qual somos justificados e santificados. Derramando o seu sangue e oferecendo-se a si mesmo, Cristo efundiu a paz que, na linguagem bíblica é síntese dos bens messiânicos e plenitude salvífica que se difunde em toda a realidade criada.

Por isso, o hino termina com um horizonte luminoso de reconciliação, unidade, harmonia e paz, sobre o qual se eleva solene a figura do seu artífice, Cristo, "Filho predileto" do Pai.

Os escritores da antiga tradição cristã refletiram sobre esta densa perícope. São Cirilo de Jerusalém, num dos seus diálogos, cita o cântico da Carta aos Colossenses para responder a um interlocutor anônimo que lhe tinha perguntado: "Dizemos, portanto, que o Verbo gerado por Deus Pai sofreu depois por nós na sua carne". A resposta, em continuidade com o cântico, é afirmativa.

De fato, afirma Cirilo, "a imagem do Deus invisível, o primogênito de todas as criaturas, visível e invisível pelo qual e no qual tudo existe, foi dada - diz Paulo - como cabeça à Igreja: além disso, ele é o primogênito de muitos mortos", isto é, o primeiro na série dos mortos que ressuscitam. Ele, prossegue Cirilo, "renunciando à alegria que lhe fora proposta, sofreu a cruz, desprezando a ignomínia (Hb 12, 2). Nós dizemos que não foi um simples homem, cheio de honras, não sei como, pela sua união com ele sacrificado por nós, mas o próprio Senhor da glória foi crucificado" (Porque Cristo é um: Coleção de Textos Patrísticos, XXXVII, Roma 1983, pág. 101).

Diante deste Senhor da glória, sinal do amor supremo do Pai, também nós elevamos o nosso canto de louvor e nos prostramos em adoração e agradecimento.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 14 de Setembro de 2005

Salmo 131, 1-10: As promessas divinas feitas a Davi

Ouvimos a primeira parte do Salmo 131, um hino que a Liturgia das Vésperas nos oferece em dois momentos distintos. Não poucos estudiosos pensam que este cântico tenha ressoado na celebração solene do transporte da arca do Senhor, sinal da presença divina no meio do povo de Israel, em Jerusalém, a nova capital escolhida por Davi. Na narração deste acontecimento, do modo como nos é narrado pela Bíblia, lê-se que o rei Davi "cingindo a insígnia votiva de linho, dançava com todas as suas forças diante do Senhor. O rei e todos os israelitas conduziram a Arca do Senhor, com gritos de alegria e tocando trombetas" (2 Sm 6, 14-15).

Outros estudiosos, ao contrário, reconduzem o Salmo 131 a uma celebração comemorativa daquele acontecimento antigo, depois da instituição do culto no santuário de Sião por obra precisamente de Davi.

O nosso hino parece supor uma dimensão litúrgica: provavelmente era usado durante o desenvolvimento de uma procissão, com a presença de sacerdotes e fiéis e a participação de um coro.

Seguindo a Liturgia das Vésperas, deter-nos-emos sobre os primeiros dez versículos do Salmo, que agora proclamamos. No centro desta parte está colocado o juramento solene pronunciado por Davi. De fato, diz-se que ele deixando para trás o áspero contraste com o predecessor, o rei Saul, "fez juramento ao Senhor e um voto ao Deus de Jacó" (cf. Sl 131, 2). O conteúdo deste compromisso solene, expresso nos vv. 3-5, é claro: o soberano não entrará no palácio real de Jerusalém, não irá repousar tranquilo, se primeiro não tiver encontrado uma morada para a arca do Senhor.

Por conseguinte, deve haver no próprio centro da vida social uma presença que evoca o mistério de Deus transcendente. Deus e homem caminham juntos na história, e o templo tem a tarefa de assinalar de modo visível esta comunhão.

Neste ponto, depois das palavras de Davi, apresenta-se, talvez através das palavras de um coro litúrgico, a memória do passado. De fato, é reevocado o encontro da arca nos campos de Jaar, na região de Éfrata (cf. v. 6): permanecera ali durante muito tempo, depois de ter sido restituída pelos Filisteus a Israel, que a tinha perdido durante uma batalha (cf. 1 Sm 7, 1; 2 Sm 6, 2.11). Por isso, da província é conduzida à futura cidade santa e o nosso trecho termina com uma celebração de festa que vê, por um lado, o povo adorante (cf. Sl 131, 7.9), isto é, a as-

sembleia litúrgica e, por outro, o Senhor que volta a fazer-se presente e operante no sinal da arca colocada em Sião (cf. v. 8), no centro do seu povo.

A alma da liturgia encontra-se neste cruzamento entre sacerdotes e fiéis, por um lado, e por outro, o Senhor com o seu poder.

Como selo da primeira parte do Salmo 131 ressoa uma aclamação orante a favor dos reis sucessores de Davi: "Por amor de Davi, teu servo, não desvies o teu rosto do teu ungido" (v.10). Vê-se, portanto, o futuro sucessor de Davi, o "teu ungido". É fácil intuir uma dimensão messiânica nesta súplica, inicialmente destinada a impetrar amparo para o soberano hebraico nas provas da vida. A palavra "ungido" traduz de fato a palavra hebraica "Messias": o olhar do orante vai assim para além das vicissitudes do reino de Judas e projeta-se para a grande expectativa do "Consagrado" perfeito, o Messias que será sempre agradável a Deus, por ele amado e abençoado, e será não só de Israel, mas o "ungido", o rei para todo o mundo. Ele, Deus, está conosco e espera este "ungido", que depois veio na pessoa de Jesus Cristo.

Esta interpretação messiânica para o futuro "ungido" dominará a releitura cristã e alargar-se-á a todo o Salmo.

É significativa, por exemplo, a aplicação que Hesíquio de Jerusalém, um presbítero da primeira metade do século V, fará do v. 8 à encarnação de Cristo. Na sua *Segunda Homilia sobre a Mãe de Deus* ele dirige-se a Maria do seguinte modo: "Sobre ti e sobre Aquele que de ti nasceu, Davi não cessa de cantar sobre a cítara: "Levanta-te, Senhor, e entra no teu repouso, tu e a Arca do teu poder" (Sl 131, 8)". Quem é a "Arca do teu poder"? Hesíquio responde: "Evidentemente a Virgem, a Mãe de Deus. Porque, se tu és a pérola, ela é de direito a arca; se tu és o sol, necessariamente a Virgem será chamada céu; e se tu és a Flor incontaminada, a Virgem será a planta incorruptível, paraíso de imortalidade" (Textos marianos do primeiro milênio, I, Roma 1988, pp. 532-533).

Parece-me muito importante esta dupla interpretação. Cristo é o "Ungido", o Filho do próprio Deus encarnou-se. E a Arca da Aliança, a verdadeira morada de Deus no mundo, não feita de madeira mas de carne e sangue, é Nossa Senhora, que se oferece a si mesma ao Senhor como Arca da Aliança e nos convida a sermos, nós também, morada viva para Deus no mundo.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 21 de Setembro de 2005

Salmo 131, 11-18: Eleição de Davi e de Sião

Ressoou agora a segunda parte do Salmo 131, um cântico que evoca um acontecimento capital na história de Israel: a transladação da arca do Senhor para a cidade de Jerusalém.

Davi tinha sido o artífice desta transferência, testemunhado na primeira parte do Salmo, por nós já considerada. De fato, o rei tinha feito o juramento de não se estabelecer no palácio real se não tivesse encontrado primeiro uma moradia para a arca de Deus, sinal da presença do Senhor junto ao seu povo (cf. vv. 3-5).

Àquele juramento do soberano corresponde agora o juramento do próprio Deus: "O Senhor fez um juramento a Davi, uma promessa a que não faltará" (v. 11). Substancialmente esta promessa solene é a mesma que o profeta Natan fizera, em nome de Deus, ao próprio Davi; ela refere-se à descendência davídica futura, destinada a reinar estavelmente (cf. 2 Sm 7, 8-16).

Mas o juramento divino requer o compromisso humano, a ponto de estar condicionado por um "se": "Se os teus filhos guardarem a minha Aliança" (Sl 131, 12). À promessa e ao dom de Deus, que nada tem de mágico, deve corresponder a adesão fiel e laboriosa do homem num diálogo que relaciona duas liberdades, a divina e a humana.

A este ponto o Salmo transforma-se num cântico que exalta os maravilhosos efeitos quer do dom do Senhor, quer da fidelidade de Israel. De fato, experimentar-se-á a presença de Deus no meio do povo (cf. vv. 13-14): ele será como um habitante entre os habitantes de Jerusalém, como um cidadão que vive com os outros cidadãos as vicissitudes da história, oferecendo contudo a força da sua bênção.

Deus abençoará as colheitas, preocupando-se que os pobres sejam saciados (cf. v. 15); revestirá com o seu manto protetivo os seus sacerdotes oferecendo-lhes a salvação; fará com que todos os fiéis vivam na alegria e na confiança (cf. v. 16).

A bênção mais intensa é reservada mais uma vez a Davi e à sua descendência: "Ali farei surgir descendência para Davi e farei brilhar a luz do meu ungido. Cobrirei de vergonha os seus inimigos, mas sobre ele farei brilhar o seu diadema" (vv. 17-18).

Mais uma vez, como tinha acontecido na primeira parte do Salmo (cf. v. 10), entra em cena a figura do "Consagrado", em hebraico "Messias", relacionando assim a descendência davídica com o messianismo que, na releitura cristã, encontra plena atuação na figura de Cristo. As imagens usadas são vivazes: Davi é representado como um rebento que cresce vigoroso. Deus

ilumina o descendente davídico com uma lâmpada cintilante, símbolo de vitalidade e de glória; uma coroa esplendorosa marcará o seu triunfo sobre os inimigos e, por conseguinte, a vitória sobre o mal.

Em Jerusalém, no templo que conserva a arca e na dinastia davídica, realiza-se a dupla presença do Senhor, a presença no espaço e na história. O Salmo 131 torna-se, então, uma celebração do Deus-Emanuel que está com as suas criaturas, vive ao lado delas e beneficia-as, sob condição de que permaneçam unidas a ele na verdade e na justiça. O centro espiritual deste hino já é prelúdio à proclamação joanina: "E o Verbo fez-se carne e veio habitar conosco" (Jo 1, 14).

Concluímos recordando que o início desta segunda parte do Salmo 131 foi usado habitualmente pelos Padres da Igreja para descrever a encarnação do Verbo no seio da Virgem Maria.

Já Santo Ireneu, referindo-se à profecia de Isaías sobre a Virgem que está para dar à luz, explicava: "As palavras: "Ouve, pois, casa de Davi" (Is 7, 13) indicam que o rei eterno, que Deus tinha prometido a Davi de suscitar do "fruto do seu seio" (Sl 131, 11), é o mesmo que nasceu da Virgem, proveniente de Davi. Por isso, ele tinha prometido um rei que teria nascido do "fruto do seu seio", expressão que indica uma virgem grávida. Portanto a Escritura... situa e afirma o fruto do seio para proclamar que a geração daquele que deveria vir, teria vindo na Virgem. Precisamente como Isabel, cheia de Espírito Santo, confirmou dizendo a Maria: "Bendita és tu entre as mulheres e bendito é o fruto do teu seio" (Lc 1, 42). Assim o Espírito Santo indica àqueles que o querem ouvir que, com o parto da Virgem, isto é, de Maria, se cumpriu a promessa, feita por Deus a Davi, de suscitar um rei do fruto do seu seio" (Contra as heresias, 3, 21, 5: Já e Ainda Não, CCCXX, Milão 1997, p. 285).

E assim vemos no grande arco, que vai do Salmo antigo até à Encarnação do Senhor, a fidelidade de Deus. No Salmo já aparece e transparece o mistério de um Deus que habita conosco, que se torna um conosco na Encarnação. E esta fidelidade de Deus é a nossa confiança nas mudanças da história, é a nossa alegria.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 28 de Setembro de 2005

Salmo 134, 1-12: Louvai o Senhor que faz maravilhas

Apresenta-se agora diante de nós a primeira parte do Salmo 134, um hino de índole litúrgica, composto de alusões, reminiscências e referências de outros textos bíblicos. A liturgia, de fato, elabora com frequência os seus textos bíblicos haurindo do grande patrimônio da Bíblia um rico repertório de temas e orações, que sustentam o caminho dos fiéis.

Sigamos a elaboração orante desta primeira parte (cf. Sl 134, 1-12), que se abre com um amplo e apaixonado convite a louvar o Senhor (cf. vv. 1-3). O apelo dirige-se aos "servos do Senhor, que estão no templo do Senhor, nos átrios da casa do nosso Deus" (cf. vv. 1-2).

Portanto, estamos perante uma atmosfera viva do culto que se faz no templo, o lugar privilegiado e comunitário da oração. Ali experimenta-se de maneira eficaz a presença do "nosso Deus", um Deus "bom" e "amável", o Deus da eleição e da aliança (cf. vv. 3-4).

Depois do convite ao louvor, eis que uma voz solista proclama a profissão de fé, que tem início com uma fórmula "Eu sei" (v. 5). Este Creio constituirá a substância de todo o hino, que se revela uma proclamação da grandeza do Senhor (ibidem), manifestada nas suas obras maravilhosas.

A onipotência divina manifesta-se continuamente no mundo inteiro "no céu e na terra, nos mares e nos abismos". É Ele que faz as nuvens, os relâmpagos, a chuva e os ventos, imaginados como que se estivessem encerrados em "reservatórios" ou contentores (cf. vv. 6-7).

Mas é sobretudo outro aspecto da atividade divina que é celebrado nesta profissão de fé. Trata-se da admirável intervenção na história, onde o Criador mostra o rosto de redentor do seu povo e de soberano do mundo. Passam diante dos olhos de Israel recolhido em oração os grandes acontecimentos do Êxodo.

Antes de tudo, eis a comemoração sintética e essencial das "chagas" do Egito, os flagelos suscitados pelo Senhor para dominar o opressor (cf. vv. 8-9). Segue-se depois a evocação das vitórias alcançadas por Israel depois da longa caminhada no deserto. São atribuídas à intervenção poderosa de Deus, que "derrotou as grandes nações e matou os reis poderosos" (v. 10). Por fim, eis a meta tão desejada e esperada, a da terra prometida: "entregou a terra deles como herança, como herança a Israel, seu povo" (v. 12).

O amor divino tornou-se concreto e quase experimentável na história com todas as suas vicissitudes ásperas e gloriosas. A liturgia tem a tarefa de fazer com que os dons divinos estejam

sempre presentes, sobretudo na grande celebração pascal que é a raiz de todas as outras solenidades e constitui o emblema supremo da liberdade e da salvação.

Acolhamos o espírito do Salmo e o seu louvor a Deus repropondo-o através da voz de São Clemente Romano, do modo como ressoa na longa oração conclusiva da sua Carta aos Coríntios. Ele faz notar que, como no Salmo 134 sucede o rosto de Deus redentor, também a sua proteção, já concedida aos antigos padres, chega agora até nós em Cristo: "Senhor, faz resplandecer o teu rosto sobre nós, para o bem da paz, para nos proteger com a tua mão poderosa e livrar-nos de todos os pecados com o teu braço altíssimo e salvar-nos de quantos nos odeiam injustamente. Concede a concórdia e a paz a nós e a todos os habitantes da terra, como a concedeste aos nossos pais quando te invocavam santamente na fé e na verdade... A ti, o único capaz de realizar estes bens e outros maiores para nós, agradecemos por meio do grande Sacerdote e protetor das nossas almas, Jesus Cristo, pelo qual sejam dadas agora glória e magnificência a Ti, de geração em geração em todos os séculos" (60, 3-4; 61, 3: Coleção de Textos Patrísticos, V, Roma 1984, pp. 90-91).

Sim, também nós podemos recitar esta oração de um Papa do primeiro século, como nossa oração para o tempo presente. "Senhor, faz resplandecer o teu rosto sobre nós hoje, para o bem da paz. Concede a estes tempos concórdia e paz a nós e a todos os habitantes da terra, por Jesus Cristo que reina de geração em geração e pelos séculos dos séculos. Amém".

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 5 de Outubro de 2005

Salmo 134, 13-21: Só Deus é grande e eterno

O Salmo 134, um cântico com tons pascais, é-nos oferecido pela liturgia das Vésperas em dois trechos distintos. O que agora ouvimos trata a segunda parte (cf. vv. 13, 21), que termina com o aleluia, a exclamação de louvor ao Senhor que tinha iniciado o Salmo.

Depois de ter comemorado na primeira parte do hino o acontecimento do Êxodo, centro da celebração pascal de Israel, agora o Salmista confronta de maneira incisiva duas visões religiosas diferentes. Por um lado, eleva-se a figura do Deus vivo e pessoal que está no centro da fé autêntica (cf. vv. 13-14). A sua é uma presença eficaz e salvífica; o Senhor não é uma realidade imóvel e ausente, mas uma pessoa viva que "guia" os seus fiéis, "movido por piedade" deles, apoiando-os com o seu poder e o seu amor.

Por outro lado, emerge a idolatria (cf. vv. 15-18), expressão de uma religiosidade desviada e enganadora. De fato, o ídolo mais não é do que uma "obra das mãos do homem", um produto dos desejos humanos; por conseguinte, é importante superar as limitações criaturais. Ele possui uma forma humana com boca, olhos, ouvidos, garganta, mas é inerte, sem vida, como acontece precisamente com uma estátua inanimada (cf. Sl 113, 4-8).

O destino de quem adora estas realidades mortas é tornar-se semelhante a elas, impotente, inerte. Nesta descrição da idolatria como falsa religião está representada a eterna tentação do homem de procurar a salvação na "obra das nossas mãos", pondo a sua esperança na riqueza, no poder, no sucesso, na matéria. Infelizmente a quem se move nesta direção, que adora a riqueza, a matéria, acontece o que já tinha descrito de maneira eficaz o profeta Isaías: "Esta gente alimenta-se de cinzas, e o seu coração, extraviado, desencaminha-os. Não consegue salvar-se, dizendo: "Não será um puro engano o que tenho na mão direita?"" (Is 44, 20).

O Salmo 134, depois desta meditação sobre a verdadeira ou a falsa religião, sobre a fé genuína no Senhor do universo e da história e a idolatria, conclui-se com uma bênção litúrgica (cf. vv. 19-21), que coloca em cena uma série de figuras presentes no culto praticado no templo de Sião (cf. Sl 113, 9-13).

De toda a comunidade reunida no templo eleva-se ao Deus criador do universo e salvador do seu povo na história uma bênção coral, expressa na diversidade das vozes e na humildade da fé.

A liturgia é o lugar privilegiado para a escuta da Palavra divina, que torna presentes os atos salvíficos do Senhor, mas é também o âmbito no qual se eleva a oração comunitária que cele-

bra o amor divino. Deus e homem encontram-se num abraço de salvação, que encontra o seu cumprimento próprio na celebração litúrgica. Poderíamos dizer que esta é quase uma definição da liturgia: ela realiza um abraço de salvação entre Deus e o homem.

Ao comentar os versículos deste Salmo relativos aos ídolos e à semelhança que assumem com quantos neles confiam (cf. Sl 134, 15-18), Santo Agostinho faz notar: "De fato acreditai, irmãos, incide-se neles uma certa semelhança com os seus ídolos: certamente não no seu corpo, mas no seu homem interior. Eles têm ouvidos, mas não ouvem o que Deus lhes grita: "Quem tem ouvidos para ouvir, ouça". Têm olhos mas não vêem: isto é, têm os olhos do corpo, mas não os olhos da fé".

Eles não sentem a presença de Deus, Têm olhos mas não vêem. E do mesmo modo, "têm narinas mas não sentem odores. Somos o bom odor de Cristo em todos os lugares (cf. 2 Cor 2, 15). Que vantagem têm eles em possuir as narinas, se não conseguem perceber o perfume suave de Cristo?".

É verdade, reconhece Agostinho, existem ainda pessoas ligadas à idolatria; isto é válido também para o nosso tempo, com o seu materialismo que é uma idolatria. Agostinho acrescenta: mesmo se estas pessoas permanecem, continua esta idolatria; "mas há contudo, todos os dias, pessoas que, convencidas dos milagres de Cristo Senhor, abraçam a fé e graças a Deus também hoje acontece! Todos os dias se abrem olhos aos cegos e ouvidos aos surdos, começam a respirar narinas que antes estavam fechadas, dissolvem-se as línguas dos mudos, consolidam-se os membros dos paralíticos, endireitam-se os pés tortos. De todas estas pedras saem filhos de Abraão (cf. Mt 3, 8). Por conseguinte, diga-se também a todos eles: "Casa de Israel, bendiz ao Senhor"... Bendizei o Senhor vós, todos os povos! Isto significa: "Casa de Israel". Bendizei-o vós, prelados da Igreja! Isto significa "Casa de Aarão". Bendizei-o, vós, ministros! Isto significa "Casa de Levi". E que dizer das outras nações? "Vós que temeis o Senhor, bendizei-o"" (Exposição sobre o Salmo 134, 2425: Nova Biblioteca Agostiniana, XXVIII, Roma 1977, pp. 375.377).

Apropriemo-nos deste convite e bendigamos, louvemos e adoremos o Senhor, o Deus vivo e verdadeiro.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 12 de Outubro de 2005

Salmo 121: Saudação à Cidade santa de Jerusalém

É um dos mais bonitos e apaixonantes Cânticos graduais o que agora ouvimos e apreciamos em oração. Trata-se do Salmo 121, uma celebração viva e partícipe em Jerusalém, a cidade santa para a qual se dirigem os peregrinos.

De fato, logo na abertura, fundem-se juntamente os dois momentos vividos pelo fiel: o do dia em que aceitou o convite a ir "para a casa do Senhor" (v. 1) e o da chegada jubilosa às "portas" de Jerusalém (cf. v. 2); agora os pés pisam finalmente aquela terra santa e amada. Precisamente, então, os lábios se abrem a um cântico de festa em honra de Sião, considerada no seu profundo significado espiritual.

"Cidade bem construída" (v. 3), símbolo de segurança e de estabilidade, Jerusalém é o coração da unidade das doze tribos de Israel, que para ela convergem como centro da sua fé e do seu culto. Com efeito, ali, elas "sobem para louvar o nome do Senhor" (cf. v. 4), no lugar que a "Lei de Israel" (Dt 12, 13-14; 16, 16) estabeleceu como único santuário legítimo e perfeito.

Existe em Jerusalém outra realidade relevante, também ela sinal da presença de Deus em Israel: são "os tribunais da casa de Davi" (v. 5), isto é, governa a dinastia davídica, expressão da ação divina na história, que teria chegado com o Messias (2 Sm 7, 8-16).

Os "tribunais da casa de Davi" são ao mesmo tempo chamados "tribunais de justiça" (cf. Sl 121, 5), porque o rei era também o juiz supremo. Assim Jerusalém, capital política, também era a sede judiciária suprema, onde se resolviam em última instância as controvérsias: desta forma, saindo de Sião, os peregrinos hebreus regressavam às suas cidades mais justos e pacificados.

Assim, o Salmo traçou um retrato ideal da cidade santa na sua função religiosa e social, mostrando que a religião bíblica não é abstrata nem intimidatória, mas é fermento de justiça e de solidariedade. À união com Deus segue necessariamente a dos irmãos entre si.

Chegamos agora à invocação final (cf. vv. 6-9). Ela está toda ritmada sobre a palavra hebraica *shalom*, "paz", tradicionalmente considerada na base do próprio nome da cidade santa Jerushalaim, interpretada como "cidade da paz".

Como sabemos, *shalom* faz alusão à paz messiânica, que reúne em si alegria, prosperidade, bem, abundância. Aliás, na saudação final que o peregrino dirige ao templo, à "casa do Senhor nosso Deus", acrescenta à paz o "bem": "pedirei para ti o bem" (v. 9). Tem-se assim de forma antecipada a saudação franciscana: "Paz e bem!". Todos temos um pouco de alma fran-

ciscana. É um voto de bênção para os fiéis que amam a cidade santa, para a sua realidade física de muros e casas nos quais pulsa a vida de um povo, para todos os irmãos e amigos. Desta forma Jerusalém tornar-se-á um lar de harmonia e de paz.

Concluindo a nossa meditação sobre o Salmo 121 com uma sugestão de reflexão feita pelos Padres da Igreja, para os quais a antiga Jerusalém era sinal de outra Jerusalém, também ela "construída como cidade sólida e compacta". Esta cidade – recorda São Gregório Magno nas *Homilias sobre Ezequiel* – "já possui uma grande construção nos costumes dos santos. Num edifício, uma pedra serve de base para outra, porque se coloca uma pedra sobre outra, e quem ampara outro é, por sua vez, amparado por alguém. Assim, precisamente assim, na santa Igreja, cada um ampara o outro e é amparado. Os mais próximos amparam-se reciprocamente, e assim por meio deles eleva-se o edifício da caridade. Eis por que Paulo admoesta, dizendo: "Carregai o peso uns dos outros e assim cumprireis a Lei de Cristo" (Gl 6, 2). Realçando a força desta lei, diz: "é no amor que está o pleno cumprimento da lei" (Rm 13, 10). Se eu, de fato, não me esforço por vos aceitar tal como sois, e se vós não vos comprometerdes a aceitar-me tal como sou, não pode erguer-se o edifício da caridade entre nós, mesmo estando unidos por amor recíproco e paciente".

E, para completar a imagem, não esqueçamos que "há um alicerce que suporta todo o peso da construção, é o nosso Redentor, o qual sozinho consente no seu conjunto os costumes de todos nós. Dele o Apóstolo diz: "ninguém pode pôr um alicerce diferente do que já foi posto: Jesus Cristo" (1 Cor 3, 11). O fundamento suporta as pedras e não é suportado pelas pedras; isto é, o nosso Redentor carrega o peso de todas as nossas culpas, mas n'Ele não houve culpa alguma a ser tolerada" (2, 1, 5: Obras de Gregório Magno, III2, Roma, pp. 27.29).

E assim o grande Papa São Gregório diz-nos o que significa o Salmo concretamente para a prática da nossa vida, diz-nos que devemos ser na Igreja de hoje uma verdadeira Jerusalém, isto é, um lugar de paz, "suportando-nos uns aos outros" tal como somos; "suportando-nos juntos" na alegre certeza de que o Senhor nos "suporta a todos". E assim cresce a Igreja como uma verdadeira Jerusalém, um lugar de paz. Mas queremos também rezar pela cidade de Jerusalém para que seja cada vez mais um lugar de encontro entre as religiões e os povos; para que seja realmente um lugar de paz.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 19 de Outubro de 2005

Salmo 129: Das profundezas clamo a ti

Foi proclamado um dos Salmos mais célebres e amados pela tradição cristã: o *De profundis*, assim chamado devido ao seu início na versão latina. Com o *Miserere*, ele tornou-se um dos Salmos penitenciais preferidos na devoção popular.

Além da sua aplicação fúnebre, o texto é antes de tudo um cântico à misericórdia divina e à reconciliação entre o pecador e o Senhor, um Deus justo e sempre pronto a revelar-se "misericordioso e clemente, vagaroso na ira, cheio de bondade e fidelidade, que mantém a sua graça até à milésima geração, que perdoa a iniquidade, a rebeldia e o pecado" (Êx 34, 6-7). Precisamente por este motivo o nosso Salmo encontra-se inserido na liturgia vespertina do Natal e de toda a oitava do Natal, assim como na do IV domingo de Páscoa e da solenidade da Anunciação do Senhor.

O Salmo 129 inicia com uma voz que se eleva das profundezas do mal e da culpa (cf. vv. 1-2). O eu orante dirige-se ao Senhor dizendo: "clamo a ti, Senhor". Depois, o Salmo desenvolve-se em três momentos delicados o tema do pecado e do perdão. Dirigimo-nos antes de tudo a Deus, interpelado diretamente com o "Tu": "Se fazes conta das culpas, Senhor, quem poderá se manter? Mas contigo está o perdão, para que sejas temido" (vv. 3-4).

É significativo o fato de que aquilo que gera o temor, atitude de respeito misturado com amor, não é o castigo mas o perdão. Mais que a cólera de Deus, deve causar em nós um santo temor a sua magnanimidade generosa e desarmante. De fato, Deus não é soberano inexorável que condena o culpado, mas um pai amoroso, que devemos amar não por receio de uma punição, mas pela sua bondade pronta a perdoar.

No centro do segundo momento está o "eu" do orante que já não se dirige ao Senhor, mas fala dele: "Eu espero, Iahweh... Minha alma aguarda o Senhor mais que os guardas pela aurora" (vv. 5-6). Agora florescem no coração do Salmista arrependido a expectativa, a esperança, a certeza de que Deus pronunciará uma palavra libertadora e cancelará o pecado.

A terceira e última etapa no desenvolvimento do Salmo abrange todo o Israel, ao povo muitas vezes pecador e consciente da necessidade da graça salvífica de Deus: "Israel espera pelo Senhor, porque nele há misericórdia, e com Ele é abundante a redenção. Ela há-de livrar Israel de todos os seus pecados" (vv. 7-8).

A salvação pessoal, antes implorada pelo orante, é agora ampliada a toda a comunidade. A fé do Salmista insere-se na fé histórica do povo da Aliança, "remido" pelo Senhor não só pelas

angústias da opressão egípcia, mas também "por todas as culpas". Pensamos que o povo da eleição, o povo de Deus agora somos nós. Também a nossa fé se insere na fé comum da Igreja. E precisamente assim nos dá a certeza de que Deus é bom para conosco e nos liberta das nossas culpas.

Partindo do abismo tenebroso do pecado, a súplica do *De profundis* alcança o horizonte luminoso de Deus, onde domina "a misericórdia e a redenção" duas grandes características do Deus que é amor.

Recomendemo-nos agora à meditação que a tradição cristã fez sobre este Salmo. Escolhamos a palavra de Santo Ambrósio: nos seus escritos, ele recorda com frequência os motivos que estimulam a invocar o perdão de Deus.

"Temos um Senhor bom que a todos quer perdoar", recorda ele no tratado sobre *A penitência*, e acrescenta: "Se queres ser justificado, confessa o teu crime: uma humilde confissão dos pecados desfaz o enlace das culpas... Tu vês com qual esperança de perdão te estimula a confessar" (2, 6, 40-41: *Sancti Ambrosii Episcopi Mediolanensis Opera SAEMO*, XVII, Milão-Roma 1982, p. 235).

Na Exposição do Evangelho segundo Lucas, repetindo o mesmo convite, o Bispo de Milão expressa a admiração pelos dons que Deus acrescenta ao seu perdão: "Vê como Deus é bom, e disposto a perdoar os pecados: não só volta a dar o que tinha tirado, mas concede também dons inesperados". Zacarias, pai de João Batista, tinha permanecido mudo por não ter acreditado no anjo, mas depois, perdoando-o, Deus concedera-lhe o dom de profetizar no canto do "*Benedictus*": "Aquele que pouco antes era mudo, agora já profetiza", observa santo Ambrósio, "é uma das maiores graças do Senhor, que precisamente aqueles que o renegaram o confessem. Por conseguinte, ninguém desanime, ninguém desespere das recompensas divinas, mesmo se o atormentam antigos pecados. Deus sabe mudar o parecer, se tu souberes emendar a culpa" (2, 33: *SAEMO*, XI, Milão-Roma 1978, p. 175).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 26 de Outubro de 2005

Carta aos Filipenses (2, 6-11): Cristo, servo de Deus

Mais uma vez, seguindo o percurso proposto pela Liturgia das Vésperas com os vários Salmos e cânticos, ouvimos ressoar o maravilhoso e fundamental hino inserido por São Paulo na Carta aos Filipenses (2, 6-11).

No passado, já realçamos que o texto contém um duplo movimento: descendente e ascendente. No primeiro, Jesus Cristo, do esplendor da divindade que lhe pertence por natureza escolhe descer até à humilhação da "morte de cruz". Assim ele mostra-se verdadeiramente homem e nosso redentor, com uma participação autêntica e plena na nossa realidade humana de sofrimento e de morte.

O segundo movimento, o ascendente, revela a glória pascal de Cristo que, depois da morte, se manifesta de novo no esplendor da sua majestade divina.

O Pai, que tinha acolhido o ato de obediência do Filho na Encarnação e na Paixão, "exalta-o" agora de maneira supra-eminente, como diz o texto grego. Esta exaltação é expressa não só através da entronização à direita de Deus, mas também com o conferimento a Cristo de um "nome que está acima de todo o nome" (v. 9).

Pois bem, na linguagem bíblica o "nome" indica a verdadeira essência e a função específica de uma pessoa, manifesta a sua realidade íntima e profunda. Ao Filho, que por amor se humilhou na morte, o Pai confere uma dignidade incomparável, o "Nome" mais excelso, o de "Senhor", precisamente do próprio Deus.

De fato, a proclamação de fé, entoada coralmente pelo céu, pela terra e pelos ínferos prostrados em adoração, é clara e explícita: "Jesus Cristo é o Senhor" (v. 11). Em grego, afirma-se que Jesus é *Kyrios*, um título certamente real, que na tradução grega da Bíblia tornava o nome de Deus revelado a Moisés, nome sagrado e impronunciável. Então, por um lado, há o reconhecimento do senhorio universal de Jesus Cristo, que recebe a homenagem de toda a criação, Cristo como súdito prostrado aos seus pés. Mas por outro, a aclamação de fé declara Cristo subsistente na forma ou condição divina, apresentando-o por conseguinte como digno de adoração. Com este nome "*Kyrios*" reconhece-se Cristo, verdadeiro Deus.

Neste hino a referência ao escândalo da cruz (cf. 1 Cor 1, 23), e ainda antes à verdadeira humanidade do Verbo feito homem (cf. Jo 1, 14), entrelaça-se e tem o seu ápice no acontecimento da ressurreição. À obediência sacrifical do Filho segue-se a resposta glorificante do Pai, à qual se une a adoração por parte da humanidade e da criação. A singularidade de Cristo

emerge da sua função de Senhor do mundo remido, que lhe foi conferida devido à sua obediência perfeita "até à morte". O projeto de salvação tem no Filho o seu pleno cumprimento e os fiéis são convidados sobretudo na liturgia a proclamá-lo e a viver os seus frutos.

Esta é a meta à qual nos conduz o hino cristológico que há séculos a Igreja medita, canta e considera guia de vida: "Tende em vós os mesmos sentimentos, que estão em Cristo Jesus" (Fl 2, 5).

Confiemo-nos agora à meditação que são Gregório Nazianzeno fez sabiamente sobre o nosso hino. Num poema em honra de Cristo, o grande Doutor da Igreja do IV século declara que Jesus Cristo "não se despojou de nenhuma parte constitutiva da sua natureza divina, e não obstante isto salvou-me como um curador que se inclina sobre as feridas fétidas... Era da estirpe de Davi, mas foi o criador de Adão. Tinha a carne, mas também desconhecia o corpo. Foi gerado por uma mãe, mas por uma mãe virgem; era circunscrito, mas também imenso. E acolheu-o uma manjedoura, mas uma estrela fez de guia aos Magos, que chegaram trazendo-lhe dons e diante deles dobraram os joelhos. Como um mortal lutou com o demônio, mas, sendo invencível, superou o tentador com um tríplice combate... Foi vítima, mas também sumo sacerdote; foi sacrificador, mesmo sendo Deus. Ofereceu o seu sangue, e deste modo purificou o mundo inteiro. Foi elevado da terra numa cruz, mas o pecado permaneceu crucificado... Morreu, mas ressurgiu dos ínferos e ressuscitou muitos que estavam mortos. O primeiro acontecimento é característico da miséria humana, mas o segundo é próprio da riqueza do ser incorpóreo... O Filho imortal assumiu em si aquela forma terrena, porque te quer bem" (Carmina arcana, 2: Collanna di Testi Patristici, LVIII, Roma 1986, pp. 236-238).

No final desta meditação gostaria de realçar duas palavras da nossa vida. Em primeiro lugar, esta admoestação de São Paulo: "Tende em vós os mesmos sentimentos, que estão em Cristo Jesus". Aprender a sentir como Jesus sentia; conformar o nosso modo de pensar, de decidir, de agir com os sentimentos de Cristo; encaminhemo-nos pela via justa. A outra palavra é de São Gregório Nazianzeno: "Ele, Jesus, quer-te bem". Esta palavra de ternura é para nós um grande alívio e conforto, mas também uma grande responsabilidade, dia após dia.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 2 de Novembro de 2005

Salmo 111: Bem-aventurança do homem justo

Depois de ter celebrado ontem a solene festa de todos os Santos do céu, hoje fazemos memória de todos os fiéis defuntos. A liturgia convida-nos a rezar pelos nossos queridos que faleceram, dirigindo o pensamento para o mistério da morte, herança comum de todos os homens.

Iluminados pela fé, olhamos para o enigma humano da morte com serenidade e esperança.

Segundo a Escritura, de fato, ela mais do que um fim, é um nascimento novo, é a passagem obrigatória através da qual podem alcançar a vida em plenitude aqueles que modelam a sua existência terrena segundo as indicações da Palavra de Deus.

O salmo 111, composição de tipo sapiencial, apresenta-nos a figura destes justos, os quais temem o Senhor, reconhecem a sua transcendência e aderem com confiança e amor à sua vontade na expectativa de O encontrar depois da morte.

A estes fiéis está reservada uma "bem-aventurança": "Feliz o homem que teme o Senhor" (v. 1). O Salmista esclarece imediatamente em que consiste tal temor: ele manifesta-se na docilidade aos mandamentos de Deus. É proclamado bem-aventurado aquele que "sente grande alegria" em guardar os mandamentos, encontrando neles alegria e paz.

A docilidade a Deus é, por conseguinte, raiz de esperança e de harmonia interior e exterior. A observância da lei moral é fonte de profunda paz da consciência. Aliás, segundo a visão bíblica da "retribuição", sobre o justo estende-se o manto da bênção divina, que imprime estabilidade e sucesso às suas obras e às dos seus descendentes: "A sua descendência será poderosa sobre a terra, e bendita, a geração dos justos" (vv. 2-3; cf. v. 9). Sem dúvida, a esta visão otimista opõem-se as observações amargas do justo Jó, que experimenta o mistério do sofrimento, se sente injustamente punido e submetido a provas aparentemente insensatas. Jó representa muitas pessoas justas que sofrem duramente no mundo. Por conseguinte, será necessário ler este Salmo no contexto global da Sagrada Escritura, até à cruz e à ressurreição do Senhor. A Revelação inclui a realidade da vida humana em todos os seus aspectos.

Contudo, permanece válida a confiança que o Salmista deseja transmitir e fazer experimentar a quem escolheu seguir o caminho de um comportamento moralmente irrepreensível, contra qualquer alternativa de sucesso ilusório obtido através da injustiça e da imoralidade.

O centro desta fidelidade à Palavra divina consiste numa opção fundamental, isto é, a caridade para com os pobres e os necessitados: "Feliz o homem que se compadece e empresta... Reparte do que é seu com os pobres" (vv. 5.9). Portanto, o fiel é generoso; respeitando a norma bí-

blica, ele concede empréstimos aos irmãos em necessidade, sem juros (cf. Dt 15, 7-11) e sem cair na infâmia da usura que destrói a vida dos miseráveis.

O justo, aceitando a admoestação constante dos profetas, declara-se do lado dos marginalizados, e ampara-os com ajudas abundantes. "Reparte do que é seu com os pobres", diz o versículo 9, expressando assim uma extrema generosidade, completamente desinteressada.

O Salmo 111, paralelamente com o retrato do homem fiel e caridoso, "bom, misericordioso e justo", apresenta no fim, num só versículo (cf. v. 10), também o perfil do malvado. Este indivíduo assiste ao sucesso da pessoa justa enfurecido de raiva e de inveja. É o tormento de quem tem uma má consciência, ao contrário do homem generoso que "tem o seu coração firme e seguro" (vv. 7-8).

Nós fixamos o nosso olhar no rosto sereno do homem fiel que "reparte do que é seu com os pobres" e confiamo-nos para a nossa reflexão conclusiva às palavras de Clemente Alexandrino, o Padre da Igreja do século II, que comentou uma afirmação difícil do Senhor. Na parábola sobre o administrador injusto encontra-se a expressão segundo a qual devemos fazer o bem com o "dinheiro desonesto". Daqui surge a pergunta: o dinheiro, a riqueza, são em si injustos, ou o que pretende dizer o Senhor? Clemente Alexandrino explica muito bem este conceito na sua homilia "Qual é o rico que se salvará", e diz: com esta afirmação Jesus "declara injusto por natureza qualquer bem que alguém possua para si mesmo como bem próprio e não o reparta com aqueles que têm necessidade; mas declara também que desta injustiça é possível realizar uma obra justa e saudável, dando repouso a alguns dos pequeninos que habitam eternamente junto do Pai (cf. Mt 10, 42; 18, 10)" (31, 6: Collana di Testi Patristici, CXLVIII, Roma 1999, pp. 56-57).

E, dirigindo-se ao leitor, Clemente adverte: "Observa em primeiro lugar que ele não te comandou que te faças suplicar nem que esperes ser suplicado, mas que procures tu mesmo aqueles que são dignos de ser ouvidos, porque são discípulos do Salvador" (31, 7; ibidem, p. 57).

Recorrendo depois a outro texto bíblico, comenta: "É, pois, a frase do apóstolo: "Deus ama quem dá com alegria" (2 Cor 9, 7), quem sente prazer em doar e não semeia escassamente, para não recolher do mesmo modo, mas partilha sem amarguras nem distinções ou sofrimentos, e isto é praticar autenticamente o bem" (31, 8: ibidem).

No dia da comemoração dos defuntos, como disse no início, todos somos chamados a confrontar-nos com o enigma da morte e, por conseguinte, como viver bem, como encontrar a felicidade. E este Salmo responde: bem-aventurado o homem que doa; bem-aventurado o homem que não usa a vida para si mesmo mas partilha; feliz o homem que é misericordioso,

bom e justo; feliz o homem que vive do amor de Deus e do próximo. Assim vivemos bem e não devemos ter receio da morte, porque estamos na felicidade que provém de Deus e que permanece para sempre.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 9 de Novembro de 2005

Salmo 135, 1-9: Hino pascal

Foi chamado "O grande Hallel", ou seja, o louvor solene e grandioso que o judaísmo entoava durante a liturgia pascal. Falamos do Salmo 135, do qual ouvimos a primeira parte, segundo a divisão proposta pela Liturgia das Vésperas (cf. vv. 1-9).

Antes de tudo detenhamo-nos no refrão: "porque o seu amor é eterno". No centro da frase ressoa a palavra "misericórdia" que, na realidade, é uma tradução legítima, mas limitada, do vocábulo originário hebraico *hesed*. De fato, ele faz parte da linguagem característica da Bíblia para exprimir a aliança que intercorre entre o Senhor e o seu povo. A palavra procura definir as atitudes que se estabelecem no interior desta relação: a fidelidade, a lealdade, o amor e evidentemente a misericórdia de Deus. Temos aqui a representação sintética do vínculo profundo e interpessoal instaurado pelo Criador com a sua criatura. Dentro desta relação, Deus não é apresentado na Bíblia como um Senhor impassível e implacável, nem como um ser obscuro e indecifrável, semelhante ao destino, contra cuja força misteriosa é inútil lutar. Ele manifesta-se ao contrário como uma pessoa que ama as suas criaturas, vigia sobre elas, as segue no caminho da história e sofre pelas infidelidades que muitas vezes o povo opõe ao seu *hesed*, ao seu amor misericordioso e paterno.

O primeiro sinal visível desta caridade cristã – diz o Salmista – deve procurar-se na criação. O olhar, repleto de admiração e estupefação, detém-se antes de tudo na criação: os céus, a terra, as águas, o sol, a lua e as estrelas.

Ainda antes de descobrir o Deus que se revela na história de um povo, há uma revelação cósmica, aberta a todos, oferecida à humanidade inteira pelo único Criador, "Deus dos deuses" e "Senhor dos senhores" (cf. vv. 2-3).

Como tinha cantado o Salmo 18, "os céus proclamam a glória de Deus; o firmamento anuncia a obra das suas mãos. Um dia passa ao outro esta mensagem e uma noite dá conhecimento à outra noite" (vv. 2-3). Portanto, existe uma mensagem divina, secretamente gravada na criação e sinal do *hesed*, da fidelidade amorosa de Deus que doa às suas criaturas o ser e a vida, a água e o alimento, a luz e o tempo.

É preciso ter olhos límpidos para contemplar esta revelação divina, recordando a admoestação do Livro da Sabedoria, que nos convida a "contemplar na grandeza e na beleza das criaturas, por analogia, o seu Criador" (cf. Sb 13, 5; cf. Rm 1, 20). O louvor orante desemboca então na

contemplação das "maravilhas" de Deus (cf. Sl 135, 4), espalhadas pela criação e transforma-se num jubiloso hino de louvor e de agradecimento ao Senhor.

Por conseguinte ascende-se das obras criadas à grandeza de Deus, à sua amorosa misericórdia. É o que nos ensinam os Padres da Igreja, em cuja voz ressoa a constante Tradição cristã.

Assim, São Basílio Magno numa das páginas iniciais da sua primeira homilia sobre *Exameron*, na qual comenta a narração da criação segundo o primeiro capítulo do Gênesis, detém-se a considerar a ação sábia de Deus, e termina reconhecendo na bondade divina o centro propulsor da criação. Eis algumas expressões tiradas da longa reflexão do santo Bispo de Cesareia da Capadócia:

""No princípio Deus criou o céu e a terra". A minha palavra rende-se, subjugada pela estupefação deste pensamento" (1, 2, 1: Sulla Genesi Omelie sullEsamerone, Milão 1990, pp. 9.11). De fato, também se alguns, enganados pelo ateísmo que levavam dentro de si, imaginaram o universo privado de orientação e de ordem, como que à mercê das circunstâncias, o escritor sagrado ao contrário "esclareceu-nos de imediato a mente com o nome de Deus no início da narração, dizendo: "No princípio Deus criou". E que beleza nesta ordem!" (1, 2, 4: ibidem, p. 11). "Se portanto o mundo tem um princípio e foi criado, procura quem lhe deu o início e quem é o seu Criador... Moisés preveniu-te com o seu ensinamento imprimindo nas nossas almas como selo e filactera o santíssimo nome de Deus, quando diz: "No princípio Deus criou". Na natureza bem-aventurada, a bondade sem inveja, aquele que é objeto de amor por parte de todos os seres razoáveis, a beleza mais que qualquer outra desejável, o princípio dos seres, a fonte da vida, a luz intelectiva, a sabedoria inacessível, em suma, Ele "no princípio criou o céu e a terra" (1, 2, 6-7: ibidem, p. 13).

Penso que as palavras deste Padre do século IV são de uma atualidade surpreendente quando diz: "Alguns, deixando-se enganar pelo ateísmo que levavam dentro de si, imaginaram um universo privado de orientação e de ordem, como que à mercê das circunstâncias".

Quantos são hoje estes "alguns". Eles, deixando-se enganar pelo ateísmo, consideram e procuram demonstrar que é científico pensar que tudo está privado de ordem, como que à mercê das circunstâncias. O Senhor com a Sagrada Escritura desperta a razão que dorme e diz-nos: no início está a Palavra criadora. No início a Palavra criadora – esta Palavra que tudo criou, que criou este projeto inteligente que é o cosmos – também é amor.

Por conseguinte, deixemo-nos despertar por esta Palavra de Deus; rezemos para que ela esclareça também a nossa mente, para que possamos compreender a mensagem da criação inscrita também no nosso coração que o princípio de tudo é a Sabedoria criadora, e esta Sabedoria é amor, é bondade: "A sua misericórdia permanece eternamente".

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 16 de Novembro de 2005

Salmo 135, 10-26: Ação de graças pela salvação realizada por Deus

A nossa reflexão volta ao hino de louvor do Salmo 135 que a Liturgia das Vésperas propõe em duas etapas sucessivas, seguindo uma distinção específica que a composição oferece a nível temático. De fato, a celebração das obras do Senhor delineia-se em dois âmbitos, o do espaço e o do tempo.

Na primeira parte (cf. vv. 1-9), que foi objeto da nossa meditação precedente, o cenário era composto por atos divinos dispostos na criação: eles deram origem às maravilhas do universo. Assim, naquela parte do Salmo proclama-se a fé em Deus criador, que se revela através das suas criaturas cósmicas. Agora, porém, o jubiloso canto do Salmista, chamado pela tradição judaica "O grande Hallel", ou seja, o maior louvor que nos eleva ao Senhor, conduz-nos a um horizonte diverso, ao da história. Portanto, a primeira parte fala da criação como reflexo da beleza de Deus, a segunda fala da história e do bem que Deus realizou para nós no decorrer da história. Sabemos que a Revelação bíblica proclama repetidamente que a presença de Deus salvador se manifesta de modo particular na história da salvação (cf. Dt 26, 5-9; Js 24, 1-13).

Assim, desfilam diante do orante as ações libertadoras do Senhor que têm o seu coração no acontecimento fundamental do êxodo do Egito. Com ele está profundamente relacionada a difícil viagem pelo deserto do Sinai, cujo meta derradeira é a terra prometida, o dom divino que Israel continua a experimentar em todas as páginas da Bíblia.

A célebre travessia do Mar Vermelho, "dividido em duas partes", como que rasgado e dominado como um monstro domado (cf. Sl 135, 13), faz nascer o povo livre e chamado a uma missão e a um destino glorioso (cf. vv. 14-15; Êx 15, 1-21), que terá a sua releitura cristã na plena libertação do mal com a graça batismal (cf. 1 Cor 10, 1-4). Depois, abre-se o itinerário do deserto: lá o Senhor está representado como um guerreiro que, prosseguindo a obra de libertação iniciada na travessia do Mar Vermelho, se declara em defesa do seu povo ferindo os adversários. Deserto e mar representam, portanto, a passagem através do mal e da opressão para receber o dom da liberdade e da terra prometida (cf. Sl 135, 16-20).

No final, o Salmo apresenta aquela terra que a Bíblia exalta de modo entusiasta como "terra ótima, terra de torrentes de água, de fontes e de nascentes, que jorram por vales e montes; terra de trigo, cevada, videiras, figos e de romãs; terra de oliveiras, azeite e mel; terra onde não comerás pouco pão, onde nada te faltará, terra onde as pedras são de ferro e de cujas montanhas extrairás cobre" (Dt 8, 7-9).

Esta celebração enfática, que vai além da realidade daquela terra, quer exaltar o dom divino, dirigindo a nossa expectativa para o dom mais nobre da vida eterna com Deus. Um dom que permite que o povo seja livre, um dom que nasce como se continua a repetir na antífona que marca cada versículo do *hesed* do Senhor, isto é, da sua "misericórdia", da sua fidelidade ao compromisso assumido na aliança com Israel, do seu amor que continua a revelar-se através da "recordação" (cf. Sl 135, 23). No tempo da "humilhação", ou seja, nas provas e opressões sucessivas, Israel descobrirá sempre a mão salvadora do Deus da liberdade e do amor. Também no tempo da fome e da miséria o Senhor entra em ação para oferecer a toda a humanidade o alimento, confirmando a sua identidade de criador (cf. v. 25).

Por conseguinte, com o Salmo 135 entrelaçam-se duas modalidades da única Revelação divina, a cósmica (cf. vv. 4-9) e a histórica (cf. vv. 10-25). Sem dúvida, o Senhor é transcendente como criador e árbitro do ser; mas também está próximo das suas criaturas, entrando no espaço e no tempo. Não permanece fora, no céu longínquo. Aliás, a sua presença no meio de nós alcança o seu ápice na Encarnação de Cristo.

É quanto proclama a releitura cristã do Salmo de modo límpido, como é confirmado pelos Padres da Igreja que vêem o vértice da história da salvação e o sinal supremo do amor misericordioso do Pai no dom do Filho, como salvador e redentor da humanidade (cf. Jo 3,16).

Assim, são Cipriano, um mártir do século III, ao iniciar o seu tratado sobre *As obras de caridade e a esmola*, contempla com admiração as obras que Deus realizou em Cristo, seu Filho, a favor do seu povo, irrompendo por fim num reconhecimento apaixonado da sua misericórdia. "Caríssimos irmãos, são muitos e grandiosos os benefícios de Deus, que a bondade generosa e abundante de Deus Pai e de Cristo realizou e sempre realizará para a nossa salvação; de fato, para nos preservar de uma nova vida e para nos podermos redimir, o Pai enviou o Filho; o Filho, que tinha sido enviado, quis ser chamado também Filho do homem, para que nos tornássemos filhos de Deus: humilhou-se, para elevar o povo que antes jazia por terra, foi ferido para curar as nossas feridas, tornou-se escravo para nos conduzir à liberdade, a nós que éramos escravos. Aceitou morrer, para poder oferecer aos mortais a imortalidade. São estes os numerosos e grandiosos dons da divina misericórdia" (1: Tratados: Coleção de Textos Patrísticos, CLXXV, Roma, 2004, p. 108).

Com estas palavras o santo Doutor da Igreja desenvolve o Salmo com uma ladainha dos benefícios que Deus nos fez, acrescentando ao que o Salmista ainda não conhecia, mas já esperava, o verdadeiro dom que Deus nos fez: o dom do Filho, o dom da Encarnação, na qual Deus se doou a nós, na Eucaristia e na sua Palavra, todos os dias, até ao fim da história. O nosso perigo é que a memória do mal, dos males suportados, muitas vezes seja mais forte do que a

memória do bem. O Salmo serve para despertar em nós também a memória do bem, do muito bem que o Senhor nos faz, e que podemos ver se o nosso coração estiver atento: é verdade, a misericórdia de Deus é eterna, está presente dia após dia.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 23 de Novembro de 2005

Carta aos Efésios 1, 3-10: Deus Salvador

Todas as semanas a Liturgia das Vésperas propõe à Igreja orante o solene hino de abertura da Carta aos Efésios, o texto que foi agora proclamado. Ele pertence ao gênero das *berakot*, ou seja, das "bênçãos" que já se encontram no Antigo Testamento e que terão uma ulterior difusão na tradição judaica. Por conseguinte, trata-se de uma continuidade constante no louvor que se eleva a Deus, que na fé cristã é celebrado como "Pai do Senhor Jesus Cristo".

É por isso que, no nosso louvor hínico, Cristo é a figura central, na qual se revela e cumpre a obra de Deus Pai. De fato, os três verbos principais deste Cântico longo e compacto conduzem-nos sempre para o Filho.

Deus "escolheu-nos em Cristo" (Ef 1, 4): é a nossa vocação à santidade e à filiação adoptiva e, por conseguinte, à fraternidade com Cristo. Este dom, que transforma radicalmente o nosso estado de criaturas, é-nos oferecido "por meio de Jesus Cristo" (v. 5), uma obra que entra no grande projeto salvífico divino, naquela amorosa "benevolência da vontade" (v. 5) do Pai que o Apóstolo com emoção está a completar.

O segundo verbo, depois do verbo da eleição ("escolheu-nos"), designa o dom da graça: "A graça que Ele derramou abundantemente sobre nós por meio do Seu Filho querido" (ibidem). Em grego temos por duas vezes a mesma raiz *charis* e *echaritosen*, para realçar a gratuidade da iniciativa divina que precede qualquer resposta humana. Portanto, a graça que o Pai nos proporciona é manifestação do seu amor que nos envolve e nos transforma.

E eis-nos no terceiro verbo fundamental do Cântico paulino: ele tem sempre por objeto a graça divina que foi "abundantemente derramada" em nós (v. 8). Por conseguinte, estamos diante de um verbo de plenitude, poderíamos dizer atendo-nos ao seu significado originário de excesso, de doação sem limites nem reservas.

Chegamos assim à profundidade infinita e gloriosa do mistério de Deus, aberto e revelado por graça a quem foi chamado por graça e por amor, sendo esta uma revelação impossível de alcançar unicamente com o dote da inteligência e das capacidades humanas. "O que os olhos não viram, os ouvidos não ouviram e o coração do homem não percebeu, foi isso que Deus preparou para aqueles que O amam. Deus, porém, revelou-o a nós pelo Espírito. Pois o Espírito sonda todas as coisas, até mesmo as profundezas de Deus" (1 Cor 2, 9-10).

O "mistério da vontade" divina tem um centro que está destinado a coordenar todo o ser e toda a história guiando-os à plenitude querida por Deus: é "o desígnio de recapitular em Cris-

to todas as coisas" (cf. Ef 1, 10). Neste "desígnio", em grego *oikonomia*, ou seja, neste plano harmonioso da arquitetura do ser e do existir, eleva-se Cristo, cabeça do Corpo da Igreja, mas também eixo que recapitula em si "o universo inteiro, tanto as coisas celestes como as terrestres". A dispersão e o limite são superados e configura-se aquela "plenitude" que é a verdadeira meta do projeto que a vontade divina tinha preestabelecido desde as origens.

Por conseguinte, estamos diante de um mosaico grandioso da história da criação e da salvação que agora gostaríamos de meditar e aprofundar através das palavras de santo Ireneu, um grande Doutor da Igreja do segundo século, o qual, nalgumas páginas magisteriais do seu tratado Contra as heresias, tinha desenvolvido uma reflexão minuciosa precisamente sobre a recapitulação realizada por Cristo.

A fé cristã, afirma ele, reconhece que "existe um único Deus Pai e um só Cristo Jesus, nosso Senhor, que veio através de toda a economia e recapitulou em si todas as coisas. Entre todas as coisas está também o homem, imagem de Deus. Portanto, recapitulou também o homem em si mesmo, tornando-se visível, Ele que é invisível, compreensível, Ele que é incompreensível, e homem, Ele que é Verbo" (3, 16, 6: Già e non ancora, CCCXX, Milão 1979, pág. 268).

Por isso, "o Verbo de Deus fez-se homem" realmente, não na aparência, porque então a "sua obra não teria sido verdadeira". Ao contrário, "Ele era como se mostrava: Deus que recapitula em si a sua antiga criatura, que é o homem, para sair do pecado, destruir a morte e vivificar o homem. E por isso as suas obras são verdadeiras" (3, 18, 7: ibidem, pág. 277-278).

Constituiu-se Chefe da Igreja para atrair todos para si no momento justo. No espírito destas palavras de santo Ireneu rezemos: sim, Senhor, atrai-nos para Ti, atrai o mundo para Ti e concede-nos a paz, a Tua paz.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 30 de Novembro de 2005

Salmo 136: Junto dos rios da Babilônia

Nesta primeira quarta-feira do Advento, tempo litúrgico de silêncio, vigilância e oração em preparação para o Natal, meditamos o Salmo 136, que se tornou célebre na versão latina do seu início, *Super flumina Babylonis*. O texto recorda a tragédia vivida pelo povo hebraico durante a destruição de Jerusalém, que aconteceu em 586 a.C., e o sucessivo e consequente exílio na Babilônia. Estamos diante de um canto nacional de sofrimento, marcado por uma saudade crescente do que se perdeu.

Esta insistente invocação ao Senhor, para que liberte os seus fiéis da escravidão babilônica, exprime bem também os sentimentos de esperança e de expectativa da salvação com os quais iniciamos o nosso caminho do Advento.

A primeira parte do Salmo (cf. vv. 1-4) tem como fundo a terra do exílio, com os seus rios e canais, precisamente os que irrigam a planície babilônica, sede dos deportados hebreus. É quase a antecipação simbólica dos campos de extermínio nos quais o povo hebreu no século que há pouco terminou foi encaminhado através de uma opressão aviltante de morte, que permaneceu como vergonha indelével na história da humanidade.

A segunda parte do Salmo (cf. vv. 5-6) é, ao contrário, a cidade perdida mas viva no coração dos exilados.

Nas palavras do Salmista estão incluídos a mão, a língua, o paladar, a voz, as lágrimas. A mão é indispensável para quem toca a harpa: mas agora ela está paralisada (cf. v. 5) pela dor, também porque as harpas estão penduradas nos salgueiros.

A língua é necessária ao cantor, mas agora está colada ao paladar (cf. v. 6). Em vão os raptores babilônicos "pediam canções... canções de alegria" (v. 3). Os "cânticos de Sião" são "cânticos do Senhor" (vv. 3-4), não são canções folclóricas e de espetáculo. Só na liturgia e na liberdade de um povo podem elevar-se ao céu.

Deus, que é o último arbítrio da história, saberá compreender e acolher segundo a sua justiça também o grito das vítimas, além dos acentos ásperos que por vezes ele assume.

Gostaríamos de nos confiar a santo Agostinho para uma ulterior meditação sobre o nosso Salmo.

Nela o grande Padre da Igreja introduz uma nota surpreendente e de grande atualidade: ele sabe que entre os habitantes da Babilônia se encontram pessoas que se comprometem pela paz e pelo bem da comunidade, mesmo se não partilham a fé bíblica, isto é, se não conhecem a

esperança da Cidade eterna pela qual nós aspiramos. Eles levam consigo uma centelha de desejo do desconhecido, do maior, do transcendente, de uma verdadeira redenção. E ele diz que também entre os perseguidores, entre os não-crentes, existem pessoas com esta centelha, com uma espécie de fé, de esperança, na medida que lhes é possível nas circunstâncias em que vivem. Com esta fé, também numa realidade desconhecida, eles estão realmente a caminho rumo à verdadeira Jerusalém, a Cristo.

E com esta abertura de esperança também para os babilônicos – como lhes chama Agostinho – para os que não conhecem Cristo, nem sequer Deus, e contudo desejam o desconhecido, o eterno, ele adverte-nos também a nós que não nos fixemos simplesmente nas coisas materiais do momento presente, mas que perseveremos no caminho para Deus. Só com esta esperança maior podemos também, do modo justo, transformar este mundo. Santo Agostinho diz isto com as seguintes palavras: "Se somos cidadãos de Jerusalém... e devemos viver nesta terra, na confusão do mundo presente, na atual Babilônia, onde não habitamos como cidadãos mas somos presos, é preciso que quanto foi dito pelo Salmo não só o cantemos, mas vivamos: o que se faz com uma aspiração profunda do coração, plena e religiosamente desejoso da cidade eterna".

E acrescenta em relação à "cidade terrestre, chamada Babilônia": ela "tem pessoas que, movidas pelo amor por ela, se esforçam para garantir a paz temporal sem alimentar no coração outra esperança, aliás repondo nisto toda a sua alegria, sem se promover outra coisa. E nós vemo-los fazer todos os esforços para se tornarem úteis à sociedade terrena. Mas, se se esforçam com consciência pura nestas tarefas, Deus não permitirá que pereçam com Babilônia, tendo-os predestinado para serem cidadãos de Jerusalém: mas contanto que, vivendo na Babilônia, não tenham a ambição da soberba, a pompa caduca e a arrogância irritante... Ele vê a sua disponibilidade e mostrar-lhes-á a outra cidade, pela qual devem verdadeiramente suspirar e orientar todos os esforços" (Exposições sobre os Salmos, 136, 1-2; Nova Biblioteca Agostiniana, XXVIII, Roma 1977, pp. 397.399).

E pedimos ao Senhor que desperte em todos nós este desejo, esta abertura a Deus, e que também os que não conhecem Deus, e os que não conhecem Cristo possam ser tocados pelo seu amor, para que todos juntos nos coloquemos em peregrinação para a Cidade definitiva e a luz desta Cidade possa surgir também neste nosso tempo e no nosso mundo.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 7 de Dezembro 2005

Salmo 137: Ação de graças

Colocado pela tradição judaica sob o patrocínio de Davi, embora provavelmente tenha surgido numa época sucessiva, o hino de ação de graças que agora escutamos, e que constitui o Salmo 137, abre-se com um cântico pessoal do orante. Ele eleva a sua voz no âmbito da assembleia do templo ou, pelo menos, tendo como referência o Santuário de Sião, sede da presença do Senhor e do seu encontro com o povo dos fiéis.

De fato, o Salmista confessa que "se prostrara em direção do santuário" hierosolimitano (cf. v. 2): ali ele canta diante de Deus que está nos céus com a sua corte de anjos, mas que também está à escuta no espaço terreno do templo (cf. v. 1). O orante tem a certeza de que o "nome" do Senhor, isto é, a sua realidade pessoal viva e operante, e as suas virtudes da fidelidade e da misericórdia, sinais da aliança com o seu povo, são a base de qualquer confiança e esperança (cf. v. 2).

O olhar dirige-se então, por um momento, para o dia do sofrimento: então, o grito do fiel angustiado tinha respondido à voz divina. Ela tinha infundido coragem na alma perturbada (cf. v. 3). O original hebraico fala literalmente do Senhor que "agita a força na alma" do justo oprimido: é como se fosse a irrupção de um vento impetuoso que elimina as hesitações e os receios, imprime uma energia vital nova, faz florescer a fortaleza e a confiança.

Depois desta promessa aparentemente pessoal, o Salmista alarga o olhar ao mundo e imagina que o seu testemunho envolve todo o horizonte: "todos os reis da terra", numa espécie de adesão universalista, se associam ao orante hebreu num louvor comum em honra da grandeza e do poder soberano do Senhor (cf. vv. 4-6).

O conteúdo deste louvor coral que se eleva de todos os povos, já mostra a futura Igreja universal. Este conteúdo tem como primeiro tema a "glória" e os "caminhos do Senhor" (cf. v. 5), isto é, os seus projetos de salvação e a sua revelação. Assim, descobre-se que Deus é certamente "excelso" e transcendente, mas "olha para o humilde" com afeto, enquanto afasta do seu rosto o soberbo em sinal de rejeição e de julgamento (cf. v. 6).

Como proclamava Isaías: "Pois assim diz Aquele que está no alto, lá em cima, Aquele que mora na eternidade e que tem um nome santo: Eu moro na Altura santa, mas estou com os oprimidos e humilhados, para reanimar o espírito dos humilhados e reanimar o coração dos oprimidos" (57, 15). Por conseguinte, Deus escolhe declarar-se em defesa dos débeis, das vítimas, dos últimos: isto é dado a conhecer a todos os reis, porque sabemos qual deve ser a

sua posição ao governar as nações. Naturalmente isto é dito não só aos reis e a todos os governos, mas a todos nós, porque também nós devemos saber que escolha fazer, qual é a opção: declarar-nos com os humildes, com os últimos, com os pobres e fracos.

Depois desta interpelação a nível mundial dos responsáveis das nações, não só daquele tempo, mas de todos os tempos, o orante volta ao louvor pessoal (cf. Sl 137, 7-8). Com um olhar que se orienta para o futuro da sua vida, ele implora uma ajuda de Deus também para as provações que a existência ainda apresentar. E todos nós rezamos assim com este orante daquele tempo.

Fala-se de modo sintético da "ira dos inimigos" (v. 7), uma espécie de símbolo de todas as hostilidades que pode apresentar-se ao justo durante o seu caminho na história. Mas ele sabe, e com ela também nós sabemos, que o Senhor jamais o abandonará e estenderá a sua mão para o amparar e guiar. O fim do Salmo é, então, uma última apaixonada profissão de confiança em Deus, cuja bondade é infinita: Ele "não abandonará a obra das tuas mãos", isto é, da sua criatura (v. 8). E nesta confiança, nesta certeza da bondade de Deus, devemos viver também nós.

Devemos ter a certeza de que, por mais pesadas e tormentosas que sejam as provas que nos esperam, nós jamais seremos abandonados, nunca agiremos fora das mãos do Senhor, aquelas mãos que nos criaram e que agora nos acompanham no itinerário da vida. Como confessará são Paulo, "Deus, que em vós começou esse bom trabalho, vai continuá-lo até que seja concluído" (l 1, 6).

Assim, também nós rezamos com o Salmo de louvor, de ação de graças e de confiança. Desejamos continuar a fazer correr este fio de louvor hínico através do testemunho de um cantor cristão, o grande Efrém Sírio (século IV), autor de textos de extraordinária fragrância poética e espiritual.

"Por maior que seja a nossa admiração por ti, ó Senhor, a tua glória supera o que os nossos lábios podem expressar", canta Efrém num hino (Hinos sobre a Virgindade, 7: A harpa do Espírito, Roma 1999, p. 66), e noutro: "Louvor a ti, para quem todas as coisas são fáceis, porque tu és onipotente" (Hinos sobre a Natividade, 11: ibidem, p. 48), e este é o último motivo da nossa confiança, que Deus tem o poder da misericórdia e usa o seu poder para a misericórdia. Por fim, mais uma citação: "Louvor a ti de todos os que compreendem a tua verdade" (*Hinos sobre a Fé*, 14: ibidem, p. 27).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 14 de Dezembro 2005

Salmo 138, 1-12: Deus tudo vê

Em duas etapas diferentes a Liturgia das Vésperas – cujos Salmos e Cânticos estamos a meditar – propõe-nos a leitura de um hino sapiencial de límpida beleza e de forte impacto emotivo, o Salmo 138. Temos hoje diante de nós a primeira parte da composição (cf. vv. 1-12), isto é, as primeiras duas estrofes que exaltam respectivamente a onisciência de Deus (cf. vv. 1.6) e a sua onipresença no espaço e no tempo (cf. vv. 7-12).

O vigor das imagens e das expressões tem como finalidade a celebração do Criador: "Se é tanta a grandeza das obras criadas – afirma Teodoro de Ciro, escritor cristão do século V – quanto deve ser grande o seu Criador!" (Discursos sobre a Providência, 4: Coleção de Textos Patrísticos, LXXV, Roma 1988, p. 115). A meditação do Salmista tem sobretudo por finalidade penetrar no mistério do Deus transcendente, mas que está próximo de nós.

A substância da mensagem que ele nos oferece é linear: Deus tudo sabe e está presente ao lado da sua criatura, que a Ele não pode subtrair-se. Mas a sua presença não é dominante nem examinadora; sem dúvida, o seu olhar é também severo em relação ao mal, face ao qual não permanece indiferente.

Contudo o elemento fundamental é o de uma presença salvífica, capaz de abraçar todo o ser e toda a história. Trata-se, na realidade, do cenário espiritual ao qual São Paulo, falando no Areópago de Atenas, alude recorrendo à citação de um poeta grego: "Nele vivemos, nos movemos e existimos" (At 17, 28).

O primeiro trecho (cf. Sl 138, 1-5), como se dizia, é a celebração da onisciência divina: de fato, repetem-se as palavras do conhecimento como "perscrutar", "conhecer", "saber", "penetrar", "compreender" e "sabedoria". Como se sabe, o conhecimento bíblico supera o puro e simples aprender e compreender intelectivo; é uma espécie de comunhão entre conhecedor e conhecido: por conseguinte, o Senhor está em intimidade conosco, durante o nosso pensar e agir.

Ao contrário, à onipotência divina está dedicado o segundo trecho do nosso Salmo (cf. vv. 712). Nele descreve-se de maneira vívida e ilusória a vontade do homem de se subtrair àquela presença. Todo o espaço é percorrido: antes de tudo, está o eixo vertical "céu; mundo dos mortos" (cf. v. 8), que é substituído pela dimensão horizontal, a que vai da aurora, isto é, do oriente, e chega até "à extremidade do mar" Mediterrâneo, o Ocidente (cf. v. 9). Todos os âmbitos do espaço, também o mais secreto, contém uma presença ativa de Deus.

O Salmista continua a introduzir também a outra realidade na qual nós estamos imersos, o tempo, simbolicamente representado pela noite e pela luz, pelas trevas e pelo dia (cf. vv. 11-12). Também a obscuridade, na qual é difícil mover-se e ver, está penetrada pelo olhar e pela epifania do Senhor da existência e do tempo. A sua mão está sempre pronta a pegar na nossa para nos guiar no nosso itinerário terreno (cf. v. 10). Portanto, é uma proximidade não de julgamento que incute terror, mas de apoio e de libertação.

E assim podemos compreender qual é o conteúdo último e essencial deste Salmo: é um cântico de confiança. Deus está sempre conosco. Também nas noites mais obscuras da nossa vida, não nos abandona. Também nos momentos mais difíceis, permanece presente. E também na última noite, na última solidão na qual ninguém nos pode acompanhar, na noite da morte, o Senhor não nos abandona. Acompanha-nos também nesta última solidão da noite da morte. E por isso nós, cristãos, podemos ter confiança: nunca somos deixados sós. A bondade de Deus está sempre conosco.

Começamos com uma citação do escritor cristão Teodoreto de Ciro. Concluímos confiando-nos ainda a ele e ao seu *IV Discurso sobre a Providência divina*, porque em última análise este é o tema do Salmo. Ele detém-se no v. 6 no qual o orante exclama: "É maravilhosa para mim a tua sabedoria, muito alta, e eu não a compreendo". Teodoreto comenta aquela passagem dirigindo-se à interioridade da consciência e da experiência pessoal e afirma: "Dirigido para mim mesmo e tendo-me tornado íntimo comigo mesmo, afastando-me dos clamores externos, quis imergir-me na contemplação da minha natureza... Refletindo sobre estas coisas e pensando na harmonia entre a natureza mortal e a imortal, sinto-me dominado por tanto prodígio e, não conseguindo contemplar este mistério, reconheço a minha derrota; e ainda mais, enquanto proclamo a vitória da sabedoria do Criador e a ele canto hinos de louvor, grito: "É maravilhosa para mim a tua sabedoria, demasiado alta, e eu não a compreendo"" (Coleção de Textos Patrísticos, LXXV, Roma 1988, pp. 116.117).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 21 de Dezembro 2005

A luz do Natal

A Audiência geral de hoje tem lugar no clima de jubilosa e trepidante expectativa pelas festividades natalícias já iminentes. Vinde, Senhor Jesus! Assim repetimos na oração destes dias, predispondo o coração para saborear a alegria do nascimento do Redentor. Em particular, nesta última semana do Advento, a liturgia acompanha e apoia o nosso caminho interior com repetidos convites a acolher o Salvador, reconhecendo-o no humilde Menino que jaz numa manjedoura.

É este o mistério do Natal, que tantos símbolos nos ajudam a compreender melhor. Entre eles encontra-se o da luz, que é um dos mais ricos de significado espiritual, e sobre o qual gostaria de me deter brevemente. A festa do Natal coincide, no nosso hemisfério, com os dias do ano em que o sol termina a sua parábola descendente e começa a aumentar gradualmente o tempo de luz diurna, segundo o recorrente suceder-se das estações. Isto ajuda-nos a compreender melhor o tema da luz que antecipa as trevas. É um símbolo que recorda uma realidade que atinge o íntimo do homem: refiro-me à luz do bem que vence o mal, do amor que supera o ódio, da vida que derrota a morte. O Natal faz pensar nesta luz interior, na luz divina, que nos volta a propor o anúncio da vitória definitiva do amor de Deus sobre o pecado e a morte. Por este motivo, na Novena do Santo Natal que estamos a fazer são numerosas e significativas as evocações da luz. Também a antífona cantada no início deste nosso encontro no-lo recorda. O Salvador esperado pelas nações é saudado como "Astro nascente", a estrela que indica o caminho e guia os homens, peregrinos entre as obscuridades e os perigos do mundo, para a salvação prometida por Deus e realizada em Jesus Cristo.

Ao prepararmo-nos para celebrar com alegria o nascimento do Salvador nas nossas famílias e nas nossas comunidades eclesiais, quando uma certa cultura moderna e consumista tende a fazer desaparecer os símbolos cristãos da celebração do Natal, seja compromisso de todos colher o valor das tradições do Natal, que fazem parte do patrimônio da nossa fé e da nossa cultura, para as transmitir às novas gerações. Em particular, ao ver estradas e praças das cidades enfeitadas com luzes resplandecentes, recordemos que estas luzes evocam outra luz, invisível aos olhos, mas não ao coração. Enquanto as admiramos, ao acendermos as velas nas igrejas ou a iluminação do presépio e da árvore de Natal nas casas, o nosso ânimo se abra à verdadeira luz espiritual trazida a todos os homens de boa vontade. O Deus conosco, nascido da Virgem Maria em Belém, é a Estrela da nossa vida!

"Ó Astro que surges, esplendor da luz eterna, Sol de justiça: vem, ilumina quem jaz nas trevas e na penumbra da morte". Fazendo nossa esta invocação da liturgia de hoje, peçamos ao Senhor que apresse a sua vinda gloriosa entre nós, entre todos os que sofrem, porque só nele as expectativas autênticas do coração humano podem ser satisfeitas. Este Astro de luz, que não conhece ocaso, nos comunique a força para seguir sempre o caminho da verdade, da justiça e do amor! Vivamos intensamente estes últimos dias que precedem o Natal, juntamente com Maria, a Virgem do silêncio e da escuta. Ela, que foi totalmente envolvida pela luz do Espírito Santo, nos ajude a compreender e a viver plenamente o mistério do Natal de Cristo. Com estes sentimentos, ao exortar-vos a manter viva a admiração interior na fervorosa expectativa da celebração já próxima do nascimento do Salvador, sinto-me feliz por formular desde já os votos mais cordiais de um santo Natal a todos vós aqui presentes, aos vossos familiares, às vossas comunidades e a quantos vos são queridos. Bom Natal a todos!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 28 de Dezembro 2005

Salmo 138, 18. 23-24: Sonda-me, ó Deus e conhece o meu coração!

Nesta Audiência geral da quarta-feira da Oitava de Natal, festa litúrgica dos Santos Inocentes, retomamos a nossa meditação sobre o Salmo 138, cuja leitura orante é proposta pela Liturgia das Vésperas em duas etapas distintas. Depois de ter contemplado na primeira parte (cf. vv. 1-12) o Deus onisciente e onipotente, Senhor da existência e da história, agora este hino sapiencial de intensa beleza e paixão indica a realidade mais alta e admirável de todo o universo, o homem, definido como o "prodígio" de Deus (cf. v. 14). Trata-se, na realidade, de um tema profundamente em sintonia com o clima natalício que estamos vivendo nestes dias, em que celebramos o grande mistério do Filho de Deus que se fez homem, aliás, que se fez Menino para a nossa salvação.

Depois de ter considerado o olhar e a presença do Criador, que abrangem todo o horizonte cósmico, na segunda parte do Salmo que hoje meditamos, os olhos amáveis de Deus voltam-se para o ser humano, considerado na sua origem plena e completa. Ele ainda está "sem forma" no útero materno: o vocábulo hebraico usado é entendido por alguns estudiosos da Bíblia remissivo ao "embrião", descrito como uma pequena realidade oval, envolvida em si mesma, mas sobre a qual já se coloca o olhar benévolo e amoroso dos olhos de Deus (cf. v. 16).

Para definir a ação divina dentro do ventre materno, o Salmista recorre às clássicas imagens bíblicas, enquanto a cavidade geradora da mãe é comparada com as "profundezas da terra", ou seja, com a vitalidade constante da grande mãe-terra (cf. v. 15). Antes de mais nada, há o símbolo do oleiro e do escultor que "forma", plasma a sua criação artística, a sua obra-prima, exatamente como se dizia no livro da Gênesis, para a criação do homem: "O Senhor plasmou o homem com pó do solo" (Gn 2, 7). A seguir, há o símbolo "têxtil" que evoca a delicadeza da pele, da carne, dos nervos "tecidos" no esqueleto ósseo. Também Jó evoca com força estas e outras imagens para exaltar aquela obra-prima que é a pessoa humana, apesar de ser golpeada e ferida pelo sofrimento: "As tuas mãos formaram e modelaram todo o meu ser... Lembra-te de que me fizeste do barro... Não me derramaste como leite e me coalhaste como queijo? Revestiste-me de pele e carne, e teceste-me de ossos e nervos" (Jó 10, 8-11).

Extremamente poderosa é, no nosso Salmo, a ideia de que o Deus daquele embrião ainda "sem forma" já veja todo o futuro: no livro da vida do Senhor já estão inscritos os dias que aquela criatura viverá e cumulará de obras durante a sua existência terrena. Assim, volta a emergir a grandeza transcendente do conhecimento divino, que não abraça somente o passado

e o presente da humanidade, mas também o arco ainda escondido do futuro. Mas manifesta-se também a grandeza desta pequena criatura humana nascitura, formada pelas mãos de Deus e rodeada pelo seu amor: um elogio bíblico do ser humano, desde o primeiro momento da sua existência.

Agora, gostaríamos de confiar-nos à reflexão que São Gregório Magno, nas suas Homilias sobre Ezequiel, teceu sobre a frase do Salmo, que antes comentamos: "Os teus olhos viam as minhas ações e eram todas escritas no teu livro" (v. 16). Sobre estas palavras o Pontífice e Padre da Igreja edificou uma meditação original e delicada, relativa àqueles que, na Comunidade cristã, são mais frágeis no seu caminho espiritual.

E diz também que os indivíduos frágeis na fé e na vida cristã fazem parte da arquitetura da Igreja. E continua: "Contudo, nela são incluídos... em virtude da boa vontade. É verdade, são imperfeitos e pequenos, mas naquilo que conseguem compreender, amam a Deus e o próximo e não deixam de realizar o bem que podem. Embora ainda não alcancem os dons espirituais, a ponto de abrir a alma à ação perfeita e à contemplação ardente, todavia não renunciam ao amor a Deus e ao próximo, na medida em que são capazes de o compreender. Por isso, ainda que ocupem um lugar menos importante, é verdade que também eles contribuem para a edificação da Igreja porque, embora sejam inferiores por doutrina, profecia, graça dos milagres e desprezo completo pelo mundo, todavia estão alicerçados sobre o fundamento do temor e do amor, onde encontram a própria solidez" (2, 3, 12-13, Obras de Gregório Magno, III/2, Roma 1993, pp. 79.81).

Assim, a mensagem de São Gregório torna-se uma grande consolação para todos nós que, frequentemente, progredimos com dificuldade ao longo do caminho da vida espiritual e eclesial. O Senhor conhece todos nós e circunda-nos com o seu amor.

2006

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 4 de Janeiro 2006

Carta aos Colossenses, 1, 3. 12-20: Cristo foi gerado antes de toda a criatura

Queridos irmãos e irmãs

Nesta primeira Audiência geral do novo ano, detenhamo-nos para meditar o célebre hino cristológico contido na Carta aos Colossenses, que é como que o solene umbral de ingresso deste rico texto paulino e também um umbral de entrada neste ano. O Hino proposto à nossa reflexão é contextualizado por uma ampla fórmula de ação de graças (cf. vv. 3.12-14). Ela ajuda-nos a criar a atmosfera espiritual para viver bem estes primeiros dias de 2006, assim como o nosso caminho ao longo de todo o arco do novo ano (cf. vv. 15-20).

O louvor do Apóstolo, e também nosso, eleva-se a "Deus, Pai do Senhor nosso Jesus Cristo" (v. 3), fonte da salvação que é descrita negativamente como "libertação do poder das trevas" (v. 13), ou seja, como "redenção e remissão dos pecados" (v. 14). Depois, ela é reproposta positivamente como "participar na herança dos cristãos, na luz" (v. 12) e como entrada "no Reino do seu Filho amado" (v. 13).

Nesta altura, abre-se o grande e denso Hino, que tem Cristo no centro, do qual é exaltado o primado e a obra, tanto na criação como na história da redenção (cf. vv. 15-20). Portanto, são dois os movimentos do cântico. No primeiro, Cristo é apresentado como o primogênito de toda a criação, Cristo, "anterior a qualquer criatura" (v. 15). De fato, Ele é a "imagem do Deus invisível", e esta expressão tem toda a força que o "ícone" encontra na cultura do Oriente: realça-se não tanto a semelhança, como a profunda intimidade com o sujeito representado.

Cristo repropõe no meio de nós, de modo visível, o "Deus invisível"; n'Ele vemos o rosto de Deus através da natureza comum que os une. Em virtude desta sua altíssima dignidade, Cristo precede "todas as coisas", não só por causa da sua eternidade, mas também e sobretudo pela sua obra criadora e providente: "porque n'Ele foram criadas todas as coisas, tanto as celestes como as terrestres, tanto as visíveis como as invisíveis... e tudo n'Ele subsiste" (vv. 16-17). Aliás, as coisas foram criadas "para Ele" (v. 16). E assim, São Paulo indica-nos uma verdade muita importante: a história tem uma meta, uma direção. A história orienta-se rumo à humanidade unida em Cristo, ao homem perfeito, ao humanismo perfeito. Por outras palavras, São Paulo diz-nos: sim, há progresso na história. Há – por assim dizer – uma evolução da história. Progresso é tudo o que nos aproxima de Cristo e assim nos aproxima da humanidade unida, do verdadeiro humanismo. Desta forma, no interior destas indicações esconde-se também um

imperativo para nós: trabalhar pelo progresso é o que todos nós queremos. Podemos fazê-lo, trabalhando pela aproximação dos homens a Cristo; podemos fazê-lo, conformando-nos pessoalmente a Cristo, caminhando deste modo na linha do progresso autêntico.

O segundo movimento do Hino (cf. Cl 1, 18-20) é dominado pela figura de Cristo salvador no interior da história da salvação. A sua obra revela-se, antes de tudo, no ser "Cabeça do corpo, que é a Igreja" (v. 18): este é o horizonte salvífico privilegiado em que se manifestam plenamente a libertação e a redenção, a comunhão vital que se interpõe entre a Cabeça e os membros do corpo, ou seja, entre Cristo e os cristãos. O olhar do Apóstolo orienta-se para a meta última em que a história converge: Cristo é "o primogênito dos que ressuscitam dentre os mortos" (v. 18), é Aquele que abre as portas para a vida eterna, libertando-nos do limite da morte e do mal.

De fato, eis aquele *pleroma*, aquela "plenitude" de vida e de graça, que está no próprio Cristo e que nos é doada e comunicada (cf. v. 19). Com esta presença vital, que nos torna partícipes da divindade, transformamo-nos interiormente, reconciliados, apaziguados: é uma harmonia de todo o ser redimido, em que Deus será "tudo em todos" (1 Cor 15, 28); e viver como cristão significa deixar-se desse modo transformar interiormente segundo a forma de Cristo. Realiza-se a reconciliação, o apaziguamento.

A este grandioso mistério da redenção dedicamos agora um olhar contemplativo, e fazemo-lo com as palavras de São Proclo de Constantinopla, morto no ano de 446. Na sua *Primeira Homilia sobre a Mãe de Deus, Maria*, ele repropõe o mistério da Redenção como consequência da Encarnação.

De fato, recorda o Bispo, Deus fez-se homem para nos salvar e assim para nos libertar do poder das trevas e nos reconduzir ao reino do Filho amado, como lembra também este hino da Carta aos Colossenses. "Quem nos redimiu não é um mero homem – observa Proclo de fato –, todo o gênero humano estava subjugado ao pecado; mas também não era um Deus desprovido da natureza humana: com efeito, Ele tinha um corpo. Se não tivesse sido revestido de mim, não me teria salvado. Nascido no seio da Virgem, Ele vestiu-se de condenado. Ali teve lugar o tremendo comércio: Ele deu o espírito e tomou a carne" (8: Testi mariani del primo millennio, I, Roma 1988, p. 561).

Portanto, estamos diante da obra de Deus, que realizou a Redenção precisamente porque também é homem. Contemporaneamente, Ele é Filho de Deus, Salvador, mas é inclusive nosso irmão, e é com esta proximidade que infunde em nós o dom divino. É realmente o Deus conosco. Amém!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 11 de Janeiro 2006

Salmo 143, 1-8: Oração do Rei pela vitória e pela paz

O nosso itinerário no Saltério usado na *Liturgia das Vésperas* chega agora a um hino real, o Salmo 143, do qual foi proclamada a primeira parte: de fato, a Liturgia propõe este cântico subdividindo-o em dois momentos.

A primeira parte (cf. vv. 1-8) revela de modo claro a característica literária desta composição: o Salmista recorre a citações de outros textos sálmicos, desenvolvendo-os num novo projeto de canto e oração.

Precisamente porque o Salmo pertence a uma época sucessiva é fácil pensar que o rei exaltado já não tem os traços do soberano davídico, pois a realeza hebraica concluiu-se com o exílio babilônico do século VI a.C., mas representa contudo a figura luminosa e gloriosa do Messias, cuja vitória não é um acontecimento bélico-político, mas uma intervenção de libertação contra o mal. Portanto a palavra "messias" que em hebraico indica o "consagrado", como era o soberano é substituída por "Messias" por excelência que, na releitura cristã, tem o rosto de Jesus Cristo, "filho de Davi, filho de Abraão" (Mt 1,1).

O hino inicia com uma bênção, ou seja, com uma exclamação de louvor dirigida ao Senhor, celebrado com uma pequena ladainha de títulos salvíficos: ele é a rocha segura e estável, é a graça amorosa, é a fortaleza protegida, o refúgio defensivo, a libertação, o escudo que afasta qualquer ataque do mal (cf. Sl 143, 1-2). Há também a imagem marcial do Deus que adestra para a guerra o seu fiel para que saiba enfrentar as hostilidades do ambiente, os poderes obscuros do mundo.

Diante do Senhor onipotente o orante, mesmo na sua dignidade real, sente-se débil e frágil. Então ele faz uma profissão de humildade que é formulada, assim se dizia, com as palavras dos Salmos 8 e 38. De fato, ele sente que é "como um sopro", semelhante a uma sombra passageira, frágil e inconsistente, imerso no fluxo do tempo que passa, marcado pelos limites que são característicos da criatura (cf. Sl 143, 4).

Eis, então, a pergunta: por que é que Deus cuida e pensa nesta criatura tão miserável e caduca? A esta pergunta (v. 3) responde a grandiosa irrupção divina, a chamada teofania que é acompanhada por um cortejo de elementos cósmicos e acontecimentos históricos, orientados para celebrar a transcendência do Rei supremo do ser, do universo e da história.

Eis os montes que fumegam em erupções vulcânicas (cf. v. 5), raios que se assemelham a setas que afugentam os inimigos (cf. v. 6), eis as "águas caudalosas" oceânicas que são símbolo

do caos do qual, contudo, o rei é salvo por obra da própria mão divina (cf. v. 7). Em segundo plano permanecem os ímpios que dizem "mentiras" e "juram falso" (cf. vv. 7-8), uma representação concreta, segundo o estilo semítico, da idolatria, da perversão moral, do mal que verdadeiramente se opõe a Deus e ao seu fiel.

Agora nós, com a nossa meditação, deter-nos-emos inicialmente na profissão de humildade que o Salmista faz e confiar-nos-emos às palavras de Orígenes, cujo comentário ao nosso texto chegou até nós na versão latina de São Jerônimo. "O Salmista fala da fragilidade do corpo e da condição humana", porque "no que diz respeito à condição humana, o homem é uma nulidade. "Vaidade das vaidades, tudo é vaidade", disse o Eclesiastes". Mas volta então a pergunta admirada e reconhecida: ""Senhor, que é o homem, para cuidares dele?"... Que grande felicidade é para o homem, conhecer o seu Criador. Nisto, nós diferenciamo-nos das feras e dos outros animais, porque sabemos que temos o nosso Criador, enquanto que eles não o sabem". Vale a pena meditar um pouco sobre estas palavras de Orígenes, que vê a diferença fundamental entre o homem e os outros animais no fato de que o homem é capaz da verdade, capaz de um conhecimento que se torna relação, amizade. É importante, no nosso tempo, que não esqueçamos Deus, juntamente com todos os outros conhecimentos que entretanto adquirimos, e são tantos! Eles tornam-se todos problemáticos, por vezes perigosos, se falta o conhecimento fundamental que dá sentido e orientação a tudo: o conhecimento de Deus Criador.

Voltemos a Orígenes. Ele diz: "Não poderás salvar esta miséria que é o homem, se tu mesmo não a assumes sobre ti. "Senhor, abaixa os céus e desce". A tua ovelha perdida não se poderá curar, se não for colocada sobre os teus ombros... Estas palavras dirigem-se ao Filho: "Senhor, abaixa os céus e desce"... desceste, abaixaste os céus e estendeste lá do alto a tua mão, e muitos acreditaram em ti" (Orígenes Jerônimo, 74 homilias sobre o livro dos Salmos, Milão 1993, pp. 512-515).

Para nós, cristãos, Deus já não é, como na filosofia precedente ao cristianismo, uma hipótese mas uma realidade, porque Deus "abaixou os céus e desceu". O céu é Ele mesmo, e desceu entre nós.

Justamente Orígenes vê na parábola da ovelha perdida, que o pastor carrega sobre os ombros, a parábola da Encarnação de Deus. Sim, na Encarnação Ele desceu e assumiu sobre os ombros a nossa carne, a nós próprios. Assim o conhecimento de Deus tornou-se realidade, amizade, comunhão. Demos graças ao Senhor porque "abaixou os céus e desceu", carregou sobre os seus ombros a nossa carne e nos guia pelas estradas da nossa vida.

O Salmo, tendo partido da nossa descoberta de sermos débeis e estarmos afastados do esplendor divino, chega no final a uma surpresa: ao nosso lado está o Deus-Emanuel, que para o cristão tem o rosto amoroso de Jesus Cristo, Deus que se fez homem, que se fez um de nós.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 18 de Janeiro 2006

Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos

"Se dois de entre vós se unirem, na Terra, para pedir qualquer coisa, hão-de obtê-la de meu Pai que está no Céu" (Mt 18, 19). Esta solene certeza de Jesus aos seus discípulos sustêm também a nossa oração. Hoje tem início a já tradicional "Semana de oração pela unidade dos cristãos", encontro importante para refletir sobre o drama da divisão da comunidade cristã e pedir juntamente com o próprio Jesus "que todos sejam um... e o mundo creia" (Jo 17, 21). Também nós hoje o fazemos aqui, em sintonia com uma grande multidão no mundo. De fato, a oração "pela unidade de todos" envolve de formas, tempos e modos diversos, católicos, ortodoxos e protestantes, irmanados na fé em Jesus Cristo, único Senhor e Salvador.

A oração pela unidade faz parte daquele núcleo central que o Concílio Vaticano II chama "a alma de todo o movimento ecumênico" (*Unitatis redintegratio*, 8), núcleo que inclui precisamente as orações públicas e privadas, a conversão do coração e a santidade de vida. Esta visão reconduz-nos ao centro do problema ecumênico, que é a obediência ao Evangelho para fazer a vontade de Deus com a sua ajuda necessária e eficaz. O Concílio indicou isto explicitamente aos fiéis declarando: "quanto mais unidos estivermos em estreita comunhão com o Pai, com o Verbo e com o Espírito Santo, tanto mais íntima e facilmente poderão aumentar as mútuas relações fraternas" (ibid., 7).

Os elementos que, apesar da divisão permanente ainda unem os cristãos, apoiam a possibilidade de elevar uma oração comum a Deus. Esta comunhão em Cristo apoia todo o movimento ecumênico e indica a finalidade da busca da unidade de todos os cristãos na Igreja de Deus. Isto distingue o movimento ecumênico de qualquer outra iniciativa de diálogo e de relações com outras religiões e ideologias. Também neste aspecto tinha sido claro o ensinamento do decreto sobre o ecumenismo do Concílio Vaticano II: "Participam neste movimento pela unidade, chamado ecumênico, todos os que invocam a Santíssima Trindade e professam a fé em Jesus Senhor e Salvador" (ibid., 1). As orações comuns que se recitam no mundo inteiro, particularmente neste período, ou no tempo do Pentecostes, exprimem também a vontade do compromisso comum pelo restabelecimento da plena comunhão de todos os cristãos. Estas orações comuns "são, sem dúvida, um meio muito eficaz para pedir a graça da unidade" (ibid., 8). Com esta afirmação o Concílio Vaticano II interpreta em substância quanto diz Jesus aos seus discípulos, aos quais garante que se dois se puserem de acordo na terra para pedir algo ao Pai que está nos céus, ele concede-lo-á, "porque" onde dois ou três estiverem reunidos em Seu

nome, Ele está no meio deles. Depois da ressurreição ele garante ainda que estará "sempre com eles até ao fim do mundo" (Mt 28, 20). A presença de Jesus na comunidade dos discípulos e na nossa oração, garante a sua eficiência. A ponto que promete que "tudo o que ligardes na terra será ligado no céu, e tudo o que desligardes na terra será desligado no céu" (Mt 18,18).

Mas não nos limitemos a impetrar. Também podemos agradecer ao Senhor a nova situação fadigosamente criada pelas relações ecuménicas entre os cristãos na reencontrada fraternidade pelos fortes vínculos de solidariedade estabelecidos, pelo crescimento da comunhão e pelas convergências realizadas certamente de modo desigual entre os vários diálogos. Há tantos motivos para agradecer. E se ainda há tanto para esperar e para fazer, não esqueçamos que Deus nos concedeu muito no caminho da unidade. Por isso lhe estamos gratos por estes dons.

O futuro está diante de nós. O Santo Padre João Paulo II de feliz memória – que tanto fez e sofreu pela questão ecumênica – ensinou-nos oportunamente que "reconhecer o que Deus já concedeu é a condição que nos predispõe a receber os dons ainda indispensáveis para levar a cabo a obra ecumênica da unidade" (*Ut unum sint*, 41). Portanto, irmãos e irmãs, continuemos a rezar para que estejamos conscientes de que a santa causa do restabelecimento da unidade dos cristãos supera as nossas pobres forças humanas e que a unidade definitiva é dom de Deus.

Neste sentido e com estes sentimentos, seguindo os passos de João Paulo II na próxima quarta-feira, 25 de Janeiro, festa da conversão do Apóstolo das Nações, irei à Basílica de São Paulo fora dos Muros para rezar com os irmãos ortodoxos e protestantes: rezar para agradecer tudo o que o Senhor nos concedeu; rezar para que o Senhor nos guie pelo caminho da unidade.

Além disso, no mesmo dia, 25 de Janeiro, será finalmente publicada a minha primeira Encíclica, cujo título já é conhecido "Deus caritas est", "Deus é amor". O tema não é imediatamente ecumênico, mas o quadro e o pano de fundo são ecuménicos, porque Deus e o nosso amor são a condição da unidade dos cristãos. São a condição da paz no mundo.

Nesta Encíclica desejo mostrar o conceito de amor nas suas diversas dimensões. Hoje, na terminologia que se conhece, o "amor" com frequência está muito distante do que pensa um cristão se fala de caridade. Da minha parte, gostaria de mostrar que se trata de um movimento com diversas dimensões. O "eros", este dom de amor entre homem e mulher, provém da mesma fonte de bondade do Criador, assim como a possibilidade de um amor que renuncia a si em benefício do outro. O "eros" transforma-se em "ágape" na medida em que os dois se amam realmente e um não procura mais a si mesmo, a sua alegria, o seu prazer, mas sobretu-

do o bem do outro. E assim isto, que é "eros" transforma-se em caridade, num caminho de purificação, de aprofundamento. Da própria família abre-se de par em par à família mais vasta da sociedade, à família da Igreja, à família do mundo.

Procuro demonstrar também como o ato pessoalíssimo que nos vem de Deus é um único ato de amor. Ele deve expressar-se também como ato eclesial, organizativo. Se é realmente verdade que a Igreja é expressão do amor de Deus, daquele amor que Deus tem pela sua criatura humana, também deve ser verdade que o ato fundamental da fé que cria e une a Igreja e nos dá a esperança da vida eterna e da presença de Deus no mundo, gera um ato eclesial. Na prática a Igreja, também como Igreja, como comunidade, de maneira institucional, deve amar. E a chamada "Caritas" não é uma mera organização, como outras organizações filantrópicas, mas necessária expressão do ato mais profundo do amor pessoal com que Deus nos criou, suscitando no nosso coração o estímulo para o amor de Deus, reflexo do Deus Amor que nos torna sua imagem. Transcorreu bastante tempo antes que o texto estivesse pronto e traduzido. Agora parece-me um dom da Providência, que o texto seja publicado precisamente no dia em que rezaremos pela unidade dos cristãos. Espero que ele possa iluminar e ajudar a nossa vida cristã.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 25 de Janeiro 2006

Salmo 143, 9-15: Oração do Rei

Amados irmãos e irmãs!

Concluiu-se hoje a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, durante a qual refletimos sobre a necessidade de invocar constantemente do Senhor o grande dom da plena unidade entre todos os discípulos de Cristo. De fato, a oração contribui de maneira substancial para tornar mais sincero e rico de frutos o comum compromisso ecumênico das Igrejas e Comunidades eclesiais.

Neste nosso encontro desejamos retomar a meditação sobre o Salmo 143, que a Liturgia das Vésperas nos propõe em dois tempos distintos (cf. vv. 1-8 e vv. 9-15). A tonalidade é sempre a hínica e no cenário, também neste segundo movimento do Salmo, encontra-se a figura do "Ungido", isto é, o "Consagrado" por excelência, Jesus, que atrai todos a si para fazer de todos "uma só coisa" (cf. Jo 17, 11.21). Não é por acaso que o cenário que dominará o cântico se distingue pelo bem-estar, pela prosperidade e pela paz, os típicos símbolos da era messiânica.

Por isso o cântico é definido "novo", palavra que na linguagem bíblica não evoca tanto a novidade exterior das palavras como a plenitude última que sela a esperança (cf. v. 9). Por conseguinte, canta-se a meta da história na qual finalmente será silenciada a voz do mal, que é descrita pelo Salmista na "mentira" e no "juramento falso", expressões destinadas a indicar a idolatria (cf. v. 11).

Mas este aspecto negativo é substituído, com um espaço muito maior, pela dimensão positiva, a do novo mundo jubiloso que está para se afirmar. Este é o verdadeiro *shalom*, ou seja a "paz" messiânica, um horizonte luminoso que se desenvolve numa sucessão de aspectos de vida social: eles podem tornar-se também para nós um voto pelo nascimento de uma sociedade mais justa.

Eis antes de tudo a família (cf. v. 12), que se baseia na vitalidade da geração. Os filhos, esperança do futuro, são comparados a árvores vigorosas; as filhas são representadas como colunas sólidas que sustêm o edifício da casa, semelhantes às de um templo. Da família passa-se para a vida econômica, para o campo com os seus frutos conservados nos depósitos agrários, com os rebanhos espalhados que pastoreiam, com os animais de trabalho que procedem nos campos férteis (cf. vv. 13-14a).

O olhar dirige-se depois para a cidade, isto é, para toda a comunidade civil que finalmente goza do dom precioso da paz e da tranquilidade pública. De fato, cessam para sempre as "bre-

chas" que os invasores abrem nos muros urbanos durante os assaltos; terminam as "incursões", que trazem devastações e deportações e, por fim, não se ouve mais o "gemido" dos desesperados, dos feridos, das vítimas, dos órfãos, triste herança das guerras (cf. v. 14b).

Este retrato de um mundo diverso, mas possível, é confiado à obra do Messias e também à do seu povo. Todos juntos, sob a guia do Messias Cristo, devemos trabalhar para este projeto de harmonia e de paz, cessando a ação destruidora do ódio, da violência, da guerra. É preciso, contudo, fazer uma escolha declarando-se da parte do Deus do amor e da justiça.

Por isso o Salmo conclui-se com as palavras: "Bem-aventurado o povo cujo Deus é o Senhor". Deus é o bem dos bens, a condição de todos os outros bens. Só um povo que conhece Deus e defende os valores espirituais e morais, pode realmente encaminhar-se rumo a uma paz profunda e tornar-se também uma força da paz para o mundo, para os outros povos. Por conseguinte, pode entoar com o Salmista o "cântico novo", cheio de confiança e de esperança. A referência espontânea é ao Pacto novo, à própria novidade que é Cristo e o seu Evangelho.

É quanto nos recorda Santo Agostinho. Lendo este Salmo, ele interpreta também a palavra: "Tocarei para ti na harpa de dez cordas". A harpa de dez cordas é para ele a lei compendiada nos dez mandamentos. Mas destas dez cordas, destes dez mandamentos, devemos encontrar a chave justa. E estas dez cordas dos dez mandamentos só tocam bem – diz Santo Agostinho – se se fizerem vibrar pela caridade do coração. A caridade é a plenitude da lei. Quem vive os mandamentos como dimensão da única caridade, canta realmente o "cântico novo". A caridade que nos une aos sentimentos de Cristo é o verdadeiro "cântico novo" do "homem novo", capaz de criar também um "mundo novo". Este Salmo convida-nos a cantar "com a harpa de dez cordas", com um coração novo, a cantar com os sentimentos de Cristo, a viver os dez mandamentos na dimensão do amor, a contribuir assim para a paz e a harmonia do mundo (cf. Exposições sobre os Salmos, 143, 16: Nova Biblioteca Agostiniana, XXVIII, Roma 1977, pp).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 1 de Fevereiro 2006

Salmo 144, 1-13: Louvor à Majestade divina

Queridos irmãos e irmãs!

Fizemos agora tornar-se nossa oração o Salmo 144, um louvor jubiloso ao Senhor que é exaltado como um soberano amoroso e terno, preocupado com todas as suas criaturas. A Liturgia propõe-nos este hino em dois momentos distintos, que correspondem também aos dois movimentos poéticos e espirituais do próprio Salmo. Deter-nos-emos sobre a primeira parte, que corresponde aos vv.1-13.

O Salmo é elevado ao Senhor invocado e descrito como "rei" (cf. Sl 144, 1), uma representação divina que domina outros hinos sálmicos (cf. Sl 46; 92; 95-98). Aliás, o centro espiritual do nosso cântico é constituído precisamente por uma celebração intensa e apaixonada da realeza divina. Nela repete-se quatro vezes quase para indicar os quatro pontos cardeais do ser e da história a palavra hebraica *malkut*, "reino" (cf. Sl 144,11-13).

Sabemos que esta simbologia real, que será central também na pregação de Cristo, é a expressão do projeto salvífico de Deus: ele não é indiferente à história humana, aliás tem em relação a ela o desejo de realizar conosco e para nós um desígnio de harmonia e de paz. Toda a humanidade está convocada para realizar este plano, para que adira à vontade salvífica divina, uma vontade que se estende a todos os "homens", a "cada geração" e a "todos os séculos". Uma ação universal, que arranca o mal do mundo e nele instaura a "glória" do Senhor, isto é, a sua presença pessoal eficaz e transcendente.

Rumo a este coração do Salmo, colocado precisamente no centro da composição, dirige-se o louvor orante do Salmista, que se faz voz de todos os fiéis. E deveria ser hoje a voz de todos nós. De fato, a oração bíblica mais alta é a celebração das obras de salvação que revelam o amor do Senhor em relação às suas criaturas. Continua-se a exaltar neste Salmo "o nome" divino, isto é, a sua pessoa (cf. vv. 1-2), que se manifesta no seu agir histórico: fala-se precisamente de "obras", "maravilhas", "proezas", "poder", "grandeza", "justiça", "paciência", "misericórdia", "graça", "bondade" e "ternura".

É uma espécie de oração litânica que proclama a entrada de Deus nas vicissitudes humanas para levar toda a realidade criada a uma plenitude salvífica. Nós não estamos à mercê de forças obscuras, nem somos solitários com a nossa liberdade, mas estamos confiados à ação do Senhor poderoso e amoroso, que tem em relação a nós um desígnio, um "reino" para instaurar (cf. v.11). 3. Este "reino" não é feito de poder e de domínio, de triunfo e de opressão, como

infelizmente muitas vezes acontece com os reinos terrenos, mas é a sede de uma manifestação de piedade, de ternura, de bondade, de graça, de justiça, como se recorda várias vezes no fluxo dos versículos que contêm o louvor.

A síntese deste retrato divino encontra-se no v. 8: o Senhor é "lento para a ira e rico em misericórdia". São palavras que reevocam a auto-apresentação que o próprio Deus fizera de si no Sinai, onde tinha dito: "Senhor! Senhor! Deus misericordioso e clemente, vagaroso na ira, cheio de bondade e fidelidade" (Êx 34, 6). Temos aqui uma preparação da profissão de fé de s. João, o Apóstolo, em relação a Deus, dizendo-nos simplesmente que Ele é amor: "Deus caritas est" (cf. 1 Jo 4, 8.16).

Além destas bonitas palavras, que nos mostram um Deus "lento para a ira e rico em misericórdia", sempre disposto a perdoar e a ajudar, a nossa atenção fixa-se também no bonito versículo 9: "O Senhor é bom para com todos, a sua ternura repassa todas as suas obras". Uma palavra para meditar, uma palavra de conforto, uma certeza que Ele dá à nossa vida. Em relação a isto, São Pedro Crisólogo (380 450 ca.) exprime-se assim no Segundo discurso sobre o jejum: ""Grandiosas são as obras do Senhor": mas esta grandeza que vemos na grandeza da criação, este poder é superado pela grandeza da misericórdia. De fato, tendo dito o profeta: "São grandes as obras de Deus", noutra passagem acrescentou: "A sua misericórdia é superior a todas as suas obras". A misericórdia, irmãos, enche o céu, enche a terra... Eis por que a grande, generosa, única, misericórdia de Cristo, que reservou qualquer julgamento para um só dia, designou todo o tempo do homem à trégua da penitência... Eis por que se precipita totalmente para a misericórdia o profeta que não tinha confiança na própria justiça: "Tende piedade de mim, ó Deus diz pela tua grande misericórdia" (Sl 50, 3)" (42, 4-5: Sermões 1-62 bis, Escritores da Área Santambrosiana, 1, Milão-Roma 1996, pp. 299.301).

E assim dizemos também nós ao Senhor: "Tem piedade de mim, ó Deus, tu que és rico em misericórdia".

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 8 de Fevereiro 2006

Salmo 144, 14-21: O teu reino é um reino eterno

No seguimento da Liturgia que o divide em duas partes, voltamos a falar sobre o Salmo 144, um admirável cântico em honra do Senhor, rei amoroso e atento às suas criaturas. Queremos agora meditar a segunda parte na qual o Salmo foi dividido: são os versículos 14-21 que retomam o tema fundamental do primeiro movimento do hino.

Nela eram exaltadas a piedade, a ternura, a fidelidade e a bondade divina que se alargam a toda a humanidade, envolvendo todas as criaturas. Agora o Salmista orienta a sua atenção para o amor que o Senhor dedica de modo particular ao pobre e frágil. Por conseguinte, a realeza divina não é indiferente nem altiva como por vezes pode acontecer na prática do poder humano. Deus exprime a sua realeza ao inclinar-se sobre as criaturas mais frágeis e indefesas.

De fato Ele é antes de tudo um pai que "ergue todos os que caem" e eleva todos os que caíram na poeira da humilhação (cf. v. 14). Por conseguinte, os seres vivos tendem para o Senhor quase como mendigos famintos e Ele oferece, como um pai amoroso, o alimento que lhes é necessário para viver (cf. v. 15).

Floresce a este ponto nos lábios do orante a profissão de fé nas duas qualidades divinas por excelência: a justiça e a santidade. "O Senhor é justo em todos os seus caminhos, e misericordioso em todas as suas obras" (v. 17). Temos em hebraico dois adjetivos típicos para ilustrar a aliança que existe entre Deus e o seu povo: *saddiq* e *hasid*. Eles expressam a justiça que quer salvar e libertar do mal e a fidelidade que é sinal da grandeza amorosa do Senhor.

O Salmista coloca-se da parte dos beneficiados que são definidos com várias expressões: são palavras que constituem, na prática, uma representação do verdadeiro crente. Ele "invoca" o Senhor na oração confiante, "procura-o" na vida "sinceramente" (cf. v. 18), "teme" o seu Deus, respeitando a sua vontade e obedecendo à sua palavra (cf. v. 19), mas sobretudo "ama-o", com a certeza de ser ouvido sob o manto da sua proteção e da sua intimidade (cf. v. 20).

A última palavra do Salmista é, então, a mesma com a qual tinha aberto o seu hino: é um convite a louvar e a bendizer ao Senhor e ao seu "nome", isto é, à sua pessoa vivente e santa que age e salva o mundo e a história. Aliás, o seu é um apelo a fazer com que ao louvor orante do fiel se associe qualquer criatura marcada pelo dom da vida: "todo o ser vivo bendiga o seu santo nome para sempre" (n. 21). É uma espécie de cântico perene que se deve elevar da terra ao céu, é a celebração comunitária do amor universal de Deus, fonte de paz, de alegria e de salvação.

Concluindo a nossa reflexão, voltemos àquele doce versículo que diz: "O Senhor está perto de todos os que o invocam, dos que o invocam sinceramente" (v. 18). Esta frase era particularmente querida a Barsanúfio de Gaza, um asceta falecido nos meados do século VI, interpelado com frequência pelos monges, eclesiásticos e leigos devido à sabedoria do seu discernimento.
Assim, por exemplo, um discípulo que lhe expressava o desejo "de procurar as causas das diversas tentações que o tinham invadido", Barsanúfio respondia: "Irmão João, nada temas das tentações que surgiram contra ti para te provar, porque o Senhor não te deixa cair nelas. Portanto, quando tiveres uma destas tentações, não te preocupes a perscrutar de que se trata, mas grita o nome de Jesus: "Jesus, ajuda-me". E Ele ouvir-te-á porque "está perto de todos os que o invocam". Não desanimes, mas corre com ardor e alcançarás a meta, em Cristo Jesus, nosso Senhor" (Barsanúfio e João de Gaza, Epistolário, 39: Coleção de Textos Patrísticos, XCIII, Roma 1991, p. 109).
E estas palavras do antigo Padre são válidas também para nós. Nas nossas dificuldades, problemas, tentações, não devemos fazer apenas uma reflexão teórica de onde provêm? mas devemos reagir positivamente: invocar o Senhor, manter um contato vivo com o Senhor. Aliás, devemos gritar o nome de Jesus: "Jesus, ajuda-me!". E temos a certeza de que Ele nos ouve, porque está próximo de quem o procura. Não desanimemos, mas corramos com fervor como diz este Padre e alcançaremos também nós a meta da vida, Jesus, o Senhor.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 15 de Fevereiro 2006

Magnificat: cântico da Virgem Maria

Queridos irmãos e irmãs

Chegámos agora ao final do longo itinerário começado há precisamente cinco anos, na primavera de 2001, pelo meu amado Predecessor, o inesquecível Papa João Paulo II. O grande Papa quisera percorrer nas suas catequeses toda a sequência dos Salmos e dos Cânticos que constituem o tecido orante fundamental da Liturgia das Laudes e das Vésperas. Tendo chegado ao fim desta peregrinação textual, semelhante a uma viagem no jardim florido do louvor, da invocação, da oração e da contemplação, deixemos agora o espaço àquele Cântico que idealmente sela toda a celebração das Vésperas, o Magnificat (Lc 1,46-55).

É um cântico que revela em filigrana a espiritualidade dos *anawim* bíblicos, isto é, daqueles fiéis que se reconhecem "pobres" não só no desapego de qualquer idolatria da riqueza e do poder, mas também na humildade profunda do coração, despojado da tentação do orgulho, aberto à irrupção da graça divina que salva. De fato, todo o Magnificat, que ouvimos agora pela "Capela Sistina", está assinalado por esta "humildade", em grego *tapeinosis*, que indica uma situação de humildade e pobreza concretas.

O primeiro movimento do cântico mariano (cf. Lc 1, 46-50) é uma espécie de voz solista que se eleva em direção ao céu para alcançar o Senhor. Com efeito, observe-se o ressoar constante da primeira pessoa: "A minha alma... o meu espírito... meu salvador... chamar-me-ão bem-aventurada... fez grandes coisas em mim...". A alma da oração é, portanto, a celebração da graça divina que transbordou no coração e na existência de Maria, tornando-a a Mãe do Senhor.

Ouvimos precisamente a voz de Nossa Senhora que fala assim do seu Salvador, que fez maravilhas na sua alma e no seu corpo.

A estrutura íntima do seu canto é, portanto, o louvor, o agradecimento, a alegria reconhecedora. Mas este testemunho pessoal não é solitário, intimista ou puramente individualista, porque a Virgem Mãe está consciente de ter uma missão a cumprir pela humanidade e a sua vicissitude insere-se no âmbito da história da salvação. E assim pode dizer: "A sua misericórdia se estende de geração em geração sobre aqueles que o temem" (v. 50). Com este louvor ao Senhor Nossa Senhora dá voz a todas as criaturas remidas, que no seu "Fiat", assim como na figura de Jesus nascido da Virgem, encontram a misericórdia de Deus.

Neste ponto desenvolve-se o segundo movimento poético e espiritual do Magnificat (cf. vv. 51-55). Ele possui uma tonalidade mais coral, como que se à voz de Maria se associasse a da inteira comunidade dos fiéis que celebram as opções surpreendentes de Deus. No original grego do Evangelho de Lucas temos sete verbos no aoristo, que indicam igual número de ações que o Senhor realiza de modo permanente na história: "Manifestou o poder do seu braço... dispersou os soberbos. Derrubou os poderosos e exaltou os humildes. Aos famintos encheu de bens... despediu os ricos... acolheu Israel".

Neste septenário de obras divinas é evidente o "estilo" no qual o Senhor da história inspira o seu comportamento: ele declara-se da parte dos últimos. O seu é um projeto que com frequência está escondido sob o terreno obscuro das vicissitudes humanas, que vêem triunfar "os soberbos, os poderosos e os ricos". Contudo a sua força secreta está destinada a revelar-se no final, para mostrar quem são os verdadeiros prediletos de Deus: "Os que o temem", fiéis à sua palavra; "os humildes, os famintos, Israel seu servo", isto é, a comunidade do povo de Deus que, como Maria, está constituída por aqueles que são "pobres", puros e simples de coração. É aquele "pequeno rebanho" que está convidado a não temer porque ao Pai aprouve conceder-lhe o seu reino (cf. Lc 12, 32). E assim este cântico nos convida a associar-nos a este pequeno rebanho, a ser realmente membros do Povo de Deus na pureza e na simplicidade do coração no amor de Deus.

Aceitemos então o convite que no seu comentário ao texto do Magnificat nos dirige santo Ambrósio. O grande Doutor da Igreja diz: "Esteja em cada um a alma de Maria que engrandece o Senhor, esteja em todos o espírito de Maria que exulta em Deus; se, segundo a carne, uma só é a mãe de Cristo, segundo a fé todas as almas geram Cristo; de fato, cada uma acolhe em si o Verbo de Deus... A alma de Maria engrandece o Senhor, e o seu espírito exulta em Deus, porque, consagrada com a alma e com o espírito ao Pai e ao Filho, ela adora com afeto devoto um só Deus, do qual tudo provém, e um só Senhor, em virtude do qual todas as coisas existem" (Exposição do Evangelho segundo Lucas, 2, 26-27: SAEMO, XI, Milão-Roma 1978, p. 169).

Neste maravilhoso comentário do Magnificat de santo Ambrósio sensibiliza-me de modo particular a palavra surpreendente: "Se, segundo a carne, uma só é a mãe de Cristo, segundo a fé todas as almas geram Cristo: de fato cada uma acolhe em si o Verbo de Deus". Assim o santo Doutor, interpretando as palavras de Nossa Senhora, convida-nos a fazer com que o Senhor encontre um abrigo na nossa alma e na nossa vida. Não devemos apenas levá-lo no coração, mas devemos levá-lo ao mundo, de forma que também nós possamos gerar Cristo para o nos-

so tempo. Peçamos ao Senhor que nos ajude a magnificá-lo com o Espírito e com a alma de Maria e a levar de novo Cristo ao nosso mundo.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 22 de Fevereiro 2006

A Cátedra de Pedro, dom de Cristo à sua Igreja

Queridos irmãos e irmãs

A Liturgia latina celebra hoje a festa da Cátedra de São Pedro. Trata-se de uma tradição muito antiga, testemunhada em Roma desde o século IV, com a qual se dá graças a Deus pela missão confiada ao Apóstolo Pedro e aos seus sucessores. Literalmente, a "cátedra" é a sede fixa do Bispo, posto na igreja matriz de uma Diocese, que por isso é chamada "catedral", e constitui o símbolo da autoridade do Bispo e, em particular, do seu "magistério", ou seja, do ensinamento evangélico que ele, enquanto sucessor dos Apóstolos, é chamado a conservar e a transmitir à Comunidade cristã. Quando o Bispo toma posse da Igreja particular que lhe foi confiada, ele, com a mitra e o báculo, senta-se na cátedra. Como mestre e pastor, daquela sede ele orientará o caminho dos fiéis, na fé, na esperança e na caridade.

Portanto, qual foi a "cátedra" de São Pedro? Escolhido por Cristo como "rocha" sobre a qual edificar a Igreja (cf. Mt 16, 18), ele começou o seu ministério em Jerusalém, depois da Ascensão do Senhor e do Pentecostes. A primeira "sede" da Igreja foi o Cenáculo, e provavelmente naquela sala onde também Maria, a Mãe de Jesus, rezou juntamente com os discípulos para que fosse reservado um lugar especial a Simão Pedro. Em seguida, a sé de Pedro tornou-se Antioquia, cidade situada à margem do rio Oronte, na Síria, hoje na Turquia, naquela época terceira metrópole do império romano, depois de Roma e de Alexandria do Egito. Daquela cidade, evangelizada por Barnabé e Paulo, onde "os discípulos receberam, pela primeira vez, o nome de "cristãos"" (At 11, 26), onde, portanto, nasceu para nós o nome de cristãos, Pedro foi o primeiro Bispo, a tal ponto que o Martirológio Romano, antes da reforma do calendário, previa também uma celebração específica da Cátedra de Pedro em Antioquia. Dali, a Providência conduziu Pedro até Roma. Portanto, temos o caminho de Jerusalém, Igreja nascente, em Antioquia, primeiro centro da Igreja acolhida pelos pagãos e ainda unida com a Igreja proveniente dos Judeus. Depois Pedro dirigiu-se para Roma, centro do Império, símbolo do "Orbis" a "Urbs" que expressa o "Orbis" a terra onde ele terminou com o martírio a sua corrida ao serviço do Evangelho. Por isso a sede de Roma, que tinha recebido a maior honra, acolheu também o ónus confiado por Cristo a Pedro, de se colocar ao serviço de todas as Igrejas particulares, para a edificação e a unidade de todo o Povo de Deus.

A sede de Roma, depois destas migrações de São Pedro, torna-se assim reconhecida como a do sucessor de Pedro, e a "cátedra" do seu Bispo representou a do Apóstolo encarregado por

Cristo, de apascentar todo o seu rebanho. Testemunham-no os mais antigos Padres da Igreja, como por exemplo Santo Ireneu, Bispo de Lião, proveniente porém da Ásia Menor, que no seu tratado Contra as heresias descreve a Igreja de Roma como "a maior e a mais antiga, conhecida por todos;... fundada e constituída em Roma pelos dois gloriosíssimos Apóstolos Pedro e Paulo"; e acrescenta: "Com esta Igreja, pela sua exímia superioridade, deve conciliar-se a Igreja universal, ou seja, os fiéis que estão em toda a parte (III, 3, 2-3). Tertuliano, um pouco mais tarde, por sua vez, afirma: "Como é feliz esta Igreja de Roma! Foram os próprios Apóstolos que derramaram nela, com o próprio sangue, toda a doutrina" (A prescrição dos hereges, 36). Portanto, a cátedra do Bispo de Roma representa não apenas o seu serviço à comunidade romana, mas a sua missão de guia de todo o Povo de Deus.

Celebrar a "Cátedra" de Pedro, como fazemos hoje, significa, portanto, atribuir-lhe um forte significado espiritual e reconhecer-lhe um sinal privilegiado do amor de Deus, Pastor bom e eterno, que quer reunir toda a sua Igreja e orientá-la no caminho da salvação. Entre os numerosos testemunhos dos Padres, apraz-me evocar o de São Jerônimo, tirado de uma das suas epístolas escritas ao Bispo de Roma, particularmente interessante porque faz referência explícita precisamente à "cátedra" de Pedro, apresentando-a como segura meta de verdade e de paz. Assim escreve Jerônimo: "Decidi consultar a cátedra de Pedro, onde se encontra aquela fé que a boca de um Apóstolo exaltou; agora venho pedir um alimento para a minha alma ali, onde outrora recebi a veste de Cristo. Não busco outro primado, a não ser o de Cristo; por isso, ponho-me em comunhão com a tua bem-aventurança, ou seja, com a cátedra de Pedro. Sei que sobre esta pedra está edificada a Igreja" (Cartas I, 15, 1-2).

Amados irmãos e irmãs, na abside da Basílica de São Pedro, como sabeis, encontra-se o monumento à Cátedra do Apóstolo, obra adulta de Bernini, realizada em forma de um grande trono de bronze, sustentado pelas imagens de quatro Doutores da Igreja, dois do Ocidente, Santo Agostinho e Santo Ambrósio, e dois do Oriente, São João Crisóstomo e Santo Atanásio. Convido-vos a deter-vos diante desta obra sugestiva, que hoje é possível admirar decorada com numerosas velas, e rezar de maneira particular pelo ministério que Deus me confiou. Elevando o olhar ao vitral de alabastro que se abre precisamente acima da Cátedra, invocai o Espírito Santo a fim de que sustente sempre com a sua luz e a sua força o meu serviço quotidiano a toda a Igreja. Por isto, bem como pela vossa atenção devota, agradeço-vos de coração.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 1 de Março de 2006

Quarta-feira de Cinzas A Quaresma: um itinerário de reflexão e de intensa oração

Amados irmãos e irmãs

Começa hoje, com a Liturgia da Quarta-Feira de Cinzas, o itinerário quaresmal de quarenta dias, que nos conduzirá ao Tríduo pascal, memória da paixão, morte e ressurreição do Senhor, cerne do mistério da nossa salvação. Este é um tempo favorável, em que a Igreja convida os cristãos a tomar consciência mais viva da obra redentora de Cristo e a viver com maior profundidade o próprio Batismo. Com efeito, neste período litúrgico o Povo de Deus, desde os primórdios, alimenta-se abundantemente da Palavra de Deus para se fortalecer na fé, percorrendo toda a história da criação e da redenção.

Na sua duração de quarenta dias, a Quaresma possui uma indubitável força evocadora. De fato, ela tenciona recordar alguns acontecimentos que cadenciaram a vida e a história do antigo Israel, voltando a propor-nos também a nós o seu valor paradigmático: pensemos, por exemplo, nos quarenta dias do dilúvio universal, que terminaram com o pacto de aliança estabelecido por Deus com Noé, e assim com a humanidade, e nos quarenta dias de permanência de Moisés no Monte Sinai, aos quais se seguiu o dom das tábuas da Lei. O período quaresmal quer convidar-nos sobretudo a reviver com Jesus os quarenta dias por Ele transcorridos no deserto, rezando e jejuando, antes de empreender a sua missão pública. Hoje, também nós fazemos um caminho de reflexão e de oração com todos os cristãos do mundo, para nos dirigirmos espiritualmente ao Calvário, meditando os mistérios centrais da fé. Assim, preparar-nos-emos para experimentar, depois do mistério da Cruz, a alegria da Páscoa da Ressurreição.

Realiza-se hoje, em todas as comunidades paroquiais, um gesto austero e simbólico: a imposição das cinzas, e este rito é acompanhado por duas fórmulas significativas, que constituem um apelo urgente a reconhecermo-nos pecadores e a voltarmos para Deus. A primeira fórmula diz: "Lembra-te que és pó e em pó te hás-de tornar" (cf. Gn 3, 19). Estas palavras, tiradas do livro do Gênesis, evocam a condição humana posta sob o sinal da caducidade e do limite, e tencionam levar-nos a depositar de novo toda a esperança somente em Deus. A segunda fórmula inspira-se nas palavras pronunciadas por Jesus no início do seu ministério itinerante: "Convertei-vos e crede no Evangelho" (Mc 1, 15). Trata-se de um convite a lançar, como fundamento da renovação pessoal e comunitária, a adesão firme e confiante ao Evangelho. A vida do cristão é vida de fé, alicerçada na Palavra de Deus e por ela alimentada. Nas prova-

ções da vida e em cada tentação, o segredo da vitória consiste em ouvir a Palavra de verdade e em rejeitar com determinação a mentira e o mal. Este é o programa verdadeiro e central do tempo da Quaresma: ouvir a palavra de verdade, viver, dizer e cumprir a verdade, rejeitando a mentira que envenena a humanidade e constitui a porta de todos os males. Portanto, nestes quarenta dias é urgente voltar a ouvir o Evangelho, a palavra do Senhor, palavra de verdade, para que em cada cristão, em cada um de nós, se revigore a consciência da verdade que lhe foi oferecida, que nos foi dada, a fim de que ele a viva e dela se torne testemunha. A Quaresma impele-nos a isto, a deixarmos que a nossa vida seja imbuída pela Palavra de Deus e assim a conhecermos a verdade fundamental: quem somos, de onde vimos, aonde devemos ir, qual é o caminho a empreender na vida. E assim o período da Quaresma oferece-nos um percurso ascético e litúrgico que, enquanto nos ajuda a abrir os olhos para a nossa debilidade, nos faz abrir o coração ao amor misericordioso de Cristo.

O caminho quaresmal, aproximando-nos de Deus, permite-nos ver com olhos novos os irmãos e as suas necessidades. Quem começa a ver Deus, a contemplar o rosto de Cristo, vê com outros olhos também o irmão, descobre o irmão, o seu bem, o seu mal e as suas necessidades. Por isso a Quaresma, como escuta da verdade, é um momento favorável para se converter ao amor, porque a verdade profunda, a verdade de Deus, é ao mesmo tempo amor. Convertendo-nos à verdade de Deus, devemos necessariamente converter-nos ao amor. Um amor que saiba tornar própria a atitude de compaixão e de misericórdia do Senhor, como desejei recordar na Mensagem para a Quaresma, que tem como tema as seguintes palavras evangélicas: "Jesus, ao ver as multidões, encheu-se de compaixão por elas" (Mt 9, 36). Consciente da própria missão no mundo, a Igreja não cessa de proclamar o amor misericordioso de Cristo, que continua a dirigir o olhar comovido aos homens e aos povos de todos os tempos. " vista dos tremendos desafios da pobreza de grande parte da humanidade escrevi na citada Mensagem quaresmal a indiferença e o encerramento no próprio egoísmo apresentam-se em contraste intolerável com o "olhar" de Cristo. O jejum e a esmola, juntamente com a oração, que a Igreja propõe de modo especial no período da Quaresma, são uma ocasião propícia para nos conformarmos àquele "olhar"" (Ed. port. de L'Osservatore Romano de 4 de Fevereiro de 2006, pág. 7), ao olhar de Cristo, e vermo-nos a nós mesmos, a humanidade e os outros com este seu olhar. Com este espírito, entramos no clima austero e orante da Quaresma, que é precisamente um clima de amor ao irmão.

Sejam dias de reflexão e de intensa oração, em que nos deixemos orientar pela Palavra de Deus, que a liturgia nos propõe abundantemente. Além disso, a Quaresma seja um tempo de jejum, de penitência e de vigilância sobre nós mesmos, persuadidos de que a luta contra o

pecado nunca termina, porque a tentação é realidade de todos os dias e a fragilidade e a ilusão são experiências de todos. Enfim, através da esmola e dos gestos de bem ao próximo, a Quaresma seja ocasião de partilha sincera dos dons recebidos com os irmãos e de atenção às necessidades dos mais pobres e abandonados. Que neste itinerário penitencial nos acompanhe Maria, a Mãe do Redentor, que é Mestra de escuta e de adesão fiel a Deus. A Virgem Santíssima nos ajude a chegar, purificados e renovados na mente e no espírito, à celebração do grande mistério da Páscoa de Cristo. Com estes sentimentos, formulo a todos vós os votos de uma boa e fecunda Quaresma.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 15 de Março de 2006

A vontade de Jesus sobre a sua Igreja e a escolha dos Doze

Amados irmãos, Queridos irmãos e irmãs!

Depois das catequeses sobre os Salmos e sobre os Cânticos das Laudes e das Vésperas, gostaria de dedicar os próximos encontros de quarta-feira ao mistério da relação entre Cristo e a Igreja, considerando-o a partir da experiência dos Apóstolos, à luz da tarefa que lhes foi confiada. A Igreja foi constituída sobre o fundamento dos Apóstolos como comunidade de fé, de esperança e de caridade. Através dos Apóstolos, remontamos ao próprio Cristo. A Igreja começou a construir-se quando alguns pescadores da Galileia encontraram Jesus, deixaram-se conquistar pelo seu olhar, pela sua voz, pelo seu convite caloroso e forte: "Vinde comigo e farei de vós pescadores de homens" (Mc 1, 17; Mt 4, 19). O meu amado Predecessor João Paulo II propôs à Igreja, no início do terceiro milênio, que contemplasse o rosto de Cristo (cf. Novo millennio ineunte, 16ss.). Seguindo também eu a mesma direção, na catequese a que hoje dou início, gostaria de realçar como precisamente a luz daquele Rosto se reflete sobre o rosto da Igreja (cf. Lumen gentium, 1), apesar dos limites e das sombras da nossa humanidade frágil e pecadora. Depois de Maria, reflexo puro da luz de Cristo, são os Apóstolos, com a sua palavra e com o seu testemunho, que nos ensinam a verdade de Cristo. Contudo, a sua missão não está isolada, mas insere-se num mistério de comunhão, que envolve todo o Povo de Deus e realiza-se por etapas, da Antiga à Nova Aliança.

Em relação a isto deve dizer-se que será mal compreendida a mensagem de Jesus, se a separarmos do contexto da fé e da esperança do povo eleito: como João Batista, seu imediato precursor, Jesus dirige-se em primeiro lugar a Israel (cf. Mt 15, 24), para ali fazer a "colheita" no tempo escatológico juntamente com ele. Assim como a de João, também a pregação de Jesus é ao mesmo tempo chamada de graça e sinal de contradição e de juízo para todo o povo de Deus. Por conseguinte, desde o primeiro momento da sua atividade salvífica Jesus de Nazaré procura reunir o Povo de Deus. Mesmo sendo sempre a sua pregação um apelo à conversão pessoal, ele na realidade tem continuamente por objetivo a constituição do Povo de Deus que veio reunir e salvar. Portanto, torna-se unilateral e sem fundamento a interpretação individualista do anúncio que Cristo faz do Reino, assim resumida por Adolf von Harnack nas suas lições sobre A essência do cristianismo: "O reino de Deus vem, porque vem em homens individualmente, encontra acesso à sua alma e eles recebem-no. O reino de Deus é o senhorio de Deus, certamente, mas é o senhorio do Deus santo em cada um dos corações" (Lição Terceira,

100s). Na realidade, este individualismo da teologia liberal é uma acentuação tipicamente moderna: na perspectiva da tradição bíblica e no horizonte do hebraísmo, nos quais a obra de Jesus se situa mesmo com toda a sua novidade, é evidente que toda a missão do Filho feito homem tem uma finalidade humanitária. Ele veio precisamente para convocar a humanidade dispersa, veio para reunir e unir o povo de Deus.

Um sinal evidente da intenção do Nazareno de reunir a comunidade da aliança, para manifestar nela o cumprimento das promessas feitas aos Pais, que falam sempre de convocação, de unificação, de unidade, é a instituição dos Doze. Ouvimos o Evangelho sobre esta instituição dos Doze. Leio mais uma vez a parte central: "Jesus subiu depois a um monte, chamou os que Ele queria e foram ter com Ele. Estabeleceu doze para estarem com Ele e para os enviar a pregar, com o poder de expulsar demônios. Estabeleceu estes doze..." (Mc 3, 13-16; cf. Mt 10, 1-4; Lc 6, 12-16). No lugar da revelação, "o monte", Jesus com uma iniciativa que manifesta absoluta autoconsciência e determinação, constitui os Doze para que sejam com Ele testemunhas e anunciadores do acontecimento do Reino de Deus. Sobre a historicidade desta chamada não existem dúvidas, não só devido à antiguidade e à multiplicidade dos testemunhos, mas também pelo simples motivo que nela se encontra o nome de Judas, o apóstolo traidor, apesar das dificuldades que esta presença podia causar à comunidade nascente. O número Doze, que evidentemente evoca as doze tribos de Israel, já revela o significado de ação profético-simbólica implícito na iniciativa de fundar novamente o povo santo. Tendo terminado há tempo o sistema das doze tribos, a esperança de Israel estava depositada na sua reconstituição como sinal da vinda do tempo escatológico (pensemos na conclusão do livro de Ezequiel: 37, 15-19; 39, 23-29; 40-48). Ao escolher os Doze, introduzindo-os numa comunhão de anúncio do Reino em palavras e ações (cf. Mc 6, 7-13; Mt 10, 5-8; Lc 6, 13), Jesus pretende dizer que chegou o tempo definitivo no qual se constitui um novo povo de Deus, o povo das doze tribos, que agora se torna um povo universal, a sua Igreja.

Com a sua própria existência os Doze chamados de proveniências diferentes tornam-se um apelo para Israel inteiro para que se converta e se deixe reunir na nova aliança, pleno e perfeito cumprimento da antiga. Ter-lhes confiado na Última Ceia, antes da sua Paixão, a tarefa de celebrar o seu memorial, mostra como Jesus quisesse transmitir a toda a comunidade na pessoa dos seus chefes o mandato de serem, na história, sinal e instrumento da reunião escatológica, com ele iniciada. Num certo sentido podemos dizer que precisamente a Última Ceia é o ato da fundação da Igreja, porque Ele se oferece a si mesmo e cria desta forma uma nova comunidade, uma comunidade unida na comunhão com Ele. Sob esta luz, compreende-se como o Ressuscitado lhes confere com a efusão do Espírito o poder de perdoar os pecados (cf. Jo

20, 23). Os doze Apóstolos são, desta forma, o sinal mais evidente da vontade de Jesus em relação à existência e à missão da sua Igreja, a garantia de que entre Cristo e a Igreja não existe contraposição alguma: são inseparáveis, não obstante os pecados dos homens que pertencem à Igreja. Portanto, é totalmente inconciliável com a intenção de Cristo uma propaganda que estava na moda há alguns anos: "Jesus sim, Igreja não". A escolha deste Jesus individualista é um Jesus fruto da fantasia. Não podemos ter Jesus sem a realidade que Ele criou e na qual se comunica. Entre o Filho de Deus feito homem e a sua Igreja existe uma profunda, inseparável e misteriosa continuidade, em virtude da qual Cristo está presente hoje no seu povo. Ele é sempre nosso contemporâneo, é sempre contemporâneo na Igreja construída sobre o fundamento dos Apóstolos, está vivo na sucessão dos Apóstolos. E esta sua presença na comunidade, na qual Ele mesmo se oferece sempre a nós, é o motivo da nossa alegria.Sim, Cristo está conosco, o Reino de Deus vem.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 22 de Março de 2006

Os Apóstolos testemunhas e enviados de Cristo

Queridos irmãos e irmãs!

A Carta aos Efésios apresenta-nos a Igreja como uma construção edificada "sobre o alicerce dos Apóstolos e dos profetas, tendo por pedra angular o próprio Cristo Jesus" (2, 20). No Apocalipse o papel dos Apóstolos, e mais especificamente dos Doze, é esclarecido na perspectiva escatológica da Jerusalém celeste, apresentada como uma cidade cujos muros "tinham doze alicerces, nos quais estavam gravados doze nomes, os nomes dos doze Apóstolos do Cordeiro" (21, 14). Os Evangelhos concordam em referir que a vocação dos Apóstolos marcou os primeiros passos do ministério de Jesus, depois do batismo recebido do Batista nas águas do Jordão.

Segundo a narração de Marcos (1, 16-29) e de Mateus (4, 18-22), o cenário da vocação dos primeiros Apóstolos é o lago da Galileia. Jesus acabara de iniciar a pregação do Reino de Deus, quando o seu olhar se pousou sobre dois pares de irmãos: Simão e André, Tiago e João. São pregadores, empenhados no seu trabalho quotidiano. Lançam as redes, consertam-nas. Mas outra pesca os aguarda. Jesus chama-os com decisão e eles seguem-no imediatamente: agora serão "pescadores de homens" (cf. Mc 1, 17 Mt 4, 19). Lucas, ainda que siga a mesma tradição, faz uma narração mais elaborada (5, 1-11). Ele mostra o caminho de fé dos primeiros discípulos, esclarecendo que o convite para o seguimento lhes chega depois de terem ouvido a primeira pregação de Jesus e experimentam os primeiros sinais prodigiosos por ele realizados. Em particular, a pesca milagrosa constitui o contexto imediato e oferece o símbolo da missão de pescadores de homens, que lhes foi confiada. O destino destes "chamados", de agora para o futuro, estará intimamente ligado ao de Jesus. O apóstolo é um enviado mas, ainda antes, um "perito" em Jesus.

Precisamente este é o aspecto realçado pelo evangelista João desde o primeiro encontro de Jesus com os futuros Apóstolos. Aqui o cenário é diferente. A presença dos futuros discípulos, provenientes também eles, como Jesus, da Galileia para viver a experiência do batismo administrado por João, esclarece o seu mundo espiritual. Eram homens na expectativa do Reino de Deus, desejosos de conhecer o Messias, cuja vinda estava anunciada como iminente. Para eles, é suficiente a orientação de João Batista que indica em Jesus o Cordeiro de Deus (cf. Jo 1, 36), para que surja neles o desejo de um encontro pessoal com o Mestre. As frases do diálogo de Jesus com os primeiros dois futuros Apóstolos são muito expressivas. pergunta:

"Que procurais?", eles respondem com outra pergunta: "Rabi (que quer dizer Mestre), onde moras?". A resposta de Jesus é um convite: "Vinde e vereis" (cf. Jo 1, 38-39). Vinde para poder ver. A aventura dos Apóstolos começa assim, como um encontro de pessoas que se abrem reciprocamente. Começa para os discípulos um conhecimento direto do Mestre. Vêem onde mora e começam a conhecê-lo. De fato, eles não deverão ser anunciadores de uma ideia, mas testemunhas de uma pessoa. Antes de serem enviados a evangelizar, deverão "estar" com Jesus (cf. Mc 3, 14), estabelecendo com ele um relacionamento pessoal. Sobre esta base, a evangelização não será mais do que um anúncio daquilo que foi experimentado e um convite a entrar no mistério da comunhão com Cristo (cf. 1 Jo 13).

A quem serão enviados os Apóstolos? No Evangelho parece que Jesus limita a sua missão unicamente a Israel: "Não fui enviado senão às ovelhas perdidas da casa de Israel" (Mt 15, 24). De modo análogo parece que ele circunscreve a missão confiada aos Doze: "Jesus enviou estes Doze, depois de lhes ter dado as seguintes instruções: "Não sigais pelo caminho dos gentios, nem entreis em cidade de samaritanos. Ide, primeiramente, às ovelhas perdidas da casa de Israel" (Mt 10, 5s.). Uma certa crítica moderna de inspiração racionalista tinha visto nestas expressões a falta de uma consciência universalista do Nazareno. Na realidade, elas devem ser compreendidas à luz da sua relação especial com Israel, comunidade da aliança, em continuidade com a história da salvação. Segundo a expectativa messiânica as promessas divinas, imediatamente dirigidas a Israel, ter-se-iam concretizado quando o próprio Deus, através do seu Eleito, reunisse o seu povo, como faz um pastor com o rebanho: "Eu virei em socorro das minhas ovelhas, para que elas não mais sejam saqueadas... Estabelecerei sobre elas um único pastor, que as apascentará, o meu servo Davi será ele que as levará a pastar e lhes servirá de pastor. Eu, o Senhor, serei o seu Deus, e o meu servo Davi será um príncipe no meio delas" (Ez 34, 22-24). Jesus é o pastor escatológico, que reúne as ovelhas perdidas da casa de Israel e vai à procura delas, porque as conhece e ama (cf. Lc 15, 4-7 e Mt 18, 12-14 cf. também a figura do bom pastor em Jo 10, 11ss.). Através desta "reunião" o Reino de Deus é anunciado a todas as nações: "Manifestarei a minha glória entre as nações, e todas me verão executar a minha justiça e aplicar a minha mão sobre eles" (Ez 39, 21). E Jesus segue precisamente este caminho profético. O primeiro passo é a "reunião" do povo de Israel, para que assim todas as nações, chamadas a reunirem-se na comunhão com o Senhor, possam ver e crer.

Assim os Doze, chamados a participar na mesma missão de Jesus, cooperam com o Pastor dos últimos tempos, indo também eles, em primeiro lugar, até às ovelhas perdidas da casa de Israel, isto é, dirigindo-se ao povo da promessa, cuja reunião é o sinal de salvação para todos os povos, o início da universalização da Aliança. Longe de contradizer a abertura universalista

da ação messiânica do Nazareno, a inicial limitação a Israel da sua missão e da dos Doze torna-se assim o seu sinal profético mais eficaz. Depois da paixão e da ressurreição de Cristo este sinal será esclarecido: o carácter universal da missão dos Apóstolos tornar-se-á mais explícito. Cristo enviará os Apóstolos "a todo o mundo" (Mc 16, 15), a "todas as nações" (Mt 28, 19) Lc 24, 47), "até aos extremos confins da terra" (At 1, 8). E esta missão continua. Continua sempre o mandato do Senhor de reunir os povos na unidade do seu amor. Esta é a nossa esperança e este é também o nosso mandato: contribuir para esta universalidade, para esta verdadeira unidade na riqueza das culturas, em comunhão com o nosso verdadeiro Senhor Jesus Cristo.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 29 de Março de 2006

O dom da "Comunhão"

Queridos irmãos e irmãs!

Através do ministério apostólico a Igreja, comunidade reunida pelo Filho de Deus que veio na carne, viverá no suceder-se dos tempos edificando e alimentando a comunhão em Cristo e no Espírito, à qual todos estão chamados e na qual podem fazer a experiência da salvação oferecida pelo Pai. De fato, os Doze como disse o papa Clemente, terceiro Sucessor de Pedro, no final do século I tiveram a preocupação de se constituírem sucessores (cf. 1 Clem 42, 4), para que a missão que lhes foi confiada continuasse depois da sua morte. Ao longo dos séculos a Igreja, organicamente estruturada sob a guia dos legítimos Pastores, continuou desta forma a viver no mundo como mistério de comunhão, no qual se reflete em certa medida a mesma comunhão trinitária, o mistério do próprio Deus.

Já o apóstolo Paulo menciona esta suprema fonte trinitária, quando deseja aos seus cristãos: "A graça do Senhor Jesus Cristo, o amor de Deus e a comunhão do Espírito Santo estejam com todos vós!" (2 Cor 13, 13). Estas palavras, provável eco ao culto da Igreja nascente, evidenciam como o dom gratuito do amor do Pai em Jesus Cristo se concretize e se exprima na comunhão realizada pelo Espírito Santo. Esta interpretação, baseada no estreito paralelismo que o texto estabelece entre os três genitivos ("a graça do Senhor Jesus Cristo... o amor de Deus... e a comunhão do Espírito Santo"), apresenta a "comunhão" como dom específico do Espírito, fruto do amor doado por Deus Pai e da graça oferecida pelo Senhor Jesus.

Aliás, o contexto imediato, caracterizado pela insistência sobre a comunhão fraterna, orienta-nos a ver na "koinonía" do Espírito Santo não só a "participação" da vida divina quase singularmente, cada um por si, mas também logicamente a "comunhão" entre os crentes que o próprio Espírito suscita, como seu artífice e principal agente (cf. Fl 2, 1). Poder-se-ia afirmar que a graça, o amor e a comunhão, referidos respectivamente a Cristo, ao Pai e ao Espírito, são aspectos diversos da única ação divina para a nossa salvação, ação que cria a Igreja e faz a Igreja como disse São Cipriano, no século III "um povo reunido pela unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo" (De Orat. Dom., 23: PL 4, 536, cit. em Lumen gentium, 4).

A ideia da comunhão como participação na vida trinitária está iluminada com particular intensidade no Evangelho de João. Onde a comunhão de amor que une o Filho ao Pai e aos homens é, ao mesmo tempo, o modelo e a fonte da comunhão fraterna, que deve unir os discípulos entre si: "Que vos ameis uns aos outros como Eu vos amei" (Jo 15, 12; cf. 13, 34). "Para que

todos sejam um só... como nós somos um" (Jo 17, 21.22). Portanto, a comunhão dos homens com o Deus-Trindade e comunhão dos homens entre si. No tempo da peregrinação terrena o discípulo, mediante a comunhão com o Filho, já pode participar da vida divina d'Ele e do Pai: "E nós estamos em comunhão com o Pai e com o seu Filho, Jesus Cristo" (1 Jo 1, 3). Esta vida de comunhão com Deus e entre nós é a finalidade própria do anúncio do Evangelho, a finalidade da conversão ao cristianismo: "O que nós vimos e ouvimos, isso vos anunciamos, para que também vós estejais em comunhão conosco" (1 Jo 1, 3). Por conseguinte, esta dúplice comunhão com Deus e entre nós é inseparável. Onde se destrói a comunhão com Deus, que é comunhão com o Pai, com o Filho e com o Espírito Santo, destrói-se também a raiz e a fonte da comunhão entre nós. E onde a comunhão entre nós não for vivida, também a comunhão com o Deus-Trindade não é viva nem verdadeira, como ouvimos.

Façamos agora um ulterior passo. A comunhão, fruto do Espírito, Santo é alimentada pelo Pão eucarístico (cf. 1 Cor 10, 16-17) e exprime-se nas relações fraternas, numa espécie de antecipação do mundo futuro. Na Eucaristia, Jesus alimenta-nos, une-nos a Si, com o Pai, o Espírito Santo e entre nós, e esta rede de unidade que abraça o mundo é uma antecipação do mundo futuro neste nosso tempo. Precisamente assim, sendo antecipação do mundo futuro, a comunhão é um dom também com consequências muito reais, que nos faz sair das nossas solidões, dos fechamentos em nós mesmos, e nos torna partícipes do amor que nos une a Deus e entre nós.

É fácil compreender como é grande este dom, se pensarmos nas fragmentações e nos conflitos que afligem os relacionamentos entre os indivíduos, os grupos e inteiros povos. E se não existe o dom da unidade no Espírito Santo, a fragmentação da humanidade é inevitável. A "comunhão" é verdadeiramente a boa nova, o remédio que Deus nos doou contra a solidão, que hoje ameaça todos, o dom precioso que nos faz sentir acolhidos e amados em Deus, na unidade do seu Povo reunido no nome da Trindade; é a luz que faz resplandecer a Igreja como sinal elevado entre os povos: "Se dizemos que temos comunhão com Ele, mas caminhamos nas trevas, mentimos e não praticamos a verdade. Pelo contrário, se caminhamos na luz, com Ele, que está na luz, então temos comunhão uns com os outros" (1 Jo 1, 6 s). A Igreja revela-se assim, apesar de todas as fragilidades humanas que pertencem à sua fisionomia histórica, uma maravilhosa criação de amor, feita para aproximar Cristo de cada homem e mulher que queira verdadeiramente encontrá-lo, até ao fim dos tempos. E na Igreja, o Senhor permanece sempre nosso contemporâneo. A Escritura não é uma coisa do passado. O Senhor não fala no passado, mas no presente, fala hoje conosco, dá-nos luz, mostra-nos o caminho da vida, dá-nos comunhão e assim nos prepara e abre para a paz.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 5 de Abril de 2006

O serviço à comunhão

Queridos irmãos e irmãs!

Na nova série de catequeses, que iniciou há poucas semanas, queremos considerar as origens da Igreja, para compreender o desígnio inicial de Jesus, e assim entender o essencial da Igreja, que permanece com o passar dos tempos. Desejamos, desta forma, compreender também o porquê do nosso estar na Igreja e como devemos comprometer-nos a vivê-lo no começo de um novo milênio cristão.

Considerando a Igreja nascente, podemos descobrir dois aspectos: o primeiro é realçado em grande medida por Santo Ireneu de Lião, mártir e grande teólogo do fim do século II, o primeiro que nos deu uma teologia de certa forma sistemática. Santo Ireneu escreve: "Onde está a Igreja, ali também está o Espírito de Deus; e onde está o Espírito de Deus, ali está a Igreja e todas as graças; porque o Espírito Santo é verdade" (Adversus haereses, III, 24, 1: PG 7, 966). Por conseguinte, existe um íntimo vínculo entre o Espírito Santo e a Igreja. O Espírito Santo constrói a Igreja e confere-lhe a verdade, infunde como diz São Paulo o amor nos corações dos crentes (cf. Rm 5, 5).

Depois há um segundo aspecto. Este vínculo profundo com o Espírito não anula a nossa humanidade com toda a sua debilidade, e assim a comunidade dos discípulos conhece desde o início não só a alegria do Espírito Santo, a graça da verdade e do amor, mas também a prova, constituída sobretudo pelos contrastes acerca das verdades de fé, com as consequentes dilacerações da comunhão. Como a comunhão do amor existe desde o início e existirá até ao fim (cf. 1 Jo 1, 1ss.), infelizmente também desde o início existe a divisão. Não nos devemos admirar que ela persista também hoje: "Eles saíram de entre nós, mas não eram dos nossos, porque, se tivessem sido dos nossos, teriam permanecido conosco; mas aconteceu assim para que ficasse claro que nenhum deles era dos nossos" (2, 19). Por conseguinte há sempre o perigo, nas vicissitudes do mundo e também nas debilidades da Igreja, de perder a fé, e assim também de perder o amor e a fraternidade. Portanto, é um dever precioso de quem crê na Igreja do amor e deseja viver nela, reconhecer também este perigo e aceitar que não é possível a comunhão com quem se afastou da doutrina da salvação (cf. 2 Jo 9-11).

Que a Igreja nascente estivesse muito consciente destas tensões possíveis na experiência da comunhão demonstra-o bem a Primeira Carta de João: não há voz no Novo Testamento que se eleve com mais vigor para evidenciar a realidade e o dever do amor fraterno entre os cristãos;

mas a mesma voz dirige-se com severidade drástica aos adversários, que foram membros da comunidade e agora já não o são. A Igreja do amor é também a Igreja da verdade, entendida antes de mais como fidelidade ao Evangelho confiado pelo Senhor aos seus. A fraternidade cristã nasce do fato de sermos constituídos filhos do mesmo Pai pelo Espírito de verdade: "De fato, todos os que se deixam guiar pelo Espírito, esses é que são filhos de Deus" (Rm 8, 14). Mas a família dos filhos de Deus, para viverem na unidade e na paz, tem necessidade de quem a mantenha na verdade e a guie com discernimento sábio e competente: é isto que o ministério dos Apóstolos está chamado a fazer. E agora chegamos a um ponto importante. A Igreja é toda do Espírito, mas tem uma estrutura, a sucessão apostólica, à qual compete a responsabilidade de garantir a permanência da Igreja na verdade doada por Cristo, da qual deriva também a capacidade do amor.

O primeiro sumário dos Atos expressa com grande eficiência a convergência destes valores na vida da Igreja nascente: "Eram assíduos ao ensino dos Apóstolos, à união fraterna (*koinonìa*), à fração do pão e às orações" (At 2, 42). A comunhão nasce da fé suscitada pela pregação apostólica, alimenta-se do partir do pão e da oração, e expressa-se na caridade fraterna e no serviço. Estamos perante a descrição da comunhão da Igreja nascente na riqueza dos seus dinamismos internos e das suas expressões visíveis: o dom da comunhão é guardado e promovido em particular pelo ministério apostólico, que por sua vez é dom para toda a comunidade.

Os Apóstolos e os seus sucessores são, portanto, os guardas e as testemunhas competentes do depósito da verdade entregue à Igreja, e são também os ministros da caridade: dois aspectos que caminham juntos. Eles devem pensar sempre na inseparabilidade deste duplo serviço, que na realidade é um só: verdade e caridade, reveladas e doadas pelo Senhor Jesus. Neste sentido, o seu serviço é antes de tudo, um serviço de amor: a caridade que eles devem viver e promover é inseparável da verdade que guardam e transmitem. A verdade e o amor são dois rostos do mesmo dom, que vem de Deus e que graças ao ministério apostólico é conservado na Igreja e nos alcança até ao nosso presente! Também através do serviço dos Apóstolos e dos seus sucessores o amor de Deus Trindade nos alcança para nos comunicar a verdade que nos torna livres (cf. Jo 8, 32)!

Tudo o que vemos na Igreja nascente nos estimula a rezar pelos Sucessores dos Apóstolos, por todos os Bispos e pelos Sucessores de Pedro, para que sejam realmente juntos os guardas da verdade e da caridade; para que sejam, neste sentido, realmente apóstolos de Cristo, a fim de que a sua luz, a luz da verdade e da caridade, nunca se extinga na Igreja e no mundo.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 12 de Abril de 2006

O Tríduo pascal

Queridos irmãos e irmãs!

Inicia amanhã o Tríduo pascal, que é o centro de todo o ano litúrgico. Ajudados pelos ritos sagrados de Quinta-Feira Santa, da Sexta-Feira Santa e da solene Vigília Pascal, reviveremos o mistério da paixão, morte e ressurreição do Senhor. Estes são dias adequados para despertar em nós um desejo mais profundo de aderir a Cristo e de o seguir generosamente, conscientes de que Ele nos amou a ponto de dar a sua vida por nós. De fato, o que são os acontecimentos que o Tríduo santo nos propõe, a não ser a manifestação sublime deste amor de Deus pelo homem

Portanto, preparemo-nos para celebrar o Tríduo pascal acolhendo a exortação de Santo Agostinho: "Considera agora atentamente os três dias santos da crucifixão, da sepultura e da ressurreição do Senhor. Destes três mistérios realizamos na vida presente aquilo de que a Cruz é símbolo, enquanto cumprimos através da fé e da esperança aquilo que a sepultura e a ressurreição simbolizam" (Carta 55, 14, 24: Nova Biblioteca Agostiniana, (NBA), XXIII, Roma 1969, pág. 477).

O Tríduo pascal começa amanhã, Quinta-Feira Santa, com a Missa vespertina "in Cena Domini", mesmo se normalmente de manhã se celebra outra significativa liturgia, a Missa Crismal, durante a qual, reunido ao redor do Bispo, o inteiro presbitério de todas as Dioceses renova as promessas sacerdotais, e participa da bênção do óleo dos catecúmenos, dos enfermos e do Crisma, e assim faremos amanhã de manhã também aqui, em São Pedro. Além da instituição do Sacerdócio, neste dia santo comemora-se a oferta total que Cristo fez de Si à humanidade no sacramento da Eucaristia. Naquela mesma noite na qual foi traído, Ele deu-nos, como recorda a Sagrada Escritura, um mandamento novo "*mandatum novum*" do amor fraterno realizando o gesto comovedor do lava-pés, que chama ao humilde serviço dos servos. Este dia especial, que recorda grandes mistérios, encerra-se com a Adoração eucarística, em recordação da agonia do Senhor no horto do Getsêmani. Tomado por uma grande angústia, narra o Evangelho, Jesus pede aos seus que vigiem com Ele permanecendo em oração: "Ficai aqui e vigiai comigo" (Mt 26, 38), mas os discípulos adormeceram. Ainda hoje o Senhor nos diz: "Ficai aqui e vigiai comigo". E vemos como também nós, discípulos de hoje, com frequência dormimos. Aquele foi para Jesus o momento do abandono e da solidão, ao qual seguiu, no coração da noite, o aprisionamento e o início do doloroso caminho para o Calvário.

A Sexta-feira Santa está centrada no mistério da Paixão, dia de jejum e de penitência, completamente orientada para a contemplação de Cristo na Cruz. Nas igrejas é proclamada a narração da Paixão e ressoam as palavras do profeta Zacarias: "Hão-de olhar para aquele que tras-

passaram" (Jo 19, 37). E também nós, na Sexta-Feira Santa, desejamos realmente dirigir o olhar para o coração traspassado do Redentor, no qual escreve São Paulo estão "escondidos todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento" (Cl 2, 3), aliás, no qual "habita realmente toda a plenitude da divindade" (Cl 2, 9), por isso o Apóstolo pode afirmar com decisão de não querer saber outra coisa "a não ser Jesus Cristo, e este, crucificado" (1 Cor 2, 2). É verdade: a Cruz revela "a largura, o comprimento, a altura e a profundidade" as dimensões cósmicas, este é o seu sentido de um amor que ultrapassa todas as consciências o amor vai além do quanto se conhece e nos enche "de toda a plenitude de Deus" (Ef 3, 18-19). No mistério do Crucificado "cumpre-se aquele virar-se de Deus contra Si próprio, com o qual Ele Se entrega para levantar o homem e salvá-lo o amor na sua forma mais radical" (Deus caritas est, 12). A Cruz de Cristo, escreve no século V o Papa São Leão Magno, "é fonte de todas as bênçãos, e causa de todas as graças" (Discurso 8 sobre a paixão do Senhor, 6-8; PL 54, 340-342).

No Sábado Santo a Igreja, unindo-se espiritualmente a Maria, permanece em oração junto do sepulcro, onde o corpo do Filho de Deus jaz inerte como numa condição de repouso depois da obra criadora da redenção, realizada com a sua morte (cf. Hb 4, 1-13). Quando a noite já estiver avançada iniciará a solene Vigília pascal, durante a qual em todas as Igrejas o cântico jubiloso do Glória e do Aleluia pascal se elevará do coração dos novos batizados e de toda a comunidade cristã, feliz porque Cristo ressuscitou e venceu a morte.

Queridos irmãos e irmãs, para uma profunda celebração da Páscoa, a Igreja pede aos fiéis que se aproximem nestes dias do Sacramento da Penitência, que é como uma espécie de morte e ressurreição para cada um de nós. Na antiga comunidade cristã, na Quinta-Feira Santa realizava-se o rito da Reconciliação dos Penitentes presidido pelo Bispo. As condições históricas certamente mudaram, mas preparar-se para a Páscoa com uma boa confissão continua a ser um dever que se deve valorizar plenamente, porque nos oferece a possibilidade de recomeçar a nossa vida e ter realmente um novo início na alegria do Ressuscitado e na comunhão do perdão que Ele nos concede. Conscientes de ser pecadores, mas confiantes na misericórdia divina, deixemo-nos reconciliar por Cristo para gozar mais intensamente a alegria que Ele nos comunica com a sua ressurreição. O perdão, que nos é dado por Cristo no sacramento da Penitência, é fonte de paz interior e exterior e torna apóstolos de paz num mundo no qual infelizmente continua a haver divisões, sofrimentos e os dramas da injustiça, do ódio e da violência, da incapacidade de nos reconciliarmos para recomeçar com um perdão sincero. Mas nós sabemos que o mal não tem a última palavra, porque quem vence é Cristo crucificado e ressuscitado e o seu triunfo se manifesta com a força do amor misericordioso. A sua ressurreição dá-nos esta certeza: apesar da obscuridade que vem do mundo, o mal não tem a última palavra.

Amparados por esta certeza poderemos comprometer-nos com mais coragem e entusiasmo para que nasça um mundo mais justo.

Formulo de coração estes votos a todos vós, queridos irmãos e irmãs, desejando que vos prepareis com fé e devoção para as festas pascais que já estão próximas. Acompanhe-vos Maria Santíssima que, depois de ter seguido o divino Filho no momento da paixão e da cruz, partilhou a alegria da sua ressurreição.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 19 de Abril de 2006

A Páscoa

Queridos irmãos e irmãs!

No início desta Audiência geral, que se realiza no clima jubiloso da Páscoa, gostaria de agradecer juntamente convosco ao Senhor, que depois de me ter chamado exatamente há um ano para servir a Igreja como Sucessor do apóstolo Pedro, não deixa de me assistir com a sua ajuda indispensável. Como passa depressa o tempo! Já transcorreu um ano desde quando, de modo para mim inesperado e surpreendente, os Cardeais reunidos em Conclave quiseram escolher a minha pessoa para suceder ao saudoso e amado Servo de Deus João Paulo II. Recordo com emoção o primeiro impacto que tive da loggia central da Basílica, logo após a minha eleição, com os fiéis reunidos nesta mesma Praça. Permanece impresso na minha mente e no coração aquele encontro, ao qual se seguiram muitos outros, que me proporcionaram a ocasião de experimentar como é verdadeiro quanto disse durante a solene concelebração com a qual iniciei solenemente o exercício do ministério petrino: "Sinto viva a consciência de não ter que carregar sozinho o que na realidade nunca poderia carregar sozinho". É para mim um apoio insubstituível a celeste proteção de Deus e dos santos, e conforta-me a vossa proximidade, queridos amigos, que não me fazeis faltar o dom da vossa indulgência e do vosso amor. Obrigado de coração a todos os que de vários modos me acompanham de perto ou me seguem de longe espiritualmente com o seu afeto e a sua oração. Peço a cada um que continue a apoiar-me rezando a Deus para que me conceda ser pastor manso e firme da sua Igreja.

Narra o evangelista João que Jesus precisamente depois da sua ressurreição encarregou Pedro de se ocupar do seu rebanho (cf. Jo 21, 15.23). Quem poderia então humanamente imaginar o desenvolvimento que teria distinguido ao longo dos séculos aquele grupo de discípulos do Senhor

Pedro, juntamente com os outros apóstolos e depois os seus sucessores, primeiro em Jerusalém e, em seguida, até aos últimos confins da terra, difundiram a mensagem evangélica cujo centro fundamental e imprescindível está constituído pelo Mistério pascal: a paixão, a morte e a ressurreição de Cristo. A Igreja celebra este mistério na Páscoa, prolongando o seu eco jubiloso nos dias seguintes; canta o aleluia pelo triunfo de Cristo sobre o mal e sobre a morte. "A celebração da Páscoa segundo uma data do calendário observa São Leão Magno recorda-nos a festa eterna que supera qualquer tempo humano". "A Páscoa atual observa ainda é a sombra da Páscoa futura. É por isso que a celebramos para passar de uma festa anual a uma festa que

será eterna". A alegria destes dias prolonga-se durante todo o ano litúrgico e renova-se particularmente aos domingos, dia dedicado à recordação da ressurreição do Senhor. Nela, que é como a "pequena Páscoa" de cada semana, a assembleia litúrgica reunida para a Santa Missa proclama no Credo que Jesus ressuscitou no terceiro dia, acrescentando que nós aguardamos "a ressurreição dos mortos e a vida do mundo que há-de vir". Desta forma, indica-se que o acontecimento da morte e ressurreição de Jesus constitui o centro da nossa fé e é sobre este anúncio que a Igreja se funda e cresce. Santo Agostinho recorda de modo incisivo: "Caríssimos, consideremos a Ressurreição de Cristo: de fato, como a sua Paixão significou a nossa vida antiga, assim a ressurreição é sacramento de vida nova... Acreditaste, foste batizado: a vida antiga morreu, morta na cruz, sepultada no Batismo. Foi sepultada a vida antiga na qual viveste: ressurja a nova. Vive bem: vive de modo que tu vivas, para que quando morreres, não morras" (Sermo Guelferb. 9, 3).

As narrações evangélicas, que referem as aparições do Ressuscitado, concluem-se normalmente com o convite a superar qualquer incerteza, a confrontar o acontecimento com as Escrituras, a anunciar que Jesus, além da morte, é o eterno vivente, fonte de vida nova para todos aqueles que crêem. Acontece assim, por exemplo, no caso de Maria Madalena (cf. J o 20, 11-18), que descobre o sepulcro aberto e vazio, e imediatamente teme que o corpo do Senhor tenha sido tirado dali. Então o Senhor chama-a pelo nome, e naquele momento acontece nela uma profunda mudança: o desconforto e a desorientação convertem-se em alegria e entusiasmo. Com solicitude ela vai ter com os Apóstolos e anuncia: "Vi o Senhor" (Jo 20, 18): Portanto: quem encontra Jesus é transformado interiormente; não se pode "ver" o Ressuscitado sem "crer" nele. A fé nasce do encontro pessoal com Cristo ressuscitado, e torna-se impulso de coragem e de liberdade que faz gritar ao mundo: Jesus ressuscitou e vive para sempre. Eis a missão dos discípulos do Senhor de todas as épocas e também deste nosso tempo: "Já que fostes ressuscitados com Cristo exorta São Paulo procurai as coisas do alto... Aspirai às coisas do alto e não às coisas da terra" (Cl 3, 1-2). Isto não significa desinteressar-se dos compromissos quotidianos, afastar-se das realidades terrenas; significa ao contrário recomeçar todas as atividades humanas como um respiro sobrenatural, significa tornar-se jubilosos anunciadores e testemunhas da ressurreição de Cristo, vivo eternamente (cf. Jo 20, 25; Lc 24, 33-34).

Queridos irmãos e Irmãs, na Páscoa do seu Filho unigênito Deus revela plenamente a si mesmo, a sua força vitoriosa sobre as forças da morte, a força do Amor trinitário. A Virgem Maria, que viveu intimamente a paixão, morte e ressurreição do Filho e aos pés da Cruz tornou-se Mãe de todos os crentes, nos ajude a compreender este mistério de amor que muda os cora-

ções e nos faça gozar plenamente a alegria pascal, para a poder depois, por nossa vez, comunicar aos homens e às mulheres do terceiro milênio.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 26 de Abril de 2006

A comunhão no tempo: a Tradição

Queridos irmãos e irmãs!

Obrigado pelo vosso afeto! Com a nova série de catequeses, iniciada há pouco tempo, procuramos compreender o desígnio originário da Igreja querida pelo Senhor, para assim compreender melhor também a nossa colocação, a nossa vida cristã, na grande comunhão da Igreja. Até agora compreendemos que a comunhão eclesial é suscitada e alimentada pelo Espírito Santo, guardada e promovida pelo ministério apostólico. E esta comunhão, a que nós chamamos Igreja, não se alarga só a todos os crentes de um certo momento histórico, mas abraça também todos os tempos e todas as gerações. Por conseguinte, temos uma dupla universalidade: a universalidade sincrónica estamos unidos com os crentes de todas as partes do mundo e também uma universalidade chamada diacrónica, isto é: todos os tempos nos pertencem, também os crentes do passado e os crentes do futuro formam conosco uma única grande comunhão. É o Espírito quem garante a presença ativa do mistério na história, Aquele que garante a sua realização ao longo dos séculos. Graças ao Paráclito a experiência do Ressuscitado, feita pela comunidade apostólica nas origens da Igreja, poderá ser sempre vivida pelas gerações sucessivas, porque transmitida e atualizada na fé, no culto e na comunhão do Povo de Deus, peregrino no tempo. E assim nós agora, no tempo pascal, vivemos o encontro com o Ressuscitado, não só como uma coisa do passado, mas na comunhão presente da fé, da liturgia, da vida da Igreja. A Tradição apostólica da Igreja consiste nesta transmissão dos bens da salvação, que faz da comunidade cristã a atualização permanente, na força do Espírito, da comunhão originária. Ela é chamada assim porque surgiu do testemunho dos Apóstolos e da comunidade dos discípulos no tempo das origens, foi entregue sob a guia do Espírito Santo nos textos do Novo Testamento e na vida sacramental, na vida da fé, e a ela a esta tradição, que é toda a realidade sempre atual do dom de Jesus a Igreja refere-se continuamente como ao seu fundamento e à sua norma através da sucessão ininterrupta do mistério apostólico.

Jesus, ainda na sua vida histórica, limitava a sua missão à casa de Israel, mas já fazia compreender que o dom era destinado não só ao povo de Israel, mas a todo o mundo e a todos os tempos. Depois, o Ressuscitado confia explicitamente aos Apóstolos (cf. Lc 6, 13) a tarefa de fazer discípulos de todas as nações, garantindo a sua presença e a sua ajuda até ao fim dos tempos (cf. Mt 28, 19s.). O universalismo da salvação exige, entre outras coisas, que o memorial da Páscoa seja celebrado sem interrupção na história até à vinda gloriosa de Cristo (cf. 1

Cor 11, 26). Quem atualizará a presença salvífica do Senhor Jesus mediante o ministério dos apóstolos chefes do Israel escatológico (cf. Mt 19, 28) e através de toda a vida do apóstolo da nova aliança A resposta é clara: o Espírito Santo. Os Atos dos Apóstolos em continuidade com o desígnio do Evangelho de Lucas apresentam ao vivo a compenetração entre o Espírito, os enviados de Cristo e a comunidade por eles reunida. Graças à ação do Paráclito os Apóstolos e os seus sucessores podem realizar no tempo a missão recebida do Ressuscitado: "Vós sois as testemunhas destas coisas. E Eu vou mandar sobre vós o que meu Pai prometeu..." (Lc 24, 48s.). "Ides receber uma força, a do Espírito Santo, que descerá sobre vós, e sereis minhas testemunhas em Jerusalém, por toda a Judeia e Samaria e até aos confins do mundo" (At 1, 8). E esta promessa, no início incrível, já se realizou no tempo dos Apóstolos: "E nós somos testemunhas destas coisas, juntamente com o Espírito Santo, que Deus tem concedido àqueles que lhe obedecem" (At 5, 32).

Portanto, é o próprio Espírito que, mediante a imposição das mãos e a oração dos Apóstolos, consagra e envia os novos missionários do Evangelho (assim, por exemplo, em At 13, 3s. e 1 Tm 4, 14). É interessante observar que, enquanto em alguns trechos se diz que Paulo estabelece os presbíteros nas Igrejas (cf. At 14, 23), noutras partes afirma-se que é o Espírito quem constitui os pastores do rebanho (cf. At 20, 28). A ação do Espírito e a de Paulo sobressaem profundamente compenetradas. No momento das decisões solenes para a vida da Igreja, o Espírito está presente para a guiar. Esta presença-guia do Espírito Santo sente-se particularmente no Concílio de Jerusalém, em cujas palavras conclusivas ressoa a afirmação: "O Espírito Santo e nós próprios resolvemos..." (At 15, 28); a Igreja cresce e caminha "no temor do Senhor e, com a assistência do Espírito Santo..." (At 9, 31). Esta atualização permanente da presença ativa de Jesus Senhor no seu povo, realizada pelo Espírito Santo e expressa na Igreja através do ministério apostólico e a comunhão fraterna, é aquilo que em sentido teológico se quer dizer com a palavra Tradição: ela não é a simples transmissão material de quanto foi doado no início aos Apóstolos, mas a presença eficaz do Senhor Jesus, crucificado e ressuscitado, que acompanha e guia no Espírito a comunidade por ele reunida.

A Tradição é a comunhão dos fiéis à volta dos legítimos Pastores no decorrer da história, uma comunhão que o Espírito Santo alimenta garantindo a ligação entre a experiência da fé apostólica, vivida na originária comunidade dos discípulos, e a experiência atual de Cristo na sua Igreja. Por outras palavras, a Tradição é a continuidade orgânica da Igreja, Templo santo de Deus Pai, erigido sobre o fundamento dos Apóstolos e reunido pela pedra angular, Cristo, mediante a ação vivificante do Espírito: "Portanto, já não sois estrangeiros nem imigrantes, mas sois concidadãos dos santos e membros da casa de Deus, edificados sobre o alicerce dos

Apóstolos e dos Profetas, tendo por pedra angular o próprio Cristo Jesus. É nele que toda a construção, bem ajustada, cresce para formar um templo santo, no Senhor. É nele que também vós sois integrados na construção, para formardes uma habitação de Deus, pelo Espírito" (Ef 2, 19-22). Graças à Tradição, garantida pelo ministério dos Apóstolos e dos seus sucessores, a água da vida que saiu do lado de Cristo e o seu sangue saudável alcançam as mulheres e os homens de todos os tempos. Assim, a Tradição é a presença permanente do Salvador que vem encontrar-se conosco, redimir-nos e santificar-nos no Espírito mediante o ministério da sua Igreja, para glória do Pai.

Concluindo e resumindo, podemos afirmar portanto que a Tradição não é transmissão de coisas ou palavras, uma coleção de coisas mortas. A Tradição é o rio vivo que nos liga às origens, o rio vivo no qual as origens estão sempre presentes. O grande rio que nos conduz ao porto da eternidade. E sendo assim, neste rio vivo realiza-se sempre de novo a palavra do Senhor, que no início ouvimos dos lábios do leitor: "E sabei que Eu estarei sempre convosco até ao fim dos tempos" (Mt 29, 20).

PAPA BENTO XVI -AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 3 de Maio de 2006

A Tradição Apostólica

Queridos irmãos e irmãs

Nestas Catequeses desejamos compreender o que é a Igreja. A última vez meditámos sobre o tema da Tradição apostólica. Vimos que ela não é uma coleção de objetos, de palavras como uma caixa que contém coisas mortas; a Tradição é o rio da vida nova que vem das origens, de Cristo até nós, e envolve-nos na história de Deus com a humanidade. Este tema da Tradição é tão importante que também hoje desejo deter-me sobre ele: de fato, é de grande importância para a vida da Igreja.

O Concílio Vaticano II realçou, a este propósito, que a Tradição é apostólica antes de tudo nas suas origens: "Dispôs Deus, em toda a sua benignidade, que tudo quanto revelara para a salvação de todos os povos permanecesse íntegro para sempre e fosse transmitido a todas as gerações. Por isso, Cristo Senhor, em quem se consuma toda a revelação de Deus Sumo (cf. 2 Cor 1, 30; 3, 16; 4, 6), mandou aos Apóstolos que pregassem a todos os homens o Evangelho... como fonte de toda a verdade salutar e de toda a disciplina de costumes, comunicando-lhes os dons divinos" (Const. dogm. Dei Verbum, 7).

O Concílio prossegue, anotando como tal empenho foi fielmente seguido "pelos Apóstolos que, pela sua pregação oral, exemplos e instituições, comunicaram aquilo que tinham recebido pela palavra, convivência e obras de Cristo, ou aprendido por inspiração do Espírito Santo" (ibid.). Com os Apóstolos, acrescenta o Concílio, colaboraram também "varões apostólicos que, sob a inspiração do mesmo Espírito Santo, escreveram a Mensagem da salvação" (ibid.).

Como chefes do Israel escatológico, também eles doze como doze eram as tribos do povo eleito, os Apóstolos continuam a "recolha" iniciada pelo Senhor, e fazem-no antes de tudo transmitindo fielmente o dom recebido, a boa nova do Reino que veio até aos homens em Jesus Cristo. O seu número expressa não só a continuidade com a santa raiz, o Israel das doze tribos, mas também o destino universal do seu ministério, que leva a salvação até aos extremos confins da terra. Pode-se captar isto do valor simbólico que têm os números no mundo semítico: doze resulta da multiplicação de três, número perfeito, e quatro, número que remete para os quatro pontos cardeais, e portanto para todo o mundo.

A comunidade, que surgiu do anúncio evangélico, reconhece-se convocada pela palavra daqueles que foram os primeiros a fazer a experiência do Senhor e por Ele foram enviados. Ela sabe que pode contar com a orientação dos Doze, como também com a de quantos a eles se

associam pouco a pouco como sucessores no ministério da Palavra e no serviço à comunhão. Por conseguinte, a comunidade sente-se comprometida a transmitir aos outros a "feliz notícia" da presença atual do Senhor e do seu mistério pascal, que age no Espírito.

Isto é bem evidenciado nalguns trechos do epistolário paulino: "Transmiti-vos... o que eu próprio recebi" (1 Cor 15, 3). E isto é importante. São Paulo, como se sabe, originariamente chamado por Cristo com uma vocação pessoal, é um verdadeiro Apóstolo e, contudo, também para ele conta sobretudo a fidelidade a quanto recebeu. Ele não queria "inventar" um novo cristianismo, por assim dizer "paulino". Por isso insiste: "Transmiti-vos... o que eu próprio recebi". Transmitiu o dom inicial que vem do Senhor e é a verdade que salva. Depois, no fim da vida, escreve a Timóteo: "Guarda, pelo Espírito Santo que habita em nós, o precioso bem que te foi confiado" (2 Tm 1, 14).

Mostra isto com eficiência também este antigo testemunho da fé cristã, escrita por Tertuliano por volta do ano 200: "(Os Apóstolos) no princípio afirmaram a fé em Jesus Cristo e estabeleceram Igrejas para a Judeia e logo a seguir, espalhados pelo mundo, anunciaram a mesma doutrina e uma mesma fé às nações e, por conseguinte, fundaram Igrejas em cada cidade. Depois, delas, as outras Igrejas mutuaram a ramificação da sua fé e as sementes da doutrina, e continuamente a mutuam para serem precisamente Igrejas. Desta forma também elas são consideradas apostólicas como descendência das Igrejas dos apóstolos" (De praescriptione haereticorum, 20: PL 2, 32).

O Concílio Vaticano II comenta: "Aquilo que os Apóstolos transmitiram compreende todas aquelas coisas que são necessárias para que o Povo de Deus viva santamente e para que aumente a sua fé, e deste modo a Igreja, na sua doutrina, vida e culto, perpetua e transmite a todas as gerações tudo o que ela é, tudo o que ela acredita" (Const. Dei Verbum, 8). A Igreja transmite tudo o que ela é e crê, transmite-o no culto, na vida, na doutrina. A Tradição é, portanto, o Evangelho vivo, anunciado pelos Apóstolos na sua integridade, com base na plenitude da sua experiência única e irrepetível: pela sua ação a fé é comunicada aos outros, até nós, até ao fim do mundo.

Por conseguinte, a Tradição é a história do Espírito que age na história da Igreja através da mediação dos Apóstolos e dos seus sucessores, em fiel continuidade com a experiência das origens. É quanto esclarece o Papa São Clemente Romano nos finais do século I: "Os Apóstolos escreve ele anunciaram-nos o Evangelho enviados pelo Senhor Jesus Cristo, Jesus Cristo foi enviado por Deus. Cristo vem portanto de Deus, os Apóstolos de Cristo: ambos procedem ordinariamente da vontade de Deus... Os nossos Apóstolos chegaram ao conhecimento por meio de Nosso Senhor Jesus Cristo que teriam surgido contendas acerca da função episcopal.

Por isso, prevendo perfeitamente o futuro, estabeleceram os eleitos e deram-lhe por conseguinte a ordem, para que, quando morressem, outros homens provados assumissem o seu serviço" (Ad Corinthios, 42.44: PG 1, 292.296).

Esta corrente do serviço continua até hoje, continuará até ao fim do mundo. De fato, o mandato conferido por Jesus aos Apóstolos foi por eles transmitido aos seus sucessores. Além da experiência do contato pessoal com Cristo, experiência única e irrepetível, os Apóstolos transmitiram aos Sucessores o envio solene ao mundo recebido do Mestre.

Apóstolo deriva precisamente da palavra grega "*apostéllein*", que significa enviar. O envio apostólico como mostra o texto de Mt 28, 19s. exige um serviço pastoral ("fazei discípulos de todas as nações..."), litúrgico ("batizai-as...") e profético ("ensinando-lhes a cumprir tudo quanto vos tenho mandado"), garantido pela proximidade do Senhor até à consumação do tempo ("eis que Eu estarei convosco todos os dias até ao fim do mundo").

Assim, de uma forma diferente da dos Apóstolos, temos nós também uma experiência verdadeira e pessoal da presença do Senhor ressuscitado. Através do ministério apostólico é o próprio Cristo que alcança quem está chamado à fé. A distância dos séculos é superada e o Ressuscitado oferece-se vivo e operante por nós, no hoje da Igreja e do mundo. Esta é a nossa grande alegria. No rio vivo da Tradição Cristo não está distante dois mil anos, mas está realmente presente entre nós e doa-nos a Verdade, e doa-nos a luz que nos faz viver e encontrar o caminho para o futuro.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 10 de Maio de 2006

A Sucessão Apostólica

Queridos irmãos e irmãs!

Nas últimas duas audiências meditámos sobre o que é a Tradição na Igreja e vimos que ela é a presença permanente da palavra e da vida de Jesus no seu povo. Mas a palavra, para estar presente, tem necessidade de uma pessoa, de uma testemunha. E assim nasce esta reciprocidade: por um lado, a palavra tem necessidade da pessoa, mas, por outro, a pessoa, a testemunha, está ligada à palavra que lhe foi confiada e que ele não inventou. Esta reciprocidade entre conteúdo palavra de Deus, vida do Senhor e pessoa que lhe dá continuidade é característica da estrutura da Igreja, e hoje queremos meditar este aspecto pessoal da Igreja.

O Senhor tinha-o iniciado convocando, como vimos, os Doze, nos quais estava representado o futuro Povo de Deus. Na fidelidade ao mandamento recebido do Senhor, primeiro os Doze, depois da sua Ascensão, integram o seu número com a eleição de Matias no lugar de Judas (cf. At 1, 15-26), e depois associam progressivamente outros nas funções que lhe foram confiadas, para que continuem o seu ministério. O próprio ressuscitado chama Paulo (cf. Gl 1, 1), mas Paulo, mesmo sendo chamado pelo Senhor, confronta o seu Evangelho com o Evangelho dos Doze (cf. ibid. 1, 18), preocupa-se em transmitir o que recebeu (cf. 1 Cor 11, 23 15, 3-4) e na distribuição das tarefas é associado aos Apóstolos, juntamente com outros, por exemplo com Barnabé (cf. Gl 2, 9). Assim como no início da condição de apóstolo há uma chamada e um envio do Ressuscitado, também a sucessiva chamada e envio de outros acontecerá, na força do Espírito, por obra de quem já foi constituído no ministério apostólico. Este é o caminho pelo qual continuará o ministério, que depois, a partir da segunda geração se chamará ministério episcopal, "*episcopé*".

Talvez seja útil explicar brevemente o que significa bispo. Vescovo (bispo) a forma italiana da palavra grega "epíscopos". Esta palavra indica alguém que tem uma visão do alto, alguém que olha com o coração. Assim o próprio São Pedro, na sua primeira Carta, chama ao Senhor Jesus "pastor e bispo, guarda das vossas almas" (2, 25). E segundo este modelo do Senhor, que é o primeiro bispo, guarda e pastor das almas, os sucessores dos Apóstolos chamaram-se sucessivamente bispos, "*epíscopoi*". A eles é confiada a função do "*epoiscopé*". Esta função clara do Bispo evolver-se-á progressivamente, em relação ao início, até assumir a forma já claramente confirmada em Inácio de Antioquia no início do século II (cf. Ad Magnesios, 6, 1: PG 5, 668) do tríplice múnus de bispo, presbítero e diácono. É um desenvolvimento guiado

pelo Espírito de Deus, que assiste a Igreja no discernimento das formas autênticas da sucessão apostólica, sempre melhor definidas entre uma pluralidade de experiências e de formas carismáticas e ministeriais, presentes nas comunidades das origens.

Desta forma, a sucessão na função episcopal apresenta-se como continuidade do ministério apostólico, garantia da perseverança na Tradição apostólica, palavra e vida, que o Senhor nos confiou. O vínculo entre o Colégio dos Bispos e a comunidade originária dos Apóstolos deve ser compreendido antes de tudo na linha da continuidade histórica. Como vimos, aos Doze são depois associados Matias, Paulo, Barnabé, e em seguida outros, até à formação na segunda e na terceira geração, do ministério do bispo. Por conseguinte, a continuidade exprime-se nesta sucessão histórica. E na continuidade da sucessão encontra-se a garantia do perseverar, na continuidade eclesial, do Colégio apostólico reunido por Cristo. Mas esta continuidade, que vemos primeiro na continuidade histórica dos ministros, deve ser vista também em sentido espiritual, porque a sucessão apostólica no ministério é considerada como lugar privilegiado da ação e da transmissão do Espírito Santo. Temos um reflexo claro destas convicções, por exemplo, no seguinte texto de Ireneu de Lião (segunda metade do século II): "A tradição dos Apóstolos, manifestada em todo o mundo, mostra-se em cada Igreja a todos os que desejam ver a verdade e nós podemos enumerar os bispos estabelecidos pelos Apóstolos nas Igrejas e os seus sucessores até nós... (Os Apóstolos) de fato quiseram que aqueles que deixavam como sucessores fossem absolutamente perfeitos e irrepreensíveis em tudo, transmitindo-lhes a própria missão de ensinamento. Se eles tivessem compreendido corretamente, dele teriam tirado grande proveito se, ao contrário, falhassem, teriam obtido um dano gravíssimo" (Adversus haereses, III 3, 1: PG 7, 848).

Depois, Ireneu indicando aqui esta rede da sucessão apostólica como garantia do perseverar na palavra do Senhor, concentra-se naquela Igreja "suma e antiquíssima e por todos conhecida" que foi "fundada e constituída em Roma pelos gloriosíssimos Apóstolos Pedro e Paulo", dando relevo à Tradição da fé, que nela chega até nós pelos Apóstolos mediante a sucessão dos bispos. Desta forma, para Ireneu e para a Igreja universal, a sucessão episcopal da Igreja de Roma torna-se o sinal, o critério e a garantia da transmissão ininterrupta da fé apostólica: "A esta Igreja, pela sua peculiar principalidade (*propter potiorem principalitatem*), é necessário que convirjam todas as Igrejas, isto é, os fiéis de todas as partes, porque nela a tradição dos Apóstolos sempre foi preservada..." (Adversus haereses, III 3, 2: PG 7, 484). A sucessão apostólica verificada com base na comunhão com a da Igreja de Roma é portanto o critério da permanência de cada uma das Igrejas na Tradição da comum fé apostólica, que através deste canal pôde chegar até nós desde as origens: "Com esta ordem e com esta sucessão chegaram

até nós a tradição que existe na Igreja a partir dos Apóstolos e a pregação da verdade. Esta é a prova mais completa que una e única é a fé vivificante dos Apóstolos, que foi conservada e transmitida na verdade" (ibid., III, 3, 3 PG 7, 851).

Segundo estes testemunhos da Igreja antiga, a apostolicidade da comunhão eclesial consiste na fidelidade ao ensinamento e à prática dos Apóstolos, através dos quais é garantido o vínculo histórico e espiritual da Igreja com Cristo. A sucessão apostólica do ministério episcopal é o caminho que garante a fiel transmissão do testemunho apostólico. O que os Apóstolos representam no relacionamento entre o Senhor Jesus e a Igreja das origens, representa-o analogamente a sucessão ministerial no relacionamento entre a Igreja das origens e a Igreja atual. Não é uma simples concatenação material é o instrumento histórico do qual se serve o Espírito para tornar presente o Senhor Jesus, Chefe do seu povo, através de quantos são ordenados para o ministério através da imposição das mãos e da oração dos bispos. Mediante a sucessão apostólica é Cristo que nos alcança: na palavra dos Apóstolos e dos seus sucessores é Ele quem nos fala mediante as suas mãos é Ele quem age nos sacramentos no olhar deles é o seu olhar que nos envolve e nos faz sentir amados, acolhidos no coração de Deus. E também hoje, como no início, o próprio Cristo é o verdadeiro pastor e guarda das nossas almas, que nós seguimos com grande confiança, gratidão e alegria.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 17 de Maio de 2006

Pedro, o pescador

Amados Irmãos e Irmãs,

Na nova série de catequeses começámos antes de tudo a compreender melhor o que é a Igreja, qual é a ideia do Senhor sobre esta sua nova família. Depois dissemos que a Igreja existe nas pessoas. E vimos que o Senhor confiou esta nova realidade, a Igreja, aos doze Apóstolos. Agora queremos vê-los um por um, para compreender nas pessoas o que significa viver a Igreja, o que significa seguir Jesus. Começamos com São Pedro.

Depois de Jesus, Pedro é a personagem mais conhecida e citada nos escritos neotestamentários: é mencionado 154 vezes com o cognome de *Pétros*, "pedra", "rocha", que é a tradução grega do nome aramaico que lhe foi dado diretamente por Jesus *Kefa*, afirmado nove vezes sobretudo nas cartas de Paulo; depois, deve-se acrescentar o nome frequente *Simòn* (75 vezes), que é a forma helenizada do seu original nome hebraico Simeon (2 vezes: At 15, 14; 2 Pd 1, 1). Filho de João (cf. Jo 1, 42) ou, na forma aramaica, bar-Jona, filho de Jonas (cf. Mt 16, 17), Simão era de Betsaida (cf. Jo 1, 44), uma cidadezinha a oriente do mar da Galileia, da qual provinha também Filipe e naturalmente André, irmão de Simão. O seu modo de falar traía o sotaque galileu. Também ele, como o irmão, era pescador: com a família de Zebedeu, pai de Tiago e de João, dirigia uma pequena empresa de pesca no lago de Genesaré (cf. Lc 5, 10). Por isso devia gozar de um certo bem-estar econômico e era animado por um sincero interesse religioso, por um desejo de Deus ele queria que Deus interviesse no mundo um desejo que o estimulou a ir com o irmão até à Judeia para seguir a pregação de João Batista (cf. Jo 1, 35-42).

Era um judeu crente e praticante, confiante na presença ativa de Deus na história do seu povo, e sofria por não ver a sua ação poderosa nas vicissitudes das quais ele era, naquele momento, testemunha. Era casado e a sogra, curada um dia por Jesus, vivia na cidade de Cafarnaum, na casa na qual também Simão vivia quando estava naquela cidade (cf. Mt 8, 14 s; Mc 1, 29 s; Lc 4, 38 s).

Recentes escavações arqueológicas permitiram trazer à luz, sob a pavimentação em mosaicos octagonais de uma pequena igreja bizantina, os vestígios de uma igreja mais antiga existente naquela casa, como afirmam os grafites com invocações a Pedro. Os Evangelhos informam-nos que Pedro é um dos primeiros quatro discípulos do Nazareno (cf. Lc 5, 1-11), aos quais se

junta um quinto, segundo o costume de cada Rabino de ter cinco discípulos (cf. Lc 5, 27: chamada de Levi).

Quando Jesus passa de cinco para doze discípulos (cf. Lc 9, 1-6), será clara a novidade da sua missão: Ele já não é um entre tantos rabinos, mas veio para reunir o Israel escatológico, simbolizado pelo número doze, como doze eram as tribos de Israel.

Simão aparece nos Evangelhos com um carácter decidido e impulsivo; ele está disposto a fazer valer as próprias razões também com a força (pense-se no uso da espada no Horto das Oliveiras: cf. Jo 18, 10 s). Ao mesmo tempo, por vezes é também ingénuo e medroso, e contudo honesto, até ao arrependimento mais sincero (cf. Mt 26, 75). Os Evangelhos permitem seguir passo a passo o seu itinerário espiritual. O ponto de partida é a chamada da parte de Jesus. Acontece num dia qualquer, enquanto Pedro está empenhado no seu trabalho de pescador. Jesus encontra-se junto do lago de Genesaré e a multidão reúne-se à sua volta para o ouvir. O número dos ouvintes gera uma certa confusão. O Mestre vê duas barcas ancoradas à margem; os pescadores desceram e lavam as redes. Então Ele pede para entrar na barca, na de Simão, e pede-lhe que se faça ao largo. Sentado naquela cátedra improvisada, da barca, começa a ensinar à multidão (cf. Lc 5, 1-3). E assim a barca de Pedro torna-se a cátedra de Jesus. Quando terminou de falar, diz a Simão: "Faz-te ao largo e lança as redes para a pesca". Simão responde: "Mestre, trabalhámos durante toda a noite e nada apanhámos; mas, porque tu o dizes, lançarei as redes" (Lc 5, 4-5). Jesus, que era um carpinteiro, não era perito em pesca: mas Simão, o pescador, confia neste Rabino, que não lhe dá respostas mas o chama a ter confiança. A sua reação diante da pesca milagrosa é de admiração e de trepidação: "Afasta-te de mim, Senhor, porque sou um homem pecador" (Lc 5, 8). Jesus responde convidando-o a ter confiança e a abrir-se a um projeto que ultrapassa qualquer sua perspectiva: "Não tenhas receio; de futuro, serás pescador de homens" (Lc 5, 10). Pedro ainda não podia imaginar que um dia teria chegado a Roma e seria nessa cidade "pescador de homens" para o Senhor. Ele aceita esta chamada surpreendente, de se deixar envolver nesta grande aventura: é generoso, reconhece os seus limites, mas crê n'Aquele que o chama e segue o sonho do seu coração. Diz sim um sim corajoso e generoso e torna-se discípulo de Jesus.

Pedro vive outro momento significativo no seu caminho espiritual nas proximidades de Cesareia de Filipe, quando Jesus faz aos discípulos uma pergunta concreta: "Quem dizem os homens que Eu sou" (Mc 8, 27). Mas para Jesus não era suficiente a resposta do ter ouvido dizer. Daqueles que aceitaram comprometer-se pessoalmente com Ele pretende uma tomada de posição pessoal. Por isso insiste: "E vós, quem dizeis que Eu sou" (Mc 8, 29). Responde Pedro também em nome dos outros: "Tu és o Messias" (ibid.), isto é, Cristo. Esta resposta de

Pedro, que não veio "da carne e do sangue" dele, mas foi-lhe concedida pelo Pai que está no céu (cf. Mt 16, 17), tem em si como que em gérmen a futura confissão de fé da Igreja. Contudo, Pedro ainda não tinha compreendido o conteúdo profundo da missão messiânica de Jesus, o novo sentido desta palavra: Messias.

Demonstra-o pouco depois, deixando compreender que o Messias que persegue nos seus sonhos é muito diferente do verdadeiro projeto de Deus. Perante o anúncio da paixão escandaliza-se e protesta, suscitando uma reação enérgica de Jesus (cf. Mc 8, 32-33). Pedro quer um Messias "homem divino", que cumpra as expectativas do povo impondo a todos o seu poder: é também nosso desejo que o Senhor imponha o seu poder e transforme imediatamente o mundo; Jesus apresenta-se como o "Deus humano", o servo de Deus, que altera as expectativas da multidão encaminhando-se por uma via de humildade e de sofrimento. É a grande alternativa, que também nós devemos aprender sempre de novo: privilegiar as próprias expectativas recusando Jesus ou acolher Jesus na verdade da sua missão e abandonando as expectativas demasiado humanas.

Pedro impulsivo como é não hesita em repreender Jesus separadamente. A resposta de Jesus abala todas as suas falsas expectativas, quando o chama à conversão e ao seguimento: "Vai-te da minha frente, Satanás, porque os teus pensamentos não são os de Deus, mas os dos homens" (Mc 8, 33). Não me indiques tu o caminho, eu sigo o meu percurso e tu põe-te atrás de mim.

Pedro aprende desta forma o que significa verdadeiramente seguir Jesus. É a sua segunda chamada, análoga à de Abraão em Gn 22, depois de Gn 12: "Se alguém quiser vir após mim, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me. Na verdade, quem quiser salvar a sua vida, há-de perdê-la, mas quem perder a sua vida por causa de mim e do Evangelho, há-de salvá-la" (Mc 8, 34-35). É a lei exigente do seguimento: é preciso saber renunciar, se for necessário, ao mundo inteiro para salvar os verdadeiros valores, para salvar a alma, para salvar a presença de Deus no mundo (cf. Mc 8, 36-37). Mesmo com dificuldade, Pedro aceita o convite e prossegue o seu caminho seguindo os passos do Mestre.

Parece-me que estas diversas conversões de São Pedro e toda a sua figura são de grande conforto e um forte ensinamento para nós. Também nós sentimos o desejo de Deus, também nós queremos ser generosos, mas também nós esperamos que Deus seja forte no mundo e transforme imediatamente o mundo segundo as nossas ideias, segundo as necessidades que vemos. Deus escolhe outro caminho. Deus escolhe o caminho da transformação dos corações no sofrimento e na humildade. E nós, como Pedro, devemos converter-nos sempre de novo. Devemos seguir Jesus em vez de o preceder: é Ele quem nos indica o caminho. Assim Pedro diz-

nos: Tu pensas que tens a receita e que deves transformar o cristianismo, mas é o Senhor quem conhece o caminho. É o Senhor que diz a mim, diz a ti: segue-me! E devemos ter coragem e humildade para seguir Jesus, porque Ele é o caminho, a Verdade e a Vida.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 24 de Maio de 2006

Pedro, o apóstolo

Queridos irmãos e irmãs!

Nestas catequeses estamos a meditar sobre a Igreja. Dissemos que a Igreja vive nas pessoas e, por isso, na última catequese, começámos a meditar sobre as figuras de cada um dos Apóstolos, começando por São Pedro. Vimos duas etapas decisivas da sua vida: a chamada junto do Lago da Galileia e, depois, a profissão de fé: "Tu és Cristo, o Messias". Uma confissão, dissemos, ainda insuficiente, inicial e contudo aberta. São Pedro coloca-se num caminho de seguimento. E assim, esta confissão inicial tem em si, como em gérmen, já a futura fé da Igreja. Hoje queremos considerar outros dois acontecimentos importantes na vida de Pedro: a multiplicação dos pães ouvimos no trecho agora lido a pergunta do Senhor e a resposta de Pedro e depois o Senhor que chama Pedro para ser pastor da Igreja universal.

Comecemos com a vicissitude da multiplicação dos pães. Vós sabeis que o povo tinha ouvido o Senhor durante horas. No fim, Jesus diz: estão cansados, têm fome, devemos dar de comer a este povo. Os Apóstolos perguntam: Mas como E André, irmão de Pedro, chama a atenção de Jesus para um jovem que levava consigo cinco pães e dois peixes. Mas o que são para tantas pessoas, interrogam-se os Apóstolos. Mas o Senhor faz sentar as pessoas e distribuir estes cinco pães e os dois peixes e todos se saciam. Aliás, o Senhor encarrega os Apóstolos, e entre eles Pedro, que recolham o que sobrou em abundância: doze cestas de pão (cf. Jo 6, 12-13). Sucessivamente o povo, vendo este milagre que parece ser a renovação, tão esperada de um novo "maná", do dom do pão do céu deseja fazer dele o seu rei. Mas Jesus não aceita e retira-se para o monte para rezar sozinho. No dia seguinte, Jesus na outra margem do lago, na Sinagoga de Cafarnaum, interpretou o milagre não no sentido de uma realeza sobre Israel com um poder deste mundo no modo esperado pela multidão, mas no sentido da doação de si: "o pão que Eu hei-de dar é a minha carne, pela vida do mundo" (Jo 6, 51). Jesus anuncia a cruz, e com a cruz a verdadeira multiplicação dos pães, o pão eucarístico o seu modo absolutamente novo de ser rei, um modo totalmente contrário às expectativas do povo.

Nós podemos compreender como estas palavras do Mestre que não deseja cumprir todos os dias uma multiplicação dos pães, que não quer oferecer a Israel um poder deste mundo pareciam verdadeiramente difíceis, aliás, inaceitáveis para a multidão. "Da sua carne": O que significa E também para os discípulos é inaceitável o que Jesus diz neste momento. Era e é para o nosso coração, para a nossa mentalidade, um sermão "duro", que provava a fé (cf. Jo 6, 60).

Muitos dos discípulos se afastaram. Queriam alguém que renovasse realmente o Estado de Israel, do seu povo, e não um que dizia: "Eu dou a minha carne". Podemos imaginar como as palavras de Jesus eram difíceis também para Pedro, que em Cesareia de Filipe se tinha oposto à profecia da cruz. E contudo quando Jesus perguntou aos doze: "Quereis retirar-vos vós também", Pedro reagiu com o impulso do seu coração generoso, guiado pelo Espírito Santo. Em nome de todos respondeu com palavras imortais, que são também nossas: "Senhor, a quem iremos Tu tens palavras de vida eterna; nós cremos e conhecemos que tu és o Santo de Deus" (cf. Jo 6, 66-69).

Aqui, como em Cesareia, com as suas palavras Pedro começa a profissão da fé cristológica da Igreja e torna-se também o intérprete dos outros Apóstolos e também de nós, crentes de todos os tempos. Isto não significa que já tivesse compreendido o mistério de Cristo em toda a sua profundidade. A sua fé ainda estava no início, uma fé a caminho; teria chegado à verdadeira plenitude apenas mediante a experiência dos acontecimentos pascais. Mas contudo já era fé, aberta à realidade maior aberta sobretudo porque não era fé em algo, era fé em Alguém: n'Ele, Cristo. Assim, também a nossa fé é sempre uma fé inicial, e devemos percorrer ainda um longo caminho. Mas é fundamental que seja uma fé aberta e que nos deixemos guiar por Jesus, porque Ele não só conhece o Caminho, mas é o Caminho.

Mas a generosidade impetuosa de Pedro não o salvaguarda dos riscos relacionados com a debilidade humana. De resto, é o que também nós podemos reconhecer com base na nossa vida. Pedro seguiu Jesus com ímpeto, superou a prova da fé, abandonando-se a Ele. Contudo chega o momento no qual também ele cede aos receios e cai: trai o Mestre (cf. Mc 14, 66-72). A escola da fé não é uma marcha triunfal, mas um caminho repleto de sofrimentos e de amor, de provas e de fidelidade a ser renovada todos os dias. Pedro, que já tinha prometido fidelidade absoluta, conhece a amargura e a humilhação da renegação: o atrevido aprende à sua custa a humildade. Também Pedro deve aprender a ser frágil e carente de perdão. Quando finalmente perde a máscara e compreende a verdade do seu coração frágil de pecador crente, cai num libertador choro de arrependimento. Depois deste choro ele já está pronto para a sua missão.

Numa manhã de Primavera esta missão ser-lhe-á confiada por Jesus ressuscitado. O encontro será na margem do lago de Tiberíades. O evangelista João narra-nos o diálogo que naquela circunstância se realiza entre Jesus e Pedro. Nele revela-se um jogo de verbos muito significativo. Em grego o verbo "*filéo*" expressa o amor de amizade, terno mas não totalizante enquanto o verbo "*agapáo*" significa o amor sem reservas, total e incondicionado. Jesus pergunta a Pedro pela primeira vez: "Simão... tu amas-Me (*agapâs-me*)" com este amor total e incondicionado (cf. Jo 21, 15) Antes da experiência da traição o Apóstolo teria certamente respondido:

"Amo-Te (*agapô-se*) incondicionalmente". Agora, que conheceu a amarga tristeza da infidelidade, o drama da própria debilidade, diz apenas: "Senhor... tu sabes que sou deveras teu amigo (*filô-se*), isto é, "amo-te com o meu pobre amor humano". Cristo insiste: "Simão, tu amas-Me com este amor total que Eu quero". E Pedro repete a resposta do seu humilde amor humano: "*Kyrie, filô-se*", "Senhor, tu sabes que eu sou deveras teu amigo". Pela terceira vez Jesus pergunta a Simão: "Files-me", "tu amas-Me". Simão compreende que para Jesus é suficiente o seu pobre amor, o único de que é capaz, e contudo sente-se entristecido porque o Senhor teve que lhe falar daquele modo. Por isso, responde: "Senhor, Tu sabes tudo; Tu bem sabes que eu sou deveras teu amigo! (*filô-se*)". Seria para dizer que Jesus se adaptou a Pedro, e não Pedro a Jesus! É precisamente esta adaptação divina que dá esperança ao discípulo, que conheceu o sofrimento da infidelidade. Surge daqui a confiança que o torna capaz do seguimento até ao fim: "E disse isto para indicar o gênero de morte com que ele havia de dar glória a Deus. Depois destas palavras acrescentou: "Segue-Me"!" (Jo 21, 19).

A partir daquele dia Pedro "seguiu" o Mestre com a clara consciência da própria fragilidade; mas esta consciência não o desencorajou. De fato, ele sabia que podia contar com a presença do Ressuscitado. Dos ingénuos entusiasmos da adesão inicial, passando pela experiência dolorosa da negação e pelo choro da conversão, Pedro alcançou a confiança naquele Jesus que se adaptou à sua pobre capacidade de amor. E mostra assim também a nós o caminho, apesar da nossa debilidade. Sabemos que Jesus se adapta a esta nossa debilidade.

Nós seguimo-lo com a nossa capacidade de amor e sabemos que Jesus é bom e nos aceita. Para Pedro foi um longo caminho que fez dele uma testemunha de confiança, "pedra" da Igreja, porque constantemente aberto à ação do Espírito de Jesus. O próprio Pedro qualificar-se-á como "testemunha dos padecimentos de Cristo e também participante da glória que se há-de manifestar" (1 Pd 5, 1). Quando escreveu estas palavras já era idoso, encaminhado para a conclusão da sua vida que selou com o martírio.

Então, foi capaz de descrever a alegria verdadeira e de indicar de onde ela pode ser obtida: a fonte é Cristo acreditado e amado com a nossa fé frágil mas sincera, apesar da nossa fragilidade. Por isso escreveu aos cristãos da sua comunidade, e di-lo também a nós: "Sem o terdes visto, vós o amais; sem o ver ainda, credes nele e vos alegrais com uma alegria indescritível e irradiante, alcançando assim a meta da vossa fé: a salvação das almas" (1 Pd 1, 8-9).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 31 de Maio de 2006

Viagem Apostólica à Polónia

Queridos irmãos e irmãs!

Desejo hoje repercorrer, juntamente convosco, as etapas da viagem apostólica que pude realizar nestes dias na Polónia. Agradeço ao Episcopado polaco, sobretudo aos Arcebispos Metropolitas de Varsóvia e de Cracóvia, o zelo e o cuidado com que prepararam esta visita. Renovo a expressão do meu reconhecimento ao Presidente da República e às diversas Autoridades do País, assim como a todos os que cooperaram para a realização deste acontecimento. Sobretudo desejo dizer um grande "obrigado" aos católicos e a todo o povo polaco, do qual senti a proximidade num abraço rico de calor humano e espiritual. E muitos de vós viram isto através da televisão. Ele era uma verdadeira expressão da catolicidade, do amor à Igreja, que se expressa no amor pelo Sucessor de Pedro.

Depois da chegada ao aeroporto de Varsóvia, foi a Catedral desta importante metrópole o lugar do meu primeiro encontro reservado aos sacerdotes no dia em que se celebrava o 50º de Ordenação presbiteral do Cardeal Józef Glemp, Pastor daquela Arquidiocese. Assim a minha peregrinação começou no sinal do sacerdócio e prosseguiu depois com um testemunho de solicitude ecumênica, prestado na igreja luterana da Santíssima Trindade. Nessa ocasião, juntamente com os representantes das diversas Igrejas e Comunidades eclesiais que vivem na Polónia, recordei o firme propósito de considerar o compromisso pela reconstituição da unidade plena e visível entre os cristãos uma verdadeira prioridade do meu ministério. Depois houve a solene Eucaristia na Praça Pilsudski, na presença de numerosíssimos fiéis, no centro de Varsóvia.

Este lugar, onde celebrámos solenemente e com alegria a Eucaristia, já adquiriu um valor simbólico, tendo hospedado acontecimentos históricos como as Santas Missas celebradas por João Paulo II e a que foi celebrada para o funeral do Cardeal Primaz, Stefan Wyszynski, assim como algumas participadíssimas celebrações de sufrágio nos dias depois da morte do meu venerado Predecessor. No programa não podia faltar a visita aos Santuários que marcaram a vida do sacerdote e bispo Karol Wojtyla; sobretudo três: Czestochowa, Kalwaria Zebrzidowska e Divina Misericórdia.

Não posso esquecer a visita ao célebre Santuário mariano de Jasna Góra. Naquele Claro Monte, coração da Nação polaca, como num cenáculo ideal, numerosíssimos fiéis e sobretudo religiosos, religiosas, seminaristas e representantes dos Movimentos eclesiais reuniram-se ao

redor do Sucessor de Pedro para se pôr, juntamente comigo, na escuta de Maria. Inspirando-me na maravilhosa meditação mariana que João Paulo II ofereceu à Igreja na Encíclica *Redemptoris Mater*, quis repropor a fé como atitude fundamental do espírito que não é uma coisa apenas intelectual ou sentimental a fé verdadeira envolve toda a pessoa: pensamentos, afetos, intenções, relações, corporeidade, atividades, trabalho quotidiano. À Virgem das Dores, visitando depois o maravilhoso Santuário de Kalwaria Zebrzydowska perto de Cracóvia, pedi que fortalecesse a fé da Comunidade eclesial nos momentos de dificuldade e provações; a etapa seguinte ao Santuário da Divina Misericórdia, em Lagiewniki, deu-me a oportunidade de realçar que só a Misericórdia Divina ilumina o mistério do homem. No convento perto deste Santuário, contemplando as chagas luminosas de Cristo ressuscitado, a Irmã Faustina Kowalska recebeu uma mensagem de confiança para a humanidade, a mensagem da Misericórdia Divina, da qual João Paulo II se fez eco e intérprete, e que é realmente uma mensagem central precisamente para o nosso tempo: a Misericórdia como força de Deus, como limite divino contra o mal do mundo.

Quis visitar outros "santuários" simbólicos: refiro-me a Wadowice, localidade que se tornou famosa porque ali Karol Wojtyla nasceu e foi batizado. Visitá-la ofereceu-me a oportunidade de agradecer ao Senhor pelo dom deste incansável servidor do Evangelho. As raízes da sua fé robusta, da sua humanidade tão sensível e aberta, do seu amor pela beleza e pela verdade, da sua devoção a Nossa Senhora, do seu amor à Igreja e sobretudo da sua vocação à santidade encontram-se nesta cidade onde ele recebeu a primeira educação e formação. Outro lugar querido a João Paulo II é a Catedral de Wawel, em Cracóvia, lugar símbolo para a Nação polaca: na cripta daquela Catedral Karol Wojtyla celebrou a sua Primeira Missa.

Outra experiência muito agradável foi o encontro com os jovens, que teve lugar em Cracóvia, no grande Parque de Blonie. Confiei simbolicamente aos numerosos jovens presentes a "Chama da misericórdia", para que sejam no mundo arautos do Amor e da Misericórdia divina. Meditei com eles sobre a palavra evangélica da casa construída sobre a rocha (cf. Mt 7, 24-27), lida também hoje, no início desta audiência. Detive-me a refletir sobre a palavra de Deus também na manhã de domingo, solenidade da Ascensão, durante a Celebração conclusiva da minha visita. Foi um encontro litúrgico animado de uma extraordinária participação de fiéis, no mesmo Parque no qual na tarde do dia anterior se tinha realizado o encontro com os jovens. Aproveitei a ocasião para renovar no meio do povo polaco o anúncio maravilhoso da verdade cristã sobre o homem, criado e remido em Cristo; aquela verdade que tantas vezes João Paulo II proclamou com vigor para estimular todos a ser fortes na fé, na esperança e no amor. Permanecei firmes na fé! Foi esta recomendação que deixei aos filhos da amada Po-

lónia, encorajando-os a perseverar na fidelidade a Cristo e à Igreja, para que não falte à Europa e ao mundo o contributo do seu testemunho evangélico. Todos os cristãos se devem sentir comprometidos a dar testemunho, para evitar que a humanidade do terceiro milênio possa voltar a conhecer horrores semelhantes aos que foram tragicamente evocados no campo de extermínio de Auschwitz-Birkenau.

Precisamente naquele lugar tristemente conhecido em todo o mundo eu quis deter-me antes de regressar a Roma. No campo de Auschwitz-Birkenau, como noutros campos semelhantes, Hitler fez exterminar mais de seis milhões de judeus. Em Auschwitz-Birkenau morreram cerca de 150.000 polacos e dezenas de milhares de homens e mulheres de outras nacionalidades. Face ao horror de Auschwitz não há outra resposta a não ser a Cruz de Cristo: o Amor que desceu até ao fundo do abismo do mal, para salvar o homem pela raiz, onde a sua liberdade se pode rebelar a Deus. Que a humanidade de hoje não se esqueça de Auschwitz e das outras "fábricas de morte" nas quais o regime nazista tentou eliminar Deus para assumir o seu lugar! Não ceda à tentação do ódio racial, que está na base das piores formas de anti-semitismo! Voltem os homens a reconhecer que Deus é Pai de todos e a todos chama em Cristo a construir juntos um mundo de justiça, de verdade e de paz! É isto que desejamos pedir ao Senhor por intercessão de Maria que hoje, na conclusão do mês de Maio, contemplamos cuidadosa e amorosa ao visitar a sua idosa parente Isabel.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 7 de Junho de 2006

Pedro, a rocha sobre a qual Cristo fundou a Igreja

Queridos irmãos e irmãs!

Retomamos as catequeses semanais que iniciamos nesta primavera. Na última, de há quinze dias, falei de Pedro como o primeiro dos Apóstolos hoje, queremos voltar mais uma vez sobre esta grande e importante figura da Igreja. O evangelista João, narrando o primeiro encontro de Jesus com Simão, irmão de André, registra um acontecimento singular: Jesus, "fixando nele o olhar... disse: "Tu és Simão, o filho de João. Hás-de chamar-te Cefas que significa Pedra"" (Jo 1, 42). Jesus não costumava mudar o nome aos seus discípulos. Se excluirmos o apelativo de "filhos do trovão", dirigido numa circunstância precisa aos filhos de Zebedeu (cf. Mc 3, 17) que não voltou a usar sucessivamente, Ele nunca atribuiu um novo nome a um discípulo seu. Mas fê-lo com Simão, chamando-o Cefas, nome que depois foi traduzido em grego *Petros*, em latim *Petrus*. E foi traduzido precisamente porque não era só um nome era um "mandato" que Pedro recebia daquele modo do Senhor. O novo nome *Petrus* voltará várias vezes nos Evangelhos e terminará por substituir o nome originário, Simão.

O fato adquire relevo particular se se considera que, no Antigo Testamento, a mudança do nome anunciava em geral a designação de uma missão (cf. Gn 17, 5 32, 28ss, etc.). De fato, a vontade de Cristo de atribuir a Pedro um papel especial no âmbito do Colégio apostólico resulta de numerosos indícios: em Cafarnaum o Mestre é hospedado em casa de Pedro (Mc 1, 29) quando a multidão se comprime nas margens do lago de Genesaré, entre as duas barcas ali ancoradas, Jesus escolhe a de Simão (Lc 5, 3) quando em circunstâncias particulares Jesus se faz acompanhar só por três discípulos, Pedro é sempre recordado como primeiro do grupo: assim na ressurreição da filha de Jairo (cf. Mc 9, 2 Mt 17, 1 Lc 9, 28), e por fim durante a agonia no Horto do Getsêmani (cf. Mc 14, 33 Mt 16, 37). E ainda: dirigem-se a Pedro os cobradores do imposto para o Templo e o Mestre paga para si e somente para ele (cf. Mt 17, 24-27) a quem lava primeiro os pés é a Pedro (cf. Jo 13, 6) e reza unicamente por ele para que não lhe venha a faltar a fé e possa depois confirmar nela os outros discípulos (cf. Lc 22, 30-31).

De resto, o próprio Pedro tem consciência desta sua posição particular: com frequência é ele que, em nome também dos outros, toma a palavra para pedir a explicação de uma parábola difícil (Mt 15, 15), ou o sentido exato de um preceito (Mt 18, 21) ou a promessa formal de uma recompensa (Mt 19, 27). Em particular, é ele quem resolve o embaraço de determinadas

situações intervindo em nome de todos. E também quando Jesus, desanimado pela incompreensão da multidão depois do discurso sobre o "pão de vida", pergunta: "Também vós quereis ir embora?", a resposta de Pedro é peremptória: "Senhor, a quem iremos? Tu tens palavras de vida eterna" (cf. Jo 6, 67-69). Igualmente decidida é a profissão de fé que, ainda em nome dos Doze, ele faz perto de Cesareia de Filipe. A Jesus que pergunta: "Vós quem dizeis que Eu sou?", Pedro responde: "Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo" (Mt 16, 15-16). Em resposta Jesus pronuncia então a declaração solene que define, de uma vez para sempre, o papel de Pedro na Igreja: "Também Eu te digo: Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja... Dar-te-ei as chaves do Reino do Céu tudo o que ligares na terra ficará ligado no Céu e tudo o que desligares na terra será desligado no Céu" (Mt 16. 18-19). As três metáforas às quais Jesus recorre são em si muito claras: Pedro será o fundamento rochoso sobre o qual apoiará o edifício da Igreja ele terá as chaves do Reino dos céus para abrir ou fechar a quem melhor julgar por fim, ele poderá ligar ou desligar no sentido que poderá estabelecer ou proibir o que considerar necessário para a vida da Igreja, que é e permanece Cristo. É sempre Igreja de Cristo e não de Pedro. Deste modo, é descrito com imagens de plástica evidência o que a reflexão sucessiva qualificará com a palavra de "primazia de jurisdição".

Esta posição de preeminência que Jesus decidiu conferir a Pedro verifica-se também depois da ressurreição: Jesus encarrega as mulheres de ir anunciar a Pedro, distintamente dos outros Apóstolos (cf. Mc 16, 7) Madalena vai ter com ele e com João para os informar que a pedra tinha sido afastada da entrada do sepulcro (cf. Jo 20, 2) e João dá-lhe a precedência quando chegam diante do túmulo vazio (cf. Jo 20, 4-6) será depois Pedro, entre os Apóstolos, a primeira testemunha de uma aparição do Ressuscitado (cf. Lc 24, 34 1 Cor 15, 5). Este seu papel, realçado com decisão (cf. Jo 20, 3-10), marca a continuidade entre a preeminência obtida no grupo apostólico e a preeminência que continuará a ter na comunidade que nasceu depois dos acontecimentos pascais, como afirma o Livro dos Atos (cf. 1, 15-26 2, 14-40 3, 12-26 4, 8-12 5, 1-11.29 8, 14-17 10 etc.). O seu comportamento é considerado tão decisivo, que está no centro de observações e também de críticas (cf. At 11, 1-18 Gl 2, 11-14). Ao chamado Concílio de Jerusalém Pedro desempenha uma função diretiva (cf. At 15 3 Gl 2, 1-10), e precisamente por este seu ser como testemunha da fé autêntica o próprio Paulo reconhecerá nele uma certa qualidade de "primeiro" (cf. 1 Cor 15, 5 Gl 1, 18 2, 7s. etc.). Depois, o fato de que vários textos chave relativos a Pedro possam ser relacionados com o contexto da Última Ceia, na qual Cristo confere a Pedro o ministério de confirmar os irmãos (cf. Lc 22, 31s.), mostra como a Igreja que nasce do memorial pascal celebrado na Eucaristia tenha no ministério confiado a Pedro um dos seus elementos constitutivos.

Esta contextualização da Primazia de Pedro na Última Ceia, no momento institutivo da Eucaristia, Páscoa do Senhor, indica também o sentido último desta Primazia: Pedro deve ser, para todos os tempos, o guardião da comunhão com Cristo deve guiar à comunhão com Cristo deve preocupar-se por que a rede não se rompa e assim possa perdurar a comunhão universal. Só juntos podemos estar com Cristo, que é o Senhor de todos. A responsabilidade de Pedro é garantir assim a comunhão com Cristo com a caridade de Cristo, conduzindo à realização desta caridade na vida de todos os dias. Rezemos para que a Primazia de Pedro, confiada a pobres pessoas humanas, possa ser sempre exercida neste sentido originário querido pelo Senhor e, assim, possa ser cada vez mais reconhecida no seu verdadeiro significado pelos irmãos que ainda não estão em plena comunhão conosco.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 14 de Junho de 2006

André, o Protóklitos

Queridos irmãos e irmãs!

Nas últimas duas catequeses falámos da figura de São Pedro. Agora queremos, na medida em que as fontes o permitem, conhecer mais de perto também os outros onze Apóstolos. Portanto, falamos hoje do irmão de Simão Pedro, Santo André, também ele um dos Doze. A primeira característica que em André chama a atenção é o nome: não é hebraico, como teríamos pensado, mas grego, sinal de que não deve ser minimizada uma certa abertura cultural da sua família. Estamos na Galileia, onde a língua e a cultura gregas estão bastante presentes. Nas listas dos Doze, André ocupa o segundo lugar, como em Mateus (10, 1-4) e em Lucas (6, 13-16), ou o quarto lugar como em Marcos (3, 13-18) e nos Atos (1, 13-14). Contudo, ele gozava certamente de grande prestígio nas primeiras comunidades cristãs.

O laço de sangue entre Pedro e André, assim como a comum chamada que Jesus lhes faz, sobressaem explicitamente nos Evangelhos. Neles lê-se: "Caminhando ao longo do mar da Galileia, Jesus viu os dois irmãos: Simão, chamado Pedro, e seu irmão André, que lançavam as redes ao mar, pois eram pescadores. Disse-lhes: "Vinde comigo e Eu farei de vós pescadores de homens"" (Mt 4, 18-19; Mc 1, 16-17). Do Quarto Evangelho tiramos outro pormenor: num primeiro momento, André era discípulo de João Batista; e isto mostra-nos que era um homem que procurava, que partilhava a esperança de Israel, que queria conhecer mais de perto a palavra do Senhor, a realidade do Senhor presente. Era verdadeiramente um homem de fé e de esperança; e certa vez, de João Batista ouviu proclamar Jesus como "o cordeiro de Deus" (Jo 1, 36); então ele voltou-se e, juntamente com outro discípulo que não é nomeado, seguiu Jesus, Aquele que era chamado por João o "Cordeiro de Deus". O evangelista narra: eles "viram onde morava e ficaram com Ele nesse dia" (Jo 1, 37-39). Portanto, André viveu momentos preciosos de familiaridade com Jesus.

A narração continua com uma anotação significativa: "André, o irmão de Simão Pedro, era um dos dois que ouviram João e seguiram Jesus. Encontrou primeiro o seu irmão Simão, e disse-lhe: "Encontramos o Messias" que quer dizer Cristo. E levou-o até Jesus" (Jo 1, 40-43), demonstrando imediatamente um espírito apostólico não comum. Portanto, André foi o primeiro dos Apóstolos a ser chamado para seguir Jesus. Precisamente sobre esta base a liturgia da Igreja Bizantina o honra com o apelativo de Protóklitos, que significa exatamente "primeiro chamado". E não há dúvida de que devido ao relacionamento fraterno entre Pedro e André

a Igreja de Roma e a Igreja de Constantinopla se sentem irmãs entre si de modo especial. Para realçar este relacionamento, o meu Predecessor, o Papa Paulo VI, em 1964, restituiu as insignes relíquias de Santo André, até então conservadas na Basílica Vaticana, ao Bispo metropolita Ortodoxo da cidade de Patrasso na Grécia, onde segundo a tradição o Apóstolo foi crucificado.

As tradições evangélicas recordam particularmente o nome de André noutras três ocasiões, que nos fazem conhecer um pouco mais este homem. A primeira é a da multiplicação dos pães na Galileia. Naquele momento foi André quem assinalou a Jesus a presença de um jovem que tinha cinco pães de cevada e dois peixes: era muito pouco observou ele para todas as pessoas reunidas naquele lugar (cf. Jo 6, 8-9). Merece ser realçado, neste caso, o realismo de André: ele viu o jovem portanto já se tinha perguntado: "mas o que é isto para tantas pessoas" (ibid.) mas apercebeu-se da insuficiência dos seus poucos recursos. Contudo, Jesus soube fazê-los bastar para a multidão de pessoas que vieram ouvi-lo. A segunda ocasião foi em Jerusalém. Saindo da cidade, um discípulo fez notar a Jesus o espetáculo dos muros sólidos sobre os quais o Templo se apoiava. A resposta do Mestre foi surpreendente: disse que não teria ficado em pé nem sequer uma pedra daqueles muros. Então André, juntamente com Pedro, Tiago e João, interrogou-o: "Diz-nos quando tudo isto acontecerá e qual o sinal de que tudo está para acabar" (Mc 13, 1-4).

Para responder a esta pergunta Jesus pronunciou um importante discurso sobre a destruição de Jerusalém e sobre o fim do mundo, convidando os seus discípulos a ler com atenção os sinais do tempo e a permanecer sempre vigilantes. Podemos deduzir deste episódio que não devemos ter receio de fazer perguntas a Jesus, mas ao mesmo tempo devemos estar prontos para receber os ensinamentos, até surpreendentes e difíceis, que Ele nos oferece.

Por fim, nos Evangelhos está registrada uma terceira iniciativa de André. O Cenário ainda é Jerusalém, pouco antes da Paixão. Para a festa da Páscoa narra João tinham vindo à cidade santa alguns Gregos, provavelmente prosélitos ou tementes a Deus, que vinham para adorar o Deus de Israel na festa da Páscoa. André e Filipe, os dois apóstolos com nomes gregos, servem como intérpretes e mediadores deste pequeno grupo de Gregos junto de Jesus. A resposta do Senhor à sua pergunta parece como muitas vezes no Evangelho de João enigmática, mas precisamente por isso revela-se rica de significado. Jesus diz aos dois discípulos e, através deles, ao mundo grego: "Chegou a hora de se revelar a glória do Filho do Homem. Em verdade, em verdade vos digo: se o grão de trigo, lançado à terra, não morrer, fica ele só; mas, se morrer, dá muito fruto" (12, 23-24).

O que significam estas palavras neste contexto Jesus quer dizer: sim, o encontro entre mim e os Gregos terá lugar, mas não como simples e breve diálogo entre mim e algumas pessoas, estimuladas sobretudo pela curiosidade. Com a minha morte, comparável à queda na terra de um grão de trigo, chagará a hora da minha glorificação. A minha morte na cruz originará grande fecundidade: o "grão de trigo morto" símbolo de mim crucificado tornar-se-á na ressurreição pão de vida para o mundo; será luz para os povos e para as culturas. Sim, o encontro com a alma grega, com o mundo grego, realizar-se-á naquela profundidade à qual faz alusão a vicissitude do grão de trigo que atrai para si as forças da terra e do céu e se torna pão. Por outras palavras, Jesus profetiza a Igreja dos gregos, a Igreja dos pagãos, a Igreja do mundo como fruto da sua Páscoa.

Tradições muito antigas vêem em André, o qual transmitiu aos gregos esta palavra, não só o intérprete de alguns Gregos no encontro com Jesus agora recordado, mas consideram-no como apóstolo dos Gregos nos anos que sucederam ao Pentecostes; fazem-nos saber que no restante da sua vida ele foi anunciador e intérprete de Jesus para o mundo grego. Pedro, seu irmão, de Jerusalém, passando por Antioquia, chegou a Roma para aí exercer a sua missão universal; André, ao contrário, foi o apóstolo do mundo grego: assim, eles são vistos, na vida e na morte, como verdadeiros irmãos uma irmandade que se exprime simbolicamente no relacionamento especial das Sedes de Roma e de Constantinopla, Igrejas verdadeiramente irmãs.

Uma tradição sucessiva, como foi mencionado, narra a morte de André em Patrasso, onde também ele sofreu o suplício da crucifixão. Mas, naquele momento supremo, de modo análogo ao do irmão Pedro, ele pediu para ser posto numa cruz diferente da de Jesus. No seu caso tratou-se de uma cruz decussada, isto é, cruzada transversalmente inclinada, que por isso foi chamada "cruz de Santo André". Eis o que o Apóstolo dissera naquela ocasião, segundo uma antiga narração (início do século VI) intitulada Paixão de André: "Salve, ó Cruz, inaugurada por meio do corpo de Cristo e que se tornou adorno dos seus membros, como se fossem pérolas preciosas. Antes que o Senhor fosse elevado sobre ti, tu incutias um temor terreno.

Agora, ao contrário, dotada de um amor celeste, és recebida como um dom. Os crentes sabem, a teu respeito, quanta alegria possuis, quantos dons tens preparados. Portanto, certo e cheio de alegria venho a ti, para que também tu me recebas exultante como discípulo daquele que em ti foi suspenso... Cruz bem-aventurada, que recebestes a majestade e a beleza dos membros do Senhor!... Toma-me e leva-me para longe dos homens e entrega-me ao meu Mestre, para que por teu intermédio me receba quem por ti me redimiu. Salve, ó Cruz; sim, salve verdadeiramente!".

Como se vê, há aqui uma profundíssima espiritualidade cristã, que vê na Cruz não tanto um instrumento de tortura como, ao contrário, o meio incomparável de uma plena assimilação ao Redentor, ao grão de trigo que caiu na terra. Nós devemos aprender disto uma lição muito importante: as nossas cruzes adquirem valor se forem consideradas e aceites como parte da cruz de Cristo, se forem alcançadas pelo reflexo da sua luz. Só daquela Cruz também os nossos sofrimentos são nobilitados e adquirem o seu verdadeiro sentido.

Portanto, o apóstolo André ensina-nos a seguir Jesus com prontidão (cf. Mt 4, 20; Mc 1, 18), a falar com entusiasmo d'Ele a quantos encontramos, e sobretudo a cultivar com Ele um relacionamento de verdadeira familiaridade, bem conscientes de que só n'Ele podemos encontrar o sentido último da nossa vida e da nossa morte.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 21 de Junho de 2006

Tiago, o Maior

Queridos irmãos e irmãs!

Prosseguimos a série de retratos dos Apóstolos escolhidos diretamente por Jesus durante a sua vida terrena. Falámos de São Pedro e de seu irmão, André. Encontramos hoje a figura de Tiago. Os elencos bíblicos dos Doze mencionam duas pessoas com este nome: Tiago, filho de Zebedeu, e Tiago, filho de Alfeu (cf. Mc 3, 17.18 Mt 10, 2-3), que são comumente distinguidos com os nomes de Tiago, o Maior e Tiago, o Menor. Sem dúvida, estas designações não querem medir a sua santidade, mas apenas distinguir o realce que eles recebem nos escritos do Novo Testamento e, em particular, no quadro da vida terrena de Jesus. Hoje dedicamos a nossa atenção à primeira destas duas personagens homónimas.

O nome Tiago é a tradução de *Iákobos*, forma helenizada do nome do célebre patriarca Tiago. O apóstolo assim chamado é irmão de João, e nos elencos acima mencionados ocupa o segundo lugar logo depois de Pedro, como em Marcos (3, 17), ou o terceiro lugar depois de Pedro e André no Evangelho de Mateus (10, 2) e de Lucas (6, 14), enquanto que nos Atos vem depois de Pedro e de João (1, 13). Este Tiago pertence, juntamente com Pedro e João, ao grupo dos três discípulos privilegiados que foram admitidos por Jesus em momentos importantes da sua vida.

Dado que faz muito calor, gostaria de abreviar e mencionar aqui só duas destas ocasiões. Ele pôde participar, juntamente com Pedro e Tiago, no momento da agonia de Jesus no horto do Getsêmani e no acontecimento da Transfiguração de Jesus. Trata-se portanto de situações muito diversas uma da outra: num caso, Tiago com os outros dois Apóstolos experimenta a glória do

Senhor, vê-o no diálogo com Moisés e Elias, vê transparecer o esplendor divino de Jesus no outro encontra-se diante do sofrimento e da humilhação, vê com os próprios olhos como o Filho de Deus se humilha tornando-se obediente até à morte. Certamente a segunda experiência constitui para ele a ocasião de uma maturação na fé, para corrigir a interpretação unilateral, triunfalista da primeira: ele teve que entrever que o Messias, esperado pelo povo judaico como um triunfador, na realidade não era só circundado de honra e de glória, mas também de sofrimentos e fraqueza. A glória de Cristo realiza-se precisamente na Cruz, na participação dos nossos sofrimentos.

Esta maturação da fé foi realizada pelo Espírito Santo no Pentecostes, de forma que Tiago, quando chegou o momento do testemunho supremo, não se retirou. No início dos anos 40 do século I o rei Herodes Agripa, neto de erodes o Grande, como nos informa Lucas, "maltratou alguns membros da Igreja. Mandou matar à espada Tiago, irmão de João" (At 12, 1-2).

A notícia tão limitada, privada de qualquer pormenor narrativo, revela, por um lado, quanto era normal para os cristãos testemunhar o Senhor com a própria vida e, por outro, como Tiago ocupava uma posição de relevo na Igreja de Jerusalém, também devido ao papel desempenhado durante a existência terrena de Jesus. Uma tradição sucessiva, que remonta pelo menos a Isidoro de Sevilha, narra de uma sua permanência na Espanha para evangelizar aquela importante região do Império Romano.

Segundo outra tradição, ao contrário, o seu corpo teria sido transportado para a Espanha, para a cidade de Santiago de Compostela. Como todos sabemos, aquele lugar tornou-se objeto de grande veneração e ainda hoje é meta de numerosas peregrinações, não só da Europa mas de todo o mundo. É assim que se explica a representação iconográfica de São Tiago que tem na mão o cajado do peregrino e o rolo do Evangelho, típicos do apóstolo itinerante e dedicado ao anúncio da "boa nova", características da peregrinação da vida cristã.

Portanto, de São Tiago podemos aprender muitas coisas: a abertura para aceitar a chamada do Senhor também quando nos pede que deixemos a "barca" das nossas seguranças humanas, o entusiasmo em segui-lo pelos caminhos que Ele nos indica além de qualquer presunção ilusória, a disponibilidade a testemunhá-lo com coragem, se for necessário, até ao sacrifício supremo da vida. Assim, Tiago o Maior, apresenta-se diante de nós como exemplo eloquente de adesão generosa a Cristo. Ele, que inicialmente tinha pedido, através de sua mãe, para se sentar com o irmão ao lado do Mestre no seu Reino, foi precisamente o primeiro a beber o cálice da paixão, a partilhar com os Apóstolos o martírio.

E no final, resumindo tudo, podemos dizer que o caminho não só exterior mas sobretudo interior, do monte da Transfiguração ao monte da agonia, simboliza toda a peregrinação da vida cristã, entre as perseguições do mundo e os confortos de Deus, como diz o Concílio Vaticano II. Seguindo Jesus como São Tiago, sabemos, também nas dificuldades, que seguimos o caminho justo.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 28 de Junho de 2006

Tiago, o Menor

Queridos irmãos e irmãs!

Ao lado da figura de Tiago "o Maior", filho de Zebedeu, do qual falámos na quarta-feira passada, nos Evangelhos aparece outro Tiago, que é chamado "o Menor". Também ele faz parte das listas dos doze Apóstolos escolhidos pessoalmente por Jesus, e é sempre especificado como "filho de Alfeu" (cf. Mt 10, 3; Mc 3, 18; Lc 5; At 1, 13). Com frequência ele foi identificado com outro Tiago, chamado "o Menor" (cf. Mc 15, 40), filho de uma Maria (cf. ibid.) que poderia ser a "Maria de Cléofas" presente, segundo o Quarto Evangelho, aos pés da Cruz juntamente com a Mãe de Jesus (cf. Jo 19, 25). Também ele era originário de Nazaré e provavelmente parente de Jesus (cf. Mt 13, 55; Mc 6, 3), do qual à maneira semítica é considerado "irmão" (cf. Mc 6, 3; Gl 1, 19).

Deste último Tiago, o livro dos Atos ressalta o papel preeminente desempenhado na Igreja de Jerusalém. No Concílio apostólico ali celebrado depois da morte de Tiago, o Maior, afirmou juntamente com os outros que os pagãos podiam ser acolhidos na Igreja sem antes terem que se submeter à circuncisão (cf. At 15, 13). São Paulo, que lhe atribui uma aparição específica do Ressuscitado (cf. 1 Cor 15, 7), na ocasião da sua ida a Jerusalém nomeia-o inclusivamente antes de Cefas-Pedro, qualificando-o "coluna" daquela Igreja como ele (cf. Gl 2, 9). Em seguida, os judeus-cristãos consideram-no o seu principal ponto de referência. A ele é também atribuída a Carta que tem o nome de Tiago e que está incluída no cânone neotestamentário. Ele não se apresenta nela como "irmão do Senhor", mas como "servo de Deus e do Senhor Jesus Cristo" (Tg 1, 1).

Entre os estudiosos debate-se a questão da identificação destas duas personagens com o mesmo nome, Tiago filho de Alfeu e Tiago "irmão do Senhor". As tradições evangélicas não nos conservaram narração alguma sobre um nem sobre outro em referência ao período da vida terrena de Jesus. Os Atos dos Apóstolos, ao contrário, mostram-nos que um "Tiago" desempenhou um papel importante, como já mencionámos, depois da ressurreição de Jesus, na Igreja primitiva (cf. At 12, 17; 15, 13-21; 21, 18).

O ato mais relevante por ele realizado foi a intervenção na questão do relacionamento difícil entre os cristãos de origem judaica e os de origem pagã: nisto ele contribuiu juntamente com Pedro para superar, ou melhor, para integrar a dimensão originária judaica do cristianismo com a exigência de não impor aos pagãos convertidos a obrigação de se submeterem a todas

as normas da lei de Moisés. O livro dos Atos preservou-nos a solução de compromisso, proposta precisamente por Tiago e aceite por todos os Apóstolos presentes, segundo o qual aos pagãos que acreditassem em Jesus Cristo se devia pedir apenas que se abstivessem do uso idolátrico de comer carne dos animais oferecidos em sacrifício aos deuses, e da "impudicícia", palavra que provavelmente se referia às uniões matrimoniais não consentidas. Na prática, tratava-se de aderir só a poucas proibições, consideradas bastante importantes, da legislação mosaica.

Deste modo, obtiveram-se dois resultados significativos e complementares, ambos ainda hoje válidos: por um lado, reconheceu-se a relação inseparável que une o cristianismo à religião hebraica como a sua marca perenemente viva e válida; por outro, foi concedido que os cristãos de origem pagã conservassem a própria identidade sociológica, que teriam perdido se tivessem sido obrigados a observar os chamados "preceitos cerimoniais" mosaicos: eles já não deviam ser considerados obrigatórios para os pagãos convertidos. Em suma, era iniciada uma prática de estima e respeito recíprocos que, não obstante lamentáveis incompreensões posteriores, tinha por sua natureza a salvaguarda de tudo o que caracterizava cada uma das duas partes.

A informação mais antiga sobre a morte deste Tiago é-nos oferecida pelo historiador judeu Flávio José. Nas suas Antiguidades Judaicas (20, 201s), redigidas em Roma por volta do século I, ele narra que o fim de Tiago foi decidido por uma iniciativa ilegítima do Sumo Sacerdote Anano, filho de Annas afirmado nos Evangelhos, o qual aproveitou do intervalo entre a deposição de um Procurador romano (Festo) e a chegada do sucessor (Albino) para decretar a sua lapidação no ano 62.

Em nome deste Tiago, além do apócrifo Protoevangelho de Tiago, que exalta a santidade e a virgindade de Maria, Mãe de Jesus, está particularmente relacionada com a Carta que tem o seu nome. No cânone do Novo Testamento ela ocupa o primeiro lugar entre as chamadas "Cartas católicas", isto é, destinadas não a uma só Igreja particular como Roma, Éfeso, etc. mas a muitas Igrejas. Trata-se de um escrito bastante importante, que insiste muito sobre a necessidade de não reduzir a própria fé a uma mera declaração verbal ou abstrata, mas de expressá-la concretamente em obras de bem. Entre outras coisas, ele convida-nos à constância nas provas alegremente aceites e à oração confiante para obter de Deus o dom da sabedoria, graças à qual chegamos à compreensão de que os verdadeiros valores da vida não consistem nas riquezas transitórias, mas antes em saber compartilhar as próprias substâncias com os pobres e com os necessitados (cf. Tg 1, 27).

Assim a carta de São Tiago mostra-nos um cristianismo muito concreto e prático. A fé deve realizar-se na vida, sobretudo no amor ao próximo e particularmente no compromisso pelos pobres. É com esta base que deve ser lida também a famosa frase: "Assim como o corpo sem alma está morto, assim também a fé sem obras está morta" (Tg 2, 26). Por vezes esta declaração de Tiago foi contraposta às afirmações de Paulo, segundo o qual nós somos tornados por Deus justos não em virtude das nossas obras, mas graças à nossa fé (cf. Gl 2, 16; Rm 3, 28). Contudo, as duas frases, aparentemente contraditórias com as suas perspectivas diversas, na realidade, se forem bem interpretadas, completam-se. São Paulo opõe-se ao orgulho do homem que pensa que não precisa do amor de Deus que nos antecipa, opõe-se ao orgulho da autojustificação sem a graça simplesmente doada e não merecida. Ao contrário, São Tiago fala das obras como fruto normal da fé: "a árvore boa dá bons frutos", diz o Senhor (Mt 7, 17). E São Tiago repete e transmite-nos este conceito.

Por fim, a carta de Tiago exorta-nos a abandonarmo-nos nas mãos de Deus em tudo o que fazemos, pronunciando sempre as palavras: "Se o Senhor quiser" (Tg 4, 15). Assim, ele ensina-nos a não presumir que planificamos a nossa vida de modo autónomo e interessado, mas a dar espaço à vontade imperscrutável de Deus, que conhece o verdadeiro bem para nós. Desta forma São Tiago permanece um mestre de vida sempre atual para cada um de nós.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 5 de Julho de 2006

João, filho de Zebedeu

Queridos irmãos e irmãs!

Dedicamos o encontro de hoje à recordação de outro membro muito importante do colégio apostólico: João, filho de Zebedeu e irmão de Tiago. O seu nome, tipicamente judaico, significa "o Senhor fez a graça". Estava a consertar as redes na margem do lago de Tiberíades, quando Jesus o chamou juntamente com o irmão (cf. Mt 4, 21; Mc 1, 19). João pertence também ao grupo restrito, que Jesus chama em determinadas ocasiões.

Está com Pedro e com Tiago quando Jesus, em Cafarnaum, entra em casa de Pedro para curar a sua sogra (cf. Mc 1, 29); com os outros dois segue o Mestre na casa de Jairo, chefe da sinagoga, cuja filha será chamada à vida (cf. Mc 5, 37); segue-o quando ele sobe ao monte para ser transfigurado (cf. Mc 9, 2); está ao lado dele no Monte das Oliveiras quando, face à imponência do Templo de Jerusalém, pronuncia o sermão sobre o fim da cidade e do mundo (cf. Mc 13, 3); e, finalmente, está ao seu lado quando, no Horto do Getsêmani, se retira para rezar ao Pai antes da Paixão (cf. Mc 14, 33). Pouco antes da Páscoa, quando Jesus escolhe dois discípulos para os enviar a preparar a sala para a Ceia, confia a ele e a Pedro esta tarefa (cf. Lc 22, 8).

Esta sua posição de relevo no grupo dos Doze torna de certa forma compreensível a iniciativa tomada um dia pela mãe: ela aproximou-se de Jesus para lhe pedir que os dois filhos, precisamente João e Tiago, pudessem sentar-se um à sua direita e outro à sua esquerda no Reino (cf. Mt 20, 20-21). Como sabemos, Jesus respondeu fazendo por sua vez uma pergunta: pediu que eles estivessem dispostos a beber do cálice que ele mesmo estava para beber (cf. Mt 20, 22).

A intenção que estava por detrás daquelas palavras era a de despertar os dois discípulos, introduzi-los no conhecimento do mistério da sua pessoa e de os fazer refletir sobre a futura chamada a ser suas testemunhas até à prova suprema do sangue.

De fato, pouco depois Jesus esclareceu que não veio para ser servido mas para servir e dar a própria vida em resgate pela multidão (cf. Mt 20, 28). Nos dias seguintes à ressurreição, encontramos "os filhos de Zebedeu" empenhados com Pedro e outros discípulos numa noite infrutuosa, à qual se segue, pela intervenção do Ressuscitado, a pesca milagrosa: será "o discípulo que Jesus amava" quem reconhece primeiro "o Senhor" e quem o indica a Pedro (cf. Jo 21, 1-13).

Na Igreja de Jerusalém, João ocupou um lugar de realce na orientação do primeiro agrupamento de cristãos. De fato, Paulo estava incluído entre os que Ele chama as "colunas" daquela comunidade (cf. Gl 2, 9). Na realidade, nos Atos, Lucas apresenta-o juntamente com Pedro quando vão rezar no Templo (cf. At 3, 1-4.11) ou estão diante do Sinédrio para testemunhar a própria fé em Jesus Cristo (cf. At 4, 13.19). Juntamente com Pedro é enviado pela Igreja de Jerusalém para confirmar aqueles que na Samaria aceitaram o Evangelho, pregando por eles a fim de que recebam o Espírito Santo (cf. At 8, 14-15).

Em particular, deve recordar-se o que afirma, juntamente com Pedro, diante do Sinédrio que os está a processar: "Quanto a nós, não podemos deixar de afirmar o que vimos e ouvimos" (At 4, 20). Precisamente esta franqueza ao confessar a própria fé permanece um exemplo e uma admoestação para todos nós a estarmos sempre prontos para declarar com determinação a nossa inabalável adesão a Cristo, antepondo a fé a qualquer cálculo ou interesse humano.

Segundo a tradição, João é "o discípulo predileto", que no Quarto Evangelho apoia a cabeça no peito do Mestre durante a Última Ceia (cf. Jo 13, 21), encontra-se aos pés da Cruz juntamente com a Mãe de Jesus (cf. Jo 19, 25) e, por fim, é testemunha quer do túmulo vazio quer da própria presença do Ressuscitado (cf. Jo 20, 2; 21, 7).

Sabemos que esta identificação hoje é debatida pelos estudiosos, alguns dos quais vêem nele simplesmente o protótipo do discípulo de Jesus. Deixando aos exegetas a tarefa de resolver a questão, contentamo-nos com receber uma lição importante para a nossa vida: o Senhor deseja fazer de cada um de nós um discípulo que vive uma amizade pessoal com Ele. Para realizar isto não é suficiente segui-lo e ouvi-lo exteriormente; é preciso também viver com e como Ele.

Isto é possível apenas no contexto de uma relação de grande familiaridade, repleto do calor de uma total confiança; por isso um dia Jesus disse: "Ninguém tem mais amor do que quem dá a vida pelos seus amigos... Já não vos chamo servos, visto que um servo não está ao corrente do que faz o seu senhor; mas a vós chamei-vos amigos, porque vos dei a conhecer tudo o que ouvi de meu Pai" (Jo 15, 13.15).

Nos apócrifos Atos de João o Apóstolo é apresentado não como fundador de Igrejas nem sequer como guia de comunidades já constituídas, mas em contínua itinerância como comunicador da fé no encontro com "almas capazes de ter esperança e de ser salvas" (18, 10; 10, 8). Tudo é movido pela intenção paradoxal de mostrar o invisível. De fato, ele é chamado pela Igreja oriental simplesmente "o Teólogo", isto é, aquele que é capaz de falar das coisas divinas em termos acessíveis, revelando um arcano acesso a Deus mediante a adesão a Jesus.

O culto de João apóstolo afirmou-se a partir da cidade de Éfeso, onde, segundo uma antiga tradição, trabalhou por muito tempo, falecendo ali com uma idade extraordinariamente avançada, sob o Imperador Trajano. Em Éfeso o imperador Justiniano, no século VI, mandou construir em sua honra uma grande basílica, da qual permanecem ainda imponentes ruínas.

Precisamente no Oriente ele gozou e goza ainda de grande veneração. Na iconografia bizantina é representado com frequência muito idoso segundo a tradição morreu sob o imperador Trajano e em intensa contemplação, quase na atitude de quem convida ao silêncio.

De fato, sem adequado recolhimento não é possível aproximar-se do mistério supremo de Deus e da sua revelação. Isto explica porque, há anos, o Patriarca Ecumênico de Constantinopla, Atenágoras, aquele que o Papa Paulo VI abraçou num memorável encontro, afirmou: "João está na origem da nossa mais alta espiritualidade. Como ele, os "silenciosos" conhecem aquele misterioso intercâmbio dos corações, invocando a presença de João e o seu coração inflama-se" (O. Clément, Diálogos com Atenágoras, Turim 1972, p. 159). O Senhor nos ajude a pormo-nos na escola de João para aprender a grande lição do amor, de modo que nos sintamos amados por Cristo "até ao fim" (Jo 13, 1) e empreguemos a nossa vida por Ele.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 2 de Agosto de 2006

Catequese especial aos participantes da Peregrinação Europeia de Acólitos

Queridos irmãos e irmãs!

Obrigado pelo vosso acolhimento! A todos saúdo com grande afeto. Depois da pausa devida à permanência no Vale de Aosta, retomo hoje as Audiências gerais. E retomo com uma Audiência verdadeiramente especial, porque tenho a alegria de acolher a grande Peregrinação Europeia de Acólitos. Queridos jovens, sede bem-vindos! Dado que a maior parte dos acólitos hoje aqui reunidos nesta Praça são de língua alemã, dirijo-me em primeiro lugar a eles na minha língua materna.

Queridos acólitos. Estou feliz porque a minha primeira Audiência depois das férias nos Alpes é com os Acólitos e saúdo com afeto cada um de vós. Agradeço ao Bispo Auxiliar de Basileia, D. Martin Gchter, as palavras com que, como Presidente do *Coetus Internationalis Ministrantium*, introduziu a Audiência, e agradeço o foulard, graças ao qual voltei a ser acólito. Há mais de setenta anos, em 1935, comecei como acólito um longo percurso por este caminho. Saúdo cordialmente o Cardeal Christoph Schönborn, que ontem celebrou para vós a Santa Missa, e os numerosos Bispos e Sacerdotes provenientes da Alemanha, da Áustria, da Suíça e da Hungria. A vós, queridos acólitos, desejo oferecer, brevemente, dado que faz muito calor, uma mensagem que vos possa acompanhar na vida e no serviço à Igreja. Por isso, desejo retomar o assunto que estou a tratar nas Audiências destes meses.

Talvez alguns de vós saibam que nas Audiências gerais de quarta-feira estou a apresentar as figuras dos Apóstolos: o primeiro foi Simão, ao qual o Senhor deu o nome de Pedro; seu irmão André; depois outros dois irmãos, São Tiago chamado "o maior", primeiro mártir entre os Apóstolos, e João, teólogo e evangelista; e depois Tiago, chamado "o menor". Penso continuar a apresentar cada um dos Apóstolos nas próximas Audiências, nas quais, por assim dizer, a Igreja se torna pessoal. Contudo, hoje detemo-nos sobre um tema comum: que tipo de pessoas eram os Apóstolos. Em breve, poderíamos dizer que eram "amigos" de Jesus. Ele mesmo os chamou assim na Última Ceia, dizendo-lhes: "Já não vos chamo servos... mas amigos" (cf. Jo 15, 15). Eles foram, e puderam ser, apóstolos e testemunhas de Cristo porque eram seus amigos, porque o conheciam a partir da outra amizade, porque estavam próximos dele. Estavam unidos por um vinculo de amor vivificado pelo Espírito Santo.

Nesta perspectiva, podemos compreender o tema da vossa peregrinação: "*Spiritus vivificat*". É o Espírito, o Espírito Santo que vivifica. É ele que vivifica o vosso relacionamento com Jesus, de modo que não seja apenas exterior. "Sabemos que existiu e que está presente no Sacramento", e que faz com que se torne um relacionamento intimo, profundo, de amizade deveras pessoal, capaz de dar sentido à vida de cada um de vós. E dado que o conheceis, e que o conheceis na amizade, podeis testemunhá-lo e levá-lo às outras pessoas. Hoje, ao ver-vos aqui diante de mim na Praça de São Pedro, penso nos Apóstolos e sinto a voz de Jesus que diz: "Já não vos chamo servos... mas amigos. Permanecei no meu amor... e dareis muito fruto" (cf. Jo 15, 9.16). Eu convido-vos: ouvi esta voz! Cristo não disse isto só há dois mil anos; ele está vivo e continua a dize-lo a vós agora.

Ouvi esta voz com grande disponibilidade; ele diz algo a cada um de vós. Talvez a alguns de vós diga: "desejo que me sirvas de modo especial como sacerdote, tornando-te assim minha testemunha, sendo meu amigo e introduzindo outros nesta amizade". Contudo, escutai com confiança a voz de Jesus. A vocação de cada um é diversa, mas Cristo deseja fazer amizade com todos, como fez com Simão, que chamou Pedro, com André, Tiago, João e com os outros Apóstolos. Ofereceu-vos a sua palavra e continua a oferecê-la, para que conheçais a verdade, para que saibais qual é verdadeiramente a situação do homem, e por conseguinte, para que saibais como se deve viver de maneira justa, como se deve enfrentar a vida para que se torne verdadeira. Assim podereis ser, cada um a seu modo, seus discípulos e apóstolos.

Queridos Acólitos, na realidade vós já sois apóstolos de Jesus! Quando participais na Liturgia desempenhando o vosso serviço no altar, ofereceis a todos um testemunho. A vossa atitude recolhida, a vossa devoção que parte do coração e se exprime nos gestos, no canto, nas respostas: se o fizerdes do modo justo e sem distrações, de um modo qualquer, então o vosso é um testemunho que toca os homens. O vínculo de amizade com Jesus tem a sua fonte e o seu ápice na Eucaristia. Vós estais muito próximos de Jesus Eucaristia, e este é o maior sinal da sua amizade por cada um de nós. Não vos esqueçais disto; e por isso vos digo: não vos habitueis a este dom, para que não se torne uma espécie de hábito, sabendo como funciona e fazendo-o automaticamente, mas descobri todos os dias novamente que se realiza uma coisa grandiosa, que o Deus vivente está no meio de nós, e que podeis estar próximos dele e contribuir para que o seu mistério seja celebrado e alcance as pessoas.

Se não cederdes ao hábito e desempenhardes o vosso serviço a partir do vosso intimo, então sereis verdadeiramente seus apóstolos e dareis frutos de bondade e de serviço em todos os âmbitos da vossa vida: na família, na escola, no tempo livre. Levai aquele amor que recebeis na Liturgia a todas as pessoas, especialmente onde vos aperceberdes que falta o amor, que não

recebem bondade, que sofrem e estão sós. Com a força do Espírito Santo, procurai levar Jesus precisamente àquelas pessoas que são marginalizadas, que não são muito amadas, que tem problemas. Precisamente ali, deveis levar Jesus com a força do Espírito Santo. Assim aquele Pão, que vedes repartir no altar, será ainda partilhado e multiplicado, e vós, como os doze Apóstolos, ajudareis Jesus a distribui-lo entre o povo de hoje, nas diversas situações da vida. Assim, queridos acólitos, são estas as minhas últimas palavras para vós: sede sempre amigos de Cristo!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 9 de Agosto de 2006

João, o teólogo

Queridos irmãos e irmãs!

Antes das férias eu tinha começado a fazer pequenos retratos dos doze Apóstolos. Os Apóstolos eram companheiros de vida de Jesus, amigos de Jesus e este caminho deles com Jesus não era só um caminho exterior, da Galileia a Jerusalém, mas um caminho interior no qual aprenderam a fé em Jesus Cristo, não sem dificuldades porque eram homens como nós. Mas precisamente por isto, porque eram companheiros de vida de Jesus, amigos de Jesus que num caminho não fácil aprenderam a fé, são também guias para nós, que nos ajudam a conhecer Jesus Cristo, a amá-lo e a ter fé n'Ele. Eu já tinha falado sobre quatro dos doze Apóstolos: de Simão Pedro, do seu irmão André, de Tiago, o irmão de São João, e do outro Tiago, chamado "o Menor", que escreveu uma Carta que encontramos no Novo Testamento. E eu tinha começado a falar de João, o evangelista, mencionando na última audiência antes das férias os dados essenciais que traçam a fisionomia deste Apóstolo. Agora gostaria de concentrar a atenção sobre o conteúdo do seu ensinamento. Por conseguinte, os escritos dos quais hoje desejamos ocupar-nos são o Evangelho e as Cartas que têm o seu nome.

Se existe um assunto característico que mais sobressai nos escritos de João, é o amor. Não foi por acaso que quis iniciar a minha primeira Carta encíclica com as palavras deste Apóstolo: "Deus é amor (Deus caritas est) ; quem está no amor habita em Deus e Deus habita nele" (1 Jo 4, 16). muito difícil encontrar textos do gênero noutras religiões. Portanto, tais expressões põem-nos diante de um dado verdadeiramente peculiar do cristianismo. Certamente João não é o único autor das origens cristãs que fala do amor. Sendo este um elemento essencial do cristianismo, todos os escritores do Novo Testamento falam dele, mesmo se com acentuações diferentes. Se agora nos detemos a refletir sobre este tema em João, é porque ele nos traçou com insistência e de modo incisivo as suas linhas principais. Portanto, confiemo-nos às suas palavras. Uma coisa é certa: ele não reflete de modo abstrato, filosófico, ou até teológico, sobre o que é o amor. Não, ele não é um teórico. De fato, o verdadeiro amor, por sua natureza, nunca é meramente especulativo, mas faz referência direta, concreta e verificável a pessoas reais. Pois bem, João, como apóstolo e amigo de Jesus mostra-nos quais são os componentes ou melhor as fases do amor cristão, um movimento caracterizado por três momentos.

O primeiro refere-se à própria Fonte do amor, que o Apóstolo coloca em Deus, chegando, como ouvimos, a afirmar que "Deus é amor" (1 Jo 4, 8.16). João é o único autor do Novo Tes-

tamento que nos dá uma espécie de definição de Deus. Ele diz, por exemplo, que "Deus é Espírito" (Jo 4, 24) ou que "Deus é luz" (1 Jo 1, 5). Aqui proclama com intuição resplandecente que "Deus é amor". Observe-se bem: não é simplesmente afirmado que "Deus ama", nem sequer que "o amor é Deus"! Por outras palavras: João não se limita a descrever o agir divino, mas procede até às suas raízes. Além disso, não pretende atribuir uma qualidade a um amor genérico e talvez impessoal; não se eleva do amor a Deus, mas dirige-se diretamente a Deus para definir a sua natureza com a dimensão infinita do amor. Com isto João deseja dizer que o constitutivo essencial de Deus é o amor e, portanto, toda a atividade de Deus nasce do amor e está orientada para o amor: tudo o que Deus faz é por amor, mesmo se nem sempre podemos compreender imediatamente que Ele é amor, o verdadeiro amor.

Mas, a este ponto é indispensável dar um passo em frente e esclarecer que Deus demonstrou concretamente o seu amor entrando na história humana mediante a pessoa de Jesus Cristo, que encarnou, morreu e ressuscitou por nós. Este é o segundo momento constitutivo do amor de Deus. Ele não se limitou às declarações verbais, mas, podemos dizer, empenhou-se verdadeiramente e "pagou" em primeira pessoa. Como escreve precisamente João, "Tanto amou Deus o mundo (isto é: todos nós) que lhe entregou o seu Filho Unigênito" (Jo 3, 16). Agora, o amor de Deus pelos homens concretiza-se e manifesta-se no amor do próprio Jesus. João escreve ainda: Jesus "que amara os seus que estavam no mundo, levou o seu amor por eles até ao extremo" (Jo 13, 1). Em virtude deste amor oblativo e total nós somos radicalmente resgatados do pecado, como escreve ainda São João: "Filhinhos meus... se alguém pecar, temos junto do Pai um advogado, Jesus Cristo, o Justo, pois Ele é a vítima que expia os nossos pecados, e não somente os nossos, mas também os de todo o mundo" (1 Jo 2, 1-2; cf. 1 Jo 1, 7). Eis até onde chegou o amor de Jesus por nós: até à efusão do próprio sangue para a nossa salvação! O cristão, detendo-se em contemplação diante deste "excesso" de amor, não pode deixar de refletir sobre qual é a resposta obrigatória. E penso que sempre e de novo cada um de nós deve interrogar-se sobre isto.

Esta pergunta introduz-nos no terceiro momento da dinâmica do amor: de destinatários receptivos de um amor que nos precede e nos domina, somos chamados ao compromisso de uma resposta ativa, que para ser adequada só pode ser uma resposta de amor. João fala de um "mandamento". De fato, ele refere estas palavras de Jesus: "Dou-vos um novo mandamento: que vos ameis uns aos outros; que vos ameis uns aos outros assim como Eu vos amei" (Jo 13, 34). Onde está a novidade à qual Jesus se refere Ela consiste no fato de que não se contenta de repetir o que já era exigido no Antigo Testamento e que lemos nos outros Evangelhos: "Ama o próximo como a ti mesmo" (Lv 19, 18; cf. Mt 22, 37-39; Mc 12, 29-31; Lc 10, 27). No anti-

go preceito o critério normativo era presumido a partir do homem ("como a ti mesmo"), enquanto que no preceito mencionado por João, Jesus apresenta como motivo e norma do nosso amor a sua própria pessoa: "Como Eu vos amei". É assim que o amor se torna verdadeiramente cristão, levando em si a novidade do cristianismo: quer no sentido de que ele deve destinar-se a todos sem distinções, quer porque deve sobretudo chegar até às últimas consequências, tendo unicamente como medida chegar ao extremo. Aquelas palavras de Jesus, "como Eu vos amei", convidam-nos e ao mesmo tempo preocupam-nos; são uma meta cristológica que pode parecer inalcançável, mas são, ao mesmo tempo, um estímulo que não nos permite acomodar-nos no que podemos realizar. Não permite que nos contentemos do que somos, mas estimula-nos a permanecer a caminho rumo a esta meta.

Aquele texto áureo de espiritualidade que é o pequeno livro do final da Idade Média intitulado Imitação de Cristo escreve a este propósito: "O nobre amor de Jesus estimula-nos a realizar coisas grandes e a desejar coisas sempre mais perfeitas. O amor quer estar no alto e não ser aprisionado por baixeza alguma. O amor quer ser livre e separado de qualquer afeto mundano... de fato, o amor nasceu de Deus, e só pode repousar em Deus acima de todas as coisas criadas. Quem ama voa, corre e rejubila, é livre, e nada o retém. Dá tudo a todos e tem tudo em todas as coisas, porque encontra repouso no Único grande que está acima de todas as coisas, do qual brota e provém qualquer bem" (livro III, cap. 5). Qual melhor comentário do que o "mandamento novo", enunciado por João Pedimos ao Pai que o possamos viver, mesmo se sempre de modo imperfeito, tão intensamente que contagiemos a todos os que encontrarmos no nosso caminho.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 16 de Agosto de 2006

Solenidade da Assunção da Bem-Aventurada Virgem Maria

Queridos irmãos e irmãs!

O nosso habitual encontro semanal da quarta-feira tem lugar hoje ainda no clima da solenidade da Assunção da Bem-Aventurada Virgem Maria. Por conseguinte, gostaria de vos convidar a dirigir o olhar, mais uma vez, para a nossa Mãe celeste, que ontem a liturgia nos fez contemplar triunfante com Cristo no Céu. Esta festa foi sempre muito sentida pelo povo cristão, desde os primeiros séculos do cristianismo; como se sabe, ela celebra a glorificação também corporal daquela criatura que Deus escolheu como sua Mãe e que Jesus na Cruz deu como Mãe a toda a humanidade. A Assunção recorda um mistério que diz respeito a cada um de nós porque, como afirma o Concílio Vaticano II, Maria "brilha como sinal de esperança segura e de consolação aos olhos do Povo de Deus peregrino" (Lumen gentium, 68). Mas estamos de tal forma absorvidos pelas vicissitudes de todos os dias que nos esquecemos por vezes desta confortadora realidade espiritual, que constitui uma importante verdade de fé.

Então como fazer para que este sinal luminoso de esperança seja sentido cada vez mais por todos nós e pela hodierna sociedade? Hoje, há quem viva como se nunca tivesse que morrer ou como se tudo terminasse com a morte; alguns comportam-se considerando que o homem é o único artífice do próprio destino, como se Deus não existisse, chegando algumas vezes até a negar que há espaço para Ele no nosso mundo. Os grandes sucessos da técnica e da ciência, que melhoraram notavelmente a condição da humanidade, deixam contudo sem solução as perguntas mais profundas do coração humano. Só a abertura ao mistério de Deus, que é Amor, pode satisfazer a sede de verdade e de felicidade do nosso coração; só a perspectiva da eternidade pode dar autêntico valor aos acontecimentos históricos e sobretudo ao mistério da fragilidade humana, do sofrimento e da morte.

Ao contemplar Maria na glória celeste, compreendemos que também para nós a terra não é a pátria definitiva e que, se vivermos voltados para os bens eternos, um dia partilharemos a sua mesma glória e também a terra se tornará mais bela. Por isso, mesmo se entre numerosas dificuldades quotidianas não devemos perder a serenidade e a paz. O sinal luminoso da Assunta ao céu resplandece ainda mais quando parecem acumular-se no horizonte sombras tristes de sofrimento e de violência. Disto temos a certeza: do alto, Maria acompanha os nossos passos com doce trepidação, alenta-nos nos momentos incertos e de tempestade, tranquiliza-nos com a sua mão materna. Amparados por esta certeza, prossigamos confiantes o nosso caminho de

compromisso cristão aonde a Providência nos guiar. Continuemos, sob a guia de Maria, a nossa vida.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 23 de Agosto de 2006

João, o vidente de Patmos

Queridos irmãos e irmãs!

Na última catequese tínhamos chegado à meditação sobre a figura do Apóstolo João. Primeiro, tínhamos procurado ver quanto se pode saber da sua vida. Depois, numa segunda catequese, tínhamos meditado acerca do conteúdo central do seu Evangelho, das suas Cartas: a caridade, o amor. E hoje estamos ainda empenhados com a figura de João, desta vez para meditar sobre o Vidente do Apocalipse. E fazemos imediatamente uma observação: enquanto nem o Quarto Evangelho nem as Cartas atribuídas ao Apóstolo trazem o seu nome, o Apocalipse faz referência ao nome de João por quatro vezes (cf. 1, 1.4.9; 22, 8). É evidente que o Autor, por um lado, não tinha motivo algum para não mencionar o próprio nome e, por outro, sabia que os seus primeiros leitores o podiam identificar com clareza. Sabemos também que, já no século III, os estudiosos discutiam sobre a verdadeira identidade anagráfica do João do Apocalipse. Contudo, poderíamos também chamá-lo "o Vidente de Patmos", porque a sua figura está ligada com o nome desta ilha do Mar Egeu, onde, segundo o seu próprio testemunho autobiográfico, ele se encontrava como deportado "por causa da palavra de Deus e do testemunho d Jesus" (Ap 1, 9). Precisamente em Patmos, "no dia do Senhor, o espírito arrebatou-me" (Ap 1, 10), João teve visões grandiosas e ouviu mensagens extraordinárias, que influenciarão bastante a história da Igreja e toda a cultura cristã. Por exemplo, do título do seu livro Apocalipse, Revelação foram introduzidas na nossa linguagem as palavras "apocalipse, apocalíptico", que recordam, embora de modo impróprio, a ideia de uma catástrofe iminente.

O livro deve ser compreendido no quadro da dramática experiência das sete Igrejas da Ásia (Éfeso, Esmirna, Pérgamo, Tiatira, Sardes, Filadélfia, Laodicéia), que nos finais do século I tiveram que enfrentar grandes dificuldades perseguições e tensões também internas no seu testemunho a Cristo. João dirige-se a elas mostrando profunda sensibilidade pastoral em relação aos cristãos perseguidos, que ele exorta a permanecer firmes na fé e a não se identificarem com o mundo pagão, tão forte. O seu objeto é constituído em definitiva pela revelação, a partir da morte e ressurreição de Cristo, do sentido da história humana. De fato, a primeira e fundamental visão de João refere-se à figura do Cordeiro, que é imolado mas que está de pé (cf. Ap 5, 6), colocado no meio do trono onde já está sentado o próprio Deus. Com isto, João quer dizer-nos antes de tudo duas coisas: a primeira é que Jesus, mesmo tendo sido morto com um ato de violência, em vez de cair no chão paradoxalmente está bem firme sobre os seus pés,

porque com a ressurreição venceu definitivamente a morte; a outra é que o próprio Jesus, precisamente porque morto e ressuscitado, já é plenamente partícipe do poder real e salvífico do Pai. Esta é a visão fundamental. Jesus, o Filho de Deus, nesta terra é um Cordeiro indefeso, ferido, morto. E contudo está erguido, de pé, está diante do trono de Deus e é partícipe do poder divino. Ele tem nas suas mãos a história do mundo. E assim o Vidente quer dizer-nos: tende confiança em Jesus, não tenhais medo dos poderes contrastantes, da perseguição! O Cordeiro ferido e morto vence! Segui o Cordeiro Jesus, confiai-vos a Jesus, caminhai pelo seu caminho! Mesmo se neste mundo é só um Cordeiro que parece frágil, é Ele o vencedor!

Uma das principais visões do Apocalipse tem por objeto este Cordeiro no ato de abrir um livro, primeiro fechado com sete selos que ninguém tinha sido capaz de abrir. João é inclusivamente apresentado no gesto de abrir o livro e de o ler (cf. Ap 5, 4). A história permanece indecifrável, incompreensível. Ninguém a pode ler. Talvez este pranto de João diante do mistério da história tão obscuro expresse a perturbação das Igrejas asiáticas pelo silêncio de Deus diante das perseguições a que estavam expostas naquele momento. É uma perturbação na qual se pode refletir bem o nosso horror face às graves dificuldades, incompreensões e hostilidades que também hoje a Igreja sofre em várias partes do mundo. São sofrimentos que a Igreja sem dúvida não merece, assim como o próprio Jesus não mereceu o seu suplício. Contudo eles revelam quer a maldade do homem, quando se abandona às sugestões do mal, quer a orientação superior dos acontecimentos por parte de Deus. Pois bem, só o Cordeiro imolado é capaz de abrir o livro selado e de revelar o seu conteúdo, de dar sentido a esta história aparentemente com tanta frequência absurda. Só Ele pode tirar indicações e ensinamentos para a vida dos cristãos, aos quais a sua vitória sobre a morte traz o anúncio e a garantia da vitória que também eles sem dúvida obterão. Toda a linguagem intensamente imaginária da qual João se serve oferece este conforto.

No centro das visões que o Apocalipse expõe estão também aquelas muito significativas da Mulher que dá à luz um Filho varão, e a complementar do Dragão precipitado do céu, mas ainda é muito poderoso. Esta Mulher representa Maria, a Mãe do Redentor, mas representa ao mesmo tempo toda a Igreja, o Povo de Deus de todos os tempos, a Igreja que em todos os tempos, com grande sofrimento, dá à luz Cristo sempre de novo. E está sempre ameaçada pelo poder do Dragão. Parece indefesa, frágil. Mas enquanto está ameaçada, perseguida pelo Dragão está também protegida pela consolação de Deus. E esta Mulher no final vence. O Dragão não vence. Eis a grande profecia deste livro, que nos dá confiança! A Mulher que sofre na história, a Igreja que é perseguida no final torna-se a Esposa maravilhosa, figura da nova Jeru-

salém onde não há mais lágrimas nem pranto, imagem do mundo transformado, do novo mundo cuja luz é o próprio Deus, cuja lâmpada é o Cordeiro.

Por este motivo o Apocalipse de João, mesmo estando cheio de referências contínuas a sofrimentos, tribulações e pranto a face obscura da história está de igual modo repleto de frequentes cantos de louvor, que representam quase a face luminosa da história. Assim, por exemplo, lê-se nele que uma grande multidão, que canta quase gritando: "Aleluia! O Senhor nosso Deus, o Todo-Poderoso, começou o seu reinado! Alegremo-nos, rejubilemos, dêmos-lhe glória, porque chegou o momento das núpcias do Cordeiro, a sua esposa já está pronta" (Ap 19, 6-7). Estamos diante do típico paradoxo cristão, segundo o qual o sofrimento nunca precipita como última palavra, mas é visto como ponto de passagem para a felicidade. Aliás, ele mesmo já está misteriosamente cheio da alegria que brota da esperança. Precisamente por isto João, o Vidente de Patmos, pode encerrar o seu livro com uma última aspiração, palpitante de expectativa trepidante. Ela invoca a vinda do Senhor: "Vinde, Senhor Jesus!" (Ap 22, 20). É uma das orações centrais da cristandade nascente, traduzida também por São Paulo na forma aramaica: "*Marana tha*". E esta oração "Vinde, Senhor Jesus!" (1 Cor 16, 22) tem diversas dimensões. Naturalmente é antes de tudo expectativa da vitória definitiva do Senhor, da nova Jerusalém, do Senhor que vem e transforma o mundo. Mas, ao mesmo tempo, é também oração eucarística: "Vinde Jesus, agora!". E Jesus vem, antecipa esta sua chegada definitiva. Assim com alegria dizemos ao mesmo tempo: "Vinde agora e de modo definitivo!". Esta oração tem também um terceiro significado: "Já viestes, Senhor! Temos a certeza da vossa presença entre nós. É uma experiência jubilosa. "Mas vinde de modo definitivo!". E assim, com São Paulo, com o Vidente de Patmos, com a cristandade nascente, também nós rezamos: "Vinde, Jesus! Vinde e transformai o mundo! Vinde já hoje e vença a paz!" Amém.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 30 de Agosto de 2006

Mateus

Queridos irmãos e irmãs!

Prosseguindo a série de retratos dos doze Apóstolos, que começámos há algumas semanas, hoje detemo-nos em Mateus. Na verdade, apresentar completamente a sua figura é quase impossível, porque as notícias que lhe dizem respeito são poucas e fragmentadas. Mas o que podemos fazer, não é tanto um esboço da sua biografia, mas ao contrário o perfil que o Evangelho transmite.

Entretanto, ele está sempre presente nos elencos dos Doze escolhidos por Jesus (cf. Mt 10, 3; Mc 3, 18; Lc 6, 15; At 1, 13). O seu nome hebraico significa "dom de Deus". O primeiro Evangelho canônico, que tem o seu nome, apresenta-no-lo no elenco dos Doze com uma qualificação bem clara: "o publicano" (Mt 10, 3). Desta forma ele é identificado com o homem sentado no banco dos impostos, que Jesus chama ao seu seguimento: "Partindo dali, Jesus viu um homem chamado Mateus, sentado no posto de cobrança, e disse-lhe: "Segue-me!". Ele levantou-se e seguiu-o" (Mt 9, 9). Também Marcos (cf. 2, 13-17) e Lucas (cf. 5, 27-30) narram a chamada do homem sentado no posto de cobrança, mas chamam-no "Levi". Para imaginar o cenário descrito em Mt 9, 9 é suficiente recordar a magnífica tela de Caravaggio, conservada aqui em Roma na Igreja de São Luís dos Franceses. Dos Evangelhos sobressai um ulterior pormenor biográfico: no trecho que precede imediatamente a narração da chamada é referido um milagre realizado por Jesus em Cafarnaum (cf. Mt 9, 1-8; Mc 2, 1-12) e é mencionada a proximidade do Mar da Galileia, isto é do Lago de Tiberíades (cf. Mc 2, 13-14). Disto pode deduzir-se que Mateus desempenhasse a função de cobrador em Cafarnaum, situada precisamente "à beira-mar" (Mt 4, 13), onde Jesus era hóspede fixo na casa de Pedro.

Com base nestas simples constatações que resultam do Evangelho podemos fazer algumas reflexões. A primeira é que Jesus acolhe no grupo dos seus íntimos um homem que, segundo as concepções em vigor na Israel daquele tempo, era considerado um público pecador. De fato, Mateus não só administrava dinheiro considerado impuro devido à sua proveniência de pessoas estranhas ao povo de Deus, mas colaborava também com uma autoridade estrangeira odiosamente ávida, cujos tributos podiam ser determinados também de modo arbitrário. Por estes motivos, mais de uma vez os Evangelhos falam unitariamente de "publicanos e pecadores" (Mt 9, 10; Lc 15, 1), de "publicanos e prostitutas" (Mt 21, 31). Além disso eles vêem nos publicanos um exemplo de mesquinhez (cf. Mt 5, 46: amam os que os amam) e mencionam

um deles, aqueu, como "chefe dos publicanos e rico" (Lc 19, 2), enquanto a opinião popular os associava a "ladrões, injustos, adúlteros" (Lc 18, 11). É ressaltado um primeiro dado com base nestes elementos: Jesus não exclui ninguém da própria amizade. Ao contrário, precisamente porque se encontra à mesa em casa de Mateus-Levi, em resposta a quem falava de escândalo pelo fato de ele frequentar companhias pouco recomendáveis, pronuncia a importante declaração: "Não são os que têm saúde que precisam de médico, mas sim os enfermos. Eu não vim chamar os justos, mas os pecadores" (Mc 2, 17).

O bom anúncio do Evangelho consiste precisamente nisto: na oferenda da graça de Deus ao pecador! Noutro texto, com a célebre parábola do fariseu e do publicano que foram ao Templo para rezar, Jesus indica inclusivamente um anônimo publicano como exemplo apreciável de confiança humilde na misericórdia divina: enquanto o fariseu se vangloria da própria perfeição moral, "o cobrador de impostos... nem sequer ousava levantar os olhos para o céu, mas batia no peito, dizendo: "Deus, tem piedade de mim, que sou pecador"". E Jesus comenta: "Digo-vos: Este voltou justificado para sua casa, e o outro não. Porque todo aquele que se exalta será humilhado, e quem se humilha será exaltado" (Lc 18, 13-14). Na figura de Mateus, portanto, os Evangelhos propõem-nos um verdadeiro e próprio paradoxo: quem aparentemente está afastado da santidade pode até tornar-se um modelo de acolhimento da misericórdia de Deus e deixar entrever os seus maravilhosos efeitos na própria existência. Em relação a isto, São João Crisóstomo faz uma significativa anotação: ele observa que só na narração de algumas chamadas se menciona o trabalho que as pessoas em questão desempenhavam. Pedro, André, Tiago e João são chamados quando estão a pescar, Mateus precisamente quando cobra os impostos. Trata-se de trabalhos de pouca importância comenta Crisóstomo "porque não há nada mais detestável do que um cobrador de impostos e nada de mais comum do que a pesca" (In Matth. Hom.: PL 57, 363). A chamada de Jesus chega portanto também a pessoas de baixo nível social, enquanto desempenham o trabalho quotidiano.

Outra reflexão, que provém da narração evangélica, é que à chamada de Jesus, Mateus responde imediatamente: "ele levantou-se e seguiu-o". A condensação da frase ressalta claramente a prontidão de Mateus ao responder à chamada. Isto significava para ele o abandono de todas as coisas, sobretudo do que lhe garantia uma fonte de lucro seguro, mesmo se muitas vezes injusto e desonesto. Evidentemente Mateus compreendeu que a familiaridade com Jesus não lhe permitia perseverar em atividades desaprovadas por Deus. Intuiu-se facilmente a aplicação ao presente: também hoje não é admissível o apego a coisas incompatíveis com o seguimento de Jesus, como é o caso das riquezas desonestas. Certa vez Ele disse sem meios termos: "Se queres ser perfeito, vai, vende o que tens, dá o dinheiro aos pobres e terás um

tesouro no Céu; depois, vem e segue-me" (Mt 19, 21). Foi precisamente isto que Mateus fez: levantou-se e seguiu-o! Neste "levantar-se" é legítimo ver o abandono de uma situação de pecado e ao mesmo tempo a adesão consciente a uma existência nova, reta, na comunhão com Jesus.

Por fim, recordamos que a tradição da Igreja antiga concorda na atribuição a Mateus da paternidade do primeiro Evangelho. Isto acontece já a partir de Papias, Bispo de Hierápoles na Frígia por volta do ano 130. Ele escreve: "Mateus reuniu as palavras (do Senhor) em língua hebraica, e cada um as interpretou como podia" (em Eusébio de Cesareia, Hist. eccl. III, 39, 16).

O historiador Eusébio acrescenta esta notícia: "Mateus, que primeiro tinha pregado aos hebreus, quando decidiu ir também a outros povos escreveu na sua língua materna o Evangelho por ele anunciado; assim, procurou substituir com a escrita, junto daqueles dos quais se separava, aquilo que eles perdiam com a sua partida" (ibid., III, 24, 6). Já não temos o Evangelho escrito por Mateus em hebraico ou em aramaico, mas no Evangelho grego que ainda continuamos a ouvir, de certa forma, a voz persuasiva do publicano Mateus que, tendo-se tornado Apóstolo, continua a anunciar-nos a misericórdia salvadora de Deus e ouvimos esta mensagem de São Mateus, meditámo-la sempre de novo para aprender também nós a levantar-nos e a seguir Jesus com determinação.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 6 de Setembro de 2006

Filipe

Queridos irmãos e irmãs!

Prosseguindo no delineamento das fisionomias dos vários Apóstolos, como fazemos há algumas semanas, hoje encontramos Filipe. Nas listas dos Doze, ele é sempre colocado no quinto lugar (assim em Mt 10, 3; Mc 3, 18; Lc 6, 14; At 1, 13), portanto substancialmente entre os primeiros.

Apesar de Filipe ter origens hebraicas, o seu nome é grego, como o de André, e isto é um pequeno sinal de abertura cultural que não se deve subestimar. As notícias que temos sobre ele são-nos fornecidas pelo Evangelho de João. Ele provinha do mesmo lugar de origem de Pedro e de André, isto é, de Betsaida (cf. Jo 1, 44), uma pequena cidade pertencente à tetrarquia de um dos filhos de Herodes, o Grande, também ele chamado Filipe (cf. L c3,1).

O Quarto Evangelho narra que, depois de ter sido chamado por Jesus, Filipe encontra Natanael e diz-lhe: "Encontrámos aquele sobre quem escreveram Moisés, na Lei, e os Profetas: Jesus, filho de José de Nazaré" (Jo 1, 45). Natanael dá uma resposta bastante céptica ("De Nazaré pode vir alguma coisa boa"), perante a qual Filipe não se desencoraja e responde com determinação: "Vem e verás!" (Jo 1, 46). Nesta resposta, breve mas clara, Filipe manifesta as características da verdadeira testemunha: não se contenta em propor o anúncio, como uma teoria, mas interpela diretamente o interlocutor sugerindo-lhe que faça ele mesmo uma experiência pessoal do que foi anunciado. Os mesmos dois verbos são usados pelo próprio Jesus quando dois discípulos de João Batista se aproximam dele para lhe perguntar onde mora. Jesus responde: "Vinde ver" (cf. Jo 1, 38-39).

Podemos pensar que Filipe se dirija também a nós com aqueles dois verbos que exigem um envolvimento pessoal. Também a nós diz o que dissera a Natanael: "Vem e verás". O Apóstolo convida-nos a conhecer Jesus de perto. De fato, a amizade, o verdadeiro conhecer o outro, precisa da proximidade, aliás, de certa forma vive dela. De resto, não se deve esquecer que, segundo o que escreve Marcos, Jesus escolheu os Doze com a finalidade primária que "andassem com Ele" (Mc 3, 14), ou seja, que partilhassem a sua vida e aprendessem diretamente dele não só o estilo do seu comportamento, mas sobretudo quem era Ele realmente. Com efeito, só assim, participando na sua vida, o podiam conhecer e depois anunciar. Mais tarde, na Carta de Paulo aos Efésios, ler-se-á que o importante é "aprender de Cristo" (4, 20), portanto, não só e não tanto ouvir os seus ensinamentos, as suas palavras, mas ainda mais conhecê-lo

pessoalmente, a sua humanidade e divindade, o seu mistério, a sua beleza. De fato, Ele não é só um Mestre, mas um Amigo, ou melhor, um Irmão. Como poderíamos conhecê-lo profundamente permanecendo distantes? A intimidade, a familiaridade, o habitual fazem-nos descobrir a verdadeira identidade de Jesus Cristo. Portanto: é precisamente isto que nos recorda o apóstolo Filipe. E convida-nos a "vir", a "ver", isto é, a entrar num contato de escuta, de resposta e de comunhão de vida com Jesus dia após dia.

Depois, por ocasião da multiplicação dos pães, ele recebeu de Jesus um pedido específico e surpreendente: onde era possível comprar o pão para saciar a fome de todo o povo que o seguia (cf. Jo 6, 5). Então Filipe respondeu com muito realismo: "Duzentos denários de pão não chegam para cada um comer um bocadinho" (Jo 6, 7). Vêem-se aqui a praticidade e o realismo do Apóstolo, que sabe julgar as reais consequências de uma situação. Depois, como correram as coisas nós sabemo-lo. Sabemos que Jesus tomou os pães e, depois de ter rezado, distribuiu-os.

Assim realizou-se a multiplicação dos pães. Mas é interessante que Jesus se tenha dirigido precisamente a Filipe para obter uma primeira indicação sobre o modo de resolver o problema: sinal evidente de que ele fazia parte do grupo limitado que o circundava. Noutro momento, muito importante para a história futura, antes da Paixão, alguns Gregos que se encontravam em Jerusalém para a Páscoa "foram ter com Filipe... e pediram-lhe: "Senhor, nós queremos ver Jesus!". Filipe foi dizer isto a André; André e Filipe foram dizê-lo a Jesus" (Jo 12, 20-22). Mais uma vez, temos a indicação de um seu prestígio especial no âmbito do colégio apostólico. Sobretudo, neste caso, ele serve de intermediário entre o pedido de alguns Gregos provavelmente falava o grego e pôde disponibilizar-se como intérprete e Jesus; Mesmo se ele se une a André, o outro Apóstolo com um nome grego, é contudo a ele que aquelas pessoas desconhecidas se dirigem. Isto ensina-nos a estar também nós sempre prontos, tanto a ouvir pedidos e invocações, de onde quer que venham, como a orientá-los para o Senhor, o único que os pode satisfazer plenamente. Com efeito, é importante saber que nós não somos os destinatários últimos das orações de quem nos aproxima, mas é o Senhor: para ele devemos orientar todo aquele que se encontre em necessidade. Então: cada um de nós deve ser um caminho aberto para ele!

Há depois outra ocasião completamente particular, na qual Filipe entra em cena. Durante a Última Ceia, tendo Jesus afirmado que conhecê-lo significa também conhecer o Pai (cf. Jo 14, 7), Filipe pede quase ingenuamente: "Senhor, mostra-nos o Pai, e isso nos basta!" (Jo 14, 8). Jesus responde-lhe com um tom de indulgente reprovação: "Há tanto tempo que estou convosco, e não me ficaste a conhecer, Filipe Quem me vê, vê o Pai. Como é que me dizes, então,

"mostra-nos o Pai" Não crês que Eu estou no Pai e o Pai está em Mim... Crede-me: Eu estou no Pai e o Pai está em Mim" (Jo 14, 9-11). Estas palavras são as mais nobres do Evangelho de João. Elas contêm uma profunda revelação. No final do Prólogo do seu Evangelho, João afirma: "A Deus jamais alguém o viu. O Filho Unigênito, que é Deus e está no seio do Pai, foi Ele quem o deu a conhecer" (Jo 1, 18). Pois bem, aquela afirmação, que é do evangelista, é retomada e confirmada pelo próprio Jesus. Mas com uma nova característica. De fato, enquanto o Prólogo de João fala de uma intervenção esclarecedora de Jesus mediante as palavras do seu ensinamento, na resposta a Filipe Jesus faz referência à própria pessoa como tal, dando a entender que é possível compreendê-lo não só mediante o que diz, mas ainda mais mediante o que ele simplesmente é.

Para nos expressarmos segundo o paradoxo da Encarnação, podemos dizer que Deus se conferiu um rosto humano, o de Jesus, e por conseguinte de agora em diante, se verdadeiramente queremos conhecer o rosto de Deus, devemos contemplar o rosto de Jesus! No seu semblante vemos realmente quem é e como é Deus!

O evangelista não nos diz se Filipe compreendeu plenamente a frase de Jesus. Sem dúvida, ele dedicou-lhe totalmente a própria vida. Segundo algumas narrações posteriores (Atos de Filipe e outros), o nosso Apóstolo teria evangelizado primeiro na Grécia e depois na Frígia onde enfrentou a morte, em Herápoles, com um suplício descrito diversamente como crucifixão ou lapidação.

Desejamos concluir a nossa reflexão recordando a finalidade para a qual deve tender a nossa vida: encontrar Jesus como o encontrou Filipe, procurando ver nele o próprio Deus, o Pai celeste. Se este compromisso viesse a faltar, seríamos remetidos sempre e só para nós como num espelho, e estaríamos cada vez mais sós! Ao contrário, Filipe ensina-nos a deixar-nos conquistar por Jesus, a estar com Ele e a convidar também outros a partilhar esta companhia indispensável. E vendo-o, encontrando Deus, encontrar a verdadeira vida.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 20 de Setembro de 2006

Viagem Apostólica à Baviera

Queridos irmãos e irmãs!

Gostaria hoje de voltar com o pensamento aos vários momentos da viagem pastoral que o Senhor me concedeu realizar, na semana passada, na Baviera. Ao partilhar convosco as emoções e os sentimentos vividos ao visitar de novo os lugares que me são queridos, sinto antes de tudo a necessidade de agradecer a Deus por ter tornado possível esta segunda visita à Alemanha e pela primeira vez à Baviera, minha terra de origem. Estou sinceramente grato também a quantos Pastores, sacerdotes, agentes pastorais, autoridades públicas, organizadores, forças da ordem e voluntários trabalharam com dedicação e paciência para que todos os acontecimentos se desenvolvessem no melhor dos modos. Como disse na chegada ao aeroporto de München, no sábado 9 de Setembro, a finalidade da minha viagem era, na recordação de quantos contribuíram para formar a minha personalidade, reafirmar e confirmar, como Sucessor do apóstolo Pedro, os vínculos estreitos que unem a Sé de Roma com a Igreja na Alemanha. Portanto, a Viagem não foi um simples "regresso" ao passado, mas também uma ocasião providencial para olhar com esperança para o futuro. "Quem acredita nunca está sozinho": O tema da visita queria ser um convite a refletir sobre a pertença de cada batizado à única Igreja de Cristo, no interior da qual nunca se está a sós, mas em constante comunhão com Deus e com todos os irmãos.

A primeira etapa foi a cidade de München, chamada "a Metrópole com o coração" (Weltstadt mit Hertz). No seu centro histórico encontra-se a Marienplatz, a praça de Maria, na qual se eleva a "Mariensäule". A Coluna de Nossa Senhora, que tem no cimo a imagem da Virgem Maria, em bronze dourado. Quis iniciar a minha permanência bávara com a homenagem à Padroeira da Baviera, que para mim tem um valor altamente significativo: ali, naquela praça diante daquele imagem mariana, fui acolhido há cerca de trinta anos como Arcebispo e iniciei a minha missão episcopal com uma oração a Maria; voltei lá no final do meu mandato, antes de partir para Roma.

Agora eu quis deter-me mais uma vez aos pés da Mariensäule para implorar a intercessão e a bênção da Mãe de Deus não só para a cidade de München e para a Baviera, mas para toda a Igreja e para o mundo inteiro. No dia seguinte, domingo, celebrei a Eucaristia na esplanada da "Neue Messe" (Feira Nova) de München, entre os fiéis provenientes em grande número de várias partes: com base no trecho evangélico do dia, recordei a todos que existe uma "debili-

dade de ouvido" em relação a Deus da qual sofremos sobretudo hoje. É tarefa nossa, dos cristãos, num mundo secularizado, proclamar e testemunhar a todos a mensagem de esperança que a fé nos oferece: em Jesus crucificado, Deus, Pai misericordioso, chama-nos a ser seus filhos e a superar qualquer forma de ódio e de violência, a fim de contribuir para o triunfo definitivo do amor.

"Fortalece-nos na fé": foi o tema do encontro da tarde de domingo com as crianças da primeira comunhão e com as suas jovens famílias, com os catequistas, os demais agentes pastorais e quantos cooperam na evangelização da diocese de München. Celebrámos juntos as Vésperas na histórica Catedral, conhecida como "Catedral de Nossa Senhora", onde se encontram conservadas as relíquias de São Beno, padroeiro da Cidade, e onde em 1977 fui ordenado Bispo. Recordei aos pequeninos e aos adultos que Deus não está distante de nós, num lugar inalcançável do universo; ao contrário, em Jesus, Ele aproximou-se de nós para estabelecer com cada um uma relação de amizade. Cada comunidade crista, e em particular a paróquia, graças ao compromisso constante de cada um dos seus membros, está chamada a tornar-se uma grande família, capaz de proceder unida pelo caminho da vida verdadeira.

A segunda-feira, 11 de Setembro, foi em grande parte ocupada pela visita a Altötting, na diocese de Passau. Esta pequena cidade é conhecida como "Hertz Beyerns" (coração da Baviera), e nela está conservada "Nossa Senhora Negra", venerada na Gnadenkapelle (Capela das Graças), meta de numerosos peregrinos provenientes da Alemanha e das nações da Europa central. Nas proximidades encontra-se o convento capuchinho de Santa Ana, onde viveu São Konrad Birndorfer, canonizado pelo meu venerado predecessor, o Papa Pio XI, no ano de 1934. Com os numerosos fiéis presentes na Santa Missa, celebrada na praça diante do Santuário, refletimos juntos sobre o papel de Maria na obra da salvação, para aprender dela a bondade serviçal, a humildade e a aceitação generosa da vontade divina. Maria conduz-nos para Jesus: esta verdade tornou-se ainda mais visível, no final do sacrifício Divino, da devota procissão na qual, levando conosco a imagem de Nossa Senhora, fomos à nova capela da Adoração eucarística (Anbetungskapelle), inaugurada para a ocasião. O dia foi encerrado com as solenes Vésperas marianas na Basílica de Santa Ana de Altötting, na presença de religiosos e seminaristas da Baviera juntamente com os membros da Obra das Vocações.

No dia seguinte, terça-feira, em Regensburg, diocese erigida por São Bonifácio em 739 e que tem como padroeiro o Bispo São Wolfgang, foram realizados três encontros importantes. De manhã, a Santa Missa no Islinger Feld, durante a qual, retomando o tema da visita pastoral "Quem acredita nunca está sozinho", refletimos sobre o conteúdo do Símbolo da fé. Deus, que é Pai, deseja reunir, mediante Jesus Cristo, toda a humanidade numa única família, a Igreja.

Por isso, quem acredita nunca está sozinho; quem crê não deve temer de terminar num beco sem saída.

Depois, à tarde, estive na Catedral de Regensburg, conhecida também pelo seu coro de vozes brancas, os "Domspatzen" (passarinhos da Catedral), que se orgulha pelos seus mil anos de atividade e que durante trinta anos foi dirigido pelo meu irmão Georg. Ali foi realizada a celebração ecumênica das Vésperas, na qual participaram numerosos representantes de várias Igrejas e Comunidades eclesiais na Baviera e os membros da Comissão ecumênica da Conferência Episcopal Alemã. Foi uma ocasião providencial para rezar juntos, para que se apresse a plena unidade entre todos os discípulos de Cristo e para reafirmar o dever de proclamar a nossa fé em Jesus Cristo sem atenuações, mas de maneira integral e clara, e sobretudo para o nosso comportamento de amor sincero.

Uma experiência particularmente bela naquele dia foi para mim poder pronunciar um discurso perante um grande auditório de professores e de estudantes da Universidade de Regensburg, onde durante muitos anos fui professor. Pude encontrar-me com alegria mais uma vez com o mundo universitário que, durante um longo período da minha vida, foi a minha pátria espiritual. Como tema tinha escolhido a questão da relação entre fé e razão. Para introduzir o auditório na dramaticidade e na atualidade do tema, citei algumas palavras de um diálogo cristão-islâmico do século XIV, com as quais o interlocutor cristão o imperador bizantino Manuel II Paleólogo de maneira para nós incompreensivelmente brusca apresentou ao interlocutor islâmico o problema da relação entre religião e violência. Esta citação, infelizmente, pude prestar-se a ser equivocada. Mas, ao leitor atento do meu texto, é claro que eu não pretendi de modo algum fazer minhas as palavras negativas pronunciadas pelo imperador medieval neste diálogo e que o seu conteúdo polêmico não expressava a minha convicção pessoal. A minha intenção era muito diferente: partindo de quanto Manuel II diz sucessivamente de modo positivo, com uma palavra muito bela, sobre a racionalidade que deve guiar na transmissão da fé, eu quis explicar que não é a religião e a violência que caminham juntas, mas sim, religião e razão. O tema da minha conferência respondendo à missão da Universidade foi portanto a relação entre fé e razão: pretendia convidar ao diálogo da fé cristã com o mundo moderno e ao diálogo de todas as culturas e religiões. Espero que nas diversas ocasiões da minha visita por exemplo, quando em München frisei como é importante respeitar aquilo que para os outros é sacro tenha sobressaído com clareza o profundo respeito que sinto pelas grandes religiões e, sobretudo, pelos muçulmanos, que "adoram o único Deus" e com os quais estamos comprometidos a "defender e promover juntos, para todos os homens, a justiça social, os valores morais, a paz e a liberdade" (*Nostra Aetate*, 3). Por conseguinte, tenho esperança em que, depois

das reações do primeiro momento, as minhas palavras na Universidade de Regensburg possam constituir um estímulo e um encorajamento para um diálogo positivo, também autocrítico, quer entre as religiões quer entre a razão moderna e a fé dos cristãos.

Na manhã do dia seguinte, 13 de Setembro, na "Alte Kapelle" (Capela Antiga) de Regensburg, na qual se encontra conservada uma imagem milagrosa de Maria, pintada segundo a tradição local pelo evangelista Lucas, presidi a uma breve liturgia para a bênção do novo órgão. Inspirando-me na estrutura deste instrumento musical formado por muitos tubos de dimensões diferentes, mas todos bem harmonizados entre si, recordei aos presentes a necessidade de que os vários ministérios, dons e carismas ativos na Comunidade eclesial convirjam todos, sob a guia do Espírito Santo, para formar a única harmonia do louvor a Deus e ao amor pelos irmãos.

Na quinta-feira, 14 de Setembro, a cidade de Freising constituiu a última etapa. Sinto-me particularmente ligado a ela porque fui ordenado sacerdote precisamente na sua catedral, dedicada a Maria Santíssima e a São Korbiniano, o evangelizador da Baviera. E precisamente na Catedral foi realizada a última parte em programa, o encontro com os sacerdotes e com os diáconos permanentes. Ao reviver as emoções da minha Ordenação sacerdotal, recordei aos presentes o dever de colaborar com o Senhor para suscitar novas vocações ao serviço da "messe" que também hoje é "grande", e exortei-os a cultivar a vida interior como prioridade pastoral, para não perder o contato com Cristo, fonte de alegria no labor quotidiano do ministério.

Na cerimónia de despedida, ao agradecer mais uma vez a quantos colaboraram para a realização da visita, recordei de novo a sua finalidade principal: repropor aos meus concidadãos as verdades eternas do Evangelho e confirmar os crentes na adesão a Cristo, Filho de Deus encarnado, morto e ressuscitado por nós. Ajude-nos Maria, Mãe da Igreja, a abrir o coração e a mente Àquele que é "o Caminho, a Verdade e a Vida" (Jo 14, 16). Por isto rezei e para isto convido todos vós, amados irmãos e irmãs, a continuar a rezar, agradecendo-vos cordialmente pelo afeto com que me acompanhais no meu ministério pastoral quotidiano. Obrigado a todos vós.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 27 de Setembro de 2006

Tomé

Queridos irmãos e irmãs!

Prosseguindo os nossos encontros com os doze Apóstolos escolhidos diretamente por Jesus, hoje dedicamos a nossa atenção a Tomé. Sempre presente nas quatro listas contempladas pelo Novo Testamento, ele, nos primeiros três Evangelhos, é colocado ao lado de Mateus (cf. Mt 10, 3; Mc 3, 18; Lc 6, 15), enquanto nos Atos está próximo de Filipe (cf. At 1, 13). O seu nome deriva de uma raiz hebraica, *ta'am*, que significa "junto", "gémeo". De fato, o Evangelho chama-o várias vezes com o sobrenome de "Dídimo" (cf. Jo 11, 16; 20, 24; 21, 2), que em grego significa precisamente "gémeo". Não é claro o porquê deste apelativo.

Sobretudo o Quarto Evangelho oferece-nos informações que reproduzem alguns traços significativos da sua personalidade. O primeiro refere-se à exortação, que ele fez aos outros Apóstolos, quando Jesus, num momento crítico da sua vida, decidiu ir a Betânia para ressuscitar Lázaro, aproximando-se assim perigosamente de Jerusalém (cf. Mc 10, 32). Naquela ocasião Tomé disse aos seus condiscípulos: "Vamos nós também, para morrermos com Ele" (Jo 11, 16).

Esta sua determinação em seguir o Mestre é deveras exemplar e oferece-nos um precioso ensinamento: revela a disponibilidade total a aderir a Jesus, até identificar o próprio destino com o d'Ele e querer partilhar com Ele a prova suprema da morte. De fato, o mais importante é nunca separar-se de Jesus. Por outro lado, quando os Evangelhos usam o verbo "seguir" é para significar que para onde Ele se dirige, para lá deve ir também o seu discípulo. Deste modo, a vida cristã define-se como uma vida com Jesus Cristo, uma vida a ser transcorrida juntamente com Ele. São Paulo escreve algo semelhante, quando tranquiliza os cristãos de Corinto com estas palavras: "estais no nosso coração para a vida e para a morte" (2 Cor 7, 3). O que se verifica entre o Apóstolo e os seus cristãos deve, obviamente, valer antes de tudo para a relação entre os cristãos e o próprio Jesus: morrer juntos, viver juntos, estar no seu coração como Ele está no nosso.

Uma segunda intervenção de Tomé está registada na Última Ceia. Naquela ocasião Jesus, predizendo a sua partida iminente, anuncia que vai preparar um lugar para os discípulos para que também eles estejam onde Ele estiver; e esclarece: "E, para onde Eu vou, vós sabeis o caminho" (Jo 14, 4). É então que Tomé intervém e diz: "Senhor, não sabemos para onde vais, como podemos nós saber o caminho" (Jo 14, 5). Na realidade, com esta expressão ele coloca-

se a um nível de compreensão bastante baixo; mas estas suas palavras fornecem a Jesus a ocasião para pronunciar a célebre definição: "Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida" (Jo 14, 6). Portanto, Tomé é o primeiro a quem é feita esta revelação, mas ela é válida também para todos nós e para sempre. Todas as vezes que ouvimos ou lemos estas palavras, podemos colocar-nos com o pensamento ao lado de Tomé e imaginar que o Senhor fala também conosco como falou com ele.

Ao mesmo tempo, a sua pergunta confere também a nós o direito, por assim dizer, de pedir explicações a Jesus. Com frequência nós não o compreendemos. Temos a coragem para dizer: não te compreendo, Senhor, ouve-me, ajuda-me a compreender. Desta forma, com esta franqueza que é o verdadeiro modo de rezar, de falar com Jesus, exprimimos a insuficiência da nossa capacidade de compreender, ao mesmo tempo colocamo-nos na atitude confiante de quem espera luz e força de quem é capaz de as doar.

Depois, muito conhecida e até proverbial é a cena de Tomé incrédulo, que aconteceu oito dias depois da Páscoa. Num primeiro momento, ele não tinha acreditado em Jesus que apareceu na sua ausência, e dissera: "Se eu não vir o sinal dos pregos nas suas mãos e não meter o meu dedo nesse sinal dos pregos e a minha mão no seu peito, não acredito" (Jo 20, 25). No fundo, destas palavras sobressai a convicção de que Jesus já é reconhecível não tanto pelo rosto quanto pelas chagas. Tomé considera que os sinais qualificadores da identidade de Jesus são agora sobretudo as chagas, nas quais se revela até que ponto Ele nos amou. Nisto o Apóstolo não se engana. Como sabemos, oito dias depois Jesus aparece no meio dos seus discípulos, e desta vez Tomé está presente. E Jesus interpela-o: "Põe teu dedo aqui e vê minhas mãos! Estende tua mão e põe-na no meu lado e não sejas incrédulo, mas crê!" (Jo 20, 27). Tomé reage com a profissão de fé mais maravilhosa de todo o Novo Testamento: "Meu Senhor e meu Deus!" (Jo 20, 28). A este propósito, Santo Agostinho comenta: Tomé via e tocava o homem, mas confessava a sua fé em Deus, que não via nem tocava. Mas o que via e tocava levava-o a crer naquilo de que até àquele momento tinha duvidado" (In Iohann. 121, 5). O evangelista prossegue com uma última palavra de Jesus a Tomé: "Porque me viste, acreditaste. Felizes os que, sem terem visto, crerão" (cf. Jo 20, 29). Esta frase também se pode conjugar no presente; "Bem aventurados os que crêem sem terem visto".

Contudo, aqui Jesus enuncia um princípio fundamental para os cristãos que virão depois de Tomé, portanto para todos nós. É interessante observar como o grande teólogo medieval Tomás de Aquino, compara com esta fórmula de bem-aventurança aquela aparentemente oposta citada por Lucas: "Felizes os olhos que vêem o que estais a ver" (Lc 10, 23). Mas o Aquinate comenta: "Merece muito mais quem crê sem ver do que quem crê porque vê" (In Johann. XX

lectio VI 2566). De fato, a Carta aos Hebreus, recordando toda a série dos antigos Patriarcas bíblicos, que acreditaram em Deus sem ver o cumprimento das suas promessas, define a fé como "fundamento das coisas que se esperam e comprovação das que não se vêem" (11, 1). O caso do Apóstolo Tomé é importante para nós pelo menos por três motivos: primeiro, porque nos conforta nas nossas inseguranças; segundo porque nos demonstra que qualquer dúvida pode levar a um êxito luminoso além de qualquer incerteza; e por fim, porque as palavras dirigidas a ele por Jesus nos recordam o verdadeiro sentido da fé madura e nos encorajam a prosseguir, apesar das dificuldades, pelo nosso caminho de adesão a Ele.

Uma última anotação sobre Tomé é-nos conservada no Quarto Evangelho, que o apresenta como testemunha do Ressuscitado no momento seguinte à pesca milagrosa no Lago de Tiberíades (cf. Jo 21, 2). Naquela ocasião ele é mencionado inclusivamente logo depois de Simão Pedro: sinal evidente da grande importância de que gozava no âmbito das primeiras comunidades cristãs. Com efeito, em seu nome foram escritos depois os Atos e o Evangelho de Tomé, ambos apócrifos mas contudo importantes para o estudo das origens cristãs. Por fim recordamos que segundo uma antiga tradição, Tomé evangelizou primeiro a Síria e a Pérsia (assim refere já Orígenes, citado por Eusébio de Cesareia, Hist. eccl. 3, 1) depois foi até à Índia ocidental (cf. Atos de Tomé 1-2 e 17ss.), de onde enfim alcançou também a Índia meridional. Nesta perspectiva missionária terminamos a nossa reflexão, expressando votos de que o exemplo de Tomé corrobore cada vez mais a nossa fé em Jesus Cristo, nosso Senhor e nosso Deus.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 4 de Outubro de 2006

Bartolomeu

Queridos irmãos e irmãs!

Na série dos Apóstolos chamados por Jesus durante a sua vida terrena, hoje quem atrai a nossa atenção é o apóstolo Bartolomeu. Nos antigos elencos dos Doze ele é sempre colocado antes de Mateus, enquanto varia o nome daquele que o precede e que pode ser Filipe (cf. Mt 10, 3; Mc 3, 18; Lc 6, 14) ou Tomé (cf. At 1, 13). O seu nome é claramente um patronímico, porque é formulado com uma referência explícita ao nome do pai. De fato, trata-se de um nome provavelmente com uma marca aramaica, *Bar Talmay*, que significa precisamente "filho de Talmay".

Não temos notícias de relevo acerca de Bartolomeu; com efeito, o seu nome recorre sempre e apenas no âmbito dos elencos dos Doze acima citados e, por conseguinte, nunca está no centro de narração alguma. Mas, tradicionalmente ele é identificado com Natanael: um nome que significa "Deus deu". Este Natanael provinha de Caná (cf. Jo 21, 2), e portanto é possível que tenha sido testemunha do grande "sinal" realizado por Jesus naquele lugar (cf. Jo 2, 1-11). A identificação das duas personagens provavelmente é motivada pelo fato que este Natanael, no episódio de vocação narrada pelo Evangelho de João, é colocado ao lado de Filipe, isto é, no lugar que Bartolomeu ocupa nos elencos dos Apóstolos narrados pelos outros Evangelhos. Filipe tinha comunicado a este Natanael que encontrara "aquele sobre quem escreveram Moisés, na Lei, e os profetas: Jesus, filho de José de Nazaré" (Jo 1, 45). Como sabemos, Natanael atribuiu-lhe um preconceito bastante pesado: "De Nazaré pode vir alguma coisa boa" (Jo 1, 46a). Esta espécie de contestação é, à sua maneira, importante para nós. De fato, ela mostra-nos que segundo as expectativas judaicas, o Messias não podia provir de uma aldeia tanto obscura como era precisamente Nazaré (veja também Jo 7, 42). Mas, ao mesmo tempo realça a liberdade de Deus, que surpreende as nossas expectativas fazendo-se encontrar precisamente onde não o esperávamos. Por outro lado, sabemos que Jesus na realidade não era exclusivamente "de Nazaré", pois tinha nascido em Belém (cf. Mt 2, 1; Lc 2, 4) e que por fim provinha do céu, do Pai que está no céu.

Outra reflexão sugere-nos a vicissitude de Natanael: na nossa relação com Jesus não devemos contentar-nos unicamente com as palavras. Filipe, na sua resposta, faz um convite significativo: "Vem e verás!" (Jo 1, 46b). O nosso conhecimento de Jesus precisa sobretudo de uma experiência viva: o testemunho de outrem é certamente importante, porque normalmente toda

a nossa vida cristã começa com o anúncio que chega até nós por obra de uma ou de várias testemunhas. Mas depois devemos ser nós próprios a deixar-nos envolver pessoalmente numa relação íntima e profunda com Jesus; de maneira análoga os Samaritanos, depois de terem ouvido o testemunho da sua concidadã que Jesus tinha encontrado ao lado do poço de Jacó, quiseram falar diretamente com Ele e, depois deste colóquio, disseram à mulher: "Já não é pelas tuas palavras que acreditamos, nós próprios ouvimos e sabemos que Ele é verdadeiramente o Salvador do mundo" (Jo 4, 42).

Voltando ao cenário de vocação, o evangelista refere-nos que, quando Jesus vê Natanael aproximar-se exclama: "Aqui está um verdadeiro Israelita, em quem não há fingimento" (Jo 1, 47). Trata-se de um elogio que recorda o texto de um Salmo: "Feliz o homem a quem Iahweh não atribui iniquidade" (Sl 32, 2), mas que suscita a curiosidade de Natanael, o qual responde com admiração: "Como me conheces" (Jo 1, 48a). A resposta de Jesus não é imediatamente compreensível. Ele diz: "Antes que Filipe te chamasse, eu te vi quando estavas sob a figueira" (Jo 1, 48b). Não sabemos o que aconteceu sob esta figueira. É evidente que se trata de um momento decisivo na vida de Natanael. Ele sente-se comovido com estas palavras de Jesus, sente-se compreendido e compreende: este homem sabe tudo de mim, Ele sabe e conhece o caminho da vida, a este homem posso realmente confiar-me. E assim responde com uma confissão de fé límpida e bela, dizendo: "Rabi, tu és o filho de Deus, tu és o Rei de Israel" (Jo 1, 49). Nela é dado um primeiro e importante passo no percurso de adesão a Jesus. As palavras de Natanael ressaltam um aspecto duplo e complementar da identidade de Jesus: Ele é reconhecido quer na sua relação especial com Deus Pai, do qual é Filho unigênito, quer na relação com o povo de Israel, do qual é proclamado rei, qualificação própria do Messias esperado. Nunca devemos perder de vista nenhuma destas duas componentes, porque se proclamamos apenas a dimensão celeste de Jesus, corremos o risco de o transformar num ser sublime e evanescente, e se ao contrário reconhecemos apenas a sua colocação concreta na história, acabamos por descuidar a dimensão divina que propriamente o qualifica.

Da sucessiva atividade apostólica de Bartolomeu-Natanael não temos notícias claras. Segundo uma informação referida pelo historiador Eusébio do século IV, um certo Panteno teria encontrado até na Índia os sinais de uma presença de Bartolomeu (cf. Hist. eccl., V 10, 3). Na tradição posterior, a partir da Idade Média, impôs-se a narração da sua morte por esfolamento, que se tornou muito popular. Pense-se na conhecidíssima cena do Juízo Universal na Capela Sistina, na qual Michelangelo pintou São Bartolomeu que segura com a mão esquerda a sua pele, sobre a qual o artista deixou o seu auto-retrato. As suas relíquias são veneradas aqui em Roma na Igreja a ele dedicada na Ilha Tiberina, aonde teriam sido levadas pelo Imperador

alemão Otão III no ano de 983. Para concluir, podemos dizer que a figura de São Bartolomeu, mesmo sendo escassas as informações acerca dele, permanece contudo diante de nós para nos dizer que a adesão a Jesus pode ser vivida e testemunhada também sem cumprir obras sensacionais. Extraordinário é e permanece o próprio Jesus, ao qual cada um de nós está chamado a consagrar a própria vida e a própria morte.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 11 de Outubro de 2006

Simão o Cananeu e Judas Tadeu

Queridos irmãos e irmãs!

Hoje tomamos em consideração dois dos doze Apóstolos: Simão o Cananeu e Judas Tadeu (que não se deve confundir com Judas Iscariotes). Consideramo-los juntos, não só porque nas listas dos Doze são sempre mencionados um ao lado do outro (cf. Mt 10, 4; Mc 3, 18; Lc 6, 15; At 1, 13), mas também porque as notícias que a eles se referem não são muitas, exceto o fato que o Cânon neotestamentário conserva uma carta atribuída a Judas Tadeu.

Simão recebe um epíteto que varia nas quatro listas: Mateus qualifica-o como "cananeu", Lucas define-o "zelote". Na realidade, as duas qualificações equivalem-se, porque significam a mesma coisa: na língua hebraica, de fato, o verbo *qanà'* significa "ser zeloso", "dedicado" e pode referir-se quer a Deus, porque é zeloso do povo por ele escolhido (cf. Êx 20, 5), quer a homens que são zelosos no serviço a Deus único com dedicação total, como Elias (cf. 1 Rs 19, 10). Portanto, é possível que este Simão, se não pertencia exatamente ao movimento nacionalista dos Zelotes, tivesse pelo menos como característica um fervoroso zelo pela identidade judaica, por conseguinte, por Deus, pelo seu povo e pela Lei divina. Sendo assim, Simão coloca-se no antípoda de Mateus, que ao contrário, sendo publicano, provinha de uma atividade considerada totalmente impura.

Sinal evidente que Jesus chama os seus discípulos e colaboradores das camadas sociais e religiosas mais diversas, sem exclusão alguma. Ele interessa-se pelas pessoas, não pelas categorias sociais ou pelas atividades! E o mais belo é que no grupo dos seus seguidores, todos, mesmo se diversos, coexistiam, superando as inimagináveis dificuldades: de fato, era o próprio Jesus o motivo de coesão, no qual todos se reencontravam unidos. Isto constitui claramente uma lição para nós, com frequência propensos a realçar as diferenças e talvez as contraposições, esquecendo que em Jesus Cristo nos é dada a força para superar os nossos conflitos. Tenhamos também presente que o grupo dos Doze é a prefiguração da Igreja, na qual devem ter espaço todos os carismas, os povos, as raças, todas as qualidades humanas, que encontram a sua composição e a sua unidade na comunhão com Jesus.

No que se refere depois a Judas Tadeu, ele é chamado assim pela tradição, unindo ao mesmo tempo dois nomes diferentes: de fato, enquanto Mateus e Marcos o chamam simplesmente "Tadeu" (Mt 10, 3; Mc 3, 18), Lucas chama-o "Judas de Tiago" (Lc 6, 16; At 1, 13). O sobrenome Tadeu tem uma derivação incerta e é explicado ou como proveniente do aramaico

taddà', que significa "peito" e, por conseguinte, significaria "magnânimo", ou como abreviação de um nome grego como "Teodoro, Teódoto". Dele são transmitidas poucas coisas. Só João assinala um seu pedido feito a Jesus durante a Última Ceia. Diz Tadeu ao Senhor: "Senhor, como aconteceu que te deves manifestar a nós e não ao mundo". É uma pergunta de grande atualidade, que também nós fazemos ao Senhor: porque o Ressuscitado não se manifestou em toda a sua glória aos seus adversários para mostrar que o vencedor é Deus Por que se manifestou só aos Discípulos A resposta de Jesus é misteriosa e profunda. O Senhor diz: "Se alguém me tem amor, há-de guardar a minha palavra; e o meu Pai o amará, e Nós viremos a ele e nele faremos morada" (Jo 14, 22-23). Isto significa que o Ressuscitado deve ser visto, sentido também com o coração, de modo que Deus possa habitar em nós. O Senhor não se mostra como uma coisa. Ele quer entrar na nossa vida e por isso a sua manifestação é uma manifestação que exige e pressupõe o coração aberto. Só assim vemos o Ressuscitado.

Foi atribuída a Judas Tadeu a paternidade de uma das Cartas do Novo Testamento, que são chamadas "católicas" porque não se destinam a uma determinada Igreja local, mas a um círculo muito amplo de destinatários. De fato, ele dirige-se "aos eleitos amados por Deus Pai e guardados para Jesus Cristo" (v. 1). A preocupação central deste escrito é advertir os cristãos de todos os que, com o pretexto da graça de Deus, desculpam a própria devassidão e para desviar outros irmãos com ensinamentos inaceitáveis, introduzindo divisões dentro da Igreja "deixando-se levar pelo seu delírio" (v. 8), assim define Judas estas suas doutrinas e ideias especiais. Ele compara-os inclusivamente aos anjos caídos, e com palavras fortes diz que "seguiram pelo caminho de Caim" (v. 11). Além disso classifica-os sem reticências como "nuvens sem água que os ventos levam; árvores de outono sem fruto, duas vezes mortas, desarraigadas; ondas furiosas do mar que repelem a espuma da sua torpeza; estrelas errantes condenadas à negrura das trevas eternas" (vv. 12-13).

Talvez hoje nós já não estejamos habituados a usar uma linguagem tão polêmica, que contudo nos diz uma coisa importante. No meio de todas as tentações que existem, com todas as correntes da vida moderna, devemos conservar a identidade da nossa fé. Certamente, o caminho da indulgência e do diálogo, que o Concílio Vaticano II felizmente empreendeu, deve ser sem dúvida prosseguida com uma constância firme. Mas este caminho do diálogo, tão necessário, não deve fazer esquecer o dever de reconsiderar e de evidenciar sempre com igual força as linhas mestras e irrenunciáveis da nossa identidade cristã. Por outro lado, é necessário ter bem presente que esta nossa identidade exige força, clareza e coragem face às contradições do mundo em que vivemos. Por isso o texto epistolar prossegue assim: "Mas vós, caríssimos, fala a todos nós mantende-vos no amor de Deus, esperando que a misericórdia de Nosso Senhor

Jesus Cristo vos conceda a vida eterna. Tratai com misericórdia aqueles que vacilam..." (vv. 20-22). A Carta conclui-se com estas bonitas palavras: "Àquele que é poderoso para vos livrar das quedas e vos apresentar diante da sua glória, imaculados e cheios de alegria, ao Deus único, nosso Salvador, por meio de Jesus Cristo, Senhor nosso, seja dada glória, a majestade, a soberania e o poder, antes de todos os tempos, agora e por todos os séculos, Amém" (vv. 24-25).

Vê-se bem que o autor destas frases vive plenamente a própria fé, à qual pertencem realidades grandes como a integridade moral e a alegria, a confiança e por fim o louvor, sendo motivado em tudo apenas pela bondade do nosso único Deus e pela misericórdia de nosso Senhor Jesus Cristo. Por isso, tanto Simão o Cananeu, como Judas Tadeu nos ajudam a redescobrir sempre de novo e a viver incansavelmente a beleza da fé cristã, sabendo dar um testemunho dela forte e ao mesmo tempo sereno.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 18 de Outubro de 2006

Judas Iscariotes e Matias

Queridos irmãos e irmãs!

Terminando hoje de percorrer a galeria de retratos dos Apóstolos chamados diretamente por Jesus durante a sua vida terrena, não podemos omitir de mencionar aquele que é sempre nomeado por último nas listas dos Doze: Judas Iscariotes. A ele queremos associar a pessoa que depois é eleita para o substituir, Matias.

Já o simples nome de Judas suscita entre os cristãos uma reação instintiva de reprovação e de condenação. O significado do apelativo "Iscariotes" é controverso: a explicação mais seguida compreende esta palavra como "homem de Queriot" referindo-se à sua aldeia de origem, situada nas vizinhanças de Hebron e mencionada duas vezes na Sagrada Escritura (cf. Js 15, 25; Am 2, 2).

Outros interpretam-no como variação da palavra "sicário", como se aludisse a um guerrilheiro armado com um punhal que em latim se chama *sica*. Por fim, há quem veja no sobrenome a simples transcrição de uma raiz hebraico-aramaica que significa: "aquele que estava para o entregar". Esta designação encontra-se duas vezes no IV Evangelho, ou seja, depois de uma confissão de fé de Pedro (cf. Jo 6, 71) e depois durante a unção de Betânia (cf. Jo 12, 4). Outras passagens mostram que a traição estava a ser realizada, dizendo: "aquele que o traía"; assim, durante a Última Ceia, depois do anúncio da traição (cf. Mt 26, 25) e depois no momento do aprisionamento de Jesus (cf. Mt 26, 46.48; Jo 18, 2.5). Ao contrário, as listas dos Doze recordam a traição como uma coisa já efetuada: "Judas Iscariotes, o que o traiu", assim diz Marcos (3, 19); Mateus (10, 4) e Lucas (6, 16) usam fórmulas equivalentes. A traição como tal aconteceu em dois momentos: antes de tudo no planeamento, quando Judas se põe de acordo com os inimigos de Jesus por trinta moedas de prata (cf. Mt 26, 14-16), e depois na execução com o beijo dado ao Mestre no Getsêmani (cf. Mt 26, 46-50). Contudo, os evangelistas insistem sobre a qualidade de apóstolo, que competia a Judas para todos os efeitos: ele é repetidamente chamado "um dos Doze" (Mt 26, 14.47; Mc 14, 10.20; Jo 6, 71) ou "do número dos Doze" (Lc 22, 3). Aliás, por duas vezes Jesus, dirigindo-se aos Apóstolos e falando precisamente dele, indica-o como "um de vós" (Mt 26, 21; Mc 14, 18; Jo 6, 70; 13, 21). E Pedro dirá de Judas que "era do nosso número e tinha recebido o nosso mesmo ministério" (At 1, 17).

Trata-se portanto de uma figura pertencente ao grupo dos que Jesus tinha escolhido como companheiros e colaboradores íntimos. Isto suscita duas perguntas na tentativa de dar uma explicação aos acontecimentos que se verificaram. A primeira consiste em perguntar como aconteceu que Jesus tenha escolhido este homem e nele tenha confiado. Apesar de Judas ser de fato o ecónomo do grupo (cf. Jo 12, 6b; 13, 29a), na realidade é qualificado também como "ladrão" (Jo 12, 6a). Permanece o mistério da escolha, também porque Jesus pronuncia um juízo muito severo sobre ele: "ai daquele por quem o Filho do Homem vai ser entregue" (Mt 26, 24).

Torna-se ainda mais denso o mistério acerca do seu destino eterno, sabendo que Judas "se arrependeu e restituiu as trinta moedas de prata aos sumos sacerdotes e aos idosos, dizendo: "Pequei, entregando sangue inocente"" (Mt 27, 3-4). Mesmo se em seguida ele se afastou para se ir enforcar (cf. Mt 27, 5), não compete a nós julgar o seu gesto, substituindo-nos a Deus infinitamente misericordioso e justo.

Uma segunda pergunta refere-se ao motivo do comportamento de Judas: porque traiu Jesus A questão é objeto de várias hipóteses. Alguns recorrem ao fator da sua avidez de dinheiro; outros dão uma explicação de ordem messiânica: Judas teria ficado desiludido ao ver que Jesus não inseria no seu programa a libertação político-militar do seu próprio País. Na realidade os textos evangélicos insistem sobre outro aspecto: João diz expressamente que "tendo já o diabo metido no coração de Judas Iscariotes, filho de Simão, que O entregasse" (Jo 13, 2); analogamente escreve Lucas: "Entrou satanás em Judas, chamado Iscariotes que era do número dos Doze" (Lc 22, 3).

Desta forma, vai-se além das motivações históricas e explica-se a vicissitude com base na responsabilidade pessoal de Judas, o qual cedeu miseravelmente a uma tentação do maligno. A traição de Judas permanece, contudo, um mistério. Jesus tratou-o como um amigo (cf. Mt 26, 50), mas, nos seus convites a segui-lo pelo caminho das bem-aventuranças, não forçava as vontades nem as preservava das tentações de satanás, respeitando a liberdade humana.

De fato, as possibilidades de perversão do coração humano são verdadeiramente muitas. O único modo de as evitar consiste em não cultivar uma visão das coisas apenas individualista, autónoma, mas ao contrário em colocar-se sempre de novo da parte de Jesus, assumindo o seu ponto de vista. Devemos procurar, dia após dia, estar em plena comunhão com Ele. Recordemo-nos de que também Pedro se queria opor a ele e ao que o esperava em Jerusalém, mas recebeu uma forte reprovação: "Tu não aprecias as coisas de Deus, mas só as dos homens" (Mc 8, 32-33)!

Pedro, depois da sua queda, arrependeu-se e encontrou perdão e graça. Também Judas se arrependeu, mas o seu arrependimento degenerou em desespero e assim tornou-se autodestruição. Para nós isto é um convite a ter sempre presente quanto diz São Bento no final do fundamental capítulo V da sua "Regra": "Nunca desesperar da misericórdia divina".

Na realidade Deus "é maior que o nosso coração", como diz São João (1 Jo 3, 20). Por conseguinte, tenhamos presente duas coisas. A primeira: Jesus respeita a nossa liberdade. A segunda: Jesus espera a nossa disponibilidade para o arrependimento e para a conversão; é rico de misericórdia e de perdão. Afinal, quando pensamos no papel negativo desempenhado por Judas devemos inseri-lo na condução superior dos acontecimentos por parte de Deus. A sua traição levou à morte de Jesus, o qual transformou este tremendo suplício em espaço de amor salvífico e em entrega de si ao Pai (cf. Gl 2, 20; Ef 5, 2.25).

O Verbo "trair" deriva de uma palavra grega que significa "entregar". Por vezes o seu sujeito é inclusivamente Deus em pessoa: foi ele que por amor "entregou" Jesus por todos nós (cf. Rm 8, 32). No seu misterioso projeto salvífico, Deus assume o gesto imperdoável de Judas como ocasião da doação total do Filho para a redenção do mundo.

Em conclusão, queremos recordar também aquele que depois da Páscoa foi eleito no lugar do traidor. Na Igreja de Jerusalém a comunidade propôs dois para serem sorteados: "José, de apelido Barsabás, chamado justo, e Matias" (At 1, 23). Foi precisamente este o pré-escolhido, de modo que "foi associado aos onze Apóstolos" (At 1, 26). Dele nada mais sabemos, a não ser que também tinha sido testemunha de toda a vicissitude terrena de Jesus (cf. At 1, 21-22), permanecendo-lhe fiel até ao fim. grandeza desta sua fidelidade acrescenta-se depois a chamada divina a ocupar o lugar de Judas, como para compensar a sua traição. Tiramos disto mais uma lição: mesmo se na Igreja não faltam cristãos indignos e traidores, compete a cada um de nós equilibrar o mal que eles praticam com o nosso testemunho transparente a Jesus Cristo, nosso Senhor e Salvador.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 25 de Outubro de 2006

Paulo, perfil do homem e do apóstolo

Queridos irmãos e irmãs!

Concluímos as nossas reflexões sobre os doze Apóstolos chamados diretamente por Jesus durante a sua vida terrena. Iniciamos hoje a aproximar as figuras de outras personagens importantes da Igreja primitiva. Também elas dedicaram a sua vida ao Senhor, ao Evangelho e à Igreja. Trata-se de homens, e também de mulheres que, como escreve Lucas no Livro dos Atos, "expuseram as suas vidas pelo nome de Nosso Senhor Jesus Cristo" (15, 26).

O primeiro deles, chamado pelo próprio Senhor, pelo Ressuscitado, para ser também ele um verdadeiro Apóstolo, é sem dúvida Paulo de Tarso. Ele brilha como estrela de primeira grandeza na história da Igreja, e não só da primitiva. São João Crisóstomo exalta-o como personagem superior até a muitos anjos e arcanjos (cf. Panegirico, 7, 3). Dante Alighieri na Divina Comédia, inspirando-se na narração de Lucas feita nos Atos (cf. 9, 15), define-o simplesmente "vaso de eleição" (Inf. 2, 28), que significa: instrumento pré-escolhido por Deus. Outros chamaram-no o "décimo terceiro Apóstolo" e realmente ele insiste muito para ser um verdadeiro Apóstolo, tendo sido chamado pelo Ressuscitado ou até "o primeiro depois do nico". Sem dúvida, depois de Jesus, ele é o personagem das origens sobre a qual estamos mais informados. De fato, possuímos não só a narração que dele faz Lucas nos Atos dos Apóstolos, mas também um grupo de Cartas que provêm diretamente da sua mão e sem intermediários nos revelam a sua personalidade e o seu pensamento. Lucas informa-nos que o seu nome originário era Saulo (cf. At 7, 58; 8, 1, etc.), aliás em hebraico Saul (cf. At 9, 14.17; 22, 7.13; 26, 14), como o rei Saul (cf. At 13, 21), e era um judeu da diáspora, estando a cidade de Tarso situada entre a Anatólia e a Síria. Tinha ido muito cedo a Jerusalém para estudar profundamente a Lei moisaica aos pés do grande Rabi Gamaliel (cf. At 22, 3). Tinha aprendido também uma profissão manual e áspera, era fabricante de tendas (cf. At 18, 3), que sucessivamente lhe permitiu sustentar-se pessoalmente sem pesar sobre as Igrejas (cf. At 20, 34; 1 Cor 4, 12; 2 Cor 12, 13-14).

Para ele foi decisivo conhecer a comunidade dos que se professavam discípulos de Jesus. Por eles tinha sabido a notícia de uma nova fé um novo "caminho", como se dizia que colocava no seu centro não tanto a Lei de Deus, quanto a pessoa de Jesus, crucificado e ressuscitado, com o qual estava relacionada a remissão dos pecados. Como judeu zeloso, ele considerava esta mensagem inaceitável, aliás escandalosa, e por isso sentiu o dever de perseguir os seguidores

de Cristo também fora de Jerusalém. Foi precisamente no caminho para Damasco, no início dos anos 30, que Saulo, segundo as suas palavras, foi "alcançado por Cristo" (Fl 3, 12). Enquanto Lucas narra os fatos com riqueza de pormenores de como a luz do Ressuscitado o alcançou e mudou fundamentalmente toda a sua vida ele nas suas Cartas vai diretamente ao essencial e fala não só da visão (cf. 1 Cor 9, 1), mas de iluminação (cf. 2 Cor 4, 6) e sobretudo de revelação e de vocação no encontro com o Ressuscitado (cf. Gl 1, 15-16). De fato, definir-se-á explicitamente "apóstolo por vocação" (cf. Rm 1, 1; 1 Cor 1, 1) ou "apóstolo por vontade de Deus" (2 Cor 1, 1; Ef 1, 1; Col 1, 1), para realçar que a sua conversão não era o resultado de um desenvolvimento de pensamentos, de reflexões, mas o fruto de uma intervenção divina, de uma imprevisível graça divina. A partir daquele momento, tudo o que antes constituía para ele um valor tornou-se paradoxalmente, segundo as suas palavras, perda e lixo (cf. Fl 3, 7-10). A partir daquele momento todas as suas energias foram postas ao serviço exclusivo de Jesus Cristo e do seu Evangelho.

Agora a sua existência será a de um Apóstolo desejoso de "se fazer tudo em todos" (1 Cor 9, 22) sem reservas.

Isto constitui para nós uma lição muito importante: o mais importante é colocar no centro da própria vida Jesus Cristo, de modo que a nossa identidade se distinga essencialmente pelo encontro, pela comunhão com Cristo e com a sua Palavra. sua luz todos os outros valores são recuperados e ao mesmo tempo purificados de eventuais impurezas. Outra lição fundamental oferecida por Paulo é o alcance universal que caracteriza o seu apostolado. Vendo a agudeza do problema do acesso dos Gentios, isto é dos pagãos, a Deus, que em Jesus Cristo crucificado e ressuscitado oferece a salvação a todos os homens sem exceções, dedicou-se totalmente a dar a conhecer este Evangelho, literalmente "boa notícia", isto é, anúncio de graça destinado a reconciliar o homem com Deus, consigo mesmo e com os outros. Desde o primeiro momento ele tinha compreendido que esta era uma realidade que não dizia respeito só aos judeus ou a um certo grupo de homens, mas que tinha um valor universal e se referia a todos, porque Deus é o Deus de todos.

O ponto de partida para as suas viagens foi a Igreja de Antioquia da Síria, onde pela primeira vez o Evangelho foi anunciado aos Gregos e onde também foi cunhado o nome de "cristãos" (cf. At 11, 20.26), isto é, de crentes em Cristo. Dali ele dirigiu-se primeiro para Chipre e depois várias vezes para as regiões da sia Menor (Pisídia, Licaónia, Galácia), depois para as da Europa (Macedónia, Grécia). Mais relevantes foram as cidades de Éfeso, Filipos, Tessalônica, Corinto, sem contudo esquecer Beréia, Atenas e Mileto.

No apostolado de Paulo não faltaram dificuldades, que ele enfrentou com coragem por amor de Cristo. Ele mesmo recorda ter agido "pelos trabalhos... pelas prisões... pelos açoites, pelos frequentes perigos de morte... três vezes fui açoitado com varas, uma vez apedrejado; três vezes naufraguei... viagens sem conta, exposto a perigos nos rios, perigos de salteadores, perigos da parte dos meus concidadãos, perigos na cidade, perigos no deserto, perigos no mar, perigos entre os falsos irmãos; trabalhos e fadigas, repetidas vigílias com fome e sede, frequentes jejuns, frio e nudez! E além de tudo isto, a minha obsessão de cada dia: cuidado de todas as Igrejas" (2 Cor 11, 23-28). De um trecho da Carta aos Romanos (cf. 15, 24.28) transparece o seu propósito de chegar até à Espanha, às extremidades do Ocidente, para anunciar o Evangelho em toda a parte, até aos confins da terra então conhecida. Como não admirar um homem como este Como não agradecer ao Senhor por nos ter dado um Apóstolo desta estatura É claro que não lhe teria sido possível enfrentar situações tão difíceis e por vezes desesperadas, se não tivesse havido uma razão de valor absoluto, perante a qual nenhum limite se podia considerar insuperável. Para Paulo, esta razão, sabemo-lo, é Jesus Cristo, do qual ele escreve: "O amor de Cristo nos impulsiona... para que, os que vivem, não vivam mais para si mesmos, mas para Aquele que por eles morreu e ressuscitou" (2 Cor 5, 14-15), por nós, por todos.

De fato, o Apóstolo dará o testemunho supremo do sangue sob o imperador Nero aqui em Roma, onde conservamos e veneramos os seus despojos mortais. Assim escreveu acerca dele Clemente Romano, meu predecessor nesta Sede Apostólica nos últimos anos do século I: "Por causa dos ciúmes e da discórdia Paulo foi obrigado a mostrar-nos como se obtém o prêmio da paciência... Depois de ter pregado a justiça a todo o mundo, e depois de ter chegado até aos extremos confins do Ocidente, sofreu o martírio diante dos governantes; assim partiu deste mundo e chegou ao lugar sagrado, que com isso se tornou o maior modelo de perseverança" (Aos Coríntios, 5). O Senhor nos ajude a pôr em prática a exortação que nos foi deixada pelo Apóstolo nas suas Cartas: "Sede meus imitadores, como eu o sou de Cristo" (1 Cor 11, 1).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 8 de Novembro de 2006

Paulo, a centralidade de Jesus Cristo

Queridos irmãos e irmãs!

Na catequese precedente, há quinze dias, procurei traçar os aspectos essenciais da biografia do apóstolo Paulo. Vimos como o encontro com Cristo pelo caminho de Damasco revolucionou literalmente a sua vida. Cristo tornou-se a sua razão de ser e o motivo profundo de todo o seu trabalho apostólico. Nas suas cartas, depois do nome de Deus, que aparece mais de 500 vezes, o nome que é mencionado com mais frequência é o de Cristo (380 vezes). Por conseguinte, é importante que nos apercebamos de quanto Jesus Cristo possa incidir na vida de um homem e portanto também na nossa própria vida. Na realidade, Jesus Cristo é o ápice da história salvífica e, desta forma, o verdadeiro ponto discriminante também no diálogo com as outras religiões.

Olhando para Paulo, poderíamos formular assim a pergunta fundamental: como acontece o encontro de um ser humano com Cristo E em que consiste a relação que dele deriva A resposta de Paulo pode ser compreendida em dois momentos. Em primeiro lugar, Paulo ajuda-nos a compreender o valor absolutamente fundante e insubstituível da fé. Eis quanto escreve na Carta aos Romanos: "Pois estamos convencidos de que é pela fé que o homem é justificado, independentemente das obras da lei" (3, 28). E também na Carta aos Gálatas: "O homem não é justificado pelas obras da Lei, mas unicamente pela fé em Jesus Cristo; por isso, também nós acreditámos em Cristo Jesus para sermos justificados pela fé em Cristo e não pelas obras da Lei; porque pelas obras da Lei nenhuma criatura será justificada" (2, 16). "Ser justificados" significa ser tornados justos, isto é, ser acolhidos pela justiça misericordiosa de Deus, e entrar em comunhão com Ele, e por conseguinte poder estabelecer uma relação muito mais autêntica com todos os nossos irmãos: e isto com base num perdão total dos nossos pecados. Pois bem, Paulo diz com muita clareza que esta condição de vida não depende das nossas eventuais boas obras, mas de uma mera graça de Deus: "Sem o merecerem, são justificados pela sua graça, em virtude da redenção realizada em Cristo Jesus" (Rm 3, 24).

Com estas palavras São Paulo expressa o conteúdo fundamental da sua conversão, o novo rumo da sua vida que resultou do seu encontro com Cristo ressuscitado. Paulo, antes da conversão, não tinha sido um homem afastado de Deus e da sua Lei. Ao contrário, era um observante, com uma observância fiel até ao fanatismo. Mas à luz do encontro com Cristo compreendeu que com isso tinha procurado edificar-se a si mesmo, à sua própria justiça, e que com

toda essa justiça tinha vivido para si mesmo. Compreendeu que era absolutamente necessária uma nova orientação da sua vida. E encontramos expressa nas suas palavras esta nova orientação: "E a vida que agora tenho na carne, vivo-a na fé do Filho de Deus que me amou e a si mesmo se entregou por mim" (Gl 2, 20).

Por conseguinte, Paulo já não vive para si, para a sua própria justiça. Vive de Cristo e com Cristo: entregando-se a si mesmo, não mais procurando e construindo-se a si mesmo. Esta é a nova justiça, a nova orientação que o Senhor nos deu, que a fé nos deu. Diante da cruz de Cristo, expressão extrema da sua autodoação, não há ninguém que possa vangloriar-se a si, à própria justiça feita por si e para si! Noutra carta Paulo, fazendo eco a Jeremias, expressa este pensamento escrevendo: "Aquele que se gloria, glorie-se no Senhor" (1 Cor 1, 31 Jr 9, 22s); ou: "Quanto a mim, porém, de nada me quero gloriar, a não ser na cruz de Nosso Senhor Jesus Cristo, pela qual o mundo está crucificado para mim e eu para o mundo" (Gl 6, 14).

Refletindo sobre o significado de justificação não pelas obras mas pela fé, chegamos ao segundo aspecto que define a identidade cristã descrita por São Paulo na própria vida. Identidade cristã que se compõe precisamente por dois elementos: este não procurar-se por si, mas receber-se de Cristo e doar-se com Cristo, e desta forma participar pessoalmente na vicissitude do próprio Cristo, até se imergir n'Ele e partilhar quer a sua morte quer a sua vida. É quanto escreve Paulo na Carta aos Romanos: "fomos batizados na sua morte... fomos sepultados com Ele na morte... estamos integrados n'Ele... Assim vós também: considerai-vos mortos para o pecado, mas vivos para Deus, em Cristo Jesus" (Rm 6, 3.4.5.11). Precisamente esta última expressão é sintomática: para Paulo, de fato, não é suficiente dizer que os cristãos são batizados ou crentes; para ele é de igual modo importante dizer que eles são "em Cristo Jesus" (cf. também Rm 8, 1.2.39; 12, 5; 16, 3.7.10; 1 Cor 1, 2.3, etc.). Outras vezes ele inverte as palavras e escreve que "Cristo está em nós/vós" (Rm 8, 10; 2 Cor 13, 5) ou "em mim" (Gl 2, 20). Esta mútua compenetração entre Cristo e o cristão, característica do ensinamento de Paulo, completa o seu discurso sobre a fé. A fé, de fato, mesmo unindo-nos intimamente a Cristo, realça a distinção entre nós e Ele. Mas, segundo Paulo, a vida do cristão tem também um componente que poderíamos dizer "místico", porque obriga a uma nossa identificação com Cristo e de Cristo conosco. Neste sentido, o Apóstolo chega até a qualificar os nossos sofrimentos como os "sofrimentos de Cristo em nós" (2 Cor 1, 5), de modo que "trazemos sempre no nosso corpo a morte de Jesus, para que também a vida de Jesus seja manifesta no nosso corpo" (2 Cor 4, 10).

Devemos inserir tudo isto na nossa vida quotidiana seguindo o exemplo de Paulo que viveu sempre com este grande alcance espiritual. Por um lado, a fé deve manter-nos numa atitude

constante de humildade perante Deus, aliás, de adoração e de louvor em relação a ele. De fato, o que nós somos como cristãos devemo-lo unicamente a Ele e à sua graça. Dado que nada nem ninguém pode ocupar o seu lugar, é preciso portanto que não tributemos a nada nem a ninguém a homenagem que a Ele prestamos. Ídolo algum deve contaminar o nosso universo espiritual, porque neste caso, em vez de gozar da liberdade adquirida cairíamos de novo numa espécie de escravidão humilhante. Por outro lado, a nossa pertença radical a Cristo e o fato que "existimos n'Ele" deve infundir-nos uma atitude de total confiança e de imensa alegria. Para concluir, de fato, devemos exclamar com São Paulo: "Se Deus está por nós, quem pode estar contra nós" (Rm 8, 31). E a resposta é que ninguém "poderá separar-nos do amor de Deus que está em Cristo Jesus, Senhor nosso" (Rm 8, 39). Por conseguinte, a nossa vida cristã baseia-se na rocha mais estável e segura que se possa imaginar. E dela tiramos toda a nossa energia, como escreve precisamente o Apóstolo: "De tudo sou capaz naquele que me dá força" (Fl 4, 13).

Enfrentemos portanto a nossa existência, com as suas alegrias e com os seus sofrimentos, amparados por estes grandes sentimentos que Paulo nos oferece. Fazendo deles experiência poderemos compreender como é verdadeiro o que o próprio Apóstolo escreve: "sei em quem acredito e estou persuadido de que Ele tem poder para guardar, até aquele dia, o bem que me foi confiado" (2 Tm 1, 12) do nosso encontro com Cristo Juiz, Salvador do mundo e nosso.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 15 de Novembro de 2006

Paulo, o Espírito nos nossos corações

Queridos irmãos e irmãs!

Também hoje, como nas duas catequeses precedentes, voltamos a São Paulo e ao seu pensamento. Estamos diante de um gigante não só a nível do apóstolo concreto, mas também da doutrina teológica, extraordinariamente profunda e estimulante. Depois de ter meditado na semana passada sobre o que Paulo escreveu acerca do lugar central que Jesus Cristo ocupa na nossa vida de fé, vemos hoje o que ele diz sobre o Espírito Santo e sobre a sua presença em nós, porque também aqui o Apóstolo tem algo muito importante para nos ensinar.

Conhecemos o que São Lucas nos diz do Espírito Santo nos Atos dos Apóstolos, descrevendo o evento do Pentecostes. O Espírito pentecostal traz consigo um vigoroso estímulo a assumir um compromisso da missão para testemunhar o Evangelho pelos caminhos do mundo. De fato, o Livro dos Atos narra uma série de missões realizadas pelos Apóstolos, primeiro na Samaria, depois ao longo da Palestina, e depois, em direção à Síria. São narradas sobretudo as três grandes viagens missionárias realizadas por Paulo, como já recordei num precedente encontro de quarta-feira. Mas São Paulo, nas suas Cartas fala-nos do Espírito também sob outra perspectiva.

Ele não se detém a ilustrar apenas a dimensão dinâmica e operativa da terceira Pessoa da Santíssima Trindade, mas analisa também a presença na vida do cristão, cuja identidade é marcada por ele. Em outras palavras, Paulo reflete sobre o Espírito expondo a sua influência não só no agir do cristão, mas também no seu ser. De fato, ele diz que o Espírito de Deus habita em nós (cf. Rm 8, 9; 1 Cor 3, 16) e que "Deus enviou aos nossos corações o Espírito do seu Filho" (Gl 4, 6).

Portanto, para Paulo o Espírito conota-nos até às nossas profundezas pessoais mais íntimas. Em relação a isto, eis algumas das suas palavras de importante significado: "A lei do Espírito que dá a vida libertou-te, em Cristo Jesus, da lei do pecado e da morte... Vós não recebestes um Espírito que vos escravize e volte a encher-vos de medo; mas recebestes um Espírito que faz de vós filhos adotivos. É por Ele que clamámos: *Abbá*, ó Pai!" (Rm 8, 2.15), porque somos filhos, podemos chamar "Pai" a Deus. Portanto, vemos bem que o cristão, ainda antes de agir, já possui uma interioridade rica e fecunda, que lhe é concedida nos sacramentos do Batismo e da Confirmação, uma interioridade que o estabelece num relacionamento objetivo e original de filiação em relação a Deus.

Eis a nossa grande dignidade: a de não ser apenas imagem, mas filhos de Deus. Trata-se de um convite a viver esta nossa filiação, a estarmos cada vez mais conscientes de que somos filhos adotivos na grande família de Deus. É um convite a transformar este dom objetivo numa realidade subjetiva, determinante para o nosso pensar, para o nosso agir, para o nosso ser. Deus considera-nos seus filhos, tendo-nos elevado a uma tal dignidade, mesmo se não é igual, à do próprio Jesus, o único Filho em sentido pleno. Nele é-nos dada, ou restituída, a condição filial e a liberdade confiante em relação ao Pai.

Assim descobrimos que para o cristão o Espírito já não é apenas o "Espírito de Deus", como se diz normalmente no Antigo Testamento e se continua a repetir na linguagem cristã (cf. Gn 41, 38; Êx 31, 3; 1 Cor 2, 11.12; Fl 3, 3; etc.). E também não é apenas um "Espírito Santo" entendido em sentido genérico, segundo o modo de expressar-se do Antigo Testamento (cf. Is 63,10.11; Sl 51, 13), e do próprio Judaísmo nos seu escritos (Qunram, rabinismo).

De fato, pertence à especificidade da fé cristã a confissão de uma original partilha deste Espírito por parte do Senhor ressuscitado, o qual se tornou Ele mesmo "Espírito que dá vida" (1 Cor 15, 45). Precisamente por isso São Paulo fala diretamente do "Espírito de Cristo" (Rm 8, 9), do "Espírito do Filho" (Gl 4, 6) ou do "Espírito de Jesus Cristo" (Fl 1, 19). É como se quisesse dizer que não só Deus Pai é visível no Filho (cf. Jo 14, 9), mas que também o Espírito de Deus se expressa na vida e nas ações do Senhor crucificado e ressuscitado!

Paulo ensina-nos também outra coisa importante: ele diz que não existe verdadeira oração sem a presença do Espírito em nós. De fato, escreve: "O Espírito vem em auxílio da nossa fraqueza, pois não sabemos o que havemos de pedir como é verdade que não sabemos como falar com Deus! ; mas o próprio Espírito intercede por nós com gemidos inefáveis. E aquele que examina os corações conhece as intenções do Espírito, porque é de acordo com Deus que o Espírito intercede pelos santos" (Rm 8, 26-27). É como dizer que o Espírito Santo, isto é, o Espírito do Pai e do Filho, é como a alma da nossa alma, a parte mais secreta do nosso ser, de onde se eleva incessantemente a Deus um dístico de oração, da qual nem sequer podemos esclarecer as palavras.

De fato, o Espírito sempre ativo em nós, supre às nossas carências e oferece ao Pai a nossa adoração, juntamente com as nossas aspirações mais profundas. Naturalmente isto exige um nível de maior comunhão vital com o Espírito. É um convite a ser cada vez mais sensíveis, mais atentos a esta presença do Espírito em nós, a transformá-la em oração, a ouvir esta presença e a aprender assim a rezar, a falar com o Pai como filhos no Espírito Santo.

Há também outro aspecto típico do Espírito que nos foi ensinado por São Paulo: é a sua ligação com o amor. De fato, São Paulo escreve: "A esperança não engana, porque o amor de

Deus foi derramado nos nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado" (Rm 5, 5). Na minha Carta encíclica "Deus caritas est" citei uma frase muito eloquente de Santo Agostinho: "Se vês a caridade, vês a Trindade" (n. 19), e prossegui explicando: "O Espírito é aquela força que harmoniza seus corações dos crentes com o coração de Cristo e leva-os a amar os irmãos como Ele os amou" (ibid.). O Espírito insere-nos no próprio ritmo da vida divina, que é vida de amor, fazendo-nos pessoalmente partícipes dos relacionamentos existentes entre o Pai e o Filho. Não é sem significado que Paulo, quando elenca as várias componentes da frutificação do Espírito, coloque em primeiro lugar o amor: "O fruto do Espírito é: amor, alegria, paz, etc." (cf. Gl 5, 22).

E dado que por definição o amor une, isto significa antes de tudo que o Espírito é criador de comunhão no âmbito da comunidade cristã, como dizemos no início da Santa Missa com uma expressão paulina: "... a comunhão do Espírito Santo ou seja, a que é realizada por ele esteja com todos vós!" (2 Cor 13, 13). Mas, por outro lado, é também verdade que o Espírito nos estimula a estabelecer relacionamentos de caridade com todos os homens. Dado que, quando amamos damos espaço ao Espírito, permitimos que se expresse em plenitude. Compreende-se assim por que Paulo coloca na mesma página da Carta aos Romanos as duas exortações: "deixai-vos inflamar pelo Espírito" e "não pagueis a ninguém o mal com o mal" (Rm 12, 11.17).

Por fim, o Espírito segundo São Paulo é um penhor generoso que nos é dado pelo próprio Deus como antecipação e ao mesmo tempo como garantia da nossa herança futura (cf. 2 Cor 1, 22; 5, 5 Ef 1, 13-14). Aprendemos assim de Paulo que a ação do Espírito orienta a nossa vida para os grandes valores do amor, da alegria, da comunhão e da esperança. Compete a nós fazer deles experiência quotidiana acompanhadas pelas sugestões interiores do Espírito, ajudados no discernimento pela orientação iluminadora do Apóstolo.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 22 de Novembro de 2006

Paulo, a vida na Igreja

Queridos irmãos e irmãs!

Completamos hoje os nossos encontros com o apóstolo Paulo, dedicando-lhe uma última reflexão. De fato, não podemos despedir-nos dele, sem considerar uma das componentes decisivas da sua atividade e um dos temas mais importantes do seu pensamento: a realidade da Igreja. Devemos antes de tudo constatar que o seu primeiro contato com a pessoa de Jesus se realiza através do testemunho da comunidade cristã de Jerusalém. Foi um contato conturbado. Tendo conhecido o novo grupo de crentes, ele tornou-se imediatamente um seu orgulhoso perseguidor. Ele mesmo o reconhece nas suas três Cartas: "Persegui a Igreja de Deus", escreve (1 Cor 15, 9; Gl 1, 13; Fl 3, 6), quase como a apresentar este seu comportamento como o pior dos crimes.

A história mostra-nos que se alcança normalmente Jesus através da Igreja! Num certo sentido, isto verificou-se, dizíamos, também para Paulo, o qual encontrou a Igreja antes de encontrar Jesus.

Mas este contato, no seu caso, foi contraproducente, não causou a adesão, mas uma violenta repulsa. Para Paulo, a adesão à Igreja foi propiciada por uma intervenção direta de Cristo, o qual, tendo-se-lhe revelado no caminho de Damasco, se identificou com a Igreja e lhe fez compreender que perseguir a Igreja era perseguir o Senhor. De fato, o Ressuscitado disse a Paulo, o perseguidor da Igreja: "Saulo, Saulo, porque me persegues" (At 9, 4). Perseguindo a Igreja, perseguia Cristo. Então Paulo converteu-se, ao mesmo tempo, a Cristo e à Igreja. Disto compreende-se depois porque a Igreja tenha estado tão presente nos pensamentos, no coração e na atividade de Paulo. Em primeiro lugar, porque ele fundou literalmente muitas Igrejas nas várias cidades onde foi para evangelizar. Quando fala da sua "solicitude por todas as Igrejas" (2 Cor 11, 28), ele pensa nas várias comunidades cristãs suscitadas de cada vez na Galácia, na Iónia, na Macedónia e na Acaia. Algumas daquelas Igrejas também lhe deram preocupações e desgostos, como aconteceu por exemplo nas Igrejas da Galácia, que ele viu seguir "outro Evangelho" (Gl 1, 6), ao que se opôs com firme determinação. Contudo ele sentia-se ligado às Comunidades por ele fundadas de maneira não fria nem burocrática, mas intensa e apaixonada. Assim, por exemplo, define os Filipenses "meus caríssimos e saudosos irmãos, minha coroa e alegria" (4, 1). Outras vezes compara as várias Comunidades com uma carta de apresentação única no seu gênero: "A nossa carta sois vós, uma carta escrita nos nossos corações,

conhecida e lida por todos os homens" (2 Cor 3, 2). Outras vezes ainda mostra em relação a eles um verdadeiro sentimento não só de paternidade mas até de maternidade, como quando se dirige aos seus destinatários interpelando-os como "Meus filhos, por quem sinto outra vez as dores de parto, até que Cristo se forme entre vós!" (Gl 4, 19; cf. também 1 Cor 4, 14-15; 1 Ts 2, 7-8).

Nas suas Cartas Paulo ilustra-nos a sua doutrina sobre a Igreja como tal. Portanto, é muito conhecida a sua original definição da Igreja como "corpo de Cristo", que não encontramos noutros autores cristãos do I século (cf. 1 Cor 12, 27: Ef 4, 12; 5, 30; Cl 1, 24). A raiz mais profunda desta surpreendente designação da Igreja encontrámo-la no Sacramento do corpo de Cristo. Diz São Paulo: "Uma vez que há um único pão, nós, embora muitos, somos um só corpo" (1 Cor 10, 17). Na mesma Eucaristia Cristo dá-nos o seu Corpo e faz-nos seu Corpo. Neste sentido São Paulo diz aos Gálatas: "todos sois um em Cristo" (Gl 3, 28). Com tudo isto Paulo faz-nos compreender que existe não só uma pertença da Igreja a Cristo, mas também uma certa forma de equiparação e de identificação da Igreja com o próprio Cristo. Portanto, é daqui que deriva a grandeza e a nobreza da Igreja, ou seja, de todos nós que a ela pertencemos por sermos membros de Cristo, quase uma extensão da sua presença pessoal no mundo. E daqui se origina, naturalmente, o nosso dever de viver realmente em conformidade com Cristo. Daqui derivam também as exortações de Paulo a propósito dos vários carismas que animam e estruturam a comunidade cristã. Todos eles reconduzem a uma única fonte, que é o Espírito do Pai e do Filho, sabendo bem que na Igreja ninguém está desprovido dele, porque, como escreve o Apóstolo, "a cada um é dada a manifestação do Espírito, para proveito comum" (1 Cor 12, 7). Mas é importante que todos os carismas cooperem juntos na edificação da comunidade e não se tornem ao contrário motivo de dilaceração. A este propósito, Paulo pergunta retoricamente: "Estará Cristo dividido" (1 Cor 1, 13). Ele sabe bem e ensina-nos que é necessário "manter a unidade do Espírito, mediante o vínculo da paz. Há um só Corpo e um só Espírito, assim como a vossa vocação vos chamou a uma só esperança" (Ef 4, 3-4).

Sem dúvida, realçar a exigência da unidade não significa afirmar que se deva uniformizar ou nivelar a vida eclesial segundo um único modo de agir. Noutro texto Paulo ensina a "não apagar o Espírito" (1 Ts 5, 19), isto é, a dar generosamente espaço ao dinamismo imprevisível das manifestações carismáticas do Espírito, o qual é fonte de energia e de vitalidade sempre nova. Mas se há um critério do qual Paulo não prescinde é a mútua edificação: "que tudo se faça de modo a edificar" (1 Cor 14, 26). Tudo deve concorrer para construir ordenadamente o tecido eclesial, não só sem estagnação, mas também sem fugas ou exceções. Depois, há outra Carta paulina que chega a apresentar a Igreja como esposa de Cristo (cf. Ef 5, 21-33). Com

isto retoma-se uma antiga metáfora profética, que fazia do povo de Israel a esposa do Deus da aliança (cf. Os 2, 4.21; Is 54, 5-8): com isto pretende-se dizer quanto sejam íntimas as relações entre Cristo e a sua Igreja, quer no sentido de que ela é objeto do amor mais terno da parte do seu Senhor, quer também no sentido de que o amor deve ser recíproco e que, por conseguinte também nós, como membros da Igreja, devemos demonstrar fidelidade apaixonada em relação a Ele.

Definitivamente, está em jogo a relação de comunhão: a vertical entre Jesus Cristo e todos nós, e também a horizontal entre todos os que se distinguem no mundo pelo fato de "invocar o nome de Nosso Senhor Jesus Cristo" (1 Cor 1, 2). Esta é a nossa definição: nós pertencemos àqueles que invocam o nome do Senhor Jesus Cristo. Portanto compreende-se bem quanto seja desejável que se realize o que o próprio Paulo deseja ao escrever aos Coríntios: "Mas se todos começarem a profetizar e entrar ali um descrente qualquer ou simples ouvinte, há-de sentir-se tocado por todos, julgado por todos; os segredos do seu coração serão desvendados e, prostrando-se com o rosto por terra, adorará a Deus, proclamando que Deus está realmente no meio de vós" (1 Cor 24-25). Assim deveriam ser os nossos encontros litúrgicos. Um não cristão que entra numa assembleia nossa, no final deveria poder dizer: "Verdadeiramente Deus está convosco". Peçamos ao Senhor que sejamos assim, em comunhão com Cristo e em comunhão entre nós.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 6 de Dezembro 2006

Viagem Apostólica à Turquia

Amados irmãos e irmãs!

Como já é tradição depois de cada Viagem Apostólica, durante esta Audiência geral gostaria de percorrer de novo as várias etapas da peregrinação que realizei à Turquia, de terça-feira a sexta-feira da semana passada. Uma visita que, como sabeis, se apresentava não fácil sob diversos aspectos, mas que Deus acompanhou desde o início e que assim pôde realizar-se felizmente.

Portanto, como eu tinha pedido para a preparar e acompanhar com a oração, agora peço-vos que vos unais a mim na ação de graças ao Senhor pela sua realização e pela sua feliz conclusão.

Confio-lhe os frutos que dela espero que possam brotar, tanto no que se refere aos relacionamentos com os nossos irmãos ortodoxos, como ao diálogo com os muçulmanos. Em primeiro lugar, sinto o dever de renovar a cordial expressão do meu reconhecimento ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro e às outras Autoridades, que me receberam com tanta cortesia e garantiram as condições necessárias para que tudo pudesse realizar-se do melhor modo.

Além disso, agradeço fraternalmente aos Bispos da Igreja católica na Turquia, com os seus colaboradores, tudo o que fizeram. Dirijo um agradecimento particular ao Patriarca Ecumênico Bartolomeu I, que me recebeu na sua casa, ao Patriarca Arménio Mesrob II, ao Metropolita Sírio-Ortodoxo Mor Filüksinos e às outras Autoridades religiosas. Ao longo de toda a viagem, senti-me particularmente sustentado pelos meus venerados Predecessores, os Servos de Deus Paulo VI e João Paulo II, que realizaram uma visita memorável à Turquia, e acima de tudo pelo Beato João XXIII, que foi Representante pontifício naquele nobre país, de 1935 a 1944, deixando ali uma recordação rica de carinho e devoção.

Inspirando-me na visão que o Concílio Vaticano II apresenta da Igreja (cf. Constituição Lumen gentium, 14-16), poderia dizer que também as viagens pastorais do Papa contribuem para realizar a sua missão, que se desenvolve "em círculos concêntricos". No círculo mais interno, o Sucessor de Pedro confirma na fé os católicos, no intermédio encontra-se com os outros cristãos e no mais externo dirige-se aos não-cristãos e a toda a humanidade. O primeiro dia da minha Visita à Turquia realizou-se no âmbito deste terceiro "círculo", o mais amplo: encontrei-me com o Primeiro-Ministro, com o Presidente da República e com o Presidente para os Assuntos Religiosos, dirigindo a este último o meu primeiro discurso; prestei homenagem ao

Mausoléu do "pai da pátria" Mustafá Kemal Atatürk; e em seguida, tive a possibilidade de falar ao Corpo Diplomático na Nunciatura Apostólica de Ankara.

Esta intensa série de encontros constituiu uma parte importante da Visita, especialmente em consideração do fato de que a Turquia é um país de vastíssima maioria muçulmana, mas regulado por uma Constituição que afirma a laicidade do Estado. Portanto, é um país emblemático, em referência ao grande desafio que hoje se enfrenta a nível mundial: ou seja, por um lado, é necessário redescobrir a realidade de Deus e a relevância pública da fé religiosa e, por outro, assegurar que a expressão de tal fé seja livre, isenta de degenerações fundamentalistas, capaz de rejeitar firmemente todas as formas de violência.

Portanto, tive a ocasião propícia de renovar os meus sentimentos de estima em relação aos muçulmanos e à civilização islâmica. Ao mesmo tempo, pude insistir sobre a importância de que cristãos e muçulmanos se comprometam juntos em favor do homem, da vida, da paz e da justiça, confirmando que a distinção entre o sector civil e o religioso constitui um valor e que o Estado deve garantir ao cidadão e às comunidades religiosas, a efetiva liberdade de culto.

No âmbito do diálogo inter-religioso, a Providência Divina concedeu-me realizar, quase no final da minha viagem, um gesto inicialmente não previsto, e que se revelou muito significativo: a visita à célebre Mesquita Azul de Istambul. Detendo-me alguns minutos em recolhimento naquele lugar de oração, dirigi-me ao único Senhor do céu e da terra, Pai misericordioso de toda a humanidade. Possam todos os crentes reconhecer-se como suas criaturas e dar testemunho de verdadeira fraternidade!

O segundo dia levou-me a Éfeso e, portanto, encontrei-me rapidamente no "círculo" mais interno da viagem, em contato direto com a Comunidade católica. Com efeito, em Éfeso, numa agradável localidade chamada "Colina do rouxinol" que dá para o mar Egeu, encontra-se o Santuário da Casa de Maria. Trata-se de uma antiga pequena capela que surgiu em redor de um casebre que, segundo uma antiquíssima tradição, o Apóstolo João mandou construir para a Virgem Maria, depois de a ter levado consigo para Éfeso.

Foi o próprio Jesus que confiou um ao outro quando, antes de morrer na cruz, tinha dito a Maria: "Mulher, eis o teu filho!", e a João: "Eis a tua mãe!" (Jo 19, 26-27). As pesquisas arqueológicas demonstraram que aquele lugar é, desde tempos imemoráveis, um lugar de culto mariano, querido também aos muçulmanos, que habitualmente vão ali para venerar Aquela a quem chamam "*Meryem Ana*", Mãe Maria. No jardim adjacente ao Santuário celebrei a Santa Missa para um grupo de fiéis, vindos da vizinha cidade de Izmir e de outras partes da Turquia e também do estrangeiro. Na "Casa de Maria" sentimo-nos verdadeiramente "em casa", e naquele clima de paz rezámos pela paz na Terra Santa e no mundo inteiro. Ali desejei recordar o

Pe. Andrea Santoro, sacerdote romano, testemunha em terra turca do Evangelho com o seu sangue.

O "círculo" intermédio, o das relações ecuménicas, ocupou a parte central desta viagem, ocorrida por ocasião da festa de Santo André, no dia 30 de Novembro. Esta circunstância ofereceu o contexto ideal para consolidar os relacionamentos fraternos entre o Bispo de Roma, Sucessor de Pedro, e o Patriarca Ecumênico de Constantinopla, Igreja fundada segundo a tradição pelo Apóstolo Santo André, irmão de Simão Pedro.

Seguindo os passos de Paulo VI, que se encontrou com o Patriarca Atenágoras, e de João Paulo II, que foi recebido pelo sucessor de Atenágoras, Dimitrios I, renovei com Sua Santidade Bartolomeu I este gesto de grande valor simbólico, para confirmar o compromisso recíproco de continuar no caminho rumo ao restabelecimento da plena comunhão entre católicos e ortodoxos. Para sancionar este firme propósito, subscrevi juntamente com o Patriarca Ecumênico uma Declaração Conjunta, que constitui uma ulterior etapa neste caminho.

Foi particularmente significativo que este ato se tenha realizado no final da solene Liturgia da festa de Santo André, à qual assisti e que se concluiu com a dupla Bênção concedida pelo Bispo de Roma e pelo Patriarca de Constantinopla, sucessores respectivamente dos Apóstolos Pedro e André. De tal modo, manifestámos que na base de todos os esforços ecuménicos há sempre a oração e a invocação perseverante do Espírito Santo. Ainda neste âmbito, em Istambul tive a alegria de visitar o Patriarca da Igreja Arménia Apostólica, Sua Beatitude Mesrob II, assim como de me encontrar com o Metropolita Sírio-Ortodoxo. Além disso, apraz-me recordar neste contexto o diálogo que tive com o Grão-Rabino da Turquia.

A minha visita terminou, precisamente antes da partida para Roma, voltando ao "círculo" mais interno, ou seja, encontrando-me com a Comunidade católica presente em todos os seus componentes na Catedral latina do Espírito Santo, em Istambul. Assistiram à esta Santa Missa também o Patriarca Ecumênico, o Patriarca Arménio, o Metropolita Sírio-Ortodoxo e os Representantes das Igrejas protestantes. Em síntese, estavam reunidos em oração todos os cristãos, na diversidade das tradições, dos ritos e das línguas. Confortados pela Palavra de Cristo, que promete aos fiéis "rios de água viva" (Jo 7, 38), e pela imagem dos muitos membros unidos no único corpo (cf. 1 Cor 12, 12-13), vivemos a experiência de um renovado Pentecostes.

Queridos irmãos e irmãs, regressei aqui ao Vaticano, com a alma repleta de gratidão a Deus e com sentimentos de sincero afeto e estima pelos habitantes da amada nação turca, pelos quais me senti acolhido e compreendido. A simpatia e a cordialidade de que me circundaram, apesar das dificuldades inevitáveis que a minha visita causou ao normal cumprimento das suas atividades quotidianas, permanecem em mim como uma recordação viva que me impele à

oração. Deus onipotente e misericordioso ajude o povo turco, os seus governantes e os representantes das várias religiões, a construírem juntos um futuro de paz, a fim de que a Turquia possa ser uma "ponte" de amizade e de colaboração fraterna entre o Ocidente e o Oriente. Além disso, oremos também para que, por intercessão de Maria Santíssima, o Espírito Santo torne fecunda esta viagem apostólica, e anime no mundo inteiro a missão da Igreja, instituída por Cristo para anunciar a todos os povos o Evangelho da verdade, da paz e do amor.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 13 de Dezembro 2006

Timóteo e Tito os colaboradores mais estreitos de Paulo

Queridos irmãos e irmãs!

Depois de ter falado longamente sobre o grande apóstolo Paulo, hoje tomamos em consideração os seus dois colaboradores mais estreitos: Timóteo e Tito. São dirigidas a eles três Cartas tradicionalmente atribuídas a Paulo, das quais duas são destinadas a Timóteo e uma a Tito.

Timóteo é um nome grego e significa "que honra Deus". Enquanto Lucas nos Atos o menciona seis vezes, Paulo nas suas cartas faz referência a ele dezessete vezes (além disso encontrámo-lo uma vez na Carta aos Hebreus). Deduz-se que aos olhos de Paulo ele gozava de grande consideração, mesmo se Lucas não considera que deva narrar tudo o que lhe diz respeito. De fato, o Apóstolo encarregou-o de missões importantes e viu nele quase um *alter ego*, como resulta do grande elogio que dele traça na Carta aos Filipenses: "É que não tenho ninguém com igual disposição (*isópsychon*), que tão sinceramente se preocupe pela vossa vida" (2, 20).

Timóteo tinha nascido em Listra (cerca de 200 km a nordeste de Tarso) de mãe judia e de pai pagão (cf. At 16, 1). O fato que a mãe tivesse contraído um matrimônio misto e não tivesse feito circuncidar o filho deixa pensar que Timóteo tenha crescido numa família não estritamente observante, mesmo se foi dito que conhecia as Escrituras desde a infância (cf. 2 Tm 3, 15). Foi-nos transmitido o nome da mãe, Eunice, e também o da avó, Loide (cf. 2 Tm 1, 5). Quando Paulo passou por Listra no início da segunda viagem missionária, escolheu Timóteo como companheiro, porque "era muito estimado pelos irmãos de Listra e de Icóneo" (At 16, 2), mas fê-lo circuncidar "por causa dos judeus existentes naquelas regiões" (At 16, 3).

Juntamente com Paulo e Silas, Timóteo atravessou a sia Menor até Tróade, de onde passou à Macedónia. Além disso, estamos informados de que em Filipos, onde Paulo e Silas foram envolvidos na acusação de espalhar desordens públicas e foram aprisionados por se terem oposto à exploração por parte de alguns indivíduos sem escrúpulos de uma jovem mulher como maga (cf. At 16, 16-40), Timóteo foi poupado. Depois, quando Paulo foi obrigado a prosseguir até Atenas, Timóteo alcançou-o naquela cidade e ali foi enviado à jovem Igreja de Tessalônica para ter notícias e para a confirmar na fé (cf. 1 Ts 3, 1-2). Foi ter depois com o Apóstolo em Corinto, levando-lhe boas notícias sobre os Tessalonicenses e colaborando com ele na evangelização daquela cidade (cf. 2 Cor 1, 19).

Reencontramos Timóteo em Éfeso durante a terceira viagem missionária de Paulo. Dali provavelmente o Apóstolo escreveu a Filemon e aos Filipenses, e nas duas cartas a Timóteo re-

sulta co-autor (cf. Fm 1; Fl 1, 1). De Éfeso, Paulo enviou-o à Macedónia juntamente com um certo Erasto (cf. At 19, 22) e depois também a Corinto com o cargo de levar uma carta, na qual recomendava aos Coríntios que o acolhessem calorosamente (cf. 1 Cor 4, 17; 16, 10-11). Encontrámo-lo ainda como co-autor da Segunda Carta aos Coríntios, e quando de Corinto Paulo escreve a Carta aos Romanos une nela, juntamente com as dos demais, as saudações de Timóteo (cf. Rm 16, 21). De Corinto o discípulo partiu de novo para alcançar Tróade na margem asiática do Mar Egeu e ali aguardar o Apóstolo que ia para Jerusalém na conclusão da terceira viagem missionária (cf. At 20, 4). A partir daquele momento sobre a biografia de Timóteo as fontes antigas dão-nos apenas uma referência na Carta aos Hebreus, na qual se lê: "Sabei que o nosso irmão Timóteo foi posto em liberdade. Se vier depressa, irei ver-vos com Ele" (13, 23). Em conclusão, podemos dizer que a figura de Timóteo sobressai como a de um pastor de grande relevo. Segundo a posterior História eclesiástica de Eusébio, Timóteo foi o primeiro Bispo de Éfeso (cf. 3, 4). Algumas das suas relíquias encontram-se desde 1239 na Itália na Catedral de Termoli no Molise, provenientes de Constantinopla.

Depois, quanto à figura de Tito, cujo nome é de origem latina, sabemos que era grego de nascença, isto é, pagão (cf. Gl 2, 3). Paulo levou-o consigo a Jerusalém para o chamado Concílio apostólico, no qual foi solenemente aceite a pregação aos pagãos do Evangelho, que libertava dos condicionamentos da lei moisaica. Na Carta a ele dirigida, o Apóstolo elogia-o definindo-o "meu verdadeiro filho na fé comum" (Tt 1, 4). Depois da partida de Timóteo de Corinto, Paulo enviou Tito a essa cidade com a tarefa de reconduzir aquela indócil comunidade à obediência. Tito restabeleceu a paz entre a Igreja de Corinto e o Apóstolo, que lhe escreveu nestes termos: "Deus, porém, que consola os humildes, consolou-nos com a chegada de Tito, e não só com a sua chegada mas também com a consolação que ele tinha recebido de vós.

Contou-nos ele o vosso vivo desejo, a vossa aflição, a vossa solicitude por mim... Foi por isso que ficámos consolados" (2 Cor 7, 6-7.13). Tito foi enviado de novo a Corinto por Paulo que o qualifica como "meu companheiro e colaborador" (2 Cor 8, 23) para ali organizar a conclusão das coletas em favor dos cristãos de Jerusalém (cf. 2 Cor 8, 6). Ulteriores notícias provenientes das Cartas Pastorais qualificam-no como Bispo de Creta (cf. Tt 1, 5), de onde, a convite de Paulo, alcançou o Apóstolo em Nicópoles no Éfiro (cf. Tt 3, 12). Não possuímos outras informações sobre os deslocamentos seguintes de Tito e sobre a sua morte.

Para concluir, se consideramos Timóteo e Tito unitariamente nas suas duas figuras, apercebemo-nos de alguns dados significativos. O mais importante é que Paulo se serviu de colaboradores para o desempenho das suas missões. Ele permanece certamente o Apóstolo por antonomásia, fundador e pastor de muitas Igrejas. Contudo é evidente que ele não fazia tudo sozi-

nho, mas apoiava-se em pessoas de confiança que partilhavam as suas fadigas e as suas responsabilidades. Outra observação refere-se à disponibilidade destes colaboradores. As fontes relativas a Timóteo e a Tito põem bem em realce a sua disponibilidade para assumir vários cargos, que muitas vezes consistiam em representar Paulo também em ocasiões não fáceis.

Numa palavra, eles ensinam-nos a servir o Evangelho com generosidade, sabendo que isto obriga também a um serviço à própria Igreja. Por fim, aceitemos a recomendação que o apóstolo Paulo faz a Tito na carta a ele dirigida: "desejo que tu fales com firmeza destas coisas, para que os que acreditaram em Deus, se empenhem na prática de boas obras, pois isso é bom e útil para os homens" (Tt 3, 8). Mediante o nosso compromisso concreto devemos e podemos descobrir a verdade destas palavras, e precisamente neste tempo de Advento sermos nós também ricos de obras boas e assim abrir as portas do mundo a Cristo, o nosso Salvador.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 20 de Dezembro 2006

A proximidade do Santo Natal

Queridos irmãos e irmãs!

"O Senhor está próximo: vinde, adoremo-lo". Com esta invocação a liturgia convida-nos, nestes últimos dias do Advento, a aproximar-nos, quase em ponta de pés, da gruta de Belém, onde se realizou o acontecimento extraordinário, que mudou o curso da história: o nascimento do Redentor.

Na Noite de Natal deter-nos-emos, mais uma vez, diante do presépio, para contemplar estupefatos o "Verbo feito carne". Sentimentos de alegria e de gratidão, como todos os anos, renovar-se-ão no nosso coração ao ouvir as melodias do Natal, que cantam em tantas línguas o mesmo extraordinário prodígio. O Criador do universo veio por amor habitar entre os homens.

Na Carta aos Filipenses, São Paulo afirma que Cristo "que é de condição divina, não considerou como uma usurpação ser igual a Deus: no entanto, esvaziou-se a si mesmo, tomando a condição de servo e tornando-se igual aos homens" (cf. 2, 6-7). Manifestou-se de forma humana, acrescenta o Apóstolo, rebaixando-se a si mesmo. No Santo Natal reviveremos a realização deste sublime mistério de graça e de misericórdia.

Diz ainda São Paulo: "Mas, quando chegou a plenitude do tempo, Deus enviou o Seu Filho, nascido de uma mulher, nascido sob o domínio da Lei, para resgatar os que se encontravam sob o domínio da Lei, a fim de recebermos a adoção de Filhos" (Gl 4, 4-5). Na verdade, havia muitos séculos que o povo eleito aguardava o Messias, mas imaginava-o como um chefe poderoso e vitorioso que teria libertado da opressão dos estrangeiros.

Ao contrário, o Salvador nasceu no silêncio e na pobreza mais extrema. Veio como luz que ilumina cada homem observa o Evangelista "mas o mundo não o reconheceu" (Jo 1, 8.11). O Apóstolo acrescenta: "Mas, a quantos o receberam, aos que nele crêem, deu-lhe o poder de se tornarem filhos de Deus" (ibid., 1, 12). A luz prometida iluminou os corações de quantos perseveraram na expectativa vigilante e laboriosa.

A liturgia do Advento exorta também a nós a sermos sóbrios e vigilantes, para não nos deixarmos sobrecarregar pelo pecado e pelas preocupações excessivas do mundo. De fato, é vigiando e rezando que poderemos reconhecer e acolher o esplendor do Natal de Cristo. São Máximo de Turim, Bispo dos séculos IV-V, numa das suas homilias, afirma: "O tempo adverte-nos que o Natal de Cristo Senhor está próximo.

O mundo com as suas angústias diz a iminência de algo que o renovará, e deseja com uma expectativa impaciente que o esplendor de um sol mais resplandecente ilumine as suas trevas... Esta expectativa da criação persuade-nos também a nós a esperar o nascimento de Cristo, novo Sol" (Disc. 61a, 1-3). Portanto, a mesma criação nos leva a descobrir e a reconhecer Aquele que há-de vir.

Mas a pergunta é: a humanidade do nosso tempo espera ainda um Salvador Tem-se a impressão de que muitos consideram Deus fora dos seus interesses. Aparentemente não precisam d'Ele; vivem como se Ele não existisse e, ainda pior, como se fosse um "obstáculo" a superar para se realizarem a si mesmos. Também entre os crentes temos a certeza há quem se deixa atrair por quimeras aliciantes e distrair por doutrinas desviantes que propõem atalhos ilusórios para obter a felicidade.

Contudo, mesmo com as suas contradições, angústias e dramas, e talvez precisamente para eles, hoje a humanidade procura um caminho de renovação, de salvação, procura um Salvador e aguarda, por vezes inconscientemente, o advento do Salvador que renova o mundo e a nossa vida, o advento de Cristo, o único verdadeiro Redentor do homem e do homem todo. Sem dúvida, falsos profetas continuam a propor uma salvação a "baixo preço", que termina sempre por gerar violentas desilusões.

Precisamente a história dos últimos cinquenta anos demonstra esta busca de um Salvador a "baixo preço" e evidencia todas as desilusões a que elas deram origem. É tarefa dos cristãos difundir, com o testemunho da vida, a verdade do Natal, que Cristo traz a cada homem e mulher de boa vontade. Nascendo na pobreza do presépio, Jesus vem oferecer a todos aquela alegria e paz, as únicas que podem colmar a expectativa do ânimo humano.

Mas como devemos preparar-nos para abrir o coração ao Senhor que vem A atitude espiritual da expectativa vigilante e orante permanece a característica fundamental do cristão neste tempo de Advento. É a atitude que distingue os protagonistas de então: Zacarias e Isabel, os pastores, os Magos, o povo simples e humilde. Sobretudo a expectativa de Maria e de José! Eles, mais do que outrem, viveram em primeira pessoa os afãs e a trepidação pelo Menino que devia nascer.

Não é difícil imaginar como transcorreram os últimos dias, na expectativa de abraçar o recém-nascido. A sua atitude seja a nossa, queridos irmãos e irmãs! A este propósito, ouvimos a exortação do já citado São Máximo, Bispo de Turim: "Enquanto estamos para acolher o Natal do Senhor, revistamo-nos com vestes nítidas, sem mancha. Falo da veste da alma, não da do corpo. Vistamo-nos não com vestes de seda, mas com obras santas! As vestes vistosas podem cobrir os membros mas não embelezam a consciência" (ibid.).

Nascendo entre nós, que o Menino Jesus não nos encontre distraídos ou comprometidos simplesmente a embelezar com iluminações as nossas casas. Ao contrário, preparemos na nossa alma e nas nossas famílias uma habitação digna onde Ele se sinta acolhido com fé e amor.

Ajudem-nos a Virgem e São José a viver o Mistério do Natal com renovada admiração e serenidade pacífica. Com estes sentimentos desejo formular os votos mais fervorosos para um santo e feliz Natal a todos vós, aqui presentes, e aos vossos familiares, com uma recordação particular para quantos estão em dificuldade ou sofrem no corpo e no espírito. Bom Natal a todos vós!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 27 de Dezembro 2006

O mistério do Natal

Queridos irmãos e irmãs!

O encontro de hoje realiza-se no clima do Natal repleto de profunda alegria pelo nascimento do Salvador. Celebrámos há pouco, anteontem, este mistério, cujo eco se expande na liturgia de todos estes dias. É um mistério de luz que os homens de todas as épocas podem reviver na fé. Ressoam nos nossos corações as palavras do Evangelista João, do qual precisamente hoje celebramos a festa: "*Et Verbum caro factum est* - E o Verbo fez-se homem e veio habitar conosco" (Jo 1, 14).

Portanto, no Natal Deus veio habitar entre nós veio por nós, para permanecer conosco. Uma pergunta atravessa estes dois mil anos de história cristã: "Mas por que o fez, por que se fez homem?".

Ajuda-nos a responder a esta pergunta o cântico que os anjos entoaram sobre a gruta de Belém: "Glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens do seu agrado" (Lc 2, 14). O cântico da noite de Natal, entoado no Glória, já faz parte da liturgia como os outros três cânticos do Novo Testamento, que se referem ao nascimento e à infância de Jesus: o *Benedictus*, o *Magnificat* e o *Nunc dimittis*. Enquanto estes últimos estão inseridos respectivamente nas Laudes matutinas, na oração da tarde das Vésperas, e na noturna das Completas, o Glória encontrou a sua colocação precisamente na Santa Missa.

As palavras dos anjos, desde o segundo século foram acrescentadas algumas aclamações: "Nós te louvamos, te bendizemos, te adoramos, te glorificamos, te damos graças pela tua imensa glória" e mais tarde, outras invocações: "Senhor Deus, Cordeiro de Deus, Filho do Pai, que tiras o pecado do mundo...", até formular um suave hino de louvor que foi cantado pela primeira vez na Missa de Natal e depois em todos os dias de festa. Inserido no início da Celebração eucarística, o Glória ressalta a continuidade existente entre o nascimento e a morte de Cristo, entre o Natal e a Páscoa, aspectos inseparáveis do único e mesmo mistério de salvação.

O Evangelho narra que a multidão angélica cantava: "Glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens do seu agrado". Os anjos anunciam aos pastores que o nascimento de Jesus "é" glória para Deus nas alturas e "é" paz na terra aos homens do seu agrado.

Portanto, oportunamente é costume colocar sobre a gruta estas palavras angélicas como explicação do mistério do Natal, que se realizou no presépio. A palavra "glória" (*doxa*) indica o

esplendor de Deus que suscita o louvor agradecido das criaturas. São Paulo dirá: "o conhecimento da glória de Deus, que resplandece na face de Cristo" (2 Cor 4, 6). "Paz" (*eirene*) sintetiza a plenitude dos dons messiânicos, isto é, a salvação que, como anota sempre o Apóstolo, se identifica com o próprio Cristo: "Com efeito, Ele é a nossa paz" (Ef 2, 14). Por fim, encontra-se a referência aos "homens do seu agrado". "Seu agrado" (*eudokia*), na linguagem comum faz pensar na "boa vontade" dos homens, mas estas palavras indicam ao contrário o "querer bem" de Deus em relação aos homens, que não conhece limites. E eis então a mensagem do Natal: com o nascimento de Jesus, Deus manifestou a sua benevolência por todos.

Voltemos à pergunta: "Por que Deus se fez homem?". Santo Ireneu escreve: "O Verbo fez-se dispensador da glória do Pai para utilidade dos homens... Glória de Deus é o homem que vive *vivens homo* e a sua vida consiste na visão de Deus" (Adv. aer. IV, 20, 5.7). A glória de Deus manifesta-se, portanto, na salvação do homem, que Deus tanto amou "que lhe entregou como afirma o evangelista João o seu Filho Unigênito, a fim de que todo o que nele crer não pereça mas tenha a vida eterna" (Jo 3, 16). Portanto, é o amor a razão derradeira da encarnação de Cristo. Em relação a isto é eloquente a reflexão do teólogo. U. von Balthasar, o qual escreveu: Deus "não é, em primeiro lugar, poder absoluto, mas amor absoluto cuja soberania não se manifesta em ter para si o que pertence, mas no seu abandono" (Mysterium paschale I, 4). O Deus que contemplamos no presépio é Deus-Amor.

A este ponto o anúncio dos anjos ressoa para nós também como um convite: "seja" dada glória a Deus nas alturas, "seja" paz na terra aos homens do seu agrado. O único modo para glorificar a Deus e construir a paz no mundo consiste no humilde e confiante acolhimento do dom do Natal: o amor. O canto dos anjos então pode tornar-se uma oração a ser repetida com frequência, não só neste tempo de Natal. Um hino de louvor a Deus nas alturas e uma fervorosa invocação de paz na terra, que se traduza num compromisso concreto em construí-la com a nossa vida. É este o compromisso que o Natal nos confia.

2007

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 3 de Janeiro 2007

Mistério do Natal

Queridos irmãos e irmãs!

Obrigado pelo vosso afeto. Desejo Bom Ano a todos vós! Esta primeira Audiência geral do novo ano ainda se realiza no clima de Natal, numa atmosfera que nos convida à alegria pelo nascimento do Redentor. Ao vir ao mundo, Jesus distribuiu com abundância entre os homens dons de bondade, de misericórdia e de amor. Quase interpretando os sentimentos dos homens de todos os tempos, o apóstolo João observa: "Vede que amor tão grande o Pai nos concedeu, a ponto de nos podermos chamar filhos de Deus" (1 Jo 3, 1). Quem se detém a meditar diante do Filho de Deus que jaz inerme no presépio não pode deixar de se sentir surpreendido por este acontecimento humanamente incrível; não pode não partilhar a admiração e o abandono humilde da Virgem Maria, que Deus escolheu como Mãe do Redentor precisamente pela sua humildade. No Menino de Belém cada homem descobre que é gratuitamente amado por Deus; na luz do Natal manifesta-se a cada um de nós a bondade infinita de Deus. Em Jesus Pai celeste inaugurou uma nova relação conosco; tornou-nos "filhos no mesmo Filho". É precisamente sobre esta realidade que, durante estes dias, São João nos convida a meditar com a riqueza e a profundidade da sua palavra, da qual ouvimos um trecho.

O Apóstolo predileto do Senhor ressalta que nós "somos realmente" (1 Jo 3, 1) filhos: não somos apenas criaturas, mas filhos; deste modo Deus está próximo de nós; desta forma atrai-nos para si no momento da sua encarnação, no seu fazer-se um de nós. Por conseguinte pertencemos verdadeiramente à família que tem Deus como Pai, porque Jesus, o Filho Unigênito, veio armar a sua tenda no meio de nós, a tenda da sua carne, para reunir todos os povos numa única família, família de Deus, pertencente realmente ao Ser divino, unidos num só povo, numa só família. Veio para nos revelar o verdadeiro rosto do Pai. E se nós agora usamos a palavra de Deus, já não se trata de uma realidade conhecida apenas de longe. Nós conhecemos o rosto de Deus: é o do Filho, que veio para tornar mais próximas de nós, da terra, as realidades celestes. Anota São João: "É nisto que está o amor: não fomos nós que amámos a Deus, mas foi Ele mesmo que nos amou" (1 Jo 4, 10). No Natal ressoa no mundo inteiro o anúncio simples e perturbador: "Deus ama-nos".

"Nós amamos diz São João porque Ele nos amou primeiro" (1 Jo 4, 19). Este mistério está-nos confiado para que, experimentando o amor divino, vivamos propensos para as realidades do céu. E isto, digamos, é também a prática destes dias: viver realmente propensos para Deus,

procurando antes de tudo o Reino e a sua justiça, na certeza de que o resto, tudo o mais nos será dado por acréscimo (cf. Mt 6, 33). A crescer nesta consciência ajuda-nos o clima espiritual do tempo do Natal.

A alegria do Natal não nos faz esquecer o mistério do mal (mysterium iniquitatis), o poder das trevas que tenta obscurecer o esplendor da luz divina: e, infelizmente, conhecemos todos os dias este poder das trevas. No prólogo do seu Evangelho, várias vezes proclamado nestes dias, o evangelista João escreve: "A luz brilhou nas trevas, mas as trevas não a receberam" (1, 5). É o drama da recusa de Cristo que, como no passado, se manifesta e se expressa, infelizmente, também hoje de tantas formas diversas. Talvez mais súbdulas e perigosas sejam as formas de recusa de Deus na era contemporânea: da total rejeição à indiferença, do ateísmo cientista à apresentação de um Jesus considerado modernizado e pós-modernizado. Um Jesus homem, limitado de modos diversos a um simples homem do seu tempo, privado da sua divindade; ou então um Jesus tão idealizado que parece a personagem de uma fábula.

Mas Jesus, o verdadeiro Jesus da história, é o verdadeiro Deus e verdadeiro Homem e não se cansa de propor o seu Evangelho a todos, sabendo que é "sinal de contradição para que sejam revelados os pensamentos de muitos corações", como profetizou o velho Simeão (cf. Lc 2, 3233).

Na realidade, só o Menino que jaz no presépio possui o verdadeiro segredo da vida. Por isso pede para ser acolhido, que se lhe conceda um espaço em nós, nos nossos corações, nas nossas casas, nas nossas cidades e nas nossas sociedades. Ressoam no coração e na mente as palavras do prólogo de João: "A quantos o receberam, aos que nele crêem, deu-lhes o poder de se tornarem filhos de Deus" (1, 12). Procuremos estar entre quantos o recebem. Diante dele não se pode permanecer indiferente. Também nós, queridos amigos, devemos tomar continuamente posição.

Qual será então a nossa resposta? Com que atitude o acolhemos? Vêm em nossa ajuda a simplicidade dos pastores e a busca dos Magos que, através da estrela, perscrutam os sinais de Deus; servem-nos de exemplo a docilidade de Maria e a sábia prudência de José. Os mais de dois mil anos de história cristã estão cheios de exemplos de homens e mulheres, de jovens e adultos, de crianças e idosos que acreditaram no Mistério do Natal, abriram os braços ao Emanuel tornando-se com a sua vida faróis de luz e de esperança. O amor que Jesus, nascendo em Belém, trouxe ao mundo, liga a si quantos o acolhem numa relação duradoura de amizade e de fraternidade. São João da Cruz afirma: "Deus, ao dar-nos tudo, isto é, o seu Filho, n'Ele disse tudo. Fixa o olhar unicamente n'Ele... e encontrarás também mais de quanto pedes e desejas" (Subida ao monte Carmelo, Livro I, Ep. 22, 4-5).

Queridos irmãos e irmãs, no início deste novo ano reavivemos em nós o compromisso de abrir a Cristo a mente e o coração, manifestando-lhe sinceramente a vontade de viver como seus verdadeiros amigos. Assim tornar-nos-emos colaboradores do seu projeto de salvação e testemunhas daquela alegria que Ele nos doa para que a difundamos em abundância à nossa volta.

Ajude-nos Maria a abrir o coração ao Emanuel, que assumiu a nossa pobre e frágil carne para partilhar juntamente conosco o cansativo caminho da vida terrena. Contudo, em companhia de Jesus, neste caminho de alegria. Vamos juntamente com Jesus, caminhemos com Ele, e assim o ano novo será um ano feliz e bom.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 10 de Janeiro 2007

Estêvão, o Protomártir

Queridos irmãos e irmãs!

Depois do tempo das festas voltamos às nossas catequeses. Eu tinha meditado convosco sobre as figuras dos doze Apóstolos e de São Paulo. Depois começámos a refletir sobre as outras figuras da Igreja nascente e assim hoje desejamos refletir sobre a pessoa de Santo Estêvão, festejado pela Igreja no dia seguinte ao Natal. Santo Estêvão é o mais representativo de um grupo de sete companheiros. A tradição vê neste grupo o germe do futuro ministério dos "diáconos", mesmo se é preciso ressaltar que não se encontra esta denominação no Livro dos Atos. A importância de Estêvão resulta contudo do fato que Lucas, neste seu livro importante, lhe dedica dois capítulos inteiros.

A narração de Lucas parte da constatação de uma subdivisão no interior da Igreja primitiva de Jerusalém; ela era, sem dúvida, totalmente composta por cristãos de origem hebraica, mas alguns deles eram originários da terra de Israel e eram chamados "hebreus", enquanto outros de fé hebraica veterotestamentária provinham da diáspora de língua grega e eram chamados "helenistas".

Eis o problema que se estava a delinear: os mais necessitados dos helenistas, especialmente as viúvas privadas de qualquer apoio social, corriam o risco de serem descuidadas na assistência para o sustentamento quotidiano. Para resolver esta dificuldade os Apóstolos, reservando para si a oração e o ministério da Palavra como sua tarefa principal, decidiram encarregar "sete homens de boa reputação, cheios do Espírito e de sabedoria" para que desempenhassem a tarefa da assistência (At 6, 2-4), ou seja, do serviço social caritativo. Para esta finalidade, como escreve Lucas, a convite dos Apóstolos os discípulos elegeram sete homens. Deles conhecemos também os nomes. Eles são: "Estêvão, homem cheio de fé e do Espírito Santo, Filipe, Prócuro, Nicanor, Timão, Parmenas e Nicolau de Antioquia. Foram apresentados aos Apóstolos que, depois de orarem, lhes impuseram as mãos" (At 6, 5-6).

O gesto da imposição das mãos pode ter vários significados. No Antigo Testamento o gesto tem sobretudo o significado de transmitir um cargo importante, como fez Moisés com Josué (cf. Nm 27, 18-23), designando assim o seu sucessor. Nesta continuidade também a Igreja de Antioquia utilizará este gesto para enviar Paulo e Barnabé em missão aos povos do mundo (cf. At 13, 3). A uma análoga imposição sobre Timóteo, para lhe transmitir um cargo oficial, fazem referência as duas Cartas paulinas a ele dirigidas (cf. 1 Tm 4, 14; 2 Tm 1, 6). Que se

tratava de uma ação importante, a ser realizada depois do discernimento, deduz-se de quanto se lê na Primeira Carta a Timóteo: "Não imponhas as mãos a ninguém precipitadamente, nem te tornes cúmplice de pecados alheios" (5, 22). Por conseguinte vemos que o gesto da imposição das mãos se desenvolve no seguimento de um sinal sacramental. No caso de Estêvão e companheiros trata-se certamente da transmissão oficial, da parte dos Apóstolos, de um cargo e ao mesmo tempo da imploração de uma graça para o exercer.

O mais importante que se deve fazer notar é que, além dos serviços caritativos, Estêvão desempenha também uma tarefa de evangelização em relação aos concidadãos, dos chamados "helenistas"; com efeito, Lucas insiste sobre o fato de que ele, "cheio de graça e de fortaleza" (At 6, 8), apresenta em nome de Jesus uma nova interpretação de Moisés e da própria Lei de Deus, relê o Antigo Testamento à luz do anúncio da morte e da ressurreição de Jesus. Esta releitura do Antigo Testamento, releitura cristológica, provoca as reações dos Judeus que compreendem as suas palavras como uma blasfémia (cf. At 6, 11-14). Por esta razão ele é condenado à lapidação.

E São Lucas transmite-nos o último discurso do santo, uma síntese da sua pregação. Dado que Jesus tinha mostrado aos discípulos de Emaús que todo o Antigo Testamento fala dele, assim Santo Estêvão, seguindo o ensinamento de Jesus, lê todo o Antigo Testamento em chave cristológica.

Demonstra que o mistério da Cruz está no centro da história da salvação narrada no Antigo Testamento, mostra que Jesus, o crucificado e ressuscitado, é realmente o ponto de chegada de toda esta história. Portanto, mostra também que o culto do templo terminou e que Jesus, o ressuscitado, é o novo e verdadeiro "templo". Precisamente este "não" ao templo e ao seu culto provoca a condenação de Santo Estêvão, o qual, neste momento diz-nos São Lucas fixando o olhar no céu viu a glória de Deus e Jesus que estava à sua direita. E vendo o céu, Deus e Jesus, Santo Estêvão disse: "Olhai... eu vejo os Céus abertos e o Filho do Homem de pé, à direita de Deus" (At 7, 56). Segue-se o seu martírio, que de fato é modelado sobre a paixão do próprio Jesus, enquanto ele entrega ao "Senhor Jesus" o próprio espírito e reza para que o pecado dos seus algozes não lhes seja atribuído (cf. At 7, 59-60).

O lugar do martírio de Estêvão em Jerusalém é tradicionalmente colocado um pouco fora da Porta de Damasco, a norte, onde surge agora precisamente a Igreja de Saint-Étienne ao lado da famosa École Biblique dos Dominicanos. O assassínio de Estêvão, primeiro mártir de Cristo, foi seguido por uma perseguição local contra os discípulos de Jesus (cf. At 8, 1), a primeira que se verificou na história da Igreja. Ela constituiu a ocasião concreta que levou o grupo dos cristãos judaico-helenistas a fugir de Jerusalém e a dispersar-se. Expulsos de Jerusalém, eles

transformaram-se em missionários itinerantes: "Os que tinham sido dispersos foram de aldeia em aldeia, anunciando a palavra da Boa Nova" (At 8, 4). A perseguição e a consequente dispersão tornam-se missão. O Evangelho propagou-se assim na Samaria, na Fenícia e na Síria até à grande cidade de Antioquia, onde segundo Lucas ele foi anunciado pela primeira vez também aos pagãos (cf. At 11, 19-20) e onde se ouviu pela primeira vez o nome de "cristãos" (At 11, 26).

Em particular, Lucas anota que os apedrejadores de Estêvão "depuseram as capas aos pés de um jovem chamado Saulo" (At 7, 58), o mesmo que, sendo perseguidor, se tornará apóstolo insigne do Evangelho. Isto significa que o jovem Saulo certamente ouviu a pregação de Estêvão, e portanto conhecia os conteúdos principais. E São Paulo estava provavelmente entre os que, seguindo e ouvindo este discurso, "se encheram intimamente de raiva e rangeram os dentes contra Estêvão" (At 7, 54). A este ponto podemos ver as maravilhas da Providência divina. Saulo, adversário obstinado da visão de Estêvão, depois do encontro com Cristo ressuscitado no caminho de Damasco, retoma a leitura cristológica do Antigo Testamento feita pelo Protomártir, aprofunda-a e completa-a, e assim torna-se o "Apóstolo das Nações". A Lei cumpre-se, como ele ensina, na cruz de Cristo. E a fé em Cristo, a comunhão com o amor de Cristo é o verdadeiro cumprimento de toda a Lei. É este o conteúdo da pregação de Paulo. Ele demonstra assim que o Deus de Abraão se torna o Deus de todos. E todos os crentes em Jesus Cristo, como filhos de Abraão, se tornam partícipes das promessas. Na missão de São Paulo cumpre-se a visão de Estêvão.

A história de Estêvão diz-nos muitas coisas. Por exemplo, ensina-nos que nunca se deve separar o compromisso social da caridade do anúncio corajoso da fé. Era um dos sete encarregados sobretudo da caridade. Mas não era possível separar caridade e anúncio. Assim, com a caridade, anuncia Cristo crucificado, até ao ponto de aceitar também o martírio. Esta é a primeira lição que podemos aprender da figura de Santo Estêvão: caridade e anúncio caminham sempre juntos.

Sobretudo, Santo Estêvão fala-nos de Cristo, do Cristo crucificado e ressuscitado como centro da história e da nossa vida. Podemos compreender que a Cruz permanece sempre central na vida da Igreja e também na nossa vida pessoal. Na história da Igreja nunca faltarão a paixão, a perseguição. E precisamente a perseguição torna-se, segundo a célebre frase de Tertuliano, fonte de missão para os novos cristãos. Cito as suas palavras: "Nós multiplicamo-nos todas as vezes que somos ceifados por vós: o sangue dos cristãos é semente" (Apologetico 50, 13: Plures efficimur quoties metimur a vobis: semen est sanguis christianorum). Mas também na nossa vida a cruz, que jamais faltará, se torna bênção. E aceitando a cruz, sabendo que ela se tor-

na e é bênção, aprendemos a alegria do cristão também nos momentos de dificuldade. O valor do testemunho é insubstituível, porque a ela conduz o Evangelho e dela se alimenta a Igreja. Santo Estêvão ensina-nos a valorizar esta lição, ensina-nos a amar a Cruz, porque ela é o caminho pelo qual Cristo vem sempre de novo entre nós.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 17 de Janeiro 2007

Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos (1)

Queridos irmãos e irmãs!

Tem início amanhã a Semana de oração pela unidade dos cristãos, que concluirei pessoalmente na Basílica de São Paulo fora dos Muros, no próximo dia 25 de Janeiro, com a celebração as Vésperas, para as quais estão convidados também os representantes das outras Igrejas e Comunidades eclesiais de Roma. De 1 a 25 de Janeiro, e noutras partes do mundo, a semana perto do Pentecostes são um tempo forte de compromisso e de oração da parte de todos os cristãos, os quais podem servir-se dos subsídios elaborados conjuntamente pelo Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos e pela Comissão "Fé e Constituição" do Conselho Ecumênico das Igrejas. Pude aperceber-me como é sentido o desejo da unidade nos encontros que tive com vários representantes de Igrejas e Comunidades eclesiais ao longo destes anos e, de modo muito comovedor, na recente visita ao Patriarca Ecumênico Bartolomeu I, em Istambul na Turquia. Sobre estas e outras experiências, que dilataram o meu coração à esperança, voltarei a refletir mais longamente na próxima quarta-feira. O caminho da unidade permanece certamente longo e não fácil; mas é necessário não desanimar e continuar a percorrê-lo contando em primeiro lugar com o apoio certo d'Aquele que, antes de se elevar ao céu, prometeu aos seus: "E eu estarei sempre convosco, até ao fim do mundo" (Mt 2, 20). A unidade é dom de Deus e fruto da ação do seu Espírito. Por isso é importante rezar. Quanto mais nos aproximamos de Cristo convertendo-nos ao seu amor, tanto mais nos aproximamos também uns dos outros.

Nalguns Países, entre os quais a Itália, a Semana de oração pela unidade dos cristãos é precedida pelo Dia de reflexão judaico-cristã, que se celebra precisamente hoje, 17 de Janeiro.

Desde há quase dois decénios a Conferência Episcopal italiana dedica este Dia ao judaísmo com a finalidade de promover o seu conhecimento e estima e para incrementar a relação de amizade recíproca entre a comunidade cristã e a judaica, relação que se desenvolveu positivamente depois do Concílio Vaticano II e depois da histórica visita do Servo de Deus João Paulo II à Sinagoga Maior de Roma. Também a amizade judaico-cristã, para que cresça e seja frutuosa, deve fundar-se na oração. Convido portanto todos a dirigir hoje uma invocação insistente ao Senhor para que judeus e cristãos se respeitem, se estimem e colaborem juntos para a justiça e a paz no mundo.

Este ano o tema bíblico proposto à reflexão e oração comuns nesta "Semana" é: "Faz ouvir os surdos e falar os mudos" (Mc 7, 31-37). São palavras tiradas do Evangelho de Marcos e referem-se à cura de um surdo-mudo por parte de Jesus. Nesta breve perícope, o evangelista narra que o Senhor, depois de ter colocado os dedos nos ouvidos e depois de ter tocado com a saliva a língua do surdo-mudo, realizou o milagre dizendo: "Effatà", que significa "Abre-te!". Tendo readquirido o ouvido e o dom da palavra, aquele homem suscitou a admiração dos outros contando o que lhe tinha acontecido. Cada cristão, espiritualmente surdo e mudo devido ao pecado original, recebe com o Batismo o dom do Senhor que coloca os seus dedos no seu rosto, e assim, através da graça do Batismo, se torna capaz de ouvir a palavra de Deus e de a proclamar aos irmãos. Aliás, a partir daquele momento é sua tarefa amadurecer no conhecimento e no amor de Cristo de modo que possa anunciar e testemunhar eficazmente o Evangelho.

Este tema, pondo em relevo dois aspectos da missão de cada comunidade cristã o anúncio do Evangelho e o testemunho da caridade ressalta também como é importante traduzir a mensagem de Cristo em iniciativas concretas de solidariedade. Isto favorece o caminho da unidade, porque se pode dizer que qualquer alívio, mesmo se pequeno, que os cristãos dão juntos ao sofrimento do próximo, contribui para tornar mais visível também a sua comunhão e a sua fidelidade ao mandamento do Senhor. A oração pela unidade dos cristãos não pode contudo limitar-se a uma semana por ano. A invocação coral ao Senhor para que seja Ele quem realiza, nos tempos e nos modos que só Ele conhece, a plena unidade de todos os seus discípulos deve prolongar-se todos os dias do ano. Além disso, a harmonia de intenções na diaconia para aliviar os sofrimentos do homem, a busca da verdade da mensagem de Cristo, a conversão e a plenitude, são etapas obrigatórias através das quais cada cristão digno deste nome se deve unir ao irmão para implorar o dom da unidade e da comunhão. Exorto-vos, portanto, a transcorrer estes dias num clima de escuta orante do Espírito de Deus, para que se realizem passos significativos pelo caminho da comunhão plena e perfeita entre todos os discípulos de Cristo. Obtenha-nos isto a Virgem Maria, que invocamos como Mãe da Igreja e amparo de todos os cristãos, apoio do nosso caminho para Cristo.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 24 de Janeiro 2007

Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos (2)

Queridos irmãos e irmãs!

Encerra-se amanhã a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, que este ano tem como tema as palavras do Evangelho de Marcos: "Faz ouvir os surdos e falar os mudos!" (cf. Mc 7, 31-37). Poderíamos também nós repetir estas palavras que expressam a admiração do povo diante da cura de um surdo-mudo realizada por Jesus, vendo o maravilhoso florescimento do compromisso para a recomposição da unidade dos cristãos. Repercorrendo o caminho dos últimos quarenta anos, surpreende como o Senhor nos tenha despertado do entorpecimento da auto-suficiência e da indiferença; como nos torna cada vez mais capazes de "nos ouvirmos" e não só de "nos escutarmos"; como soltou a nossa língua, de modo que a oração, que elevamos a Ele, tenha mais força de convicção para o mundo. Sim, é verdade, o Senhor concedeu-nos muitas graças e a luz do seu Espírito iluminou tantas testemunhas. Elas demonstraram que tudo se pode obter rezando, quando sabemos obedecer com confiança e humildade ao mandamento divino do amor e aderir ao anseio de Cristo pela unidade de todos os seus discípulos.

"O cuidado de restabelecer a união afirma o Concílio Vaticano II diz respeito a toda a Igreja, tanto aos fiéis como aos Pastores, e a cada um segundo as próprias forças, tanto na vida cristã de cada dia, como nos estudos teológicos e históricos" (Unitatis redintegratio, 5). O primeiro dever comum é o da oração. Rezando, e rezando juntos, os cristãos tornam-se mais conscientes do seu estado de irmãos, mesmo se ainda estão divididos; e, rezando aprendemos melhor a ouvir o Senhor, porque só ouvindo o Senhor e seguindo a sua voz podemos encontrar o caminho da unidade.

Certamente o ecumenismo é um processo lento, por vezes talvez até desencorajador quando se cede à tentação de "escutar" e não "ouvir", de falar por meios termos, em vez de proclamar com coragem. Não é fácil abandonar uma "cómoda surdez", como se o Evangelho que não muda não tivesse a capacidade de florescer, reafirmando-se como providencial fermento de conversão e de renovamento espiritual para cada um de nós. O ecumenismo disse é um processo lento, é um caminho lento e em ascensão, como qualquer caminho de arrependimento. Mas é um caminho que, depois das dificuldades iniciais e precisamente nelas, apresenta também amplos espaços de alegria, pausas refrescantes, e permite respirar, de vez em quando, a plenos pulmões o ar puríssimo da plena comunhão.

A experiência destes últimos decénios, depois do Concílio Vaticano II, demonstra que a busca da unidade entre os cristãos se realiza em vários níveis e em numerosas circunstâncias: nas paróquias, nos hospitais, nos contatos entre o povo, na colaboração entre as comunidades locais em todas as partes do mundo, e especialmente nas regiões onde realizar um gesto de boa vontade em relação ao irmão exige um grande esforço e também uma purificação da memória. Neste contexto de esperança, constelado de passos concretos rumo à plena comunhão dos cristãos, colocam-se também os encontros e os acontecimentos que marcam constantemente o meu ministério, o ministério do Bispo de Roma, Pastor da Igreja universal. Gostaria agora de percorrer os acontecimentos mais significativos que se registraram em 2006, e que foram motivo de alegria e de gratidão ao Senhor.

O ano iniciou com a visita oficial da Aliança Mundial das Igrejas Reformadas. A comissão internacional católico-reformada confiou à consideração das respectivas autoridades um documento que concluiu um processo de diálogo iniciado em 1970, portanto que se prolongou por 36 anos; e este documento intitula-se: "A Igreja como Comunidade de Testemunho comum ao Reino de Deus". A 25 de Janeiro de 2006 portanto há um ano na solene conclusão da "Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos" participaram, na Basílica de São Paulo fora dos Muros, os delegados para o ecumenismo da Europa, convocados conjuntamente pelo Conselho das Conferências Episcopais da Europa e da Conferência das Igrejas Europeias para a primeira etapa de aproximação à terceira Assembleia Ecumênica Europeia, que se realizará em terra ortodoxa, em Sibiu, em Setembro deste ano de 2007. Por ocasião das audiências de quarta-feira, pude receber as delegações da Aliança Batista Mundial e da Evangelical Lutheran Church na América, que permanece fiel às suas visitas periódicas a Roma. Além disso, tive a possibilidade de me encontrar com os hierarcas da Igreja Ortodoxa da Georgia, que sigo com afeto, continuando aquele vínculo amigável que unia Sua Santidade Ilia II ao meu venerado Predecessor, o Servo de Deus Papa João Paulo II.

Prosseguindo a retrospectiva dos encontros ecuménicos do ano passado, chego à "Cimeira dos Chefes de Estado Religiosos", realizada em Moscovo em Julho de 2006, o Patriarca de Moscovo e de todas as Rússias, Alexis II, solicitou, com uma mensagem especial, a adesão da Santa Sé. Foi útil a visita do Metropolita Kirill do Patriarcado de Moscovo, que fez sobressair a intenção de alcançar uma normalização mais explícita das nossas relações bilaterais. De igual modo agradável foi a dos sacerdotes e dos estudantes do Colégio da Diakonia Apostólica do Santo Sínodo da Igreja ortodoxa da Grécia. Apraz-me recordar também que na sua Assembleia Geral em Porto Alegre o Conselho Ecumênico das Igrejas reservou amplo espaço à participação católica. Naquela circunstância enviei uma mensagem especial. Quis enviar tam-

bém uma mensagem ao encontro geral da Conferência Mundial Metodista em Seul. Além disso, recordo com prazer a visita cordial dos Secretários da Christian World Communions, organização de informação recíproca e contato entre as várias Confissões.

E prosseguindo a retrospectiva do ano de 2006, chegamos à visita oficial do Arcebispo de Canterbury e Primaz da Comunhão Anglicana do passado mês de Novembro. Na Capela Redemptoris Mater do Palácio Apostólico partilhei com ele e com o seu séquito um momento significativo de oração. Depois, quanto à inesquecível viagem apostólica na Turquia e ao encontro com Sua Santidade Bartolomeu I, desejo recordar os numerosos gestos mais eloquentes que as palavras. Aproveito a ocasião para saudar mais uma vez Sua Santidade Bartolomeu I e agradecer-lhe a carta que me escreveu quando regressei a Roma; certifico-o da minha oração e do meu compromisso a agir para que se obtenham as consequências daquele abraço de paz, que trocamos durante a Divina Liturgia na igreja de São Jorge no Fanar. O ano concluiu-se com a visita oficial a Roma do Arcebispo de Atenas e de toda a Grécia, Sua Beatitude Christodoulos, com o qual trocámos dons preciosos: os ícones da Panaghia, a Toda Santa, e dos Santos Pedro e Paulo abraçados.

Não são, estes, momentos de alto valor espiritual, momentos de alegria, de fôlego nesta subida lenta da unidade, da qual falei? Estes momentos ressaltam o compromisso muitas vezes silencioso mas forte que nos aproxima na busca da unidade. Eles encorajam-nos a fazer todos os esforços para prosseguir nesta subida lenta mas importante. Confiamo-nos à intercessão constante da Mãe de Deus e dos nossos Santos protetores, para que nos amparem e nos ajudem a nunca abandonar os bons propósitos; para que nos encoraje a intensificar todos os esforços, rezando e trabalhando com confiança, na certeza de que o Espírito Santo fará o resto. Dar-nos-á a unidade completa como e quando lhe aprouver. E, fortalecidos por esta confiança, prossigamos pelo caminho da fé, da esperança e da caridade. O Senhor nos guie.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 31 de Janeiro 2007

Barnabé, Silvano, Apolo

Queridos irmãos e irmãs!

Prosseguindo a nossa viagem entre os protagonistas das origens cristãs, dedicamos hoje a nossa atenção a alguns dos outros colaboradores de São Paulo. Devemos reconhecer que o Apóstolo é um exemplo eloquente de homem aberto à colaboração: na Igreja ele não quer fazer tudo sozinho, mas serve-se de numerosos e diversos colegas. Não nos podemos deter sobre todos estes preciosos colaboradores, porque são muitos. É suficiente recordar, entre outros, Epafras (cf. Cl 1, 7; 4, 12; Fm 23), Epafrodito (cf. Fl 2, 25; 4, 1), Tíquio (cf. At 20, 4; Ef 6, 21; Cl 4, 7; 2 Tm 4, 12; Tt 3, 12), Urbano (cf. Rm 16, 9), Gaio e Aristarco (cf. At 19, 29; 20, 4; 27, 2 Cl 4, 10). E mulheres como Febe (cf. Rm 16, 1), Trifena e Trifosa (cf. Rm 16, 12), Pérside, a mãe de Rufo da qual São Paulo diz: "Também é minha mãe" (cf. Rm 16, 12-13) sem esquecer casais como Priscila e Aquila (cf. Rm 16, 3; 1 Cor 16, 19; 2 Tm 4, 19). Hoje, entre esta grande multidão de colaboradores e colaboradoras de São Paulo dirigimos o nosso interesse a estas três pessoas, que desempenharam um papel particularmente significativo na evangelização das origens: Barnabé, Silvano e Apolo.

Barnabé significa "filho da exortação" (At 4, 36) ou "filho da consolação" e é sobrenome de um judeu-levita originário de Chipre. Tendo-se estabelecido em Jerusalém, ele foi um dos primeiros a abraçar o cristianismo, depois da ressurreição do Senhor. Com grande generosidade vendeu um campo de sua propriedade entregando a quantia aos Apóstolos para as necessidades da Igreja (cf. At 4, 37). Foi ele quem se fez garante da conversão de Saulo junto da comunidade cristã de Jerusalém, a qual ainda desconfiava do antigo perseguidor (cf. At 9, 27). Tendo sido enviado a Antioquia da Síria, foi buscar Paulo a Tarso, onde se tinha retirado, e transcorreu com ele um ano inteiro, dedicando-se à evangelização daquela importante cidade, em cuja Igreja Barnabé era conhecido como profeta e doutor (cf. At 13, 1). Assim Barnabé, no momento das primeiras conversões dos pagãos, compreendeu que tinha chegado a hora de Saulo, o qual se retirara para Tarso, sua cidade. Foi ali procurá-lo. Assim, naquele momento importante, quase restituiu Paulo à Igreja; deu-lhe, neste sentido, novamente o Apóstolo das Nações. Da Igreja antioquena Barnabé foi enviado em missão juntamente com Paulo, realizando o que classifica como primeira viagem missionária do Apóstolo. Na realidade, tratou-se de uma viagem missionária de Barnabé, sendo ele o verdadeiro responsável, ao qual Paulo se juntou como colaborador, chegando às regiões de Chipre e da Anatólia centro-meridional, na

atual Turquia, com as cidades de Attalia, Perge, Antioquia de Psídia, Listra e Derbe (cf. At 13-14). Juntamente com Paulo foi depois ao chamado Concílio de Jerusalém onde, depois de um aprofundado exame da questão, os Apóstolos com os Anciãos decidiram separar a prática da circuncisão da identidade cristã (cf. At 15, 1-35). Só assim, no final, tornaram oficialmente possível a Igreja dos pagãos, uma Igreja sem circuncisão: somos filhos de Abraão simplesmente pela fé em Cristo.

Os dois, Paulo e Barnabé, entraram depois em contraste, no início da segunda viagem missionária, porque Barnabé tinha em mente assumir como companheiro João Marcos, mas Paulo não queria, tendo-se separado o jovem deles durante a viagem anterior (cf. At 13, 13; 15, 36-40). Portanto, também entre santos existem contrastes, discórdias, controvérsias. E isto parece-me muito confortador, porque vemos que os santos não "caíram do céu". São homens como nós, com problemas também complicados. A santidade não consiste em nunca ter errado ou pecado. A santidade cresce na capacidade de conversão, de arrependimento, de disponibilidade para recomeçar, e sobretudo na capacidade de reconciliação e de perdão. E assim Paulo, que tinha sido bastante rude e amargo em relação a Marcos, no final encontra-se com ele. Nas últimas Cartas de São Paulo, a Filemon e na segunda a Timóteo, precisamente Marcos aparece como "o meu colaborador". Portanto, não é o fato de nunca ter errado que nos torna santos, mas a capacidade de reconciliação e de perdão. E todos podemos aprender este caminho de santidade. Em todo o caso Barnabé, com João Marcos, partiu para Chipre (cf. At 15, 39) por volta do ano 49. Daquele momento em diante perdem-se os seus vestígios. Tertuliano atribui-lhe a Carta aos Hebreus, ao que não falta a plausibilidade porque, pertencendo à tribo de Levi, Barnabé podia ter interesse pelo tema do sacerdócio. E a Carta aos Hebreus interpreta-nos de modo extraordinário o sacerdócio de Jesus.

Outro companheiro de Paulo foi Silas, forma grecizada de um nome hebraico (talvez sheal, "pedir, invocar", que é a mesma raiz do nome "Saulo"), do qual resulta também a forma latinizada Silvano. O nome Silas é confirmado só no Livro dos Atos, enquanto que o nome Silvano se encontra apenas nas Cartas paulinas. Ele era um judeu de Jerusalém, um dos primeiros que se fez cristão, e naquela Igreja gozava de grande estima (cf. At 15, 22), sendo considerado profeta (cf. At 15, 32). Foi encarregado de levar "aos irmãos de Antioquia, Síria e Cilícia" (At 15, 23) as decisões tomadas no Concílio de Jerusalém e de as explicar. Evidentemente ele era considerado capaz de realizar uma espécie de mediação entre Jerusalém e Antioquia, entre judeus-cristãos e cristãos de origem pagã, e desta forma servir a unidade da Igreja na diversidade de ritos e de origens. Quando Paulo se separou de Barnabé, assumiu precisamente Silas como novo companheiro de viagem (cf. At 15, 40). Com Paulo ele alcançou a Macedó-

nia (com as cidades de Filipos, Tessalónica e Berea), onde permaneceu, enquanto Paulo prosseguiu para Atenas e depois para Corinto. Silas alcançou-o em Corinto, onde cooperou na pregação do Evangelho: de fato, na segunda Carta dirigida por Paulo àquela Igreja, fala-se de "Jesus Cristo, aquele que foi por nós anunciado entre vós, por mim, por Silvano e por Timóteo" (2 Cor 1, 19). Explica-se assim por que é que ele resulta como co-destinatário, juntamente com Paulo e Timóteo, das duas Cartas aos Tessalonicenses. Também isto me parece importante. Paulo não age "sozinho", como indivíduo, mas juntamente com estes colaboradores no "nós" da Igreja. Este "eu" de Paulo não é um "eu" isolado, mas um "eu" no "nós" da Igreja, no "nós" da fé apostólica. E Silvano no final é mencionado também na Primeira Carta de Pedro, na qual se lê: "por Silvano, a quem considero um irmão fiel, escrevo-vos" (5, 12). Assim vemos também a comunhão dos Apóstolos. Silvano serve Paulo, serve Pedro, porque a Igreja é uma e o anúncio missionário é único.

O terceiro companheiro de Paulo, que desejamos recordar, é chamado Apolo, provável abreviação de Apolónio ou Apolodoro. Mesmo tratando-se de um nome de tipo pagão, ele era um fervoroso judeu de Alexandria do Egito. Lucas no Livro dos Atos define-o "homem eloquente e muito versado nas Escrituras... cheio de fervor" (1, 24-25). A entrada de Apolo no cenário da primeira evangelização acontece na cidade de Éfeso: tinha ido ali para pregar e ali teve a ventura de encontrar o casal cristãos Priscila e Áquila (cf. At 1, 26), que o introduziram a um conhecimento mais completo do "caminho de Deus" (cf. At 1, 26). De Éfeso passou para a Acaia alcançando a cidade de Corinto: ali chegou com o apoio de uma carta dos cristãos de Éfeso, que recomendavam aos Coríntios que o acolhessem bem (cf. At 1, 27). Em Corinto, como escreve Lucas, "pela graça de Deus, prestou grande auxílio aos fiéis; pois refutava energicamente os judeus, demonstrando pelas Escrituras que Jesus é o Cristo" (At 1, 27-2), o Messias. O seu sucesso naquela cidade teve um aspecto problemático, porque haviam alguns membros daquela Igreja que em seu nome, arrebatados pelo seu modo de falar, se opunham aos outros (cf. 1 Cor 1, 12; 3, 4-6; 4, 6). Paulo na Primeira Carta aos Coríntios expressa apreço pela obra de Apolo, mas reprova os Coríntios por dilacerarem o Corpo de Cristo dividindo-se assim em fracções contrapostas. Ele tira um importante ensinamento de toda a vicissitude: quer eu quer Apolo diz ele mais não somos do que diakonoi, isto é, simples ministros, através dos quais alcançastes a fé (cf. 1 Cor 3, 5). Cada um tem uma tarefa diferenciada no campo do Senhor: "Eu plantei, Apolo regou, mas foi Deus quem deu o crescimento... Pois, nós somos cooperadores de Deus, e vós sois a seara de Deus, o edifício de Deus" (1 Cor 3, 6-9). Tendo regressado a Éfeso, Apolo resistiu ao convite de Paulo para voltar imediatamente a Corinto, adiando a viagem para uma data posterior por nós desconhecida (cf. 1 Cor 16, 12). Não temos

outras notícias suas, mesmo se alguns estudiosos pensam nele como possível autor da Carta aos Hebreus, da qual, segundo Tertuliano, seria autor Barnabé.

Estes três homens brilham no firmamento das testemunhas do Evangelho por um aspecto comum além das características próprias de cada um. Em comum, além da origem judaica, têm a dedicação a Jesus Cristo e ao Evangelho, juntamente com o fato de os três terem sido colaboradores do apóstolo Paulo. Nesta original missão evangelizadora eles encontraram o sentido da sua vida, e como tais estão diante de nós como modelos luminosos de abnegação e de generosidade. E, no final, voltemos mais uma vez a esta frase de São Paulo: tanto eu como Apolo somos ministros de Jesus, cada um a seu modo, porque é Deus que faz crescer. Esta palavra também é válida hoje para todos, quer para o Papa, quer para os Cardeais, os Bispos, os sacerdotes, os leigos. Todos somos humildes ministros de Jesus. Servimos o Evangelho na medida do possível, segundo os nossos dons, e rezamos a Deus para que faça crescer hoje o seu Evangelho, a sua Igreja.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 7 de Fevereiro 2007

Os cônjuges Priscila e Áquila

Queridos irmãos e irmãs!

Dando um novo passo nesta espécie de galeria de retratos das primeiras testemunhas da fé cristã, que iniciamos há algumas semanas, tomamos hoje em consideração um casal de esposos. Trata-se dos cônjuges Priscila e Áquila, que se colocam na órbita dos numerosos colaboradores que gravitam em volta do apóstolo Paulo, dos quais já falei brevemente na quarta-feira passada. Com base nas notícias que possuímos, este casal desempenhou um papel muito ativo no tempo das origens pós-pascais da Igreja.

Os nomes Áquila e Priscila são latinos, mas este homem e esta mulher são de origem hebraica. Pelo menos Áquila provinha geograficamente da diáspora da Anatólia setentrional, diante do mar Negro na atual Turquia enquanto Priscila, cujo nome se encontra por vezes abreviado em Priscila, era provavelmente uma judia proveniente de Roma (cf. At 18, 2). Contudo, foi de Roma que eles partiram para Corinto, onde Paulo se encontrou com eles no início dos anos 50; lá associou-se a eles porque, como narra Lucas, exerciam a mesma profissão de fabricantes de tendas ou toldos para uso doméstico, e foi acolhido até na sua casa (cf, At 18, 3). O motivo da sua ida a Corinto tinha sido a decisão do imperador Cláudio de expulsar de Roma os Judeus residentes na Cidade.

O historiador romano Suetónio diz-nos sobre este acontecimento que tinha expulso os Judeus porque "provocavam tumultos por causa de um certo Cresto" (cf. Vita dei dodici Cesari, Claudio", 25). Vê-se que não conhecia bem o nome em vez de Cristo escreve "Cresto" e tinha apenas uma ideia muito vaga de quanto tinha acontecido. Contudo, haviam discórdias no interior da comunidade judaica sobre a questão se Jesus era o Cristo. E estes problemas eram para o imperador o motivo para simplesmente expulsar de Roma todos os Judeus. Disto se deduz que o casal tinha abraçado a fé cristã já em Roma nos anos 40, e agora tinham encontrado em Paulo alguém que não só partilhava com eles esta fé que Jesus é o Cristo mas que também era apóstolo, chamado pessoalmente pelo Senhor Ressuscitado. Por conseguinte, o primeiro encontro dá-se em Corinto, onde o recebem em casa e trabalham juntos na fabricação de tendas.

Num segundo momento, eles transferem-se para a sia Menor, para Éfeso. Ali tiveram uma parte determinante em completar a formação cristã do judeu alexandrino Apolo, do qual falámos na quarta-feira passada. Dado que ele conhecia apenas superficialmente a fé cristã, "Priscila e Áquila, que o tinham ouvido, tomaram-no consigo e expuseram-lhe, com mais clareza,

o Caminho do Senhor" (At 18, 26). Quando de Éfeso o Apóstolo Paulo escreve a sua Primeira Carta aos Coríntios, junta explicitamente às suas saudações também as de "Áquila e Priscila, com a comunidade que se reúne na sua casa" (16, 19). Assim chegamos ao conhecimento do papel importantíssimo que este casal desempenha no âmbito da Igreja primitiva: isto é, o de receber na própria casa o grupo dos cristãos locais, quando eles se reuniam para ouvir a Palavra de Deus e para celebrar a Eucaristia. É precisamente aquele tipo de reunião que em grego se chama "*ekklesìa*" a palavra latina é "*ecclesia*", a italiana "*chiesa*" que significa convocação, assembleia, reunião.

Portanto, na casa de Áquila e Priscila reúne-se a Igreja, a convocação de Cristo, que celebra os Mistérios sagrados. E assim podemos ver o nascimento precisamente da realidade da Igreja nas casas dos crentes. De fato, os cristãos até finais do século III não tinham lugares próprios de culto: foram estas, num primeiro tempo, as sinagogas judaicas, até quando a originária simbiose entre Antigo e Novo Testamento se dissolveu e a Igreja das Nações foi obrigada a dar-se uma própria identidade, sempre profundamente enraizada no Antigo Testamento. Depois desta "ruptura", os cristãos reunem-se nas casas, tornam-se assim "Igreja". E por fim, no século III, surgem verdadeiros e próprios edifícios de culto cristão. Mas na primeira metade do século I e no século II, as casas dos cristãos tornam-se verdadeira e própria "igreja". Como disse, lêem juntos as Sagradas Escrituras e celebram a Eucaristia. Acontecia assim, por exemplo, em Corinto, onde Paulo menciona "Gaio, que me recebe como hóspede, assim como a toda a igreja" (Rm 16, 23), ou em Laodiceia, onde a comunidade re reunia na casa de uma certa Ninfa (cf. Cl 4, 15), ou em Colossos, onde o encontro se realizava em casa de um certo Arquipo (cf. Fm 2).

Tendo sucessivamente regressado a Roma, Áquila e Priscila continuaram a desempenhar esta preciosíssima função também na capital do Império. De fato, Paulo escrevendo aos Romanos, envia esta saudação: "Saudai Priscila e Áquila, meus colaboradores em Cristo Jesus, pessoas que, pela minha vida, expuseram a sua cabeça. Não sou apenas eu a estar-lhes agradecido, mas todas as igrejas dos gentios. Saudai também a igreja que se reúne em casa deles" (Rm 16, 3-5). Que extraordinário elogio do casal nestas palavras! E quem a faz é precisamente o Apóstolo Paulo. Ele reconhece explicitamente neles dois verdadeiros colaboradores do seu apostolado. A referência ao fato de ter arriscado a vida por ele deve relacionar-se provavelmente com intervenções em seu favor durante algum seu aprisionamento, talvez em Éfeso (cf. At 19, 23; 1 Cor 15, 32; 2 Cor 1, 8-9). E que à própria gratidão Paulo associe até a de todas as Igrejas das Nações, mesmo considerando a expressão talvez bastante hiperbólica, deixa intuir como é vasto o seu raio de ação e, contudo, a sua influência em benefício do Evangelho.

A tradição hagiográfica posterior conferiu um realce muito particular a Priscila, mesmo se permanece o problema de uma sua identificação com outra Priscila mártir. Contudo, aqui em Roma temos quer uma igreja dedicada a Santa Priscila no Aventino quer as Catacumbas de Priscila na via Salária. Deste modo perpetua-se a memória de uma mulher, que certamente foi uma pessoa ativa e de muito valor na história do cristianismo romano. Uma coisa é certa: juntamente com a gratidão daquelas primeiras Igrejas, das quais fala São Paulo, deve juntar-se também a nossa, porque graças à fé e ao compromisso apostólico dos fiéis leigos, de famílias, esposos como Priscila e Áquila o cristianismo chegou à nossa geração. Podia crescer não só graças aos Apóstolos que o anunciavam. Para se radicar na terra do povo, para se desenvolver vivamente, era necessário o compromisso destas famílias, destes esposos, destas comunidades cristãs, de fiéis leigos que ofereceram o "húmus" ao crescimento da fé. E sempre, só assim a Igreja cresce. Em particular, este casal demonstra como é importante a ação dos casais cristãos. Quando eles são amparados pela fé e por uma forte espiritualidade, torna-se natural um seu compromisso pela Igreja e na Igreja. A comunhão quotidiana da sua vida prolonga-se e de certa forma sublima-se na assunção de uma responsabilidade comum em favor do Corpo místico de Cristo, mesmo que fosse de uma pequena parte dele. Assim era na minha geração e assim será com frequência.

Do seu exemplo podemos tirar outra lição que não devemos descuidar: cada casa pode transformar-se numa pequena igreja. Não só no sentido de que nela deve reinar o típico amor cristão feito de altruísmo e de solicitude recíproca, mas ainda mais no sentido de que toda a vida familiar, com base na fé, está chamada a girar em volta da única senhoria de Jesus Cristo. Não é ocasionalmente que na Carta aos Efésios Paulo compara a relação matrimonial com a comunhão esponsal que existe entre Cristo e a Igreja (cf. Ef 5, 25-33). Aliás, poderíamos considerar que o Apóstolo modele indiretamente a vida da Igreja inteira sobre a da família. E a Igreja, na realidade, é a família de Deus. Por isso honramos Áquila e Priscila como modelos de uma vida conjugal responsavelmente comprometida ao serviço de toda a comunidade cristã. E encontramos neles o modelo da Igreja, família de Deus para todos os tempos.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 14 de Fevereiro 2007

As mulheres ao serviço do Evangelho Amados irmãos e irmãs

Hoje chegámos ao fim do nosso percurso entre as testemunhas do cristianismo nascente, que os escritos neotestamentários mencionam. E usamos a última etapa deste primeiro percurso para dedicar a nossa atenção às diversas figuras femininas que tiveram um papel efetivo e precioso na difusão do Evangelho. O seu testemunho não pode ser esquecido, de acordo com o que o próprio Jesus pode dizer da mulher que lhe ungiu a cabeça pouco antes da Paixão: "Em verdade vos digo: em qualquer parte do mundo onde este Evangelho for anunciado, há-de também narrar-se, em sua memória, o que ela acaba de fazer" (Mt 26, 13; Mc 14, 9). O Senhor quer que estas testemunhas do Evangelho, estas figuras que deram uma contribuição a fim de que aumentasse a fé nele, sejam conhecidas e a sua memória seja viva na Igreja. Podemos historicamente distinguir o papel das mulheres no Cristianismo primitivo, durante a vida terrena de Jesus e durante as vicissitudes da primeira geração cristã.

Jesus certamente, sabemo-lo, escolheu entre os seus discípulos doze homens como Pais do novo Israel, escolheu-os para "estarem com Ele e para os enviar a pregar" (Mc 3, 14). Este fato é evidente mas, além dos Doze, colunas da Igreja, pais do novo Povo de Deus, são escolhidas no número dos discípulos também muitas mulheres. Apenas brevemente posso mencionar aquelas que se encontram no caminho do próprio Jesus, a começar pela profetisa Ana (cf. Lc 2, 36-38), até à Samaritana (cf. Jo 4, 1-39), à mulher sírio-fenícia (cf. Mc 7, 24-30), à hemorroíssa (cf. Mt 9, 20-22) e à pecadora perdoada (cf. Lc 7, 36-50). Não me refiro sequer às protagonistas de algumas parábolas eficazes, por exemplo a uma dona de casa que amassa o pão (cf. Mt 13, 33), à mulher que perde a dracma (cf. Lc 15, 8-10), à viúva que importuna o juiz (cf. Lc 18, 1-8). Mais significativas para o nosso assunto são aquelas mulheres que desenvolveram um papel ativo no contexto da missão de Jesus. Em primeiro lugar, o pensamento dirige-se naturalmente à Virgem Maria que, com a sua fé e a sua obra materna, colaborou de modo único para a nossa Redenção, tanto que Isabel pôde proclamá-la "bendita és tu entre as mulheres" (Lc 1, 42), acrescentando: "Feliz de ti que acreditaste" (Lc 1, 45). Tornando-se discípula do Filho, Maria manifestou em Caná a confiança total nele (cf. Jo 2, 5) e seguiu-o até aos pés da Cruz, onde recebeu dele uma missão materna para todos os seus discípulos de todos os tempos, representados por João (cf. Jo 19, 25-27).

Há depois várias mulheres, que a diversos títulos gravitam em volta da figura de Jesus, com funções de responsabilidade. São exemplo eloquente disto as mulheres que seguiam Jesus

para o assistir com os seus bens e das quais Lucas nos transmite alguns nomes: Maria de Magdala, Joana, Susana e "muitas outras" (cf. Lc 8, 2-3). Depois, os Evangelhos informam-nos que as mulheres, diversamente dos Doze, não abandonaram Jesus na hora da Paixão (cf. Mt 27, 56.61; Mc 15, 40). Entre elas, sobressai em particular Madalena, que não só presenciou a Paixão, mas foi também a primeira testemunha e anunciadora do Ressuscitado (cf. Jo 20, 1.11-18). Precisamente a Maria de Magdala S. Tomás de Aquino reserva a singular qualificação de "apóstola dos apóstolos" (apostolorum apostola), dedicando-lhe este bonito comentário: "Como uma mulher tinha anunciado ao primeiro homem palavras de morte, assim uma mulher foi a primeira a anunciar aos apóstolos palavras de vida" (Super Ioannem, ed. Cai 2519).

Também no âmbito da Igreja primitiva a presença feminina não é de modo algum secundária. Não insistamos sobre as quatro filhas não nomeadas do "diácono" Filipe, residentes em Cesareia Marítima e todas elas dotadas, como nos diz São Lucas, do "dom da profecia", ou seja, da faculdade de intervir publicamente sob a ação do Espírito Santo (cf. At 21, 9). A brevidade da notícia não permite deduções mais precisas. Aliás, devemos a São Paulo uma mais ampla documentação sobre a dignidade e sobre o papel eclesial da mulher. Ele parte do princípio fundamental, segundo o qual para os batizados não só "não há judeu nem grego, não há escravo nem livre", mas também "não há homem nem mulher". O motivo é que "todos somos um só em Cristo Jesus" (Gl 3, 28), ou seja, todos irmanados pela mesma dignidade de fundo, embora cada um tenha funções específicas (cf. 1 Cor 12, 27-30). O Apóstolo admite como algo normal que na comunidade cristã a mulher possa "profetizar" (1 Cor 11, 5), isto é, pronunciar-se abertamente sob o influxo do Espírito, contanto que isto seja para a edificação da comunidade e feito de modo digno. Portanto, a sucessiva, bem conhecida, exortação para que "as mulheres estejam caladas nas assembleias" (1 Cor 14, 34) deve ser antes relativizada. Deixemos aos exegetas o consequente problema, muito discutido, da relação entre a primeira palavra as mulheres podem profetizar na assembleia e a outra não podem falar da relação entre estas duas indicações aparentemente contraditórias. Não se pode discuti-lo aqui. Na quarta-feira passada já encontrámos a figura de Priscila ou Priscila, esposa de Áquila, que em dois casos é surpreendentemente mencionada antes do marido (cf. At 18, 18; Rm 16, 3): de qualquer maneira, ambos são explicitamente qualificados por Paulo como seus *sun-ergoús*, "colaboradores" (Rm 16, 3).

Outros relevos não podem ser descuidados. É necessário reconhecer, por exemplo, que a breve Carta a Filémon é na realidade endereçada por Paulo também a uma mulher chamada "Ápfia" (cf. Fm 2). Tradições latinas e sírias do texto grego acrescentam a este nome "Ápfia"

o apelativo de "irmã caríssima" (Ibidem) e deve-se dizer que na comunidade de Colossos ela devia ocupar um lugar de relevo; de qualquer forma, é a única mulher mencionada por Paulo entre os destinatários de uma sua carta. Noutro lugar, o Apóstolo menciona uma certa "Febe", qualificada como diákonos da Igreja de Cêncreas, a pequena cidade portuária a leste de Corinto (cf. Rm 16, 1-2).

Embora o título naquele tempo não tenha um específico valor ministerial de tipo hierárquico, ele expressa um verdadeiro e próprio exercício de responsabilidade desta mulher em favor daquela comunidade cristã. Paulo recomenda que seja recebida cordialmente e assistida "nas atividades em que precisar de vós"; depois, acrescenta: "Pois também ela tem sido uma protetora para muitos e para mim pessoalmente". No mesmo contexto epistolar, o Apóstolo recorda com traços de delicadeza outros nomes de mulheres: uma certa Maria, depois Trifena, Trifosa e a "querida" Pérside, além de Júlia, das quais escreve abertamente que "se afadigaram por vós" ou "que se afadigaram pelo Senhor" (Rm 16, 6.12a.12b.15), ressaltando assim o seu forte compromisso eclesial. Depois, na Igreja de Filipos deviam distinguir-se duas mulheres chamadas "Evódia e Síntique" (Fl 4, 2): a exortação que Paulo faz à concórdia recíproca deixa entender que as duas mulheres tinham uma função importante no interior daquela comunidade.

Em síntese, a história do cristianismo teria tido um desenvolvimento muito diferente, se não houvesse a generosa contribuição de muitas mulheres. Por isso, como pôde escrever o meu venerado e querido Predecessor João Paulo II na Carta Apostólica Mulieris dignitatis, "a Igreja rende graças por todas e cada uma das mulheres... A Igreja agradece todas as manifestações do "génio" feminino, surgidas no curso da história, no meio de todos os povos e nações; agradece todos os carismas que o Espírito Santo concede às mulheres na história do Povo de Deus, todas as vitórias que deve à fé, à esperança e à caridade das mesmas: agradece todos os frutos de santidade feminina" (n. 31). Como se vê, o elogio diz respeito às mulheres ao longo da história da Igreja, e é expresso em nome de toda a comunidade eclesial. Também nós nos unimos a este apreço, dando graças ao Senhor porque Ele conduz a sua Igreja, de geração em geração, valendo-se indistintamente de homens e mulheres, que sabem frutificar a sua fé e o seu batismo, para o bem de todo o Corpo eclesiástico, para maior glória de Deus.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 21 de Fevereiro 2007

Quarta-Feira de Cinzas

Queridos irmãos e irmãs

Na Quarta-feira de Cinzas que hoje celebramos, para nós, cristãos, é um dia particular, caracterizado por um intenso espírito de recolhimento e de reflexão. De fato, empreendemos o caminho da Quaresma feito de escuta da Palavra de Deus, de oração e de penitência. São quarenta dias durante os quais a liturgia nos ajudará a reviver as fases salientes do mistério da salvação.

Como sabemos, o homem tinha sido criado para ser amigo de Deus. Mas o pecado dos antepassados interrompeu esta relação de confiança e de amor e como consequência tornou a humanidade incapaz de realizar a sua vocação originária. Mas graças ao sacrifício redentor de Cristo fomos resgatados do poder do mal: de fato Cristo, escreve o apóstolo João, fez-se vítima de expiação pelos nossos pecados (cf. 1 Jo 2, 2); e São Pedro acrescenta: Ele morreu de uma vez para sempre pelos pecados (cf. 1 Pd 3, 18).

Morto em Cristo para o pecado, também o batizado renasce para a vida nova, restabelecido gratuitamente na dignidade de filho de Deus. Por isso na comunidade cristã primitiva o Batismo era considerado como "a primeira ressurreição" (cf. Ap 20, 5; Rm 6, 1-11; Jo 5, 25-28). Portanto, desde as origens a Quaresma é vivida como o tempo da preparação imediata para o Batismo, a ser administrado solenemente durante a Vigília pascal. Toda a Quaresma é um caminho para este grande encontro com Cristo, esta imersão em Cristo e este renovamento da vida. Nós já somos batizados, mas o Batismo com frequência não é muito eficaz na nossa vida quotidiana. Por isso, também para nós a Quaresma é um renovado "catecumenado" no qual vamos de novo ao encontro do nosso Batismo para o redescobrir e reviver em profundidade, para nos tornarmos de novo realmente cristãos. Portanto, a Quaresma é uma ocasião para "nos tornarmos de novo" cristãos, mediante um constante processo de mudança interior e de progresso no conhecimento e no amor de Cristo.

A conversão nunca é de uma vez para sempre, mas é um processo, um caminho interior de toda a nossa vida. Este itinerário de conversão evangélica certamente não pode limitar-se a um período particular do ano: é um caminho de cada dia, que deve abraçar toda a existência, todos os dias da nossa vida. Nesta óptica, para cada cristão e para todas as comunidades eclesiais, a Quaresma é a estação espiritual propícia para se treinar com maior tenacidade na busca de Deus, abrindo o coração a Cristo. Santo Agostinho certa vez disse que a nossa vida é

uma única prática do desejo de nos aproximarmos de Deus, de nos tornarmos capazes de deixar entrar Deus no nosso ser. "Toda a vida do cristão fervoroso diz é um santo desejo". Se é assim, na Quaresma somos estimulados ainda mais a arrancar "aos nossos desejos as raízes da vaidade" para educar o coração a desejar, isto é, a amar Deus. "Deus: diz ainda Santo Agostinho estas duas sílabas são tudo o que desejamos" (cf. Tract, in Iohn., 4). Esperamos que realmente comecemos a desejar Deus, e assim a desejar a verdadeira vida, o próprio amor e a verdade.

Ressoa então oportuna como nunca a exortação de Jesus, escrita pelo evangelista Marcos: "Convertei-vos e acreditai no Evangelho" (cf. Mc 1, 15). O desejo sincero de Deus leva-nos a rejeitar o mal e a realizar o bem. Esta conversão do coração é antes de tudo dom gratuito de Deus, que nos criou para si e em Jesus Cristo nos redimiu: a nossa verdadeira felicidade consiste em permanecer n'Ele (cf. Jo 15, 3). Por esta razão Ele mesmo previne com a sua graça o nosso desejo e acompanha os nossos esforços de conversão. O que é converter-se, na realidade Converter-se significa procurar Deus, estar com Deus, seguir docilmente os ensinamentos do seu Filho, de Jesus Cristo; converter-se não é um esforço para se auto-realizar a si mesmo, porque o ser humano não é o arquiteto do próprio destino eterno. Não fomos nós que nos fizemos. Por isso a auto-realização é uma contradição e é também demasiado pouco para nós. Temos um destino mais nobre. Poderíamos dizer que a conversão consiste precisamente em não se considerar "criadores" de si mesmos e assim descobrir a verdade, porque não somos autores de nós próprios. A conversão consiste em aceitar livremente e com amor de depender em tudo de Deus, o nosso verdadeiro Criador, de depender do amor. Esta não é uma dependência mas liberdade.

Converter-se significa então não perseguir o nosso sucesso pessoal que é passageiro mas, abandonando qualquer segurança humana, pôr-se com simplicidade e confiança no seguimento do Senhor para que Jesus se torne para todos, como gostava de repetir a beata Teresa de Calcutá, "o meu tudo em tudo". Quem se deixar conquistar por Ele não teme perder a própria vida, porque na Cruz Ele amou-nos e entregou-se a si mesmo por nós. E precisamente perdendo por amor a nossa vida reencontramo-la.

Quis realçar o amor imenso que Deus tem por nós na mensagem para a Quaresma, publicada há poucos dias, para que os cristãos de todas as comunidades possam deter-se espiritualmente, durante o tempo quaresmal, com Maria e João, o discípulo predileto, ao lado d'Aquele que consumiu na Cruz pela humanidade o sacrifício da sua vida (cf. Jo 19, 25). Sim, queridos irmãos e irmãs, a Cruz é a revelação definitiva do amor e da misericórdia divina também para nós, homens e mulheres desta nossa época, muitas vezes distraídos por preocupações e inte-

resses terrenos e momentâneos. Deus é amor, e o seu amor é o segredo da nossa felicidade. Mas para entrar neste mistério de amor não há outro caminho a não ser o de nos perdermos, de nos doarmos, o caminho da Cruz. "Se alguém quiser vir após mim, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me" (Mc 8, 34). Eis por que a liturgia quaresmal, enquanto nos convida a refletir e a rezar, nos estimula a valorizar em maior medida a plenitude e o sacrifício, para rejeitar o pecado e o mal e vencer o egoísmo e a indiferença. A oração, o jejum e a penitência, as obras de caridade para com os irmãos tornam-se assim caminhos espirituais a serem percorridos para regressar a Deus, em resposta às repetidas chamadas à conversão contidas também na liturgia hodierna (cf. Gl 2, 12-13; Mt 6, 16-18).

Queridos irmãos e irmãs, o período quaresmal, que hoje empreendemos com o austero e significativo rito da imposição das Cinzas, seja para todos uma renovada experiência do amor misericordioso de Cristo, que derramou na Cruz o seu sangue por nós. Coloquemo-nos docilmente na sua escola, para aprender a "doar de novo", por nossa vez, o seu amor ao próximo, especialmente a quantos sofrem e se encontram em dificuldade. É esta a missão de cada discípulo de Cristo, mas para a realizar é necessário permanecer à escuta da sua Palavra e alimentar-se assiduamente do seu Corpo e do seu Sangue. O itinerário quaresmal, que na Igreja antiga é itinerário para a iniciação cristã, para o Batismo e para a Eucaristia, seja para nós batizados um tempo "eucarístico" no qual participar com maior fervor no sacrifício da Eucaristia. A Virgem Maria, que depois de ter partilhado a paixão dolorosa do seu divino Filho, experimentou a alegria da sua ressurreição, nos acompanhe nesta Quaresma rumo ao mistério da Páscoa, revelação suprema do amor de Deus.

Boa Quaresma a todos!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 7 de Março 2007

São Clemente Romano Queridos irmãos e irmãs!

Meditámos nos meses passados sobre as figuras de cada um dos Apóstolos e sobre as primeiras testemunhas da fé cristã, que os textos neotestamentários mencionam. Agora dedicamos a nossa atenção aos Padres apostólicos, isto é, à primeira e à segunda geração na Igreja depois dos Apóstolos. E assim podemos ver o início do caminho da Igreja na história.

São Clemente, Bispo de Roma nos últimos anos do primeiro século, é o terceiro sucessor de Pedro, depois de Lino e Anacleto. Em relação à sua vida, o testemunho mais importante é o de Santo Ireneu, Bispo de Lião, até 202. Ele afirma que Clemente "tinha visto os Apóstolos", "tinhase encontrado com eles", e "ainda tinha nos ouvidos a sua pregação e diante dos olhos a sua tradição" (Adv. haer. 3, 3, 3). Testemunhos tardios, entre o quarto e o sexto século, atribuem a Clemente o título de mártir.

A autoridade e o prestígio deste Bispo de Roma eram tais, que lhe foram atribuídos diversos textos, mas a sua única obra certa é a Carta aos Coríntios. Eusébio de Cesareia, o grande "arquivista" das origens cristãs, apresenta-a nestes termos: "É transmitida uma carta de Clemente reconhecida autêntica, grande e admirável. Foi escrita por ele, por parte da Igreja de Roma, à Igreja de Corinto... Sabemos que desde há muito tempo, e ainda nos nossos dias, ela é lida publicamente durante a reunião dos fiéis" (Hist. Eccl. 3, 16). A esta carta era atribuído um carácter quase canônico. No início deste texto escrito em grego Clemente lamenta que "as improvisas adversidades, que aconteceram uma após outra" (1, 1), lhe tenham impedido uma intervenção imediata. Estas "adversidades" devem identificar-se com a perseguição de Domiziano: por isso a data de composição da carta deve remontar a um tempo imediatamente sucessivo à morte do imperador e ao final da perseguição, isto é, logo depois do ano 96.

A intervenção de Clemente - ainda estamos no século I - era solicitada pelos graves problemas em que se encontrava a Igreja de Corinto: de fato, os presbíteros da comunidade tinham sido depostos por alguns jovens contestadores. A lamentável vicissitude é recordada, mais uma vez, por santo Ireneu, que escreve: "Sob Clemente, tendo surgido um contraste não pequeno entre os irmãos de Corinto, a Igreja de Roma enviou aos Coríntios uma carta importantíssima para os reconciliar na paz, renovar a sua fé e anunciar a tradição, que há pouco tempo tinha recebido dos Apóstolos" (Adv. haer. 3, 3, 3). Portanto, poderíamos dizer que esta carta constitui o primeiro exercício do Primado romano depois da morte de São Pedro. A carta de Clemente retoma temas queridos a São Paulo, que escrevera duas grandes cartas aos Coríntios,

em particular a dialéctica teológica, perenemente atual, entre indicativo da salvação e imperativo do compromisso moral.

Antes de tudo há o feliz anúncio da graça que salva. O Senhor previne-nos e dá-nos o perdão, o seu amor, a graça de sermos cristãos, seus irmãos e irmãs. É um anúncio que enche de alegria a nossa vida e dá segurança ao nosso agir: o Senhor previne-nos sempre com a sua bondade e a bondade do Senhor é sempre maior do que todos os nossos pecados. Mas é necessário que nos comprometamos de modo coerente com o dom recebido e correspondamos ao anúncio da salvação com um caminho generoso e corajoso de conversão. Em relação ao modelo paulino, a novidade é que Clemente faz seguir à parte doutrinal e à parte prática, que eram contempladas em todas as cartas paulinas, uma "grande oração" que praticamente conclui a carta.

A ocasião imediata da carta oferece ao Bispo de Roma a possibilidade para uma ampla intervenção sobre a identidade da Igreja e sobre a sua missão. Se em Corinto se verificaram abusos, observa Clemente, o motivo deve ser procurado no enfraquecimento da caridade e de outras virtudes cristãs indispensáveis. Por isso ele convoca os fiéis à humildade e ao amor fraterno, duas virtudes verdadeiramente constitutivas do ser na Igreja: "Somos uma porção santa", admoesta, "realizemos portanto tudo o que a santidade exige" (30, 1). Em particular, o Bispo de Roma recorda que o próprio Senhor "estabeleceu onde e de quem quer que os serviços litúrgicos sejam realizados, para que tudo, feito santamente e com o seu consentimento, seja aprovado pela sua vontade... De fato, foram confiadas ao sumo sacerdote as funções litúrgicas que lhe são próprias, aos sacerdotes foi pré-ordenado o lugar que lhes é próprio, aos levitas competem serviços próprios. O leigo está vinculado aos ordenamentos leigos" (40, 1-5: observe-se que, nesta carta do final do século I, pela primeira vez na literatura cristã, aparece a palavra grega "*laikós*", que significa "membro do *laos*", isto é, "do povo de Deus").

Deste modo, referindo-se à liturgia do antigo Israel, Clemente revela o seu ideal de Igreja. Ela é reunida pelo "único Espírito de graça derramado sobre nós", que sopra nos diversos membros do Corpo de Cristo, no qual todos, unidos sem separação alguma, são "membros uns dos outros" (46, 6-7). A clara distinção entre o "leigo" e a hierarquia não significa absolutamente uma contraposição, mas apenas esta ligação orgânica de um corpo, de um organismo, com as diversas funções. De fato, a Igreja não é lugar de confusão e de anarquia, onde cada qual pode fazer como lhe apetece em qualquer momento: cada um neste organismo, com uma estrutura articulada, exerce o seu ministério segundo a vocação recebida. Em relação aos chefes das comunidades, Clemente explicita claramente a doutrina da sucessão apostólica. As normas que a regulam derivam definitivamente do próprio Deus. O Pai enviou Jesus Cristo, o qual

por sua vez enviou os Apóstolos. Depois, eles enviaram os primeiros chefes das comunidades, e estabeleceram que lhe sucedessem outros homens dignos. Portanto, tudo se realiza "ordenadamente pela vontade de Deus" (42). Com estas palavras, com estas frases, São Clemente ressalta que a Igreja tem uma estrutura sacramental e não uma estrutura política. O agir de Deus que vem ao nosso encontro na liturgia precede as nossas decisões e as nossas ideias. A Igreja é sobretudo dom de Deus e não nossa criatura, e por isso esta estrutura sacramental não garante apenas o comum ordenamento, mas também esta precedência do dom de Deus, do qual todos necessitamos.

Finalmente, a "grande oração" confere um alcance cósmico às argumentações precedentes. Clemente louva e agradece a Deus pela sua maravilhosa providência de amor, que criou o mundo e continua a salvá-lo e a santificá-lo. Assume um realce particular a invocação pelos governantes. Depois dos textos do Novo Testamento, ela representa a mais antiga oração pelas instituições políticas. Assim, após as perseguições os cristãos, sabendo bem que elas iriam continuar, rezam incessantemente por aquelas mesmas autoridades que os tinham condenado injustamente. O motivo é antes de tudo de ordem cristológica: é preciso rezar pelos perseguidores, como fez Jesus na cruz.

Mas esta oração contém também um ensinamento que guia, ao longo dos séculos, a atitude dos cristãos em relação à política e ao Estado. Rezando pelas autoridades, Clemente reconhece a legitimidade das instituições políticas na ordem estabelecida por Deus; ao mesmo tempo, ele manifesta a preocupação por que as autoridades sejam dóceis a Deus e "exerçam o poder que Deus lhes concedeu na paz e na mansidão com piedade" (61, 2). César não é tudo. Sobressai outra soberania, cuja origem e essência não são deste mundo, mas "lá de cima": é a da verdade, que se orgulha também em relação ao Estado pelo direito de ser ouvida.

Assim a carta de Clemente trata numerosos temas de atualidade perene. Ela é muito significativa porque representa, desde o primeiro século, a solicitude da Igreja de Roma, que preside na caridade a todas as outras Igrejas. Com o mesmo Espírito façamos nossas as invocações da "grande oração", onde o Bispo de Roma se faz voz do mundo inteiro: "Sim, Senhor, faz resplandecer sobre nós a tua face no bem da paz; proteje-nos com a tua mão poderosa... Nós te damos graças, através do sumo Sacerdote e guia das nossas almas, Jesus Cristo, por meio do qual te glorificamos e louvamos, agora, e de geração em geração, e por todos os séculos. Amém" (60-61).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 14 de Março 2007

Santo Inácio de Antioquia

Queridos irmãos e irmãs!

Como já fizemos na quarta-feira passada, falamos das personalidades da Igreja nascente. Na semana passada falámos do Papa Clemente I, terceiro Sucessor de São Pedro. Hoje falamos de Santo Inácio, que foi o terceiro Bispo de Antioquia, entre os anos 70 e 107, data do seu martírio.

Naquele tempo Roma, Alexandria e Antioquia eram as três grandes metrópoles do império romano. O Concílio de Niceia fala de três "primados": o de Roma, mas também Alexandria e Antioquia participam, num certo sentido, a um "primado". Santo Inácio era Bispo de Antioquia, que hoje se encontra na Turquia. Aqui, em Antioquia, como sabemos dos Atos dos Apóstolos, surgiu uma comunidade cristã florescente: primeiro Bispo foi o apóstolo Pedro assim nos diz a tradição e ali "pela primeira vez, os discípulos começaram a ser tratados pelo nome de "cristãos"" (At 11, 26). Eusébio de Cesareia, um historiador do IV século, dedica um capítulo inteiro da sua História Eclesiástica à vida e à obra literária de Inácio (3, 36). "Da Síria", ele escreve, "Inácio foi enviado a Roma para ser lançado às feras, por causa do testemunho por ele dado a Cristo. Realizando a sua viagem através da sia, sob a vigilância severa dos guardas" (que ele chamava "dez leopardos" na sua Carta aos Romanos 5, 1), "nas várias cidades por onde passava, com pregações e admoestações, ia consolidando as Igrejas; sobretudo exortava, muito fervorosamente, a evitar as heresias, que na época começavam a pulular, e recomendava que não se separassem da tradição apostólica". A primeira etapa da viagem de Inácio rumo ao martírio foi a cidade de Esmirna, onde era Bispo São Policarpo, discípulo de São João. Ali Inácio escreveu quatro cartas, respectivamente às Igrejas de Éfeso, de Magnésia, de Tralli e de Roma. "Tendo partido de Esmirna", prossegue Eusébio, "Inácio chega a Tróade, e de lá enviou novas cartas": duas às Igrejas de Filadélfia e de Esmirna, e uma ao Bispo Policarpo. Eusébio completa assim o elenco das cartas, que chegaram até nós da Igreja do primeiro século como um precioso tesouro. Lendo estes textos sente-se o vigor da fé da geração que ainda tinha conhecido os Apóstolos. Sente-se também nestas cartas o amor fervoroso de um santo. Finalmente de Tróade o mártir chegou a Roma, onde, no Anfiteatro Flávio, foi lançado às feras.

Nenhum padre da Igreja expressou com a intensidade de Inácio o anseio pela união com Cristo e pela vida n'Ele. Por isso lemos o trecho do Evangelho sobre a vinha, que segundo o evan-

gelho de João é Jesus. Na realidade, afluem em Inácio duas "correntes" espirituais: a de Paulo, que tende totalmente para a união com Cristo, e a de João, concentrada na vida n'Ele. Por sua vez, estas duas correntes desembocam na imitação de Cristo, várias vezes proclamado por Inácio como "o meu" e "o nosso Deus". Assim Inácio suplica os cristãos de Roma para que não impeçam o seu martírio, porque está impaciente por "unir-se a Jesus Cristo". E explica: "É bom para mim morrer indo para (eis) Jesus Cristo, em vez de reinar até aos confins da terra. Procuro a Ele, que morreu por mim, quero a Ele, que ressuscitou por nós... Deixai que eu seja imitador da Paixão do meu Deus!" (Aos Romanos 5-6). Pode-se captar nestas expressões fervorosas de amor o elevado "realismo" cristológico típico da Igreja de Antioquia, como nunca atento à encarnação do Filho de Deus e à sua humanidade verdadeira e concreta: Jesus Cristo, escreve Inácio aos Esmirnenses, "pertence realmente à estirpe de Davi", realmente nasceu de uma virgem", "realmente foi crucificado por nós" (1, 1).

A propensão irresistível de Inácio para a união com Cristo funda uma verdadeira "mística da unidade". Ele próprio define-se "um homem ao qual foi confiada a tarefa da unidade" (Aos Filadelfenses, 1). Para Inácio a unidade é antes de tudo uma prerrogativa de Deus, que existindo em três Pessoas é Uno em absoluta unidade. Ele repete muitas vezes que Deus é unidade, e que só em Deus ela se encontra no estado puro e originário. A unidade a ser realizada nesta terra pelos cristãos é unicamente uma imitação, o mais possível conforme com o arquétipo divino. Desta forma Inácio chega a elaborar uma visão da Igreja, que recorda de perto algumas expressões da Carta aos Coríntios de Clemente Romano. "É bom para vós", escreve por exemplo aos cristãos de Éfeso, "proceder juntos de acordo com o pensamento do bispo, o que já fazeis. De fato, o vosso colégio dos presbíteros, justamente famoso, digno de Deus, está assim harmoniosamente unido ao bispo como as cordas à cítara. Por isso, na vossa concórdia, e no vosso amor sinfónico Jesus Cristo é cantado. E assim vós, um por um, tornais-vos coro, para que na sinfonia da concórdia, depois de ter tomado o trono de Deus na unidade, canteis a uma só voz" (4, 1-2). E depois de ter recomendado aos Esmirnenses que "nada empreendessem do que diz respeito à Igreja sem o bispo" (8, 1), diz a Policarpo: "Eu ofereço a minha vida por aqueles que são submetidos ao bispo, aos presbíteros e aos diáconos. Que eu possa com eles ter parte em Deus. Trabalhai juntos uns para os outros, lutai juntos, correi juntos, sofrei juntos, dormi e vigiai juntos como administradores de Deus, seus assessores e servos. Procurai agradar quele pelo qual militais e do qual recebeis os favores. Que nenhum de vós seja desertor. O vosso batismo permaneça como um escudo, a fé como um elmo, a caridade como uma lança, a paciência como uma armadura" (6, 1-2).

Complexivamente podemos ver nas Cartas de Inácio uma espécie de dialéctica constante e fecunda entre dois aspectos característicos da vida cristã: por um lado a estrutura hierárquica da comunidade eclesial, e por outro a unidade fundamental que liga entre si todos os fiéis em Cristo. Portanto, os papeis não se podem contrapor. Ao contrário, a insistência sobre a comunhão dos crentes entre si e com os próprios pastores é continuamente reformulada através de eloquentes imagens e analogias: a cítara, as cordas, a afinação, o concerto, a sinfonia. É evidente a responsabilidade peculiar dos bispos, dos presbíteros e dos diáconos na edificação da comunidade. Para eles é válido antes de tudo o convite ao amor e à unidade. "Sede um só", escreve Inácio aos Magnésios, retomando a oração de Jesus na última Ceia: "Uma só súplica, uma única mente, uma só esperança no amor... Acorrei todos a Jesus Cristo como ao único templo de Deus, como ao único altar: ele é um, e procedendo do único Pai, permaneceu unido a Ele, e a Ele voltou na unidade" (7, 1-2). Inácio, o primeiro na literatura cristã, atribui à Igreja o adjectivo "católica", isto é "universal": "Onde estiver Jesus Cristo", afirma ele, "ali está a Igreja" (Aos Esmirnenses, 2). E precisamente no serviço de unidade à Igreja católica, a comunidade cristã de Roma exerce uma espécie de primado no amor: "Em Roma ela preside digna de Deus, venerável, digna de ser chamada beata... Preside à caridade, que tem a lei de Cristo e o nome de Pai" (Aos Romanos, Prólogo).

Como se vê, Inácio é verdadeiramente o "doutor da unidade": unidade de Deus e unidade de Cristo (não obstante as várias heresias que começavam a circular e dividiam o homem e Deus em Cristo), unidade da Igreja, unidade dos fiéis "na fé e na caridade, das quais nada há de mais excelente" (Aos Esmirnenses 6, 1). Para concluir, o "realismo" de Inácio convida os fiéis de ontem e de hoje, convida todos nós a uma síntese progressiva entre configuração com Cristo (união com Ele, vida n'Ele) e dedicação à sua Igreja (unidade com o Bispo, serviço generoso à comunidade e ao mundo). Em resumo, é necessário alcançar uma síntese entre comunhão da Igreja no seu interior e missão proclamação do Evangelho para os outros, até quando, através de uma dimensão se manifeste a outra, e os crentes "possuam" cada vez mais "aquele espírito indiviso, que é o próprio Jesus Cristo" (Aos Magnésios 15). Implorando do Senhor esta "graça de unidade", e na convicção de presidir à caridade de toda a Igreja (cf. Aos Romanos, Prólogo), dirijo a vós os mesmos votos que concluem a carta de Inácio aos cristãos de Trali: "Amai-vos uns aos outros com um coração indiviso. O meu espírito oferece-se em sacrifício por vós, não só agora, mas também quando tiver alcançado Deus... Que possais ser encontrados em Cristo sem mancha" (13). E rezemos para que o Senhor nos ajude a alcançar esta unidade e a sermos encontrados finalmente sem mancha, porque é o amor que purifica as almas.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 21 de Março 2007

São Justino, filósofo e mártir

Amados irmãos e irmãs!

Estamos a refletir, nestas catequeses, sobre as grandes figuras da Igreja nascente. Hoje falamos de São Justino, filósofo e mártir, o mais importante dos Padres apologistas do segundo século. A palavra "apologistas" designa aqueles escritores cristãos antigos que se propunham defender a nova religião das pesadas acusações dos pagãos e dos judeus, e difundir a doutrina cristã em termos adequados à cultura do próprio tempo. Assim nos apologistas está presente uma dupla solicitude: a mais propriamente apologética, de defender o cristianismo nascente (*apologhía* em grego significa precisamente "defesa") e a "missionária", que expõe os conteúdos da fé numa linguagem e com categorias de pensamento compreensíveis aos contemporâneos.

Justino nasceu por volta do ano 100 na antiga Siquém, em Samaria, na Terra Santa; ele procurou por muito tempo a verdade, peregrinando nas várias escolas da tradição filosófica grega. Finalmente como ele mesmo narra nos primeiros capítulos do seu Diálogo com Trifão uma personagem misteriosa, um idoso encontrado à beira-mar, inicialmente pô-lo em dificuldade, demonstrando-lhe a incapacidade do homem de satisfazer unicamente com as suas forças a aspiração pelo divino. Depois indicou-lhe nos antigos profetas as pessoas às quais se dirigir para encontrar o caminho de Deus e a "verdadeira filosofia". Ao despedir-se dele, o idoso exortou-o à oração, para que lhe fossem abertas as portas da luz. A narração vela o episódio crucial da vida de Justino: no final de um longo itinerário filosófico de busca da verdade, ele alcançou a fé cristã.

Fundou uma escola em Roma, onde gratuitamente iniciava os alunos na nova religião, considerada como a verdadeira filosofia. De fato, nela tinha encontrado a verdade e portanto a arte de viver de modo reto. Por este motivo foi denunciado e foi decapitado por volta do ano de 165, sob o reinado de Marco Aurélio, o imperador filósofo ao qual o próprio Justino tinha dirigido a sua Apologia.

São estas as duas Apologias e o Diálogo com o Judeu Trifão as únicas obras que nos restam dele. Nelas Justino pretende ilustrar antes de tudo o projeto divino da criação e da salvação que se realiza em Jesus Cristo, o Logos, isto é o Verbo eterno, a Razão eterna, a Razão criadora. Cada homem, como criatura racional, é partícipe do Logos, leva em si uma "semente", e pode colher os indícios da verdade. Assim o mesmo Logos, que se revelou como figura profé-

tica aos Judeus na Lei antiga, manifestou-se parcialmente, como que em "sementes de verdade", também na filosofia grega. Mas, conclui Justino, dado que o cristianismo é a manifestação histórica e pessoal do Logos na sua totalidade, origina-se que "tudo o que foi expresso de positivo por quem quer que seja, pertence a nós cristãos" (2 Apol. 13, 4). Deste modo Justino, mesmo contestando à filosofia grega as suas contradições, orienta decididamente para o Logos toda a verdade filosófica, motivando do ponto de vista racional a singular "pretensão" de verdade e de universalidade da religião cristã. Se o Antigo Testamento tende para Cristo como a figura orienta para a realidade significada, a filosofia grega tem também por objetivo Cristo e o Evangelho, como a parte tende a unir-se ao todo. E diz que estas duas realidades, o Antigo Testamento e a filosofia grega, são como os dois caminhos que guiam para Cristo, para o Logos. Eis por que a filosofia grega não se pode opor à verdade evangélica, e os cristãos podem inspirar-se nela com confiança, como num bem próprio. Por isso, o meu venerado Predecessor, o Papa João Paulo II, definiu Justino "pioneiro de um encontro positivo com o pensamento filosófico, mesmo se no sinal de um cauto discernimento": porque Justino, "mesmo conservando depois da conversão grande estima pela filosofia grega, afirmava com vigor e clareza que tinha encontrado no cristianismo "a única filosofia segura e proveitosa" (Dial. 8, 1)" (Fides et ratio, 38).

Na sua totalidade, a figura e a obra de Justino marcam a opção decidida da Igreja antiga pela filosofia, mais pela razão do que pela religião dos pagãos. Com a religião pagã, de fato, os primeiros cristãos rejeitaram corajosamente qualquer compromisso. Consideravam-na idolatria, à custa de serem acusados por isso de "impiedade" e de "ateísmo". Em particular Justino, especialmente na sua primeira Apologia, fez uma crítica implacável em relação à religião pagã e aos seus mitos, por ele considerados diabólicas "despistagens" no caminho da verdade. A filosofia representou ao contrário a área privilegiada do encontro entre paganismo, judaísmo e cristianismo precisamente no plano da crítica à religião pagã e aos seus falsos mitos. "A nossa filosofia...": assim, do modo mais explícito, definiu a nova religião outro apologista contemporâneo de Justino, o Bispo Melitão de Sardes (ap. Hist. Eccl. 4, 26, 7).

De fato, a religião pagã não percorria os caminhos do Logos, mas obstinava-se pelas do mito, até a filosofia grega o considerava privado de consistência na verdade. Por isso o ocaso da religião pagã era inevitável: fluía como consequência lógica do afastamento da religião reduzida a um conjunto artificial de cerimónias, convenções e hábitos da verdade do ser. Justino, e com ele os outros apologistas, selaram a tomada de posição clara da fé cristã pelo Deus dos filósofos contra os falsos deuses da religião pagã. Era a opção pela verdade do ser contra o mito do costume.

Alguns decénios após Justino, Tertuliano definiu a mesma opção dos cristãos com uma sentença lapidária e sempre válida: "Dominus noster Christus veritatem se, non consuetudinem, cognominavit - Cristo afirmou ser a verdade, não o costume" (De virgin. vel. 1, 1). A este propósito observe-se que a palavra consuetudo, aqui empregada por Tertuliano referindo-se à religião pagã, pode ser traduzida nas línguas modernas com as expressões "moda cultural", "moda do tempo".

Numa época como a nossa, marcada pelo relativismo no debate sobre os valores e sobre a religião assim como no diálogo inter-religioso esta é uma lição que não se deve esquecer. Para esta finalidade proponho-vos e assim concluo as últimas palavras do idoso misterioso, que o filósofo Justino encontrou à beira-mar: "Tu reza antes de tudo para que as portas da luz te sejam abertas, porque ninguém pode ver e compreender, se Deus e o seu Cristo não lhe concedem discernir" (Dial. 7, 3).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 28 de Março 2007

Santo Ireneu de Lião

Queridos irmãos e irmãs!

Nas catequeses sobre as grandes figuras da Igreja dos primeiros séculos chegamos hoje à personalidade eminente de Santo Ireneu de Lião. As notícias biográficas sobre ele provêm do seu próprio testemunho, que nos foi transmitido por Eusébio no quinto livro da História Eclesiástica.

Ireneu nasceu com toda a probabilidade em Esmirna (hoje Izmir, na Turquia) por volta do ano 135-140, onde ainda jovem frequentou a escola do Bispo Policarpo, por sua vez discípulo do apóstolo João. Não sabemos quando se transferiu da sia Menor para a Gália, mas a transferência certamente coincidiu com os primeiros desenvolvimentos da comunidade cristã de Lião: aqui, no ano 117, encontramos Ireneu incluído no colégio dos presbíteros. Precisamente naquele ano ele foi enviado para Roma, portador de uma carta da comunidade de Lião ao Papa Eleutério. A missão romana subtraiu Ireneu à perseguição de Marco Aurélio, que causou pelo menos quarenta e oito mártires, entre os quais o próprio Bispo de Lião, Potino que, com noventa anos, faleceu por maus-tratos no cárcere. Assim, com o seu regresso, Ireneu foi eleito Bispo da cidade. O novo Pastor dedicou-se totalmente ao ministério episcopal, que se concluiu por volta de 202-203, talvez com o martírio.

Ireneu é antes de tudo um homem de fé e Pastor. Do bom Pastor tem o sentido da medida, a riqueza da doutrina, o fervor missionário. Como escritor, busca uma dupla finalidade: defender a verdadeira doutrina contra os ataques heréticos, e expor com clareza a verdade da fé.

Correspondem exatamente a estas finalidades as duas obras que dele permanecem: os cinco livros Contra as Heresias, e a Exposição da pregação apostólica (que se pode também chamar o mais antigo "catecismo da doutrina cristã"). Em suma, Ireneu é o campeão da luta contra as heresias. A Igreja do século II estava ameaçada pela chamada gnose, uma doutrina que afirmava que a fé ensinada na Igreja seria apenas um simbolismo para os simples, que não são capazes de compreender coisas difíceis; ao contrário, os idosos, os intelectuais chamavam-se gnósticos teriam compreendido o que está por detrás destes símbolos, e assim teriam formado um cristianismo elitista, intelectualista. Obviamente este cristianismo intelectualista fragmentava-se cada vez mais em diversas correntes com pensamentos muitas vezes estranhos e extravagantes, mas para muitos era atraente. Um elemento comum destas diversas correntes era o dualismo, isto é, negava-se a fé no único Deus Pai de todos, Criador e Salvador do homem e

do mundo. Para explicar o mal no mundo, eles afirmavam a existência, em paralelo com o Deus bom, de um princípio negativo. Este princípio negativo teria produzido as coisas materiais, a matéria.

Radicando-se firmemente na doutrina bíblica da criação, Ireneu contesta o dualismo e o pessimismo gnóstico que diminuíam as realidades corpóreas. Ele reivindicava decididamente a santidade originária da matéria, do corpo, da carne, não menos que a do espírito. Mas a sua obra vai muito mais além da confutação da heresia: pode-se dizer de fato que ele se apresenta como o primeiro grande teólogo da Igreja, que criou a teologia sistemática; ele mesmo fala do sistema da teologia, isto é, da coerência interna de toda a fé. No centro da sua doutrina situa-se a questão da "regra da fé" e da sua transmissão. Para Ireneu a "regra da fé" coincide na prática com o Credo dos Apóstolos, e dá-nos a chave para interpretar o Evangelho, para interpretar o Credo à luz do Evangelho. O símbolo apostólico, que é uma espécie de síntese do Evangelho, ajuda-nos a compreender o que significa, como devemos ler o próprio Evangelho.

De fato o Evangelho pregado por Ireneu é o mesmo que recebeu de Policarpo, Bispo de Esmirna, e o Evangelho de Policarpo remonta ao apóstolo João, do qual Policarpo era discípulo. E assim o verdadeiro ensinamento não é o que foi inventado pelos intelectuais além da fé simples da Igreja. O verdadeiro Evangelho é o que foi transmitido pelos Bispos que o receberam numa sucessão ininterrupta dos Apóstolos. Eles outra coisa não ensinaram senão precisamente esta fé simples, que é também a verdadeira profundidade da revelação de Deus. Assim diz-nos Ireneu não há uma doutrina secreta por detrás do Credo comum da Igreja. Não existe um cristianismo superior para intelectuais. A fé publicamente confessada pela Igreja é a fé comum de todos. Só esta fé é apostólica, vem dos Apóstolos, isto é, de Jesus e de Deus. Aderindo a esta fé transmitida publicamente pelos Apóstolos aos seus sucessores, os cristãos devem observar o que os Bispos dizem, devem considerar especialmente o ensinamento da Igreja de Roma, preeminente e antiquíssima. Esta Igreja, devido à sua antiguidade, tem a maior apostolicidade, de fato haure origem das colunas do Colégio apostólico, Pedro e Paulo. Com a Igreja de Roma devem harmonizar-se todas as Igrejas, reconhecendo nela a medida da verdadeira tradição apostólica, da única fé comum da Igreja. Com estas argumentações, aqui resumidas muito brevemente, Ireneu contesta desde os fundamentos as pretensões destes gnósticos, destes intelectuais: antes de tudo eles não possuem uma verdade que seria superior à da fé comum, porque o que dizem não é de origem apostólica, é por eles inventado; em segundo lugar, a verdade e a salvação não são privilégio nem monopólio de poucos, mas todos as podem alcançar através da pregação dos sucessores dos Apóstolos, e sobretudo do Bispo de Roma. Em particular sempre polemizando com o carácter "secreto" da tradição gnóstica, e

observando os seus numerosos êxitos entre si contraditórios Ireneu preocupa-se por ilustrar o conceito genuíno de Tradição apostólica, que podemos resumir em três pontos.

a) A Tradição apostólica é "pública", não privada ou secreta. Ireneu não duvida minimamente de que o conteúdo da fé transmitida pela Igreja é o que recebeu dos Apóstolos e de Jesus, do Filho de Deus. Não existe outro ensinamento além deste. Portanto quem quiser conhecer a verdadeira doutrina é suficiente que conheça "a Tradição que vem dos Apóstolos e a fé anunciada aos homens": tradição e fé que "chegaram até nós através da sucessão dos Bispos" (Adv. Haer.3, 3, 3-4). Assim, sucessão dos Bispos, princípio pessoal; e Tradição apostólica, princípio doutrinal coincidem.

b) A Tradição apostólica é "única". De fato, enquanto o gnosticismo se subdivide em numerosas seitas, a Tradição da Igreja é única nos seus conteúdos fundamentais, a que como vimos Ireneu chama precisamente regula fidei ou veritatis: e isto porque é única, gera unidade através dos povos, através das culturas diversas, através dos povos diversos; é um conteúdo comum como a verdade, apesar da diversidade das línguas e das culturas. Há uma frase muito preciosa de Santo Ireneu no livro Contra as heresias: "A Igreja, apesar de estar espalhada por todo o mundo, conserva com solicitude a fé dos Apóstolos, como se habitasse numa só casa; ao mesmo tempo crê nestas verdades, como se tivesse uma só alma e um só coração; em plena sintonia com estas verdades proclama, ensina e transmite, como se tivesse uma só boca. As línguas do mundo são diversas, mas o poder da tradição é único e é o mesmo: as Igrejas fundadas nas Alemanhas não receberam nem transmitiram uma fé diversa, nem as que foram fundadas nas Espanhas ou entre os Celtas ou nas regiões orientais ou no Egito ou na Líbia ou no centro do mundo" (1, 10, 1-2). Já se vê neste momento, estamos no ano 200, a universalidade da Igreja, a sua catolicidade e a força unificadora da verdade, que une estas realidades tão diversas, da Alemanha à Espanha, à Itália, ao Egito, à Líbia, na comum verdade que nos foi revelada por Cristo.

c) Por fim, a Tradição apostólica é como ele diz na língua grega na qual escreveu o seu livro, "pneumática", isto é, espiritual, guiada pelo Espírito Santo: em grego espírito diz-se *pneuma*. De fato, não se trata de uma transmissão confiada à habilidade de homens mais ou menos doutos, mas ao Espírito de Deus, que garante a fidelidade da transmissão da fé. Esta é a "vida" da Igreja, o que torna a Igreja sempre vigorosa e jovem, isto é, fecunda de numerosos carismas. Igreja e Espírito para Ireneu são inseparáveis: "Esta fé", lemos ainda no terceiro livro Contra as heresias, "recebemo-la da Igreja e conservámo-la: a fé, por obra do Espírito de Deus, como um depósito precioso guardado num vaso de valor rejuvenesce sempre e faz reju-

venescer também o vaso que a contém. Onde estiver a Igreja, ali está o Espírito de Deus; e onde estiver o Espírito de Deus, ali está a Igreja com todas as graças" (3, 24, 1).

Como se vê, Ireneu não se limita a definir o conceito de Tradição. A sua tradição, a Tradição ininterrupta, não é tradicionalismo, porque esta Tradição é sempre internamente vivificada pelo Espírito Santo, que a faz de novo viver, a faz ser interpretada e compreendida na vitalidade da Igreja. Segundo o seu ensinamento, a fé da Igreja deve ser transmitida de modo que apareça como deve ser, isto é, "pública", "única", "pneumática", "espiritual". A partir de cada uma destas características podemos realizar um frutuoso discernimento sobre a autêntica transmissão da fé no hoje da Igreja. Mais em geral, na doutrina de Ireneu a dignidade do homem, corpo e alma, está firmemente ancorada na criação divina, na imagem de Cristo e na obra permanente de santificação do Espírito. Esta doutrina é como uma "via-mestra" para esclarecer juntamente com todas as pessoas de boa vontade o objeto e os confins do diálogo sobre os valores, e para dar impulso sempre renovado à ação missionária da Igreja, à força da verdade que é a fonte de todos os valores verdadeiros do mundo.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 4 de Abril 2007

O Tríduo Pascal

Queridos irmãos e irmãs!

Quando se está para concluir o itinerário quaresmal, que teve início com a Quarta-Feira de Cinzas, a hodierna liturgia da Quarta-Feira Santa introduz-nos já no clima dramático dos próximos dias, permeados da recordação da paixão e morte de Cristo. De fato, na liturgia de hoje, o evangelista Mateus repropõe à nossa meditação o breve diálogo que Jesus teve no Cenáculo com Judas. "Porventura sou eu, Rabbi?", pergunta o traidor ao Mestre divino, que tinha prenunciado: "Em verdade vos digo: um de vós Me há-de entregar". Foi incisiva a resposta do Senhor: "Tu o dizes" (cf. Mt 26, 14-25). Por seu lado São João conclui a narração do anúncio da traição de Judas com poucas palavras, mas significativas: "E era noite" (Jo 13, 30), quando o traidor abandona o Cenáculo, intensifica-se a escuridão no seu coração é noite interior aumenta o desânimo no coração dos outros discípulos também eles se encaminham para a noite enquanto trevas de abandono e de ódio se adensam sobre o Filho do Homem que se encaminha para consumar o seu sacrifício na cruz. O que comemoraremos nos próximos dias é o confronto supremo entre a Luz e as Trevas, entre a Vida e a Morte. Também nós nos devemos enquadrar neste contexto, conscientes da nossa "noite", das nossas culpas e das nossas responsabilidades, se desejamos reviver com proveito espiritual o Mistério pascal, se desejamos chegar à luz do coração mediante este Mistério, que constitui o ponto central da nossa fé.

O início do Tríduo Pascal é a Quinta-Feira Santa, amanhã. Durante a Missa Crismal, que pode ser considerada como o prelúdio do Tríduo Sacro, o Pastor diocesano e os seus colaboradores mais estreitos, os presbíteros, circundados pelo Povo de Deus, renovam as promessas formuladas no dia da Ordenação sacerdotal. Trata-se, ano após ano, de um momento de forte comunhão eclesial, que realça o dom do sacerdócio ministerial deixado por Cristo à sua Igreja, na vigília da sua morte na cruz. E para cada sacerdote é um momento comovedor nesta vigília da Paixão, na qual o Senhor se nos deu a Si mesmo, nos deu o sacramento da Eucaristia, nos deu o Sacerdócio.

É um dia que comove todos os nossos corações. Depois, são abençoados os óleos para a celebração dos Sacramentos: o óleo dos Catecúmenos, o óleo dos Enfermos e o Sagrado Crisma. À noite, entrando no Tríduo Pascal, a comunidade cristã revive na Missa in Cena Domini o que aconteceu na última Ceia. No Cenáculo o Redentor quis antecipar, no Sacramento do pão e do vinho transformados no seu Corpo e no seu Sangue, o sacrifício da sua vida: ele antecipa

esta sua morte, entrega livremente a sua vida, oferece o dom definitivo de si à humanidade. Com o lava-pés, repete-se o gesto com que Ele, tendo amado os seus, os amou até ao extremo (cf. Jo 13, 1) e deixou aos discípulos como seu distintivo este ato de humildade, o amor até à morte. Depois da Missa in Cena Domini, a liturgia convida os fiéis a estar em adoração do Santíssimo Sacramento, revivendo a agonia de Jesus no Getsêmani. E vemos como os discípulos dormiram, deixando o Senhor sozinho. Também hoje nós, seus discípulos, muitas vezes dormimos. Nesta noite santa do Getsêmani queremos estar vigilantes, não queremos deixar o Senhor sozinho nesta hora; assim podemos compreender melhor o mistério da Quinta-Feira Santa, que inclui o tríplice dom do Sacerdócio ministerial, da Eucaristia e do mandamento novo do amor (ágape).

A Sexta-Feira Santa, que comemora os eventos que vão da condenação à morte até à crucifixão de Cristo, é um dia de penitência, de jejum e de oração, de participação na Paixão do Senhor. Na hora estabelecida, a Assembleia cristã repercorre, com a ajuda da Palavra de Deus e dos gestos litúrgicos, a história da infidelidade humana ao desígnio divino, que contudo se realiza precisamente assim, e ouve de novo a narração comovedora da Paixão dolorosa do Senhor. Dirige depois ao Pai celeste a longa "oração dos fiéis", que inclui todas as necessidades da Igreja e do mundo. Em seguida, a Comunidade adora a Cruz e aproxima-se da Eucaristia, consumando as espécies sagradas conservadas da Missa in Cena Domini do dia anterior. Ao comentar a Sexta-Feira Santa, São João Crisóstomo observa: "Primeiro a cruz significava desprezo, mas hoje é esperança de salvação. Tornou-se verdadeiramente fonte de bens infinitos; libertou-nos do erro, dissipou as nossas trevas, reconciliou-nos com Deus, transformou-nos de inimigos em seus familiares, de estrangeiros em seus próximos: esta cruz é a destruição da inimizade, a fonte da paz, o cofre do nosso tesouro (De cruce et latrone I, 1, 4). Para reviver de modo mais intenso a Paixão do Redentor, a tradição cristã deu vida a numerosas manifestações de piedade popular, entre as quais as procissões da Sexta-Feira Santa com os ritos sugestivos que se repetem todos os anos. Mas há uma prática piedosa, a da Via-Sacra, que nos oferece durante todo o ano a possibilidade de imprimir cada vez mais profundamente no nosso coração o mistério da Cruz, de ir com Cristo por este caminho e assim conformar-nos interiormente com Ele. Poderíamos dizer que a Via-Sacra nos educa, usando uma expressão de São Leão Magno, a "ver com os olhos do coração Cristo crucificado, para reconhecer na sua carne a nossa própria carne" (Disc. 15 sobre a paixão do Senhor). Consiste precisamente nisto a verdadeira sabedoria do cristão, que desejamos aprender seguindo a Via-Sacra precisamente na Sexta-Feira Santa no Coliseu.

O Sábado Santo é o dia em que a liturgia silencia, o dia do grande silêncio, e os cristãos são convidados a guardar um recolhimento interior, muitas vezes difícil de manter neste nosso tempo, para se prepararem melhor para a Vigília Pascal. Em muitas comunidades são organizados ritos espirituais e encontros de oração mariana, quase para se unir à Mãe do Redentor, que aguarda com trepidante confiança a ressurreição do Filho crucificado. Finalmente na Vigília pascal o véu de tristeza, que envolve a Igreja pela morte e a sepultura do Senhor, será rasgado pelo grito da vitória: Cristo ressuscitou e derrotou para sempre a morte! Então poderíamos compreender verdadeiramente o mistério da Cruz, "como Deus cria prodígios até na impossibilidade escreve um autor antigo para que se saiba que só ele pode fazer o que quer. Da sua morte a nossa vida, das suas chagas a nossa cura, da sua queda a nossa ressurreição, da sua descida a nossa exaltação" (Anonimo Quartodecimano). Animados por uma fé mais firme, no centro da Vigília pascal acolheremos os recém-batizados e renovaremos as promessas do nosso Batismo. Assim experimentaremos que a Igreja está sempre viva, rejuvenesce sempre, é sempre bela e santa, porque se apoia em Cristo que, tendo ressuscitado, jamais morrerá.

Queridos irmãos e irmãs, o Mistério pascal, que o Tríduo Sacro nos fará reviver, não é só recordação de uma realidade que passou, é realidade atual: também hoje Cristo vence com o seu amor o pecado e a morte. O Mal, em todas as suas formas, não tem a última palavra. O triunfo final é de Cristo, da verdade e do amor! Se com Ele estamos dispostos a sofrer e a morrer, recordar-nos-á São Paulo na Vigília pascal, a sua vida torna-se a nossa vida (cf. Rm 6, 9). Sobre esta certeza se baseia e se constrói a nossa existência cristã. Invocando a intercessão de Maria Santíssima, que seguiu Jesus pelo caminho da Paixão e da Cruz e o abraçou depois da sua deposição, desejo a todos vós que participeis devotamente no Tríduo Pascal para sentir a alegria da Páscoa juntamente com todos os que vos são queridos.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 11 de Abril 2007

Oitava de Páscoa

Queridos irmãos e irmãs!

Encontramo-nos hoje, depois das solenes celebrações da Páscoa para o habitual encontro da quarta-feira, e o meu desejo é antes de tudo renovar a cada um de vós os mais fervorosos bons votos. Agradeço-vos a vossa presença tão numerosa e agradeço ao Senhor pelo sol que hoje nos concede. Na vigília pascal ressoou este anúncio: "Verdadeiramente o Senhor ressuscitou, aleluia!".

Agora é Ele mesmo quem nos fala: "Não morrerei proclama permanecerei vivo". Aos pecadores diz: "Recebei o perdão dos pecados. De fato, sou Eu o vosso perdão". Por fim, repete a todos: "Eu sou a Páscoa da salvação, o Cordeiro imolado por vós, o vosso resgate, a vossa vida, a vossa ressurreição, a vossa luz, a vossa salvação, o vosso rei. Mostrar-vos-ei o Pai". Assim se expressa um escritor do século II, Melitão de Sardes, interpretando com realismo as palavras e o pensamento do Ressuscitado (Sobre a Páscoa, 102-103).

Nestes dias, a liturgia recorda vários encontros que Jesus teve depois da sua ressurreição: com Maria Madalena e com as outras mulheres que foram ao sepulcro de manhã cedo, no dia depois do sábado; com os Apóstolos reunidos incrédulos no Cenáculo; com Tomé e os outros discípulos.

Estas suas diversas aparições constituem também para nós um convite para aprofundar a mensagem fundamental da Páscoa; estimulam-nos a repercorrer o itinerário de quantos encontraram Cristo e o reconheceram naqueles primeiros dias depois dos acontecimentos pascais.

O evangelista João narra que Pedro e ele mesmo, tendo ouvido a notícia dada por Maria Madalena, tinham corrido, quase em competição, ao sepulcro (cf. Jo 20, 3s). Os Padres da Igreja viram neste seu rápido apressar-se para o túmulo vazio uma exortação daquela única competição legítima entre crentes: a competição na busca de Cristo. E o que dizer de Maria Madalena?

Chorando, permanece ao lado do túmulo vazio unicamente com o desejo de saber para onde levaram o seu Mestre. Reencontra-o e reconhece-o quando Ele a chama pelo nome (cf. Jo 20, 11-1). Também nós, se procurarmos o Senhor com espírito simples e sincero, o encontraremos, aliás, será Ele mesmo que virá ao nosso encontro; far-se-á reconhecer, chamar-nos-á pelo nome, isto é, far-nos-á entrar na intimidade do seu amor.

Hoje, quarta-feira entre a Oitava de Páscoa, a liturgia faz-nos meditar sobre outro encontro singular do Ressuscitado, o que teve com os dois discípulos de Emaús (cf. Lc 24, 13-35). Quando, desconfortados pela morte do seu Mestre, regressavam para casa, o Senhor fez-se seu companheiro de caminho sem que eles o reconhecessem. As suas palavras, a comentar as Escrituras que lhe dizem respeito, tornaram fervorosos os corações dos dois discípulos que, tendo chegado ao destino, lhe pediram para permanecer com eles. Quando, no final, Ele "tomou o pão, pronunciou a bênção, o partiu e lho deu" (v. 30), os seus olhos abriram-se. Mas naquele mesmo momento Jesus subtraiu-se ao seu olhar. Portanto, reconheceram-n'O quando Ele desapareceu. Ao comentar este episódio evangélico, Santo Agostinho observa: "Jesus parte o pão, reconhecem-no. Então nós já não dizemos que não conhecemos o Cristo! Se cremos, conhecemo-lo! Aliás, se cremos, temo-lo! Tinham Cristo à sua mesa, nós temo-lo na nossa alma!". E conclui: "Ter Cristo no próprio coração é muito mais do que tê-lo na própria casa: de fato, o nosso coração é-nos mais íntimo do que a nossa casa" (Discurso 232, VII, 7). Procuremos realmente levar Jesus no coração.

No prefácio dos Atos dos Apóstolos, São Lucas afirma que o Senhor ressuscitado "se mostrou (aos apóstolos) vivo, depois da sua paixão, com muitas provas, aparecendo-lhes por quarenta dias" (1, 3). É necessário compreender bem: quando o autor sagrado diz que "se mostrou vivo" não significa que Jesus regressou à vida anterior, como Lázaro. A Páscoa que nós celebramos, observa São Bernardo, significa "passagem" e não "regresso", porque Jesus não voltou à situação anterior, mas "ultrapassou uma fronteira para uma condição mais gloriosa", nova e definitiva. Por isso, ele acrescenta, "agora, o Cristo passou verdadeiramente para uma vida nova" (cf. Discurso sobre a Páscoa).

O Senhor dissera a Maria Madalena: "Não me detenhas, porque ainda não subi para Meu Pai" (Jo 20, 17). Uma expressão que nos surpreende, sobretudo se for confrontada com o que acontece com o incrédulo Tomé. Ali, no Cenáculo, foi o próprio Ressuscitado que apresentou as mãos e o lado ao Apóstolo para que os tocasse e, assim, tivesse a certeza que era precisamente Jesus (cf. Lc 20, 27). Na realidade, os dois episódios não estão em contraste; ao contrário, um ajuda a compreender o outro. Maria Madalena gostaria de voltar a ter o seu Mestre como antes, considerando a cruz uma dramática recordação para esquecer. Mas agora já não há lugar para um relacionamento com o Ressuscitado que seja meramente humano. Para se encontrar com ele não é preciso voltar atrás, mas pôr-se de maneira nova em relação com ele: é necessário prosseguir!

Ressalta isto São Bernardo: Jesus "convida-nos a todos para esta vida nova, para esta passagem... Nós não veremos o Cristo voltando-nos para trás" (Discurso sobre a Páscoa). Foi o que

aconteceu com Tomé. Jesus mostra-lhe as suas feridas não para esquecer a cruz, mas para fazer com que seja inesquecível também no futuro.

De fato, é para o futuro que o olhar já está projetado. É tarefa do discípulo testemunhar a morte e a ressurreição do seu mestre e a sua vida nova. Por isso Jesus convida o incrédulo seu amigo a "tocá-lo": deseja fazer dele testemunha direta da sua ressurreição. Queridos irmãos e irmãs, também nós, como Maria Madalena, Tomé e os outros apóstolos, somos chamados a ser testemunhas da morte e ressurreição de Cristo. Não podemos conservar para nós a grande notícia.

Devemos levá-la ao mundo inteiro: "Vimos o Senhor" (Jo 20, 25). Ajude-nos a Virgem Maria a viver plenamente a alegria pascal, para que, amparados pela força do Espírito Santo, nos tornemos capazes de a difundir por nossa vez onde quer que vivamos e trabalhemos. Mais uma vez, Boa Páscoa a todos vós!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 18 de Abril 2007

Clemente de Alexandria

Amados irmãos e irmãs!

Depois do tempo das festas voltamos às catequeses normais, mesmo se visivelmente na Praça ainda é festa. Com as catequeses voltamos, como disse, à sequência antes iniciada. Primeiro falámos dos Doze Apóstolos, depois dos discípulos dos Apóstolos, agora das grandes personalidades da Igreja nascente, da Igreja antiga. O último foi Santo Ireneu de Lião, hoje falamos de Clemente de Alexandria, um grande teólogo que nasceu provavelmente em Atenas em meados do século II. De Atenas herdou aquele acentuado interesse pela filosofia, que teria feito dele um dos pioneiros do diálogo entre fé e razão na tradição cristã. Ainda jovem, ele chegou a Alexandria, a "cidade-símbolo" daquele fecundo cruzamento entre culturas diversas que caracterizou a idade helenística. Lá foi discípulo de Panteno, até lhe suceder na direção da escola catequética.

Numerosas fontes confirmam que foi ordenado presbítero. Durante a perseguição de 202-203 abandonou Alexandria para se refugiar em Cesareia, na Capadócia, onde faleceu por volta de 215.

As obras mais importantes que dele nos restam são três: o Protréptico, o Pedagogo e o Estrómata. Mesmo parecendo não ser esta a intenção originária do autor, é uma realidade que estes escritos constituem uma verdadeira trilogia, destinada a acompanhar eficazmente a maturação espiritual do cristão. O Protréptico, como diz a própria palavra, é uma "exortação" dirigida a quem inicia e procura o caminho da fé. Ainda melhor, o Protréptico coincide com uma Pessoa: o Filho de Deus, Jesus Cristo, que se faz "exortador" dos homens, para que empreendam com decisão o caminho rumo à Verdade. O próprio Jesus Cristo se faz depois Pedagogo, isto é "educador" daqueles que, em virtude do Batismo, já se tornaram filhos de Deus. O próprio Jesus Cristo, por fim, é também Didascalos, isto é, "Mestre" que propõe os ensinamentos mais profundos. Eles estão reunidos na terceira obra de Clemente, os Estrómatas, palavra grega que significa "tapeçaria": de fato, trata-se de uma composição não sistemática de vários assuntos, fruto direto do ensinamento habitual de Clemente.

No seu conjunto, a catequese clementina acompanha passo a passo o caminho do catecúmeno e do batizado para que, com as suas "asas" da fé e da razão, eles alcancem um conhecimento íntimo da Verdade, que é Jesus Cristo, o Verbo de Deus. Só este conhecimento da pessoa que é a verdade, é a "verdadeira *gnose*", a expressão grega que corresponde a "conhecimento",

"inteligência". É o edifício construído pela razão sob o impulso de um princípio sobrenatural. A própria fé constrói a verdadeira filosofia, isto é, a verdadeira conversão no caminho a ser empreendido na vida. Por conseguinte, a autêntica "gnose" é um desenvolvimento da fé, suscitado por Jesus Cristo na alma unida a Ele. Clemente distingue depois entre dois níveis da vida cristã. O primeiro: os cristãos crentes que vivem a fé de modo comum, mas sempre aberta aos horizontes da santidade. E depois, o segundo: os "gnósticos", isto é, os que já conduzem uma vida de perfeição espiritual: contudo o cristão deve partir da base comum da fé e através de um caminho de busca deve deixar-se guiar por Cristo para, desta forma, chegar ao conhecimento da Verdade e das verdades que formam o conteúdo da fé. Este conhecimento, diz-nos Clemente, torna-se a alma de uma realidade vivente: não é só uma teoria, é uma força de vida, uma união de amor transformante.

O conhecimento de Cristo não é só pensamento, mas é amor que abre os olhos, transforma o homem e gera comunhão com o Logos, com o Verbo divino que é verdade e vida.

Nesta comunhão, que é o conhecimento perfeito e amor, o cristão perfeito alcança a contemplação, a unificação com Deus.

Clemente retoma finalmente a doutrina segundo a qual o fim último do homem é tornar-se semelhante a Deus. Somos criados à imagem e semelhança de Deus, mas isto ainda é um desafio, um caminho; de fato, a finalidade da vida, o destino último é verdadeiramente tornar-se semelhantes a Deus. Isto é possível graças à conaturalidade com Ele, que o homem recebeu no momento da criação, pelo que ele já é em si já em si a imagem de Deus. Esta conaturalidade permite conhecer as realidades divinas, às quais o homem adere antes de tudo pela fé e, através da fé vivida, da prática da virtude, pode crescer até à contemplação de Deus. Assim, no caminho da perfeição, Clemente atribui à exigência moral a mesma importância que atribui à intelectual. Os dois caminham juntos porque não se pode conhecer sem viver e não se pode viver sem conhecer. A assimilação a Deus e a contemplação d'Ele não podem ser alcançadas unicamente com o conhecimento racional: para esta finalidade é necessária uma vida segundo o Logos, uma vida segundo a verdade. E por conseguinte, as boas obras devem acompanhar o conhecimento intelectual como a sombra segue o corpo.

Principalmente duas virtudes ornamentam a alma do "verdadeiro gnóstico". A primeira é a liberdade das paixões (*apátheia*); a outra é o amor, a verdadeira paixão, que garante a união íntima com Deus. O amor doa a paz perfeita, e coloca o "verdadeiro gnóstico" em condições de enfrentar os maiores sacrifícios, também o sacrifício supremo no seguimento de Cristo, e fá-lo subir de degrau em degrau até ao vértice das virtudes. Assim o ideal ético da filosofia

antiga, isto é, a libertação das paixões, é definido e conjugado por Clemente com amor, no processo incessante de assimilação a Deus.

Deste modo o Alexandrino constrói a segunda grande ocasião de diálogo entre o anúncio cristão e a filosofia grega. Sabemos que São Paulo no Areópago em Atenas, onde Clemente nasceu, tinha feito a primeira tentativa de diálogo com a filosofia grega e em grande parte tinha falhado mas tinham-lhe dito: "Ouvir-te-emos outra vez". Agora Clemente, retoma este diálogo, e eleva-o ao mais alto nível na tradição filosófica grega. Como escreveu o meu venerado Predecessor João Paulo II na Encíclica *Fides et ratio*, o Alexandrino chega a interpretar a filosofia como "uma instrução propedêutica à fé cristã" (n. 3). E, de fato, Clemente chegou a ponto de afirmar que Deus dera a filosofia aos Gregos "como um seu próprio Testamento" (Strom. 6,, 67, 1). Para ele a tradição filosófica grega, quase ao nível da Lei para os Judeus, é âmbito de "revelação", são duas correntes que, em síntese, se dirigem para o próprio Logos. Assim Clemente continua a marcar com decisão o caminho de quem pretende "dizer a razão" da própria fé em Jesus Cristo. Ele pode servir de exemplo para os cristãos, catequistas e teólogos do nosso tempo, aos quais João Paulo II, na mesma Encíclica, recomendava que "recuperassem e evidenciassem do melhor modo a dimensão metafísica da verdade, para entrar num diálogo crítico e exigente com o pensamento filosófico contemporâneo".

Concluímos fazendo nossas algumas expressões da célebre "oração a Cristo Logos", com a qual Clemente encerra o seu Pedagogo. Ele suplica assim: "Sê propício aos teus filhos"; "Concede que vivamos na tua paz, que sejamos transferidos para a tua cidade, que atravessemos sem ser submergidos as ondas do pecado, que sejamos transportados em tranquilidade pelo Espírito Santo e pela Sabedoria inefável: nós, que de noite e de dia, até ao último dia cantamos um cântico de ação de graças ao único Pai,... ao Filho pedagogo e mestre, juntamente com o Espírito Santo. Amém!" (Ped. 3, 12, 101).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 25 de Abril 2007

Orígenes: a vida e a obra (1)

Queridos irmãos e irmãs!

Nas nossas meditações sobre as grandes personalidades da Igreja antiga, hoje conhecemos uma das mais relevantes. Orígenes de Alexandria é realmente uma das personalidades determinantes para todo o desenvolvimento do pensamento cristão. Ele recebe a herança de Clemente de Alexandria, sobre o qual meditámos na passada quarta-feira, e impele para o futuro de modo totalmente inovativo, imprimindo uma mudança irreversível ao desenvolvimento do pensamento cristão. Foi um "mestre" verdadeiro, e assim o recordavam com saudades e emoção os seus alunos: não só um brilhante teólogo, mas uma testemunha exemplar da doutrina que transmitia. "Ele ensinou", escreve Eusébio de Cesareia, seu biógrafo entusiasta, "que o comportamento deve corresponder exatamente às palavras e foi sobretudo por isso que, ajudado pela graça de Deus, induziu muitos a imitá-lo" (Hist. Eccl. 6, 3, 7).

Toda a sua vida foi percorrida por um profundo anseio pelo martírio. Tinha dezessete anos quando, no décimo ano do imperador Setímio Severo, se desencadeou em Alexandria a perseguição contra os cristãos. Clemente, seu mestre, abandonou a cidade, e o pai de Orígenes, Leónidas, foi encarcerado. O seu filho bramava ardentemente pelo martírio, mas não pôde realizar este desejo.

Então escreveu ao pai, exortando-o a não desistir do testemunho supremo da fé. E quando Leónidas foi decapitado, o pequeno Orígenes sentiu que devia acolher o exemplo da sua vida. Quarenta anos mais tarde, quando pregava em Cesareia, fez esta confissão: "Não me é útil ter tido um pai mártir, se não tenho um bom comportamento e não honro a nobreza da minha estirpe, isto é, o martírio de meu pai e o testemunho que o tornou ilustre em Cristo" (Hom. Ex. 4, 8). Numa homilia sucessiva quando, graças à extrema tolerância do imperador Filipe o Árabe, já parecia não haver a eventualidade de um testemunho cruento Orígenes exclama: "Se Deus me concedesse ser lavado no meu sangue, de modo a receber o segundo batismo tendo aceite a morte por Cristo, afastar-me-ia deste mundo seguro... Mas são bem aventurados os que merecem estas coisas" (Hom. Iud. 7, 12). Estas expressões revelam toda a nostalgia de Orígenes pelo batismo de sangue. E finalmente este anseio irresistível foi, pelo menos em parte, satisfeito. Em 250, durante a perseguição de Décio, Orígenes foi preso e torturado cruelmente. Debilitado pelos sofrimentos suportados, faleceu alguns anos mais tarde. Ainda não tinha setenta anos.

Mencionámos aquela "mudança irreversível" que Orígenes imprimiu à história da teologia e do pensamento cristão. Mas em que consiste esta "mudança", esta novidade tão cheia de consequências Ela corresponde substancialmente à fundação da teologia na explicação das Escrituras. Fazer teologia era para ele essencialmente explicar, compreender a Escritura; ou poderíamos dizer também que a sua teologia é a perfeita simbiose entre teologia e exegese. Na verdade, a sigla própria da doutrina origeniana parece residir precisamente no convite incessante a passar das palavras ao espírito das Escrituas, para progredir no conhecimento de Deus. E este chamado "alegorismo", escreveu von Balthasar, coincide precisamente "com o desenvolvimento do dogma cristão realizado pelo ensinamento dos doutores da Igreja", os quais de uma forma ou de outra receberam a "lição" de Orígenes. Assim a tradição e o magistério, fundamento e garantia da busca teológica, chegam a configurar-se como "Escritura em acto" (cf. Origene: il mondo, Cristo e la Chiesa, tr. it, Milão 1972, p. 43). Por isso, podemos afirmar que o núcleo central da imensa obra literária de Orígenes consiste na sua "tríplice leitura" da Bíblia. Mas antes de ilustrar esta "leitura" convém lançar um olhar de conjunto à produção literária do Alexandrino. São Jerônimo na sua Epístola 33 elenca os títulos de 320 livros e de 310 homilias de Orígenes. Infelizmente a maior parte desta obra perdeu-se, mas também o pouco que permaneceu faz dele o autor mais fecundo dos primeiros três séculos cristãos. O seu raio de interesses alarga-se da exegese ao dogma, à filosofia, à apologética, à ascética e à mística. É uma visão fundamental e global da vida cristã.

O centro inspirador desta obra é, como mencionámos, a "tríplice leitura" das Escrituras desenvolvida por Orígenes ao longo da sua vida. Com esta expressão pretendemos aludir às três modalidades mais importantes entre si não sucessivas, aliás com mais frequência sobrepostas com as quais Orígenes se dedicou ao estudo das Escrituras. Em primeiro lugar ele leu a Bíblia com a intenção de verificar do melhor modo o seu texto e de oferecer a edição mais fidedigna. Este, por exemplo, é o primeiro passo: conhecer realmente o que está escrito e conhecer o que esta escritura pretendia intencional e inicialmente dizer. Fez um grande estudo com esta finalidade e redigiu uma edição da Bíblia com seis colunas paralelas, da esquerda para a direita, com o texto hebraico em caracteres hebraicos teve também contatos com os rabinos para compreender bem o texto original hebraico da Bíblia depois o texto hebraico transliterado em caracteres gregos e depois quatro traduções diversas em língua grega, que lhe permitiam comparar as diversas possibilidades de tradução. Isto originou o título de "*Hexapla*" ("seis colunas") atribuído a esta imane sinopse. Este é o primeiro ponto: conhecer exatamente o que está escrito, o texto como tal.

Em segundo lugar Orígenes leu sistematicamente a Bíblia com os seus célebres Comentários. Eles reproduzem fielmente as explicações que o mestre oferecia durante a escola, tanto em Alexandria como em Cesareia. Orígenes procede quase versículo por versículo, em forma minuciosa, ampla e aprofundada, com notas de carácter filológico e doutrinal. Ele trabalha com grande rigor para conhecer bem o que queriam dizer os autores sagrados.

Por fim, também antes da sua ordenação presbiteral, Orígenes dedicou-se muitíssimo à pregação da Bíblia, adaptando-se a um público muito variado. Contudo, sente-se também nas suas Homelias o mestre, totalmente dedicado à interpretação sistemática da perícope em exame, pouco a pouco fraccionada nos versículos seguintes. Também nas Homilias Orígenes aproveita todas as ocasiões para recordar as diversas dimensões do sentido da Sagrada Escritura, que ajudam ou expressam um caminho no crescimento da fé: há o sentido "literal", mas ele esconde profundidades que não se vêem num primeiro momento; a segunda dimensão é o sentido "moral": o que devemos fazer vivendo a palavra; e por fim, o sentido "espiritual", isto é, a unidade da Escritura, que em todo o seu desenvolvimento fala de Cristo. É o Espírito Santo que nos faz compreender o conteúdo cristológico e assim a unidade da Escritura na sua diversidade. Seria interessante mostrar isto.

Tentei um pouco, no meu livro "Jesus de Nazaré", mostrar na situação de hoje estas numerosas dimensões da Palavra, da Sagrada Escritura, que primeiro deve ser respeitada precisamente no sentido histórico. Mas este sentido transcende-nos para Cristo, na luz do Espírito Santo, e mostra-nos o caminho, como viver. Isto é mencionado, por exemplo, na nona Homilia sobre os números, onde Orígenes compara a Escritura com as nozes: "Assim é a doutrina da Lei e dos Profetas na escola de Cristo", afirma o homileta; "amarga é a casca, que é como a letra; em segundo lugar, chegarás à semente, que é a doutrina moral; em terceiro encontrarás o sentido dos mistérios, do qual se alimentam as almas dos santos na vida presente e na futura" (Hom. Num. 9, 7).

Sobretudo por este caminho Orígenes consegue promover eficazmente a "leitura cristã" do Antigo Testamento, contestando de maneira brilhante o desafio daqueles hereges sobretudo gnósticos e marcionitas que opunham entre si os dois Testamentos até rejeitar o Antigo. A este propósito, na mesma Homilia sobre os Números o Alexandrino afirma: "Eu não chamo à Lei "Antigo Testamento", se a compreendo no Espírito. A Lei torna-se um "Antigo Testamento" só para aqueles que a desejam compreender carnalmente", isto é, detendo-se no sentido literal. Mas "para nós, que a compreendemos e aplicamos no Espírito e no sentido do Evangelho, a Lei é sempre nova, e os dois Testamentos são para nós um novo Testamento, não por causa da data temporal, mas pela novidade do sentido... Ao contrário, para o pecador e para

quantos não respeitam o pacto da caridade, também os Evangelhos envelhecem" (Hom. Num. 9, 4).

Convido-vos e assim concluo a acolher no vosso coração o ensinamento deste grande mestre na fé. Ele recorda-nos com íntimo arrebatamento que, na leitura orante da Escritura e no compromisso coerente da vida, a Igreja renova-se e rejuvenesce sempre. A Palavra de Deus, que nunca envelhece, e nunca termina, é o meio privilegiado para esta finalidade. De fato, é a Palavra de Deus que, por obra do Espírito Santo, nos guia sempre de novo à verdade total (cf. Bento XVI, Aos participantes no Congresso Internacional no XL aniversário da Constituição dogmática "Dei Verbum", 1692005). E rezemos ao Senhor para que nos dê hoje pensadores, teólogos, exegetas que encontrem esta multidimensão, esta atualidade permanente da Sagrada Escritura, a sua novidade para hoje. Rezemos para que o Senhor nos ajude a ler de modo orante a Sagrada Escritura, a alimentar-nos realmente do verdadeiro pão da vida, da sua Palavra.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 2 de Maio 2007

Orígenes: o pensamento (2)

Queridos irmãos e irmãs!

A catequese de quarta-feira passada foi dedicada à grande figura de Orígenes, doutor de Alexandria dos séculos II-III. Naquela catequese tomámos em consideração a vida e a produção literária do grande mestre de Alexandria, indicando na "tríplice leitura" da Bíblia, por ele conotada, o núcleo animador de toda a sua obra. Deixei de parte para os retomar hoje dois aspectos da doutrina origeniana, que considero entre os mais importantes e atuais: pretendo falar dos seus ensinamentos sobre a oração e sobre a Igreja.

Na verdade Orígenes autor de um importante e sempre atual tratado Sobre a oração entrelaça constantemente a sua produção exegética e teológica com experiências e sugestões relativas à adoração. Não obstante toda a riqueza teológica de pensamento, nunca é um desenvolvimento meramente académico; está sempre fundado na experiência da oração, do contato com Deus. De fato, na sua opinião, a compreensão das Escrituras exige, ainda mais do que o estudo, a intimidade com Cristo e a oração. Ele está convicto de que o caminho privilegiado para conhecer Deus seja o amor, e que não se verifica a autêntica scientia Christi sem se apaixonar por Ele. Na Carta a Gregório Orígenes recomenda: "Dedica-te à lectio das divinas Escrituras; aplica-te a isto com perseverança. Compromete-te na lectio com intenção de acreditar e de agradar a Deus. Se durante a lectio te encontrares diante de uma porta fechada, bate e abrir-te-á aquele guardião, do qual Jesus disse: "O guardião abri-la-á". Aplicando-te assim à lectio divina, procura com lealdade e confiança inabalável em Deus o sentido das Escrituras divinas, que nelas se encontra com grande amplitude. Mas não deves contentar-te com bater e procurar: para compreender as coisas de Deus é-te absolutamente necessária a oratio". Precisamente para nos exortar a ela o Salvador nos disse não só: "Procurai e encontrareis", e "Batei e servos-á aberta", mas acrescentou: "Pedi e recebereis" (Ep. Gr. 4). Sobressai imediatamente o "papel primordial" desempenhado por Orígenes na história da lectio divina. O Bispo Ambrósio de Milão que aprenderá a ler as Escrituras das obras de Orígenes introduzi-la-á depois no Ocidente, para a entregar a Agostinho e à tradição monástica sucessiva.

Como já dissemos, o mais alto nível do conhecimento de Deus, segundo Orígenes, brota do amor. É assim também entre os homens: um só conhece realmente em profundidade o outro se tem amor, se se abrem os corações. Para demonstrar isto, ele baseia-se num significado dado por vezes ao verbo conhecer em hebraico, isto é, quando é utilizado para expressar o

acto do amor humano: "Adão conheceu Eva, sua mulher. Ela concebeu..." (Gn 4, 1). Assim é sugerido que a união no amor origina o conhecimento mais autêntico. Assim como o homem e a mulher são "dois numa só carne", assim Deus e o crente se tornam "dois num mesmo espírito". Desta forma a oração do Alexandrino alcança os níveis mais elevados da mística, como é confirmado pelas suas Homilias sobre o Cântico dos Cânticos. Vem a propósito um trecho da primeira Homilia, onde Orígenes confessa. "Com frequência, disto Deus é minha testemunha senti que o Esposo se aproximava de mim no máximo grau; depois afastava-se improvisamente, e eu não pude encontrar o que procurava. De novo sinto o desejo da sua vinda, e por vezes ele volta, e quando me apareceu, quando o tenho entre as mãos, de novo me evita, e quando desaparece ponho-me de novo a procurá-lo..." (Hom. Cant. 1, 7).

Volta à mente o que o meu venerado Predecessor escreveu, como autêntica testemunha, na Novo millennio ineunte, onde mostrava aos fiéis "como a oração pode progredir, como verdadeiro e próprio diálogo de amor, até tornar a pessoa humana totalmente possuída pelo Amado divino, vibrante ao toque do Espírito, filialmente abandonada ao coração do Pai... Trata-se prosseguia João Paulo II de um caminho totalmente apoiado pela graça, que contudo exige um forte compromisso espiritual e conhece também dolorosas purificações, mas que leva, de diversas formas possíveis, à indizível alegria vivida pelos místicos como "união esponsal"" (n. 33).

Por fim, tratemos um ensinamento de Orígenes sobre a Igreja, e precisamente no interior dela sobre o sacerdócio comum dos fiéis. De fato, como o Alexandrino afirma na sua Homilia sobre o Levítico, "este discurso refere-se a todos nós" (Hom. Lev. 9, 1). Na mesma Homilia Orígenes referindo-se à proibição feita a Aarão, depois da morte dos seus dois filhos, de entrar na Sancta sanctorum "em qualquer tempo" (Lv 16, 2) assim admoesta os fiéis: "Por isto se demonstra que se alguém entrar em qualquer momento no santuário, sem a devida preparação, não revestido das vestes pontifícias, sem ter preparado as ofertas prescritas e tendo-se tornado Deus propício, morrerá... Este discurso refere-se a todos nós. De fato, ordena que saibamos como aceder ao altar de Deus. Ou não sabes que também a ti, isto é, a toda a Igreja de Deus e ao povo dos crentes, foi conferido o sacerdócio? Ouve como Pedro fala dos fiéis: "Raça eleita", diz, "real, sacerdotal, nação santa, povo adquirido por Deus". Portanto, tu tens o sacerdócio porque és "raça eleita", e por isso deves oferecer a Deus o sacrifício... Mas para que tu o possas oferecer dignamente, tens necessidade de vestes puras e distintas das dos outros homens comuns, e é-te necessário o fogo divino" (ibid.).

Assim por um lado, com o "lado cingido" e as "vestes sacerdotais", isto é, a pureza e a honestidade da vida, por outro a "lanterna sempre acesa", isto é, a fé e a ciência das Escrituras, con-

figuram-se como as condições indispensáveis para a prática do sacerdócio universal, que exige pureza e honestidade de vida, fé e ciência das Escrituras. Com razão estas condições são indispensáveis, evidentemente, para a prática do sacerdócio ministerial. Estas condições de íntegro comportamento de vida, mas sobretudo de acolhimento e de estudo da Palavra estabelecem uma verdadeira "hierarquia da santidade" no sacerdócio comum dos cristãos. No vértice deste caminho de perfeição Orígenes coloca o martírio. Sempre na nona Homilia sobre o Levítico alude ao "fogo para o holocausto", isto é, à fé e à ciência das Escrituras, que nunca se deve apagar no altar de quem exerce o sacerdócio. Depois acrescenta: "Mas cada um de nós tem em si" não só o fogo; tem "também o holocausto, e do seu holocausto acende o altar, para que arda sempre. Eu, se renuncio a tudo quanto possuo e tomo a minha cruz e sigo Cristo, ofereço o meu holocausto no altar de Deus; e se entregar o meu corpo para que arda, tendo a caridade, e obtiver a glória do martírio, ofereço o meu holocausto no altar de Deus" (Hom. Lev. 9, 9).

Este inexaurível caminho de perfeição "refere-se a todos nós", sob a condição de que "o olhar do nosso coração" esteja voltado para a contemplação da Sabedoria e da Verdade, que é Jesus Cristo. Pregando sobre o discurso de Jesus de Nazaré quando "os olhos de toda a sinagoga estavam fixos nele" (cf. Lc 4, 16-30) parecia que Orígenes se dirigia precisamente a nós: "Também hoje, se o quiserdes, nesta assembleia os vossos olhos podem fixar o Salvador. De fato, quando dirigires o olhar mais profundo do coração para a contemplação da Sabedoria, da Verdade e do Filho único de Deus, então os teus olhos verão a Deus. Feliz assembleia, a que a Escritura afirma que os olhos de todos estavam fixos nele! Como desejaria que esta assembleia recebesse um testemunho semelhante, que os olhos de todos, dos não batizados e dos fiéis, das mulheres, dos homens e das crianças, não os olhos do corpo, mas da alma, olhassem para Jesus!... Impressa sobre nós está a luz do teu rosto, Ó Senhor, ao qual pertencem a glória e o poder nos séculos dos séculos. Amém!" (Hom. Lc 32, 6).

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 23 de Maio 2007

Viagem Apostólica ao Brasil

Queridos irmãos e irmãs!

Nesta audiência geral gostaria de me deter sobre a Viagem apostólica que fiz ao Brasil, de 9 a 14 deste mês. Depois de dois anos de Pontificado, tive finalmente a alegria de ir à América Latina, que tanto amo e onde vive, de fato uma grande parte dos católicos do mundo. A meta foi o Brasil, mas quis abraçar todo o grande subcontinente latino-americano, também porque o acontecimento eclesial que lá me chamou foi a V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe. Desejo renovar a expressão da minha profunda gratidão pelo acolhimento recebido aos queridos irmãos Bispos, em particular aos de São Paulo e de Aparecida. Agradeço ao Presidente do Brasil e às outras Autoridades civis, a sua cordial e generosa colaboração; com grande afeto agradeço ao povo brasileiro o calor com que me acolheu era verdadeiramente grande e comovedor e a atenção que prestou às minhas palavras.

A minha viagem teve em primeiro lugar o valor de um ato de louvor a Deus pelas "maravilhas" realizadas nos povos da América Latina, pela fé que animou a sua vida e a sua cultura durante mais de quinhentos anos. Neste sentido foi uma peregrinação, que teve o seu ápice no Santuário de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira principal do Brasil. O tema da relação entre fé e cultura foi sempre muito considerado pelos meus Predecessores Paulo VI e João Paulo II. Quis retomá-lo confirmando a Igreja que está na América Latina e no Caribe no caminho de uma fé que se fez e se faz história vivida, piedade popular, arte, em diálogo com as ricas tradições pré-colombianas e depois com as múltiplas influências europeias e de outros continentes.

Sem dúvida, a recordação de um passado glorioso não pode ignorar as sombras que acompanharam a obra de evangelização do continente latino-americano: de fato, não é possível esquecer os sofrimentos e as injustiças impostos pelos colonizadores às populações indígenas, muitas vezes violadas nos seus direitos humanos fundamentais. Mas a obrigatória menção de tais crimes injustificáveis – crimes que já na época foram condenados por missionários como Bartolomeu de las Casas e por teólogos como Francisco da Vitória da Universidade de Salamanca – não deve impedir de tomar consciência com gratidão da obra maravilhosa realizada pela graça divina entre aquelas populações ao longo destes séculos. O Evangelho tornou-se assim no Continente o elemento principal de uma síntese dinâmica que, com vários aspectos segundo as diversas nações, expressa contudo a identidade dos povos latino-americanos. Ho-

je, na época da globalização, esta identidade católica apresenta-se ainda como a resposta mais adequada, se estiver animada por uma séria formação espiritual e pelos princípios da doutrina social da Igreja.

O Brasil é um grande País que conserva valores cristãos profundamente radicados, mas vive também grandes problemas sociais e econômicos. A fim de contribuir para a sua solução a Igreja deve mobilizar todas as forças espirituais e morais das suas comunidades, procurando oportunas convergências com as outras energias sadias do País. Entre os elementos positivos devem ser indicados a criatividade e a fecundidade daquela Igreja, na qual nascem continuamente novos Movimentos e novos Institutos de vida consagrada. Digna de menção é também a dedicação generosa de tantos fiéis leigos, que se demonstram muito ativos nas várias iniciativas promovidas pela Igreja.

O Brasil é também um País que pode oferecer ao mundo o testemunho de um novo modelo de desenvolvimento: a cultura cristã de fato pode animar nele uma "reconciliação" entre os homens e a criação, a partir da recuperação da dignidade pessoal na relação com Deus Pai. Neste sentido, um exemplo eloquente é a Fazenda da Esperança, uma rede de comunidades de recuperação para jovens que desejam sair do túnel tenebroso da droga. Na que visitei, ficando com uma profunda impressão dela que conservo viva no coração, é significativa a presença de um mosteiro de Irmãs Clarissas. Isto pareceu-me muito emblemático para o mundo de hoje, que tem necessidade de uma "recuperação" certamente psicológica e social, mas ainda mais profundamente espiritual. E emblemática foi também a canonização, celebrada na alegria, do primeiro Santo nativo do País: Frei Antônio de Sant'Anna Galvão. Este sacerdote franciscano do século XVIII, devotíssimo da Virgem Maria, apóstolo da Eucaristia e da Confissão, foi chamado, ainda vivo, "homem de paz e de caridade". O seu testemunho é uma ulterior confirmação de que a santidade é a verdadeira revolução, que pode promover a autêntica reforma da Igreja e da sociedade.

Na Catedral de São Paulo encontrei os Bispos do Brasil, a Conferência Episcopal mais numerosa do mundo. Dar-lhes testemunho do apoio do Sucessor de Pedro era uma das principais finalidades da minha missão, porque conheço os grandes desafios que o anúncio do Evangelho deve enfrentar naquele País. Encorajei os meus Coirmãos a prosseguir e fortalecer o compromisso da nova evangelização, exortando-os a desenvolver de modo minucioso e metódico, a difusão da Palavra de Deus, para que a religiosidade inata e difundida das populações possa ser aprofundada e tornar-se fé madura, adesão pessoal e comunitária ao Deus de Jesus Cristo. Animei-os a recuperar em toda a parte o estilo da primitiva comunidade cristã, descrita no Livro dos Atos dos Apóstolos: assídua na catequese, na vida sacramental e na caridade labori-

osa. Conheço a dedicação destes fiéis servos do Evangelho, que desejam apresentar sem limites nem confusões, vigiando sobre o depósito da fé com discernimento; também é sua constante preocupação promover o desenvolvimento social principalmente mediante a formação dos leigos, chamados a assumir responsabilidades no campo da política e da economia. Agradeço a Deus ter-me concedido aprofundar a comunhão com os Bispos brasileiros, e continuo a tê-los sempre presentes na minha oração.

Outro momento importante da Viagem foi sem dúvida o encontro com os jovens, esperança não só para o futuro, mas força vital também para o presente da Igreja e da sociedade. Por isso a vigília por eles animada em São Paulo foi uma festa da esperança, iluminada pelas palavras de Cristo dirigidas ao "jovem rico", que lhe tinha perguntado: "Mestre, que hei-de fazer de bom para alcançar a vida eterna?" (Mt 19, 16). Jesus indicou-lhe antes de tudo "os mandamentos" como o caminho da vida, e depois convidou-o a deixar tudo para o seguir. Também hoje a Igreja faz o mesmo: antes de tudo repropõe os mandamentos, verdadeiro caminho de educação da liberdade para o bem pessoal e social; e sobretudo propõe o "primeiro mandamento", o do amor, porque sem o amor também os mandamentos não podem dar pleno sentido à vida e originar a verdadeira felicidade. Só quem encontra em Jesus o amor de Deus e se coloca neste caminho para o praticar entre os homens, se torna seu discípulo e missionário. Convidei os jovens a serem apóstolos dos seus coetâneos e por isso a ocupar-se sempre da sua formação humana e espiritual; a ter grande estima pelo matrimônio e pelo caminho que a ele conduz, na castidade e na responsabilidade; a ser abertos também à chamada à vida consagrada pelo Reino de Deus. Em síntese, encorajei-os a fazer frutificar a grande "riqueza" da sua juventude, para ser o rosto jovem da Igreja.

Ápice da Viagem foi a inauguração da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe, no Santuário de Nossa Senhora Aparecida. O tema desta grande e importante assembleia, que se concluirá no final do mês, é "Discípulos e missionários de Jesus Cristo, para que n'Ele nossos povos tenham vida Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida". O binómio "discípulos e missionários" corresponde ao que o Evangelho de Marcos diz a propósito da chamada dos Apóstolos: "(Jesus) constituiu Doze para andarem com Ele e também para os enviar a pregar" (Mc 3, 14-15). Por conseguinte, a palavra "discípulos" recorda a dimensão formativa e do seguimento, da comunhão e da amizade com Jesus; o termo "missionários" expressa o fruto do discipulado, isto é, o testemunho e a comunicação da experiência vivida, da verdade e do amor conhecidos e assimilados. Ser discípulos e missionários exige um vínculo estreito com a Palavra de Deus, com a Eucaristia e com os outros Sacramentos, o viver na Igreja em escuta obediente dos seus ensinamentos. Renovar com alegria a vontade de ser

discípulos de Jesus, de "estar com Ele", é a condição fundamental para ser seus missionários "recomeçando a partir de Cristo", segundo a recomendação do Papa João Paulo II a toda a Igreja depois do Jubileu de 2000. O meu venerado Predecessor insistiu sempre sobre uma evangelização "nova no seu ardor, nos seus métodos, na sua expressão", como afirmou precisamente falando à Assembleia do CELAM, a 9 de Março de 1983, em Haiti (cf. Insegnamenti VI/1 [1983], 698). Com a minha Viagem apostólica, quis exortar a prosseguir por este caminho, oferecendo como perspectiva unificadora a da Encíclica Deus caritas est, uma perspectiva inseparavelmente teológica e social, que pode ser resumida com esta expressão: é o amor que dá a vida. "A presença de Deus, a amizade com o Filho de Deus encarnado, a luz da sua Palavra, são sempre condições fundamentais para a presença e a eficácia da justiça e do amor nas nossas sociedades" (Discurso inaugural da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, 4).

À materna intercessão da Virgem Maria, venerada com o título de Nossa Senhora de Guadalupe como Padroeira de toda a América Latina, e ao novo Santo brasileiro, Frei Antônio de Sant'Anna Galvão, confio os frutos desta inesquecível Viagem apostólica.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 30 de Maio 2007

Tertuliano

Queridos irmãos e irmãs!

Retomamos com a catequese de hoje a série das catequeses abandonada por ocasião da viagem ao Brasil e prosseguimos falando das grandes personalidades da Igreja antiga: são mestres da fé também para nós hoje e testemunhas da perene atualidade da fé cristã. Hoje falamos de um africano, Tertuliano, que entre o final do segundo e o início do terceiro século inaugura a literatura cristã em língua latina. Com ele tem início uma teologia nesta língua. A sua obra deu frutos decisivos, que seria imperdoável subestimar. A sua influência desenvolve-se em diversos planos: partimos da linguagem e da recuperação da cultura clássica, chegando aos da localização de uma comum "alma cristã" no mundo e da formulação de novas propostas de convivência humana. Não conhecemos com exatidão as datas do seu nascimento e da sua morte. Mas sabemos que em Cartago, nos finais do século II, de pais e de professores pagãos, recebeu uma sólida formação retórica, filosófica, jurídica e histórica. Depois, converteu-se ao cristianismo, atraído como parece pelo exemplo dos mártires cristãos. Começou a publicar os seus escritos mais famosos em 197. Mas uma busca demasiado individual da verdade juntamente com as intemperanças do carácter era um homem rigoroso levaram-no gradualmente a deixar a seita do montanismo. Contudo, a originalidade do pensamento juntamente com a incisiva eficiência da linguagem garantem-lhe uma posição eminente na literatura cristã antiga.

São famosos sobretudo os seus escritos de carácter apologético. Eles manifestam duas intenções principais: a de contestar as gravíssimas acusações que os pagãos faziam contra a nova religião, e, a mais propositiva e missionária, de comunicar a mensagem do Evangelho em diálogo com a cultura do tempo. A sua obra mais conhecida, o Apologético, denuncia o comportamento injusto das autoridades políticas em relação à Igreja; explica e defende os ensinamentos e os costumes dos cristãos; indica as diferenças entre a nova religião e as principais correntes filosóficas do tempo; manifesta o triunfo do Espírito, que faz oposição à violência dos perseguidores com o sangue, o sofrimento e a paciência dos mártires: "Por mais requintada que seja escreve o Africano de nada serve a vossa crueldade: aliás, para a nossa comunidade, ela é um convite. A cada vosso golpe de foice nós tornamo-nos mais numerosos: o sangue dos cristãos é uma sementeira eficaz! (semen est sanguis christianorum!)" (Apologético, 50, 13). O martírio, o sofrimento pela verdade no final são vitoriosos e mais eficazes que a crueldade e a violência dos regimes totalitários.

Mas Tertuliano, como qualquer bom apologista, sente ao mesmo tempo a exigência de comunicar positivamente a essência do cristianismo. Por isso ele adopta o método especulativo para ilustrar os fundamentos racionais do dogma cristão. Aprofunda-os de modo sistemático, começando pela descrição do "Deus dos cristãos": "Aquele que nós adoramos afirma o Apologista é um Deus único". E prossegue, empregando as antíteses e os paradoxos característicos da sua linguagem: "Ele é invisível, mesmo se o vemos; inalcançável, mesmo se está presente através da graça; inconcebível, mesmo se os sentidos humanos o podem conceber; por isso é verdadeiro e grande" (ibid., 17, 1-2)!

Além disso, Tertuliano dá um grande passo no desenvolvimento do dogma trinitário; deu-nos no latim a linguagem adequada para expressar este grande mistério, introduzindo os termos "uma substância" e "três Pessoas". De maneira semelhante, desenvolveu muito também a linguagem correta para expressar o mistério de Cristo Filho de Deus e verdadeiro Homem.

O Africano fala também do Espírito Santo, demonstrando o seu carácter pessoal e divino: "Cremos que, segundo a sua promessa, Jesus Cristo enviou por meio do Pai o Espírito Santo, o Paráclito, o santificador da fé daqueles que crêem no Pai, no Filho e no Espírito" (ibid., 2, 1). Ainda, nas obras do Africano lêem-se numerosos textos sobre a Igreja, que Tertuliano reconhece sempre como "mãe". Também depois da sua adesão ao montanismo, ele não esqueceu que a Igreja é a Mãe da nossa fé e da nossa vida cristã. Ele detém-se também sobre o comportamento moral dos cristãos e sobre a vida futura. Os seus escritos são importantes também para captar tendências vivas nas comunidades cristãs em relação a Maria Santíssima, aos sacramentos da Eucaristia, do Matrimônio e da Reconciliação, ao primado petrino, à oração... De modo especial, naqueles tempos de perseguições em que os cristãos pareciam ser uma minoria perdida, o Apologista exorta-os à esperança que segundo os seus escritos não é simplesmente uma virtude em si, mas uma modalidade que diz respeito a todos os aspectos da existência cristã. Temos a esperança que o futuro é nosso porque o futuro está em Deus. Assim a ressurreição do Senhor é apresentada como o fundamento da nossa ressurreição futura, e representa o objeto principal da confiança dos cristãos: "A carne ressurgirá afirma categoricamente o Africano: toda a carne, precisamente a carne, e a carne inteira. Onde quer que se encontre, ela está depositada junto de Deus, devido ao fidelíssimo mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo, que restituirá Deus ao homem e o homem a Deus" (Sobre a ressurreição dos mortos, 63, 1).

Sob o ponto de vista humano pode-se falar sem dúvida de um drama de Tertuliano. Com o passar dos anos ele tornou-se cada vez mais exigente em relação aos cristãos. Pretendia deles em todas as circunstâncias, e sobretudo nas perseguições, um comportamento heróico. Rígido

nas suas posições, não poupava críticas pesadas e inevitavelmente acabou por se encontrar isolado. De resto, também hoje permanecem abertas muitas questões, não só sobre o pensamento teológico e filosófico de Tertuliano, mas também sobre a sua atitude em relação às instituições políticas e da sociedade pagã. Faz-me pensar muito esta grande personalidade moral e intelectual, este homem que deu uma grande contribuição para o pensamento cristão. Vê-se que no final lhe falta a simplicidade, a humildade de se inserir na Igreja, de aceitar as suas debilidades, de ser tolerante com os outros e consigo mesmo. Quando se vê só o próprio pensamento na sua grandeza, no final é precisamente esta grandeza que se perde. A característica essencial de um grande teólogo é a humildade de estar com a Igreja, de aceitar as suas e as próprias debilidades, porque só Deus é realmente todo santo. Ao contrário, nós temos sempre necessidade de perdão.

Por fim, o Africano permanece uma testemunha interessante dos primeiros tempos da Igreja, quando os cristãos se viram autênticos sujeitos de "nova cultura" no confronto aproximado entre herança clássica e mensagem evangélica. É sua a célebre afirmação segundo a qual a nossa alma "é naturaliter cristã" (Apologético 17, 6), onde Tertuliano evoca a perene continuidade entre os autênticos valores humanos e cristãos; e também a sua outra reflexão, tirada diretamente do Evangelho, segundo a qual "o cristão não pode odiar nem sequer os próprios inimigos" (cf. Apologético 37), onde o aspecto moral, iniludível, da opção da fé, propõe a "não-violência" como regra de vida: e não há quem não veja a dramática atualidade deste ensinamento, também à luz do aceso debate sobre as religiões.

Em resumo, nos escritos do Africano encontram-se numerosos temas que ainda hoje somos chamados a enfrentar. Eles envolvem-nos numa fecunda busca interior, à qual exorto todos os fiéis, para que saibam expressar de modo cada vez mais convicto a Regra da fé voltando mais uma vez a Tertuliano "segundo a qual nós cremos que existe um só Deus, e nenhum outro além do Criador do mundo: Ele criou todas as coisas do nada por meio do seu Verbo, gerado antes de todas as criaturas" (A prescrição dos hereges 13, 1).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 6 de Junho de 2007

São Cipriano

Queridos irmãos e irmãs!

Na série das nossas catequeses sobre as grandes personalidades da Igreja antiga, chegamos hoje a um excelente Bispo africano do século III, São Cipriano, que "foi o primeiro bispo que na África conseguiu a coroa do martírio". Em primeiro lugar a sua fama como afirma o diácono Pôncio, o primeiro que escreveu a sua vida está relacionada com a produção literária e com a atividade pastoral dos treze anos que decorrem entre a sua conversão e o martírio (cf. Vida 19, 1; 1, 1).

Nascido em Cartagena numa família pagã rica, depois de uma juventude dissipada Cipriano converte-se ao cristianismo com 35 anos. Ele mesmo narra o seu percurso espiritual: "Quando ainda jazia como que numa noite escura", escreve alguns meses depois do batismo, "parecia-me extremamente difícil e cansativo realizar o que a misericórdia de Deus me propunha... Estava ligado a muitíssimos erros da minha vida passada, e não pensava que me podia libertar, porque cedia aos vícios e favorecia os meus maus desejos... Mas depois, com a ajuda da água regeneradora, foi lavada a miséria da minha vida precedente; uma luz soberana difundiu-se no meu coração; um segundo nascimento restaurou-me num ser totalmente novo. De modo maravilhoso começou então a dissipar-se qualquer dúvida... Compreendia claramente que era terreno o que antes vivia em mim, na escravidão dos vícios da carne, e era ao contrário divino e celeste o que o Espírito Santo já tinha gerado em mim" (A Donato, 3-4).

Logo depois da conversão, Cipriano não sem invejas nem resistências é eleito para o cargo sacerdotal e para a dignidade de Bispo. No breve período do seu episcopado enfrenta as primeiras duas perseguições sancionadas por um edito imperial, o de Décio (250) e o de Valeriano (257-25). Depois da perseguição particularmente cruel de Décio, o Bispo teve que se comprometer corajosamente para reconduzir a comunidade cristã à disciplina. De fato, muitos fiéis tinham abjurado, ou contudo não tinham tido um comportamento correto diante da prova. Eram os chamados lapsi isto é "que caíram" que desejavam ardentemente reentrar na comunidade. O debate sobre a sua readmissão chegou a dividir os cristãos de Cartagena em laxistas e rigorosos. A estas dificuldades é necessário acrescentar uma grave peste que assolou a África e colocou interrogações teológicas angustiantes quer no interior da comunidade quer em relação aos pagãos.

Por fim, é necessário recordar a controvérsia entre Cipriano e o Bispo de Roma, Estêvão, sobre a validez do batismo administrado aos pagãos por cristãos hereges.

Nestas circunstâncias realmente difíceis Cipriano revelou dotes eleitos de governo: foi severo, mas não inflexível com os lapsi, concedendo-lhes a possibilidade de perdão depois de uma penitência exemplar; perante Roma foi firme na defesa das tradições sadias da Igreja africana; foi muito humano e repleto do mais autêntico espírito evangélico ao exortar os cristãos a ajudar fraternalmente os pagãos durante a peste; soube manter a medida justa ao recordar aos fiéis demasiado receosos de perder a vida e os bens terrenos que para eles a verdadeira vida e os verdadeiros bens não são deste mundo; foi irremovível ao combater os costumes corruptos e os pecados que devastavam a vida moral, sobretudo a avareza. "Passava assim os seus dias", narra a este ponto o diácono Pôncio, "quando eis que por ordem do pró-cônsul chegou improvisamente à sua cidade o chefe da polícia" (Vida, 15, 1). Naquele dia o santo bispo foi preso, e depois de um breve interrogatório enfrentou corajosamente o martírio no meio do seu povo.

Cipriano compôs numerosos tratados e cartas, sempre ligados ao seu ministério pastoral. Pouco inclinado para a especulação teológica, escrevia sobretudo para a edificação da comunidade e para o bom comportamento dos fiéis.

De fato, a Igreja é o tema que lhe é mais querido. Distingue entre Igreja visível, hierarquia, e Igreja invisível, mística, mas afirma com vigor que a Igreja é uma só, fundada sobre Pedro. Não se cansa de repetir que "quem abandona a cátedra de Pedro, sobre a qual está fundada a Igreja, ilude-se de permanecer na Igreja" (A unidade da Igreja católica, 4). Cipriano sabe bem, e formulou-o com palavras fortes, que "fora da Igreja não há salvação" (Epístola 4, 4 e 73, 21), e que "não pode ter Deus como pai quem não tem a Igreja como mãe" (A unidade da Igreja católica, 4).

Característica irrenunciável da Igreja é a unidade, simbolizada pela túnica de Cristo sem costuras (ibid., 7): unidade da qual diz que encontra o seu fundamento em Pedro (ibid., 4) e a sua realização perfeita na Eucaristia (Epístola 63, 13). "Há um só Deus, um só Cristo", admoesta Cipriano, "uma só é a Igreja, uma só a fé, um só povo cristão, estreitado em firme unidade pelo cimento da concórdia: e não se pode separar o que é uno por natureza" (A unidade da Igreja católica, 23).

Falámos do seu pensamento em relação à Igreja, mas não se deve descuidar, por fim, o ensinamento de Cipriano sobre a oração. Eu amo particularmente o seu livro sobre "o Pai Nosso", que muito me ajudou a compreender melhor e a recitar melhor a "oração do Senhor": Cipriano ensina como precisamente no "Pai Nosso" é proporcionado ao cristão o modo correto de rezar; e ressalta que esta oração está no plural, "para que quem reza não reze unicamente para

si. A nossa oração escreve é pública e comunitária e, quando nós rezamos, não rezamos por um só, mas por todo o povo, porque com todo o povo somos uma coisa só" (A adoração do Senhor). Assim oração pessoal e litúrgica mostram-se robustamente ligadas entre si. A sua unidade provém do fato que elas respondem à mesma Palavra de Deus. O cristão não diz "meu Pai", mas "Pai nosso", até no segredo do quarto fechado, porque sabe que em cada lugar, em cada circunstância, ele é membro de um mesmo Corpo.

"Portanto, rezemos irmãos amadíssimos", escreve o Bispo de Cartagena, "como Deus, o Mestre, nos ensinou. É oração confidencial e íntima rezar a Deus com o que é seu, elevar aos seus ouvidos a oração de Cristo. Reconheça o Pai as palavras de seu Filho, quando dizemos uma oração: aquele que habita interiormente no ânimo esteja presente também na voz... Quando se reza, além disso, adopte-se um modo de falar e de rezar que, com disciplina, mantenha a calma e a discrição. Consideremos que estamos diante do olhar de Deus. É preciso ser agradáveis aos olhos divinos tanto com a atitude do corpo como com a tonalidade da voz... E quando nos reunimos juntamente com os irmãos e celebramos os sacrifícios divinos com o sacerdote de Deus, devemos recordar-nos do temor reverencial e da disciplina, não dispersar as nossas orações com vozes descompostas, nem fazer com tumultuosa verbosidade um pedido que deve ser recomendado a Deus com moderação, porque Deus ouve não a voz, mas o coração (non vocis sed cordis auditor est)" (3-4). Trata-se de palavras que permanecem válidas também hoje e nos ajudam a celebrar bem a Santa Liturgia.

Em conclusão, Cipriano coloca-se nas origens daquela fecunda tradição teológico-espiritual que vê no "coração" o lugar privilegiado da oração. Segundo a Bíblia e os Padres, de fato, o coração é o íntimo do homem, o lugar onde habita Deus. Nele se realiza aquele encontro no qual Deus fala ao homem, e o homem escuta Deus; o homem fala a Deus, e Deus ouve o homem: tudo isto através da única Palavra divina. Precisamente neste sentido fazendo eco a Cipriano Smaragdo, abade de São Miguel em Mosa nos primeiros anos do século IX, afirma que a oração "é obra do coração, dos lábios, porque Deus não vê as palavras, mas o coração do orante"(O Diadema dos monges, 1).

Caríssimos, façamos nosso este "coração em escuta", do qual nos falam a Bíblia (cf. 1 Rs 3, 9) e os Padres: temos disso tanta necessidade! Só assim poderemos experimentar em plenitude que Deus é o nosso Pai, e que a Igreja, a santa Esposa de Cristo, é verdadeiramente a nossa Mãe.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 13 de Junho de 2007

Eusébio, Bispo de Cesareia

Queridos irmãos e irmãs!

Na história do cristianismo antigo é fundamental a distinção entre os primeiros três séculos e os sucessivos ao Concílio de Niceia de 325, o primeiro ecumênico. Quase como "ponto de união" entre os dois períodos encontram-se a "mudança constantinopolitana" e a paz da Igreja, assim como a figura de Eusébio, Bispo de Cesareia na Palestina. Ele foi o representante mais qualificado da cultura cristã do seu tempo em contextos muito variados, da teologia à exegese, da história à erudição. Eusébio é conhecido sobretudo como o primeiro historiador do cristianismo, mas foi também o maior filólogo da Igreja antiga.

Em Cesareia, onde provavelmente se deve situar por volta de 260 o nascimento de Eusébio, Orígenes tinha-se refugiado provindo de Alexandria, e ali fundara uma escola e uma grandiosa biblioteca. Precisamente nestes livros se formara, alguns decénios mais tarde, o jovem Eusébio. Em 325, como Bispo de Cesareia, participou com um papel de protagonista no Concílio de Niceia.

Subscreveu o Credo e a afirmação da plena divindade do Filho de Deus, por isso definido "da mesma substância" do Pai (homooúsios tõ Patrí). É praticamente o mesmo Credo que nós recitamos todos os domingos na Santa Liturgia. Sincero admirador de Constantino, que tinha dado a paz à Igreja, Eusébio por sua vez o estimou e considerou. Celebrou o imperador, não só nas suas obras, mas também com discursos oficiais, pronunciados no vigésimo e trigésimo aniversário da sua ascensão ao trono, e depois da morte, que se verificou em 337. Dois ou três anos mais tarde faleceu também Eusébio.

Estudioso incansável, nos seus numerosos escritos Eusébio propõe-se refletir e analisar três séculos de cristianismo, três séculos vividos sob a perseguição, haurindo amplamente das fontes cristãs e pagãs conservadas sobretudo na grande biblioteca de Cesareia. Assim, não obstante a importância objetiva das suas obras apologéticas, exegéticas e doutrinais, a fama imperecível de Eusébio permanece ligada em primeiro lugar aos dez livros da sua História Eclesiástica. Foi o primeiro que escreveu uma história da Igreja, que permanece fundamental graças às fontes colocadas por Eusébio à nossa disposição para sempre. Com esta História ele conseguiu salvar de esquecimento certo numerosos acontecimentos, personagens e obras literárias da Igreja antiga. Portanto, trata-se de uma fonte primária para o conhecimento dos primeiros séculos do cristianismo.

Podemos perguntar como estruturou ele e com que intenções redigiu esta nova obra. No início do primeiro livro o historiador elenca pontualmente os temas que deseja tratar na sua obra: "Propus-me pôr por escrito as sucessões dos santos apóstolos e os tempos transcorridos, a partir dos do nosso Salvador até nós; todas as coisas grandiosas que se diz que foram realizadas durante a história da Igreja; todos os que dirigiram e orientaram excelentemente as dioceses mais ilustres; os que, em cada geração foram mensageiros da Palavra divina com a palavra ou com os escritos; e quais foram, quantos e em que período de tempo os que por desejo de novidade, depois de terem caído ao máximo no erro, se tornaram intérpretes e promotores de uma falsa doutrina, e como lobos cruéis devastaram ferozmente o rebanho de Cristo;...e com quantos e quais meios e em que tempos foi combatida por parte dos pagãos a Palavra divina; e os homens grandes que, para a defender, passaram através de duras provas de sangue e de torturas; e finalmente os testemunhos do nosso tempo, e a misericórdia e a benevolência do nosso Salvador para com todos nós" (1, 1, 1-2). Desta forma Eusébio abraça diversos sectores: a sucessão dos Apóstolos como coluna da Igreja, a difusão da mensagem, os erros, depois as perseguições por parte dos pagãos e os grandes testemunhos que são a luz desta História. Em tudo isto transparecem para ele a misericórdia e a benevolência do Salvador. Eusébio inaugura assim a historiografia eclesiástica, levando a sua narração até 324, ano em que Constantino, depois da derrota de Licínio, foi aclamado único imperador de Roma. Estamos no ano anterior ao grande Concílio de Niceia que depois oferece a "suma" de quanto a Igreja doutrinal, moral e também juridicamente tinha aprendido nestes trezentos anos.

A citação que extraímos do primeiro livro da História Eclesiástica contém uma repetição certamente intencional. Três vezes no espaço de poucas linhas se repete o título cristológico de Salvador, e se faz referência explícita à "sua misericórdia" e à "sua benevolência". Podemos recolher assim a perspectiva fundamental da historiografia eusebiana: a sua é uma história "cristocêntrica", na qual se revela progressivamente o mistério do amor de Deus pelos homens.

Com genuíno enlevo, Eusébio reconhece "que junto de todos os homens do mundo inteiro só Jesus é professado, confessado, reconhecido Cristo isto é Messias e Salvador do mundo, que é recordado com este nome quer pelos gregos quer pelos bárbaros, e ainda hoje é honrado pelos seus discípulos espalhados por todo o mundo como um rei, admirado mais que um profeta, glorificado como verdadeiro e único sacerdote de Deus; e mais que tudo isto, como Logos de Deus preexistente e gerado antes de todos os tempos, ele recebeu do Pai honra digna de veneração, e é adorado como Deus. O mais extraordinário é que todos os que lhe estamos consagrados o celebrem não só com as vozes e o som das palavras, mas com todas as disposições

do coração, de modo que ponhamos diante da nossa própria vida o testemunho a ele prestado" (1, 3, 19-20). Sobressai assim em primeiro plano outra característica, que permanecerá constante na antiga historiografia eclesiástica: é "a intenção moral" que preside à narração. A análise histórica nunca é fim em si mesma; não é feita só para conhecer o passado; antes, ela tem por finalidade decididamente a conversão, e um autêntico testemunho de vida cristã por parte dos fiéis. É uma guia para nós próprios.

Desta forma Eusébio interpela vivazmente os crentes de todos os tempos em relação ao seu modo de abordar as vicissitudes da história, e da Igreja em particular. Ele interpela também a nós: qual é a nossa atitude em relação às vicissitudes da Igreja? É a atitude de quem se interessa por uma simples curiosidade, talvez procurando o que é sensacional e escandaloso a qualquer preço? Ou é a atitude cheia de amor, e aberta ao mistério, de quem sabe por fé que pode encontrar na história da Igreja os sinais do amor de Deus e as grandes obras da salvação por ele realizadas? Se for esta a nossa atitude, não podemos deixar de nos sentir estimulados a dar uma resposta mais coerente e generosa, a um testemunho mais cristão de vida, para deixar os sinais do amor de Deus também às gerações futuras.

"Há um mistério", não se cansava de repetir aquele eminente estudioso dos Padres que foi o Cardeal Jean Daniélou: "Há um conteúdo escondido na história... O mistério é o das obras de Deus, que constituem no tempo a realidade autêntica, escondida por detrás das aparências... Mas esta história que Deus realiza para o homem, não a realiza sem ele. Deter-se na contemplação das "grandes coisas" de Deus significaria ver só um aspecto das coisas. Perante elas está a resposta dos homens" (Ensaio sobre o mistério da história, ed. it., Brescia 1963, p. 12).

A tantos séculos de distância, também hoje Eusébio de Cesareia convida os crentes, convida a nós, a admirar-nos, a contemplar na história as grandes obras de Deus para a salvação dos homens. E com igual energia ele nos convida à conversão da vida. De fato, face a um Deus que nos amou deste modo, não podemos permanecer inertes. A solicitação própria do amor é que toda a vida seja orientada para a imitação do Amado. Portanto, façamos o possível para deixar na nossa vida um vestígio transparente do amor de Deus.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 20 de Junho de 2007

Santo Atanásio

Queridos irmãos e irmãs!

Continuando a nossa retrospectiva dos grandes Mestres da Igreja antiga, queremos dirigir hoje a nossa atenção a Santo Atanásio de Alexandria. Este autêntico protagonista da tradição cristã, poucos anos depois da sua morte, foi celebrado como "a coluna da Igreja" pelo grande teólogo e Bispo de Constantinopla Gregório Nazianzeno (Discursos 21, 26), e foi sempre considerado como um modelo de ortodoxia, tanto no Oriente como no Ocidente. Portanto, não foi por acaso que Gian Lorenzo Bernini colocou uma sua estátua entre a dos quatro santos Doutores da Igreja oriental e ocidental juntamente com Ambrósio, João Crisóstomo e Agostinho que na maravilhosa abside da Basílica vaticana circundam a Cátedra de São Pedro.

Atanásio foi sem dúvida um dos Padres da Igreja antiga mais importantes e venerados. Mas sobretudo este grande santo é o apaixonado teólogo da encarnação do Logos, o Verbo de Deus, que como diz o prólogo do quarto Evangelho "se fez carne e veio habitar entre nós" (Jo 1, 14).

Precisamente por este motivo Atanásio foi também o mais importante e tenaz adversário da heresia ariana, que então ameaçava a fé em Cristo, reduzido a uma criatura "intermediária" entre Deus e o homem, segundo uma tendência recorrente na história e que vemos concretizada de diversas formas também hoje. Nascido provavelmente em Alexandria, no Egito, por volta do ano 300, Atanásio recebeu uma boa educação antes de se tornar diácono e secretário do Bispo da metrópole egípcia, Alexandre. Estreito colaborador do seu Bispo, o jovem eclesiástico participou com ele no Concílio de Niceia, o primeiro de carácter ecumênico, convocado pelo imperador Constantino em Maio de 325 para garantir a unidade da Igreja. Os Padres nicenos puderam assim enfrentar várias questões, e principalmente o grave problema causado alguns anos antes pela pregação do presbítero alexandrino rio.

Ele, com a sua teoria, ameaçava a fé autêntica em Cristo, declarando que o Logos não era verdadeiro Deus, mas um Deus criado, um ser "intermediário" entre Deus e o homem e assim o verdadeiro Deus permanecia sempre inacessível para nós. Os Bispos reunidos em Niceia responderam preparando e fixando o "Símbolo de fé" que, completado mais tarde pelo primeiro Concílio de Constantinopla, permaneceu na tradição das diversas confissões cristãs e na liturgia como o Credo niceno-constantinopolitano. Neste texto fundamental que expressa a fé da Igreja indivisa, e que recitamos também hoje, todos os domingos, na Celebração eucarísti-

ca encontra-se a palavra grega *homooúsios*, em latim *consubstantialis*: ele pretende indicar que o Filho, o logos, é "da mesma substância do Pai, é Deus de Deus, é a sua substância, e assim é posta em realce a plena divindade do Filho, que tinha sido negada pelos arianos.

Tendo falecido o Bispo Alexandre, Atanásio tornou-se, em 32, seu sucessor como Bispo de Alexandria, e logo depois demonstrou-se decidido a recusar qualquer compromisso em relação às teorias arianas condenadas pelo Concílio niceno. A sua intransigência, tenaz e por vezes muito dura, mesmo se necessária, contra quantos se tinham oposto à sua eleição episcopal e sobretudo contra os adversários do Símbolo niceno, atraiu a implacável hostilidade dos arianos e dos filoarianos. Apesar do inequívoco êxito do Concílio, que tinha afirmado com clareza que o Filho é da mesma substância do Pai, pouco depois destas ideias erradas voltaram a prevalecer nesta situação até rio foi reabilitado e foram defendidas por motivos políticos pelo próprio imperador Constantino e depois pelo seu filho Constâncio II. Ele, aliás, que não se interessava tanto pela verdade teológica como pela unidade do Império e dos seus problemas políticos, pretendia politizar a fé, tornando-a mais acessível segundo a sua opinião a todos os seus súbditos no Império.

A crise ariana, que se pensava estar resolvida em Niceia, continuou por decénios, com vicissitudes difíceis e divisões dolorosas na Igreja. E por cinco vezes durante um trinténio, entre 336 e 366 Atanásio foi obrigado a abandonar a sua cidade, transcorrendo 17 anos no exílio e sofrendo pela fé. Mas durante as suas forçadas ausências de Alexandria, o Bispo teve a oportunidade de defender e difundir no Ocidente, primeiro em Trier e depois em Roma, a fé nicena e também os ideais do monaquismo, abraçados no Egito pelo grande eremita Antão com uma opção de vida à qual Atanásio sempre esteve próximo. Santo Antão, com a sua força espiritual, era a pessoa mais importante na defesa da fé de Santo Atanásio. Insediado de novo e definitivamente na sua sede, o Bispo de Alexandria pôde dedicar-se à pacificação religiosa e à reorganização das comunidades cristãs. Faleceu a 2 de Maio de 373, dia em que celebramos a sua memória litúrgica.

A obra doutrinal mais famosa do santo Bispo alexandrino é o tratado Sobre a encarnação do Verbo, o Logos divino que se fez carne tornando-se como nós para a nossa salvação. Atanásio diz nesta obra, com uma afirmação que se tornou justamente célebre, que o Verbo de Deus "se fez homem para que nos tornássemos Deus; ele fez-se visível no corpo para que tivéssemos uma ideia do Pai invisível, e ele próprio suportou a violência dos homens para que nós herdássemos a incorruptibilidade" (54, 3). De fato, com a sua ressurreição o Senhor fez desaparecer a morte como se fosse "palha no fogo" (8, 4). A ideia fundamental de toda a luta teológica de Santo Atanásio era precisamente a de que Deus é acessível. Não é um Deus secundá-

rio, é o Deus verdadeiro, e através da nossa comunhão com Cristo podemos unir-nos realmente a Deus. Ele tornou-se realmente "Deus conosco".

Entre as obras deste grande Padre da Igreja que em boa parte permanecem ligadas às vicissitudes da crise ariana recordamos depois as quatro cartas que ele enviou ao amigo Serapião, Bispo de Thmuis, sobre a divindade do Espírito Santo, que foi afirmada com determinação, e cerca de trinta cartas "festivas", dirigidas no início de cada ano às Igrejas e aos mosteiros do Egito para indicar a data da festa de Páscoa, mas sobretudo para garantir os vínculos entre os fiéis, fortalecendo a sua fé e preparando-os para essa grande solenidade.

Por fim Atanásio é também autor de textos meditativos sobre os Salmos, depois muito difundidos e sobretudo de uma obra que constitui o best seller da antiga literatura cristã: a Vida de Antão, isto é, a biografia do abade Santo Antão, escrita pouco depois da morte deste santo, precisamente enquanto o Bispo de Alexandria, exilado, vivia com os monges do deserto egípcio. Atanásio foi amigo do grande eremita, a ponto que recebeu uma das duas peles de ovelha deixadas por Antão como sua herança, juntamente com a capa que o próprio Bispo de Alexandria lhe tinha oferecido. Tendo-se tornado depressa muito popular, traduzida quase imediatamente em latim por duas vezes e depois em diversas línguas orientais, a biografia exemplar desta figura querida à tradição contribuiu muito para a difusão do monaquismo, no Oriente e no Ocidente.

Não por acaso a literatura deste texto, em Trier, está no centro de uma emocionante narração da conversão de dois funcionários imperiais, que Agostinho coloca nas Confissões (VIII, 6, 15) como premissa da sua própria conversão. De resto, o próprio Atanásio mostra ter uma consciência clara da influência que a figura exemplar de Antão podia ter sobre o povo cristão. De fato escreve na conclusão desta obra: "Que fosse conhecido em toda a parte, por todos admirado e desejado, até por quantos não o tinham visto, é um sinal da sua virtude e da sua alma amiga de Deus. De fato, Antão não é conhecido pelos escritos nem por uma sabedoria profana nem por qualquer capacidade, mas só pela sua piedade em relação a Deus. E ninguém poderia negar que isto é um dom de Deus. De fato, como se teria ouvido falar na Espanha e na Gália, em Roma e em África deste homem, que vivia retirado entre os montes, se o não tivesse dado a conhecer em toda a parte o próprio Deus, como ele faz com quantos lhe pertencem, e como tinha anunciado a Antão desde o princípio? E também se estes agem no segredo e desejam permanecer escondidos, o Senhor mostra-os a todos como um lampadário, para que quantos ouvem falar deles saibam que é possível seguir os mandamentos e se sintam encorajados a percorrer o caminho da virtude" (Vida de Antão 93, 5-6).

Sim, irmãos e irmãs! Temos tantos motivos de gratidão para com Santo Atanásio. A sua vida, como a de Antão e de muitos outros santos, mostra-nos que "quem caminha para Deus não se afasta dos homens, antes, pelo contrário, torna-se-lhes verdadeiramente vizinhos" (Deus caritas est, 42).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 27 de Junho de 2007

São Cirilo de Jerusalém

Estimados irmãos e irmãs!

A nossa atenção concentra-se hoje sobre São Cirilo de Jerusalém. A sua vida representa o enlace de duas dimensões: por um lado, a solicitude pastoral e, por outro, o envolvimento contra a sua vontade nas animadas controvérsias que atormentavam então a Igreja do Oriente. Tendo nascido por volta de 315 em Jerusalém ou arredores, Cirilo recebeu uma ótima formação literária; foi esta a base da sua cultura eclesiástica, centrada no estudo da Bíblia. Ordenado Presbítero pelo Bispo Máximo, quando este faleceu ou foi deposto, em 348 foi ordenado Bispo por Acácio, influente metropolita de Cesareia da Palestina, filoariano, convencido de ter nele um aliado. Por isso, foi suspeitado de ter obtido a nomeação episcopal mediante concessões ao arianismo.

Na realidade, muito cedo Cirilo se confrontou com Acácio não só a nível doutrinal, mas também a nível jurisdicional, porque Cirilo reivindicava a autonomia da própria sede em relação àquela metropolitana de Cesareia. No espaço de cerca de vinte anos, Cirilo conheceu três exílios: o primeiro em 357, com prévia disposição por parte de um Sínodo de Jerusalém, seguido em 360 por um segundo exílio por obra de Acácio, e por fim um terceiro, o mais longo durou onze anos em 367 por iniciativa do imperador filoariano Valente. Só em 378, depois da morte do imperador, Cirilo pôde retomar posse definitiva da sua sede, instaurando entre os fiéis a unidade e a paz.

Em favor da sua ortodoxia, posta em questão por algumas fontes da época, militam outras fontes igualmente antigas. Entre elas a mais autorizada é a carta sinodal de 382, depois do segundo Concílio ecumênico de Constantinopla (381), no qual Cirilo tinha participado com um papel qualificado. Nessa carta, enviada ao Pontífice romano, os Bispos orientais reconhecem oficialmente a mais absoluta ortodoxia de Cirilo, a legitimidade da sua ordenação episcopal e os méritos do seu serviço pastoral, que a morte concluirá em 387.

Dele conservamos vinte e quatro célebres catequeses, que ele expôs como Bispo por volta de 350. Introduzidas por uma Procatechesi de acolhimento, as primeiras dezoito delas são dirigidas aos catecúmenos ou iluminandos (photizomenoi) ; foram feitas na Basílica do Santo Sepulcro. As primeiras (1-5) falam cada uma delas, respectivamente, das disposições prévias ao Batismo, da conversão dos costumes pagãos, do sacramento do Batismo, das dez verdades dogmáticas contidas no Credo ou Símbolo da fé. As sucessivas (6-18) constituem uma "cate-

quese contínua" sobre o Símbolo de Jerusalém, em chave antiariana. Das últimas cinco (19-23), chamadas "mistagógicas", as primeiras duas desenvolvem um comentário aos ritos do Batismo, as últimas três falam da crisma, sobre o Corpo e Sangue de Cristo e sobre a liturgia eucarística. Nela está incluída a explicação do Pai-Nosso (Oratio dominica): ela funda um caminho de iniciação à oração, que se desenvolve paralelamente com a iniciação nos três sacramentos do Batismo, da Crisma e da Eucaristia.

A base da instrução sobre a fé cristã desenvolvia-se também em função polêmica contra pagãos, judeus-cristãos e maniqueístas. A argumentação era fundada na atuação das promessas do Antigo Testamento, numa linguagem rica de imagens. A catequese era um momento importante, inserido no amplo contexto de toda a vida, em particular a litúrgica, da comunidade cristã, em cujo seio materno acontecia a gestação do futuro fiel, acompanhada pela oração e pelo testemunho dos irmãos. No seu conjunto, as homilias de Cirilo constituem uma catequese sistemática sobre o renascimento do cristianismo através do Batismo. Ao catecúmeno ele diz: "Caíste na rede da Igreja (cf. Mt 13, 47). Deixa-te, portanto, apanhar vivo; não fujas, porque é Jesus que te prende no seu anzol, para te dar não a morte mas a ressurreição depois da morte. De fato, deves morrer e ressurgir (cf. Rm 6, 11.14)... Morres para o pecado, e vives para a justiça a partir de hoje" (Procatechesi 5).

Sob o ponto de vista doutrinal, Cirilo comenta o Símbolo de Jerusalém com o recurso à tipologia das Escrituras, numa relação "sinfónica" entre os dois Testamentos, chegando a Cristo, centro do universo. A tipologia será incisivamente descrita por Agostinho de Hipona: "O Antigo Testamento é o véu do Novo Testamento, e no Novo Testamento manifesta-se o Antigo" (De catechizandis rudibus 4, 8). No que diz respeito à catequese moral, ela está ancorada em profunda unidade com a catequese doutrinal: o dogma desce progressivamente nas almas, as quais são assim solicitadas a transformar os comportamentos pagãos com base na nova vida em Cristo, dom do Batismo. A catequese "mistagógica", por fim, marcava o vértice da instrução que Cirilo dava já não aos catecúmenos, mas aos neobatizados ou neófitos durante a semana pascal. Ela introduzia-os na descoberta, sob os ritos baptismais da Vigília pascal, dos mistérios nele contidos e ainda não revelados. Iluminados pela luz de uma fé mais profunda em virtude do Batismo, os neófitos estavam finalmente em condições de os compreender melhor, tendo já celebrado os seus ritos.

Em particular, com os neófitos de origem grega Cirilo contava com a faculdade visual, que lhe era congenial. Tratava-se da passagem do rito ao mistério, que valorizava o efeito psicológico da surpresa e a experiência vivida na noite pascal. Eis um texto que explica o mistério do Batismo: "Por três vezes fostes imersos na água e para cada uma das três fostes imersos, para

simbolizar os três dias da sepultura de Cristo, isto é, imitando com este rito o nosso Salvador, que passou três dias e três noites no seio da terra (cf. Mt 12, 40). Com a primeira emersão da água celebrastes a recordação do primeiro dia passado por Cristo no sepulcro, como com a primeira imersão confessastes a sua primeira noite passada no sepulcro, assim como quem está na noite não vê, e quem está no dia goza da luz, assim também vós. Enquanto antes estáveis imersos na noite e nada víeis, ao contrário, reemergindo encontrastes-vos em pleno dia. Mistério da morte e do nascimento, esta água de salvação foi para vós túmulo e mãe... Para vós... o tempo para morrer coincidiu com o tempo para nascer: um só e mesmo tempo realizou ambos os acontecimentos" (Segunda Catequese Mistagógica 4).

O mistério que se deve desvendar é o desígnio de Deus, que se realiza através das ações salvíficas de Cristo na Igreja. Por sua vez, a dimensão mistagógica está acompanhada pela dos símbolos, que expressam a vivência espiritual que eles fazem "explodir". Assim a catequese de Cirilo, com base nas três componentes descritas doutrinal, moral e, por fim, mistagógica, resulta uma catequese global no Espírito. A dimensão mistagógica atua a síntese das duas primeiras, orientando-as para a celebração sacramental, na qual se realiza a salvação do homem todo.

Trata-se, em definitiva, de uma catequese integral, que envolvendo corpo, alma e espírito permanece emblemática também para a formação catequética dos cristãos de hoje.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 4 de Julho de 2007

São Basílio (1)

Caros irmãos e irmãs!

Hoje queremos recordar um dos grandes Padres da Igreja, São Basílio, definido pelos textos litúrgicos bizantinos um "luminar da Igreja". Foi um grande Bispo do século IV, para quem olha com admiração tanto a Igreja do Oriente como a do Ocidente pela santidade de vida, pela excelência da doutrina e pela síntese harmoniosa de dotes especulativos e práticos. Ele nasceu por volta de 330 numa família de santos, "verdadeira igreja doméstica", que vivia num clima de profunda fé. Completou os vários estudos com os melhores mestres de Atenas e de Constantinopla. Insatisfeito com os seus sucessos mundanos, e percebendo que tinha desperdiçado muito tempo nas vaidades, ele mesmo confessa: "Um dia, como que acordando de um sono profundo, dirigi-me para a admirável luz da verdade do Evangelho... e chorei sobre a minha vida miserável" (cf. Ep. 223: PG 32, 824a). Atraído por Cristo, começou a olhar para Ele e a ouvir somente Ele (cf. Moralia 80, 1: PG 31, 860bc). Com determinação dedicou-se à vida monástica na oração, na meditação das Sagradas Escrituras e dos escritos dos Padres da Igreja, e no exercício da caridade (cf. Epp. 2 e 22), seguindo também o exemplo da irmã, Santa Macrina, que já vivia no ascetismo monástico. Depois foi ordenado sacerdote e enfim, em 370, Bispo de Cesareia da Capadócia, na atual Turquia.

Mediante a pregação e os escritos, desempenhou uma intensa atividade pastoral, teológica e literária. Com sábio equilíbrio, soube unir o serviço às almas e a dedicação à prece e à meditação na solidão. Valendo-se da sua experiência pessoal, favoreceu a fundação de muitas "irmandades" ou comunidades de cristãos consagrados a Deus, que visitava frequentemente (cf. Gregório Nazianzeno, Oratio 43, 29 in laudem Basilii: PG 36, 536b). Com a palavra e com os escritos, muitos dos quais chegaram até nós (cf. Regulae brevius tractatae, Proémio: PG 31, 1080ab), exortava-os a viver e a progredir na perfeição. Das suas obras hauriram também vários legisladores do monaquismo antigo, entre os quais São Bento, que considerava Basílio como o seu mestre (cf. Regula 73, 5). Na realidade, ele criou um monaquismo muito particular: não fechado à comunidade da Igreja local, mas aberto a ela. Os seus monges faziam parte da Igreja particular, eram o seu núcleo animador que, precedendo os outros fiéis no seguimento de Cristo e não só na fé, mostrava a firme adesão a Cristo o amor a Ele sobretudo nas obras de caridade. Estes monges, que tinham escolas e hospitais, estavam ao serviço dos pobres e mostraram assim a integridade da vida cristã. O Servo de Deus João Paulo II, falando do mo-

naquismo, escreveu: "Muitos consideram que aquela estrutura principal da vida da Igreja que é o monaquismo foi posta, para todos os séculos, principalmente por São Basílio; ou que, pelo menos, não foi definida na sua natureza mais própria sem o seu contributo decisivo" (Carta Apostólica Patres Ecclesiae, 2).

Como Bispo e Pastor da sua vasta Diocese, Basílio preocupou-se constantemente pelas difíceis condições materiais em que viviam os fiéis; denunciou com firmeza os males; comprometeu-se a favor dos mais pobres e marginalizados; interveio também junto dos governantes para aliviar os sofrimentos da população, sobretudo em momentos de calamidade; vigiou pela liberdade da Igreja, opondo-se também aos poderosos para defender o direito de professar a verdadeira fé (cf. Gregório Nazianzeno, Oratio 43, 48-51 in laudem Basilii: PG 36, 557c-561c). De Deus, que é amor e caridade, Basílio deu um válido testemunho com a construção de vários albergues para os necessitados (cf. Basílio, Ep. 94: PG 32, 488bc), quase uma cidade da misericórdia, que dele recebeu o nome de Basilíada (cf. Sozomeno, Historia Eccl. 6, 34: PG 67, 1397a). Ela está nas origens das modernas instituições hospitalares de internação e de cuidado dos doentes. Consciente de que "a liturgia é o ápice para o qual tende a ação da Igreja, e ao mesmo tempo a fonte da qual jorra toda a sua virtude" (Sacrosanctum concilium, 10) Basílio, embora sempre preocupado em realizar a caridade que é a prova da fé, foi também um sábio "reformador litúrgico" (cf. Gregório Nazianzeno, Oratio 43, 34 in laudem Basilii: PG 36, 541c). Com efeito, deixou-nos uma grande oração eucarística [ou anáfora], que dele recebe o nome, e deu um ordenamento fundamental à oração e à salmodia: pelo seu impulso o povo amou e conheceu os Salmos, e recitava-os também de noite (cf. Basílio, In Psalmum, 1-2: PG 29, 212a-213c). E assim vemos como a liturgia, a adoração, a oração com a Igreja e a caridade caminham juntas, condicionando-se reciprocamente.

Com zelo e coragem, Basílio soube opor-se aos hereges, que negavam que Jesus Cristo fosse Deus como o Pai (cf. Basílio, Ep. 9, 3: PG 32, 272a; Ep. 52, 1-3: PG 32, 392b-396a; Adv. Eunomium 1, 20: PG 29, 556c). Analogamente, contra aqueles que não aceitavam a divindade do Espírito Santo, ele afirmou que também o Espírito é Deus e "deve ser com o Pai e com o Filho igualmente numerado e glorificado" (cf. De Spiritu Sancto: SC 17bis, 348). Por isso, Basílio é um dos grandes Padres que formularam a doutrina sobre a Trindade: o único Deus, precisamente porque é amor, é um Deus em três Pessoas, que formam a unidade mais profunda que existe, a unidade divina.

No seu amor a Cristo e ao seu Evangelho, o grande Santo da Capadócia comprometeu-se também em recompor as divisões dentro da Igreja (cf. Epp. 70 e 243), empenhando-se para que todos se convertessem a Cristo e à sua Palavra (cf. De iudicio 4: PG 31, 660b-661a), força

unificadora à qual todos os crentes devem obedecer (cf. ibid., 1-3: PG 31, 653a-656c). Em conclusão, Basílio entregou-se completamente no serviço fiel à Igreja e no exercício multiforme do ministério episcopal. Segundo o programa por ele mesmo traçado, tornou-se "apóstolo e ministro de Cristo, dispensador dos mistérios de Deus, arauto do reino, modelo e regra de piedade, olho do corpo da Igreja, pastor das ovelhas de Cristo, médico piedoso, pai e sustento, cooperador de Deus, agricultor de Deus, construtor do templo de Deus" (cf. Moralia 80, 11-20: PG 31, 864b-868b).

Este é o programa que o santo Bispo entrega aos anunciadores da Palavra ontem e hoje um programa que ele mesmo se comprometeu generosamente a pr em prática. Em 379 Basílio, não ainda cinquentenário, consumido pelos cansaços e pela ascese, retornou para Deus, "na esperança da vida eterna através de nosso Senhor Jesus Cristo" (De Batismo 1, 2, 9). Ele era um homem que viveu verdadeiramente com o olhar fixo em Cristo. Era um homem do amor ao próximo. Cheio da esperança e da alegria da fé, Basílio mostra-nos como ser realmente cristãos.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 1 de Agosto de 2007

São Basílio (2)

Queridos irmãos e irmãs!

Depois destas três semanas de pausa, retomamos os nossos habituais encontros da quarta-feira. Hoje desejo simplesmente relacionar-me com a última catequese, que tinha como tema a vida e os escritos de São Basílio, Bispo na atual Turquia, na sia Menor, no IV século. A existência deste grande Santo e as suas obras são ricas de temas de reflexão e de ensinamentos válidos também para nós hoje.

Antes de tudo a chamada ao mistério de Deus, que permanece a referência mais significativa e vital para o homem. O Padre é "o princípio de tudo e a causa de ser do que existe, a raiz dos vivos" (Hom. 15, 2 de fide: PG 31, 465c), e sobretudo é "o Pai de nosso Senhor Jesus Cristo" (Anaphora sancti Basilii). Remontando a Deus através das criaturas, nós, "tomamos consciência da sua bondade e da sua sabedoria" (Basílio, Contra Eunomium 1, 14; PG 29, 544b). O Filho é a "imagem da bondade do Pai e sigilo de forma igual a ele" (cf. Anaphora sancti Basilii). Com a sua obediência e com a sua paixão o Verbo encarnado realizou a missão de Redentor do homem (cf. Basílio, In Psalmum 4,: PG 29, 452ab; cf. também De Batismo 1, 2: SC 357, 15).

Por fim, ele fala amplamente do Espírito Santo, ao qual dedicou um livro inteiro. Revela-nos que o Espírito anima a Igreja, a enche dos seus dons, a torna santa. A luz maravilhosa do mistério divino reflete-se sobre o homem, imagem de Deus, e eleva a sua dignidade. Olhando para Cristo, compreende-se plenamente a dignidade do homem. Basílio exclama: "Homem, consciencializa-te da tua grandeza considerando o preço derramado por ti: olha para o preço do teu resgate, e compreende a tua dignidade!" (In Psalmum 4,: PG 29, 452b). Em particular o cristão, vivendo em conformidade com o Evangelho, reconhece que os homens são todos irmãos entre eles; que a vida é uma administração dos bens recebidos de Deus, pelos quais cada um é responsável perante os outros, e quem é rico deve ser como um "executor das ordens de Deus benfeitor" (Hom. 6 de avaritia: PG 32, 111-1196). Todos nos devemos ajudar, e cooperar como os membros de um corpo (Ep 203, 3).

E ele, nas suas homilias, usou também palavras corajosas, fortes sobre este ponto. De fato, quem segundo o mandamento de Deus deseja amar o próximo como a si mesmo, "não deve possuir nada mais de quanto possui o seu próximo" (Hom. in divites: PG 31, 21b).

Em tempos de carestias e de calamidades, com palavras apaixonadas o Santo Bispo exortava os fiéis a "não se mostrarem mais cruéis que as feras..., apropriando-se do que é comum, e possuindo sozinhos o que é de todos" (Hom. tempore famis: PG 31, 325a). O pensamento profundo de Basílio sobressai bem nesta frase sugestiva: "Todos os necessitados olham para as nossas mãos, como nós próprios olhamos para as de Deus, quando estamos em necessidade". É muito apropriado o elogio feito por Gregório de Nazianzo, que depois da morte de Basílio disse: "Basílio persuadiu-nos de que nós, sendo homens, não devemos desprezar os homens, nem ultrajar Cristo, cabeça comum de todos, com a nossa desumanidade para com os homens; antes, nas desgraças dos outros, devemos beneficiar nós próprios, e fazer empréstimo a Deus da nossa misericórdia, porque temos necessidade de misericórdia" (Gregório Nazianzeno, Oratio 43, 63; PG 36, 50b). São palavras muito atuais. Vemos como São Basílio é realmente um dos Padres da Doutrina Social da Igreja.

Além disso, Basílio recorda-nos que para manter vivo em nós o amor a Deus e aos homens é necessária a Eucaristia, alimento adequado para os Batizados, capaz de alimentar as novas energias derivantes do Batismo (cf. De Batismo 1, 3: SC 357, 192). É motivo de imensa alegria poder participar na Eucaristia (Moralia 21, 3: PG 31, 741a), instituída "para conservar incessantemente a recordação daquele que morreu e ressuscitou por nós" (Moralia 0, 22: PG 31, 69b). A Eucaristia, imenso dom de Deus, tutela em cada um de nós a recordação do selo baptismal, e permite viver em plenitude e fidelidade a graça do Batismo. Por isto o Santo Bispo recomenda a comunhão frequente, também quotidiana: "Comungar até todos os dias recebendo o santo corpo e sangue de Cristo é bom e útil; porque ele mesmo diz claramente: "Quem come a minha carne e bebe o meu sangue terá a vida eterna" (Jo 6, 54). Portanto, quem duvidará de que comungar continuamente da vida não seja viver em plenitude?" (Ep. 93: PG 32, 44b). A Eucaristia, em síntese, é-nos necessária para acolhermos em nós a verdadeira vida, a vida eterna (cf. Moralia 21, 1: PG 31, 737c).

Por fim, Basílio interessou-se naturalmente também daquela porção eleita do povo de Deus que são os jovens, o futuro da sociedade. A eles dirigiu um Discurso sobre o modo de tirar proveito da cultura pagã desse tempo. Com muito equilíbrio e abertura, ele reconhece que na literatura clássica, grega e latina, se encontram exemplos de virtude. Estes exemplos de vida reta podem ser úteis para o jovem cristão em busca da verdade, do modo reto de viver (cf. Ad Adolescentes 3). Por isso, é preciso tirar dos textos dos autores clássicos tudo o que é conveniente e conforme com a verdade: assim com atitude crítica e aberta de fato trata-se de um verdadeiro e próprio "discernimento" os jovens crescem em liberdade. Com a célebre imagem das abelhas, que tiram das flores apenas o que serve para o mel, Basílio recomenda: "Como as

abelhas sabem tirar das flores o mel, diferenciando-se dos outros animais que se limitam a gozar do perfume e da cor das flores, assim também destes escritos... se pode obter algum proveito para o espírito. Devemos utilizar estes livros seguindo em tudo o exemplo das abelhas. Elas não vão indistintamente a todas as flores, nem sequer procuram tirar tudo das flores nas quais pousam, mas tiram só o que serve para a elaboração do mel, e deixam o resto. E nós, se formos sábios, tiraremos daqueles escritos o que se adapta a nós, e é conforme à verdade, e deixaremos o resto" (Ad Adolescentes 4). Basílio, sobretudo, recomenda aos jovens que cresçam nas virtudes, no reto modo de viver: "Enquanto os outros bens... passam deste para aquele como no jogo dos dados, só a virtude é um bem inalienável, e permanece durante a vida e depois da morte" (Ad Adolescentes 5).

Queridos irmãos e irmãs, parece-me que se pode dizer que este Padre de outrora fala também a nós e nos diz coisas importantes. Antes de tudo, esta participação atenta, crítica e criativa para a cultura de hoje. Depois, a responsabilidade social: este é um tempo no qual, num mundo globalizado, também os povos geograficamente distantes são realmente o nosso próximo. Portanto, a amizade com Cristo, o Deus com rosto humano. E, por fim, o conhecimento e o reconhecimento a Deus Criador, Pai de todos nós: só abertos a este Deus, Pai comum, podemos construir um mundo justo e um mundo fraterno.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 8 de Agosto de 2007

São Gregório Nazianzeno (1)

Queridos irmãos e irmãs!

Na passada quarta-feira falei de um grande mestre da fé, o Padre da Igreja São Basílio. Hoje gostaria de falar do seu amigo Gregório de Nazianzeno, também ele, como Basílio, originário da Capadócia. Teólogo ilustre, orador e defensor da fé cristã no século IV, foi célebre pela sua eloquência, e teve também, como poeta, uma alma requintada e sensível.

Gregório nasceu de uma família nobre. A mãe consagrou-o a Deus desde o nascimento, que aconteceu por volta de 330. Depois da primeira educação familiar, frequentou as mais célebres escolas da sua época: primeiro foi a Cesareia da Capadócia, onde estreitou amizade com Basílio, futuro Bispo daquela cidade, e deteve-se em seguida noutras metrópoles do mundo antigo, como Alexandria do Egito e sobretudo Atenas, onde encontrou de novo Basílio (cf. Oratio 14-24: SC 34, 146-10). Reevocando a sua amizade, Gregório escreverá mais tarde: "Então não só eu me sentia cheio de veneração pelo meu grande Basílio devido à seriedade dos seus costumes e à maturidade e sabedoria dos seus discursos, mas induzia a fazer o mesmo também a outros, que ainda não o conheciam... Guiava-nos a mesma ansiedade de saber... Esta era a nossa competição: não quem era o primeiro, mas quem permitisse ao outro de o ser. Parecia que tínhamos uma só alma em dois corpos" (Oratio 43, 16.20: SC 34, 154-156.164). São palavras que representam um pouco o auto-retrato desta alma nobre. Mas também se pode imaginar que este homem, que estava fortemente projetado para além dos valores terrenos, tenha sofrido muito pelas coisas deste mundo.

Tendo regressado a casa, Gregório recebeu o Batismo e orientou-se para uma vida monástica: a solidão, a meditação filosófica e espiritual fascinavam-no. Ele mesmo escreverá: "Nada me parece maior do que isto: fazer calar os próprios sentidos, sair da carne do mundo, recolher-se em si mesmo, não se ocupar mais das coisas humanas, a não ser das que são estritamente necessárias; falar consigo mesmo e com Deus, levar uma vida que transcende as coisas visíveis; levar na alma imagens divinas sempre puras, sem misturar formas terrenas e erróneas; ser verdadeiramente um espelho imaculado de Deus e das coisas divinas, e tornar-se tal cada vez mais, tirando luz da luz...; gozar, na esperança presente, o bem futuro, e conversar com os anjos; ter já deixado a terra, mesmo estando na terra, transportado para o alto com o espírito" (Oratio 2, 7: SC 247, 96).

Como escreve na sua autobiografia (cf. Carmina historica 2, 1, 11 De vita sua 340-349: PG 37, 1053), recebeu a ordenação presbiteral com uma certa resistência, porque sabia que depois teria que ser Pastor, ocupar-se dos outros, das suas coisas, e portanto já não podia recolher-se só na meditação. Contudo aceitou depois esta vocação e assumiu o ministério pastoral em total obediência, aceitando, como com frequência lhe aconteceu na sua vida, ser guiado pela Providência aonde não queria ir (cf. Jo 21, 1). Em 371 o seu amigo Basílio, Bispo de Cesareia, contra o desejo do próprio Gregório, quis consagrá-lo Bispo de Sasima, uma Cidade extremamente importante da Capadócia. Mas ele, devido a várias dificuldades, nunca tomou posse dela e permaneceu na cidade de Nazianzo.

Por volta de 379, Gregório foi chamado a Constantinopla, a capital, para guiar a pequena comunidade católica fiel ao Concílio de Niceia e à fé trinitária. A maioria aderia ao contrário ao arianismo, que era "politicamente correto" e considerado pelos imperadores útil sob o ponto de vista político. Deste modo ele encontrou-se em condições de minoria, circundado por hostilidades.

Na pequena igreja de Anastasis pronunciou cinco Discursos teológicos (Orationes 27-31: SC 250, 70-343) precisamente para defender e tornar também inteligível a fé trinitária, a habilidade do raciocínio, que faz compreender realmente que esta é a lógica divina. E também o esplendor da forma os torna hoje fascinantes. Gregório recebeu, devido a estes discursos, o apelativo de "teólogo". Assim é chamado na Igreja ortodoxa: o "teólogo". E isto porque para ele a teologia não é uma reflexão meramente humana, ou muito menos apenas o fruto de especulações complicadas, mas deriva de uma vida de oração e de santidade, de um diálogo assíduo com Deus. E precisamente assim mostra à nossa razão a realidade de Deus, o mistério trinitário. No silêncio contemplativo, imbuído de admiração diante das maravilhas do mistério revelado, a alma acolhe a beleza e a glória divina.

Enquanto participava no segundo Concílio Ecumênico de 31, Gregório foi eleito Bispo de Constantinopla, e assumiu a presidência do Concílio. Mas desencadeou-se imediatamente contra ele uma grande oposição, e a situação tornou-se insustentável. Para uma alma tão sensível estas inimizades eram insuportáveis. Repetia-se o que Gregório já tinha lamentado anteriormente com palavras ardentes: "Dividimos Cristo, nós que tanto amávamos Deus e Cristo! Mentimos uns aos outros devido à Verdade, alimentámos sentimentos de ódio devido ao Amor, dividimo-nos uns dos outros!" (Oratio 6, 3: SC 405, 12). Chega-se assim, num clima de tensão, à sua demissão. Na catedral apinhada Gregório pronunciou um discurso de despedida com grande afeto e dignidade (cf Oratio 42: SC 34, 4-114). Concluía a sua fervorosa intervenção com estas palavras: "Adeus, grande cidade, amada por Cristo... Meus filhos, su-

plico-vos, guardai o depósito da fé que vos foi confiado (cf. 1 Tm 6, 20), recordai-vos dos meus sofrimentos (cf. Cl 4, 1). Que a graça do nosso Senhor Jesus Cristo esteja com todos vós" (cf. Oratio 42, 27: SC 34, 112-114).

Regressou a Nazianzo, e por cerca de dois anos dedicou-se ao cuidado pastoral daquela comunidade cristã. Depois retirou-se definitivamente em solidão na vizinha Arianzo, a sua terra natal, dedicando-se ao estudo e à vida ascética. Nesse período compôs a maior parte da sua obra poética, sobretudo autobiográfica: o De vita sua, uma releitura em versos do próprio caminho humano e espiritual, um caminho exemplar de um cristão sofredor, de um homem de grande interioridade num mundo cheio de conflitos. É um homem que nos faz sentir a primazia de Deus e por isso fala também a nós, a este nosso mundo: sem Deus o homem perde a sua grandeza, sem Deus não há verdadeiro humanismo. Por isso, ouçamos esta voz e procuremos conhecer também nós o rosto de Deus. Numa das suas poesias escrevera, dirigindo-se a Deus: "Sê benigno, Tu, o Além de tudo" (Carmina dogmatica 1, 1, 29: PG 37, 50). E em 390 Deus acolheu nos seus braços este servo fiel, que com inteligência perspicaz tinha defendido nos escritos, e com tanto amor o tinha cantado nas suas poesias.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 22 de Agosto de 2007

São Gregório Nazianzeno (2)

Queridos irmãos e irmãs!

Ao longo dos retratos dos grandes Padres e Doutores da Igreja que procuro oferecer nestas catequeses, a última vez falei de São Gregório Nazianzeno, Bispo do século IV, e hoje gostaria ainda de completar o retrato deste grande mestre. Procuraremos reunir alguns dos seus ensinamentos. Refletindo sobre a missão que Deus lhe tinha confiado, São Gregório Nazianzeno concluía: "Fui criado para me elevar até Deus com as minhas ações!" (Oratio 14, 6 de pauperum amore: PG: 35, 65). De fato, ele colocou ao serviço de Deus e da Igreja o seu talento de escritor e de orador. Compôs numerosos discursos, várias homilias e panegíricos, muitas cartas e obras poéticas (quase 1.000 versos!): uma atividade verdadeiramente prodigiosa. Tinha compreendido que era essa a missão que Deus lhe confiara: "Servo da Palavra, eu adiro ao ministério da Palavra; que eu nunca consinta o descuido deste bem. Eu aprecio esta vocação e desejo-a, ela proporciona-me mais alegria do que todas as outras coisas juntas" (Oratio 6, 5: SC 405, 134; cf. também Oratio 4, 10).

O Nazianzeno era um homem mansueto, e na sua vida procurou fazer sempre obra de paz na Igreja do seu tempo, dilacerada por discórdias e heresias. Com audácia evangélica esforçou-se por superar a própria timidez para proclamar a verdade da fé. Sentia profundamente o anseio de se aproximar de Deus, de se unir a Ele. É quanto ele mesmo expressa numa sua poesia, na qual escreve: entre as "grandes flutuações do mar da vida, aqui e além por ventos impetuosos agitado,... uma só coisa me era querida, unicamente a minha riqueza, conforto e olvido das canseiras, a luz da Trindade Santa" (Carmina historica 2, 1, 15: PG 37, 1250ss.).

Gregório fez resplandecer a luz da Trindade, defendendo a fé proclamada no Concílio de Niceia: um só Deus em três Pessoas iguais e distintas Pai, Filho e Espírito Santo "tríplice luz que num único esplendor se reúne" (Hino vespertino: Carmina historica 2, 1, 32: PG 37, 512). Portanto, afirma sempre Gregório no seguimento de São Paulo (1 Cor, 6), "para mim existe um Deus, o Pai, do qual tudo provém; um Senhor, Jesus Cristo, por meio do qual tudo existe; e um Espírito Santo, no qual tudo existe" (Oratio 39, 12: SC 35, 172).

Gregório pôs em grande relevo a humanidade plena de Cristo: para redimir o homem na sua totalidade de corpo, alma e espírito, Cristo assumiu todas as componentes da natureza humana, porque de outro modo o homem não teria sido salvo. Contra a heresia de Apolinário, o qual defendia que Jesus não tinha assumido uma alma racional, Gregório enfrenta o problema

à luz do mistério da salvação: "O que não foi assumido, não foi curado" (Ep. 101, 32: SC 20, 50), e se Cristo não tivesse sido "dotado de intelecto racional, como teria podido ser homem?" (Ep. 101, 34: SC 20, 50). Era precisamente o nosso intelecto, a nossa razão que tinha e tem necessidade da relação, do encontro com Deus em Cristo. Tornando-se homem, Cristo deu-nos a possibilidade de nos tornarmos por nossa vez como Ele. O Nazianzeno exorta: "Procuremos ser como Cristo, porque também Cristo se tornou como nós: tornar-nos deuses por meio d'Ele, dado que Ele mesmo, através de nós, se tornou homem. Assumiu sobre si o pior, para nos doar o melhor" (Oratio 1, 5: SC 247, 7).

Maria, que deu a Cristo a natureza humana, é verdadeira Mãe de Deus (Theotóos: cf. Ep. 101, 16: SC 20, 42), e em vista da sua altíssima missão foi "pré-purificada" (Oratio 3, 13: SC 35, 132, quase um distante prelúdio do dogma da Imaculada Conceição). Maria é proposta como modelo aos cristãos, sobretudo às virgens, e como socorro a ser invocada nas necessidades (cf. Oratio 24, 11: SC 22, 60-64).

Gregório recorda-nos que, como pessoas humanas, devemos ser solidários uns com os outros. Escreve: ""Todos nós somos uma só coisa no Senhor" (cf. Rm 12, 5), ricos e pobres, escravos e livres, sadios e doentes; e única é a cabeça da qual tudo provém: Jesus Cristo. E como fazem os membros de um só corpo, cada um se ocupe do outro, e todos de todos". Depois, referindo-se aos doentes e às pessoas em dificuldade, conclui: "Esta é a única salvação para a nossa carne e para a nossa alma: a caridade para com eles" (Oratio 14, de pauperum amore: PG 35, 6ab).

Gregório ressalta que o homem deve imitar a bondade e o amor de Deus, e portanto recomenda: "Se és sadio e rico, alivia a necessidade de quem é doente e pobre; se não caíste, socorre quem caiu e vive no sofrimento; se és feliz, conforta quem está triste; se tens sorte, ajuda quem está aflito pela desventura. Dá a Deus uma prova de reconhecimento, porque és um dos que podem beneficiar, e não dos que têm necessidade de ser beneficiados... Sê rico não só de bens, mas também de piedade; não só de ouro, mas de virtude, ou melhor, unicamente dela. Supera a fama do teu próximo mostrando-te melhor de todos; entrega-te a Deus pelo desaventurado, imitando a misericórdia de Deus" (Oratio 14, 26 de pauperum amore: PG 35, 92bc).

Gregório ensina-nos antes de tudo a importância e a necessidade da oração. Ele afirma que "é necessário recordar-se de Deus com mais frequência de quanto se respira" (Oratio 27, 4: PG 250, 7), porque a oração é o encontro da sede de Deus com a nossa sede. Deus tem sede de que nós tenhamos sede d'Ele (cf. Oratio 40, 27: SC 35, 260). Na oração devemos dirigir o nosso coração para Deus, a fim de nos entregarmos a Ele como oferenda para purificar e

transformar. Na oração vemos tudo à luz de Cristo, deixamos cair as nossas máscaras imergimo-nos na verdade e na escuta de Deus, alimentando o fogo do amor.

Numa poesia que é ao mesmo tempo meditação sobre a finalidade da vida e vocação implícita para Deus, Gregório escreve: "Tens uma tarefa, ó minha alma. Uma grande tarefa, se quiseres. Perscruta seriamente a ti mesma, o teu ser, o teu destino; de onde vens e onde deverás pousar; procura conhecer se é vida a que vives ou se há algo mais. Tens uma tarefa, ó minha alma, portanto purifica a tua vida: considera, por favor, Deus e os seus mistérios, indaga o que há antes deste universo e o que ele é para ti, de onde veio, e qual será o seu destino. Eis a tua tarefa, ó minha alma, purifica, portanto a tua vida" (Carmina historica 2, 1, 7: PG 37, 1425-1426). Continuamente o Santo Bispo pede ajuda a Cristo, para se erguer e retomar o caminho: "Fui desiludido, ó meu Cristo, pelo meu demasiado presumir: das alturas caí muito em baixo. Mas eleva-me de novo agora, porque vejo que por mim próprio me enganei; se ainda confiar demais em mim mesmo, cairei de novo, e a queda será fatal" (Carmina historica 2, 1, 67: PG 37, 140).

Portanto, Gregório sentiu a necessidade de se aproximar de Deus para superar o cansaço do próprio eu. Experimentou o impulso da alma, a vivacidade de um espírito sensível e a instabilidade da felicidade efémera. Para ele, no drama de uma vida sobre a qual pesava a consciência da própria debilidade e da própria miséria, a experiência do amor de Deus sempre teve a supremacia.

Tens uma tarefa, alma diz São Gregório também a nós a tarefa de encontrar a verdadeira luz, de encontrar a verdadeira altura da tua vida. E a tua vida é encontrar-te com Deus, que tem sede da nossa sede.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 29 de Agosto de 2007

São Gregório de Nissa (1)

Queridos irmãos e irmãs!

Nas últimas catequeses falei de dois grandes Doutores da Igreja do século IV, Basílio e Gregório Nazianzeno, Bispo na Capadócia, na atual Turquia. Hoje acrescento um terceiro, o irmão de Basílio, São Gregório de Nissa, que mostrou ser homem de carácter meditativo, com grandes capacidades de reflexão, e com uma inteligência vivaz, aberta à cultura do seu tempo. Revelou-se assim um pensador original e profundo na história do cristianismo.

Nasceu por volta de 335; a sua formação cristã foi cuidada particularmente pelo irmão Basílio por ele definido "pai e mestre" (Ep. 13, 4; SC 363, 19) e pela irmã Macrina. Realizou os estudos, apreciando particularmente a filosofia e a retórica. Num primeiro tempo dedicou-se ao ensino e casou-se. Depois também ele, como o irmão e a irmã, se dedicou totalmente à vida ascética. Mais tarde foi eleito Bispo de Nissa, e demonstrou-se um pastor zeloso, a ponto de atrair a estima da comunidade. Acusado de má administração econômica pelos adversários heréticos, teve que abandonar por um período breve a sua sede episcopal, mas regressou depois em triunfo (cf. Ep. 6: SC 363, 164-170), e continuou a empenhar-se na luta para defender a verdadeira fé.

Sobretudo depois da morte de Basílio, quase recebendo a sua herança espiritual, cooperou no triunfo da ortodoxia. Participou em vários sínodos; procurou resolver os contrastes entre as Igrejas; participou ativamente na reorganização eclesiástica e, como "coluna da ortodoxia", foi um protagonista do Concílio de Constantinopla de 31, que definiu a divindade do Espírito Santo.

Desempenhou vários cargos oficiais que lhe foram confiados pelo imperador Teodósio, pronunciou importantes homilias e discursos fúnebres, dedicou-se a compor várias obras teológicas. Em 394 participou ainda num sínodo realizado em Constantinopla. Não se conhece a data da sua morte.

Gregório expressa com clareza a finalidade dos seus estudos, a finalidade suprema que se propunha no seu trabalho de teólogo: não empregar a vida em coisas vãs, mas encontrar a luz que permita discernir o que é verdadeiramente útil (cf. In Ecclesiasten hom. 1: SC 416, 106-146). Encontrou este bem supremo, no cristianismo, graças ao qual é possível "a imitação da natureza divina" (De professione christiana: PG 46, 244C). Com a sua inteligência perspicaz e com os seus vastos conhecimentos filosóficos e teológicos, defendeu a fé cristã contra os he-

reges, que negavam a divindade do Filho e do Espírito Santo (como Eunómio e os macedónios), ou comprometiam a humanidade perfeita de Cristo (como Apolinário). Comentou a Sagrada Escritura, detendo-se sobre a criação do homem. Este era para ele um tema central: a criação. Via na criatura o reflexo do Criador e encontrava aqui o caminho para Deus. Mas escreveu também um importante livro sobre a vida de Moisés, que apresenta como homem a caminho para Deus: esta subida ao Monte Sinai torna-se para ele uma imagem da nossa subida da vida humana para a vida verdadeira, para o encontro com Deus. Ele interpretou também a oração do Senhor, o Pai-Nosso, e as Bem-Aventuranças. No seu "Grande discurso catequético" (Oratio catechetica magna) exps as linhas fundamentais da teologia, não para uma teologia acadêmica fechada em si mesma, mas para oferecer aos catequistas um sistema de referência a ter presente nas suas instruções, quase o quadro no qual se move depois a interpretação pedagógica da fé.

Além disso, Gregório é insigne pela sua doutrina espiritual. Toda a sua teologia não era uma reflexão acadêmica, mas expressão de uma vida espiritual, de uma vida de fé vivida. Como grande "pai da mística" perspectivou em vários tratados como o De professione christiana e o De perfectione christiana o caminho que os cristãos devem empreender para alcançar a vida verdadeira, a perfeição. Exaltou a virgindade consagrada (De virginitate), e props um seu modelo insigne na vida da irmã Macrina, que para ele permaneceu sempre uma guia, um exemplo (cf. Vita Macrinae). Proferiu vários discursos e homilias e escreveu numerosas cartas.

Comentando a criação do homem, Gregório ressaltou que Deus, "o melhor dos artistas, forja a nossa natureza de modo a torná-la apta para a prática da realeza. Através da superioridade estabelecida pela alma, e através da própria conformação do corpo, Ele dispõe as coisas de maneira que o homem seja realmente adequado para o poder real" (De hominis opificio 4: PG 44, 136B). Mas vemos como o homem, na rede dos pecados, muitas vezes abusa da criação e não exerce uma verdadeira realeza. Por isso, de fato, para realizar uma verdadeira responsabilidade para com as criaturas, deve estar imbuído de Deus e viver na sua luz. De fato, o homem é um reflexo daquela beleza originária que é Deus: "Tudo o que Deus criou era muito bom", escreve o santo Bispo. E acrescenta: "Disto dá testemunho a narração da criação (cf. Gn 1, 31). Entre as coisas muito boas estava também o homem, ornamentado com uma beleza muito superior a todas as coisas belas. Com efeito, o que mais poderia ser belo na mesma medida de quem era semelhante à beleza pura e incorruptível?... Reflexo e imagem da vida eterna, ele era verdadeiramente belo, aliás muito belo, com o sinal radiante da vida sobre o seu rosto" (Homilia in Canticum 12: PG 44, 1020C).

O homem foi honrado por Deus e colocado acima de todas as outras criaturas: "Não foi o céu a ser feito à imagem de Deus, nem a lua, nem o sol, nem a beleza das estrelas, nem qualquer uma das outras coisas que existem na criação. Só tu (a alma humana) foste tornada imagem da natureza que domina qualquer intelecto, semelhança da beleza incorruptível, sinal da verdadeira divindade, receptáculo da vida feliz, imagem da verdadeira luz, na qual, olhando para ela, te tornas aquilo que Ele é, porque por meio do raio refletido proveniente da tua pureza imitas Aquele que brilha em ti. Nenhuma outra coisa que existe é tão grande que se possa comparar com a tua grandeza" (Homilia in Canticum 2: PG 44, 05D). Meditemos este elogio do homem. Vemos também como o homem é degradado pelo pecado. E procuremos voltar à grandeza originária: só se Deus estiver presente, o homem alcança esta sua verdadeira grandeza.

Portanto, o homem reconhece dentro de si o reflexo da luz divina: purificando o seu coração, ele volta a ser, como era no princípio, uma imagem límpida de Deus, Beleza exemplar (cf. Oratio catechetica 6: SC 453, 174). Assim o homem, purificando-se, pode ver Deus, como os puros de coração (cf. Mt 5,): "Se, com um nível de vida diligente e atento, lavares as impurezas que se depositaram no teu coração, resplandecerá em ti a beleza divina... Contemplando a ti mesmo, verás em ti Aquele que é o desejo do teu coração, e serás feliz" (De beatitudinibus, 6: PG 44, 1272AB). Portanto: lavar as impurezas que se depositaram no nosso coração e reencontrar em nós mesmos a luz de Deus.

Portanto o homem tem como finalidade a contemplação de Deus. Só nela poderá encontrar a sua satisfação. Para antecipar em certa medida este objetivo já nesta vida, ele deve progredir incessantemente para uma vida espiritual, uma vida de diálogo com Deus. Por outras palavras e é esta a lição mais importante que São Gregório de Nissa nos dá a realização plena do homem consiste na santidade, numa vida vivida no encontro com Deus, que assim se torna luminosa também para os outros, também para o mundo.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 5 de Setembro de 2007

São Gregório de Nissa (2)

Queridos irmãos e irmãs!

Proponho-vos alguns aspectos da doutrina de São Gregório de Nissa, do qual já falámos na quarta-feira passada. Antes de tudo, Gregório de Nissa manifesta uma concepção muito elevada da dignidade do homem. O fim do homem, diz o santo Bispo, é tornar-se semelhante a Deus, e este fim alcança-o sobretudo através do amor, do conhecimento e da prática das virtudes, "raios luminosos que provêm da natureza divina" (De beatitudinibus 6: PG 44, 1272C), num movimento perpétuo de adesão ao bem, como o corredor está inclinado para a frente. Gregório usa, a este propósito, uma imagem eficaz, já presente na Carta de Paulo aos Filipenses: épeteinómenos (3, 13), isto é "inclinando-me" para o que é maior, para a verdade e o amor. Esta expressão icástica indica uma realidade profunda: a perfeição que desejamos encontrar não é uma coisa conquistada para sempre; perfeição é este permanecer a caminho, é uma contínua disponibilidade a ir em frente, porque nunca se alcança a semelhança plena com Deus; estamos sempre a caminho (cf. Homilia in Canticum 12: PG 44, 1025d). A história de cada alma é a de um amor sempre colmado, e ao mesmo tempo aberto a novos horizontes, porque Deus dilata continuamente as possibilidades da alma, para a tornar capaz de bens sempre maiores. O próprio Deus, que depôs em nós os germes de bem, e do qual parte qualquer inciativa de santidade, "modela o bloco... Limando e limpando o nosso espírito, forma em nós o Cristo" (In Psalmos 2, 11; PG 44, 544B). Gregório preocupa-se por esclarecer: "De fato, não é obra nossa, nem sequer o êxito de um poder humano tornar-se semelhantes à Divindade, mas é o resultado da munificência de Deus, que desde a sua primeira origem ofereceu à nossa natureza a graça da semelhança com Ele" (De virginitate 12, 2: SC 119, 40-410). Portanto, para a alma "não se trata de conhecer algo de Deus, mas de ter em si Deus" (De beatitudinibus 6: PG 44, 1269c). De resto, observa perspicazmente Gregório, "a divindade é pureza, é libertação das paixões e eliminação de qualquer mal: se todas estas coisas estão em ti, Deus está realmente em ti" (De beatitudinibus 6: PG 44, 1272C).

Quando temos Deus em nós, quando o homem ama Deus, por aquela reciprocidade que é própria da lei do amor, ele deseja aquilo que o próprio Deus deseja (cf. Homilia in Canticum 9: PG 44, 956ac), e por conseguinte coopera com Deus para modelar em si a imagem divina, de modo que "o nosso nascimento espiritual é o resultado de uma livre opção, e nós somos de certa forma os genitores de nós próprios, criando-nos como nós mesmos queremos ser, e por

nossa vontade formando-nos segundo o modelo que escolhemos" (Vita Moysis 2, 3: SC 1bis, 10). A fim de ascender para Deus, o homem deve purificar-se: "A vida, que conduz à natureza humana para o céu, mais não é do que o afastamento dos males deste mundo... Tornar-se semelhante a Deus significa tornar-se justo, santo e bom... Portanto, se segundo Eclesiastes (5, 1), "Deus está no céu" e se, segundo o profeta (Sl 72, 2), vós "aderis a Deus", isso obriga-vos necessariamente a estar onde está Deus, porque estais unidos a Ele. Visto que Ele vos deu o mandamento de que, quando rezais, chameis Deus Pai, diz-vos que vos torneis sem dúvida semelhantes ao vosso Pai celeste, com uma vida digna de Deus, como o Senhor nos ordena mais claramente noutra parte, dizendo: "Sede perfeitos como é perfeito o vosso Pai celeste!" (Mt 5, 4)" (De oratione dominica 2: PG 44, 1145ac).

Neste caminho de ascensão espiritual, Cristo é o modelo e o mestre, que nos mostra a bela imagem de Deus (cf. De perfectione christiana: PG 46, 272a). Cada um de nós, olhando para Ele, se torna "o pintor da própria vida", que tem a vontade como executora do trabalho e as virtudes como cores das quais se servir (ibid.: PG 46, 272b). Portanto, se o homem é considerado digno do nome de Cristo, como se deve comportar? Gregório responde assim: "Deve examinar sempre no seu íntimo os próprios pensamentos, as próprias palavras e ações, para ver se estão orientadas para o Senhor ou se se afastam dele" (ibid.: PG 46, 24c). E este ponto é importante para o valor que dá à palavra cristão. Cristão é alguém que tem o nome de Cristo e portanto deve parecer-se com Ele também na vida. Nós, cristãos, com o Batismo assumimos uma grande responsabilidade. Mas Cristo recorda Gregório está presente também nos pobres, razão pela qual eles nunca devem ser ultrajados: "Não desprezar aqueles que jazem deitados, como se por isso nada valessem. Considera quem são, e descobrirás qual é a sua dignidade: eles representam a Pessoa do Salvador. E é assim: porque o Senhor, na sua bondade, lhes emprestou a sua própria Pessoa, para que, por meio dela, se sintam compadecidos todos os que têm os corações endurecidos e são inimigos dos pobres" (De pauperibus amandis: PG 46, 460bc). Gregório, como dissemos, fala de subida: subida para Deus na oração mediante a pureza do coração; mas subida para Deus também mediante o amor ao próximo. O amor é a escada que guia para Deus. Por conseguinte, o Nisseno exorta vivazmente cada um dos seus ouvintes: "Sê generoso com estes irmãos, vítimas da desventura. Dá ao faminto aquilo de que te privas" (ibid.: PG 46, 457c).

Com muita clareza Gregório recorda que todos dependemos de Deus, e por isso exclama: "Não penseis que tudo é vosso! Deve haver também uma parte para os pobres, os amigos de Deus. De fato, a verdade é que tudo provém de Deus, Pai universal, e que nós somos irmãos, e pertencemos à mesma raça" (ibid.: PG 46, 465b). E então o cristão examine-se, insiste ainda

Gregório: "Mas para que te serve jejuar e fazer abstinência da carne, se depois com a tua malvadez agrides o teu irmão? Que vantagem tiras, perante Deus, do fato de não comeres do teu, se depois, agindo como injusto, arrancas das mãos dos pobres o que é seu?" (ibid.: PG 46,456a).

Concluamos estas nossas catequeses sobre os três grandes Padres Capadócios recordando mais uma vez este aspecto importante da doutrina espiritual de Gregório de Nissa, que é a oração. Para progredir no caminho rumo à perfeição e acolher Deus em si, levar em si o Espírito Santo, o amor de Deus, o homem deve dirigir-se a Ele com confiança na oração: "Através da oração conseguimos estar com Deus. Mas quem está com Deus está longe do inimigo. A oração é apoio e defesa da castidade, impedimento para a ira, apaziguamento e domínio da soberba. A oração é guarda da virgindade, proteção da fidelidade no matrimônio, esperança para quantos vigiam, abundância de frutos para os agricultores, segurança para os navegantes" (De oratione dominica 1: PG 44, 1124A-B). O cristão reza inspirando-se sempre na oração do Senhor: "Se queremos portanto rezar para que desça sobre nós o Reino de Deus, peçamos-lhe isto com o poder da Palavra: que eu seja afastado da corrupção, libertado da morte, libertado das correntes do erro; nunca reine a morte sobre mim, nunca tenha poder sobre nós a tirania do mal, nunca me domine o adversário nem me faça prisioneiro através do pecado, mas desça sobre mim o teu Reino, para que se afastem de mim ou, ainda melhor, se anulem as paixões que agora me dominam e comandam" (ibid., 3: PG 44, 1156d-1157a).

Tendo terminado a sua vida terrena, o cristão poderá assim dirigir-se com serenidade para Deus. Falando disto São Gregório pensa na morte da irmã Macrina e escreve que ela no momento da morte assim rezava a Deus: "Tu que na terra tens o poder de perdoar os pecados "perdoa-me, para que eu possa ter repouso" (Sl 3, 14), e para que, diante de ti, eu seja sem mancha, no momento em que for despojada do meu corpo (cf. Cl 2, 11), de forma que o meu espírito, santo e imaculado (cf. Ef 5, 27), seja recebido nas tuas mãos, "como incenso diante de ti" (Sl 140, 2)" (Vita Macrinae 24: SC 17, 224). Este ensinamento de São Gregório permanece válido sempre: não só falar de Deus, mas levar Deus em si. Façamo-lo com o compromisso da oração e vivendo no espírito do amor por todos os nossos irmãos.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 12 de Setembro de 2007

Viagem Apostólica à Áustria

Queridos irmãos e irmãs!

Pretendo hoje deter-me a refletir sobre a visita pastoral que tive a alegria de realizar nos dias passados na Áustria, País que me é particularmente familiar, quer porque é confinante com a minha terra natal, quer pelos numerosos contatos que com ele sempre tive. Motivo específico desta visita era o 50 aniversário do Santuário de Mariazell, o mais importante da Áustria, predileto também das outras Nações limítrofes. Tratou-se portanto antes de tudo de uma peregrinação, que teve como lema "Contemplar Cristo": ir ao encontro de Maria que nos mostra Jesus. Agradeço de coração ao Cardeal Schönborn, Arcebispo de Viena, e a todo o Episcopado do País pelo grande empenho com que prepararam e seguiram a minha visita. Agradeço ao Governo austríaco e a todas as Autoridades civis e militares que prestaram a sua válida colaboração; em particular, agradeço ao Senhor Presidente Federal pela cordialidade com que me acolheu e acompanhou nos vários momentos da visita. A primeira etapa foi na Mariensule, histórica coluna sobre a qual está colocada a imagem da Virgem Imaculada: ali encontrei milhares de jovens e iniciei a minha peregrinação. Depois fui também à Judenplatz para prestar homenagem ao monumento que recorda o Shoah.

Tendo em consideração a história da Áustria e das suas relações estreitas com a Santa Sé, assim como a importância de Viena na política internacional, o programa desta minha viagem pastoral previu encontros com o Presidente da República e com o Corpo Diplomático. Trata-se de ocasiões preciosas, nas quais o Sucessor de Pedro tem a possibilidade de exortar os responsáveis das nações a favorecer sempre a causa da paz e do autêntico desenvolvimento econômico e social.

Olhando especialmente para a Europa, renovei o meu encorajamento a prosseguir o atual processo de unificação com base nos valores inspirados no patrimônio cristão comum. Mariazell, de resto, é um dos símbolos do encontro dos povos europeus ao redor da fé cristã. Como esquecer que a Europa é portadora de uma tradição de pensamento que mantém unidos fé, razão e sentimento? Filósofos ilustres, também independentemente da fé, reconheceram o papel central desempenhado pelo cristianismo para preservar a consciência moderna de derivas niilistas ou fundamentalistas. O encontro com as Autoridades políticas e diplomáticas em Viena foi portanto muito propício para inserir a minha viagem apostólica no contexto atual do continente europeu.

A peregrinação verdadeira realizei-a no dia de sábado, de Setembro, festa da Natividade de Maria, à qual se intitula o Santuário de Mariazell. Ele teve origem em 1157, quando um monge beneditino da vizinha Abadia de São Lambrecht, enviado a pregar naquele lugar, experimentou o socorro prodigioso de Maria, da qual levava consigo uma pequena imagem de madeira. O nicho (Zell) onde o monge colocou a imagem, tornou-se em seguida meta de peregrinações e, ao longo de dois séculos, foi edificado um importante santuário, onde ainda hoje se venera Nossa Senhora das Graças, chamada Magna Mater Austriae. Foi para mim uma grande alegria voltar como Sucessor de Pedro àquele lugar santo e tão querido ao povo da Europa centro-oriental. Ali admirei a coragem exemplar de milhares de peregrinos que, não obstante a chuva e o frio, quiseram estar presentes nesta circunstância celebrativa, com grande alegria e fé, e onde lhes apresentei o tema central da minha visita: "Contemplar Cristo", tema que os Bispos da Áustria tinham sabiamente aprofundado no itinerário de preparação que durou nove meses. Mas só quando chegamos ao Santuário compreendemos plenamente o sentido daquele lema: contemplar Jesus. Apresentavam-se diante de nós a imagem de Nossa Senhora que com uma mão indica Jesus Menino, e no alto, em cima do altar da Basílica, o Crucifixo. Ali a nossa peregrinação alcançou a sua meta: contemplamos o rosto de Deus naquele Menino nos braços da Mãe e naquele Homem com os braços abertos. Contemplar Jesus com os olhos de Maria significa encontrar Deus-Amor, que por nós se fez homem e morreu na cruz.

No final da Missa em Mariazell, conferi o "mandato" aos componentes dos Conselhos pastorais paroquiais, que foram recentemente renovados em toda a Áustria. Um eloquente gesto eclesial, com o qual coloquei sob a proteção de Maria a grande "rede" das paróquias ao serviço da comunhão e da missão. Vivi depois no Santuário momentos de fraternidade jubilosa com os Bispos do País e com a Comunidade beneditina. Encontrei-me com os sacerdotes, os religiosos, os diáconos e os seminaristas e com eles celebrei as Vésperas. Espiritualmente unidos a Maria, louvamos ao Senhor pela humilde dedicação de tantos homens e mulheres que confiam na sua misericórdia e se consagram ao serviço de Deus. Estas pessoas, apesar dos seus limites humanos, aliás, precisamente na simplicidade e na humildade da sua humanidade, esforçam-se por oferecer a todos um reflexo da bondade e da beleza de Deus, seguindo Jesus no caminho da pobreza, da castidade e da obediência, três votos que devem ser bem compreendidos no seu autêntico significado cristológico, não individualista mas relacional e eclesial.

Depois, na manhã de domingo, celebrei a solene Eucaristia na Catedral de Santo Estêvão em Viena. Na homilia, eu quis aprofundar de modo particular o significado e o valor do Domingo, em apoio ao movimento "Aliança em defesa do domingo livre". A este movimento aderem também pessoas e grupos não cristãos. Como crentes, naturalmente, temos profundas

motivações para viver o Dia do Senhor, do modo como a Igreja nos ensinou. "Sine dominico non possumus!": sem o Senhor e sem o seu Dia não podemos viver, declararam os mártires de Abitínia (atual Tunísia) no ano de 304. Também nós, cristãos dos anos dois mil, não podemos viver sem o Domingo: um dia que dá sentido ao trabalho e ao repouso, atualiza o significado da criação e da redenção, expressa o valor da liberdade e do serviço ao próximo... tudo isto é o domingo: muito mais que um preceito! Se as populações de antiga civilização cristã abandonam este significado e deixam que o domingo se limite a um fim-de-semana ou uma ocasião para interesses mundanos e comerciais, significa que decidiram renunciar à própria cultura. Não distante de Viena encontra-se a Abadia de Heiligenkreuz, da Santa Cruz, e foi para mim uma alegria visitar aquela comunidade florescente de monges cistercienses, que existe ininterruptamente desde há 74 anos! Anexada à Abadia está a Escola Superior de Filosofia e Teologia, que adquiriu há pouco o título de "Pontifícia". Dirigindo-me em particular aos monges, recordei o grande ensinamento de São Bento sobre o Ofício divino, ressaltando o valor da oração como serviço de louvor e de adoração devido a Deus pela sua infinita beleza e bondade. Nada se deve antepor a este serviço sagrado diz a Regra beneditina (43, 3) de modo que toda a vida, com os tempos do trabalho e do repouso, seja recapitulada na liturgia orientada para Deus. Também o estudo teológico não pode ser separado da vida espiritual e da oração, como defendeu com vigor precisamente São Bernardo de Claraval, pai da Ordem cisterciense. A presença da Academia de Teologia ao lado da Abadia confirma esta ligação entre fé e razão, entre coração e mente.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 19 de Setembro de 2007

São João Crisóstomo (1)

Queridos irmãos e irmãs!

Celebra-se este ano o 16º centenário da morte de São João Crisóstomo (407-2007). Pode-se dizer que João de Antioquia, chamado Crisóstomo, isto é "Boca de ouro", ainda hoje está vivo devido à sua eloquência e também às suas obras. Um copista anônimo deixou escrito que elas "atravessam toda a terra como relâmpagos buliçosos". Os seus escritos permitem também a nós, como aos fiéis do seu tempo, que foram repetidamente privados dele por causa dos seus exílios, de viver com os seus livros, apesar da sua ausência. Foi quanto ele próprio sugeriu do exílio numa sua carta (cf. A Olimpiade, Carta, 45).

Nascido por volta de 349 em Antioquia da Síria (hoje Antaaya, no sul da Turquia), ali desempenhou o ministério presbiteral durante onze anos, até 397, quando, nomeado Bispo de Constantinopla, exerceu na capital do Império o ministério episcopal antes dos dois exílios, que foram um a pouco tempo do outro, entre 403 e 407. Limitamo-nos hoje a considerar os anos antioquenos de Crisóstomo.

Tendo ficado órfão de pai em tenra idade, viveu com a mãe, Antusa, que lhe transmitiu uma requintada sensibilidade humana e uma profunda fé cristã. Tendo frequentado os estudos primários e superiores, coroados pelos cursos de filosofia e retórica, teve como mestre Libânio, pagão, o mais célebre mestre de retórica da época. Na sua escola, João tornou-se o maior orador da antiguidade grega tardia. Batizado em 36 e formado na vida eclesiástica pelo Bispo Melézio, foi por ele instituído leitor em 371. Este acontecimento marcou a entrada oficial de Crisóstomo no cursus eclesiástico. Frequentou, de 367 a 372, o asceterio, uma espécie de seminário de Antioquia, juntamente com um grupo de jovens, alguns dos quais se tornaram depois Bispos, sob a guia do famoso exegeta Diodoro de Tarso, que iniciou João na exegese histórico-literária, característica da tradição antioquena.

Retirou-se depois durante quatro anos entre os eremitas no vizinho monte Silpio. Prosseguiu aquele retiro por outros dois anos, que viveu sozinho numa gruta sob a orientação de um "idoso". Naquele período dedicou-se totalmente à meditação "das leis de Cristo", dos Evangelhos e especialmente das Cartas de Paulo. Tendo adoecido, encontrou-se impossibilitado de se curar sozinho, e por isso teve que regressar à comunidade cristã de Antioquia (cf. Palladio, Vita 5). O Senhor explica o biógrafo interveio com a enfermidade no momento justo para permitir que João seguisse a sua verdadeira vocação. De fato, escreverá ele mesmo que, colocado na

alternativa de escolher entre as adversidades do governo da Igreja e a tranquilidade da vida monástica, teria preferido mil vezes o serviço pastoral (cf. Sul sacerdocio, 6, 7): precisamente para isto Crisóstomo se sentia chamado. E realiza-se aqui a mudança decisiva da sua história vocacional: pastor de almas a tempo inteiro! A intimidade com a Palavra de Deus, cultivada durante os anos do eremitério, tinha amadurecido nele a urgência irresistível de pregar o Evangelho, de doar aos outros o que tinha recebido nos anos da meditação. O ideal missionário lançou-o assim, alma de fogo, no cuidado pastoral.

Entre 37 e 379 regressou à cidade. Diácono em 31 e presbítero em 36, tornou-se célebre pregador nas igrejas da sua cidade. Pronunciou homilias contra os arianos, seguidas pelas comemorativas dos mártires antioquenos e por outras sobre as principais festas litúrgicas: tratase de um grande ensinamento da fé em Cristo, também à luz dos seus Santos. O ano de 37 foi "o ano heróico" de João, o da chamada "revolta das estátuas". O povo derrubou as estátuas imperiais, em sinal de protesto contra o aumento das taxas. Naqueles dias de Quaresma e de angústia por causa das punições infligidas por parte do imperador, ele pronunciou as suas 22 vibrantes homilias sobre as estátuas, finalizadas à penitência e à conversão. Seguiu-se o período da serena atividade pastoral (37-397).

Crisóstomo coloca-se entre os Padres mais fecundos: dele chegaram até nós 17 tratados, mais de 700 homilias autênticas, os comentários a Mateus e a Paulo (Cartas aos Romanos, aos Coríntios, aos Efésios e aos Hebreus), e 241 cartas. Não foi um teólogo especulativo. Mas transmitiu a doutrina tradicional e segura da Igreja numa época de controvérsias teológicas suscitadas sobretudo pelo arianismo, isto é, pela negação da divindade de Cristo. Portanto, ele é uma testemunha credível do desenvolvimento dogmático alcançado pela Igreja nos séculos IV-V. A sua é uma teologia requintadamente pastoral, na qual é constante a preocupação da coerência entre o pensamento expresso pela palavra e a vivência existencial. É este, em particular, o fio condutor das maravilhosas catequeses, com as quais preparava os catecúmenos para receber o Batismo.

Próximo da morte, escreveu que o valor do homem consiste no "conhecimento exato da verdadeira doutrina e na retidão da vida" (Carta do exílio). As duas coisas, conhecimento da verdade e retidão na vida, caminham juntas: o conhecimento deve traduzir-se em vida. Cada uma das suas intervenções tinha sempre por finalidade desenvolver nos fiéis o exercício da inteligência, da verdadeira razão, para compreender e traduzir em prática as exigências morais e espirituais da fé.

João Crisóstomo preocupa-se por acompanhar com os seus escritos o desenvolvimento integral da pessoa, nas dimensões física, intelectual e religiosa. As várias fases do crescimento

são comparadas a outros tantos mares de um oceano imenso: "O primeiro destes mares é a infância" (Homilia 1, 5 sobre o Evangelho de Mateus). De fato "precisamente nesta primeira idade se manifestam as inclinações para o vício e para a virtude". Por isso a lei de Deus deve ser desde o início impressa na alma "como numa tábua de cera" (Homilia 3, 1 sobre o Evangelho de João): de fato esta é a idade mais importante. Devemos ter presente como é fundamental que nesta primeira fase da vida entrem realmente no homem as grandes orientações que dão perspectiva justa à existência. Por isso Crisóstomo recomenda: "Precavei as crianças desde a mais tenra idade com armas espirituais, e ensinai-lhes a persignar a fronte com a mão" (Homilia 12, 7 sobre a primeira Carta aos Coríntios). Vêm depois a adolescência e a juventude: "à infância segue-se o mar da adolescência, onde os ventos sopram violentos..., porque cresce em nós... a concupiscência" (Homilia 1, 5 sobre o Evangelho de Mateus). Por fim, chegam o noivado e o matrimônio: " juventude segue-se a idade da pessoa madura, na qual chegam os compromissos de família: é o tempo de procurar esposa" (ibid.). Do matrimônio, ele recorda as finalidades, enriquecendo-as com a referência à virtude da temperança de uma rica trama de relações personalizadas. Os esposos bem preparados impedem o caminho do divórcio: tudo se desenvolve com alegria e podem-se educar os filhos para a virtude. Depois, quando nasce o primeiro filho, ele é "como uma ponte; os três tornam-se uma só carne, porque o filho une as duas partes" (Homilia 12, 5 sobre a Carta aos Colossenses), e os três constituem "uma família, pequena Igreja" (Homilia 20, 6 sobre a Carta aos Efésios).

A pregação de Crisóstomo realizava-se habitualmente durante a liturgia, "lugar" no qual a comunidade se constrói com a Palavra e com a Eucaristia. Nela, a assembleia reunida expressa a única Igreja (Homilia, 7 sobre a Carta aos Romanos), a mesma palavra dirige-se em qualquer lugar a todos (Homilia 24, 2 sobre a primeira Carta aos Coríntios), e a comunhão eucarística torna-se sinal eficaz de unidade (Homilia 32, 7 sobre o Evangelho de Mateus). O seu projeto pastoral estava inserido na vida da Igreja, na qual os fiéis leigos com o Batismo assumem o ofício sacerdotal, real e profético. Ele diz ao fiel leigo: "Também a ti o Batismo torna rei, sacerdote e profeta" (Homilia 3, 5 sobre a segunda Carta aos Coríntios). Provém daqui o dever fundamental da missão, porque cada um de certa forma é responsável da salvação dos outros: "Este é o princípio da nossa vida social... não nos interessarmos apenas de nós!" (Homilia 9, 2 sobre o Gênesis). Tudo isto se desenvolve entre dois pólos: a grande Igreja e a "pequena Igreja", a família, em relação recíproca.

Como podeis ver, queridos irmãos e irmãs, esta lição de Crisóstomo sobre a presença autenticamente cristã dos fiéis na família e na sociedade, permanece ainda hoje atual como nunca. Rezemos ao Senhor para que nos torne dóceis aos ensinamentos deste grande Mestre da fé.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 26 de Setembro de 2007

São João Crisóstomo (2)

Queridos irmãos e irmãs!

Continuamos hoje a nossa reflexão sobre São João Crisóstomo. Depois do período passado em Antioquia, em 397 ele foi nomeado Bispo de Constantinopla, a capital do Império romano do Oriente. Desde o início, João projetou a reforma da sua Igreja: a austeridade do palácio episcopal devia servir de exemplo para todos clero, viúvas, monges, palacianos e ricos.

Infelizmente, muitos destes, atingidos pelos seus juízos, afastaram-se dele. Solícito pelos pobres, João foi chamado também "Esmoler". De fato, como administrador atento ele conseguiu criar instituições caritativas muito apreciadas. O seu arrojo nos vários âmbitos fez com que ele se tornasse para alguns um rival perigoso. Ele, contudo, como verdadeiro Pastor, tratava todos de modo cordial e paterno. Sobretudo, destinava considerações sempre ternas às mulheres e cuidados especiais ao matrimônio e à família. Convidava os fiéis a participar na vida litúrgica, por ele tornada esplendorosa e atraente com genial criatividade.

Não obstante o coração generoso, não teve uma vida tranquila. Pastor da capital do Império, viu-se com frequência envolvido em questões e intrigas políticas, devido aos seus contínuos relacionamentos com as autoridades e as instituições civis. Depois, a nível eclesiástico foi acusado de ter superado os confins da própria jurisdição, e tornou-se assim alvo de fáceis acusações. Outro pretexto contra ele foi a presença de alguns monges egípcios, excomungados pelo patriarca Teófilo de Alexandria que se refugiaram em Constantinopla. Uma acesa polêmica foi depois originada pelas críticas feitas por Crisóstomo à imperatriz Eudóxia e às suas palacianas, que reagiram desacreditando-o e insultando-o. Chegou-se assim à sua deposição, no sínodo organizado pelo mesmo patriarca Teófilo em 403, com a consequente condenação ao primeiro breve exílio. Depois do seu regresso, a hostilidade suscitada contra ele desde o protesto contra as festas em honra da imperatriz que o Bispo considerava como festas pagãs, sumptuosas e a expulsão dos presbíteros encarregados dos Baptismos na Vigília pascal de 404 marcaram o início da perseguição de Crisóstomo e dos seus seguidores, os chamados "Joanitas".

Então João denunciou através de carta os fatos ao Bispo de Roma, Inocêncio I. Mas já era demasiado tarde. No ano de 406 teve de novo que se refugiar no exílio, desta vez em Cucusa, na Arménia. O Papa estava convencido da sua inocência, mas não tinha o poder de o ajudar. Um Concílio, querido por Roma para uma pacificação entre as duas partes do Império e entre

as suas Igrejas, não pôde ser realizado. O deslocamento extenuante de Cucusa para Pytius, meta nunca alcançada, devia impedir as visitas dos fiéis e interromper a resistência do exiliado extenuado: a condenação ao exílio foi uma verdadeira condenação à morte! São comovedoras as numerosas cartas do exílio, nas quais João manifesta as suas preocupações pastorais com tonalidades de participação e de sofrimento pelas perseguições contra os seus. A marcha rumo à morte terminou em Comano no Ponto. Aqui, João moribundo, foi levado para a capela do mártir São Basilisco, onde rendeu a alma a Deus e foi sepultado, mártir ao lado do mártir (Palladio, Vita 119). Era o dia 14 de Setembro de 407, festa da Exaltação da Santa Cruz. A reabilitação teve lugar em 43 com Teodósio II. As relíquias do santo Bispo, colocadas na igreja dos Apóstolos em Constantinopla, foram depois trasladadas em 1204 para Roma, para a primitiva Basílica constantiniana, e agora jazem na capela do Coro dos Cônegos da Basílica de São Pedro. A 24 de Agosto de 2004 uma considerável parte delas foi doada pelo Papa João Paulo II ao Patriarca Bartolomeu I de Constantinopla. A memória litúrgica do santo celebra-se a 13 de Setembro. O beato João XXIII proclamou-o padroeiro do Concílio Vaticano II.

Foi dito acerca de João Crisóstomo que, quando foi colocado no trono da Nova Roma, isto é, Constantinopla, Deus mostrou nele um segundo Paulo, um doutor do Universo. Na realidade, em Crisóstomo há uma unidade substancial de pensamento e de ação tanto em Antioquia como em Constantinopla. Mudam só o papel e as situações. Meditando sobre as oito obras realizadas por Deus no suceder-se dos seis dias no comentário do Gênesis, Crisóstomo deseja reconduzir os fiéis da criação ao criador: "É um grande bem", diz, "conhecer o que é a criatura e o que é o Criador".

Mostra-nos a beleza da criação e a transparência de Deus na sua criação, a qual se torna assim quase que uma "escada" para subir a Deus, para o conhecer. Mas a este primeiro passo acrescenta-se um segundo: este Deus criador é também o Deus da condescendência (synkatabasis). Nós somos débeis na "subida", os nossos olhos são débeis. E assim Deus torna-se o Deus da condescendência, que envia ao homem pecador e estrangeiro uma carta, a Sagrada Escritura, de modo que criação e Sagrada Escritura completam-se. À luz da Escritura, da carta que Deus nos deu, podemos decifrar a criação. Deus é chamado "pai terno" (philostorgios) (ibid.), médico das almas (Homilia 40, 3 sobre o Gênesis), mãe (ibid.) e amigo afetuoso (Sobre a providência, 11-12). Mas a este segundo passo primeiro a criação como "escada" para Deus e depois a condescendência de Deus através duma carta que nos deu, a Sagrada Escritura acrescenta-se um terceiro passo. Deus não só nos transmite uma carta: em definitiva, desce Ele mesmo, encarna-se, torna-se realmente "Deus conosco", nosso irmão até à morte na Cruz. E a estes três passos Deus é visível na criação, Deus dá-nos uma sua carta, Deus desce e torna-se

um de nós acrescenta-se no final um quarto passo. No arco da vida e da ação do cristão, o princípio vital e dinâmico é o Espírito Santo (Pneuma), que transforma as realidades do mundo. Deus entra na nossa existência através do Espírito Santo e transforma-nos do interior do nosso coração.

Nesta panorâmica, precisamente em Constantinopla João, no comentário continuativo dos Atos dos Apóstolos, propõe o modelo da Igreja primitiva (At 4, 32-37) como modelo para a sociedade, desenvolvendo uma "utopia" social (quase uma "cidade ideal"). De fato, tratava-se de dar uma alma e um rosto cristão à cidade. Por outras palavras, Crisóstomo compreendeu que não é suficiente dar esmola, ajudar os pobres sempre que precisem, mas é necessário criar uma nova estrutura, um novo modelo de sociedade; um modelo baseado na perspectiva do Novo Testamento. É a nova sociedade que se revela na Igreja nascente. Portanto João Crisóstomo torna-se assim realmente um dos grandes Padres da Doutrina Social da Igreja: a velha ideia da "*polis*" grega é substituída por uma nova ideia de cidade inspirada na fé cristã. Crisóstomo defendia com Paulo (cf. 1 Cor, 11) a primazia de cada cristão, da pessoa como tal, também do escravo e do pobre. O seu projeto corrige assim a tradicional visão grega da "*polis*", da cidade, na qual amplas camadas de população eram excluídas dos direitos de cidadania, enquanto na cidade cristã todos são irmãos e irmãs com iguais direitos. A primazia da pessoa é também a consequência do fato que realmente partindo dela se constrói a cidade, enquanto que na "*polis*" grega a pátria era superior ao indivíduo, o qual estava totalmente subordinado à cidade no seu conjunto. Assim com Crisóstomo tem início a visão de uma sociedade construída pela consciência cristã. E ele diz-nos que a nossa "polis" é outra, "a nossa pátria está no céu" (Fl 3, 20) e esta nossa pátria também nesta terra nos torna iguais, irmãos e irmãs, e obriga-nos à solidariedade.

No final da sua vida, do exílio nos confins da Arménia, "o lugar mais remoto do mundo", João, voltando à sua primeira pregação de 36, retomou o tema que lhe era tão querido do plano que Deus prossegue em relação à humanidade: é um plano "indizível e incompreensível", mas certamente guiado por Ele com amor (cf. Sobre a providência 2, 6). É esta a nossa certeza.

Mesmo se não podemos decifrar os pormenores da história pessoal e coletiva, sabemos que o plano de Deus se inspira sempre no seu amor. Assim, apesar dos sofrimentos, Crisóstomo reafirmava a descoberta de que Deus ama cada um de nós com um amor infinito, e por isso deseja que todos se salvem. Por seu lado, o santo Bispo cooperou nesta salvação generosamente, sem se poupar, ao longo de toda a sua vida. De fato ele considerava o fim último da sua existência a glória de Deus, que já agonizante deixou como extremo testamento: "Glória a Deus por tudo!" (Palladio, Vita 11).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 3 de Outubro de 2007

São Cirilo de Alexandria

Queridos irmãos e irmãs!

Também hoje, continuando o nosso itinerário que está a seguir os passos dos Padres da Igreja, encontramos uma grande figura: São Cirilo de Alexandria. Ligado à controvérsia cristológica que levou ao Concílio de Éfeso em 431, e último representante de relevo da tradição alexandrina, no Oriente grego Cirilo foi mais tarde definido "guardião da exatidão" que se deve entender como guardião da verdadeira fé e mesmo "selo dos Padres". Estas antigas expressões manifestam oportunamente um dado de fato que é característico de Cirilo, ou seja, a referência constante do Bispo de Alexandria aos autores eclesiásticos precedentes (entre eles, sobretudo Atanálio), com a finalidade de mostrar a continuidade da própria teologia com a tradição. Ele insere-se intencional e explicitamente na tradição da Igreja, em que reconhece a garantia da continuidade com os Apóstolos e com o próprio Cristo. Venerado como Santo quer no Oriente quer no Ocidente, em 1882 São Cirilo foi proclamado Doutor da Igreja pelo Papa Leão XIII, que atribuiu contemporaneamente o mesmo título também a outro importante representante da patrística grega, São Cirilo de Jerusalém. Revelam-se assim a atenção e o amor pelas tradições cristãs orientais daquele Papa, que em seguida desejou proclamar Doutor da Igreja também São João Damasceno, mostrando deste modo que tanto a tradição oriental como a ocidental exprimem a doutrina da única Igreja de Cristo.

As notícias sobre a vida de Cirilo antes da sua eleição para a importante sede de Alexandria são muito escassas. Sobrinho de Teófilo, que desde 3 como Bispo administrou com mão firme e com prestígio a diocese alexandrina, Cirilo nasceu provavelmente na mesma metrópole egípcia entre 370 e 380, foi depressa iniciado na vida eclesiástica e recebeu uma boa educação, tanto cultural como teológica. Em 403 estava em Constantinopla, no séquito do poderoso tio, e ali participou no Sínodo chamado do Carvalho, que depôs o Bispo da cidade, João (mais tarde chamado Crisóstomo), assinalando assim o triunfo da sede alexandrina sobre a tradicionalmente rival de Constantinopla, onde residia o imperador. Quando o tio Teófilo faleceu, em 412 o jovem Cirilo foi eleito Bispo da influente Igreja de Alexandria, que governou com grande energia durante trinta e dois anos, visando sempre afirmar o seu primado em todo o Oriente, fortalecido inclusive pelos tradicionais vínculos com Roma.

Dois ou três anos depois, em 417 ou em 41, o Bispo de Alexandria demonstrou-se realista ao recompor a ruptura da comunhão com Constantinopla, que já estava em ato desde 406, como

consequência da deposição de João Crisóstomo. Mas o antigo contraste com a sede constantinopolitana voltou a inflamar-se cerca de dez anos mais tarde, quando em 42 foi eleito Nestório, um autorizado e severo monge de formação antioquena. Com efeito, o novo Bispo de Constantinopla depressa suscitou oposições porque na sua pregação preferia para Maria o título de "Mãe de Cristo" (Christolókos), no lugar daquele já muito querido à devoção popular de "Mãe de Deus" (Theotókos). Motivo desta escolha do Bispo Nestório era a sua adesão à cristologia de tipo antioqueno que, para salvaguardar a importância da humanidade de Cristo, terminava por afirmar a sua divisão da divindade. E assim já não era verdadeira a união entre Deus e o homem em Cristo e, naturalmente, já não se podia falar de "Mãe de Deus".

A reação de Cirilo então máximo representante da cristologia alexandrina, que aliás tencionava sublinhar fortemente a unidade da pessoa de Cristo foi quase imediata, e desenfreou-se com todos os meios já a partir de 429, dirigindo-se também com algumas cartas ao próprio Nestório. Na segunda missiva (PG 77, 44-49), que Cirilo lhe enviou em Fevereiro de 430, lemos uma clara afirmação do dever dos Pastores de preservar a fé do Povo de Deus. Este era o seu critério, de resto válido também hoje: a fé do Povo de Deus é expressão da tradição, é garantia da sã doutrina. Assim ele escreve a Nestório: "É preciso expor ao povo o ensinamento e a interpretação da fé do modo mais irrepreensível, recordando que quem escandaliza um só dos pequeninos que crêem em Cristo há-de padecer um castigo intolerável".

Na mesma carta a Nestório carta que mais tarde, em 451, fora aprovada pelo Concílio de Calcedónia, o IV ecumênico Cirilo descreve com clareza a sua fé cristológica: "Afirmamos, assim, que são diferentes as naturezas que se reuniram numa verdadeira unidade, mas de ambas derivou um único Cristo e Filho, não por ter sido eliminada por causa da unidade a diferença das naturezas, mas sobretudo porque a divindade e a humanidade, reunidas em união indizível e inenarrável produziram para nós o único Senhor, Cristo e Filho". E isto é importante: realmente a verdadeira humanidade e a autêntica divindade unem-se numa única Pessoa, nosso Senhor Jesus Cristo. Por isso, continua o Bispo de Alexandria, "professaremos um só Cristo e Senhor, não no sentido que adoramos o homem juntamente com o Logos, para não insinuar a ideia da separação, ao dizer "juntamente", mas no sentido que adoramos um só e o mesmo, porque não é estranho ao Logos o seu corpo, com o qual está também sentado ao lado do seu Pai, não como se sentassem ao seu lado dois filhos, mas um só, único à própria carne".

E depressa o Bispo de Alexandria, graças a alianças prudentes, obteve que Nestório fosse reiteradamente condenado: por parte da sé romana, e depois com uma série de doze anatematismos por ele mesmo compostos e, enfim, pelo Concílio realizado em Éfeso no ano 431, o III ecumênico. A assembleia, reunida com vicissitudes alternadas e tumultuosas, concluiu-se com

o triunfo da devoção a Maria e com o exílio do Bispo constantinopolitano, que não queria reconhecer à Virgem o título de "Mãe de Deus" por causa de uma cristologia errónea, que trazia divisão ao próprio Cristo. Assim, depois de ter prevalecido sobre o rival e sobre a sua doutrina, Cirilo soube porém alcançar, já em 433, uma fórmula teológica de compromisso e de reconciliação com os antioquenos. E também isto é significativo: por um lado, há a clareza da doutrina de fé, mas por outro também a busca intensa da unidade e da reconciliação. Nos anos seguintes, dedicou-se de todos os modos à defesa e ao esclarecimento da sua posição teológica até à sua morte, ocorrida no dia 27 de Junho de 444.

Os escritos de Cirilo deveras muito numerosos e difundidos amplamente também em diversas traduções latinas e orientais já durante a sua vida, como testemunho do seu sucesso imediato são de importância primordial para a história do cristianismo. São importantes os seus comentários a muitos livros do Antigo e do Novo Testamento, entre os quais todo o Pentateuco, Isaías, os Salmos e os Evangelhos de João e de Lucas. São também relevantes as numerosas obras doutrinais, em que é recorrente a defesa da fé trinitária contra as teses arianas e contra as teses de Nestório. Base do ensinamento de Cirilo são a tradição eclesiástica e, em particular como já mencionei os escritos de Atanásio, o seu grande predecessor na sede alexandrina. Entre os outros escritos de Cirilo, devem recordar-se finalmente os livros Contra Juliano, a última grande resposta às polêmicas anticristãs, ditada pelo Bispo de Alexandria provavelmente nos últimos anos da sua vida para responder à obra Contra os Galileus, composta muitos anos antes, no ano 363, pelo imperador que era chamado o Apóstata por ter abandonado o cristianismo em que tinha sido educado.

A fé cristã é sobretudo um encontro com Jesus, "uma Pessoa que dá à vida um novo horizonte" (Encíclica Deus caritas est, 1). De Jesus Cristo, Verbo de Deus encarnado, São Cirilo de Alexandria foi uma testemunha incansável e determinada, sublinhando acima de tudo a sua unidade, como ele reitera no ano 433 na primeira carta (PG 77, 22-237) ao Bispo Sucenso: "Um só é o Filho, um só é o Senhor Jesus Cristo, tanto antes como depois da encarnação. Com efeito, não era um Filho o Logos nascido de Deus Pai, e outro o Filho nascido da Santa Virgem; mas acreditamos que precisamente Aquele que existe antes dos tempos nasceu também segundo a carne de uma mulher". Esta afirmação, para além do seu significado doutrinal, mostra que a fé em Jesus Logos nascido do Pai está também bem arraigada na história porque, como afirma São Cirilo, este mesmo Jesus entrou no tempo com o nascimento de Maria, a Theotókos e, em conformidade com a sua promessa, há-de ficar conosco para sempre. E isto é importante: Deus é eterno, nasceu de uma mulher e permanece conosco todos os dias. Vivamos nesta confiança, e nesta confiança encontremos o caminho da nossa vida.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 10 de Outubro de 2007

Santo Hilário de Poitiers

Queridos irmãos e irmãs!

Gostaria hoje de falar de um grande Padre da Igreja do Ocidente, Santo Hilário de Poitiers, uma das grandes figuras de Bispos do século IV. Em relação aos arianos, que consideravam o Filho de Deus, Jesus, uma criatura, mesmo se excelente, mas só criatura, Hilário consagrou toda a sua vida à defesa da fé na divindade de Jesus Cristo, Filho de Deus e Deus como o Pai, que o gerou desde a eternidade.

Não dispomos de dados certos sobre a maior parte da vida de Hilário. As fontes antigas dizem que nasceu em Poitiers, provavelmente por volta do ano 310. De família rica, recebeu uma sólida formação literária, que se reconhece bem nos seus escritos. Não parece ter crescido num ambiente cristão. Ele mesmo nos fala de um caminho de busca da verdade, que o conduziu pouco a pouco ao reconhecimento do Deus criador e do Deus encarnado, que morreu para nos dar a vida eterna.

Batizado por volta de 345, foi eleito Bispo da sua cidade natal por volta de 353-354. Nos anos seguintes Hilário escreveu a sua primeira obra, o Comentário ao Evangelho de Mateus. Trata-se do mais antigo comentário em língua latina que nos tenha chegado deste Evangelho. Em 356 Hilário assistiu como Bispo ao Sínodo de Béziers, no sul da França, o "sínodo dos falsos apóstolos", como ele mesmo o chama, a partir do momento que a assembleia foi dominada pelos bispos filoarianos, que negavam a divindade de Jesus Cristo. Estes "falsos apóstolos" pediram ao Imperador Constâncio a condenação ao exílio do Bispo de Poitiers. Assim Hilário foi obrigado a deixar a Gália durante o Verão de 356.

Exilado na Frígia, na atual Turquia, Hilário entrou em contato com um contexto religioso totalmente dominado pelo arianismo. Também ali a sua solicitude de Pastor o levou a trabalhar incansavelmente pelo restabelecimento da unidade da Igreja, com base na reta fé formulada pelo Concílio de Niceia. Para esta finalidade ele iniciou a redação da sua obra dogmática mais importante e conhecida: De Trinitate (Sobre a Trindade). Nela Hilário expõe o seu caminho pessoal rumo à consciência de Deus e preocupa-se em mostrar que a Escritura afirma claramente a divindade do Filho e a sua igualdade com o Pai não só no Novo Testamento, mas também em muitas páginas do Antigo, no qual já aparece o mistério de Cristo. Perante os arianos ele insiste sobre a verdade dos nomes de Pai e de Filho e desenvolve toda a sua teologia

trinitária partindo da fórmula do Batismo que nos foi dado pelo próprio Senhor; "Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo".

O Pai e o Filho são da mesma substância. E se alguns trechos do Novo Testamento poderiam fazer pensar que o Filho é inferior ao Pai, Hilário ofereceu regras claras para evitar interpretações desviantes: alguns textos da Escritura falam de Jesus como Deus, outros ao contrário põem em realce a sua humanidade. Alguns referem-se a Ele na sua preexistência junto do Pai; outros tomam em consideração o estado de abaixamento (kenosi), a sua descida até à morte; por fim, outros, contemplam-no na glória da ressurreição. Nos anos do seu exílio Hilário escreveu também o Livro dos Sínodos, no qual reproduz e comenta para os seus irmãos Bispos da Gália as confissões de fé e outros documentos dos sínodos reunidos no Oriente nos meados do séc. IV. Sempre firme na oposição aos arianos radicais, Santo Hilário mostra um espírito conciliante em relação aos que aceitavam confessar que o Filho era semelhante ao Pai na essência, naturalmente procurando conduzi-los para a fé plena, segundo a qual não há apenas uma semelhança, mas uma verdadeira igualdade do Pai e do Filho na divindade. Também isto me parece característico: o espírito de conciliação que procura compreender quantos ainda não a conseguiram e ajuda-os, com grande inteligência teológica, a alcançar a fé plena na divindade verdadeira do Senhor Jesus Cristo.

Em 360 ou 361, Hilário pôde finalmente regressar do exílio à pátria e imediatamente retomou a atividade pastoral na sua Igreja, mas a influência do seu magistério expandiu-se de fato muito além dos seus confins. Um sínodo celebrado em Paris em 360 ou 361 retoma a linguagem do Concílio de Niceia. Alguns autores antigos pensam que esta mudança antiariana do episcopado da Gália seja em grande parte devida à fortaleza e à mansidão do Bispo de Poitiers. Era precisamente este o seu dom: conjugar fortaleza na fé e mansidão na relação interpessoal. Nos últimos anos de vida ele compôs ainda os Tratados sobre os Salmos, um comentário sobre cinquenta e oito Salmos, interpretados segundo o princípio evidenciado na introdução da obra: "Não há dúvida de que todas as coisas que se dizem nos Salmos se devem compreender segundo o anúncio evangélico, de modo que, seja qual for a voz com a qual o espírito profético tenha falado, tudo esteja todavia referido ao conhecimento da vinda de Nosso Senhor Jesus Cristo, encarnação, paixão e reino, e à glória e poder da nossa ressurreição" (Instructio Psalmorum, 5). Ele vê em todos os Salmos esta transparência do mistério de Cristo e do seu Corpo que é a Igreja. Em diversas ocasiões Hilário encontrou-se com São Martinho: precisamente perto de Poitiers o futuro Bispo de Tours fundou um mosteiro, que ainda hoje existe. Hilário faleceu em 367. A sua memória litúrgica celebra-se a 13 de Janeiro. Em 151 o Beato Pio IX proclamou-o Doutor da Igreja.

Para resumir a essência da sua doutrina, gostaria de dizer que Hilário encontra o ponto de partida da sua reflexão teológica na fé baptismal. No De Trinitate Hilário escreve: Jesus "comandou que batizassem em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo (cf. Mt 2, 19), isto é, na confissão do Autor, do Unigênito e do Senhor. Um só é o Autor de todas as coisas, porque um só é Deus Pai, do qual tudo procede. E um só é Nosso Senhor Jesus Cristo, mediante o qual todas as coisas foram criadas (1 Cor, 6), e um só é o Espírito (Ef 4, 4) dom em todos... Em nada pode faltar uma plenitude tão grande, na qual convergem no Pai, no Filho e no Espírito Santo a imensidão no Eterno, a revelação na Imagem, a glória no Dom" (De Trinitate 2, 1). Deus Pai, sendo todo amor, é capaz de comunicar em plenitude a sua divindade ao Filho. É para mim particularmente bela a seguinte fórmula de Santo Hilário: "Deus sabe ser unicamente amor, sabe ser só Pai. E quem ama não é invejoso, e quem é Pai é-o na sua totalidade. Este nome não admite sujeições, como se Deus fosse Pai em certos aspectos, e noutros não" (ibid. 9, 61).

Por isso o Filho é plenamente Deus sem falta alguma ou diminuição: "Aquele que provém do Perfeito é perfeito, porque quem tem tudo lhe deu tudo" (Ibid. 2, 8). Só em Cristo, Filho de Deus e Filho do homem, a humanidade encontra a salvação. Assumindo a natureza humana, Ele uniu a si cada homem, "fez-se a carne de todos nós" (Tractatus in Psalmos 54, 9); "assumiu em si a natureza de toda a carne, e tendo-se tornado por meio dela a videira verdadeira, tem em si a raiz de cada ramo" (Ibid., 51, 16). Precisamente por isso o caminho rumo a Cristo está aberto a todos porque ele atraiu todos no seu ser homem mesmo se é sempre exigida a conversão pessoal: "Mediante a relação com a sua carne, o acesso a Cristo está aberto a todos, sob condição de que se despojem do homem velho (cf. Ef 4, 22) e o preguem na sua cruz (cf. Cl 2, 14); sob condição de que abandonem as obras de antes e se convertam, para serem sepultados com ele no seu batismo, em vista da vida (cf. Cl 1, 12; Rm 6, 4)" (Ibid., 91, 9).

A fidelidade a Deus é um dom da sua graça. Por isso Santo Hilário pede, no fim do seu tratado sobre a Trindade, para se poder manter sempre fiel à fé do batismo. É uma característica deste livro: a reflexão transforma-se em oração e a oração volta a ser reflexão. Todo o livro é um diálogo com Deus. Gostaria de concluir a catequese de hoje com uma destas orações, que se torna assim também nossa oração: "Faz, ó Senhor recita Hilário de maneira inspirada com que eu me mantenha sempre fiel ao que professei no símbolo da minha regeneração, quando fui batizado no Pai e no Filho e no Espírito Santo. Que eu te adore, nosso Pai, e juntamente contigo e com o teu Filho; que eu mereça o teu Espírito Santo, o qual procede de ti mediante o teu Unigênito... Amém" (De Trinitate 12, 57).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 17 de Outubro de 2007

Santo Eusébio de Vercelli

Queridos irmãos e irmãs!

Esta manhã convido-vos a refletir sobre Santo Eusébio de Vercelli, o primeiro Bispo da Itália setentrional do qual temos notícias certas. Nasceu na Sardenha no início do séc. IV, e ainda em tenra idade transferiu-se para Roma com a sua família. Mais tarde foi instituído leitor: inseriu-se assim no clero da Urbe, num tempo em que a Igreja estava gravemente provada pela heresia ariana. A grande estima que cresceu em volta de Eusébio explica a sua eleição em 345 para a cátedra episcopal de Vercelli. O novo Bispo iniciou imediatamente uma intensa obra de evangelização num território ainda em grande parte pagão, especialmente nas zonas rurais.

Inspirado por Santo Atanásio que tinha escrito a Vida de Santo Antão, iniciador do monaquismo no Oriente fundou em Vercelli uma comunidade sacerdotal, semelhante a uma comunidade monástica. Este cenóbio deu ao clero da Itália setentrional uma marca significativa de santidade apostólica, e suscitou figuras de Bispos importantes, como Limenio e Onorato, sucessores de Eusébio em Vercelli, Gaudêncio em Novara, Exuperâncio em Tortona, Eustásio em Aosta, Eulógio em Ivrea, Máximo em Turim, todos venerados pela Igreja como Santos.

Formado solidamente na fé nicena, Eusébio defendeu com todas as forças a plena divindade de Jesus Cristo, definido pelo Credo de Niceia "da mesma substância" do Pai. Com esta finalidade aliou-se aos grandes Padres do séc. IV sobretudo com Santo Atanásio, o alferes da ortodoxia nicena contra a política filoariana do imperador. Para o imperador a fé ariana mais simples parecia ser politicamente mais útil como ideologia do império. Para ele não contava a verdade, mas a oportunidade política: pretendia instrumentalizar a religião como vínculo da unidade do império.

Mas estes grandes Padres resistiram defendendo a verdade contra o domínio da política. Por este motivo Eusébio foi condenado ao exílio como muitos outros Bispos do Oriente e do Ocidente: como o próprio Atanásio, como Hilário de Poitiers do qual falámos na semana passada como sio de Córdova. Em Citópolis na Palestina, onde foi confinado entre 355 e 360, Eusébio escreveu uma página maravilhosa da sua vida. Também aqui fundou um cenóbio com um pequeno grupo de discípulos, e daqui cuidou a correspondência com os seus fiéis do Piemonte, como demonstra sobretudo a segunda das três Cartas eusébianas reconhecidas como autênticas. Em seguida, depois de 360, foi exilado na Capadócia e em Tebaide onde sofreu maus-

tratos físicos. Em 361, tendo falecido Constâncio II, sucedeu-lhe o imperador Juliano, chamado o apóstata, que não se interessava pelo cristianismo como religião do império, mas queria simplesmente restabelecer o paganismo. Ele pôs fim ao exílio destes Bispos e consentiu também que Eusébio voltasse a tomar posse da sua sede. Em 362 foi convidado por Anastásio a participar no Concílio de Alexandria, que decidiu perdoar os bispos arianos sob condição de que voltassem ao estado laical. Eusébio pôde exercer ainda durante uns dez anos, até à morte, o ministério episcopal, realizando com a sua cidade uma relação exemplar, que não deixou de inspirar o serviço pastoral de outros Bispos da Itália setentrional, dos quais nos ocuparemos nas próximas catequeses, como Santo Ambrósio de Milão e São Máximo de Turim.

A relação entre o Bispo de Vercelli e a sua cidade está iluminada sobretudo por dois testemunhos epistolares. O primeiro encontra-se na Carta já citada, que Eusébio escreveu do exílio de Citópolis, "aos amadíssimos irmãos e aos presbíteros tão desejados, e aos santos povos de Vercelli, Novara, Ivrea e Tortona, firmes na fé" (Ep. secunda, CCL 9, pág. 104). Estas expressões iniciais, que marcam a comoção do bom pastor perante o seu rebanho, encontram amplo confronto no final da Carta, nas saudações muito calorosas do Padre a todos e a cada um dos seus filhos de Vercelli, com expressões carregadas de afeto e de amor. Antes de tudo devemos notar a relação explícita que liga o Bispo às sanctae plebes não só de Vercellae /Vercelli a primeira e, durante alguns anos ainda, a única diocese do Piemonte mas também de Novaria /Novara, Eporedia /Ivrea e Dertona /Tortona, isto é daquelas comunidades cristãs que, no interior da mesma diocese, tinham alcançado uma certa consistência e autonomia. Outro elemento interessante é fornecido pela despedida com a qual a Carta se conclui: Eusébio pede aos seus filhos e filhas que saúdem "também aqueles que estão fora da Igreja, e que se dignam de nutrir por nós sentimentos de amor: etiam hos, qui foris sunt et nos dignantur diligere ". Sinal evidente que a relação do Bispo com a sua cidade não se limitava à população cristã, mas se alargava também a quantos fora da Igreja reconheciam de certa forma a autoridade espiritual e amavam este homem exemplar.

O segundo testemunho da singular relação do Bispo com a sua cidade provém da Carta que Santo Ambrósio de Milão escreveu aos Vercelenses por volta de 394, mais de vinte anos depois da morte de Eusébio (Ep. extra collectionem 14: Maur. 63). A Igreja de Vercelli atravessava um momento difícil: estava dividida e sem pastor. Com franqueza Ambrósio declara hesitar em reconhecer naqueles Vercelenses "a descendência dos santos Padres, que aprovaram Eusébio logo que o viram, sem nunca o terem conhecido antes, esquecendo até os próprios cidadãos". Na mesma Carta o Bispo de Milão afirma do modo mais claro a sua estima em relação a Eusébio: "Um homem grandioso", escreve de modo categórico, "mereceu ser

eleito por toda a Igreja". A admiração de Ambrósio por Eusébio fundava-se sobretudo no fato de que o Bispo de Vercelli governava a diocese com o testemunho da sua vida: "Com a austeridade do jejum governava a sua Igreja". De fato, também Ambrósio se sentia fascinado como ele mesmo reconheceu pelo ideal monástico da contemplação de Deus, que Eusébio tinha perseguido no seguimento do profeta Elias.

Em primeiro lugar - escreve Ambrósio - o Bispo de Vercelli recolheu o próprio clero em vita communis e educou-o à "observância das regras monásticas, mesmo vivendo na cidade". O Bispo e o seu clero deviam partilhar os problemas dos concidadãos, e fizeram-no de modo credível, precisamente cultivando ao mesmo tempo uma cidadania diversa, a do Céu (cf. Hb 13, 14). E assim construíram uma verdadeira cidadania, uma verdadeira solidariedade entre os cidadãos de Vercelli.

Assim Eusébio, enquanto fazia sua a causa da sancta plebs de Vercelli, vivia na cidade como um monge, abrindo a cidade a Deus. Esta característica, portanto, nada tirou ao seu dinamismo pastoral exemplar. Aliás, parece que ele instituiu em Vercelli as freguesias para um serviço eclesial ordenado e estável, e promoveu os santuários marianos para a conversão das populações rurais pagãs. Aliás, esta "característica monástica" dava uma dimensão peculiar à relação do Bispo com a sua cidade. Como já os apóstolos, pelos quais Jesus rezava na sua última Ceia, os Pastores e os fiéis da Igreja "estão no mundo" (Jo 17, 11), mas não são "do mundo". Por isso os pastores recordava Eusébio devem exortar os fiéis a não considerar as cidades do mundo como a sua habitação estável, mas a procurar a Cidade futura, a definitiva Jerusalém do céu. Esta "reserva escatológica" consente que os pastores e os fiéis salvem a justa escala dos valores, sem nunca se submeter às modas do momento e às pretensões injustas do poder político em ato. A autêntica escala dos valores parece dizer toda a vida de Eusébio não vem dos imperadores de ontem e de hoje, mas de Jesus Cristo, o Homem perfeito, igual ao Pai na divindade, mas homem como nós. Referindo-se a esta escala de valores, Eusébio não se cansa de "recomendar firmemente" aos seus fiéis "que guardem com toda a solicitude a fé, mantenham a concórdia, sejam assíduos na oração" (Ep. secunda, cit.).

Queridos amigos, também eu vos recomendo com todo o coração estes valores perenes, ao saudar-vos e abençoar-vos com as mesmas palavras com que o Santo Bispo Eusébio concluiu a sua segunda Carta: "Dirijo-me a todos vós, meus irmãos e santas irmãs, filhos e filhas, fiéis dos dois sexos e de todas as idades, por a que vos digneis... levar a nossa saudação também a quantos estão fora da Igreja, e que se dignam ter por nós sentimentos de amor" (ibid.).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 24 de Outubro de 2007

Santo Ambrósio

Queridos irmãos e irmãs!

O Santo Bispo Ambrósio do qual vos falo hoje faleceu em Milão na noite de 3 para 4 de Abril de 397. Era a alvorada do Sábado Santo. No dia anterior, por volta das cinco da tarde, tinha rezado, deitado na cama, com os braços abertos em forma de cruz. Participava assim, no solene tríduo pascal, da morte e ressurreição do Senhor. "Nós víamos os seus lábios mover-se", testemunha Paulino, o diácono fiel que a convite de Agostinho escreveu a sua Vida, "mas não ouvíamos a sua voz". Improvisamente parecia que a situação precipitava. Onorato, Bispo de Vercelli, que assistia Ambrósio e dormia no andar de cima, foi acordado por uma voz que repetia: "Levanta-te, depressa! Ambrósio está prestes a morrer...". Onorato desceu depressa prossegue Paulino "e deu ao Santo o Corpo do Senhor. Logo que o tomou e engoliu, Ambrósio rendeu o espírito, levando consigo o bom viático. Assim a sua alma, fortalecida pela virtude daquele alimento, goza agora da companhia dos anjos" (Vida 47). Naquela Sexta-Feira Santa de 397 os braços abertos de Ambrósio moribundo expressavam a sua mística participação na morte e na ressurreição do Senhor. Era esta a sua última catequese: no silêncio das palavras, ele falava ainda com o testemunho da vida.

Quando morreu, Ambrósio não era idoso. Ainda não tinha 60 anos, tendo nascido por volta de 340 em Tréveros, onde o pai era prefeito das Gálias. A família era cristã. Quando o pai faleceu, a mãe levou-o a Roma quando ainda era adolescente, e preparou-o para a carreira civil, garantindo-lhe uma sólida instrução retórica e jurídica. Por volta de 370 foi enviado a governar as províncias da Emília e da Ligúria, com sede em Milão. Precisamente ali fermentava a luta entre ortodoxos e arianos, sobretudo depois da morte do Bispo ariano Auxêncio. Ambrósio interveio para pacificar os ânimos das duas facções adversas, e a sua autoridade foi tal que ele, sendo simples catecúmeno, foi aclamado pelo povo Bispo de Milão.

Até àquele momento Ambrósio era o mais alto magistrado do Império na Itália setentrional. Culturalmente muito preparado, mas de igual modo despreparado na abordagem às Escrituras, o novo Bispo pôs-se a estudá-las alacremente. Aprendeu a conhecer e a comentar a Bíblia pelas obras de Orígenes, o mestre indiscutível da "escola alexandrina". Deste modo Ambrósio transferiu para o ambiente latino a meditação das Escrituras iniciada por Orígenes, começando no Ocidente a prática da lectio divina. O método da lectio chegou a guiar toda a pregação e os escritos de Ambrósio, que surgiram precisamente da escuta orante da Palavra de Deus.

Um célebre exórdio de uma catequese ambrosiana mostra distintamente como o Santo Bispo aplicava o Antigo Testamento à vida cristã: "Quando se liam as histórias dos Patriarcas e as máximas dos Provérbios, falávamos todos os dias de moral diz o Bispo de Milão aos seus catecúmenos e aos neófitos para que, por eles formados e instruídos, vos habituásseis a entrar na vida dos Padres e a seguir o caminho da obediência aos preceitos divinos" (Os mistérios 1, 1). Por outras palavras, os neófitos e os catecúmenos, segundo o parecer do Bispo, depois de terem aprendido a arte do viver bem, já podiam considerar-se preparados para os grandes mistérios de Cristo. Assim a pregação de Ambrósio que representa o núcleo da sua enorme obra literária parte da leitura dos Livros sagrados ("os Patriarcas", isto é, Livros históricos, e "os Provérbios", ou seja, os Livros sapienciais), para viver em conformidade com a divina Revelação.

É evidente que o testemunho pessoal do pregador e o nível de exemplaridade da comunidade cristã condicionaram a eficiência da pregação. Sob este ponto de vista é significativo um trecho das Confissões de Santo Agostinho. Ele tinha vindo de Milão como professor de retórica; era céptico, não cristão. Estava procurando, mas não era capaz de encontrar realmente a verdade cristã. A comover o coração do jovem reitor africano, céptico e desesperado, e a estimulá-lo à conversão definitivamente, não foram antes de tudo as belas homilias (mesmo se por ele muito apreciadas) de Ambrósio. Mas sim o testemunho do Bispo e da sua Igreja milanesa, que rezava e cantava, compacta como um só corpo.

Uma Igreja capaz de resistir às prepotências do imperador e de sua mãe, que nos primeiros dias de 36 tinham voltado para pretender a requisição de um edifício de culto para as cerimónias dos arianos. No edifício que devia ser exigido narra Agostinho "o povo devoto vigiava, pronto a morrer com o próprio Bispo". Este testemunho das Confissões é precioso, porque assinala que algo se movia no íntimo de Agostinho, o qual prossegue: "Também nós participávamos da exaltação de todo o povo" (Confissões, 9, 7).

Da vida e do exemplo do Bispo Ambrósio, Agostinho aprendeu a crer e a pregar. Podemos referir-nos a um célebre sermão do Africano, que mereceu ser citado muitos séculos depois na Constituição conciliar Dei Verbum: "É necessário admoesta de fato no n. 2 que todos os clérigos, sobretudo os sacerdotes e todos os que, como os diáconos e catequistas, se dedicam legitimamente ao ministério da palavra, se impregnem das Sagradas Escrituras, pela leitura assídua e o estudo diligente, para que não se torne e esta é a citação agostiniana "pregador vão e exterior da palavra de Deus quem no seu íntimo não o ouve"". Tinha aprendido precisamente de Ambrósio este "no seu íntimo", esta assiduidade na leitura da Sagrada Escritura em atitude orante, de modo a acolher realmente no próprio coração e assimilar a Palavra de Deus.

Queridos irmãos e irmãs, gostaria de vos voltar a propor uma espécie de "ícone patrístico", que, interpretado à luz de quanto dissemos, representa eficazmente "o coração" da doutrina ambrosiana. No sexto livro das Confissões Agostinho narra o seu encontro com Ambrósio, um encontro certamente de grande importância na história da Igreja. Ele escreve textualmente que, quando se encontrava com o Bispo de Milão, o achava regularmente empenhado com *catervae* de pessoas cheias de problemas, por cujas necessidades ele se prodigalizava. Havia sempre uma longa fila que esperava para falar com Ambrósio para dele obter conforto e esperança.

Quando Ambrósio não estava com elas, com o povo (e isto acontecia no espaço de pouquíssimo tempo), restabelecia o corpo com o alimento necessário, ou alimentava o espírito com as leituras. Aqui Ambrósio faz as suas maravilhas, porque Ambrósio lia as Escrituras sem pronunciar palavra, só com os olhos (cf. Conf. 6, 3). De fato, nos primeiros séculos cristãos, a leitura era estritamente concebida para a proclamação, e ler em voz alta facilitava a compreensão também de quem lia. Que Ambrósio pudesse ler as páginas só com os olhos, assinala a Agostinho admirado uma capacidade singular de leitura e de familiaridade com as Escrituras. Pois bem, naquela "leitura com os lábios", onde o coração se empenha a alcançar a inteligência da Palavra de Deus eis "o ícone" do qual estamos a falar pode-se entrever o método da catequese ambrosiana: é a própria Escritura, intimamente assimilada, que sugere os conteúdos a serem anunciados para levar à conversão dos corações.

Assim, segundo o magistério de Ambrósio e de Agostinho, a catequese é inseparável do testemunho de vida. Pode servir também para o catequista o que escrevi na Introdução ao cristianismo, a propósito do teólogo. Quem educa para a fé não pode arriscar de parecer uma espécie de *clown*, que recita uma parte "por profissão". Aliás usando uma imagem querida a Orígenes, escritor particularmente apreciado por Ambrósio ele deve ser como o discípulo amado, que reclinou a cabeça no coração do Mestre, e ali aprendeu o modo de pensar, de falar, de agir.

No final de tudo, o verdadeiro discípulo é aquele que anuncia o Evangelho do modo mais credível e eficaz.

Como o apóstolo João, o Bispo Ambrósio que nunca se cansava de repetir: "Omnia Christus est nobis!; Cristo é tudo para nós!" permanece uma testemunha autêntica do Senhor. Com as suas próprias palavras, cheias de amor a Jesus, concluímos assim a nossa catequese: "Omnia Christus est nobis! Se queres curar uma ferida, ele é o médico; se estás a arder de febre, ele é a fonte; se estás oprimido pela iniquidade, ele é a justiça; se precisas de ajuda, ele é a força; se temes a morte, ele é a vida; se desejas o céu, ele é o caminho; se estás nas trevas, ele é a luz...

Saboreai e vede como o Senhor é bom: bem-aventurado é o homem que n'Ele depõe a sua esperança" (De virginitate 16, 99). Confiemos também nós em Cristo. Seremos assim bem-aventurados e viveremos em paz.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 31 de Outubro de 2007

São Máximo, Bispo de Turim

Queridos irmãos e irmãs!

Entre o final do quarto século e o início do quinto, outro Padre da Igreja, depois de Santo Ambrósio, contribuiu decididamente para a difusão e o consolidamento do cristianismo na Itália setentrional: São Máximo, que vemos Bispo de Turim em 398, um ano depois da morte de Ambrósio. São muito poucas as notícias sobre ele; em compensação chegou até aos nossos dias uma coletânea de cerca de noventa Sermões. Deles sobressai aquele vínculo profundo e vital do Bispo com a sua cidade, que afirma um ponto de contato evidente entre o ministério episcopal de Ambrósio e o de Máximo.

Naquela época graves tensões perturbavam a convivência civil ordenada. Máximo, neste contexto, conseguiu reunir o povo cristão em volta da sua pessoa de pastor e de mestre. A cidade estava ameaçada por grupos espalhados de bárbaros que, tendo entrado pelas portas orientais, se adentraram até aos Alpes ocidentais. Por isso Turim era estavelmente presidiada por guarnições militares, e tornava-se, nos momentos críticos, o refúgio das populações em fuga dos campos e dos centros urbanos privados de proteção. As intervenções de Máximo, perante esta situação, testemunham o compromisso de reagir à degradação civil e à desagregação. Mesmo se permanece difícil determinar a composição social dos destinatários dos Sermões, parece que a pregação de Máximo para superar o risco da generalidade se dirigisse de modo específico a um núcleo selecionado da comunidade cristã de Turim, constituído por ricos proprietários de terras, que tinham as suas posses no campo em volta de Turim e a casa na cidade. Foi uma lúcida escolha pastoral do Bispo, que entreviu neste tipo de pregação o caminho mais eficaz para manter e fortalecer o próprio vínculo com o povo.

Nesta perspectiva, para ilustrar o ministério de Máximo na sua cidade, gostaria de expor por exemplo os Sermões 17 e 18, dedicados a um tema sempre atual, o da riqueza e da pobreza nas comunidades cristãs. Também neste âmbito a cidade estava invadida de graves tensões. As riquezas eram acumuladas e ocultadas. "Ninguém pensa nas necessidades dos outros", constata amargamente o Bispo no seu décimo sétimo Sermão. "De fato, muitos cristãos não só não distribuem os próprios bens, mas subtraem também os dos outros. Não só, digo, recolhendo o seu dinheiro não o levam aos pés dos apóstolos, mas também afastam dos pés dos sacerdotes os seus irmãos que procuram ajuda". E conclui: "Encontram-se na nossa cidade muitos hóspedes e peregrinos. Fazei quanto prometestes" aderindo à fé, "para que não se diga

também a vós quanto foi dito a Ananias: "Não foi aos homens que mentistes, mas a Deus"" (Sermão 17, 2-3).

No Sermão sucessivo, o dezoito, Máximo estigmatiza formas recorrentes de crueldades sobre as desgraças do próximo. "Diz-me, cristão", assim apostrofa o Bispo os seus fiéis, "diz-me: por que te apoderaste da vítima abandonada pelos salteadores? Por que introduziste na tua casa um "proveito", como tu mesmo consideras, dilacerado e contaminado?". "Mas talvez", continua, "tu digas que o compraste e por isso pensas que evitas a acusação de avarento. Mas não é deste modo que se pode fazer corresponder a compra à venda. É uma boa coisa comprar, mas em tempo de paz e o que se vende livremente, não o que foi roubado durante um saque... Portanto, comporta-se como cristão e como cidadão aquele que compra para restituir" (Sermão 18, 3). Sem o evidenciar demasiado, Máximo chega assim a pregar uma relação profunda entre os deveres do cristão e os do cidadão. Aos seus olhos, viver a vida cristã significa também assumir os compromissos civis. Ao contrário, cada cristão que, "mesmo podendo viver com o seu trabalho, captura a vítima do próximo com a fúria das feras"; quem "insidia o seu vizinho, que todos os dias procura corroer os confins do outro, apoderar-se dos produtos", não é sequer semelhante à raposa que degola as galinhas, mas ao lobo que se lança contra os porcos" (Sermão 41, 4).

Em relação à atitude prudente de defesa assumida por Ambrósio para justificar a sua famosa iniciativa para resgatar os presos de guerra, sobressaem claramente as mudanças históricas que intervieram na relação entre o Bispo e as instituições da cidade. Apoiado por uma legislação que solicitava os cristãos a redimir os presos, Máximo, com a queda das autoridades civis do Império romano, sentia-se plenamente autorizado a exercer neste sentido um verdadeiro poder de controle sobre a cidade. Este poder tornou-se depois cada vez mais amplo e eficaz, chegando a suprir a ausência dos magistrados e das instituições civis. Neste contexto, Máximo não só se empenha por reacender nos fiéis o amor tradicional pela cidade pátria, mas proclama também o dever precioso de enfrentar as despesas fiscais, mesmo se podem parecer muito onerosas e desagradáveis (Sermão 26, 2). Em síntese, a tonalidade e o conteúdo dos Sermões deixam supor uma aumentada consciência da responsabilidade política do Bispo nas específicas circunstâncias históricas. Ele é "a sentinela" posta na cidade. Quem são estas sentinelas, pergunta de fato Máximo no Sermão 92, "a não ser os beatíssimos Bispos que, por assim dizer, são postos sobre uma fortaleza de sabedoria para a defesa dos povos, vêem de longe os males que chegam inesperadamente". E no Sermão 89 o Bispo de Turim ilustra aos fiéis as suas tarefas, servindo-se de uma comparação singular entre a função episcopal e a das abelhas: "Como a abelha", diz ele, os Bispos "observam a castidade do corpo, concedem o

alimento da vida celeste, usam o aguilhão da lei. São puros para santificar, meigos para restaurar, severos para punir". Assim São Máximo descreve a tarefa do Bispo no seu tempo.

Em conclusão, a análise histórica e literária demonstra uma crescente consciência da responsabilidade política da autoridade eclesiástica, num contexto no qual ela se ia substituindo à civil. De fato, esta é a orientação de desenvolvimento do ministério do Bispo na Itália norteocidental, a partir de Eusébio, que "como um monge" habitava na sua cidade de Vercelli, até Máximo de Turim, colocado "como sentinela" na fortaleza mais alta da cidade. É evidente que o contexto histórico, cultural e social é hoje profundamente diferente. O atual contexto é antes como foi descrito pelo meu venerado Predecessor, Papa João Paulo II, na Exortação pós-sinodal Ecclesia in Europa, onde oferece uma pormenorizada análise dos desafios e dos sinais de esperança para a Igreja na Europa hoje (6-22). Neste caso, excepto as mudadas condições, permanecem sempre válidos os deveres do crente para com a sua cidade e a sua pátria. O entrelaçamento dos compromissos do "cidadão honesto" com os do "bom cristão" não está minimamente superado.

Em conclusão, gostaria de recordar quanto diz a Constituição pastoral Gaudium et spes para iluminar um dos aspectos mais importantes da unidade de vida do cristão: a coerência entre fé e comportamento, entre Evangelho e cultura. O Concílio exorta os fiéis a "cumprir fielmente os próprios deveres terrenos, fazendo-se guiar pelo espírito do Evangelho. Erram aqueles que, sabendo que nós não temos neste mundo uma cidadania estável, mas que procuramos a futura, pensam poder por isso descuidar os próprios deveres terrenos, e não refletem sobre o fato de que, ao contrário, precisamente a fé os obriga ainda mais a realizá-los, segundo a vocação de cada um" (n. 43). Seguindo o magistério de São Máximo e de muitos outros Padres, façamos nossos os votos do Concílio, que os fiéis se sintam cada vez mais desejosos de "desempenhar todas as suas atividades terrenas, unindo os esforços humanos, domésticos, profissionais, científicos e técnicos numa única síntese vital juntamente com os bens religiosos, sob cuja altíssima direção tudo é coordenado para glória de Deus" (ibid.), e assim para o bem da humanidade.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 7 de Novembro de 2007

São Jerônimo (1)

Queridos irmãos e irmãs!

Detemos hoje a nossa atenção sobre São Jerônimo, um Padre da Igreja que colocou no centro da sua vida a Bíblia: traduziu-a em língua latina, comentou-a nas suas obras, e sobretudo empenhou-se em vivê-la concretamente na sua longa existência terrena, não obstante o conhecido carácter difícil e impetuoso que recebeu da natureza.

Jerônimo nasceu em Strídon por volta de 347 de uma família cristã, que lhe garantiu uma cuidadosa formação, enviando-o também a Roma para aperfeiçoar os seus estudos. Desde jovem sentiu atração pela vida mundana (cf. Ep. 22, 7), mas prevaleceram nele o desejo e a intercessão pela religião cristã. Tendo recebido o batismo por volta de 336, orientou-se para a vida ascética e, tendo ido a Aquileia, inseriu-se num grupo de cristãos fervorosos por ele definido quase "um coro de beatos" (Chron. ad ann. 374) reunido em volta do Bispo Valeriano. Partiu depois para o Oriente e viveu como eremita no deserto de Calcide, a sul de Alepo (cf. Ep. 14, 10), dedicando-se seriamente aos estudos. Aperfeiçoou o seu conhecimento do grego, iniciou o estudo do hebraico (cf. Ap. 125, 12), transcreveu códices e obras patrísticas (cf. Ep. 5, 2). A meditação, a solidão, o contato com a Palavra de Deus fizeram amadurecer a sua sensibilidade cristã. Sentiu mais incômodo o peso dos anos juvenis (cf. Ep. 22, 7), e advertiu vivamente o contraste entre mentalidade pagã e vida cristã: um contraste que se tornou célebre pela "visão" dramática e vivaz, da qual nos deixou uma narração. Nela pareceu-lhe ser flagelado diante de Deus, porque "ciceroniano e não-cristão" (cf. Ep 22, 30).

Em 32 transferiu-se para Roma: aqui o Papa Dâmaso, conhecendo a sua fama de asceta e a sua competência de estudioso, assumiu-o como secretário e conselheiro; encorajou-o a empreender uma nova tradução latina dos textos bíblicos por motivos pastorais e culturais. Algumas pessoas da aristocracia romana, sobretudo fidalgas como Paula, Marcela, Asella, Lea e outras, desejosas de se empenharem no caminho da perfeição cristã e de aprofundarem o seu conhecimento da Palavra de Deus, escolheram-no como sua guia espiritual e mestre na abordagem metódica aos textos sagrados. Estas fidalgas aprenderam também grego e hebraico.

Depois da morte do Papa Dâmaso, Jerônimo deixou Roma em 385, e empreendeu uma peregrinação, primeiro à Terra Santa, testemunha silenciosa da vida terrena de Cristo, depois ao Egito, terra de eleição de muitos monges (cf. Contra Rufinum 3, 22; Ep. 10, 6-14). Em 386 permaneceu em Belém onde, por generosidade da fidalga Paula, foram construídos um mos-

teiro masculino, um feminino e uma estalagem para os peregrinos que iam à Terra Santa, "pensando que Maria e José não tinham encontrado onde repousar" (Ep. 10, 14). Permaneceu em Belém até à morte, continuando a desempenhar uma intensa atividade: comentou a Palavra de Deus; defendeu a fé, opondo-se vigorosamente a várias heresias; exortou os monges à perfeição; ensinou a cultura clássica e cristã a jovens alunos; acolheu com alma pastoral os peregrinos que visitavam a Terra Santa. Faleceu na sua cela, perto da gruta da Natividade, a 30 de Setembro de 419/420.

A preparação literária e a ampla erudição permitiram que Jerônimo fizesse a revisão e a tradução de muitos textos bíblicos: um precioso trabalho para a Igreja latina e para a cultura ocidental. Com base nos textos originais em grego e em hebraico e graças ao confronto com versões anteriores, ele realizou a revisão dos quatro Evangelhos em língua latina, depois o Saltério e grande parte do Antigo Testamento. Tendo em conta o original hebraico e grego, dos Setenta, a versão grega clássica do Antigo Testamento que remontava ao tempo pré-cristão, e as precedentes versões latinas, Jerônimo, com a ajuda de outros colaboradores, pôde oferecer uma tradução melhor: ela constitui a chamada "Vulgata", o texto "oficial" da Igreja latina, que foi reconhecido como tal pelo Concílio de Trento e que, depois da recente revisão, permanece o texto "oficial" da Igreja de língua latina. É interessante ressaltar os critérios aos quais o grande biblista se ateve na sua obra de tradutor. Revela-o ele mesmo quando afirma respeitar até a ordem das palavras das Sagradas Escrituras, porque nelas, diz, "até a ordem das palavras é um mistério" (Ep. 57, 5), isto é, uma revelação. Reafirma ainda a necessidade de recorrer aos textos originários: "Quando surge um debate entre os Latinos sobre o Novo Testamento, para as relações discordantes dos manuscritos, recorremos ao original, isto é, ao texto grego, no qual foi escrito o Novo Pacto. Do mesmo modo para o Antigo Testamento, se existem divergências entre os textos gregos e latinos, apelamos ao texto original, o hebraico; assim tudo o que brota da nascente, podemo-lo encontrar nos ribeiros" (Ep. 106, 2). Além disso, Jerônimo comentou também muitos textos bíblicos. Para ele os comentários devem oferecer numerosas opiniões, "de modo que o leitor cauteloso, depois de ter lido as diversas explicações e conhecido numerosas opiniões para aceitar ou rejeitar julgue qual seja a mais fidedigna e, como um perito de câmbios, rejeite a moeda falsa" (Contra Rufinum 1, 16).

Contestou enérgica e vivazmente os hereges que recusavam a tradição e a fé da Igreja. Demonstrou também a importância e a validade da literatura cristã, que se tornou uma verdadeira cultura já digna de ser posta em confronto com a clássica: fê-lo compondo o *De viris illustribus*, uma obra na qual Jerônimo apresenta as biografias de mais de uma centena de autores cristãos. Escreveu também biografias de monges, ilustrando ao lado de outros percursos espi-

rituais também o ideal monástico; traduziu também várias obras de autores gregos. Por fim, no importante Epistolário, uma obra-prima da literatura latina, Jerônimo sobressai com as suas características de homem culto, de asceta e de guia das almas.

Que podemos nós aprender de São Jerônimo? Sobretudo, penso, o seguinte: amar a Palavra de Deus na Sagrada Escritura. Diz São Jerônimo: "Ignorar as Escrituras é ignorar Cristo". Por isso é importante que cada cristão viva em contato e em diálogo pessoal com a palavra de Deus, que nos é dada na Sagrada Escritura. Este nosso diálogo com ela deve ter sempre duas dimensões: por um lado, deve ser um diálogo realmente pessoal, porque Deus fala com cada um de nós através da Sagrada Escritura e cada um tem uma mensagem. Devemos ler a Sagrada Escritura não como palavra do passado, mas como Palavra de Deus que se dirige também a nós e procurar compreender o que o Senhor nos quer dizer. Mas para não cair no individualismo devemos ter presente que a Palavra de Deus nos é dada precisamente para construir comunhão, para nos unir na verdade no nosso caminho para Deus. Portanto, ela, mesmo sendo sempre uma palavra pessoal, é também uma Palavra que constrói comunidade, que constrói a Igreja. Por isso, devemos lê-la em comunhão com a Igreja viva. O lugar privilegiado da leitura e da escuta da Palavra de Deus é a liturgia, na qual, celebrando a Palavra e tornando presente no Sacramento o Corpo de Cristo, atualizamos a Palavra na nossa vida e tornámo-la presente entre nós. Nunca devemos esquecer que a Palavra de Deus transcende os tempos. As opiniões humanas vão e voltam. O que hoje é muito moderno, amanhã será velho. A Palavra de Deus, ao contrário, é Palavra de vida eterna, tem em si a eternidade, ou seja, é válida para sempre. Trazendo em nós a Palavra de Deus, trazemos também em nós o eterno, a vida eterna. E concluo com uma palavra de São Jerônimo a São Paulino de Nola. Nela o grande exegeta expressa precisamente esta realidade, isto é, que na Palavra de Deus recebemos a eternidade, a vida eterna. Diz São Jerônimo: "Procuremos aprender na terra aquelas verdades cuja consistência persistirá também no céu" (Ep. 53, 10).

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 14 de Novembro de 2007

São Jerônimo (2)

Queridos irmãos e irmãs!

Continuemos hoje a apresentação da figura de São Jerônimo. Como dissemos na quarta-feira passada, ele dedicou a sua vida ao estudo da Bíblia, a ponto de ser reconhecido por um meu Predecessor, o Papa Bento XV, como "doutor eminente na interpretação das Sagradas Escrituras".

Jerônimo ressaltava a alegria e a importância de se familiarizar com os textos bíblicos: "Não te parece habitar já aqui na terra no reino dos céus, quando se vive entre estes textos, quando os meditamos, quando não se conhece e não se procura nada mais?" (Ep. 3, 10). Na realidade, dialogar com Deus, com a sua Palavra, é num certo sentido presença do Céu, isto é, presença de Deus. Aproximar-se dos textos bíblicos, sobretudo do Novo Testamento, é essencial para o crente, porque "ignorar a Escritura é ignorar Cristo". É sua esta célebre frase, citada também pelo Concílio Vaticano II na Constituição Dei Verbum (n. 2).

Verdadeiramente "apaixonado" pela Palavra de Deus, ele perguntava: "Como se poderia viver sem a ciência das Escrituras, através das quais se aprende a conhecer o próprio Cristo, que é a vida dos crentes?" (Ep. 30, 7). A Bíblia, instrumento "com o qual todos os dias Deus fala aos fiéis" (Ep. 133, 13), torna-se assim estímulo e fonte da vida cristã para todas as situações e para cada pessoa. Ler a Escritura é conversar com Deus: "Se rezas escreve ele a uma jovem nobre de Roma falas com o Esposo; se lês, é Ele quem te fala" (Ep. 22, 2). O estudo e a meditação da Escritura tornam o homem sábio e sereno (cf. In Eph., prol.). Sem dúvida, para compreender cada vez mais profundamente a palavra de Deus é necessária uma dedicação constante e progressiva.

Assim Jerônimo recomendava ao sacerdote Nepociano: "Lê com muita frequência as divinas Escrituras; aliás, que o Livro sagrado nunca seja deposto das tuas mãos. Aprende aqui o que tu deves ensinar (Ep. 2, 7). Dava estes conselhos à matrona romana Leta para a educação cristã da filha: "Certifica-te que ela estude todos os dias alguns trechos da Escritura... Que depois da oração se dedique à leitura, e depois da leitura à oração... Que em vez das jóias e dos vestidos de seda, ela aprecie os Livros divinos" (Ep. 107, 9.12). Com a meditação e a ciência das Escrituras "mantém-se o equilíbrio da alma" (Ad Eph., prol.). Só um profundo espírito de oração e a ajuda do Espírito Santo nos podem introduzir na compreensão da Bíblia: "Na inter-

pretação da Sagrada Escritura nós temos sempre necessidade do socorro do Espírito Santo" (In Mich., 1, 1, 10, 1).

Toda a vida de Jerônimo se distingue por um amor apaixonado pelas Escrituras, um amor que ele sempre procurou despertar nos fiéis: "Ama a Sagrada Escritura e a sabedoria amar-te-á; ama-a ternamente e ela guardar-te-á; honra-a e receberás as suas carícias. Que ela seja para ti como os teus colares e brincos" (Ep. 130, 20). E ainda: "Ama a ciência da Escritura, e não amarás os vícios da carne" (Ep. 12, 11).

Para Jerônimo um critério fundamental de método na interpretação das Escrituras era a sintonia com o magistério da Igreja. Nunca podemos sozinhos ler a Escritura. Encontramos demasiadas portas fechadas e facilmente caímos no erro. A Bíblia foi escrita pelo Povo de Deus e para o Povo de Deus, sob a inspiração do Espírito Santo. Só nesta comunhão com o Povo de Deus podemos realmente entrar com o "nós" no núcleo da verdade que o próprio Deus nos quer dizer. Para ele uma interpretação autêntica da Bíblia devia estar sempre em concordância harmoniosa com a fé da Igreja católica. Não se trata de uma exigência imposta a este Livro a partir de fora; o Livro é precisamente a voz do Povo de Deus peregrino e só na fé deste Povo temos, por assim dizer, a tonalidade justa para compreender a Sagrada Escritura. Por isso Jerônimo admoestava: "Permanece firmemente apegado à doutrina tradicional que te foi ensinada, para que tu possas exortar segundo a tua sã doutrina e contrastar quantos a contradizem" (Ep. 2, 7). Em particular, dado que Jesus Cristo fundou a sua Igreja sobre Pedro, cada cristão concluía ele deve estar em comunhão "com a Cátedra de São Pedro. Eu sei que sobre esta pedra está edificada a Igreja" (Ep. 1, 2). Consequentemente, sem meios-termos, declarava: "Eu estou com todo aquele que estiver na Cátedra de São Pedro" (Ep. 16).

Obviamente Jerônimo não descuida o aspecto ético. Com frequência ele recorda o dever de conciliar a vida com a Palavra divina e só vivendo-a encontramos também a capacidade de a compreender. Esta coerência é indispensável para cada cristão, e particularmente para o pregador, para que as suas ações, se forem discordantes em relação aos discursos, não o ponham em dificuldade. Assim exorta o sacerdote Nepociano: "Que as tuas ações não desmintam as tuas palavras, para que não aconteça que, quando pregas na igreja, haja quem no seu íntimo comente: "Por que precisamente tu não te comportas assim?". Verdadeiramente simpático aquele mestre que, de barriga cheia, disserta sobre o jejum; também um ladrão pode censurar a avareza; mas no sacerdote de Cristo a mente e a palavra devem estar em sintonia" (Ep. 2, 7). Noutra carta Jerônimo recorda: "Também se possui uma doutrina maravilhosa, não tem vergonha a pessoa que se sente condenar pela própria consciência" (Ep. 127, 4). Sempre em tema de coerência, ele observa: o Evangelho deve traduzir-se em atitudes de caridade verdadeira,

porque em cada ser humano está presente a própria Pessoa de Cristo. Dirigindo-se, por exemplo, ao presbítero Paulino (que depois foi Bispo de Nola e Santo), Jerônimo assim o aconselha: "O verdadeiro templo de Cristo é a alma do fiel: ornamenta este santuário, embelezao, coloca nele as tuas ofertas e recebe Cristo. Para que revestir as paredes de pedras preciosas, se Cristo morre de fome na pessoa de um pobre?" (Ep., 7). Jerônimo concretiza: é preciso "vestir Cristo nos pobres, visitá-lo em quem sofre, alimentá-lo nos famintos, dar-lhe abrigo nos desalojados" (Ep. 130, 14). O amor a Cristo, alimentado com o estudo e a meditação, faz-nos superar qualquer dificuldade: "Amemos também nós Jesus Cristo, procuremos sempre a união com ele: então parecer-nos-á fácil também o que é difícil" (Ep.22, 40).

Jerônimo, definido por Próspero de Aquitânia "modelo de comportamento e mestre do gênero humano" (Carmen de ingratis, 7), deixou-nos também um ensinamento rico e variado sobre o ascetismo cristão. Ele recorda que um compromisso corajoso em relação à perfeição exige uma vigilância constante, mortificações frequentes, mesmo se com moderação e prudência, um trabalho intelectual ou manual assíduo para evitar o ócio (cf. Epp. 12, 11 e 130, 1), e sobretudo a obediência a Deus: "Nada... apraz tanto a Deus como a obediência... que é a virtude mais excelsa e única" (Hom. de Oboedientia: CCL 7, 2). No caminho ascético pode estar incluída também a prática das peregrinações. Em particular, Jerônimo estimulou as peregrinações à Terra Santa, onde os peregrinos eram acolhidos e hospedados nos edifícios ao lado do mosteiro de Belém, graças à generosidade da fidalga Paula, filha espiritual de Jerônimo (cf. Ep. 10,14).

Por fim, não podemos deixar de mencionar o contributo dado por Jerônimo em matéria de pedagogia cristã (cf. Epp. 107 e 12). Ele propõe-se formar "uma alma que deve tornar-se o templo do Senhor" (Ep. 107, 4), uma "gema preciosíssima" aos olhos de Deus (Ep. 107, 13). Com profunda intuição ele aconselha a sua preservação do mal e das ocasiões pecaminosas, a exclusão de amizades equívocas ou dissipantes (cf. Ep. 107, 4 e -9; cf. também Ep. 12, 3-4). Sobretudo exorta os pais para que criem um ambiente de tranquilidade e de alegria em volta dos filhos, os estimulem ao estudo e ao trabalho, também com o louvor e a emulação (cf. Epp. 107, 4 e 12, 1), os encorajem a superar as dificuldades, favoreçam neles os bons hábitos e os preservem dos maus costumes porque e cita uma frase de Público Sírio que ouviu na escola "dificilmente conseguirás corrigir-te daquelas coisas às quais te vais tranquilamente habituando" (Ep. 107,). Os pais são os principais educadores dos filhos, os primeiros mestres de vida. Com muita clareza Jerônimo, dirigindo-se à mãe de uma jovem e mencionando depois o pai, admoesta, quase expressando uma exigência fundamental de cada criatura humana que empreende a existência: "Que ela encontre em ti a sua mestra, e olhe para ti com admiração na

sua inexperiente juventude. Que nunca veja em ti nem em seu pai atitudes que a levem a pecar, se forem imitadas. Recordai-vos de que... a podeis educar mais com o exemplo do que com a palavra" (Ep. 107, 9). Entre as principais intuições de Jerônimo como pedagogo devem ser ressaltadas a importância atribuída a uma educação sadia e completa desde a infância, a responsabilidade peculiar reconhecida aos pais, a urgência de uma séria formação moral e religiosa, a exigência do estudo para uma formação humana mais completa.

Além disso, um aspecto bastante esquecido nos tempos antigos, mas considerado vital pelo nosso autor, é a promoção da mulher, à qual reconhece o direito a uma formação completa: humana, escolar, religiosa, profissional. E vemos precisamente hoje como a educação da personalidade na sua totalidade, a educação para a responsabilidade diante de Deus e do homem, seja a verdadeira condição para qualquer progresso, paz, reconciliação e exclusão da violência. Educação diante de Deus e do homem: é a Sagrada Escritura que nos oferece a guia para a educação e assim para o verdadeiro humanismo.

Não podemos concluir estas rápidas anotações sobre o grande Padre da Igreja sem mencionar a contribuição eficaz por ela dada à salvaguarda dos elementos positivos e válidos das antigas culturas judaica, grega e romana na nascente civilização cristã. Jerônimo reconheceu e assimilou os valores artísticos, a riqueza dos sentimentos e a harmonia das imagens presentes nos clássicos, que educam o coração e a fantasia para sentimentos nobres. Sobretudo, ele ps no centro da sua vida e da sua atividade a Palavra de Deus, que indica ao homem os caminhos da vida, e revela-lhe os segredos da santidade. Por tudo isto devemos estar-lhe profundamente gratos, precisamente no nosso hoje.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Praça de São Pedro Quarta-feira, 21 de Novembro de 2007

Afrates, o Sábio persa

Queridos irmãos e irmãs!

Na nossa excursão pelo mundo dos Padres da Igreja, gostaria hoje de vos guiar a uma parte pouco conhecida deste universo da fé, isto é, aos territórios nos quais floresceram as Igrejas de língua semítica, ainda não influenciadas pelo pensamento grego. Estas Igrejas, ao longo do século IV, desenvolvem-se no Próximo Oriente, da Terra Santa ao Líbano e à Mesopotâmia. Naquele século, que é um período de formação a nível eclesial e literário, estas comunidades conhecem o afirmar-se do fenómeno ascético-monástico com características autóctones, que não sofrem a influência do monaquismo egípcio. Portanto, as comunidades sírias do século IV representam o mundo semítico do qual saiu a própria Bíblia, e são expressão de um cristianismo cuja formulação teológica ainda não entrou em contato com correntes culturais diversas, mas vive em formas próprias de pensamento. São Igrejas nas quais o ascetismo sob várias formas eremíticas (eremitas no deserto, nas cavernas, isolados, estilitas), e o monaquismo sob formas de vida comunitária, exercem um papel de vital importância no desenvolvimento do pensamento teológico espiritual.

Gostaria de apresentar este mundo através da grande figura de Afrates, conhecido também com o apelido de "Sábio", uma das personagens mais importantes e ao mesmo tempo mais enigmáticas do cristianismo sírio do século IV.

Originário da região de Nínive-Mossul, hoje no Iraque, viveu na primeira metade do século IV. Temos poucas notícias sobre a sua vida; manteve contudo estreitos relacionamentos com os ambientes ascético-monásticos da Igreja síria, da qual nos conservou notícias na sua obra e à qual dedica parte da sua reflexão. Segundo algumas fontes chefiou um mosteiro, e por fim foi também consagrado Bispo. Escreveu 23 discursos com o nome de Exposições ou Demonstrações, nos quais trata diversos temas de vida cristã, como a fé, o amor, o jejum, a humildade, a oração, a própria vida ascética e também a relação entre judaísmo e cristianismo, entre Antigo e Novo Testamento. Escreveu num estilo simples, com frases breves e paralelismos por vezes contrastantes; conseguiu contudo estabelecer um discurso coerente com um desenvolvimento bem articulado dos vários temas que tratou.

Afrates era originário de uma comunidade eclesial que se encontra na fronteira entre o judaísmo e o cristianismo. Era uma comunidade muito ligada à Igreja-mãe de Jerusalém, e os seus Bispos eram tradicionalmente escolhidos entre os chamados "familiares" de Tiago, o "irmão

do Senhor" (cf. Mc 6, 3): isto é, eram pessoas relacionadas por vínculos de sangue e pela fé à Igreja hierosolimitana. A língua de Afrates é a síria, portanto uma língua semítica como o hebraico do Antigo Testamento e como o aramaico falado pelo próprio Jesus. A comunidade eclesial na qual viveu Afrates era uma comunidade que procurava permanecer fiel à tradição judaico-cristã, da qual se sentia filha. Significativamente Afrates definiu-se "discípulo da Sagrada Escritura" do Antigo e do Novo Testamento (Exposição 22, 26), que considerava sua única fonte de inspiração, recorrendo a eles de modo tão abundante que fez deles o centro da sua reflexão.

São diversos os argumentos que Afrates desenvolve nas suas Exposições. Fiel à tradição síria, com frequência apresenta a salvação realizada por Cristo como uma cura e, portanto, o próprio Cristo como médico. O pecado, ao contrário, é visto como uma ferida, que só a penitência pode curar: "Um homem que foi ferido na guerra, diz Afrates, não sente vergonha de se entregar nas mãos de um sábio médico...; do mesmo modo, quem foi ferido por Satanás não se deve envergonhar de reconhecer a sua culpa e de se afastar dela, pedindo a medicina da penitência" (Exposição 7, 3). Outro aspecto importante na obra de Afrates é o seu ensinamento sobre a oração, e de modo especial sobre Cristo como mestre de oração. O cristão reza seguindo o ensinamento de Jesus e o seu exemplo de orante: "O nosso Salvador ensinou-nos a rezar assim, dizendo: "Reza em segredo Aquele que está escondido, mas que tudo vê"; e ainda: "Entra no teu quarto e reza ao teu Pai em segredo, e o Pai que vê em segredo recompensar-te-á" (Mt 6, 6)... O que o nosso Salvador quer mostrar é que Deus conhece os desejos e os pensamentos do coração" (Exposição 4, 10).

Para Afrates a vida cristã centra-se na imitação de Cristo, em carregar o seu jugo e em segui-lo pelos caminhos do Evangelho. Uma das virtudes que mais convém ao discípulo de Cristo é a humildade. Ela não é um aspecto secundário na vida espiritual do cristão: a natureza do homem é humilde, e é Deus que a exalta na sua própria glória. A humildade, observa Afrates, não é um valor negativo: "Se a raiz do homem está plantada na terra, os seus frutos elevam-se diante do Senhor da grandeza" (Exposição 9, 14). Permanecendo humilde, também na realidade terrena em que vive, o cristão pode entrar em relação com o Senhor: "O humilde é humilde, mas o seu coração eleva-se a alturas excelsas. Os olhos do seu rosto observam a terra e os olhos da mente a altura excelsa" (Exposição 9, 2).

A visão que Afrates tem do homem e da sua realidade corporal é muito positiva: o corpo humano, a exemplo de Cristo humilde, está chamado à beleza, à alegria, à luz: "Deus aproxima-se do homem que ama, e é justo amar a humildade e permanecer na condição de humildade. Os homens são simples, pacientes, amados, íntegros, retos, peritos no bem, prudentes, sere-

nos, sábios, mansos, pacíficos, misericordiosos, prontos a converter-se, benévolos, profundos, ponderados, belos e desejáveis" (Exposição 9, 14). Com frequência em Afrates a vida cristã é apresentada numa clara dimensão ascética e espiritual: a fé é a sua base, o fundamento; ela faz do homem um templo no qual habita o próprio Cristo. Portanto a fé torna possível uma caridade sincera, que se exprime no amor a Deus e ao próximo. Outro aspecto importante em Afrates é o jejum, que por ele é entendido em sentido amplo. Ele fala do jejum dos alimentos como de uma prática necessária para ser caritativo e casto, do jejum constituído pela continência em vista da santidade, do jejum das palavras vãs ou detestáveis, do jejum da cólera, do jejum da propriedade de bens em vista do ministério, do jejum do sono para se dedicar à oração.

Queridos irmãos e irmãs, voltemos ainda para concluir ao ensinamento de Afrates sobre a oração. Segundo este antigo "Sábio", a oração realiza-se quando Cristo habita no coração do cristão, e o convida a um compromisso coerente de caridade para com o próximo. De fato, escreve:

"Dá alívio aos oprimidos, visita os doentes, sê solícito para com os pobres: esta é a oração. A oração é boa, e as suas obras são belas. A oração é aceite quando dá alívio ao próximo. A oração é ouvida quando nela se encontra também o perdão das ofensas. A oração é forte quando está repleta da força de Deus" (Exposição 4, 14-16). Com estas palavras Afrates convida-nos a uma oração que se torna vida cristã, vida realizada, vida imbuída de fé, da abertura a Deus e, assim, do amor ao próximo.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 28 de Novembro de 2007

Santo Efrém, o Sírio

Queridos irmãos e irmãs!

Segundo a opinião comum de hoje, o cristianismo seria uma religião europeia, que teria exportado depois a cultura deste Continente para outros Países. Mas a realidade é muito mais complexa, porque a raiz da religião cristã se encontra no Antigo Testamento e portanto em Jerusalém e no mundo semítico. O cristianismo alimenta-se sempre desta raiz do Antigo Testamento. Também a sua expansão nos primeiros séculos se verificou quer a Ocidente no mundo greco-latino, onde inspirou depois a cultura europeia quer a Oriente, até à Pérsia, à Índia, contribuindo assim para suscitar uma cultura específica, em línguas semíticas, com uma identidade própria. Para mostrar esta pluriformidade da única fé cristã dos inícios, na catequese de quarta-feira passada falei de um representante deste outro cristianismo, Afrates, o sábio persa, por nós quase desconhecido. Na mesma linha desejaria falar hoje sobre Santo Efrém, nascido em Nisibi por volta de 306 numa família cristã. Ele foi o mais importante representante do cristianismo de língua síria e conseguiu conciliar de modo único a vocação do teólogo com a do poeta. Formou-se e cresceu ao lado de Tiago, Bispo de Nisibi (303-338), e juntamente com ele fundou a escola teológica da sua cidade. Ordenado diácono, viveu intensamente a vida da comunidade cristã local até 363, ano em que em Nisibi caiu nas mãos dos Persas. Efrém então emigrou para Edessa, onde prosseguiu a sua atividade de pregador. Faleceu nesta cidade no ano de 373, vítima do contágio contraído no cuidado dos doentes de peste. Não se tem a certeza se era monge, mas contudo é certo que permaneceu diácono toda a sua vida e abraçou a virgindade e a pobreza. Assim se mostra na especificidade da sua expressão cultural a comum e fundamental identidade cristã: a fé, a esperança esta esperança que permite viver pobre e casto neste mundo, pondo todas as expectativas no Senhor e por fim a caridade, até ao dom de si mesmo na cura dos doentes de peste.

Santo Efrém deixou-nos uma grande herança teológica: a sua considerável produção pode reunir-se em quatro categorias: obras escritas em prosa ordinária (as suas obras polêmicas, ou os comentários bíblicos); obras em prosa poética; homilias em versos; por fim os hinos, certamente a obra mais ampla de Efrém. Ele é um autor rico e interessante sob muitos aspectos, mas sobretudo sob o perfil teológico. A especificidade do seu trabalho é que nele teologia e poesia se encontram. Querendo aproximar-nos da doutrina, devemos insistir desde o início sobre este aspecto: isto é, o fato de que ele faz teologia de forma poética. A poesia permite-lhe

aprofundar a reflexão teológica através de paradoxos e imagens. Ao mesmo tempo a sua teologia torna-se liturgia, torna-se música: de fato, ele era um grande compositor, um músico. Teologia, reflexão sobre a fé, poesia, canto e louvor a Deus caminham juntos; e é precisamente neste carácter litúrgico que na teologia de Efrém sobressai nitidamente a verdade divina. Na sua busca de Deus, no seu fazer teologia, ele segue o caminho do paradoxo e do símbolo. As imagens contrapostas são por ele amplamente privilegiadas, porque lhe servem para ressaltar o mistério de Deus.

Não posso agora apresentar muito acerca dele, também porque a poesia dificilmente se pode traduzir, mas para dar pelo menos uma ideia gostaria de citar uma parte de dois hinos. Antes de tudo, também em vista do próximo Advento, proponho-vos algumas maravilhosas imagens tiradas dos hinos Sobre a Natividade de Cristo. Diante da Virgem, Efrém manifesta com tonalidade inspirada a sua estupefação:

"O Senhor vem a ela para se fazer servo. O verbo veio a ela para descer no seu seio. O relâmpago veio a ela para não fazer barulho algum. O pastor veio a ela e eis o Anjo nascido, que humildemente chora. Dado que o seio de Maria inverteu os papéis: Aquele que criou todas as coisas entrou em sua posse, mas pobre. O Altíssimo veio a ela (Maria), mas entrou humilde. O esplendor veio a ela, mas revestido de humildes vestes. Aquele que prodigaliza todas as coisas conheceu a fome. Aquele que dessedenta todos conheceu a sede. Nu e despojado saiu dela, ele que reveste (de beleza) todas as coisas". (Hino "De Nativitate" 11, 6-8).

Para expressar o mistério de Cristo Efrém usa uma grande diversidade de temas, de expressões, de imagens. Num dos seus hinos, ele relaciona de modo eficaz Adão (no paraíso) com Cristo (na Eucaristia): "Foi fechando com a espada do querubim, que fechou o caminho da árvore da vida. Mas para os povos, o Senhor desta árvore deu-se como alimento ele mesmo na oblação (eucarística). As árvores do Éden foram dadas como alimento à primazia de Adão. Para nós, o jardineiro do Jardim em pessoa fez-se alimento para as nossas almas. De fato, todos tínhamos saído do Paraíso juntamente com Adão, que o deixou para trás. Agora que a espada foi tirada lá (na cruz)da lança nós podemos ali voltar". (Hino 49, 9-11).

Para falar da Eucaristia Efrém serve-se de duas imagens: as brasas e o carvão ardente, e a pérola. O tema das brasas é tomado pelo profeta Isaías (cf. 6, 6). É a imagem do serafim que, com as pinças, pega nas brasas, e simplesmente toca de modo leve os lábios do profeta para os purificar; o cristão, ao contrário, toca levemente e consome a Brasa, que é o próprio Cristo: "No teu pão esconde-se o Espírito que não pode ser consumado; no teu vinho há o fogo que não se pode beber. O Espírito no teu pão, o fogo no teu vinho: eis uma maravilha acolhida pelos nossos lábios. O serafim não podia aproximar os seus dedos da brasa, que foi aproxima-

da apenas pelos lábios de Isaías; nem os dedos lhe pegaram, nem os lábios a engoliram; mas o Senhor concedeu-nos fazer as duas coisas. O fogo desceu com ira para destruir os pecadores, mas o fogo da graça desce sobre o pão e nele permanece. Em vez do fogo que destruiu o homem, comemos o fogo no pão e fomos vivificados". (Hino "De Fide" 10, 8-10).

E ainda um último exemplo dos hinos de Santo Efrém, onde fala da pérola como símbolo da riqueza e da beleza da fé: "Coloquei (a pérola), meus irmãos, na palma da mão, para a poder examinar. Observei-a de uma parte e da outra: tinha um só aspecto nos dois lados. (Assim) é a busca do Filho, imperscrutável, porque ela é toda luz. Na sua nitidez eu vi o Nítido, que não se torna opaco; e na sua pureza, o símbolo grande do corpo de nosso Senhor, que é puro. Na sua indivisibilidade, vi a verdade, que é indivisível". (Hino "Sobre a Pérola" 1, 2-3).

A figura de Efrém ainda é plenamente atual para a vida das várias Igrejas cristãs. Descobrimo-lo em primeiro lugar como teólogo, que a partir da Sagrada Escritura reflete poeticamente sobre o mistério da redenção do homem realizada por Cristo, Verbo de Deus encarnado. A sua é uma reflexão teológica expressa com imagens e símbolos tirados da natureza, da vida quotidiana e da Bíblia. poesia e aos hinos para a liturgia, Efrém confere um carácter didáctico e catequético; trata-se de hinos teológicos e ao mesmo tempo adequados para a recitação ou o cântico litúrgico. Efrém serve-se destes hinos para difundir, por ocasião das festas litúrgicas, a doutrina da Igreja. Com o tempo eles revelaram-se um meio catequético extremamente eficaz para a comunidade cristã.

É importante a reflexão de Efrém sobre o tema de Deus criador: na criação nada está isolado, e o mundo é, ao lado da Sagrada Escritura, uma Bíblia de Deus. Usando de modo errado a sua liberdade, o homem inverte a ordem da criação. Para Efrém é relevante o papel da mulher. O modo em que ele fala dela é sempre inspirado na sensibilidade e no respeito: a habitação de Jesus no seio de Maria elevou em grande medida a dignidade da mulher. Para Efrém, assim como não há Redenção sem Jesus, também não há Encarnação sem Maria. As dimensões divina e humana do mistério da nossa redenção encontram-se já nos textos de Efrém; de modo poético e com imagens fundamentalmente escrituristas, ele antecipa o quadro teológico e de certo modo a própria linguagem das grandes definições dos Concílios do século V.

Efrém, honrado pela tradição cristã com o título de "cítara do Espírito Santo", permaneceu diácono da sua Igreja toda a vida. Foi uma escolha decisiva e emblemática: ele foi diácono, isto é, servo, quer no ministério litúrgico, quer, mais radicalmente, no amor a Cristo, por ele cantado de modo inigualável, quer por fim na caridade para com os irmãos, que introduziu com rara mestria no conhecimento da divina Revelação.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 5 de Dezembro de 2007

São Cromácio de Aquileia

Queridos irmãos e irmãs!

Nas duas últimas catequeses fizemos uma excursão através das Igrejas do Oriente de língua semítica, meditando sobre Afrates, o persa, e Santo Efrém, o sírio; voltamos hoje ao mundo latino, ao Norte do Império Romano, com São Cromácio de Aquileia. Este Bispo desempenhou o seu ministério na antiga Igreja de Aquileia, fervoroso centro de vida cristã situado na Décima região do Império romano, a Venetia et Histria. Em 338, quando Cromácio subiu à Cátedra episcopal da cidade, a comunidade cristã local já tinha maturado uma história gloriosa de fidelidade ao Evangelho. Entre os meados do século III e os primeiros anos do século IV as perseguições de Décio, de Valeriano e de Diocleciano tinham causado um grande número de mártires. Além disso, a Igreja de Aquileia, como muitas outras Igrejas da época, tinha-se confrontado com a ameaça da heresia ariana. O próprio Atanásio o delfim da ortodoxia nicena, que os arianos tinham obrigado ao exílio encontrou refúgio por algum tempo em Aquileia. Sob a guia dos seus Bispos, a comunidade cristã resistiu às insídias da heresia e restabeleceu a própria adesão à fé católica.

Em Setembro de 381 Aquileia foi sede de um Sínodo, que viu reunidos cerca de 35 Bispos provenientes da frica, do vale do Ródano e de toda a Décima região. O Sínodo propunha-se debelar os últimos resíduos do arianismo no Ocidente. Participou no Concílio também o presbítero Cromácio, como perito do Bispo de Aquileia, Valeriano (370/1 - 387/8). Os anos próximos ao Sínodo representam "a era de ouro" da comunidade aquilense. São Jerônimo, nativo da Dalmácia, e Rufino de Concórdia falaram com nostalgia da sua estadia em Aquileia (370-373), naquela espécie de cenáculo teológico que Jerônimo não hesita em definir tamquam chorus beatorum, "como um coro de beatos" (Crónica: PL XXVII, 697-698). Neste cenáculo que sob certos aspectos recorda as experiências comunitárias guiadas por Eusébio de Vercelli e por Agostinho formaram-se as personalidades mais notáveis das Igrejas do Alto Adriático.

Mas já na sua família Cromácio tinha aprendido a conhecer e a amar Cristo. Disto nos fala, com palavras cheias de admiração, o próprio Jerônimo, que compara a mãe de Cromácio com a profetisa Ana, as suas duas irmãs com as virgens prudentes da parábola evangélica, e o próprio Cromácio e o seu irmão Eusébio com o jovem Samuel (cf. Ep. VII: PL XXII, 341). Acerca de Cromácio e de Eusébio, Jerônimo escreve ainda: "O beato Cromácio e o santo Eusébio

eram irmãos pelo vínculo do sangue, como também pela identidade dos ideais" (Ep. VIII: PL XXII, 342).

Cromácio tinha nascido em Aquileia por volta de 345. Foi ordenado diácono e depois presbítero; por fim, foi eleito Pastor daquela Igreja (a. 388). Tendo recebido a consagração episcopal pelo Bispo Ambrósio, dedicou-se com coragem e energia a uma tarefa imane pela vastidão do território confiado aos seus cuidados pastorais: de fato, a jurisdição eclesiástica de Aquileia estendia-se dos territórios atuais da Suíça, Baviera, ustria e Eslovénia, chegando até à Hungria. Pode-se deduzir quanto Cromácio era conhecido e estimado na Igreja do seu tempo, por um episódio da vida de São João Crisóstomo. Quando o Bispo de Constantinopla foi exilado da sua sede, escreveu três cartas àqueles que considerava os mais importantes Bispos do Ocidente, para obter o apoio dos imperadores: escreveu uma carta ao Bispo de Roma, a segunda ao Bispo de Milão, a terceira ao Bispo de Aquileia, precisamente Cromácio (Ep. CLV: PG LII, 702). Também para ele, aqueles eram tempos difíceis devido à situação política precária. Muito provavelmente Cromácio faleceu no exílio, em Grado, enquanto procurava sobreviver às incursões dos bárbaros, no mesmo ano 407 no qual faleceu também Crisóstomo.

Quanto ao prestígio e à importância, Aquileia era a quarta cidade da península italiana, e a nona do Império romano: também por este motivo atraía a atenção dos Gotos e dos Hunos. Além de causar graves lutos e destruições, as invasões destes povos comprometeram seriamente a transmissão das obras dos Padres conservadas na biblioteca episcopal, rica de códices. Foram dispersos também os escritos de São Cromácio, que terminaram aqui e ali, e foram com frequência atribuídos a outros autores: a João Crisóstomo (também pelo equivalente início dos dois nomes, Chromatius como Chrysostomus); ou a Ambrósio e a Agostinho; e também a Jerônimo, que Cromácio muito tinha ajudado na revisão do texto e na tradução latina da Bíblia. A redescoberta de grande parte da obra de Cromácio é devida a vicissitudes felizes e fortuitas, que permitiram reconstruir só em anos recentes um corpus de escritos bastante consistente: mais de quarenta sermões, dos quais uma dezena fragmentários, e mais de sessenta tratados de comentário ao Evangelho de Mateus.

Cromácio foi um mestre sábio e um pastor zeloso. O seu primeiro e principal compromisso foi pôr-se à escuta da Palavra, para ser capaz de se tornar depois seu anunciador: no seu ensinamento ele parte sempre da Palavra de Deus, e a ela volta sempre. Algumas temáticas são-lhe particularmente queridas: antes de tudo o mistério trinitário, que ele contempla na sua revelação ao longo de toda a história da salvação. Depois o tema do Espírito Santo: Cromácio recorda constantemente aos fiéis a presença e a ação da terceira Pessoa da Santíssima Trindade na vida da Igreja. Mas com particular insistência o Santo Bispo fala do mistério de Cristo.

O Verbo encarnado é verdadeiro Deus e verdadeiro homem: assumiu integralmente a humanidade, para lhe fazer dom da própria divindade. Estas verdades, reafirmadas com insistência também em função anti-ariana, chegarão cerca de cinquenta anos mais tarde à definição do Concílio de Calcedónia. O forte realce da natureza humana de Cristo leva Cromácio a falar da Virgem Maria. A sua doutrina mariológica é límpida e clara. Devemos a ele algumas sugestivas descrições da Virgem Santíssima: Maria é a "virgem evangélica capaz de acolher Deus"; é a "ovelha imaculada e pura", que gerou o "cordeiro revestido de púrpura" (cf. Sermo XXIII, 3: Escritores da área de Santo Ambrósio 31, p. 134). O Bispo de Aquileia relaciona com frequência a Virgem com a Igreja: de fato, ambas são "virgens" e "mães". A eclesiologia de Cromácio é desenvolvida sobretudo no comentário a Mateus. Eis alguns conceitos frequentes: a Igreja é única, nasceu do sangue de Cristo; é veste preciosa tecida pelo Espírito Santo; a Igreja está onde se anuncia que Cristo nasceu da Virgem, onde florescem a fraternidade e a concórdia. Uma imagem à qual Cromácio está particularmente afeiçoado é a da barca no mar em tempestade e os seus eram tempos de tempestade, como vimos: "Não há dúvida", afirma o santo Bispo, "que esta barca representa a Igreja" (cf. Tract. XLII, 5: Escritores da área de Santo Ambrósio 32, pág. 260).

Sendo pastor zeloso, Cromácio sabe falar ao seu povo com uma linguagem vigorosa, vivaz e incisiva. Mesmo sem ignorar o perfeito cursus latino, prefere recorrer à linguagem popular, rica de imagens facilmente compreensíveis. Assim, por exemplo, inspirando-se no mar, ele confronta, por um lado, a pesca natural de peixes que, lançados para a margem, morrem; e por outro, a pregação evangélica, graças à qual os homens salvos das águas lamacentas da morte, e introduzidos na vida verdadeira (cf. Tract. XVI, 3: Escritores da área de Santo Ambrósio 32, pág. 106). Sempre na óptica do bom pastor, numa época agitada como a sua, atormentada pelas incursões dos bárbaros, ele sabe colocar-se ao lado dos fiéis para os confortar e para abrir o seu ânimo à confiança em Deus, que nunca abandona os seus filhos.

Por fim recolhamos, para concluir estas reflexões, uma exortação de Cromácio, ainda hoje perfeitamente válida: "Rezemos ao Senhor com todo o coração e com toda a fé recomenda o Bispo de Aquileia num dos seus Sermões peçamos-lhe que nos liberte de qualquer incursão dos inimigos, de qualquer receio dos adversários. Não veja os nossos merecimentos, mas a sua misericórdia, ele que também no passado se dignou libertar os filhos de Israel não pelos seus merecimentos, mas pela sua misericórdia. Proteja-nos com o habitual amor misericordioso, e realize para nós o que o santo Moisés disse aos filhos de Israel: O Senhor combaterá em vossa defesa, e vós estareis em silêncio. É ele quem combate, é ele que alcança a vitória... E para que se digne fazê-lo, devemos rezar o mais possível. De fato, ele mesmo diz através do

profeta: "Invoca-me no dia da tribulação; eu libertar-te-ei, e tu me darás glória" (Sermo XVI, 4: Escritores da área de Santo Ambrósio 31, pp. 100-102).

Assim, precisamente no início do tempo do Advento, São Cromácio recorda-nos que este é um tempo de oração, no qual é preciso entrar em contato com Deus. Deus conhece-nos, conheceme a mim, conhece cada um de nós, quer-me bem, não me abandona. Prossigamos com esta confiança no tempo litúrgico que há pouco iniciou.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Sala Paulo VI Quarta-feira, 12 de Dezembro de 2007

São Paulino de Nola

Queridos irmãos e irmãs!

O Padre da Igreja ao qual hoje dedicamos a nossa atenção é São Paulino de Nola. Contemporâneo de Santo Agostinho, ao qual foi ligado por uma profunda amizade, Paulino exerceu o seu ministério na Campânia, em Nola, onde foi monge, depois presbítero e Bispo. Era contudo originário de Aquitânia, no sul da França, e precisamente de Bordéus, onde tinha nascido de uma família influente. Recebeu uma requintada educação literária, tendo como mestre o poeta Ausónio. Afastou-se da sua terra pela primeira vez para seguir a sua precoce carreira política, desempenhando, ainda em jovem idade, o papel de governador da Campânia. Neste cargo público foram admiradas as suas capacidades de sabedoria e de mansidão. Neste período a graça fez germinar no seu coração a semente da conversão. O estímulo veio da fé simples e intensa com que o povo honrava o túmulo de um Santo, o mártir Félix, no Santuário da atual Cimitile. Como responsável da vida pública, Paulino interessou-se por este Santuário e fez construir um hospício para os pobres e uma estrada para facilitar o acesso aos numerosos peregrinos.

No seu empenho por edificar a cidade terrena, ele ia descobrindo o caminho rumo à cidade celeste. O encontro com Cristo foi o ponto de chegada de um caminho trabalhoso, cheio de provas. Circunstâncias dolorosas, começando pela falta do favor da autoridade política, obrigaram-no a viver a caducidade das coisas. Quando chegou à fé escreveu: "O homem sem Cristo é pó e sombra" (Carme X, 29). Desejoso de esclarecer o sentido da existência, foi a Milão para se colocar na escola de Ambrósio. Completou depois a formação cristã na sua terra natal, onde recebeu o batismo das mãos do Bispo Delfim, de Bordéus. Encontra-se no seu percurso de fé também o matrimônio. De fato, casou com Terásia, uma fidalga piedosa de Barcelona, da qual teve um filho. Teria continuado a viver como bom leigo cristão, se a morte do filho depois de alguns dias do nascimento o não tivesse abalado, mostrando-lhe que era outro o desígnio de Deus para a sua vida. De fato, sentiu-se chamado a devotar-se a Cristo numa vida ascética rigorosa.

Em total acordo com a esposa Terásia, vendeu os seus bens em benefício dos pobres e, juntamente com ela, deixou Aquitânia indo para Nola, onde os dois habitaram ao lado da Basílica do protetor São Félix, vivendo em casta fraternidade, segundo uma forma de vida à qual outros se uniram. O ritmo comunitário era tipicamente monástico, mas Paulino, que em Barce-

lona tinha sido ordenado presbítero, começou a ocupar-se também do ministério sacerdotal em favor dos peregrinos. Isto proporcionou-lhe a simpatia e a confiança da comunidade cristã que, com a morte do Bispo, por volta de 409, o quis escolher como sucessor na cátedra de Nola. A sua ação pastoral intensificou-se, caracterizando-se por uma atenção particular pelos pobres. Deixou a imagem de um autêntico Pastor da caridade, como o descreveu São Gregório Magno no capítulo III dos seus Diálogos, onde Paulino é esculpido no gesto heroico de se oferecer prisioneiro no lugar do filho de uma viúva. O episódio é historicamente discutível, mas permanece a figura de um Bispo de grande coração, que soube estar próximo do seu povo nas tristes situações das invasões bárbaras.

A conversão de Paulino impressionou os contemporâneos. O seu mestre Ausónio, um poeta pagão, sentiu-se "traído", e dirigiu-lhe palavras ásperas, reprovando-lhe por um lado o "desprezo", julgado desatinado, dos bens materiais, e por outro o abandono da vocação de literato. Paulino retorquiu que o seu doar aos pobres não significa desprezo pelos bens terrenos, mas ao contrário uma sua valorização para a finalidade mais nobre da caridade. Quanto aos compromissos literários, aquilo que Paulino tinha abandonado não era o talento poético, que teria continuado a cultivar, mas as fórmulas poéticas inspiradas na mitologia e nos ideais pagãos. Uma nova estética governa a sua sensibilidade: era a beleza do Deus encarnado, crucificado e ressuscitado, do qual ele se fazia agora cantor. Na realidade, não tinha deixado a poesia, mas tirava do Evangelho a sua inspiração como diz neste verso: "Para mim a única arte é a fé, e Cristo a minha poesia" ("At nobis ars una fides, et musica Christus": Carme XX, 32).

Os seus poemas são cânticos de fé e de amor, nos quais a história quotidiana dos pequenos e grandes acontecimentos é vista como história de salvação, como história de Deus conosco. Muitas destas composições, as chamadas "Carmes natalícias", estão ligadas à festa do mártir Félix, que ele tinha eleito como celeste Padroeiro. Recordando São Félix, ele pretendia glorificar Cristo, estando convencido de que a intercessão do Santo lhe tivesse obtido a graça da conversão: "Na tua luz, jubiloso, amei Cristo" (Carme XXI, 373). Ele quis expressar este mesmo conceito ampliando o espaço do Santuário com uma nova basílica, que fez decorar de modo que as pinturas, ilustradas com as respectivas didascálias, constituíssem para os peregrinos uma catequese viva. Assim ele explicava o seu projeto numa poesia dedicada a outro grande catequista, São Nicetas de Remesiana, enquanto o acompanhava nas visitas às suas Basílicas: "Agora desejo que tu contemples as pinturas que se desenrolam em grande série nas paredes dos pórticos pintados... Pareceu-nos ser uma ação útil representar com a pintura temas sagrados em toda a casa de Félix, na esperança de que, à vista destas imagens, a figura pintada suscite o interesse das mentes admiradas dos camponeses" (Carme XXVII, vv. 11.0-3). Ainda

hoje se podem admirar os vestígios destas realizações, que situam justamente o santo de Nola entre as figuras de referência da arqueologia cristã.

No ascetismo de Cimitile a vida transcorria na pobreza, na oração e totalmente imersa na "lectio divina". A Escritura lida, meditada, assimilada, era a luz sob cujo raio o Santo de Nola perscrutava a sua alma na propensão para a perfeição. A quem permanecia admirado pela decisão por ele tomada de abandonar os bens materiais, recordava que este gesto estava muito longe de representar já a plena conversão: "O abandono ou a venda dos bens temporais possuídos neste mundo não constitui o cumprimento, mas apenas o início da corrida no estádio; não é, por assim dizer, a meta, mas só a partida. De fato, o atleta não vence quando se despe, porque depõe as suas vestes apenas para começar a lutar, mas é digno de ser coroado vencedor só depois de ter combatido devidamente" (cf. Ep. XXIV, 7 a Sulpício Severo).

Ao lado da ascese e da Palavra de Deus, a caridade: na comunidade monástica os pobres sentiam-se em casa. A eles Paulino não se limitava a dar esmola: acolhia-os como se fossem o próprio Cristo. Tinha reservado para eles uma parte do mosteiro e, fazendo assim, parecia-lhe não que dava, mas que recebia, no intercâmbio de dons entre o acolhimento oferecido e a gratidão orante dos assistidos. Chamava aos pobres seus "padroeiros" (cf. Ep. XIII, 11 a Pamáquio) e, observando que estavam alojados no andar inferior, gostava de dizer que a sua oração servia de fundamento para a sua casa (cf. Carme XXI, 393-394).

São Paulino não escreveu tratados de teologia, mas os seus poemas e o denso epistolário são ricos de uma teologia vivida, embebida da palavra de Deus, constantemente perscrutada como luz para a vida. Em particular, sobressai o sentido da Igreja como mistério de unidade. A comunhão era por ele vivida sobretudo através de uma marcada prática da amizade espiritual. Nela Paulino foi um verdadeiro mestre, fazendo da sua vida uma encruzilhada de espíritos eleitos: de Martinho de Tours a Jerônimo, de Ambrósio a Agostinho, de Delfim de Bordéus a Nicetas de Remesiana, de Vitrício de Ruão a Rufino de Aquileia, de Pamáquio a Suplício Severo, e muitos outros ainda, mais ou menos conhecidos. Neste clima surgem as intensas páginas escritas por Agostinho. Além dos conteúdos de cada uma das cartas, impressiona a afabilidade com que o Santo de Nola canta a própria amizade, como manifestação do único corpo de Cristo animado pelo Espírito Santo. Eis um trecho significativo, no início da correspondência entre os dois amigos: "Não devemos admirar-nos se, embora distantes, estamos presentes um para o outro e sem nos termos conhecido conhecemo-nos, porque somos membros de um só corpo, temos uma só cabeça, somos inundados por uma só graça, vivemos de um só pão, percorremos o mesmo caminho, habitamos na mesma casa" (Ep. 6, 2). Como se vê, uma lindíssima descrição do que significa ser cristão, ser Corpo de Cristo, viver na comunhão da

Igreja. A teologia do nosso tempo encontrou precisamente no conceito de comunhão a chave de abordagem do mistério da Igreja. O testemunho de São Paulino de Nola ajuda-nos a sentir a Igreja, como no-la apresenta o Concílio Vaticano II, como sacramento da união íntima com Deus e assim da unidade de todos nós e por fim de todo o gênero humano (cf. Lumen gentium, 1). Nesta perspectiva desejo a todos um proveitoso tempo de Advento.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Sala Paulo VI Quarta-feira, 19 de Dezembro de 2007

Nascimento de Cristo

Queridos irmãos e irmãs!

Nestes dias, à medida que nos aproximamos da grande festa do Natal, a liturgia estimula a intensificar a nossa preparação, pondo-nos à disposição muitos textos bíblicos do Antigo e do Novo Testamento, que nos estimulam a focalizar bem o sentido e o valor desta celebração anual. Se por um lado o Natal nos faz comemorar o prodígio incrível do nascimento do Filho Unigênito de Deus da Virgem Maria na gruta de Belém, por outro exorta-nos também a aguardar, vigiando e rezando, o nosso próprio Redentor, que no último dia "virá julgar os vivos e os mortos". Talvez nós hoje, também nós crentes, aguardamos realmente o Juiz; mas todos esperamos a justiça. Vemos tanta injustiça no mundo, no nosso pequeno mundo, em casa, no bairro, mas também no grande mundo dos Estados, das sociedades. E esperamos que seja feita justiça. A justiça é um conceito abstrato: faz-se justiça. Nós esperamos que venha concretamente quem pode fazer justiça. E neste sentido rezamos: Vinde, Senhor, Jesus Cristo como Juiz, vinde segundo o vosso modo. O Senhor sabe como entrar no mundo e criar justiça. Peçamos ao Senhor, o Juiz, que nos responda, que crie realmente justiça no mundo. Esperemos a justiça, mas isto não pode ser apenas a expressão de uma certa exigência em relação aos outros. Esperar a justiça no sentido cristão indica sobretudo que nós próprios começamos a viver sob o olhar do Juiz, segundo os critérios do Juiz; que começamos a viver na sua presença, realizando a justiça na nossa vida. Assim, realizando a justiça, pondo-nos na presença do Juiz, esperamos realmente a justiça. E este é o sentido do Advento, da vigília. Vigília do Advento significa viver sob o olhar do Juiz e preparar-nos assim nós mesmos e o mundo para a justiça. Deste modo, portanto, vivendo sob o olhar do Deus-Juiz, podemos abrir o mundo para a vinda do seu Filho, predispor o coração para acolher "o Senhor que vem". O Menino, que há cerca de dois mil anos os pastores adoraram numa gruta na noite de Belém, não se cansa de nos visitar na vida quotidiana, enquanto como peregrinos estamos encaminhados para o Reino. Na sua expectativa o crente torna-se então intérprete das esperanças da humanidade inteira; a humanidade anseia pela justiça e assim, mesmo se com frequência de modo inconsciente, aguarda Deus, espera a salvação que só Deus nos pode dar. Para nós cristãos esta expectativa está marcada pela oração assídua, como sobressai bem na série sugestiva de invocações que nos são propostas, nestes dias da Novena de Natal, quer na Missa, na aclamação ao Evangelho, quer na celebração das Vésperas, antes do cântico do Magnificat.

Cada uma das invocações, que imploram a vinda da Sabedoria, do Sol de justiça, do Deus conosco, contém uma oração dirigida ao Esperado pelos povos, para que apresse a sua vinda. Invocar o dom do nascimento do Salvador prometido significa contudo comprometer-se a aplanar-lhe o caminho, a preparar-lhe uma habitação digna não só no ambiente à nossa volta, mas sobretudo no nosso coração. Deixando-nos guiar pelo evangelista João, procuremos portanto dirigir nestes dias a mente e o coração para o Verbo eterno, o Logos, para a Palavra que se fez carne e de cuja plenitude recebemos graça sobre graça (cf. 1, 14.16). Esta fé no Logos Criador, na Palavra que criou o mundo, n'Aquele que veio como Menino, esta fé e a sua grande esperança hoje parecem infelizmente distantes da realidade da vida vivida todos os dias, pública ou individual. Esta verdade parece muito grande. Nós mesmos nos arranjamos segundo as possibilidades que encontramos, pelo menos assim parece. Mas desta forma o mundo torna-se cada vez mais caótico e também violento: vemo-lo todos os dias. E a luz de Deus, a luz da Verdade, apaga-se. A vida torna-se escura e desorientada.

Como é então importante que sejamos realmente crentes e como crentes reafirmemos com vigor, com a nossa vida, o mistério de salvação que a celebração do Natal de Cristo traz consigo! Em Belém manifestou-se ao mundo a Luz que ilumina a nossa vida; foi-nos revelada a Vida que nos leva à plenitude da nossa humanidade. Se não reconhecermos que Deus se fez homem, que sentido tem festejar o Natal? A celebração torna-se vazia. Antes de tudo, nós cristãos devemos reafirmar com profunda e sentida convicção a verdade do Natal de Cristo, para testemunhar diante de todos a consciência de um dom inaudito que é riqueza não só para nós, mas para todos. Disto brota o dever da evangelização que é precisamente a comunicação deste "*euangelion*", desta "boa nova". Isto foi recordado recentemente pelo documento da Congregação para a Doutrina da Fé, denominado Nota doutrinal sobre alguns aspectos da evangelização, que desejo entregar à vossa reflexão e ao vosso aprofundamento pessoal e comunitário.

Queridos amigos, nesta já imediata preparação para o Natal a oração da Igreja faz-se mais intensa, para que se realizem as esperanças de paz, de salvação e de justiça de que o mundo hoje tem urgente necessidade. Peçamos a Deus que a violência seja vencida pela força do amor, as contraposições cedam o lugar à reconciliação, a vontade de subjugar se transforme em desejo de perdão, de justiça e de paz. Os votos de bondade e de amor que desejamos uns aos outros nestes dias alcancem todos os âmbitos do nosso viver quotidiano. A paz esteja nos nossos corações, para que se abram à ação da graça de Deus. A paz habite nas famílias e que elas transcorram o Natal unidas diante do presépio e da árvore enfeitada de luzes. A mensagem de solidariedade e de acolhimento que provém do Natal, contribua para criar uma sensi-

bilidade mais profunda para com as antigas e novas formas de pobreza, para o bem comum, no qual todos somos chamados a participar. Todos os membros da comunidade familiar, sobretudo as crianças, os idosos, as pessoas mais débeis, possam sentir o calor desta festa, que se prolongue depois durante todos os dias do ano.

O Natal seja para todos festa da paz e da alegria: alegria pelo nascimento do Salvador, Príncipe da paz. Como os pastores, apressemos desde já os nossos passos rumo a Belém. No coração da Noite Santa também nós poderemos então contemplar o "Menino envolvido em panos, que jaz numa manjedoura", juntamente com Maria e José (cf. Lc 2, 12.16). Peçamos ao Senhor que abra o nosso coração, para que possamos entrar no mistério do seu Natal. Maria, que doou o seu seio virginal ao Verbo de Deus, que o contemplou Menino nos seus braços maternos, e que continua a oferecê-lo a todos como Redentor do mundo, nos ajude a fazer do próximo Natal uma ocasião de crescimento no conhecimento e no amor a Cristo. São estes os votos que formulo com afeto a todos vós aqui presentes, às vossas famílias e a quantos vos são queridos.

Bom Natal a todos vós!

2008

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 2 de Janeiro de 2008

A divina maternidade de Maria

Amados irmãos e irmãs!

Uma fórmula de bênção muito antiga, referida no Livro dos Números, recita: "Que o Senhor te abençoe e te proteja! Que o Senhor faça resplandecer a Sua face sobre ti e te seja benevolente! Que o Senhor dirija o seu olhar para ti e te conceda a paz!" (6, 24-26). Com estas palavras que a liturgia nos fez ouvir ontem, primeiro dia do ano, gostaria de formular cordiais bons votos a vós, aqui presentes, e a quantos durante estas festas de Natal me manifestaram confirmações de afetuosa proximidade espiritual.

Ontem celebramos a solene festa de Maria, Mãe de Deus. "Mãe de Deus", Theotókos, é o título atribuído oficialmente a Maria no século V, exatamente no Concílio de Éfeso de 431, confirmado pela devoção do povo cristão já a partir do século III, no contexto dos intensos debates daquele período sobre a pessoa de Cristo. Com aquele título ressaltava-se que Cristo é Deus e nasceu realmente de Maria como homem: na verdade, por mais que o debate parecesse verter sobre Maria, ele dizia respeito essencialmente ao Filho. Querendo salvaguardar a plena humanidade de Jesus, alguns Padres sugeriam uma palavra menos forte: em vez do título de Theotókos, propunham o de Christotókos, "Mãe de Cristo"; mas justamente esta sugestão foi vista como uma ameaça à doutrina da plena unidade da divindade com a humanidade de Cristo. Por isso, depois do amplo debate, no Concílio de Éfeso de 431, como disse, foi solenemente confirmada, por um lado, a unidade das duas naturezas, a divina e a humana, na pessoa do Filho de Deus (cf. DS, n. 250) e, por outro, a legitimidade da atribuição à Virgem do título de Theotókos, Mãe de Deus (ibid., n.251).

Depois deste Concílio registou-se uma verdadeira explosão de devoção mariana e foram construídas numerosas igrejas dedicadas à Mãe de Deus. Entre elas sobressai a Basílica de Santa Maria Maior, aqui em Roma. A doutrina relativa a Maria, Mãe de Deus, encontrou além disso nova confirmação no Concílio de Calcedónia (451) no qual Cristo foi declarado "verdadeiro Deus e verdadeiro homem (...) nascido de Maria Virgem e Mãe de Deus, na sua humanidade, para nós e para a nossa salvação" (DS, n. 301). Como se sabe, o Concílio Vaticano II reuniu num capítulo da Constituição dogmática sobre a Igreja Lumen gentium, o oitavo, a doutrina sobre Maria, reafirmando a sua divina maternidade. O capítulo intitula-se: "A Bem-Aventurada Virgem, Mãe de Deus, no mistério de Cristo e da Igreja".

A qualificação de Mãe de Deus, tão profundamente ligada às festividades do Natal, é portanto o apelativo fundamental com o qual a Comunidade dos crentes honra, poderíamos dizer, desde sempre a Virgem Santa. Ela exprime bem a missão de Maria na história da salvação. Todos os outros títulos atribuídos a Nossa Senhora encontram o seu fundamento na sua vocação para ser Mãe do Redentor, a criatura humana eleita por Deus para realizar o plano de salvação, centrado no grande mistério da encarnação do Verbo divino. Nestes dias de festa detemo-nos para contemplar no presépio a representação da Natividade. No centro deste cenário encontramos a Virgem Mãe que oferece o Menino Jesus à contemplação de quantos vão adorar o Salvador: os pastores, o povo pobre de Belém, os Magos que vieram do Oriente. Mais tarde, na festa da "Apresentação do Senhor", que celebraremos a 2 de Fevereiro, serão o velho Simeão e a profetisa Ana que receberão das mãos da Mãe o pequeno Menino e O adorarão. A devoção do povo cristão considerou sempre o nascimento de Jesus e a maternidade divina de Maria como dois aspectos do mesmo mistério da encarnação do Verbo divino e por isso nunca considerou a Natividade como algo do passado. Nós somos "contemporâneos" dos pastores, dos magos, de Simeão e de Ana, ao irmos com eles estamos cheios de alegria, porque Deus quis ser o Deus conosco e tem uma mãe, que é a nossa mãe.

Do título de "Mãe de Deus" derivam depois todos os outros títulos com que a Igreja honra Nossa Senhora, mas este é o fundamental. Pensemos no privilégio da "Imaculada Conceição", isto é, no fato de Ela ser imune ao pecado desde a sua conceição: Maria foi preservada de qualquer mancha de pecado porque devia ser a Mãe do Redentor. O mesmo é válido para o título da "Assunção": Aquela que tinha gerado o Salvador não podia estar sujeita à corrupção derivante do pecado original. E sabemos que todos estes privilégios não são concedidos para afastar de nós Maria, mas ao contrário, para a tornar mais próxima; de fato, estando totalmente com Deus, esta Mulher está muito próxima de nós e ajuda-nos como mãe e como irmã. Também o lugar único e irrepetível que Maria ocupa na Comunidade dos crentes deriva desta sua vocação fundamental para ser a Mãe do Redentor. Precisamente como tal, Maria é também a Mãe do Corpo Místico de Cristo, que é a Igreja. Justamente por isso, durante o Concílio Vaticano II, a 21 de Novembro de 1964, Paulo VI atribuiu solenemente a Maria o título de "Mãe da Igreja".

Precisamente porque é Mãe da Igreja, a Virgem é também Mãe de cada um de nós, que somos membros do Corpo místico de Cristo. Da Cruz Jesus confiou a Mãe a cada um dos seus discípulos e, ao mesmo tempo, confiou cada discípulo ao amor da sua Mãe. O evangelista João conclui a breve e sugestiva narração com as palavras: "E, desde aquela hora, o discípulo recebeu-A em sua casa" (Lc 19, 27). É assim a tradução italiana do texto grego: "εις τά ίδια", ele

recebeu-a na sua própria realidade, no seu próprio ser. Desta forma, faz parte da sua vida e as duas vidas compenetram-se; e este aceitá-la (εις τά ίδια) na própria vida é o testamento do Senhor. Portanto, no momento supremo do cumprimento da missão messiânica, Jesus deixa a cada um dos seus discípulos, como herança preciosa, a sua própria Mãe, a Virgem Maria.

Queridos irmãos e irmãs, nestes primeiros dias do ano, somos convidados a considerar atentamente a importância da presença de Maria na vida da Igreja e na nossa existência pessoal. Confiemo-nos a ela para que guie os nossos passos neste novo período de tempo que o Senhor nos concede viver, e nos ajude a ser autênticos amigos do seu Filho e desta forma também artífices corajosos do seu Reino no mundo, Reino da luz e da verdade. Bom Ano a todos! São estes os votos que desejo dirigir a vós aqui presentes e aos vossos queridos nesta primeira Audiência geral de 2008. Que o novo ano, que iniciou sob o sinal da Virgem Maria, nos faça sentir mais vivamente a sua presença materna, de forma que, amparados e confortados pela proteção da Virgem, possamos contemplar com um renovado olhar o rosto do seu Filho Jesus e caminhar mais rapidamente pelas estradas do bem. Mais uma vez, Bom Ano a todos!

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 9 de Janeiro de 2008

Santo Agostinho de Hipona (1)

Queridos irmãos e irmãs!

Depois das grandes festas de Natal, gostaria de voltar às meditações sobre os Padres da Igreja e falar hoje do maior Padre da Igreja latina, Santo Agostinho: homem de paixão e de fé, de grande inteligência e incansável solicitude pastoral, este grande santo e doutor da Igreja é muito conhecido, pelo menos de fama, também por quem ignora o cristianismo ou não tem familiaridade com ele, porque deixou uma marca muito profunda na vida cultural do Ocidente e de todo o mundo. Pelo seu singular relevo, Santo Agostinho teve uma influência vastíssima, e poder-se-ia afirmar, por um lado, que todas as estradas da literatura latina cristã levam a Hipona (hoje Annaba, à beira-mar da Argélia), o lugar onde era Bispo e, por outro, que desta cidade da África romana, da qual Agostinho foi Bispo de 395 até à morte em 430, se ramificam muitas outras estradas do cristianismo sucessivo e da própria cultura ocidental.

Raramente uma civilização encontrou um espírito tão grande, que soubesse acolher os seus valores e exaltar a sua intrínseca riqueza, inventando ideias e formas das quais se alimentariam as gerações vindouras, como ressaltou também Paulo VI: "Pode-se dizer que todo o pensamento da antiguidade conflui na sua obra e dela derivam correntes de pensamento que permeiam toda a tradição doutrinal dos séculos sucessivos" (AAS 62, 1970, p. 426). Além disso, Agostinho é o Padre da Igreja que deixou o maior número de obras. O seu biógrafo Possídio diz: parecia impossível que um homem pudesse escrever tantas coisas durante a vida. Falaremos destas diversas obras num próximo encontro. Hoje a nossa atenção concentra-se sobre a sua vida, que se reconstrói bem pelos escritos, e em particular pelas Confessiones, a extraordinária autobiografia espiritual, escrita em louvor a Deus, que é a sua obra mais famosa. E são precisamente as Confessiones agostinianas, com a sua atenção à interioridade e à psicologia, que constituem um modelo único na literatura ocidental, e não só, também não religiosa, até à modernidade. Esta atenção à vida espiritual, ao mistério do eu, ao mistério do Deus que se esconde no eu, é uma coisa extraordinária sem precedentes e permanece para sempre, por assim dizer, um "vértice" espiritual. Mas, falando da sua vida, Agostinho nasceu em Tagaste na Província de Numídia, na África romana a 13 de Novembro de 354, filho de Patrício, um pagão que depois se tornou catecúmeno, e de Mónica, cristã fervorosa. Esta mulher apaixonada, venerada como santa, exerceu sobre o filho uma grandíssima influência e educou-o na fé cristã. Agostinho recebeu também o sal, como sinal de acolhimento no catecumenato. E per-

maneceu sempre fascinado pela figura de Jesus Cristo; aliás, ele diz que amou sempre Jesus, mas que se afastou cada vez mais da fé eclesial, da prática eclesial, como acontece hoje com muitos jovens.

Agostinho tinha também um irmão, Navígio, e uma irmã, da qual não sabemos o nome e que, tendo ficado viúva, chefiou depois um mosteiro feminino. O jovem, de inteligência aguda, recebeu uma boa educação, mesmo se nem sempre foi um estudante exemplar. Contudo ele estudou bem a gramática, primeiro na sua cidade natal, depois em Madaura, e a partir de 370 retórica em Cartago, capital da África romana: dominava perfeitamente a língua latina, mas não conseguiu dominar do mesmo modo o grego nem aprendeu o púnico, falado pelos seus conterrâneos. Precisamente em Cartago Agostinho leu pela primeira vez o Hortensius, um escrito de Cícero que depois se perdeu, o qual está na base do seu caminho rumo à conversão. De fato, o texto de Cícero despertou nele o amor pela sabedoria, como escreverá, já Bispo, nas *Confessiones*: "Aquele livro mudou verdadeiramente o meu modo de sentir", a ponto que "de repente perdeu valor qualquer esperança vã e desejava com um incrível fervor do coração a imortalidade da sabedoria" (III, 4, 7).

Mas estando convencido de que sem Jesus não se pode dizer que se encontrou efetivamente a verdade, e dado que neste livro apaixonante lhe faltava aquele nome, logo após tê-lo lido começou a ler a Escritura, a Bíblia. Mas ficou desiludido. Não só porque o estilo latino da tradução da Sagrada Escritura era insuficiente, mas também porque o próprio conteúdo lhe pareceu insatisfatório. Nas narrações da Escritura sobre guerras e outras vicissitudes humanas não encontrava a altura da filosofia, o esplendor de busca da verdade que lhe é próprio. Contudo, não queria viver sem Deus e assim procurava uma religião que correspondesse ao seu desejo de verdade e também ao seu desejo de se aproximar de Jesus. Caiu assim na rede dos maniqueus, que se apresentavam como cristãos e prometiam uma religião totalmente racional. Afirmavam que o mundo está dividido em dois princípios: o bem e o mal. E assim se explicaria toda a complexidade da história humana. Agostinho apreciava também a moral dualista, porque implicava uma moral muito alta para os eleitos: e para quem, como ele, a ela aderia, era possível uma vida muito mais adequada à situação do tempo, sobretudo para um homem jovem. Portanto, tornou-se maniqueu, convencido naquele momento de ter encontrado a síntese entre racionalidade, busca da verdade e amor a Jesus Cristo. E teve também uma vantagem concreta para a sua vida: de fato, a adesão aos maniqueus abria perspectivas fáceis para fazer carreira.

Aderir àquela religião que contava muitas personalidades influentes permitia-lhe prosseguir a relação estabelecida com uma mulher e continuar a sua carreira. Desta mulher teve um filho,

Adeodato, por ele muito querido, muito inteligente, que estará depois presente na preparação para o batismo junto do lago de Como, participando naqueles "Diálogos" que Santo Agostinho nos transmitiu. Infelizmente o jovem faleceu prematuramente. Professor de gramática aos vinte anos na sua cidade natal, regressou cedo a Cartago, onde foi um brilhante e celebrado mestre de retórica. Todavia, com o tempo, Agostinho começou a afastar-se da fé dos maniqueus, que o desiludiram precisamente sob o ponto de vista intelectual porque não esclareceram as suas dúvidas, e transferiu-se para Roma, e depois para Milão, onde na época residia a corte imperial e onde obtivera um lugar de prestígio graças ao interesse e às recomendações do prefeito de Roma, o pagão Símaco, hostil ao Bispo de Milão, Santo Ambrósio.

Em Milão Agostinho adquiriu o costume de ouvir inicialmente para enriquecer a sua bagagem retórica as lindíssimas pregações do Bispo Ambrósio, que tinha sido representante do imperador para a Itália setentrional, e pela palavra do grande prelado milanês o retórico africano sentiu-se fascinado; e não só pela sua retórica, sobretudo o conteúdo atingiu cada vez mais o seu coração. O grande problema do Antigo Testamento, da falta de beleza retórica, de elevação filosófica resolveu-se, nas pregações de santo Ambrósio, graças à interpretação tipológica do Antigo Testamento: Agostinho compreendeu que todo o Antigo Testamento é um caminho rumo a Jesus Cristo. Encontrou assim a chave para compreender a beleza, a profundidade também filosófica do Antigo Testamento e percebeu toda a unidade do mistério de Cristo na história e também a síntese entre filosofia, racionalidade e fé no Logos, em Cristo Verbo eterno que se fez carne.

Em breve tempo Agostinho deu-se conta de que a literatura alegórica da Escritura e a filosofia neoplatónica praticadas pelo Bispo de Milão lhe permitiam resolver as dificuldades intelectuais que, quando era jovem, na sua primeira abordagem aos textos bíblicos, lhe pareciam insuperáveis.

À dos escritos dos filósofos Agostinho fez seguir-se a leitura renovada da Escritura e sobretudo das Cartas paulinas. A conversão ao cristianismo, a 15 de Agosto de 386, colocou-se no ápice de um longo e atormentado percurso interior, do qual falaremos noutra catequese, e o africano transferiu-se para o campo a norte de Milão, nas proximidades do lago de Como com a mãe Mónica, o filho Adeodato e um pequeno grupo de amigos a fim de se preparar para o batismo. Assim, aos trinta e dois anos, Agostinho foi batizado por Ambrósio a 24 de Abril de 387, durante a vigília pascal, na Catedral de Milão.

Depois do batismo, Agostinho decidiu regressar à África com os amigos, com a ideia de praticar uma vida comum, de tipo monástico, ao serviço de Deus. Mas em Óstia, à espera de partir, a mãe improvisamente adoeceu e pouco mais tarde faleceu, dilacerando o coração do filho.

Regressando finalmente à pátria, o convertido estabeleceu-se em Hipona para ali fundar um mosteiro. Nesta cidade da beira-mar africana, apesar das suas resistências, foi ordenado presbítero em 391 e iniciou com alguns companheiros a vida monástica na qual pensava há tempos, dividindo os seus dias entre a oração, o estudo e a pregação. Ele desejava estar só ao serviço da verdade, não se sentia chamado à vida pastoral, mas depois compreendeu que a chamada de Deus era para ser pastor entre os outros, e oferecer assim o dom da verdade aos demais. Em Hipona, quatro anos mais tarde, em 395, foi consagrado Bispo. Continuando a aprofundar o estudo das Escrituras e dos textos da tradição cristã, Agostinho foi um Bispo exemplar no seu incansável compromisso pastoral: pregava várias vezes por semana aos seus fiéis, apoiava os pobres e os órfãos, cuidava da formação do clero e da organização de mosteiros femininos e masculinos. Em pouco tempo o antigo retórico afirmou-se como um dos representantes mais importantes do cristianismo daquele tempo: muito ativo no governo da sua diocese com notáveis influências também civis nos mais de 35 anos de episcopado, o Bispo de Hipona exerceu grande influência na guia da Igreja católica da África romana e mais em geral no cristianismo do seu tempo, enfrentando tendências religiosas e heresias tenazes e desagregadoras como o maniqueísmo, o donatismo e o pelagianismo, que punham em perigo a fé cristã no Deus único e rico em misericórdia.

E a Deus se confiou Agostinho todos os dias, até ao extremo da sua vida: atingido por febre, quando havia três meses que Hipona estava assediada pelos vândalos invasores, o Bispo narra o amigo Possídio na Vita Augustini pediu para transcrever em letras grandes os salmos penitenciais "e fez pregar as folhas na parede, de modo que estando de cama durante a sua doença os podia ver e ler, e chorava ininterruptamente lágrimas quentes" (31, 2). Transcorreram assim os últimos dias da vida de Agostinho, que faleceu a 28 de Agosto de 430, quando ainda não tinha completado 76 anos. Dedicaremos os próximos encontros às suas obras, à sua mensagem e à sua vicissitude interior.

Saudações

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 16 de Janeiro de 2008

Santo Agostinho de Hipona (2)

Queridos irmãos e irmãs!

Hoje, como na passada quarta-feira, gostaria de falar do grande Bispo de Hipona, Santo Agostinho. Quatro anos antes de morrer, ele quis nomear o sucessor. Por isso, a 26 de Setembro de 426, reuniu o povo na Basílica da Paz, em Hipona, para apresentar aos fiéis aquele que tinha designado para tal tarefa. Disse: "Nesta vida somos todos mortais, mas o último dia desta vida é para cada indivíduo sempre incerto. Contudo, na infância espera-se chegar à adolescência; na adolescência à juventude; na juventude à idade adulta; na idade adulta à maturidade; na idade madura à velhice. Não se tem a certeza de a alcançar, mas espera-se. A velhice, ao contrário, não tem diante de si outro período no qual esperar; a sua própria duração é incerta... Eu por vontade de Deus cheguei a esta cidade no vigor da minha vida; mas agora a minha juventude passou e eu já sou velho" (Ep 213, 1). Nesta altura Agostinho pronunciou o nome do sucessor designado, o sacerdote Heráclito. A assembleia explodiu num aplauso de aprovação repetindo vinte e três vezes: "Deus seja louvado! Deus seja louvado!". Com outras aclamações os fiéis aprovaram, além disso, quanto Agostinho disse depois sobre os propósitos para o seu futuro: queria dedicar os anos que lhe restavam a um estudo mais intenso das Sagradas Escrituras (cf. Ep 213, 6).

De fato, seguiram-se quatro anos de extraordinária atividade intelectual: realizou obras importantes, empreendeu outras não menos empenhativas, fez debates públicos com os hereges procurava sempre o diálogo interveio para promover a paz nas províncias africanas assediadas pelas tribos bárbaras do sul. Neste sentido escreveu ao conde Dário, que foi à África para resolver a discórdia entre o conde Bonifácio e a corte imperial, da qual se estavam a aproveitar as tribos dos Mauritanos pelas suas incursões: "O maior título de glória afirmava na carta é precisamente o de suprimir a guerra com as palavras, em vez de matar os homens com a espada, e procurar ou manter a paz com a paz e não com a guerra. Sem dúvida, também os que combatem, se são bons, procuram sem dúvida a paz, mas à custa do derramamento de sangue. Tu, ao contrário, foste enviado precisamente para impedir que se procure derramar o sangue de alguém" (Ep 229, 2). Infelizmente, a esperança de uma pacificação dos territórios africanos foi desiludida: em Maio de 429 os Vândalos, convidados para a África por vingança pelo próprio Bonifácio, passaram o estreito de Gibraltar e invadiram a Mauritânia. A invasão atingiu rapidamente as outras ricas províncias africanas. Em Maio ou em Junho de 430 "os destruido-

res do império romano", como Possídio qualifica aqueles bárbaros (Vita, 30, 1), estavam em volta de Hipona, que assediaram.

Na cidade tinha procurado refúgio, o qual, tendo-se reconciliado demasiado tarde com a corte, procurava agora em vão impedir o caminho aos invasores. O biógrafo Possídio descreve o sofrimento de Agostinho: "As lágrimas eram, mais do que o habitual, o seu pão noite e dia e, tendo já chegado ao extremo da sua vida, mais que os outros arrastava à amargura e ao luto a sua velhice (Vida, 28, 6). E explica: "De fato, aquele homem de Deus via os massacres e as destruições das cidades; destruídas as casas no campo e os habitantes mortos pelos inimigos ou afugentados e desorientados; as igrejas privadas dos sacerdotes e dos ministros, as virgens sagradas e os religiosos dispersos por toda a parte; entre eles, outros mortos sob as torturas, outros assassinados pela espada, outros feitos prisioneiros, perdida a integridade da alma e do corpo e também a fé, reduzidos em dolorosa e longa escravidão pelos inimigos" (ibid., 28, 8).

Mesmo idoso e cansado, Agostinho conquistou contudo sempre simpatias, confortando-se a si mesmo e aos outros com a oração e a meditação sobre os misteriosos desígnios da Providência. Falava, a este propósito, da "velhice do mundo" e verdadeiramente era velho esse mundo romano falava desta velhice como já tinha feito anos antes para confortar os prófugos provenientes da Itália, quando em 410 os Godos de Alarico tinham invadido a cidade de Roma. Na velhice, dizia, os doentes abundam: tosse, catarro, remela, ansiedade, esgotamento. Mas se o mundo envelhece, Cristo é perpetuamente jovem. E então o convite: "Não rejeitar rejuvenescer unido a Cristo, também no mundo velho. Ele diz-te: Não temas, a tua juventude renovar-se-á como a da águia" (cf. Serm. 81, 8). Por conseguinte, o cristão não deve desanimar mesmo em situações difíceis, mas empenhar-se por ajudar quem está em necessidade. É quanto o grande Doutor sugere respondendo ao Bispo de Tiabe, Honorato, que lhe tinha pedido se, sob as ameaças das invasões bárbaras, um Bispo, um sacerdote ou um homem qualquer de Igreja pudesse fugir para salvar a vida: "Quando o perigo é comum a todos, isto é, a Bispos, clérigos e leigos, os que têm necessidade dos outros não sejam abandonados por aqueles dos quais têm necessidade. Neste caso transfiram-se todos para lugares seguros; mas se alguns têm necessidade de permanecer, não sejam abandonados por aqueles que têm o dever de os assistir com o ministério sagrado, de modo que se salvem juntamente ou juntos suportem as calamidades que o Pai de família quiser que sofram" (Ep 228, 2). E concluía: "Esta é a prova suprema da caridade" (ibid., 3). Como não reconhecer, nestas palavras, a mensagem heroica que tantos sacerdotes, ao longo dos séculos, acolheram e fizeram própria

Entretanto a cidade de Hipona resistia. A casa-mosteiro de Agostinho tinha aberto as suas portas para acolher os colegas no episcopado que pediam hospitalidade. Entre eles encontra-

va-se também Possídio, já seu discípulo, o qual pôde assim deixar-nos o testemunho direto daqueles últimos e dramáticos dias. "No terceiro mês daquela invasão narra ele caiu de cama com febre: era a sua última doença" (Vita, 29, 3). O santo idoso aproveitou daquele tempo finalmente livre para se dedicar com mais intensidade à oração. Costumava afirmar que ninguém, Bispo, religioso ou leigo, por mais irrepreensível que possa parecer o seu comportamento, pode encarar a morte com uma adequada penitência. Por isso ele repetia continuamente entre lágrimas os salmos penitenciais, que tantas vezes recitara com o povo (cf. ibid., 31, 2).

Quanto mais se agravava a doença, mais o Bispo moribundo sentia necessidade de solidão e de oração: "Para não ser incomodado por ninguém no seu recolhimento, cerca de dez dias antes de sair do corpo implorou a nós presentes para não deixar entrar ninguém no seu quarto fora das horas em que os médicos iam visitá-lo ou quando lhe levavam as refeições. A sua vontade foi cumprida exatamente e durante todo aquele tempo ele dedicava-se à oração" (ibid., 31, 3). Cessou de viver a 28 de Agosto de 430: o seu grande coração tinha-se finalmente aplacado em Deus.

"Para a deposição do seu corpo informa Possídio foi oferecido a Deus o sacrifício, ao qual nós assistimos, e depois foi sepultado" (Vita, 31, 5). O seu corpo, em data incerta, foi transferido para a Sardenha e dali, por volta de 725, para Pavia, na Basílica de São Pedro "in Ciel doro", onde repousa ainda hoje. O seu primeiro biógrafo tem sobre ele este juízo conclusivo: "Deixou à Igreja um clero muito numeroso, assim como mosteiros de homens e de mulheres cheios de pessoas dedicadas à continência sob a obediência dos seus superiores, juntamente com as bibliotecas que contêm livros e discursos seus e de outros santos, dos quais se conhece qual foi por graça de Deus o seu mérito e a sua grandeza na Igreja, e nos quais os fiéis sempre o encontram vivo" (Possídio, Vita, 31, 8). Trata-se de uma afirmação à qual nos podemos associar: nos seus escritos também nós o "encontramos vivo". Quando leio os escritos de Santo Agostinho não tenho a impressão que é um homem morto mais ou menos há mil e seiscentos anos, mas sinto-o como um homem de hoje: um amigo, um contemporâneo que me fala, que fala a nós com a sua fé vigorosa e atual. Em Santo Agostinho que nos fala, fala a mim nos seus escritos, vemos a atualidade permanente da sua fé; da fé que vem de Cristo, Verbo Eterno Encarnado, Filho de Deus e Filho do homem. E podemos ver que esta fé não é de ontem, mesmo tendo sido pregada ontem; é sempre de hoje, porque Cristo é realmente ontem, hoje e para sempre. Ele é o Caminho, a Verdade e a Vida. Assim nos encoraja Santo Agostinho a confiar-nos a este Cristo sempre vivo e a encontrar assim o caminho da vida.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 23 de Janeiro de 2008

Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos

Queridos irmãos e irmãs

Estamos a celebrar a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, que se concluirá sexta-feira próxima, 25 de Janeiro, festa da Conversão do Apóstolo Paulo. Os cristãos das várias Igrejas e Comunidades eclesiais unem-se nestes dias numa invocação coral para pedir ao Senhor Jesus o restabelecimento da plena unidade entre todos os seus discípulos. Trata-se de uma imploração concorde, feita com uma só alma e com um só coração, respondendo ao próprio anseio do Redentor, que na última Ceia se dirigiu ao Pai com estas palavras: "Não rogo somente por eles, mas também por aqueles que hão-de crer em mim, por meio da sua palavra, para que todos sejam um só, como Tu ó Pai estás em mim e Eu em ti; para que assim eles estejam em Nós e o mundo creia que Tu me enviaste" (Jo 17, 20-21). Pedindo a graça da unidade, os cristãos unem-se à própria oração de Cristo e comprometem-se em agir ativamente para que toda a humanidade O receba e reconheça como o único Pastor e Senhor, e assim possa experimentar a alegria do seu amor.

Este ano, a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos adquire um valor e um significado particulares, porque recorda os cem anos desde o seu início. Quando foi começada, tratou-se na realidade de uma intuição verdadeiramente fecunda. Aconteceu em 1908: um anglicano norte-americano, que depois entrou na comunhão da Igreja católica, fundador da "Society of the Atonement" (Comunidade dos frades e das religiosas do Atonement), Padre Paul Wattson, juntamente com outro episcopaliano, Padre Spencer Jones, lançou a ideia profética de um Oitavário de orações pela unidade dos cristãos. Esta ideia foi acolhida favoravelmente pelo Arcebispo de New York e pelo Núncio Apostólico. Depois, a convocação para rezar pela unidade foi ampliada, em 1916, a toda a Igreja católica graças à intervenção do meu venerado Predecessor, o Papa Bento XV, com o Breve Romanorum Pontificum. Esta iniciativa, que entretanto tinha suscitado não pouco interesse, começou a consolidar-se progressivamente em toda a parte e, com o tempo, definiu cada vez mais a sua estrutura, evoluindo no seu desenvolvimento também graças à contribuição do Abade Couturier (1936). Além disso, quando soprou o vento profético do Concílio Vaticano II, sentiu-se ainda mais a urgência da unidade. Após a Assembleia conciliar, continuou o caminho paciente da busca da plena comunhão entre todos os cristãos, caminho ecumênico que de ano em ano encontrou, nomeadamente na Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, um dos momentos mais qualificadores e profí-

cuos. A cem anos da primeira convocação para rezar em conjunto pela unidade, esta Semana de Oração já se tornou uma tradição consolidada, conservando o espírito e as datas escolhidas no início pelo Padre Wattson. Com efeito, ele escolheu-as pela sua índole simbólica. O calendário do tempo previa para o dia 18 de Janeiro a festa da Cátedra de São Pedro, que é um sólido fundamento e uma segura garantia de unidade de todo o povo de Deus, enquanto no dia 25 de Janeiro, tanto outrora como hoje, a liturgia celebra a festa da Conversão de São Paulo. Enquanto damos graças ao Senhor por estes cem anos de oração e de compromisso conjunto entre numerosos discípulos de Cristo, recordemos com reconhecimento o autor desta providencial iniciativa espiritual, o Padre Wattson e, juntamente com ele, aqueles que a promoveram e enriqueceram com as suas contribuições, fazendo-a tornar-se patrimônio comum de todos os cristãos.

Acabei de recordar que o Concílio Vaticano II dedicou uma grande atenção ao tema da unidade dos cristãos, especialmente mediante o Decreto sobre o ecumenismo Unitatis redintegratio onde, entre outras coisas, são fortemente sublinhados o papel e a importância da oração pela unidade. O Concílio observa que a oração se encontra no próprio cerne de todo o caminho ecumênico. "Esta conversão do coração e esta santidade de vida, juntamente com as orações particulares e públicas pela unidade dos cristãos, devem considerar-se como a alma de todo o movimento ecumênico" (Unitatis redintegratio, 8). Precisamente graças a este ecumenismo espiritual santidade da vida, conversão do coração, orações particulares e públicas a busca comum da unidade alcançou nestas décadas um grande desenvolvimento, que se diversificou em múltiplas iniciativas: do conhecimento recíproco ao contato fraterno entre os membros de diversas Igrejas e Comunidade eclesiais, de diálogos cada vez mais amistosos e colaborações em vários campos, do colóquio teológico à busca de formas concretas de comunhão e de colaboração. O que vivificou e continua a animar este caminho para a plena comunhão entre todos os cristãos é, sobretudo, a oração. "Orai sem cessar" (1 Ts 5, 17): este é o tema da Semana deste ano; ao mesmo tempo, é o convite que nunca cessa de ressoar nas nossas comunidades, para que a oração seja a luz, a força e a orientação dos nossos passos, em atitude de escuta humilde e dócil do nosso comum Senhor.

Em segundo lugar, o Concílio chama a atenção para a oração conjunta, que se eleva em comum por parte de católicos e de outros cristãos ao único Pai celeste. A este propósito, o Decreto sobre o ecumenismo afirma: "Estas orações em comum são, sem dúvida, um meio muito eficaz para pedir a graça da unidade" (UR, 8). E isto porque, na oração em comum, as comunidades cristãs se apresentam em conjunto diante do Senhor e, tomando consciência das contradições geradas pela divisão, manifestam o desejo de obedecer à sua vontade recorrendo

com confiança ao seu auxílio onipotente. Em seguida, o Decreto acrescenta que tais preces "são uma genuína manifestação dos vínculos com que os católicos ainda estão unidos aos irmãos separados (seiuncti)" (Ibidem). Portanto, a oração não constitui um gesto voluntarista ou puramente sociológico, mas é a expressão da fé que une entre si todos os discípulos de Cristo. Ao longo dos anos instaurou-se uma fecunda colaboração neste campo e, a partir de 1968, o então Secretariado para a Unidade dos Cristãos, que depois se tornou Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos, e o Conselho Ecumênico das Igrejas preparam em conjunto os subsídios da Semana de Oração pela Unidade, que sucessivamente são divulgados em conjunto a nível mundial, atingindo regiões que nunca se poderiam alcançar, se a ação fosse individual.

O Decreto conciliar sobre o ecumenismo faz referência à oração pela unidade quando, precisamente na conclusão, afirma que o Concílio está consciente de que "este propósito de reconciliar os cristãos na unidade da Igreja de Cristo, una e única, excede as forças e os dotes humanos. Por isso, deposita toda a sua esperança na oração de Jesus Cristo" (UR, 24). É a consciência dos nossos limites humanos que nos impele ao abandono confiante nas mãos do Senhor. Analisando bem, o profundo sentido desta Semana de Oração consiste precisamente em assentar de maneira sólida na oração de Cristo, que na sua Igreja contínua a rezar a fim de que "todos sejam um só... para que o mundo creia" (Jo 17, 21). Hoje sentimos vigorosamente o realismo destas palavras. O mundo sofre pela ausência de Deus, pela inacessibilidade de Deus e sente o desejo de conhecer o rosto de Deus. Contudo, como poderiam e podem, os homens de hoje, conhecer este rosto de Deus no rosto de Jesus Cristo, se nós cristãos estivermos divididos, se uns ensinam contra os outros, se uns falam contra os outros? Somente na unidade podemos mostrar realmente a este mundo que tem necessidade dele o rosto de Deus, o rosto de Cristo. Evidentemente, também não é com as nossas próprias estratégias, com o diálogo e com tudo aquilo que conseguirmos realizar e que, contudo, é muito necessário que poderemos alcançar esta unidade. Aquilo que podemos obter é a nossa disponibilidade e capacidade de acolher esta unidade, quando o Senhor no-la conceder. Eis o sentido da oração: abrir os nossos corações, criar em nós esta disponibilidade que abre o caminho para Cristo. Na liturgia da Igreja antiga, depois da homilia, o Bispo ou o Presidente da celebração, o celebrante principal, rezava: "Conversi ad Dominum". Em seguida, ele mesmo e todos se erguiam, voltando-se para o Oriente. Todos queriam contemplar Cristo. Somente se nos convertermos, só nesta conversão a Cristo, neste olhar conjunto rumo a Cristo, podemos encontrar o dom da unidade.

Podemos dizer que foi a oração pela unidade que animou e acompanhou as várias etapas do movimento ecumênico, especialmente a partir do Concílio Vaticano II. Neste período, a Igreja

católica entrou em contato com as várias Igrejas e Comunidades eclesiais do Oriente e do Ocidente com diversas formas de diálogo, enfrentando com cada uma delas aqueles problemas teológicos e históricos que surgiram no decurso dos séculos e que se estabeleceram como elementos de divisão. O Senhor fez com que estes relacionamentos amistosos tenham melhorado o conhecimento recíproco e intensificado a comunhão tornando, ao mesmo tempo, mais evidente a percepção dos problemas que permanecem insolúveis e que fomentam a divisão. Hoje, nesta Semana, damos graças a Deus que sustentou e iluminou o caminho até agora percorrido, o fecundo caminho que o Decreto conciliar sobre o ecumenismo descrevia como que surgido "por graça do Espírito Santo" e "cada vez mais amplo" (UR, 1).

Estimados irmãos e irmãs, aceitemos o convite a "rezar sem nos cansarmos", que o Apóstolo Paulo dirigia aos primeiros cristãos de Tessalônica, comunidade que ele mesmo tinha fundado. E precisamente porque sabia que existiam algumas discórdias, quis recomendar que fossem pacientes para com todos e que evitassem pagar o mal com o mal, procurando ao contrário sempre o bem entre si e com todos, e permanecendo alegres em todas as circunstâncias, felizes porque o Senhor está próximo. Os conselhos que São Paulo dava aos Tessalonicenses podem inspirar também hoje o comportamento dos cristãos no âmbito das relações ecuménicas. Sobretudo, afirma: "Vivei em paz entre vós", e depois: "Orai sem cessar. Em tudo dai graças" (1 Ts 5, 13-18). Acolhamos, também nós, esta urgente exortação do Apóstolo, tanto para dar graças ao Senhor pelos progressos alcançados no movimento ecumênico, como para impetrar a plena unidade. A Virgem Maria, Mãe da Igreja, obtenha para todos os discípulos do seu Filho divino a graça de poderem viver quanto antes em paz e na caridade recíproca, de maneira a darem um convincente testemunho de reconciliação diante do mundo inteiro, para tornar acessível o rosto de Deus no rosto de Cristo, que é o Deus conosco, o Deus da paz e da unidade.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 30 de Janeiro de 2008

Santo Agostinho de Hipona (3)

Queridos amigos!

Depois da Semana de oração pela unidade dos cristãos voltamos hoje à grande figura de Santo Agostinho. O meu querido Predecessor João Paulo II dedicou em 1986, isto é, no décimo sexto centenário da sua conversão, um longo e denso documento, a Carta apostólica Augustinum Hipponensem. O próprio Papa quis definir este texto "um agradecimento a Deus pelo dom feito à Igreja, e através dela à humanidade inteira, com aquela admirável conversão". Sobre o tema da conversão gostaria de voltar a refletir numa próxima Audiência. um tema fundamental não só para a sua vida pessoal, mas também para a nossa. No Evangelho de domingo passado o próprio Senhor resumiu a sua pregação com a palavra: "Convertei-vos". Seguindo o caminho de Santo Agostinho, poderíamos meditar sobre o que foi esta conversão: uma coisa definitiva, decisiva, mas a decisão fundamental deve desenvolver-se, deve realizar-se em toda a nossa vida.

Hoje a catequese é dedicada, ao contrário, ao tema fé e razão, que é determinante, ou melhor, o tema determinante para a biografia de Santo Agostinho. Quando era criança tinha aprendido da sua mãe Mónica a fé católica. Mas quando era adolescente abandonou esta fé porque não via a sua racionalidade e não queria uma religião, que não fosse também para ele expressão da razão, isto é, da verdade. A sua sede de verdade era radical e levou-o portanto a afastar-se da fé católica. Mas a sua radicalidade era tal que ele não podia contentar-se com filosofias que não alcançassem a própria verdade, que não chegassem a Deus. E a um Deus que não fosse só uma última hipótese cosmológica, mas o verdadeiro Deus, o Deus que dá a vida e que entra na nossa própria vida. Assim todo o percurso intelectual e espiritual de Santo Agostinho constitui um modelo válido também hoje na relação entre fé e razão, tema não só para homens crentes mas para cada homem que procura a verdade, tema central para o equilíbrio e o destino de cada ser humano. Estas duas dimensões, fé e razão, não podem ser separadas nem contrapostas, mas devem antes estar sempre juntas. Como escreveu o próprio Agostinho, depois da sua conversão, fé e razão são "as duas forças que nos levam a conhecer" (Contra Academicos, III, 20, 43). A este propósito permanecem justamente célebres as duas fórmulas agostinianas (Sermones, 43, 9) que expressam esta síntese coerente entre fé e razão: *crede ut intelligas* ("crê para compreender") o crer abre o caminho para passar pela porta da verdade, mas tam-

bém, e inseparavelmente, *intellige ut credas* ("compreende para crer"), perscruta a verdade para poder encontrar Deus e crer.

As duas afirmações de Agostinho exprimem com eficaz prontidão e com igual profundidade a síntese deste problema, na qual a Igreja católica vê expresso o próprio caminho. Historicamente esta síntese vai-se formando, ainda antes da vinda de Cristo, no encontro entre fé judaica e pensamento grego no judaísmo helénico. Sucessivamente na história esta síntese foi retomada e desenvolvida por muitos pensadores cristãos. A harmonia entre fé e razão significa sobretudo que Deus não está longe: não está longe da nossa razão e da nossa vida; está próximo de cada ser humano, perto do nosso coração e da nossa razão, se realmente nos pusermos a caminho. Precisamente esta proximidade de Deus ao homem foi sentida com extraordinária intensidade por Agostinho. A presença de Deus no homem é profunda e ao mesmo tempo misteriosa, mas pode ser reconhecida e descoberta no próprio íntimo: não saias afirma o convertido mas "volta para ti"; no homem interior habita a verdade; e se achares que a tua natureza é alterável, transcende-te a ti mesmo. Mas recorda-te, quando te transcendes a ti mesmo, transcendes uma alma que raciocina" (De vera religione, 39, 72). Precisamente como ele mesmo ressalta, com uma afirmação muito famosa, no início das Confessiones, autobiografia espiritual escrita para louvor de Deus: "Criastes-nos para Vós, e o nosso coração está inquieto, enquanto não descansa em Vós" (I, 1, 1).

A distância de Deus equivale à distância de si mesmo: "De fato, tu reconhece Agostinho (Confessiones, III, 6, 11) dirigindo-se diretamente a Deus estavas dentro de mim mais que o meu íntimo e acima da minha parte mais alta", interior intimo meo et superior summo meo; a ponto que acrescenta noutro trecho recordando o tempo que precedeu a conversão "tu estavas diante de mim; e eu, ao contrário, tinha-me afastado de mim mesmo, e não me reencontrava; e muito menos te encontrava a ti" (Confessiones, V, 2, 2). Precisamente porque Agostinho viveu em primeira pessoa este percurso intelectual e espiritual, soube transmiti-lo nas suas obras com tanta prontidão, profundidade e sabedoria, reconhecendo em dois outros célebres trechos das Confessiones (IV, 4, 9 e 14, 22) que o homem é "um grande enigma" (magna quaestio) e "um grande abismo" (grande profundum), enigma e abismo que só Cristo ilumina e salva. Isto é importante: um homem que está distante de Deus está também afastado de si mesmo, alienado de si próprio, e só pode reencontrar-se encontrando-se com Deus. Assim chega também a si, ao seu verdadeiro eu, à sua verdadeira identidade.

O ser humano ressalta depois Agostinho no De civitate Dei (XII, 27) é social por natureza mas anti-social por vício, e é salvo por Cristo, único mediador entre Deus e a humanidade e "caminho universal da liberdade e da salvação", como repetiu o meu predecessor João Paulo

II (Augustinum Hipponensem, 21): fora deste caminho, que nunca faltou ao gênero humano afirma ainda Santo Agostinho na mesma obra "ninguém jamais foi libertado, ninguém é libertado e ninguém será libertado" (De civitate Dei, X, 32, 2). Enquanto único mediador da salvação, Cristo é a cabeça da Igreja e a ela está misticamente unido a ponto que Agostinho pode afirmar: "Tornamo-nos Cristo. De fato, se ele é a cabeça, nós somos os seus membros, o homem total é Ele e nós" (In Iohannis evangelium tractatus, 21, 8).

Povo de Deus e casa de Deus, a Igreja na visão agostiniana está portanto estreitamente relacionada com o conceito de Corpo de Cristo, fundada na releitura cristológica do Antigo Testamento e na vida sacramental centrada na Eucaristia, na qual o Senhor nos dá o seu Corpo e nos transforma em seu Corpo. Então, é fundamental que a Igreja, povo de Deus em sentido cristológico e não em sentido sociológico, esteja verdadeiramente inserida em Cristo, o qual afirma Agostinho numa lindíssima página "reza por nós, reza em nós, é rezado por nós; reza por nós como nosso sacerdote, reza em nós como nossa cabeça, é rezado por nós como nosso Deus: reconhecemos portanto nele a nossa voz e em nós a sua" (Enarrationes in Psalmos, 85, 1).

Na conclusão da Carta apostólica Augustinum Hipponensem João Paulo II quis perguntar ao próprio Santo o que tem para dizer aos homens de hoje e responde antes de tudo com as palavras que Agostinho escreveu numa carta ditada pouco antes da sua conversão: "Parece-me que se deve reconduzir os homens à esperança de encontrar a verdade" (Epistulae, 1, 1); aquela verdade que é o próprio Cristo, Deus verdadeiro, ao qual é dirigida uma das orações mais bonitas e mais famosas das Confessiones (X, 27, 38): "Tarde Vos amei, ó Beleza tão antiga e tão nova, tarde Vos amei! Estáveis dentro de mim e eu estava fora, e aí Vos procurava; e disforme como era, lançava-me sobre estas coisas formosas que criastes. Estáveis comigo e eu não estava convosco. Retinha-me longe de Vós aquilo que não existiria se não existisse em Vós. Mas Vós me chamastes, clamastes e rompestes a minha surdez. Brilhastes, resplandecestes e curastes a minha cegueira. Exalastes o vosso perfume: respirei-o e agora suspiro por Vós. Saboreei-Vos, e agora tenho fome e sede de Vós. Tocastes-me, e comecei a desejar ardentemente a vossa paz".

Eis que Agostinho encontrou Deus e durante toda a sua vida fez experiência dele a ponto que esta realidade que é antes de tudo encontro com uma Pessoa, Jesus mudou a sua vida, assim como muda a de quantos, mulheres e homens, em todos os tempos têm a graça de o encontrar. Rezemos para que o Senhor nos conceda esta graça e nos faça encontrar assim a sua paz.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira de Cinzas, 6 de Fevereiro de 2008

Tempo Quaresmal

Prezados irmãos e irmãs

Hoje, Quarta-Feira de Cinzas, retomamos como todos os anos o caminho quaresmal animados por um espírito mais intenso de oração e de reflexão, de penitência e de jejum. Entramos num tempo litúrgico "forte" que, enquanto nos prepara para as celebrações da Páscoa coração e centro do ano litúrgico e de toda a nossa existência convida-nos, aliás poderíamos dizer, provoca-nos a imprimir um impulso mais decisivo à nossa existência cristã. Uma vez que os compromissos, as inquietações e as preocupações nos fazem voltar ao hábito, expondo-nos ao risco de esquecermos como é extraordinária a aventura para a qual Jesus nos interpelou, temos necessidade de começar todos os dias de novo o nosso exigente itinerário de vida evangélica, voltando a nós mesmos mediante pausas fortalecedoras do espírito. Com o antigo rito da imposição das cinzas, a Igreja introduz-nos na Quaresma como num grande retiro espiritual que dura quarenta dias.

Portanto, entramos no clima quaresmal, que nos ajuda a redescobrir o dom da fé recebida com o Batismo e nos impele a aproximar-nos do sacramento da Reconciliação, pondo o nosso compromisso de conversão sob o sinal da misericórdia divina. Originariamente, na Igreja primitiva, a Quaresma era o tempo privilegiado em que os catecúmenos se preparavam para os sacramentos do Batismo e da Eucaristia, que eram celebrados na Vigília da Páscoa. A Quaresma era considerada como um tempo do devir cristão, que não se realizava num único momento, mas exigia um longo percurso de conversão e de renovação. A esta preparação uniam-se também as pessoas já batizadas, revivendo a lembrança do Sacramento recebido, e dispondo-se a uma renovada comunhão com Cristo na jubilosa celebração da Páscoa. Assim a Quaresma tinha, e ainda hoje conserva, a índole de um itinerário baptismal, no sentido que ajuda a manter viva a consciência que o ser cristão se realiza sempre como um novo devir cristão: nunca é uma história concluída, que se encontra no nosso passado, mas um caminho que exige sempre um exercício renovado.

Impondo as cinzas sobre a cabeça, o celebrante diz: "Recorda-te que és pó e ao pó voltarás" (cf. Gn 3, 19), ou então repete a exortação de Jesus: "Arrependei-vos e acreditai no Evangelho" (Mc 1, 15). Ambas as fórmulas constituem uma exortação à verdade da existência humana: somos criaturas limitadas, pecadores sempre necessitados de penitência e de conversão. Como é importante ouvir e aceitar esta exortação nesta nossa época! Quando proclama a sua

autonomia total de Deus, o homem contemporâneo torna-se escravo de si mesmo e encontra-se muitas vezes numa solidão desconsolada. Então, o convite à conversão é um impulso a voltarmos aos braços de Deus, Pai terno e misericordioso, a termos confiança nele e a confiarmo-nos a Ele como filhos adotivos, regenerados pelo seu amor. Com pedagogia sábia, a Igreja repete que a conversão é antes de tudo uma graça, uma dádiva que abre o coração à infinita bondade de Deus. É Ele mesmo quem antecipa, com a sua graça, o nosso desejo de conversão e acompanha os nossos esforços em vista da plena adesão à sua vontade salvífica. Então, converter-se significa deixar-se conquistar por Jesus (cf. Fl 3, 12) e, com Ele, "voltar" ao Pai.

Por conseguinte, a conversão exige que nos ponhamos humildemente na escola de Jesus e caminhemos no seguimento dócil dos seus passos. A este propósito, são iluminadoras as palavras com que Ele mesmo indica as condições para ser seus verdadeiros discípulos. Depois de ter afirmado que "quem quiser salvar a sua vida, perdê-la-á; mas quem perder a sua vida por causa de mim e do Evangelho, salvá-la-á", Ele acrescenta: "Que aproveita ao homem ganhar o mundo inteiro, se vier a perder a sua alma?" (Mc 8, 35-36). A conquista do sucesso, o desejo do prestígio e a busca da comodidade, quando absorvem totalmente a vida, a ponto de excluir Deus do próprio horizonte, levam verdadeiramente à felicidade? Pode haver uma felicidade autêntica, prescindindo de Deus? A experiência demonstra que não somos felizes porque satisfazemos as expectativas e as exigências materiais. Na realidade, a única alegria que cumula o coração humano é aquela que provém de Deus: com efeito, temos necessidade da alegria infinita. Nem as preocupações quotidianas, nem as dificuldades da vida conseguem apagar a alegria que nasce da amizade com Deus. O convite de Jesus a tomar a própria cruz e a segui-lo, num primeiro momento pode parecer árduo e contrário àquilo que nós queremos, mortificante para o nosso desejo de realização pessoal. No entanto, olhando mais de perto podemos descobrir que não é assim: o testemunho dos santos demonstra que na Cruz de Cristo, no amor que se entrega, renunciando à posse de si mesmo, encontra-se aquela profunda serenidade que é nascente de generosa dedicação aos irmãos, especialmente aos mais pobres e necessitados. E isto dá alegria também a nós mesmos. O caminho quaresmal de conversão, que hoje empreendemos com toda a Igreja, torna-se portanto a ocasião propícia, "o momento favorável" (cf. 2 Cor 6, 2) para renovar o nosso abandono filial nas mãos de Deus e para pôr em prática quanto Jesus continua a repetir-nos: "Se alguém quiser vir após mim, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me" (Mc 8, 34), e deste modo progrida no caminho do amor e da verdadeira felicidade.

No tempo quaresmal a Igreja, fazendo eco ao Evangelho, propõe alguns compromissos específicos que acompanham os fiéis neste itinerário de renovação interior: a oração, o jejum e a esmola. Na Mensagem para a Quaresma do corrente ano, publicada há poucos dias, desejei refletir "sobre a prática da esmola, que representa um modo concreto de ir ao encontro de quem se encontra em necessidade e, ao mesmo tempo, um exercício ascético para se libertar do apego aos bens terrenos" (n. 1). Nós sabemos que, infelizmente, a sugestão das riquezas materiais permeia profundamente a sociedade moderna. Como discípulos de Jesus Cristo, somos chamados a não idolatrar os bens terrestres, mas sim a utilizá-los como meios para viver e para ajudar os outros que se encontram em necessidade. Indicando-nos a prática da esmola, a Igreja educa-nos a fim de irmos ao encontro do próximo, à imitação de Jesus que, como São Paulo observa, se fez pobre para nos enriquecer mediante a sua pobreza (cf. 2 Cor 8, 9). "Na sua escola escrevi ainda na referida Mensagem podemos aprender a fazer da nossa vida um dom total; imitando-o, conseguimos tornar-nos disponíveis, não tanto a dar algo daquilo que possuímos, mas a entregar-nos a nós mesmos". Depois, acrescentei: "Todo o Evangelho não se resume porventura no único mandamento da caridade? Eis, então, que a esmola, praticada com profundo espírito de fé, se torna um meio para compreender e realizar melhor a nossa própria vocação cristã. Com efeito, quando se oferece gratuitamente a si mesmo, o cristão dá testemunho do fato de que não é a riqueza material que define as leis da existência, mas sim o amor" (n. 5).

Estimados irmãos e irmãs, peçamos a Nossa Senhora, Mãe de Deus e da Igreja, que nos acompanhe ao longo do caminho quaresmal, para que seja um caminho de verdadeira conversão. Deixemo-nos conduzir por Ela e assim havemos de chegar, interiormente renovados, à celebração do grande mistério da Páscoa de Cristo, revelação suprema do amor misericordioso de Deus. Boa Quaresma para todos!

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2008

Santo Agostinho de Hipona (4)

Queridos irmãos e irmãs

Depois da pausa dos exercícios espirituais da semana passada voltamos hoje à grande figura de Santo Agostinho, sobre o qual já falei repetidamente nas catequeses da quarta-feira. É o Padre da Igreja que deixou o maior número de obras, e hoje pretendo falar delas brevemente. Alguns dos escritos agostinianos são de importância fundamental, e não só para a história do cristianismo mas para a formação de toda a cultura ocidental: o exemplo mais claro são as Confessiones, sem dúvida um dos livros da antiguidade cristã ainda hoje muito lido. Como diversos Padres da Igreja dos primeiros séculos, mas em medida incomparavelmente mais ampla, também o Bispo de Hipona exerceu de fato uma influência alargada e persistente, como é demonstrado pela superabundante tradição manuscrita das suas obras, que deveras são numerosíssimas.

Ele mesmo as passou em revista alguns anos antes de morrer nas Retractationes e pouco depois da sua morte elas foram cuidadosamente registradas no Indiculus ("elenco") acrescentado pelo amigo fiel Possídio à biografia de Santo Agostinho, Vita Augustini. O elenco das obras de Agostinho foi realizado com a intenção explícita de salvaguardar a sua memória enquanto a invasão vândala se expandia em toda a África romana e conta mil e trinta escritos enumerados pelo seu Autor, com outros "que não podem ser numerados, porque não os enumerou". Bispo de uma cidade próxima, Possídio ditava estas palavras precisamente a Hipona onde se tinha refugiado e assistira à morte do amigo e quase certamente se baseava no catálogo da biblioteca pessoal de Agostinho. Hoje, são mais de trezentas as cartas do Bispo de Hipona que sobreviveram e quase seiscentas as homilias, mas elas eram muitas mais, talvez até entre as três mil e as quatro mil, fruto de quarenta anos de pregações do antigo reitor que tinha decidido seguir Jesus e falar já não aos grandes da corte imperial, mas à simples população de Hipona.

E ainda em anos recentes as descobertas de um grupo de cartas e de algumas homilias enriqueceram o nosso conhecimento deste grande Padre da Igreja. "Muitos livros escreve Possídio foram por ele compostos e publicados, muitas pregações foram feitas na igreja, transcritas e corrigidas, quer para contestar os diversos hereges quer para interpretar as sagradas Escrituras dos santos filhos da Igreja. Estas obras ressalta o Bispo amigo são tantas que dificilmente um estudioso tem a possibilidade de as ler e aprender a conhecê-las" (Vita Augustini, 18, 9).

Entre a produção literária de Agostinho portanto mais de mil publicações subdivididas em escritos filosóficos, apologéticos, doutrinais, morais, monásticos, exegéticos, anti-hereges, além, precisamente, das obras excepcionais de grande alcance teológico e filosófico. Antes de tudo é preciso recordar as já mencionadas Confessiones, escritas em treze livros entre 397 e 400 para louvor de Deus. Elas são uma espécie de autobiografia na forma de um diálogo com Deus. Este gênero literário reflete precisamente a vida de Santo Agostinho, que era uma vida não fechada em si, dispersa em tantas coisas, mas vivida substancialmente como diálogo com Deus e assim uma vida com os outros. Já o título Confessiones indica a especificidade desta autobiografia. Esta palavra confessiones no latim cristão desenvolvido pela tradição dos Salmos tem dois significados, que contudo se entrelaçam. Confessiones indica, em primeiro lugar, a confissão das próprias debilidades, da miséria dos pecados; mas, ao mesmo tempo, confessiones significa louvor a Deus, reconhecimento a Deus. Ver a própria miséria na luz de Deus torna-se louvor a Deus e agradecimento porque Deus nos ama e nos aceita, nos transforma e nos eleva para si mesmo. Sobre estas Confessiones, que tiveram grande êxito já durante a vida de Santo Agostinho, ele mesmo escreveu: "Elas exerceram sobre mim tal ação enquanto as escrevia e ainda a exercem quando as releio. Estas obras são do agrado de muitos irmãos" (Retractationes, II, 6): e devo dizer que também eu sou um destes "irmãos". E graças às Confessiones, podemos seguir passo a passo o caminho interior deste homem extraordinário e apaixonado por Deus. Menos conhecidas mas igualmente originais e muito importantes são, outrossim, as Retractationes, compostas em dois livros por volta do ano 427, nas quais Santo Agostinho já idoso realiza uma obra de "revisão" (retractatio) de toda a sua obra escrita, deixando assim um documento literário singular e extremamente precioso, mas também um ensinamento de sinceridade e de humildade intelectual.

O De civitate Dei obra imponente e decisiva para o desenvolvimento do pensamento político ocidental e para a teologia cristã da história foi escrito de 413 a 426, em vinte e dois livros. A ocasião era o saque de Roma, levado a cabo pelos Gotos em 410. Numerosos pagãos ainda vivos, mas também muitos cristãos, disseram: Roma caiu e agora o Deus cristão e os apóstolos já não podem proteger a cidade. Durante a presença das divindades pagãs, Roma era caput mundi, a grande capital, e ninguém podia pensar que teria caído nas mãos dos inimigos. Agora, com o Deus cristão, esta grande cidade já não parecia segura. Portanto, o Deus dos cristãos já não protegia, não podia ser o Deus ao qual confiar-se. Nesta objecção, que tocava profundamente também o coração dos cristãos, Santo Agostinho responde com esta obra grandiosa, o De civitate Dei, esclarecendo o que devemos ou não esperar de Deus, qual é a relação entre o campo político e o campo da fé, da Igreja. Também nos dias de hoje, este livro é uma fonte

para definir bem a verdadeira laicidade e a competência da Igreja, a grande e verdadeira esperança que a fé nos proporciona.

Este livro excelso é uma apresentação da história da humanidade governada pela Providência divina, mas atualmente dividida por dois amores. E este é o desígnio fundamental, a sua interpretação da história, que é a luta entre dois amores: o amor a si mesmo, "até à indiferença por Deus", e o amor a Deus", "até à indiferença por si mesmo" (De civitate Dei, XIV, 28), à plena liberdade de si próprio pelos outros, na luz de Deus. Portanto, este é talvez o maior livro de Santo Agostinho, de uma importância permanente. Igualmente importante é o De Trinitate, obra em quinze livros no núcleo principal da fé cristã, a fé no Deus trinitário, escrita em dois tempos: entre 399 e 412, os primeiros doze livros, publicados sem o conhecimento de Agostinho, que por volta de 420 os completou e reviu a obra inteira. Aqui, ele reflete sobre o rosto de Deus e procura compreender este mistério do Deus que é singular, o único criador do mundo, de todos nós e, todavia, que precisamente este Deus único é trinitário, um círculo de amor. Procura compreender o mistério insondável: exatamente o ser trinitário, em três Pessoas, é a mais real e mais profunda unidade do único Deus. O De doctrina Christiana é, no entanto, uma verdadeira e própria introdução cultural à interpretação da Bíblia e, em última análise, ao próprio cristianismo, que teve uma importância determinante na formação da cultura ocidental.

Apesar de toda a sua humildade, Agostinho certamente estava consciente da sua estatura intelectual. Mas para ele, mais importante do que realizar grandes obras de elevado significado teológico, era transmitir a mensagem aos simples. Esta sua intenção mais profunda, que orientou toda a sua vida, manifesta-se numa carta escrita ao colega Evódio, na qual comunica a decisão de suspender momentaneamente o ditado dos livros do De Trinitate, "porque são demasiado cansativos e na minha opinião podem ser entendidos por poucos; por isso, são mais urgentes os textos que, esperamos, venham a ser mais úteis para muitos" (Epistulae, 169, 1, 1). Portanto, para ele era mais útil comunicar a fé de modo compreensível para todos, do que escrever grandes obras teológicas. A responsabilidade profundamente sentida em relação à divulgação da mensagem cristã é sentida também na origem de escritos, como De catechizandis rudibus, uma teoria e também uma prática da catequese, ou o Psalmus contra partem Donati. Os donatistas eram o grande problema da África de Santo Agostinho, um cisma intencionalmente africano. Eles afirmavam: a verdadeira cristandade é africana. Opunham-se à unidade da Igreja. Contra este cisma, o grande Bispo lutou durante toda a sua vida, procurando convencer os donatistas que somente na unidade também a africanidade pode ser verdadeira. E para se fazer compreender pelos mais simples, que não conseguiam entender o latim erudito

do reitor, disse: devo escrever também com erros gramaticais, num latim muito simplificado. E fê-lo sobretudo neste Psalmus, uma espécie de poesia simples contra os donatistas, para ajudar todas as pessoas a compreenderem que unicamente na unidade da Igreja se realiza para todos realmente a nossa relação com Deus e aumenta a paz no mundo.

Nesta produção destinada a um público mais vasto reveste uma importância particular o número de homilias, muitas vezes pronunciadas "de modo improvisado", transcritas pelos taquígrafos durante a pregação e imediatamente postas em circulação. Entre elas, sobressaem as lindas Enarrationes in Psalmos, muito lidas na Idade Média. Precisamente a prática de publicação dos milhares de homilias de Agostinho muitas vezes sem o controle do autor explica a sua difusão e sucessiva dispersão, mas também a sua vitalidade. Com efeito, imediatamente as pregações do Bispo de Hipona tornavam-se, pela fama do seu autor, textos muito procurados e serviam também para outros Bispos e sacerdotes como modelos, adequados a contextos sempre novos.

A tradição iconográfica, já num afresco lateranense que remonta ao século VI, representa Santo Agostinho com um livro na mão, sem dúvida para expressar a sua produção literária que influenciou em grande medida a mentalidade e o pensamento cristãos, mas para exprimir também o seu amor pelos livros, pela leitura e pelo conhecimento da grande cultura precedente. Quando faleceu nada deixou, narra Possídio, mas "recomendava sempre que se conservasse diligentemente para a posteridade a biblioteca da igreja com todos os códices", sobretudo os das suas obras. Nelas, sublinha Possídio, Agostinho está "sempre vivo" e beneficia quem lê os seus escritos não obstante, conclui ele, "na minha opinião puderam tirar mais proveito do seu contato aqueles que o conseguiram ver e ouvir, quando falava pessoalmente nas igrejas, e sobretudo aqueles que tiveram a experiência da sua vida quotidiana no meio do povo" (Vita Augustini, 31). Sim, também para nós teria sido muito bom poder ouvi-lo pessoalmente. Todavia, ele está deveras vivo nos seus escritos, está presente em nós e assim sentimos também a vitalidade permanente da fé, à qual ele entregou toda a sua vida.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 27 de Fevereiro de 2008

Santo Agostinho de Hipona (5)

Queridos irmãos e irmãs!

Com o encontro de hoje gostaria de concluir a apresentação da figura de Santo Agostinho. Depois de termos analisado a sua vida, as suas obras e alguns aspectos do seu pensamento, hoje gostaria de falar de novo sobre a sua vicissitude interior, que fez dele um dos maiores convertidos da história cristã. Dediquei a esta sua experiência em particular a minha reflexão durante a peregrinação que realizei a Pavia, no ano passado, para venerar os despojos mortais deste Padre da Igreja. Deste modo quis expressar-lhe a homenagem de toda a Igreja católica, mas também tornar visível a minha pessoal devoção e reconhecimento em relação a uma figura à qual me sinto muito ligado pela parte que teve na minha vida de teólogo, de sacerdote e de pastor.

Ainda hoje é possível repercorrer a vicissitude de Santo Agostinho graças sobretudo às Confissões, escritas para louvor de Deus e que estão na origem de uma das formas literárias mais específicas do Ocidente, a autobiografia, isto é, a expressão pessoal da consciência de si. Pois bem, quem quer que tome conhecimento deste livro extraordinário e fascinante, ainda hoje muito lido, apercebe-se facilmente do modo como a conversão de Agostinho não tinha sido improvisada nem plenamente realizada desde o início, mas possa antes ser definida um verdadeiro caminho, que permanece um modelo para cada um de nós. Este itinerário teve certamente o seu ápice com a conversão e depois com o batismo, mas não se concluiu naquela Vigília pascal do ano 387, quando em Milão o retórico africano foi batizado pelo Bispo Ambrósio. De fato, o caminho de conversão de Agostinho prosseguiu humildemente até ao fim da sua vida,

a ponto que se pode verdadeiramente dizer que as suas diversas etapas podem-se distinguir facilmente três são uma única grande conversão.

Santo Agostinho foi um pesquisador apaixonado da verdade: foi-o desde o início e depois em toda a sua vida. A primeira etapa do seu caminho de conversão realizou-se precisamente na progressiva aproximação ao cristianismo. Na realidade, ele tinha recebido da mãe Mónica, à qual permaneceu sempre muito ligado, uma educação cristã e, apesar de ter vivido durante os anos juvenis uma vida desregrada, sentiu sempre uma atração profunda por Cristo, tendo bebido o amor pelo nome do Senhor com o leite materno, como ele mesmo ressalta (cf. Confessiones, III, 4, 8). Mas também a filosofia, sobretudo de índole platónica, tinha contribuído

para o aproximar ulteriormente a Cristo manifestando-lhe a existência do Logos, a razão criadora. Os livros dos filósofos indicavam-lhe que há a razão, da qual vem depois todo o mundo, mas não lhe diziam como alcançar este Logos, que parecia tão distante. Só a leitura do epistolário de São Paulo, na fé da Igreja católica, lhe revelou plenamente a verdade. Esta experiência foi sintetizada por Agostinho numa das páginas mais famosas das Confessiones: ele narra que, no tormento das suas reflexões, tendo-se retirado num jardim, ouviu improvisamente uma voz infantil que repetia uma cantilena que nunca tinha ouvido: tolle, lege, tolle, lege, "toma, lê, toma, lê" (VIII, 12, 29). Recordou-se então da conversão de António, pai do monaquismo, e com solicitude voltou ao código paulino que até há pouco tinha nas mãos, abriu-o e o seu olhar caiu na passagem da epístola aos Romanos onde o Apóstolo exorta a abandonar as obras da carne e a revestir-se de Cristo (13, 13-14). Tinha compreendido que aquela palavra naquele momento se dirigia pessoalmente a ele, vinha de Deus através do Apóstolo e indicava-lhe o que fazer naquele momento. Sentiu assim dissipar-se as trevas da dúvida e encontrou-se enfim livre de se doar totalmente a Cristo: "Tinhas convertido a ti o meu ser", comenta ele (Confessiones, VIII, 12, 30). Foi esta a primeira e decisiva conversão.

O retórico africano chegou a esta etapa fundamental do seu longo caminho graças à sua paixão pelo homem e pela verdade, paixão que o levou a procurar Deus, grande e inacessível. A fé em Cristo fez-lhe compreender que Deus, aparentemente tão distante, na realidade não o era. Ele, de fato, tinha-se feito próximo de nós, tornando-se um de nós. Neste sentido a fé em Cristo levou a cumprimento a longa pesquisa de Agostinho sobre o caminho da verdade. Só um Deus que se fez "próximo", um de nós, era finalmente um Deus ao qual se podia rezar, pelo qual e com o qual se podia viver. Este é um caminho a percorrer com coragem e ao mesmo tempo com humildade, na abertura a uma purificação permanente da qual cada um de nós tem sempre necessidade. Mas com aquela Vigília pascal de 387, como dissemos, o caminho de Agostinho não estava concluído. Tendo regressado à África e fundado um pequeno mosteiro retirou-se aí com poucos amigos para se dedicar à vida contemplativa e de estudo. Este era o sonho da sua vida. Agora era chamado a viver totalmente pela verdade, com a verdade, na amizade de Cristo que é a verdade. Um sonho agradável que durou três anos, até quando foi consagrado sacerdote, a seu mau grado, em Hipona e destinado a servir os fiéis, continuando a viver com Cristo e por Cristo, mas ao serviço de todos. Isto era para ele muito difícil, mas compreendeu desde o início que só vivendo para os outros, e não simplesmente para a sua contemplação particular, podia realmente viver com Cristo e por Cristo. Assim, renunciando a uma vida apenas de meditação, Agostinho aprendeu, muitas vezes com dificuldade, a pôr à disposição o fruto da sua inteligência em benefício do próximo. Aprendeu a co-

municar a sua fé ao povo simples e a viver assim para ela naquela que se tornou a sua cidade, desempenhando incansavelmente uma atividade generosa e difícil que descreve do seguinte modo num dos seus belos sermões: "Continuamente pregar, discutir, repreender, edificar, estar à disposição de todos é uma grande tarefa, um grande peso, uma enorme fadiga" (Serm. 339, 4). Mas ele assumiu sobre si este peso, compreendendo que precisamente assim podia estar mais próximo de Cristo. Compreender que se chega aos outros com simplicidade e humildade, foi esta a sua verdadeira e segunda conversão.

Mas há uma última etapa do caminho agostiniano, uma terceira conversão: a que o levou todos os dias da sua vida a pedir perdão a Deus. Inicialmente tinha pensado que quando fosse batizado, na vida de comunhão com Cristo, nos Sacramentos, na celebração da Eucaristia, teria alcançado a vida proposta pelo Sermão da montanha: a perfeição doada no batismo e reconfirmada na Eucaristia. Na última parte da sua vida compreendeu que o que tinha dito nas suas primeiras pregações sobre o Sermão da montanha isto é, que agora nós como cristãos vivemos este ideal permanentemente era errado. Só Cristo realiza verdadeira e completamente o Sermão da montanha. Nós temos sempre necessidade de ser lavados por Cristo, que nos lava os pés, e por Ele renovados. Temos necessidade de uma conversão permanente. Até ao fim temos necessidade desta humildade que reconhece que somos pecadores a caminho, enquanto o Senhor nos dá a mão definitivamente e nos introduz na vida eterna. Agostinho faleceu com esta última atitude de humildade, vivida dia após dia.

Esta atitude de humildade profunda diante do único Senhor Jesus introduziu-o na experiência de humildade também intelectual. De fato, Agostinho, que é uma das maiores figuras na história do pensamento, quis nos últimos anos da sua vida submeter a um lúcido exame crítico as suas numerosas obras. Tiveram assim origem as Retractationes ("revisões"), que deste modo inserem o seu pensamento teológico, verdadeiramente grande, na fé humilde e santa daquela a que chama simplesmente com o nome de Catholica, isto é, da Igreja. "Compreendi escreve precisamente neste livro muito original (I, 19, 1-3) que um só é verdadeiramente perfeito e que as palavras do Sermão da montanha estão totalmente realizadas num só: no próprio Jesus Cristo. Toda a Igreja, ao contrário todos nós, inclusive os apóstolos devemos rezar todos os dias: perdoai-nos os nossos pecados assim como nós os perdoamos a quem nos tem ofendido".

Convertido a Cristo, que é verdade e amor, Agostinho seguiu-o toda a vida e tornou-se um modelo para cada ser humano, para nós todos em busca de Deus. Por isto quis concluir a minha peregrinação a Pavia recomendando idealmente à Igreja e ao mundo, diante do túmulo deste grande apaixonado de Deus, a minha primeira Encíclica, intitulada Deus caritas est. De

fato, ela deve muito, sobretudo na sua primeira parte, ao pensamento de Santo Agostinho. Também hoje, como no seu tempo, a humanidade precisa de conhecer e sobretudo viver esta realidade fundamental: Deus é amor e o encontro com ele é a única resposta às inquietações do coração humano. Um coração habitado pela esperança, talvez ainda obscura e inconsciente em muitos dos nossos contemporâneos, mas que para nós cristãos abre já hoje ao futuro, a ponto que São Paulo escreveu que "na esperança somos salvos" (Rm 8, 24). Quis dedicar à esperança a minha segunda Encíclica, Spe salvi, e também ela é amplamente devedora a Agostinho e ao seu encontro com Deus.

Num bonito texto Santo Agostinho define a oração como expressão do desejo e afirma que Deus responde alargando a Ele o nosso coração. Por nosso lado, devemos purificar os nossos desejos e as nossas esperanças para acolher a doçura de Deus (cf. In I Ioannis, 4, 6). De fato, só ela, abrindo-nos também aos outros, nos salva. Rezemos portanto para que na nossa vida nos seja concedido todos os dias seguir o exemplo deste grande convertido, encontrando como ele em cada momento da nossa vida o Senhor Jesus, o único que nos salva, purifica e concede a verdadeira alegria, a verdadeira vida.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 5 de Março de 2008

São Leão Magno

Queridos irmãos e irmãs!

Prosseguindo o nosso caminho entre os Padres da Igreja, verdadeiros astros que brilham de longe, no nosso encontro de hoje falamos sobre a figura de um Papa, que em 1754 foi proclamado por Bento XIV Doutor da Igreja: trata-se de São Leão Magno. Como indica o apelativo que depressa lhe fora atribuído pela tradição, ele foi verdadeiramente um dos maiores Pontífices que honraram a Sede romana, contribuindo muitíssimo para fortalecer a sua autoridade e prestígio. Primeiro Bispo de Roma com o nome de Leão, adoptado depois por outros doze Sumos Pontífices, é também o primeiro Papa do qual chegou até nós a pregação, por ele dirigida ao povo que o circundava durante as celebrações. espontâneo pensar nele também no contexto das atuais audiências gerais de quarta-feira, encontros que nos últimos decénios se tornaram para o Bispo de Roma uma forma habitual de encontro com os fiéis e com muitos peregrinos provenientes de tantas partes do mundo.

Leão era originário da Túscia. Tornou-se diácono da Igreja de Roma por volta do ano 430, e com o tempo adquiriu nela uma posição de grande realce. Este papel de relevo levou em 440 Gala Placídia, que naquele momento regia o Império do Ocidente, a enviá-lo para a Gália a fim de resolver uma situação difícil. Mas no Verão daquele ano o Papa Sisto III cujo nome está ligado aos magníficos mosaicos de Santa Maria Maior faleceu, e na sucessão foi eleito precisamente Leão, que recebeu a notícia quando estava a desempenhar a sua missão de paz na Gália. Tendo regressado a Roma, o novo Papa foi consagrado a 29 de Setembro de 440. Tinha assim início o seu pontificado, que durou mais de 21 anos, e que foi sem dúvida um dos mais importantes na história da Igreja. Quando faleceu, a 10 de Novembro de 461, o Papa foi sepultado junto do túmulo de São Pedro. As suas relíquias estão conservadas ainda hoje num dos altares da Basílica Vaticana.

Os tempos nos quais viveu o Papa Leão eram muito difíceis: o repetir-se das invasões barbáricas, o progressivo enfraquecimento no Ocidente da autoridade imperial e uma longa crise social tinham imposto que o Bispo de Roma como teria acontecido com evidência ainda maior um século e meio mais tarde, durante o pontificado de Gregório Magno assumisse um papel de relevo também nas vicissitudes civis e políticas. Isto não deixou, obviamente, de aumentar a importância e o prestígio da Sé romana. Permaneceu célebre sobretudo um episódio da vida de Leão. Ele remonta a 452, quando o Papa em Mântua, juntamente com uma delega-

ção romana, encontrou Átila, chefe dos Unos, e o dissuadiu de prosseguir a guerra de invasão com a qual já tinha devastado as regiões norte-orientais da Itália. E assim salvou o resto da Península. Este importante acontecimento tornou-se depressa memorável, e permanece como um sinal emblemático da ação de paz desempenhada pelo Pontífice. Infelizmente não foi de igual modo positivo, três anos mais tarde, o êxito de outra iniciativa papal, contudo sinal de uma coragem que ainda nos faz admirar: de fato, na Primavera de 455 Leão não conseguiu impedir que os Vândalos de Genserico, tendo chegado às portas de Roma, invadissem a cidade indefesa, que foi saqueada durante duas semanas. Contudo o gesto do Papa que, inerme e circundado pelo seu clero, foi ao encontro do invasor para implorar que se detivesse impediu pelo menos que Roma fosse incendiada e obteve que do terrível saque fossem poupadas as Basílicas de São Pedro, de São Paulo e de São João, nas quais se refugiou uma parte da população aterrorizada.

Conhecemos bem a ação do Papa Leão, graças aos belíssimos sermões deles estão conservados quase cem num latim maravilhoso e claro e graças às suas cartas, cerca de cento e cinquenta. Nestes textos o Pontífice manifesta-se em toda a sua grandeza, dirigido ao serviço da verdade na caridade, através de uma prática assídua da palavra, que o mostra ao mesmo tempo teólogo e pastor. Leão Magno, constantemente solícito pelos seus fiéis e pelo povo de Roma, mas também pela comunhão entre as diversas Igrejas e pelas suas necessidades, foi defensor e promotor incansável da primazia romana, propondo-se como herdeiro autêntico do apóstolo Pedro: disto se mostram bem conscientes os numerosos Bispos, em grande parte orientais, reunidos no Concílio de Calcedónia.

Tendo sido realizado em 451, com os trezentos e cinquenta Bispos que nele participaram, este Concílio foi a mais importante assembleia até então celebrada na história da Igreja. Calcedónia representa a meta certa da cristologia dos três Concílios ecuménicos precedentes: o de Niceia de 325, o de Constantinopla de 381 e o de Éfeso de 431. Já no século VI estes quatro Concílios, que resumem a fé da Igreja antiga, foram de fato comparados com os quatro Evangelhos: é quanto afirma Gregório Magno numa famosa carta (I, 24), na qual declara "acolher e venerar, como os quatro livros do Santo Evangelho, os quatro Concílios", porque sobre eles explica ainda Gregório "como sobre uma pedra quadrada se eleva a estrutura da santa fé". O Concílio de Calcedónia ao recusar a heresia de Eutiques, que negava a verdadeira natureza humana do Filho de Deus afirmou a união na sua única Pessoa, sem confusão e sem separação, das duas naturezas humana e divina.

Esta fé em Jesus Cristo verdadeiro Deus e verdadeiro homem era confirmada pelo Papa num importante texto doutrinal dirigido ao Bispo de Constantinopla, o chamado Tomo a Flaviano,

que, lido em Calcedónia, foi recebido pelos Bispos presentes com uma eloquente aclamação, da qual é conservada notícia nas atas do Concílio: "Pedro falou pela boca de Leão", prorromperam em uníssono os Padres conciliares. Sobretudo desta intervenção, e de outras feitas durante a controvérsia cristológica daqueles anos, sobressai com evidência como o Papa sentia com particular urgência as responsabilidades do Sucessor de Pedro, cujo papel é único na Igreja, porque "a um só apóstolo está confiado o que a todos os apóstolos é comunicado", como afirma Leão num dos seus sermões para a festa dos santos Pedro e Paulo (83, 2). E o Pontífice soube exercer estas responsabilidades, no Ocidente e no Oriente, intervindo em diversas circunstâncias com prudência, firmeza e lucidez através dos seus escritos e mediante os seus legados. Mostrava deste modo como a prática da primazia romana fosse necessária então, como também hoje, para servir eficazmente a comunhão, característica da única Igreja de Cristo.

Consciente do momento histórico no qual vivia e da transformação que se estava a verificar num período de profunda crise da Roma pagã para a cristã Leão Magno soube estar próximo do povo e dos fiéis com a ação pastoral e com a pregação. Incentivou a caridade numa Roma provada pelas carestias, pela afluência dos prófugos, pelas injustiças e pela pobreza. Contrastou as superstições pagãs e a ação dos grupos maniqueus. Relacionou a liturgia com a vida quotidiana dos cristãos: por exemplo, unindo a prática do jejum com a caridade e com a esmola sobretudo por ocasião das Quatro têmporas, que marcam no decorrer do ano a mudança das estações. Em particular Leão Magno ensinou aos seus fiéis e ainda hoje as suas palavras são válidas para nós que a liturgia cristã não é a recordação de acontecimentos do passado, mas a atualização de realidades invisíveis que agem na vida de cada um. quanto ele ressalta num sermão (64, 1-2) a propósito da Páscoa, que deve ser celebrada em todos os tempos do ano "não tanto como algo do passado, mas como um acontecimento do presente". Tudo isto se insere num projeto determinado, insiste o santo Pontífice: de fato, como o Criador animou com o seu sopro da vida racional o homem plasmado com o pó da terra, depois do pecado original, enviou o seu Filho ao mundo para restituir ao homem a dignidade perdida e destruir o domínio do diabo com a vida nova da graça.

Eis o mistério cristológico para o qual São Leão Magno, com a sua carta ao Concílio de Éfeso, deu uma contribuição eficaz e essencial, confirmando para todos os tempos através desse Concílio quanto disse São Pedro em Cesareia de Filipe. Com Pedro e como Pedro confessou: "Tu és Cristo, o Filho do Deus vivo". E por isso Deus e Homem juntos, "não alheio ao gênero humano, mas contrário ao pecado" (cf. Serm. 64). Em virtude desta fé cristológica ele foi um grande portador de paz e de amor. Mostra-nos assim o caminho: na fé aprendemos a caridade.

Aprendemos portanto com São Leão Magno a crer em Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro Homem, e a realizar esta fé todos os dias na ação pela paz e no amor ao próximo.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 12 de Março de 2008

Boécio e Cassiodoro

Amados irmãos e irmãs

Hoje, gostaria de falar de dois escritores eclesiásticos, Boécio e Cassiodoro, que viveram nos anos mais atormentados do Ocidente cristão e, em particular, da península itálica. Odoacre, rei dos Erulos, uma etnia germânica, revoltou-se, pondo fim ao império romano do Ocidente (a. 476), mas depressa teve que sucumbir aos Ostrogodos de Teodorico, que por algumas décadas mantiveram o controle da península itálica. Boécio nasceu em Roma por volta do ano 480, da nobre linhagem dos Anísios, e entrou ainda jovem na vida pública, alcançando já com vinte e cinco anos de idade o cargo de senador. Fiel à tradição da sua família, comprometeu-se na política, convencido de que se podiam conciliar as linhas fundamentais da sociedade romana com os valores dos novos povos. E neste novo tempo do encontro das culturas, considerou como sua missão reconciliar e unir estas duas culturas, a clássica romana com a cultura nascente do povo ostrogodo. Foi igualmente ativo na política, mesmo sob Teodorico, que nos primeiros tempos o estimava muito. Apesar desta atividade pública, Boécio não descuidou os estudos, dedicando-se em particular ao aprofundamento de temas de ordem filosófico-religiosa. Mas escreveu também manuais de aritmética, de geometria, de música e de astronomia: tudo com a intenção de transmitir às novas gerações, aos novos tempos, a grande cultura greco-romana. Neste âmbito, ou seja, no empenho de promoção do encontro das culturas, utilizou as categorias da filosofia grega para propor a fé cristã, também aqui em busca de uma síntese entre o patrimônio greco-romano e a mensagem evangélica. Precisamente por isto, Boécio foi qualificado como o último representante da cultura romana antiga e um dos primeiros intelectuais medievais.

Sem dúvida, a sua obra mais conhecida é o *De consolatione philosophiae*, que ele compôs no cárcere para dar um sentido ao seu aprisionamento injusto. Com efeito, fora acusado de conspiração contra o rei Teodorico, por ter assumido a defesa em juízo de um amigo, o senador Albino. Mas este era um pretexto: na realidade Teodorico, ariano e bárbaro, suspeitava que Boécio tivesse simpatias pelo imperador bizantino Justiniano. De fato, processado e condenado à morte, foi justiçado no dia 23 de Outubro de 24, com apenas 44 anos. Precisamente por este seu fim dramático, ele pode falar do interior da sua experiência também ao homem contemporâneo e sobretudo às numerosas pessoas que padecem a sua mesma sorte por causa da injustiça presente em muitas partes da "justiça humana". Neste obra, no cárcere busca a con-

solação, a luz, a sabedoria. E diz que soube distinguir, precisamente em tal situação, entre os bens aparentes na prisão eles desaparecem e os bens verdadeiros, como a amizade autêntica que mesmo na prisão não desaparecem. O bem mais excelso é Deus: Boécio aprendeu e ensina-nos a não cair no fatalismo, que apaga a esperança. Ele ensina-nos que não é o caso que governa, mas sim a Providência, e que ela tem um rosto. Pode-se falar com a Providência, porque Ela é Deus. Assim, também no cárcere lhe permanece a possibilidade da oração, do diálogo com Aquele que nos salva. Ao mesmo tempo, também nesta situação, ele conserva o sentido da beleza da cultura e evoca o ensinamento dos grandes filósofos antigos gregos e romanos, como Platão, Aristóteles começara a traduzir estes gregos em latim Cícero, Sêneca e inclusive poetas como Tibulo e Virgílio.

A filosofia, no sentido da busca da verdadeira sabedoria, é segundo Boécio o autêntica remédio da alma (cf. lib. I). Por outro lado, o homem pode experimentar a verdadeira felicidade unicamente na sua interioridade (cf. lib II). Por isso, Boécio consegue encontrar um sentido, pensando na sua tragédia pessoal à luz de um texto sapiencial do Antigo Testamento (cf. Sb 7, 30-8, 1), que ele cita: "Contra a sabedoria, a maldade não pode prevalecer. Ela estende-se de um confim ao outro com força e governa com bondade excelente todas as coisas" (lib III, 12: PL 63, col. 780). A chamada prosperidade dos malvados, portanto, revela-se falsa (cf. lib. IV) e evidencia-se a natureza providencial da adversa fortuna. As dificuldades da vida não somente revelam como ela é efémera e de breve duração, mas chegam a demonstrar-se úteis para reconhecer e manter os relacionamentos genuínos entre os homens. A adversa fortuna permite, efetivamente, discernir os amigos falsos dos verdadeiros e faz compreender que nada é mais precioso para o homem que uma amizade autêntica. Aceitar de modo fatalista uma condição de sofrimento é absolutamente perigoso, acrescenta o crente Boécio, porque "elimina pela raiz a própria possibilidade da oração e da esperança teologal, que se encontram na base da relação do homem com Deus" (lib. V, 3: PL 63, col. 842).

A peroração final do De consolatione philosophiae pode ser considerada uma síntese de todo o ensinamento que Boécio dirige a si mesmo e a todos aqueles que viessem a encontrar-se nas suas mesmas condições. Assim escreve na prisão: "Combatei portanto os vícios, dedicai-vos a uma vida virtuosa, orientada pela esperança que eleva o coração a ponto de alcançar o céu com as orações alimentadas de humildade. A imposição que padecestes pode transformar-se, se rejeitardes a mentira, na enorme vantagem de ter sempre diante dos olhos o juiz supremo que vê e sabe como as coisas verdadeiramente são" (lib. V, 6: PL 63, col. 862). Cada prisioneiro, independentemente do motivo pelo qual terminou no cárcere, intui como é pesada esta particular condição humana, sobretudo quando é embrutecida, como acontece com Boécio,

pelo recurso à tortura. Particularmente absurda é, além disso, a condição de quem, ainda como Boécio que a cidade de Pavia reconhece e celebra na liturgia como mártir da fé, é torturado mortalmente, sem qualquer motivo que não seja o das suas próprias convicções ideais, políticas e religiosas. Boécio, símbolo de um número imenso de aprisionados injustamente de todos os tempos e de todas as latitudes, é com efeito a objetiva porta de entrada para a contemplação do misterioso Crucificado no Gólgota.

Contemporâneo de Boécio foi Marcos Aurélio Cassiodoro, um calabrês nascido em Squillace por volta do ano 48, que faleceu em idade avançada em Vivarium, por volta de 80. Também ele, homem de alto nível social, se dedicou à vida política e ao compromisso cultural como poucos outros no ocidente romano do seu tempo. Talvez os únicos que podiam comparar-se com ele neste seu dúplice interesse foram o já recordado Boécio e o futuro Papa de Roma, Gregório Magno (90-604). Consciente da necessidade de não deixar esquecer todo o patrimônio humano e humanístico, acumulado nos séculos de ouro do império romano, Cassiodoro colaborou generosamente, e nos níveis mais elevados da responsabilidade política, com os novos povos que tinham atravessado os confins do império, estabelecendo-se na Itália. Também ele foi modelo de encontro cultural, de diálogo de reconciliação. As vicissitudes históricas não lhe permitiram realizar os seus sonhos políticos e culturais, que visavam criar uma síntese entre a tradição romano-cristã da Itália e a nova cultura gótica. Porém, aquelas mesmas vicissitudes convenceram-no da providencialidade do movimento monástico, que se ia confirmando nas terras cristãs. Decidiu apoiá-lo, dedicando-lhe todas as suas riquezas materiais e forças espirituais.

Concebeu a ideia de confiar precisamente aos monges a tarefa de recuperar, conservar e transmitir à posteridade o imenso patrimônio cultural dos antigos, para que não se perdesse. Por isso, fundou o Vivarium, um cenóbio no qual tudo era organizado de tal maneira que o trabalho intelectual dos monges fosse considerado extremamente precioso e irrenunciável. Ele dispôs que também os monges que tinham uma formação intelectual não deviam ocupar-se somente do trabalho material, da agricultura, mas também transcrever manuscritos e assim contribuir para transmitir a grande cultura às gerações vindouras. E isto sem qualquer desvantagem para o compromisso espiritual, monástico e cristão, nem para a atividade caritativa aos pobres. No seu ensinamento, distribuído em várias obras, mas sobretudo no tratado De anima e nas Institutiones divinarum litterarum, a oração (cf. PL 69, col. 1108), nutrida pela Sagrada Escritura e particularmente pela leitura assídua dos Salmos (cf. PL 69, col. 1149), tem sempre uma posição central como alimento necessário para todos. Eis, por exemplo, como este doutíssimo calabrês introduz a sua Expositio in Psalterium: "Rejeitando e abandonando em Rave-

na as solicitações da carreira política assinalada pelo sabor amargo das preocupações mundanas, e tendo experimentado o Saltério, livro descido do céu como autêntico mel da alma, mergulhei ávido como um sedento para o perscrutar sem cessar e para me deixar permear inteiramente por esta docilidade salutar, depois de me ter saturado das numerosas amarguras da vida ativa" (PL 70, col. 10).

A busca de Deus, orientada para a sua contemplação anota Cassiodoro permanece a finalidade permanente da vida monástica (cf. PL 69, col. 1107). Porém, ele acrescenta que, com a ajuda da graça divina (cf. PL 69, col. 1131-1142), uma melhor fruição da Palavra revelada pode ser alcançada através da utilização das conquistas científicas e dos instrumentos culturais "profanos" já possuídos pelos Gregos e pelos Romanos (cf. PL 69, col. 1140). Pessoalmente, Cassiodoro dedicou-se a estudos filosóficos, teológicos e exegéticos sem uma particular criatividade, mas atento às intuições que reconhecia válidas nos outros. Lia com respeito e devoção, sobretudo Jerônimo e Agostinho. Deste último, dizia: "Em Agostinho, há tanta riqueza que me parece impossível encontrar algo que não tenha já sido tratado abundantemente por ele" (cf. PL 70, col. 10). Citando Jerônimo, ao contrário, exortava os monges de Vivarium: "Alcançam a palma da vitória não somente aqueles que lutam até à efusão do sangue ou que vivem na virgindade, mas também todos aqueles que, com a ajuda de Deus, vencem os vícios do corpo e conservam a reta fé. Mas para que possais, sempre com a ajuda de Deus, vencer mais facilmente as solicitações do mundo e as suas seduções, permanecendo nele como peregrinos continuamente a caminho, procurai acima de tudo garantir para vós a ajuda salutar sugerida pelo primeiro Salmo, que recomenda meditar a lei do Senhor noite e dia. Com efeito, o inimigo não encontrará qualquer passagem para vos assaltar, se toda a vossa atenção for ocupada por Cristo" (De Institutiones Divinarum Scripturarum, 32: PL 70, col. 1147). É uma admoestação que podemos acolher como válida também para nós. De fato, agora vivemos num tempo de encontro de culturas, de perigo da violência que destrói as culturas e do necessário compromisso de transmitir grandes valores e de ensinar às novas gerações o caminho da reconciliação e da paz. Encontramos este caminho, orientando-nos para Deus com o rosto humano, o Deus que se nos revelou em Cristo.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 19 de Março de 2008

Tríduo Pascal

Queridos irmãos e irmãs

Chegamos à vigília do Tríduo Pascal. Os próximos três dias são comumente chamados "santos" porque nos fazem reviver o acontecimento central da nossa Redenção; reconduzem-nos de fato ao núcleo essencial da fé cristã: a paixão, a morte e a ressurreição de Jesus Cristo. São dias que poderíamos considerar como um único dia: eles constituem o coração e o fulcro de todo o ano litúrgico assim como da vida da Igreja. No final do itinerário quaresmal, preparamo-nos também nós para entrar no próprio clima que Jesus viveu então em Jerusalém. Queremos despertar em nós a profunda memória dos sofrimentos que o Senhor padeceu por nós e prepararmo-nos para celebrar com alegria, no próximo domingo, "a verdadeira Páscoa, que o Sangue de Cristo cobriu de glória, a Páscoa na qual a Igreja celebra a Festa que está na origem de todas as festas", como diz o Prefácio para o dia de Páscoa no rito ambrosiano.

Amanhã, Quinta-Feira Santa, a Igreja revive a última Ceia, durante a qual o Senhor, na vigília da sua paixão e morte, instituiu o Sacramento da Eucaristia e o do Sacerdócio ministerial. Naquela mesma noite Jesus deixou-nos o mandamento novo, "*mandatum novum*", o mandamento do amor fraterno. Antes de entrar no Tríduo Sagrado, mas já em estreita ligação com ele, terá lugar em cada Comunidade diocesana, amanhã de manhã, a Missa Crismal, durante a qual o Bispo e os sacerdotes do presbitério diocesano renovam as promessas da Ordenação. São também abençoados os óleos para a celebração dos Sacramentos: o óleo dos catecúmenos, o óleo dos enfermos e o sagrado crisma. um momento muito importante para a vida de cada comunidade diocesana que, reunida em volta do seu Pastor, fortalece a própria unidade e a sua fidelidade a Cristo, único Sumo e Eterno Sacerdote. À noite, na Missa em Cena Domini revive-se a última Ceia, quando Cristo se deu a todos nós como alimento de salvação, como remédio de imortalidade: é o mistério da Eucaristia, fonte e ápice da vida cristã. Neste Sacramento de salvação o Senhor ofereceu e realizou para todos os que crêem n'Ele a mais íntima união possível entre a nossa e a sua vida. Com o gesto humilde e expressivo como nunca do lava-pés, somos convidados a recordar quanto o Senhor fez aos seus Apóstolos: lavando os seus pés proclamou de modo concreto a primazia do amor, amor que se faz serviço até à doação de si mesmos, antecipando assim também o sacrifício supremo da sua vida que se consumará no dia seguinte no Calvário. Segundo uma bonita tradição, os fiéis encerram a Quinta-

Feira Santa com uma vigília de oração e de adoração eucarística para reviver mais intimamente a agonia de Jesus no Getsêmani.

A Sexta-Feira Santa é o dia em que revivemos a paixão, crucifixão e morte de Jesus. Neste dia a liturgia da Igreja não prevê a celebração da Santa Missa, mas a assembleia cristã reúne-se para meditar o grande mistério do mal e do pecado que oprimem a humanidade, para repercorrer, à luz da Palavra de Deus e ajudada por comovedores gestos litúrgicos, os padecimentos do Senhor em expiação deste mal. Depois de ter ouvido a narração da paixão de Cristo, a comunidade reza por todas as necessidades da Igreja e do mundo, adora a Cruz e aproxima-se da Eucaristia, consumando as espécies conservadas da Missa em Cena Domini do dia anterior. Como ulterior convite a meditar sobre a paixão e morte do Redentor e para expressar o amor e a participação dos fiéis nos sofrimentos de Cristo, a tradição cristã deu vida a várias manifestações de piedade popular, procissões e representações sagradas, que têm por finalidade imprimir cada vez mais profundamente no coração dos fiéis sentimentos de verdadeira participação no sacrifício redentor de Cristo. Entre elas sobressai a Via Crucis, prática piedosa que no decorrer dos anos se enriqueceu por numerosas expressões espirituais e artísticas relacionadas com a sensibilidade das diversas culturas. Surgiram assim em muitos países santuários com o nome de "Calvaria", aos quais se chega através de uma íngreme subida que recorda o caminho doloroso da Paixão, permitindo que os fiéis participem na subida do Senhor ao Monte da Cruz, o Monte do Amor levado até ao fim.

O Sábado Santo distingue-se por um profundo silêncio. As Igrejas estão desornamentadas e não são previstas particulares liturgias. Enquanto aguardam o grande acontecimento da Ressurreição, os crentes perseveram com Maria na expectativa rezando e meditando. De fato, há necessidade de um dia de silêncio, para meditar sobre a realidade da vida humana, sobre as forças do mal e sobre a grande força do bem que brota da Paixão e da Ressurreição do Senhor. atribuída grande importância neste dia à participação no Sacramento da reconciliação, caminho indispensável para purificar o coração e predispor-se para celebrar intimamente renovados a Páscoa. Pelo menos uma vez por ano precisamos desta purificação interior, desta renovação de nós mesmos. Este Sábado de silêncio, de meditação, de perdão, de reconciliação desemboca na Vigília Pascal, que introduz o domingo mais importante da história, o Domingo da Páscoa de Cristo. A Igreja vela ao lado do novo fogo abençoado e medita a grande promessa, contida no Antigo e no Novo Testamento, da libertação definitiva da antiga escravidão do pecado e da morte. Na escuridão da noite o círio pascal, símbolo de Cristo que ressuscita glorioso, é aceso pelo fogo novo. Cristo, luz da humanidade, afasta as trevas do coração e do espírito e ilumina cada homem que vem ao mundo. Ao lado do círio pascal ressoa na Igreja o

grande anúncio pascal: verdadeiramente Cristo ressuscitou, a morte já não tem poder algum sobre Ele. Com a sua morte Ele derrotou o mal para sempre e fez dom a todos os homens da própria vida de Deus. Por uma antiga tradição, durante a Vigília Pascal, os catecúmenos recebem o Batismo, para ressaltar a participação dos cristãos no mistério da morte e da ressurreição de Cristo. Da resplandecente noite de Páscoa, a alegria, a luz e a paz de Cristo irradiam-se na vida dos fiéis de cada comunidade cristã e alcançam todos os pontos do espaço e do tempo.
Queridos irmãos e irmãs, nestes dias singulares orientemos decididamente a vida para uma adesão generosa e convicta aos desígnios do Pai celeste; renovemos o nosso "sim" à vontade divina como fez Jesus com o sacrifício da cruz. Os sugestivos ritos da Quinta-feira Santa, da Sexta-Feira Santa, o silêncio rico de oração do Sábado Santo e a solene Vigília Pascal oferecem-nos a oportunidade para aprofundar o sentido e o valor da nossa vocação cristã, que brota do Mistério Pascal e de a concretizar no seguimento fiel de Cristo em cada circunstância, como Ele fez, até à doação generosa da nossa existência.
Reviver os mistérios de Cristo significa também viver em profunda e solidária adesão ao hoje da história, convictos de que quanto celebramos é realidade viva e atual. Tenhamos portanto presente na nossa oração a dramaticidade de fatos e situações que nestes dias afligem tantos irmãos nossos em todas as partes do mundo. Sabemos que o ódio, as divisões, as violências nunca têm a última palavra nos acontecimentos da história. Estes dias reanimam em nós a grande esperança: Cristo crucificado ressuscitou e venceu o mundo. O amor é mais forte que o ódio, venceu e devemos associar-nos a esta vitória do amor. Portanto, devemos partir de novo de Cristo e trabalhar em comunhão com Ele para um mundo fundado sobre a paz, sobre a justiça e sobre o amor. Neste empenho, que a todos compromete, deixemo-nos guiar por Maria, que acompanhou o Filho divino pelo caminho da paixão e da cruz e participou, com a força da fé, na concretização do seu desígnio salvífico. Com estes sentimentos, formulo desde agora os votos mais cordiais de feliz e santa Páscoa a todos vós, aos vossos entes queridos e às vossas Comunidades.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 26 de Março de 2008

Significado da Páscoa

Queridos irmãos e irmãs!

"Et resurrexit tertia die secundum Scripturas ressuscitou no terceiro dia segundo as Escrituras". Cada domingo, com o Credo, renovamos a nossa profissão de fé na ressurreição de Cristo, acontecimento surpreendente que constitui a chave de volta do cristianismo. Na Igreja tudo se compreende a partir deste grande mistério, que mudou o curso da história e que se torna atual em cada celebração eucarística. Mas existe um tempo litúrgico no qual esta realidade central da fé cristã, na sua riqueza doutrinal e inexaurível vitalidade, é proposta aos fiéis de modo mais intenso, para que cada vez mais a redescubram e mais fielmente a vivam: é o tempo pascal. Cada ano, no "Santíssimo Tríduo de Cristo crucificado, morto e ressuscitado", como lhe chama Santo Agostinho, a Igreja repercorre, num clima de oração e de penitência, as etapas conclusivas da vida terrena de Jesus: a sua condenação à morte, a subida ao Calvário carregando a cruz, o seu sacrifício pela nossa salvação, a sua deposição no sepulcro. No "terceiro dia", depois, a Igreja revive a sua ressurreição: é a Páscoa, passagem de Jesus da morte para a vida, na qual se cumprem em plenitude as antigas profecias. Toda a liturgia do tempo pascal canta a certeza e a alegria da ressurreição de Cristo.

Queridos irmãos e irmãs, devemos constantemente renovar a nossa adesão a Cristo morto e ressuscitado por nós: a sua Páscoa é também a nossa Páscoa, porque em Cristo ressuscitado é-nos dada a certeza da nossa ressurreição. A notícia da sua ressurreição dos mortos não envelhece e Jesus está sempre vivo; e vivo é o seu Evangelho. "A fé dos cristãos observa Santo Agostinho é a ressurreição de Cristo". Os Atos dos Apóstolos explicam-no claramente: "Deus ofereceu a todos um motivo de crédito com o fato de O ter ressuscitado dentre os mortos" (17, 31). De fato, não era suficiente a morte para demonstrar que Jesus é verdadeiramente o Filho de Deus, o Messias esperado. No decorrer da história muitos consagraram a sua vida a uma causa considerada justa e morreram! E permaneceram mortos. A morte do Senhor demonstra o amor imenso com que Ele nos amou até ao sacrifício por nós; mas só a sua ressurreição é "prova certa", é certeza de que quanto Ele afirma é verdade que vale também para nós, para todos os tempos. Ressuscitando-o, o Pai glorificou-o. São Paulo assim escreve na Carta aos Romanos: "Se confessares com a tua boca o Senhor Jesus e creres no teu coração que Deus O ressuscitou dentre os mortos, serás salvo" (10, 9).

importante reafirmar esta verdade fundamental da nossa fé, cuja verdade histórica é amplamente documentada, mesmo se hoje, como no passado, não falta quem de modos diversos a põe em dúvida ou até a nega. O enfraquecimento da fé na ressurreição de Jesus consequentemente torna débil o testemunho dos crentes. De fato, se faltar na Igreja a fé na ressurreição, tudo pára, tudo desmorona. Ao contrário, a adesão do coração e da mente a Cristo morto e ressuscitado muda a vida e ilumina toda a existência das pessoas e dos povos. Não é porventura a certeza de que Cristo ressuscitou que dá coragem, audácia profética e perseverança aos mártires de todos os tempos Não é o encontro com Jesus vivo que converte e fascina tantos homens e mulheres, que desde o início do cristianismo continuam a deixar tudo para o seguir e pôr a própria vida ao serviço do Evangelho "Se Cristo não ressuscitou é vã a nossa pregação e vã a nossa fé" (1 Cor 15, 14). Mas ressuscitou!

O anúncio que ouvimos constantemente de novo nestes dias é precisamente este: Jesus ressuscitou, é o Vivente e nós podemos encontrá-Lo. Como o encontraram as mulheres que, na manhã do terceiro dia, o dia depois do sábado, tinham ido ao sepulcro; como o encontraram os discípulos, surpreendidos e perturbados com o que as mulheres tinham contado; como o encontraram muitas outras testemunhas nos dias depois da sua ressurreição. E, também depois da sua Ascensão, Jesus continuou a permanecer presente entre os seus amigos como tinha prometido: "E Eu estarei sempre convosco, até ao fim do mundo" (Mt 28, 20). O Senhor está conosco, com a sua Igreja, até ao fim dos tempos. Iluminados pelo Espírito Santo, os membros da Igreja primitiva começaram a proclamar o anúncio pascal abertamente e sem receio. E este anúncio, transmitido de geração em geração, chegou até nós e ressoa todos os anos na Páscoa com poder sempre novo.

Especialmente nesta Oitava de Páscoa a liturgia convida-nos a encontrar pessoalmente o Ressuscitado e a reconhecer a sua ação vivificante nos acontecimentos da história e do nosso viver quotidiano. Hoje, quarta-feira, é-nos proposto por exemplo o episódio comovedor dos dois discípulos de Emaús (cf. Lc 24, 13-35). Depois da crucifixão de Jesus, imersos na tristeza e na desilusão, eles regressavam a casa desconfortados. Durante o caminho falavam entre si de quanto tinha acontecido naqueles dias em Jerusalém; foi então que Jesus se aproximou, começou a falar com eles e a admoestá-los: "Ó homens sem inteligência e lentos de espírito em crer em tudo quanto os profetas anunciaram! Não tinha o Messias de sofrer essas coisas para entrar na Sua glória" (Lc 24, 25-26). Começando depois por Moisés e por todos os profetas, explicou-lhes em todas as Escrituras o que se referia a Ele. O ensinamento de Cristo a explicação das profecias foi para os discípulos de Emaús como uma revelação inesperada, luminosa e confortadora. Jesus dava uma nova chave de leitura da Bíblia e agora tudo parecia

claro, orientado precisamente para este momento. Conquistados pelas palavras do viandante desconhecido, pediram-lhe que ceasse com eles. E Ele aceitou e pôs-se à mesa com eles. Refere o evangelista Lucas: "Entrou para ficar com eles e, quando Se pôs à mesa, tomou o pão, pronunciou a bênção e, depois de o partir, entregou-lho" (Lc 24, 29-30). E foi precisamente naquele momento que se abriram os olhos e os dois discípulos o reconheceram, "mas Ele desapareceu da sua presença" (Lc 24, 31). Cheios de admiração e de alegria comentaram: "Não estava o nosso coração a arder cá dentro, quando Ele nos falava pelo caminho e nos explicava as escrituras" (Lc 24, 32).

Em todo o ano litúrgico, particularmente na Semana Santa e na Semana de Páscoa, o Senhor está a caminho conosco e explica-nos as Escrituras, faz-nos compreender este mistério: tudo fala d'Ele. E isto deveria fazer arder os nossos corações, para que se possam abrir também os nossos olhos. O Senhor está conosco, mostra-nos o verdadeiro caminho. Como os dois discípulos reconheceram Jesus ao partir o pão, hoje, ao partir o pão, também nós reconheçamos a sua presença. Os discípulos de Emaús reconheceram-no e recordaram-se dos momentos em que Jesus tinha partido o pão. E este partir o pão faz-nos pensar precisamente na primeira Eucaristia celebrada no contexto da última Ceia, onde Jesus partiu o pão e assim antecipou a sua morte e a sua ressurreição, dando-se a si mesmo aos discípulos. Jesus parte o pão também conosco e para nós, faz-se presente conosco na Santa Eucaristia, doa-se a Si mesmo e abre os nossos corações. Possamos também nós encontrar e conhecer Jesus na Santa Eucaristia, no encontro com a sua Palavra, nesta dupla Mesa da Palavra, do Pão e do Vinho consagrados. Todos os domingos a comunidade revive a Páscoa do Senhor e recebe do Salvador o seu testamento de amor e de serviço fraterno. Queridos irmãos e irmãs, a alegria destes dias torne ainda mais firme a nossa fiel adesão a Cristo crucificado e ressuscitado. Sobretudo, deixemo-nos conquistar pelo fascínio da sua ressurreição. Ajude-nos Maria a ser mensageiros da luz e da alegria da Páscoa para tantos irmãos nossos. Desejo mais uma vez a todos votos cordiais de Boa Páscoa.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 9 de Abril de 2008

São Bento de Núrcia

Queridos irmãos e irmãs!

Gostaria hoje de falar de São Bento, Fundador do monaquismo ocidental, e também Padroeiro do meu pontificado. Começo com uma palavra de São Gregório Magno, que escreve de São Bento: "O homem de Deus que brilhou nesta terra com tantos milagres não resplandeceu menos pela eloquência com que soube expor a sua doutrina" (Dial. II, 36). O grande Papa escreveu estas palavras no ano de 592; o santo monge tinha falecido 50 anos antes e ainda estava vivo na memória do povo sobretudo na florescente Ordem religiosa por ele fundada. São Bento de Núrcia com a sua vida e a sua obra exerceu uma influência fundamental sobre o desenvolvimento da civilização e da cultura europeia. A fonte mais importante sobre a sua vida é o segundo livro dos Diálogos de São Gregório Magno. Não é uma biografia no sentido clássico. Segundo as ideias do seu tempo, ele pretende ilustrar mediante o exemplo de um homem concreto precisamente de São Bento a subida aos cumes da contemplação, que pode ser realizada por quem se abandona a Deus. Portanto, tem-se um modelo da vida humana como subida para o vértice da perfeição. São Gregório Magno narra também, neste livro dos Diálogos, de muitos milagres realizados pelo Santo, e também aqui não quer narrar simplesmente algo de estranho, mas demonstrar como Deus, admoestando, ajudando e também punindo, intervenha nas situações concretas da vida do homem. Quer mostrar que Deus não é uma hipótese distante colocada na origem do mundo, mas está presente na vida do homem, de cada homem.

Esta perspectiva do "biógrafo" explica-se também à luz do contexto geral do seu tempo: entre os séculos V e VI o mundo estava envolvido por uma tremenda crise de valores e de instituições, causada pela queda do Império Romano, pela invasão dos novos povos e pela decadência dos costumes. Com a apresentação de São Bento como "astro luminoso", Gregório queria indicar nesta situação atormentada, precisamente aqui nesta cidade de Roma, a saída da "noite escura da história" (cf. João Paulo II, Insegnamenti, II/1, 1979, p. 1158). De fato, a obra do Santo e, de modo particular, a sua Regra revelaram-se portadoras de um autêntico fermento espiritual, que mudou no decorrer dos séculos, muito além dos confins da sua Pátria e do seu tempo, o rosto da Europa, suscitando depois da queda da unidade política criada pelo império romano uma nova unidade espiritual e cultural, a da fé cristã partilhada pelos povos do continente. Surgiu precisamente assim a realidade à qual nós chamamos "Europa".

O nascimento de São Bento é datado por volta de 480. Provinha, assim diz São Gregório, "*ex provincia Nursiae*" da região da Núrsia. Os seus pais abastados enviaram-no para Roma para a sua formação nos estudos. Mas ele não permaneceu por muito tempo na Cidade eterna. Como explicação plenamente credível, Gregório menciona o fato de que o jovem Bento sentia repugnância pelo estilo de vida de muitos dos seus companheiros de estudos, que viviam de modo dissoluto, e não queria cair nos mesmos erros deles. Desejava aprazer unicamente a Deus; "*soli Deo placere desiderans*" (II Dial., Prol. 1). Assim, ainda antes da conclusão dos seus estudos, Bento deixou Roma e retirou-se na solidão dos montes a leste da cidade. Depois de uma primeira estadia na aldeia de Effide (atualmente Affile), onde durante um certo período se associou a uma "comunidade religiosa" de monges, fez-se eremita na vizinha Subiaco. Ali viveu durante três anos completamente sozinho numa gruta que, a partir da Alta Idade Média, constitui o "coração" de um mosteiro beneditino chamado "Sagrada Espelunca". O período em Subiaco, marcado pela solidão com Deus, foi para Bento um tempo de maturação. Ali tinha que suportar e superar as três tentações fundamentais de cada ser humano: a tentação da auto-suficiência e do desejo de se colocar no centro, a tentação da sensualidade e, por fim, a tentação da ira e da vingança. De fato, Bento estava convencido de que, só depois de ter vencido estas tentações, ele teria podido dizer aos outros uma palavra útil para as suas situações de necessidade. E assim, tendo a alma pacificada, estava em condições de controlar plenamente as pulsões do eu, para deste modo ser um criador de paz em seu redor. Só então decidiu fundar os seus primeiros mosteiros no vale do Anio, perto de Subiaco.

No ano de 529 Bento deixou Subiaco para se estabelecer em Montecassino. Alguns explicaram esta transferência como uma fuga das maquinações de um invejoso eclesiástico local. Mas esta tentativa de explicação revelou-se pouco convincente, dado que Bento não regressou para lá depois da morte repentina do mesmo (II Dial. 8). Na realidade, esta decisão impôs-se-lhe porque tinha entrado numa nova fase da sua maturação interior e da sua experiência monástica. Segundo Gregório Magno, o Êxodo do vale remoto do Anio para Monte Cassio uma altura que, dominando a vasta planície circunstante, se vê ao longe reveste um carácter simbólico: a vida monástica no escondimento tem uma sua razão de ser, mas um mosteiro tem também uma sua finalidade pública na vida da Igreja e da sociedade, deve dar visibilidade à fé como força de vida. De fato, quando, em 21 de Março de 574, Bento concluiu a sua vida terrena, deixou com a sua Regra e com a família beneditina por ele fundada um patrimônio que deu nos séculos passados e ainda hoje continua a dar frutos em todo o mundo.

Em todo o segundo livro dos Diálogos Gregório ilustra-nos como a vida de São Bento estivesse imersa numa atmosfera de oração, fundamento importante da sua existência. Sem ora-

ção não há experiência de Deus. Mas a espiritualidade de Bento não era uma interioridade fora da realidade. Na agitação e na confusão do seu tempo, ele vivia sob o olhar de Deus e precisamente assim nunca perdeu de vista os deveres da vida quotidiana e o homem com as suas necessidades concretas. Ao ver Deus compreendeu a realidade do homem e a sua missão. Na sua Regra ele qualifica a vida monástica "uma escola ao serviço do Senhor" (Prol. 45) e pede aos seus monges que "à Obra de Deus [ou seja, ao Ofício Divino ou à Liturgia das Horas] nada se anteponha" (43, 3). Mas ressalta que a oração é em primeiro lugar um ato de escuta (Prol. 9-11), que depois se deve traduzir em ação concreta. "O Senhor aguarda que nós respondamos todos os dias com os fatos aos seus ensinamentos", afirma ele (Prol. 35). Assim a vida do monge torna-se uma simbiose fecunda entre ação e contemplação "para que em tudo seja glorificado Deus" (57, 9). Em contraste com uma auto-realização fácil e egocêntrica, hoje com frequência exaltada, o primeiro e irrenunciável compromisso do discípulo de São Bento é a busca sincera de Deus (58, 7) sobre o caminho traçado pelo Cristo humilde e obediente (5, 13), ao amor do qual ele nada deve antepor (4, 21; 72, 11) e precisamente assim, no serviço do outro, se torna homem do serviço e da paz. Na prática da obediência realizada com uma fé animada pelo amor (5, 2), o monge conquista a humildade (5, 1), à qual a Regra dedica um capítulo inteiro (7). Desta forma o homem torna-se cada vez mais conforme com Cristo e alcança a verdadeira auto-realização como criatura à imagem e semelhança de Deus.

À obediência do discípulo deve corresponder a sabedoria do Abade, que no mosteiro desempenha "as funções de Cristo" (2, 2; 63, 13). A sua figura, delineada sobretudo no segundo capítulo da Regra, com um perfil de espiritual beleza e de compromisso exigente, pode ser considerada como um auto-retrato de Bento, porque como escreve Gregório Magno "o Santo não pôde de modo algum ensinar de uma forma diferente da qual viveu" (Dial. II, 36). O Abade deve ser ao mesmo tempo terno e mestre severo (2, 24), um verdadeiro educador. Inflexível contra os vícios, é contudo chamado sobretudo a imitar a ternura do Bom Pastor (27, 8), a "ajudar e não a dominar" (64, 8), a "acentuar mais com os fatos do que com as palavras tudo o que é bom e santo" e a "ilustrar os mandamentos divinos com o seu exemplo" (2, 12). Para ser capaz de decidir responsavelmente, também o Abade deve ser homem que escuta "os conselhos dos irmãos" (3, 2), porque "muitas vezes Deus revela ao mais jovem a solução melhor" (3, 3). Esta disposição torna surpreendentemente moderna uma Regra escrita há quase quinze séculos! Um homem de responsabilidade pública, e também em pequenos âmbitos, deve ser sempre também um homem que sabe ouvir e aprender de quanto ouve.

Bento qualifica a Regra como "mínima, traçada só para o início" (73, 8); mas na realidade ela pode oferecer indicações úteis não só para os monges, mas também para todos os que procu-

ram uma guia no seu caminho rumo a Deus. Pela sua ponderação, a sua humanidade e o seu discernimento entre o essencial e o secundário na vida espiritual, ele pôde manter a sua força iluminadora até hoje. Paulo VI, proclamando a 24 de Outubro de 1964 São Bento Padroeiro da Europa, pretendeu reconhecer a obra maravilhosa desempenhada pelo Santo mediante a Regra para a formação da civilização e da cultura europeia. Hoje a Europa que acabou de sair de um século profundamente ferido por duas guerras mundiais e depois do desmoronamento das grandes ideologias que se revelaram como trágicas utopias está em busca da própria identidade. Para criar uma unidade nova e duradoura, são sem dúvida importantes os instrumentos políticos, econômicos e jurídicos, mas é preciso também suscitar uma renovação ética e espiritual que se inspire nas raízes cristãs do Continente, porque de outra forma não se pode reconstruir a Europa. Sem esta linfa vital, o homem permanece exposto ao perigo de sucumbir à antiga tentação de se querer remir sozinho utupia que, de formas diferentes, na Europa do século XX causou, como revelou o Papa João Paulo II, "um regresso sem precedentes ao tormento histórico da humanidade" (Insegnamenti, XIII/1, 1990, p. 58). Procurando o verdadeiro progresso, ouvimos também hoje a Regra de São Bento como uma luz para o nosso caminho. O grande monge permanece um verdadeiro mestre em cuja escola podemos aprender a arte de viver o humanismo verdadeiro.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 30 de Abril de 2008

Viagem Apostólica aos Estados Unidos da América

Caros irmãos e irmãs

Embora já tenham passado vários dias desde o meu regresso, desejo dedicar a catequese hodierna, como de costume, à viagem apostólica que realizei à Organização das Nações Unidas e aos Estados Unidos da América, de 15 a 21 de Abril passado. Em primeiro lugar, renovo a expressão do meu mais cordial reconhecimento à Conferência Episcopal dos Estados Unidos, assim como ao Presidente Bush, por me terem convidado, e pela calorosa hospitalidade que me reservaram. Mas gostaria de dirigir o meu "obrigado" a todos aqueles que, em Washington e em Nova Iorque, foram saudar-me e manifestar o seu amor pelo Papa, ou que me acompanharam e ajudaram com a oração e com a oferta dos seus sacrifícios. Como se sabe, a ocasião da visita foi o bicentenário da elevação a Sede Metropolitana da primeira Diocese do país, Baltimore, e da fundação das Sedes de Nova Iorque, Boston, Filadélfia e Louisville. Por isso, nessa celebração tipicamente eclesial tive a alegria de ir pessoalmente, pela primeira vez como Sucessor de Pedro, visitar o amado povo dos Estados Unidos da América, para confirmar na fé os católicos, para renovar e incrementar a fraternidade com todos os cristãos e para anunciar a todos a mensagem de "Cristo, nossa Esperança", como ressoava o lema da viagem.

No encontro com o Senhor Presidente na sua residência, tive a oportunidade de prestar homenagem àquele grande país, que desde os alvores foi edificado sobre a base de uma feliz união entre princípios religiosos, éticos e políticos, e que ainda hoje constitui um válido exemplo de sadia laicidade, onde a dimensão religiosa, na diversidade das suas expressões, é não só tolerada, mas valorizada como "alma" da Nação e garantia fundamental dos direitos e dos deveres do homem. Neste contexto, a Igreja pode desempenhar com liberdade e compromisso a sua missão de evangelização e promoção humana, e também de "consciência crítica", contribuindo para a construção de uma sociedade digna da pessoa humana e, ao mesmo tempo,

impelindo um país como os Estados Unidos, que todos consideram como um dos principais protagonistas do cenário internacional, à solidariedade global, cada vez mais necessária e urgente, e ao exercício paciente do diálogo nas relações internacionais.

Naturalmente, a missão e o papel da Comunidade eclesial estiveram no centro do encontro com os Bispos, que teve lugar no Santuário Nacional da Imaculada Conceição, em Washington. No contexto litúrgico das Vésperas, louvamos ao Senhor pelo caminho percorrido pelo Povo de Deus nos Estados Unidos, pelo zelo dos seus Pastores e pelo ardor e a generosidade

dos seus fiéis, que se manifestam na elevada e aberta consideração da fé e em numerosas iniciativas caritativas e humanitárias na pátria e no estrangeiro. Ao mesmo tempo, animei os meus irmãos no Episcopado na sua não fácil tarefa de semear o Evangelho numa sociedade assinalada por não poucas contradições, que ameaçam também a coerência dos católicos e do próprio clero. Encorajei-os a fazer ouvir a sua voz acerca das atuais questões morais e sociais, e a formar os fiéis leigos, a fim de que sejam bom "fermento" na comunidade civil, a partir da célula fundamental que é a família. Neste sentido, exortei-os a repropor o sacramento do Matrimônio como dom e compromisso indissolúvel entre um homem e uma mulher, âmbito natural de acolhimento e de educação dos filhos. A Igreja e a família, juntamente com a escola de modo especial de inspiração cristã devem cooperar para oferecer aos jovens uma sólida educação moral, mas nesta tarefa têm grande responsabilidade também os agentes da comunicação e do entretenimento. Pensando na dolorosa questão dos abusos sexuais contra menores, cometidos por ministros ordenados, desejei expressar aos Bispos a minha proximidade, encorajando-os no compromisso de curar as feridas e de revigorar as relações com os seus sacerdotes. Ao responder a algumas interrogações apresentadas pelos Bispos, foi-me permitido sublinhar alguns aspectos importantes: a relação intrínseca entre o Evangelho e a "lei natural"; a sadia concepção da liberdade, que se compreende e se realiza no amor; a dimensão eclesial da experiência cristã; a exigência de anunciar de modo novo, especialmente aos jovens, a "salvação" como plenitude de vida, e de educar para a oração, da qual brotam as respostas generosas ao chamamento do Senhor.

Na grande e festiva Celebração eucarística no Nationals Park Stadium de Washington, invocamos o Espírito Santo sobre toda a Igreja que se encontra nos Estados Unidos da América para que, solidamente arraigada na fé transmitida pelos Padres, profundamente unida e renovada, enfrente os desafios presentes e futuros com ânimo e esperança, aquela esperança que "não nos deixa confundidos, porque o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo" (Rm 5, 5). Um destes desafios é sem dúvida o da educação, e portanto na Catholic University of America encontrei-me com os Reitores das Universidades e dos Colégios católicos, com os responsáveis diocesanos pelo ensino e com os representantes dos professores e dos estudantes. A tarefa educativa é uma parte integrante da missão da Igreja, e a Comunidade eclesial dos Estados Unidos empenhou-se sempre nela, prestando ao mesmo tempo um grande serviço social e cultural ao país inteiro. É importante que isto possa continuar. E é igualmente importante cuidar da qualidade dos institutos católicos, a fim de que neles se forme verdadeiramente segundo "a medida da maturidade" de Cristo (cf. Ef 4, 13), unindo fé e

razão, liberdade e verdade. Portanto, foi com alegria que confirmei os formadores no seu precioso compromisso de caridade intelectual.

Num país com uma vocação multicultural como os Estados Unidos da América, assumiram um relevo especial os encontros com os representantes de outras religiões: em Washington, no Centro Cultural João Paulo II, com judeus, muçulmanos, hindus, budistas e jainistas; em Nova Iorque, a visita à sinagoga. Momentos, especialmente este último, muito cordiais, que confirmaram o empenho coral em prol do diálogo e da promoção da paz e dos valores espirituais e morais. Naquela que se pode considerar a pátria da liberdade religiosa, desejei recordar que ela deve ser sempre defendida com esforço concorde, para evitar qualquer forma de discriminação e preconceito. E evidenciei a grande responsabilidade dos líderes religiosos, tanto ao ensinarem o respeito e a não-violência, como ao conservarem vivas as exigências mais profundas da consciência humana. Também a celebração ecumênica, na igreja paroquial de São José, foi caracterizada por uma grande cordialidade. Em conjunto, pedimos ao Senhor que aumente nos cristãos a capacidade de explicar a razão, inclusivamente com uma unidade cada vez maior, da sua única esperança (cf. 1 Pd 3, 15), pela fé comum em Jesus Cristo.

Outro motivo principal da minha viagem foi a visita à sede central da ONU: a quarta visita de um Papa, depois da de Paulo VI em 1965 e das duas de João Paulo II, em 1979 e em 1995. Na celebração do 60º aniversário da "Declaração dos Direitos do Homem", a Providência concedeu-me a oportunidade de confirmar, na mais vasta e autorizada assembleia supranacional, o valor de tal Carta, evocando o seu fundamento universal, ou seja, a dignidade da pessoa humana criada por Deus à sua imagem e semelhança para cooperar no mundo para o seu grande desígnio de vida e de paz. Como a paz, também o respeito pelos direitos humanos está arraigado na "justiça", isto é, numa ordem ética válida para todos os tempos e para todos os povos, resumível na célebre máxima: "Não faças aos outros aquilo que não desejarias que te fizessem a ti" ou, expressa de forma positiva, com as palavras de Jesus: "O que quiserdes que vos façam os homens, fazei-o também a eles" (Mt 7, 12). Sobre esta base, que constitui a contribuição típica da Santa Sé para a Organização das Nações Unidas, renovei e também hoje renovo, o compromisso efetivo da Igreja católica, em ordem a ajudar a revigorar as relações internacionais segundo os princípios de responsabilidade e de solidariedade.

Na minha alma permaneceram fortemente gravados inclusive os outros momentos da minha estadia em Nova Iorque. Na Catedral de São Patrício, no coração de Manhattan verdadeiramente uma "casa de oração para todos os povos" celebrei a Santa Missa para os sacerdotes e os consagrados, vindos de todas as regiões do país. Nunca esquecerei com que afabilidade me transmitiram os bons votos pelo terceiro aniversário da minha eleição para a Sé de Pedro. Foi

um momento comovedor, em que experimentei de modo sensível todo o apoio da Igreja ao meu ministério. Posso dizer o mesmo sobre o encontro com os jovens e os seminaristas, realizado precisamente no Seminário diocesano, e que foi precedido de encontro muito significativo com os adolescentes e os jovens portadores de deficiência, juntamente com os seus familiares. Aos jovens, por sua natureza sedentos de verdade e de amor, propus algumas figuras de homens e de mulheres que testemunharam de modo exemplar o Evangelho na terra americana, o Evangelho da verdade que torna livre no amor, no serviço e na vida despendida pelo próximo. Enfrentando as trevas de hoje, que ameaçam a vida dos jovens, eles podem encontrar nos Santos a luz que dissipa estas trevas: a luz de Cristo, esperança de todos os homens! Esta esperança, mais forte que o pecado e a morte, animou o momento cheio de emoção que transcorri em silêncio na voragem do Ground Zero, onde acendi um círio e rezei por todas as vítimas daquela tragédia terrível. Enfim, a minha visita culminou na Celebração eucarística no Yankee Stadium de Nova Iorque: ainda conservo no meu coração aquela festa de fé e de fraternidade, com que celebramos o bicentenário das mais antigas Dioceses da América do Norte. A pequena grei das origens desenvolveu-se enormemente, enriquecendo-se com a fé e as tradições de sucessivas ondas de imigração. Nessa Igreja, que agora está a enfrentar os desafios do presente, tive a alegria de anunciar novamente "Cristo, nossa Esperança" ontem, hoje e sempre.

Queridos irmãos e irmãs, convido-vos a unir-vos a mim na ação de graças pelo confortador bom êxito desta viagem apostólica, e para pedir a Deus, por intercessão da Virgem Maria, que ele possa produzir abundantes frutos para a Igreja na América e em todas as regiões do mundo.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 7 de Maio de 2008

Pentecostes

Caros irmãos e irmãs Como vedes, hoje de manhã está no meio de nós Sua Santidade o Catholicos arein II, Patriarca Supremo e Catholicos de todos os Arménios, acompanhado de uma distinta delegação. Renovo a expressão da minha alegria pela possibilidade que me é concedida de o receber hoje de manhã: a sua presença hodierna anima-nos na esperança da plena unidade de todos os cristãos. de bom grado que aproveito a ocasião para lhe agradecer também a amável hospitalidade que recentemente reservou na Arménia ao meu Cardeal Secretário de Estado. Para mim é igualmente um prazer recordar a inesquecível visita que o Catholicos realizou a Roma no ano 2000, logo após a sua eleição. Quando se encontrou com ele, o meu amado Predecessor João Paulo II entregou-lhe uma insigne relíquia de São Gregório o Iluminador, e em seguida foi à Arménia para lhe retribuir a visita.

conhecido o compromisso da Igreja Apostólica Arménia pelo diálogo ecumênico, e estou certo de que também a atual visita do venerado Patriarca Supremo e Catholicos de todos os Arménios contribuirá para intensificar as relações de amizade fraterna que unem as nossas Igrejas. Estes dias de imediata preparação para a Solenidade do Pentecostes estimulam-nos a reavivar a esperança na ajuda do Espírito Santo para progredir no caminho do ecumenismo. Temos a certeza de que o Senhor Jesus nunca nos abandona na busca da unidade, porque o seu Espírito é incansavelmente em ação para sustentar os nossos esforços, em vista de superar toda a divisão e de reatar toda a laceração no tecido vivo da Igreja.

Precisamente este Jesus prometeu aos discípulos nos últimos dias da sua missão terrena, como há pouco ouvimos no trecho do Evangelho: assegurou-lhes a assistência do Espírito Santo, que Ele teria mandado para que continuasse a fazer-lhes sentir a sua presença (cf. Jo 14, 16-17). Esta promessa tornou-se realidade quando, depois da Ressurreição, Jesus entrou no Cenáculo, saudou os discípulos com as palavras: "A paz esteja convosco", e, soprando sobre eles, disse: "Recebei o Espírito Santo" (Jo 20, 22). Autorizava-os a perdoar os pecados. Portanto, o Espírito Santo manifesta-se aqui como força do perdão dos pecados, da renovação dos nossos corações e da nossa existência e assim Ele renova a terra e onde havia divisão cria unidade. Depois, na solenidade do Pentecostes, o Espírito Santo mostra-se através de outros sinais: através do sinal de um vento impetuoso, de línguas de fogo, e os Apóstolos falam em todas as línguas. Este é um sinal de que a dispersão Babilônia, fruto da soberba que separa os homens, é ultrapassada no Espírito, que é caridade e que dá unidade na diversidade. Desde o

primeiro momento da sua existência, a Igreja fala em todas as línguas graças à força do Espírito Santo e às línguas de fogo e vive em todas as culturas, nada destrói dos vários dons, dos diversos carismas, mas resume tudo numa grande e nova unidade que reconcilia: unidade e multiformidade.

O Espírito Santo, que é a caridade eterna, o vínculo da unidade na Trindade, une com a sua força na caridade divina os homens dispersos, criando assim a multiforme e grande comunidade da Igreja no mundo inteiro. Nos dias após a Ascensão do Senhor, até ao domingo do Pentecostes, os discípulos estavam reunidos no Cenáculo com Maria para rezar. Sabiam que eles mesmos não podiam criar, organizar a Igreja: a Igreja deve nascer e ser organizada pela iniciativa divina, não é uma criatura nossa, mas é dom de Deus. E somente assim ela cria também unidade, uma unidade que deve crescer. A Igreja de todos os tempos em particular, nestes nove dias entre a Ascensão e o Pentecostes une-se espiritualmente no Cenáculo com os Apóstolos e com Maria para implorar incessantemente a efusão do Espírito Santo. Impelida pelo seu vento impetuoso, ela poderá ser capaz de anunciar o Evangelho até aos extremos confins da terra.

Eis por que, mesmo diante das dificuldades e das divisões, os cristãos não podem resignar-se nem ceder ao desânimo. isto que o Senhor nos pede: perseverar na oração para manter viva a chama da fé, da caridade e da esperança, onde se alimenta o anseio pela plena unidade. Ut unum sint, diz o Senhor. Ressoa sempre no nosso coração este convite de Cristo convite que tive a oportunidade de relançar na minha recente Viagem Apostólica aos Estados Unidos da América, onde fiz referência à centralidade da oração no movimento ecumênico. Neste tempo de globalização e, ao mesmo tempo, de fragmentação, "sem a oração, as estruturas, as instituições e os programas ecuménicos ficaram desprovidos do seu coração e da sua alma" (Encontro ecumênico na igreja de São José em Nova Iorque, 18 de Abril de 2008). Demos graças ao Senhor pelas metas alcançadas no diálogo ecumênico, graças à ação do Espírito Santo permaneçamos dóceis à escuta da sua voz, a fim de que os nossos corações, repletos de esperança, percorram sem trégua o caminho que leva à plena comunhão de todos os discípulos de Cristo.

Na Carta aos Gálatas, São Paulo recorda que "o fruto do Espírito é amor, alegria, paz, paciência, benevolência, bondade, fidelidade, mansidão e domínio de si" (5, 22-23). Estes são os dons do Espírito Santo que invocamos também hoje para todos os cristãos, para que no serviço comum e generoso ao Evangelho possam ser no mundo sinal do amor de Deus pela humanidade. Dirijamos com confiança o olhar para Maria, Santuário do Espírito Santo, e por meio

dela oremos: "Vinde, Espírito Santo, cumulai os corações dos vossos fiéis e acendei neles o fogo do vosso amor". Amém!

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 14 de Maio de 2008

Dionísio Areopagita

Queridos irmãos e irmãs

Hoje, durante as catequeses sobre os Padres da Igreja, gostaria de falar de uma figura muito misteriosa: um teólogo do século VI, cujo nome é desconhecido, que escreveu sob o pseudónimo de Dionísio Areopagita. Com este pseudónimo, ele aludia ao trecho da Escritura que agora ouvimos, ou seja, à vicissitude narrada por São Lucas no capítulo 17 dos Atos dos Apóstolos, onde é narrado que Paulo pregou em Atenas no Areópago, para uma elite do grande mundo intelectual grego, mas no final a maior parte dos ouvintes mostrou-se desinteressada e afastou-se, ridicularizando-o; todavia alguns, poucos, diz-nos São Lucas, aproximaram-se de Paulo abrindo-se à fé. O Evangelista oferece-nos dois nomes: Dionísio, membro do Areópago, e uma certa mulher, Damaris.

Se o autor destes livros escolheu cinco séculos depois o pseudónimo de Dionísio Areopagita, quer dizer que a sua intenção era pôr a sabedoria grega ao serviço do Evangelho, ajudar o encontro entre a cultura e a inteligência gregas e o anúncio de Cristo; queria fazer aquilo que este Dionísio tencionava realizar, ou seja, que o pensamento grego se encontrasse com o anúncio de São Paulo; sendo grego, tornar-se discípulo de São Paulo e assim discípulo de Cristo.

Por que escondeu ele o seu nome e escolheu este pseudónimo Uma parte da resposta já foi dita: queria exprimir precisamente esta intenção fundamental do seu pensamento. Mas existem duas hipóteses acerca deste anonimato e pseudonimato. Uma primeira hipótese diz: era uma falsificação intencional com a qual, remontando as suas obras ao primeiro século, ao tempo de São Paulo, ele queria dar à sua produção literária uma autoridade quase apostólica. Mas melhor que esta hipótese que me parece pouco credível é a outra: ou seja, que ele quisesse fazer precisamente um cato de humildade. Não dar glória ao seu próprio nome, não criar um monumento para si mesmo com as suas obras, mas realmente servir o Evangelho, criar uma teologia eclesial, não individual, baseada em si próprio. Na realidade, conseguiu construir uma teologia que, sem dúvida, podemos fazer remontar ao segundo século, mas não atribuir a uma das figuras daquele tempo: é uma teologia um pouco desindividualizada, ou seja, uma teologia que exprime um pensamento e uma linguagem comuns. Era um tempo de polêmicas acérrimas depois do Concílio de Calcedónia; ele, ao contrário, na sua Sétima Epístola, diz: "Não gostaria de fazer polêmicas; falo simplesmente da verdade, procuro a verdade". E a luz

da verdade, por si mesma, faz desaparecer os erros e faz resplandecer quanto é bom. E com este princípio, ele purificou o pensamento grego e colocou-o em relação com o Evangelho. Este princípio, que ele afirma na sua sétima carta, é também expressão de um verdadeiro espírito de diálogo: não buscar as coisas que separam, buscar a verdade na própria Verdade; depois, ela resplandece e faz desaparecer os erros.

Portanto, embora a teologia deste autor seja, por assim dizer, "sobrepessoal", realmente eclesial, nós podemos inseri-la no século VI. Por quê O espírito grego, que ele pôs ao serviço do Evangelho, encontrou-o nos livros de um certo Proclo, morto em 48 em Atenas: este autor pertencia ao platonismo tardio, uma corrente de pensamento que tinha transformado a filosofia de Platão numa espécie de religião, cujo objetivo no final era criar uma grande apologia do politeísmo grego e retornar, após o sucesso do cristianismo, à antiga religião grega. Na realidade, queria demonstrar que as divindades eram as forças ativas do cosmos. Como consequência, devia considerar-se mais verdadeiro o politeísmo que o monoteísmo, com um único Deus criador. Proclo mostrava um grande sistema cósmico de divindades, de forças misteriosas, e para ele neste cosmos deificado o homem podia encontrar o acesso à divindade. Porém, ele distinguia os caminhos para os simples, que não eram capazes de se elevar aos píncaros da verdade para eles, certos ritos podiam ser também suficientes e os caminhos para os sábios, que contudo deviam purificar-se para chegar à luz pura.

Como se vê, este pensamento é profundamente anticristão. É uma reação tardia contra a vitória do cristianismo. Um uso anticristão de Platão, enquanto já estava em cato um uso cristão do grande filósofo. É interessante que este Pseudo-Dionísio tenha ousado servir-se precisamente deste pensamento para mostrar a verdade de Cristo; transformar este universo politeísta num cosmos criado por Deus, na harmonia do cosmos de Deus, onde todas as forças são louvor de Deus, e mostrar esta grande harmonia, esta sinfonia do cosmos que vai desde os serafins até aos anjos e arcanjos, ao homem e a todas as criaturas que, em conjunto, refletem a beleza de Deus e são louvor de Deus. Assim, transformava a imagem politeísta num elogio do Criador e da sua criatura. Deste modo, podemos descobrir as características essenciais do seu pensamento: ele é, em primeiro lugar, um louvor cósmico. Toda a criação fala de Deus e é um elogio de Deus. Dado que a criatura é um louvor de Deus, a teologia do Pseudo-Dionísio torna-se uma teologia litúrgica: Deus encontra-se sobretudo louvando-O, não somente refletindo; e a liturgia não é algo de construído por nós, algo inventado para fazer uma experiência religiosa durante um certo período de tempo; ela é cantar com o coro das criaturas e entrar na própria realidade cósmica. E precisamente assim a liturgia, na aparência apenas eclesiástica, torna-se ampla e grande, torna-se nossa união com a linguagem de todas as criaturas. Ele diz:

não se pode falar de Deus de modo abstrato; falar de Deus é sempre ele diz com a palavra grega um "*hymnein*", um cantar para Deus com o grande canto das criaturas, que se reflete e se concretiza no louvor litúrgico. Todavia, embora a sua teologia seja cósmica, eclesial e litúrgica, ela é também profundamente pessoal. Ele criou a primeira grande teologia mística. Aliás, a palavra "mística" adquire com ele um novo significado. Até àquele tempo, para os cristãos esta palavra era equivalente à palavra "sacramental", ou seja, quanto pertence ao "*mysterion*", ao sacramento. Com ele, a palavra "mística" torna-se mais pessoal, mais íntima: exprime o caminho da alma para Deus. E como encontrar Deus Aqui, observamos de novo um elemento no seu diálogo entre a filosofia grega e o cristianismo, de modo particular a fé bíblica. Aparentemente, quanto afirma Platão e quando diz a grande filosofia sobre Deus é muito mais excelso, é muito mais verdadeiro; a Bíblia parece bastante "bárbara", simples e hoje dir-se-ia pré-crítica; mas ele observa que precisamente isto é necessário, porque assim podemos compreender que os conceitos mais elevados de Deus nunca chegam até à sua verdadeira grandeza; são sempre impróprios. Na realidade, estas imagens fazem-nos compreender que Deus está acima de todos os conceitos; na simplicidade das imagens, encontramos mais verdade que nos grandes conceitos. O rosto de Deus é a nossa incapacidade de exprimir realmente o que Ele é.

Assim fala-se é o próprio Pseudo-Dionísio que o faz de uma "teologia negativa". Podemos dizer mais facilmente o que Deus não é, do que dizer o que Ele verdadeiramente é. Só através destas imagens podemos adivinhar o seu verdadeiro rosto e, por outro lado, este rosto de Deus é muito concreto: é Jesus Cristo. E não obstante Dionísio, seguindo nisto Proclo, nos mostre a harmonia dos coros celestes, de forma a parecer que todos dependem de todos, permanece verdadeiro que o nosso caminho para Deus está muito longe dele; o Pseudo-Dionísio demonstra que, no final, o caminho para Deus é o próprio Deus, que se faz próximo de nós em Jesus Cristo.

E assim a teologia grande e misteriosa torna-se também muito concreta, quer na interpretação da liturgia quer no discurso sobre Jesus Cristo: com tudo isto, este Dionísio Areopagita teve uma profunda influência sobre toda a teologia medieval, sobre toda a teologia mística, tanto do Oriente como do Ocidente, e foi quase redescoberto no século XIII, sobretudo por São Boaventura, o grande teólogo franciscano que nesta teologia mística encontrou o instrumento conceitual para interpretar a herança tão simples e tão profunda de São Francisco: com Dionísio, o Pobrezinho diz-nos enfim, que o amor vê mais que a razão. Onde está a luz do amor, não têm mais acesso as trevas da razão; o amor vê, o amor é olho e a experiência oferece-nos mais que a reflexão. Boaventura viu o que é esta experiência, em São Francisco: é a experiên-

cia de um caminho muito humilde, muito realista, dia após dia, é este caminhar com Cristo, aceitando a sua cruz. Nesta pobreza e nesta humildade, na humildade que se vê também na eclesialidade, existe uma experiência de Deus que é mais excelsa do que aquela que se alcança mediante a reflexão: nela atingimos realmente o Coração de Deus.

Hoje existe uma nova atualidade de Dionísio Areopagita: ele manifesta-se como um grande mediador no diálogo moderno entre o cristianismo e as teologias místicas da Ásia, cuja nota característica está na convicção de que não se pode dizer quem é Deus; só se pode falar dele de formas negativas; de Deus só se consegue falar com o "não", e Ele somente é alcançado, quando se entra nesta experiência do "não". E aqui vê-se uma proximidade entre o pensamento do Areopagita e o das religiões asiáticas: hoje ele pode ser um mediador, como o foi entre o espírito grego e o Evangelho.

Vê-se, assim, que o diálogo não aceita a superficialidade. Precisamente quando se entra na profundidade do encontro com Cristo, abre-se também o vasto espaço para o diálogo. Quando se encontra a luz da verdade, compreende-se que se trata de uma luz para todos; desaparecem as polêmicas e torna-se possível entender-se reciprocamente, ou pelo menos falar uns com os outros, aproximar-se. O caminho do diálogo consiste precisamente em estar próximo de Deus em Cristo, na profundidade do encontro com Ele, na experiência da verdade que nos abre à luz e nos ajuda a caminhar ao encontro do próximo: a luz da verdade, a luz do amor. E no fim de contas, diz-nos: percorrei o caminho da experiência, da humilde experiência da fé, todos os dias. Então, o coração torna-se grande e pode ver e iluminar também a razão, para que veja a beleza de Deus. Oremos ao Senhor a fim de que nos ajude inclusivamente hoje a pôr ao serviço do Evangelho a sabedoria dos nossos tempos, descobrindo novamente a beleza da fé, o encontro com Deus em Cristo.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 21 de Maio de 2008

Romano, o Melodista

Caros irmãos e irmãs

Na série de catequeses sobre os Padres da Igreja, hoje gostaria de falar de uma figura pouco conhecida: Romano, o Melodista, nascido por volta de 490 em Emesa (hoje, Homs), na Síria. Teólogo, poeta e compositor, pertence à grande plêiade de teólogos que transformaram a teologia em poesia. Pensemos no seu compatriota, Santo Efrém da Síria, que viveu duzentos anos antes dele. Mas pensemos também em teólogos do Ocidente, como Santo Ambrósio, cujos hinos ainda hoje fazem parte da nossa liturgia e sensibilizam também o coração; ou num teólogo, num pensador de grande vigor como S. Tomás, que nos transmitiu os hinos da festa do Corpus Christi de amanhã; pensemos em São João da Cruz e em muitos outros. A fé é amor, e por isso cria poesia e música. A fé é alegria, e por isso cria beleza.

Assim Romano, o Melodista, é um deles, um poeta e compositor teólogo. Tendo aprendido os primeiros rudimentos de cultura grega e síria na sua cidade natal, ele transferiu-se para Berito (Beirute), aperfeiçoando aí a educação clássica e os conhecimentos retóricos. Tendo sido ordenado diácono permanente (515 ca.), ali foi pregador durante três anos. Em seguida, transferiu-se para Constantinopla por volta do final do reino de Anastácio I (518 ca.) e ali estabeleceu-se no mosteiro, junto da igreja da Theotókos, a Mãe de Deus. Aí teve lugar o episódio-chave da sua vida: o Sinaxário informa-nos sobre a aparição em sonho da Mãe de Deus e sobre o dom do carisma poético. Com efeito, Maria obrigou-o a engolir uma folha enrolada. Quando acordou na manhã do dia seguinte era a festa da Natividade do Senhor Romano começou a declamar do ambão: "Hoje, a Virgem dá à luz o Transcendente" (Hino "Sobre a Natividade" I. Proémio). Assim, tornou-se homiliasta-cantor até à sua morte (depois de 555).

Romano permanece na história como um dos mais representativos autores de hinos litúrgicos. Nessa época, para os fiéis a homilia era praticamente a única ocasião de educação catequética. Assim, Romano apresenta-se como testemunha eminente do sentimento religioso da sua época, mas também de um modo vivaz e original de catequese. Através das suas composições, podemos dar-nos conta da criatividade do pensamento teológico, da estética e da hinografia sagrada daquela época. O lugar em que Romano pregava era um santuário da periferia de Constantinopla: ele subia ao ambão, posto no centro da igreja, e falava à comunidade recorrendo a uma encenação bastante dispendiosa: utilizava representações murais ou ícones dispostos sobre o ambão e recorria também ao diálogo. As suas homilias eram métricas cantadas,

chamadas "ontái" (ontáia). Parece que o termo ontáion, "pequena vara", se refere à pequena haste ao redor da qual se envolvia o rolo de um manuscrito litúrgico ou de outro tipo. Os ontáia que chegaram até nós sob o nome de Romano são oitenta e nove, mas a tradição atribui-lhe mil.

Em Romano, cada ontáion é composto de estrofes, sobretudo de dezoito a vinte e quatro, com igual número de sílabas, estruturadas segundo o modelo da primeira estrofe (irmo); os acentos rítmicos dos versos de todas as estrofes modelam-se segundo os acentos do irmo. Cada estrofe termina com um estribilho (efimnio), de resto idêntico para criar a unidade poética. Além disso, as iniciais de cada uma das estrofes indicam o nome do autor (acróstico), muitas vezes precedido do adjetivo "humilde". Uma prece em relação aos gestos celebrados ou evocados conclui o hino. Quando terminava a leitura bíblica, Romano cantava o Proémio, sobretudo em forma de oração ou de súplica. Assim, anunciava o tema da homilia e explicava o estribilho a repetir em coro no final de cada uma das estrofes, por ele declamada com cadência em voz alta.

Um exemplo significativo é-nos oferecido pelo ontáion para a Sexta-Feira da Paixão: é um diálogo dramático entre Maria e o Filho, que se desenvolve no caminho da cruz. Maria diz: "Aonde vais, Filho Por que percorres tão rapidamente o percurso da tua vida Jamais teria acreditado, ó Filho, que te veria nesta condição, e nunca teria imaginado que a tal ponto de furor chegariam os ímpios de lançar as mãos sobre ti, contra toda a injustiça". Jesus responde: "Por que choras, minha Mãe... Não deveria eu padecer Não deveria morrer Então, como poderia salvar Adão". O Filho de Maria consola a Mãe, mas exorta-a ao seu papel na história da salvação: "Depõe portanto, Mãe, depõe a tua dor: não te corresponde o gemer, porque foste chamada "cheia de graça"" (Maria aos pés da cruz, 1-2; 4-5). Depois, no hino sobre o sacrifício de Abraão, Sara reserva a si a decisão sobre a vida de Isaac. Abraão diz: "Quando Sara ouvir, meu Senhor, todas as tuas palavras, conhecendo esta tua vontade, ela dir-me-á: Se aquele que no-lo concedeu volta a tomá-lo, por que no-lo deu... Tu, ó sentinela, deixa-me o meu filho, e quando aquele que te chamou o quiser, terá que dizê-lo a mim" (O sacrifício de Abraão, 7).

Romano não adopta o solene grego bizantino da corte, mas um grego simples, próximo à linguagem do povo. Aqui, gostaria de citar um exemplo do seu modo vivaz e muito pessoal de falar do Senhor Jesus: chama-lhe "fonte que não arde e luz contra as trevas", e diz: "Ouso ter-te na mão como uma lâmpada; com efeito, quem leva uma candeia no meio dos homens é iluminado sem arder. Ilumina-me, pois, Tu que és a Lâmpada inextinguível" (A Apresentação, ou Festa do Encontro, 8). A força de convicção das suas pregações fundava-se na grande coe-

rência entre as suas palavras e a sua vida. Numa oração, ele diz: "Torna clara a minha língua, meu Salvador, abre a minha boca e, depois de a ter enchido, trespassa o meu coração, para que o meu gesto seja coerente com as minhas palavras" (Missão dos Apóstolos, 2).

Agora, analisemos alguns dos seus temas principais. Um tema fundamental da sua pregação é a unidade da ação de Deus na história, a unidade entre criação e história da salvação, a unidade entre o Antigo e o Novo Testamento. Outro tema importante é a pneumatologia, ou seja, a doutrina sobre o Espírito Santo. Na Festa do Pentecostes, ele ressalta a continuidade que existe entre Cristo que subiu ao céu e os Apóstolos, ou seja, a Igreja, enquanto exalta a sua ação missionária no mundo: "... com virtude divina conquistaram todos os homens; tomaram a cruz de Cristo como uma caneta, utilizaram as palavras como redes e, com elas, pescaram o mundo, tiveram o Verbo como anzol afiado, como isca tornou-se para eles a carne do Soberano do universo" (O Pentecostes, 2; 18).

Outro tema central é, naturalmente, a cristologia. Ele não entra no problema dos conceitos difíceis da teologia, tão debatidos naquela época, e que também muito dilaceraram a unidade não só entre os teólogos, mas também entre os cristãos na Igreja. Ele prega uma cristologia simples mas fundamental, a cristologia dos grandes Concílios. Mas sobretudo, está próximo da piedade popular de resto, os conceitos dos Concílios nasceram da piedade popular e do conhecimento do coração cristão e assim Romano sublinha o fato de que Cristo é verdadeiro homem e verdadeiro Deus, e sendo verdadeiro Homem-Deus, é uma só pessoa, a síntese entre a criação e o Criador: nas suas palavras humanas, ouvimos falar o próprio Verbo de Deus. "Era homem diz Cristo, mas também era Deus, porém não dividido em dois: é Um só, Filho de um Pai que é Um só" (A Paixão, 19). Quanto à mariologia, grato à Virgem pelo dom do carisma poético, Romano recorda-a no final de quase todos os hinos e dedica-lhe os seus ontái mais lindos: Natividade, Anunciação, Maternidade divina e Nova Eva.

Enfim, os ensinamentos morais referem-se ao juízo final (As dez virgens, II). Ele conduz-nos para este momento da verdade da nossa vida, do confronto com o Juiz justo, e por isso exorta à conversão na penitência e no jejum. De modo positivo, o cristão deve praticar a caridade, a esmola. Ele acentua o primado da caridade sobre a continência em dois hinos, as Bodas de Caná e as Dez virgens. A caridade é a maior das virtudes: "... dez virgens possuíam a virtude da virgindade intacta, mas para cinco delas o árduo exercício não deu fruto. As outras brilharam pelas lâmpadas do amor pela humanidade, e foi por isso que o esposo as convidou" (As dez virgens, 1).

Humanidade palpitante, ardor de fé e profunda humildade permeiam os cantos de Romano, o Melodista. Este grande poeta e compositor recorda-nos todo o tesouro da cultura cristã, nasci-

da da fé, nascida do coração que se encontrou com Cristo, com o Filho de Deus. Deste contato do coração com a Verdade que é Amor nasce a cultura, nasceu toda a grande cultura cristã. E se a fé permanecer viva, também esta herança cultural não morrerá, mas permanecerá viva e presente. Os ícones falam também hoje ao coração dos fiéis, não são realidades do passado. As catedrais não são monumentos medievais, mas casas de vida, onde nos sentimos "em casa": encontramo-nos com Deus e encontramo-nos uns com os outros. Nem sequer a grande música o gregoriano, ou Bach, ou Mozart é algo do passado, mas vive da vitalidade da liturgia e da nossa fé. Se a fé for viva, a cultura cristã não se tornará algo do "passado", mas permanecerá viva e presente. E se a fé for viva, também hoje poderemos responder ao imperativo que se reitera sempre de novo nos Salmos: "Cantai ao Senhor um cântico novo". Criatividade, invocação, canto novo, cultura nova e presença de toda a herança cultural na vitalidade da fé não se excluem, mas são uma única realidade; são presença da beleza de Deus e da alegria de ser seus filhos.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 28 de Maio de 2008

São Gregório Magno

Amados irmãos e irmãs!

Falei na quarta-feira passada de um Padre da Igreja pouco conhecido no Ocidente, Romano, o Melodista; hoje gostaria de apresentar a figura de um dos maiores Padres da história da Igreja, um dos quatro Doutores do Ocidente, o Papa São Gregório, que foi Bispo de Roma entre 590 e 604, e que mereceu da tradição o título de Magnus Grande. Gregório foi verdadeiramente um grande Papa e um grande Doutor da Igreja! Nasceu em Roma, por volta de 540, de uma rica família patrícia da *gens Anicia*, que se distinguia não só pela nobreza de sangue, mas também pela dedicação à fé cristã e pelos serviços prestados à Sé Apostólica. Desta família nasceram dois Papas: Félix III (483-492), trisavô de Gregório, e Agapito (535-536). A casa na qual Gregório cresceu estava situada no Clivus Scauri, circundada por solenes edifícios que testemunhavam a grandeza da Roma antiga e a força espiritual do cristianismo. Os exemplos dos pais Gordiano e Sílvia, ambos venerados como santos, e os das duas tias paternas, Emiliana e Tarsília, que viveram na própria casa como virgens consagradas num caminho partilhado de oração e de ascese, inspiraram-lhe altos sentimentos cristãos.

Gregório entrou cedo na carreira administrativa, que também o pai tinha seguido, e em 572 alcançou o seu ápice, tornando-se prefeito da cidade. Esta função, complicada pela tristeza dos tempos, consentiu-lhe dedicar-se num amplo raio a todos os gêneros de problemas administrativos, haurindo luzes para as futuras tarefas. Em particular, permaneceu-lhe um profundo sentido da ordem e da disciplina: tornando-se Papa, sugerirá aos Bispos que tomarem como modelo na gestão dos assuntos eclesiásticos a diligência e o respeito pelas leis próprias dos funcionários civis. Contudo, esta vida talvez não o satisfizesse porque, não muito tempo depois, deixou qualquer cargo civil, para se retirar na sua casa e iniciar a vida de monge, transformando a casa de família no mosteiro de Santo André "al Celio". Deste período de vida monástica, vida de diálogo permanente com o Senhor na escuta da sua palavra, permanecer-lhe-á uma profunda saudade que se vê sempre de novo e cada vez mais nas suas homilias: entre as obsessões das preocupações pastorais, recordá-lo-á várias vezes nos escritos como um tempo feliz de recolhimento em Deus, de dedicação à oração, de serena imersão no estudo. Assim pôde adquirir aquele conhecimento profundo da Sagrada Escritura e dos Padres da Igreja do qual se serviu depois nas suas obras.

Mas o retiro claustral de Gregório não durou muito tempo. A preciosa experiência maturada na administração civil num período caracterizado por graves problemas, as relações mantidas nesse cargo com os bizantinos, a estima universal que tinha adquirido, levaram o Papa Pelágio a nomeá-lo diácono e a enviá-lo a Constantinopla como seu "apocrisário", hoje dir-se-ia "Núncio Apostólico", para favorecer a superação dos últimos vestígios da controvérsia monofisita e sobretudo para obter o apoio do imperador no esforço de conter a pressão longobarda. A permanência em Constantinopla, onde um grupo de monges tinha retomado a vida monástica, foi importantíssima para Gregório, porque lhe deu a ocasião de adquirir experiência direta com o mundo bizantino, assim como de entrar em contato com o problema dos Longobardos, que depois teria posto à dura prova a sua habilidade e a sua energia nos anos do Pontificado. Depois de alguns anos foi chamado de novo para Roma pelo Papa, que o nome ou seu secretário. Eram anos difíceis: as chuvas contínuas, o transbordar dos rios, a carestia afligiam muitas zonas da Itália e também Roma. No final desencadeou-se também a peste, que fez numerosas vítimas, entre as quais também o Papa Pelágio II. O clero, o povo e o senado foram unânimes em escolher como seu sucessor na Sé de Pedro precisamente a ele, Gregório. Ele procurou opor resistência, tentando até a fuga, mas sem êxito: no final teve que ceder. Era o ano 590.
Reconhecendo em quanto tinha acontecido a vontade de Deus, o novo Pontífice pôs-se imediatamente com alento à obra. Desde o início revelou uma visão singularmente lúcida da realidade com a qual se devia medir, uma extraordinária capacidade de trabalho ao enfrentar os assuntos quer eclesiásticos quer civis, um constante equilíbrio nas decisões, até corajosas, que o cargo lhe impunha. Conserva-se do seu governo uma ampla documentação graças ao Registro das suas cartas (cerca de 800), nas quais se reflete o confronto quotidiano com as interrogações complexas que afluíam à sua mesa. Eram questões que lhe chegavam dos Bispos, dos Abades, dos clérigos, e também das autoridades civis de qualquer ordem e grau. Entre os problemas que afligiam naquele tempo a Itália e Roma encontrava-se um de particular realce em âmbito tanto civil como eclesial: a questão longobarda. A ela o Papa dedicou todas as energias possíveis em vista de uma solução verdadeiramente pacificadora. Ao contrário do Imperador bizantino que partia do pressuposto de que os Longobardos fossem apenas indivíduos grosseiros e saqueadores, a serem derrotados ou exterminados, São Gregório via este povo com os olhos de um bom pastor, preocupado em lhes anunciar a palavra da salvação, estabelecendo com eles relações de fraternidade em vista de uma paz futura fundada no respeito recíproco e na serena convivência entre italianos, imperiais e longobardos. Preocupou-se com a conversão dos jovens povos e da nova organização civil da Europa: os Visigodos da Espanha, os Francos, os Saxões, os imigrados na Bretanha e os Longobardos, foram os destinatá-

rios privilegiados da sua missão evangelizadora. Celebrámos ontem a memória litúrgica de Santo Agostinho de Cantuária, o chefe de um grupo de monges encarregados por Gregório de ir à Bretanha para evangelizar a Inglaterra.

Para obter uma paz efetiva em Roma e na Itália, o Papa comprometeu-se profundamente era um verdadeiro pacificador empreendendo uma cerrada negociação com o rei longobardo Agilulfo. Tal negociação levou a um período de trégua que durou cerca de três anos (598-601), depois dos quais foi possível estabelecer em 603 um armistício mais estável. Este resultado positivo foi obtido também graças aos contatos paralelos que, entretanto, o Papa mantinha com a rainha Teodolinda, que era uma princesa bávara e, ao contrário dos chefes dos outros povos germânicos, era católica, profundamente católica. Conserva-se uma série de cartas do Papa Gregório a esta rainha, nas quais revela a sua estima e a sua amizade por ela. Teodolinda conseguiu pouco a pouco guiar o rei ao catolicismo, preparando assim o caminho para a paz. O Papa preocupou-se também em lhe enviar as relíquias para a basílica de São João Batista por ela feita erigir em Monza, e não deixou de lhe enviar expressões de bons votos e preciosos dons para a mesma Catedral de Monza por ocasião do nascimento e do batismo do filho Adaloaldo. A vicissitude desta rainha constitui um bonito testemunho sobre a importância das mulheres na história da Igreja. No fundo, os objetivos nos quais Gregório apostou constantemente foram três: conter a expansão dos Longobardos na Itália; subtrair a rainha Teodolinda à influência dos cismáticos e fortalecer a fé católica; mediar entre Longobardos e Bizantinos em vista de um acordo que garantisse a paz na península e ao mesmo tempo consentisse desempenhar uma ação evangelizadora entre os próprios Longobardos. Portanto, foi dúplice a sua constante orientação na complexa vicissitude: promover entendimentos a nível diplomático-político, difundir o anúncio da verdadeira fé entre as populações.

Ao lado da ação meramente espiritual e pastoral, o Papa Gregório tornou-se protagonista ativo também de uma multiforme atividade social. Com os rendimentos do conspícuo patrimônio que a Sé romana possuía na Itália, especialmente na Sicília, comprou e distribuiu trigo, socorreu quem estava em necessidade, ajudou sacerdotes, monges e monjas que viviam na indigência, pagou resgates de cidadãos que caíram prisioneiros dos Longobardos, comprou armistícios e tréguas. Além disso, desempenhou quer em Roma quer noutras partes da Itália uma atenta obra de reorganização administrativa, dando instruções claras para que os bens da Igreja, úteis para a sua subsistência e a sua obra evangelizadora no mundo, fossem geridos com absoluta retidão e segundo as regras da justiça e da misericórdia. Exigia que os colonos fossem protegidos das prevaricações dos concessionários das terras de propriedade da Igreja e,

em caso de fraude, fossem imediatamente indemnizados, para que o rosto da Esposa de Cristo não fosse maculado com lucros desonestos.

Gregório desempenhou esta intensa atividade apesar da saúde frágil, que o obrigava com frequência a permanecer de cama por longos dias. Os jejuns praticados durante os anos da vida monástica tinham-lhe causado sérias complicações no aparelho digestivo. Além disso, a sua voz era muito débil e assim, com frequência, era obrigado a confiar ao diácono a leitura das suas homilias, para que os fiéis presentes nas basílicas romanas pudessem ouvi-lo. Contudo, fazia o possível para celebrar nos dias de festa a Missarum sollemnia, isto é, a Missa solene, e então encontrava-se pessoalmente como povo de Deus, que lhe estava muito afeiçoado, porque via nele a referência autorizada da qual haurir segurança: não por acaso lhe foi depressa atribuído o título de cônsul Dei. Apesar das condições dificilíssimas nas quais teve que desempenhar a sua obra, conseguiu conquistar, graças à santidade da vida e à rica humanidade, a confiança dos fiéis, obtendo para o seu tempo e para o futuro resultados verdadeiramente grandiosos. Era um homem imerso em Deus: o desejo de Deus estava sempre vivo no fundo da sua alma e precisamente por isso ele vivia sempre muito próximo das pessoas, das necessidades do povo do seu tempo. Numa época desastrosa, aliás desesperada, soube criar paz e dar esperança. Este homem de Deus mostra-nos onde estão as verdadeiras nascentes da paz, de onde vem a verdadeira esperança e torna-se assim um guia também para nós hoje.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 4 de Junho de 2008

São Gregório Magno

Caros irmãos e irmãs

Hoje, neste nosso encontro de quarta-feira, voltarei a falar sobre a extraordinária figura do Papa Gregório Magno, para receber mais luz do seu rico ensinamento. Não obstante os múltiplos compromissos ligados à sua função de Bispo de Roma, ele deixou-nos numerosas obras, nas quais nos séculos sucessivos a Igreja se inspirou abundantemente. Além do conspícuo epistolário o Registro, ao qual me referi na última catequese, contém mais de 800 missivas ele deixou-nos antes de tudo escritos de carácter exegético, entre os quais se distinguem o Comentário moral de Jó conhecido sob o título latino de *Moralia in Iob,* as Homilias sobre Ezequiel e as Homilias sobre os Evangelhos. Depois há uma importante obra de cariz hagiográfico, os Diálogos, escrita por Gregório para a edificação da rainha longobarda Teodolinda. Sem dúvida, a obra principal e mais conhecida é a Regra pastoral, que o Papa redigiu no início do Pontificado, com finalidades claramente programáticas.

Desejando passar estas obras em rápida resenha, temos de observar em primeiro lugar que, nos seus escritos, Gregório nunca se mostra preocupado em delinear uma "sua" doutrina, uma sua originalidade. Pelo contrário, ele tenciona fazer-se eco do ensinamento tradicional da Igreja, quer ser simplesmente a boca de Cristo e da sua Igreja ao longo do caminho que se deve percorrer para chegar a Deus. A este propósito, os seus comentários exegéticos são exemplares. Ele foi um leitor apaixonado da Bíblia, da qual se aproximou com compreensões não simplesmente especulativas: na sua opinião, da Sagrada Escritura o cristão deve tirar não tanto conhecimentos teóricos, como sobretudo o alimento quotidiano para a sua alma, para a sua vida de homem neste mundo. Por exemplo, nas Homilias sobre Ezequiel ele insiste fortemente acerca desta função do texto sagrado: aproximar-se da Escritura simplesmente para satisfazer o próprio desejo de conhecimento significa ceder à tentação do orgulho e, assim, expor-se ao risco de cair na heresia. A humildade intelectual é a regra primária para quem procura penetrar as realidades sobrenaturais, começando pelo do Livro sagrado. Obviamente, a humildade não exclui o estudo sério; mas para fazer com que ele seja espiritualmente profícuo, permitindo entrar de modo real na profundidade do texto, a humildade permanece indispensável. Somente com esta atitude interior é possível ouvir real e finalmente a voz de Deus. Por outro lado, quando se trata da Palavra de Deus, compreender nada significa, se a compreensão não levar à ação. Nestas Homilias sobre Ezequiel encontra-se também a bonita expres-

são segundo a qual "o pregador deve banhar a sua pena no sangue do seu coração; assim, poderá chegar também ao ouvido do próximo". Lendo estas homilias, vê-se que Gregório realmente escreveu com o sangue do seu coração e, por isso, ainda hoje nos fala.

Gregório desenvolve este discurso inclusive no Comentário moral de Jó. Seguindo a tradição patrística, ele examina o texto sagrado nas três dimensões do seu sentido: literal, alegórica e moral, que são dimensões do único sentido da Sagrada Escritura. Todavia, Gregório atribui uma clara prioridade ao sentido moral. Nesta perspectiva, ele propõe o seu pensamento através de alguns binómios significativos saber-fazer, falar-viver, conhecer-agir em que evoca os dois aspectos da vida humana, que deveriam ser complementares, mas que muitas vezes terminam por ser antitéticos. Ele comenta que o ideal moral consiste sempre em realizar uma harmoniosa integração entre palavra e ação, pensamento e compromisso, oração e dedicação aos deveres do próprio estado: este é o caminho para realizar aquela síntese, graças à qual o divino desce ao homem e o homem se eleva até à identificação com Deus. O grande Papa traça assim, para o verdadeiro fiel, um projeto de vida completo; por isso, este Comentário moral de Jó constituirá, durante a idade média, uma espécie de Suma da moral cristã.

De notável relevo e beleza são também as Homilias sobre os Evangelhos. A primeira delas foi proferida na Basílica de São Pedro, durante o tempo de Advento de 590, e portanto poucos meses depois da eleição ao Pontificado; a última foi pronunciada na Basílica de São Lourenço, no segundo domingo depois do Pentecostes de 593. O Papa pregava ao povo nas igrejas em que se celebravam as "estações" particulares cerimónias de oração nos principais tempos do ano litúrgico ou as festas dos mártires titulares. O princípio inspirador, que une entre si as várias intervenções, resume-se na palavra "praedicator": não somente o ministro de Deus, mas também cada cristão, tem a tarefa de se fazer "pregador" daquilo que experimentou no seu próprio íntimo, segundo o exemplo de Cristo, que se fez homem para levar a todos o anúncio da salvação. O horizonte deste compromisso é escatológico: a espera do cumprimento de todas as coisas em Cristo é um pensamento constante do grande Pontífice, e acaba por se tornar o motivo inspirador de todos os seus pensamentos e de todas as suas atividades. Daqui nascem as suas incessantes exortações à vigilância e ao compromisso nas boas obras.

Talvez o texto mais orgânico de Gregório Magno seja a Regra pastoral, escrita nos primeiros anos de Pontificado. Nela, Gregório propõe-se traçar a figura do Bispo ideal, mestre e guia da sua grei. Com esta finalidade, ele explica a gravidade do ofício de Pastor da Igreja e os deveres que ele comporta: portanto, aqueles que não foram chamados para esta tarefa, não a busquem com superficialidade; por outro lado, aqueles que porventura a assumiram sem a devida reflexão, sintam nascer na sua alma uma necessária trepidação. Retomando um tema preferi-

do, ele afirma que o Bispo é em primeiro lugar o "pregador" por excelência; como tal, antes de tudo ele deve servir de exemplo para os outros, de tal forma que o seu comportamento possa constituir um ponto de referência para todos. Além disso, uma ação pastoral eficaz requer que ele conheça os destinatários e adapte as suas intervenções à situação de cada um: Gregório passa a explicar as várias categorias de fiéis, com anotações intensas e pontuais, que podem justificar a avaliação de quem viu nesta obra também um tratado de psicologia. Daqui, compreende-se que ele conhecia realmente o seu rebanho e falava de tudo com as pessoas da sua época e da sua cidade.

Todavia, o grande Pontífice insiste sobre o dever que o Pastor tem de reconhecer todos os dias a sua própria miséria de maneira que o orgulho não torne vão, diante dos olhos do Juiz supremo, o bem levado a cabo. Por isso, o capítulo final da Regra é dedicado à humildade: "Quando nos regozijamos por termos alcançado muitas virtudes, é bom refletirmos sobre as nossas insuficiências e humilhar-nos: em vez de considerarmos o bem realizado, temos que pensar naquilo que deixamos de fazer". Todas estas preciosas indicações demonstram o altíssimo conceito que São Gregório tem acerca do cuidado das almas, por ele definido como "*ars artium*", a arte das artes. A Regra teve tanto êxito que, algo bastante raro, foi depressa traduzida em grego e anglo-saxão.

É também significativa a outra obra, os Diálogos, em que ao amigo e diácono Pedro, convicto de que os costumes já tivessem sido corrompidos a tal ponto que já não permitissem o nascimento de santos como nas épocas passadas, Gregório demonstra o contrário: a santidade é sempre possível, mesmo nos tempos difíceis. E prova-o, narrando a vida de pessoas contemporâneas ou mortas havia pouco, que bem podiam ser qualificadas santas, embora não canonizadas. A narração é acompanhada por reflexões teológicas e místicas que fazem do livro um singular texto hagiográfico, capaz de fascinar inteiras gerações de leitores. A matéria é tirada das tradições vivas do povo e tem como finalidade edificar e formar, chamando a atenção de quem lê numa série de questões, como o sentido do milagre, a interpretação da Escritura, a imortalidade da alma, a existência do inferno e a representação do além, termos todos que precisavam de oportunos esclarecimentos. O livro II é inteiramente dedicado à figura de Bento de Núrsia, e é o único testemunho antigo sobre a vida do santo monge, cuja beleza espiritual aparece no texto de modo totalmente evidente.

No desígnio teológico que Gregório desenvolve através das suas obras, o passado, o presente e o futuro tornam-se relativos. Aquilo que, para ele, mais conta é todo o lapso da história salvífica, que continua a esclarecer-se entre os obscuros meandros do tempo. Nesta perspectiva, é significativo que ele insira o anúncio da conversão dos Anglos no contexto do Comentário

moral de Jó: aos seus olhos, este acontecimento constituía um progresso do Reino de Deus, de que fala a Escritura; portanto podia, justamente, ser mencionado no comentário de um livro sagrado. Na sua opinião, os guias das comunidades cristãs devem comprometer-se a reler os acontecimentos à luz da Palavra de Deus: neste sentido, o grande Pontífice sente o dever de orientar pastores e fiéis no itinerário espiritual de uma *lectio divina* iluminada e concreta, inserida no contexto da própria vida.

Antes de concluir, é necessário dedicar uma palavra às relações que o Papa Gregório cultivou com os Patriarcas de Antioquia, de Alexandria e de Constantinopla. Preocupou-se sempre por reconhecer e respeitar os direitos deles, evitando qualquer interferência que limitasse a sua legítima autonomia. Se todavia São Gregório, no contexto da sua situação histórica, se opôs ao título de "ecumênico" por parte do Patriarca de Constantinopla, não o fez para limitar ou negar esta legítima autoridade, mas porque estava preocupado com a unidade fraterna da Igreja universal. Fê-lo sobretudo pela sua profunda convicção de que a humildade deveria ser a virtude fundamental de cada Bispo, ainda mais de um Patriarca. No seu coração Gregório permaneceu um simples monge e por isso era decididamente contrário aos grandes títulos. Ele queria ser esta é a sua expressão *servus servorum Dei*. Esta palavra por ele cunhada não era uma fórmula piedosa, mas a verdadeira manifestação do seu modo de viver e de agir. Sensibilizava-o intimamente a humildade de Deus, que em Cristo se fez nosso servo, nos lavou e lava os pés sujos. Portanto, ele estava persuadido de que, sobretudo um Bispo, deveria imitar esta humildade de Deus e assim seguir Cristo. Verdadeiramente, o seu desejo era de viver como monge, em diálogo permanente com a Palavra de Deus, mas por amor de Deus soube fazer-se servo de todos numa época repleta de tribulações e de sofrimentos, soube fazer-se "servo dos servos". Precisamente porque foi assim, ele é grande e mostra-nos também a nós a medida da verdadeira grandeza.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 11 de Junho de 2008

São Columbano

Queridos irmãos e irmãs!

Hoje gostaria de falar do santo abade Columbano, o irlandês mais conhecido do início da Idade Média: com razão ele pode ser chamado um santo "europeu", porque como monge, missionário e escritor trabalhou em vários países da Europa ocidental. Juntamente com os irlandeses do seu tempo, ele estava consciente da unidade cultural da Europa. Numa sua carta, escrita por volta do ano 600 e dirigida ao Papa Gregório Magno, encontra-se pela primeira vez a expressão "*totius Europae* - de toda a Europa", referindo-se à presença da Igreja no Continente (cf. Epistula I, 1).

Columbano nasceu por volta do ano 543 na província de Leinster, no sudeste da Irlanda. Educado na própria casa por ótimos mestres que o iniciaram no estudo das artes liberais, confiou-se depois à guia do abade Sinell da comunidade de Cluain-Inis, na Irlanda setentrional, onde pôde aprofundar o estudo das Sagradas Escrituras. Com cerca de trinta anos entrou no mosteiro de Bangor no nordeste da ilha, onde era abade Comgall, um monge muito conhecido pela sua virtude e pelo seu rigor ascético. Em total sintonia com o seu abade, Columbano praticou com zelo a severa disciplina do mosteiro, conduzindo uma vida de oração, de ascese e de estudo. Ali foi também ordenado sacerdote. A vida em Bangor e o exemplo do abade influenciaram a concepção do monaquismo que Columbano maturou com o tempo e difundiu depois ao longo da sua vida.

Aos cinquenta anos, seguindo o ideal ascético tipicamente irlandês da "*peregrinatio pro Christo*", isto é, do fazer-se peregrino por Cristo, Columbano deixou a ilha para empreender com doze companheiros uma obra missionária no continente europeu. De fato, devemos ter presente que a migração de povos do norte e do leste fizera voltar ao paganismo inteiras Regiões já cristianizadas. Por volta do ano 590 este pequeno grupo de missionários chegou à costa da Bretanha. Acolhidos com benevolência pelo rei dos Francos da Austrásia (atual França), pediram apenas um pouco de terra inculta. Obtiveram a antiga fortaleza romana de Annegray, totalmente em ruínas e abandonada, já coberta pela floresta. Habituados a uma vida de extrema renúncia, os monges conseguiram em poucos meses construir sobre as ruínas o primeiro eremitério. Assim, a sua reevangelização começou a desenvolver-se antes de tudo mediante o testemunho da vida. Com a nova cultivação da terra começaram também uma nova cultivação das almas. A fama daqueles religiosos estrangeiros que, vivendo de oração e em

grande austeridade, construíam casas e arroteavam a terra, difundiu-se rapidamente atraindo peregrinos e penitentes. Sobretudo muitos jovens pediam para ser acolhidos na comunidade monástica para viver, como eles, esta vida exemplar que renovava a cultura da terra e das almas. Depressa se tornou necessária a fundação de um segundo mosteiro. Foi edificado a poucos quilómetros de distância, sobre as ruínas de uma antiga cidade termal, Luxeuil. O mosteiro tornar-se-ia depois o centro da irradiação monástica e missionária de tradição irlandesa no continente europeu. Um terceiro mosteiro foi erigido em Fontaine, a uma hora de caminho mais a norte.

Em Luxeuil Columbano viveu quase vinte anos. Ali, o santo escreveu para os seus seguidores a *Regula monachorum* durante um certo período mais difundida na Europa do que a de São Bento designando a imagem ideal do monge. a única antiga regra monástica irlandesa que hoje possuímos. Como integração ele elaborou a *Regula coenobialis*, uma espécie de código penal para as faltas dos monges, com punições bastante surpreendentes para a sensibilidade moderna, explicáveis apenas com a mentalidade do tempo e do ambiente. Com outra obra famosa intitulada *De poenitentiarum misura taxanda*, escrita também em Luxeuil, Columbano introduziu no continente a confissão e a penitência privadas e reiteradas; foi chamada penitência "tarifada" devido à proporção estabelecida entre gravidade do pecado e tipo de penitência imposta pelo confessor. Estas novidades despertaram a suspeita dos Bispos da região, uma suspeita que se transformou em hostilidade quando Columbano teve a coragem de os reprovar abertamente pelos costumes de alguns deles. A ocasião em que se manifestou o contraste foi a contenda sobre a data da Páscoa: de fato, a Irlanda seguia a tradição oriental, em contraste com a tradição romana. O monge irlandês foi convocado em 603 a Châlon-sur-San para prestar contas diante de um sínodo dos seus costumes relativos à penitência e à Páscoa. Em vez de se apresentar ao sínodo, ele enviou uma carta com a qual minimizava a questão convidando os Padres sinodais a discutir não só sobre o problema da data da Páscoa, segundo ele um pequeno problema, "mas também de todas as necessárias normas canônicas desatendidas por muitos o que é mais grave" (cf. Epistula II, 1). Contemporaneamente escreveu ao Papa Bonifácio IV como alguns anos antes já se tinha dirigido ao Papa Gregório Magno (cf. Epistula I) para defender a tradição irlandesa (cf. Epistula III).

Sendo muito intransigente em todas as questões morais, Columbano entrou depois em conflito também com a casa real, porque tinha reprovado asperamente o rei Teodorico pelas suas relações adulterinas. Isso originou uma rede de intrigas e manobras a nível pessoal, religioso e político que, no ano 610, se transformou num decreto de expulsão de Luxeuil para Columbano e para todos os monges de origem irlandesa, que foram condenados ao exílio definitivo.

Foram escoltados até ao mar e embarcados para a Irlanda com o patrocínio da corte. Mas o navio encalhou a pouca distância da praia e o capitão, vendo nisto um sinal do céu, renunciou a prosseguir e, com receio de ser amaldiçoado por Deus, reconduziu os monges para a terra firme. Eles, em vez de voltarem para Luxeuil, decidiram começar uma nova obra de evangelização. Embarcaram no Reno e subiram o rio. Depois de uma primeira etapa em Tuggen junto do lago de Zurique, foram para a região de Bregenz perto do lago de Constância para evangelizar os Alamanos.

Mas pouco depois Columbano, devido a vicissitudes políticas pouco favoráveis à sua obra, decidiu atravessar os Alpes com a maior parte dos seus discípulos. Permaneceu só um monge de nome Galo; da sua ermida ter-se-ia depois desenvolvido a famosa abadia de Sant Gallen, na Suíça. Tendo chegado à Itália, Columbano encontrou um acolhimento favorável junto da corte real longobarda, mas teve que enfrentar imediatamente grandes dificuldades: a vida da Igreja estava dilacerada pela heresia ariana que ainda prevalecia entre os longobardos e por um cisma que tinha separado a maior parte das Igrejas da Itália setentrional da comunhão com o Bispo de Roma. Columbano inseriu-se com autoridade neste contexto, escrevendo um libelo contra o arianismo e uma carta a Bonifácio IV para o convencer a dar alguns passos decididos em vista de um restabelecimento da unidade (cf. Epistula V). Quando o rei dos longobardos, em 612 ou 613, lhe confiou um terreno em Bobbio, no vale da Trebbia, Columbano fundou um novo mosteiro que depois se tornaria um centro de cultura comparável com o famoso de Montecassino. Nele viu o fim dos seus dias: faleceu a 23 de Novembro de 615 e nesta data é comemorado no rito romano até hoje.

A mensagem de São Columbano concentra-se numa firme chamada à conversão e ao desapego dos bens terrenos em vista da herança eterna. Com a sua vida ascética e com o seu comportamento sem cedimentos face à corrupção dos poderosos, ele evocava a figura severa de São João Batista. A sua austeridade, contudo, nunca é fim em si mesma, mas unicamente o meio para se abrir livremente ao amor de Deus e corresponder com todo o ser aos dons por Ele recebidos, reconstruindo assim em si a imagem de Deus e ao mesmo tempo arroteando a terra e renovando a sociedade humana. Cito das suas Instructiones: "Se o homem usar retamente as faculdades que Deus concedeu à sua alma, então será semelhante a Deus. Recordemo-nos que lhe devemos restituir todos aqueles dons que ele depositou em nós quando estávamos na condição originária. Ensinou-nos o seu modo com os seus mandamentos. O primeiro deles é o de amar o Senhor com todo o coração, porque Ele nos amou primeiro, desde o início dos tempos, ainda antes que nós viéssemos à luz deste mundo" (cf. Inst., XI). O Santo irlandês encarnou realmente estas palavras na própria vida. Homem de grande cultura escreveu também poesias

em latim e um livro de gramática revelou-se rico de dons de graça. Foi incansável construtor de mosteiros, assim como intransigente pregador penitencial, empregando todas as suas energias para alimentar as raízes cristãs da Europa que estava a nascer. Com a sua energia espiritual, com a sua fé, com o seu amor a Deus e ao próximo tornou-se realmente um dos Padres da Europa: ele mostra-nos também hoje onde estão as raízes das quais pode renascer esta nossa Europa.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 18 de Junho de 2008

Santo Isidoro de Sevilha

Amados irmãos e irmãs

Hoje gostaria de falar de Santo Isidoro de Sevilha: era o irmão mais jovem de Leandro, Bispo de Sevilha, e grande amigo do Papa Gregório Magno. O relevo é importante, porque permite ter presente uma aproximação cultural e espiritual indispensável para a compreensão da personalidade de Isidoro. Com efeito, ele deve muito a Leandro, pessoa muito exigente, estudiosa e austera, que tinha criado à volta do irmão mais jovem um contexto familiar caracterizado pelas exigências ascéticas próprias de um monge e pelos ritmos de trabalho exigidos por uma séria dedicação ao estudo. Além disso, Leandro preocupou-se em predispor o necessário para fazer face à situação político-social do momento: de fato, nestas décadas os Visigodos, bárbaros e arianos, tinham invadido a península ibérica e dominado os territórios que pertenciam ao império romano. Era necessário conquistá-los para a romanidade e para o catolicismo. A casa de Leandro e de Isidoro dispunha de uma biblioteca muito rica de obras clássicas, pagãs e cristãs. Isidoro, que se sentia atraído simultaneamente por umas e outras, foi por isso educado a desenvolver, sob a responsabilidade do irmão maior, uma disciplina mais forte dedicando-se ao seu estudo com discrição e discernimento.

Por isso, no paço episcopal de Sevilha vivia-se num clima sereno e aberto. Podemos deduzi-lo dos interesses culturais e espirituais de Isidoro, assim como sobressaem das suas próprias obras, que incluem um conhecimento enciclopédico da cultura clássica pagã e um aprofundado conhecimento da cultura cristã. Explica-se assim o eclectismo que caracteriza a produção literária de Isidoro, que passa com extrema facilidade de Marcial a Agostinho, de Cícero a Gregório Magno. A luta interior que teve de empreender o jovem Isidoro, tornando-se sucessor do irmão Leandro na cátedra episcopal de Sevilha em 599, não foi de modo algum ligeira. Talvez se deva precisamente a esta luta constante consigo mesmo a impressão de um excesso de voluntarismo que se sente ao ler as obras deste grande autor, considerado o último dos Padres cristãos da antiguidade. Poucos anos depois da sua morte, em 636, o Concílio de Toledo de 653 definiu-o: "Ilustre mestre da nossa época e glória da Igreja católica".

Sem dúvida, Isidoro foi um homem de acentuadas oposições dialéticas. E, mesmo na sua vida pessoal, experimentou um conflito interior permanente, muito semelhante ao que já São Gregório Magno e Santo Agostinho tinham sentido, entre desejo de solidão, para se dedicar unicamente à meditação da Palavra de Deus, e exigências da caridade para com os irmãos de cuja

salvação, como Bispo, se sentia responsável. Por exemplo, a propósito dos responsáveis das Igrejas ele escreve: "O responsável de uma Igreja" (*vir ecclesiasticus*) deve por um lado deixar-se crucificar no mundo com a mortificação da carne e, por outro, aceitar a decisão da ordem eclesiástica, quando ela provém da vontade de Deus, de se dedicar ao governo com humildade, mesmo que não o queira fazer" (Sententiarum liber III, 33, 1: PL 83, col. 705 B). Então, somente um parágrafo depois, ele acrescenta: "Os homens de Deus (*sancti viri*) não desejam de modo algum dedicar-se às realidades seculares e gemem quando, por um misterioso desígnio de Deus, são carregados com certas responsabilidades... Eles fazem de tudo para as evitar, mas aceitam aquilo que gostariam de eludir e levam a cabo o que quereriam evitar. Com efeito, entram no segredo do coração e, ali dentro, procuram compreender o que exige a misteriosa vontade de Deus. E quando se dão conta que se devem submeter aos desígnios de Deus, humilham o pescoço do coração sob o jugo da decisão divina" (Sententiarum liber III, 33, 3: PL 83, coll. 705-706).

Para entender melhor Isidoro é necessário recordar, em primeiro lugar, a complexidade das situações políticas do seu tempo, à qual já me referi: durante os anos da infância, experimentou a amargura do exílio. Não obstante, vivia imbuído de entusiasmo apostólico: experimentava o entusiasmo de contribuir para a formação de um povo que finalmente encontrava a sua unidade nos planos político e religioso, com a providencial conversão do herdeiro ao trono visigodo Hermenegildo, do arianismo à fé católica. Todavia, não se deve subestimar a enorme dificuldade de enfrentar de modo adequado problemas muito graves, como aqueles com os hereges e com os judeus. Toda uma série de problemas que parecem muito concretos hoje, sobretudo se se considera o que acontece em certas regiões onde parece que assistimos ao repropor-se de situações muito semelhantes, presentes na península ibérica naquele século VI.

A riqueza dos conhecimentos culturais de que Isidoro dispunha permitia confrontar continuamente a novidade cristã com a herança clássica greco-romana, embora mais que o dom precioso da síntese, parece que ele tivesse o da collatio, ou seja, do recolhimento, que se manifestava numa extraordinária erudição pessoal, nem sempre ordenada como se poderia desejar.

De qualquer maneira, é motivo de admiração a sua preocupação de nada descuidar daquilo que a experiência humana tinha produzido na história da sua pátria e do mundo inteiro. Isidoro nada queria perder daquilo que fora adquirido pelo homem nas épocas antigas, quer fossem pagãs, judaicas ou cristãs. Portanto, não nos devemos admirar se, em vista desta finalidade, acontecia que às vezes ele não conseguia transmitir adequadamente, como desejaria, os conhecimentos que possuía através das águas purificadoras da fé cristã. De fato, todavia, nas intenções de Isidoro, as propostas que ele apresenta permanecem sempre em sintonia com a fé

católica, por ele sustentada com determinação. No debate dos vários problemas teológicos, ele demonstra que compreende a sua complexidade e propõe muitas vezes com perspicácia soluções que resumem e exprimem a verdade cristã completa. Isto permitiu que os fiéis, ao longo dos séculos, fruíssem com gratidão das suas definições até aos nossos tempos. Um exemplo significativo, a este respeito, é-nos oferecido pelo ensinamento de Isidoro sobre as relações entre vida ativa e vida contemplativa. Ele escreve: "Aqueles que procuram alcançar o descanso da contemplação devem preparar-se primeiro no estádio da vida ativa; e assim, livres dos resíduos do pecado, serão capazes de exibir aquele coração puro, o único que permite ver Deus" (Differentiarum Lib II, 34, 133: PL 83, col. 91 A). Porém, o realismo de um verdadeiro pastor convence-o do risco que os fiéis correm de reduzir-se a ser homens unidimensionais. Por isso, acrescenta: "O caminho do meio, composto por uma e outra forma de vida, é normalmente mais útil para resolver aquelas tensões que muitas vezes são aumentadas pela escolha de um só gênero de vida e por vezes são melhor temperadas por uma alternância das duas formas" (o.c., 134: ibid., col. 91 B).

Isidoro procura a confirmação definitiva de uma justa orientação de vida no exemplo de Cristo, e diz: "O Salvador Jesus ofereceu-nos o exemplo da vida ativa quando, durante o dia, se dedicava a oferecer sinais e milagres na cidade, mas mostrou a vida contemplativa quando se retirava no monte e ali pernoitava dedicando-se à oração" (o.c., 134: ibid.). À luz deste exemplo do Mestre divino, Isidoro pode concluir com este ensinamento moral específico: "Por isso o servo de Deus, imitando Cristo, dedique-se à contemplação sem se negar à vida ativa. Não seria justo comportar-se de outra forma. Com efeito, assim como se deve amar a Deus com a contemplação, também se deve amar o próximo com a ação. Por conseguinte, é impossível viver sem a presença simultânea de uma e de outra forma de vida, nem é possível amar, se não se vive a experiência de uma e de outra" (o.c., 135: ibid., col. 91 C). Na minha opinião, esta é a síntese de uma vida que busca a contemplação de Deus, o diálogo com Deus na oração e na leitura da Sagrada Escritura, assim como a ação ao serviço da comunidade humana e do próximo. Este resumo é a lição que o grande Bispo de Sevilha deixa a nós, cristãos de hoje, chamados a dar testemunho de Cristo no início de um novo milênio.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 25 de Junho de 2008

São Máximo, o Confessor

Prezados irmãos e irmãs

Hoje gostaria de apresentar a figura de um dos grandes Padres da Igreja do Oriente do tempo tardio. Trata-se de um monge, São Máximo, que da tradição cristã mereceu o título de Confessor, pela intrépida coragem com que soube testemunhar "confessar" também com o sofrimento, a integridade da sua fé em Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, Salvador do mundo. Máximo nasceu na Palestina, a terra do Senhor, por volta de 580. Desde jovem foi iniciado na vida monástica e no estudo das Escrituras, também através das obras de Orígenes, o grande mestre que já no século III conseguira "fixar" a tradição exegética alexandrina.

De Jerusalém, Máximo transferiu-se para Constantinopla, e dali, por causa das invasões bárbaras, refugiou-se na África. Aí, distinguiu-se com extrema coragem na defesa da ortodoxia. Máximo não aceitava qualquer diminuição da humanidade de Cristo. Nascera a teoria segundo a qual em Cristo haveria somente uma vontade, a divina. Para defender a unicidade da sua pessoa, negavam que nele existisse uma verdadeira vontade humana. E, à primeira vista, poderia até parecer uma coisa positiva, que em Cristo houvesse uma única vontade. Mas São Máximo compreendeu imediatamente que isto destruiria o mistério da salvação, porque uma humanidade sem vontade, um homem sem vontade não é um homem verdadeiro, é um homem incompleto. Portanto, o homem Jesus Cristo não seria um verdadeiro homem, não teria vivido o drama do ser humano, que consiste precisamente na dificuldade de conformar a nossa vontade com a verdade do ser. E assim São Máximo afirma com grande decisão: a Sagrada Escritura não nos mostra um homem incompleto, sem vontade, mas um homem verdadeiramente completo: em Jesus Cristo, Deus assumiu realmente a totalidade do ser humano obviamente, exceto o pecado e portanto

também uma vontade humana. E isto, dito assim, parece claro: Cristo ou é, ou não é homem. Se é homem, tem também uma vontade. Mas surge o problema: não leva isto a uma espécie de dualismo Não se chega a afirmar duas personalidades completas: razão, vontade e sentimento Como ultrapassar o dualismo, conservar a integridade do ser humano e todavia tutelar a unidade da pessoa de Cristo, que não era esquizofrénico. E São Máximo demonstra que o homem encontra a sua unidade, a integração de si próprio, a sua totalidade não em si mesmo, mas superando-se a si próprio saindo de si mesmo. Assim, também em Cristo, saindo de si próprio, o homem encontra em Deus, no Filho de Deus a si mesmo. Não se deve limitar o

homem para explicar a Encarnação; só é necessário compreender o dinamismo do ser humano, que só se realiza se sair de si mesmo; só em Deus encontramo-nos a nós mesmos, a nossa totalidade e integridade. Assim, vê-se que o homem completo não é aquele que se fecha em si mesmo, mas o homem que se abre, que sai de si próprio, que se torna completo e se encontra a si mesmo e à sua verdadeira humanidade precisamente no Filho de Deus.

Para São Máximo, esta visão não permanece uma especulação filosófica; ele vê-a realizada na vida concreta de Jesus, sobretudo no drama do Getsêmani. Neste drama da agonia de Jesus, da angústia da morte, da oposição entre a vontade humana de não morrer e a vontade divina que se oferece à morte, neste drama do Getsêmani realiza-se todo o drama humano, o drama da nossa redenção. São Máximo diz-nos, e nós sabemos que esta é a verdade. Adão (e nós mesmos somos Adão) pensava que o "não" fosse o ápice da liberdade. Só quem pode dizer "não" seria realmente livre; para realizar realmente a sua liberdade, o homem deve dizer "não" a Deus; só assim pensa que é finalmente ele mesmo, que alcançou o ápice da liberdade. Também a natureza humana de Cristo tinha esta tendência em si mesma, mas superou-a porque Jesus viu que o "não" não é o máximo da liberdade. O máximo da liberdade é o "sim", a conformidade com a vontade de Deus. Só no "sim" o homem se torna realmente ele mesmo; só na grande abertura do "sim", na unificação da sua vontade com a vontade divina, o homem se torna imensamente aberto, "divino". O desejo de Adão era ser como Deus, isto é, ser completamente livre. Mas não é divino, não é inteiramente livre o homem que se fecha em si mesmo; é-o quando sai de si próprio, é no "sim" que ele se torna livre; e este é o drama do Getsêmani: não a minha vontade, mas a tua. Transferindo a vontade humana para a vontade divina, nasce o verdadeiro homem, é assim que somos redimidos. Em síntese, este é o ponto fundamental daquilo que São Máximo queria dizer, e vemos que aqui todo o ser humano está verdadeiramente em questão; encontra-se aqui toda a questão da nossa vida. São Máximo já tinha problemas na África, ao defender esta visão do homem e de Deus; depois, foi chamado para Roma. Em 649 participou ativamente no Concílio Lateranense, proclamado pelo Papa Martinho I em defesa das duas vontades de Cristo, contra o edito do imperador, que - pro bono pacis - proibia discutir sobre esta questão. O Papa Martinho teve que pagar cara a sua coragem: apesar da precariedade da sua saúde, foi aprisionado e transferido para Constantinopla. Processado e condenado à morte, obteve a comutação da pena no exílio definitivo na Crimeia, onde faleceu no dia 16 de Setembro de 655, depois de dois longos anos de humilhações e tormentos.

Pouco tempo mais tarde, em 662 foi a vez de Máximo que opondo-se também ele ao imperador continuava a repetir: " impossível afirmar em Cristo uma só vontade!" (cf. PG 91, cc. 268-

269). Assim, juntamente com dois dos seus discípulos, ambos chamados Anastácio, Máximo foi submetido a um processo extenuante, embora já tivesse mais de oitenta anos de idade. O tribunal do imperador condenou-o, com a acusação de heresia, à cruel mutilação da língua e da mão direita os dois órgãos mediante os quais, através das palavras e dos escritos, Máximo combatera a doutrina errónea da única vontade de Cristo. Enfim o santo monge, assim mutilado, foi exilado na Colchide, no Mar Negro, onde faleceu prostrado pelos sofrimentos padecidos, com 82 anos de idade, no dia 13 de Agosto desse mesmo ano de 662.

Falando da vida de Máximo, mencionamos a sua obra literária em defesa da ortodoxia. Referimo-nos de modo particular à Disputa com Pirro, ex-Patriarca de Constantinopla: nela, ele conseguiu persuadir o adversário dos seus erros. Efetivamente, com grande honestidade Pirro assim concluía a Disputa: "Peço perdão para mim e para aqueles que me precederam: por ignorância, chegamos a estes absurdos pensamentos e argumentações; e peço que se encontre o modo de cancelar estes absurdos, salvando a memória daqueles que erraram" (PG 91, c. 352). Além disso, chegaram até nós algumas dezenas de obras importantes, entre as quais sobressai a Mistagoghía, um dos escritos mais significativos de São Máximo, que reúne o seu pensamento teológico numa síntese bem estruturada.

O pensamento de São Máximo nunca é só teológico, especulativo, fechado em si mesmo, porque tem sempre como ponto de chegada a realidade concreta do mundo e da sua salvação. Neste contexto, no qual sofreu, não podia evadir-se em afirmações filosóficas apenas teóricas; tinha que procurar o sentido de viver, interrogando-se: quem sou eu, o que é o mundo Ao homem, criado à sua imagem e semelhança, Deus confiou a missão de unificar o cosmos. E como Cristo unificou em si mesmo o ser humano, no homem o Criador unificou o cosmos. Ele mostrou-nos como unificar o cosmos na comunhão de Cristo, e assim alcançar realmente um mundo redimido. A esta poderosa visão salvífica refere-se um dos grandes teólogos do século XX, Hans Urs von Balthasar, que "relançando" a figura de Máximo define o seu pensamento com a icástica expressão de osmische Liturgie, "liturgia cósmica". Jesus Cristo, único Salvador do mundo, permanece sempre no centro desta solene "liturgia". A eficácia da sua ação salvífica, que unificou definitivamente o cosmos, é garantida pelo fato de que ele, embora seja Deus em tudo, é também integralmente homem incluindo até a "energia" e a vontade do homem.

A vida e o pensamento de Máximo são poderosamente iluminados por uma coragem imensa ao testemunharem a realidade integral de Cristo, sem qualquer redução ou compromisso. E assim manifesta-se quem é verdadeiramente o homem, como devemos viver para responder à nossa vocação. Temos que viver unidos a Deus, para permanecermos assim unidos a nós

mesmos e ao cosmos, dando ao próprio cosmos e à humanidade a justa forma. O "sim" universal de Cristo mostra-nos também com clareza como dar a justa colocação a todos os outros valores. Pensamos em valores hoje justamente defendidos, como a tolerância, a liberdade e a o diálogo.

Mas uma tolerância que já não soubesse distinguir entre o bem e o mal tornar-se-ia caótica e autodestruidora. Assim também uma liberdade que não respeitasse a liberdade do próximo e não encontrasse a medida comum das nossas respectivas liberdades, tornar-se-ia anarquia e destruiria a autoridade. O diálogo que já não sabe sobre o que dialogar torna-se palavra vazia. Todos estes valores são grandes e fundamentais, mas só podem permanecer verdadeiros valores se tiverem o ponto de referência que os une e lhes confere a verdadeira autencidade. Este ponto de referência é a síntese entre Deus e o cosmos, é a figura de Cristo na qual aprendemos a verdade acerca de nós mesmos e onde inserir todos os outros valores, porque descobrimos o seu significado autêntico. Jesus Cristo é o ponto de referência que dá luz a todos os demais valores. Ela constitui o ponto de chegada do testemunho deste grande Confessor. E assim, no final, Cristo indica-nos que o cosmos deve tornar-se liturgia, glória de Deus, e que a adoração é o início da verdadeira transformação, da genuína renovação do mundo.

Por isso, gostaria de concluir com um trecho fundamental das obras de São Máximo: "Nós adoramos um só Filho, juntamente com o Pai e com o Espírito Santo, como antes dos tempos, assim também agora, e por todos os tempos, e pelos tempos depois dos tempos. Amém!" (PG 91, c. 269).

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 2 de Julho de 2008

Apóstolo São Paulo (1) - O ambiente religioso-cultural

Caros irmãos e irmãs

Hoje gostaria de começar um novo ciclo de Catequeses, dedicado ao grande Apóstolo São Paulo. A ele, como sabeis, é consagrado este ano, que iniciou na festa litúrgica dos Santos Pedro e Paulo de 29 de Junho de 2008 e terminará com a mesma festa em 2009. O Apóstolo Paulo, figura excelsa e quase inimitável, mas de qualquer maneira estimulante, está diante de nós como exemplo de total dedicação ao Senhor e à sua Igreja, bem como de grande abertura à humanidade e às suas culturas. Portanto, é justo que lhe reservemos um lugar especial, não só na nossa veneração, mas também no esforço de compreender aquilo que ele tem para nos dizer, a nós cristãos de hoje. Neste nosso primeiro encontro, queremos deter-nos para considerar o ambiente em que se encontrou a viver e a agir. Um tema deste gênero pareceria levar-nos para longe do nosso tempo, visto que devemos inserir-nos no mundo de há dois mil anos. E todavia isto só é verdade aparentemente e, de qualquer forma apenas de modo parcial, porque poderemos constatar que, sob vários aspectos, o contexto sociocultural de hoje não se diferencia muito do de então.

Um fator primário e fundamental que se deve ter presente é constituído pela relação entre o ambiente em que Paulo nasce e se desenvolve, e o contexto global em que sucessivamente se insere. Ele vem de uma cultura bem específica a circunscrita, certamente minoritária, que é a do povo de Israel e da sua tradição. No mundo antigo e nomeadamente no âmbito do Império Romano, como nos ensinam os estudiosos da matéria, os judeus deviam representar cerca de 10% da população total; depois em Roma, por volta dos meados do século I o seu número era ainda menor, alcançando ao máximo 3% dos habitantes da cidade. Os seus credos e o seu estilo de vida, como acontece também hoje, distinguiam-nos claramente do ambiente circunstante; e isto podia ter dois resultados: ou a ridicularização, que podia levar à intolerância, ou então a admiração, que se exprimia de várias formas de simpatia, como no caso dos "tementes a Deus" ou dos "prosélitos", pagãos que se associavam à sinagoga e partilhavam a fé no Deus de Israel. Como exemplos concretos desta dupla atitude podemos citar, por um lado, o juízo pungente de um orador como Cícero, que desprezava a sua religião e até a cidade de Jerusalém (cf. Pro Flacco, 66-69) e, por outro, a atitude da esposa de Nero, Popeia, que é recordada por Flávio Josefo como "simpatizante" dos judeus (cf. Antiguidades judaicas 20, 195.252; Vita 16), sem mencionar que já Júlio César lhes tinha oficialmente reconhecido alguns direi-

tos particulares que nos foram legados pelo mencionado historiador judeu Flávio Josefo (cf. ibid., 14, 200-216). Sem dúvida, o número de judeus, como de resto acontece ainda hoje, era muito maior fora da terra de Israel, ou seja na diáspora, do que no território que os outros chamavam Palestina.

Portanto, não admira que o próprio Paulo tenha sido objeto da dupla e contrastante avaliação de que falei. Uma coisa é segura: o particularismo da cultura e da religião judaica encontra tranquilamente lugar no interior de uma instituição tão omnipresente como era o império romano. Mais difícil e sofrida foi a posição do grupo daqueles, judeus ou gentios, que aderiram com fé à pessoa de Jesus de Nazaré, na medida em que se distinguiram quer do judaísmo quer do paganismo imperante. De qualquer forma, dois fatores favoreceram o compromisso de Paulo. O primeiro foi a cultura grega, ou melhor helenista, que depois de Alexandre Magno se tinha tornado patrimônio comum pelo menos do Mediterrâneo oriental e do Médio Oriente, mesmo que tenha integrado em si muitos elementos das culturas de povos tradicionalmente considerados bárbaros. Um escritor dessa época afirma, a este propósito, que Alexandre "ordenou que todos considerassem como pátria toda a ecumene... e que o Grego e o Bárbaro já não se distinguissem" (Plutarco, De Alexandri Magni fortuna aut virtute 6.8). O segundo fator foi a estrutura político-administrativa do império romano, que garantia paz e estabilidade desde a Britânia até ao Egito meridional, unificando um território de dimensões nunca vistas. Neste espaço podia-se mover com suficiente liberdade e segurança, usufruindo entre outras coisas de um sistema rodoviário extraordinário, e encontrando em cada ponto de chegada características culturais de base que, sem prejudicar os valores locais, representavam contudo um tecido comum de unificação super partes, a tal ponto que o filósofo judeu Filone Alexandrino, contemporâneo do próprio Paulo, elogia o imperador Augusto, porque "compôs em harmonia todos os povos selvagens... tornando-se guardião da paz" (Legatio ad Caium 146-147).

A visão universalista típica da personalidade de São Paulo, pelo menos do Paulo cristão sucessivo ao acontecimento do caminho de Damasco, deve certamente o seu impulso básico à fé em Jesus Cristo, enquanto a figura do Ressuscitado se situa além de qualquer limite particularista; com efeito, para o Apóstolo "já não há judeu nem grego; não há servo nem livre, não há homem nem mulher, pois todos vós sois um só em Cristo" (Gl 3, 28). Todavia, também a situação histórico-cultural do seu tempo e do seu ambiente não deixou de influenciar as escolhas e o seu compromisso. Alguém definiu Paulo "homem de três culturas", tendo em consideração a sua matriz judaica, a sua língua grega e a sua prerrogativa de "*civis romanus*", como atesta também o nome de origem latina. Há que recordar de modo especial a filosofia estóica,

que na época de Paulo era predominante e que influiu, embora em medida marginal, também sobre o cristianismo. A este propósito, não podemos deixar de mencionar alguns nomes de filósofos estóicos, como os iniciadores Zenão e Cleante, e depois os que cronologicamente estão mais próximos de Paulo, como Séneca, Musónio e Epicteto: neles encontram-se elevadíssimos valores de humanidade e de sabedoria, que naturalmente serão recebidos no cristianismo. Como escreve de modo excelente um estudioso da matéria, "a Stoa... anunciou um novo ideal, que impunha ao homem deveres em relação ao seu próximo, mas ao mesmo tempo libertava-o de todos os vínculos físicos e nacionais, e dele fazia um ser puramente espiritual" (M. Pohlenz, La Stoa, I, Florença 2 1978, págs. 565 s.). Pensemos, por exemplo, na doutrina do universo entendido como um único grande corpo harmonioso e, consequentemente, na doutrina da igualdade entre todos os homens sem distinções sociais, na equiparação pelo menos de princípio entre o homem e a mulher, e depois no ideal da frugalidade, da justa medida e do domínio de si para evitar qualquer excesso. Quando Paulo escreve aos Filipenses: "Tudo o que é verdadeiro, nobre, justo, puro, amável, honroso, virtuoso ou que de algum modo mereça louvor, é o que deveis ter em mente" (Fl 4, 8), não faz senão retomar uma concepção claramente humanista própria daquela sabedoria filosófica.

Na época de São Paulo havia também uma crise da religião tradicional, pelo menos nos seus aspectos mitológicos e também cívicos. Depois que Lucrécio já um século antes, tinha polemicamente asseverado que "a religião conduziu a muitas injustiças" (De rerum natura, 1, 101), um filósofo como Séneca, indo muito além de todo o ritualismo exteriorista, ensinava que "Deus está próximo de ti, está contigo, está dentro de ti" (Cartas a Lucílio, 41, 1). Analogamente, quando Paulo se dirige a um auditório de filósofos epicureus e estóicos no Areópago de Atenas, diz textualmente que "Deus não habita em santuários feitos por mãos humanas... mas nele vivemos, nos movemos e existimos" (At 17, 24.28). Com isto, ele certamente faz ressoar a fé judaica num Deus não representável em termos antropomórficos, mas põe-se também numa sintonia religiosa que os seus ouvintes conheciam bem. Além disso, temos que ter em conta o fato de que muitos cultos pagãos prescindiam dos templos oficiais da cidade e se realizavam em lugares particulares que favoreciam a iniciação dos adeptos. Por isso, não constituía motivo de admiração, o fato de que também as reuniões cristãs (as Elesíai), como nos atestam sobretudo as Cartas paulinas, se realizassem em casas particulares. De resto, nessa época ainda não existia qualquer edifício público. Portanto, as reuniões dos cristãos deviam parecer aos contemporâneos como uma simples variante desta sua prática religiosa mais íntima. De qualquer forma, as diferenças entre os cultos pagãos e o culto cristão não são de pouca

monta e dizem respeito tanto à consciência identitária dos participantes como a participação comum de homens e mulheres, a celebração da "ceia do Senhor" e a leitura das Escrituras.

Em conclusão, desta rápida série sobre o ambiente cultural do século I da era cristã parece claro que não é possível compreender adequadamente São Paulo sem o inserir no contexto, tanto judaico como pagão, do seu tempo. Deste modo, a sua figura adquire valor histórico e ideal, revelando partilha e ao mesmo tempo originalidade em relação ao ambiente. Mas isto vale analogamente também para o cristianismo em geral, do qual precisamente o Apóstolo Paulo constitui um paradigma de primeira ordem, do qual todos nós temos sempre muito a aprender. Esta é a finalidade do Ano Paulino: aprender de São Paulo, aprender a fé, aprender Cristo e, enfim, aprender o caminho da vida reta.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 13 de Agosto de 2008

Edith Stein e Maximiliano Kolbe

Caros irmãos e irmãs

Tendo voltado de Bressanone, onde pude transcorrer um período de descanso, estou feliz por me encontrar convosco e por vos saudar, queridos habitantes de Castel Gandolfo, bem como a vós, peregrinos que hoje viestes visitar-me. Gostaria de agradecer mais uma vez a quantos me receberam e vigiaram sobre a minha estadia nas montanhas. Foram dias de tranquila distensão, durante os quais não cessei de recordar ao Senhor aqueles que se confiam às minhas orações. E são verdadeiramente numerosos os que me escrevem, pedindo para rezar por eles. Manifestam-me as suas alegrias, mas também as suas preocupações, os seus projetos de vida, mas inclusive os problemas na família e no trabalho, as expectativas e as esperanças que nutrem no seu coração, juntamente com as angústias ligadas às incertezas que a humanidade está a viver neste momento. Posso assegurar que me recordo de todos e de cada um, especialmente na celebração diária da Santa Missa e na recitação do Santo Rosário. Bem sei que o primeiro serviço que posso prestar à Igreja e à humanidade é precisamente a oração, porque rezando deposito nas mãos do Senhor com confiança o ministério que Ele mesmo me confiou, juntamente com a sorte de toda a comunidade eclesial e civil.

Quem reza nunca perde a esperança, mesmo quando se encontra em situações difíceis e até humanamente desesperadas. É isto que nos ensina a Sagrada Escritura e que testemunha a história da Igreja. Com efeito, quantos exemplos poderíamos oferecer, de situações em que foi precisamente a oração que sustentou o caminho dos santos e do povo cristão! Entre os testemunhos da nossa época, gostaria de citar o de dois santos, cuja memória festejamos nestes dias: Teresa Benedita da Cruz, Edith Stein, cuja festa pudemos celebrar no dia 9 de Agosto, e Maximiliano Kolbe, que recordaremos amanhã, 14 de Agosto, vigília da solenidade da Assunção da Bem-Aventurada Virgem Maria. Ambos concluíram com o martírio a sua vicissitude terrestre, no lager de Auschwitz. Aparentemente, a sua existência poderia considerar-se uma derrota, mas precisamente no seu martírio resplandece o fulgor do Amor, que vence as trevas do egoísmo e do ódio. A São Maximiliano Kolbe são atribuídas as seguintes palavras, que ele teria pronunciado em pleno furor da perseguição nazista: "O ódio não é uma força criativa: é-o somente o amor". E do amor foi uma prova heróica a generosa oferta que ele fez de si mesmo em troca de um dos seus companheiros de prisão, oferta esta que culminou com a sua morte no bunker da fome, a 14 de Agosto de 1941.

Edith Stein, no dia 6 de Agosto do ano seguinte, três dias antes da morte dramática, aproximando-se de algumas religiosas do mosteiro de Echt, na Holanda, disse-lhes: "Estou pronta para tudo. Jesus está também aqui no meio de nós. Até agora pude rezar muito bem, dizendo de todo o coração: "Ave, Crux, spes unica"". Testemunhas que conseguiram fugir deste horrível massacre narraram que Teresa Benedita da Cruz, ao vestir o hábito carmelita, caminhava conscientemente rumo à morte, distinguindo-se pelo seu comportamento repleto de paz e pela sua atitude tranquila e pelo seu comportamento calmo e atento às necessidades de todos. A oração foi o segredo desta Santa, co-Padroeira da Europa, que "mesmo depois de ter alcançado a verdade na paz da vida contemplativa, teve que viver até ao fim o mistério da Cruz" (Carta Apostólica Spes aedificandi, em Insegnamenti di Giovanni Paolo II, XX, 2 1999, pág. 511).

"Ave-Maria!": esta foi a última invocação que brotou dos lábios de São Maximiliano Kolbe, estendendo o braço àquele que o matava com uma injeção de ácido fénico. É comovedor constatar que o recurso humilde e confiante a Nossa Senhora é sempre manancial de coragem e de serenidade. Enquanto nos preparamos para celebrar a solenidade da Assunção, que é uma das festas marianas mais queridas à tradição cristã, renovamos a nossa confiança naquela que, do Céu, vigia com amor maternal sobre nós em todos os momentos. Com efeito, é assim que rezamos na familiar prece da Ave-Maria, pedindo-lhe que interceda por nós "agora e na hora da nossa morte".

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 20 de Agosto de 2008

A santidade

Prezados irmãos e irmãs

Cada dia a Igreja oferece à nossa consideração um ou mais santos e beatos para invocar e imitar. Nesta semana, por exemplo, recordamos alguns que são muito queridos à devoção popular. Ontem, São João Eudes, que diante do rigorismo dos jansenistas estamos no século XVII promoveu uma devoção terna, cujas fontes inesgotáveis ele indicou nos Sagrados Corações de Jesus e de Maria. No dia de hoje recordamos São Bernardo de Claraval que o Papa Pio VIII denominou "doutor melífluo", porque sobressaía "fazendo destilar dos textos bíblicos o sentido que neles se encontra escondido". Este místico, desejoso de viver mergulhado no "vale luminoso" da contemplação, foi levado pelos acontecimentos a viajar pela Europa para servir a Igreja, nas necessidades do tempo e para defender a fé cristã. Foi definido também "doutor mariano", não porque tenha escrito muitíssimo sobre Nossa Senhora, mas porque soube compreender o seu papel essencial na Igreja, apresentando-a como o modelo perfeito da vida monástica e de todas as outras formas de vida cristã.

Amanhã recordaremos São Pio X, que viveu num período histórico difícil. Em 1985, quando visitou a terra natal deste Santo, João Paulo II pôde dizer: "Lutou e sofreu pela liberdade da Igreja, e por esta liberdade revelou-se pronto a sacrificar privilégios e honras, a enfrentar a incompreensão e o desprezo, enquanto avaliava esta liberdade como garantia última para a integridade e a coerência da fé" (Insegnamenti di Giovanni Paolo II, VIII, 1, 1985, pág. 1818).

A próxima sexta-feira será dedicada à Bem-Aventurada Virgem Rainha, memória instituída pelo Servo de Deus Pio XII em 1954, e que a renovação litúrgica desejada pelo Concílio Vaticano II decidiu como complemento da solenidade de Nossa Senhora da Assunção, porque os dois privilégios formam um único mistério. Enfim, sábado rezaremos a Santa Rosa de Lima, primeira santa canonizada do continente latino-americano, do qual é Padroeira principal. Santa Rosa gostava de repetir: "Se os homens soubessem o que significa viver na graça, não se assustariam diante de qualquer sofrimento e padeceriam de bom grado qualquer pena, porque a graça é fruto da paciência". Faleceu com 31 anos, em 1617, depois de uma breve existência repleta de privações e de sofrimentos, na festa do Apóstolo São Bartolomeu, de quem era muito devota, porque tinha sofrido um martírio particularmente doloroso.

Caros irmãos e irmãs, dia após dia a Igreja oferece-nos portanto a possibilidade de caminhar em companhia dos santos. Hans Urs von Balthasar escrevia que os santos constituem o co-

mentário mais importante ao Evangelho, uma sua atualização na vida quotidiana e, por conseguinte, representam para nós um verdadeiro caminho de acesso a Jesus. O escritor francês Jean Guitton descrevia-os "como as cores do espectro em relação à luz", porque com as suas próprias tonalidades e matizes cada um deles reflete a luz da santidade de Deus. Portanto, como é profícuo e importante o compromisso de cultivar o conhecimento e a devoção dos santos, juntamente com a meditação diária da Palavra de Deus e com um amor filial a Nossa Senhora!

Sem dúvida, o período de férias constitui um tempo útil para pegar nas mãos a biografia e os escritos de algum santo ou santa em particular, mas todos os dias do ano oferece-nos a oportunidade de nos familiarizarmos com os nossos padroeiros celestes. A sua experiência humana e espiritual demonstra que a santidade não é um luxo, não é um privilégio para poucos, uma meta impossível para um homem normal; na realidade, ela é o destino comum de todos os homens chamados a ser filhos de Deus, a vocação universal de todos os batizados. A santidade é oferecida a todos; naturalmente, nem todos os santos são iguais: com efeito, como eu disse, constituem o espectro da luz divina. E não necessariamente é um grande santo aquele que possui carismas extraordinários. Efetivamente, existem numerosos deles cujos nomes só são conhecidos por Deus, porque na terra levaram uma existência aparentemente normalíssima. E em geral são queridos por Deus precisamente estes santos "normais". O seu exemplo testemunha que, somente quando estamos em contato com o Senhor é que nos tornamos repletos da sua paz e da sua alegria, e que somos capazes de difundir por toda a parte a serenidade, a esperança e o optimismo. Considerando precisamente a variedade dos seus carismas, Bernanos, grande escritor francês que se sentiu sempre fascinado pela ideia dos santos cita muitos deles nos seus romances observa que "cada vida de santo é como um novo florescimento de primavera". Que isto aconteça também conosco! Por isso, deixemo-nos atrair pela fascinação sobrenatural da santidade! Obtenha para nós esta graça Maria, Rainha de todos os Santos, Mãe e Refúgio dos pecadores!

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 27 de Agosto de 2008

São Paulo (2) - A vida de São Paulo antes e depois de Damasco

Caros irmãos e irmãs

Na última catequese antes das férias há dois meses, no início de Julho comecei uma nova série de temáticas por ocasião do ano paulino, considerando o mundo em que São Paulo viveu. Hoje gostaria de retomar e continuar a reflexão sobre o Apóstolo dos gentios, propondo uma sua breve biografia. Dado que dedicaremos a próxima quarta-feira ao acontecimento extraordinário que se verificou no caminho de Damasco, a conversão de Paulo, mudança fundamental da sua existência a seguir ao encontro com Cristo, hoje reflitamos brevemente sobre o conjunto da sua vida. Encontramos os dados biográficos de Paulo, respectivamente, na Carta a Filémon, onde ele se declara "velho" (Fm 1, 9: presbtes) e nos Atos dos Apóstolos que, no momento da lapidação de Estêvão, o qualificam "jovem" (7, 8: neanías). As duas designações são evidentemente genéricas mas, em conformidade com as medidas antigas, "jovem" era qualificado o homem com cerca de trinta anos, e dizia-se "velho" quando tinha por volta de sessenta anos. Em termos absolutos, a data do nascimento de Paulo depende em grande parte da data da Carta a Filémon. Tradicionalmente, a sua redação é posta durante o aprisionamento romano, nos meados dos anos 60. Paulo teria nascido no ano 8, portanto contaria mais ou menos sessenta anos, enquanto no momento da lapidação de Estêvão tinha trinta. Esta deveria ser a cronologia correta. E a celebração do ano paulino que nós fazemos segue precisamente esta cronologia. Foi escolhido o ano de 2008, pensando num nascimento mais ou menos no ano 8.

De qualquer maneira, ele nasceu em Tarso na Cilícia (cf. At 22, 3). A cidade era capital administrativa da região e em 1 a.C. teve como Procônsul nada menos que Marco Túlio Cícero, enquanto dez anos mais tarde, em 41, Tarso fora o lugar do primeiro encontro entre Marco António e Cleópatra. Judeu da diáspora, ele falava grego, embora tivesse um nome de origem latina, de resto derivado por assonância do originário hebraico Saul/Saulos, que tinha a cidadania romana (cf. At 22, 2-28). Portanto, Paulo aparece inserido na fronteira de três culturas romana, grega e judaica e talvez também por isso era disponível a fecundas aberturas universalistas, a uma mediação entre as culturas, a uma verdadeira universalidade. Ele aprendeu também um trabalho manual, talvez herdado do pai, que consistia na profissão de "tendeiro" (cf. At 18, 3: *senopoiós*), que provavelmente deve ser entendido como alguém que trabalha a lã tosca de cabra ou as fibras de linho para fazer esteiras ou tendas (cf. At 20, 33-3). Por volta dos 12-13 anos, a idade em que o adolescente judeu se torna bar mitzvá ("filho do preceito"),

Paulo deixou Tarso e transferiu-se para Jerusalém, para ser educado aos pés do rabino Gamaliel, o Ancião, neto do grande Rabino Hillel, segundo as mais rígidas normas do farisaísmo, e adquirindo um grande zelo pela Torá mosaica (cf. Gl 1, 14; Fl 3, -6; At 22, 3; 23, 6; 26,).

Com base nesta profunda ortodoxia, que tinha aprendido na escola de Hilel em Jerusalém, entreviu no novo movimento que se inspirava em Jesus de Nazaré um risco, uma ameaça para a identidade judaica, para a verdadeira ortodoxia dos pais. Isto explica o fato de que ele, ferozmente, "perseguiu a Igreja de Deus", como três vezes admitirá nas suas Cartas (cf. 1 Cor 1, 9; Gl 1, 13; Fl 3, 6). Embora não seja fácil imaginar concretamente em que consistia esta perseguição, de qualquer maneira a sua atitude era de intolerância. É aqui que se insere o acontecimento de Damasco, a respeito do qual voltaremos a falar na próxima catequese. É certo que, daquele momento em diante, a sua vida mudou e ele tornou-se um incansável apóstolo do Evangelho. Com efeito, Paulo passou para a história mais por aquilo que fez como cristão, aliás como apóstolo, do que como fariseu. Tradicionalmente, subdivide-se a sua atividade apostólica com base nas três viagens missionárias, à qual se acrescenta a quarta, a ida a Roma como prisioneiro. Todas elas são narradas por Lucas nos Atos. Porém, a propósito das três viagens missionárias, é necessário distinguir a primeira das outras duas.

Com efeito, da primeira (cf. At 13-14) Paulo não teve a responsabilidade direta, que foi ao contrário confiada ao cipriota Barnabé. Juntamente com eles, partiram de Antioquia sobre o Oronte, enviados por aquela Igreja (cf. At 13, 1-3) e, depois de terem sarpado do porto de Selêucia na costa síria, atravessaram a ilha de Chipre de Salamina a Pafos; dali chegaram à costa meridional da Anatólia, hoje Turquia, e passaram pelas cidades de Atália, Perga da Panfília, Antioquia da Pisídia, Icónio, Listra e Derbe, de onde regressaram ao ponto de partida. Assim nasceu a Igreja dos povos, a Igreja dos pagãos. Entretanto, sobretudo em Jerusalém, nasceu um debate árduo, até que ponto estes cristãos provenientes do paganismo eram obrigados a entrar também na vida e na lei de Israel (várias observações e prescrições que separavam Israel do resto do mundo), para ser realmente partícipes das promessas dos profetas e para entrar efetivamente na herança de Israel. A fim de resolver este problema fundamental para o nascimento da Igreja futura, reuniu-se em Jerusalém o chamado Concílio dos Apóstolos, para decidir a respeito deste problema, do qual dependia o nascimento efetivo de uma Igreja universal. E foi decidido não impor aos pagãos convertidos a observância da lei mosaica (cf. At 1, 6-30): ou seja, não eram obrigados às normas do judaísmo; a única necessidade era pertencer a Cristo, viver com Cristo e segundo as suas palavras. Assim, sendo de Cristo, eram também de Abraão, de Deus e partícipes de todas as promessas. Depois deste acontecimento decisivo, Paulo separou-se de Barnabé, escolheu Sila e começou a segunda viagem

missionária (cf. At 1, 36-18, 22). Tendo ultrapassado a Síria e a Cilícia, reviu a cidade de Listra, onde tomou consigo Timóteo (figura muito importante da Igreja nascente, filho de uma judia e de um pagão) e fê-lo circuncidar, atravessou a Anatólia central e chegou à cidade de Tróade, na costa setentrional do Mar Egeu. E aqui novamente teve lugar um acontecimento importante: viu em sonhos um macedónio da outra parte do mar, ou seja, na Europa, que dizia: "Vem e ajuda-me". Era a Europa futura que pedia a ajuda e a luz do Evangelho. Impelido por esta visão, entrou na Europa. Daqui, sarpou para a Macedónia, entrando assim na Europa. Tendo desembarcado em Nápoles, chegou a Filipos, onde fundou uma bonita comunidade, depois passou por Tessalônica e, partindo daí devido às dificuldades que lhe causaram os judeus, passou por Bereia e chegou a Atenas.

Nesta capital da antiga cultura grega pregou, primeiro no Ágora e depois no Areópago, aos pagãos e aos gregos. E o discurso do Areópago, mencionado nos Atos dos Apóstolos, é modelo do modo como traduzir o Evangelho em cultura grega, de como fazer com que os gregos compreendam que este Deus dos cristãos, dos judeus, não é um Deus alheio à sua cultura, mas o Deus desconhecido por eles esperado, a verdadeira resposta às mais profundas interrogações da sua cultura. Depois, de Atenas chegou a Corinto, onde se deteve por um ano e meio. E ali temos um acontecimento cronologicamente muito seguro, o mais seguro de toda a sua biografia, porque durante esta primeira estadia em Corinto ele teve que comparecer diante do Governador da província senatorial de Acaia, o Procônsul Galião, acusado de um culto ilegítimo. Sobre este Galião e sobre o seu período em Corinto existe uma antiga inscrição encontrada em Delfos, onde se diz que era Procônsul em Corinto, entre os anos 1 e 3. Por conseguinte, aqui temos uma data absolutamente certa. A estadia de Paulo em Corinto teve lugar naqueles anos. Portanto, podemos supor que chegou mais ou menos no ano 0 e permaneceu ali até 2. Depois, de Corinto, passando por Cêncreas, porto oriental da cidade, dirigiu-se para a Palestina, chegando a Cesareia Marítima, de onde subiu a Jerusalém e então voltou para Antioquia sobre o Oronte.

A terceira viagem missionária (cf. At 18, 23-21, 6) teve início como sempre em Antioquia, que se tinha tornado o ponto de origem da Igreja dos pagãos, da missão aos pagãos, e era também o lugar onde nasceu o termo "cristãos". Aqui, pela primeira vez, diz-nos São Lucas, os seguidores de Jesus foram chamados "cristãos". Dali Paulo partiu diretamente para Éfeso, capital da província da Ásia, onde permaneceu durante dois anos, desempenhando um ministério que teve fecundas influências na região. De Éfeso, Paulo escreveu as cartas aos Tessalonicenses e aos Coríntios. Porém, a população da cidade foi instigada contra ele pelos cambistas locais, que viam diminuir as suas receitas pela redução do culto a Artemides (o templo a

ela dedicado em Éfeso, o Artemysion, era uma das sete maravilhas do mundo antigo); por isso, ele teve que fugir para o norte. Tendo atravessado novamente a Macedónia, voltou à Grécia, provavelmente a Corinto, aí permanecendo três meses e escrevendo a célebre Carta aos Romanos.

Daí voltou a percorrer os seus passos: passou de novo pela Macedónia, de navio chegou a Tróade e depois, passando somente pelas ilhas de Mitilene, Chio e Samo, chegou a Mileto, onde pronunciou um importante discurso aos Anciãos da Igreja de Éfeso, dando um retrato do verdadeiro pastor da Igreja (cf. At 20). Daí partiu novamente, içando as velas rumo a Tiro, de onde depois chegou a Cesareia Marítima para subir mais uma vez a Jerusalém. Ali foi preso por causa de um mal-entendido: alguns judeus julgaram que fossem pagãos outros judeus de origem grega, introduzidos por Paulo na área do templo reservada exclusivamente aos israelitas. A prevista condenação à morte foi-lhe poupada graças à intervenção do tribuno romano de guarda na área do Templo (cf. At 21, 27-36); isto verificou-se quando o Procônsul na Judeia era António Felice. depois de ter passado um período de prisão (cuja duração é discutível), e tendo Paulo, como cidadão romano, feito apelo a César (que então era Nero), o sucessivo Procurador Pórcio Festo convidou-o para ir a Roma sob a guarda militar.

Na viagem para Roma passou pelas ilhas mediterrâneas de Creta e Malta, e depois pelas cidades de Siracusa, Régio da Calábria e Pozuóli. Os cristãos de Roma foram ao seu encontro na Via Ápia, até ao Foro de Ápio (aprox. 70 m a sul da capital) e outros até às Três Tavernas (aprox. 40 m). Em Roma encontrou-se com os delegados da comunidade judaica, à qual confiou que era "a esperança de Israel" que trazia as suas cadeias (cf. At 28, 20). No entanto, a narração de Lucas termina com a menção de dois anos passados em Roma sob uma branda guarda militar, sem se referir a uma sentença de César (Nero) e muito menos à morte do acusado. Tradições sucessivas falam de uma sua libertação, que teria favorecido tanto uma viagem missionária à Espanha, como uma sucessiva passagem pelo oriente e, especificamente, por Creta, Éfeso e Nicópoles em Épiro. Sempre com base hipotética, supõe-se uma nova detenção e um segundo aprisionamento em Roma (de onde teria escrito as três Cartas chamadas Pastorais, ou seja, duas a Timóteo e uma a Tito), com um segundo processo, que lhe seria desfavorável. Todavia, uma série de motivos induz muitos estudiosos de São Paulo a rematar a biografia do Apóstolo com a narração lucana dos Atos.

Sobre o seu martírio voltaremos a falar em seguida, no ciclo destas nossas catequeses. Entretanto, neste breve elenco das viagens de Paulo, é suficiente saber como ele se dedicou ao anúncio do evangelho sem poupar energias, enfrentando uma série de provas gravosas, das quais nos deixou o elenco na segunda Carta aos Coríntios (cf. 11, 21-28). De resto, é ele quem

escreve: "Faço tudo por causa do Evangelho" (1 Cor 9, 23), exercendo com absoluta generosidade aquela à qual ele chama "solicitude por todas as Igrejas" (2 Cor 11, 28). Vemos um compromisso que só se explica com uma alma realmente fascinada pela luz do Evangelho, apaixonada por Cristo, uma alma sustentada por uma profunda convicção: é necessário levar ao mundo a luz de Cristo, anunciar o Evangelho a todos. Parece-me que é isto que permanece desta breve resenha das viagens de São Paulo: ver a sua paixão pelo Evangelho, intuir assim a grandeza, a beleza, aliás a profunda necessidade do Evangelho para todos nós. Rezemos a fim de que o Senhor, que fez ver a sua luz a Paulo, que lhe fez ouvir a sua Palavra e lhe tocou intimamente o coração, permita que também nós vejamos a sua luz, para que inclusive o nosso coração seja tocado pela sua Palavra e assim possamos também nós dar ao mundo de hoje, que deles tem sede, a luz do Evangelho e a verdade de Cristo.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 3 de Setembro de 2008

São Paulo (3) - A "conversão" de São Paulo

Queridos irmãos e irmãs!

A catequese de hoje será dedicada à experiência que São Paulo teve no caminho de Damasco e portanto ao que comumente se chama a sua conversão. Precisamente no caminho de Damasco, nos primeiros anos 30 do século I, e depois de um período no qual tinha perseguido a Igreja, verificou-se o momento decisivo da vida de Paulo. Sobre ele muito foi escrito e naturalmente sob diversos pontos de vista. O que é certo é que ali aconteceu uma mudança, aliás, uma inversão de perspectiva. Então ele, inesperadamente, começou a considerar "perda" e "esterco" tudo o que antes constituía para ele o máximo ideal, quase a razão de ser da sua existência (cf. Fl 3, 7-8). O que tinha acontecido?

Em relação a isto temos dois tipos de fontes. O primeiro tipo, o mais conhecido, são as narrações pela mão de Lucas, que por três vezes narra o acontecimento nos Atos dos Apóstolos (cf. 9, 119; 22, 3-21; 26, 4-23). O leitor médio é talvez tentado a deter-se demasiado nalguns pormenores, como a luz do céu, a queda por terra, a voz que chama, a nova condição de cegueira, a cura e a perda da vista e o jejum. Mas todos estes pormenores se referem ao centro do acontecimento: Cristo ressuscitado mostra-se como uma luz maravilhosa e fala a Saulo, transforma o seu pensamento e a sua própria vida. O esplendor do Ressuscitado torna-o cego: assim vê-se também exteriormente o que era a sua realidade interior, a sua cegueira em relação à verdade, à luz que é Cristo. E depois o seu "sim" definitivo a Cristo no batismo volta a abrir os seus olhos, faz com que ele realmente veja.

Na Igreja antiga o batismo era chamado também "iluminação", porque este sacramento realça, faz ver realmente. O que assim se indica teologicamente, em Paulo realiza-se também fisicamente: curado da sua cegueira interior, vê bem. Portanto, São Paulo foi transformado não por um pensamento mas por um acontecimento, pela presença irresistível do Ressuscitado, da qual nunca poderá sucessivamente duvidar, dado que foi muito forte a evidência do acontecimento, deste encontro. Ele mudou fundamentalmente a vida de Paulo; neste sentido pode e deve falar-se de uma conversão. Este encontro é o centro da narração de São Lucas, o qual é possível que tenha usado uma narração que provavelmente surgiu na comunidade de Damasco. Leva a pensar isto o entusiasmo local dado à presença de Ananias e dos nomes quer do caminho quer do proprietário da casa em que Paulo esteve hospedado (cf. At 9, 9-11).

O segundo tipo de fontes sobre a conversão é constituído pelas próprias Cartas de São Paulo. Ele nunca falou pormenorizadamente deste acontecimento, talvez porque podia supor que todos conhecessem o essencial desta sua história, todos sabiam que de perseguidor tinha sido transformado em apóstolo fervoroso de Cristo. E isto tinha acontecido não após uma própria reflexão, mas depois de um acontecimento importante, um encontro com o Ressuscitado. Mesmo sem falar dos pormenores, ele menciona diversas vezes este fato importantíssimo, isto é, que também ele é testemunha da ressurreição de Jesus, do qual recebeu imediatamente a revelação, juntamente com a missão de apóstolo. O texto mais claro sobre este ponto encontra-se na sua narração sobre o que constitui o centro da história da salvação: a morte e a ressurreição de Jesus e as aparições às testemunhas (cf. 1 Cor 15). Com palavras da tradição antiga, que também ele recebeu da Igreja de Jerusalém, diz que Jesus morto e crucificado, sepultado e ressuscitado apareceu, depois da ressurreição, primeiro a Cefas, isto é a Pedro, depois aos Doze, depois a quinhentos irmãos que em grande parte naquele tempo ainda viviam, depois a Tiago, e depois a todos os Apóstolos. E a esta narração recebida da tradição acrescenta: "E, em último lugar, apareceu-me também a mim" (1 Cor 15, 8). Assim dá a entender que é este o fundamento do seu apostolado e da sua nova vida. Existem também outros textos nos quais se encontra a mesma coisa: "Por meio de Jesus Cristo recebemos a graça do apostolado" (cf. Rm 1, 5); e ainda: "Não vi eu a Jesus Cristo, Nosso Senhor" (1 Cor 9, 1), palavras com as quais ele faz alusão a um aspecto que todos conhecem. E finalmente o texto mais difundido lê-se em Gl 1, 15-17: "Mas, quando aprouve a Deus que me reservou desde o seio de minha mãe e me chamou pela Sua graça revelar o Seu Filho em mim, para que O anunciasse entre os gentios, não consultei a carne nem o sangue, nem voltei a Jerusalém para ir ter com os que foram Apóstolos antes de mim, mas parti para a Arábia e voltei outra vez a Damasco". Nesta "auto-apologia" ressalta decididamente que também ele é testemunha verdadeira do Ressuscitado, tem uma missão própria que recebeu imediatamente do Ressuscitado.

Assim podemos ver que as duas fontes, os Atos dos Apóstolos e as Cartas de São Paulo, convergem e convêm sob o ponto fundamental: o Ressuscitado falou a Paulo, chamou-o ao apostolado, fez dele um verdadeiro apóstolo, testemunha da ressurreição, com o encargo específico de anunciar o Evangelho aos pagãos, ao mundo greco-romano. E ao mesmo tempo Paulo aprendeu que, apesar da sua relação imediata com o Ressuscitado, ele deve entrar na comunhão da Igreja, deve fazer-se batizar, deve viver em sintonia com os outros apóstolos. Só nesta comunhão com todos ele poderá ser um verdadeiro apóstolo, como escreve explicitamente na primeira Carta aos Coríntios: "Assim é que pregamos e é assim que vós acreditastes" (15, 11). Há só um anúncio do Ressuscitado, porque Cristo é um só.

Como se vê, em todos estes trechos Paulo nunca interpreta este momento como um fato de conversão. Porquê Existem muitas hipóteses, mas para mim o motivo é muito evidente. Esta mudança da sua vida, esta transformação de todo o seu ser não foi fruto de um processo psicológico, de uma maturação ou evolução intelectual e moral, mas vem de fora: não foi o fruto do seu pensamento, mas do encontro com Cristo Jesus. Neste sentido não foi simplesmente uma conversão, uma maturação do seu "eu", mas foi morte e ressurreição para ele mesmo: morreu uma sua existência e outra nova nasceu com Cristo Ressuscitado. De nenhum outro modo se pode explicar esta renovação de Paulo. Todas as análises psicológicas não podem esclarecer e resolver o problema. Só o acontecimento, o encontro forte com Cristo, é a chave para compreender o que tinha acontecido: morte e ressurreição, renovação por parte d'Aquele que se tinha mostrado e tinha falado com ele. Neste sentido mais profundo podemos e devemos falar de conversão. Este encontro é uma renovação real que mudou todo os seus parâmetros. Agora pode dizer que o que antes era para ele essencial e fundamental, se tornou agora "esterco"; já não é "lucro", mas perda, porque agora só conta a vida em Cristo.

Contudo não devemos pensar que Paulo assim se tenha fechado num acontecimento cego. É verdade o contrário, porque Cristo Ressuscitado é a luz da verdade, a luz do próprio Deus. Isto alargou o seu coração, tornou-o aberto a todos. Neste momento não perdeu o que havia de bom e verdadeiro na sua vida, na sua herança, mas compreendeu de modo novo a sabedoria, a verdade, a profundidade da lei e dos profetas, e delas se apropriou de modo novo. Ao mesmo tempo, a sua razão abriu-se à sabedoria dos pagãos; tendo-se aberto a Cristo com todo o coração, tornou-se capaz de um diálogo amplo com todos, tornou-se capaz de se fazer tudo em todos. Assim podia ser realmente o apóstolo dos pagãos.

Voltando a nós, perguntamo-nos o que significa isto para nós Significa que também para nós o cristianismo não é uma nova filosofia ou uma nova moral. Somos cristãos unicamente se encontramos Cristo. Certamente Ele não se mostra a nós deste modo irresistível, luminoso, como fez com Paulo para fazer dele o apóstolo de todas as nações. Mas também nós podemos encontrar Cristo, na leitura da Sagrada Escritura, na oração, na vida litúrgica da Igreja. Podemos tocar o coração de Cristo e sentir que Ele toca o nosso. Só nesta relação pessoal com Cristo, só neste encontro com o Ressuscitado nos tornamos realmente cristãos. E assim abre-se a nossa razão, abre-se toda a sabedoria de Cristo e toda a riqueza da verdade. Portanto rezemos ao Senhor para que nos ilumine, para que nos doe no nosso mundo o encontro com a sua presença: e assim nos conceda uma fé viva, um coração aberto, uma grande caridade para todos, capaz de renovar o mundo.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 10 de Setembro de 2008

São Paulo (4) - A concepção paulina do apostolado

Queridos irmãos e irmãs!

Na passada quarta-feira falei sobre a grande mudança que se verificou na vida de São Paulo após o encontro com Cristo ressuscitado. Jesus entrou na sua vida e transformou-o de perseguidor em apóstolo. Aquele encontro marcou o início da sua missão: Paulo não podia continuar a viver como antes, agora sentia-se investido pelo Senhor do encargo de anunciar o seu Evangelho como apóstolo. precisamente sobre esta sua nova condição de vida, isto é, de ser apóstolo de Cristo, que hoje gostaria de falar. Normalmente, seguindo os Evangelhos, identificamos os Doze com o título de apóstolos, pretendendo desta forma indicar os que eram companheiros de vida e ouvintes do ensinamento de Jesus. Mas também Paulo se sente verdadeiro apóstolo e torna-se claro, portanto, que o conceito paulino de apostolado não se limita ao grupo dos Doze. Sem dúvida, Paulo sabe distinguir bem o seu caso do de quantos "tinham sido apóstolos antes" dele (cf. Gl 1, 17): reconhece-lhes um lugar totalmente especial na vida da Igreja. Mas, como todos sabem, também São Paulo se define a si mesmo como Apóstolo em sentido estrito. O que é certo é que, no tempo das origens cristãs, ninguém percorreu tantos quilómetros como ele, por terra e por mar, com a única finalidade de anunciar o Evangelho.

Portanto, ele tinha um conceito de apostolado que ultrapassava o que se relaciona apenas com o grupo dos Doze, transmitido sobretudo por São Lucas nos Atos (cf. At 1, 2.26; 6, 2). De fato, na primeira Carta aos Coríntios Paulo faz uma clara distinção entre "os Doze" e "todos os apóstolos", mencionados como dois grupos diversos de beneficiários das aparições do Ressuscitado (cf. 14, 5.7). Naquele mesmo texto ele começa em seguida a referir-se a si mesmo como "o último dos apóstolos", comparando-se até com um aborto e afirmando textualmente: "não sou digno de ser chamado Apóstolo, pois persegui a Igreja de Deus. Mas, pela graça de Deus, sou o que sou, e a graça que Ele me deu não foi inútil; pelo contrário, tenho trabalhado mais do que todos eles; não eu, mas a graça de Deus que está comigo" (1 Cor 15, 9-10). A metáfora do aborto expressa uma humildade extrema; encontrá-la-emos também na Carta aos Romanos de Santo Inácio de Antioquia: "Sou o último de todos, sou um aborto; mas ser-me-á concedido tornar-me algo, se alcançar Deus" (9, 2). O que o Bispo de Antioquia dirá em relação ao seu martírio iminente, prevendo que ele mudará a sua condição de indignidade, São Paulo di-lo em relação ao próprio compromisso apostólico: é nele que se manifesta a fecundi-

dade da graça de Deus, que precisamente sabe transformar um homem mal sucedido num maravilhoso apóstolo. De perseguidor em fundador de Igrejas: Deus fez isto num homem que, sob o ponto de vista evangélico, poderia ser considerado um aborto!

Portanto, na concepção de São Paulo, o que faz com que ele e outros sejam apóstolos Nas suas Cartas sobressaem três características principais, que constituem o apóstolo. A primeira é a de ter "visto o Senhor" (cf. 1 Cor 9, 1), ou seja, de ter tido com Ele um encontro determinante para a própria vida. Analogamente na Carta aos Gálatas (cf. 1, 15-16) dirá que foi chamado, quase selecionado, pela graça de Deus com a revelação do seu Filho em vista do feliz anúncio aos pagãos. Em definitiva, é o Senhor que constitui o apostolado, não a própria presunção. O apóstolo não se faz por si, mas é feito tal pelo Senhor; portanto o apóstolo tem necessidade de se relacionar constantemente com o Senhor. Não é por acaso que Paulo diz que é "apóstolo por vocação" (Rm 1, 1), ou seja, "não da parte dos homens, mas por Jesus Cristo e por Deus Pai" (Gl 1, 1). Esta é a primeira característica: ter visto o Senhor, ter sido chamado por Ele.

A segunda característica é "ter sido enviado". A própria palavra grega apóstolos significa precisamente "enviado, mandado", ou seja, embaixador e transmissor de uma mensagem; portanto ele deve agir como encarregado e representante de um mandante. por isso que Paulo se define "apóstolo de Jesus Cristo" (1 Cor 1, 1; 2 Cor 1, 1), o que significa seu delegado, que se põe totalmente ao seu serviço, a ponto de se qualificar também "servo de Jesus Cristo" (Rm 1, 1). Sobressai mais uma vez em primeiro plano a ideia de uma iniciativa de outrem, de Deus em Cristo Jesus, à qual se é totalmente constrangido; mas sobretudo ressalta-se o fato de que d'Ele se recebeu uma missão a ser cumprida em seu nome, pondo absolutamente em segundo lugar qualquer interesse pessoal.

A terceira característica é a prática do "anúncio do Evangelho", com a consequente fundação de Igrejas. De fato, o título de "apóstolo" não é nem pode ser título honorífico. Ele compromete concreta e também dramaticamente toda a existência da pessoa interessada. Na primeira Carta aos Coríntios Paulo exclama: "Não sou apóstolo Não vi eu a Jesus Cristo, Nosso Senhor Não sois vós a minha obra no Senhor" (9, 1). Analogamente na segunda Carta aos Coríntios afirma: "Vós sois a nossa carta... uma carta de Cristo, redigida por nós, e escrita, não com tinta, mas com o Espírito de Deus vivo" (3, 2-3).

Não nos admiramos, então, se Crisóstomo fala de Paulo como de "uma alma de diamante" (Panegíricos, 1, 8), e prossegue dizendo: "Assim como o fogo ateado a materiais diversos se fortalece ainda mais..., assim a palavra de Paulo ganhava para a própria causa todos aqueles com os quais se relacionava, e os que se lhe opunham, capturados pelos seus discursos, tornavam-se um alimento para este fogo espiritual" (ibid., 7, 11). Isto explica por que Paulo define

os apóstolos como "colaboradores de Deus" (1 Cor 3, 9; 2 Cor 6, 1), cuja graça age com eles. Um elemento típico do verdadeiro apóstolo, bem realçado por São Paulo, é uma espécie de identificação entre Evangelho e evangelizador, ambos destinados à mesma sorte. De fato, ninguém como Paulo evidenciou como o anúncio da cruz de Cristo parece "escândalo e loucura" (1 Cor 1, 23), ao que muitos reagem com incompreensão e rejeição. Isto acontecia naquele tempo, e não deve admirar que o mesmo aconteça também hoje. Deste destino, de parecer "escândalo e loucura", participa portanto o apóstolo e Paulo sabe-o: é esta a experiência da sua vida. Aos Coríntios escreve, com um tom de ironia: "De fato, parece-nos que Deus nos pôs a nós, Apóstolos, no último lugar, como condenados à morte, porquanto nos tornámos espetáculo para o mundo, para os anjos e para os homens. Nós somos loucos por causa de Cristo, e vós, sábios em Cristo; nós somos fracos e vós, fortes; vós, nobres, e nós desprezíveis. A esta hora sofremos fome, sede e desnudez; somos esbofeteados e andamos vagabundos, e cansamo-nos a trabalhar com as nossas mãos. Amaldiçoados, bendizemos; perseguidos, suportamos; difamados, consolamos. Tornámo-nos como o lixo do mundo, a escória de todos até agora" (1 Cor 4, 9-13). É um auto-retrato da vida apostólica de São Paulo: em todos estes sofrimentos prevalece a alegria de ser portador da bênção de Deus e da graça do Evangelho.

Aliás, Paulo partilha com a filosofia estóica do seu tempo a ideia de uma constância tenaz em todas as dificuldades que se lhe apresentam; mas supera a perspectiva meramente humanista, recordando o componente do amor de Deus e de Cristo: "Quem poderá separar-nos do amor de Cristo A tribulação, a angústia, a perseguição, a fome, a nudez, o perigo ou a espada Conforme está escrito: Por tua causa, sofremos a morte durante o dia inteiro; fomos tomados por ovelhas destinadas ao matadouro. Mas, em tudo isto, somos nós mais que vencedores por Aquele que nos amou. Porque estou certo que nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem o presente, nem o futuro, nem as potestades, nem a altura, nem a profundidade nem qualquer outra criatura poderá separar-nos do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, Nosso Senhor" (Rm 8, 35-39). esta a certeza, a alegria profunda que guia o apóstolo Paulo em todas estas vicissitudes: nada nos pode separar do amor de Deus. E este amor é a verdadeira riqueza da vida humana.

Como se vê, São Paulo tinha-se entregue ao Evangelho com toda a sua existência; poderíamos dizer vinte e quatro horas por dia! E realizava o seu ministério com fidelidade e alegria, "para salvar alguns a todo o custo" (1 Cor 9, 22). E em relação às Igrejas, mesmo sabendo que tinha com elas uma relação de paternidade (cf. 1 Cor 4, 15), ou até de maternidade (cf. Gl 4, 19), assumia uma atitude de serviço total, declarando admiravelmente: "Não porque pretendemos dominar a vossa fé: queremos apenas contribuir para a vossa alegria" (2 Cor 1, 24). Eis a mis-

são de todos os apóstolos de Cristo em todos os tempos: ser colaboradores da verdadeira alegria.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 17 de Setembro de 2008

Viagem Apostólica à França

Queridos irmãos e irmãs

O encontro hodierno oferece-me a agradável oportunidade de repercorrer os vários momentos da visita pastoral que realizei nos últimos dias à França; visita esta que culminou, como se sabe, com a peregrinação a Lourdes, por ocasião do 150º aniversário das aparições de Nossa Senhora a Santa Bernadete. Enquanto dou graças ardentes ao Senhor que me concedeu uma possibilidade tão providencial, exprimo novamente o meu profundo reconhecimento ao Arcebispo de Paris, ao Bispo de Tarbes e Lourdes, aos respectivos colaboradores e a todos aqueles que, de diversas maneiras, cooperaram para o bom êxito da minha peregrinação. Agradeço cordialmente também ao Presidente da República e às demais Autoridades que me receberam com tanta cortesia.

A visita teve início em Paris, onde me encontrei idealmente com todo o povo francês, prestando assim homenagem a uma querida nação em que a Igreja, já no séc. II, desempenhou uma fundamental tarefa de civilização. É interessante que precisamente neste contexto tenha amadurecido a exigência de uma sadia distinção entre o sector político e o campo religioso, segundo o célebre dito de Jesus: "Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus" (Mc 12, 17). Se nas moedas romanas estava impressa a efígie de César e por isso lhe deviam ser dadas, contudo no coração do homem está gravada a marca do Senhor, o único Senhor da nossa vida. Portanto, a autêntica laicidade não consiste em prescindir da dimensão espiritual, mas em reconhecer que precisamente ela, de forma radical, é garantia da nossa liberdade e da autonomia das realidades terrenas, graças aos preceitos da Sabedoria criadora que a consciência humana sabe acolher e pôr em prática.

É nesta perspectiva que se insere a ampla reflexão sobre o tema: "As origens da teologia ocidental e as raízes da cultura europeia", que desenvolveu no encontro com o mundo da cultura, num lugar escolhido pelo seu valor simbólico. Trata-se do Collège des Bernardins, que o saudoso Cardeal Jean-Marie Lustiger quis valorizar como centro de diálogo cultural, um edifício do séc. XII construído pelos cistercienses, onde os jovens realizaram os seus estudos. Por conseguinte, há precisamente a presença desta teologia monástica, que deu também origem à nossa cultura ocidental. Ponto de partida do meu discurso foi uma reflexão sobre o monaquismo, cuja finalidade era buscar Deus, quaerere Deum. Na época de crise profunda da civilização antiga os monges, orientados pela luz da fé, escolheram o caminho principal: o cami-

nho da escuta da Palavra de Deus. Portanto, eles foram os grandes cultores das Sagradas Escrituras e os mosteiros tornaram-se escolas de sabedoria e escolas "dominici servitii", "do serviço do Senhor", como os chamava São Bento. Assim, a busca de Deus levava os monges, por sua natureza, a uma cultura da palavra. Quaerere Deum, buscar Deus: procuravam-no no sulco da Palavra e portanto deviam conhecer esta Palavra cada vez mais profundamente. Era necessário penetrar o segredo da língua, compreendê-la na sua estrutura. Para a busca de Deus, que se nos revelou nas Sagradas Escrituras, tornaram-se deste modo importantes as ciências profanas, destinadas a aprofundar os segredos das línguas. Portanto, desenvolvia-se nos mosteiros aquela eruditio que teria permitido a formação da cultura. Precisamente por isso, quaerere Deum buscar Deus, pôr-se a caminho de Deus permanece tanto hoje como ontem o caminho principal e o fundamento de toda a verdadeira cultura.

Também a arquitetura é expressão artística da busca de Deus, e não há dúvida de que a catedral de Notre-Dame em Paris constitui um seu exemplo de valor universal. No interior daquele templo magnífico, onde tive a alegria de presidir à celebração das Vésperas da Bem-Aventurada Virgem Maria, exortei os sacerdotes, os diáconos, os religiosos, as religiosas e os seminaristas vindos de todas as partes da França, a darem prioridade à escuta religiosa da Palavra divina, contemplando a Virgem Maria como modelo sublime. Em seguida, no adro de Notre-Dame, saudei os jovens reunidos em grande número e com entusiasmo. A eles, que estavam prestes a começar uma longa vigília de oração, confiei dois tesouros da fé cristã: o Espírito Santo e a Cruz. O Espírito abre a inteligência humana a horizontes que a ultrapassam, fazendo-a compreender a beleza e a verdade do amor de Deus revelado precisamente na Cruz. Um amor do qual nada jamais nos poderá separar, e que se experimenta entregando a própria vida segundo o exemplo de Cristo. Depois, uma breve visita ao Institut de France, sede das cinco Academias nacionais: dado que eu sou membro de uma das Academias, vi aí com grande alegria os meus colegas. E sucessivamente, a minha visita concluiu-se com a Celebração eucarística na Esplanade des Invalides. Fazendo ressoar as palavras do Apóstolo Paulo aos Coríntios, convidei os fiéis de Paris e da França inteira a buscarem o Deus vivo, que mostrou o seu rosto autêntico em Jesus presente na Eucaristia, impelindo-nos a amar os nossos irmãos como Ele nos amou.

Depois fui a Lourdes, onde pude unir-me imediatamente a milhares de fiéis no "Caminho do Jubileu", que volta a percorrer os lugares da vida de Santa Bernadete: a igreja paroquial com a pia baptismal onde ela foi batizada; o Cachot onde a menina viveu em grande pobreza; e a Gruta de Massabielle, onde a Virgem lhe apareceu dezoito vezes. À tarde, participei na tradicional Procissão aux flambeaux, maravilhosa manifestação de fé em Deus e de devoção à sua

e nossa Mãe. Lourdes é verdadeiramente lugar de luz, de oração, de esperança e de conversão, fundadas na rocha do amor de Deus, que teve a sua revelação culminante na Cruz gloriosa de Cristo.

Por uma feliz coincidência, no domingo passado a liturgia recordava a Exaltação da Santa Cruz, sinal de esperança por excelência, porque é o máximo testemunho do amor. Em Lourdes, na escola de Maria, primeira e perfeita discípula do Crucificado, os peregrinos aprendem a considerar as cruzes da sua vida precisamente à luz da Cruz gloriosa de Cristo. Aparecendo a Bernadete, na Gruta de Massabielle, o primeiro gesto que Maria fez foi precisamente o Sinal da Cruz, em silêncio e sem palavras. E Bernadete, embora vacilante, imitou-a fazendo por sua vez o Sinal da Cruz. E assim Nossa Senhora transmitiu uma primeira iniciação na essência do cristianismo: o Sinal da Cruz é a suma da nossa fé, e fazendo-o com o coração atento, entramos no pleno mistério da nossa salvação. Naquele gesto de Nossa Senhora encontra-se toda a mensagem de Lourdes! Deus amou-nos de tal modo, que se entregou a si mesmo por nós: esta é a mensagem da Cruz, "mistério de morte e de glória". A Cruz recorda-nos que não há amor verdadeiro sem sofrimento, não existe dom da vida sem dor. Muitos aprendem esta verdade em Lourdes, que é uma escola de fé e de esperança, porque é também escola de caridade e de serviço aos irmãos. Foi neste contexto de fé e de oração que se realizou o importante encontro com o Episcopado francês: foi um momento de intensa comunhão espiritual, em que juntos pudemos confiar à Virgem as expectativas e preocupações pastorais conjuntas.

Em seguida, a etapa sucessiva foi a procissão eucarística com milhares de fiéis entre os quais, como sempre, muitos doentes. Diante do Santíssimo Sacramento, a nossa comunhão espiritual com Maria fez-se mais intensa e profunda, porque Ela nos doa olhos e corações capazes de contemplar o seu Filho divino na sagrada Eucaristia. Foi comovedor o silêncio dos milhares de pessoas diante do Senhor; não um silêncio vazio, mas repleto de prece e de consciência da presença do Senhor, que nos amou até se elevar na cruz por nós. O dia de segunda-feira, 15 de Setembro, memória litúrgica da Bem-Aventurada Virgem Maria das Dores, foi enfim dedicado de modo especial aos doentes. Depois de uma breve visita à Capela do Hospital, onde Bernadete recebeu a primeira Comunhão, no adro da Basílica do Rosário presidi à celebração da Santa Missa, durante a qual administrei o sacramento da Unção dos Enfermos. Com os doentes e com quantos os assistem, desejei meditar sobre as lágrimas de Maria, derramadas aos pés da Cruz, e sobre o seu sorriso, que ilumina a manhã de Páscoa.

Caros irmãos e irmãs, juntos demos graças ao Senhor por esta viagem apostólica, rica de muitas dádivas espirituais. Em particular, louvemo-lo porque Maria, aparecendo a Santa Bernadete, abriu no mundo um espaço privilegiado para encontrar o amor divino que cura e salva. Em

Lourdes, a Virgem Santa convida todos a considerarem a terra como lugar da nossa peregrinação rumo à pátria definitiva, que é o Céu. Na realidade, todos nós somos peregrinos e temos necessidade da Mãe que nos orienta; e em Lourdes o seu sorriso convida-nos a progredir com grande confiança, na consciência de que Deus é bom, Deus é amor.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Praça de São Pedro Quarta-feira, 24 de Setembro de 2008

São Paulo (5) - Paulo, os Doze e a Igreja pré-paulina

Caros irmãos e irmãs

Hoje gostaria de falar sobre a relação entre São Paulo e os Apóstolos que o tinham precedido na sequela de Jesus. Estas relações sempre foram caracterizadas por um profundo respeito e por aquela franqueza que para Paulo derivava da defesa da verdade do Evangelho. Embora ele fosse praticamente contemporâneo de Jesus de Nazaré, nunca teve a oportunidade de O encontrar durante a sua vida pública. Por isso, depois da fulguração no caminho de Damasco, sentiu a necessidade de consultar os primeiros discípulos do Mestre, que foram escolhidos por Ele para que anunciassem o Evangelho até aos confins do mundo.

Na Carta aos Gálatas, Paulo faz um importante resumo dos contatos mantidos com alguns dos Doze. Em primeiro lugar com Pedro, que fora escolhido como Kephas, a palavra aramaica que significa rocha, sobre a qual se estava a edificar a Igreja (cf. Gl 1, 18), com Tiago, "o irmão do Senhor" (cf. Gl 1, 19), e com João (cf. Gl 2, 9): Paulo não hesita em reconhecê-los como "as colunas" da Igreja. Particularmente significativo é o encontro com Cefas (Pedro), que teve lugar em Jerusalém: Paulo permaneceu com ele quinze dias para o "consultar" (cf. Gl 1, 19), ou seja, para ser informado sobre a vida terrena do Ressuscitado, que o tinha "arrebatado" no caminho de Damasco e que estava a transformar, de modo radical, a sua existência: de perseguidor da Igreja de Deus, tornara-se evangelizador daquela fé no Messias crucificado e Filho de Deus, que no passado ele tinha tentado destruir (cf. Gl 1, 23).

Que gênero de informações teve Paulo acerca de Jesus Cristo nos três anos que se seguiram ao encontro de Damasco Na primeira Carta aos Coríntios podemos observar dois trechos, que Paulo conheceu em Jerusalém, e que já tinham sido formulados como elementos centrais da tradição cristã, tradição constitutiva. Ele transmite-os verbalmente, como os recebeu, com uma fórmula muito solene: "Transmito-vos aquilo que eu mesmo recebi". Ou seja, insiste sobre a fidelidade a quanto ele mesmo recebeu e que fielmente transmite aos novos cristãos. São elementos constitutivos e dizem respeito à Eucaristia e à Ressurreição; trata-se de trechos já formulados nos anos 30. Assim, chegamos à morte, sepultura no coração da terra, e à ressurreição de Jesus (cf. 1 Cor 15, 3-4). Tomemos um e outro: as palavras de Jesus na última Ceia (cf. 1 Cor 11, 23-25) para Paulo são realmente, centro da vida da Igreja: a Igreja edifica-se a partir deste centro, tornando-se assim ela mesma. Além deste centro eucarístico, no qual a Igreja nasce sempre de novo também para toda a teologia de São Paulo, para todo o seu pen-

samento estas palavras tiveram um impacto notável sobre a relação pessoal de Paulo com Jesus. Por um lado, testemunham que a Eucaristia ilumina a maldição da cruz, transformando-a em bênção (cf. Gl 3, 13-14) e, por outro, explicam o alcance da própria morte e ressurreição de Jesus. Nas suas Cartas o "por vós" da instituição eucarística torna-se o "por mim" (Gl 2, 20), personalizando, consciente de que naquele "vós" ele mesmo era conhecido e amado por Jesus e, por outro lado, "por todos" (2 Cor 5, 14). Este "por vós" torna-se "por mim" e "para a Igreja" (Ef 5, 25), isto é, também "por todos" do sacrifício expiatório da cruz (cf. Rm 3, 25). Da Eucaristia e na Eucaristia, a Igreja edifica-se e reconhece-se como "Corpo de Cristo" (1 Cor 12, 27), alimentado todos os dias pelo poder do Espírito do Ressuscitado.

O outro texto, sobre a Ressurreição, transmite-nos de novo a mesma fórmula de fidelidade. São Paulo escreve: "Transmiti-vos, em primeiro lugar, aquilo que eu mesmo recebi, isto é: Cristo morreu pelos nossos pecados, conforme as Escrituras; foi sepultado, ressuscitou ao terceiro dia, conforme as Escrituras; apareceu a Pedro e depois aos Doze" (1 Cor 15, 3-5). Também nesta tradição transmitida a Paulo volta aquele "pelos nossos pecados", que salienta o dom que Jesus fez de si mesmo ao Pai, para nos libertar dos pecados e da morte. Deste dom de si Paulo há-de haurir as expressões mais exigentes e fascinantes da nossa relação com Cristo: "Aquele que nada tinha a ver com o pecado, Deus fê-lo pecado por causa de nós, a fim de que por meio dele sejamos reabilitados por Deus" (2 Cor 5, 21); "De fato, conheceis a generosidade de nosso Senhor Jesus Cristo; embora fosse rico, Ele tornou-se pobre por vossa causa, para vos enriquecer com a sua pobreza" (2 Cor 8, 9). Vale a pena recordar o comentário com que o então monge agostiniano Martinho Lutero acompanhava estas expressões paradoxais de Paulo: "Este é o grandioso mistério da graça divina para os pecadores: que com um intercâmbio admirável os nossos pecados já não são nossos, mas de Cristo, e a justiça de Cristo não é mais de Cristo, mas nossa" (Comentário aos Salmos de 1513-1515). E assim somos salvos.

No querigma (anúncio) original, transmitido de boca em boca, merece ser realçado o uso do verbo "ressuscitou", em vez do "foi ressuscitado", que seria mais lógico utilizar, em continuidade com o "morreu... e foi sepultado". A forma verbal "ressuscitou" é escolhida para sublinhar que a ressurreição de Cristo incide até ao presente da existência dos crentes: podemos traduzi-lo com "ressuscitou e continua a viver" na Eucaristia e na Igreja. Assim, todas as Escrituras dão testemunho da morte e ressurreição de Cristo, porque como escrevia Hugo de São Vítor "toda a divina Escritura constitui um único livro, e este único livro é Cristo, porque toda a Escritura fala de Cristo e encontra em Cristo o seu cumprimento" (De arca Noe, 2, 8). Se Santo Ambrósio de Milão poderá dizer que "na Escritura nós lemos Cristo", é porque a Igreja das origens releu todas as Escrituras de Israel, começando por Cristo e voltando a Cristo.

A sequência das aparições do Ressuscitado a Cefas, aos Doze, a mais de quinhentos irmãos e a Tiago encerra-se com a referência à aparição pessoal, recebida por Paulo no caminho de Damasco: "Por último, apareceu também a mim, como a um aborto" (1 Cor 15, 8). Porque ele perseguiu a Igreja de Deus, nesta confissão expressa a sua indignidade de ser considerado apóstolo, ao mesmo nível daqueles que o precederam: mas a graça de Deus nele não foi vã (cf. 1 Cor 15, 10). Portanto, a afirmação prepotente da graça divina irmana Paulo com as primeiras testemunhas da ressurreição de Cristo: "Eis o que nós pregamos, tanto eu como eles; eis aquilo em que vós acreditastes" (1 Cor 15, 11). São importantes a identidade e a unicidade do anúncio do Evangelho: tanto eles como eu pregamos a mesma fé, o mesmo Evangelho de Jesus Cristo morto e ressuscitado que se entrega na Santíssima Eucaristia.

A importância que ele confere à Tradição viva da Igreja, que transmite às suas comunidades, demonstra como é errónea a visão de quem atribui a Paulo a invenção do cristianismo: antes de evangelizar Jesus Cristo, o seu Senhor, ele encontrou-O no caminho de Damasco e frequentou-O na Igreja, observando a sua vida nos Doze e naqueles que O seguiram pelos caminhos da Galileia. Nas próximas catequeses teremos a oportunidade de aprofundar as contribuições que Paulo ofereceu à Igreja das origens; todavia, a missão recebida do Ressuscitado em vista da evangelização dos pagãos tem necessidade de ser confirmada e garantida por aqueles que lhe deram, bem como a Barnabé, a mão direita em sinal de aprovação do seu apostolado e da sua evangelização, e de acolhimento na única comunhão da Igreja de Cristo (cf. Gl 2, 9). Compreende-se então que a expressão "mesmo que tenhamos conhecido Cristo segundo as aparências" (2 Cor 5, 16) não significa que a sua existência terrena tem um escasso relevo para o nosso amadurecimento na fé, mas que a partir do momento da sua Ressurreição muda o nosso modo de nos relacionarmos com Ele. Ele é, ao mesmo tempo, o Filho de Deus, "como homem foi descendente de Davi e, segundo o Espírito Santo, foi constituído Filho de Deus com poder, através da ressurreição dos mortos", como recordará Paulo no início da Carta aos Romanos (1, 34).

Quanto mais procuramos seguir os passos de Jesus de Nazaré pelas estradas da Galileia, tanto mais podemos compreender que Ele assumiu a nossa humanidade, compartilhando-a em tudo, exceto no pecado. A nossa fé não nasce de um mito, nem de uma ideia, mas sim do encontro com o Ressuscitado, na vida da Igreja.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 1 de Outubro de 2008

São Paulo (6) - O "Concílio" de Jerusalém e o incidente de Antioquia

Queridos irmãos e irmãs

O respeito e a veneração que Paulo sempre cultivou pelos Doze não diminuem quando ele defende com franqueza a verdade do Evangelho, que não é senão Jesus Cristo, o Senhor. Hoje, queremos refletir sobre dois episódios que demonstram a veneração e, ao mesmo tempo, a liberdade com que o Apóstolo se dirige a Cefas e aos outros Apóstolos: o chamado "Concílio" de Jerusalém e o incidente de Antioquia da Síria, narrados na Carta aos Gálatas (cf. 2, 1-10; 2, 1114).

Cada Concílio e Sínodo da Igreja é "evento do Espírito" e contém na sua realização as instâncias de todo o povo de Deus: experimentaram-no pessoalmente quantos receberam o dom de participar no Concílio Vaticano II. Por isso São Lucas, informando-nos sobre o primeiro Concílio da Igreja, realizado em Jerusalém, assim introduz a carta que os Apóstolos enviaram naquela circunstância às comunidades cristãs da diáspora: "Decidimos, o Espírito Santo e nós..." (At 15, 28). O Espírito, que age em toda a Igreja, conduz pela mão os Apóstolos no empreendimento de novos caminhos para realizar os seus projetos: Ele é o artífice principal da edificação da Igreja.

E no entanto, a assembleia de Jerusalém realizou-se num momento de não pequena tensão no interior da Comunidade das origens. Tratava-se de responder à questão se era necessário exigir dos pagãos que então aderiam a Jesus Cristo o Senhor, a circuncisão, ou se era lícito deixá-los livres da Lei mosaica, ou seja, da observância das normas necessárias para ser homens justos, seguidores da Lei, e sobretudo livres das normas relativas às purificações cultuais, aos alimentos puros e impuros e ao sábado. Sobre a assembleia de Jerusalém, também São Paulo discorre em Gl 2, 1-10: à distância de 14 anos do encontro com o Ressuscitado em Damasco estamos na segunda metade dos anos 40 d.C. Paulo parte com Barnabé de Antioquia da Síria e faz-se acompanhar por Tito, o seu fiel colaborador que, embora fosse de origem grega, não tinha sido obrigado a fazer-se circuncidar para entrar na Igreja. Nesta ocasião, Paulo expõe aos Doze, definidos como as pessoas mais respeitáveis, o seu evangelho da liberdade da Lei (cf. Gl 2, 6). À luz do encontro com Cristo ressuscitado, Ele compreendera que no momento da passagem ao Evangelho de Jesus Cristo, os pagãos já não tinham necessidade da circuncisão, das regras acerca dos alimentos, do sábado, como sinais distintivos da justiça: Cristo é a nossa justiça, e "justo" é tudo aquilo que está em conformidade com Ele. Não são necessários

outros sinais distintivos para serem justos. Na Carta aos Gálatas narra, com poucas observações, o desenvolvimento da assembleia: com entusiasmo recorda que o Evangelho da liberdade da Lei foi aprovado por Tiago, Cefas e João, "as colunas", que oferecem a ele e a Barnabé a direita da comunhão eclesial em Cristo (cf. Gl 2, 9). Se, como observamos, para Lucas o Concílio de Jerusalém exprime a ação do Espírito Santo, para Paulo representa o decisivo reconhecimento da liberdade compartilhada entre todos aqueles que nele participaram: uma liberdade das obrigações provenientes da circuncisão e da Lei; aquela liberdade para a qual "Cristo nos libertou, para que permanecêssemos livres" e já não nos deixássemos impor o jugo da escravidão (cf. Gl 5, 1). As duas modalidades com que Paulo e Lucas descrevem a assembleia de Jerusalém são unidas pela ação libertadora do Espírito, porque "onde está o Espírito do Senhor existe liberdade", dirá na segunda Carta aos Coríntios (cf. 3, 17).

Todavia, como se vê com grande clareza nas Cartas de São Paulo, a liberdade cristã nunca se identifica com a libertinagem ou com o arbítrio de fazer aquilo que se quer: ela realiza-se na conformidade com Cristo e, por isso, no serviço autêntico aos irmãos, sobretudo aos mais necessitados. Portanto, o resumo de Paulo sobre a assembleia conclui-se com a recordação da recomendação que os Apóstolos lhe dirigiram: "Recomendaram-nos somente que nos lembrássemos dos pobres, o que procurei fazer com grande solicitude" (Gl 2, 10). Cada Concílio nasce da Igreja e volta para a Igreja: naquela ocasião, volta a ela com a atenção pelos pobres que, das diversas anotações de Paulo nas suas Cartas, são sobretudo os da Igreja de Jerusalém. Na solicitude pelos pobres, atestada de modo particular na segunda Carta aos Coríntios (cf. 8-9) e na parte conclusiva da Carta aos Romanos (cf. 15), Paulo demonstra a sua fidelidade às decisões amadurecidas durante a assembleia.

Talvez já não sejamos capazes de compreender plenamente o significado que Paulo e as suas comunidades atribuem à coleta para os pobres de Jerusalém. Tratava-se de uma iniciativa totalmente nova no panorama das atividades religiosas: não era obrigatória, mas livre e espontânea; nela participaram todas as Igrejas fundadas por Paulo no Ocidente. A coleta exprimia a dívida das suas comunidades em relação à Igreja-mãe da Palestina, da qual tinham recebido o dom inefável do Evangelho. O valor que Paulo atribui a este gesto de partilha é tão grande, que raramente ele o chama simplesmente "coleta": para ele, é acima de tudo "serviço", "bênção", "amor", graça", aliás, "liturgia" (cf. 2 Cor 9). Surpreende, de modo particular, este último termo, que confere à angariação de dinheiro um valor também cultual: por um lado, ela é gesto litúrgico ou "serviço", oferecido por cada comunidade a Deus, por outro é ação de amor realizada a favor do povo. Amor aos pobres e liturgia divina caminham juntos, o amor aos pobres é liturgia. Os dois horizontes estão presentes em cada liturgia celebrada e vivida na

Igreja, que por sua natureza se opõe à separação entre o culto e a vida, entre a fé e as obras, entre a oração e a caridade para com os irmãos. Assim, o Concílio de Jerusalém nasce para dirimir a questão sobre o modo de se comportar com os pagãos que chegam à fé, escolhendo a liberdade da circuncisão e das observâncias da Lei, e resolve-se na instância eclesial e pastoral que põe no centro a fé em Jesus Cristo e o amor pelos pobres de Jerusalém e de toda a Igreja.

O segundo episódio é o conhecido incidente de Antioquia, na Síria, que dá testemunho da liberdade interior de que Paulo gozava: como comportar-se por ocasião da comunhão comensal entre crentes de origem judaica e aqueles de origem pagã Sobressai aqui o outro epicentro da observância mosaica: a distinção entre alimentos puros e impuros, que dividia profundamente os judeus observantes dos pagãos. Inicialmente Cefas, Pedro, compartilhava a mesa com uns e com outros; mas com a chegada de alguns cristãos ligados a Tiago, "o irmão do Senhor" (Gl 1, 19), Pedro tinha começado a evitar os contatos com os pagãos à mesa, para não escandalizar aqueles que continuavam a observar as leis de pureza alimentar; e a opção tinha sido compartilhada por Barnabé. Esta opção dividia profundamente os cristãos vindos da circuncisão e os cristãos provenientes do paganismo. Este comportamento, que ameaçava realmente a unidade e a liberdade da Igreja, suscitou as profundas reações de Paulo, que chegou a acusar Pedro e os outros de hipocrisia: "Se tu, que és judeu, vives à maneira dos gentios e não à dos judeus, como podes obrigar os gentios a judaizar" (Gl 2, 14). Na realidade, eram diversas as preocupações de Paulo, por um lado, e de Pedro e Barnabé por outro: para estes últimos, a separação dos pagãos representava uma modalidade para tutelar e não para escandalizar os crentes provenientes do judaísmo; para Paulo constituía, ao contrário, um perigo de mal-entendido da salvação universal em Cristo, oferecida tanto aos pagãos como aos judeus. Se a justificação se realiza somente em virtude da fé em Cristo, da conformidade com Ele, sem qualquer obra de Lei, que sentido tem continuar a observar a pureza alimentar por ocasião da partilha da mesa Muito provavelmente as perspectivas de Pedro e de Paulo eram diversas: para o primeiro, não perder os judeus que tinham aderido ao Evangelho; para o segundo, não diminuir o valor salvífico da morte de Cristo para todos os crentes.

Parece estranho, mas escrevendo aos cristãos de Roma alguns anos depois (a meados dos anos 50 a.C.), o próprio Paulo estará diante de uma situação análoga e pedirá aos fortes que não comam alimentos impuros para não perderem ou para não escandalizarem os fracos: "O que é bom é não comer carne, nem beber vinho, e evitar aquilo que faz o teu irmão tropeçar" (Rm 14, 21). O incidente de Antioquia revelou-se assim uma lição, tanto para Pedro como para Paulo. Somente o diálogo sincero, aberto à verdade do Evangelho, pode orientar o caminho da Igreja: "Porque o Reino de Deus não consiste em comer e beber, mas na justiça, paz e alegria

do Espírito Santo" (Rm 14, 17). É uma lição que também temos de aprender: com os diferentes carismas confiados a Pedro e a Paulo, deixemo-nos todos guiar pelo Espírito, procurando viver na liberdade que encontra a sua orientação na fé em Cristo, concretizando-se no serviço aos irmãos. essencial que estejamos sempre em conformidade com Cristo. assim que nos tornamos realmente livres, assim se expressa em nós o núcleo mais profundo da Lei: o amor a Deus e ao próximo. Oremos ao Senhor que nos ensine a compartilhar os seus sentimentos, para aprender dele a verdadeira liberdade e o amor evangélico que abraça cada ser humano.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 8 de Outubro de 2008

São Paulo (7) - A relação com o Jesus histórico

Queridos irmãos e irmãs!

Nas últimas catequeses sobre São Paulo falei do seu encontro com Cristo ressuscitado, que mudou profundamente a sua vida, e depois da sua relação com os doze Apóstolos chamados por Jesus particularmente com Tiago, Cefas e João e da sua relação com a Igreja de Jerusalém. Permanece agora a questão sobre o que São Paulo soube do Jesus terreno, da sua vida, dos seus ensinamentos, da sua paixão. Antes de entrar nesta questão, pode ser útil ter presente que o próprio São Paulo distingue dois modos de conhecer Jesus e mais em geral dois modos de conhecer uma pessoa. Escreve na Segunda Carta aos Coríntios: "De modo que, desde agora em diante, a ninguém conhecemos segundo a carne. Ainda que tenhamos conhecido a Cristo desse modo, agora já não O conhecemos assim" (5, 16). Conhecer "segundo a carne", de modo carnal, significa conhecer de modo apenas exterior, com critérios superficiais: pode-se ter visto uma pessoa diversas vezes, conhecer portanto as suas feições e os diversos pormenores do seu comportamento: como fala, como se move, etc. Contudo, mesmo conhecendo alguém desta forma, não o conhecemos realmente, não se conhece o núcleo da pessoa. Só com o coração se conhece verdadeiramente uma pessoa. De fato, os fariseus e os saduceus conheceram Jesus de modo exterior, ouviram o seu ensinamento, conheceram muitos pormenores acerca dele, mas não O conheceram na sua verdade. Há uma distinção análoga numa palavra de Jesus. Depois da Transfiguração, Ele pergunta aos Apóstolos: "Quem dizem as pessoas que Eu sou" e "Quem dizeis vós que Eu sou". O povo conhece-o, mas superficialmente; sabe diversas coisas acerca d'Ele, mas não O conhece realmente. Ao contrário os Doze, graças à amizade que chama em causa o coração, compreenderam pelo menos na substância e começaram a conhecer quem é Jesus. Também hoje existe este modo diverso de conhecimento: há pessoas doutas que conhecem Jesus nos seus muitos pormenores e pessoas simples que não conhecem estes pormenores, mas conheceram-no na sua verdade: "o coração fala ao coração". E Paulo quer dizer que conhece essencialmente Jesus assim, com o coração, e que conhece deste modo fundamentalmente a pessoa na sua verdade; e depois, num segundo momento, conhece os seus pormenores.

Dito isto, permanece contudo a questão: o que soube São Paulo da vida concreta, das palavras, da paixão, dos milagres de Jesus Parece certo que não O encontrou durante a sua vida terrena. Através dos Apóstolos e da Igreja nascente conheceu certamente também os porme-

nores sobre a vida terrena de Jesus. Nas suas Cartas podemos encontrar três formas de referência ao Jesus pré-pascal. Em primeiro lugar, há referências explícitas e diretas. Paulo fala da ascendência davídica de Jesus (cf. Rm 1, 3), conhece a existência de seus "irmãos" ou consanguíneos (1 Cor 9, 5; Gl 1, 19), conhece a realização da última Ceia (cf. 1 Cor 11, 23), conhece outras palavras de Jesus, por exemplo sobre a indissolubilidade do matrimônio (cf. 1 Cor 7, 10 com Mc 10, 11-12), sobre a necessidade que quem anuncia o Evangelho seja mantido pela comunidade porque o operário é digno do seu salário (cf. 1 Cor 9, 14 com Lc 10, 7); Paulo conhece as palavras pronunciadas por Jesus na última Ceia (cf. 1 Cor 11, 24-25 com Lc 22, 19-20) e conhece também a cruz de Jesus. Estas são referências diretas a palavras e fatos da vida de Jesus.

Em segundo lugar, podemos entrever nalgumas frases das Cartas paulinas várias alusões à tradição confirmada nos Evangelhos sinópticos. Por exemplo, as palavras que lemos na primeira Carta aos Tessalonicenses, segundo as quais "o dia do Senhor virá como um ladrão de noite" (5, 2), não se explicariam com uma referência às profecias veterotestamentárias, porque a comparação do ladrão noturno se encontra só nos Evangelhos de Mateus e de Lucas, portanto é tirada precisamente da tradição sinóptica. Assim, quando lemos: "Deus escolheu o que segundo o mundo é louco..." (1 Cor 1, 27-28), ouvimos o eco fiel do ensinamento de Jesus sobre os simples e os pobres (cf. Mt 5, 3; 11, 25; 19, 30). Há depois as palavras pronunciadas por Jesus no júbilo messiânico: "Bendigo-Te, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque escondeste estas coisas aos sábios e aos entendidos e as revelaste aos pequeninos". Paulo sabe é a sua experiência missionária quanto são verdadeiras estas palavras, isto é, que precisamente os simples têm o coração aberto ao conhecimento de Jesus. Também o realce sobre a obediência de Jesus "até à morte", que se lê em Fl 2, 8 não pode deixar de recordar a total disponibilidade do Jesus terreno a realizar a vontade de seu Pai (cf. Mc 3, 35; Jo 4, 34). Portanto Paulo conhece a paixão de Jesus, a sua cruz, o modo como Ele viveu os últimos momentos da sua vida. A cruz de Jesus e a tradição sobre este acontecimento da cruz está no centro do Querigma paulino. Outro pilar da vida de Jesus conhecido por São Paulo é o Sermão da Montanha, do qual cita alguns elementos quase à letra, quando escreve aos Romanos: "Amai-vos uns aos outros... Bendizei aqueles que vos perseguem... Vivei em paz com todos... Vence o mal com o bem...". Portanto, nas suas Cartas há um reflexo fiel do Sermão da Montanha (cf. Mt 5-7).

Por fim, é possível ver um terceiro modo de presença das palavras de Jesus nas Cartas de Paulo: é quando ele realiza uma forma de transposição da tradição pré-pascal para a situação depois da Páscoa. Um caso típico é o tema do Reino de Deus. Ele está certamente no centro da pregação do Jesus histórico (cf. Mt 3, 2; Mc 1, 15; Lc 4, 43). Em Paulo pode-se ver uma

transposição desta temática, porque depois da ressurreição é evidente que Jesus em pessoa, o Ressuscitado, é o Reino de Deus. Portanto, o Reino chega aonde está a chegar Jesus. E assim necessariamente o tema do Reino de Deus, no qual estava antecipado o mistério de Jesus, transforma-se em cristologia. Contudo, as mesmas disposições exigidas por Jesus para entrar no Reino de Deus são válidas exatamente para Paulo em relação à justificação mediante a fé: quer a entrada no Reino quer a justificação exigem uma atitude de grande humildade e disponibilidade, livre de presunções, para acolher a graça de Deus. Por exemplo, a parábola do fariseu e do publicano (cf. Lc 18, 9-14) oferece um ensinamento igual ao de Paulo, quando insiste sobre a exclusão obrigatória de qualquer vanglória em relação a Deus. Também as frases de Jesus sobre os publicanos e as prostitutas, mais disponíveis que os fariseus a acolher o Evangelho (cf. Mt 21, 31; Lc 7, 36-50), e as suas opções de partilha da mesa com eles (cf. Mt 9, 10-13; Lc 15, 1-2) encontram plena correspondência na doutrina de Paulo sobre o amor misericordioso de Deus pelos pecadores (cf. Rm 5, 8-10; e também Ef 2, 3-5). Assim o tema do Reino de Deus é reproposto de forma nova, mas sempre em plena fidelidade à tradição do Jesus histórico.

Outro exemplo de transformação fiel do núcleo doutrinal indicado por Jesus encontra-se nos "títulos" que a Ele se referem. Antes da Páscoa ele mesmo se qualifica como Filho do homem; depois da Páscoa torna-se evidente que o Filho do homem é também o Filho de Deus. Portanto o título preferido por Paulo para qualificar Jesus é rios, "Senhor" (cf. Fl 2, 9-11), que indica a divindade de Jesus. O Senhor Jesus, com este título, sobressai na plena luz da ressurreição. No Horto das Oliveiras, no momento da extrema agonia de Jesus (cf. Mc 14, 36), os discípulos antes de adormecerem tinham ouvido como Ele falava com o Pai e como O chamava " *Abbá* Pai". uma palavra muito familiar equivalente ao nosso "papá", usada só por crianças em comunhão com o seu pai. Até àquele momento era impossível que um judeu usasse uma semelhante palavra para se dirigir a Deus; mas Jesus, sendo verdadeiro filho, naquele momento de intimidade fala assim e diz: " *Abbá*, Pai". Nas Cartas de São Paulo aos Romanos e aos Gálatas surpreendentemente esta palavra " *Abbá* ", que expressa a exclusividade da filiação de Jesus, sai da boca dos batizados (cf. Rm 8, 15; Gl 4, 6), porque receberam o "Espírito do Filho" e agora trazem consigo este Espírito e podem falar como Jesus e com Jesus como verdadeiros filhos ao seu Pai, podem dizer " *Abbá* " porque se tornaram filhos no Filho.

E finalmente gostaria de mencionar a dimensão salvífica da morte de Jesus, como encontramos na frase evangélica segundo a qual "o Filho do homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a vida em resgate por muitos" (Mc 10, 45; Mt 20, 28). O reflexo fiel desta palavra de Jesus sobressai na doutrina paulina sobre a morte de Jesus como resgate (cf. 1 Cor

6, 20), como redenção (cf. Rm 3, 24), como libertação (cf. Gl 5, 1) e como reconciliação (cf. Rm 5, 10; 2 Cor 5, 18-20). Está aqui o centro da teologia paulina, que se baseia nesta palavra de Jesus.

Em conclusão, São Paulo não pensa em Jesus na veste de historiador, como numa pessoa do passado. Conhece certamente a grande tradição sobre a sua vida, as palavras, a morte e a ressurreição de Jesus, mas não trata tudo isto como coisas do passado; propõe-no como realidade do Jesus vivo. As palavras e as ações de Jesus para Paulo não pertencem ao tempo histórico, ao passado. Jesus vive e fala agora conosco e vive para nós. este o verdadeiro modo de conhecer Jesus e de acolher a tradição acerca dele. Também nós devemos aprender a conhecer Jesus não segundo a carne, como uma pessoa do passado, mas como nosso Senhor e Irmão, que hoje está conosco e nos mostra como viver e como morrer.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 15 de Outubro de 2008

São Paulo (8) - A dimensão eclesiológica do pensamento de Paulo

Amados irmãos e irmãs!

Na catequese de quarta-feira passada falei sobre o relacionamento de Paulo com o Jesus pré-pascal na sua vida terrena. A questão era: "O que sabia Paulo da vida de Jesus, das suas palavras e da sua paixão". Hoje, gostaria de falar do ensinamento de São Paulo sobre a Igreja. Devemos começar pela constatação de que esta palavra, "*Chiesa*" em italiano assim como em francês "*Eglise*" e em espanhol "*Iglesia*" deriva do grego "*ekklēsía*" Ela provém do Antigo Testamento e significa a assembleia do povo de Israel, convocada por Deus, particularmente a assembleia exemplar aos pés do Sinai. Com esta palavra, agora é significada a nova comunidade dos crentes em Cristo que se sentem a assembleia de Deus, a nova convocação de todos os povos por parte de Deus e diante dele. O vocábulo *ekklēsía* faz a sua aparição, pela primeira vez, sob a pena de Paulo, que é o primeiro autor de um escrito cristão. Isto acontece no *incipit* da primeira Carta aos Tessalonicenses, onde Paulo se dirige textualmente "à Igreja dos Tessalonicenses" (cf. também "a Igreja da Laodiceia", em Cl 4, 16). Noutras Cartas, ele fala da Igreja de Deus que está em Corinto (cf. 1 Cor 1, 2; 2 Cor 1, 1), que está na Galácia (cf. Gl 1, 2; etc.) portanto, Igrejas particulares mas diz também que perseguiu "a Igreja de Deus": não uma determinada comunidade local, mas "a Igreja de Deus". Assim vemos que esta palavra "Igreja" tem um significado pluridimensional: indica por um lado as assembleias de Deus em determinados lugares (uma cidade, um país, uma casa), mas significa também toda a Igreja no seu conjunto. E assim vemos que "a Igreja de Deus" não é apenas uma soma de diversas Igrejas locais, mas que as várias Igrejas locais são por sua vez a realização da única Igreja de Deus.

Todas juntas são "a Igreja de Deus", que precede as Igrejas locais singularmente e que nelas se exprime e se realiza.

É importante observar que quase sempre a palavra "Igreja" aparece com o acréscimo da qualificação "de Deus": não se trata de uma associação humana, nascida de ideias ou de interesses conjuntos, mas de uma convocação de Deus. Ele convocou-a e, por isso, é una em todas as suas realizações. A unidade de Deus cria a unidade da Igreja em todos os lugares onde se encontra. Mais tarde, na Carta aos Efésios, Paulo elaborará abundantemente o conceito de unidade da Igreja, em continuidade com o conceito de Povo de Deus, Israel, considerado pelos profetas como "esposa de Deus", chamada a viver uma relação esponsal com Ele. Paulo apre-

senta a única Igreja de Deus como "esposa de Cristo" no amor, um só corpo e um único espírito com o próprio Cristo. Sabe-se que o jovem Paulo fora um feroz adversário do novo movimento constituído pela Igreja de Cristo. Era seu adversário, porque vira ameaçada neste novo movimento a fidelidade à tradição do povo de Deus, animado pela fé no único Deus. Esta fidelidade expressava-se sobretudo na circuncisão, na observância das regras da pureza cultual, da abstenção de certos alimentos, do respeito pelo sábado. Os israelitas tinham pago esta fidelidade com o sangue dos mártires, na época dos Macabeus, quando o regime helenista queria obrigar todos os povos a conformar-se com a única cultura helenista. Muitos israelitas tinham defendido com o sangue a própria vocação de Israel. Os mártires pagaram com a vida a identidade do seu povo, que se expressava mediante estes elementos. Depois do encontro com Cristo ressuscitado, Paulo compreendeu que os cristãos não eram traidores; pelo contrário, na nova situação o Deus de Israel, através de Cristo, tinha ampliado a sua chamada a todas as gentes, tornando-se o Deus de todos os povos. Assim se realizava a fidelidade ao único Deus; já não eram necessários sinais distintivos, constituídos por normas e observações particulares, porque todos eram chamados, na sua variedade, a fazer parte do único povo de Deus da "Igreja de Deus" em Cristo.

Para Paulo uma coisa foi imediatamente clara na nova situação: o valor fundamental e constituinte de Cristo e da "palavra" que O anunciava. Paulo sabia que as pessoas não só não se tornam cristãs por coerção, mas que na configuração interna da nova comunidade a componente institucional estava inevitavelmente vinculada à "palavra" viva, ao anúncio do Cristo vivo em quem Deus se abriu a todos os povos, unindo-os num único povo de Deus. sintomático que nos Atos dos Apóstolos Lucas utilize várias vezes, também a propósito de Paulo, o sintagma "anunciar a palavra" (At 4, 29.31; 8, 25; 11, 19; 23, 46; 14, 25; 16, 6.32), com a evidente intenção de pôr em evidência ao máximo o alcance decisivo da "palavra" do anúncio. A nível concreto, tal palavra é constituída pela cruz e pela ressurreição de Cristo, em quem as Escrituras encontraram realização. O Mistério pascal, que provocou a transformação da sua vida no caminho de Damasco, está obviamente no âmago da pregação do Apóstolo (cf. 1 Cor 2, 2; 15, 4). Este Mistério, anunciado pela palavra, realiza-se nos sacramentos do Batismo e da Eucaristia, e depois torna-se realidade na caridade cristã. A obra evangelizadora de Paulo não tem como finalidade outra coisa, senão implantar a comunidade dos crentes em Cristo. Esta ideia é ínsita na etimologia do vocábulo *ekklēsía* que Paulo, e com ele o cristianismo inteiro, preferiu ao outro termo de "sinagoga": não somente porque, originariamente, o primeiro é mais "laico" (uma vez que deriva da prática grega da assembleia política, e não propriamente religiosa), mas também porque ele implica de modo direto a ideia mais teológica de

uma chamada *ab extra*, portanto não de uma simples reunião; os fiéis são chamados por Deus, que os reúne numa comunidade, a sua Igreja.

Nesta linha podemos entender também o conceito original exclusivamente paulino, da Igreja como "Corpo de Cristo". A este propósito, é necessário ter presentes as duas dimensões deste conceito. Uma é de cunho sociológico, segundo o qual o corpo é constituído pelos seus membros e sem eles não existiria. Esta interpretação aparece na Carta aos Romanos e na primeira Carta aos Coríntios, onde Paulo assume uma imagem que já existia na sociologia romana: ele diz que um povo é como um corpo com diversos membros, cada qual com sua própria função, mas todos, mesmo os mais pequeninos e aparentemente insignificantes, são necessários para que o corpo possa viver e realizar as funções que lhe são próprias. Oportunamente, o Apóstolo observa que na Igreja existem muitas vocações: profetas, apóstolos, mestres, pessoas simples, e todos são chamados a viver cada dia a caridade, e todos são necessários para construir a unidade viva deste organismo espiritual. A outra interpretação faz referência ao próprio Corpo de Cristo. Paulo afirma que a Igreja não é somente um organismo, mas torna-se realmente corpo de Cristo no sacramento da Eucaristia, onde todos nós recebemos o seu Corpo e nos tornamos realmente o seu Corpo. Assim se realiza o mistério esponsal que todos se tornam um só corpo e um único espírito em Cristo. Assim a realidade vai muito além da imagem sociológica, expressando a sua essência verdadeira e profunda, ou seja, a unidade de todos os batizados em Cristo, considerados pelo Apóstolo "um só" em Cristo, conformados com o sacramento do seu Corpo.

Dizendo isto, Paulo mostra que bem sabe e faz compreender a todos que a Igreja não é sua e não é nossa: a Igreja é Corpo de Cristo, é "Igreja de Deus", "campo de Deus, edificação de Deus... templo de Deus" (1 Cor 3, 9.16). Esta última designação é particularmente interessante, porque atribui a um tecido de relacionamentos interpessoais um termo que, em geral, servia para indicar um lugar físico, considerado sagrado. Por isso, a relação entre Igreja e templo assume duas dimensões complementares: por um lado, é aplicada à comunidade eclesial a característica de separação e pureza que cabia ao edifício sagrado, mas por outro é também ultrapassado o conceito de um espaço material, para transferir este valor para a realidade de uma comunidade de fé viva. Se antes os templos eram considerados lugares da presença de Deus, agora sabe-se e vê-se que Deus não habita nos edifícios feitos de pedra, mas que o lugar da presença de Deus no mundo é a comunidade viva dos fiéis.

Uma abordagem à parte mereceria a qualificação de "povo de Deus", que em Paulo é aplicada substancialmente ao povo do Antigo Testamento e depois aos pagãos, que eram "o não-povo" e também eles se tornaram povo de Deus graças à sua inserção em Cristo mediante a palavra e

o sacramento. E finalmente um derradeiro pormenor. Na Carta a Timóteo, Paulo qualifica a Igreja como "casa de Deus" (1 Tm 3, 15); e esta é uma definição verdadeiramente original, porque se refere à Igreja como estrutura comunitária em que se vivem profundos relacionamentos interpessoais de índole familiar. O Apóstolo ajuda-nos a compreender cada vez mais profundamente o mistério da Igreja nas suas diferentes dimensões de assembleia de Deus no mundo. Esta é a grandeza da Igreja e a grandeza da nossa chamada: somos templo de Deus no mundo, lugar onde Deus realmente habita e, ao mesmo tempo, somos comunidade, família de Deus, que é caridade. Como família e casa de Deus, temos que realizar no mundo a caridade de Deus e deste modo ser, com o vigor que provém da fé, lugar e sinal da sua presença. Oremos ao Senhor, a fim de que nos conceda ser cada vez mais a sua Igreja, o seu Corpo, o lugar da presença da sua caridade neste nosso mundo e também na nossa história.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 22 de Outubro de 2008

São Paulo (9) - A importância da cristologia - Preexistência e encarnação

Prezados irmãos e irmãs

Nas catequeses das semanas passadas, meditamos sobre a "conversão" de São Paulo, fruto do encontro pessoal com Jesus crucificado e ressuscitado, e interrogamo-nos sobre qual foi o relacionamento do Apóstolo das Nações com o Jesus terreno. Hoje, gostaria de falar do ensinamento que São Paulo nos deixou acerca da centralidade de Cristo ressuscitado no mistério da salvação, sobre a sua cristologia. Na verdade, Jesus Cristo ressuscitado, "exaltado acima de todos os nomes", encontra-se no âmago de toda a sua reflexão. Para o Apóstolo, Cristo constitui o critério de avaliação dos acontecimentos e das realidades, a finalidade de todo o esforço que ele realiza para anunciar o Evangelho, a grande paixão que sustêm os seus passos pelos caminhos do mundo. E trata-se de um Cristo vivo, concreto: o Cristo diz Paulo "que me amou e se entregou a si mesmo por mim" (Gl 2, 20). Esta pessoa que me ama, com a qual eu posso falar, que me ouve e me responde, ela é realmente o princípio para compreender o mundo e para encontrar o caminho na história.

Quem leu os escritos de São Paulo sabe bem que ele não se preocupou em narrar os simples acontecimentos em que se articula a vida de Jesus, embora possamos intuir que nas suas catequeses narrou muito mais sobre o Jesus pré-pascal de quanto escreveu nas suas Cartas, que constituem admoestações em situações específicas. A sua intenção pastoral e teológica estava tão orientada para as comunidades nascentes, que lhe era espontâneo concentrar todo o anúncio de Jesus Cristo como "Senhor", vivo e presente agora no meio dos seus. Daqui, a essencialidade característica da cristologia paulina, que desenvolve as profundidades do mistério com uma preocupação constante e específica: sem dúvida, anunciar Jesus vivo, o seu ensinamento, mas anunciar sobretudo a realidade central da sua morte e ressurreição, como ápice da sua existência terrena e raiz do sucessivo desenvolvimento de toda a fé cristã, de toda a realidade da Igreja. Para o Apóstolo, a ressurreição não é um acontecimento independente, desvinculado da morte: o Ressuscitado é sempre aquele que, primeiro, foi crucificado. Também como Ressuscitado tem as suas feridas: a paixão está presente nele e pode-se dizer com Pascal que Ele é sofredor até ao fim do mundo, embora seja o Ressuscitado e viva conosco e para nós. Esta identidade do Ressuscitado com Cristo crucificado, Paulo compreendeu-a no encontro no caminho de Damasco: naquele momento, revelou-se-lhe claramente que o Crucificado é o

Ressuscitado, e o Ressuscitado é o Crucificado, que a Paulo diz: "Por que me persegues" (At 9, 4). Paulo persegue Cristo na Igreja, e então compreende que a cruz não é "uma maldição de Deus" (Dt 21, 23), mas sim um sacrifício para a nossa redenção.

O Apóstolo contempla fascinado o segredo escondido do Crucificado-Ressuscitado e, através dos sofrimentos experimentados por Cristo na sua humanidade (dimensão terrena), remonta àquela existência eterna em que Ele é um só com o Pai (dimensão pré-temporal): "Quando chegou a plenitude dos tempos ele escreve Deus enviou o seu Filho, nascido de mulher, nascido sujeito à Lei, para resgatar aqueles que estavam sob o jugo da Lei e para que recebêssemos a adoção de filhos" (Gl 4, 4-5). Estas duas dimensões, a preexistência eterna no Pai e a descida do Senhor na encarnação, anunciam-se já no Antigo Testamento, na figura da Sabedoria. Encontramos nos Livros sapienciais do Antigo Testamento alguns textos que exaltam o papel da Sabedoria preexistente à criação do mundo. neste sentido que devem ser lidos trechos como este, do Salmo 90: "Antes que nascessem as montanhas, e se transformassem a terra e o universo, desde os séculos dos séculos Vós sois, ó Deus" (v. 2); ou trechos como aquele que fala da Sabedoria criadora. "O Senhor criou-me como primícias das suas obras, desde o princípio, antes que criasse qualquer coisa. Desde a eternidade fui constituída, desde as origens, antes dos primórdios da terra" (Pr 8, 22-23). sugestivo também o elogio da Sabedoria, contido no livro homónimo: "A Sabedoria estende o seu vigor de uma extremidade à outra e governa o universo com suavidade" (Sb 8, 1).

Os próprios textos sapienciais que falam da preexistência eterna da Sabedoria, falam também da descida, da humilhação desta Sabedoria, que construiu para si uma tenda no meio dos homens. Assim, já sentimos ressoar as palavras do Evangelho de João, que fala da tenda da carne do Senhor. Construiu para si uma tenda no Antigo Testamento: aqui está indicado o templo, o culto segundo a "Torá"; mas do ponto de vista do Novo Testamento, podemos compreender que esta era uma prefiguração da tenda muito mais real e significativa: a tenda da carne de Cristo. E já vemos nos Livros do Antigo Testamento que esta humilhação da Sabedoria, a sua descida na carne, implica também a possibilidade da sua rejeição. Desenvolvendo a sua cristologia, São Paulo refere-se precisamente a esta perspectiva sapiencial: reconhece em Jesus a sabedoria eterna existente desde sempre, a sabedoria que desce e constrói para si uma tenda no meio de nós, e assim ele pode descrever Cristo como "poder e sabedoria de Deus", pode dizer que Cristo se tornou para nós "sabedoria por obra de Deus, justiça, santificação e redenção" (cf. 1 Cor 1, 2430). De modo análogo, Paulo esclarece que Cristo, da mesma forma como a Sabedoria, pode ser rejeitado sobretudo pelos dominadores deste mundo (cf. 1 Cor 2,

6-9), de tal modo que se pode criar, nos desígnios de Deus, uma situação paradoxal, a cruz, que se transformará em caminho de salvação para todo o gênero humano.

Um ulterior desenvolvimento deste ciclo sapiencial, que vê a Sabedoria humilhar-se para depois ser exaltada, não obstante a rejeição, verifica-se no famoso hino contido na Carta aos Filipenses (cf. 2, 6-11). Trata-se de um dos textos mais excelsos de todo o Novo Testamento. Na sua esmagadora maioria, os exegetas já concordam em considerar que esta perícope apresenta uma composição precedente ao texto da Carta aos Filipenses. Este é um dado de grande importância, porque significa que, antes de Paulo, o judeu-cristianismo acreditava na divindade de Jesus. Em síntese, a fé na divindade de Jesus não é uma invenção helenista, surgida muitos anos depois da vida terrena de Jesus, uma invenção que, esquecendo-se da sua humanidade, O teria divinizado; na realidade, vemos que o primeiro judeu-cristianismo acreditava na divindade de Jesus; aliás, podemos dizer que os próprios Apóstolos, nos principais momentos da vida do seu Mestre, compreenderam que Ele é o Filho de Deus, como São Pedro disse em Cesareia de Filipe: "Tu és o Messias, o Filho do Deus vivo" (Mt 16, 16). Todavia, voltemos ao hino da Carta aos Filipenses. A estrutura deste texto pode ser articulada em três estrofes, que explicam os momentos principais do percurso realizado por Cristo. A sua preexistência é expressa pelas palavras: "Ele, que era de condição divina, não reivindicou o direito de ser equiparado a Deus" (v. 6); segue-se, então, a humilhação voluntária do Filho, na segunda estrofe: "Despojou-se a si mesmo, tomando a condição de servo" (v. 7), humilhando-se a si mesmo, "fazendo-se obediente até à morte, e morte de cruz" (v. 8). A terceira estrofe do hino anuncia a resposta do Pai à humilhação do Filho: "Por isso é que Deus O exaltou e lhe deu um nome que está acima de todo o nome" (v. 9). O que surpreende é o contraste entre a humilhação radical e a sucessiva exaltação na glória de Deus. evidente que esta segunda estrofe está em contraste com a pretensão de Adão, que queria ser Deus; está também em contraste com o gesto dos construtores da torre de Babel, que sozinhos desejavam edificar a ponte para o céu e fazer-se, eles mesmos, divindades. Mas esta iniciativa da soberba terminou na autodestruição: não é assim que se chega ao céu, à verdadeira felicidade, a Deus. O gesto do Filho é exatamente o contrário: não a soberba, mas a humildade, que é realização do amor, e o amor é divino. A iniciativa de humilhação, de humildade radical de Cristo, com a qual contrasta a soberba humana, é realmente expressão do amor divino; segue-se-lhe aquela elevação ao céu, à qual Deus nos atrai mediante o seu amor.

Além da Carta aos Filipenses, existem outros lugares da literatura paulina, onde os temas da preexistência e da descida do Filho de Deus sobre a terra estão ligados entre si. Uma confirmação da assimilação entre Sabedoria e Cristo, com todos os correspondentes aspectos cós-

micos e antropológicos, encontra-se na primeira Carta a Timóteo: "Ele manifestou-se na carne, foi justificado pelo Espírito, visto pelos anjos, pregado aos gentios, acreditado no mundo e exaltado na glória" (3, 16). sobretudo segundo estas premissas que melhor se pode definir a função de Cristo como único Mediador, tendo como pano de fundo o único Deus do Antigo Testamento (cf. 1 Tm 2, 5, em relação a Is 43, 10-11; 44, 6). Cristo constitui a verdadeira ponte que nos orienta para o céu, para a comunhão com Deus.

E, finalmente, apenas uma referência aos últimos desenvolvimentos da cristologia de São Paulo nas Cartas aos Colossenses e aos Efésios. Na primeira, Cristo é qualificado como "primogênito de todas as criaturas" (cf. 15-20). Esta palavra "primogênito" implica que o primeiro entre muitos filhos, o primeiro entre muitos irmãos e irmãs, desceu para nos atrair e fazer seus irmãos e irmãs. Na Carta aos Efésios encontramos uma bonita exposição do desígnio divino da salvação, quando Paulo diz que Deus queria recapitular tudo em Cristo (cf. Ef 1, 23). Cristo é a renovação de tudo, resume tudo e orienta-nos para Deus. E deste modo insere-nos num movimento de descida e de ascensão, convidando-nos a participar na sua humildade, ou seja, no seu amor ao próximo, para assim sermos partícipes também da sua glorificação, tornando-nos com Ele filhos no Filho. Oremos a fim de que o Senhor nos ajude a conformar-nos com a sua humildade e com o seu amor, para que assim nos tornemos partícipes da sua divinização.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 29 de Outubro de 2008

São Paulo (10) - A importância da cristologia - A teologia da Cruz

Queridos irmãos e irmãs

Na experiência pessoal de São Paulo há um dado incontestável: enquanto no início fora um perseguidor e recorrera à violência contra os cristãos, a partir do momento da sua conversão no caminho de Damasco passara do lado de Cristo crucificado, fazendo dele a sua razão de vida e o motivo da sua pregação. A sua existência foi inteiramente consumida pelas almas (cf. 2 Cor 12, 15), nada tranquila nem protegida contra ameaças e dificuldades. No encontro com Jesus, tornou-se-lhe claro o significado central da Cruz: compreendera que Jesus tinha morrido e ressuscitado por todos e por ele mesmo. Ambas as realidades eram importantes; a universalidade: Jesus morreu realmente por todos; e a subjetividade: Ele morreu também por mim. Portanto, na Cruz manifestou-se o amor gratuito e misericordioso de Deus. Paulo experimentou este amor em si mesmo (cf. Gl 2, 20) e, de pecador, tornou-se crente; de perseguidor, Apóstolo. Dia após dia, na sua nova vida, experimentava que a salvação era "graça", que tudo derivava da morte de Cristo, e não dos seus méritos, que de resto não existiam. Assim, o "Evangelho da graça" tornou-se para ele o único modo de compreender a Cruz, o critério não somente da sua nova existência, mas também a resposta aos seus interlocutores. Entre eles havia, em primeiro lugar, os judeus que depositavam a própria esperança nas obras e delas esperavam a salvação; depois, havia os gregos, que à cruz opunham a sua sabedoria humana; finalmente, havia aqueles grupos de hereges, que tinham formado uma sua ideia do cristianismo segundo o seu próprio modelo de vida.

Para São Paulo a Cruz tem um primado fundamental na história da humanidade; ela representa o ponto focal da sua teologia, porque dizer Cruz significa dizer salvação como graça concedida a cada criatura. O tema da Cruz de Cristo torna-se um elemento essencial e primário da pregação do Apóstolo: o exemplo mais claro diz respeito à comunidade de Corinto. Diante de uma Igreja onde estavam presentes de modo preocupante desordens e escândalos, onde a comunhão era ameaçada por partidos e divisões internas que debelavam a unidade do Corpo de Cristo, Paulo apresenta-se não com sublimidade de palavras ou de sabedoria, mas com o anúncio de Cristo, de Cristo crucificado. A sua força não é a linguagem persuasiva mas, paradoxalmente, a debilidade e a trepidação de quem se confia ao "poder de Deus" (cf. 1 Cor 2, 1-4). Por tudo aquilo que representa e portanto também pela mensagem teológica que contém, a Cruz é escândalo e loucura. O Apóstolo afirma-o com uma força impressionante, que é bom

ouvir das suas próprias expressões: "Porque a linguagem da Cruz é loucura para aqueles que se perdem, mas poder de Deus para os que se salvam, isto é, para nós... aprouve a Deus salvar os fiéis por meio da loucura da pregação. Enquanto os judeus pedem sinais e os gregos buscam a sabedoria, nós anunciamos Cristo crucificado, escândalo para os judeus e loucura para os pagãos" (1 Cor 1, 18-23).

As primeiras comunidades cristãs, às quais São Paulo se dirige, sabem muito bem que Jesus já ressuscitou e está vivo; o Apóstolo quer recordar não apenas aos Coríntios ou aos Gálatas, mas a todos nós, que o Ressuscitado é sempre Aquele que foi crucificado. O "escândalo" e a "loucura" da Cruz encontram-se precisamente no fato de que onde parece existir somente falência, dor e derrota, exatamente ali está todo o poder do Amor ilimitado de Deus, porque a cruz é expressão de amor, e o amor é o verdadeiro poder que se revela precisamente nesta aparente debilidade. Para os judeus, a Cruz é *skandalon*, ou seja, armadilha ou pedra de tropeço: ela parece impedir a fé do israelita piedoso, que tem dificuldade de encontrar algo de semelhante nas Sagradas Escrituras. Aqui, com não pouca coragem, Paulo parece dizer que a aposta é extremamente elevada: para os judeus, a Cruz contradiz a própria essência de Deus, que se manifestou mediante sinais prodigiosos. Portanto, aceitar a Cruz de Cristo significa realizar uma profunda conversão no modo de se relacionar com Deus. Se para os judeus o motivo da rejeição da Cruz se encontra na Revelação, ou seja, a fidelidade ao Deus dos Pais, para os gregos, ou seja os pagãos, o critério de juízo para se opor à Cruz é a razão. Com efeito, para estes últimos a Cruz é morta, loucura, literalmente insipiência, isto é, um alimento sem sal; por conseguinte, mais que um erro, é um insulto ao bom senso.

Em várias ocasiões, o próprio Paulo fez a amarga experiência da rejeição do anúncio cristão julgado "insipiente", desprovido de relevância, nem sequer digno de ser considerado no plano da lógica racional. Para quem, como os gregos, via a perfeição no espírito, no pensamento puro, já era inaceitável que Deus pudesse tornar-se homem, imergindo-se em todos os limites do espaço e do tempo. Além disso, era decididamente inconcebível acreditar que um Deus pudesse acabar numa Cruz! E vemos como esta lógica grega é também a lógica comum do nosso tempo. O conceito de *apátheia*, indiferença, como ausência de paixões em Deus, como poderia compreender um Deus que se tornou homem e foi derrotado, e que depois chegaria mesmo a resgatar o seu corpo para viver como ressuscitado "Ouvir-te-emos falar sobre isto mais uma vez" (At 17, 32), disseram com desprezo os atenienses a Paulo, quando ouviram falar de ressurreição dos mortos. Julgavam uma perfeição o libertar-se do corpo, concebido como prisão; como não considerar uma aberração o resgate do próprio corpo na cultura antiga não parecia existir espaço para a mensagem do Deus encarnado. Todo o acontecimento "Jesus

de Nazaré" parecia ser caracterizado pela mais total insipiência e, sem dúvida, a Cruz era o seu ponto mais emblemático.

Mas por que fez São Paulo precisamente disto, da palavra da Cruz, o ponto fundamental da sua pregação? A resposta não é difícil: a Cruz revela "o poder de Deus" (cf. 1 Cor 1, 24), que é diferente do poder humano; com efeito, revela o seu amor: "O que é considerado como loucura de Deus é mais sábio que os homens, e o que é tido como debilidade de Deus é mais forte que os homens" (Ibid., v. 25). A séculos de distância de Paulo, nós vemos que na história venceu a Cruz e não a sabedoria que se opõe à Cruz. O Crucifixo é sabedoria, porque manifesta verdadeiramente quem é Deus, ou seja, poder de amor que chega até à Cruz para salvar o homem. Deus serve-se de modos e de instrumentos que para nós, à primeira vista, parecem debilidade. O Crucifixo releva, por um lado, a debilidade do homem e, por outro, o verdadeiro poder de Deus, ou seja, a gratuidade do amor: precisamente esta total gratuidade do amor é a verdadeira sabedoria. São Paulo fez esta experiência até na sua carne, e disto dá-nos testemunho em várias fases do seu percurso espiritual, que se tornaram pontos de referência específicos para cada discípulo de Jesus: "Ele disse-me: basta-te a minha graça, porque é na fraqueza que a minha força se revela plenamente" (2 Cor 12, 9); e ainda. "Deus escolheu o que é fraco, segundo o mundo, para confundir o que é forte" (1 Cor 1, 27). O Apóstolo identifica-se a tal ponto com Cristo que também ele, embora se encontre no meio de muitas provações, vive na fé do Filho de Deus que o amou e se entregou pelos pecados dele e de todos (cf. Gl 1, 4; 2, 20). Este dado autobiográfico do Apóstolo torna-se paradigmático para todos nós.

São Paulo ofereceu uma síntese admirável da teologia da Cruz na segunda Carta aos Coríntios (5, 14-21), onde tudo está contido em duas afirmações fundamentais: por um lado Cristo, que Deus tratou como pecado em nosso benefício (v. 21), morreu por todos (v. 14); por outro, Deus reconciliou-nos consigo, sem atribuir a nós as nossas culpas (cf. vv. 18-20). É deste "ministério da reconciliação" que toda a escravidão já foi resgatada (cf. 1 Cor 16, 20; 7, 23). Aqui aparece como tudo isto é relevante para a nossa vida. Também nós temos que entrar neste "ministério da reconciliação", que supõe sempre a renúncia à própria superioridade e à opção da loucura do amor. São Paulo renunciou á própria vida, entregando-se totalmente a si mesmo pelo ministério da reconciliação, da Cruz que é salvação para todos nós. E também nós devemos saber fazer isto. Podemos encontrar a nossa força precisamente na humildade do amor, e a nossa sabedoria na debilidade de renunciar para entrar assim na força de Deus. Todos nós devemos formar a nossa vida sobre esta verdadeira sabedoria: não viver para nós mesmos, mas viver na fé naquele Deus, de quem todos nós podemos dizer: "Amou-me e entregou-se por mim!".

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Praça de São Pedro Quarta-feira, 5 de Novembro de 2008

São Paulo (11) - A importância da cristologia - A decisividade da ressurreição

Queridos irmãos e irmãs!

"Se Cristo não ressuscitou, vazia é a nossa pregação, vazia também é a vossa fé... ainda estais nos vossos pecados" (1 Cor 15, 14.17). Com estas fortes palavras da primeira Carta aos Coríntios, São Paulo faz compreender que importância decisiva ele atribui à ressurreição de Jesus. De fato, neste acontecimento está a solução para o problema apresentado pelo drama da Cruz. Sozinha, a Cruz não poderia explicar a fé cristã. Aliás permaneceria uma tragédia, indicação do absurdo do ser. O mistério pascal consiste no fato de que aquele Crucificado "ressuscitou ao terceiro dia segundo as Escrituras (1 Cor 15, 4) assim afirma a tradição protocristã. Encontra-se aqui o fecho da abóbada da cristologia paulina: tudo gira em volta deste centro gravitacional. Todo o ensinamento do apóstolo Paulo parte do e chega sempre ao mistério d'Aquele que o Pai ressuscitou da morte. A ressurreição é um acontecimento fundamental, quase um axioma prévio (cf. 1 Cor 15, 12), com base no qual Paulo pode formular o seu anúncio (querigma) sintético: Aquele que foi crucificado, e que assim manifestou o amor imenso de Deus pelo homem, ressuscitou e está vivo entre nós.

importante compreender o vínculo entre o anúncio da ressurreição, do modo como Paulo o formula, e o que é usado nas primeiras comunidades cristãs pré-paulinas. Nele pode-se ver a importância da tradição que precede o Apóstolo e que ele, com grande respeito e atenção, deseja por sua vez transmitir. O texto sobre a ressurreição, contido no cap. 15, 1-11 da primeira Carta aos Coríntios, realça bem o nexo entre "receber" e "transmitir". São Paulo atribui muita importância à formulação literal da tradição; no final do trecho em questão ressalta: "Tanto eu como eles, eis o que pregamos" (1 Cor 15, 11), dando assim relevo à unidade do querigma, do anúncio para todos os crentes e para todos os que anunciarem a ressurreição de Cristo. A tradição à qual se refere é a fonte da qual haurir. A originalidade da sua cristologia nunca é em desvantagem da fidelidade à tradição. O querigma dos Apóstolos preside sempre à reelaboração pessoal de Paulo; qualquer sua argumentação parte da tradição comum, na qual se expressa a fé partilhada por todas as Igrejas, que são uma só Igreja. E assim São Paulo oferece um modelo para todos os tempos sobre como fazer teologia e como rezar. O teólogo, o pregador não cria novas visões do mundo e da vida, mas está ao serviço da verdade transmitida, ao serviço do fato real de Cristo, da Cruz, da ressurreição. A sua tarefa é ajudar-nos a

compreender hoje, segundo as antigas palavras, a realidade do "Deus conosco", portanto a realidade da verdadeira vida.

É oportuno esclarecer: São Paulo, ao anunciar a ressurreição, não se preocupa em apresentar uma exposição doutrinal orgânica não quer escrever um manual de teologia mas enfrenta o tema respondendo a dúvidas e perguntas concretas que lhe eram apresentadas pelos fiéis; portanto, um discurso ocasional, mas cheio de fé e de teologia vivida. Nele encontra-se uma concentração sobre o essencial: nós fomos "justificados", ou seja, tornados justos, salvos, pelo Cristo morto e ressuscitado por nós. Sobressai antes de tudo o fato da ressurreição, sem o qual a vida cristã seria simplesmente absurda. Naquela manhã de Páscoa aconteceu algo de extraordinário, de novo e, ao mesmo tempo, de muito concreto, marcado por sinais muito claros, registrados por numerosas testemunhas. Também para Paulo, como para os outros autores do Novo Testamento, a ressurreição está ligada ao testemunho de quem fez uma experiência direta do Ressuscitado. Trata-se de ver e de sentir não só com os olhos ou com os sentidos, mas também com uma luz interior que estimula a reconhecer o que os sentidos externos afirmam como dado objetivo. Portanto Paulo como os quatro Evangelhos dá importância fundamental ao tema das aparições, as quais são a condição fundamental para a fé no Ressuscitado que deixou o túmulo vazio. Estes dois fatos são importantes: o túmulo está vazio e Jesus apareceu realmente. Constituiu-se assim aquela cadeia da tradição que, através do testemunho dos Apóstolos e dos primeiros discípulos, chegará às gerações sucessivas, até nós. A primeira consequência, ou o primeiro modo de expressar este testemunho, é pregar a ressurreição de Cristo como síntese do anúncio evangélico e como ponto culminante de um itinerário salvífico. Paulo faz isto em diversas ocasiões: podem-se consultar as Cartas dos Atos dos Apóstolos onde se vê sempre que o ponto essencial para ele é ser testemunha da ressurreição. Gostaria de citar só um texto: Paulo, feito prisioneiro em Jerusalém, está diante do Sinédrio como acusado. Nesta circunstância na qual está em questão para ele a morte ou a vida, ele indica qual é o sentido e o conteúdo de toda a sua pregação: “pela nossa esperança, a ressurreição dos mortos, que estou a ser julgado" (At 23, 6). Paulo repete continuamente nas suas Cartas esta mesma frase (cf. 1 Ts 1, 9 s.; 4, 1318; 5, 10), nas quais faz apelo também à sua experiência pessoal, ao seu encontro pessoal com Cristo ressuscitado (cf. Gl 1, 15-16; 1 Cor 9, 1).

Mas podemos perguntar-nos: qual é, para São Paulo, o sentido profundo do acontecimento da ressurreição de Jesus Que nos diz, à distância de dois mil anos A afirmação "Cristo ressuscitou" é atual também para nós Por que a ressurreição é para ele e para nós hoje um tema tão determinante Paulo responde solenemente a esta pergunta no início da Carta aos Romanos, onde começa referindo-se ao "Evangelho de Deus... que diz respeito a seu Filho, nascido da

estirpe de Davi segundo a carne, estabelecido Filho de Deus com poder pela sua ressurreição dos mortos" (Rm 1, 3). Paulo sabe bem e diz muitas vezes que Jesus era Filho de Deus sempre, desde o momento da sua encarnação. A novidade da ressurreição consiste no fato de que Jesus, elevado da humildade da sua existência terrena, é constituído Filho de Deus "com poder". O Jesus humilhado até à morte de cruz pode agora dizer aos Onze: "Foi-me dada toda a autoridade sobre o céu e sobre a terra" (Mt 28, 18). Realiza-se o que diz o Salmo 2, 8: "Pede, e eu te darei as nações como herança". Começa portanto com a ressurreição o anúncio do Evangelho de Cristo a todos os povos começa o Reino de Cristo, este novo Reino que não conhece outro poder a não ser o da verdade e do amor. A ressurreição e a extraordinária estrutura do Crucificado. Uma dignidade incomparável e elevadíssima: Jesus é Deus! Para São Paulo a identidade secreta de Jesus, ainda mais do que na encarnação, revela-se no mistério da ressurreição. Enquanto o título de Cristo, isto é de "Messias", "Ungido", em São Paulo tende a tornar-se o nome próprio de Jesus e o do Senhor especifica a sua relação pessoal com os crentes, agora o título de Filho de Deus ilustra a íntima relação de Jesus com Deus, uma relação que se revela plenamente no acontecimento pascal. Pode-se dizer, portanto, que Jesus ressuscitou para ser o Senhor dos mortos e dos vivos (cf. Rm 14, 9; 2 Cor 5, 15) ou, por outras palavras, o nosso Salvador (cf. Rm 4, 25).

Tudo isto está repleto de importantes consequências para a nossa vida de fé: nós somos chamados a participar até ao íntimo do nosso ser em toda a vicissitude da morte e da ressurreição de Cristo. Diz o Apóstolo: "morremos com Cristo" e cremos que "viveremos com Ele, sabendo que Cristo, uma vez ressuscitado de entre os mortos, já não morre, a morte não tem mais domínio sobre ele" (Rm 6, 8-9). Isto traduz-se numa partilha dos sofrimentos de Cristo, que anuncia aquela plena configuração com Ele mediante a ressurreição pela qual aspiramos na esperança. E o que aconteceu também a São Paulo, cuja experiência pessoal é descrita nas Cartas com tons tão prementes quanto realistas: "para conhecê-lo, conhecer o poder da sua ressurreição e a participação nos seus sofrimentos, conformando-me com ele na sua morte, para ver se alcanço a ressurreição de entre os mortos" (Fl 3, 10-11; cf. 2 Tm 2, 8-12). A teologia da Cruz não é uma teoria é a realidade da vida cristã. Viver na fé em Jesus Cristo, viver a verdade e o amor obriga a renúncias todos os dias, a sofrimentos. O cristianismo não é o caminho do conforto, mas antes uma escalada exigente, mas iluminada pela luz de Cristo e pela grande esperança que nasce d'Ele. Santo Agostinho diz: Aos cristãos não é poupado o sofrimento, aliás, a eles cabe um pouco mais, porque viver a fé expressa a coragem de enfrentar a vida e a história mais em profundidade. Contudo só assim, experimentando o sofrimento, conhecemos a vida na sua profundidade, na sua beleza, na grande esperança suscitada por Cristo

crucificado e ressuscitado. Portanto, o crente encontra-se situado entre dois pólos: por um lado, a ressurreição que de certa forma já está presente e ativa em nós (cf. Cl 3, 1-4; Ef 2, 6); por outro, a urgência de se inserir naquele processo que leva todos e tudo à plenitude, descrita na Carta aos Romanos com uma imagem ousada: assim como toda a criação geme e sofre como que dores de parto, também nós gememos na expectativa da redenção do nosso corpo, da nossa redenção e ressurreição (cf. Rm 8, 18-23).

Em síntese, podemos dizer com Paulo que o verdadeiro crente obtém a salvação professando com a sua boca que Jesus é o Senhor e crendo com o seu coração que Deus ressuscitou dos mortos (cf. Rm 10, 9). antes de tudo importante o coração que crê em Cristo e na fé "toca" o Ressuscitado; mas não é suficiente trazer a fé no coração, devemos confessá-la e testemunhá-la com a boca, com a nossa vida, tornando assim presente a verdade da cruz e da ressurreição na nossa história. Assim, de fato, o cristão insere-se naquele processo graças ao qual o primeiro Adão, terrestre e sujeito à corrupção e à morte, vai-se transformando no último Adão, o celeste e incorruptível (cf. 1 Cor 15, 20-22.42-49). Este processo foi iniciado com a ressurreição de Cristo, na qual se funda portanto a esperança de podermos um dia também nós entrar com Cristo na nossa verdadeira pátria que está nos Céus. Amparados por esta esperança prossigamos com coragem e com alegria.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Praça de São Pedro Quarta-feira, 12 de Novembro de 2008

São Paulo (12) - Escatologia - A espera da parusia

Amados irmãos e irmãs!

O tema da ressurreição, sobre o qual nos detivemos na semana passada, abre uma nova perspectiva, a da expectativa da vinda do Senhor, e por isso faz-nos refletir sobre a relação entre o tempo presente, tempo da Igreja e do Reino de Cristo, e o futuro (éschaton) que nos espera, quando Cristo entregará o Reino ao Pai (cf. 1 Cor 15, 24). Cada discurso cristão sobre as coisas derradeiras, chamado escatologia, parte sempre do acontecimento da ressurreição: neste acontecimento as coisas derradeiras já começaram e, num certo sentido, já estão presentes.

Provavelmente no ano 52 São Paulo escreveu a primeira das suas cartas, a primeira Carta aos Tessalonicenses, na qual fala deste regresso de Jesus, chamado parusia, advento, nova, definitiva e manifesta presença (cf. 4, 13-18). Aos Tessalonicenses, que têm dúvidas e problemas, o Apóstolo escreve assim: "Se cremos que Jesus morreu e ressuscitou, assim também os que morreram em Jesus, Deus há-de levá-los em sua companhia" (4, 14). E prossegue: "em seguida nós, os vivos que estiverem lá, seremos arrebatados com eles nas nuvens para o encontro com o Senhor, nos ares. E assim, estaremos para sempre com o Senhor" (4, 16-17). Paulo descreve a parusia de Cristo com tonalidades vivas como nunca e com imagens simbólicas, que contudo transmitem uma mensagem simples e profunda: o nosso futuro é "estar com o Senhor"; como crentes, na nossa vida já estamos com o Senhor; o nosso futuro, a vida eterna, já começou.

Na segunda Carta aos Tessalonicenses Paulo muda de perspectiva; fala de acontecimentos negativos, que deverão preceder o final e conclusivo. Não nos devemos deixar enganar diz como se o dia do Senhor fosse deveras iminente, segundo um cálculo cronológico: "Quanto à vinda de Nosso Senhor Jesus Cristo, e à nossa reunião com ele, rogamo-vos, irmãos, que não percais tão depressa a serenidade de espírito, e não vos perturbeis nem por palavra profética, nem por carta que se diga vir de nós, como se o dia do Senhor já estivesse próximo. Não vos deixeis enganar de modo algum!" (2, 1-3). A continuação deste texto anuncia que antes da vinda do Senhor haverá a apostasia e deverá ser revelado um não bem identificado "homem iníquo" (2, 3), que a tradição chamará depois o Anticristo. Mas a intenção desta Carta de São Paulo é antes de tudo prática; ele escreve: "Quando estávamos entre vós, já vos demos esta ordem: quem não quer trabalhar também não há-de comer. Ora, ouvimos dizer que alguns dentre vós levam vida à-toa, muito atarefados sem nada fazer. A estas pessoas ordenamos e

exortamos, no Senhor Jesus Cristo, que trabalhem na tranquilidade, para ganhar o pão com o próprio esforço" (3, 10-12). Noutras palavras, a expectativa da parusia de Jesus não dispensa do compromisso neste mundo, mas ao contrário cria responsabilidade face ao Juiz divino acerca do nosso agir neste mundo. Precisamente assim cresce a nossa responsabilidade de trabalhar em e para este mundo. Veremos a mesma coisa no próximo domingo no Evangelho dos talentos, onde o Senhor nos diz que confiou talentos a todos e o Juiz pedirá contas por eles dizendo: Fizeste-los frutificar Portanto a espera da vinda exige responsabilidade por este mundo.

A mesma coisa e o mesmo nexo entre parusia vinda do Juiz-Salvador e o nosso compromisso na vida aparece noutro contexto e com novos aspectos na Carta aos Filipenses. Paulo está na prisão e espera a sentença que pode ser de condenação à morte. Nesta situação pensa no seu futuro estar com o Senhor, mas pensa também na comunidade de Filipos que tem necessidade do próprio pai, de Paulo, e escreve: "Pois para mim o viver é Cristo e o morrer é lucro. Mas, se o viver na carne me dá ocasião de trabalho frutífero, não sei bem o que escolher. Sinto-me num dilema: o meu desejo é partir e estar com Cristo, pois isso me é muito melhor, mas o permanecer na carne é mais necessário por vossa causa. Convencido disso, sei que ficarei e continuarei com todos vós, para proveito vosso e para alegria da vossa fé, a fim de que, por mim pelo meu regresso entre vós aumente a vossa glória em Cristo Jesus" (1, 21-26). Paulo não tem medo da morte, ao contrário: de fato ela indica o ser completo com Cristo. Mas Paulo participa também dos sentimentos de Cristo, o qual não viveu para si, mas para nós. Viver para os outros torna-se o programa da sua vida e por isso demonstra a sua perfeita disponibilidade à vontade de Deus, ao que Deus decidir. disponível sobretudo, também no futuro, a viver nesta terra para os outros, a viver para Cristo, a viver para a sua presença viva e assim pela renovação do mundo. Vemos que este seu ser com Cristo gera uma grande liberdade interior: liberdade diante da ameaça da morte, mas liberdade também diante de todos os compromissos e sofrimentos da vida. Está simplesmente disponível para Deus e é realmente livre.

Passemos agora, depois de ter examinado os diversos aspectos da expectativa da parusia de Cristo, a interrogar-nos: quais são as atitudes fundamentais do cristão em relação às coisas derradeiras: a morte, o fim do mundo A primeira atitude é a certeza de que Jesus ressuscitou, está com o Pai, e precisamente assim está conosco. Por isso temos a certeza, somos libertados do receio. Era este um efeito essencial da pregação cristã. O medo dos espíritos, das divindades estava difundido em todo o mundo antigo. E também hoje os missionários, juntamente com tantos elementos bons das religiões naturais, têm medo dos espíritos, dos poderes nefastos que nos ameaçam. Cristo vive, venceu a morte e venceu todos os poderes. Vivemos com

esta certeza, com esta liberdade, com esta alegria. este o primeiro aspecto do nosso viver em relação ao futuro.

Em segundo lugar, a certeza que Cristo está comigo. E como em Cristo o mundo futuro já começou, isto dá também a certeza da esperança. O futuro não é uma escuridão na qual ninguém se orienta. O cristão sabe que a luz de Cristo é mais forte e por isso vive numa esperança não vaga, numa esperança que dá certeza e coragem para enfrentar o futuro.

Por fim, a terceira atitude. O Juiz que volta é ao mesmo tempo juiz e salvador deixou-nos o compromisso de viver neste mundo segundo o seu modo de viver. Confiou-nos os seus talentos. Por isso a nossa terceira atitude é: responsabilidade pelo mundo, pelos irmãos diante de Cristo, e ao mesmo tempo também certeza da sua misericórdia. As duas coisas são importantes. Não vivamos como se o bem e o mal fossem iguais, porque Deus só pode ser misericordioso. Isto seria um engano. Na realidade, vivemos numa grande responsabilidade. Temos os talentos, somos encarregados de trabalhar para que este mundo se abra a Cristo, seja renovado. Mas mesmo trabalhando e sabendo na nossa responsabilidade que Deus é juiz verdadeiro, temos também a certeza de que este juiz é bom, conhecemos o seu rosto, o rosto de Cristo ressuscitado, de Cristo crucificado por nós. Por isso podemos ter a certeza da sua bondade e ir em frente com muita coragem.

Outro aspecto do ensinamento paulino em relação à escatologia é a universalidade da chamada à fé, que reúne Judeus e Gentios, isto é, os pagãos, como sinal e antecipação da realidade futura, pelo que podemos dizer que já estamos sentados no céu com Jesus Cristo, mas para mostrar nos séculos futuros a riqueza da graça (cf. Ef 2, 6s): o depois faz-se um antes para tornar evidente o estado de realização incipiente no qual vivemos. Isto torna toleráveis os sofrimentos do momento presente, que contudo não são comparáveis com a glória futura (cf. Rm 8, 18). Caminha-se na fé e não na visão, e mesmo sendo preferível ser exilado do corpo e habitar com o Senhor, o que conta definitivamente, habitando no corpo ou saindo dele, é sermos-Lhe agradáveis (cf. 2 Cor 5, 7-9).

Por fim, um último aspecto que talvez pareça difícil para nós. São Paulo na conclusão da sua primeira Carta aos Coríntios repete e coloca nos lábios também dos Coríntios uma oração que surgiu nas primeiras comunidades cristãs da área da Palestina: *Maraná, thá!*, que literalmente significa "Vinde, Senhor Jesus!" (16, 22). Era a oração da primeira cristandade, e também o último livro do Novo Testamento, o Apocalipse, termina com esta oração: "Vinde, Senhor!".

Podemos, também nós, rezar assim Parece-me que para nós hoje, na nossa vida, no nosso mundo, é difícil rezar sinceramente para que este mundo pereça, para que venha a nova Jerusalém, para que cheguem o juízo derradeiro e o juiz, Cristo. Penso que se nós não ousarmos

rezar assim sinceramente por muitos motivos, contudo de modo justo e correto podemos também nós dizer, com a primeira cristandade: "Vinde, Senhor Jesus!". Certamente não queremos que venha agora o fim do mundo. Mas, por outro lado, também queremos que termine este mundo injusto. Queremos também nós que o mundo seja fundamentalmente mudado, que comece a civilização do amor, que venha um mundo de justiça, de paz, sem violência, sem fome. Queremos tudo isto: e como poderia acontecer sem a presença de Cristo Sem a presença de Cristo nunca chegará um mundo realmente justo e renovado. E também se de outra forma, totalmente e em profundidade, podemos e devemos dizer também nós, com grande urgência e nas circunstâncias do nosso tempo: Vinde, Senhor Jesus! Vinde ao vosso modo, da maneira que conheceis. Vinde onde há injustiça e violência. Vinde nos campos dos prófugos, no Darfur, no Kivu-Norte, em tantas partes do mundo. Vinde onde domina a droga. Vinde também entre aqueles ricos que vos esqueceram, que vivem só para si mesmos. Vinde onde sois desconhecido. Vinde à vossa maneira e renovai o mundo de hoje. Vinde também aos nossos corações, vinde e renovai o nosso viver, vinde ao nosso coração para que nós próprios possamos tornar-nos luz de Deus, vossa presença. Neste sentido rezemos com São Paulo: *Maraná thá!* "Vinde, Senhor Jesus!", e oremos para que Cristo esteja realmente presente hoje no nosso mundo e o renove.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Praça de São Pedro Quarta-feira, 19 de Novembro de 2008

São Paulo (13) - A doutrina da justificação - Das obras à fé

Queridos irmãos e irmãs!

No caminho que estamos a percorrer sob a guia de São Paulo, desejamos agora refletir sobre um tema que está no centro das controvérsias do século da Reforma: a questão da justificação. Como se torna justo o homem aos olhos de Deus Quando Paulo encontrou o ressuscitado no caminho de Damasco era um homem realizado: irrepreensível em relação à justiça que provém da Lei (cf. Fl 3, 6), superava muitos dos seus coetâneos na observância das prescrições moisaicas e era zeloso na defesa das tradições dos padres (cf. Gl 1, 14). A iluminação de Damasco mudou radicalmente a sua existência: começou a considerar todos os méritos, adquiridos numa carreira religiosa integérrima, como "esterco" face à sublimidade do conhecimento de Jesus Cristo (cf. Fl 3, 8). A Carta aos Filipenses oferece-nos um testemunho comovedor da passagem de Paulo de uma justiça fundada na Lei e adquirida com a observância das obras prescritas, para uma justiça baseada na fé em Cristo: ele tinha compreendido que tudo o que lucrado até então na realidade era, perante Deus, uma perda e por isso decidiu apostar toda a sua existência em Jesus Cristo (cf. Fl 3, 7). O tesouro escondido no campo e a pérola preciosa em cuja aquisição investir tudo o resto já não eram as obras da Lei, mas Jesus Cristo, o seu Senhor.

A relação entre Paulo e o Ressuscitado tornou-se tão profunda que o induziu a afirmar que Cristo não era apenas a sua vida mas o seu viver, a ponto que para o poder alcançar até morrer era um lucro (cf. Fl 1, 21). E não desprezava a vida, mas tinha compreendido que para ele o viver já não tinha outra finalidade e não sentia outro desejo a não ser o de alcançar Cristo, como numa competição atlética, para permanecer sempre com Ele: o Ressuscitado tinha-se tornado o início e o fim da sua existência, o motivo e a meta da sua corrida. Só a preocupação pela maturação na fé dos que tinha evangelizado e a solicitude por todas as Igrejas por ele fundadas (cf. 2 Cor 11, 28), o levavam a abrandar a corrida para o seu único Senhor, para aguardar os discípulos a fim de que pudessem, com ele, correr para a meta. Se na precedente observância da Lei nada tinha para se reprovar sob o ponto de vista da integridade moral, uma vez alcançado por Cristo preferia não pronunciar juízos sobre si mesmo (cf. 1 Cor 4, 3-4), mas limitava-se a predispor-se a correr para conquistar Aquele pelo qual tinha sido conquistado (cf. Fl 3, 12).

É precisamente por esta experiência pessoal da relação com Jesus Cristo que Paulo põe precisamente no centro do seu Evangelho uma irredutível oposição entre dois percursos alternativos rumo à justiça: um construído sobre as obras da Lei, o outro fundado na graça da fé em Cristo. A alternativa entre a justiça para as obras da Lei e a justiça pela fé em Cristo torna-se assim um dos motivos dominantes que atravessam as suas Cartas: "Nós somos judeus de nascimento e não pecadores da gentilidade; sabendo, entretanto, que o homem não se justifica pelas obras da Lei, mas pela fé em Jesus Cristo, nós também cremos em Cristo Jesus para sermos justificados pela fé em Cristo e não pelas obras da Lei, porque pelas obras da Lei ninguém é justificado" (Gl 2, 15-16). E aos cristãos de Roma recorda que "todos pecaram e todos estão privados da glória de Deus, e são justificados gratuitamente, por sua graça, em virtude da redenção realizada em Cristo Jesus" (Rm 3, 23-24). E acrescenta: "Nós sustentamos que o homem é justificado pela fé, sem as obras da Lei" (Ibid., v. 28). Sobre este ponto, Lutero traduziu: "Justificado unicamente pela fé". Voltarei a este aspecto no final da catequese. Primeiro devemos esclarecer o que significa esta "Lei" da qual somos libertados e o que são aquelas "obras da Lei" que não justificam. Já na comunidade de Corinto existia a opinião que depois voltaria sistematicamente à história; a opinião consistia em considerar que se tratasse da lei moral e que a liberdade cristã fosse portanto a libertação da ética. Assim em Corinto circulava a palavra *"πάντα μοι ἔξεστιν"* (tudo me é lícito). obvio que esta interpretação é errada: a liberdade cristã não é libertinagem, a libertação da qual fala São Paulo não é libertação de praticar o bem.

Mas o que significa então a Lei da qual somos libertados e que não salva Para São Paulo, como para todos os seus contemporâneos, a palavra Lei significava a Torah na sua totalidade, ou seja, os cinco livros de Moisés. A Torah implicava, na interpretação farisaica, a que era estudada e tornada própria por Paulo, um conjunto de comportamentos que ia do núcleo ético até às observâncias rituais e cultuais que determinavam substancialmente a identidade do homem justo. Particularmente a circuncisão, as observâncias acerca do alimento puro e geralmente a pureza ritual, as regras sobre a observância do sábado, etc. Comportamentos que, com frequência, aparecem também nos debates entre Jesus e os seus contemporâneos. Todas estas observâncias que expressam uma identidade social, cultural e religiosa tinham-se tornado singularmente importantes no tempo da cultura helenista, começando pelo século III a.C. Esta cultura, que se tinha tornado a cultura universal de então, e era uma cultura aparentemente racional, uma cultura politeísta, aparentemente tolerante, constituía uma forte pressão rumo à uniformidade cultural e ameaçava assim a identidade de Israel, que era politicamente obrigado a entrar nesta identidade comum da cultura helenista com a consequente perda da própria

identidade, perda portanto também da preciosa herança da fé dos Padres, da fé no único Deus e nas promessas de Deus.

Contra esta pressão cultural, que ameaçava não só a identidade israelita, mas também a fé no único Deus e nas suas promessas, era necessário criar um muro de distinção, um escudo de defesa em proteção da preciosa herança da fé; tal muro consistia precisamente nas observâncias e prescrições judaicas. Paulo, que tinha aprendido tais observâncias precisamente na sua função defensiva do dom de Deus, da herança da fé num único Deus, viu esta identidade ameaçada pela liberdade dos cristãos: perseguia-os por isto. No momento do seu encontro com o Ressuscitado, compreendeu que com a ressurreição de Cristo a situação tinha mudado radicalmente. Com Cristo, o Deus de Israel, o único Deus verdadeiro, tornava-se o Deus de todos os povos. O muro assim diz na Carta aos Efésios entre Israel e os pagãos, não era mais necessário: é Cristo que nos protege do politeísmo e todos os seus desvios; é Cristo que nos une com e no único Deus; é Cristo que garante a nossa verdadeira identidade na diversidade das culturas. O muro já não é necessário, a nossa identidade comum na diversidade das culturas é Cristo, e é Ele quem nos torna justos. Ser justo significa simplesmente estar com Cristo e em Cristo. E isto é suficiente. Não são mais necessárias outras observâncias. Por isso, a expressão "sola fide" de Lutero é verdadeira, se não se opõe a fé à caridade, ao amor. A fé é olhar Cristo, confiar-se a Cristo, apegar-se a Cristo, conformar-se com Cristo e com a sua vida. E a forma, a vida de Cristo, é o amor; portanto, acreditar é conformar-se com Cristo e entrar no seu amor. Por isso, São Paulo na Carta aos Gálatas, sobretudo na qual desenvolveu a sua doutrina sobre a justificação, fala da fé que age por meio da caridade (cf. Gl 5, 14).

Paulo sabe que no dúplice amor a Deus e ao próximo está presente e é completada toda a Lei. Assim, na comunhão com Cristo, na fé que cria a caridade, toda a Lei é realizada. Tornamo-nos justos, entrando em comunhão com Cristo, que é amor. Veremos a mesma coisa no Evangelho do próximo domingo, solenidade de Cristo-Rei. o Evangelho do juiz, cujo único critério é o amor. O que Ele exige é só isto: Tu visitaste-me quando estava doente Quando estava na prisão Tu deste-me de comer quando eu tinha fome, tu vestiste-me quando eu estava nu E assim a justiça decide-se na caridade. Assim, no final deste Evangelho podemos quase dizer: só amor, só caridade. Mas não há contradição entre este Evangelho e São Paulo. a mesma visão, segundo a qual a comunhão com Cristo, a fé em Cristo, cria a caridade. E a caridade é realização da comunhão com Cristo. Assim, somos justos permanecendo unidos a Ele, e de nenhum outro modo.

No final, só podemos rezar ao Senhor que nos ajude a crer. Crer realmente; assim, acreditar torna-se vida, unidade com Cristo, transformação da nossa vida. E assim, transformados pelo seu amor, pelo amor a Deus e ao próximo, podemos ser realmente justos aos olhos de Deus.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 26 de Novembro de 2008

São Paulo (14) - A doutrina da justificação: da fé às obras

Queridos irmãos e irmãs

Na catequese de quarta-feira passada falei sobre a questão de como o homem se torna justo diante de Deus. Seguindo São Paulo, vimos que o homem não está em condições de se tornar "justo" com as suas próprias ações, mas só pode realmente tornar-se "justo" diante de Deus porque Deus lhe confere a sua "justiça" unindo-o a Cristo, seu Filho. E o homem obtém esta união com Cristo através da fé. Neste sentido São Paulo diz-nos: não são as nossas obras que nos tornam "justos", mas a fé. Contudo, esta fé não é um pensamento, uma opinião, uma ideia. Esta fé é comunhão com Cristo, que o Senhor nos doa e por isso se torna vida, conformidade com Ele. Ou, por outras palavras, a fé, se é verdadeira, se é real, torna-se amor, caridade, expressa-se na caridade. Uma fé sem caridade, sem este fruto não seria verdadeira. Seria fé morta.

Encontramos por conseguinte na última catequese dois níveis: o da irrelevância das nossas ações, das nossas obras para a consecução da salvação e o da "justificação" mediante a fé que produz o fruto do Espírito. A confusão destes dois níveis causou, ao longo dos séculos, não poucos mal-entendidos na cristandade. Neste contexto é importante que São Paulo na mesma Carta aos Gálatas acentue, por um lado, de modo radical, a gratuidade da justificação não pelas obras, mas que, ao mesmo tempo, ressalte também a relação entre a fé e a caridade, entre a fé e as obras: "Em Jesus Cristo nem a circuncisão nem a incircuncisão têm valor, mas a fé que atua pela caridade" (Gl 5, 6). Por conseguinte, existem, por um lado, as "obras da carne" que são "prostituição, impureza, desonestidade, idolatria..." (Gl 5, 19-21): todas elas são obras contrárias à fé; por outro lado, a ação do Espírito Santo alimenta a vida cristã suscitando "amor, alegria, paz, magnanimidade, benevolência, bondade, fidelidade, mansidão, domínio de si" (Gl 5, 22): são estes os frutos do Espírito que brotam da fé.

No início deste elenco de virtudes é citada o ágape, o amor, e na conclusão o domínio de si. Na realidade, o Espírito, que é o Amor do Pai e do Filho, efunde o seu primeiro dom, o ágape, nos nossos corações (cf. Rm 5, 5); e o ágape, o amor, para se expressar em plenitude exige o domínio de si. Do amor do Pai e do Filho, que nos alcança e transforma a nossa existência em profundidade, falei também na minha primeira Encíclica: Deus caritas est. Os crentes sabem que no amor recíproco se encarna o amor de Deus e de Cristo, por meio do Espírito. Voltemos à Carta aos Gálatas. Nela São Paulo diz que, carregando os fardos uns dos outros, os crentes

cumprem o mandamento do amor (cf. Gl 6, 2). Justificados pelo dom da fé em Cristo, somos chamados a viver no amor de Cristo pelo próximo, porque é com este critério que seremos julgados, no final da nossa existência. Na realidade, Paulo repete o que o próprio Jesus tinha dito e que nos foi reproposto pelo Evangelho do domingo passado, na parábola do Juízo final. Na Primeira Carta aos Coríntios, São Paulo difunde-se num famoso elogio do amor. É o chamado hino à caridade: "Ainda que eu fale as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver caridade, sou como bronze que ressoa, ou como o címbalo que tine... A caridade é paciente, a caridade é benigna, não é invejosa; a caridade não se ufana, não se ensoberbece, não é inconveniente, não procura o seu interesse..." (1 Cor 13, 1.4.). O amor cristão é muito exigente porque brota do amor total de Cristo por nós: aquele amor que nos reclama, acolhe, abraça, ampara, até nos atormentar, porque obriga cada um a não viver mais para si mesmo, fechado no próprio egoísmo, mas para "Aquele que morreu e ressuscitou por nós" (cf. 2 Cor, 1). O amor de Cristo faz-nos ser n'Ele aquela criatura nova (cf. 2 Cor, 17) que começa a fazer parte do seu Corpo místico que é a Igreja.

Vista nesta perspectiva, a centralidade da justificação sem obras, objeto primário da pregação de Paulo, não entra em contradição com a fé ativa no amor; aliás, exige que a nossa mesma fé se exprima numa vida segundo o Espírito. Com frequência viu-se uma infundada oposição entre a teologia de São Paulo e a de São Tiago, que na sua Carta escreve: "Assim como o corpo sem a alma é morto, assim também a fé sem obras é morta" (2, 26). Na realidade, enquanto Paulo está antes de tudo preocupado em mostrar que a fé em Cristo é necessária e suficiente, Tiago realça as relações consequenciais entre a fé e as obras (cf. Tg 2, 2-4). Portanto quer para Paulo quer para Tiago a fé ativa no amor confirma o dom gratuito da justificação em Cristo. A salvação, recebida em Cristo, tem necessidade de ser constituída e testemunhada "com respeito e temor. De fato, é Deus quem suscita em vós o valor e as obras segundo o seu desígnio de amor. Fazei tudo sem murmurar e sem hesitar... mantendo firme a palavra de vida", dirá ainda São Paulo aos cristãos de Filipos (cf. Fl 2, 12-14.16).

Muitas vezes somos levados a cair nos mesmos mal-entendidos que caracterizaram a comunidade de Corinto: aqueles cristãos pensavam que, tendo sido justificados gratuitamente em Cristo pela fé, "tudo lhes fosse lícito". E pensavam, e muitas vezes parece que o pensam também os cristãos de hoje, que é lícito criar divisões na Igreja, Corpo de Cristo, celebrar a Eucaristia sem se preocupar com os irmãos mais necessitados, aspirar aos melhores carismas sem se dar conta que são membros uns dos outros, e assim por diante. São desastrosas as consequências de uma fé que não encarna no amor, porque se reduz ao arbítrio e ao subjetivismo mais nocivo para nós e para os irmãos. Ao contrário, seguindo São Paulo, devemos tomar

consciência renovada do fato que, precisamente porque justificados em Cristo, já não pertencemos a nós mesmos, mas tornamo-nos templos do Espírito e por isso somos chamados a glorificar Deus no nosso corpo com toda a nossa existência (cf. 1 Cor 6, 19). Seria desbaratar o valor inestimável da justificação se, comprados a caro preço pelo sangue de Cristo, não o glorificássemos com o nosso corpo. Na realidade, é precisamente este o nosso culto "razoável" e ao mesmo tempo "espiritual", pelo que somos exortados por Paulo a "oferecer o nosso corpo como sacrifício vivo, santo e agradável a Deus" (Rm 12, 1). Ao que se reduziria uma liturgia dirigida apenas ao Senhor, sem se tornar, ao mesmo tempo, serviço pelos irmãos, uma fé que não se expressasse na caridade E o Apóstolo coloca com frequência as suas comunidades face ao juízo final, por ocasião do qual "todos havemos de comparecer perante o tribunal de Cristo, para que cada um receba o que mereceu, conforme o bem ou o mal que tiver feito, enquanto estava no corpo" (2 Cor, 10; cf. também Rm 2, 16). E este pensamento do Juízo deve iluminar-nos na nossa vida de todos os dias.

Se a ética que Paulo propõe não decai em formas de moralismo e se demonstra atual para nós, é porque, todas as vezes, recomeça sempre da relação pessoal e comunitária com Cristo, para se imbuir na vida segundo o Espírito. Isto é essencial: a ética cristã não nasce de um sistema de mandamentos, mas é consequência da nossa amizade com Cristo. Esta amizade influencia a vida: se é verdadeira encarna-se e realiza-se no amor ao próximo. Por isso, qualquer decadência ética não se limita à esfera individual, mas é ao mesmo tempo desvalorização da fé pessoal e comunitária: dela deriva e sobre ela incide de modo determinante. Deixemo-nos portanto alcançar pela reconciliação, que Deus nos deu em Cristo, pelo amor "louco" de Deus por nós: nada e ninguém jamais nos poderá separar do seu amor (cf. Rm 8, 39). Vivamos nesta certeza. É esta certeza que nos dá a força para viver concretamente a fé que realiza o amor.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 3 de Dezembro de 2008

São Paulo (15) - Adão e Cristo: do pecado (original) à liberdade

Queridos irmãos e irmãs!

Detemo-nos na catequese de hoje sobre as relações entre Adão e Cristo, traçadas por São Paulo na conhecida página da Carta aos Romanos (5, 12-21), na qual ele entrega à Igreja as orientações essenciais da doutrina sobre o pecado original. Na realidade, já na primeira Carta aos Coríntios, tratando da fé na ressurreição, Paulo tinha introduzido o confronto entre o progenitor e Cristo: "Assim como todos morrem em Adão, assim também, em Cristo, todos serão vivificados... O primeiro homem, Adão, foi feito alma vivente: o último Adão é um espírito vivificante" (1 Cor 15, 22.45). Com Rm 5, 12-21 o confronto entre Cristo e Adão torna-se mais articulado e iluminador: Paulo repercorre a história da salvação de Adão até à Lei e dela até Cristo. No centro do cenário não se encontra tanto Adão com as consequências do pecado sobre a humanidade, quanto Jesus Cristo e a graça que, através d'Ele, foi derramada em abundância sobre a humanidade. A repetição do "muito mais" relativo a Cristo ressalta como o dom recebido n'Ele supera, em grande medida, o pecado de Adão e as consequências causadas sobre a humanidade, de modo que Paulo pode chegar à conclusão: "Onde, porém, abundou o pecado, superabundou a graça" (Rm 5, 20). Portanto, o confronto que Paulo traça entre Adão e Cristo põe em realce a inferioridade do primeiro homem em relação à prevalência do segundo.

Por outro lado, é precisamente para pôr em ressalto o dom incomensurável da graça, em Cristo, que Paulo menciona o pecado de Adão: dir-se-ia que se não tivesse sido para demonstrar a centralidade da graça, ele não teria demorado a tratar o pecado que, "por causa de um só homem, entrou no mundo e, com o pecado, a morte" (Rm 5, 12). Por isso, se na fé da Igreja maturou a consciência do dogma do pecado original foi porque ele está relacionado inseparavelmente com o outro dogma, o da salvação e da liberdade em Cristo. A consequência disto é que nunca deveríamos tratar o pecado de Adão e da humanidade separando-os do contexto salvífico, isto é, sem os incluir no horizonte da justificação em Cristo.

Mas como homens de hoje devemos perguntar-nos: o que é este pecado original O que ensina São Paulo, o que ensina a Igreja Ainda hoje se pode afirmar esta doutrina Muitos pensam que, à luz da história da evolução, já não haveria lugar para a doutrina de um primeiro pecado, que depois se teria difundido em toda a história da humanidade. E, por conseguinte, também a questão da Redenção e do Redentor perderia o seu fundamento. Portanto, existe ou não o pe-

cado original Para poder responder devemos distinguir dois aspectos da doutrina sobre o pecado original. Existe um aspecto empírico, isto é, realidade concreta, visível, diria tangível para todos. E um aspecto mistérico, relativo ao fundamento ontológico deste fato. O dado empírico é que existe uma contradição no nosso ser. Por um lado, cada homem sabe que deve fazer o bem e intimamente até o quer fazer. Mas, ao mesmo tempo, sente também o outro impulso para fazer o contrário, para seguir o caminho do egoísmo, da violência, para fazer só o que lhe apraz, mesmo sabendo que assim age contra o bem, contra Deus e contra o próximo. São Paulo na sua Carta aos Romanos expressou esta contradição no nosso ser assim: "Quero o bem, que está ao meu alcance, mas realizá-lo não. Efetivamente, o bem que quero, não o faço, mas o mal que não quero é que pratico" (7, 18-19). Esta contradição interior do nosso ser não é uma teoria. Cada um de nós a vive todos os dias. E sobretudo vemos sempre em nossa volta a prevalência desta segunda vontade. suficiente pensar nas notícias quotidianas sobre injustiças, violência, mentira, luxúria. Vemo-lo todos os dias: é uma realidade.

Como consequência deste poder do mal nas nossas almas, desenvolveu-se na história um rio impuro, que envenena a geografia da história humana. O grande pensador francês Blaise Pascal falou de uma "segunda natureza", que se sobrepõe à nossa natureza originária, boa. Esta "segunda natureza" faz sobressair o mal como normal para o homem. Assim também a expressão habitual: "Isto é humano" pode querer dizer: este homem é bom, realmente age como deveria agir um homem. Mas "isto é humano" também pode significar falsidade: o mal é normal, é humano. O mal parece ter-se tornado uma segunda natureza. Esta contradição do ser humano, da nossa história deve provocar, e provoca também hoje, o desejo de redenção. E, na realidade, o desejo que o mundo seja mudado e a promessa que será criado um mundo de justiça, de paz, de bem, está presente em toda a parte: na política, por exemplo, todos falam desta necessidade de mudar o mundo, de criar um mundo mais justo. precisamente esta a expressão do desejo que haja uma libertação da contradição que experimentamos em nós próprios.

Por conseguinte, o fato do poder do mal no coração humano e na história humana é inegável. A questão é: como se explica este mal Na história do pensamento, prescindindo da fé cristã, existe um modelo principal de explicação, com diversas variações. Este modelo diz: o próprio ser é contraditório, tem em si quer o bem quer o mal. Na antiguidade esta ideia incluía a opinião que existiam dois princípios igualmente originários: um princípio bom e um princípio mau. Este dualismo seria insuperável; os dois princípios estão no mesmo nível, por isso haverá sempre, desde a origem do ser, esta contradição. A contradição do nosso ser, portanto, refletiria apenas, por assim dizer, a contrariedade dos dois princípios divinos. Na versão evolucionista, ateia, do mundo volta de maneira nova a mesma visão. Mesmo se, nesta concepção,

a visão do ser é monista, supõe-se que o ser como tal desde o início tenha em si o mal e o bem. O próprio ser não é simplesmente bom, mas aberto ao bem e ao mal. O mal é igualmente originário como o bem. E a história humana desenvolveria apenas o modelo já presente em toda a evolução precedente. Aquilo a que os cristãos chamam pecado original na realidade seria apenas o carácter misto do ser, uma mistura de bem e de mal que, segundo esta teoria, pertenceria à própria capacidade do ser. No fundo, trata-se de uma visão desesperada: se assim é, o mal é invencível. No final conta unicamente o próprio interesse. E cada progresso deveria ser necessariamente pago com um rio de mal e quem quisesse servir o progresso deveria aceitar pagar este preço. No fundo, a política é delineada precisamente sobre estas premissas: e vemos os seus efeitos. Este pensamento moderno pode, no final, criar tristeza e cinismo. E assim perguntamos de novo: o que diz a fé, testemunhada por São Paulo Como primeiro ponto, ela confirma o fato da competição entre as duas naturezas, o fato deste mal cuja sombra pesa sobre toda a criação. Ouvimos o capítulo 7 da Carta aos Romanos, poderíamos acrescentar o capítulo 8. O mal simplesmente existe. Como explicação, em contraste com os dualismos e os monismos que consideramos brevemente e que achamos desoladores, a fé diz-nos: existem dois mistérios de luz e um mistério de trevas, que contudo está envolvido pelos mistérios de luz. O primeiro mistério de luz é este: a fé diz-nos que não existem dois princípios, um bom e um mau, mas há um só princípio, o Deus criador, e este princípio é bom, só bom, sem sombra de mal. E por isso também o ser não é uma mistura de bem e mal; o ser como tal é bom e por isso é bom ser, é bom viver. esta a boa nova da fé: há apenas uma fonte boa, o Criador. E por isso viver é um bem, é bom ser um homem, uma mulher, a vida é boa. Depois segue-se um mistério de escuridão, de trevas. O mal não provém da fonte do próprio ser, não tem a mesma origem. O mal vem de uma liberdade criada, de uma liberdade abusada.

Como foi possível, como aconteceu Isto permanece obscuro. O mal não é lógico. Só Deus e o bem são lógicos, são luz. O mal permanece misterioso. Apresentámo-lo com grandes imagens, como faz o capítulo 3 do Gênesis, com aquela visão das duas árvores, da serpente, do homem pecador. Uma grande imagem que nos faz adivinhar, mas não pode explicar quanto é em si mesmo ilógico. Podemos adivinhar, não explicar; nem sequer o podemos contar como um fato ao lado do outro, porque é uma realidade mais profunda. Permanece um mistério de escuridão, de trevas. Mas acrescenta-se imediatamente um mistério de luz. O mal vem de uma fonte subordinada. Deus com a sua luz é mais forte. E por isso o mal pode ser superado. Portanto a criatura, o homem, é curável. As visões dualistas, também o monismo do evolucionismo, não podem dizer que o homem é curável; mas se o mal só vem de uma fonte subordinada, é uma verdade que o homem é curável. E o livro da Sabedoria diz: "São salutares as

criaturas do mundo" (1, 14 vulg). E finalmente, último aspecto, o homem não é só curável, de fato está curado. Deus introduziu a cura. Entrou pessoalmente na história. Opôs à fonte permanente do mal uma fonte de bem puro. Cristo crucificado e ressuscitado, novo Adão, opõe ao rio impuro do mal um rio de luz. E este rio está presente na história: vejamos os santos, os grandes santos mas também os santos humildes, os simples fiéis. Vemos que o rio de luz que provém de Cristo está presente, é forte.

Irmãos e irmãs, é tempo de Advento. Na linguagem da Igreja a palavra Advento tem dois significados: presença e expectativa. Presença: a luz está presente, Cristo é o novo Adão, está conosco e no meio de nós. Já resplandece a luz e devemos abrir os olhos do coração para ver a luz e para nos introduzirmos no rio da luz. Estar sobretudo gratos pelo fato de que o próprio Deus entrou na história como nova fonte de bem. Mas Advento significa também expectativa. A noite escura do mal ainda é forte. E por isso rezemos no Advento com o antigo povo de Deus: " Rorate caeli desuper ". E rezemos com insistência: vem Jesus, dá força à luz e ao bem; vem onde dominam a mentira, a ignorância de Deus, a violência, a injustiça, vem, Senhor Jesus, dá força ao bem no mundo e ajuda-nos a ser portadores da tua luz, artífices da paz, testemunhas da verdade. Vem Senhor Jesus!

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 10 de Dezembro de 2008

São Paulo (16) - O papel dos Sacramentos

Prezados irmãos e irmãs!

Seguindo São Paulo, vimos na catequese de quarta-feira passada duas coisas. A primeira é a que a nossa história humana dos inícios está maculada pelo abuso da liberdade criada, que tenciona emancipar-se da Vontade divina. E assim não encontra a verdadeira liberdade, mas opõe-se à verdade e falsifica, portanto, as nossas realidades humanas. Falsifica sobretudo as relações fundamentais: com Deus, entre o homem e a mulher, entre o homem e a terra. Dissemos que esta mancha da nossa história se difunde em todo o tecido e que este defeito herdado foi aumentando e agora é visível em toda a parte. Esta era a primeira coisa. A segunda é esta: de São Paulo aprendemos que existe um novo início na história e da história em Jesus Cristo, Aquele que é homem e Deus. Com Jesus, que vem de Deus, começa uma nova história formada pelo seu sim ao Pai, por isso fundada não na perspectiva de uma falsa emancipação, mas no amor e na verdade.

Mas agora apresenta-se a questão: como podemos entrar neste novo início, nesta nova história Como chega até mim esta nova história Com a primeira história maculada estamos inevitavelmente ligados pela nossa descendência biológica, dado que todos nós pertencemos ao único corpo da humanidade. Mas como se realiza a comunhão com Jesus, o novo nascimento para começar a fazer parte da nova humanidade Como chega Jesus à minha vida, ao meu ser A resposta fundamental de São Paulo, de todo o Novo Testamento é: chega por obra do Espírito Santo. Se a primeira história começa, por assim dizer, com a biologia, a segunda começa no Espírito Santo, o Espírito de Cristo ressuscitado. Este Espírito criou no Pentecostes o início da nova humanidade, da nova comunidade, a Igreja, o Corpo de Cristo.

Porém, temos que ser ainda mais concretos: como pode tornar-se este Espírito de Cristo o Espírito Santo, meu Espírito A resposta é que isto acontece de três modos, íntima e reciprocamente interligados. O primeiro é este: o Espírito de Cristo bate à porta do meu coração, toca-me interiormente. Mas dado que a nova humanidade deve ser um verdadeiro corpo, porque o Espírito deve reunir-nos e realmente criar uma comunidade, porque é característico do novo início a superação das divisões e a criação da agregação dos dispersos, este Espírito de Cristo serve-se de dois elementos de agregação visível: da Palavra do anúncio e dos Sacramentos, de modo particular do Batismo e da Eucaristia. Na Carta aos Romanos, São Paulo diz: "Se com a tua boca confessares o Senhor Jesus e no teu coração acreditares que Deus O

ressuscitou dentre os mortos, serás salvo" (10, 9), ou seja, entrarás na nova história, história de vida e não de morte. Depois, São Paulo continua: "Mas como invocarão Aquele em quem não acreditaram Como hão-de acreditar naquele de quem não ouviram falar Como ouvirão, se ninguém lhes anunciar E como O anunciarão, se não forem enviados" (Rm 10, 14-15). Num trecho sucessivo, diz ainda: "A fé vem da escuta" (cf. Rm 10, 17). A fé não é produto do nosso pensamento, da nossa reflexão, é algo de novo que não podemos inventar, mas somente receber como uma novidade produzida por Deus. E a fé não vem da leitura, mas da escuta. Não é algo somente interior, mas uma relação com Alguém. Supõe um encontro com o anúncio, supõe a existência do outro que anuncia e cria comunhão.

E finalmente, o anúncio: aquele que anuncia não fala por si, mas é enviado. Está dentro de uma estrutura de missão que começa com Jesus enviado pelo Pai, passa aos apóstolos a palavra apóstolos significa "enviados" e continua no ministério, nas missões transmitidas pelos apóstolos. O novo tecido da história aparece nesta estrutura das missões, na qual ultimamente ouvimos falar o próprio Deus, a sua Palavra pessoal, o Filho que fala conosco, chega até nós. A Palavra fez-se carne, Jesus, para criar realmente uma nova humanidade. Por isso, a palavra do anúncio torna-se Sacramento no Batismo, que é renascimento da água e do Espírito, como dirá São João. No capítulo 6 da Carta aos Romanos, São Paulo fala de modo muito profundo do Batismo. Ouvimos o texto. Mas talvez seja útil repeti-lo: "Ignorais, porventura, que todos nós que fomos batizados em Jesus Cristo, fomos batizados na sua morte Por meio do Batismo, portanto, fomos sepultados juntamente com Ele na morte para que, como Cristo ressuscitou dos mortos mediante a glória do Pai, assim também nós possamos caminhar numa vida nova" (6, 34).

Nesta catequese, naturalmente, não posso entrar numa interpretação pormenorizada deste texto não fácil. Gostaria de fazer notar brevemente só três coisas. A primeira: "fomos batizados" é uma forma passiva. Ninguém pode batizar-se a si mesmo, pois tem necessidade do outro. Ninguém pode tornar-se cristão por si próprio. Tornar-se cristão é um processo passivo. Somente podemos tornar-nos cristãos por meio de outro. E este "outro" que nos faz cristãos, que nos oferece o dom da fé, é em primeiro lugar a comunidade dos fiéis, a Igreja. Da Igreja recebemos a fé, o Batismo. Sem nos deixarmos formar por esta comunidade, não nos tornamos cristãos. Um cristianismo autónomo, autoproduzido, é uma contradição em si. Em primeiro lugar, este outro é a comunidade dos fiéis, a Igreja, mas em segundo lugar também esta comunidade não age sozinha, segundo as próprias ideias e aspirações. Também a comunidade vive no mesmo processo passivo: somente Cristo pode constituir a Igreja. Cristo é o verdadei-

ro doador dos Sacramentos. Este é o primeiro ponto: ninguém se batiza a si mesmo, e ninguém se torna cristão por si próprio. Nós tornamo-nos cristãos.

A segunda coisa é esta: o Batismo é mais que um lavacro. É morte e ressurreição. O próprio Paulo, falando na Carta aos Gálatas da transformação da sua vida que se realizou no encontro com Cristo ressuscitado, descreve-a com estas palavras: estou morto. Nesse momento começa realmente uma nova vida. Tornar-se cristão é mais que uma operação cosmética, que acrescentaria algo de bonito a uma existência já mais ou menos completa. É um novo início, é o renascimento: morte e ressurreição. Obviamente, na ressurreição renasce aquilo que era bom na existência precedente.

A terceira coisa é: a matéria faz parte do Sacramento. O cristianismo não é uma realidade puramente espiritual. Implica o corpo. Implica o cosmos. Estende-se para a nova terra e nos novos céus. Voltemos às últimas palavras do texto de São Paulo. Assim diz ele podemos "caminhar numa vida nova". Elemento de um exame de consciência para todos nós: caminhar numa nova vida. Isto pelo Batismo.

Agora consideremos o Sacramento da Eucaristia. Já mostrei noutras catequeses com que respeito profundo São Paulo transmite verbalmente a tradição sobre a eucaristia, que recebeu das mesmas testemunhas da última noite. Transmite estas palavras como um precioso tesouro confiado à sua fidelidade. E assim ouvimos nestas palavras realmente as testemunhas da última noite. Ouçamos as palavras do Apóstolo: "Eu recebi do Senhor aquilo que também vos transmiti: que o Senhor Jesus, na noite em que foi entregue, tomou o pão e, depois de dar graças, partiu-o e disse: "Isto é o meu corpo, que será entregue por vós fazei isto em memória de mim". Do mesmo modo, depois de cear, tomou o cálice e disse: "Este cálice é a Nova Aliança no meu sangue: todas as vezes que o beberdes, fazei-o em memória de mim"" (1 Cor 11, 23-25). É um texto inesgotável. Também aqui, nesta catequese, somente duas breves observações. Paulo transmite assim as palavras do Senhor sobre o cálice: este cálice é "a Nova Aliança do meu sangue". Nestas palavras esconde-se uma referência a dois textos fundamentais do Antigo Testamento. A primeira referência é à promessa de uma nova aliança, no Livro do profeta Jeremias. Jesus diz aos discípulos e também a nós: agora, nesta hora, comigo e com a minha morte, realiza-se a nova aliança do meu sangue começa no mundo esta nova história da humanidade. Mas nestas palavras está também presente uma referência ao momento da aliança do Sinai, onde Moisés dissera: "Este é o sangue da aliança, que o Senhor estabeleceu convosco, mediante todas estas palavras" (Êx 24, 8). Ali, tratava-se de sangue de animais. O sangue dos animais somente podia ser expressão de um desejo, espera do verdadeiro sacrifício, do verdadeiro culto. Com o dom do cálice, o Senhor oferece-nos o verdadeiro sacrifício. O

único sacrifício verdadeiro é o amor do Filho. com a dádiva deste amor, do amor eterno, que o mundo entra na nova aliança. Celebrar a Eucaristia significa que Cristo se entrega a si mesmo, o seu amor, para nos conformar consigo e para criar assim um mundo novo.

O segundo aspecto importante da doutrina sobre a eucaristia aparece na mesma primeira Carta aos Coríntios, onde São Paulo diz: "O cálice da bênção que abençoamos não é a comunhão do sangue de Cristo E o pão que partimos não é a comunhão do corpo de Cristo Uma vez que há um só pão, nós, embora sendo muitos, formamos um só corpo, porque todos nós participamos do mesmo pão" (10, 16-17). Nestas palavras manifestam-se igualmente o carácter pessoal e a índole social do Sacramento da Eucaristia. Cristo une-se pessoalmente a cada um de nós, mas é o próprio Cristo que se une também ao homem e à mulher que estão ao meu lado. E o pão é para mim e também para o outro. Assim Cristo une todos nós a si mesmo e une-nos todos uns aos outros. Na comunhão recebemos Cristo. Mas Cristo une-se de igual modo ao meu próximo: Cristo e o próximo são inseparáveis na Eucaristia. E assim todos nós somos um só pão, um só corpo. Uma Eucaristia sem solidariedade com os outros é uma Eucaristia abusada. E aqui estamos também na raiz e ao mesmo tempo no centro da doutrina sobre a Igreja como Corpo de Cristo, de Cristo ressuscitado.

Vejamos também todo o realismo desta doutrina. Na Eucaristia, Cristo entrega-nos o seu corpo, doa-se a si mesmo no seu corpo e assim faz-nos seu corpo, une-nos ao seu corpo ressuscitado. Se o homem come o pão normal, este pão no processo da digestão torna-se parte do seu corpo, transformado em substância de vida humana. Mas na sagrada Comunhão realiza-se o processo oposto. Cristo, o Senhor, assimila-nos a si, introduz-nos no seu Corpo glorioso e assim todos juntos nos tornamos seu Corpo. Quem lê somente o cap. 12 da primeira Carta aos Coríntios e o cap. 12 da Carta aos Romanos, poderia pensar que a palavra sobre o Corpo de Cristo como organismo dos carismas é apenas uma espécie de parábola sociológico-teológica. Realmente, na politologia romana esta parábola do corpo com diversos membros que formam uma unidade era usada para o próprio Estado, para dizer que o Estado é um organismo em que cada qual tem a sua função, a multiplicidade e diversidade das funções formam um corpo e cada um tem o seu lugar. Lendo somente o cap. 12 da primeira Carta aos Coríntios, poder-se-ia pensar que Paulo se limita a transferir apenas isto à Igreja, que também aqui se trata só de uma sociologia da Igreja. Mas tendo em consideração este capítulo 10, vemos que o realismo da Igreja é bem diferente, muito mais profundo e verdadeiro que o de um Estado-organismo. Porque realmente Cristo doa o seu corpo e faz de nós o seu corpo. Tornamo-nos realmente unidos ao corpo ressuscitado de Cristo e, assim, unidos uns aos outros. A Igreja não é somen-

te uma corporação como o Estado, mas é um corpo. Não é simplesmente uma organização, mas um verdadeiro organismo.

No final, só uma brevíssima palavra sobre o Sacramento do matrimônio. Na Carta aos Coríntios encontram-se só algumas referências, enquanto a Carta aos Efésios desenvolveu realmente uma profunda teologia do Matrimônio. Aqui Paulo define o Matrimônio como "grande mistério". Di-lo "com referência a Cristo e à sua Igreja" (5, 32). Neste trecho há que ressaltar uma reciprocidade que se configura numa dimensão vertical. A submissão recíproca deve adoptar a linguagem do amor, que tem o seu modelo no amor de Cristo pela Igreja. Esta relação Cristo-Igreja torna primário o aspecto teologal do amor matrimonial, exalta o relacionamento afetivo entre os esposos. Um matrimônio autêntico será bem vivido, se no constante crescimento humano e afetivo se revigorar para permanecer sempre vinculado à eficácia da Palavra e ao significado do Batismo. Cristo santificou a Igreja, purificando-a por meio do lavacro da água, acompanhado pela Palavra. A participação no corpo e sangue do Senhor somente consolida, além de tornar visível, uma união tornada indissolúvel pela graça.

E no final ouvimos a palavra de São Paulo aos Filipenses: "O Senhor está próximo" (4, 5). Parece-me que compreendemos que, mediante a Palavra e os Sacramentos, em toda a nossa vida o Senhor está próximo. Oremos a Ele a fim de podermos ser cada vez mais sensibilizados no íntimo do nosso ser por esta sua proximidade, para que nasça a alegria aquela alegria que brota quando Jesus está realmente próximo.

PAPA BENTO XVI AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 17 de Dezembro de 2008

O mistério do Natal

Estimados irmãos e irmãs

Começam precisamente hoje os dias do Advento que nos preparam imediatamente para o Natal do Senhor: estamos na Novena de Natal, que em muitas comunidades cristãs é celebrada com liturgias ricas de textos bíblicos, todos destinados a alimentar a expectativa pelo nascimento do Salvador. Com efeito, a Igreja inteira concentra o seu olhar de fé nesta festa já próxima predispondo-se, como todos os anos, para se unir ao cântico jubiloso dos anjos, que no coração da noite anunciarão aos pastores o extraordinário acontecimento do nascimento do Redentor, convidando-os a ir à gruta de Belém. Ali está o Emanuel, o Criador que se fez criatura, envolvido em faixas e posto numa pobre manjedoura (cf. Lc 2, 13-14).

Pelo clima que o distingue, o Natal é uma festa universal. De fato, mesmo quem não se professa crente, pode sentir nesta celebração cristã anual algo de extraordinário e de transcendente, algo de íntimo que fala ao coração. É a festa que canta o dom da vida. O nascimento de uma criança deveria ser sempre um acontecimento que traz alegria; o abraço de um recém-nascido suscita normalmente sentimentos de atenção e de cuidado, de emoção e de ternura. O Natal é o encontro com um recém-nascido que geme numa gruta miserável. Contemplando-o no presépio, como deixar de pensar nas numerosas crianças que ainda hoje vêm à luz numa grande pobreza, em muitas regiões do mundo Como não pensar nos recém-nascidos não acolhidos e rejeitados, naqueles que não conseguem sobreviver devido à carência de cuidados e de atenções Como deixar de pensar também nas famílias que gostariam de ter a alegria de um filho, e não conseguem satisfazer esta sua expectativa Sob o impulso de um consumismo hedonista, infelizmente, o Natal corre o risco de perder o seu significado espiritual, para se reduzir a uma mera ocasião comercial de compras e troca de presentes! Na verdade, porém, as dificuldades, as incertezas e a própria crise econômica que nestes meses estão a viver muitíssimas famílias, e que atinge toda a humanidade, podem ser um estímulo a redescobrir o calor da simplicidade, da amizade e da solidariedade, valores típicos do Natal. Despojado das incrustações consumistas e materialistas, o Natal pode tornar-se assim uma ocasião para acolher, como dom pessoal, a mensagem de esperança que promana do mistério do nascimento de Cristo.

Porém, tudo isto não basta para compreender na sua plenitude o valor da festa para a qual estamos a preparar-nos. Nós sabemos que ela celebra o acontecimento central da história: a

Encarnação do Verbo divino para a redenção da humanidade. São Leão Magno, numa das suas numerosas homilias natalícias, assim exclama: "Exultemos no Senhor, ó meus queridos, e abramos o nosso coração à alegria mais pura. Porque despontou o dia que para nós significa a nova redenção, a antiga preparação, a felicidade eterna. Com efeito, renova-se para nós no recorrente ciclo anual, o excelso mistério da nossa salvação que, prometido no início e concedido no fim dos tempos, está destinado a durar eternamente" (Homilia XXII). Sobre esta verdade fundamental São Paulo reflete várias vezes nas suas Cartas. Aos Gálatas, por exemplo, escreve: "Mas ao chegar a plenitude dos tempos, Deus enviou o seu Filho, nascido de mulher, nascido sujeito à Lei... para que recebêssemos a adoção de filhos" (4, 4). Na Carta aos Romanos evidencia as consequências lógicas e exigentes deste acontecimento salvífico: "Se somos filhos (de Deus), somos igualmente herdeiros; herdeiros de Deus e co-herdeiros de Cristo se verdadeiramente participamos nos seus sofrimentos, para sermos também glorificados com Ele" (8, 17). Mas é sobretudo São João, no Prólogo do quarto Evangelho, que medita profundamente sobre o mistério da Encarnação. E é por isso que o Prólogo faz parte da liturgia do Natal desde os tempos mais antigos: efetivamente, nele encontra-se a expressão que indica o fundamento da nossa alegria e resume o conteúdo autêntico desta festa: "*Et Verbum caro factum est et habitavit in nobis* / E o Verbo fez-se homem e habitou entre nós" (Jo 1, 14).

Portanto, no Natal não nos limitamos a comemorar o nascimento de uma grande personagem; não celebramos simples e abstratamente o mistério do nascimento do homem ou em geral o mistério da vida; ainda menos festejamos o início da nova estação. No Natal, recordamos algo de muito concreto e importante para os homens, algo de essencial para a fé cristã, uma verdade que São João resume com estas poucas palavras: "O Verbo fez-se carne". Trata-se de um acontecimento histórico que o Evangelista Lucas se preocupa em situar num contexto bem determinado: nos dias em que foi emanado o decreto para o primeiro recenseamento de César Augusto, quando Quirino era governador da Síria (cf. Lc 2, 1-7). Portanto, foi numa noite historicamente datada que se verificou o acontecimento de salvação que Israel aguardava havia séculos. Na escuridão da noite de Belém acendeu-se uma grande luz: o Criador do universo encarnou, unindo-se indissoluvelmente à natureza humana, de maneira a ser realmente "Deus de Deus, luz da luz" e ao mesmo tempo homem, verdadeiro homem. Aquilo ao que João chama, em grego "*ho logos*" traduzido em latim como "*Verbum*", "Verbo" significa também "o Sentido".

Portanto, poderíamos entender a expressão de João assim: o "Sentido eterno" do mundo fez-se tangível aos nossos sentidos e à nossa inteligência: agora podemos tocá-lo e contemplá-lo (cf. 1 Jo 1, 1). O "Sentido" que se fez carne não é simplesmente uma ideia geral ínsita no mundo;

é uma "Palavra" dirigida a nós. O Logos conhece-nos, chama-nos, guia-nos. Não é uma lei universal, no seio da qual nós desempenhamos um papel, mas é uma Pessoa que se interessa por cada pessoa: é o Filho de Deus vivo, que se fez homem em Belém.

Para muitos homens, e de certo modo para todos nós, isto parece demasiado bonito para ser verdade. Com efeito, aqui é-nos reiterado: sim, existe um sentido, e o sentido não é um protesto importante contra o absurdo. O Sentido tem poder: é Deus. Um Deus bom, que não deve ser confundido com qualquer ser excelso e distante, que nunca nos é concedido alcançar, mas um Deus que se fez nosso próximo e está muito próximo de nós, que tem tempo para cada um de nós e que veio para permanecer conosco. Então, é espontâneo perguntar-se: "É possível algo deste tipo digno de Deus, tornar-se criança". Para procurar abrir o coração a esta verdade que ilumina toda a existência humana, é necessário humilhar a mente e reconhecer o limite da nossa inteligência. Na gruta de Belém, Deus mostra-se-nos como humilde "menino" para derrotar esta nossa soberba. Talvez nos teríamos rendido mais facilmente diante do poder, diante da sabedoria; mas Ele não quer a nossa rendição; pelo contrário, faz apelo ao nosso coração e à nossa livre decisão de aceitar o seu amor. Fez-se pequeno para nos libertar daquela humana pretensão de grandeza, que brota da soberba; encarnou-se livremente para nos tornar deveras livres, livres para o amar.

Estimados irmãos e irmãs, o Natal é uma oportunidade privilegiada para meditar sobre o sentido e o valor da nossa existência. O aproximar-se desta solenidade ajuda-nos a refletir, por um lado, sobre a dramaticidade da história em que os homens, feridos pelo pecado, andam perenemente à procura da felicidade e de um sentido satisfatório do viver e do morrer; por outro, exorta-nos a meditar sobre a bondade misericordiosa de Deus, que veio ao encontro do homem para lhe comunicar diretamente a Verdade que salva, e para o tornar partícipe da sua amizade e da sua vida. Por conseguinte, preparemo-nos para o Natal com humildade e simplicidade, dispondo-nos a receber o dom da luz, da alegria e da paz, que se irradiam deste mistério. Acolhamos o Natal de Cristo como um acontecimento capaz de renovar hoje a nossa existência. O encontro com o Menino Jesus faça de nós pessoas que não pensam unicamente em si mesmas, mas que se abram às expectativas e às necessidades dos irmãos. Desta maneira, tornar-nos-emos também nós testemunhas da luz que o Natal irradia sobre a humanidade do terceiro milênio. Peçamos a Maria Santíssima, tabernáculo do Verbo encarnado, e a São José, silenciosa testemunha dos acontecimentos da salvação, que nos transmitam os sentimentos que eles nutriam enquanto esperavam o nascimento de Jesus, de modo que possamos preparar-nos para celebrar santamente o próximo Natal, no júbilo da fé e animados pelo compromisso de uma conversão sincera. Feliz Natal a todos!

2009

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 7 de Janeiro de 2009

São Paulo (17) - O culto espiritual

Queridos irmãos e irmãs!

Nesta primeira Audiência geral de 2009, desejo formular a todos vós fervorosos bons votos para o novo ano que acaba de iniciar. Reavivemos em nós o compromisso a abrir a Cristo a mente e o coração, para sermos e vivermos como seus verdadeiros amigos. A sua companhia fará com que este ano, apesar das suas inevitáveis dificuldades, seja um caminho cheio de alegria e de paz. De fato, só se permanecermos unidos a Jesus, o ano novo será bom e feliz.

O compromisso de união com Cristo é o exemplo que nos oferece também São Paulo. Prosseguindo as catequeses a ele dedicadas, detemo-nos hoje a refletir sobre um dos aspectos importantes do seu pensamento, o relativo ao culto que os cristãos são chamados a praticar. No passado, agradava falar de uma tendência bastante anticultual do Apóstolo, de uma "espiritualização" da ideia do culto. Hoje compreendemos melhor que Paulo vê na cruz de Cristo uma mudança histórica, que transforma e renova radicalmente a realidade do culto. Há sobretudo três textos da Carta aos Romanos nas quais sobressai esta nova visão do culto.

Em Rm 3, 25, depois de ter falado da "redenção realizada por Jesus Cristo", Paulo continua com uma fórmula para nós misteriosa e diz assim: Deus "preestabeleceu-o para servir como instrumento de expiação por meio da fé, no seu sangue". Com esta expressão para nós bastante inusual "instrumento de expiação" São Paulo menciona o chamado "propiciatório" do templo antigo, isto é a tampa da arca da aliança, que era considerada ponto de contato entre Deus e o homem, ponto da Sua presença misteriosa no mundo dos homens. Este "propiciatório", no grande dia da reconciliação "*yom kippur*" era aspergido com o sangue de animais sacrificados sangue que simbolicamente levava os pecados do ano transcorrido ao contato com Deus e deste modo eram lançados no abismo da bondade divina, como que absorvidos pela força de Deus, superados, perdoados. A vida começava de novo.

São Paulo menciona este rito e diz: Este rito era expressão do desejo de que se pudessem realmente lançar todas as nossas culpas no abismo da misericórdia divina e assim fazê-las desaparecer. Mas com o sangue de animais não se realiza este processo. Era necessário um contato mais real entre culpa humana e amor divino. Este contato teve lugar na cruz de Cristo. Cristo, verdadeiro Filho de Deus, que se fez homem verdadeiro, assumiu em si todas as nossas culpas. Ele próprio é o lugar de contato entre miséria humana e misericórdia divina; no seu coração dissolve-se a massa triste do mal realizado pela humanidade, e renova-se a vida.

Revelando esta mudança, São Paulo diz-nos: com a cruz de Cristo o ato supremo do amor divino tornado amor humano o velho culto com sacrifícios dos animais no tempo de Jerusalém terminou. Este culto simbólico, culto de desejo, agora é substituído pelo culto real: o amor de Deus encarnado em Cristo e levado a cumprimento com a morte na cruz. Portanto esta não é uma espiritualização de um culto real, mas ao contrário o culto real, o verdadeiro amor divino humano, substitui o culto simbólico e provisório. A cruz de Cristo, o seu amor com a carne e com o sangue é o culto real, correspondendo à realidade de Deus e do homem. Antes da destruição externa do templo para Paulo a era do templo e do seu culto já tinha terminado: Paulo encontra-se aqui em perfeita sintonia com as palavras de Jesus, que tinha anunciado o fim do templo e outro templo "não construído por mãos humanas" o templo do seu corpo ressuscitado (cf. Mc 14, 58; Jo 2, 19ss.). Este é o primeiro texto.

O segundo texto sobre o qual hoje gostaria de falar encontra-se no primeiro versículo do capítulo 12 da Carta aos Romanos. Ouvimo-lo e repito-o de novo: "Exorto-vos, portanto, irmãos, pela misericórdia de Deus, a que ofereçais os vossos corpos como hóstia viva, santa e agradável a Deus: este é o vosso culto espiritual". Verifica-se nestas palavras um aparente paradoxo: o sacrifício normalmente exige a morte da vítima, mas Paulo fala dele em relação com a vida do cristão. A expressão "apresentai os vossos corpos", considerando o conceito sucessivo de sacrifício, assume a tonalidade cultual de "dar em oblação, oferecer". A exortação a "oferecer os corpos" refere-se a todas as pessoas; de fato, em Rm 6, 13 ele convida a "apresentar-vos". De resto, a referência explícita à dimensão física do cristão coincide com o convite a "glorificar Deus no vosso corpo" (1 Cor 6, 20): isto é, trata-se de honrar Deus na existência quotidiana mais concreta, feita de visibilidade relacional e perceptível.

Um comportamento como este é qualificado por Paulo como "sacrifício vivo, santo, agradável a Deus". É aqui que encontramos precisamente o vocábulo "sacrifício". No uso corrente esta palavra faz parte de um contexto sacral e serve para designar a degolação de um animal, do qual uma parte pode ser queimada em honra dos deuses e a outra ser consumida pelos oferentes num banquete. Paulo, ao contrário, aplica-o à vida do cristão. De fato, qualifica tal sacrifício servindo-se de três adjetivos. O primeiro "vivo" expressa uma vitalidade. O segundo "santo" recorda a ideia paulina de uma santidade relacionada não com lugares ou objetos, mas com a própria pessoa dos cristãos. O terceiro "agradável a Deus" talvez recorde a frequente expressão bíblica do sacrifício "em agradável odor" (cf. Lv 1, 13.17; 23, 18; 26, 31; etc.).

Logo a seguir, Paulo define assim este novo modo de viver: este é "o vosso culto espiritual". Os comentadores do texto sabem bem que a expressão grega (*ten logiken latreian*) não é fácil de traduzir. A Bíblia latina traduz: "*rationabile obsequium*". A mesma palavra "*rationabile*"

aparece na Oração eucarística, o Cânone Romano: nele reza-se para que Deus aceite esta oferenda como "*rationabile*". A habitual tradução portuguesa "culto espiritual" não reflete todas as conotações do texto grego (nem sequer do latino). Contudo não se trata de um culto menos real, ou até só metafórico, mas de um culto mais concreto e realista um culto no qual o próprio homem na sua totalidade de um ser dotado de razão, se torna adoração, glorificação do Deus vivo.

Esta fórmula paulina, que volta na Oração eucarística romana, é fruto de um longo desenvolvimento da experiência religiosa nos séculos anteriores a Cristo. Nesta experiência encontram-se desenvolvimentos teológicos do Antigo Testamento e correntes do pensamento grego. Gostaria de mostrar pelo menos alguns elementos deste desenvolvimento. Os profetas e muitos Salmos criticam bastante os sacrifícios cruentos do templo. Por exemplo, diz o Salmo 50 (49), no qual é Deus quem fala: "Se eu tivesse fome não o diria a ti, pois o mundo é meu, e o que nele existe. Acaso comeria eu carne de touros, e beberia sangue de cabritos? Oferece a Deus um sacrifício de confissão..." (vv. 12-14). No mesmo sentido diz o Salmo seguinte, 51(50): "Pois tu não queres um sacrifício e um holocausto não te agrada. Sacrifício a Deus é um espírito contrito, coração contrito e esmagado, ó Deus, tu não o desprezas" (vv. 18ss.). No Livro de Daniel, no tempo da nova destruição do templo por parte do regime helénico (séc. II a. c.) encontramos um trecho na mesma direção. No meio do fogo isto é, na perseguição, no sofrimento Azarias reza assim: "Não há mais, nestas circunstâncias, nem chefe, nem profeta, nem príncipe, nem holocausto, nem sacrifício, nem oblação, nem incenso, nem lugar onde oferecermos as primícias diante de ti para encontrarmos misericórdia. Contudo com a alma quebrantada e o espírito humilhado possamos encontrar acolhida, tal como se viéssemos com holocaustos de carneiros e de touros... Tal se torne o nosso sacrifício hoje diante de ti, e se complete junto a ti..." (Dn 3, 38ss.). Na destruição do santuário e do culto, nesta situação de privação de qualquer sinal da presença de Deus, o crente oferece como verdadeiro holocausto o coração contrito o seu desejo de Deus.

Vemos um desenvolvimento importante, mas com um perigo. Há uma espiritualização, uma moralização do culto: o culto torna-se só uma coisa do coração, do espírito. Mas falta o corpo, falta a comunidade. Assim compreende-se por exemplo que o Salmo 51 e também o Livro de Daniel, apesar da critica do culto, desejam que voltem os sacrifícios no templo. Mas trata-se de um tempo renovado, um sacrifício renovado, numa síntese que ainda não era previsível, que ainda não se podia pensar.

Voltemos a São Paulo. Ele é herdeiro destes desenvolvimentos, do desejo do verdadeiro culto, no qual o próprio homem se torne glória de Deus, adoração viva com todo o seu ser. Neste

sentido ele diz aos Romanos: "Oferecei os vossos corpos como sacrifício vivo...: este é o vosso culto espiritual" (Rm 12, 1). Paulo repete assim o que já tinha indicado no capítulo 3: o tempo de sacrifícios de animais, sacrifícios de substituição, terminou. Chegou o tempo do culto verdadeiro. Mas aqui há também o perigo de uma incompreensão: poder-se-ia interpretar facilmente este novo culto num sentido moralista: oferecendo a nossa vida fazemos nós o culto verdadeiro. Deste modo o culto com os animais seria substituído pelo moralismo: o próprio homem faria tudo sozinho com o seu esforço moral. E esta não era certamente a intenção de São Paulo. Mas permanece a questão: então como devemos interpretar este "culto espiritual, razoável"? Paulo supõe sempre que nós nos tornamos "um em Cristo Jesus" (Gl 3, 28), que morremos no batismo (cf. Rm 1) e vivemos agora com Cristo, para Cristo e em Cristo. Nesta união e só assim podemos tornar-nos n'Ele e com Ele "sacrifício vivo", oferecer o "culto verdadeiro". Os animais sacrificados deveriam ter substituído o homem, o dom de si do homem, e não podiam. Jesus Cristo, na sua doação ao Pai e a nós, não é uma substituição, mas traz realmente em si o ser humano, as nossas culpas e o nosso desejo; representa-nos realmente, assume-nos. Na comunhão com Cristo, realizada na fé e nos sacramentos, tornamo-nos, apesar de todas as nossas insuficiências, sacrifício vivo: realiza-se o "culto verdadeiro".

Esta síntese está no final do Cânone romano no qual se reza para que esta oferenda se torne "*rationabile*" que se realize o culto espiritual. A Igreja sabe que na Santíssima Eucaristia a autodoação de Cristo, o seu sacrifício verdadeiro se torna presente. Mas a Igreja reza para que a comunidade celebrante esteja realmente unida com Cristo, seja transformada; reza para que nós próprios nos tornemos o que não podemos ser com as nossas forças: oferenda "*rationabile*" que apraz a Deus. Assim a oração eucarística interpreta de modo justo as palavras de São Paulo. Santo Agostinho esclareceu tudo isto de modo maravilhoso no 10º livro da sua Cidade de Deus. Cito apenas duas frases. "Isto é o sacrifício dos cristãos: mesmo sendo muitos somos um só corpo em Cristo"... "Toda a comunidade (*civitas*) remida, isto é a congregação e a sociedade dos santos, é oferenda a Deus mediante o Sumo Sacerdote que se doou a si mesmo" (10, 6: ccl 47, 27ss.).

Por fim, ainda uma breve palavra sobre o terceiro texto da Carta aos Romanos relativo ao novo culto. São Paulo diz assim no cap. 15: "a graça que me foi concedida por Deus de ser o ministro (*hierourgein*) de Cristo Jesus para os gentios, a serviço do Evangelho de Deus, a fim de que a oblação dos gentios se torne agradável, santificada pelo Espírito Santo" (15, 15s). Desejo realçar só dois aspectos deste texto maravilhoso e a terminologia única nas cartas paulinas. Antes de tudo, São Paulo interpreta a sua ação missionária entre os povos do mundo para construir a Igreja universal como ação sacerdotal. Anunciar o Evangelho para unir os

povos na comunhão de Cristo ressuscitado é uma ação "sacerdotal". O apóstolo do Evangelho é um verdadeiro sacerdote, faz o que é o centro do sacerdócio: prepara o verdadeiro sacrifício. E depois o segundo aspecto: a meta da ação missionária é podemos dizer a liturgia cósmica: que os povos unidos em Cristo, o mundo, se tornem como tal glória de Deus, "oblação agradável, santificada no Espírito Santo". Sobressai aqui o aspecto dinâmico, o aspecto da esperança no conceito paulino do culto: a autodoação de Cristo implica a tendência a atrair todos à comunhão do seu Corpo, de unir o mundo. Só em comunhão com Cristo, o homem exemplar, um com Deus, o mundo se torna assim como todos o desejamos: espelho do amor divino. Este dinamismo está sempre presente na Eucaristia este dinamismo deve inspirar e formar a nossa vida. E com este dinamismo comecemos o novo ano. Obrigado pela vossa paciência.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Sala Paulo VI Quarta-feira, 14 de Janeiro de 2009

São Paulo (18) - A visão teológica das Cartas aos Colossenses e aos Efésios

Queridos irmãos e irmãs!

Entre as Cartas do epistolário paulino, há duas, aos Colossenses e aos Efésios, que em certa medida se podem considerar gémeas. De fato, as duas contêm expressões que se encontram só nelas, e foi calculado que mais de um terço das palavras da Carta aos Colossenses se encontra também na Carta aos Efésios. Por exemplo, enquanto em Colossenses se lê literalmente o convite: "admoestando-vos... com salmos, hinos e cânticos espirituais; cantando... louvores a Deus em vossos corações" (Cl 3, 16), em Efésios recomenda-se igualmente que se recite "entre vós salmos, hinos e cânticos espirituais, cantando e louvando ao Senhor em vossos corações" (Ef 5, 19). Poderíamos meditar sobre estas palavras: o coração deve cantar, e assim também a voz, com salmos e hinos para entrar na tradição da oração de toda a Igreja do Antigo e do Novo Testamento; aprendemos assim a estar juntamente conosco e entre nós, e com Deus. Além disso, nas duas Cartas encontra-se um chamado "código doméstico", ausente das outras Cartas paulinas, ou seja, uma série de recomendações dirigidas a maridos e esposas, a pais e filhos, a senhores e escravos (cf. respectivamente Cl 3,18-4,1 e Ef 5,22-6,9).

É ainda mais importante verificar que só nestas duas Cartas é confirmado o título de "cabeça", *kefalé*, dado a Jesus Cristo. E este título é empregue num nível duplo. Num primeiro sentido, Cristo é entendido como cabeça da Igreja (cf. Cl 2, 18-19 e Ef 4, 15-16). Isto tem dois significados: o primeiro, que ele é o governante, o dirigente, o responsável que guia a comunidade cristã como seu chefe e Senhor (cf. Cl 1, 18): "Ele é a cabeça do Corpo, a Igreja"; e depois o outro significado é que ele é como a cabeça que alimenta e une todos os membros do corpo sobre o qual foi elegido (de fato, segundo Cl 2, 19) é preciso "manter-se vinculado à Cabeça, pela qual todo o corpo é alimentado e unido"): ou seja, não é só alguém que dá ordens, mas alguém que organicamente está unido a nós, do qual vem também a força de agir de modo reto.

Nos dois casos, a Igreja é considerada submetida a Cristo, quer para seguir a sua orientação superior os mandamentos quer para receber todas as influências vitais que d'Ele promanam. Os seus ensinamentos não são palavras, mandamentos, mas forças vitais que provêm d'Ele e nos ajudam.

Esta ideia é desenvolvida de modo particular em Efésios, onde até os ministérios da Igreja, em vez de serem reconduzidos ao Espírito Santo (como 1 Cor 12) são conferidos por Cristo ressuscitado: foi Ele quem "estabeleceu alguns como apóstolos, outros como profetas, outros como evangelistas, outros como pastores e mestres" (4, 11). E é d'Ele que "o corpo inteiro, coordenado e unido, por meio de todas as junturas, opera o seu crescimento orgânico... a fim de se edificar na caridade" (4, 16). De fato, Cristo dedicou-se totalmente a "apresentar a Si mesmo como Igreja gloriosa sem mancha nem ruga, nem qualquer coisa semelhante, mas santa e imaculada" (Ef 5, 27). Com isto diz-se que a força com a qual constrói a Igreja, a guia e lhe dá também a justa orientação, é precisamente o seu amor.

Portanto, o primeiro significado é Cristo Cabeça da Igreja: quer no que se refere à condução, quer, sobretudo, no que diz respeito à inspiração e revitalização pelo seu amor. Depois, num segundo sentido, Cristo é considerado não só como cabeça da Igreja, mas como cabeça dos poderes celestes e de toda a criação. Assim em Colossenses lemos que Cristo "despojou os Principados e as Potestades, exibiu-os publicamente, triunfando deles pela Cruz" (2, 15). Analogamente em Efésios encontramos escrito que, com a ressurreição, Deus colocou Cristo "acima de todo o Principado, Potestade, Virtude e Dominação e acima de todo o nome que se evoca, não só neste mundo como também no futuro" (1, 21). Com estas palavras as duas Cartas entregam-nos uma mensagem altamente positiva e fecunda. É esta: Cristo não teme qualquer eventual concorrente, porque é superior a qualquer tipo de poder que presumisse humilhar o homem. Só Ele "nos amou e por nós se entregou" (Ef 5, 2). Por isso, se estamos unidos a Cristo, não devemos temer inimigo algum nem qualquer adversidade; mas isto significa portanto que devemos manter-nos muito firmes a Ele, sem abrandar a presa!

Para o mundo pagão, que acreditava num mundo cheio de espíritos, em grande parte perigosos e dos quais era preciso defender-se, aparecia como uma verdadeira libertação o anúncio de que Cristo era o único vencedor e que quem estava com Cristo ninguém devia temer. O mesmo é válido também para o paganismo de hoje, porque os atuais seguidores de semelhantes ideologias vêem o mundo cheio de poderes perigosos. A estes é preciso anunciar que Cristo é o vencedor, de modo que quem está com Cristo, quem permanece unido a Ele, não deve temer nada nem ninguém. Parece-me que isto é importante também para nós, que devemos aprender a enfrentar todos os receios, porque Ele está acima de qualquer dominação, é o verdadeiro Senhor do mundo.

Até a criação inteira Lhe está submetida, e para Ele converge como para a própria cabeça. São célebres as palavras da Carta aos Efésios, que fala do projeto de Deus de "recapitular em Cristo todas as coisas, as do céu e as da terra" (1, 10). Analogamente na Carta aos Colossenses lê-

se que "por meio d'Ele todas as coisas foram criadas, as do céu e as da terra, as visíveis e as invisíveis" (1, 16) e que pacificou "pelo sangue da Sua Cruz, tanto as da terra como as dos Céus" (1, 20). Portanto não há, por um lado, o grande mundo material e, por outro, esta pequena realidade da história da nossa terra, o mundo das pessoas: tudo é um em Cristo. Ele é a cabeça da criação; também o cosmos foi por Ele criado, criado para nós porque estamos unidos a Ele. É uma visão racional e personalista do universo. E diria que não era possível conceber uma visão mais universalista do que esta, e ela convém só a Cristo ressuscitado. Cristo é o *Pantokrátor*, ao qual estão submetidas todas as coisas: o pensamento dirige-se precisamente para Cristo *Pantocrator*, que enche a bacia absidal das igrejas bizantinas, por vezes representado sobre um arco-íris para indicar a sua equiparação ao próprio Deus, a cuja direita está sentado (cf. Ef 1, 20; Cl 3, 1), e portanto também a sua inigualável função de condutor dos destinos humanos.

Uma visão como esta só é concebível da parte da Igreja, não no sentido de que ela pretenda indevidamente apropriar-se daquilo a que não tem direito, mas num sentido duplo: seja porque a Igreja reconhece que contudo Cristo é maior do que ela, dado que pelo seu senhorio se alarga também para além dos seus confins, e seja porque só a Igreja é qualificada como Corpo de Cristo, e não a criação. Tudo isto significa que devemos considerar positivamente as realidades terrenas, porque Cristo as recapitula em si, e de igual modo devemos viver em plenitude a nossa específica identidade eclesial, que é a mais homogénea com a identidade do próprio Cristo.

Há depois também um conceito especial, que é típico destas duas Cartas, que é o do "mistério". Uma vez fala-se do "mistério da vontade" de Deus (Ef 1, 9) e outras vezes do "mistério de Cristo" (Ef 3, 4; Cl 4, 3) ou até do "mistério de Deus, que é Cristo, no qual estão escondidos os tesouros da sabedoria e do conhecimento" (cf. Cl 3, 2-3). Isto significa o imperscrutável desígnio divino sobre o destino do homem, dos povos e do mundo. Com esta linguagem as duas Epístolas dizem-nos que é em Cristo que se encontra o cumprimento deste mistério. Se estamos com Cristo, mesmo se não podemos intelectualmente compreender tudo, sabemos que estamos no núcleo do "mistério" e no caminho da verdade. É Ele na sua totalidade, e não só num aspecto da sua pessoa ou num momento da sua existência, que traz em si a plenitude do insondável plano divino de salvação. N'Ele assume forma aquela a que se chama "a multiforme sabedoria de Deus (Ef 3, 10), porque n'Ele "habita corporalmente toda a plenitude divina" (Cl 2, 9). Portanto, de agora em diante, não é possível pensar e adorar o beneplácito de Deus, a sua soberana disposição, sem nos conformarmos pessoalmente com o próprio Cristo, no qual aquele "mistério" se encarna e pode ser visivelmente sentido. Chega-se assim a con-

templar a "insondável riqueza de Cristo" (Ef 3, 8), que supera qualquer compreensão humana. Não que Deus não tenha deixado sinais da sua passagem, porque é o próprio Cristo a pegada de Deus, a sua extrema marca; mas apercebemo-nos de "qual é a largura, o comprimento, a altura e a profundidade" deste mistério "que excede toda a ciência" (Ef 3, 18-19). As categorias intelectuais sozinhas manifestam-se insuficientes e, reconhecendo que muitas coisas superam as nossas capacidades racionais, devemo-nos confiar à contemplação humilde e jubilosa não só da mente mas também do coração. De resto, os Padres da Igreja dizem-nos que o amor compreende mais do que só a razão.

Deve ser dita uma última palavra sobre o conceito, já mencionado, relativo à Igreja como parceira esponsal de Cristo. Na segunda Carta aos Coríntios o apóstolo Paulo tinha comparado a comunidade cristã com uma noiva, escrevendo assim: "Sinto por vós um santo ciúme, por vos ter desposado com um único esposo, como virgem pura oferecida a Cristo" (2 Cor 11, 2). A Carta aos Efésios desenvolve esta imagem, esclarecendo que a Igreja não é só uma esposa prometida, mas é a esposa real de Cristo. Ele, por assim dizer, conquistou-a, e fê-lo ao preço da sua vida: como diz o texto, "entregou-se a Si mesmo por ela" (Ef 5, 25). Qual demonstração de amor pode ser maior do que esta? Mais ainda, ele está preocupado com a sua beleza: não só com a beleza adquirida no batismo, mas também com a que deve crescer todos os dias graças a uma vida irrepreensível "sem mancha nem ruga", no seu comportamento moral (cf. Ef 5, 26-27). Daqui à comum experiência do matrimônio cristão, o passo é breve; aliás, nem sequer é bem claro para o autor da Carta o ponto de referência inicial: se é a relação Cristo-Igreja, em cuja luz considerar a união do homem e da mulher, ou se o fato experiencial da união conjugal, em cuja luz considerar a relação entre Cristo e a Igreja. Mas ambos os aspectos se esclarecem reciprocamente: aprendemos o que é o matrimônio à luz da comunhão de Cristo e da Igreja, aprendemos como Cristo se une a nós pensando no mistério do matrimônio. Contudo, a nossa Carta situa-se quase a meio caminho entre o profeta Oseias, que indicava a relação entre Deus e o seu povo nos termos de núpcias já realizadas (cf. Os 2, 4.16.21), e o Vidente do Apocalipse, que perspectivará o encontro escatológico entre a Igreja e o Cordeiro como umas núpcias jubilosas e indefectíveis (cf. Ap 19, 7-9; 21, 9).

Haveria ainda muito a dizer, mas parece-me que, do que foi exposto, já se pode compreender que estas duas Cartas são uma grande catequese, da qual podemos aprender não só como ser bons cristãos, mas também como tornar-nos realmente homens. Se começamos a compreender que a criação é a marca de Cristo, aprendemos a nossa reta relação com a criação, com todos os problemas da conservação do cosmos. Aprendemos a vê-lo com a razão, mas com uma razão movida pelo amor, e com a humildade e o respeito que permitem agir de modo reto. E

se pensamos que a Igreja é o Corpo de Cristo, que Cristo se entregou a Si mesmo por ela, aprendemos a viver com Cristo o amor recíproco, o amor que nos une a Deus e que nos mostra no outro a imagem do próprio Cristo. Peçamos ao Senhor que nos ajude a meditar bem a Sagrada Escritura, a sua Palavra, e assim a aprender realmente a viver bem.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Sala Paulo VI Quarta-feira, 21 de Janeiro de 2009

Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos

Queridos irmãos e irmãs!

Iniciou no domingo passado a "Semana de oração pela unidade dos cristãos", que se concluirá no próximo domingo, festa da Conversão de São Paulo Apóstolo. Trata-se de uma iniciativa espiritual muito preciosa, que se vai difundindo cada vez mais entre os cristãos, em sintonia e, poderíamos dizer, em resposta à urgente invocação que Jesus dirigiu ao Pai no Cenáculo, antes da sua Paixão: "Que todos sejam um... para que o mundo creia que Tu me enviaste" (Jo 17, 21). Por quatro vezes, nesta oração sacerdotal, o Senhor pede que os seus discípulos sejam "um", segundo a imagem da unidade entre o Pai e o Filho. Trata-se de uma unidade que só pode crescer segundo o exemplo do doar-se do Filho ao Pai, isto é, saindo de si e unindo-se a Cristo. Além disso, por duas vezes nesta oração, Jesus acrescenta como finalidade desta unidade: para que o mundo creia. Portanto, a plena unidade está relacionada com a própria vida e missão da Igreja no mundo. Ela deve viver uma unidade que só pode derivar da sua unidade com Cristo, com a sua transcendência, como sinal de que Cristo é a verdade. É esta a nossa responsabilidade: que seja visível no mundo o dom de uma unidade em virtude da qual se torne credível a nossa fé. Por isso é importante que cada comunidade cristã tome consciência da urgência de trabalhar de todos os modos possíveis para alcançar este grande objetivo. Mas, sabendo que a unidade é antes de tudo "dom" do Senhor, é necessário ao mesmo tempo implorá-la com uma oração incansável e confiante. Só saindo de nós e indo rumo a Cristo, só na relação com Ele podemos tornar-nos realmente unidos entre nós. É este convite que, com a presente "Semana", é dirigido aos crentes em Cristo de cada Igreja e Comunidade eclesial; a ele, queridos irmãos e irmãs, respondamos com imediata generosidade.

Este ano, a "Semana de oração pela unidade" propõe à nossa meditação e oração estas palavras tiradas do livro do profeta Ezequiel: "Que elas formem uma só na tua mão" (37, 17). O tema foi escolhido por um grupo ecumênico da Coreia, e revisto depois para a divulgação internacional pela Comissão Mista para a Oração formada por representantes do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos e do Conselho Ecumênico das Igrejas de Genebra. O próprio processo de preparação foi uma prática fecunda e estimulante de verdadeiro ecumenismo.

No trecho do livro do profeta Ezequiel, do qual é tirado o tema, o Senhor ordena que o profeta tome duas varas de lenha, uma como símbolo de Judá e das suas tribos e a outra como símbo-

lo de José e de toda a casa de Israel unida com ele, e pede-lhe que as "aproxime", de modo que formem uma só vara, "uma só" na sua mão. É transparente a palavra da unidade. Aos "filhos do povo", que pedirem explicação, Ezequiel, iluminado do Alto, dirá que o próprio Senhor toma as duas varas e as aproxima, de modo que os dois reinos com as respectivas tribos, entre si divididas, se tornem "uma só na sua mão". A mão do profeta, que aproxima as duas varas, é considerada como a própria mão de Deus que recolhe e unifica o seu povo e finalmente toda a humanidade. Podemos aplicar as palavras do profeta aos cristãos, no sentido de uma exortação a rezar, a trabalhar fazendo o possível para que se realize a unidade de todos os discípulos de Cristo, a trabalhar para que a nossa mão seja instrumento da mão unificadora de Deus. Esta exortação torna-se particularmente comovedora e urgente nas palavras de Jesus depois da Última Ceia. O Senhor deseja que todo o seu povo caminhe e vê nisto a Igreja do futuro, dos séculos vindouros com paciência e perseverança rumo à meta da plena unidade. Trata-se de um compromisso que exige adesão humilde e dócil obediência ao mandato do Senhor, o qual o abençoa e o torna fecundo. O profeta Ezequiel garante-nos que será precisamente Ele, o nosso único Senhor, o único Deus, quem nos reúne na "sua mão".

Na segunda parte da leitura bíblica aprofundam-se o significado e as condições da unidade das várias tribos num só reino. Na dispersão entre os povos, os Israelitas tinham conhecido cultos erróneos, amadurecido concepções de vida erradas e assumido costumes alheios à lei divina. Agora o Senhor declara que não se contaminarão mais com os ídolos dos povos pagãos, com as suas abominações, com todas as suas iniquidades (cf. Ez 37, 23). Recorda a necessidade de os libertar do pecado, de purificar o seu coração. "Salvá-los-ei das suas apostasias afirma purificá-los-ei". E assim "serão o meu povo e eu serei o seu Deus" (cf. ibid.). Nesta condição de renovação interior, eles "seguirão os meus mandamentos, cumprirão as minhas leis e pô-las-ão em prática". E o texto profético conclui-se com a promessa definitiva e plenamente salvífica: "Concluirei com eles uma aliança de paz... porei o meu santuário no meio deles para sempre" (Ez 37, 26).

A visão de Ezequiel torna-se particularmente eloquente para todo o movimento ecumênico, porque ressalta a exigência imprescindível de uma renovação interior autêntica em todos os componentes do Povo de Deus que só o Senhor pode realizar. Também nós devemos estar abertos a esta renovação, porque aprendemos costumes muito afastados da Palavra de Deus.

"Como toda a renovação na Igreja lê-se no Decreto sobre o ecumenismo do Concílio Vaticano II consiste essencialmente numa crescente fidelidade à sua vocação, este é, sem dúvida, o motivo do movimento para a unidade" (UR, 6), isto é, a maior fidelidade à vocação de Deus. O decreto ressalta depois a dimensão interior da conversão do coração. "Não pode haver verda-

deiro ecumenismo acrescenta sem conversão interior; pois o desejo de unidade nasce e amadurece na renovação do espírito, da abnegação própria e do pleno exercício da caridade" (UR, 7). A "Semana de oração pela unidade" torna-se, desta forma, para todos nós estímulo para uma conversão sincera e para uma escuta mais dócil da Palavra de Deus, para uma fé cada vez mais profunda.

A "Semana" é também ocasião propícia para agradecer ao Senhor tudo o que concedeu realizar até agora "para aproximar", uns dos outros, os cristãos divididos, e as próprias Igrejas e Comunidades eclesiais. Este espírito animou a Igreja católica, a qual, no ano que há pouco terminou, prosseguiu, com firme convicção e radicada esperança, a manter relações fraternas e respeitosas com todas as Igrejas e Comunidades eclesiais do Oriente e do Ocidente. Na variedade das situações, umas vezes positivas e outras com maiores dificuldades, esforçou-se por nunca faltar ao compromisso de realizar todos os esforços tendentes à recomposição da plena unidade. As relações entre as Igrejas e os diálogos teológicos continuaram a dar sinais de convergências espirituais encorajadores. Eu mesmo tive a alegria de encontrar, aqui no Vaticano e durante as minhas viagens apostólicas, cristãos provenientes de todas as partes. Recebi com profunda alegria por três vezes o Patriarca Ecumênico Sua Santidade Bartolomeu I e, acontecimento extraordinário, ouvimo-lo tomar a palavra, com fraterno calor eclesial e com convicta confiança no futuro, durante a recente assembleia do Sínodo dos Bispos. Tive a alegria de receber os dois *Catholicoi* da Igreja Apostólica Arménia: Sua Santidade Karekin II de Etchmiadzin e Sua Santidade Aram I de Antelias. E por fim partilhei a dor do Patriarcado de Moscovo pela morte do amado irmão em Cristo, o Patriarca Sua Santidade Aleixo II, e continuo a permanecer em comunhão de oração com aqueles nossos irmãos que se preparam para eleger o novo Patriarca da sua veneranda e grande Igreja ortodoxa. Foi-me de igual modo concedido encontrar-me com representantes das várias Comunidades cristãs do Ocidente, com os quais prossegue o confronto sobre o importante testemunho que os cristãos devem dar hoje de modo concorde, num mundo cada vez mais dividido e colocado diante de tantos desafios de carácter cultural, social, econômico e ético. Deste e de muitos outros encontros, diálogos, e gestos de fraternidade que o Senhor nos concedeu poder realizar, demos juntos graças a Ele com alegria.

Amados irmãos e irmãs, aproveitemos a oportunidade que a "Semana de oração pela unidade dos cristãos" nos oferece para pedir ao Senhor que prossigam e, se possível, sejam intensificados o empenho e o diálogo ecumênico. No contexto do Ano Paulino, que comemora o bimilênio do nascimento de São Paulo, não podemos deixar de nos inspirar também em quanto o Apóstolo Paulo nos deixou escrito a propósito da unidade da Igreja. Todas as quartas-feiras

dedico a minha reflexão às suas cartas e ao seu precioso ensinamento. Retomo aqui simplesmente quanto ele escreve dirigindo-se à comunidade de Éfeso: "Há um só Corpo e um só Espírito, assim como é uma só a esperança da vocação a que fostes chamados; há um só Senhor, uma só fé, um só batismo" (Ef 4, 4-5). Façamos nosso o anseio de São Paulo, que dedicou a sua vida inteiramente pelo único Senhor e pela unidade do seu Corpo místico, a Igreja, dando, com o martírio, um supremo testemunho de fidelidade e de amor a Cristo.

Seguindo o seu exemplo e contando com a sua intercessão, cada comunidade cresça no compromisso da unidade, graças às várias iniciativas espirituais e pastorais e às assembleias de oração comum, que normalmente se tornam mais numerosas e intensas nesta "Semana", fazendo-nos já pregustar, num certo modo, o dia da plena unidade. Rezemos para que entre as Igrejas e as Comunidades eclesiais continue o diálogo da verdade, indispensável para resolver as divergências, e o da caridade que condiciona o mesmo diálogo teológico e ajuda a viver juntos para um testemunho comum. O desejo que habita o nosso coração é que se apresse o dia da plena comunhão, quando todos os discípulos do nosso único Senhor poderão finalmente celebrar juntos a Eucaristia, o sacrifício divino para a vida e a salvação do mundo. Invoquemos a materna intercessão de Maria, para que ajude todos os cristãos a cultivar uma escuta mais atenta da Palavra de Deus e uma oração mais intensa pela unidade.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Sala Paulo VI Quarta-feira, 28 de Janeiro de 2009

São Paulo (19) - A visão teológica das Cartas Pastorais

Queridos irmãos e irmãs

As últimas cartas do epistolário paulino, das quais gostaria de falar hoje, são chamadas Cartas pastorais, porque foram enviadas a figuras individuais de Pastores da Igreja: duas a Timóteo e uma a Tito, estreitos colaboradores de São Paulo. Em Timóteo, o Apóstolo via como que um alter ego; com efeito, confiou-lhe missões importantes (na Macedónia: cf. At 19, 22; em Tessalônica: cf. 1 Ts 3, 6-7; em Corinto: cf. 1 Cor 4, 17; 16, 10-11), e depois escreveu dele um elogio lisonjeiro: "Não tenho nenhum outro tão unido comigo, que, com tão sincera afeição, se interesse por vós" (Fl 2, 20). Segundo a História eclesiástica de Eusébio de Cesareia, do século IV, Timóteo foi depois o primeiro Bispo de Éfeso (cf. 3, 4). Quanto a Tito, também ele devia ter sido muito estimado pelo Apóstolo, que o define explicitamente cheio de zelo... meu companheiro e colaborador" (2 Cor 8, 17.23), aliás, "meu verdadeiro filho na fé comum" (Tt 1, 4). Ele fora encarregado de algumas missões muito delicadas na Igreja de Corinto, cujo resultado animou Paulo (cf. 2 Cor 7, 6-7.13; 8, 6). Em seguida, daquilo que nos foi transmitido, Tito uniu-se a Paulo em Nicópolis no Épiro, na Grécia (cf. Tt 3, 12) e depois foi por ele convidado a ir à Dalmácia (cf. 2 Tm 4, 10). Segundo a Carta que lhe foi endereçada, em seguida ele tornou-se Bispo de Creta (cf. Tt 1, 5).

As Cartas dirigidas a estes dois Pastores ocupam um lugar totalmente particular no contexto do Novo Testamento. Hoje, o parecer da maioria dos exegetas é que estas Cartas não teriam sido escritas pelo próprio Paulo, mas teria a sua origem na "escola de Paulo", e refletiriam a sua herança para uma nova geração, talvez integrando alguns breves escritos ou palavras do próprio Apóstolo. Por exemplo, algumas palavras da segunda Carta a Timóteo parecem tão autênticas, que só podem vir do coração e da boca do Apóstolo.

Sem dúvida, a situação eclesial que sobressai destas Cartas é diferente da dos anos centrais da vida de Paulo. Ele agora, em retrospectiva, define-se "arauto, apóstolo e mestre" dos pagãos na fé e na verdade (cf. 1 Tm 2, 7; 2 Tm 1, 11); apresenta-se como alguém que obteve misericórdia, porque Jesus Cristo como escreve "quis mostrar, primeiro em mim, toda a sua magnanimidade e para que assim, servisse de exemplo àqueles que haviam de crer nele para a vida eterna" (1 Tm 1, 16). Portanto, o que parece realmente essencial em Paulo, perseguidor convertido da presença do Ressuscitado, é a magnanimidade do Senhor, que nos serve de encorajamento, para nos induzir a esperar e a ter confiança na misericórdia do Senhor que, não obs-

tante a nossa pequenez, pode realizar maravilhas. Para além dos anos centrais da vida de Paulo, vão também os novos contextos culturais aqui pressupostos. Com efeito, faz-se alusão ao aparecimento de ensinamentos que se deviam considerar totalmente erróneos e falsos (cf. 1 Tm 4, 1-2; 2 Tm 3, 15), como aqueles de quem afirmava que o matrimônio não era bom (cf. 1 Tm 4, 3a). Vemos como é moderna esta preocupação, porque também hoje se lê, por vezes, a Escritura como objeto de curiosidade histórica, e não como palavra do Espírito Santo, na qual podemos ouvir a própria voz do Senhor e conhecer a sua presença na história. Poderíamos dizer que, com este breve elenco de erros presentes nas três Cartas, são antecipados alguns trechos daquela sucessiva orientação errónea que aparece sob o nome de Gnosticismo(cf. 1 Tm 2, 5-6; 2 Tm 3, 6-8).

O autor compara estas doutrinas com duas referências de base. Uma consiste na evocação de uma leitura espiritual da Sagrada Escritura (cf. 2 Tm 3, 14-17), ou seja, de uma leitura que a considera realmente como que "inspirada" e proveniente do Espírito Santo, de tal forma que por ela se pode ser "instruído para a salvação". Lê-se a Escritura, justamente, pondo-se em diálogo com o Espírito Santo, de modo a haurir a sua luz "para ensinar, para convencer, para corrigir e para instruir na justiça" (2 Tm 3, 16). Neste sentido, a Carta acrescenta: "A fim de que o homem de Deus seja perfeito e apto para toda a boa obra" (2 Tm 3, 17). A outra evocação consiste na referência ao bom "depósito" (*parathéke*): é uma palavra especial das Cartas pastorais, com que se indica a tradição da fé apostólica que se deve conservar com a ajuda do Espírito Santo que habita em nós. Portanto, este chamado "depósito" deve ser considerado como que a soma da Tradição apostólica e critério de fidelidade ao anúncio do Evangelho. E aqui temos que ter presente o fato de que nas Cartas pastorais, como em todo o Novo Testamento, o termo "Escrituras" significa explicitamente o Antigo Testamento, porque os escritos do Novo Testamento ainda não existiam, ou ainda não faziam parte de um cânone das Escrituras. Por conseguinte a Tradição do anúncio apostólico, este "depósito", é a chave de leitura para compreender a Escritura, o Novo Testamento. Neste sentido, Escritura e Tradição, Escritura e anúncio apostólico como chave de leitura aproximam-se e quase se fundem, para formar em conjunto o "sólido fundamento lançado por Deus" (2 Tm 2, 19). O anúncio apostólico, ou seja a Tradição, é necessário para se introduzir na compreensão da Escritura e aí ouvir a voz de Cristo. Com efeito, é necessário estar "firmemente apegado à palavra fiel, tal como ela foi ensinada" (Tt 1, 9). Na base de tudo está, precisamente, a fé na revelação histórica da bondade de Deus, que em Jesus Cristo manifestou concretamente o seu "amor pelos homens", um amor que no texto original grego é significativamente qualificado como *filanthropía* (Tt 3, 4; cf. 2 Tm 1, 9-10); Deus ama a humanidade.

No conjunto, vê-se bem que a comunidade cristã se vai configurando em termos muitos claros, segundo uma identidade que não só se afasta de interpretações incôngruas, mas sobretudo afirma a própria ancoragem nos pontos essenciais da fé, que aqui é sinónimo de "verdade" (1 Tm 2, 4.7; 4, 3; 6, 5; 2 Tm 2, 15.18.25; 3, 7.8; 4, 4; Tt 1, 1.14). Na fé aparece a verdade essencial de quem nós somos, de quem é Deus, como devemos viver. E desta verdade (a verdade da fé), a Igreja é definida "coluna e sustentáculo" (1 Tm 3, 15). De qualquer modo, ela permanece uma comunidade aberta, de visão universal, que reza por todos os homens de todas as ordens e graus, para que cheguem ao conhecimento da verdade: "Deus deseja que todos os homens se salvem e conheçam a verdade", porque "Jesus Cristo se entregou em resgate por todos" (1 Tm 2, 4-5). Portanto, o sentido da universalidade, embora as comunidades ainda sejam pequenas, é forte e determinante para estas Cartas. Além disso, esta comunidade cristã "não fala mal de ninguém" e é "cheia de doçura para com todos os homens" (Tt 3, 2). Este é um primeiro componente importante destas Cartas: a universalidade e a fé como verdade, como chave de leitura da Sagrada Escritura, do Antigo Testamento, e é assim que se delineia uma unidade de anúncio e de Escritura, e uma fé viva e aberta a todos e testemunha do amor de Deus por todos.

Outro componente típico destas Cartas é a sua reflexão sobre a estrutura ministerial da Igreja. São elas que, pela primeira vez, apresentam a tríplice subdivisão de bispos, presbíteros e diáconos (cf. 1 Tm 3, 1-13; 4, 13; 2 Tm 1, 6; Tt 1, 5-9). Nas Cartas pastorais podemos observar o confluir de duas estruturas ministeriais diversas, e assim a constituição da forma definitiva do ministério na Igreja. Nas Cartas paulinas dos anos centrais da sua vida, Paulo fala de "bispos" (Fl 1, 1) e de "diáconos": esta é a estrutura típica da Igreja, que se formou nessa época no mundo pagão. Portanto, permanece predominante a figura do próprio Apóstolo, e por isso só gradualmente se desenvolvem os outros ministérios.

Se, como se disse, nas Igrejas formadas no mundo pagão dispomos de bispos e de diáconos, e não de presbíteros, nas Igrejas que se formaram no mundo judaico-cristão os presbíteros constituem a estrutura predominante. No final das Cartas pastorais, as duas estruturas unem-se: agora aparece "o *episcopo*" (o bispo) (cf. 1 Tm 3, 2; Tt 1, 7), sempre no singular, acompanhado pelo artigo definido "o *episcopo*". E ao lado de "o *episcopo*" encontramos os presbíteros e os diáconos. Parece ser ainda determinante a figura do Apóstolo, mas as três Cartas, como eu já disse, são dirigidas não já a comunidades, mas a pessoas: Timóteo e Tito, que por um lado aparecem como Bispos, por outro começam a ocupar o lugar do Apóstolo.

Assim, nota-se inicialmente a realidade que mais tarde se há-de chamar "sucessão apostólica". Paulo diz a Timóteo, com tom de grande solenidade: "Não descuides o dom espiritual que

recebeste e que te foi concedido por uma intervenção profética, com a imposição das mãos dos presbíteros" (1 Tm 4, 14). Podemos dizer que nestas palavras aparece inicialmente também o carácter sacramental do ministério. E assim temos o essencial da estrutura católica: Escritura e Tradição, Escritura e anúncio formam um conjunto, mas a esta estrutura, por assim dizer doutrinal, deve acrescentar-se a estrutura pessoal, os sucessores dos Apóstolos, como testemunhas do anúncio apostólico.

Enfim, é importante observar que nestas Cartas a Igreja se inclui a si mesma em termos muito humanos, em analogia com a casa e a família. Particularmente em 1 Tm 3, 2-7, lêem-se instruções muito pormenorizadas sobre o bispo, como estas: ele deve ser "irrepreensível, que se tenha casado uma só vez, que seja sóbrio, prudente, hospitaleiro, capaz de ensinar. Não deve ser dado ao álcool, nem violento, mas condescendente, pacífico e desinteressado; que saiba governar bem a casa, tenha os seus filhos submissos e com perfeita honestidade. Pois se alguém não souber governar a sua casa, como cuidará da Igreja de Deus? [...] Importa também que goze de boa fama entre os estranhos". Aqui é necessário observar sobretudo a importante atitude relativa ao ensino (cf. também 1 Tm 5, 17), do qual se encontram ecos inclusive noutros trechos (cf. 1 Tm 6, 2c; 2 Tm 3, 10; Tt 2, 1), e depois uma especial caraterística pessoal, a da "paternidade". Com efeito, o bispo é considerado pai da comunidade cristã (cf. também 1 Tm 3, 15). De resto, a ideia de Igreja como "casa de Deus" mergulha as suas raízes no Antigo Testamento (cf. Nm 12, 7) e encontra-se reformulada em Hb 3, 2.6, enquanto alhures se lê que todos os cristãos não são mais estrangeiros nem hóspedes, mas concidadãos dos santos e membros da família de Deus (cf. Ef 2, 19).

Oremos ao Senhor e a São Paulo para que também nós, como cristãos, possamos caracterizar-nos cada vez mais, em relação à sociedade em que vivemos, como membros da "família de Deus". E rezemos ainda para que os Pastores da Igreja adquiram sentimentos cada vez mais paternos e ao mesmo tempo ternos e fortes, na formação da Casa de Deus, da comunidade, da Igreja.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Sala Paulo VI Quarta-feira, 4 de Fevereiro de 2009

São Paulo (20) - O martírio e a herança de São Paulo

Caros irmãos e irmãs

A série das nossas catequeses sobre a figura de São Paulo chegou ao fim: hoje, queremos falar do final da sua vida terrena. A antiga tradição cristã testemunha unanimemente que a morte de Paulo teve lugar como consequência do martírio padecido aqui em Roma. Os escritos do Novo Testamento não se referem a este fato. Os Atos dos Apóstolos terminam a sua narração mencionando a condição de aprisionamento do Apóstolo, que todavia podia acolher todos aqueles que iam ter com ele (cf. At 28, 30-31). Só na segunda Carta a Timóteo encontramos estas suas palavras previdentes: "Quanto a mim, estou pronto para verter o meu sangue em libação; e o tempo da minha partida já se aproxima" (2 Tm 4, 6; cf. Fl 2, 17). Aqui são usadas duas imagens, a cultual do sacrifício, já utilizada na Carta aos Filipenses, interpretando o martírio como parte do sacrifício de Cristo, e a marítima, de desatar as amarras: duas imagens que, juntas, aludem discretamente ao acontecimento da morte, e de uma morte cruenta.

O primeiro testemunho explícito sobre a morte de São Paulo vem-nos da segunda metade dos anos 90 do século I, portanto pouco mais de três décadas após a sua morte efetiva. Trata-se precisamente da Carta que a Igreja de Roma, com o seu Bispo Clemente I, escreveu à Igreja de Corinto. Naquele texto epistolar convida-se a ter diante dos olhos o exemplo dos Apóstolos e, imediatamente depois de ter mencionado o martírio de Pedro, lê-se assim: "Pelo ciúme e a discórdia, Paulo foi obrigado a mostrar-nos como se alcança o prêmio da paciência. Aprisionado sete vezes, exilado, lapidado, foi o arauto de Cristo no Oriente e no Ocidente, e pela sua fé alcançou para si uma glória pura. Depois de ter anunciado a justiça ao mundo inteiro, e após ter chegado até à extremidade do Ocidente, padeceu o martírio diante dos governantes; assim, partiu deste mundo e chegou ao lugar santo, tornando-se deste modo o maior modelo de paciência" (1 Clem 5, 2). A paciência de que fala é expressão da sua comunhão na paixão de Cristo, da generosidade e constância com as quais aceitou um longo caminho de sofrimento, a ponto de poder dizer: "Trago no meu corpo as marcas do Senhor Jesus" (Gl 6, 17). Ouvimos no texto de São Clemente que Paulo teria chegado até à "extremidade do Ocidente". Debate-se se esta é uma referência a uma viagem à Espanha, que São Paulo teria realizado. Não existe certeza acerca disto, mas é verdade que, na sua Carta aos Romanos, São Paulo manifesta a sua intenção de ir à Espanha (cf. Rm 15, 24).

Aliás, é muito interessante na Carta de Clemente a sucessão dos dois nomes de Pedro e de Paulo, embora eles sejam invertidos no testemunho de Eusébio de Cesareia, do século IV que, falando do imperador Nero, escreverá: "Durante o seu reino, Paulo foi decapitado precisamente em Roma, e aí Pedro foi crucificado. A narração é confirmada pelo nome de Pedro e de Paulo, que ainda hoje está conservado nos seus sepulcros nessa cidade" (Hist. Eccl., 2, 25, 5). Depois Eusébio continua, citando a declaração precedente de um presbítero romano de nome Gaio, que remonta aos primórdios do século II: "Posso mostrar-te os troféus dos Apóstolos: se fores ao Vaticano, ou à Via Ostiense, aí encontrarás os troféus dos fundadores da Igreja" (Ibid., 2, 25, 6-7). Os "troféus" são os monumentos sepulcrais, e trata-se precisamente das sepulturas de Pedro e de Paulo que ainda hoje, depois de dois milénios, nós veneramos nos mesmos lugares: tanto aqui no Vaticano, no que se refere a São Pedro, como na Basílica de São Paulo fora dos Muros na Via Ostiente, no que diz respeito ao Apóstolo das Nações.

É interessante relevar que os dois grandes Apóstolos são mencionados em conjunto. Embora nenhuma fonte antiga fale de um seu ministério contemporâneo em Roma, a consciência cristã sucessiva, com base no seu sepultamento comum na capital do império, associá-los-á também como fundadores da Igreja de Roma. Com efeito, é assim que se lê em Ireneu de Lião, quase no final do século II, a propósito da sucessão apostólica nas várias Igrejas: "Dado que seria demasiado longo enumerar as sucessões de todas as Igrejas, consideraremos a Igreja grandíssima e antiquíssima que todos nós conhecemos, a Igreja fundada e estabelecida em Roma pelos dois gloriosíssimos Apóstolos Pedro e Paulo" (Adv. haer., 3, 3, 2).

Porém, agora deixemos de lado a figura de Pedro e concentremo-nos na figura de Paulo. O seu martírio é narrado pela primeira vez pelos Atos de Paulo, escritos por volta do final do século II. Eles referem que Nero o condenou à morte por decapitação, executada imediatamente em seguida (cf. 9, 5). A data da morte varia já nas fontes antigas, que a inserem entre a perseguição desencadeada pelo próprio Nero depois do incêndio de Roma em Julho de 64 e o último ano do seu reino, ou seja, 68 (cf. Jerônimo, De viris ill., 5, 8). O cálculo depende muito da cronologia da chegada de Paulo a Roma, um debate que não podemos abordar aqui. Tradições sucessivas especificarão mais dois elementos. Um, o mais legendário, é que o martírio teve lugar nas Acquae Salviae na Via Laurentina, com um tríplice ricochete da cabeça, cada um dos quais causou a saída de um jorro de água, pelo que o lugar até hoje é chamado das "Três Fontes" (Atos de Pedro e Paulo do Pseudomarcelo, do século V). O outro, em consonância com o antigo testemunho já mencionado do presbítero Gaio, é que a sua sepultura teve lugar não só "fora da cidade... na segunda milha ao longo da Via Ostiense", mas mais precisamente "na propriedade de Lucina", que era uma matrona cristã (Paixão de Paulo do Psuedo-

abdia, do século VI). Aqui, no século IV, o imperador Constantino erigiu uma primeira igreja, em seguida grandemente ampliada entre os séculos IV e V pelos imperadores Valentiniano II, Teodósio e Arcádio. Depois do incêndio de 1800, aí foi erigida a atual Basílica de São Paulo fora dos Muros.

De qualquer modo, a figura de São Paulo sobressai muito além da sua vida terrena e da sua morte; com efeito, ele deixou uma herança espiritual extraordinária. Como verdadeiro discípulo de Jesus, também ele se tornou sinal de contradição. Enquanto entre os chamados "*ebionitas*" uma corrente judaico-cristã era considerado como apóstata pela lei mosaica, já no livro dos Atos dos Apóstolos nasce uma grande veneração pelo Apóstolo Paulo. Agora, gostaria de prescindir da literatura apócrifa, como os Atos de Paulo e Tecla e um epistolário apócrifo entre o Apóstolo Paulo e o filósofo Séneca. É importante constatar sobretudo que, depressa, as Cartas de São Paulo entram na liturgia, onde a estrutura profeta-apóstolo-Evangelho é determinante para a forma da liturgia da Palavra. Assim, graças a esta "presença" na liturgia da Igreja, o pensamento do Apóstolo torna-se imediatamente alimento espiritual dos fiéis de todos os tempos.

É óbvio que os Padres da Igreja e depois todos os teólogos se alimentaram das Cartas de São Paulo e da sua espiritualidade. Assim ele permaneceu ao longo dos séculos, até hoje, o verdadeiro mestre e apóstolo das nações. O primeiro comentário patrístico que chegou até nós sobre um escrito do Novo Testamento é o do grande teólogo alexandrino Orígenes, que comenta a Carta de Paulo aos Romanos. Infelizmente, este comentário só se conservou de forma parcial. Além de ser comentador das suas Cartas, São João Crisóstomo escreveu sobre ele sete Panegíricos memoráveis. Santo Agostinho deverá a ele a passagem decisiva da sua conversão, e voltará a Paulo durante toda a sua vida. Deste diálogo permanente com o Apóstolo deriva a sua grande teologia católica, e também para a protestante de todos os tempos. São Tomás de Aquino deixou-nos um bonito comentário às Cartas paulinas, que representa o fruto mais maduro da exegese medieval. Uma verdadeira inversão verificou-se no século XVI, com a Reforma protestante. O momento decisivo na vida de Lutero foi o chamado "*Turmerlebnis*" (1517), em que num instante ele encontrou uma nova interpretação da doutrina paulina da justificação. Uma interpretação que o libertou dos escrúpulos e dos anseios da sua vida precedente e lhe deu uma confiança nova e radical na bondade de Deus que perdoa tudo incondicionalmente. A partir desse momento, Lutero identificou o legalismo judaico-cristão, condenado pelo Apóstolo, com a ordem de vida da Igreja católica. Portanto, a Igreja pareceu-lhe como que expressão da escravidão da lei à qual opôs a liberdade do Evangelho. O Concílio de Trento, de 1545 a 1563, interpretou de modo profundo a questão da justificação e encontrou na

linha de toda a tradição católica a síntese entre lei e Evangelho, em conformidade com a mensagem da Sagrada Escritura, lida na sua totalidade e unidade.

O século XIX, recebendo a melhor herança do Iluminismo, conheceu uma nova revivescência do paulinismo, agora sobretudo no plano do trabalho científico, desenvolvido pela interpretação histórico-crítica da Sagrada Escritura, como depois no século XX surgiu uma verdadeira e própria difamação de São Paulo. Penso principalmente em Nietsche, que escarnecia da teologia da humildade de São Paulo, opondo-lhe a sua teologia do homem forte e poderoso. Porém, prescindamos disto e vejamos a corrente essencial da nova interpretação científica da Sagrada Escritura e do novo paulinismo desse século. Aqui foi sublinhado sobretudo como central no pensamento paulino o conceito de liberdade: nele viu-se o cerne do pensamento paulino, como de resto Lutero já tinha intuído. Porém, agora o conceito de liberdade passava a ser reinterpretado no contexto do liberalismo moderno. Além disso, é salientada vigorosamente a diferenciação entre o anúncio de São Paulo e o anúncio de Jesus. E São Paulo aparece quase como um novo fundador do cristianismo. É verdade que em São Paulo a centralidade do Reino de Deus, determinante para o anúncio de Jesus, se transforma na centralidade da cristologia, cujo ponto determinante é o mistério pascal. E do mistério pascal derivam os Sacramentos do Batismo e da Eucaristia, como presença permanente deste mistério, a partir do qual cresce o Corpo de Cristo e se constrói a Igreja. Mas diria, agora sem entrar em pormenores, que é precisamente na nova centralidade da cristologia e do mistério pascal que se realiza o Reino de Deus, tornando-se concreto, presente e ativo o anúncio autêntico de Jesus. Nas catequeses precedentes vimos que exatamente esta novidade paulina é a fidelidade mais profunda ao anúncio de Jesus. No progresso da exegese, sobretudo nos últimos duzentos anos, aumentam também as convergências entre exegese católica e exegese protestante, alcançando-se assim um consenso notável precisamente no ponto que esteve da origem da máxima divergência histórica. Portanto, é uma grande esperança para a causa do ecumenismo, tão fulcral para o Concílio Vaticano II.

Enfim, gostaria de mencionar brevemente os vários movimentos religiosos, surgidos na idade moderna no interior da Igreja católica, que se inspiram no nome de São Paulo. Assim aconteceu no século XVI, com a "Congregação de São Paulo", chamada dos Barnabitas; no século XIX, com os "Missionários de São Paulo", ou Paulinos; e no século XX, com a poliédrica "Família Paulina", fundada pelo Beato Giacomo Alberione, para não falar do Instituto Secular da "Companhia de São Paulo". Em síntese, permanece luminosa diante de nós a figura de um apóstolo e um pensador cristão extremamente fecundo e profundo, de cuja aproximação cada um pode haurir benefício. Num dos seus panegíricos, São João Crisóstomo instaurou uma

comparação original entre Paulo e Noé, expressando-se assim: Paulo "não uniu eixos para fabricar uma arca; pelo contrário, em vez de unir tábuas de madeira, compôs cartas e assim salvou do meio das ondas não dois, três ou cinco membros da própria família, mas toda a *ecumene* que estava prestes a perecer" (Paneg., 1, 5). É precisamente isto que o Apóstolo Paulo ainda e sempre pode fazer. Portanto, inspirar-se nele, tanto no seu exemplo apostólico como na sua doutrina, será um estímulo, se não uma garantia, para a consolidação da identidade cristã de cada um de nós e para o refortalecimento de toda a Igreja.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Sala Paulo VI Quarta-feira, 11 de Fevereiro de 2009

João Clímaco

Queridos irmãos e irmãs

Depois de vinte catequeses dedicadas ao Apóstolo Paulo, gostaria de retomar hoje a apresentação dos grandes Escritores da Igreja do Oriente e do Ocidente da Idade Média. E proponho a figura de João, chamado Clímaco, transliteração latina do termo grego *klímakos*, que significa da escada (*klímax*). Trata-se do título da sua obra principal, na qual descreve a escalada da vida humana para Deus. Ele nasceu por volta de 575. Portanto, a sua vida desenvolveu-se nos anos em que Bizâncio, capital do império romano do Oriente, conheceu a maior crise da sua história. Repentinamente, o quadro geográfico do império mudou e a torrente das invasões barbáricas fez desabar todas as suas estruturas. Sustentou sozinho a estrutura da Igreja, que nestes tempos difíceis continuou a desempenhar a sua ação missionária, humana e sociocultural, especialmente através da rede de mosteiros, em que trabalhavam grandes personalidades religiosas, como precisamente João Clímaco.

No meio das montanhas do Sinai, onde Moisés encontrou Deus e Elias ouviu a sua voz, João viveu e narrou as suas experiências espirituais. Notícias sobre ele estão conservadas numa breve Vida (PG 88, 596-608), escrita pelo monge Daniel de Raito: com 16 anos João, que se tornou monge no monte Sinai, ali fez-se discípulo do abade Martírio, um "ancião", ou seja um "sábio". Com cerca de vinte anos, escolheu viver como eremita numa gruta no sopé do monte, na localidade de Tola, a oito quilómetros do atual mosteiro de Santa Catarina. Porém, a solidão não lhe impediu de encontrar pessoas desejosas de ter uma direção espiritual, assim como de ir visitar alguns mosteiros nos arredores de Alexandria. Com efeito, o seu retiro eremítico, longe de ser uma fuga do mundo e da realidade humana, desabrochou num amor ardente pelo próximo (Vida 5) e a Deus (Vida 7). Depois de quarenta anos de vida eremítica vivida no amor a Deus e ao próximo, anos durante os quais chorou, rezou, lutou contra os demônios, foi nomeado igúmeno do grande mosteiro do monte Sinai e assim voltou à vida cenobítica no mosteiro. Mas alguns anos antes da morte, nostálgico da vida eremítica, passou ao irmão monge no mesmo mosteiro, a guia da comunidade. Morreu por volta do ano 650. A vida de João desenvolve-se entre duas montanhas, o Sinai e o Tabor, e verdadeiramente pode-se dizer que dele se irradiou a luz vista por Moisés no Sinai e contemplada pelos três Apóstolos no Tabor!

Tornou-se famoso, como já disse, por obra da Escada (*klímax*), qualificada no Ocidente como Escada do Paraíso (PG 88, 632-1164). Composta por insistente pedido do vizinho igúmeno do mosteiro de Raito, nos arredores do Sinai, a Escada é um tratado completo de vida espiritual, em que João descreve o caminho do monge, desde a renúncia ao mundo até à perfeição do amor. É um caminho que segundo este livro se desenvolve através de trinta degraus, cada um dos quais está ligado ao seguinte. O caminho pode ser resumido em três fases sucessivas: a primeira expressa-se na ruptura com o mundo, em vista de voltar ao estado da infância evangélica. Portanto, o essencial não é a ruptura, mas a ligação com aquilo que Jesus disse, ou seja, o regressar à verdadeira infância em sentido espiritual, o tornar-se como as crianças. João comenta: "Um bom fundamento é formado por três bases e por três colunas: inocência, jejum e castidade. Todos os recém-nascidos em Cristo (cf. 1 Cor 3, 1) comecem a partir destas coisas, a exemplo daqueles que são recém-nascidos fisicamente" (1, 20; 636). O desapego voluntário das pessoas e dos lugares queridos permite à alma entrar em comunhão mais profunda com Deus. Esta renúncia leva à obediência, que é o caminho para a humildade diante das humilhações que nunca faltarão por parte dos irmãos. João comenta: Bem-aventurado aquele que mortificou a sua vontade até ao fim e que confiou o cuidado da própria pessoa ao seu mestre no Senhor: efetivamente, ele será colocado à direita do Crucificado!" (4, 37; 704).

A segunda fase do caminho é constituída pelo combate espiritual contra as paixões. Cada degrau da escada está ligado a uma paixão principal, que é definida e diagnosticada, com a indicação da terapia e com a proposta da virtude correspondente. Sem dúvida, o conjunto destes degraus constitui o mais importante tratado de estratégia espiritual que possuímos. Porém, a luta contra as paixões reveste-se de positividade não permanece algo negativo graças à imagem do "fogo" do Espírito Santo: "Todos aqueles que empreendem este bom combate (cf. 1 Tm 6, 12), duro e árduo... saibam que vieram lançar-se num fogo, se verdadeiramente desejam que o fogo imaterial habite neles" (1, 18; 636). O fogo do Espírito Santo, que é fogo do amor e da verdade. Só a força do Espírito Santo assegura a vitória. Mas segundo João Clímaco, é importante tomar consciência de que as paixões não são más em si próprias; tornam-se tais pelo mau uso que a liberdade do homem faz das mesmas. Se forem purificadas, as paixões hão-de abrir para o homem o caminho rumo a Deus com energias unificadas pela ascese e pela graça e, "se elas receberam do Criador uma ordem e um início... o limite da virtude é infinito" (262, 37; 1068).

A última fase do caminho é a perfeição cristã, que se desenvolve nos últimos sete degraus da Escada. Estes são os degraus mais altos da vida espiritual, experimentáveis pelos "*hesicastas*", os solitários, aqueles que alcançaram a tranquilidade e a paz interior; mas são fases acessíveis

também aos cenobitas mais fervorosos. Dos primeiros três simplicidade, humildade e discernimento João, em sintonia com os Padres do deserto, considera mais importante o último, ou seja, a capacidade de discernir. Cada comportamento deve ser submetido ao discernimento; com efeito, tudo depende das motivações profundas, que se devem avaliar. Aqui entra-se no núcleo vivo da pessoa e trata-se de despertar no eremita, no cristão, a sensibilidade espiritual e o "sentido do coração", dons de Deus: "Como guia e regra em cada coisa, depois de Deus, temos que seguir a nossa consciência" (261, 5; 1013). Deste modo alcança-se a tranquilidade da alma, a *esichía*, graças à qual a alma pode debruçar-se sobre o abismo dos mistérios divinos.

O estado de tranquilidade, de paz interior, prepara o *hesicasta* para a oração, que em João é dúplice: a "oração corpórea" e a "oração do coração". A primeira é própria de quem se deve fazer ajudar por atitudes do corpo: estender as mãos, emitir gemidos, bater ao peito, etc. (15, 26; 900); a segunda é espontânea, porque é efeito do despertar da sensibilidade espiritual, dom de Deus a quem se dedica à oração corpórea. Em João ela adquire o nome de "oração de Jesus" (*Ieso euché*), e é constituída pela invocação exclusiva do nome de Jesus, uma invocação contínua como a respiração: "A memória de Jesus seja uma só com a tua respiração, e então conhecerás a utilidade da *esichía*", da paz interior (272, 26; 1112). No final, a oração torna-se muito direta, simplesmente a palavra "Jesus", que se faz uma só com a nossa respiração.

O último degrau da escada (30), imbuído da "sóbria ebriedade do Espírito", é dedicado à suprema "trindade das virtudes": a fé, a esperança e sobretudo a caridade. Da caridade, João fala também como eros (amor humano), figura da união matrimonial da alma com Deus. E ele escolhe ainda a imagem do fogo para expressar o ardor, a luz, a purificação do amor a Deus. A força do amor humano pode ser novamente orientada para Deus, como no olival pode ser enxertado uma boa oliveira (cf. Rm 11, 24) (15, 66; 893). João está convencido de que uma intensa experiência deste eros faz progredir a alma muito mais que a dura luta contra as paixões, porque o seu poder é grande. Portanto, prevalece a positividade do nosso caminho. Todavia, a caridade é vista também em estreita relação com a esperança: "A força da caridade é a esperança: graças a ela esperamos a recompensa da caridade... A esperança é a porta da caridade... A ausência da esperança aniquila a caridade: a ela estão vinculados os nossos cansaços, por ela são sustentados os nossos esforços e graças a ela somos circundados pela misericórdia de Deus" (30, 16; 1157). A conclusão da Escada contém a síntese da obra, com palavras que o autor faz o próprio Deus proferir: "Esta escada te ensine a disposição espiritual das virtudes. Eu estou no ápice desta escada, como disse aquele meu grande iniciado (São Paulo):

Agora subsistem estas três coisas: a fé, a esperança e a caridade; mas a maior delas é a caridade (1 Cor 13, 13)!" (30, 18; 1160).

Nesta altura impõe-se uma última pergunta: a Escada, obra escrita por um monge eremita que viveu há mil e quatrocentos anos, ainda pode dizer-nos algo hoje? O itinerário existencial de um homem que viveu sempre na montanha do Sinai, numa época muito distante, pode ter alguma atualidade para nós? Num primeiro momento pareceria que a resposta deve ser "não", porque João Clímaco está demasiado distante de nós. Mas se observarmos um pouco mais de perto, vemos que aquela vida monástica é apenas um grande símbolo da vida batismal, da vida do cristão. Mostra, por assim dizer, com caracteres grandes, o que nós escrevemos no dia-a-dia com caracteres pequenos. Trata-se de um símbolo profético que revela o que é a vida do batizado, em comunhão com Cristo, com a sua morte e ressurreição. É para mim particularmente importante o fato de que o ápice da "escada", os últimos degraus são, ao mesmo tempo, as virtudes fundamentais, iniciais, mais simples: a fé, a esperança e a caridade. Não são virtudes acessíveis apenas a heróis morais, mas são um dom de Deus para todos os batizados: nelas cresce também a nossa vida. O início é também o fim, o ponto de partida é inclusive o ponto de chegada: todo o caminho se orienta para uma realização de fé, esperança e caridade cada vez mais radical. Nestas virtudes toda a escalada está presente. A fé é fundamental, porque tal virtude implica que eu renuncie à minha arrogância, ao meu pensamento; à pretensão de julgar sozinho, sem confiar nos outros. É necessário este caminho para a humildade, para a infância espiritual: é preciso superar a atitude de arrogância que faz dizer: neste meu tempo do século XXI eu sei mais do que pudessem saber aqueles de então. Contudo, é necessário confiar unicamente na Sagrada Escritura, na Palavra do Senhor, apresentar-se com humildade ao horizonte da fé, para entrar assim na enorme vastidão do mundo universal, do mundo de Deus. É desde modo que cresce a nossa alma, que aumenta a sensibilidade do coração a Deus. João Clímaco justamente diz que só a esperança nos torna capazes de viver a caridade. A esperança em que transcendemos as coisas de cada dia não esperamos o sucesso nos nossos dias terrenos, mas no final aguardamos a revelação do próprio Deus. É só nesta extensão da nossa alma, nesta autotranscendência, que a nossa vida se torna grande e podemos suportar os cansaços e as decepções de todos os dias, podemos ser bons para com os outros sem esperar uma recompensa. Só se existir Deus, esta grande esperança para a qual tendo, posso cada dia dar os pequenos passos da minha vida e assim aprender a caridade. Na caridade esconde-se o mistério da oração, do conhecimento pessoal de Jesus: uma oração simples, que só tende a tocar o Coração do Mestre divino. É assim que se abre o próprio coração, que se

aprende dele a sua própria bondade, o seu amor. Por conseguinte, utilizemos esta "escalada" da fé, da esperança e da caridade; assim alcançaremos a verdadeira vida.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 18 de Fevereiro de 2009

Beda, o Venerável

Prezados irmãos e irmãs,

O Santo do qual hoje nos aproximamos chama-se Beda e nasceu no Nordeste da Inglaterra, exatamente na Northumbria, no ano de 672/673. Ele mesmo narra que com sete anos de idade os seus parentes o confiaram ao abade do vizinho mosteiro beneditino para que fosse educado: "Neste mosteiro ele recorda desde então sempre vivi, dedicando-me intensamente ao estudo da Escritura e, enquanto eu observava a disciplina da Regra e o compromisso quotidiano de cantar na igreja, sempre me aprouve aprender, ou ensinar ou escrever" (Historia eccl. Anglorum, v, 24). Com efeito, Beda tornou-se uma das figuras mais insignes de erudito da alta Idade Média, podendo valer-se dos muitos manuscritos preciosos que os seus abades, voltando das viagens frequentes ao continente e a Roma, lhe traziam. O ensinamento e a fama dos escritos proporcionaram-lhes muitas amizades com as principais personalidades do seu tempo, que o encorajaram a continuar o seu trabalho, do qual muitos beneficiavam. Tendo adoecido, não parou de trabalhar, conservando sempre uma alegria interior que se expressava na oração e no canto. Concluía a sua obra mais importante, a *Historia ecclesiastica gentis Anglorum*, com esta invocação: "Peço-te, ó bom Jesus, que benevolamente me permitiste haurir as dóceis palavras da sua sabedoria, concede-me benigno que um dia eu chegue a ti, fonte de toda a sabedoria, e que eu permaneça sempre diante do teu rosto". A morte arrebatou-o a 26 de Maio de 735: era o dia da Ascensão.

As Sagradas Escrituras são a fonte constante da reflexão teológica de Beda. Tendo em consideração um atento estudo crítico do texto (chegou até nós um exemplar do monumental *Codex Amiatinus* da Vulgata, no qual Beda trabalhou), ele comenta a Bíblia, lendo-a em chave cristológica, ou seja, reúne duas coisas: por um lado, ouve exatamente o que o texto diz, quer realmente ouvir, compreender o próprio texto; por outro, está convencido de que a chave para compreender a Sagrada Escritura como única Palavra de Deus é Cristo e com Cristo, na sua luz, compreende-se o Antigo e o Novo Testamento como "uma" Sagrada Escritura. As vicissitudes do Antigo e do Novo Testamento caminham juntas, são um caminho rumo a Cristo, embora sejam expressas com diferentes sinais e instituições (aquela à qual ele chama *concordia sacramentorum*). Por exemplo, a tenda da aliança que Moisés levantou no deserto e o primeiro e segundo templo de Jerusalém são imagens da Igreja, novo templo edificado sobre Cristo e os Apóstolos com pedras vivas, cimentadas pela caridade do Espírito. E como para a

construção do antigo templo contribuíram também pessoas pagãs, pondo à disposição materiais preciosos e a experiência técnica dos seus mestres-de-obras, assim para a edificação da Igreja contribuem apóstolos e mestres provenientes não apenas das antigas linhagens judaica, grega e latina, mas também dos novos povos, entre os quais apraz a Beda enumerar os Iro-Celtas e os Anglo-Saxões. São Beda vê crescer a universalidade da Igreja, que não é limitada a uma determinada cultura, mas compõe-se de todas as culturas do mundo que devem abrir-se a Cristo e encontrar nele o seu ponto de chegada.

Outro tema apreciado por Beda é a história da Igreja. Depois de se ter interessado pela época descrita nos Atos dos Apóstolos, ele volta a percorrer a história dos Padres e dos Concílios, persuadido de que a obra do Espírito Santo continua na história. Nos *Chronica Maiora* Beda delineia uma cronologia que se tornará a base do Calendário universal "*ab incarnatione Domini*". Já desde então calculava-se o tempo a partir da fundação da cidade de Roma. Vendo que o verdadeiro ponto de referência, o centro da história, é o nascimento de Cristo, Beda transmitiu-nos este calendário que lê a história a partir da Encarnação do Senhor. Registra os primeiros seis Concílios Ecuménicos e os seus desenvolvimentos, apresentando fielmente a doutrina escatológica, mariológica e soteriológica, e denunciando as heresias monofisita e monotelita, inconolasta e neopelagiana. Enfim, redige com rigor documentário e perícia literária a já mencionada História Eclesiástica dos Povos Anglos, pela qual é reconhecido como "o pai da historiografia inglesa". Os traços caraterísticos da Igreja que Beda gostava de evidenciar são: a) a catolicidade como fidelidade à tradição e, ao mesmo tempo, abertura aos desenvolvimentos históricos, e como busca da unidade na multiplicidade, na diversidade da história e das culturas, segundo as diretrizes que o Papa Gregório Magno tinha dado ao Apóstolo da Inglaterra, Agostinho de Canterbury; b) a apostolicidade e a romanidade: a este propósito, considera de primeira importância convencer todas as Igrejas Iro-Celtas e dos Pitti a celebrar unitariamente a Páscoa segundo o calendário romano. O Cálculo por ele cientificamente elaborado para estabelecer a data exata da celebração pascal, e por isso todo o ciclo do ano litúrgico, tornou-se o texto de referência para toda a Igreja católica.

Beda foi também um insigne mestre de teologia litúrgica. Nas Homilias sobre os Evangelhos dominicais e festivos, desempenha uma verdadeira mistagogia, educando os fiéis para celebrar alegremente os mistérios da fé para os reproduzir de maneira coerente na vida, à espera da sua plena manifestação na volta de Cristo quando, com os nossos corpos glorificados, seremos admitidos em procissão ofertorial na liturgia eterna de Deus no céu. Seguindo o "realismo" das catequeses de Cirilo, Ambrósio e Agostinho, Beda ensina que os sacramentos da iniciação cristã constituem cada fiel "não só cristão, mas Cristo". Com efeito, cada vez que

uma alma fiel acolhe e conserva com amor a Palavra de Deus, à imitação de Maria, concebe e gera novamente Cristo. E cada vez que um grupo de neófitos recebe os sacramentos pascais, a Igreja "gera-se a si mesma" ou, com uma expressão ainda mais ousada, a Igreja torna-se "mãe de Deus", participando na geração dos seus filhos, por obra do Espírito Santo.

Graças a este seu modo de fazer teologia, entrelaçando Bíblia, Liturgia e História, Beda tem uma mensagem atual para os diversos "estados de vida": a) aos estudiosos (*doctores ac doctrices*) recorda duas tarefas essenciais: perscrutar as maravilhas da Palavra de Deus para as apresentar de forma atraente aos fiéis; expor as verdades dogmáticas, evitando as complicações heréticas e seguindo a "simplicidade católica", com a atitude dos pequenos e humildes, aos quais Deus desejou revelar os mistérios do Reino; b) os pastores, por sua vez, devem dar prioridade à pregação, não apenas mediante a linguagem verbal ou hagiográfica, mas valorizando também ícones, procissões e peregrinações. A eles, Beda recomenda o uso da língua vulgar, como ele mesmo faz, explicando em Northumbro o "Pai-Nosso", o "Credo" e continuando até ao último dia da sua vida o comentário, em vulgar, ao Evangelho de João; c) às pessoas consagradas que se dedicam ao Ofício divino, vivendo na alegria da comunhão fraterna e progredindo na vida espiritual mediante a ascese e a contemplação, Beda recomenda que se cuide do apostolado ninguém tem o Evangelho só para si, mas deve senti-lo como um dom também para os outros quer colaborando com os Bispos em atividades pastorais de vários tipos a favor das jovens comunidades cristãs, quer tornando-se disponíveis para a missão evangelizadora junto dos pagãos, fora do próprio país, como "*peregrini pro amore Dei*".

Colocando-se nesta perspectiva, no comentário ao Cântico dos Cânticos Beda apresenta a Sinagoga e a Igreja como colaboradoras na difusão da Palavra de Deus. Cristo Esposo quer uma Igreja diligente, "bronzeada pelos cansaços da evangelização" é clara a referência à palavra do Cântico dos Cânticos (1, 5), onde a esposa diz: *Nigra sum sed formosa*" (Sou morena, mas formosa) empenhada a arar outros campos ou vinhas e a estabelecer entre as novas populações "não uma cabana provisória, mas uma morada estável", ou seja, a inserir o Evangelho no tecido social e nas instituições culturais. Nesta perspectiva, o Santo Doutor exorta os fiéis leigos a serem assíduos na instrução religiosa, imitando as "insaciáveis multidões evangélicas, que não deixavam tempo aos Apóstolos nem sequer para comer". Ensina-lhes a rezar continuamente, "reproduzindo na vida aquilo que celebram na liturgia", oferecendo todas as ações como sacrifício espiritual em união com Cristo. Aos pais explica que também no seu pequeno âmbito doméstico podem exercer "o ofício sacerdotal de pastores e de guias", formando cristãmente os filhos, e afirma que conhece muitos fiéis (homens e mulheres, casados ou solteiros), "capazes de uma conduta irrepreensível que, se forem oportunamente acompanhados,

poderia aproximar-se todos os dias da comunhão eucarística" (Epist. ad Ecgberctum, ed. Plummer, pág. 149).

A fama de santidade e sabedoria de que Beda gozava já durante a vida levou-o a ganhar o título de "Venerável". Chama-lhe assim também o Papa Sérgio i quando, em 701, escreve ao seu abade pedindo que lhe permita vir temporariamente a Roma para consultas sobre questões de interesse universal. Depois da morte, os seus escritos foram difundidos amplamente na Pátria e no Continente europeu. O grande missionário da Germânia, o Bispo São Bonifácio (+ 754), pediu várias vezes ao Arcebispo de York e ao abade de Wearmouth que fizessem transcrever algumas das suas obras e lhas mandassem, de tal modo que também ele e os seus companheiros pudessem gozar da luz espiritual que delas emanava. Um século mais tarde Notkero Galbulo, abade de São Galo (+ 912), reconhecendo o extraordinário influxo de Beda, comparou-o com um novo sol que Deus tinha feito nascer, não do Oriente mas do Ocidente, para iluminar o mundo. À parte a ênfase retórica, o fato é que, com as suas obras, Beda contribuiu eficazmente para a construção de uma Europa cristã, em que as diferentes populações e culturas se amalgamaram entre si, conferindo-lhes uma fisionomia unitária, inspirada na fé cristã. Oremos para que também hoje haja personalidades da estatura de Beda, para manter todo o Continente unido; rezemos a fim de que todos nós estejamos disponíveis a redescobrir as nossas raízes comuns, para sermos construtores de uma Europa profundamente humana e autenticamente cristã.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 11 de Março de 2009

São Bonifácio

Queridos irmãos e irmãs

Hoje refletimos sobre um grande missionário do século VIII, que difundiu o cristianismo na Europa central, também precisamente na minha pátria: São Bonifácio, que passou à história como o "apóstolo dos Germanos". Dispomos de não poucas notícias sobre a sua vida, graças à diligência dos seus biógrafos: nasceu de uma família anglo-saxónica no Wessex, por volta de 675 e foi batizado com o nome de Winfrido. Atraído pelo ideal monástico, entrou muito jovem no mosteiro. Possuindo notáveis capacidades intelectuais, parecia iniciado numa tranquila e brilhante carreira de estudioso: tornou-se professor de gramática latina, escreveu alguns tratados e compôs também várias poesias em latim. Ordenado sacerdote com cerca de trinta anos de idade, sentiu-se chamado ao apostolado no meio dos pagãos do continente. A Grã-Bretanha, sua terra, evangelizada havia apenas cem anos pelos Beneditinos guiados por Santo Agostinho, mostrava uma fé tão sólida e uma caridade tão ardente a ponto de enviar missionários na Europa central para aí anunciar o Evangelho. Em 716 Winfrido com alguns companheiros foi à Frísia (hodierna Holanda), mas confrontou-se com a oposição do chefe local e a tentativa de evangelização fracassou. Tendo regressado à pátria, não desanimou, e dois anos depois veio a Roma para falar com o Papa Gregório II e dele receber conselhos. Segundo a narração de um biógrafo, o Papa acolheu-o "com o rosto risonho e o olhar cheio de doçura", e nos dias seguintes teve com ele "diálogos importantes" (Willibaldo, Vita S. Bonifatii, ed. Levison, págs. 13-14) e, enfim, depois de lhe ter imposto o novo nome de Bonifácio, confiou-lhe com cartas oficiais a missão de pregar o Evangelho no meio dos povos da Germânia.

Confortado e animado pelo apoio do Papa, Bonifácio comprometeu-se na pregação do Evangelho naquelas regiões, lutando contra os cultos pagãos e refortalecendo as bases da moralidade humana e cristã. Com grande sentido do dever, escrevia numa das suas cartas: "Estejamos firmes na luta no dia do Senhor, porque chegaram dias de aflição e miséria... Não sejamos cães emudecidos, nem observadores taciturnos, nem mercenários que fogem diante dos lobos! Pelo contrário, sejamos Pastores diligentes que velam sobre a grei de Cristo, que anunciam às pessoas importantes e às comuns, aos ricos e aos pobres, a vontade de Deus... oportuna e inoportunamente..." (Epistulae, 3, 352.354: MGH). Com a sua atividade incansável, com os seus dotes organizativos, com a sua índole flexível e amável, apesar da firmeza, Bonifácio alcançou grandes resultados. Então, o Papa "declarou que queria impor-lhe a dignidade epis-

copal, para que assim pudesse, com maior determinação, corrigir e reconduzir os errantes pelo caminho da verdade, para que se sentisse apoiado pela maior autoridade da dignidade apostólica e fosse tanto mais aceite por todos no ofício da pregação, quanto mais demonstrasse que por este motivo fora ordenado pelo prelado apostólico" (Otloho, Vita S. Bonifatii, ed. Levison, lib. i, pág. 127).

Foi o mesmo Sumo Pontífice que consagrou "Bispo regional" ou seja, para toda a Germânia, Bonifácio, que em seguida retomou as suas atividades apostólicas nos territórios a ele confiados, e estendeu a sua ação também à Igreja da Gália: com grande prudência restaurou a disciplina eclesiástica, proclamou vários sínodos para garantir a autoridade dos cânones sagrados, reforçou e comunhão necessária com o Pontífice Romano: um ponto que ele apreciava de modo particular. Também os sucessores do Papa Gregório II tiveram uma altíssima consideração por ele: Gregório III nomeou-o arcebispo de todas as tribos germânicas, enviou-lhe o pálio e conferiu-lhe a faculdade de organizar a hierarquia eclesiástica naquelas regiões (cf. Epist. 28: S. Bonifatii Epistulae, ed. Tangl, Berolini 1916); o Papa Zacarias confirmou o seu ofício e elogiou o seu compromisso (cf. Epist. 51, 57, 58, 60, 68, 77, 80, 86, 87, 89: op. cit.); o Papa Estêvão III, recém-eleito, recebeu dele uma carta com que lhe expressava o seu obséquio filial (cf. Epist. 108: op. cit.).

Além deste trabalho de evangelização e de organização da Igreja, mediante a fundação de dioceses e a celebração de sínodos, o grande Bispo não deixou de favorecer a fundação de vários mosteiros, masculinos e femininos, para que fossem como um farol para a irradiação da fé e da cultura humana e cristã no território. Dos cenóbios beneditinos da sua pátria, tinha chamado monges e monjas que lhe prestaram uma ajuda validíssima e preciosa na tarefa de anunciar o Evangelho e de difundir as ciências humanas e as artes no meio das populações. Com efeito, ele justamente considerava que o trabalho pelo Evangelho tinha que ser também trabalho por uma verdadeira cultura humana. Sobretudo o mosteiro de Fulda fundado por volta de 743 foi o coração e o centro de irradiação da espiritualidade e da cultura religiosa: aí os monges, na oração, no trabalho e na penitência, esforçavam-se por tender para a santidade, formavam-se no estudo das disciplinas sagradas e profanas, preparavam-se para o anúncio do Evangelho, para serem missionários. Portanto, por mérito de Bonifácio, dos seus monges e das suas monjas também as mulheres desempenharam um papel muito importante nesta obra de evangelização floresceu também aquela cultura humana que é inseparável da fé e revela a sua beleza. O próprio Bonifácio nos deixou obras intelectuais significativas. Antes de tudo, o seu abundante epistolário, em que cartas pastorais se alternam com missivas oficiais e outras de carácter particular, que revelam fatos sociais e sobretudo o seu rico temperamento humano

e a sua fé profunda. Compôs também um tratado de *Ars grammatica*, no qual explicava declinações, verbos e sintaxe da língua latina, mas que para ele se tornava inclusive um instrumento para difundir a fé e a cultura. Atribuem-se-lhe também uma *Ars metrica*, ou seja, uma introdução a como escrever poesias, várias composições poéticas e enfim uma coletânea de 15 sermões.

Embora já fosse bastante idoso tinha quase 80 anos de idade preparou-se para uma nova missão evangelizadora: com cerca de cinquenta monges, voltou para a Frísia, onde tinha começado a sua obra. Quase pressentindo a morte iminente, aludindo à viagem da vida, escrevia ao discípulo e sucessor na sede de Mainz, o Bispo Lulo: "Desejo levar a termo o propósito desta viagem; não posso de modo algum renunciar ao desejo de partir. Está próximo o dia do meu fim, aproxima-se a hora da minha morte; uma vez que os despojos mortais forem sepultados, subirei para receber o prêmio eterno. Mas tu, caríssimo filho, admoesta incessantemente o povo no labirinto do erro, completa a edificação já iniciada da basílica de Fulda e aí sepultarás o meu corpo envelhecido por longos anos de vida" (Willibaldo, Vita S. Bonifatii, ed. cit., pág. 46). Enquanto estava a começar a celebração da Missa em Dokkum (na hodierna Holanda setentrional), no dia 5 de Junho de 754 foi assaltado por um bando de pagãos. Avançando com fronte serena, ele "proibiu que os seus combatessem, dizendo: "Filhinhos, deixai os combates, abandonai a guerra, porque o testemunho da Escritura nos admoesta a não pagar o mal com o mal, mas o mal com o bem. Eis o dia há muito almejado, eis que chegou o tempo do nosso fim; coragem no Senhor!"" (Ibid., págs. 49-50). Foram as suas últimas palavras, antes de cair sob os golpes dos agressores. Depois, os despojos do Bispo mártir foram levados ao mosteiro de Fulda, onde receberam uma digna sepultura. Já um dos seus primeiros biógrafos se exprime acerca dele com este juízo: "O santo Bispo Bonifácio pode dizer-se pai de todos os habitantes da Germânia, porque foi o primeiro a gerá-los para Cristo com a palavra da sua santa pregação, a confirmá-los com o exemplo e enfim a dar-lhes a vida, e não pode existir amor maior do que este" (Otloho, Vita S. Bonifatii, ed. cit. lib. I, pág. 158).

distância de séculos, que mensagem nós podemos hoje recolher do ensinamento e da atividade prodigiosa deste grande missionário e mártir? Uma primeira evidência impõe-se a quem se aproxima de Bonifácio: a centralidade da Palavra de Deus, vivida e interpretada na fé da Igreja, Palavra que ele viveu, pregou e testemunhou até ao dom supremo de si no martírio. Vivia tão apaixonado pela Palavra de Deus, que sentia a urgência e o dever de a levar ao próximo, mesmo com o risco da sua própria pessoa. Sobre ela apoiava aquela fé para cuja difusão se tinha comprometido solenemente no momento da sua ordenação episcopal: "Professo integralmente a pureza da santa fé católica e, com a ajuda de Deus, quero permanecer na unidade

desta fé, na qual sem qualquer dúvida está toda a salvação dos cristãos" (Epist. 12 in S. Bonifatii Epistulae, ed. cit., pág. 29). A segunda evidência, muito importante, que sobressai da vida de Bonifácio é a sua comunhão fiel com a Sé Apostólica, que era um ponto fixo e central do seu trabalho de missionário; ele sempre conservou tal comunhão como regra da sua missão e deixou-a quase como seu testamento. Numa carta ao Papa Zacarias, afirmava: "Nunca cesso de convidar e de submeter à obediência da Sé Apostólica aqueles que querem permanecer na fé católica e na unidade da Igreja romana, e todos aqueles que nesta minha missão Deus me concede como ouvintes e discípulos" (Epist. 50: in ibid., pág. 81). Fruto deste compromisso foi o sólido espírito de coesão ao redor do Sucessor de Pedro, que Bonifácio transmitiu às Igrejas do seu território de missão, unindo Roma a Inglaterra, com a Germânia e a França, e contribuindo assim de maneira determinante para lançar as raízes cristãs da Europa que haveriam de produzir frutos fecundos nos séculos seguintes. Para uma terceira caraterística, Bonifácio recomenda-se à nossa atenção: ele promoveu o encontro entre a cultura romano-cristã e a cultura germânica. Com efeito, sabia que humanizar e evangelizar a cultura era uma parte integrante da sua missão de Bispo. Transmitindo o antigo patrimônio de valores cristãos, ele instilou nas populações germânicas um novo estilo de vida mais humano, graças ao qual eram melhor respeitados os direitos inalienáveis da pessoa. Como autêntico filho de São Bento, ele soube unir oração e trabalho (manual e intelectual), pena e arado.

O testemunho corajoso de Bonifácio é um convite para todos nós, a acolher na nossa vida a palavra de Deus como ponto de referência essencial, a amar a Igreja apaixonadamente, a sentir-nos co-responsáveis pelo seu futuro e a buscar a sua unidade ao redor do Sucessor de Pedro. Ao mesmo tempo, ele recorda-nos que o cristianismo, favorecendo a difusão da cultura, promove o progresso do homem. Agora, compete-nos estar à altura de um patrimônio tão prestigioso e fazê-lo frutificar em vantagem das gerações vindouras.

Impressiona-me sempre este seu zelo ardente pelo Evangelho: com quarenta anos sai de uma vida monástica bonita e fecunda, de uma vida de monge e de professor, para anunciar o Evangelho aos simples, aos bárbaros; com oitenta anos, mais uma vez, vai a uma região onde prevê o seu martírio. Comparando esta sua fé ardente, este zelo pelo Evangelho com a nossa fé tão frequentemente tíbia e burocratizada, vemos o que temos que fazer e como renovar a nossa fé, para oferecer ao nosso tempo a pérola preciosa do Evangelho.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 1° de Abril de 2009

Viagem Apostólica à Camarões e Angola

Queridos irmãos e irmãs!

Como anunciei no domingo passado no *Angelus*, hoje detenho-me a falar da recente viagem apostólica à África, a primeira do meu pontificado àquele continente. Ela limitou-se aos Camarões e Angola, mas idealmente com a minha visita eu quis abraçar todos os povos africanos e abençoá-los no nome do Senhor. Experimentei o tradicional caloroso acolhimento africano, que me foi dedicado em toda a parte, e aproveito de bom grado esta ocasião para expressar de novo a minha profunda gratidão aos Episcopados dos dois países, aos Chefes de Estado, a todas as Autoridades e a quantos de vários modos se prodigalizaram pelo sucesso desta minha visita pastoral.

A minha permanência em terra africana começou a 17 de Março em Yaoundé, capital dos Camarões, onde me encontrei imediatamente no coração da África, e não só geograficamente. De fato, este País resume muitas caraterísticas daquele grande continente, primeira de todas a sua alma profundamente religiosa, que irmana todos os numerosíssimos grupos étnicos que o povoam. Nos Camarões, mais de um quarto dos habitantes são católicos, e convivem pacificamente com as outras comunidades religiosas. Por isso o meu amado Predecessor João Paulo II, em 1995, escolheu a capital desta nação para promulgar a Exortação Apostólica *Ecclesia in Africa*, depois da primeira Assembleia sinodal dedicada precisamente ao continente africano. Desta vez, o Papa voltou lá para entregar o *Instrumentum laboris* da segunda Assembleia sinodal para a África, em programa em Roma no próximo mês de Outubro e que terá como tema: "A Igreja em África ao serviço da reconciliação, da justiça e da paz: "Vós sois o sal da terra... Vós sois a luz do mundo" (Mt 5, 13-14)".

Nos encontros que, à distância de dois dias, tive com os Episcopados, respectivamente dos Camarões e de Angola e São Tomé e Príncipe, quis ainda mais neste Ano Paulino recordar a urgência da evangelização, que compete em primeiro lugar precisamente aos Bispos, ressaltando a dimensão colegial, fundada na comunhão sacramental. Exortei-os a ser sempre exemplo para os seus sacerdotes e para todos os fiéis, e a seguir atentamente a formação dos seminaristas, que graças a Deus são numerosos, e dos catequistas, que se tornam cada vez mais necessários para a vida da Igreja em África. Encorajei os Bispos a promover a pastoral do matrimônio e da família, da liturgia e da cultura, também para fazer com que os leigos sejam

capazes de resistir ao ataque das seitas e dos grupos esotéricos. Quis confirmá-los com afeto na prática da caridade e na defesa dos direitos dos pobres.

Penso de novo na solene celebração das Vésperas realizada em Yaoundé, na igreja de Maria Rainha dos Apóstolos, Padroeira dos Camarões, um templo grande e moderno, situado no lugar onde começou a obra dos primeiros evangelizadores dos Camarões, os Missionários Espiritanos. Na vigília da solenidade de São José, a cujos cuidados solícitos Deus confiou os seus tesouros mais preciosos, Maria e Jesus, prestamos glória ao único Pai que está no céu, juntamente com os representantes das outras Igrejas e Comunidades eclesiais. Contemplando a figura espiritual de São José, que consagrou a sua existência a Cristo e à Virgem Maria, convidei os sacerdotes, as pessoas consagradas e os membros dos movimentos eclesiais a permanecer sempre fiéis à sua vocação, vivendo na presença de Deus e na obediência jubilosa à sua Palavra.

Na Nunciatura Apostólica de Yaoundé tive a oportunidade de me encontrar também com os representantes da comunidade muçulmana nos Camarões, reafirmando a importância do diálogo inter-religioso e da colaboração entre cristãos e muçulmanos para ajudar o mundo a abrir-se a Deus. Foi um encontro deveras muito cordial.

Certamente um dos momentos culminantes da viagem foi a entrega do *Instrumentum laboris* da II Assembleia sinodal para a África, realizada a 19 de Março dia de São José e meu onomástico no estádio de Yaoundé, no final da solene Celebração eucarística em honra de São José. Isto aconteceu na coralidade do povo de Deus, "entre cânticos de alegria e de louvor de uma multidão em festa" como diz o Salmo (42, 5), do qual fizemos uma experiência concreta. A Assembleia sinodal terá lugar em Roma, mas num certo sentido já iniciou no coração do continente africano, no coração da família cristã que lá vive, sofre e espera. Por isso pareceu-me positiva a coincidência da publicação do "Instrumento de trabalho" com a festa de São José, modelo de fé e de esperança como o primeiro patriarca Abraão. A fé no "Deus próximo", que em Jesus nos mostrou o seu rosto de amor, é a garantia de uma esperança de confiança, para a África e para o mundo inteiro, garantia de um futuro de reconciliação, de justiça e de paz.

Depois da solene assembleia litúrgica e da jubilosa apresentação do Documento de trabalho, na Nunciatura Apostólica de Yaoundé pude encontrar-me com os Membros do Conselho Especial para a África do Sínodo dos Bispos e viver com eles um momento de comunhão intensa: refletimos juntos sobre a história da África numa perspectiva teológica e pastoral. Era quase como uma primeira reunião do próprio Sínodo, num debate fraterno entre os diversos episcopados e o Papa sobre as perspectivas do Sínodo da reconciliação e da paz em África. De

fato, o cristianismo e isto podia-se ver desde as origens lançou raízes profundas no solo africano, como confirmam os numerosos mártires e santos, pastores, doutores e catequistas que floresceram inicialmente no norte e depois, em épocas sucessivas, no resto do continente: pensamos em Cipriano, Agostinho, na mãe Mónica, em Atanásio; e depois nos mártires de Uganda, em Josefina Bakhita e em muitos outros. Na época atual, que vê a África empenhada a consolidar a independência política e a construção das identidades nacionais num contexto já globalizado, a Igreja acompanha os africanos recordando a grande mensagem do Concílio Vaticano II, aplicado mediante a primeira e, agora, a segunda Assembleia sinodal especial. Entre conflitos infelizmente numerosos e dramáticos que ainda afligem diversas regiões daquele continente, a Igreja sabe que deve ser sinal e instrumento de unidade e de reconciliação, para que toda a África possa construir junto um futuro de justiça, de solidariedade e de paz, concretizando os ensinamentos do Evangelho.

Um sinal forte da ação humanizadora da mensagem de Cristo é sem dúvida o Centro Cardeal Léger de Yaoundé, destinado à reabilitação das pessoas portadoras de deficiência. O seu fundador foi o Cardeal canadense Paul Emil Léger, que ali se quis retirar depois do Concílio, em 1968, para trabalhar entre os pobres. Naquele Centro, sucessivamente cedido ao Estado, encontrei numerosos irmãos e irmãs que enfrentam situações de sofrimento, partilhando com eles mas também recebendo deles a esperança que provém da fé, até em situações de sofrimento.

A segunda etapa e segunda parte da minha viagem foi Angola, País que, sob certos aspectos, também é emblemático: tendo saído de fato de uma longa guerra interna, está agora empenhado na obra de reconciliação e de reconstrução nacional. Mas como poderiam ser autênticas esta reconciliação e reconstrução se fossem realizadas em desvantagem dos mais pobres, que têm direito como todos a participar dos recursos da sua terra? Eis por que, com esta minha visita, cujo primeiro objetivo foi obviamente confirmar na fé a Igreja, pretendi também encorajar o processo social em ato. Em Angola é palpável o que, várias vezes, os meus venerados Predecessores repetiram: tudo está perdido com a guerra, tudo pode renascer com a paz. Mas para reconstruir uma nação há necessidade de grandes energias morais. E aqui, mais uma vez, se manifesta a importância do papel da Igreja, chamada a desempenhar uma função educativa, trabalhando em profundidade para renovar e formar as consciências.

O Padroeiro da cidade de Luanda, capital de Angola, é São Paulo: por isso escolhi celebrar a Eucaristia com os sacerdotes, os seminaristas, os religiosos, os catequistas e os agentes pastorais, no sábado 21 de Março, na igreja dedicada ao Apóstolo. Mais uma vez a experiência pessoal de São Paulo nos falou do encontro com Cristo Ressuscitado, capaz de transformar as

pessoas e a sociedade. Mudam os contextos históricos – e é preciso ter isso em consideração – mas Cristo permanece a verdadeira força de renovação radical do homem e da comunidade humana. Portanto voltar para Deus, converter-se a Cristo significa ir em frente, rumo à plenitude da vida.

Para expressar a proximidade da Igreja aos esforços de reconstrução de Angola e de muitas outras regiões africanas, em Luanda quis dedicar dois encontros especiais respectivamente aos jovens e às mulheres. Com os jovens, no estádio, foi uma festa de alegria e de esperança, infelizmente entristecida pela morte de duas jovens, que foram esmagadas no atropelo da entrada. A África é um continente muito jovem, mas demasiados dos seus filhos, crianças e adolescentes já sofreram graves feridas, que só Jesus Cristo, o Crucificado-Ressuscitado, pode curar infundindo neles, com o seu Espírito, a força de amar e de se empenhar pela justiça e pela paz. Depois, prestei homenagem às mulheres pelo serviço que tantas delas oferecem à fé, à dignidade humana, à vida e à família. Reafirmei o seu pleno direito a empenhar-se na vida pública, sem que seja mortificado contudo o seu papel na família, missão fundamental que deve ser desempenhada sempre em partilha responsável com todos os outros elementos da sociedade e sobretudo com os maridos e pais. Eis portanto a mensagem que transmiti às novas gerações e ao mundo feminino, fazendo-a extensiva depois a todos na grande assembleia eucarística de domingo, 22 de Março, concelebrada com os Bispos dos Países da África Austral, com a participação de um milhão de fiéis. Se os povos africanos – eu disse-lhes – como o antigo Israel, fundam a sua esperança na Palavra de Deus, ricos do seu patrimônio religioso e cultural, podem realmente construir um futuro de reconciliação e de pacificação estável para todos.

Queridos irmãos e irmãs, quantas outras considerações tenho no coração e quantas recordações me afloram à mente pensando nesta viagem! Peço-vos que deis graças ao Senhor pelas maravilhas que Ele realizou e continua a realizar em África graças à ação generosa dos missionários, dos religiosos, das religiosas, dos voluntários, dos sacerdotes, dos catequistas, em comunidades jovens cheias de entusiasmo e de fé. Peço-vos que rezeis também pelas populações africanas, que me são muito queridas, para que possam enfrentar com coragem os grandes desafios sociais, econômicos e espirituais do momento presente. Confiemos tudo e todos à intercessão materna de Maria Santíssima, Rainha da África, e dos Santos e Beatos africanos.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 8 de Abril de 2009

Tríduo Pascal

Queridos irmãos e irmãs!

A Semana Santa, que para nós cristãos é a semana mais importante do ano, oferece-nos a oportunidade de nos imergirmos nos acontecimentos centrais da Redenção, de reviver o Mistério pascal, o grande Mistério da fé. A partir de amanhã à tarde, com a *Missa in Coena Domini*, os solenes ritos litúrgicos ajudar-nos-ão a meditar de modo mais vivo a paixão, a morte e a ressurreição do Senhor nos dias do Santo Tríduo pascal, fulcro de todo o ano litúrgico. Que a graça divina abra os nossos corações à compreensão do dom inestimável que é a salvação que nos foi obtida pelo sacrifício de Cristo. Encontramos este dom imenso, admiravelmente narrado num célebre hino contido na Carta aos Filipenses (cf. 2, 6-11), que na Quaresma meditámos várias vezes. O Apóstolo repercorre, de modo tanto essencial quanto eficaz, todo o mistério da história da salvação mencionando a soberba de Adão que, mesmo não sendo Deus, queria ser como Deus. E contrapõe a esta soberba do primeiro homem, que todos nós sentimos um pouco no nosso ser, a humildade do verdadeiro Filho de Deus que, tornando-se homem, não hesitou em assumir sobre si as debilidades do ser humano, exceto o pecado, e chegou ao extremo da profundidade da morte. A esta descida na última profundidade da paixão e da morte segue-se depois a sua exaltação, a verdadeira glória, a glória do amor até ao fim. E por isso é justo como diz Paulo que "em nome de Jesus se dobrem todos os joelhos nos céus, na terra e debaixo da terra, e todas as línguas proclamem: Jesus Cristo é o Senhor" (2, 10-11). São Paulo menciona, com estas palavras, uma profecia de Isaías na qual Deus diz: Eu sou o Senhor, todos os joelhos se dobrem diante de mim nos céus e na terra (cf. Is 45, 23). Isto diz Paulo é válido para Jesus Cristo. Ele realmente, na sua humildade, na verdadeira grandeza do seu amor, é o Senhor do mundo e diante d'Ele realmente todos os joelhos se dobram.

Como é maravilhoso, e ao mesmo tempo surpreendente, este mistério! Nunca podemos meditar suficientemente esta realidade. Jesus, mesmo sendo Deus, não quis fazer das suas prerrogativas divinas uma posse exclusiva; não quis usar o seu ser Deus, a sua dignidade gloriosa e o seu poder, como instrumento de triunfo e sinal de distância de nós. Ao contrário, "despojou-se a si mesmo" assumindo a miséria e a frágil condição humana Paulo usa, a este propósito, um verbo grego muito expressivo para indicar a *Kénosis*, a descida de Jesus. A forma (*morphé*) divina escondeu-se em Cristo sob a forma humana, ou seja, sob a nossa realidade marca-

da pelo sofrimento, pela pobreza, pelos nossos limites humanos e pela morte. A partilha radical e verdadeira da nossa natureza, partilha de tudo exceto do pecado, conduziu-o até àquela fronteira que é o sinal da nossa finitude, a morte. Mas tudo isto não foi fruto de um mecanismo obscuro ou de uma fatalidade: foi antes uma sua escolha livre, por adesão generosa ao desígnio salvífico do Pai. E a morte que enfrentou acrescenta Paulo foi a de cruz, a mais humilhante e degradante que se pudesse imaginar. Tudo isto o Senhor do universo o realizou por amor a nós: por amor quis "despojar-se a si mesmo" e fazer-se nosso irmão; por amor partilhou a nossa condição, a de cada homem e mulher. Escreve a propósito uma grande testemunha da tradição oriental, Teodoreto de Ciro: "Sendo Deus, e Deus por natureza, e tendo a igualdade com Deus, não considerou isto algo de grandioso, como fazem quantos recebem uma honra acima dos seus merecimentos, mas escondendo os seus merecimentos, escolheu a humildade mais profunda e assumiu a forma de um ser humano" (Comentário à carta aos Filipenses, 2, 6-7).

Prelúdio do Tríduo pascal, que iniciará amanhã como dizia com os sugestivos ritos da tarde da Quinta-Feira Santa, é a solene Missa Crismal, que o Bispo celebra de manhã com o próprio presbitério, e durante a qual juntos se renovam as promessas sacerdotais pronunciadas no dia da Ordenação. É um gesto de grande valor, uma ocasião propícia como nunca na qual os sacerdotes reafirmam a própria fidelidade a Cristo que os escolheu como seus ministros. Este encontro sacerdotal assume além disso um significado particular, porque é quase uma preparação para o Ano sacerdotal, que proclamei por ocasião do 150º aniversário da morte do Santo Cura d'Ars e que terá início no dia 19 de Junho próximo. Ainda na Missa Crismal serão abençoados o óleo dos enfermos e o dos catecúmenos, e será consagrado o Crisma. Estes são ritos com os quais simbolicamente se significam a plenitude do Sacerdócio de Cristo e a comunhão eclesial que deve animar o povo cristão, reunido para o sacrifício e vivificado na unidade pelo dom do Espírito Santo.

Na Missa da tarde, chamada *in Coena Domini*, a Igreja comemora a instituição da Eucaristia, o Sacerdócio ministerial e o Mandamento novo da caridade, deixado por Jesus aos seus discípulos. Do que aconteceu no Cenáculo, na vigília da paixão do Senhor, São Paulo oferece um dos mais antigos testemunhos. "O Senhor Jesus escreve ele, no início dos anos cinquenta, baseando-se num texto que recebeu do ambiente do próprio Senhor na noite em que foi entregue, tomou o pão e, depois de dar graças, partiu-o e disse: "Isto é o Meu corpo, que será entregue por vós; fazei isto em Minha memória"". Do mesmo modo, depois da ceia, tomou também o cálice, dizendo: "Este Cálice é a Nova Aliança no Meu Sangue; todas as vezes que o beberdes, fazei-o em Minha memória" (1 Cor 11, 23-25). Palavras cheias de mistério, que

manifestam com clareza o valor de Cristo: sob as espécies do pão e do vinho Ele torna-se presente com o seu corpo entregue e com o seu sangue derramado. É o sacrifício da nova e definitiva aliança oferecida a todos, sem distinção de raça nem de cultura. E deste rito sacramental, que entrega à Igreja como prova suprema do seu amor, Jesus constitui ministros os seus discípulos e quantos prosseguem o seu ministério no decorrer dos séculos. A Quinta-Feira Santa constitui portanto um convite renovado a dar graças a Deus pelo dom extremo da Eucaristia, que deve ser acolhida com devoção e adorada com fé viva. Por isso, a Igreja encoraja, depois da celebração da Santa Missa, a vigiar na presença do Santíssimo Sacramento, recordando a hora triste que Jesus passou em solidão e oração no Getsêmani, antes de ser preso para ser depois condenado à morte.

E assim chegamos à Sexta-Feira Santa, dia da paixão e da crucifixão do Senhor. Todos os anos, estando em silêncio diante de Jesus pregado no madeiro da cruz, sentimos quanto são cheias de amor as palavras por Ele pronunciadas na vigília, durante a Última Ceia. "Isto é o Meu sangue, sangue da aliança, que vai ser derramado por muitos" (cf. Mc 14, 24). Jesus quis oferecer a sua vida em sacrifício pela remissão dos pecados da humanidade. Como diante da Eucaristia, assim diante da paixão e morte de Jesus na Cruz o mistério torna-se insondável para a razão. Somos postos diante de algo que humanamente poderia parecer surdo: um Deus que não só se faz homem, com todas as necessidades do homem, não só sofre para salvar o homem assumindo toda a tragédia da humanidade, mas morre pelo homem.

A morte de Cristo recorda o cúmulo de sofrimento e de males que pesa sobre a humanidade de todas as épocas: o peso esmagador do nosso morrer, o ódio e a violência que ainda hoje ensanguentam a terra. A paixão do Senhor continua nos sofrimentos dos homens. Como justamente escreve Blaise Pascal, "Jesus permanecerá em agonia até ao fim do mundo; não se deve dormir durante este tempo" (Pensamentos, 553). Se a Sexta-Feira Santa é um dia cheio de tristeza, é portanto ao mesmo tempo, um dia muito propício para despertar a nossa fé, para reforçar a nossa esperança e a coragem de carregar cada qual a sua cruz com humildade, confiança e abandono a Deus, na certeza do seu apoio e da sua vitória. A liturgia deste dia canta: "*O Crux, ave, spes unica* - Ave, ó cruz, única esperança".

Esta esperança alimenta-se no grande silêncio do Sábado Santo, na expectativa da ressurreição de Jesus. Neste dia as Igrejas não estão ornamentadas e não são previstos particulares ritos litúrgicos. A Igreja vigia em oração como Maria e juntamente com Maria, compartilha os mesmos sentimentos de dor e de confiança em Deus. Justamente se recomenda que se conserve durante todo o dia um clima orante, favorável à meditação e à reconciliação; encorajam-se

os fiéis a aproximar-se do sacramento da Penitência, para poder participar realmente renovados nas Festas pascais.

O recolhimento e o silêncio do Sábado Santo conduzir-nos-ão na noite à solene Vigília pascal, "mãe de todas as vigílias", quando irromper em todas as igrejas e comunidades o cântico da alegria pela ressurreição de Cristo. Mais uma vez, será proclamada a vitória da luz sobre as trevas, da vida sobre a morte, e a Igreja rejubilará no encontro com o seu Senhor. Entraremos assim no clima da Páscoa de Ressurreição.

Queridos irmãos e irmãs, predisponhamo-nos a viver intensamente o Tríduo Santo, para sermos cada vez mais profundamente partícipes do Mistério de Cristo. Acompanha-nos neste itinerário a Virgem Santa, que seguiu em silêncio o Filho Jesus até ao Calvário, participando com grande dor no seu sacrifício, cooperando assim no mistério da Redenção e tornando-se Mãe de todos os crentes (cf. Jo 19, 25-27). Juntamente com ela entraremos no Cenáculo, permaneceremos aos pés da Cruz, vigiaremos idealmente ao lado de Cristo morto aguardando com esperança o alvorecer do dia radiante da ressurreição. Nesta perspectiva, formulo desde já a todos vós os mais cordiais votos de uma serena e santa Páscoa, juntamente com as vossas famílias, paróquias e comunidades.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 15 de Abril de 2009

Oitava de Páscoa

Queridos irmãos e irmãs!

Esta habitual Audiência geral da quarta-feira está hoje repleta do júbilo espiritual, aquele júbilo que sofrimento ou pena alguma podem cancelar, porque é alegria que brota da certeza que Cristo, com a sua morte e ressurreição, triunfou definitivamente sobre o mal e sobre a morte. "Cristo ressuscitou! Aleluia!, canta a Igreja em festa. E este clima de festa, estes sentimentos típicos da Páscoa, prolongam-se não só durante esta semana a Oitava de Páscoa, mas também nos cinquenta dias que vão até ao Pentecostes. Aliás, podemos dizer: o mistério da Páscoa abraça todo o arco da nossa existência.

Neste tempo litúrgico são deveras muitas as referências bíblicas e os estímulos à meditação que nos são oferecidos para aprofundar o significado e o valor da Páscoa. A "*via crucis*", que no Tríduo Santo repercorremos com Jesus até ao Calvário revivendo a dolorosa paixão, na solene Vigília pascal tornou-se a confortadora "*via lucis*". Visto a partir da ressurreição, podemos dizer que todo este caminho de sofrimento é caminho de luz e de renascimento espiritual, de paz interior e de esperança firme. Depois do pranto, depois da desorientação da Sexta-Feira Santa, seguida pelo silêncio cheio de expectativa do Sábado Santo, na alvorada do "primeiro dia depois do sábado" ressoou com vigor o anúncio da Vida que derrotou a morte: "*Dux vitae mortuus regnat vivus* o Senhor da vida estava morto; mas agora, vivo, triunfa!". A novidade perturbadora da ressurreição é tão importante que a Igreja a proclama ininterruptamente, prolongando a sua recordação sobretudo ao domingo: de fato, todos os domingos são "dia do Senhor" e Páscoa semanal do povo de Deus. Os nossos irmãos orientais, quase para evidenciar este mistério de salvação que investe a nossa vida quotidiana, chamam em língua russa ao domingo "dia da ressurreição" (*voskrescénje*).

Portanto, é fundamental para a nossa fé e para o nosso testemunho cristão proclamar a ressurreição de Jesus de Nazaré como acontecimento real, histórico, confirmado por muitas e respeitáveis testemunhas. Afirmámo-lo com vigor porque, também neste nosso tempo, não falta quem procura negar a sua historicidade reduzindo a narração evangélica a um mito, a uma "visão" dos Apóstolos, retomando e apresentando antigas e já consumadas teorias como novas e científicas. Certamente a ressurreição não foi para Jesus um simples regresso à vida precedente. Neste caso, de fato, teria sido uma coisa do passado: há dois mil anos alguém ressuscitou, voltou à sua vida precedente, como por exemplo Lázaro. A ressurreição situa-se noutra

dimensão: é a passagem para uma dimensão de vida profundamente nova, que diz respeito também a nós, que envolve toda a família humana, a história e o universo. Este acontecimento que introduziu uma nova dimensão de vida, uma abertura deste nosso mundo à vida eterna, mudou a existência das testemunhas oculares como demonstram as narrações evangélicas e os outros escritos neotestamentários; é um anúncio que inteiras gerações de homens e mulheres ao longo dos séculos receberam com fé e testemunharam com frequência com o preço do seu sangue, sabendo que precisamente assim entravam nesta nova dimensão da vida. Também este ano, na Páscoa ressoa inalterada e sempre nova, em todos os recantos da terra, esta boa notícia: Jesus morto na cruz ressuscitou, vive glorioso porque derrotou o poder da morte, levou o ser humano a uma comunhão nova de vida com Deus e em Deus. Esta é a vitória da Páscoa, a nossa salvação! Podemos, portanto, cantar com Santo Agostinho: "A ressurreição de Cristo é a nossa esperança", porque nos introduz num futuro novo.

É verdade: a ressurreição de Jesus funda a nossa firme esperança e ilumina toda a nossa peregrinação terrena, inclusive o enigma humano do sofrimento e da morte. A fé em Cristo crucificado e ressuscitado é o âmago de toda a mensagem evangélica, o núcleo do nosso "Credo". Deste "Credo" essencial podemos encontrar uma expressão autorizada num conhecido trecho paulino, contido na Primeira Carta aos Coríntios (15, 3-8) no qual, o Apóstolo, para responder a alguns da comunidade de Corinto que paradoxalmente proclamavam a ressurreição de Jesus mas negavam a dos mortos - a nossa esperança - transmite fielmente o que ele, Paulo, tinha recebido da primeira comunidade apostólica sobre a morte e ressurreição do Senhor.

Ele inicia com uma afirmação quase peremptória: "Lembro-vos, irmãos, o Evangelho que vos anunciei, o qual recebestes e no qual perseverais. Por ele sereis salvos, se o tiverdes como vo-lo transmiti; de outra forma, tereis acreditado em vão" (vv. 1-2). Acrescenta imediatamente que lhes transmitiu o que ele mesmo tinha recebido. Segue depois a perícope que ouvimos no início deste nosso encontro. São Paulo apresenta antes de tudo a morte de Jesus e coloca, num texto tão pobre, dois complementos à notícia de que "Cristo morreu". O primeiro é: morreu "pelos nosso pecados"; e o seguinte: "segundo as Escrituras" (v. 3). Esta expressão "segundo as Escrituras" coloca o acontecimento da morte do Senhor em relação com a história da aliança veterotestamentária de Deus com o seu povo, e faz-nos compreender que a morte do Filho de Deus pertence ao tecido da história da salvação, e aliás, faz-nos compreender que esta história recebe dela a sua lógica e o seu verdadeiro significado. Até àquele momento a morte de Cristo tinha permanecido quase um enigma, cujo êxito ainda era incerto. No mistério pascal cumprem-se as palavras da Escritura, isto é, esta morte realizada "segundo as Escrituras" é um acontecimento que tem em si o logos, uma lógica: a morte de Cristo testemunha que a Palavra

de Deus se fez totalmente "carne", "história" humana. Compreende-se, de outro acréscimo feito por Paulo, o como e o porquê isto aconteceu: Cristo morreu "pelos nosso pecados". Com estas palavras o texto paulino parece retomar a profecia de Isaías contida no Quarto Canto do Servo de Deus (cf. Is 53, 12). O Servo de Deus - assim diz o Canto - "despojou-se até à morte", carregou "os pecados de muitos", e intercedendo pelos "culpados" pôde proporcionar o dom da reconciliação dos homens entre si e dos homens com Deus: a sua é portanto uma morte que põe fim à morte; o caminho da Cruz leva à Ressurreição.

Nos versículos que seguem, o Apóstolo detém-se depois sobre a ressurreição do Senhor. Ele diz que Cristo "ressuscitou no terceiro dia segundo as Escrituras". De novo: "segundo as Escrituras"! Não poucos exegetas entrevêem na expressão: "ressuscitou no terceiro dia segundo as Escrituras" uma significativa referência a quanto lemos no Salmo 16, no qual o Salmista proclama: "Vós não me entregareis à mansão dos mortos, nem deixareis que o Vosso amigo veja o sepulcro" (v. 10). Este é um dos textos do Antigo Testamento, citados com frequência no cristianismo primitivo, para provar o carácter messiânico de Jesus. Dado que segundo a interpretação judaica a corrupção começava depois do terceiro dia, a palavra da Escritura cumpre-se em Jesus que ressuscitou no terceiro dia, isto é, antes que comece a corrupção. São Paulo, ao transmitir fielmente o ensinamento dos apóstolos, ressalta que a vitória de Cristo sobre a morte acontece através do poder criador da Palavra de Deus. Este poder divino dá esperança e alegria: é este definitivamente o conteúdo libertador da revelação pascal. Na Páscoa, Deus revela-se a Si mesmo e ao poder do amor trinitário que destrói as forças destruidoras do mal e da morte.

Queridos irmãos e irmãs, deixemo-nos iluminar pelo esplendor do Senhor ressuscitado. Acolhamo-lo com fé e adiramos generosamente ao seu Evangelho, como fizeram as testemunhas privilegiadas da sua ressurreição; como fez, alguns anos mais tarde, São Paulo que encontrou o Mestre divino de modo extraordinário no caminho de Damasco. Não podemos conservar só para nós o anúncio desta Verdade que muda a vida de todos. E com humilde confiança rezamos: "Jesus, que ao ressuscitar dos mortos antecipastes a nossa ressurreição, nós cremos em Ti!". Apraz-me concluir com uma exclamação que Silvano de Monte *Athos* gostava de repetir: "Rejubila, ó minha alma. É sempre Páscoa, porque Cristo ressuscitado é a nossa ressurreição!". Que a Virgem Maria nos ajude a cultivar em nós, e à nossa volta, este clima de alegria pascal, para sermos testemunhas do Amor divino em cada situação da nossa existência. Mais uma vez, Boa Páscoa a todos vós!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 22 de Abril de 2009

Santo Ambrósio Autperto

Queridos irmãos e irmãs

A Igreja vive nas pessoas e quem deseja conhecer a Igreja, compreender o seu mistério, deve considerar as pessoas que viveram e vivem a sua mensagem, o seu mistério. Por isso há muito tempo falo nas catequeses da quarta-feira de pessoas das quais podemos aprender o que é a Igreja. Começámos com os Apóstolos e com os Padres da Igreja e, pouco a pouco, chegamos ao século VIII, o período de Carlos Magno. Hoje gostaria de falar de Ambrósio Autperto, um autor bastante desconhecido: as suas obras de fato foram atribuídas em grande parte a outras personagens mais conhecidas, como Santo Ambrósio de Milão e Santo Ildefonso, sem falar das que os monges de Montecassino consideraram dever atribuir a um seu abade anônimo, que viveu quase um século mais tarde. Prescindindo de breves menções autobiográficas inseridas no seu grande comentário ao Apocalipse, temos poucas notícias certas sobre a sua vida. A leitura atenta das obras das quais a pouco e pouco a crítica lhe reconhece a paternidade permite contudo descobrir no seu ensinamento um tesouro teológico e espiritual precioso também para o nosso tempo.

Nasceu na Provença, numa família distinta, Ambrósio Autperto segundo o seu tardio biógrafo Giovanni fez parte da corte do rei dos francos Pepino o Breve onde, além do encargo oficial, desempenhou de certa forma também o de preceptor do futuro imperador Carlos Magno. Provavelmente no séquito do Papa Estêvão II, que em 753-54 fora à corte franca, Autperto veio à Itália e teve a ocasião de visitar a famosa abadia beneditina de São Vicente, na nascente do Volturno, no ducado de Benevento. Fundada no início daquele século pelos três irmãos de Benevento Paldone, Tatone e Tasone, a abadia era conhecida como oásis de cultura clássica e cristã. Pouco depois da sua visita, Ambrósio Autperto decidiu abraçar a vida religiosa e entrou naquele mosteiro, onde pôde formar-se de modo adequado, sobretudo no campo da teologia e da espiritualidade, segundo a tradição dos Padres. Por volta de 761 foi ordenado sacerdote e a 4 de Outubro de 777 foi eleito abade com o apoio dos monges francos, enquanto que lhe eram contrários os longobardos, favoráveis ao longobardo Potone. A tensão de inspiração nacionalista não se apaziguou nos meses sucessivos, com a consequência que Autperto no ano seguinte, 778, pensou em demitir-se e retirar-se com alguns monges francos em Espoleto, onde podia contar com a proteção de Carlos Magno. Mas mesmo assim o dissídio no mosteiro de S. Vicente não foi aplainado, e alguns anos mais tarde, quando morreu o abade que sucedeu a Autperto, foi eleito precisamente Potone (a. 782), o contraste voltou a alastrar e chegou-se à denúncia do novo abade junto de Carlos Magno. Ele remeteu os contendentes para o tribunal

do Pontífice, o qual os convocou em Roma. Chamou também como testemunha Autperto o qual, durante a viagem faleceu improvisamente, talvez assassinado, a 3o de Janeiro de 784.

Ambrósio Autperto foi monge e abade numa época marcada por fortes tensões políticas, que se repercutiam também na vida dentro dos mosteiros. Disto temos ecos frequentes e preocupados nos seus escritos. Por exemplo, ele denuncia a contradição entre a maravilhosa aparência externa dos mosteiros e a tibiez dos monges: certamente esta crítica atingia também a própria abadia. Para ela escreveu a Vita dos três fundadores com a clara intenção de oferecer à nova geração de monges um ponto de referência com o qual se confrontar. Uma finalidade semelhante perseguia também o pequeno tratado ascético *Conflictus vitiorum et virtutum* ("Conflito entre os vícios e as virtudes"), que teve grande sucesso na Idade Média e foi publicado em 1473 em Utrecht com o nome de Gregório Magno e um ano mais tarde em Estrasburgo com o de Santo Agostinho. Nele Ambrósio Autperto pretende ensinar os monges de modo concreto como enfrentar o combate espiritual dia após dia. De modo significativo ele aplica a afirmação de 2 Tm 3, 12: "Todos os que aspiram a viver piedosamente em Jesus Cristo hão-de sofrer perseguições" já não à perseguição externa, mas o assalto das forças do mal que o cristão deve enfrentar dentro de si. São apresentadas numa espécie de contenda 24 pares de combatentes: cada vício procura cativar a alma com raciocínios subtis, enquanto a respectiva virtude contesta tais insinuações servindo-se de preferência das palavras da Escritura.

Neste tratado sobre conflito entre vícios e virtudes, Autperto contrapõe à *cupiditas* (a avidez) o *contemptus mundi* (o desprezo do mundo), que se torna uma figura importante na espiritualidade dos monges. Este desprezo do mundo não é um desprezo da criação, da beleza e da bondade da criação e do Criador, mas um desprezo da falsa visão do mundo que nos foi apresentada e insinuada precisamente pela avidez. Ela incute em nós que "ter" seria o máximo valor do nosso ser, do nosso viver no mundo aparentando ser importantes. Deste modo falsifica a criação do mundo e destrói o mundo. Autperto observa depois que a avidez de lucro dos ricos e dos poderosos na sociedade do seu tempo existe também no interior das almas dos monges e portanto escreve um tratado intitulado *De cupiditate*, no qual, com o apóstolo Paulo, denuncia desde o início a avidez como raiz de todos os males. Escreve: "Do solo da terra diversos espinhos agudos surgem de várias raízes; no coração do homem, ao contrário, as picadas de todos os vícios provêm de uma só raiz, a avidez" (De cupiditate 1: CCCM 27b, p. 963). Realce, este, que à luz da atual crise econômica mundial, revela toda a sua atualidade. Vemos precisamente que esta crise nasceu desta raiz da avidez. Ambrósio imagina a objecção que os ricos e os poderosos poderiam aduzir dizendo: mas nós não somos monges, para nós certas exigências ascéticas não são válidas. E ele responde: "É verdade o que dizeis, mas tam-

bém para vós, na maneira da vossa categoria e segundo a medida das vossas forças, é válido o caminho rípido e estreito, porque o Senhor propôs só duas portas e dois caminhos (ou seja, a porta estreita e a larga, o caminho rípido e o cómodo); não indicou uma terceira porta e um terceiro caminho" (L.C., p. 978). Ele vê claramente que os modos de viver são muito diversos. Mas também para o homem neste mundo, inclusive para o rico, é válido o dever de combater contra a avidez, contra a vontade de possuir, sobressair, contra o conceito falso de liberdade como faculdade de dispor de tudo segundo o próprio arbítrio. Também o rico deve encontrar o caminho autêntico da verdade, do amor e assim da via reta. Portanto, Autperto, como prudente pastor de almas, sabe depois dizer, no final da sua pregação penitencial, uma palavra de conforto: "Não falei contra os ávidos, mas contra a avidez, não contra a natureza, mas contra o vício" (L.C., p. 981).

A obra mais importante de Ambrósio Autperto é certamente o seu comentário ao Apocalipse em dez livros: ele constitui, depois de séculos, o primeiro comentário amplo no mundo latino sobre o último livro da Sagrada Escritura. Esta obra era fruto de um trabalho plurianual, realizado em duas etapas entre 758 e 767, portanto antes da sua eleição para abade. No preâmbulo, ele indica com exatidão as suas fontes, o que não era absolutamente normal na Idade Média. Através da sua fonte talvez mais significativa, o comentário do Bispo Primásio Adrumetano, redigido a meados do séc. vi, Autperto entra em contato com a interpretação que tinha deixado do Apocalipse o africano Ticonio, que viveu uma geração antes de Santo Agostinho. Não era católico; pertencia à Igreja cismática donatista; era contudo um grande teólogo. Neste seu comentário ele vê refletido sobretudo no Apocalipse o mistério da Igreja. Ticonio tinha chegado à convicção de que a Igreja fosse um corpo bipartido: uma parte, diz ele, pertence a Cristo, mas há outra parte da Igreja que pertence ao diabo. Agostinho leu este comentário e dele tirou vantagem, mas ressaltou fortemente que a Igreja está nas mãos de Cristo, permanece o seu Corpo, formando com Ele um só elemento, partícipe da mediação da graça. Por isso realça que a Igreja nunca pode ser separada de Jesus Cristo. Na sua leitura do Apocalipse, semelhante à de Ticonio, Autperto não se interessa tanto pela segunda vinda de Cristo no fim dos tempos, mas antes pelas consequências que derivam para a Igreja do presente desde a sua primeira vinda, a encarnação no seio da Virgem Maria. E diz-nos uma palavra muito importante: na realidade Cristo "deve nascer, morrer e ressuscitar quotidianamente em nós, seu Corpo" (In Apoc. III: CCCM 27, p. 205). No contexto da dimensão mística que investe cada cristão, ele olha para Maria como modelo da Igreja, modelo para todos nós, porque também em nós e entre nós deve nascer Cristo. Sobre a multidão de Padres que viam na "mulher revestida de sol" de Ap 12, 1 a imagem da Igreja, Autperto argumenta: "A bem-aventurada e

piedosa Virgem... quotidianamente dá à luz novos povos, dos quais se forma o Corpo geral do Mediador. Portanto não surpreende se aquela, em cujo seio abençoado a própria Igreja mereceu ser unida à sua cabeça, representa o tipo da Igreja". Neste sentido Autperto vê um papel decisivo da Virgem Maria na obra da Redenção (cf. também as suas homilias In purificatione S. Mariae e In adsumptione S. Mariae). A sua grande veneração e o seu profundo amor pela Mãe de Deus inspiram-lhe por vezes formulações que de certa forma antecipam as de São Bernardo e da mística franciscana, sem contudo se desviar para formas discutíveis de sentimentalismo, porque ele nunca separa Maria do mistério da Igreja. Portanto, com razão Ambrósio Autperto é considerado o maior mariólogo no Ocidente. À piedade que, na sua opinião, deve libertar a alma do apego aos prazeres terrenos e passageiros, ele considera que se deve unir o estudo profundo das ciências sagradas, sobretudo a meditação das Sagradas Escrituras, que qualifica "céu profundo, abismo insondável" (In Apoc. IX). Na bonita oração com a qual conclui o seu comentário ao Apocalipse ressaltando a prioridade que em cada busca teológica da verdade compete ao amor, ele dirige-se a Deus com estas palavras: "Quando por nós és perscrutado intelectualmente, não és descoberto como és realmente; quando és amado, és alcançado".

Podemos hoje ver em Ambrósio Autperto uma personalidade que viveu numa época de forte instrumentalização política da Igreja, na qual nacionalismos e tribalismos tinham desfigurado o rosto da Igreja. Mas ele, entre tantas dificuldades que também nós conhecemos, soube descobrir o verdadeiro rosto da Igreja em Maria, nos Santos. E soube assim compreender o que significa ser católico, ser cristão, viver da Palavra de Deus, entrar neste abismo e viver assim o mistério da Mãe de Deus: dar de novo vida à Palavra de Deus, oferecer à Palavra de Deus a própria carne no tempo atual. E com todo o seu conhecimento teológico, a profundidade da sua ciência, Autperto soube compreender que com a simples busca teológica Deus não pode ser conhecido realmente como é. Só o amor o alcança. Ouçamos esta mensagem e rezemos ao Senhor para que nos ajude a viver o mistério da Igreja hoje, neste nosso tempo.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 29 de Abril de 2009

Patriarca Germano de Constantinopla

Queridos irmãos e irmãs!

O Patriarca Germano de Constantinopla, do qual gostaria de falar hoje, não pertence às figuras mais representativas do mundo cristão oriental de língua grega mas o seu nome aparece com uma certa solenidade na lista dos grandes defensores das imagens sagradas, redigida no Segundo Concílio de Niceia (787). A Igreja grega celebra a sua festa na liturgia de 12 de Maio. Ele desempenhou um papel significativo na complexa história da luta pelas imagens, durante a chamada crise iconoclasta: soube resistir validamente às pressões de um Imperador iconoclasta, ou seja, adversário dos ícones, como foi Leão III.

Durante o patriarcado de Germano (715-730) a capital do império bizantino, Constantinopla, sofreu um perigosíssimo assédio por parte dos Sarracenos. Naquela ocasião (717-718) foi organizada uma solene procissão na cidade com a exposição da imagem da Mãe de Deus, a *Theotokos*, e da relíquia da Santa Cruz, para invocar do Alto a defesa da cidade. De fato, Constantinopla foi libertada do assédio. Os adversários decidiram desistir para sempre da ideia de estabelecer a sua capital na cidade-símbolo do Império cristão e o reconhecimento pela ajuda divina foi extremamente grande no povo.

O Patriarca Germano, depois daquele acontecimento, convenceu-se de que a intervenção de Deus devia ser considerada uma aprovação evidente da piedade demonstrada pelo povo em relação aos santos ícones. De parecer completamente diverso foi ao contrário o Imperador Leão III, que precisamente a partir daquele ano (717) se insediou como Imperador indiscutível na capital, sobre a qual reinou até 741. Após a libertação de Constantinopla e depois de uma série de outras vitórias, o Imperador cristão começou a manifestar cada vez mais abertamente a convicção de que a consolidação do Império tivesse que começar precisamente por uma reorganização das manifestações da fé, com particular referência ao risco de idolatria ao qual, a seu parecer, o povo estava exposto por causa do excessivo culto dos ícones.

Foram em vão as chamadas do Patriarca Germano à tradição da Igreja e à efetiva eficiência de algumas imagens, que eram unanimemente reconhecidas como "milagrosas". O Imperador tornou-se cada vez mais irremovível na aplicação do seu projeto restaurador, que previa a eliminação dos ícones. E quando a 17 de Janeiro de 730 ele se declarou abertamente numa reunião pública contra o culto das imagens, Germano não quis de modo algum submeter-se à vontade do Imperador sobre questões por ele consideradas determinantes para a fé ortodoxa, à

qual segundo ele pertencia precisamente o culto, o amor pelas imagens. Como consequência, Germano viu-se obrigado a demitir-se do cargo de Patriarca, autocondenando-se ao exílio num mosteiro onde morreu esquecido por quase todos. O seu nome ressurgiu por ocasião precisamente do Segundo Concílio de Niceia (787), quando os Padres ortodoxos decidiram em favor dos ícones, reconhecendo os méritos de Germano.

O Patriarca Germano cuidava muito das celebrações litúrgicas e, durante um certo tempo, foi considerado também o instaurador da festa do *Akatistos*. Como se sabe, o *Akatistos* é um antigo e famoso hino que surgiu em âmbito bizantino e é dedicado à *Theotokos*, a Mãe de Deus. Mesmo se do ponto de vista teológico não se pode qualificar Germano como um grande pensador, algumas das suas obras tiveram uma certa ressonância sobretudo devido a algumas suas intuições sobre a mariologia. Dele foram conservadas, de fato, diversas homilias com tema mariano e algumas delas marcaram profundamente a piedade de inteiras gerações de fiéis quer no Oriente quer no Ocidente. As suas maravilhosas Homilias sobre a Apresentação de Maria no Templo são ainda hoje testemunhos vivos da tradição não escrita das Igrejas cristãs. Gerações de monjas, de monges e de membros de numerosíssimos Institutos de Vida Consagrada, continuam também hoje a encontrar naqueles textos tesouros preciosíssimos de espiritualidade.

Ainda hoje causam admiração alguns textos mariológicos de Germano que fazem parte das homilias pronunciadas *In SS. Deiparae dormitionem*, festividade correspondente à nossa festa da Assunção. Destes textos o Papa Pio XII apresentando-o como um dos argumentos a favor da fé permanente da Igreja sobre a Assunção corporal de Maria ao céu. Germano escreve: "Poderia acontecer, santíssima Mãe de Deus, que o céu e a terra se sentissem honrados pela tua presença, e tu, com a tua partida, deixasses os homens privados da tua proteção? Não. É impossível pensar estas coisas. De fato, assim como quando estavas no mundo não te sentias alheia às realidades do céu, assim também depois de teres emigrado deste mundo não te alheastes minimamente da possibilidade de comunicar em espírito com os homens... Não abandonastes absolutamente aqueles aos quais garantistes a salvação... de fato, o teu espírito vive eternamente e a tua carne não sofreu a corrupção do sepulcro. Tu, ó Mãe, estás próxima de todos e a todos proteges, não obstante os nossos olhos estejam impedidos de te ver, contudo sabemos, ó Santíssima, que tu habitas entre todos nós e te tornas presente nos modos mais diversos... Tu (Maria) revelas-te toda, como está escrito, na tua beleza. O teu corpo virginal é totalmente santo, todo casto, todo casa de Deus de modo que, também por isso, é absolutamente refratário a qualquer redução em pó. Ele é imutável, do momento em que o que nele era humano foi assumido na incorruptibilidade, permanecendo vivo e absolutamente glorioso,

incólume e partícipe da vida perfeita. De fato, era impossível que fosse fechada no sepulcro dos mortos aquela que se tinha tornado vaso de Deus e templo vivo da santíssima divindade do Unigênito. Por outro lado, nós cremos com certeza que tu continuas a caminhar conosco" (pg. 98, col. 344b346b, passim).

Foi dito que para os Bizantinos o decoro da forma retórica na pregação, e ainda mais nos hinos ou composições poéticas que eles chamam *tropários*, é tão importante na celebração litúrgica como a beleza do edifício sagrado no qual ela se realiza. O Patriarca Germano foi reconhecido, naquela tradição, como um dos que contribuíram muito para manter viva esta convicção, ou seja, que a beleza da palavra, da linguagem, do edifício e da música devem coincidir.

Cito, para concluir, as palavras inspiradas com as quais Germano qualifica a Igreja no início desta sua pequena obra-prima: "A Igreja é templo de Deus, espaço sagrado, casa de oração, convocação de povo, corpo de Cristo... É o céu na terra, onde Deus transcendente habita como em sua casa e nela passeia, mas é também marca realizada (*antitypos*) da crucifixão, do túmulo e da ressurreição... A Igreja é a casa de Deus na qual se celebra o sacrifício místico vivificante, e ao mesmo tempo parte mais íntima do santuário e gruta santa. De fato, encontram-se no seu interior o sepulcro e a mesa, alimentos para a alma e garantia de vida. Por fim, encontram-se nela aquelas verdadeiras pérolas preciosas que são os dogmas divinos do ensinamento oferecido diretamente pelo Senhor aos seus discípulos" (pg. 98, col. 384b-385a).

No final permanece a pergunta: o que tem para nos dizer hoje este Santo, cronológica e também culturalmente muito distante de nós. Penso substancialmente em três coisas. A primeira: há uma certa visibilidade de Deus no mundo, na Igreja, que devemos aprender a compreender. Deus criou o homem à sua imagem, mas esta imagem foi coberta por tanta sujidade do pecado, em consequência da qual Deus já não transparecia. Assim, o Filho de Deus fez-se verdadeiro homem, imagem perfeita de Deus: desta maneira, em Cristo podemos contemplar também o rosto de Deus e aprender a sermos nós próprios verdadeiros homens, verdadeiras imagens de Deus. Cristo convida-nos a imitá-l'O, a tornarmo-nos semelhantes a Ele, de modo que transpareça de novo em cada homem o rosto de Deus, a imagem de Deus. Na verdade, Deus tinha proibido no Decálogo que se fizessem imagens de Deus, mas isto era por causa das tentações de idolatria às quais o crente podia estar exposto num contexto de paganismo. Mas quando Deus se fez visível em Cristo mediante a encarnação, tornou-se legítimo reproduzir o rosto de Cristo. As santas imagens ensinam-nos a ver Deus na representação do rosto de Cristo. Depois da encarnação do Filho de Deus, tornou-se portanto possível ver Deus nas imagens

de Cristo e também no rosto dos Santos, no rosto de todos os homens nos quais resplandece a santidade de Deus.

O segundo aspecto é a beleza e a dignidade da liturgia. Celebrar a liturgia conscientes da presença de Deus, com aquela dignidade e beleza que faça ver um pouco do seu esplendor, é o compromisso de cada cristão formado na sua fé. O terceiro aspecto é amar a Igreja. Precisamente a propósito da Igreja, nós homens propendemos para ver sobretudo os pecados, o negativo; mas com a ajuda da fé, que nos torna capazes de ver de modo autêntico, podemos também, hoje e sempre, redescobrir nela a beleza divina. É na Igreja que Deus se torna presente, se oferece a nós na Santa Eucaristia e permanece presente para a adoração. Na Igreja Deus fala conosco, na Igreja "Deus passeia conosco", como dizia São Germano. Na Igreja recebemos o perdão de Deus e aprendemos a perdoar.

Peçamos a Deus para que nos ensine a ver na Igreja a sua presença, a sua beleza, a ver a sua presença no mundo, e nos ajude a ser, também nós, transparentes à sua luz.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 6 de Maio de 2009

São João Damasceno

Caros irmãos e irmãs

Hoje gostaria de falar de João Damasceno, uma personalidade de primária importância na história da teologia bizantina, um grande doutor na história da Igreja universal. Ele é sobretudo uma testemunha ocular da passagem da cultura cristã grega e síria, compartilhada pela parte oriental do império bizantino, à cultura do islão, que se faz espaço com as suas conquistas militares no território habitualmente reconhecido como Médio ou Próximo Oriente. João, nascido numa rica família cristã, ainda jovem assumiu o cargo talvez já desempenhado pelo pai de responsável econômico do califado. Mas depressa, insatisfeito com a vida de corte, amadureceu a escolha monástica, entrando no mosteiro de São Saba, perto de Jerusalém. Estava-se por volta do ano 700. Sem jamais se afastar do mosteiro, dedicou-se com todas as forças à ascese e à atividade literária, sem desdenhar uma certa atividade pastoral, de que dão testemunho sobretudo as suas numerosas Homilias. A sua memória litúrgica celebra-se em 4 de Dezembro. O Papa Leão XIII proclamou-o Doutor da Igreja universal em 1890.

Dele recordam-se no Oriente principalmente os três Discursos contra aqueles que caluniam as santas imagens, que foram condenados, depois da sua morte, pelo Concílio iconoclasta de Hieria (754). Porém, estes discursos foram também o motivo fundamental da sua reabilitação e canonização por parte dos Padres ortodoxos, convocados no II Concílio de Niceia (787), sétimo ecumênico. Nestes textos é possível encontrar as primeiras tentativas teológicas de legitimação da veneração das imagens sagradas, ligando estas ao mistério da Encarnação do Filho de Deus no seio da Virgem Maria.

Além disso, João Damasceno foi um dos primeiros a distinguir, no culto público e privado dos cristãos, entre adoração (*latreia*) e veneração (*proskynesis*): a primeira só pode dirigir-se a Deus, sumamente espiritual; a segunda, no entanto, pode utilizar uma imagem para se dirigir àquele que é representado na própria imagem. Obviamente, em nenhum caso o Santo pode ser identificado com a matéria que compõe o ícone. Esta distinção revelou-se depressa muito importante para responder de modo cristão àqueles que pretendiam como universal e perene a observância da severa proibição do Antigo Testamento sobre a utilização cultual das imagens. Este era o grande debate também no mundo islâmico, que aceita esta tradição judaica da exclusão total de imagens no culto. Quanto aos cristãos, neste contexto, debateram o problema e encontraram a justificação para a veneração das imagens. Damasceno escreve: "Outrora, Deus

nunca fora representado em imagens, uma vez que era incorpóreo e sem rosto. Mas dado que agora Deus foi visto na carne e viveu no meio dos homens, eu represento aquilo que é visível em Deus. Não venero a matéria, mas o criador da matéria, que por mim se fez matéria e se dignou habitar na matéria e realizar a minha salvação através da matéria. Por isso, não cessarei de venerar a matéria através da qual chegou a minha salvação. Mas não a venero de modo algum como Deus! Como poderia ser Deus, aquilo que recebeu a existência a partir do não-ser?... Mas venero e respeito também todo o resto da matéria que me propiciou a salvação, enquanto plena de energias e de graças santas. Não é por acaso matéria o madeiro da cruz três vezes santa?... E a tinta e o livro santíssimo dos Evangelhos não são matéria? O altar salvífico que nos dispensa o pão de vida não é matéria?... E, antes de tudo, não são matéria a carne e o sangue do meu Senhor? Deves suprimir o cariz sagrado de tudo isto, ou deves conceder à tradição da Igreja a veneração das imagens de Deus e a dos amigos de Deus, que são santificados pelo nome que têm, e por esta razão são habitados pela graça do Espírito Santo. Portanto, não ofendas a matéria: ela não é desprezível, porque nada do que Deus fez é desprezível" (Contra imaginum calumniatores, I, 16, ed. otter, págs. 89-90). Vemos que, por causa da encarnação, a matéria parece como que divinizada, e é vista como morada de Deus. Trata-se de uma nova visão do mundo e das realidades materiais. Deus fez-se carne, e a carne tornou-se realmente morada de Deus, cuja glória resplandece no rosto humano de Cristo. Portanto, as solicitações do Doutor oriental são ainda hoje de extrema atualidade, considerada a excelsa dignidade que a matéria recebeu na Encarnação, podendo tornar-se na fé sinal e sacramento eficaz do encontro do homem com Deus. Por conseguinte, João Damasceno permanece uma testemunha privilegiada do culto do ícone, que chegará a ser um dos aspectos mais distintivos da teologia e da espiritualidade oriental até hoje. Todavia, é uma forma de culto que pertence simplesmente à fé cristã, à fé naquele Deus que se fez carne e se tornou visível. O ensinamento de São João Damasceno insere-se assim na tradição da Igreja universal, cuja doutrina sacramental prevê que elementos materiais tomados da natureza possam tornar-se pontes de graça em virtude da invocação (*epiclese*) do Espírito Santo, acompanhada pela profissão da verdadeira fé.

Em ligação com estas ideias fundamentais, João Damasceno coloca inclusive a veneração das relíquias dos santos, com base na convicção de que os santos cristãos, tornando-se partícipes da ressurreição de Cristo, não podem ser considerados simplesmente "mortos". Por exemplo, enumerando aqueles cujas relíquias ou imagens são dignas de veneração, João especifica no seu terceiro discurso em defesa das imagens: "Antes de tudo (veneramos) aqueles entre os quais Deus descansou; Ele é o único santo que repousa entre os santos (cf. Is 57, 15), como a

Santa Mãe de Deus e todos os santos. Eles são aqueles que, na medida do possível, se tornaram semelhantes a Deus com a sua vontade e, pela inabitação e a ajuda de Deus, são chamados realmente deuses (cf. Sl 82, 6), não por natureza mas por contingência, assim como o ferro abrasado se chama fogo, não por natureza mas por contingência e por participação do fogo. Com efeito, diz: sereis santos, porque Eu sou santo (cf. Lv 19, 2)" (III, 33, col. 1352a). Por isso, depois de uma série de referências deste tipo, Damasceno podia tranquilamente deduzir: "Deus, que é bom e superior a toda a bondade, não se contentou com a contemplação de si mesmo, mas quis que seres por Ele beneficiados pudessem tornar-se partícipes da sua bondade: por isso, de nada criou todas as coisas visíveis e invisíveis, inclusive o homem, realidade visível e invisível. E criou-o pensando e realizando-o como um ser capaz de pensamento (*ennoema ergon*) enriquecido pela palavra (*logo[l] sympleroumenon*) e orientado para o espírito (*pneumati teleioumenon*)" (II, 2, pg. 94, col. 865a). E para esclarecer ulteriormente o pensamento, acrescenta: "É necessário deixar-se encher de encanto (*thaumazein*) por todas as obras da providência (*tes pronoias erga*), louvá-las e aceitá-las todas, vencendo a tentação de reconhecer nelas aspectos que para muitos parecem injustos ou iníquos (*adika*), e admitindo contudo que o desígnio de Deus (*pronoia*) vai além da capacidade cognoscitiva e compreensiva (*agnoston kai akatalepton*) do homem, enquanto ao contrário somente Ele conhece os nossos pensamentos, as nossas ações e até o nosso futuro" (II, 29, pg. 94, col. 964c). De resto, já Platão dizia que toda a filosofia começa com o encanto: também a nossa fé começa com o encanto da criação, da beleza de Deus que se faz visível.

O optimismo da contemplação natural (*physiké theoria*), do ato de ver na criação visível a bondade, a beleza e a verdade, este optimismo cristão não é ingénuo: tem em consideração a ferida provocada à natureza humana por uma liberdade de escolha desejada por Deus e utilizada impropriamente pelo homem, com todas as consequências de desarmonia difundida que disto derivaram. Daqui a exigência, sentida claramente pelo teólogo de Damasco, de que a natureza em que se refletem a bondade e a beleza de Deus, feridas pela nossa culpa, "fosse revigorada e renovada" pela descida do Filho de Deus na carne, depois de Deus ter procurado demonstrar de muitos modos e em diversas ocasiões, que criara o homem para que vivesse não só no "ser", mas no "bem-ser" (cf. A fé ortodoxa, II, 1, pg. 94, col. 981). Com ímpeto apaixonado, João explica: "Era necessário que a natureza fosse revigorada e renovada, que fosse indicado e ensinado concretamente o caminho da virtude (*didachthenai aretes hodón*), que afasta da corrupção e leva à vida eterna... Foi assim que surgiu no horizonte da história o grande mar do amor de Deus pelo homem (*philanthropias pelagos*)...". É uma expressão bonita. Por um lado, vemos a beleza da criação e, por outro, a destruição provocada pela culpa

humana. Mas vemos no Filho de Deus, que desce para renovar a natureza, o mar do amor de Deus pelo homem. João Damasceno acrescenta: "Ele mesmo, o Criador e o Senhor, lutou pela sua criatura, transmitindo lhe com o exemplo o seu ensinamento... E assim o Filho de Deus, mesmo subsistindo na forma de Deus, abaixou os céus e desceu... para junto dos seus servos... realizando a coisa mais nova que todas, a única verdadeiramente nova debaixo do sol, através da qual se manifestou de modo efetivo o poder infinito de Deus" (III, 1, pg. 94 coll. 981c-984b).

Podemos imaginar o alívio e a alegria que difundiam no coração dos fiéis estas palavras ricas de imagens tão fascinantes! Ouçamo-las também nós, hoje, compartilhando os mesmos sentimentos dos cristãos de outrora: Deus quer descansar em nós, deseja renovar a natureza também através da nossa conversão, quer fazer-nos participar da sua divindade. Que o Senhor nos ajude a fazer destas palavras a substância da nossa vida.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 20 de Maio de 2009

Peregrinação à Terra Santa

Queridos irmãos e irmãs!

Hoje desejo falar sobre a viagem apostólica que realizei de 8 a 15 de Maio na Terra Santa, e pela qual incessantemente dou graças ao Senhor, porque se revelou um grande dom para o Sucessor de Pedro e para toda a Igreja. Desejo expressar de novo o meu sentido "obrigado" a Sua Beatitude o Patriarca Fouad Twal, aos Bispos dos vários ritos, aos Sacerdotes, aos Franciscanos da Custódia da Terra Santa. Agradeço ao Rei e à Rainha da Jordânia, ao Presidente de Israel e ao Presidente da Autoridade Palestiniana, com os respectivos Governos, todas as Autoridades e quantos de várias maneiras colaboraram para a preparação e para o bom êxito da visita. Tratou-se antes de tudo de uma peregrinação, aliás, da peregrinação por excelência às nascentes da fé; e ao mesmo tempo de uma visita pastoral à Igreja que vive na Terra Santa: uma Comunidade de grande importância, porque representa uma presença viva onde ela teve origem.

A primeira etapa, de 8 à manhã de 11 de Maio, foi a Jordânia, em cujo território se encontram dois lugares santos principais: o Monte Nebo, do qual Moisés contemplou a Terra Prometida e onde morreu sem nela ter entrado; e depois Betânia "do outro lado do Jordão" onde, segundo o quarto Evangelho, São João inicialmente batizava. O Memorial a Moisés no Monte Nebo é um lugar de forte valor simbólico: ele fala da nossa condição de peregrinos entre um "já" e um "ainda não", entre uma promessa tão grande e bela que nos ampara no caminho e um cumprimento que nos supera, e que ultrapassa também este mundo. A Igreja vive em si mesma esta "índole escatológica" e "peregrina": já está unida a Cristo, seu esposo, mas a festa de núpcias é por enquanto apenas prelibada, na expectativa da sua vinda gloriosa no fim dos tempos (cf. Conc. Vat. II, Const. Lumen gentium, 48-50). Em Betânia tive a alegria de benzer as primeiras pedras para duas igrejas que vão ser construídas no lugar onde São João batizava. Este fato é sinal da abertura e do respeito que vigoram no Reino Hachemita pela liberdade religiosa e para a tradição cristã, o que merece grande apreço. Tive a ocasião de manifestar este justo reconhecimento, juntamente com o profundo respeito pela comunidade muçulmana, aos Chefes religiosos, ao Corpo Diplomático e aos Reitores das Universidades, reunidos junto da Mesquita Al-Hussein Bin-Talal, mandada construir pelo Rei Abdallah II em memória do pai, o célebre Rei Hussein, que recebeu o Papa Paulo VI durante a sua histórica peregrinação de 1964. Como é importante que cristãos e muçulmanos coabitem pacificamente no respeito

recíproco! Graças a Deus, e ao compromisso dos governantes, na Jordânia isto verifica-se. Portanto, rezei a fim de que seja assim também noutras partes, pensando especialmente nos cristãos que, ao contrário, vivem realidades difíceis no vizinho Iraque.

Vive na Jordânia uma importante comunidade cristã, incrementada por prófugos palestinianos e iraquianos. Trata-se de uma presença significativa e apreciada na sociedade, também pelas suas obras educativas e assistenciais, atentas à pessoa humana independentemente da sua pertença étnica ou religiosa. Um bom exemplo é o Centro de reabilitação Regina Pacis em Amã, que acolhe numerosas pessoas inválidas. Ao visitá-lo, pude dizer uma palavra de esperança, mas também eu a recebi, como testemunho comprovado do sofrimento e da partilha humana. Em sinal do empenho da Igreja no âmbito da cultura, benzi também a primeira pedra da Universidade de Madaba, do Patriarcado Latino de Jerusalém. Senti grande alegria por dar início a esta nova instituição científica e cultural, porque ela manifesta de modo tangível que a Igreja promove a busca da verdade e do bem comum, e oferece um espaço aberto e qualificado a todos os que desejam comprometer-se nesta busca, premissa indispensável para um verdadeiro e frutuoso diálogo entre civilizações. Ainda em Amã tiveram lugar duas solenes celebrações litúrgicas: as Vésperas na Catedral greco-melquita de São Jorge, e a Santa Missa no Estádio internacional, que nos deu a ocasião de apreciar juntos a beleza de encontrar-nos como Povo de Deus peregrino, rico das suas diversas tradições e unido na única fé.

Deixando a Jordânia, no final da manhã de 11 de Maio, fui para Israel onde, desde a chegada, me apresentei como peregrino de fé na Terra onde Jesus nasceu, viveu, morreu e ressuscitou e, ao mesmo tempo, como peregrino de paz para implorar a Deus que, onde Ele se quis fazer homem, todos os homens possam viver como seus filhos, isto é, como irmãos. Este segundo aspecto da minha viagem naturalmente sobressaiu nos encontros com as Autoridades civis: na visita ao Presidente israelita e ao Presidente da Autoridade Palestiniana. Naquela Terra abençoada por Deus por vezes parece impossível sair da espiral da violência. Mas a Deus nada é impossível nem a quantos têm confiança n'Ele! Por isso a fé no único Deus justo e misericordioso, que é o recurso mais precioso daqueles povos, deve poder libertar toda a sua carga de respeito, de reconciliação e de colaboração. Quis expressar estes votos visitando quer o Grão-Mufti e os chefes das comunidades muçulmanas de Jerusalém, quer o Grão Rabinado de Israel, e também no encontro com as Organizações empenhadas no diálogo inter-religioso e, depois, com os Chefes religiosos da Galileia.

Jerusalém é a encruzilhada das três grandes religiões monoteístas, e o seu próprio nome – "cidade da paz" – exprime o desígnio de Deus sobre a humanidade: formar com ela uma grande família. Este desígnio, prenunciado a Abraão, realizou-se plenamente em Jesus Cristo,

que São Paulo chama "nossa paz", porque abateu com a força do seu Sacrifício o muro da inimizade (cf. Ef 2, 14). Portanto, todos os crentes devem pôr de lado os preconceitos e a vontade de domínio, e praticar concordes o mandamento fundamental: isto é, amar a Deus com todo o seu ser e amar o próximo como a si mesmo. É isto que judeus, cristãos e muçulmanos são chamados a testemunhar, a fim de honrar com fatos aquele Deus que anunciam com os lábios. Foi precisamente isto que levei no coração, na oração, ao visitar, em Jerusalém, o Muro Ocidental – o Muro das Lamentações – e a Cúpula da Rocha, lugares simbólicos respectivamente ao Judaísmo e ao Islão. Um momento de intenso recolhimento foi ainda a visita ao Memorial Yad Vashem, erigido em Jerusalém em honra das vítimas do Shoah. Detive-me ali em silêncio, rezando e meditando sobre o mistério do "nome": cada pessoa humana é sagrada, e o seu nome está inscrito no coração do Deus eterno. Nunca deve ser esquecida a tremenda tragédia do Shoah! Ao contrário, é preciso que esteja sempre na nossa memória como admoestação universal ao respeito sagrado da vida humana, que assume sempre um valor infinito.

Como já mencionei, a minha viagem tinha como finalidade prioritária a visita às comunidades católicas da Terra Santa, e isto aconteceu em diversos momentos também em Jerusalém, em Belém e em Nazaré. No Cenáculo, com a mente dirigida para Cristo que lava os pés aos Apóstolos e institui a Eucaristia, assim como para o dom do Espírito Santo à Igreja no dia de Pentecostes, pude encontrar-me, entre outros, com o Guardião da Terra Santa e meditar juntos sobre a nossa vocação para sermos uma só coisa, para formar um só corpo e um só espírito, para transformar o mundo com o poder humilde do amor. Certamente, esta chamada encontra na Terra Santa dificuldades particulares, por isso, com o coração de Cristo, repeti aos meus irmãos Bispos as suas mesmas palavras: "Não temas, pequenino rebanho, porque aprouve ao vosso Pai dar-vos o Reino" (Lc 12, 32). Depois saudei brevemente as religiosas e os religiosos de vida contemplativa, agradecendo-lhes o serviço que, com a sua oração, oferecem à Igreja e à causa da paz.

Momentos culminantes de comunhão com os fiéis católicos foram sobretudo as celebrações eucarísticas. No Vale de Josafat, em Jerusalém, meditámos sobre a Ressurreição de Cristo como força de esperança e de paz para aquela Cidade e para o mundo inteiro. Em Belém, nos Territórios Palestinianos, a Santa Missa foi celebrada diante da Basílica da Natividade com a participação também dos fiéis provenientes de Gaza, os quais tive a alegria de confortar pessoalmente garantindo-lhes a minha particular proximidade. Belém, o lugar no qual ressoou o cântico celeste de paz para todos os homens, é símbolo da distância que ainda nos separa do cumprimento daquele anúncio: precariedade, isolamento, incerteza, pobreza. Tudo isto fez com que tantos cristãos partissem para longe. Mas a Igreja continua o seu caminho, amparada

pela força da fé e testemunhando o amor com obras concretas de serviço aos irmãos, como, por exemplo, o Caritas Baby Hospital de Belém, apoiado pelas Dioceses da Alemanha e da Suíça, e pela ação humanitária nos campos de prófugos. Naquele que visitei, quis garantir às famílias que lá estão hospedadas, a proximidade e o encorajamento da Igreja universal, convidando todos a procurar a paz com métodos não violentos, seguindo o exemplo de São Francisco de Assis. A terceira e última Missa com o povo celebrei-a na quinta-feira em Nazaré, cidade da Sagrada Família. Rezámos por todas as famílias, para que sejam redescobertas a beleza do matrimônio e da vida familiar, o valor da espiritualidade doméstica e da educação, a atenção pelas crianças, que têm o direito de crescer em paz e serenidade. Além disso, na Basílica da Anunciação, juntamente com todos os Pastores, pessoas consagradas, movimentos eclesiais e leigos comprometidos da Galileia, cantámos a nossa fé no poder criador e transformador de Deus. Lá, onde o Verbo se fez homem no seio da Virgem Maria, brota uma nascente inexaurível de esperança e de alegria, que não cessa de animar o coração da Igreja, peregrina na história.

A minha peregrinação terminou na sexta-feira, 15 de Maio, com a visita ao Santo Sepulcro e com dois importantes encontros ecuménicos em Jerusalém: ao Patriarcado Greco-Ortodoxo, onde estavam reunidas todas as representações eclesiais da Terra Santa, e por fim, à Igreja Patriarcal Apostólica Arménia. Apraz-me resumir todo o itinerário que me foi concedido percorrer precisamente no sinal da Ressurreição de Cristo: apesar das vicissitudes que ao longo dos séculos marcaram os Lugares santos, não obstante as guerras, as destruições, e infelizmente também os conflitos entre cristãos, a Igreja prosseguiu a sua missão, amparada pelo Espírito do Senhor ressuscitado. Ela está a caminho rumo à plena unidade, para que o mundo creia no amor de Deus e experimente a alegria da sua paz. De joelhos no Calvário e no Sepulcro de Jesus, invoquei a força do amor que brota do Mistério pascal, a única força que pode renovar os homens e orientar a história e a criação para o seu fim. Peço também a vós que rezeis por esta intenção, enquanto nos preparamos para a festa da Ascensão que no Vaticano celebramos amanhã. Obrigado pela vossa atenção.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 27 de Maio de 2009

São Teodoro Studita

Queridos irmãos e irmãs

O Santo que hoje encontramos, São Teodoro Studita leva-nos à plena Idade Média bizantina, a um período bastante turbulento sob os pontos de vista religioso e político. São Teodoro nasceu em 759 numa família nobre e piedosa: a mãe, Teoctista, e um tio, Platão, abade do mosteiro de *Sakkudion* na Bitínia, são venerados como santos. Foi precisamente o tio que o orientou para a vida monástica, que ele abraçou com a idade de 22 anos. Foi ordenado sacerdote pelo Patriarca Tarásio, mas em seguida interrompeu a comunhão com ele pela debilidade demonstrada no caso do matrimônio adulterino do imperador Constantino VI. A consequência foi o exílio de Teodoro para Tessalônica em 796. A reconciliação com a autoridade imperial teve lugar no ano seguinte, sob a imperatriz Irene, cuja benevolência levou Teodoro e Platão a transferir-se para o mosteiro urbano de Studios, juntamente com uma boa parte da comunidade dos monges de *Sakkudion*, para evitar as incursões dos sarracenos. Deste modo teve início a importante "reforma studita".

Todavia, a vicissitude pessoal de Teodoro continuou a ser movimentada. Com a sua energia habitual, tornou-se o chefe da resistência contra o iconoclasmo de Leão V, o Arménio, que se opôs novamente à existência de imagens e ícones na Igreja. A procissão de ícones organizada pelos montes de *Studios* desencadeou a reação da polícia. De 815 a 821, Teodoro foi flagelado, aprisionado e exilado em diversos lugares da sia. No final conseguiu voltar para Constantinopla, mas não para o seu mosteiro. Então, estabeleceu-se com os seus monges na outra margem do Bósforo. Parece que veio a falecer em *Prinkipo*, a 11 de Novembro de 826, dia em que o calendário bizantino o recorda. Teodoro distinguiu-se na história da Igreja como um dos grandes reformadores da vida monástica e também como defensor das imagens sacras, durante a segunda fase do iconoclasmo, ao lado do Patriarca de Constantinopla, São Nicéforo. Teodoro compreendera que a questão da veneração dos ícones interpelava a própria verdade da Encarnação. Nos seus três livros *Antirretikoi* (Confutações), Teodoro faz uma comparação entre as relações eternas intratrinitárias, onde a existência de cada uma das Pessoas divinas não destrói a unidade, e as relações entre as duas naturezas em Cristo, que não comprometem nele a única Pessoa do Logos. E argumenta: abolir a veneração do ícone de Cristo significaria eliminar a sua própria obra redentora, dado que, assumindo a natureza humana, a Palavra eterna invisível, apareceu na carne humana visível e deste modo santificou todo o cosmos

visível. Santificados pela bênção litúrgica e pelas orações dos fiéis, os ícones unem-nos à Pessoa de Cristo, aos seus santos e, através deles, ao Pai celeste e dão testemunho do ingresso da realidade divina no nosso cosmos visível e material.

Teodoro e os seus monges, testemunhas de coragem no tempo das perseguições iconoclastas, estão inseparavelmente ligados à reforma da vida cenobítica no mundo bizantino. A sua importância já se impõe por uma circunstância externa: o número. Enquanto nos mosteiros dessa época não havia mais que trinta ou quarenta monges, da Vida de Teodoro sabemos da existência global de mais de mil monges studitas. É o próprio Teodoro que nos informa sobre a presença no seu mosteiro de cerca de trezentos monges; portanto, vemos o entusiasmo da fé que nasceu no contexto deste homem realmente informado e formado pela própria fé. No entanto, mais do que o número, revelou-se influente o novo espírito que o fundador imprimiu à vida cenobítica. Nos seus escritos, ele insiste sobre a urgência de um voltar consciente ao ensinamento dos Padres, principalmente a São Basílio, primeiro legislador da vida monástica, e a São Doroteu de Gaza, famoso padre espiritual do deserto da Palestina. A contribuição caraterística de Teodoro consiste na insistência sobre a necessidade da ordem e da submissão por parte dos monges. Durante as perseguições, eles dispersaram-se habituando-se a viver cada qual segundo o próprio juízo. Agora, que fora possível reconstituir a vida comum, era necessário comprometer-se profundamente para voltar a fazer do mosteiro uma verdadeira comunidade orgânica, uma autêntica família ou, como ele mesmo diz, um verdadeiro "Corpo de Cristo". É em tal comunidade que se verifica de maneira concreta a realidade da Igreja no seu conjunto.

Outra convicção fundamental de Teodoro é a seguinte: em relação aos seculares, os monges assumem o compromisso de observar os deveres cristãos com maior rigor e intensidade. Por isso, pronunciam uma profissão especial, que pertence às *hagiasmata* (consagrações) e é quase um "novo batismo", cujo símbolo é a vestidura. Contudo, a caraterística dos monges em relação aos seculares é o compromisso da pobreza, da castidade e da obediência. Dirigindo-se aos monges, Teodoro fala da pobreza de modo concreto, às vezes quase pitoresto, mas no seguimento de Cristo ela é desde o início um elemento essencial do monaquismo e indica também um caminho para todos nós. A renúncia à propriedade particular, esta liberdade das coisas materiais, assim como a sobriedade e a simplicidade, valem de forma radical somente para os monges, mas o espírito de tal renúncia é igual para todos. Com efeito, não podemos depender da propriedade material mas, ao contrário, temos que aprender a renúncia, a simplicidade, a austeridade e a sobriedade. Somente assim pode crescer uma sociedade solidária e pode ser superado o problema da pobreza deste mundo. Portanto, neste sentido o sinal radical

dos monges pobres indica substancialmente também a vereda para todos nós. Além disso, quando expõe as tentações contra a castidade, Teodoro não esconde as próprias experiências e demonstra o caminho de luta interior para encontrar o domínio de si mesmo e assim o respeito pelo próprio corpo e do próximo, como templo de Deus.

Mas para ele as renúncias principais são exigidas pela obediência, porque cada um dos monges tem o seu modo de viver e a inserção na grande comunidade de trezentos monges implica realmente um novo estilo de vida, que ele qualifica como o "martírio da submissão". Também aqui os monges apresentam apenas um exemplo de quanto é necessário para nós mesmos, porque depois do pecado original a tendência do homem é fazer a própria vontade, o princípio primário é a vida do mundo e tudo o resto deve ser submetido à própria vontade. Mas deste modo, se cada um seguir somente a si mesmo, o tecido social não poderá funcionar. Só aprendendo a inserir-se na liberdade comum, a compartilhar e a submeter-se a esta, aprendendo a legalidade, ou seja, a submissão e a obediência às regras do bem comum e da vida conjunta poderei salvar a sociedade e eu mesmo da soberba de ser o centro do mundo. Assim, com uma introspecção requintada, São Teodoro ajuda os seus monges e enfim também a nós, a compreender a verdadeira vida, a resistir à tentação de pôr a própria vontade como máxima regra de vida, e a conservar a verdadeira identidade pessoal que é sempre uma identidade em conjunto com os outros e a paz do coração.

Para Teodoro Studita, uma virtude tão importante quanto a obediência e a humildade é a *philergia*, ou seja, o amor ao trabalho, em que ele vê um critério para provar a qualidade da devoção pessoal: quem é fervoroso nos compromissos materiais, quem trabalha com assiduidade argumenta ele é-o também nos compromissos espirituais. Por isso não admite que, sob o pretexto da oração e da contemplação, o monge se exima do trabalho, também do trabalho manual, que na realidade é, na sua opinião e segundo toda a tradição monástica, o modo para encontrar Deus. Teodoro não tem medo de falar do trabalho como do "sacrifício do monge", da sua "liturgia" e até de um tipo de Missa através da qual a vida monástica se torna uma vida angélica. E precisamente assim o mundo do trabalho deve ser humanizado e, mediante o trabalho, o homem torna-se mais ele mesmo, mais próximo de Deus. Uma consequência desta visão singular merece ser recordada: exatamente porque é fruto de uma forma de "liturgia", as riquezas alcançadas a partir do trabalho comum não devem servir para a comodidade dos monges, mas ser destinadas à ajuda aos pobres. Aqui todos nós podemos entrever a necessidade de que o fruto do trabalho seja um bem para todos. Obviamente, o trabalho dos "studitas" não era apenas manual: eles tiveram uma grande importância no desenvolvimento religio-

so-cultural da civilização bizantina como calígrafos, pintores, poetas, educadores dos jovens, professores escolares e bibliotecários.

Mesmo exercendo uma atividade externa muito vasta, Teodoro não se deixava distrair por aquilo que considerava estritamente atinente à sua função de superior: ser o padre espiritual dos seus monges. Ele sabia como fora decisiva a influência que tiveram na sua vida, tanto a boa mãe como o santo tio Platão, por ele qualificado com o título significativo de "pai". Por isso, exercia sobre os monges a direção espiritual. Cada dia, menciona o biógrafo, depois da oração vespertina ele punha-se diante da iconostase para ouvir as confissões de todos. Aconselhava também espiritualmente muitas pessoas fora do próprio mosteiro. O Testamento espiritual e as Cartas põem em evidência esta sua índole aberta e carinhosa, demonstrando como da sua paternidade nasceram autênticas amizades espirituais no âmbito monástico e mesmo fora.

A *Regra*, conhecida com o nome de *Hypotyposis*, codificada pouco tempo depois da morte de Teodoro, foi adoptada com algumas modificações no Monte Athos, quando em 962 Santo Atanásio Athonita fundou aí a Grande Lavra, na Rus' de Kiev quando, no início do segundo milênio, São Teodósio a introduziu na Lavra das Grutas. Compreendida no seu significado genuíno, a Regra revela-se singularmente atual. Hoje existem numerosas correntes que ameaçam a unidade da fé coral e impelem para um tipo de perigoso individualismo e soberba espirituais. É necessário comprometer-se em defender e fazer crescer a perfeita unidade do Corpo de Cristo, na qual podem compor-se harmoniosamente a paz da ordem e os sinceros relacionamentos pessoais no Espírito.

Talvez seja útil retomar, no final, alguns dos elementos principais da doutrina espiritual de Teodoro. Amor ao Senhor encarnado e à sua visibilidade na Liturgia e nos ícones. Fidelidade ao batismo e compromisso a viver na comunhão do Corpo de Cristo, entendida inclusive como comunhão dos cristãos entre si. Espírito de pobreza, de sobriedade, de renúncia, castidade, domínio de si mesmo, humildade e obediência contra o primado da própria vontade, que destrói o tecido social e a paz das almas. Amor pelo trabalho material e espiritual. Amizade espiritual nascida da purificação da própria consciência, da própria alma e da própria vida. Procuremos seguir estes ensinamentos, que realmente nos indicam o caminho da verdadeira vida.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Pedro Quarta-feira, 3 de Junho de 2009

Rabano Mauro

Caros irmãos e irmãs

Hoje gostaria de falar de uma personagem do Ocidente latino verdadeiramente extraordinário: o monge Rabano Mauro. Juntamente com homens como Isidoro de Sevilha, Beda o Venerável e Ambrósio Autperto, de quem já falei em catequeses precedentes, ao longo dos séculos da chamada Alta Idade Média ele soube manter o contato com as grandes culturas dos antigos sábios e dos Padres cristãos. Recordado frequentemente como "*praeceptor Germaniae*", Rabano Mauro teve uma fecundidade extraordinária. Com a sua capacidade de trabalho absolutamente excepcional, talvez tenha contribuído mais do que todos para manter viva a cultura teológica, exegética e espiritual, da qual teriam haurido os séculos sucessivos. Nele inspiram-se quer grandes personagens pertencentes ao mundo dos monges, como Pier Damiani, Pedro o Venerável e Bernardo de Claraval, quer também um número cada vez mais consistente de "clérigos" do clero secular, que durante os séculos XII-XIII deram vida a um dos florescimentos mais bonitos e fecundos do pensamento humano.

Tendo nascido em Mainz por volta de 760, Rabano entrara no mosteiro extremamente jovem: foi-lhe acrescentado o nome de Mauro precisamente com referência ao jovem Mauro que, segundo o Livro II dos Diálogos de São Gregório Magno, fora confiado quando era ainda criança pelos seus pais, nobres romanos, ao abade Bento de Núrsia. Esta inserção precoce de Rabano como "*puer oblatus*" no mundo monástico beneditino, e os frutos que obteve para o seu crescimento humano, cultural e espiritual, abririam sozinhos uma espiral interessantíssima não só sobre a vida dos monges e da Igreja, mas também sobre toda a sociedade da sua época, habitualmente qualificada como "carolíngia". Deles, ou talvez de si mesmo, Rabano Mauro escreve: "Há alguns que têm a sorte de ser introduzidos no conhecimento das Escrituras desde a tenra infância" ("*a cunabulis suis*") e foram tão bem nutridos com o alimento oferecido pela Santa Igreja que, com a educação apropriada, puderam ser promovidos às ordens sagradas mais altas" (pl 107, col. 419bc).

A cultura extraordinária, pela qual Rabano Mauro se distinguia, chamou depressa a atenção dos grandes do seu tempo. Tornou-se conselheiro de príncipes. Empenhou-se para garantir a unidade do império e, a nível cultural mais amplo, nunca deixou de oferecer a quem o interrogava uma resposta ponderada, que tirava preferivelmente da Bíblia e dos textos dos santos Padres. Eleito primeiro Abade do famoso mosteiro de Fulda e depois Arcebispo da cidade

natal, Mainz, não cessou por isso de continuar os seus estudos, demonstrando com o exemplo da sua vida que se pode estar simultaneamente à disposição dos outros, sem se privar por isso de um tempo côngruo para a reflexão, o estudo e a meditação. Assim Rabano Mauro foi exegeta, filósofo, poeta, pastor e homem de Deus. As dioceses de Fulda, Mainz, Limbourg e rocla veneram-no como Santo ou Beato. As suas obras completam seis volumes da Patrologia Latina do Migne. É a ele que se deve, provavelmente, um dos hinos mais bonitos e conhecidos da Igreja latina, o "*Veni Creator Spiritus*", síntese extraordinária de pneumatologia cristã. O primeiro compromisso teológico de Rabano manifestou-se, com efeito, sob a forma de poesia e teve como objeto o mistério da Santa Cruz, numa obra intitulada: "*De laudibus Sanctae Crucis*", concebida de maneira a propor não somente conteúdos de conceito, mas também estímulos mais requintadamente artísticos, utilizando tanto a forma poética como a pictórica no interior do mesmo códice manuscrito. Propondo iconograficamente nas entrelinhas do seu escrito a imagem de Cristo crucificado, ele por exemplo escreve: "Eis a imagem do Salvador que, com a posição dos seus membros, torna sagrada para nós a salubérrima, dulcíssima e amadíssima forma da Cruz, a fim de que, acreditando no seu nome e obedecendo aos seus mandamentos, possamos obter a vida eterna graças à sua Paixão. Por isso, cada vez que elevarmos o olhar para a Cruz, recordemo-nos daquele que padeceu por nós para nos tirar do poder das trevas, aceitando a morte para nos tornar herdeiros da vida eterna" (Lib. 1, Fig. 1, pl 107 col. 151c).

Este método de combinar todas as artes, o intelecto, o coração e os sentidos, que vinha do Oriente, teria tido um desenvolvimento enorme no Ocidente, atingindo níveis inigualáveis nos códices miniaturados da Bíblia e em outras obras de fé e de arte, que floresceram na Europa até à invenção da imprensa e além dela também. De qualquer modo, isto demonstra que Rabano Mauro tem uma consciência extraordinária da necessidade de empenhar, na experiência da fé, não apenas a mente e o coração, mas também os sentidos mediante aqueles outros aspectos do gosto estético e da sensibilidade humana que levam o homem a fruir da verdade com a totalidade do seu ser, "espírito, alma e corpo". Isto é importante: a fé não é só pensamento, mas refere-se a todo o nosso ser. Dado que Deus se fez homem em carne e osso, entrando no mundo sensível, nós em todas as dimensões do nosso ser temos que procurar e encontrar Deus. Assim a realidade de Deus, mediante a fé, penetra no nosso ser transformando-o. Por isso Rabano Mauro concentrou a sua atenção sobretudo na Liturgia, como síntese de todas as dimensões da nossa percepção da realidade. Esta intuição de Rabano Mauro torna-o extraordinariamente atual. Dele permaneceram inclusive os famosos "Carmina", propostos para ser utilizados principalmente nas celebrações litúrgicas. Com efeito, dado que Rabano

era acima de tudo um monge, era totalmente evidente o seu interesse pela celebração litúrgica. Porém, ele não se dedicava à arte poética como fim em si mesma, mas subordinava a arte e qualquer outro tipo de saber ao aprofundamento da Palavra de Deus. Por isso, com compromisso e rigor extremos, procurou introduzir os seus contemporâneos, mas em primeiro lugar os ministros (bispos, presbíteros e diáconos), na compreensão do significado profundamente teológico e espiritual de todos os elementos da celebração litúrgica.

Assim, tentou compreender e propor aos outros os significados teológicos escondidos nos ritos, inspirando-se na Bíblia e na tradição dos Padres. Não hesitava em declarar, por honestidade mas também para dar maior importância às suas explicações, as fontes patrísticas às quais devia o seu saber. Todavia, servia-se das mesmas com liberdade e discernimento atento, dando continuidade ao desenvolvimento do pensamento patrístico. Por exemplo, no final da "Epistola prima", dirigida a um "corepiscopo" da diocese de Mainz, depois de ter respondido aos pedidos de esclarecimento a respeito do comportamento que se devia ter no exercício da responsabilidade pastoral, prossegue: "Escrevemos-te tudo isto do modo como o deduzimos das Sagradas Escrituras e dos cânones dos Padres. Tu porém, santíssimo homem, toma as tuas decisões como melhor te parecer, caso por caso, procurando moderar a tua avaliação de forma a garantir em tudo a discrição, porque esta é a mãe de todas as virtudes" (Epistulae, I, PL 112, col. 1510c). Assim, vê-se a continuidade da fé cristã, que tem os seus primórdios na Palavra de Deus; porém, ela é sempre viva, desenvolve-se e exprime-se de modos novos, sempre em coerência com toda a construção, com todo o edifício da fé.

Dado que uma parte integrante da celebração litúrgica é a Palavra de Deus, a ela se dedicou Rabano Mauro com o máximo empenhamento durante toda a sua existência. Ofereceu explicações exegéticas apropriadas praticamente para todos os livros bíblicos do Antigo e do Novo Testamento com uma intenção claramente pastoral, que justificava com palavras como estas: "Escrevi estas coisas... resumindo explicações e propostas de muitos outros para oferecer um serviço ao leitor pobre que não pode ter à disposição muitos livros, mas também para ajudar aqueles que em muitas coisas não conseguem entrar em profundidade na compreensão dos significados descobertos pelos Padres" (Commentariorum in Matthaeum praefatio, PL 107, col. 727d). Com efeito, quando comentava os textos bíblicos, hauria a mãos-cheias dos Padres antigos, com especial predileção por Jerônimo, Ambrósio, Agostinho e Gregório Magno.

Depois, a acentuada sensibilidade pastoral levou-o a enfrentar sobretudo um dos problemas mais sentidos pelos fiéis e pelos ministros sagrados do seu tempo: o da Penitência. Efetivamente, foi compilador de "*Penintenciários*" assim eram chamados nos quais, segundo a sensibilidade dessa época, eram enumerados pecados e penas correspondentes, utilizando na medi-

da do possível motivações tiradas da Bíblia, das decisões dos Concílios e das Decretais dos Papas. De tais textos serviram-se inclusive os "Carolíngios" na sua tentativa de reforma da Igreja e da sociedade. A esta mesma intenção pastoral correspondiam obras como "*De disciplina ecclesiastica*" e "*De institutione clericorum*", nos quais, inspirando-se principalmente em Agostinho, Rabano explicava aos simples e ao clero da sua diocese os rudimentos fundamentais da fé cristã: tratava-se de uma espécie de pequenos catecismos.

Gostaria de concluir a apresentação deste grande "homem de Igreja", citando algumas das suas palavras em que se refletem a sua convicção de base: "Quem é negligente na contemplação ("*qui vacare Deo negligit*"), priva-se sozinho da visão da luz de Deus; além disso, quem se deixa surpreender de modo indiscreto pelas preocupações e permite que os seus pensamentos sejam alterados pelo tumulto das coisas do mundo, condena-se à absoluta impossibilidade de penetrar os segredos do Deus invisível" (Lib. I, PL 112, col. 1263a). Penso que Rabano Mauro dirige estas palavras também a nós, hoje: nas horas de trabalho, com os seus ritmos frenéticos, e nos períodos de férias, temos que reservar momentos para Deus, abrir-lhe a nossa vida, dirigindo-lhe um pensamento, uma reflexão, uma breve oração e principalmente não podemos esquecer que o domingo é o dia do Senhor, o dia da liturgia, para vislumbrar na beleza das nossas igrejas, da música sacra e da Palavra de Deus, a própria beleza de Deus, deixando-O entrar no nosso ser. Somente assim a nossa vida se tornará grande, verdadeira.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 10 de Junho de 2009

João Escoto Erígena

Queridos irmãos e irmãs!

Hoje gostaria de falar de um notável pensador do Ocidente cristão: João Escoto Erígena, cujas origens porém são pouco claras. Provinha certamente da Irlanda, onde nasceu no início de 800, mas não sabemos quando deixou a sua Ilha para atravessar a Mancha e assim começar a fazer parte plenamente daquele mundo cultural que estava a renascerem volta dos Carolíngios, e em particular de Carlos, o Calvo, na França do século IX. Assim como não se conhece a data certa do seu nascimento, também ignoramos o ano da sua morte que, segundo os estudiosos, deveria contudo colocar-se por volta do ano 870.

João Escoto Erígena possuía uma cultura patrística, quer grega quer latina, de primeira mão: de fato, conhecia diretamente os escritos dos Padres latinos e gregos. Conhecia bem, entre outras, as obras de Agostinho, de Ambrósio, de Gregório Magno, grandes Padres do Ocidente cristão, mas também conhecia bem o pensamento de Orígenes, de Gregório de Nissa, de João Crisóstomo e de outros Padres cristãos do Oriente não menos grandes. Era um homem excepcional, naquele tempo que dominava também a língua grega. Demonstrou uma atenção muito particular por São Máximo, o Confessor e, sobretudo, por Dionísio, o Areopagita. Sob este pseudónimo esconde-se um escritor eclesiástico do século v, da Síria, mas toda a Idade Média e também João Escoto Erígena, estava convencida de que este autor fosse idêntico a um discípulo direto de São Paulo, do qual se fala nos Atos dos Apóstolos (17, 34). Escoto Erígena, convencido desta apostolicidade dos escritos de Dionísio, qualificava-o "autor divino" por excelência; os seus escritos foram por isso uma fonte eminente do seu pensamento. João Escoto traduziu as suas obras em latim. Os grandes teólogos medievais, como São Boaventura, conheceram as obras de Dionísio através desta tradução. Dedicou-se toda a vida a aprofundar e a desenvolver o seu pensamento, haurindo destes escritos, a ponto que ainda hoje às vezes pode ser difícil distinguir onde estamos diante do pensamento de Escoto Erígena e onde, ao contrário, de mais não faz do que repropor o pensamento do Pseudodionísio.

Na realidade, o trabalho teológico de João Escoto não teve muita sorte. Não só o final da era carolíngia fez esquecer as suas obras; também uma censura por parte da Autoridade eclesiástica lançou uma sombra sobre a sua figura. Na realidade, João Escoto representa um platonismo radical, que por vezes parece aproximar-se de uma visão panteísta, mesmo se as suas intenções pessoais subjetivas foram sempre ortodoxas. De João Escoto Erígena chegaram até

nós algumas obras, entre as quais merecem ser recordadas, em particular, o tratado "Sobre a divisão da natureza" e as "Exposições sobre a hierarquia celeste de São Dionísio". Nestas obras ele desenvolve estimulantes reflexões teológicas e espirituais, que poderiam sugerir interessantes aprofundamentos também aos teólogos contemporâneos. Refiro-me, por exemplo, a quanto escreve sobre o dever de exercer um discernimento apropriado sobre o que é apresentado como *auctoritas vera*, ou sobre o compromisso de continuar a procurar a verdade enquanto não se alcançar uma certa experiência na adoração silenciosa de Deus.

O nosso autor diz: "*Salus nostra ex fide inchoat*: a nossa salvação começa com a fé". Isto é, não podemos falar de Deus partindo das nossas invenções, mas de quanto Deus diz de si mesmo nas Sagradas Escrituras. Contudo, dado que Deus diz unicamente a verdade, Escoto Erígena está convencido de que a autoridade e a razão nunca podem estar em contraste uma com a outra; está convencido de que a verdadeira religião e a verdadeira filosofia coincidem. Nesta perspectiva escreve: "Qualquer tipo de autoridade que não for confirmada por uma verdadeira razão deveria ser considerada frágil... De fato, não é verdadeira autoridade, a não ser a que coincide com a verdade descoberta em virtude da razão, mesmo que se trate de uma autoridade recomendada e transmitida para utilidade das gerações vindouras pelos santos Padres" (I, PL, 122, col. 513bc). Por conseguinte, ele admoesta: "Autoridade alguma te atemorize ou te distraia de quanto te faz compreender a persuasão obtida graças a uma reta contemplação racional. De fato, a autêntica autoridade nunca contradiz a reta razão, nem esta poderá jamais contradizer uma verdadeira autoridade. Uma e outra provêm sem dúvida alguma da mesma fonte, que é a sabedoria divina" (I, PL 122, col. 511b). Vemos aqui uma corajosa afirmação do valor da razão, fundada sobre a certeza de que a autoridade verdadeira é ponderada, porque Deus é a razão criadora.

A própria Escritura não evita, segundo Erígena, a necessidade de ser abordada utilizando o mesmo critério de discernimento. De fato, a Escritura afirma o teólogo irlandês repropondo uma reflexão já presente em João Crisóstomo mesmo provindo de Deus, não teria sido necessária se o homem não tivesse pecado. Portanto, deve-se deduzir que a Escritura foi dada por Deus com uma intenção pedagógica e por condescendência, para que o homem pudesse recordar tudo o que lhe tinha sido impresso no coração desde o momento da sua criação, "à imagem e semelhança de Deus" (cf. Gn 1, 26) e que a queda original lhe tinha feito esquecer. Erígena escreve nas *Expositiones*: "O homem não foi criado para a Escritura, da qual não teria necessidade se não tivesse pecado, mas ao contrário, a Escritura embebida de doutrina e de símbolos foi dada ao homem. Graças a ela, de fato, a nossa natureza racional pode ser introduzida nos segredos da autêntica contemplação pura de Deus" (II, PL 122, col. 146c). A pala-

vra da Sagrada Escritura purifica a nossa razão um pouco cega e ajuda-nos a voltar à recordação do que nós, enquanto imagem de Deus, trazemos no nosso coração, infelizmente vulnerado pelo pecado.

Isto origina algumas consequências hermenêuticas, sobre o modo de interpretar a Escritura, que podem indicar ainda hoje o caminho justo para uma correta leitura da Sagrada Escritura. De fato, trata-se de descobrir o sentido escondido no texto sagrado e isto supõe uma particular prática interior, graças à qual a razão se abre ao caminho seguro rumo à verdade. Esta prática consiste em cultivar uma disponibilidade constante à conversão. De fato, para chegar a uma visão profunda do texto é necessário progredir simultaneamente na conversão do coração e na análise conceptual da página bíblica quer ela seja de carácter cósmico, histórico ou doutrinal. De fato, só graças à constante purificação quer do olhar do coração quer do olhar da mente se pode conquistar a exata compreensão.

Este caminho inacessível, exigente e entusiasmante, feito de contínuas conquistas e relativizações do saber humano, conduz a criatura inteligente ao limiar do Mistério divino, onde todas as noções acusam a própria debilidade e incapacidade e por isso impõem, com a simples força livre e doce da verdade, que se vá sempre além de tudo o que é continuamente adquirido. O reconhecimento adorante e silencioso do Mistério, que acaba na comunhão unificante, revela-se por isso como o único caminho de uma relação com a verdade que seja ao mesmo tempo a mais íntima possível e a mais escrupulosamente respeitadora da alteridade. João Escoto utilizando também aqui um vocabulário querido à tradição cristã de língua grega chamou a esta experiência para a qual tendemos, "*theosis*" ou divinização, com afirmações tão audaciosas que foi possível suspeitá-lo de panteísmo heterodoxo. Permanece contudo forte a emoção face a textos como o seguinte, no qual recorrendo à antiga metáfora da fusão do ferro escreve: "Portanto, como todo o ferro tornado ardente se derreteu a ponto de parecer haver apenas fogo mas permanecendo contudo distintas as substâncias de um e de outro, assim se deve aceitar que depois do fim deste mundo toda a natureza, quer a corpórea quer a incorpórea, manifeste apenas Deus e contudo permaneça íntegra de tal modo que Deus possa ser de certa forma compreendido, mesmo permanecendo in-compreensível e a própria criatura seja transformada, com admiração inefável, em Deus" (V, PL 122, col. 451b).

Na realidade, todo o pensamento teológico de João Escoto é a demonstração mais evidente da tentativa de expressar o dizível do Deus indizível, fundando-se unicamente no mistério do Verbo feito carne em Jesus de Nazaré. As numerosas metáforas por ele utilizadas para indicar esta realidade inefável demonstram quanto ele está consciente da absoluta inadequação das palavras com as quais falamos destas coisas. E contudo permanece o encanto e aquela atmos-

fera de autêntica experiência mística que se pode de vez em quando verificar nos seus textos. suficiente citar, como prova disto, uma página do *De divisione naturae* que sensibiliza profundamente também o coração dos crentes do século XXI: "Não se deve desejar outra coisa escreve ele a não ser a alegria da verdade que é Cristo, nem evitar outra coisa a não ser a Sua ausência. De fato, ela deveria ser considerada a única causa da total e eterna tristeza. Priva-me de Cristo e não terei bem algum nem nada me atemorizará como a sua ausência. O maior tormento de uma criatura racional são a privação e a ausência d'Ele" (V, PL 122, col. 989a). São palavras que podemos fazer nossas, traduzindo-as em oração Àquele que constitui o anseio também do nosso coração.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 17 de Junho de 2009

Santos Cirilo e Metódio

Queridos irmãos e irmãs

Gostaria hoje de falar dos Santos Cirilo e Metódio, irmãos no sangue e na fé, chamados apóstolos dos eslavos. Cirilo nasceu em Tessalônica em 826/827, filho do magistrado imperial Leão: era o mais jovem de sete filhos. Desde criança aprendeu a língua eslava. Com quatorze anos foi enviado para Constantinopla a fim de ser ali educado e foi companheiro do jovem imperador Miguel III. Naqueles anos foi introduzido nas diversas matérias universitárias, entre as quais a dialética, tendo como mestre Fócio. Depois de ter renunciado a um brilhante matrimônio, decidiu receber as ordens sagradas e tornou-se "bibliotecário" no Patriarcado. Pouco depois, desejando retirar-se em solidão, foi esconder-se num mosteiro, mas depressa foi descoberto e foi-lhe confiado o ensino das ciências sagradas e profanas, função que desempenhou tão bem que lhe foi atribuído o apelativo de "Filósofo". Entretanto, o irmão Miguel (que nasceu por volta de 815), depois de uma carreira administrativa na Macedónia, por volta do ano 850 abandonou o mundo e retirou-se à vida monástica no monte Olimpo na Bitínia, onde recebeu o nome de Metódio (o nome monástico devia começar com a mesma letra do nome de batismo) e tornou-se hegúmeno do mosteiro de Polychron.

Atraído pelo exemplo do irmão, também Cirilo decidiu deixar o ensino e foi para o monte Olimpo a fim de meditar e rezar. Contudo, alguns anos mais tarde (aprox. 861) o governo imperial encarregou-o de uma missão junto dos Khazares do Mar de Azov, os quais pediam que lhes fosse enviado um letrado que soubesse discutir com os judeus e com os sarracenos. Cirilo, acompanhado pelo irmão Metódio, esteve por muito tempo na Crimeia, onde aprendeu o hebraico. Ali procurou também o corpo do Papa Clemente I, que ali tinha estado exilado. Encontrou o seu túmulo e, quando retomou com o irmão o caminho do regresso, levou consigo as preciosas relíquias. Tendo chegado a Constantinopla, os dois irmãos foram enviados à Morávia ao imperador Miguel III, ao qual o príncipe morávio Ratislau tinha feito um pedido específico: "O nosso povo dissera-lhe desde quando rejeitou o paganismo, observa a lei cristã; mas não temos um mestre que seja capaz de nos explicar na nossa língua a verdadeira fé". A missão teve depressa um sucesso inaudito. Traduzindo a liturgia na língua eslava, os dois irmãos conquistaram uma grande simpatia da parte do povo.

Mas isto suscitou a hostilidade em relação a eles da parte do clero franco, que tinha chegado precedentemente à Morávia e considerava o território pertencente à própria jurisdição eclesial.

Para se justificar, em 867 os dois irmãos vieram a Roma. Durante a viagem pararam em Veneza, onde teve lugar um aceso debate com os defensores da chamada "heresia trilíngue": estes consideravam que houvesse só três línguas nas quais se podia licitamente louvar a Deus: a hebraica, a grega e a latina. Obviamente, os dois irmãos opuseram-se com vigor a esta posição. Em Roma Cirilo e Metódio foram recebidos pelo Papa Adriano II, que foi ao encontro deles em procissão para receber dignamente as relíquias de São Clemente. O Papa tinha compreendido também a grande importância da sua missão excepcional. De fato, desde meados do primeiro milênio os eslavos tinham-se instalado em grande número naqueles territórios situados entre as duas partes do Império Romano, a oriental e a ocidental, entre os quais já havia tensões. O Papa intuiu que os povos eslavos teriam podido desempenhar um papel de ponte, contribuindo assim para conservar a união entre os cristãos das duas partes do Império. Portanto, não hesitou em aprovar a missão dos dois Irmãos na Grande Morávia, aceitando e aprovando o uso da língua eslava na liturgia. Os livros eslavos foram colocados no altar de Santa Maria de Phatmé (Santa Maria Maior) e a liturgia em língua eslava foi celebrada nas Basílicas de São Pedro, de Santo André e de São Paulo.

Infelizmente Cirilo adoeceu de modo grave em Roma. Sentindo aproximar-se a morte, quis consagrar-se totalmente a Deus como monge num dos mosteiros gregos da Cidade (provavelmente em Santa Praxedes) e tomou o nome monástico de Cirilo (o seu nome de batismo era Constantino). Depois pediu com insistência ao irmão Metódio, que entretanto tinha sido consagrado Bispo, que não abandonasse a missão na Morávia e que voltasse entre aquelas populações. Dirigiu-se a Deus com esta invocação: "Senhor, meu Deus..., atende o meu pedido e faz com que o rebanho que me tinhas confiado se mantenha fiel a ti... Liberta-o da heresia das três línguas, reúne todos na unidade e faz com que o povo que escolheste seja concorde na verdadeira fé e na confissão reta". Faleceu a 14 de Fevereiro de 869.

Fiel ao compromisso assumido com o irmão, no ano seguinte, 870, Metódio regressou à Morávia e à Panónia (hoje Hungria), onde encontrou de novo a violenta hostilidade dos missionários francos que o aprisionaram. Não desanimou e quando, em 873, foi libertado empenhou-se ativamente na organização da Igreja, ocupando-se da formação de um grupo de discípulos. Foi por mérito destes discípulos que pôde ser superada a crise que se desencadeou depois da morte de Metódio a 6 de Abril de 885: perseguidos e postos na prisão, alguns destes discípulos foram vendidos como escravos e levados para Veneza, onde foram resgatados por um funcionário constantinopolitano, que lhes concedeu voltar aos países dos eslavos balcânicos. Acolhidos na Bulgária, puderam continuar a missão iniciada por Metódio, difundindo o Evangelho na "terra da Rus". Deus, na sua misteriosa providência serviu-se assim da perse-

guição para salvar a obra dos santos Irmãos. Dela permanece também a documentação literária. É suficiente pensar em obras como o Evangeliário (perícopes litúrgicas do Novo Testamento), o Saltério, vários textos litúrgicos em língua eslava, nos quais trabalharam os dois Irmãos. Depois da morte de Cirilo, deve-se a Metódio e aos seus discípulos, entre outros, a tradução de toda a Sagrada Escritura, o Nomocânone e o Livro dos Padres.

Querendo agora resumir o perfil espiritual dos dois Irmãos, deve-se registar antes de tudo a paixão com que Cirilo se aproximou dos escritos de São Gregório Nazianzeno, aprendendo dele o valor da língua na transmissão da Revelação. São Gregório tinha expresso o desejo de que Cristo falasse por meio dele: "Sou servo do Verbo, por isso me ponho ao serviço da Palavra". Querendo imitar Gregório neste serviço, Cirilo pediu a Cristo que falasse em eslavo através dele. E introduz a sua obra de tradução com a invocação solene: "Ouvi, vós todos, povos eslavos, ouvi a Palavra que vem de Deus, a Palavra que alimenta as almas, a Palavra que conduz ao conhecimento de Deus". Na realidade, já alguns anos antes que o príncipe da Morávia viesse pedir ao imperador Miguel III o envio de missionários à sua terra, parece que Cirilo e o irmão Metódio, rodeados por um grupo de discípulos, estavam a trabalhar no projeto de recolher dogmas cristãos em livros escritos em língua eslava. Surgiu então claramente a exigência de novos sinais gráficos, mais adequados à língua falada: nasceu assim o alfabeto glagolítico que, modificado sucessivamente, foi depois designado com o nome de "cirílico" em honra do seu inspirador. Foi um acontecimento decisivo para o desenvolvimento da civilização eslava em geral. Cirilo e Metódio estavam convencidos de que cada um dos povos não pudesse considerar que recebeu plenamente a Revelação enquanto não a tivesse ouvido na própria língua e lida nos caracteres próprios do seu alfabeto.

Atribui-se a Metódio o mérito de ter feito com que a obra empreendida com o irmão não fosse interrompida bruscamente. Enquanto Cirilo, o "Filósofo", era votado à contemplação, ele era mais propenso à vida ativa. Graças a isto pôde lançar as bases da sucessiva afirmação daquela à qual poderíamos chamar a "ideia cirilo-metodiana": ela acompanhou nos diversos períodos históricos os povos eslavos, favorecendo o desenvolvimento cultural, nacional e religioso. Era quanto já reconhecia o Papa Pio XI com a Carta apostólica *Quod Sanctum Cyrillum*, na qual qualificava os dois Irmãos: "Filhos do Oriente, bizantinos por pátria, gregos por origem, romanos por missão, eslavos pelos frutos apostólicos" (aas 19 1927 93-96). O papel histórico por eles desempenhado foi mais oficialmente proclamado pelo Papa João Paulo II que, com a Carta apostólica *Egregiae virtutis viri*, os declarou co-Padroeiros da Europa juntamente com São Bento (AAS 73 1981 258-262). De fato, Cirilo e Metódio constituem um exemplo clássico do que hoje se indica com a palavra "inculturação": Cada povo deve inserir na própria cul-

tura a mensagem revelada e expressar a sua verdade salvífica com a linguagem que lhe é própria. Isto supõe um trabalho de "tradução" muito empenhativo, porque exige a identificação de palavras adequadas para repropor, sem a atraiçoar, a riqueza da Palavra revelada. Disto os dois santos Irmãos deixaram um testemunho muito significativo, para o qual a Igreja olha também hoje para dele obter inspiração e orientação.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 24 de Junho de 2009

Ano Sacerdotal

Caros irmãos e irmãs

Na sexta-feira passada, 19 de Junho, solenidade do Sacratíssimo Coração de Jesus e Dia tradicionalmente dedicado à oração pela santificação dos sacerdotes, tive a alegria de inaugurar o Ano sacerdotal, proclamado por ocasião do sesquicentenário do "nascimento no Céu" do Cura d'Ars, São João Batista Maria Vianney. E entrando na Basílica do Vaticano para a celebração das Vésperas, quase como primeiro gesto simbólico, detive-me na Capela do Coro para venerar a relíquia deste santo Pastor de almas: o seu coração. Por que motivo um Ano sacerdotal? Por que precisamente na recordação do Santo Cura d'Ars que, aparentemente, nada realizou de extraordinário?

A Providência Divina fez com que a sua figura fosse posta ao lado da de São Paulo. Com efeito, enquanto está prestes a terminar o Ano paulino, dedicado ao Apóstolo das nações, modelo de evangelizador extraordinário que realizou diversas viagens missionárias para difundir o Evangelho, este novo Ano jubilar convida-nos a olhar para um pobre camponês que se tornou um pároco humilde, consagrado ao seu serviço pastoral num pequeno povoado. Se os dois Santos diferem muito pelos percursos de vida que os caracterizaram – um passou de região em região para anunciar o Evangelho, o outro recebeu milhares e milhares de fiéis, permanecendo sempre na sua pequena paróquia – contudo existe algo de fundamental que os irmana: e é a sua identificação total com o próprio ministério, a sua comunhão com Cristo que levava São Paulo a dizer: "Estou crucificado com Cristo! Já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim" (Gl 2, 1920). E São João Maria Vianney gostava de reiterar: "Se tivéssemos fé, veríamos Deus escondido no sacerdote como uma luz por detrás do vidro, como o vinho misturado com a água". A finalidade deste Ano sacerdotal, como escrevi na Carta enviada aos sacerdotes para esta ocasião é, portanto, favorecer a tensão de todo o presbítero para a perfeição espiritual da qual depende sobretudo a eficácia do seu ministério, e ajudar em primeiro lugar os presbíteros, e com eles todo o Povo de Deus, a redescobrir e revigorar a consciência do dom de Graça extraordinário e indispensável que o ministério ordenado representa para quem o recebeu, para a Igreja inteira e para o mundo, que sem a presença real de Cristo seria perdido.

Indubitavelmente, mudaram as condições histórias e sociais em que veio a encontrar-se o Cura d'Ars, e é justo perguntar-se como podem os sacerdotes imitá-lo na identificação com o seu

próprio ministério nas sociedades globalizadoras contemporâneas. Num mundo em que a visão conjunta da vida abrange cada vez menos o sagrado, em cujo lugar a "funcionalidade" se torna a única categoria decisiva, a concepção católica do sacerdócio poderia correr o risco de perder a sua consideração natural, às vezes inclusive no interior da consciência eclesial. Não raro, quer nos ambientes teológicos, quer também na prática pastoral concreta e de formação do clero, confrontam-se e por vezes opõem-se dois conceitos diferentes de sacerdócio. A este propósito, salientei há alguns anos que existem "por um lado uma concepção social-funcional que define a essência do sacerdócio com o conceito de "serviço": o serviço à comunidade, no cumprimento de uma função... Por outro lado, existe a concepção sacramental-ontológica que, naturalmente, não nega a índole de serviço do sacerdócio mas, ao contrário, vê-a ancorada no ser do ministro e considera que este ser é determinado por um dom concedido pelo Senhor através da mediação da Igreja, cujo nome é sacramento" (J. Ratzinger, Ministero e vita del Sacerdote, em Elementi di Teologia fondamentale. Saggio su fede e ministero, Bréscia 2005, pág. 165). Também a passagem terminológica da palavra "sacerdócio" para os termos "serviço, ministério e encargo", é sinal desta concepção diferente. Além disso à primeira, a ontológico-sacramental, está vinculado o primado da Eucaristia, no binómio "sacerdócio-sacrifício", enquanto à segunda corresponde o primado da palavra e do serviço do anúncio.

Considerando bem, não se trata de duas concepções opostas, e a tensão que contudo existe entre elas deve ser resolvida a partir de dentro. Assim o Decreto *Presbyterorum ordinis*, do Concílio Vaticano II, afirma: "Com efeito, é pela mensagem apostólica do Evangelho que se convoca e congrega o Povo de Deus, de modo que todos... se ofereçam a si mesmos como "hóstia viva, santa e agradável a Deus" (Rm 12, 1). Mas é precisamente pelo ministério dos sacerdotes que se consuma o sacrifício espiritual dos fiéis, em união com o sacrifício de Cristo, único Mediador que, em nome de toda a Igreja, é pelos mencionados sacerdotes oferecido incruenta e sacramentalmente na Eucaristia, até que o próprio Senhor venha" (n. 2).

Então, interroguemo-nos: "O que significa propriamente, para os sacerdotes, evangelizar? Em que consiste o chamado primado do anúncio?". Jesus fala do anúncio do Reino de Deus como da verdadeira finalidade da sua vinda ao mundo e o seu anúncio não é apenas um "discurso". Inclui, ao mesmo tempo, o seu próprio agir: os sinais e os milagres que realiza indicam que o Reino vem ao mundo como uma realidade presente, que em última análise coincide com a sua própria pessoa. Neste sentido, é importante recordar que, também no primado do anúncio, palavra e sinal são indivisíveis. A pregação cristã não proclama "palavras", mas a Palavra, e o anúncio coincide com a própria pessoa de Cristo, ontologicamente aberta à relação com o Pai e obediente à sua vontade. Portanto, um serviço autêntico à Palavra exige da parte do sacerdo-

te que tenda para uma aprofundada abnegação de si mesmo, a ponto de dizer com o Apóstolo: "Já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim". O presbítero não pode considerar-se "senhor" da palavra, mas servo. Ele não é a palavra mas, como proclamava João Batista, cuja Natividade celebramos precisamente hoje, é "voz" da Palavra: "Voz que brada no deserto: preparai o caminho do Senhor, endireitai as suas veredas" (Mc 1, 3).

Pois bem, ser "voz" da Palavra não constitui para o sacerdote um mero aspecto funcional. Pelo contrário, pressupõe um substancial "perder-se" em Cristo, participante no seu mistério de morte e de ressurreição com todo o próprio eu: inteligência, liberdade, vontade e oferta do próprio corpo, como sacrifício vivo (cf. Rm 12, 1-2). Somente a participação no sacrifício de Cristo, na sua *kénosi*, torna autêntico o anúncio! E este é o caminho que deve percorrer com Cristo para chegar a dizer ao Pai, juntamente com Ele: "não se faça o que Eu quero, mas o que tu queres" (Mc 14, 36). Então, o anúncio comporta sempre também o sacrifício pessoal, condição para que o anúncio seja genuíno e eficaz.

Alter Christus, o sacerdote está profundamente unido ao Verbo do Pai que, encarnando, assumiu a forma de servo, se tornou servo (cf. Fl 2, 5-11). O presbítero é servo de Cristo, no sentido que a sua existência, ontologicamente configurada com Cristo, adquire uma índole essencialmente relacional: ele vive em Cristo, por Cristo e com Cristo ao serviço dos homens. Precisamente porque pertence a Cristo, o presbítero encontra-se radicalmente ao serviço dos homens: é ministro da sua salvação, nesta progressiva assunção da vontade de Cristo, na oração, no "estar coração a coração" com Ele. Assim, esta é a condição imprescindível de cada anúncio, que exige a participação na oferenda sacramental da Eucaristia e a obediência dócil à Igreja.

Com as lágrimas nos olhos, o Santo Cura d'Ars repetia com frequência: "Como é assustador ser sacerdote!". E acrescentava: "Como é lastimável um sacerdote que celebra a Missa como se fosse um fato ordinário! Como é desventurado um sacerdote sem vida interior!". Possa o Ano sacerdotal levar todos os presbíteros a identificar-se totalmente com Jesus crucificado e ressuscitado para que, à imitação de São João Batista, estejam prontos a "diminuir" a fim de que Ele cresça; a fim de que, seguindo o exemplo do Cura d'Ars, sintam de maneira constante e profunda a responsabilidade da sua missão, que é sinal e presença da misericórdia infinita de Deus. Confiemos a Nossa Senhora, Mãe da Igreja, o Ano sacerdotal há pouco iniciado e todos os sacerdotes do mundo.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 1° de Julho de 2009

Audiência após o encerramento do Ano Paulino

Caros irmãos e irmãs

Com a celebração das primeiras Vésperas da solenidade dos Santos Apóstolos Pedro e Paulo na Basílica de São Paulo fora dos Muros, concluiu-se, como sabeis, no dia 28 de Junho o Ano paulino, em recordação do segundo milênio do nascimento do Apóstolo das Nações. Demos graças ao Senhor pelos frutos espirituais, que esta importante iniciativa produziu em muitas comunidades cristãs. Como preciosa herança do Ano paulino, podemos aceitar o convite do Apóstolo para aprofundar o conhecimento do mistério de Cristo, para que Ele seja o coração e o centro da nossa existência pessoal e comunitária. Com efeito, esta é a condição indispensável para uma verdadeira renovação espiritual e eclesial. Como pude sublinhar já durante a primeira Celebração eucarística na Capela Sistina após a minha eleição para Sucessor do Apóstolo Pedro, é precisamente da plena comunhão com Cristo que "brotam todos os outros elementos da vida da Igreja, em primeiro lugar a comunhão entre todos os fiéis, o compromisso de anúncio e de testemunho do Evangelho, o ardor da caridade para com todos, especialmente para com os pobres e os pequeninos" (cf. Insegnamenti, I, 2005, pp. 8-13). Isto é valido em primeiro lugar para os sacerdotes. Por isso, estamos gratos à Providência de Deus, que agora nos oferece a possibilidade de celebrar o Ano sacerdotal. Formulo votos cordiais para que ele constitua para cada sacerdote uma oportunidade de renovação interior e, consequentemente, de sólido fortalecimento no compromisso pela própria missão.

Como durante o Ano paulino a nossa referência constante foi São Paulo, assim nos próximos meses olharemos em primeiro lugar para São João Maria Vianney, o Santo Cura d'Ars, recordando o sesquicentenário da sua morte. Na carta que para tal ocasião escrevi aos sacerdotes, desejei ressaltar aquilo que mais resplandece na existência deste humilde ministro do altar: "a sua total identificação com o próprio ministério". Ele gostava de dizer que "um bom pastor, um pastor segundo o coração de Deus, é o maior tesouro que o bom Deus possa conceder a uma paróquia, e um dos dons mais preciosos da misericórdia divina". E, quase sem conseguir dar-se conta da grandeza do dom e da tarefa confiados a uma pobre criatura humana, suspirava: "Oh, como o sacerdote é grande!... Se ele se compreendesse a si mesmo, morreria... Deus obedece-lhe: ele pronuncia duas palavras e, à sua voz, nosso Senhor desce do céu e encerra-se numa pequena hóstia".

Na verdade, precisamente considerando o binómio "identidade-missão", cada sacerdote pode sentir melhor a necessidade daquela progressiva identificação com Cristo, que lhe assegura a fidelidade e a fecundidade do testemunho evangélico. O próprio título do Ano sacerdotal Fidelidade de Cristo, fidelidade do sacerdote põe em evidência o fato de que o dom da graça divina precede toda a possível resposta e realização pastoral do homem e assim, na vida do sacerdote, anúncio missionário e culto nunca são separáveis, como nunca devem ser separadas a identidade ontológico-sacramental e a missão evangelizadora. De resto, a finalidade da missão de cada presbítero, poderíamos dizer, é "cultual": para que todos os homens possam oferecer-se a Deus como hóstia viva, santa e do seu agrado (cf. Rm 12, 1), que na própria criação, nos homens, se torna culto, louvor do Criador, recebendo daqui aquela caridade que são chamados a dispensar abundantemente uns aos outros. Sentimo-lo claramente nos primórdios do Cristianismo. São João Crisóstomo dizia, por exemplo, que o sacramento do altar e o "sacramento do irmão", ou como se diz "sacramento do pobre", constituem dois aspectos do mesmo mistério. O amor ao próximo, a atenção à justiça e aos pobres não são apenas temas de uma moral social, mas sobretudo expressão de uma concepção sacramental da moralidade cristã porque, através do ministério dos presbíteros, se realiza o sacrifício espiritual de todos os fiéis, em união com o de Cristo, único Mediador: sacrifício que os presbíteros oferecem de modo incruento e sacramental, à espera da nova vinda do Senhor. Esta é a principal dimensão, essencialmente missionária e dinâmica, da identidade e do ministério sacerdotal: através do anúncio do Evangelho eles geram a fé naqueles que ainda não acreditam, para que possam unir ao sacrifício de Cristo o seu sacrifício, que se traduz em amor a Deus e ao próximo.

Prezados irmãos e irmãs, diante de tantas incertezas e canseiras, também no exercício do ministério sacerdotal, é urgente a recuperação de um juízo claro e inequívoco sobre a primazia absoluta da graça divina, recordando o que escreve S. Tomás de Aquino: "O menor dom da graça supera o bem natural de todo o universo" (Summa Theologiae, I-II, q. 113, a. 9, ad 2). Por conseguinte, a missão de cada um dos presbíteros dependerá, também e sobretudo, da consciência da realidade sacramental do seu "novo ser". Da certeza da sua identidade, não artificialmente construída mas gratuita e divinamente oferecida e recebida, depende o entusiasmo sempre renovado do sacerdote em relação à missão. Inclusive para os presbíteros é válido quanto escrevi na Encíclica Deus caritas est: "No início do ser cristão, não há uma decisão ética ou uma grande ideia, mas o encontro com um acontecimento, com uma Pessoa que dá à vida um novo horizonte e, desta forma, o rumo decisivo" (n. 1).

Tendo recebido um dom de graça tão extraordinário, mediante a sua "consagração", os presbíteros tornam-se testemunhas permanentes do seu encontro com Cristo. Partindo precisamente

desta consciência interior, eles podem desempenhar plenamente a sua "missão", através do anúncio da Palavra e da administração dos Sacramentos. Depois do Concílio Vaticano II, teve-se aqui e ali a impressão de que na missão dos sacerdotes, neste nosso tempo, havia algo de mais urgente; alguns pensavam que era necessário, em primeiro lugar, construir uma sociedade diversa. A página evangélica, que ouvimos no início, evoca ao contrário os dois elementos essenciais do ministério sacerdotal. Nessa época e hoje, Jesus envia os Apóstolos a anunciar o Evangelho e confere-lhes o poder de expulsar os espíritos malignos. Portanto, "anúncio" e "poder", ou seja, "palavra" e "sacramento", são as duas colunas fundamentais do serviço sacerdotal, para além das suas possíveis e múltiplas configurações.

Quando não se tem em consideração o "díptico" consagração-missão, torna-se verdadeiramente difícil compreender a identidade do presbítero e do seu ministério na Igreja. Com efeito, quem é o presbítero, a não ser um homem convertido e renovado pelo Espírito, que vive da relação pessoal com Cristo, fazendo constantemente próprios os seus critérios evangélicos? Quem é o presbítero, a não ser um homem de unidade e de verdade, consciente dos próprios limites e, ao mesmo tempo, da extraordinária grandeza da vocação recebida, ou seja, a de concorrer para difundir o Reino de Deus até aos extremos confins da terra? Sim! O sacerdote é um homem totalmente do Senhor, porque é o próprio Deus que o chama e o constitui no seu serviço apostólico. E precisamente porque é todo do Senhor, é todo dos homens e para os homens. Durante este Ano sacerdotal, que se prolongará até à próxima solenidade do Sacratíssimo Coração de Jesus, oremos por todos os sacerdotes. Multipliquem-se nas dioceses, nas paróquias e nas comunidades religiosas, especialmente nas monásticas, nas associações e nos movimentos, nas várias agregações pastorais presentes no mundo inteiro, iniciativas de oração e, de modo particular, de adoração eucarística, pela a santificação do clero e pelas vocações sacerdotais, respondendo ao convite de Jesus a pedir ao "Senhor da messe que envie trabalhadores para a sua messe" (Mt 9, 38). A oração é o primeiro compromisso, o verdadeiro caminho de santificação dos sacerdotes e a alma da autêntica "pastoral vocacional". A escassez numérica de ordenações presbiterais em alguns países não deve apenas desanimar, mas deve impelir a multiplicar os espaços de silêncio e de escuta da Palavra, a aprimorar a direção espiritual e o sacramento da confissão, para que a voz de Deus, que sempre continua a chamar e a confirmar, possa ser ouvida e prontamente seguida por numerosos jovens. Quem reza, não tem medo; quem ora, nunca está sozinho; quem reza, salva-se! Modelo de uma existência que se fez oração é, sem dúvida, São João Maria Vianney. Maria, Mãe da Igreja, ajude todos os sacerdotes a seguir o seu exemplo para que sejam, como ele, testemunhas de Cristo e apóstolos do Evangelho.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 8 de Julho de 2009

Caritas in veritate

Queridos irmãos e irmãs!

A minha nova Encíclica *Caritas in veritate*, que ontem foi oficialmente apresentada, inspira-se na sua visão fundamental num trecho da carta de São Paulo aos Efésios, no qual o Apóstolo fala do agir segundo a verdade na caridade: "praticando a verdade — ouvimo-lo agora — cresceremos em todas as coisas pela caridade n'Aquele que é a Cabeça, o Cristo" (4, 15). A caridade na verdade é por conseguinte a principal força propulsora para o verdadeiro desenvolvimento de cada pessoa e da humanidade inteira. Por isso, em volta do princípio "*caritas in veritate*", move-se toda a doutrina social da Igreja. Só com a caridade, iluminada pela razão e pela fé, é possível alcançar objetivos de desenvolvimento dotados de valor humano e humanizante. A caridade na verdade "é um princípio à volta do qual gira a doutrina social da Igreja, princípio que ganha forma operativa em critérios orientadores" (n. 6). A Encíclica recorda imediatamente na introdução dois critérios fundamentais: a justiça e o bem comum. A justiça é parte integrante daquele amor "com os fatos e na verdade" (1 Jo 3, 18), à qual exorta o apóstolo João (cf. n. 6). E "amar alguém é desejar o seu bem e comprometer-se eficazmente por ele. Ao lado do bem individual, há um bem relacionado com o viver social das pessoas... Ama-se tanto mais eficazmente o próximo quanto mais nos comprometemos" pelo bem comum. Portanto, são dois os critérios operativos, a justiça e o bem comum; graças a este último, a caridade adquire uma dimensão social. Cada cristão — diz a Encíclica — é chamado a esta caridade, e acrescenta: "É este o caminho institucional... da caridade" (cf. n. 7).

Como outros documentos do Magistério, também esta Encíclica retoma, continua e aprofunda a análise e a reflexão da Igreja sobre temáticas sociais de interesse vital para a humanidade do nosso século. De modo especial, retoma quanto escreveu Paulo VI, há mais de quarenta anos, na *Populorum progressio*, pedra miliar do ensinamento social da Igreja, na qual o grande Pontífice traça algumas linhas decisivas, e sempre atuais, para o desenvolvimento integral do homem e do mundo moderno. A situação mundial, como demonstra amplamente a crónica dos últimos meses, continua a apresentar grandes problemas e o "escândalo" de desigualdades clamorosas, que permanecem apesar dos compromissos assumidos no passado. Por um lado, registam-se sinais de graves desequilíbrios sociais e econômicos; por outro, invocam-se de várias partes reformas que não podem continuar a ser adiadas para colmar o abismo no progresso dos povos. O fenómeno da globalização pode, para esta finalidade, constituir uma real

oportunidade, mas para isso é importante que se lance mão a uma profunda renovação moral e cultural e a um discernimento responsável sobre as opções a serem feitas para o bem comum. Um futuro melhor para todos é possível, se for fundado na redescoberta dos valores éticos fundamentais. Isto é, é necessária uma nova projetualidade econômica que redesenhe o desenvolvimento de modo global, baseando-se no fundamento ético da responsabilidade diante de Deus e do ser humano como criatura de Deus.

Certamente a Encíclica não pretende oferecer soluções técnicas às vastas problemáticas sociais do mundo de hoje — não é esta a competência do Magistério da Igreja (cf. n. 9). Mas ela recorda os grandes princípios que se revelam indispensáveis para construir o desenvolvimento humano dos próximos anos. Entre eles, em primeiro lugar, a atenção à vida do homem, considerada como centro de todo o verdadeiro progresso; o respeito do direito à liberdade religiosa, sempre estreitamente relacionado com o progresso do homem; a rejeição de uma visão prometeica do ser humano, que o considere artífice absoluto do próprio destino. Uma confiança ilimitada nas potencialidades da tecnologia no final revelar-se-ia ilusória. São necessários homens retos quer na política quer na economia, que sejam sinceramente atentos ao bem comum. Em particular, considerando as emergências mundiais, é urgente chamar a atenção da opinião pública para o drama da fome e da segurança alimentar, que investe uma parte considerável da humanidade. Um drama destas dimensões interpela a nossa consciência: é necessário enfrentá-lo com determinação, eliminando as causas estruturais que o provocam e promovendo o desenvolvimento agrícola dos países mais pobres. Tenho a certeza de que este caminho de solidariedade ao desenvolvimento dos países mais pobres ajudará sem dúvida a elaborar um projeto de solução da crise global em curso. Sem dúvida deve ser revalorizado atentamente o papel e o poder político dos Estados, numa época em que existem de fato limites à sua soberania devido ao novo contexto econômico-comercial e financeiro internacional. E por outro lado, não deve faltar a participação responsável dos cidadãos na política nacional e internacional, graças também a um renovado empenho das associações dos trabalhadores chamadas a instaurar novas sinergias a nível local e internacional. Desempenham um papel de primeiro plano, também neste campo, os meios de comunicação social para o potenciamento do diálogo entre culturas e tradições diversas.

Querendo portanto programar um desenvolvimento não viciado pelas disfunções e deturpações hoje amplamente presentes, impõe-se da parte de todos uma séria reflexão sobre o próprio sentido da economia e sobre as suas finalidades. É o estado de saúde ecológica do planeta que o reclama; é a crise cultural e moral do homem, que sobressai com evidência em todas as partes do globo, que o exige. A economia precisa da ética para o seu correto funcionamento;

precisa de recuperar o importante contributo do princípio de gratuidade e da "lógica da doação" na economia de mercado, onde a regra não pode ser unicamente o lucro. Mas isto só é possível graças ao compromisso de todos, economistas e políticos, produtores e consumidores e pressupõe uma formação das consciências que dê força aos critérios morais na elaboração dos projetos políticos e econômicos. Justamente, de várias partes se faz apelo ao fato de que os direitos pressupõem deveres correspondentes, sem os quais os direitos correm o risco de se transformarem em arbítrio. É necessário, repete-se cada vez mais, um estilo de vida diferente da parte de toda a humanidade, no qual os deveres de cada um para com o ambiente se unam com os deveres para com a pessoa considerada em si mesma e em relação com os outros. A humanidade é uma só família e o diálogo fecundo entre fé e razão não pode deixar de a enriquecer, tornando mais eficaz a obra da caridade no social, e constituindo o quadro apropriado para incentivar a colaboração entre crentes e não-crentes, na compartilhada perspectiva de trabalhar pela justiça e pela paz no mundo. Como critérios-guia para esta interação fraterna, na Encíclica indico os princípios de subsidiariedade e de solidariedade, em estreita relação entre eles. Indiquei por fim, face às problemáticas tão vastas e profundas do mundo de hoje, a necessidade de uma Autoridade política mundial regulamentada pelo direito, que seja conforme com os mencionados princípios de subsidiariedade e solidariedade e firmemente orientada para a realização do bem comum, no respeito das grandes tradições morais e religiosas da humanidade.

O Evangelho recorda-nos que nem só de pão vive o homem: não se pode satisfazer a sede profunda do seu coração apenas com bens materiais. O horizonte do homem é indubitavelmente mais alto e mais vasto; por isso, qualquer programa de desenvolvimento deve ter presente, paralelamente ao crescimento material, também o espiritual da pessoa humana, que é dotada precisamente de alma e corpo. É este o desenvolvimento integral, ao qual a doutrina social da Igreja se refere constantemente, desenvolvimento que tem o seu critério orientador na força propulsora da "caridade na verdade". Queridos irmãos e irmãs, rezemos para que também esta Encíclica possa ajudar a humanidade a sentir-se uma só família empenhada em realizar um mundo de justiça e de paz. Oremos para que os crentes, que trabalham nos sectores da economia e da política, sintam como é importante o seu testemunho evangélico coerente no serviço que prestam à sociedade. Sobretudo, convido-vos a rezar pelos Chefes de Estado e de Governo do G8 que se encontram nestes dias em L'Aquila. Desta importante Cimeira mundial possam surgir decisões e orientações úteis para o verdadeiro progresso de todos os Povos, especialmente dos mais pobres. Confiamos estas intenções à intercessão materna de Maria, Mãe da Igreja e da humanidade.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 5 de Agosto de 2009

São João Maria Vianney, Cura d'Ars

Prezados irmãos e irmãs

Na hodierna catequese, gostaria de voltar a percorrer brevemente a existência do Santo Cura d'Ars, frisando algumas das suas caraterísticas, que podem servir de exemplo também para os sacerdotes desta nossa época, certamente diferente daquela em que ele viveu, mas sob vários aspectos marcada pelos mesmos desafios humanos e espirituais fundamentais. Precisamente ontem completaram-se 150 anos do seu nascimento para o Céu: com efeito, eram duas da madrugada de 4 de Agosto de 1859, quando São João Batista Maria Vianney, concluindo o curso da sua existência terrena, foi ao encontro do Pai celeste para receber em herança o reino preparado desde a criação do mundo para aqueles que fielmente seguem os seus ensinamentos (cf. Mt 25, 34). Que grande festa deve ter tido no Paraíso, com a entrada de um pastor tão zeloso! Que acolhimento lhe deve ter sido reservado pela multidão dos filhos reconciliados com o Pai, por meio da sua obra de pároco e confessor! Eu quis inspirar-me neste aniversário para proclamar o Ano sacerdotal que, como se sabe, tem como tema Fidelidade de Cristo, fidelidade do sacerdote. Dependem da santidade a credibilidade do testemunho e, em última análise, a própria eficácia da missão de cada sacerdote.

João Maria Vianney nasceu no pequeno povoado de Dardilly, no dia 8 de Maio de 1786, de uma família de camponeses, pobre de bens materiais mas rica de humanidade e de fé. Tendo sido batizado, segundo o bom costume dessa época, no mesmo dia do nascimento, consagrou os anos da infância e da adolescência ao trabalho no campo e à pastagem de animais, a tal ponto que, com 17 anos de idade, ainda era analfabeto. Porém, sabia de cor as orações que lhe tinham sido ensinadas pela piedosa mãe e alimentava-se do sentido religioso que se respirava em casa.

Os biógrafos narram que, desde a primeira juventude, ele procurou conformar-se com a vontade divina também nas tarefas mais humildes. Nutria na sua alma o desejo de se tornar sacerdote, mas não lhe foi fácil secundá-lo. Com efeito, chegou à Ordenação presbiteral depois de não poucas peripécias e incompreensões, graças à ajuda de sacerdotes sábios, que não se detiveram a considerar os seus limites humanos, mas souberam olhar mais além, intuindo o horizonte de santidade que se delineava naquele jovem verdadeiramente singular. Deste modo, no dia 23 de Junho de 1815, foi ordenado diácono e, a 13 de Agosto seguinte, sacerdote. Final-

mente, com 29 anos de idade, depois de muitas incertezas, não poucos reveses e muitas lágrimas, pôde subir ao altar do Senhor e realizar o sonho da sua vida.

O Santo Cura d'Ars manifestou sempre uma elevadíssima consideração pelo dom recebido. Afirmava: "Oh! Como é grande o Sacerdócio! Não o compreenderemos bem, a não ser no Céu... Se o compreendêssemos na terra, morreríamos, não de susto, mas de amor!" (Abbé Monnin, Esprit du Curé d'Ars, pág. 113). Além disso, quando era criança confiara à mãe: "Se eu fosse sacerdote, gostaria de conquistar muitas almas" (Abbé Monnin, Procs de l'ordinaire, pág. 1064). E assim foi. No serviço pastoral, tanto simples quanto extraordinariamente fecundo, este pároco anônimo de uma aldeia perdida do sul da França conseguiu identificar-se a tal ponto com o próprio ministério, que se tornou, também de maneira visível e universalmente reconhecível, *alter Christus*, imagem do Bom Pastor que, contrariamente ao mercenário, dá a vida pelas suas ovelhas (cf. Jo 10, 11). Seguindo o exemplo do Bom Pastor, ele deu a vida nas décadas do seu serviço sacerdotal. A sua existência foi uma catequese viva, que adquiria uma eficácia extremamente singular quando as pessoas o viam celebrar a Missa, deter-se em adoração diante do tabernáculo ou transcorrer muitas horas no confessionário.

Portanto, o centro de toda a sua vida era a Eucaristia, que celebrava e adorava com devoção e respeito. Outra caraterística fundamental desta figura sacerdotal extraordinária era o ministério assíduo das confissões. Reconhecia na prática do sacramento da penitência o cumprimento lógico e natural do apostolado presbiterial, em obediência ao mandato de Cristo: "A quem perdoardes os pecados, serão perdoados, e a quem não os perdoardes, não serão perdoados" (cf. Jo 20, 23). Portanto, São João Maria Vianney distinguiu-se como confessor e mestre espiritual excelente e incansável. Passando, "com um só movimento interior, do altar ao confessionário", onde transcorria uma boa parte do dia, procurava de todos os modos, com a pregação e com o conselho persuasivo, fazer com que os paroquianos redescobrissem o significado e a beleza da penitência sacramental, indicando-a como uma exigência íntima da Presença eucarística (cf. Carta aos sacerdotes por ocasião do Ano sacerdotal).

Os métodos pastorais de São João Maria Vianney poderiam parecer pouco adequados para as condições sociais e culturais hodiernas. Com efeito, como poderia imitá-lo um sacerdote hoje, num mundo tão transformado? Se é verdade que mudam os tempos e muitos carismas são típicos da pessoa, portanto irrepetíveis, há porém um estilo de vida e um anseio fundamental que todos somos chamados a cultivar. Considerando bem, o que tornou santo o Cura d'Ars foi a sua fidelidade humilde à missão à qual Deus o tinha chamado; foi o seu abandono constante, cheio de confiança, nas mãos da Providência divina. Ele conseguiu sensibilizar o coração das pessoas não em virtude dos próprios dotes humanos, nem contando exclusivamente com um

compromisso da vontade, por mais que este tenha sido louvável; conquistou as almas, mesmo as mais refratárias, comunicando-lhes o que vivia intimamente, ou seja, a sua amizade com Cristo. Foi "apaixonado" por Cristo, e o verdadeiro segredo do seu bom êxito pastoral foi o amor que nutria pelo Mistério eucarístico anunciado, celebrado e vivido, que se tornou amor pela grei de Cristo, os cristãos, e por todas as pessoas que procuram Deus. Caros irmãos e irmãs, o seu testemunho recorda-nos que para cada batizado, e ainda mais para o presbítero, a Eucaristia "não é simplesmente um acontecimento com dois protagonistas, um diálogo entre Deus e eu. A Comunhão eucarística tende a uma transformação total da própria vida. Com força, abre de par em par todo o eu do homem e cria um novo nós" (Joseph Ratzinger, A Comunhão na Igreja, pág. 80).

Então, longe de reduzir a figura de São João Maria Vianney a um exemplo, por mais admirável que seja, da espiritualidade devocional do século XIX, é ao contrário necessário compreender a força profética que distingue a sua personalidade humana e sacerdotal de elevadíssima atualidade. Na França pós-revolucionária que experimentava uma espécie de "ditadura do racionalismo", destinada a cancelar a própria presença dos sacerdotes e da Igreja na sociedade, ele viveu, primeiro nos anos da juventude uma clandestinidade heroica, percorrendo quilómetros na noite para participar na Santa Missa. Depois como sacerdote distinguiu-se por uma criatividade pastoral singular e fecunda, apta a demonstrar que o racionalismo, então predominante, estava na realidade longe de satisfazer as necessidades autênticas do homem e, portanto, em última análise, não vivível. Queridos irmãos e irmãs, a 150 anos da morte do Santo Cura d'Ars, os desafios da sociedade hodierna não são menos exigentes, aliás, talvez se tenham tornado mais complexos. Se então havia a "ditadura do racionalismo", na época atual registra-se em muitos ambientes uma espécie de "ditadura do relativismo". Ambas parecem ser respostas inadequadas à maior exigência do homem, de usar plenamente a sua razão como elemento distintivo e constitutivo da própria identidade. O racionalismo foi inadequado porque não teve em consideração os limites humanos e pretendeu elevar só a razão como medida de todas as coisas, transformando-a numa deusa; o relativismo contemporâneo mortifica a razão, porque de fato chega a afirmar que o ser humano nada pode conhecer com certeza, para além do campo científico positivo. Porém, tanto hoje como ontem, o homem "medicante de significado e cumprimento" vai à procura contínua de respostas exaustivas às interrogações fundamentais que não cessa de levantar.

Tinham-na bem presente, esta "sede de verdade" que arde no coração de cada homem, os Padres do Concílio Ecumênico Vaticano II, quando afirmaram que cabe aos sacerdotes "como educadores da fé", formar "uma comunidade cristã autêntica" capaz de abrir "a todos os ho-

mens o caminho que leva a Cristo" e exercer "uma verdadeira ação materna" no que se lhes refere, indicando ou facilitando a quem crê "o caminho que conduz a Cristo e à sua Igreja", e constituindo para quem já crê "estímulo, alimento e sustento para a luta espiritual" (cf. Presbyterorum ordinis, 6). O ensinamento que o Santo Cura d'Ars continua a transmitir-nos a este propósito é que, na base de tal compromisso pastoral, o sacerdote deve pôr uma íntima união pessoal com Cristo, a cultivar e aumentar dia após dia. Só se for apaixonado por Cristo, o sacerdote poderá ensinar a todos esta união, esta amizade íntima com o Mestre divino, poderá sensibilizar os corações das pessoas e abri-los ao amor misericordioso do Senhor, poderá infundir entusiasmo e vitalidade nas comunidades que o Senhor lhe confiar. Oremos a fim de que, por intercessão de São João Maria Vianney, Deus conceda à Igreja o dom de sacerdotes santos, e para que aumente nos fiéis o desejo de sustentar e coadjuvar o seu ministério. Confiemos esta intenção a Maria, que precisamente hoje invocamos como Nossa Senhora da Neve.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 12 de Agosto de 2009

Nossa Senhora e o Sacerdócio

Caros irmãos e irmãs

É iminente a celebração da solenidade da Assunção da Bem-Aventurada Virgem, no próximo sábado, e estamos no contexto do Ano sacerdotal; assim, gostaria de falar do nexo entre Nossa Senhora e o sacerdócio. É um nexo profundamente arraigado no mistério da Encarnação. Quando Deus decidiu fazer-se homem no seu Filho, tinha necessidade do "sim" livre de uma sua criatura. Deus não age contra a nossa liberdade. E aconteceu algo verdadeiramente extraordinário: Deus faz-se dependente da liberdade, do "sim" de uma sua criatura; espera este "sim". Numa das suas homilias, São Bernardo de Claraval explicou de modo dramático este momento decisivo da história universal, onde o céu, a terra e o próprio Deus aguardam o que esta criatura dirá.

Por conseguinte, o "sim" de Maria é a porta através da qual Deus pôde entrar no mundo, fazer-se homem. Assim, Maria está real e profundamente comprometida no mistério da Encarnação, da nossa salvação. E a Encarnação, o fazer-se homem do Filho, estava desde o início finalizada para o dom de si; ao doar-se com muito amor na Cruz, para se fazer pão pela vida do mundo. Assim, sacrifício, sacerdócio e Encarnação caminham juntos, e Maria está no centro deste mistério.

Agora, vamos até à Cruz. Antes de morrer, Jesus vê a Mãe aos pés da Cruz; e vê o filho predileto, e este filho predileto certamente é uma pessoa, um indivíduo muito importante, mas é mais: é um exemplo, uma prefiguração de todos os discípulos amados, de todas as pessoas chamadas pelo Senhor para ser "discípulo amado" e, por conseguinte, de modo particular também dos sacerdotes. Jesus diz a Maria: "Mãe, eis o teu filho" (Jo 19, 26). É uma espécie de testamento: confia a sua Mãe à atenção do filho, do discípulo. Mas diz inclusive ao discípulo: "Eis a tua Mãe" (Jo 19, 27). O Evangelho diz-nos que a partir deste momento São João, o filho predileto, recebeu a Mãe Maria, "na sua casa". Assim é na tradução italiana; mas o texto grego é muito mais profundo, muito mais rico. Poderíamos traduzi-lo: recebeu Maria no íntimo da sua vida, do seu ser, "*eis tá ídia*", na profundidade do seu ser. Receber Maria significa introduzi-la no dinamismo de toda a própria existência não é algo exterior e em tudo aquilo que constitui o horizonte do próprio apostolado. Portanto, parece-me que se compreende como a relação peculiar de maternidade existente entre Maria e os presbíteros constitui a fonte primária, o motivo fundamental da predileção que nutre por cada um deles. Efetivamen-

te, Maria tem predileção por eles por dois motivos: porque, são mais semelhantes a Jesus, amor supremo do seu coração, e porque também eles, como Ela, estão comprometidos na missão de proclamar, testemunhar e oferecer Cristo ao mundo. Pela sua identificação e conformação sacramental com Jesus, Filho de Deus e Filho de Maria, cada sacerdote pode e deve sentir-se verdadeiramente filho predileto desta Mãe excelsa e humilíssima.

O Concílio Vaticano II convida os sacerdotes a olhar para Maria como o modelo perfeito da sua existência, invocando-a como "Mãe do sumo e eterno Sacerdote, Rainha dos Apóstolos, Auxílio dos presbíteros no seu ministério". E os presbíteros continua o Concílio "devem portanto venerá-la e amá-la com devoção e culto filial" (cf. Presbyterorum ordinis, 18). O Santo Cura d'Ars, em quem pensamos particularmente neste ano, gostava de repetir: "Depois de nos ter doado tudo aquilo que podia oferecer, Jesus Cristo ainda nos quer tornar herdeiros de quanto Ele possui de mais precioso, ou seja, a sua Santa Mãe" (B. Nodet, Il pensiero e l'anima del Curato d'Ars, Turim 1967, pág. 305). Isto é válido para cada cristão, para todos nós, mas de maneira especial para os sacerdotes. Estimados irmãos e irmãs, oremos para que Maria torne todos os sacerdotes, em todos os problemas do mundo contemporâneo, conformes com a imagem do seu Filho Jesus, dispensadores do tesouro inestimável do seu amor de Bom Pastor. Maria, Mãe dos sacerdotes, intercede por nós!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 19 de Agosto de 2009

São João Eudes e a formação do clero diocesano

Queridos irmãos e irmãs

Celebra-se hoje a memória litúrgica de São João Eudes, apóstolo incansável da devoção aos Sagrados Corações de Jesus e de Maria, que viveu na França no século XVII, um século caracterizado por fenómenos religiosos contrapostos e também por graves problemas políticos. É o tempo da guerra dos trinta anos, que devastou não apenas uma grande parte da Europa central, mas arrasou também as almas. Enquanto se ia difundindo o desprezo pela fé cristã por parte de algumas correntes de pensamento então predominantes, o Espírito Santo suscitava uma fervorosa renovação espiritual, com personalidades de elevado relevo, como Bérulle, São Vicente de Paulo, São Luís Maria Grignion de Montfort e São João Eudes. Esta grande "escola francesa" de santidade teve entre os seus frutos também São João Maria Vianney. Por um misterioso desígnio da Providência, no dia 31 de Maio de 1925, o meu venerado predecessor Pio XI proclamou santos João Eudes juntamente com o Cura d'Ars, oferecendo à Igreja e ao mundo inteiro dois extraordinários exemplos de santidade sacerdotal.

No contexto do Ano sacerdotal, é-me grato deter-me para ressaltar o zelo apostólico de São João Eudes, particularmente voltado para a formação do clero diocesano. Os santos são a verdadeira interpretação da Sagrada Escritura. Na experiência da vida, os santos verificaram a verdade do Evangelho; assim, eles introduzem-nos no conhecimento e na compreensão do Evangelho. O Concílio de Trento, em 1563, tinha emanado normas para a ereção dos seminários diocesanos e para a formação dos presbíteros, enquanto o Concílio estava consciente de que toda a crise da reforma fora também condicionada por uma insuficiente formação dos sacerdotes, que não estavam preparados para o sacerdócio de modo justo, intelectual e espiritualmente, no coração e na alma. Isto em 1563; no entanto, dado que a aplicação e a realização das normas tardavam tanto na Alemanha como na França, São João Eudes viu as consequências desta falta. Impelido pela consciência lúcida da grave necessidade de ajuda espiritual, em que se encontravam as almas inclusive por causa da inadequação de uma boa parte do clero, o santo que era um pároco instituiu uma Congregação dedicada de maneira específica à formação dos sacerdotes. Na cidade universitária de Caen, fundou o seu primeiro seminário, experiência mais apreciada do que nunca, que depressa se difundiu a outras dioceses. O caminho de santidade, por ele percorrido e proposto aos seus discípulos, tinha como fundamento uma sólida confiança no amor que Deus revelou à humanidade no Coração sacerdotal de Cris-

to e no Coração materno de Maria. Naquela época de crueldade, de perda de interioridade, ele dirigiu-se ao coração, para dizer ao coração uma palavra dos Salmos, muito bem interpretada por Santo Agostinho. Queria chamar as pessoas, os homens e sobretudo os futuros sacerdotes ao coração, mostrando o Coração sacerdotal de Cristo e o Coração materno de Maria. Deste amor do Coração de Cristo e de Maria, cada presbítero tem o dever de ser testemunha e apóstolo. E aqui, chegamos à nossa época.

Também hoje se sente a necessidade que os presbíteros deem testemunho da misericórdia infinita de Deus com uma vida inteiramente "conquistada" por Cristo, e aprendam isto nos anos da sua preparação nos seminários. Depois do Sínodo de 1990, o Papa João Paulo II emanou a Exortação Apostólica Pastores *dabo vobis*, na qual retoma e atualiza as normas do Concílio de Trento e ressalta sobretudo a necessária continuidade entre o momento inicial e o permanente da formação; isto para ele, para nós, é um verdadeiro ponto de partida para uma autêntica reforma da vida e do apostolado dos sacerdotes, e é também o ponto fulcral a fim de que a "nova evangelização" não seja simplesmente apenas um slogan atraente, mas se traduza em realidade. Os fundamentos postos na formação seminarística constituem aquele insubstituível "húmus espiritual" onde "aprender Cristo", deixando-se progressivamente configurar com Ele, único Sumo Sacerdote e Bom Pastor. Por conseguinte, o tempo do Seminário deve ser visto como a atualização do momento em que o Senhor Jesus, depois de ter chamado os Apóstolos e antes de os enviar para pregar, lhes pede para permanecerem com Ele (cf. Mc 3, 14). Quando São Marcos narra a vocação dos doze Apóstolos, diz-nos que Jesus tinha uma finalidade dupla: a primeira era que permanecessem com Ele; a segunda, que fossem enviados para pregar. Mas permanecendo sempre com Ele, realmente anunciam Cristo e levam a realidade do Evangelho ao mundo.

Estimados irmãos e irmãs, durante este Ano sacerdotal convido-vos a rezar pelos presbíteros e por quantos se preparam para receber o dom extraordinário do Sacerdócio ministerial. Dirijo a todos, e assim concluo, a exortação de São João Eudes, que diz aos sacerdotes: "Entregai-vos a Cristo, para entrardes na imensidade do seu grande Coração, que contém o Coração da sua Santa Mãe e de todos os Santos, e para vos perderdes neste abismo de amor, caridade, misericórdia, humildade, pureza, paciência, submissão e santidade" (Coeur admirable, III, 2).

Neste sentido, agora cantemos juntos o Pai-Nosso em latim.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 26 de Agosto de 2009

A Criação como dom do Criador

Prezados irmãos e irmãs

Já nos aproximamos do final do mês de Agosto, que para muitos significa a conclusão das férias de Verão. Enquanto se volta às atividades quotidianas, como deixar de dar graças a Deus pelo dom precioso da criação, a qual é possível desfrutar, e não só durante o período das férias! Os diferentes fenómenos de degradação ambiental e as calamidades naturais que infelizmente, não raro, a crônica registra, evocam-nos a urgência do respeito devido à natureza, recuperando e valorizando, na vida de todos os dias, uma relação correta com o meio ambiente. No que se refere a estes temas, que suscitam a justa preocupação das Autoridades e da opinião pública, vai-se desenvolvendo uma nova sensibilidade, que se exprime na multiplicação de encontros, também no plano internacional.

A terra é um dom precioso do Criador, que delineou os ordenamentos intrínsecos, indicando-nos assim os sinais orientativos que devemos respeitar como administradores da sua criação. É precisamente a partir desta consciência, que a Igreja considera as questões ligadas ao meio ambiente e à sua salvaguarda intimamente vinculadas ao tema do desenvolvimento humano integral. Referi-me várias vezes a estas questões na minha última encíclica *Caritas in veritate*, evocando a "urgente necessidade moral de uma renovada solidariedade" (n. 49), não apenas nas relações entre os países, mas também entre os homens individualmente, porque o ambiente natural é oferecido por Deus a todos, e o seu uso comporta uma nossa responsabilidade pessoal por toda a humanidade, de modo particular pelos pobres e as gerações futuras (cf. ibid., n. 48). Sentindo a comum responsabilidade pela criação (cf. ibid., n. 51), a Igreja não apenas está comprometida em promover a defesa da terra, da água e do ar, oferecidas pelo Criador a todos, mas sobretudo compromete-se em proteger o homem contra a destruição de si mesmo. Com efeito, "quando a "ecologia humana" é respeitada dentro da sociedade, beneficia também a ecologia ambiental" (Ibidem). Não é porventura verdade que o uso desconsiderado da criação começa lá onde Deus é marginalizado ou onde se chega a negar até a sua existência? Se vier a faltar a relação da criatura humana com o Criador, a matéria fica reduzida a uma posse egoísta, o homem torna-se "a última instância" e a finalidade da existência reduz-se a ser uma corrida ofegante para possuir quanto mais possível.

Portanto a criação, matéria estruturada de modo inteligente por Deus, está confiada à responsabilidade do homem, que é capaz de a interpretar e de a voltar a modelar ativamente, sem se

considerar seu senhor absoluto. Ao contrário, o homem é chamado a exercer um governo responsável para a conservar, fazer frutificar e cultivar, encontrando os recursos necessários para uma existência digna de todos. Com a ajuda da própria natureza e com o empenho do seu trabalho e da sua inventiva, a humanidade é verdadeiramente capaz de cumprir o grave dever de transmitir às novas gerações uma terra que, também elas por sua vez, poderão habitar de maneira digna e cultivar ulteriormente (cf. Caritas in veritate, 50). Para que isto se realize, é indispensável o desenvolvimento "daquela aliança entre ser humano e ambiente, que deve ser espelho do amor criador de Deus" (Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 2008, n. 7), reconhecendo que todos nós derivamos de Deus e rumo a Ele estamos todos a caminho. Então, como é importante que a comunidade internacional e os governos individualmente saibam oferecer os sinais justos aos próprios cidadãos, para contrastar de modo eficaz as modalidades de utilização do meio ambiente que lhe sejam prejudiciais! Os custos econômicos e sociais, derivados do uso dos recursos ambientais comuns, reconhecidos de maneira transparente, devem ser assumidos por aqueles que os usufruem, e não por outras populações, nem pelas gerações futuras. A salvaguarda do meio ambiente, a tutela dos recursos e do clima exigem que os responsáveis internacionais ajam de forma conjunta, no respeito pela lei e pela solidariedade, principalmente em relação às regiões mais débeis da terra (cf. Caritas in veritate, 50). Em conjunto, podemos construir um desenvolvimento humano integral, em benefício dos povos, presentes e futuros, um desenvolvimento inspirado nos valores da caridade na verdade. A fim de que isto se verifique, é indispensável transformar o atual modelo de desenvolvimento global numa tomada de responsabilidade, maior e mais compartilhada em relação à criação: exigem-no não só as emergências ambientais, mas inclusive o escândalo da fome e da miséria.

Estimados irmãos e irmãs, demos graças ao Senhor e façamos nossas as palavras de São Francisco, no Cântico das criaturas: "Senhor altíssimo, onipotente e bom, teus são os louvores, a glória, a honra e todas as bênçãos... Louvado sejas, ó meu Senhor, com todas as tuas criaturas".

Assim rezava São Francisco. Também nós queremos orar e viver no espírito destas palavras.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 2 de Setembro de 2009

Santo Odon de Cluny

Queridos irmãos e irmãs

Depois de uma longa pausa, gostaria de retomar a apresentação dos grandes Escritores da Igreja do Oriente e do Ocidente da época medieval porque, como num espelho, nas suas vidas e nos escritos vemos o que quer dizer ser cristão. Hoje proponho-vos a figura luminosa de Santo Odon, abade de Cluny: ela insere-se naquela idade média monástica que viu o surpreendente difundir-se na Europa da vida e da espiritualidade inspiradas na Regra de São Bento. Naqueles séculos houve um prodigioso surgir e multiplicar-se de claustros que, ramificando-se no continente, difundiram amplamente o espírito e a sensibilidade cristã. Santo Odon leva-nos, em particular, a um mosteiro, Cluny, que na idade média foi um dos mais ilustres e celebrados, e ainda hoje revela através das suas ruínas majestosas os sinais de um passado glorioso pela intensa dedicação à ascese, ao estudo e, de modo especial, ao culto divino, repleto de decoro e de beleza.

Odon foi o segundo abade de Cluny. Nascera por volta de 880, nos confins entre o Maine e a Touraine, na França. O seu pai consagrou-o ao santo bispo Martinho de Tours, sob cujas sombra benéfica e memória, depois, Odon passou toda a sua vida, concluindo-a no final junto do seu túmulo. Nele, a escolha da consagração religiosa foi precedida pela experiência de um momento de graça especial, do qual ele mesmo falou a outro monge, João, o Italiano, que depois foi seu biógrafo. Odon era ainda adolescente, tinha cerca de 16 anos quando, durante uma vigília de Natal, sentiu subir espontaneamente aos lábios esta oração à Virgem: "Minha Senhora, Mãe de misericórdia, que nesta noite deste à luz o Salvador, intercede por mim. Piedosíssima, o teu parto glorioso e singular seja o meu refúgio" (Vita sancti Odonis, I, 9: PL 133, 747). O apelativo "Mãe de misericórdia", com que então o jovem Odon invocou a Virgem, será aquele com que depois gostará de se dirigir a Maria, chamando-lhe também "única esperança do mundo... graças à qual nos foram abertas as portas do paraíso" (In veneratione S. Mariae Magdalenae: PL 133, 721). Nessa época, encontrou a Regra de São Bento e começou algumas das suas observâncias, "carregando, quando ainda não era monge, o jugo leve dos monges" (ibid., I, 14: PL 133, 50). Num dos seus sermões, Odon celebrará Bento como "lâmpada que resplandece no estádio tenebroso desta vida" (De sancto Benedicto abbate: PL 133, 725), e qualificá-lo-á como "mestre de disciplina espiritual" (ibid.: PL 133, 727). Com afeto,

relevará que a piedade cristã "com maior docilidade faz memória" dele, na consciência de que Deus o elevou "entre os sumos e eleitos Padres na santa Igreja" (ibid.: PL 133, 722).

Fascinado pelo ideal beneditino, Odon deixou Tours e entrou como monge na abadia beneditina de Baume, e depois passou para a de Cluny, da qual se tornou abade em 927. Daquele centro de vida espiritual pôde exercer uma vasta influência sobre os mosteiros do continente. Da sua guia e da sua reforma beneficiaram também na Itália diversos cenóbios, entre os quais o de São Paulo fora dos Muros. Odon visitou Roma várias vezes, chegando também a Subiaco, Montecassino e Salerno. Foi precisamente em Roma que, no Verão de 942, adoeceu. Sentindo-se próximo do fim, com todos os esforços quis regressar depressa junto do seu São Martinho, em Tours, onde faleceu no oitavário do Santo, no dia 18 de Novembro de 942. Ao sublinhar em Odon a "virtude da paciência", o biógrafo oferece um longo elenco de outras suas virtudes, como o desprezo pelo mundo, o zelo pelas almas e o compromisso pela paz das Igrejas. Grandes aspirações do abade Odon eram a concórdia entre os reis e os príncipes, a observância dos mandamentos, a atenção aos pobres, o emendamento dos jovens, o respeito pelos idosos (cf. Vita sancti Odonis, I 17: PL 133, 49). Gostava da pequena cela onde residia, "subtraído aos olhos de todos, solícito em agradar somente a Deus" (ibid., I 14: PL 133, 49). Porém, não deixava de exercer também, como "fonte superabundante", o ministério da palavra e do exemplo, "chorando este mundo como imensamente miserável" (ibid., I 17: PL 133, 51). Num só monge, comenta o seu biógrafo, encontravam-se reunidas as diversas virtudes existentes de forma espalhada nos outros mosteiros: "Jesus na sua bondade, haurindo dos vários jardins dos monges, formava num pequeno lugar um paraíso, para irrigar a partir da sua fonte os corações dos fiéis" (ibid., I 14: PL 133, 49).

Num trecho de um sermão em honra a Maria de Magdala, o abade de Cluny revela-nos como ele concebia a vida monástica: "Maria que, sentada aos pés do Senhor, com espírito atento ouvia a sua palavra, é o símbolo da docilidade da vida contemplativa cujo gosto, quanto mais é saboreado, tanto mais induz a alma a desapegar-se das coisas visíveis e dos tumultos das preocupações do mundo" (In ven. S. Mariae Magd., PL 133, 717). É uma concepção que Odon confirma e desenvolve nos outros seus escritos, dos quais transparecem o amor pela interioridade, uma visão do mundo como de uma realidade frágil e precária da qual desarraigar se, uma inclinação constante ao desapego das coisas sentidas como fontes de inquietação, uma sensibilidade perspicaz pela presença do mal nas várias categorias de homens e uma íntima aspiração escatológica. Esta visão do mundo pode parecer bastante distante da nossa, todavia a de Odon é uma concepção que, vendo a fragilidade do mundo, valoriza a vida inte-

rior aberta ao outro, ao amor pelo próximo, e precisamente assim transforma a existência e abre o mundo à luz de Deus.

Merece particular menção a "devoção" ao Corpo e ao Sangue de Cristo que Odon, diante de uma difundida negligência por ele vivamente deplorada, sempre cultivou com convicção. Com efeito, estava firmemente persuadido da presença real, sob as espécies eucarísticas, do Corpo e do Sangue do Senhor, em virtude da conversão "substancial" do pão e do vinho. Escrevia: "Deus, o Criador de tudo, tomou o pão, dizendo que era o seu Corpo, e que o teria oferecido pelo mundo, e distribuiu o vinho, chamando-lhe seu Sangue"; pois bem, "é lei de natureza que se verifique a mudança segundo o mandamento do Criador", e eis, portanto, que "imediatamente a natureza muda a sua condição habitual: sem hesitação, o pão torna-se carne, e o vinho torna-se sangue"; à ordem do Senhor, "a substância transforma-se" (Odonis Abb. Cluniac. occupatio, ed. A. Soboda, Leipzig 1900, pág. 121). Infelizmente, anota o nosso abade, este "sacrossanto mistério do Corpo do Senhor, no qual consiste toda a salvação do mundo" (Collationes, XXVIII: PL 133, 572), é celebrado com negligência. "Os sacerdotes, ele admoesta, que acedem ao altar indignamente, mancham o pão, ou seja, o Corpo de Cristo" (ibid.: pl 133, 572-573). Só quem está unido espiritualmente a Cristo pode participar de modo digno no seu Corpo eucarístico: caso contrário, comer a sua carne e beber o seu sangue não seria um benefício, mas uma condenação (cf. ibid., XXX: PL 133, 575). Tudo isto nos convida a crer com nova força e profundidade na verdade da presença do Senhor. A presença do Criador no meio de nós, que se entrega nas nossas mãos e nos transforma como transforma o pão e o vinho, assim transforma o mundo.

Santo Odon foi um verdadeiro guia espiritual, quer para os monges quer para os fiéis do seu tempo. Diante da "vastidão dos vícios" difundidos na sociedade, o remédio que ele propunha com decisão era o de uma mudança de vida radical, fundada sobre a humildade, a austeridade, o desapego das coisas efémeras e a adesão às eternas (cf. Collationes, XXX: PL 133, 613). Não obstante o realismo do seu diagnóstico a respeito da situação da sua época, Odon não se abandona ao pessimismo: "Não dizemos isto esclarece ele para fazer precipitar no desespero quantos quiserem converter-se. A misericórdia divina está sempre disponível; ela espera a hora da nossa conversão" (ibid.: PL 133, 563). E exclama: " inefáveis vísceras da piedade divina Deus persegue as culpas e todavia protege os pecadores" (ibid.: PL 133, 592). Fortalecido por esta convicção, o abade de Cluny gostava de se deter na contemplação da misericórdia de Cristo, o Salvador que sugestivamente ele qualificava como "amante dos homens": "*amator hominum Christus*" (ibid., LIII: PL 133, 637). Jesus assumiu sobre si os flagelos que

seriam reservados a nós observa para salvar assim a criatura, que é sua obra e que Ele ama (cf. ibid.: PL 133, 638).

Aqui aparece uma caraterística do santo abade, à primeira vista quase escondida sob o rigor da sua austeridade de reformador: a profunda bondade da sua alma. Era austero, mas sobretudo bom, um homem de grande bondade, uma bondade que provém do contato com a bondade divina. Odon, assim nos dizem os seus coetâneos, difundia ao seu redor a alegria da qual estava repleto. O seu biógrafo testemunha que jamais ouviu sair da boca de um homem "tanta docilidade de palavra" (ibid., I, 17: PL 133, 31). O biógrafo recorda que ele costumava convidar para o canto as crianças que encontrava ao longo do caminho, para depois lhes oferecer um pequeno dom, e acrescenta: "As suas palavras eram cheias de exultação... a sua hilaridade infundia no nosso coração uma alegria íntima" (ibid., II, 5: PL 133, 63). Deste modo, o vigoroso e ao mesmo tempo amável abade medieval, apaixonado pela reforma, com uma ação incisiva, alimentava nos monges, como também nos fiéis leigos do seu tempo, o propósito de progredir com passo diligente ao longo do caminho da perfeição cristã.

Esperamos que a sua bondade, a alegria que provém da fé, unidas à austeridade e à oposição aos vícios do mundo, sensibilizem inclusive o nosso coração, a fim de que também nós possamos encontrar a fonte da alegria que jorra da bondade de Deus.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 9 de Setembro de 2009

São Pedro Damião

Queridos irmãos e irmãs!

Durante a catequese destas quartas-feiras estou a falar sobre algumas figuras da vida da Igreja, desde as suas origens. Hoje gostaria de refletir sobre uma das personalidades mais significativas do século xi, São Pedro Damião, monge, amante da solidão e, ao mesmo tempo, intrépido homem de Igreja, comprometido em primeira pessoa na obra de reforma iniciada pelos Papas do tempo. Nasceu em Ravena em 1007 numa família nobre, mas em dificuldade. Tendo permanecido órfão de ambos os pais, viveu uma infância com privações e sofrimentos, mesmo se a irmã Rosalinda se comprometeu a fazer-lhe de mãe e o irmão maior, Damião, o adoptou como filho. Precisamente por isto será depois chamado Pedro de Damião, Pedro Damião. A formação foi-lhe ministrada primeiro em Faenza e depois em Parma, onde, já com 25 anos, o encontramos comprometido no ensino. Ao lado de uma boa competência no campo do direito, adquiriu uma requintada perícia na arte de compor a *ars scribendi* e, graças ao seu conhecimento dos grandes clássicos latinos, tornou-se "um dos melhores latinistas do seu tempo, um dos maiores escritores da idade média latina" (J. Leclercq, Pierre Damien, ermite et homme d'Eglise, Roma 1960, p. 172).

Distinguiu-se nos gêneros literários mais diversos: das letras aos sermões, das hagiografias às orações, dos poemas aos epigramas. A sua sensibilidade pela beleza levava-o à contemplação poética do mundo. Pedro Damião concebia o universo como uma inexaurível "parábola" e uma extensão de símbolos, da qual partir para interpretar a vida interior e a realidade divina e sobrenatural. Nesta perspectiva, por volta do ano 1034, a contemplação do absoluto de Deus levou-o a desapegar-se progressivamente do mundo e das suas realidades efémeras, para se retirar no mosteiro de Fonte Avellana, fundado apenas alguns decénios antes, mas já famoso pela sua austeridade. Para a edificação dos monges ele escreveu a Vida do fundador, São Romualdo de Ravena, e ao mesmo tempo empenhou-se a aprofundar a espiritualidade, expondo o seu ideal do monaquismo eremita.

Deve ser imediatamente ressaltado um pormenor: a ermida de Fonte Avellana estava dedicada à Santa Cruz, e a Cruz será o mistério cristão que mais do que todos os outros fascinará Pedro Damião. "Não ama Cristo, quem não ama a cruz de Cristo", afirma (Sermo XVIII, II p. 117) e qualifica-se como: "*Petrus crucis Christi servorum famulus* - Pedro, servo dos servos da cruz de Cristo" (Ep 9, 1). Pedro Damião dirige à Cruz lindíssimas orações, nas quais revela uma

visão deste mistério que tem dimensões cósmicas, porque abraça toda a história da salvação: "Cruz bem-aventurada exclama ele veneram-te, pregam-te, honram-te a fé dos patriarcas, os vaticínios dos profetas, o senado julgador dos apóstolos, o exército vitorioso dos mártires e as multidões de todos os santos" (Sermo XLVIII, 14, p. 304). Queridos irmãos e irmãs, o exemplo de São Pedro Damião estimule também a nós a olhar sempre para a Cruz como para o supremo ato de amor de Deus em relação ao homem, que nos doou a salvação.

Para o desenvolvimento da vida eremítica, este grande monge redige uma Regra na qual ressalta fortemente o "rigor da ermida": no silêncio do claustro, o monge está chamado a transcorrer uma vida de oração, diurna e noturna, com jejuns prolongados e austeros; deve exercitar-se numa generosa caridade fraterna e numa obediência ao prior sempre pronta e disponível. No estudo e na meditação quotidiana da Sagrada Escritura, Pedro Damião descobre os significados místicos da palavra de Deus, encontrando nela alimento para a sua vida espiritual. Neste sentido ele qualifica a cela da ermida como "locutório no qual Deus conversa com os homens". A vida eremítica é para ele o vértice da vida cristã, está no "ápice dos estados de vida", porque o monge, agora livre dos vínculos do mundo e do próprio eu, recebe "a antecipação do Espírito Santo e a sua alma une-se feliz ao Esposo celeste" (Ep 18, 17; cf. Ep 28, 43ss.). Isto é importante também para nós hoje, mesmo se não somos monges: saber fazer silêncio em nós para ouvir a voz de Deus, procurar, por assim dizer um "locutório" no qual Deus fala conosco: aprender a Palavra de Deus na oração e na meditação é o caminho da vida.

São Pedro Damião, que substancialmente foi um homem de oração, de meditação, de contemplação, foi também um teólogo requintado: a sua reflexão sobre os diversos temas doutrinais leva-o a conclusões importantes para a vida. Assim, por exemplo, expõe com clareza e vivacidade a doutrina trinitária utilizando já, na esteira dos textos bíblicos e patrísticos, os três termos fundamentais, que se tornaram depois determinantes também para a filosofia do Ocidente, *processio*, *relatio* e *persona* (cf. Opusc. XXXVIII: PL CXLV, 633-642; e Opusc. II e III: ibid., 41ss. e 58ss.). Contudo, dado que a análise teológica do mistério o leva a contemplar a vida íntima de Deus e o diálogo de amor inefável entre as três Pessoas divinas, ele tira conclusões ascéticas para a vida em comunidade e para as próprias relações entre cristãos latinos e gregos, divididos sobre este tema. Também a meditação sobre a figura de Cristo tem reflexos patrísticos significativos, estando toda a Escritura centrada sobre Ele. O próprio "povo judeu, escreve São Pedro Damião através das páginas da Sagrada Escritura, quase carregou Cristo sobre os ombros" (Sermo XLVI, 15). Portanto Cristo, acrescenta ele, deve estar no centro da vida do monge: "Cristo seja ouvido na nossa língua, Cristo seja visto na nossa vida e sentido no nosso coração" (Sermo VIII, 5). A união íntima com Cristo compromete não só os

monges, mas todos os batizados. Encontramos aqui uma forte chamada também para nós a não nos deixarmos absorver totalmente pelas atividades, problemas e preocupações de todos os dias, esquecendo-nos que Jesus deve estar verdadeiramente no centro da nossa vida.

A comunhão com Cristo gera unidade de amor entre os cristãos. Na carta 28, que é um genial tratado de eclesiologia, Pedro Damião desenvolve uma profunda teologia da Igreja como comunhão. "A Igreja de Cristo – escreve ele – está unida pelo vínculo da caridade a ponto que, dado que é uma em muitos membros, assim é toda misticamente em cada membro; desta forma toda a Igreja universal se denominava justamente única Esposa de Cristo no singular, e cada alma eleita, pelo mistério sacramental, é considerada plenamente Igreja". importante isto: não só que a inteira Igreja universal esteja unida, mas em cada um de nós deveria estar presente a Igreja na sua totalidade. Assim o serviço do indivíduo torna-se "expressão da universalidade" (Ep 28, 9-23).

Contudo, a imagem ideal da "santa Igreja" ilustrada por Pedro Damião não corresponde – sabia-o – bem à realidade do seu tempo. Por isso, não teme denunciar o estado de corrupção existente nos mosteiros e entre o clero, devido, sobretudo, à prática da concessão, da parte das Autoridades laicas, da investidura dos cargos eclesiásticos: vários bispos e abades comportavam-se como governantes dos próprios súbditos e não como pastores de almas. Com frequência a sua vida moral deixava muito a desejar. Por isso, com grande dor e tristeza, em 1057 Pedro Damião deixa o mosteiro e aceita, mesmo se com dificuldades, a nomeação para Cardeal Bispo de Óstia, entrando assim plenamente em colaboração com os Papas no não fácil empreendimento da reforma da Igreja. Viu que não era suficiente contemplar e teve que renunciar à beleza da contemplação para dar a própria contribuição à obra de renovação da Igreja. Renunciou assim à beleza da ermida e com coragem empreendeu numerosas viagens e missões.

Devido ao seu amor à vida monástica, dez anos mais tarde, em 1067, obtém a autorização para voltar para Fonte Avellana, renunciando à diocese de Óstia. Mas a tranquilidade desejada dura pouco: só dois anos mais tarde é enviado a Frankfurt para tentar evitar o divórcio de Henrique IV da esposa Berta; e de novo dois anos mais tarde, em 1071, vai a Montecassino para a consagração da igreja abacial e no início de 1072 vai a Ravena para restabelecer a paz com o Arcebispo local, que tinha apoiado o antipapa provocando o interdito sobre a cidade. Durante a viagem de regresso à sua ermida, uma doença imprevista obriga-o a permanecer em Faenza no mosteiro beneditino de Santa Maria "Vecchia" fora das portas, e ali falece na noite entre 22 e 23 de Fevereiro de 1072.

Queridos irmãos e irmãs, é uma grande graça que na vida da Igreja o Senhor tenha suscitado uma personalidade tão exuberante, rica e complexa, como a de São Pedro Damião e não é comum encontrar obras de teologia e de espiritualidade tão perspicazes e vivas como as do eremita de Fonte Avellana. Foi monge de modo profundo, com formas de austeridade, que hoje poderiam parecer-nos até excessivas. Deste modo, contudo, ele fez da vida monástica um testemunho eloquente da primazia de Deus e uma chamada para todos a caminhar rumo à santidade, livres de qualquer compromisso com o mal. Consumou-se, com coerência lúcida e grande severidade, pela reforma da Igreja do seu tempo. Dedicou todas as suas energias espirituais e físicas a Cristo e à Igreja, permanecendo contudo sempre, como gostava de se definir, *Petrus ultimus monachorum servus*, Pedro, último servo dos monges.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 16 de Setembro de 2009

Simeão, o Novo Teólogo

Queridos irmãos e irmãs!

Detemo-nos hoje a falar sobre a figura de um monge oriental, Simeão, o Novo Teólogo, cujos escritos exerceram uma notável influência sobre a teologia e sobre a espiritualidade do Oriente, em particular no que se refere à experiência da união mística com Deus. Simeão, o Novo Teólogo, nasceu em 949 em Galácia, na Paflagónia (Ásia Menor), de uma nobre família de província. Ainda jovem, transferiu-se para Constantinopla a fim de empreender os estudos e entrar ao serviço do imperador. Mas sentiu-se pouco atraído pela carreira civil que se lhe perspectivava e, sob a influência das iluminações interiores que ia experimentando, pôs-se em busca de uma pessoa que o orientasse no momento cheio de dúvidas e de perplexidades que estava a viver, e que o ajudasse a progredir no caminho da união com Deus. Encontrou este guia espiritual em Simeão, o Piedoso, (Eulabes), um monge simples do mosteiro de Studios, em Constantinopla, que lhe deu para ler o tratado A lei espiritual de Marcos, o Monge. Neste texto Simeão, o Novo Teólogo, encontrou um ensinamento que o impressionou muito: "Se procuras a cura espiritual leu nele está atento à tua consciência. Faz tudo o que ela te diz e encontrarás tudo o que te é útil". A partir daquele momento refere ele mesmo nunca adormeceu sem se perguntar se a consciência não tinha algo para lhe reprovar.

Simeão entrou no mosteiro dos Estuditas onde, contudo, as suas experiências místicas e a sua extraordinária devoção ao Padre espiritual lhe causaram dificuldades. Transferiu-se para o pequeno convento de São Mamede, também em Constantinopla, do qual, depois de três anos, se tornou o diretor, o hegúmeno. Ali conduziu uma intensa busca de união espiritual com Cristo, que lhe conferiu grande autoridade. É interessante observar que lhe foi dado o apelativo de "Novo Teólogo", não obstante a tradição reservasse o título de "Teólogo" a duas personalidades: ao evangelista João e a Gregório de Nazianzo. Sofreu incompreensões e o exílio, mas foi reabilitado pelo Patriarca de Constantinopla, Sérgio II.

Simeão, o Novo Teólogo, passou a última fase da sua existência no mosteiro de Santa Marina, onde escreveu grande parte das suas obras, tornando-se cada vez mais célebre devido aos seus ensinamentos e milagres. Faleceu a 12 de Março de 1022.

O mais conhecido dos seus discípulos, Nicetas Estetatos, que recolheu e copiou os escritos de Simeão, cuidou uma edição póstuma, redigindo em seguida a sua biografia. A obra de Simeão compõe-se de nove volumes, que se dividem em Capítulos teológicos, gnósticos práticos, três

volumes de Catequeses dirigidas a monges, dois volumes de Tratados teológicos e éticos e um volume de Hinos. Não se devem esquecer depois as numerosas Cartas. Todas estas obras encontraram um lugar de relevo na tradição monástica oriental até aos nossos dias.

Simeão concentra a sua reflexão sobre a presença do Espírito Santo nos batizados e sobre a consciência que eles devem ter desta realidade espiritual. A vida cristã ressalta ele é comunhão íntima e pessoal com Deus, a graça divina ilumina o coração do crente e condu-lo à visão mística do Senhor. Nesta linha, Simeão, o Novo Teólogo, insiste sobre o fato de que o verdadeiro conhecimento de Deus não provém dos livros, mas da experiência espiritual, da vida espiritual. O conhecimento de Deus nasce de um caminho de purificação interior, que tem início com a conversão do coração, graças à força da fé e do amor; passa através de um arrependimento profundo e contrição sincera pelos próprios pecados, para chegar à união com Cristo, fonte de alegria e de paz, banhados pela luz da sua presença em nós. Para Simeão esta experiência da graça divina não constitui um dom excepcional para alguns místicos, mas é o fruto do Batismo na existência de cada fiel seriamente comprometido.

Um aspecto sobre o qual refletir, queridos irmãos e irmãs! Este santo monge oriental chama-nos a todos a uma atenção à vida espiritual, à presença escondida de Deus em nós, à sinceridade da consciência e à purificação, à conversão do coração, de modo que o Espírito Santo se torne realmente presente em nós e nos guie. De fato, se justamente nos preocupamos em cuidar o nosso crescimento físico, humano e intelectual, é ainda mais importante não descuidar o crescimento interior, que consiste no conhecimento de Deus, no verdadeiro saber, não só aprendido dos livros, mas interior, e na comunhão com Deus, para experimentar a sua ajuda em cada momento e circunstância. No fundo, é quanto Simeão descreve quando narra a própria experiência mística. Já quando era jovem, antes de entrar no mosteiro, quando, uma certa noite em casa prolongava as suas orações, invocando a ajuda de Deus para lutar contra as tentações, tinha visto o quarto inundado de luz. Depois, quando entrou no mosteiro, foram-lhe oferecidos livros espirituais para se instruir, mas a sua leitura não lhe fazia adquirir a paz que procurava.

Sentia-se narra ele como um pobre passarinho sem asas. Aceitou com humildade esta situação, sem se revoltar, e então começaram a multiplicar-se de novo as visões de luz. Querendo certificar-se da sua autenticidade, Simeão pediu diretamente a Cristo: "Senhor, és tu quem estás aqui?". Ouviu ressoar no coração a resposta afirmativa e sentiu-se extremamente confortado. "Foi aquela, Senhor escreve em seguida a primeira vez que me julgaste, a mim filho pródigo, digno de ouvir a tua voz". Contudo, nem sequer esta revelação o deixou totalmente tranquilo. Interrogava-se antes se também aquela experiência não devia ser considerada uma

ilusão. Um dia, finalmente, aconteceu um fato fundamental para a sua experiência mística. Começou a sentir-se como "um pobre que ama os irmãos" (*ptochós philádelphos*). Via em seu redor muitos inimigos que queriam tramar-lhe insídias e causavam-lhe males, mas não obstante isto sentia em si mesmo um intenso arrebatamento de amor por eles. Como explicar isto? Evidentemente tal amor não podia vir dele, mas devia brotar de outra fonte. Simeão compreendeu que provinha de Cristo presente nele e tudo se lhe tornou claro: tive a prova certa de que a fonte do amor nele era a presença de Cristo e de que ter em mim um amor que vai além das minhas intenções pessoais indica que a fonte do amor está em mim. Assim, por um lado, podemos dizer que sem uma certa abertura ao amor Cristo não entra em nós, mas, por outro, Cristo torna-se fonte de amor e transforma-nos. Queridos amigos, esta experiência permanece importante como nunca para nós, hoje, para encontrar os critérios que nos indicam se estamos realmente próximos de Deus, se Deus existe e vive em nós. O amor de Deus cresce em nós se permanecermos unidos a Ele com a oração e a escuta da sua palavra, com a abertura do coração. Só o amor divino nos faz abrir o coração aos outros e nos torna sensíveis às suas necessidades, fazendo-nos considerar todos como irmãos e irmãs e convidando-nos a responder com o amor ao ódio e com o perdão à ofensa.

Refletindo sobre esta figura de Simeão, o Novo Teólogo, podemos relevar ainda um ulterior elemento da sua espiritualidade. No caminho de vida ascética por ele proposto e percorrido, a grande atenção e concentração do monge sobre a experiência interior confere ao Padre espiritual do mosteiro uma importância essencial. O mesmo jovem Simeão, como se disse, tinha encontrado um diretor espiritual, que muito o ajudou e do qual conservou grandíssima estima, a ponto de lhe reservar, depois da morte, uma veneração também pública. E gostaria de dizer que permanece válido para todos sacerdotes, pessoas consagradas e leigos, e sobretudo para os jovens o convite a recorrer aos conselhos de um bom padre espiritual, capaz de acompanhar cada um no conhecimento profundo de si mesmo, e conduzi-lo à união com o Senhor, para que a sua existência se conforme cada vez mais com o Evangelho. Para caminhar rumo ao Senhor temos sempre necessidade de um guia, de um diálogo. Não o podemos fazer apenas com as nossas reflexões. É também este o sentido da eclesialidade da nossa fé, de encontrar este guia.

Concluindo, podemos resumir assim o ensinamento e a experiência mística de Simeão, o Novo Teólogo: na sua incessante busca de Deus, mesmo nas dificuldades que encontrou e nas críticas de que foi objeto ele, no fim de contas, deixou-se guiar pelo amor. Soube viver ele próprio e ensinar aos seus monges que o essencial para cada discípulo de Jesus é crescer no

amor e assim crescemos no conhecimento do próprio Cristo, para poder afirmar com São Paulo: "Já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim" (Gl 2, 20).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 23 de Setembro de 2009

Santo Anselmo de Aosta

Prezados irmãos e irmãs

Em Roma, na colina do Aventino, encontra-se a Abadia beneditina de Santo Anselmo. Como sede de um Instituto de estudos superiores e do Abade Primaz dos Beneditinos Confederados, ela é um lugar que une em si a oração, o estudo e o governo, precisamente as três atividades que caracterizam a vida do Santo ao qual é dedicada: Anselmo de Aosta, de quem se recorda este ano o IX centenário da morte. As múltiplas iniciativas, promovidas especialmente pela diocese de Aosta para esta fausta celebração, puseram em evidência o interesse que continua a suscitar este pensador medieval. Ele é conhecido também como Anselmo de Bec e Anselmo de Cantuária, devido às cidades com as quais esteve em contato. Quem é esta figura à qual três localidades distantes entre si e situadas em três nações diferentes Itália, França e Inglaterra se sentem particularmente ligadas? Monge de intensa vida espiritual, excelente educador de jovens, teólogo com uma extraordinária capacidade especulativa, sábio homem de governo e defensor intransigente da *libertas Ecclesiae*, da liberdade da Igreja, Anselmo é uma das personalidades eminentes da Idade Média, que soube harmonizar todas estas qualidades graças a uma profunda experiência mística, que sempre orientou o seu pensamento e a sua ação.

Santo Anselmo nasceu em 1033 (ou no início de 1034) em Aosta, primogênito de uma família nobre. O pai era homem rude, dedicado aos prazeres da vida e dissipador dos seus bens; a mãe, ao contrário, era mulher de costumes excelsos e de profunda religiosidade (cf. Eadmero, Vita s. Anselmi, pl 159, col. 49). Foi ela que se ocupou da primeira formação humana e religiosa do filho, que depois confiou aos Beneditinos de um priorado de Aosta. Anselmo, que quando era criança como narra o seu biógrafo imaginava a morada do bom Deus entre os cumes altos e nevados dos Alpes, uma noite sonhou que tinha sido convidado para esta mansão maravilhosa pelo próprio Deus, que se entreteve prolongada e afavelmente com ele e, no final ofereceu-lhe de comer "um pão extremamente cândido" (Ibid., col. 51). Este sonho deixou-lhe a convicção de ser chamado a cumprir uma alta missão. Com quinze anos de idade, pediu para ser admitido na Ordem beneditina, mas o pai opôs-se com toda a sua autoridade e não cedeu sequer quando o filho, gravemente enfermo e sentindo-se próximo da morte, implorou o hábito religioso como conforto supremo. Depois da sua cura e da morte prematura da mãe, Anselmo atravessou um período de dissipação moral: descuidou os estudos e, dominado pelas paixões terrenas, tornou-se surdo ao chamamento de Deus. Saiu de casa e começou a viajar

pela França em busca de novas experiências. Depois de três anos, tendo chegado à Normandia, foi à Abadia beneditina de Bec, atraído pela fama de Lanfranco de Pavia, prior do mosteiro. Para ele foi um encontro providencial e decisivo para o resto da sua vida. Com efeito, sob a guia de Lanfranco, Anselmo retomou vigorosamente os estudos e, em breve tempo, tornou-se não apenas o pupilo predileto, mas também o confidente do mestre. A sua vocação monástica reacendeu-se e, depois de uma avaliação atenta, com 27 anos de idade, entrou na Ordem monástica e foi ordenado sacerdote. A ascese e o estudo abriram-lhe novos horizontes, fazendo-lhe reencontrar, a nível muito mais elevado, aquela familiaridade com Deus, que ele tivera quando era criança.

Quando, em 1063, Lanfranco se tornou abade de Caen, Anselmo, após apenas três anos de vida monástica, foi nomeado prior do mosteiro de Bec e mestre da escola claustral, revelando dotes de educador requintado. Não gostava dos métodos autoritários; comparava os jovens com plantas pequenas que se desenvolvem melhor se não permanecem fechadas na estufa, e concedia-lhes uma liberdade "sadia". Era muito exigente consigo mesmo e com os outros na observância monástica, mas em vez de impor a disciplina, empenhava-se a fazê-la seguir com a persuasão. Quando faleceu o abade Herluino, fundador da Abadia de Bec, Anselmo foi eleito unanimemente seu sucessor: corria o mês de Fevereiro de 1079. Entretanto, numerosos monges tinham sido chamados para Cantuária, a fim de levar aos irmãos da outra margem do canal da Mancha a renovação em curso no continente. A sua obra foi bem aceite, a tal ponto que Lanfranco de Pavia, abade de Caen, se tornou o novo Arcebispo de Cantuária e pediu a Anselmo que transcorresse um certo período com ele para instruir os monges e para o ajudar na difícil situação em que se encontrava a sua comunidade eclesial, depois da invasão dos Normandos. A permanência de Anselmo revelou-se muito fecunda; ele conquistou simpatia e estima, a tal ponto que, com a morte de Lanfranco, foi escolhido para lhe suceder na sede arquiepiscopal de Cantuária. Recebeu a solene consagração episcopal em Dezembro de 1093.

Anselmo comprometeu-se imediatamente numa luta enérgica pela liberdade da Igreja, apoiando com coragem a independência do poder espiritual em relação ao temporal. Defendeu a Igreja contra as ingerências indevidas das autoridades políticas, sobretudo dos reis Guilherme, o Vermelho, e Henrique i, encontrando encorajamento e apoio no Romano Pontífice, a quem Anselmo demonstrou sempre uma adesão intrépida e cordial. Esta fidelidade custou-lhe, em 1103, também a amargura do exílio da sua sede de Cantuária. E somente quanto, em 1106, o rei Henrique i renunciou à pretensão de conferir as investiduras eclesiásticas, assim como à cobrança dos impostos e à confiscação dos bens da Igreja, Anselmo pôde regressar à Inglaterra, onde foi recebido festivamente pelo clero e pelo povo. Assim, concluiu-se felizmente a

longa luta por ele empreendida com as armas da perseverança, da determinação e da bondade. Este santo Arcebispo, que suscitava tanta admiração ao seu redor onde quer que fosse, dedicou os últimos anos da sua vida principalmente à formação moral do clero e à pesquisa intelectual a respeito de temas teológicos. Faleceu no dia 21 de Abril de 1109, acompanhado pelas palavras do Evangelho proclamado na Santa Missa daquele dia: "Vós estivestes sempre junto de mim nas minhas provações, e Eu disponho a vosso favor do Reino, como meu Pai dispõe dele, a fim de que comais e bebais à minha mesa..." (Lc 22, 28-30). O sonho daquele banquete misterioso, que quando era criança tivera precisamente no início do seu caminho espiritual, encontrava assim a sua realização. Jesus, que o tinha convidado para se sentar à sua mesa, acolheu Santo Anselmo, na sua morte, no reino eterno do Pai.

"Deus, rogo-vos, desejo conhecer-vos, quero amar-vos e poder regozijar-me em Vós. E se nesta vida não sou capaz disto na medida plena, que eu possa pelo menos progredir cada dia, até alcançar a plenitude" (Proslogion, cap. 14). Esta oração permite compreender a alma mística deste grande santo da época medieval, fundador da teologia escolástica, a quem a tradição cristã atribuiu o título de "Doutor Magnífico", porque cultivou um desejo intenso de aprofundar os Mistérios divinos, porém na plena consciência de que o caminho de busca de Deus nunca termina, pelo menos nesta terra. A clareza e o rigor lógico do seu pensamento tiveram sempre como finalidade "elevar a mente à contemplação de Deus" (Ibid., Proemium). Ele afirma claramente que quem tem a intenção de fazer teologia não pode contar somente com a sua inteligência, mas deve cultivar ao mesmo tempo uma profunda experiência de fé. A atividade do teólogo, segundo Santo Anselmo, desenvolve-se assim em três fases: a fé, dom gratuito de Deus, a acolher com humildade; a experiência, que consiste em encarnar a palavra de Deus na própria existência quotidiana; e portanto o verdadeiro conhecimento, que jamais é fruto de raciocínios assépticos, mas sim de uma intuição contemplativa. A este propósito, parecem mais úteis do que nunca também hoje, para uma investigação teológica sadia e para quem quer que deseje aprofundar as verdades da fé, as suas célebres palavras: "Não tento, Senhor, penetrar a vossa profundidade, porque não posso sequer de longe comparar com ela o meu intelecto; mas desejo entender, pelo menos até um certo ponto, a vossa verdade, em que o meu coração crê e ama. Com efeito, não procuro compreender para crer, mas creio para compreender" (Ibid., 1).

Caros irmãos e irmãs, o amor pela verdade e a sede constante de Deus, que assinalaram toda a existência de Santo Anselmo, sejam um estímulo para cada cristão a procurar, sem nunca se cansar, uma união cada vez mais íntima com Cristo, Caminho, Verdade e Vida. Além disso, o zelo repleto de coragem que distinguiu a sua obra pastoral, e que às vezes lhe causou incom-

preensões, amarguras e até o exílio, seja um encorajamento para os Pastores, para as pessoas consagradas e para todos os fiéis, a amar a Igreja de Cristo, a rezar, a trabalhar e a sofrer por ela, sem nunca a abandonar nem atraiçoar. Conceda-nos esta graça a Virgem Mãe de Deus, por quem Santo Anselmo nutriu devoção terna e filial. "Maria, o meu coração quer amar-te escreve Santo Anselmo e os meus lábios desejam ardentemente louvar-te".

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 30 de Setembro de 2009

Viagem Apostólica à República Tcheca

Queridos irmãos e irmãs!

Como é tradicional depois das viagens apostólicas internacionais, aproveito a hodierna audiência geral para falar da peregrinação que realizei nos dias passados à República Checa. Faço-o sobretudo como ato de ação de graças a Deus, que me concedeu realizar esta visita e que a abençoou abundantemente. Foi uma verdadeira peregrinação e, ao mesmo tempo, uma missão no coração da Europa: peregrinação, porque a Boémia e a Morávia são há mais de um milênio terra de fé e de santidade; missão, porque a Europa tem necessidade de voltar a encontrar em Deus e no seu amor o fundamento sólido da esperança. Não é por acaso que os Santos evangelizadores daquelas populações, Cirilo e Metódio, são Padroeiros da Europa, juntamente com São Bento. "O amor de Cristo é a nossa força": este foi o mote da viagem, uma afirmação que faz ressoar a fé de muitas testemunhas heroicas do passado remoto e recente, penso em particular no século passado, mas que sobretudo quer interpretar a certeza dos cristãos de hoje. Sim, a nossa força é o amor de Cristo! Uma força que inspira e anima as verdadeiras revoluções pacíficas e libertadoras, e que nos sustêm nos momentos de crise, permitindo animar-nos quando a liberdade, recuperada com dificuldade, corre o risco de se perder a si mesma, a própria verdade.

A hospitalidade que recebi foi cordial. O Presidente da República, a quem renovo a expressão do meu reconhecimento, quis estar presente em diversos momentos e recebeu-me juntamente com os meus colaboradores na sua residência, o histórico Castelo da Capital, com grande cordialidade. Toda a Conferência Episcopal, em particular o Cardeal Arcebispo de Praga e o Bispo de Brno, fizeram-me sentir, com grande entusiasmo, o profundo vínculo que une a Comunidade católica checa ao Sucessor de São Pedro. Agradeço-lhes também por terem preparado atentamente as celebrações litúrgicas. Estou grato inclusive a todas as Autoridades civis e militares, e a quantos, de várias maneiras, cooperaram para o bom êxito da minha visita.

O amor de Cristo começou a revelar-se no rosto de um Menino. Com efeito, quando cheguei a Praga, dediquei a primeira etapa à igreja de Santa Maria da Vitória, onde se venera o Menino Jesus, conhecido precisamente como "Menino de Praga". Esta efígie remete ao mistério de Deus que se fez Homem, ao "Deus próximo", fundamento da nossa esperança. Diante do "Menino de Praga", rezei por todas as crianças, pelos pais e pelo futuro da família. A verda-

deira "vitória", que hoje pedimos a Maria, é a vitória do amor e da vida na família e na sociedade!

O Castelo de Praga, extraordinário sob o perfil histórico e arquitetônico, sugere uma ulterior reflexão mais geral: ele encerra no seu vastíssimo espaço, numerosos monumentos, ambientes e instituições, como que a representar uma polis, na qual convivem em harmonia a Catedral e o Palácio, a praça e o jardim. Assim, naquele mesmo contexto, a minha visita pôde tocar os âmbitos civil e religioso, não justapostos, mas em harmoniosa proximidade na distinção. Portanto, dirigindo-me às Autoridades políticas e civis e ao Corpo Diplomático, desejei evocar o vínculo indissolúvel que sempre deve existir entre liberdade e verdade. Não precisamos ter medo da verdade, porque ela é amiga do homem e da sua liberdade; aliás, somente na busca sincera da verdade, do bem e da beleza é possível realmente oferecer um futuro aos jovens de hoje e às gerações vindouras. De resto, o que atrai tantas pessoas a Praga, a não ser a sua beleza, uma beleza que não é apenas estética, mas histórica, religiosa e, em sentido amplo, humana? Quem exerce responsabilidades nos campos político e educativo deve saber haurir da luz daquela verdade que é o reflexo da Sabedoria eterna do Criador; e é chamado a dar testemunha da mesma pessoalmente, com a própria vida. Só um sério compromisso de retidão intelectual e moral é digno do sacrifício de quantos pagaram o caro preço da liberdade!

Símbolo desta síntese entre verdade e beleza é a maravilhosa Catedral de Praga, dedicada aos Santos Vito, Venceslau e Adalberto, onde teve lugar a celebração das Vésperas com os sacerdotes, os religiosos, os seminaristas e uma representação dos leigos comprometidos nas associações e nos movimentos eclesiais. Para as Comunidades da Europa centro-oriental, trata-se de um momento difícil: às consequências do longo Inverno do totalitarismo ateu, estão a somar-se os efeitos nocivos de um certo secularismo e consumismo ocidental. Por isso, encorajei todos a haurir energias sempre novas do Senhor ressuscitado, para poder ser fermento evangélico na sociedade e empenhar-se, como já acontece, em atividades caritativas, e ainda mais nas educativas e escolares.

Esta mensagem de esperança, fundada na fé em Cristo, dirigi-a a todo o Povo de Deus nas duas grandes Celebrações eucarísticas realizadas respectivamente em Brno, capital da Morávia, e em Stará Boleslav, lugar do martírio de São Venceslau, Padroeiro principal da Nação. A Morávia faz pensar imediatamente nos Santos Cirilo e Metódio, evangelizadores dos povos eslavos, e portanto na força inesgotável do Evangelho que, como um rio de águas purificadoras, atravessa a história e os continentes, levando vida e salvação a toda a parte. Sobre a porta da Catedral de Brno estão gravadas as palavras de Cristo: "Vinde a mim todos vós que estais cansados e oprimidos, e aliviar-vos-ei" (Mt 11, 28). Estas mesmas palavras ressoaram no do-

mingo passado na liturgia, fazendo ecoar a voz perene do Salvador, Esperança dos povos ontem, hoje e sempre. Do Senhorio de Cristo, senhorio de graça e de misericórdia, é um sinal eloquente a existência dos Santos Padroeiros das várias nações cristãs, como precisamente Venceslau, jovem rei da Boémia no século x, que se distinguiu pelo seu exemplar testemunho cristão e foi assassinado pelo irmão. Venceslau antepôs o reino dos céus à fascinação do poder terreno e permaneceu para sempre no coração do povo checo, como modelo e protetor nas diversificadas vicissitudes da história. Aos numerosos jovens presentes na Missa de São Venceslau, provenientes também das nações vizinhas, dirigi o convite a reconhecer em Cristo o amigo mais autêntico, que satisfaz as aspirações mais profundas do coração humano.

Enfim tenho que mencionar, entre outros, dois encontros: o ecumênico e aquele com a comunidade acadêmica. O primeiro, realizado no Paço arquiepiscopal de Praga, viu reunidos os representantes das diversas Comunidades cristãs da República Checa e o responsável pela Comunidade judaica. Pensando na história daquele país, que infelizmente conheceu conflitos ásperos entre os cristãos, é motivo de profunda ação de graças a Deus pelo fato de se terem encontrado em conjunto, como discípulos do único Senhor, para compartilhar a alegria da fé e a responsabilidade histórica diante dos desafios contemporâneos. O esforço de progredir para uma unidade cada vez mais completa e visível entre nós, crentes em Cristo, torna mais forte e eficaz o compromisso comum pela redescoberta das raízes cristãs da Europa. Este último aspecto, que estava muito a peito do meu amado Predecessor, João Paulo II, sobressaiu também no encontro com os Reitores das Universidades, os representes dos docentes e dos estudantes, e com outras personalidades de relevo no âmbito cultural. Nesse contexto, desejei insistir sobre o papel da instituição universitária, uma das estruturas principais da Europa, que em Praga tem um Ateneu entre os mais antigos e prestigiosos do continente, a Universidade Carlos, segundo o nome do imperador Carlos IV que a fundou, juntamente com o Papa Clemente VI. A universidade dos estudos é um ambiente vital para a sociedade, garantia de liberdade e de desenvolvimento, como demonstra o fato de que precisamente a partir dos círculos universitários começou em Praga a chamada "Revolução de Veludo". A vinte anos daquela acontecimento histórico, voltei a propor a ideia da formação humana integral, fundamentada na unidade do conhecimento arraigado na verdade, para contrastar uma nova ditadura, a do relativismo aliado ao predomínio da técnica. As culturas humanística e científica não podem ser separadas mas, ao contrário, são os dois lados de uma mesma medalha: recorda-no-lo mais uma vez a terra checa, pátria de grandes escritores como Kafka, e do abade Mendel, pioneiro da genética moderna.

Queridos amigos, dou graças ao Senhor porque, com esta viagem, me permitiu encontrar um povo e uma Igreja de profundas raízes históricas e religiosas, que este ano comemorava vários aniversários de elevado valor espiritual e social. Aos irmãos e irmãs da República Checa, renovo uma mensagem de esperança e um convite à coragem do bem, para construir o presente e o futuro da Europa. Confio os frutos da minha visita pastoral à intercessão de Maria Santíssima e de todos os Santos e Santas da Boémia e da Morávia.

Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 7 de Outubro de 2009

São João Leonardo

Queridos irmãos e irmãs!

Depois de amanhã, 9 de Outubro, completar-se-ão 400 anos da morte de São João Leonardo, fundador da Ordem religiosa dos Clérigos Regulares da Mãe de Deus, canonizado a 17 de Abril de 1938 e eleito Padroeiro dos farmacêuticos no dia 8 de Agosto de 2006. Ele é recordado também pelo grande anseio missionário. Juntamente com Mons. João Batista Vives e com o jesuíta Martin de Funes, projetou e contribuiu para a instituição de uma específica Congregação da Santa Sé para as missões, a *de Propaganda Fide*, e para o futuro nascimento do Colégio Urbano *de Propaganda Fide*, que no decorrer dos séculos forjou milhares de sacerdotes, muitos deles mártires, para evangelizar os povos. Trata-se portanto de uma luminosa figura de sacerdote, que me apraz indicar a todos os presbíteros neste Ano sacerdotal, como exemplo. Faleceu em 1609 devido a uma gripe contraída quando se prodigalizava na cura de quantos, no bairro romano de Campitelli, tinham sido atingidos pela epidemia.

João Leonardo nasceu em 1541 em Diecimo, na província de Lucca. Último de sete irmãos, teve uma adolescência marcada por ritmos de fé vivida num núcleo familiar sadio e laborioso, e por uma frequência assídua de uma loja de aromas e de medicamentos da sua terra natal. Aos 17 anos o pai inscreveu-o num curso regular de especiarias em Lucca, com a finalidade de que se tornasse farmacêutico, aliás um boticário, como se dizia então. Por cerca de um decénio o jovem João Leonardo foi seu atento e diligente frequentador, mas quando, segundo as normas previstas pela antiga República de Lucca, adquiriu o reconhecimento oficial que o teria autorizado a abrir uma sua mercearia, começou a pensar se não chegara o momento de realizar um projeto que tinha desde sempre no coração. Depois de uma reflexão madura decidiu encaminhar-se para o sacerdócio. E assim, tendo deixado a mercearia, e adquirido uma adequada formação teológica, foi ordenado sacerdote e no dia da Epifania de 1572 celebrou a primeira Missa. Contudo não abandonou a paixão pela farmacopeia, porque sentia

que a mediação profissional de farmacêutico lhe teria permitido realizar plenamente a sua vocação, a de transmitir aos homens, mediante uma vida santa, "a medicina de Deus", que é Jesus Cristo crucificado e ressuscitado, "medida de todas as coisas".

Animado pela convicção de que todos os seres humanos necessitam desta medicina mais do que qualquer outra coisa, São João Leonardo procurou fazer do encontro pessoal com Jesus Cristo a razão fundamental da própria existência. " necessário recomeçar de Cristo", gostava

de repetir com muita frequência. A primazia de Cristo sobre tudo tornou-se para ele o critério concreto de juízo e de ação e o princípio gerador da sua atividade sacerdotal, que exerceu enquanto estava em ato um vasto e difundido movimento de renovação espiritual na Igreja, graças ao florescimento de novos Institutos religiosos e ao testemunho luminoso de santos como Carlos Borromeu, Filipe Neri, Inácio de Loiola, José de Calasanz, Camilo de Lélis e Luís Gonzaga. Dedicou-se com entusiasmo ao apostolado entre os jovens mediante a Companhia da Doutrina Cristã, reunindo ao seu redor um grupo de jovens com os quais, no dia 1 de Setembro de 1574, fundou a Congregação dos Padres reformados da Bem-Aventurada Virgem, sucessivamente chamada Ordem dos Clérigos Regulares da Mãe de Deus. Recomendava aos seus discípulos que pusessem "diante dos olhos da mente só a honra, o serviço e a glória de Cristo Crucificado" e, como bom farmacêutico habituado a dosear as poções graças a uma referência clara, acrescentava: "Elevai um pouco mais os vossos corações a Deus e com Ele medi as coisas".

Movido por zelo apostólico, em Maio de 1605 enviou ao Papa Paulo v recém-eleito um Memorial no qual sugeria os critérios para uma autêntica renovação na Igreja. Observando como é "necessário que quantos aspiram pela reforma dos costumes dos homens procurem especialmente, e como primeira coisa, a glória de Deus", acrescentava que eles devem resplandecer "pela integridade da vida e pela excelência dos costumes, assim, mais do que obrigar, atrairão docilmente para a reforma". Observava ainda que "quem quer realizar uma séria reforma religiosa e moral deve fazer antes de tudo, como um bom médico, um atento diagnóstico dos males que atormentam a Igreja para assim poder ser capaz de prescrever para cada um deles o remédio mais apropriado". E notava que "a renovação da Igreja se deve verificar de igual modo nos chefes e nos empregados, no alto e em baixo. Deve começar por quem dirige e alargar-se aos súbditos". Foi por isto que, enquanto solicitava o Papa para que promovesse uma "reforma universal da Igreja", se preocupava com a formação cristã do povo e especialmente das crianças, que devem ser educadas "desde os primeiros anos... na pureza da fé cristã e nos santos costumes".

Queridos irmãos e irmãs, a luminosa figura deste Santo convida os sacerdotes em primeiro lugar, e todos os cristãos, a tender constantemente para a "medida alta da vida cristã", que é a santidade, cada um naturalmente segundo o próprio estado. De fato, só da fidelidade a Cristo pode brotar a autêntica renovação eclesial. Naqueles anos, na passagem cultural e social entre os séculos XVI e XVII, começaram a delinear-se as premissas da futura cultura contemporânea, caraterizada por uma indevida separação entre fé e razão, que deu origem entre as suas consequências negativas à marginalização de Deus, com a ilusão de uma possível e total auto-

nomia do homem que escolhe viver "como se Deus não existisse". a crise do pensamento moderno, que várias vezes tive a ocasião de evidenciar e que com frequência desemboca em formas de relativismo. João Leonardo intuiu qual era a verdadeira medicina para estes males espirituais e sintetizou-a na expressão: "Cristo antes de tudo", Cristo no centro do coração, da história e da criação. E de Cristo afirma com vigor a humanidade tem extrema necessidade, porque Ele é a nossa "medida". Não existe ambiente algum que não possa ser tocado pela sua força; não existe mal algum que não encontre n'Ele remédio, não há problema algum que n'Ele não se resolva. "Ou Cristo ou nada"! Eis a sua receita para qualquer tipo de reforma espiritual e social.

Há outro aspecto da espiritualidade de São João Leonardo que me apraz ressaltar. Em várias circunstâncias reafirmou que o encontro vivo com Cristo se realiza na sua Igreja, santa mas frágil, radicada na história e no seu porvir às vezes obscuro, no qual o trigo e o joio crescem juntos (cf. Mt 13, 30), mas contudo sempre Sacramento de salvação. Tendo clara consciência de que a Igreja é o campo de Deus (cf. Mt 13, 24), não se escandalizou com as suas fraquezas humanas. Para contrastar o joio escolheu ser grão bom: ou seja, decidiu amar Cristo na Igreja e contribuir para a tornar cada vez mais sinal transparente d'Ele. Com grande realismo viu a Igreja, a sua fraqueza humana, mas também o seu ser "campo de Deus", o instrumento de Deus para a salvação da humanidade. Não só. Por amor de Cristo trabalhou alacremente a fim de purificar a Igreja, para a tornar mais bela e santa. Compreendeu que qualquer reforma deve ser feita dentro da Igreja e nunca contra a Igreja. Nisto, São João Leonardo foi deveras extraordinário e o seu exemplo permanece sempre atual. Cada reforma diz respeito certamente às estruturas, mas deve incidir em primeiro lugar no coração dos crentes. Só os santos, homens e mulheres que se deixam guiar pelo Espírito divino, prontos para fazer escolhas radicais e corajosas à luz do Evangelho, renovam a Igreja e contribuem, de modo determinante, para construir um mundo melhor.

Queridos irmãos e irmãs, a existência de São João Leonardo foi sempre iluminada pelo esplendor do "Rosto Santo" de Jesus, conservado e venerado na Igreja Catedral de Lucca, que se tornou símbolo eloquente e síntese evidente da fé que o animava. Conquistado por Cristo como o Apóstolo Paulo, indicou aos seus discípulos, e continua a mostrar a todos nós, o ideal cristocêntrico pelo qual "é preciso desapegar-se de qualquer interesse próprio e prestar só atenção ao serviço de Deus", "tendo unicamente diante dos olhos e da mente a honra, o serviço e a glória de Cristo Jesus Crucificado". Ao lado do rosto de Cristo, fixou o olhar no rosto materno de Maria. Aquela que elegeu Padroeira da sua Ordem, foi para ele mestra, irmã, mãe, e ele experimentou a sua constante proteção. O exemplo e a intercessão deste "fascinante ho-

mem de Deus" sejam, sobretudo neste Ano sacerdotal, chamada e encorajamento para os sacerdotes e para todos os cristãos a viver com paixão e entusiasmo a própria vocação.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 14 de Outubro de 2009

Pedro o venerável

Queridos irmãos e irmãs!

A figura de Pedro o Venerável, que gostaria de apresentar na catequese de hoje, reconduz-nos à célebre abadia de Cluny, ao seu "decoro" (*decor*) e ao seu "esplendor" (*nitor*) para usar palavras recorrentes nos textos cluniacenses decoro e esplendor, que se admiram sobretudo na beleza da liturgia, caminho privilegiado para alcançar Deus. Mas, ainda mais do que estes aspectos a personalidade de Pedro recorda a santidade dos grandes abades cluniacenses: em Cluny "todos os abades foram santos", afirmava em 1080 o Papa Gregório VII. Entre eles encontra-se Pedro o Venerável, o qual reúne em si um pouco todas as virtudes dos seus predecessores, mesmo se já com ele Cluny, em relação às novas ordens como a de *Cîteaux*, começou a sentir alguns sintomas de crise. Pedro é um exemplo admirável de asceta rigoroso consigo mesmo e compreensivo com os outros. Nascido por volta de 1094 na região francesa de Alvernia, entrou ainda criança no mosteiro de Sauxillanges, onde se tornou monge professo e depois prior. Em 1122 foi eleito Abade de Cluny, e permaneceu nesse cargo até à morte, que se verificou no dia de Natal de 1156, como ele tinha desejado. "Amante da paz escreve o seu biógrafo Rodolfo obteve a paz na glória de Deus no dia da paz" (Vida i, 17; pl 189, 28).

Todos os que o conheceram exaltaram a sua mansidão distinta, o equilíbrio sereno, o domínio de si, a retidão, a lealdade, a lucidez e a sua especial tendência a servir de medianeiro. "Faz parte da minha natureza escrevia ser bastante propenso para a indulgência; para isto me estimula o meu hábito de perdoar. Estou acostumado a suportar e a perdoar" (Ep. 192, em The Letters of Peter the Venerable, Harvard University Press, 1967, p. 446). Dizia ainda: "Com quantos odeiam a paz gostaríamos, possivelmente, de ser sempre pacíficos" (Ep. 100, lc., p. 261). E escrevia de si: "Não faço parte de quantos não estão satisfeitos com o seu destino... cujo espírito está sempre ansioso ou duvidoso, e que se lamentam porque todos os outros repousam e eles são os únicos que trabalham" (Ep. 182, p. 425). De índole sensível e afetuosa, sabia conjugar o amor ao Senhor com a ternura para com os familiares, particularmente para com a mãe e os amigos. Foi um cultor da amizade, de modo especial em relação aos seus monges, que habitualmente se confidenciavam com ele, certos de serem acolhidos e compreendidos. Segundo o testemunho do biógrafo, "não desprezava nem rejeitava ninguém" (Vida, i, 3 PL, 189, 19); era amável para com todos; na sua bondade inata era aberto a todos" (Ibid., 1, 1: PL, 189, 17).

Poderíamos dizer que este santo Abade constitui um exemplo também para os monges e os cristãos deste nosso tempo, marcado por um ritmo de vida frenético, onde não são raros os episódios de intolerância e de incomunicabilidade, as divisões e os conflitos. O seu testemunho convida-nos a saber unir o amor a Deus com o amor ao próximo, e a não nos cansarmos de estabelecer relacionamentos de fraternidade e de reconciliação. De fato, assim agia Pedro o Venerável, que guiou o mosteiro de Cluny em anos não muito tranquilos por vários motivos externos e internos na Abadia, conseguindo ser ao mesmo tempo severo e dotado de profunda humanidade. Costumava dizer: "Pode-se obter mais de um homem tolerando-o, do que irritando-o com queixas" (Ep. 172, l.c., p. 409). Devido ao seu cargo, teve que enfrentar frequentes viagens à Itália, à Inglaterra, à Alemanha, à Espanha. O abandono forçado da tranquilidade contemplativa pesava-lhe. Confessava: "Vou de um lugar para outro, angustio-me, preocupo-me, atormento-me, arrastado para aqui e para além; a minha mente está absorvida ora com os meus afazeres, ora com os dos outros, não sem grande agitação do meu ânimo" (Ep. 91, l.c., p. 233). Mesmo tendo que se industriar entre poderes e senhorios que circundavam Cluny, conseguiu contudo, graças ao seu sentido da medida, à sua magnanimidade e ao seu realismo, conservar uma tranquilidade habitual. Uma das personalidades com as quais entrou em contato foi Bernardo de Claraval com o qual manteve uma relação de crescente amizade, mesmo na diversidade do temperamento e das perspectivas. Bernardo definia-o: "Homem importante, ocupado com afazeres importantes" e tinha dele grande consideração (Ep. 147, ed. Scriptorium Claravallense, Milão 1986, vi1, pp. 658660), enquanto que Pedro o Venerável definia Bernardo "lanterna da Igreja" (Ep. 164, p. 396), "coluna forte e maravilhosa da ordem monástica e de toda a Igreja" (Ep. 175, p.418).

Com profundo sentido eclesial, Pedro o Venerável afirmava que as vicissitudes do povo cristão devem ser sentidas no "íntimo do coração" por quantos se incluem "entre os membros do corpo de Cristo" (Ep. 164, l.c., p. 397). E acrescentava: "Não se alimenta do espírito de Cristo quem não sente as feridas do corpo de Cristo", onde quer que elas se produzam (ibid.). Além disso, mostrava cuidado e solicitude também por quem estava fora da Igreja, sobretudo pelos judeus e pelos muçulmanos: para favorecer o conhecimento destes últimos providenciou a tradução do Alcorão. A este propósito observa um historiador recente: "No meio da intransigência dos homens da Idade Média também dos maiores deles nós admiramos aqui um exemplo sublime da delicadeza à qual leva a caridade cristã" (J. Leclercq, Pietro il Venerabile, Jaca Book, 1991, p. 189). Outros aspectos da vida cristã pelos quais se preocupava eram o amor à Eucaristia e a devoção à Virgem Maria. Sobre o Santíssimo Sacramento deixou-nos páginas que constituem "uma das obras-primas da literatura eucarística de todos os tempos" (ibid., p.

267), e sobre a Mãe de Deus escreveu reflexões iluminadoras, contemplando-a sempre em estreita relação com Jesus Redentor e com a sua obra de salvação. É suficiente citar esta sua inspirada elevação: "Salve, Virgem bendita, que afastaste a maldição. Salve, mãe do Altíssimo, esposa do Cordeiro terníssimo. Tu venceste a serpente, esmagaste-lhe a cabeça, quando Deus por ti gerado a aniquilou... Estrela resplandecente do Oriente, que pões em fuga as sombras do Ocidente. Aurora que precede o sol, dia que ignora a noite... Reza ao Deus que nasceu de ti, para que nos liberte dos nossos pecados e, depois do perdão, nos conceda a graça e a glória" (Carmina, pl 189, 10181019).

Pedro o Venerável sentia predileção pela atividade literária para a qual tinha talento. Anotava as suas reflexões, persuadido da importância de usar a caneta quase como um arado para "espalhar no papel a semente do Verbo" (Ep. 20, p. 38). Mesmo se não foi um teólogo sistemático, foi um grande investigador do mistério de Deus. A sua teologia afunda as raízes na oração, sobretudo na litúrgica e entre os mistérios de Cristo, preferia o da Transfiguração, no qual já se prefigura a Ressurreição. Foi precisamente ele quem introduziu em Cluny esta festa, compondo para ela um ofício especial, no qual se reflete a caraterística piedade de Pedro e da Ordem cluniacense, toda propensa para a contemplação do rosto glorioso (*gloriosa facies*) de Cristo, encontrando nele as razões daquela alegria fervorosa que distinguia o seu espírito e se irradiava na liturgia do mosteiro. Queridos irmãos e irmãs, este santo monge é certamente um grande exemplo de santidade monástica, alimentada nas nascentes da tradição beneditina. Para ele o ideal do monge consiste em "aderir tenazmente a Cristo" (Ep. 53, l.c., p. 161), numa vida claustral que si distinguiu pela "humildade monástica" (ibid.) e pela laboriosidade (Ep. 77, l.c., p. 211), assim como por um clima de silenciosa contemplação e de constante louvor a Deus. A primeira e mais importante ocupação do monge, segundo Pedro de Cluny, é a celebração solene do ofício divino "obra celeste e a mais útil de todas" (Statuta, I, 1026) que deve ser acompanhada com a leitura, a meditação, a oração pessoal e a penitência observada com discrição (cf. Ep. 20, l.c., p. 40). Deste modo toda a vida está imbuída de amor profundo a Deus e de amor ao próximo, um amor que se expressa na abertura sincera aos outros, no perdão e na busca da paz. Poderíamos dizer, para concluir, que se este estilo de vida unido ao trabalho quotidiano, constitui, para São Bento, o ideal do monge, ele diz respeito também a todos nós, pode ser, em grande medida, o estilo de vida do cristão que deseja tornar-se autêntico discípulo de Cristo, caraterizado precisamente pela adesão tenaz a Ele, pela humildade, pela laboriosidade e pela capacidade de perdão e de paz.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 21 de Outubro de 2009

São Bernardo de Claraval

Queridos irmãos e irmãs!

Hoje gostaria de falar de São Bernardo de Claraval, chamado "o último dos Padres" da Igreja, porque no século XII, mais uma vez, renovou e tornou presente a grande teologia dos Padres. Não conhecemos os pormenores dos anos da sua infância; sabemos contudo que ele nasceu em 1090 em Fontaines na França, numa família numerosa e discretamente abastada. Ainda jovem, prodigalizou-se no estudo das chamadas artes liberais – especialmente da gramática, da retórica e da dialética – na escola dos Cônegos da igreja de Saint-Vorles, em Châtillon-sur-Seine e amadureceu lentamente a decisão de entrar na vida religiosa. Por volta dos vinte anos entrou em Cîteaux, uma fundação monástica nova, mais ativa em relação aos antigos e veneráveis mosteiros de então e, ao mesmo tempo, mais rigorosa na prática dos conselhos evangélicos. Alguns anos mais tarde, em 1115, Bernardo foi enviado por Santo Estêvão Harding, terceiro Abade de Cîteaux, para fundar o mosteiro de Claraval (Clairvaux). Aqui o jovem Abade, tinha apenas vinte e cinco anos, pôde apurar a própria concepção da vida monástica, e empenhar-se em pô-la em prática. Olhando para a disciplina de outros mosteiros, Bernardo recordou com decisão a necessidade de uma vida sóbria e comedida, tanto à mesa como no vestuário e nos edifícios monásticos, recomendando o sustento e a atenção aos pobres. Entretanto a comunidade de Claraval tornava-se cada vez mais numerosa, e multiplicava as suas fundações.

Nestes mesmos anos, antes de 1130, Bernardo iniciou uma ampla correspondência com muitas pessoas, quer importantes quer de modestas condições sociais. Às muitas Cartas deste período é preciso acrescentar numerosos Sermões, assim como Sentenças e Tratados. Remonta sempre a este tempo a grande amizade de Bernardo com Guilherme, Abade de Saint-Thierry, e com Guilherme de Champeaux, figuras entre as mais importantes do século XII. A partir de 1130, começou a ocupar-se de muitas e graves questões da Santa Sé e da Igreja. Por este motivo teve que sair cada vez mais do seu mosteiro, e por vezes da França. Fundou também alguns mosteiros femininos, e foi protagonista de um vivaz epistolário com Pedro o Venerável, Abade de Cluny, sobre o qual falei na quarta-feira passada. Dirigiu sobretudo os seus escritos polêmicos contra Abelardo, um grande pensador que iniciou um novo modo de fazer teologia, introduzindo sobretudo o método dialético-filosófico na construção do pensamento teológico. Outra frente contra a qual Bernardo lutou foi a heresia dos Cátaros, que menosprezavam a

matéria e o corpo humano, desprezando, por conseguinte, o Criador. Ele, ao contrário, sentiu-se no dever de assumir a defesa dos judeus, condenando as manifestações de anti-semitismo cada vez mais difundidas. Devido a este aspecto da sua ação apostólica, algumas dezenas de anos mais tarde, Ephraim, rabino de Bonn, dirigiu a Bernardo uma vivaz homenagem. Naquele mesmo período o santo Abade escreveu as suas obras mais famosas, como os celebérrimos Sermões sobre o Cântico dos Cânticos. Nos últimos anos da sua vida – a sua morte verificou-se em 1153 – Bernardo teve que limitar as viagens, sem contudo as interromper totalmente. Aproveitou para rever definitivamente o conjunto das Cartas, dos Sermões e dos Tratados. Merece ser mencionado um livro bastante particular, que ele terminou precisamente neste período, em 1145, quando um seu aluno, Bernardo Pignatelli, foi eleito Papa com o nome de Eugênio III. Nesta circunstância, Bernardo, como Padre espiritual, escreveu a este seu filho espiritual o texto *De Consideratione*, que contém ensinamentos para poder ser um bom Papa. Neste livro, que permanece uma leitura conveniente para os Papas de todos os tempos, Bernardo não indica apenas como desempenhar bem o papel de Papa, mas expressa também uma visão profunda do mistério da Igreja e do mistério de Cristo, que no final se resolve na contemplação do mistério de Deus trino e uno: "Deveria ainda prosseguir a busca deste Deus, que ainda não é bastante procurado", escreve o santo Abade, "mas talvez se possa procurar melhor e encontrar mais facilmente com a oração do que com o debate. Ponhamos então aqui um ponto final no livro, mas não na pesquisa" (XIV, 32: PL 182, 808), no estar a caminho rumo a Deus.

Gostaria de me deter agora só sobre dois aspectos centrais da rica doutrina de Bernardo: eles referem-se a Jesus Cristo e a Maria santíssima, sua Mãe. A sua solicitude pela participação íntima e vital do cristão no amor de Deus em Jesus Cristo não contribui com novas orientações para o estatuto científico da teologia. Mas, de modo mais do que decidido, o Abade de Clairvaux configura o teólogo com o contemplativo e com o místico. Só Jesus – insiste Bernardo diante dos complexos raciocínios dialéticos do seu tempo – só Jesus é "mel para os lábios, cântico para os ouvidos, júbilo para o coração" (*mel in ore, in aure melos, in corde iubilum*)". Vem precisamente daqui o título, a ele atribuído pela tradição, de *Doctor mellifluus*: de fato, o seu louvor de Jesus Cristo "escorre como o mel". Nas extenuantes batalhas entre nominalistas e realistas – duas correntes filosóficas da época – o Abade de Claraval não se cansa de repetir que um só nome conta, o de Jesus de Nazaré. "Todo o alimento da alma é árido", confessa, "se não for aspergido com este óleo; insípido, se não for temperado com este sal. Aquilo que escreves para mim não tem sabor, se nisso eu não ler Jesus". E conclui: "Quando discutes ou falas, para mim nada tem sabor, se eu não ouvir ressoar nisso o nome de Jesus" (Ser-

mones in Cantica Canticorum XV, 6: PL 183, 847). De fato, para Bernardo o verdadeiro conhecimento de Deus consiste na experiência pessoal, profunda de Jesus Cristo e do seu amor. E isto, queridos irmãos e irmãs, é válido para cada cristão: a fé é antes de tudo encontro pessoal, íntimo com Jesus, é fazer a experiência da sua proximidade, da sua amizade, do seu amor, e só assim se aprende a conhecê-lo cada vez mais, a amá-lo e a segui-lo sempre mais. Que isto se verifique com cada um de nós!

Noutro célebre Sermão no *domingo entre a oitava da Assunção*, o santo Abade descreve em termos apaixonados a íntima participação de Maria no sacrifício redentor do Filho. "Ó santa Mãe – exclama ele – deveras uma espada trespassou a tua alma!... A violência da dor trespassou de tal modo a tua alma, que justamente podemos chamar-te mais do que mártir, porque em ti a participação na paixão do Filho superou muito em intensidade os sofrimentos físicos do martírio" (14: PL 183, 437-438). Bernardo não tem dúvidas: "*per Mariam ad Iesum*", através de Maria somos conduzidos até Jesus. Ele testemunha com clareza a subordinação de Maria a Jesus, segundo os fundamentos da mariologia tradicional. Mas o corpo do *Sermone* documenta também o lugar privilegiado da Virgem na economia da salvação, após a particularíssima participação da Mãe (*compassio*) no sacrifício do Filho. Não por acaso, um século e meio depois da morte de Bernardo, Dante Alighieri, no último canto da Divina Comédia, colocará nos lábios do "Doutor melífluo" a sublime oração a Maria: "Virgem Mãe, filha do teu Filho, / humilde e nobre mais do que qualquer criatura, / termo fixo do eterno conselho,..." (Paraíso 33, vv. 1 ss.).

Estas reflexões, caraterísticas de um apaixonado por Jesus e Maria como São Bernardo, provocam ainda hoje de modo saudável não só os teólogos, mas todos os crentes. Por vezes pretende-se resolver as questões fundamentais sobre Deus, sobre o homem e sobre o mundo unicamente com as forças da razão. São Bernardo, ao contrário, solidamente fundado na Bíblia e nos Padres da Igreja, recorda-nos que sem uma fé profunda em Deus, alimentada pela oração e pela contemplação, por uma relação íntima com o Senhor, as nossas reflexões sobre os mistérios divinos correm o risco de se tornarem uma vã prática intelectual, e perdem a sua credibilidade. A teologia remete para a "ciência dos santos", para a sua intuição dos mistérios do Deus vivo, para a sua sabedoria, dom do Espírito Santo, que se tornam ponto de referência do pensamento teológico. Juntamente com Bernardo de Claraval, também nós devemos reconhecer que o homem procura melhor e encontra mais facilmente Deus "com a oração do que com o debate". No final, a figura mais verdadeira do teólogo e de cada evangelizador permanece a do Apóstolo João, que apoiou a sua cabeça no coração do Mestre.

Gostaria de concluir estas reflexões sobre São Bernardo com as invocações a Maria, que lemos numa sua bonita homilia. "Nos perigos, nas angústias, nas incertezas – diz ele – pensa em Maria, invoca Maria. Que ela nunca abandone os teus lábios, nem o teu coração; e para obteres a ajuda da sua oração, nunca esqueças o exemplo da sua vida. Se a segues, não te podes desviar; se lhe rezas, não te podes desesperar; se pensas nela, não podes errar. Se ela te ampara, não cais; se ela te protege, nada temes; se ela te guia, não te cansas; se ela te é propícia, alcançarás a meta..." (Hom. II super "Missus est", 17: PL 183, 70-71).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 28 de Outubro de 2009

Teologia monástica e teologia escolástica

Queridos irmãos e irmãs!

Detenho-me hoje a falar sobre uma interessante página de história, relativa ao florescimento da teologia latina no século XII, que se verificou devido a uma série providencial de coincidências. Nos países da Europa ocidental reinava então uma paz relativa, que garantia à sociedade desenvolvimento econômico e consolidação das estruturas políticas, e favorecia uma vivaz atividade cultural graças também aos contatos com o Oriente. No interior da Igreja sentiam-se os benefícios da vasta ação conhecida como "reforma gregoriana", a qual, promovida vigorosamente no século precedente, tinha contribuído com uma maior pureza evangélica para a vida da comunidade eclesial, sobretudo no clero, e tinha restituído à Igreja e ao Papado uma autêntica liberdade de ação. Além disso ia-se difundindo uma vasta renovação espiritual, apoiada pelo vigoroso desenvolvimento da vida consagrada: nasciam e expandiam-se novas Ordens religiosas, enquanto que as que já existiam conheciam uma retomada prometedora.

Refloresceu também a teologia adquirindo maior consciência da própria natureza: apurou o método, enfrentou problemas novos, progrediu na contemplação dos Mistérios de Deus, produziu obras fundamentais, inspirou iniciativas importantes da cultura, da arte e da literatura, e preparou as obras-primas do século seguinte, o século de Tomás de Aquino e de Boaventura de Bagnoregio. Foram dois os ambientes nos quais se desenvolveram esta fervorosa atividade teológica: os mosteiros e as escolas das cidades, as *scholae*, algumas das quais deram depressa vida às Universidades, que constituem uma das "invenções" típicas da Idade Média cristã. Precisamente a partir destes dois ambientes, os mosteiros e as *scholae*, pode-se falar de dois modelos diferentes de teologia: a "teologia monástica" e a "teologia escolástica". Os representantes da teologia monástica eram monges, em geral Abades, dotados de sabedoria e de fervor evangélico, dedicados essencialmente a suscitar e a alimentar o desejo amoroso de Deus. Os representantes da teologia escolástica eram homens cultos, apaixonados pela pesquisa; *magistri* desejosos de mostrar a racionalidade e o fundamento dos Mistérios de Deus e do homem, acreditados com a fé, sem dúvida, mas compreendidos também pela razão. A finalidade diversa explica a diferença do seu método e do seu modo de fazer teologia.

Nos mosteiros do século XII o método teológico estava ligado principalmente à explicação da Sagrada Escritura, da sacra pagina para nos expressar como os autores daquele período; praticava-se especialmente a teologia bíblica. Isto é, os monges eram todos devotos ouvintes e

leitores das Sagradas Escrituras, e uma das suas principais ocupações consistia na *lectio divina*, ou seja, na leitura pregada da Bíblia. Para eles a simples leitura do Texto sagrado não era suficiente para compreender o seu sentido profundo, a sua unidade interior e a sua mensagem transcendente. Portanto, era preciso praticar uma "leitura espiritual", guiada com docilidade ao Espírito Santo. Na escola dos Padres, a Bíblia era assim interpretada alegoricamente, para descobrir em cada página, quer do Antigo quer do Novo Testamento, o que diz de Cristo e da sua obra de salvação.

O Sínodo dos Bispos do ano passado sobre a "Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja" recordou a importância da abordagem espiritual das Sagradas Escrituras. Com esta finalidade, é útil valorizar a teologia monástica, uma ininterrupta exegese bíblica, assim como as obras compostas pelos seus representantes, preciosos comentários ascéticos aos livros da Bíblia. Portanto, a teologia monástica unia a preparação literária à espiritual. Estava portanto consciente de que uma leitura meramente teórica e profana não era suficiente: para entrar no coração da Sagrada Escritura, ela deve ser lida no espírito com o qual foi escrita e criada. A preparação literária era necessária para conhecer o significado exato das palavras e facilitar a compreensão do texto, afinando a sensibilidade gramatical e filológica. O estudioso beneditino do século passado Jean Leclercq intitulou do seguinte modo o ensaio com o qual apresenta as caraterísticas da teologia monástica: *Lamour des lettres et le désir de Dieu* (O amor às letras e o desejo de Deus). De fato, o desejo de conhecer e de amar a Deus, que vem ao nosso encontro através da sua Palavra que deve ser acolhida, meditada e praticada, leva a procurar aprofundar os textos bíblicos em todas as suas dimensões. Há depois outra aptidão sobre a qual insistem quantos praticam a teologia monástica, isto é, uma profunda atitude orante, que deve preceder, acompanhar e completar o estudo da Sagrada Escritura. Dado que, em última análise, a teologia monástica é escuta da Palavra de Deus, não se pode deixar de purificar o coração para a acolher e, sobretudo, não se pode deixar de estimular nele o fervor para encontrar o Senhor. A teologia torna-se portanto meditação, oração, canto de louvor e chama a uma conversão sincera. Não poucos representantes da teologia monástica chegaram, por este caminho, às metas mais altas da experiência mística, e constituem um convite também para nós a alimentar a nossa existência com a Palavra de Deus, por exemplo, mediante a escuta mais atenta das leituras e do Evangelho, sobretudo na Missa dominical. É importante, além disso, dedicar todos os dias um certo tempo à meditação da Bíblia, para que a Palavra de Deus seja lâmpada que ilumina o nosso caminho quotidiano sobre a terra.

Pelo contrário, a teologia escolástica como disse era praticada nas *scholae*, que surgiram ao lado das grandes catedrais da época, para a preparação do clero, ou em volta de um mestre de

teologia e dos seus discípulos, para formar profissionais da cultura, numa época na qual o saber era cada vez mais apreciado. No método dos escolásticos era central a quaestio, ou seja, o problema que se apresenta ao leitor ao enfrentar as palavras da Escritura e da Tradição. Face ao problema que estes textos influentes apresentam, levantam-se questões e nasce o debate entre o mestre e os estudantes. Neste debate surgem por um lado os argumentos da autoridade, por outro os da razão e o debate desenvolve-se no sentido de encontrar, no final, uma síntese mais profunda da palavra de Deus. A este propósito, São Boaventura diz que a teologia é "*per additionem*" (cf. Commentaria in quatuor libros sententiarum, I, proem., q. 1, concl.), ou seja, a teologia acrescenta a dimensão da razão à palavra de Deus e assim cria uma fé mais profunda, mais pessoal e, por conseguinte, também mais concreta na vida do homem. Neste sentido, encontravam-se diversas soluções e formavam-se conclusões que começavam a construir um sistema de teologia. A organização das *quaestiones* levava à compilação de sínteses cada vez mais extensas, ou seja, compunham-se as diversas *quaestiones* com as respostas que surgiam, criando assim uma síntese, as chamadas *summae*, que eram, na realidade, amplos tratados teológico-dogmáticos nascidos do confronto da razão humana com a palavra de Deus. A teologia escolástica tinha como objetivo apresentar a unidade e a harmonia da Revelação cristã com um método, chamado precisamente "escolástico", da escola, que concede confiança à razão humana: a gramática e a filologia estão ao serviço do saber teológico, mas ainda mais está a lógica, que é a disciplina que estuda o "funcionamento" do raciocínio humano, de modo que sobressaia a verdade de uma proposição. Ainda hoje, lendo as *summae* escolásticas permanecemos admirados com a ordem, a clareza, o nexo lógico dos argumentos e a profundidade de algumas intuições. Com linguagem técnica é atribuído a cada palavra um significado claro e, entre o crer e o compreender, estabelece-se um recíproco movimento de esclarecimento.

Queridos irmãos e irmãs, fazendo eco ao convite da Primeira Carta de Pedro, a teologia escolástica estimula-nos a estar sempre prontos a responder a quem quer que nos pergunte a razão da nossa esperança (cf. 3, 15). Ao ouvir as perguntas como se fossem nossas e assim ser capazes também de dar uma resposta. Recorda-nos que entre fé e razão existe uma amizade natural, fundada na própria ordem da criação. O Servo de Deus João Paulo II, no *incipit* da Encíclica *Fides et ratio* escreve: "A fé e a razão são como duas asas, com as quais o espírito humano se eleva rumo à contemplação da verdade". A fé está aberta ao esforço de compreensão da parte da razão; a razão, por sua vez, reconhece que a fé não a mortifica, aliás, estimula-a para horizontes mais amplos e elevados. Insere-se aqui a perene lição da teologia monástica. Fé e razão, em recíproco diálogo, vibram de alegria quando ambas estão animadas pela busca

da união íntima com Deus. Quando o amor vivifica a dimensão orante da teologia, o conhecimento, adquirido pela razão, alarga-se. A verdade é procurada com humildade, acolhida com estupefação e gratidão: numa palavra, o conhecimento cresce unicamente se ama a verdade. O amor torna-se inteligência e a teologia, autêntica sabedoria do coração, que orienta e ampara a fé e a vida dos crentes. Rezemos portanto para que o caminho do conhecimento e do aprofundamento dos Mistérios de Deus seja sempre iluminado pelo amor divino.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 4 de Novembro de 2009

A controvérsia entre dois modelos teológicos: Bernardo de Claraval e Abelardo

Queridos irmãos e irmãs!

Na última catequese apresentei as caraterísticas principais da teologia monástica e da teologia escolástica do século XII, que poderíamos chamar, num certo sentido, respectivamente "teologia do coração" e "teologia da razão". Desenvolveu-se entre os representantes de uma e de outra corrente um debate amplo e por vezes animado, simbolicamente representado pela controvérsia entre São Bernardo de Claraval e Abelardo.

Para compreender este confronto entre os dois grandes mestres, convém recordar que a teologia é a busca de uma compreensão racional, na medida do possível, dos mistérios da Revelação cristã, acreditados por fé: *fides quaerens intellectum* - a fé procura a inteligibilidade usando uma definição tradicional, concisa e eficaz. Mas enquanto Bernardo, típico representante da teologia monástica, realça a primeira parte da definição, ou seja, a fides a fé, Abelardo, que é um escolástico, insiste sobre a segunda parte, isto é, sobre o *intellectus*, acerca da compreensão através da razão. Para Bernardo a própria fé é dotada de uma certeza profunda, fundada no testemunho da Escritura e no ensinamento dos Padres da Igreja. Além disso, a fé é fortalecida pelo testemunho dos santos e pela inspiração do Espírito Santo na alma de cada um dos crentes. Nos casos de dúvida e ambiguidade, a fé é protegida e iluminada pela prática do Magistério eclesial. Assim, Bernardo tem dificuldade em concordar com Abelardo, e mais em geral com quantos submetiam a verdade da fé ao exame crítico da razão; um exame que comportava, na sua opinião, um grave perigo, isto é, o intelectualismo, a relativização da verdade, o questionar as próprias verdades da fé. Neste modo de proceder Bernardo via uma audácia levada até à falta de escrúpulos, fruto do orgulho da inteligência humana, que pretende "capturar" o mistério de Deus. Numa sua carta, entristecido, assim escreve: "O engenho humano apodera-se de tudo, nada deixando à fé. Enfrenta o que está acima de si, perscruta o que lhe é superior, irrompe no mundo de Deus, altera os mistérios da fé, em vez de os iluminar; não abre o que está fechado e selado, mas desenraiza-o, e considera nada o que não considera percorrível para si, e rejeita acreditar nisso" (Epistola CLXXXVIII, 1: PL 182, 1, 353).

Para Bernardo a teologia tem uma única finalidade: a de promover a experiência viva e íntima de Deus. A teologia é então uma ajuda para amar cada vez mais e melhor o Senhor, como recita o título do tratado sobre o Dever de amar a Deus (*De diligendo Deo*). Neste caminho,

há diversos graus, que Bernardo descreve aprofundadamente, até ao ápice quando a alma do crente se inebria nos vértices do amor. A alma humana pode alcançar já na terra esta união mística com o Verbo divino, união que o *Doctor Mellifluus* descreve como "núpcias espirituais". O Verbo divino visita-a, elimina as últimas resistências, ilumina-a, inflama-a e transforma-a. Nesta união mística, ela goza de grande serenidade e doçura, e canta ao seu Esposo um hino de júbilo. Como recordei na catequese dedicada à vida e à doutrina de São Bernardo, a teologia para ele só pode alimentar-se da oração contemplativa, noutras palavras, da união afetiva do coração e da mente com Deus.

Abelardo, que entre outras coisas, foi quem introduziu a palavra "teologia" no sentido no qual hoje a compreendemos, coloca-se ao contrário numa perspectiva diversa. Nascido na Bretanha, França, este famoso mestre do século XII era dotado de uma inteligência vivíssima, e a sua vocação era o estudo. Ocupou-se primeiro de filosofia e depois aplicou os resultados alcançados nesta disciplina à teologia, da qual foi mestre na cidade mais culta da época, Paris, e sucessivamente nos mosteiros em que viveu. Era um orador brilhante: as suas lições eram seguidas por verdadeiras multidões de estudantes. Espírito religioso, mas personalidade inquieta, a sua existência foi rica de lances teatrais: contestou os seus mestres, teve um filho de uma mulher culta e inteligente, Heloísa. Polemizou com frequência com os seus colegas teólogos, sofreu também condenações eclesiásticas, embora tenha morrido em plena comunhão com a Igreja, a cuja autoridade se submeteu com espírito de fé. Precisamente São Bernardo contribuiu para a condenação de algumas doutrinas de Abelardo no sínodo provincial de Sens de 110, e solicitou também a intervenção do Papa Inocêncio II. O abade de Claraval contestava, como recordamos, o método demasiado intelectualista de Abelardo que, na sua opinião, reduzia a fé a uma simples opinião separada da verdade revelada. O receio de Bernardo não era infundado e, aliás, era partilhado também por outros grandes pensadores da época. Efetivamente, um uso excessivo da filosofia tornou perigosamente frágil a doutrina trinitária de Abelardo, e deste modo a sua ideia de Deus. No âmbito moral o seu ensinamento não estava privado de ambiguidades: ele insistia em considerar a intenção do sujeito como a única fonte para descrever a bondade ou a malícia dos atos morais, descuidando deste modo o significado objetivo e o valor moral da ações: um subjetivismo perigoso. Este é como sabemos um aspecto muito atual para a nossa época, na qual a cultura está com frequência marcada por uma crescente tendência ao relativismo ético: só o eu decide o que é bom para mim, neste momento. Contudo, não devemos esquecer também os grandes méritos de Abelardo, que teve muitos discípulos e contribuiu decididamente para o desenvolvimento da teologia escolástica, destinada a expressar-se de modo mais maduro e fecundo no século seguinte. Nem devem ser su-

bestimadas algumas das suas intuições, como por exemplo, quando afirma que nas tradições religiosas não cristãs já existe uma preparação para o acolhimento de Cristo, Verbo Divino.

Que podemos nós hoje aprender do confronto, dos tons muitas vezes animados, entre Bernardo e Abelardo e, por fim, entre a teologia monástica e a escolástica? Antes de tudo penso que ele mostre a utilidade e a necessidade de um sadio debate teológico na Igreja, sobretudo quando as questões debatidas não foram definidas pelo Magistério, o qual permanece, contudo, um ponto de referência iniludível. São Bernardo, mas também o próprio Abelardo, reconheceram sempre sem hesitações a sua autoridade. Além disso, as condenações que este último sofreu recordam-nos que no campo teológico deve haver um equilíbrio entre os que podemos chamar os princípios arquitetônicos que nos foram dados pela Revelação e que por isso conservam a importância prioritária, e os interpretativos sugeridos pela filosofia, ou seja, pela razão, e que desempenham uma função importante mas só instrumental. Quando falta este equilíbrio entre a arquitetura e os instrumentos de interpretação, a reflexão teológica corre o risco de ser viciada por erros, e então compete ao Magistério o exercício daquele serviço necessário à verdade que lhe é próprio. Além disso, é preciso ressaltar que, entre as motivações que levaram Bernardo e "declarar-se" contra Abelardo e a solicitar a intervenção do Magistério, estava também a preocupação de salvaguardar os crentes simples e humildes, os quais devem ser defendidos quando correm o risco de serem confundidos ou desviados por opiniões demasiado pessoais e por argumentações teológicas sem escrúpulos, que poderiam pôr em perigo a sua fé.

Por fim, gostaria de recordar que o confronto teológico entre Bernardo e Abelardo se concluiu com uma plena reconciliação entre os dois, graças à mediação de um amigo comum, o abade de Cluny, Pedro o Venerável, sobre o qual já falei numa das catequeses precedentes. Abelardo mostrou humildade em reconhecer os seus erros, Bernardo foi muito benevolente. Em ambos prevaleceu o que deve ser verdadeiramente uma preocupação quando surge uma controvérsia teológica, isto é, salvaguardar a fé da Igreja e fazer triunfar a verdade na caridade. Que esta seja também hoje a atitude com a qual nos confrontamos na Igreja, tendo sempre como meta a busca da verdade.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 11 de Novembro de 2009

A reforma cluniacense

Queridos irmãos e irmãs!

Gostaria de vos falar esta manhã de um movimento monástico que teve grande importância nos séculos da Idade Média, que já mencionei em catequeses precedentes. Trata-se da Ordem de Cluny que, no início do século XII, momento da sua máxima expansão, contava quase 1200 mosteiros: um número deveras impressionante! Em Cluny, há precisamente 1100 anos, foi fundado um mosteiro colocado sob a guia do abade Bernon, em 910, após a doação de Guilherme o Piedoso, Duque de Aquitânia. Naquele momento, o monaquismo ocidental, que tinha florescido alguns séculos antes com São Bento, tinha decaído muito por várias causas: as condições políticas e sociais instáveis devido às contínuas invasões e devastações de povos não integrados no tecido europeu, a pobreza difundida e sobretudo a dependência das abadias dos senhores locais, que controlavam tudo o que pertencia aos territórios de sua competência. Neste contexto, Cluny representou a alma de uma renovação profunda da vida monástica, para a reconduzir à sua inspiração originária.

Em Cluny foi restabelecida a observância da Regra de São Bento com algumas adaptações já introduzidas por outros reformadores. Sobretudo quis-se garantir o papel central que a Liturgia deve ocupar na vida cristã. Os monges cluniacenses dedicavam-se com amor e grande cura à celebração das Horas litúrgicas, ao canto dos Salmos, a procissões tão devotas quão solenes e, sobretudo, à celebração da Santa Missa. Promoveram a música sacra; quiseram que a arquitetura e a arte contribuíssem para a beleza e a solenidade dos ritos; enriqueceram o calendário litúrgico de celebrações especiais como, por exemplo, no início de Novembro, a Comemoração dos fiéis defuntos, que também nós celebrámos há pouco; incrementaram o culto da Virgem Maria. Foi reservada muita importância à liturgia, porque os monges de Cluny estavam convictos de que ela fosse participação na liturgia do Céu. E os monges sentiam-se responsáveis por interceder junto do altar de Deus pelos vivos e pelos mortos, dado que muitíssimos fiéis lhes pediam com insistência para serem recordados na oração. De resto, precisamente com esta finalidade Guilherme o Piedoso quisera o nascimento da Abadia de Cluny. No antigo documento, que confirma a sua fundação, lemos: "Estabeleço com este dom que em Cluny seja construído um mosteiro de regulares em honra dos santos apóstolos Pedro e Paulo, e que aí se recolham monges que vivam segundo a Regra de São Bento (...) que ali um venerável refúgio de oração com votos e súplicas seja frequentado, e se procure e se bra-

me com todos os desejos e ardor íntimo pela vida celeste, e assiduamente orações, invocações e súplicas sejam dirigidas ao Senhor". Para conservar e alimentar este clima de oração, a regra cluniacense acentuou a importância do silêncio, a cuja disciplina os monges se submetiam espontaneamente, convictos de que a pureza das virtudes, pela qual aspiravam, exigia um recolhimento íntimo e constante. Não admira que muito depressa o mosteiro de Cluny ganhasse fama de santidade, e que muitas outras comunidades monásticas decidissem seguir os seus costumes. Muitos príncipes e Papas pediram aos abades de Cluny para difundir a sua reforma, de modo que em pouco tempo se propagou uma densa rede de mosteiros ligados a Cluny ou com verdadeiros vínculos jurídicos ou com uma espécie de afiliação carismática. Ia-se assim delineando uma Europa do espírito nas várias regiões da França, em Itália, na Espanha, na Alemanha, na Hungria.

O sucesso de Cluny foi garantido antes de tudo pela espiritualidade elevada que lá se cultivava, mas também por algumas outras condições que favoreciam o seu desenvolvimento. Ao contrário de quanto tinha acontecido até então, o mosteiro de Cluny e as comunidades dele dependentes foram dispensadas da jurisdição dos Bispos locais e submetidos diretamente à do Romano Pontífice. Isto levava a um vínculo especial com a Sé de Pedro e, graças precisamente à proteção e ao encorajamento dos Pontífices, os ideais de pureza e de fidelidade, que a reforma cluniacense pretendia perseguir, puderam difundir-se rapidamente. Além disso, os abades eram eleitos sem qualquer ingerência da parte das autoridades civis, diversamente do que acontecia noutros lugares. Pessoas deveras dignas se sucederam na guia de Cluny e das numerosas comunidades monásticas dependentes: o abade Odon de Cluny, do qual falei numa Catequese de há dois meses, e outras grandes personalidades, como Emardo, Májolo, Odilão e sobretudo Hugo o Grande, os quais desempenharam o seu serviço por longos períodos, garantindo estabilidade à reforma empreendida e à sua difusão. Além de Odon, são venerados como Santos Májolo, Odilão e Hugo.

A reforma cluniacense teve efeitos positivos não só na purificação e no despertar da vida monástica, mas também na vida da Igreja universal. Com efeito, a aspiração à perfeição evangélica representou um estímulo para combater dois graves males que afligiam a Igreja daquele período: a simonia, isto é, a aquisição de cargos pastorais com gratificações, e a imoralidade do clero secular. Os abades de Cluny com a sua respeitabilidade espiritual, os monges cluniacenses que se tornaram Bispos, alguns deles até Papas, foram protagonistas desta imponente ação de renovação espiritual. E os frutos não faltaram: o celibato dos sacerdotes voltou a ser estimado e vivido, e na posse dos cargos eclesiásticos foram introduzidos procedimentos mais transparentes.

Significativos foram também os benefícios dados à sociedade pelos mosteiros inspirados na reforma cluniacense. Numa época na qual só as instituições eclesiásticas se ocupavam dos indigentes foi praticada com empenho a caridade. Em todas as casas, o esmoler tinha o dever de hospedar os viandantes e os peregrinos necessitados, os sacerdotes e os religiosos em viagem, e sobretudo os pobres que pediam alimento e hospedagem por alguns dias. Não menos importantes foram outras duas instituições, típicas da civilização medieval, promovidas por Cluny: as chamadas "tréguas de Deus" e a "paz de Deus". Numa época muita marcada pela violência e pelo espírito de vingança, com as "tréguas de Deus" eram garantidas longas temporadas de não beligerância, por ocasião de determinadas festas religiosas e de alguns dias da semana. Com a "paz de Deus" pedia-se, sob a pena de uma censura canônica, para respeitar as pessoas inermes e os lugares sagrados.

Era incrementada assim na consciência dos povos da Europa aquele processo de longa gestação, que levou a reconhecer, de modo cada vez mais claro, dois elementos fundamentais para a construção da sociedade, isto é, o valor da pessoa humana e o bem primário da paz. Além disso, como acontecia para as outras fundações monásticas, os mosteiros cluniacenses dispunham de amplas propriedades que, postas diligentemente a frutificar, contribuíram para o desenvolvimento da economia. Paralelamente ao trabalho manual, não faltaram também típicas atividades culturais do monaquismo medieval como as escolas para as crianças, a preparação de bibliotecas, os *scriptoria* para a transcrição dos livros.

Desta forma, há mil anos, quando estava em pleno desenvolvimento o processo de formação da identidade europeia, a experiência cluniacense, difundida em vastas regiões do continente europeu, deu a sua importante e preciosa contribuição. Ressaltou a primazia dos bens do espírito; manteve desperta a propensão para as coisas de Deus; inspirou e favoreceu iniciativas e instituições para a promoção dos valores humanos; educou para um espírito de paz. Queridos irmãos e irmãs, rezemos para que todos os que se preocupam por um humanismo autêntico e pelo futuro da Europa saibam redescobrir, apreciar e defender o rico patrimônio cultural e religioso destes séculos.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 18 de Novembro de 2009

As catedrais, da arquitetura românica à gótica, o "background" teológico

Queridos irmãos e irmãs

Nas catequeses das semanas passadas apresentei alguns aspectos da teologia medieval. Mas a fé cristã, profundamente arraigada nos homens e nas mulheres destes séculos, não deu origem somente a obras-primas da literatura teológica, do pensamento e da fé. Ela inspirou também uma das criações artísticas mais elevadas da civilização universal: as catedrais, verdadeira glória da Idade Média cristã. Com efeito, durante cerca de três séculos, a partir do início do século XI, assistiu-se na Europa a um ardor artístico extraordinário. Um antigo cronista descreve assim o entusiasmo e a laboriosidade daquela época: "Verificou-se que no mundo inteiro, mas especialmente na Itália e nas Gálias, se começou a reconstruir as igrejas, embora muitas, por estar ainda em boas condições, não tivessem necessidade de tal restauro. Era como uma competição entre um povo e outro; acreditava-se que o mundo, libertando-se dos velhos trapos, queria revestir-se em toda a parte com a veste branca de novas igrejas. Em síntese, quase todas as igrejas catedrais, um grande número de igrejas monásticas e até oratórios de aldeia, foram então restauradas pelos fiéis" (Rodolfo o Glabro, Historiarum 3, 4).

Vários fatores contribuíram para este renascimento da arquitetura religiosa. Em primeiro lugar, condições históricas mais favoráveis, como uma maior segurança política, acompanhada por um aumento constante da população e pelo progressivo desenvolvimento das cidades, dos intercâmbios e da riqueza. Além disso, os arquitetos encontravam soluções técnicas cada vez mais elaboradas para aumentar as dimensões dos edifícios, garantindo ao mesmo tempo a sua solidez e majestosidade. Porém, foi principalmente graças ao ardor e ao zelo espiritual do monaquismo em plena expansão que foram construídas igrejas abaciais, onde a liturgia podia ser celebrada com dignidade e solenidade, e os fiéis podiam deter-se em oração, atraídos pela veneração das relíquias dos santos, meta de peregrinações incessantes. Nasceram assim as igrejas e as catedrais românicas, caraterizadas pelo desenvolvimento longitudinal, em comprimento, das naves para acolher numerosos fiéis; igrejas muito sólidas, com muros espessos, abóbadas em pedra e linhas simples e essenciais. Uma novidade é representada pela introdução das esculturas. Dado que as igrejas românicas eram lugar de oração monástica e de culto dos fiéis, os escultores, mais do que preocupar-se com a perfeição técnica, prestaram atenção sobretudo à finalidade educativa. Uma vez que era necessário suscitar nas almas impressões

fortes, sentimentos que pudessem impelir a evitar o vício, o mal, e a praticar as virtudes, o bem, o tema recorrente era a representação de Cristo como Juiz universal, circundado pelas personagens do Apocalipse. Em geral, são os pórticos das igrejas românicas que oferecem esta representação, para sublinhar que Cristo é a Porta que conduz ao Céu. Os fiéis, cruzando o limiar do edifício sagrado, entram num tempo e num espaço diferentes dos da vida comum. Para além do pórtico da igreja, os crentes em Cristo, soberano, justo e misericordioso, na intenção dos artistas, podiam saborear uma antecipação da bem-aventurança eterna na celebração da liturgia e nos gestos de piedade no interior do edifício sagrado.

Nos séculos XII e XIII, a partir do norte da França, difundiu-se outro tipo de arquitetura na construção dos edifícios sagrados, a gótica, com duas caraterísticas novas em relação ao românico, ou seja, o impulso vertical e a luminosidade. As catedrais góticas mostravam uma síntese de fé e de arte harmoniosamente expressa através da linguagem universal e fascinante da beleza, que ainda hoje suscita admiração. Graças à introdução das abóbadas em ogiva, que se apoiavam sobre pilares robustos, foi possível elevar notavelmente a sua altura. O impulso rumo ao alto queria convidar à oração e ele mesmo era uma prece. A catedral gótica tencionava traduzir assim, nas suas linhas arquitetônicas, a aspiração das almas por Deus. Além disso, com as novas soluções técnicas adoptadas, os muros perimetrais podiam ser perfurados e adornados com vitrais policromáticos. Em síntese, as janelas tornavam-se grandes imagens luminosas, muito aptas para instruir o povo na fé. Nelas cena por cena eram narrados a vida de um santo, uma parábola ou outros acontecimentos bíblicos. Dos vitrais pintados, uma cascata de luz derramava-se sobre os fiéis para lhes narrar a história da salvação e para os envolver nesta história.

Outra qualidade das catedrais góticas é constituída pelo fato de que na sua construção e decoração, de modo diferente mas coral, participava toda a comunidade cristã e civil; participavam os humildes e os poderosos, os analfabetas e os doutos, porque nesta casa comum todos os crentes eram instruídos na fé. A escultura gótica fez das catedrais uma "Bíblia de pedra", representando os episódios do Evangelho e explicando os conteúdos do ano litúrgico, da Natividade à Glorificação do Senhor. Além disso, nesses séculos difundia-se cada vez mais a percepção da humanidade do Senhor, e os padecimentos da sua Paixão eram representados de modo realista: Cristo sofredor (*Christus patiens*) tornou-se uma imagem amada por todos, e apta para inspirar piedade e arrependimento pelos pecados. Também não faltavam as personagens do Antigo Testamento, cuja história se tornou assim familiar para os fiéis que frequentavam as catedrais, como parte da única, comum história de salvação. Com os seus rostos cheios de beleza, de docilidade e de inteligência, a escultura gótica do século XIII revela uma pie-

dade ditosa e tranquila, que se alegra por efundir uma devoção sentida e filial pela Mãe de Deus, vista às vezes como uma jovem mulher, risonha e materna, e principalmente representada como a soberana do céu e da terra, poderosa e misericordiosa. Os fiéis que apinhavam as catedrais góticas gostavam de encontrar aí também expressões artísticas que recordassem os santos, modelos de vida cristã e intercessores junto de Deus. E não faltavam manifestações "laicas" da existência; eis então que aparecem, aqui e ali, representações do trabalho dos campos, das ciências e das artes. Tudo era orientado e oferecido a Deus, no lugar onde se celebrava a liturgia. Podemos compreender melhor o sentido que era atribuído a uma catedral gótica, considerando o texto da inscrição gravada no pórtico central de Saint-Denis, em Paris: "Viandante, que queres louvar a beleza destes pórticos, não te deixes ofuscar pelo ouro, nem pela magnificência, mas sobretudo pelo trabalho cansativo. Aqui brilha uma obra famosa, mas queira o céu que esta obra famosa que brilha faça resplandecer os espíritos, a fim de que com as verdades luminosas se encaminhem para a verdadeira luz, onde Cristo é a verdadeira porta".

Caros irmãos e irmãs, apraz-me frisar agora dois elementos da arte românica e gótica, úteis também para nós. O primeiro: as obras-primas artísticas surgidas na Europa nos séculos passados são incompreensíveis, se não se tem em consideração a alma religiosa que as inspirou. Um artista que sempre deu testemunho do encontro entre estética e fé, Marc Chagall, escreveu que "os pintores durante séculos banharam o seu pincel naquele alfabeto colorido que era a Bíblia". Quando a fé, particularmente celebrada na liturgia, encontra a arte, cria-se uma profunda sintonia, porque ambas podem e querem falar de Deus, tornando visível o Invisível. Gostaria de compartilhar isto no encontro com os artistas, de 21 de Novembro, renovando-lhes aquela proposta de amizade entre a espiritualidade cristã e a arte, desejada pelos meus venerados Predecessores, em particular pelos Servos de Deus Paulo VI e João Paulo II. O segundo elemento: a força do estilo românico e o esplendor das catedrais góticas recordam-nos que a *via pulchritudinis*, o caminho da beleza, é um percurso privilegiado e fascinante para se aproximar do Mistério de Deus. O que é a beleza que escritores, poetas, músicos e artistas contemplam e traduzem na sua linguagem, a não ser o reflexo do esplendor do Verbo eterno que se fez carne Santo Agostinho afirma: "Interroga a beleza da terra, interroga a beleza do mar, interroga a beleza do ar difundida e diluída. Interroga a beleza do céu, interroga a ordem das estrelas, interroga o sol, que com o seu esplendor ilumina o dia; interroga a lua, que com o seu clarão modera as trevas da noite. Interroga os animais que se movem na água, que caminham na terra, que voam pelos ares: almas que se escondem, corpos que se mostram; visível que se faz guiar, invisível que guia. Interroga-os! Todos te responderão: Olha-nos,

somos belos! A sua beleza fá-los conhecer. Quem foi que criou esta beleza mutável, a não ser a Beleza Imutável" (Sermo CCXLI, 2: pl 38, 1134).

Estimados irmãos e irmãs, que o Senhor nos ajude a redescobrir o caminho da beleza como um dos itinerários, talvez o mais atraente e fascinante, para conseguir encontrar e amar a Deus.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 25 de Novembro de 2009

Hugo e Ricardo de São Vítor

Queridos irmãos e irmãs!

Nestas Audiências de quarta-feira estou a apresentar algumas figuras exemplares de crentes, que se comprometeram a mostrar a concórdia entre a razão e a fé e a testemunhar com a sua vida o anúncio do Evangelho. Hoje, pretendo falar-vos de Hugo e Ricardo de São Vítor. Ambos se situam entre aqueles filósofos e teólogos conhecidos com o nome de Vitorianos, porque viveram e ensinaram na abadia de São Vítor, em Paris, fundada no início do século XII por Guilherme de Chapeaux. O próprio Guilherme foi mestre renomado, que conseguiu dar à sua abadia uma sólida identidade cultural. Em São Vítor, de fato, foi inaugurada uma escola para a formação dos monges, aberta também a estudantes externos, na qual se realizou uma síntese feliz entre os dois modos de fazer teologia, da qual já falei em catequeses precedentes: isto é, a teologia monástica, orientada sobretudo para a contemplação dos mistérios da fé na Escritura, e a teologia escolástica, que utilizava a razão para procurar perscrutar estes mistérios com métodos inovadores, e criar um sistema teológico.

Temos poucas notícias da vida de Hugo de São Vítor. São incertos a data e o lugar do nascimento: talvez na Saxónia ou na Flandres. Sabe-se que, tendo chegado a Paris – a capital europeia da cultura desse tempo – transcorreu o resto dos seus anos na abadia de São Vítor, onde foi primeiro discípulo e depois professor. Já antes da morte, no ano de 1141, alcançou uma grande fama e estima, a ponto de ser chamado um "segundo Santo Agostinho": de fato, como Agostinho ele meditou muito sobre a relação entre fé e razão, entre ciências profanas e teologia.

Segundo Hugo de São Vítor, todas as ciências, além de serem úteis para a compreensão das Escrituras, têm um valor em si mesmas e devem ser cultivadas para ampliar o saber do homem, assim como para corresponder ao seu anseio por conhecer a verdade. Esta sadia curiosidade intelectual levou-o a recomendar aos estudantes que jamais limitassem o desejo de aprender e no seu tratado de metodologia do saber e de pedagogia, intitulado significativamente *Didascalicon* (sobre o ensino), recomendava: "Aprende de bom grado de todos o que não sabes. Será mais sábio do que todos aquele que terá querido aprender algo de todos. Quem recebe algo de todos, acaba por se tornar mais rico do que todos" (Eruditiones Didascalicae, 3, 14: PL 176, 774).

A ciência da qual se ocupam os filósofos e os teólogos chamados Vitorianos é de modo particular a teologia, que exige antes de tudo o estudo amoroso da Sagrada Escritura. Com efeito, para conhecer Deus não se pode deixar de começar a partir do que o próprio Deus quis revelar de si mesmo através das Escrituras. Neste sentido, Hugo de São Vítor é um típico representante da teologia monástica, totalmente fundada na exegese bíblica. Para interpretar a Escritura, ele propõe a tradicional articulação patrístico-medieval, ou seja, em primeiro lugar o sentido histórico literal, depois o alegórico e anagógico, e por fim o moral. Trata-se de quatro dimensões do sentido da Escritura, que também hoje se redescobrem, pelo qual se vê que no texto e na narração oferecida se esconde uma indicação mais profunda: o fio da fé, que nos conduz para o alto e nos guia nesta terra, ensinando-nos a viver. Contudo, mesmo respeitando estas quatro dimensões do sentido da Escritura, de modo original em relação aos seus contemporâneos, ele insiste – e este é um aspecto novo – sobre a importância do sentido histórico-literal. Por outras palavras, antes de descobrir o valor simbólico, as dimensões mais profundas do texto bíblico, é preciso conhecer e aprofundar o significado da história narrada na Escritura: caso contrário – adverte com uma comparação eficaz – corre-se o risco de ser como que um estudioso de gramática que ignora o alfabeto. Para quem conhece o sentido da história descrita na Bíblia, as vicissitudes humanas parecem marcadas pela Providência Divina, segundo um seu desígnio bem ordenado. Assim, para Hugo de São Vítor, a história não é o êxito de um destino cego ou de um caso absurdo, como poderia parecer. Ao contrário, na história humana age o Espírito Santo, que suscita um diálogo maravilhoso dos homens com Deus, seu amigo. Esta visão teológica da história põe em evidência a intervenção surpreendente e salvífica de Deus, que realmente entra e age na história, quase se faz parte da nossa história, mas salvaguardando e respeitando sempre a liberdade e a responsabilidade do homem.

Para o nosso autor, o estudo da Sagrada Escritura e do seu significado histórico-literal torna possível a teologia verdadeira, isto é, a ilustração sistemática das verdades, conhecer a sua estrutura, a explicação dos dogmas da fé, que ele apresenta numa síntese sólida no tratado *De Sacramentis christianae fidei* (Os sacramentos da fé cristã), onde se encontra, entre outras, uma definição de "sacramento" que, aperfeiçoada ulteriormente por outros teólogos, contém aspectos ainda hoje muito interessantes. "O sacramento", escreve ele, "é um elemento corpóreo ou material proposto de modo externo e sensível, que representa com a sua semelhança uma graça invisível e espiritual, a significa, porque para esta finalidade foi instituído, e a contém, porque é capaz de santificar" (9, 2; PL 176, 317). Por um lado a visibilidade no símbolo, a "corporeidade" do dom de Deus, no qual contudo, por outro lado, se esconde a graça divina que provém de uma história: o próprio Jesus Cristo criou símbolos fundamentais. São portan-

to três os elementos que concorrem para definir um sacramento, segundo Hugo de São Vítor: a instituição por parte de Cristo, a comunicação da graça e a analogia entre o elemento visível, o material e o elemento invisível, que são os dons divinos. Trata-se de uma visão muito próxima da sensibilidade contemporânea, porque os sacramentos são apresentados com uma linguagem rica de símbolos e imagens capazes de falar imediatamente ao coração dos homens. importante também hoje que os animadores litúrgicos, e em particular os sacerdotes, valorizem com sabedoria pastoral os sinais próprios dos ritos sacramentais – esta visibilidade e tangibilidade da Graça – cuidando atentamente da sua catequese, para que cada celebração dos sacramentos seja vivida por todos os fiéis com devoção, intensidade e júbilo espiritual.

Um discípulo digno de Hugo de São Vítor é Ricardo, proveniente da Escócia. Ele foi prior da abadia de São Vítor de 1162 a 1173, ano da sua morte. Também Ricardo, naturalmente, atribui um papel fundamental ao estudo da Bíblia, mas, ao contrário do seu mestre, privilegia o sentido alegórico, o significado simbólico da Escritura com o qual, por exemplo, interpreta a figura veterotestamentária de Benjamim, filho de Jacó, como símbolo da contemplação e vértice da vida espiritual. Ricardo trata este tema em dois textos, Benjamim Menor e Benjamim Maior, nos quais propõe aos fiéis um caminho espiritual que convida antes de tudo a exercer as várias virtudes, aprendendo a disciplinar e a ordenar com a razão os sentimentos e os impulsos interiores afetivos e emotivos. Só quando o homem alcança equilíbrio e maturação humana neste campo, está pronto para aceder à contemplação, que Ricardo define como "um olhar profundo e puro da alma sobre as maravilhas da sabedoria, associado a um sentido estático de estupefação e admiração" (Benjamim Maior, 1, 4; PL 196, 67).

Por conseguinte, a contemplação é o ponto de chegada, o resultado de um caminho difícil, que exige o diálogo entre a fé e a razão, ou seja – mais uma vez – um discurso teológico. A teologia começa a partir das verdades que são objeto da fé, mas procura aprofundar o conhecimento com o uso da razão, apropriando-se do dom da fé. Esta aplicação do raciocínio à compreensão da fé é praticada de modo convincente na obra-prima de Ricardo, um dos grandes livros da história, o *De Trinitate* (A Trindade). Nos seis livros que a compõem ele reflete com perspicácia sobre o Mistério de Deus uno e trino. Segundo o nosso autor, dado que Deus é amor, a única substância divina exige comunicação, oblação e dileção entre duas Pessoas, o Pai e o Filho, que se encontram entre si num intercâmbio eterno de amor. Mas a perfeição da felicidade e da bondade não admite exclusivismos nem fechamentos: exige antes a presença eterna de uma terceira Pessoa, o Espírito Santo. O amor trinitário é participativo, concorde e requer superabundância de dileção, gozo de alegria incessante. Isto é, Ricardo supõe que Deus é

amor, analisa a essência do amor, o que está implicado na realidade do amor, chegando assim à Trindade das Pessoas, que é realmente a expressão lógica do fato de que Deus é amor.

Contudo Ricardo está consciente de que o amor, mesmo se nos revela a essência de Deus, nos faz "compreender" o Mistério da Trindade, contudo é uma analogia para falar de um Mistério que supera a mente humana, e – sendo poeta e místico – serve-se também de outras imagens. Por exemplo, compara a divindade com um rio, com uma onda amorosa que brota do Pai, flui e reflui no Filho, para ser depois felizmente difundida no Espírito Santo.

Queridos amigos, autores como Hugo e Ricardo de São Vítor elevam o nosso ânimo à contemplação das realidades divinas. Ao mesmo tempo, a imensa alegria que nos suscitam o pensamento, a admiração e o louvor da Santíssima Trindade, funda e apoia o compromisso concreto de nos inspirarmos neste modelo perfeito de comunhão no amor para construir as nossas relações humanas de todos os dias. A Trindade é deveras comunhão perfeita! Como mudaria o mundo se nas famílias, nas paróquias e em qualquer outra comunidade as relações fossem vividas seguindo sempre o exemplo das três Pessoas divinas, em que cada um vive não só com o outro, mas para o outro e no outro! Recordei isto há alguns meses no *Angelus*: "Só o amor nos torna felizes, porque vivemos em relação, e vivemos para amar e para ser amados" (L'Oss. Rom., ed. port. de 13 de Junho de 2009). o amor que realiza este milagre incessante: como na vida da Santíssima Trindade, a pluralidade recompõe-se em unidade, onde tudo é complacência e júbilo. Com Santo Agostinho, tido em grande honra pelos Vitorianos, também nós podemos exclamar: *Vides Trinitatem, si caritatem vides* – contemplas a Trindade, se vês a caridade" (De Trinitate VIII, 8, 12).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 2 de Dezembro de 2009

Guilherme de Saint-Thierry

Amados irmãos e irmãs!

Numa catequese precedente apresentei a figura de Bernardo de Claraval, o "Doutor da doçura", grande protagonista do século XII. O seu biógrafo amigo e apreciador foi Guilherme de SaintThierry, sobre o qual me detenho na reflexão desta manhã.

Guilherme nasceu em Lige entre 1075 e 1080. De família nobre, dotado de uma inteligência viva e de um amor inato pelo estudo, frequentou escolas famosas da época, como as da sua cidade natal e de Reims, na França. Entrou em contato pessoal também com Abelardo, o mestre que aplicava a filosofia à teologia de modo tão original que suscitou muitas perplexidades e oposições. Também Guilherme expressou as suas dúvidas, solicitando o seu amigo Bernardo a tomar uma posição em relação a Abelardo. Respondendo àquele misterioso e irresistível apelo de Deus, que é a vocação à vida consagrada, Guilherme entrou no mosteiro beneditino de SaintNicaise de Reims em 1113, e alguns anos mais tarde tornou-se abade do mosteiro de SaintThierry, na diocese de Reims. Naquele período era muito difundida a exigência de purificar e renovar a vida monástica, para a tornar autenticamente evangélica. Guilherme trabalhou neste sentido no interior do próprio mosteiro, e em geral na Ordem beneditina. Contudo, encontrou muitas resistências face às suas tentativas de reforma, e assim, não obstante o parecer contrário do amigo Bernardo, em 1135 deixou a abadia beneditina, abandonou o hábito escuro e vestiu o branco, para se unir aos cistercienses de Signy. A partir daquele momento até à morte, no ano de 1148, dedicou-se à contemplação orante dos mistérios de Deus, desde sempre objeto dos seus mais profundos desejos, e à composição de escritos de literatura espiritual, importantes na história da teologia monástica.

Uma das suas primeiras obras intitula-se *De natura et dignitate amoris* (A natureza e a dignidade do amor). Nela está expressa uma das ideias fundamentais de Guilherme, válida também para nós. A energia principal que move o ânimo humano diz ele é o amor. A natureza humana, na sua essência mais profunda, consiste em amar. Enfim, a cada ser humano é confiada uma só tarefa: aprender a querer bem, a amar, sincera, autêntica e gratuitamente. Mas esta tarefa é desempenhada só na escola de Deus e o homem pode alcançar o fim para o qual foi criado. De fato, escreve Guilherme: "A arte das artes é a do amor... O amor é suscitado pelo Criador da natureza. O amor é uma força da alma, que a conduz como por um peso natural ao lugar e ao fim que lhe é próprio" (A natureza e a dignidade do amor, 1, PL 184, 379). Apren-

der a amar exige um caminho longo e empenhativo, que é subdividido por Guilherme em quatro etapas, correspondentes às idades do homem: a infância, a juventude, a maturidade e a velhice. Neste percurso a pessoa deve impor-se uma ascese eficaz, um forte domínio de si para eliminar qualquer afeto desordenado, qualquer cedência ao egoísmo, e unificar a própria vida em Deus, fonte, meta e força do amor, até alcançar o vértice da vida espiritual, que Guilherme define como "sabedoria". Na conclusão deste percurso ascético, experimenta-se uma grande serenidade e doçura. Todas as faculdades do homem inteligência, vontade, afetos repousam em Deus, conhecido e amado em Cristo.

Também noutras obras, Guilherme fala desta vocação radical ao amor a Deus, que constitui o segredo de uma vida bem sucedida e feliz, e que ele descreve como um desejo incessante e crescente, inspirado pelo próprio Deus no coração do homem. Numa meditação ele diz que o objeto deste amor é Amor com a "A" maiúscula, isto é, Deus. É Ele quem se derrama no coração de quem ama e o torna apto para o receber. Doa-se abundantemente e de tal modo que nunca falta o desejo desta saciedade. Este impulso de amor é o cumprimento do homem" (De contemplando Deo 6, passim, SC 61bis, pp. 79-83). Faz admirar o fato de que Guilherme, ao falar do amor a Deus, atribui uma importância notável à dimensão afetiva. No fundo, queridos amigos, o nosso coração é feito de carne, e quando amamos Deus, que é o próprio Amor, como não expressar nesta relação com o Senhor também os nossos sentimentos humaníssimos, como a ternura, a sensibilidade, a delicadeza? O próprio Senhor, fazendo-se homem, quis amar-nos com um coração de carne!

Depois, segundo Guilherme, o amor tem outra caraterística importante: ilumina a inteligência e permite conhecer melhor e mais profundamente Deus e, em Deus, as pessoas e os acontecimentos. O conhecimento que procede dos sentidos e da inteligência reduz, mas não elimina, a distância entre o sujeito e o objeto, entre o eu e o tu. Ao contrário, o amor produz atração e comunhão, chegando a alcançar uma transformação e uma assimilação entre o sujeito que ama e o objeto amado. Esta reciprocidade de afeto e de simpatia permite então um conhecimento muito mais profundo do que é realizado pela razão. Explica-se assim uma célebre expressão de Guilherme: "*Amor ipse intellectus est* - já em si mesmo o amor é princípio de conhecimento". Queridos amigos, perguntemo-nos: não é precisamente assim na nossa vida? Porventura não é verdade que conhecemos realmente só quem e aquilo que amamos? Sem uma certa simpatia não se conhece ninguém nem nada! E isto é válido sobretudo no conhecimento de Deus e dos seus mistérios, que superam a capacidade de compreensão da nossa inteligência: só conhecemos Deus se o amamos!

Uma síntese do pensamento de Guilherme Saint-Thierry é contida numa longa carta dirigida aos Cartuxos de Mont-Dieu, junto dos quais ele se tinha deslocado em visita e aos quais quis encorajar e confortar. O douto beneditino Jean Mabillon já em 1690 deu a esta carta um título significativo: *Epistola aurea* (Carta de ouro). Com efeito, os ensinamentos sobre a vida espiritual nela contidos são preciosos para todos os que desejam crescer na comunhão com Deus, na santidade. Neste tratado Guilherme propõe um itinerário em três etapas. É preciso diz ele passar do homem "animal" ao "racional", para alcançar o "espiritual". O que pretende dizer o nosso autor com estas três expressões? No início uma pessoa aceita a visão da vida inspirada pela fé com um ato de obediência e de confiança. Depois com um processo de interiorização, no qual a razão e a vontade desempenham um grande papel, a fé em Cristo é acolhida com profunda convicção e experimenta-se uma correspondência harmoniosa entre aquilo em que se crê e se espera e as aspirações mais secretas da alma, a nossa razão, os nossos afetos. Chega-se assim à perfeição da vida espiritual, quando as realidades da fé são fonte de alegria íntima e de comunhão real e satisfatória com Deus.

Vive-se só no amor e por amor. Guilherme funda este itinerário numa visão sólida do homem, inspirada nos antigos Padres gregos, sobretudo em Orígenes, os quais, com uma linguagem audaciosa, tinham ensinado que a vocação do homem é tornar-se como Deus, que o criou à sua imagem e semelhança. A imagem de Deus presente no homem estimula-o à semelhança, isto é, a uma identidade cada vez mais plena entre a própria vontade e a divina. A esta perfeição, que Guilherme chama "unidade de espírito", não se chega com o esforço pessoal, mesmo se sincero e generoso, porque é necessária outra coisa. Esta perfeição alcança-se pela ação do Espírito Santo, que habita na alma e purifica, absorve e transforma em caridade qualquer impulso e desejo de amor presente no homem. "Há depois outra semelhança com Deus", lemos na *Epistola aurea*, "que já não é chamada semelhança, mas unidade de espírito, quando o homem se torna um com Deus, um espírito, não só para a unidade de um querer idêntico, mas por não ser capaz de desejar outra coisa. Deste modo o homem merece tornar-se não Deus, mas aquilo que Deus é: o homem torna-se por graça aquilo que Deus é por natureza" (Epistola aurea 262-263, SC 223, pp. 353-355).

Queridos irmãos e irmãs, este autor, que poderíamos definir o "Cantor do amor, da caridade", ensina-nos a fazer na nossa vida a opção fundamental, que dá sentido e valor a todas as outras opções: amar a Deus e, por amor a Ele, amar o nosso próximo; só assim poderemos encontrar a verdadeira alegria, antecipação da bem-aventurança eterna. Ponhamo-nos portanto na escola dos Santos para aprender a amar de modo autêntico e total, para entrar neste percurso do nosso ser. Com uma jovem santa, Doutora da Igreja, Teresa do Menino Jesus, digamos também

nós ao Senhor que desejamos viver de amor. E concluo precisamente com uma oração desta Santa: "Eu amo-te, e Tu o sabes, Jesus divino! O Espírito de amor incendeia-me com o seu fogo. Amando-te a Ti atraio o Pai, que o meu coração frágil conserva, sem trégua. Trindade! És prisioneira do meu amor. Viver de amor, aqui na terra, é um doar-se desmedido, sem pedir recompensa... quando se ama não se fazem cálculos. Eu dei tudo ao Coração divino, que transborda de ternura! E corro ligeiramente. Nada mais tenho, e a minha única riqueza é viver de amor".

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 9 de Dezembro de 2009

Ruperto de Deutz

Queridos irmãos e irmãs! Hoje vamos conhecer outro monge beneditino do século XII. O seu nome é Rupert de Deutz, uma cidade situada perto de Colônia, sede de um famoso mosteiro. O próprio Rupert fala da própria vida numa das suas obras mais importantes, intitulada A glória e a honra do ilho do homem, que é um comentário parcial ao Evangelho de Mateus. Ainda criança, ele foi acolhido como "oblato" no mosteiro beneditino de São Lourenço em Lige, segundo o costume da época de confiar um dos filhos à educação dos monges, pretendendo fazer dele um dom a Deus. Rupert amou sempre a vida monástica. Aprendeu muito depressa a língua latina para estudar a Bíblia e para beneficiar das celebrações litúrgicas. Distinguiu-se pela integérrima retidão moral e pela forte afeição à Sé de São Pedro.

Os seus tempos eram marcados por contrastes entre o Papado e o Império, devidos à chamada "luta das investiduras", com a qual como mencionei noutras Catequeses o Papado queria impedir que a nomeação dos Bispos e a prática da sua jurisdição dependessem das autoridades civis, que eram guiadas sobretudo por motivações políticas e econômicas, certamente não pastorais. O Bispo de Lige, Otberto, resistia às diretrizes do Papa e mandou para o exílio Berengário, abade do mosteiro de São Lourenço, precisamente devido à sua fidelidade ao Pontífice. Neste mosteiro vivia Rupert, o qual não hesitou em seguir o seu Abade no exílio e só quando o Bispo Otberto voltou à comunhão com o Papa regressou a Lige e aceitou tornar-se sacerdote. Até àquele momento, de fato, tinha evitado receber a ordenação sacerdotal de um Bispo em dissenso com o Papa. Rupert ensina-nos que quando surgem controvérsias na Igreja, a referência ao ministério petrino garante fidelidade à sã doutrina e confere serenidade e liberdade interior. Depois da disputa com Otberto, ele teve que abandonar o seu mosteiro mais duas vezes. Não obstante tenha sido absolvido de todas as acusações, Rupert preferiu passar um pouco de tempo em Siegburg, mas dado que as polêmicas ainda não tinham cessado quando regressou ao mosteiro de Lige, decidiu estabelecer-se definitivamente na Alemanha. Nomeado abade de Deutz em 1120, ali permaneceu até 1129, ano da sua morte. Deixou o mosteiro só para uma peregrinação a Roma, em 1124.

Escritor fecundo, Rupert deixou numerosíssimas obras, ainda hoje de grande interesse, também porque foi ativo em vários e importantes debates teológicos da época. Por exemplo, interveio com determinação na controvérsia eucarística, que em 1077 levara à condenação de Berengário de Tours. Ele tinha feito uma interpretação redutiva da presença de Cristo no Sa-

cramento da Eucaristia, definindo-a apenas simbólica. Na linguagem da Igreja ainda não tinha entrado o termo "transubstanciação", mas Rupert, empregando por vezes expressões audaciosas, fez-se decidido defensor do realismo eucarístico e, sobretudo numa obra intitulada *De divinis officcis* (Os ofícios divinos), afirmou com determinação a continuidade entre o Corpo do Verbo encarnado de Cristo e o presente nas Espécies eucarísticas do pão e do vinho. Queridos irmãos e irmãs, parece-me que a este ponto devemos pensar inclusive no nosso tempo; existe também hoje o perigo de reduzir o realismo eucarístico, isto é, de considerar a Eucaristia quase como apenas um rito de comunhão, de socialização, esquecendo com muita facilidade que na Eucaristia está realmente presente Cristo ressuscitado com o seu corpo ressuscitado o qual se entrega às nossas mãos para nos tirar de nós mesmos, incorporando-nos no seu corpo imortal e para nos guiar assim para a vida nova. Este grande mistério que o Senhor está presente em toda a sua realidade nas Espécies eucarísticas é um mistério que se deve adorar e amar sempre de novo! Gostaria de citar aqui as palavras do Catecismo da Igreja Católica que têm em si o fruto da meditação da fé e da reflexão teológica de dois mil anos: "O modo da presença de Cristo sob as Espécies eucarísticas é único... No santíssimo sacramento da Eucaristia estão contidos verdadeira, real e substancialmente, o Corpo e o Sangue, conjuntamente com a alma e a divindade de nosso Senhor Jesus Cristo e, por conseguinte, o Cristo total: Deus e homem" (n. 1374). Também Rupert contribuiu, com as suas reflexões, para esta precisa formulação.

Outra controvérsia, na qual o abade de Deutz foi envolvido, refere-se ao problema da conciliação da bondade e da onipotência de Deus com a existência do mal. Se Deus é onipotente e bom, como se explica a realidade do mal De fato, Rupert reagiu à posição tomada pelos mestres da escola teológica de Laon, que com uma série de raciocínios filosóficos distinguiam na vontade de Deus a "aprovação" e a "permissão", concluindo que Deus permite o mal sem o aprovar e, portanto, sem o querer. Rupert, ao contrário, renuncia ao uso da filosofia, que considera simplesmente fiel à narração bíblica. Ele parte da bondade de Deus, da verdade que Deus é sumamente bom e não pode deixar de querer o bem. Assim, indica a origem do mal no próprio homem e no uso errado da liberdade humana. Quando Rupert enfrenta este tema, escreve páginas cheias de inspiração religiosa para louvar a misericórdia infinita do Pai, a paciência e a benevolência de Deus para com o pecador.

Como outros teólogos da Idade Média, também Rupert se perguntava: por que o Verbo de Deus, o ilho de Deus, se fez homem Alguns, muitos, respondiam explicando a encarnação do Verbo com a urgência de reparar os pecados do homem. Ao contrário, Rupert, com uma visão cristocêntrica da história da salvação, alarga a perspectiva, e numa sua obra intitulada A glori-

ficação da Trindade defende a posição que a Encarnação, acontecimento central de toda a história, tinha sido prevista desde a eternidade, também independentemente do pecado do homem, para que toda a criação pudesse louvar a Deus Pai e amá-lo como uma única família reunida em volta de Cristo, ilho de Deus. Então ele vê na mulher grávida do Apocalipse toda a história da humanidade, que está orientada para Cristo, assim como a concepção visa o parto, uma perspectiva que será desenvolvida por outros pensadores e valorizada também pela teologia contemporânea, a qual afirma que toda a história do mundo e da humanidade é concepção orientada para o parto de Cristo. Cristo está sempre no centro das explicações exegéticas fornecidas por Rupert nos seus comentários aos Livros da Bíblia, aos quais se dedicou com grande diligência e paixão. Ele reencontra assim a unidade admirável em todos os acontecimentos da história da salvação, da criação à consumação final dos tempos: "Toda a Escritura", afirma ele, "é um só livro, que tende para a mesma finalidade o Verbo divino; que vem de um só Deus e foi escrito por um só Espírito" (De glorificatione Trinitatis et processione Sancti Spiritus I, V PL 169, 18).

Na interpretação da Bíblia, Rupert não se limita a repetir o ensinamento dos Padres, mas mostra uma sua originalidade. Ele, por exemplo, é o primeiro escritor que identificou a esposa do Cântico dos Cânticos com Maria santíssima. Assim o seu comentário a este livro da Escritura revela-se uma espécie de summa mariológica, na qual estão presentes os privilégios e as excelentes virtudes de Maria. Num dos trechos mais inspirados do seu comentário Rupert escreve: "diletíssima entre as diletas, Virgem das virgens, o que louva em ti o teu Filho dileto, que todo o coro dos anjos exalta São louvados a simplicidade, a pureza, a inocência, a doutrina, o pudor, a humildade, a integridade da mente e da carne, ou seja, a virgindade incorrupta" (In Canticum Canticorum 4, 1-6, ccl 26, pp. 69-70). A interpretação mariana do Cântico de Rupert é um ótimo exemplo da sintonia entre liturgia e teologia. De fato, vários trechos deste Livro bíblico já eram usados nas celebrações litúrgicas das festas marianas.

Além disso, Rupert ocupou-se da inserção da sua doutrina mariológica na eclesiológica. Por outras palavras, ele vê em Maria Santíssima a parte mais santa da Igreja inteira. Eis por que o meu venerado predecessor, Papa Paulo VI, no discurso de encerramento da terceira sessão do Concílio Vaticano II, ao proclamar solenemente Maria Mãe da Igreja, citou precisamente uma proposição tirada das obras de Rupert, que define Maria *portio maxima, portio optima* - a parte mais excelsa, a melhor parte da Igreja (cf. In Apocalypsem 1.7, PL 169, 1043).

Queridos amigos, destas rápidas menções apercebemo-nos de que Rupert foi um teólogo fervoroso, dotado de grande profundidade. Como todos os representantes da teologia monástica, ele soube conjugar o estudo racional dos mistérios da fé com a oração e com a contemplação,

considerada o vértice de qualquer conhecimento de Deus. Ele mesmo fala algumas vezes das suas experiências místicas, como quando confia a alegria inefável de ter sentido a presença do Senhor: "Naquele breve momento afirma ele experimentei quanto é verdadeiro o que Ele mesmo diz: Aprendei de mim que sou manso e humilde de coração" (De gloria et honore ilii hominis. Super Matthaeum 12, PL 168, 1601). Também nós podemos, cada um a seu modo, encontrar o Senhor Jesus, que incessantemente acompanha o nosso caminho, se torna presente no Pão eucarístico e na sua Palavra para a nossa salvação.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 16 de Dezembro de 2009

João de Salisbury

Caros irmãos e irmãs

Hoje vamos conhecer a figura de João de Salisbury, que pertencia a uma das escolas filosóficas e teológicas mais importantes da Idade Média, a da Catedral de Chartres, na França. Também ele, como os teólogos de que falei nas semanas passadas, nos ajuda a compreender como a fé, em harmonia com as justas aspirações da razão, impele o pensamento para a verdade revelada, na qual se encontra o verdadeiro bem do homem.

João nasceu em Salisbury, na Inglaterra, entre 1100 e 1120. Lendo as suas obras e sobretudo o seu rico epistolário, tomamos conhecimento dos fatos mais importantes da sua vida. Durante cerca de doze anos, de 1136 a 1148, ele dedicou-se aos estudos, frequentando as escolas mais qualificadas da época, nas quais ouviu as lições de mestres famosos. Foi a Paris e depois a Chartres, o ambiente que marcou em maior medida a sua formação e do qual assimilou a grande abertura cultural, o interesse pelos problemas especulativos e o apreço pela literatura. Como muitas vezes acontecia nessa época, os estudantes mais brilhantes eram convidados por prelados e soberanos, para ser seus estreitos colaboradores. Isto aconteceu também com João de Salisbury, que por um seu grande amigo, Bernardo de Claraval, foi apresentado a Teobaldo, Arcebispo de Canterbury sede primacial da Inglaterra que de bom grado o acolheu no seu clero. Por onze anos, de 1150 a 1161, João foi secretário e capelão do idoso Arcebispo. Com zelo incansável, enquanto continuava a dedicar-se ao estudo, ele desempenhou uma atividade diplomática intensa, visitando dez vezes a Itália, com a finalidade de manter as relações do Reino

e da Igreja da Inglaterra com o Romano Pontífice. Além disso, naqueles anos o Papa era Adriano IV, um inglês que teve uma forte amizade com João de Salisbury. Nos anos seguintes à morte de Adriano IV, ocorrida em 1159, na Inglaterra criou-se uma situação de grave tensão entre a Igreja e o Reino. Com efeito, o rei Henrique II tencionava afirmar a sua autoridade sobre a vida interna da Igreja, limitando a sua liberdade. Esta tomada de posição suscitou as reações de João de Salisbury, e principalmente a resistência corajosa do sucessor de Teobaldo na cátedra episcopal de Canterbury, S. Tomás Becket, que por este motivo foi para o exílio, na França. João de Salisbury acompanhou-o e permaneceu ao seu serviço, trabalhando sempre por uma reconciliação. Em 1170, quando quer João quer Tomás Becket já tinham voltado para a Inglaterra, este último foi atacado e assassinado no interior da sua catedral. Morreu

como mártir e como tal foi imediatamente venerado pelo povo. João continuou a servir fielmente também o sucessor de Tomás, até ser eleito Bispo de Chartres, onde permaneceu de 1176 a 1180, ano da sua morte.

Das obras de João de Salisbury gostaria de indicar duas, que são consideradas as suas obras primas, designadas elegantemente com os títulos gregos de *Metaloghicón* (Em defesa da lógica) e *Polycráticus* (O homem de Governo). Na primeira obra ele não sem a requintada ironia que caracterizava muitos homens cultos rejeitou a posição daqueles que tinham uma concepção redutiva da cultura, considerada como eloquência vazia, palavras inúteis. João, por sua vez, elogia a cultura, a filosofia autêntica, ou seja o encontro entre pensamento forte e comunicação, palavra eficaz. Ele escreve: "De fato, como não é só temerária, mas também eloquência cega não iluminada pela razão, assim a sabedoria que não beneficia do uso da palavra é não só frágil, mas de certo modo incompleta: com efeito, embora por vezes uma sabedoria sem palavra possa ser benéfica no confronto da própria consciência, raramente e pouco beneficia a sociedade" (Metaloghicón 1, I, PL 199, 327). Um ensinamento muito atual. Hoje, aquela que João definia "eloquência", ou seja a possibilidade de comunicar com instrumentos cada vez mais elaborados e difundidos, multiplicou-se enormemente. Todavia, é ainda mais urgente a necessidade de transmitir mensagens dotadas de "sabedoria", ou seja inspiradas na verdade, na bondade e na beleza. Trata-se de uma grande responsabilidade, que interpela em particular as pessoas que trabalham no âmbito multiforme e complexo da cultura, da comunicação, dos mass media. E este é um âmbito em que se pode anunciar o Evangelho com vigor missionário.

No *Metaloghicón*, João enfrenta os problemas da lógica, na sua época objeto de grande interesse, e formula-se uma interrogação fundamental: o que pode conhecer a razão humana? Até que ponto ela pode corresponder àquela aspiração que existe em cada homem, ou seja a busca da verdade? João de Salisbury adopta uma posição moderada, baseada no ensinamento de alguns tratados de Aristóteles e de Cícero. Na sua opinião, em geral a razão humana alcança conhecimentos que não são inquestionáveis, mas prováveis e opináveis. O conhecimento humano esta é a sua conclusão é imperfeito, porque está sujeito à finitude, ao limite do homem. Porém, ela cresce e aperfeiçoa-se graças à experiência e à elaboração de raciocínios corretos e coerentes, capazes de estabelecer relações entre os conceitos e a realidade, graças ao debate, ao confronto e ao saber que se enriquece de geração em geração. Somente em Deus existe uma ciência perfeita, que é comunicada ao homem, pelo menos parcialmente, por meio da Revelação acolhida na fé, pelo que a ciência da fé, a teologia, alarga as potencialidades da razão e faz progredir com humildade no conhecimento dos mistérios de Deus.

O crente e o teólogo, que aprofundam o tesouro da fé, abrem-se também a um saber prático, que guia as ações quotidianas, ou seja, para as leis morais e o exercício das virtudes. João de Salisbury escreve: "A clemência de Deus concedeu-nos a sua lei, que estabelece as coisas que nos é útil conhecer, e que indica quanto é lícito saber de Deus e quanto é justo indagar... Com efeito, nesta lei explicita-se e torna-se evidente a vontade de Deus, a fim de que cada um de nós saiba o que para ele é necessário fazer" (Metaloghicón 4, 41, PL 199, 944-945). Segundo João de Salisbury, existe também uma verdade objetiva e imutável, cuja origem está em Deus, acessível à razão humana e que diz respeito ao agir prático e social. Trata-se de um direito natural, no qual as leis humanas e as autoridades políticas e religiosas devem inspirar-se, a fim de poder promover o bem comum. Esta lei natural é caraterizada por uma propriedade à qual João chama "equidade", ou seja a atribuição dos seus direitos a cada pessoa. Dela derivam preceitos que são legítimos em todos os povos, e que em qualquer caso não podem ser abrogados. Esta é a lei central do *Polycráticus*, o tratado de filosofia e de teologia política, em que João de Salisbury, reflete sobre as condições que tornam a ação dos governantes justa e permitida.

Enquanto outros argumentos enfrentados nesta obra estão ligados às circunstâncias históricas em que ela foi composta, o tema da relação entre lei natural e ordenamento jurídico-positivo, mediado pela equidade, é ainda hoje de grande importância. Com efeito, no nosso tempo, sobretudo em alguns países, assistimos a uma separação preocupante entre a razão, que tem a tarefa de descobrir os valores éticos ligados à dignidade da pessoa humana, e a liberdade, que tem a responsabilidade de os acolher e promover. Talvez João de Salisbury nos recorde hoje que são conformes com a realidade somente as leis que tutelam a sacralidade da vida humana e rejeitam a liceidade do aborto, da eutanásia e das experiências genéticas desenvoltas, aquelas leis que respeitam a dignidade do matrimônio entre um homem e uma mulher, que se inspiram numa laicidade correta do Estado laicidade que contudo comporta sempre a salvaguarda da liberdade religiosa e que perseguem a subsidiaridade e a solidariedade nos planos nacional e internacional. Caso contrário, acabaria por se instaurar aquela que João de Salisbury define a "tirania do príncipe" ou, nós diríamos, "a ditadura do relativismo": um relativismo que, como eu recordava há alguns anos, "nada reconhece como definitivo e deixa como última medida só o próprio eu e os seus desejos" (Missa pro eligendo Romano Pontifice, Homilia, ed. port. de "LOsservatore Romano" de 23 de Abril de 2005).

Na minha Encíclica mais recente, *Caritas in veritate*, dirigindo-me aos homens de boa vontade, que se comprometem a fim de que a ação social e política nunca seja separada da verdade objetiva sobre o homem e sobre a sua dignidade, escrevi: "A verdade e o amor que a mesma

desvenda não se podem produzir, mas apenas acolher. A sua fonte última não é nem pode ser o homem, mas Deus, ou seja, Aquele que é Verdade e Amor. Este princípio é muito importante para a sociedade e para o desenvolvimento, enquanto nem uma nem outro podem ser apenas produtos humanos; a própria vocação ao desenvolvimento das pessoas e dos povos não se funda sobre a simples deliberação humana, mas está inscrita num plano que nos precede e constitui para todos nós um dever que há-de ser livremente assumido" (n. 52). Temos que procurar e acolher este plano que nos precede, esta verdade do ser, para que nasça a justiça, mas só podemos encontrá-lo e acolhê-lo com um coração, uma vontade, uma razão purificados na luz de Deus.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 23 de Dezembro de 2009

A Origem histórica da Solenidade do Natal

Queridos irmãos e irmãs!

Com a Novena de Natal, que estamos a celebrar nestes dias, a Igreja convida-nos a viver de modo intenso e profundo a preparação para o Nascimento do Salvador, já iminente. O desejo, que todos trazemos no coração, é que a próxima festa do Natal nos dê, no meio da atividade frenética dos nossos dias, serena e profunda alegria para nos fazer tocar com mão a bondade do nosso Deus e nos infunda renovada coragem.

Para compreender melhor o significado do Natal do Senhor, gostaria de fazer uma breve menção à origem histórica desta solenidade. De fato, o Ano litúrgico da Igreja não se desenvolveu inicialmente partindo do nascimento de Cristo, mas da fé na sua ressurreição. Por isso, a festa mais antiga da cristandade não é o Natal, mas a Páscoa; a ressurreição de Cristo funda a fé cristã, está na base do anúncio do Evangelho e faz nascer a Igreja. Por conseguinte, ser cristãos significa viver de modo pascal, fazendo-nos envolver no dinamismo que é originado pelo Batismo e leva a morrer para o pecado para viver com Deus (cf. Rm 6, 4).

O primeiro que afirmou com clareza que Jesus nasceu a 25 de Dezembro foi Hipólito de Roma, no seu comentário ao Livro do profeta Daniel, escrito por volta de 204. Depois, alguns exegetas observam que naquele dia se celebrava a festa da Dedicação do Templo de Jerusalém, instituída por Judas Macabeu em 164 a.C. A coincidência de datas significaria então que com Jesus, que apareceu como luz de Deus na noite, se realiza deveras a consagração do templo, o Advento de Deus nesta terra.

Na cristandade a festa do Natal assumiu uma forma definitiva no século IV, quando substituiu a festa romana do "*Sol invictus*", o sol invencível. Assim foi evidenciado que o nascimento de Cristo é a vitória da verdadeira luz sobre as trevas do mal e do pecado. Contudo, a particular e intensa atmosfera espiritual que circunda o Natal desenvolveu-se na Idade Média, graças a São Francisco de Assis, que estava profundamente apaixonado pelo homem Jesus, pelo Deus conosco. O seu primeiro biógrafo, Tomás de Celano, na Vida segunda narra que São Francisco "acima de todas as outras solenidades celebrava com inefável solicitude o Natal do Menino Jesus, e chamava festa das festas ao dia no qual Deus, feito pequeno infante, se tinha amamentado num seio humano" (Fontes Franciscanas, n. 199, p. 492). Desta particular devoção ao mistério da Encarnação teve origem a famosa celebração do Natal em Greccio. Ela, provavelmente, foi inspirada em São Francisco pela sua peregrinação à Terra Santa e pelo presépio

de Santa Maria Maior em Roma. O que animava o Pobrezinho de Assis era o desejo de experimentar de modo concreto, vivo e atual a humilde grandeza do acontecimento do nascimento do Menino Jesus e de comunicar a sua alegria a todos.

Na primeira biografia, Tomás de Celano fala da noite do presépio de Greccio de modo vivo e comovedor, oferecendo uma contribuição decisiva para a difusão da tradição natalícia mais bonita, a do presépio. De fato, a noite de Greccio voltou a dar à cristandade a intensidade e a beleza da festa do Natal, e educou o Povo de Deus para compreender a sua mensagem mais autêntica, o calor particular, e a amar e adorar a humanidade de Cristo. Esta particular aproximação ao Natal ofereceu à fé cristã uma nova dimensão. A Páscoa tinha concentrado a atenção sobre o poder de Deus que vence a morte, inaugura a vida nova e ensina a esperar no mundo que há-de vir. Com São Francisco e com o seu presépio eram postos em evidência o amor inerme de Deus, a sua humildade e a sua benignidade, que na Encarnação do Verbo se manifesta aos homens para ensinar um novo modo de viver e de amar.

Celano narra que, naquela noite de Natal, foi concedida a Francisco a graça de uma visão maravilhosa. Viu jazer imóvel na manjedoura um pequeno menino, que foi despertado do sono precisamente pela proximidade de Francisco. E acrescenta: "Nem esta visão discordava dos fatos porque, por obra da sua graça que agia por meio do seu santo servo Francisco, o Menino Jesus foi ressuscitado no coração de muitos, que o tinham esquecido, e foi impresso profundamente na sua memória amorosa" (Vida primeira, op. cit., n. 86, p. 307). Este quadro descreve com muita clareza quanto a fé viva e o amor de Francisco pela humanidade de Cristo transmitiram à festa cristã do Natal: a descoberta que Deus se manifesta nos membros frágeis do Menino Jesus. Graças a São Francisco, o povo cristão pôde compreender que no Natal Deus se tornou deveras o "Emanuel", o Deus-conosco, do qual não nos separa barreira nem distância alguma. Naquele Menino, Deus tornou-se tão próximo de cada um de nós, tão próximo, que podemos chamá-lo por tu e manter com ele uma relação confidencial de afeto profundo, assim como fazemos com um recém-nascido.

De fato, naquele Menino manifesta-se Deus-Amor: Deus vem sem armas, sem a força, porque não pretende conquistar, por assim dizer, de fora, ao contrário, deseja ser acolhido pelo homem em liberdade; Deus faz-se Menino inerme para vencer a soberba, a violência e a ambição de posse do homem. Em Jesus, Deus assumiu esta condição pobre e desarmante para nos vencer com o amor e nos guiar à nossa verdadeira identidade. Não devemos esquecer que o título maior de Jesus Cristo é precisamente o de "Filho", Filho de Deus; a dignidade divina é indicada com uma palavra, que prolonga a referência à humilde condição da manjedoura de Belém, mesmo correspondendo de modo único à sua divindade, que é a divindade do "Filho".

A sua condição de Menino indica-nos, além disso, como podemos encontrar Deus e gozar da Sua presença. à luz do Natal que podemos compreender as palavras de Jesus: "Se não voltardes a ser como as criancinhas, não podereis entrar no reino dos céus" (Mt 18, 3). Quem não compreendeu o mistério do Natal, não entendeu o elemento decisivo da existência cristã. Quem não acolhe Jesus com coração de criança, não pode entrar no reino dos céus: foi isto que Francisco quis recordar à cristandade do seu tempo e de todos os tempos, até hoje. Rezemos ao Pai para que conceda ao nosso coração aquela simplicidade que reconhece no Menino o Senhor, precisamente como fez Francisco em Greccio. Então, poderia acontecer também a nós quanto Tomás de Celano referindo-se à experiência dos pastores na Noite Santa (cf. Lc 2, 20) narra a propósito de quantos estiveram presentes no acontecimento de Greccio: "Cada um regressou à própria casa repleto de alegria inefável" (Vida primeira, op. cit., n. 86, p. 479).

São estes os votos que formulo com afeto a todos vós, às vossas famílias e a quantos vos são queridos. Bom Natal a todos vós!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 30 de Dezembro de 2009

Pedro Lombardo

Queridos irmãos e irmãs!

Nesta última audiência do ano gostaria de vos falar de Pedro Lombardo: um teólogo que viveu no século XII, que gozou de grande fama, porque uma sua obra, intitulada Sentenças, foi adoptada como manual de teologia por muitos séculos.

Quem era portanto Pedro Lombardo? Mesmo se as notícias sobre a vida são escassas, podemos contudo reconstruir as linhas essenciais da sua biografia. Nasceu entre os séculos XI e XII, nas redondezas de Novara, no Norte da Itália, num território outrora pertencente aos Longobardos: precisamente por isto foi-lhe dado o apelativo "Lombardo". Ele pertencia a uma família de condições modestas, como podemos deduzir da carta de apresentação que Bernardo de Claraval escreveu a Gilduíno, superior da abadia de São Vítor em Paris, para lhe pedir que hospedasse gratuitamente Pedro, que desejava ir àquela cidade por motivos de estudo. De fato, também na Idade Média não só os nobres ou os ricos podiam estudar e desempenhar papéis importantes na vida eclesial e social, mas também pessoas com origens humildes, como por exemplo Gregório VII, o Papa que enfrentou o Imperador Henrique IV, ou Maurício de Sully, o Arcebispo de Paris que mandou construir Notre-Dame e que era filho de um pobre agricultor.

Pedro Lombardo iniciou os seus estudos em Bolonha, depois foi a Reims, e por fim a Paris. A partir de 1140 ensinou na prestigiosa escola de Notre-Dame. Estimado e apreciado como teólogo, oito anos mais tarde foi encarregado pelo Papa Eugênio III de examinar as doutrinas de Gilberto Porretano, que suscitavam muitos debates, porque eram consideradas não totalmente ortodoxas. Tendo-se tornado sacerdote, foi nomeado Bispo de Paris em 1159, um ano antes da sua morte, em 1160.

Como todos os mestres de teologia do seu tempo, também Pedro escreveu discursos e textos de comentário à Sagrada Escritura. A sua obra-prima é constituída pelos quatro livros das Sentenças. Trata-se de um texto nascido e finalizado para o ensino. Segundo o método teológico em uso naqueles tempos, era necessário antes de tudo conhecer, estudar e comentar o pensamento dos Padres da Igreja e de outros escritores considerados influentes. Por isso, Pedro recolheu uma documentação muito ampla, constituída principalmente pelo ensinamento dos grandes Padres latinos, sobretudo de Santo Agostinho, e aberta à contribuição de teólogos seus contemporâneos. Entre outras, ele utilizou também uma obra enciclopédica de teologia

grega, há pouco tempo conhecida no Ocidente: A fé ortodoxa, composta por São João Damasceno. O grande mérito de Pedro Lombardo é ter organizado todo o material, que reuniu e selecionou com cuidado, num quadro sistemático e harmonioso. De fato, uma das caraterísticas da teologia é organizar de modo unitário e ordenado o patrimônio da fé. Por conseguinte, ele distribuiu as sentenças, ou seja, as fontes patrísticas sobre os vários argumentos, em quatro livros. No primeiro trata-se de Deus e do mistério trinitário; no segundo, da obra da criação, do pecado e da Graça; no terceiro, do Mistério da Encarnação e da obra da Redenção, com uma ampla exposição sobre as virtudes. O quarto livro é dedicado aos sacramentos e às realidades últimas, as da vida eterna, ou Novíssimos. A visão de conjunto que se obtém disto inclui quase todas as verdades da fé católica. Este olhar sintético e a apresentação clara, ordenada, esquemática e sempre coerente, explicam o sucesso extraordinário das Sentenças de Pedro Lombardo. Elas permitiam uma aprendizagem certa por parte dos estudantes, e um amplo espaço de aprofundamento para os mestres, os professores que delas se serviam. Um teólogo franciscano, Alexandre de Hales, que viveu uma geração depois de Pedro, introduziu nas Sentenças uma subdivisão, que tornou mais fácil a sua consulta e estudo. Também os maiores teólogos do século XIII, Alberto Magno, Boaventura de Bagnoregio e Tomás de Aquino, iniciaram a sua atividade acadêmica comentando os quatro livros das Sentenças de Pedro Lombardo, enriquecendo-as com as suas reflexões. O texto de Lombardo foi o livro usado por todas as escolas de teologia, até ao século XVI.

Desejo ressaltar como a apresentação orgânica da fé é uma exigência irrenunciável. De fato, cada uma das verdades da fé se iluminam reciprocamente e, numa sua visão total e unitária, sobressai a harmonia do plano de salvação de Deus e a centralidade do Mistério de Cristo. A exemplo de Pedro Lombardo, convido todos os teólogos e os sacerdotes a ter sempre presente a visão total da doutrina cristã contra os riscos atuais de fragmentação e da desvalorização de cada uma das verdades. O Catecismo da Igreja Católica, assim como o Compêndio do mesmo Catecismo, oferecem-nos precisamente este quadro completo da Revelação cristã, que se deve acolher com fé e gratidão. Gostaria de encorajar portanto também cada um dos fiéis e comunidades cristãs a aproveitar estes instrumentos para conhecer e aprofundar os conteúdos da nossa fé. Assim ela há-de parecer-nos uma maravilhosa sinfonia, que nos fala de Deus e do seu amor e que solicita a nossa adesão firme e resposta laboriosa.

Para ter uma ideia do interesse que ainda hoje a leitura das Sentenças de Pedro Lombardo pode suscitar, proponho dois exemplos. Inspirando-se no comentário de Santo Agostinho ao livro do Gênesis, Pedro interroga-se acerca do motivo pelo qual a criação da mulher foi realizada a partir da costela de Adão e não da sua cabeça ou dos seus pés. E explica: "Era formada

não uma dominadora nem sequer uma escrava do homem, mas uma sua companheira" (Sentenças 3, 18, 3). Depois, sempre com base no ensinamento patrístico, acrescenta: "Nesta ação está representado o mistério de Cristo e da Igreja. De fato, assim como a mulher foi formada da costela de Adão enquanto ele dormia, assim a Igreja nasceu dos sacramentos que iniciaram a brotar do lado de Cristo que dormia na Cruz, ou seja, do sangue e da água, com que somos remidos da pena e purificados da culpa" (Sentenças 3, 18, 4). São reflexões profundas e válidas ainda hoje, quando a teologia e a espiritualidade do matrimônio cristão aprofundaram muito a analogia com a relação esponsal entre Cristo e a sua Igreja.

Noutra passagem da sua obra principal, Pedro Lombardo, falando sobre os merecimentos de Cristo, interroga-se: "Por que razão, então Cristo quis padecer e morrer, se as suas virtudes já eram suficientes para lhe obter todos os méritos?". A sua resposta é incisiva e eficaz: "Para ti, não para si mesmo!". Depois prossegue com outra pergunta e outra resposta, que parecem reproduzir os debates que eram feitos durante as lições dos mestres de teologia da Idade Média: "E em que sentido ele sofreu e morreu por mim? Para que a sua paixão e a sua morte fossem para ti exemplo e causa. Exemplo de virtude e de humildade, causa de glória e de liberdade; exemplo dado por Deus obediente até à morte; causa da tua libertação e da tua bem-aventurança" (Sentenças 3, 18, 5).

Entre os contributos mais importantes oferecidos por Pedro Lombardo para a história da teologia, gostaria de recordar a sua análise sobre os sacramentos, dos quais deu uma descrição diria definitiva: "É chamado sacramento em sentido próprio aquilo que é sinal da graça de Deus e forma visível da graça invisível, de tal modo que traz a sua imagem e é a sua causa" (4, 1, 4). Com esta definição Pedro Lombardo colhe a essência dos sacramentos: eles são causa da graça, têm a capacidade de continuar realmente a vida divina. Os teólogos sucessivos não abandonarão esta visão e utilizarão também a distinção entre elemento material e elemento formal, introduzida pelo "Mestre das Sentenças", como foi chamado Pedro Lombardo. O elemento material é a realidade sensível e visível, o formal são as palavras pronunciadas pelo ministro. Ambos são essenciais para uma celebração completa e válida dos sacramentos: a matéria, a realidade com a qual o Senhor nos toca visivelmente e a palavra que dá o significado espiritual. No Batismo, por exemplo, o elemento material é a água que se derrama sobre a cabeça da criança e o elemento formal são as palavras: "Eu te batizo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo". Além disso, Lombardo esclareceu que só os sacramentos transmitem objetivamente a graça divina e que são sete: o Batismo, a Confirmação, a Eucaristia, a Penitência, a Unção dos Enfermos, a Ordem e o Matrimônio (cf. Sentenças 4, 2, 1).

Queridos irmãos e irmãs, é importante reconhecer como é preciosa e indispensável para cada cristão a vida sacramental, na qual o Senhor através desta matéria, na comunidade da Igreja, nos toca e nos transforma. Como recita o Catecismo da Igreja Católica, os sacramentos são "forças que saem do Corpo de Cristo, sempre vivo e vivificante, ações do Espírito Santo" (n. 1116). Neste Ano sacerdotal, que estamos a celebrar, exorto os sacerdotes, sobretudo os ministros que curam as almas, a terem eles mesmos primeiro, uma intensa vida sacramental para servirem de ajuda aos fiéis. A celebração dos sacramentos distinga-se por dignidade e decoro, favoreça o recolhimento pessoal e a participação comunitária, o sentido da presença de Deus e o ardor missionário. Os sacramentos são o grande tesouro da Igreja e a cada um de nós compete a tarefa de os celebrar com fruto espiritual. Neles, um acontecimento sempre surpreendente toca a nossa vida: Cristo, através dos sinais visíveis, vem ao nosso encontro, purifica-nos, transforma-nos e torna-nos partícipes da sua amizade divina.

Queridos amigos, chegamos ao fim deste ano e estamos às portas do novo. Desejo-vos que a amizade de Nosso Senhor Jesus Cristo vos acompanhe todos os dias deste ano que está para iniciar. Possa esta amizade de Cristo ser nossa luz e guia, ajudando-nos a ser homens de paz, da sua paz. Bom ano a todos vós!

2010

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 13 de Janeiro de 2010

As Ordens Mendicantes

Caros irmãos e irmãs

No início do novo ano olhemos para a história do Cristianismo, para ver como se desenvolve uma história e como ela pode ser renovada. Nela podemos ver que os santos, guiados pela luz de Deus, são os autênticos reformadores da vida da Igreja e da sociedade. Mestres com a palavra e testemunhas com o exemplo, eles sabem promover uma renovação eclesial estável e profunda, porque eles mesmos são profundamente renovados, estão em contato com a verdadeira novidade: a presença de Deus no mundo. Esta realidade consoladora, ou seja, que em cada geração nascem santos e trazem a criatividade da renovação, acompanha constantemente a história da Igreja no meio das tristezas e dos aspectos negativos do seu caminho. Com efeito, século após século vemos nascer também as forças da reforma e da renovação, porque a novidade de Deus é inexorável e dá sempre nova força para ir em frente. Assim aconteceu também no século XIII, com o nascimento e o desenvolvimento extraordinário das Ordens Mendicantes: um modelo de grande renovação numa nova época histórica. Elas foram chamadas assim, pela sua característica de "mendigar", ou seja, de recorrer humildemente ao sustento econômico das pessoas para viver o voto da pobreza e desempenhar a sua missão evangelizadora. Das Ordens Mendicantes que surgiram naquele período, as mais famosas e as mais importantes são os Frades Menores e os Padres Pregadores, conhecidos como Franciscanos e Dominicanos. Eles foram chamados assim pelo nome dos seus Fundadores, respectivamente Francisco de Assis e Domingos de Guzman. Estes dois grandes Santos tiveram a capacidade de ler com inteligência "os sinais dos tempos", intuindo os desafios que a Igreja do seu tempo devia enfrentar.

Um primeiro desafio era representado pela expansão de vários grupos e movimentos de fiéis que, embora inspirados por um desejo legítimo de vida cristã autêntica, se punham com frequência fora da comunhão eclesial. Estavam em profunda oposição com a Igreja rica e bonita que se tinha desenvolvido precisamente com o florescimento do monaquismo. Nas recentes Catequeses refleti sobre a comunidade monástica de Cluny, que atraía cada vez mais jovens e portanto forças vitais, assim como bens e riquezas. Logicamente, num primeiro momento desenvolveu-se assim uma Igreja rica de propriedades e inclusive de imóveis. A esta Igreja opôs-se a ideia de que Cristo veio à terra pobre e que a verdadeira Igreja deveria ser precisamente a Igreja dos pobres; assim, o desejo de uma verdadeira autenticidade cristã opôs-se à realidade da Igreja empírica. Trata-se dos chamados movimentos pauperistas da Idade Média.

Eles contestavam asperamente o modo de viver dos sacerdotes e dos monges dessa época, acusados de ter traído o Evangelho e de não praticar a pobreza como os primeiros cristãos, e estes movimentos opuseram ao ministério dos Bispos uma sua "hierarquia paralela". Além disso, para justificar as próprias escolhas, difundiram doutrinas incompatíveis com a fé católica. Por exemplo, o movimento dos Cátaros ou Albigenses voltou a propor antigas heresias, como a desvalorização e o desprezo do mundo material – a oposição contra a riqueza torna-se rapidamente oposição contra a realidade material enquanto tal – a negação da vontade livre, e depois o dualismo, a existência de um segundo princípio do mal equiparado com Deus. Estes movimentos tiveram sucesso, especialmente na França e na Itália, não só pela sua organização sólida, mas também porque denunciavam uma desordem real na Igreja, causada pelo comportamento pouco exemplar de vários representantes do clero.

Na esteira dos seus Fundadores, os Franciscanos e os Dominicanos mostraram, ao contrário, a verdade do Evangelho como tal, sem se separar da Igreja; mostraram que a Igreja permanece o verdadeiro e autêntico lugar do Evangelho e da Escritura. Aliás, Domingos e Francisco hauriram a força do seu testemunho precisamente da sua comunhão com a Igreja e com o papado. Com uma escolha totalmente original na história da vida consagrada, os Membros destas Ordens não só renunciavam à posse de bens pessoais, como faziam os monges desde a antiguidade, mas nem sequer queriam que terrenos e bens imóveis passassem para o nome da comunidade. Assim tencionavam dar testemunho de uma vida extremamente sóbria, para ser solidários com os pobres e confiar apenas na Providência, viver todos os dias da Providência, da confiança de se colocar nas mãos de Deus. Este estilo pessoal e comunitário das Ordens Mendicantes, unido à adesão total ao ensinamento da Igreja e à sua autoridade, foi muito apreciado pelos Pontífices dessa época, como Inocêncio III e Honório III, que ofereceram o seu pleno apoio a estas novas experiências eclesiais, reconhecendo nelas a voz do Espírito. E os frutos não faltaram: os grupos pauperistas que se tinham separado da Igreja voltaram a entrar na comunhão eclesial ou, lentamente, redimensionaram-se até desaparecer. Também hoje, embora vivamos numa sociedade em que muitas vezes prevalece o "ter" sobre o "ser", somos muito sensíveis aos exemplos de pobreza e de solidariedade, que os crentes oferecem com opções intrépidas. Também hoje não faltam iniciativas semelhantes: os movimentos, que começam realmente a partir da novidade do Evangelho e vivem-no com radicalidade no hoje, colocando-se nas mãos de Deus, para servir o próximo. O mundo, como recordava Paulo VI na *Evangelii nuntiandi*, ouve de bom grado os mestres, quando eles são também testemunhas. Trata-se de uma lição que nunca pode ser esquecida na obra de difusão do Evangelho: viver primeiro aquilo que se anuncia, ser espelho da caridade divina.

Franciscanos e Dominicanos foram testemunhas, mas inclusive mestres. Com efeito, outra exigência difundida na sua época era a da educação religiosa. Não poucos fiéis leigos, que habitavam nas cidades em vias de grande expansão, desejavam praticar uma vida cristã espiritualmente intensa. Portanto, procuravam aprofundar o conhecimento da fé e ser orientados no árduo mas entusiasmante caminho da santidade. Felizmente, as Ordens Mendicantes souberam ir ao encontro também desta necessidade: o anúncio do Evangelho na simplicidade e na sua profundidade e grandeza erra uma finalidade, talvez a finalidade principal deste movimento. Efetivamente, dedicaram-se à pregação com grande zelo. Os fiéis eram muito numerosos, com frequência verdadeiras multidões, que se congregavam para ouvir os pregadores nas igrejas e nos lugares ao ar livre, pensemos por exemplo em Santo Agostinho. Tratavam-se temas próximos da vida das pessoas, sobretudo a prática das virtudes teologais e morais, com exemplos concretos, facilmente compreensíveis. Além disso, ensinavam-se formas para alimentar a vida de oração e de piedade. Por exemplo, os Franciscanos difundiram muito a devoção à humanidade de Cristo, com o compromisso de imitar o Senhor. Então, não surpreende o fato de que os fiéis eram numerosos, homens e mulheres que escolhiam fazer-se acompanhar no caminho cristão por frades Franciscanos e Dominicanos, diretores espirituais e confessores procurados e estimados. Assim nasceram associações de fiéis leigos que se inspiravam na espiritualidade de São Francisco e de São Domingos, adaptada à sua condição de vida. Trata-se da Terceira Ordem, tanto franciscana como dominicana. Por outros termos, a proposta de uma "santidade laica" conquistou muitas pessoas. Como recordou o Concílio Ecumênico Vaticano II, o chamamento à santidade não está reservado a alguns, mas é universal (cf. Lumen gentium, 40). Em todas as condições de vida, segundo as exigências de cada uma delas, encontra-se a possibilidade de viver o Evangelho. Também hoje cada cristão deve tender para a "medida alta da vida cristã", seja qual for a condição de vida a que pertence!

A importância das Ordens Mendicantes aumentou tanto na Idade Média, que Instituições laicas, com as organizações do trabalho, as antigas corporações e as próprias autoridades civis recorriam com frequência aos conselhos espirituais dos Membros de tais Ordens para a redação dos seus regulamentos e, às vezes, para a solução de contrastes internos ou externos. Os Franciscanos e os Dominicanos tornaram-se os animadores espirituais da cidade medieval. Com grande intuição, eles puseram em ação uma estratégia pastoral adequada às transformações da sociedade. Dado que muitas pessoas se transferiam dos campos para as cidades, eles construíram os seus conventos já não em áreas rurais, mas urbanas. Além disso, para desempenhar a sua atividade em benefício das almas, era necessário deslocar-se em conformidade com as exigências pastorais. Com outra escolha totalmente inovativa, as Ordens Mendicantes

abandonaram o princípio de estabilidade, clássico do monaquismo antigo, para escolher outro modo. Menores e Pregadores viajavam de um lugar para outro, com fervor missionário. Por conseguinte, organizaram-se de modo diverso em relação à maior parte das Ordens monásticas. No lugar da autonomia tradicional de que gozava cada mosteiro, eles deram mais importância à Ordem enquanto tal e ao Superior-Geral, bem como à estrutura das províncias. Assim os Mendicantes estavam mais dispostos às exigências da Igreja Universal. Esta flexibilidade tornou possível o envio dos frades mais preparados para o cumprimento de missões específicas e as Ordens Mendicantes chegaram à África setentrional, ao Médio Oriente e ao Norte da Europa. Com esta flexibilidade, o dinamismo missionário foi renovado.

Outro grande desafio era representado pelas transformações culturais em curso naquele período. Novas questões estimularam o debate nas universidades, que nasceram no final do século XII. Menores e Pregadores não hesitaram em assumir também este compromisso e, como estudantes e professores, entraram nas universidades mais famosas dessa época, erigiram centros de estudos, produziram textos de grande valor, deram vida a verdadeiras escolas de pensamento, foram protagonistas da teologia escolástica no seu período melhor e incidiram significativamente no desenvolvimento do pensamento. Os maiores pensadores, S. Tomás de Aquino e São Boaventura, eram mendicantes e trabalharam precisamente com este dinamismo na nova evangelização, que renovou também a coragem do pensamento, do diálogo entre razão e fé. Também hoje existe uma "caridade da e na verdade", uma "caridade intelectual" a exercer, para iluminar as inteligências e conjugar a fé com a cultura. Caros fiéis, o compromisso assumido pelos Franciscanos e pelos Dominicanos nas universidades medievais é um convite a tornar-se presente nos lugares de elaboração do saber, para propor, com respeito e convicção, a luz do Evangelho sobre as questões fundamentais que se referem ao homem, à sua dignidade e ao seu destino eterno. Pensando no papel dos Franciscanos e Dominicanos na Idade Média, na renovação espiritual que suscitaram, no sopro de vida nova que comunicaram no mundo, um monge disse: "Naquela época o mundo envelhecia. Surgiram duas Ordens na Igreja, cuja juventude renovaram, como a de uma águia" (Burchard d'Ursperg, Chronicon).

Estimados irmãos e irmãs, invoquemos precisamente no início deste ano o Espírito Santo, eterna juventude da Igreja: ele faça com que todos sintam a urgência de oferecer um testemunho coerente e corajoso do Evangelho, a fim de que nunca faltem santos, que façam resplandecer a Igreja como esposa sempre pura e bela, sem manchas nem rugas, capaz de atrair irresistivelmente o mundo para Cristo, para a sua salvação.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 20 de Janeiro de 2010

Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos

Queridos irmãos e irmãs!

Estamos no meio da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, uma iniciativa ecumênica que se vai estruturando já há mais de um século, e que todos os anos chama a atenção sobre o tema da unidade visível entre os cristãos, que empenha a consciência e estimula quantos crêem em Cristo. E fá-lo antes de tudo com o convite à oração, à imitação do próprio Jesus, que pede ao Pai pelos seus discípulos: "Para que sejam um só, a fim de que o mundo creia" (Jo 17, 21). A chamada perseverante à oração pela plena comunhão entre os seguidores do Senhor manifesta a orientação mais autêntica e mais profunda de toda a busca ecumênica, porque a unidade é em primeiro lugar dom de Deus. Com efeito, como afirma o Concílio Vaticano II: "O santo propósito de reconciliar todos os cristãos na unidade da Igreja de Cristo, una e única, excede todas as forças e dotes humanos" (Unitatis redintegratio, 24). Por conseguinte, além do nosso esforço de desenvolver relações fraternas e promover o diálogo para esclarecer e resolver as divergências que separam as Igrejas e as Comunidades eclesiais, é necessária a invocação confiante e concorde ao Senhor.

O tema deste ano é tirado do Evangelho de São Lucas, das últimas palavras do Ressuscitado aos seus discípulos: "Vós sois testemunhas de tudo isto" (Lc 24, 48). A proposta do tema foi pedida pelo Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos, de acordo com a Comissão Fé e Constituição, do Conselho Ecumênico das Igrejas, a um grupo ecumênico da Escócia. Há um século, a Conferência mundial para a consideração dos problemas relativos ao mundo não cristão teve lugar precisamente em Edimburgo, na Escócia, de 13 a 24 de Junho de 1910. Entre os problemas então debatidos havia o da dificuldade objetiva de propor com credibilidade o anúncio evangélico ao mundo não cristão por parte dos cristãos divididos entre si. Se a um mundo que não conhece Cristo, que se afastou dele ou que se demonstra indiferente ao Evangelho, os cristãos se apresentarem não unidos, aliás muitas vezes opostos entre si, será porventura crível o anúncio de Cristo como único Salvador do mundo e nossa paz? A partir daquele momento, a relação entre unidade e missão representou uma dimensão essencial de toda a obra ecumênica e o seu ponto de partida. E é por esta contribuição específica que aquela Conferência de Edimburgo permanece como um dos pontos de referência do ecumenismo moderno. No Concílio Vaticano II, a Igreja católica retomou e reiterou com vigor esta perspectiva, afirmando que a divisão entre os discípulos de Jesus "não só contradiz aberta-

mente a vontade de Cristo, mas escandaliza o mundo e prejudica a santíssima causa da pregação do Evangelho a todas as criaturas" (Unitatis redintegratio, 1).

É neste contexto teológico e espiritual que está inserido o tema proposto nesta Semana para a meditação e a oração: a exigência de um testemunho comum de Cristo. O breve texto proposto como tema: "Vós sois testemunhas de tudo isto" deve ser lido no âmbito de todo o capítulo 24 do Evangelho segundo Lucas. Recordemos brevemente o conteúdo deste capítulo. Primeiro as mulheres vão até ao sepulcro, vêem os sinais da Ressurreição de Jesus e anunciam quanto viram aos Apóstolos e aos outros discípulos (cf. v. 8); depois, o próprio Ressuscitado aparece aos discípulos ao longo do caminho de Emaús, aparece a Simão Pedro e, sucessivamente aos "Onze e aos seus companheiros" (v. 33). Ele abre a mente à compreensão das Escrituras acerca da sua Morte redentora e da sua Ressurreição, afirmando que "em seu nome havia de ser pregado o arrependimento e o perdão dos pecados a todas as nações" (v. 47). Aos discípulos que se encontram "reunidos" e que foram testemunhas da sua missão, o Senhor ressuscitado promete o dom do Espírito Santo (cf. v. 49), a fim de que dêem testemunho conjunto dele a todos os povos. De tal imperativo – "de tudo isto", disto vós sois testemunhas (cf. Lc 24, 48) – que é o tema desta Semana de oração pela unidade dos cristãos, nascem para nós duas perguntas. A primeira: o que significa "tudo isto"? A segunda: como podemos ser testemunhas de "tudo isto"?

Se vemos o contexto do capítulo, "tudo isto" quer dizer antes de tudo a Cruz e a Ressurreição: os discípulos viram a crucifixão do Senhor, vêem o Ressuscitado e assim começam a compreender todas as Escrituras que falam do mistério da Paixão e do dom da Ressurreição. Portanto, "tudo isto" é o mistério de Cristo, do Filho de Deus que se fez homem, morreu por nós e ressuscitou, está vivo para sempre e assim é garantia da nossa vida eterna.

Contudo, conhecendo Cristo – este é o ponto essencial – conhecemos o rosto de Deus. Cristo é sobretudo a revelação de Deus. Em todos os tempos, os homens sentem a existência de Deus, um Deus único, mas que está distante e não se manifesta. Em Cristo este Deus mostra-se, o Deus distante torna-se próximo. Por conseguinte "tudo isto" é, principalmente com o mistério de Cristo, Deus que se fez próximo de nós. Isto implica uma outra dimensão: Cristo nunca está sozinho; Ele veio ao meio de nós, morreu sozinho, mas ressuscitou para atrair todos a si. Como diz a Escritura, Cristo cria um corpo para si mesmo, reúne toda a humanidade na sua realidade da vida imortal. E assim, em Cristo que congrega a humanidade, conhecemos o futuro da humanidade: a vida eterna. Portanto, em síntese, tudo isto é muito simples: conhecemos Deus, conhecendo Cristo, o seu corpo, o mistério da Igreja e a promessa da vida eterna.

Vejamos agora a segunda pergunta. Como podemos ser testemunhas de "tudo isto"? Só podemos ser testemunhas se conhecermos Cristo e, conhecendo Cristo, também conhecemos Deus. Mas conhecer Cristo implica sem dúvida uma dimensão intelectual – aprender aquilo que conhecemos de Cristo – mas é sempre muito mais que um processo intelectual: é um processo existencial, é um processo de abertura do meu eu, da minha transformação pela presença e a força de Cristo, e assim é inclusive um processo de abertura a todos os outros que devem ser o corpo de Cristo. Deste modo, é evidente que conhecer Cristo, como processo intelectual e sobretudo existencial, é um processo que nos faz testemunhas. Em síntese, só podemos ser testemunhas se conhecermos Cristo diretamente e não através dos outros, da nossa própria vida, do nosso encontro pessoal com Cristo. Encontrando-o realmente na nossa vida de fé, tornamo-nos testemunhas e deste modo podemos contribuir para a novidade do mundo, para a vida eterna. O Catecismo da Igreja Católica oferece-nos uma indicação também para o conteúdo deste "tudo isto". A Igreja reuniu e resumiu o essencial daquilo que o Senhor nos concedeu na Revelação, no "Símbolo chamado niceno-constantinopolitano, que deve a sua grande autoridade ao fato de ser fruto dos primeiros dois Concílios Ecuménicos (325 e 381)" (CIC, n. 195). O Catecismo esclarece que este Símbolo "ainda hoje continua a ser comum a todas as grandes Igrejas do Oriente e do Ocidente" (Ibidem). Portanto, neste Símbolo encontram-se as verdades de fé que os cristãos podem professar e testemunhar em conjunto a fim de que o mundo creia, manifestando com o desejo e o compromisso de superar as divergências existentes, a vontade de caminhar rumo à plena comunhão, a unidade do Corpo de Cristo.

A celebração da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos leva-nos a considerar outros aspectos importantes para o ecumenismo. Antes de tudo, o grande progresso alcançado nas relações entre Igrejas e Comunidades eclesiais depois da Conferência de Edimburgo de há um século. O movimento ecumênico moderno desenvolveu-se de modo tão significativo que chegou a tornar-se, no último século, um elemento importante na vida da Igreja, recordando o problema da unidade entre todos os cristãos e apoiando também o crescimento da comunhão entre eles. Isto não só favorece os relacionamentos fraternos entre as Igrejas e as Comunidades eclesiais, em resposta ao mandamento do amor, mas estimula também a busca teológica. Além disso, ele empenha a vida concreta das Igrejas e das Comunidades eclesiais com temáticas que dizem respeito à pastoral e à vida sacramental, como por exemplo o reconhecimento mútuo do Batismo, as questões relativas aos matrimónios mistos, os casos parciais de *comunicatio in sacris* em situações particulares bem definidas. No sulco de tal espírito ecumênico, os contatos foram-se ampliando também a movimentos pentecostais, evangélicos e carismáti-

cos, para um maior conhecimento recíproco, embora não faltem problemas graves neste sector.

A partir do Concílio Vaticano II, a Igreja católica entrou em relações fraternas com todas as Igrejas do Oriente e com as Comunidades eclesiais do Ocidente, organizando de modo particular, com a maior parte delas, diálogos teológicos bilaterais, que levaram a encontrar convergências ou mesmo consensos em vários pontos, aprofundando assim os vínculos de comunhão. No ano que acaba de transcorrer, os vários diálogos deram passos positivos. Com as Igrejas ortodoxas, a Comissão Mista Internacional para o Diálogo Teológico começou, na XI sessão plenária realizada em Paphos de Chipre em Outubro de 2009, o estudo de um tema crucial no diálogo entre católicos e ortodoxos: O papel do bispo de Roma na comunhão da Igreja no primeiro milênio, ou seja, no tempo em que os cristãos do Oriente e do Ocidente viviam em plena comunhão. Em seguida, este estudo estender-se-á ao segundo milênio. Já pedi várias vezes a oração dos católicos para este diálogo delicado e essencial para todo o movimento ecumênico. Também com as antigas Igrejas ortodoxas do Oriente (copta, etiópica, síria e arménia), a análoga Comissão Mista encontrou-se de 26 a 30 de Janeiro do ano passado. Estas importantes iniciativas confirmam que está em curso um diálogo profundo e rico de esperanças com todas as Igrejas do Oriente não em plena comunhão com Roma, na sua própria especificidade.

Durante o ano passado, com as Comunidades eclesiais do Ocidente foram examinados os resultados alcançados nos vários diálogos ao longo destes quarenta anos, detendo-se de modo particular nos diálogos com a Comunhão Anglicana, com a Federação Luterana Mundial, com a Aliança Reformada Mundial e com o Conselho Metodista Mundial. A este propósito, o Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos realizou um estudo para evidenciar os pontos de convergência que foram alcançados nos relativos diálogos bilaterais e, ao mesmo tempo, indicar os problemas abertos sobre os quais será preciso começar uma nova fase de confronto.

Entre os recentes acontecimentos, gostaria de mencionar a comemoração do décimo aniversário da Declaração conjunta sobre a doutrina da justificação, celebrado em conjunto por católicos e luteranos no dia 31 de Outubro de 2009, para estimular a continuação do diálogo, como também a visita a Roma do Arcebispo de Canterbury, Doutor Rowan Williams, que manteve diálogos também sobre a particular situação em que se encontra a Comunhão Anglicana. O compromisso comum de continuar as relações e o diálogo são um sinal positivo, que manifesta como é intenso o desejo da unidade, não obstante todos os problemas que se apresentam. Assim, vemos que há uma dimensão da nossa responsabilidade de fazer tudo o que é possível

para chegar realmente à unidade, mas existe a outra dimensão, a da ação divina, porque só Deus pode conceder a unidade à Igreja. Uma unidade "feita sozinha" seria humana, mas nós desejamos a Igreja de Deus, feita por Deus que, quando quiser e quando nós estivermos prontos, criará a unidade. Temos que ter presente também quantos progressos reais foram alcançados na colaboração e na fraternidade em todos estes anos, nestes últimos cinquenta anos. Ao mesmo tempo, temos que saber que o trabalho ecumênico não é um processo linear. Com efeito, problemas antigos, nascidos no contexto de uma outra época, perdem a sua importância, enquanto no contexto hodierno nascem novos problemas e novas dificuldades. Portanto, temos que estar sempre disponíveis para um processo de purificação, em que o Senhor nos há-de tornar capazes de permanecer unidos.

Caros irmãos e irmãs, pela complexa realidade ecumênica, pela promoção do diálogo e também a fim de que os cristãos na nossa época possam dar um novo testemunho comum de fidelidade a Cristo diante deste nosso mundo, peço a oração de todos. O Senhor ouça a invocação, nossa e de todos os cristãos, que nesta Semana se eleva a Ele com intensidade particular.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 27 de Janeiro de 2010

São Francisco de Assis

Queridos irmãos e irmãs,

Numa catequese recente, já ilustrei o papel providencial que a Ordem dos Frades Menores e a Ordem dos Padres Pregadores, fundadas respectivamente por São Francisco de Assis e por São Domingos de Gusmão, tiveram na renovação da Igreja do seu tempo. Hoje gostaria de vos apresentar a figura de Francisco, um autêntico "gigante" da santidade, que continua a fascinar muitíssimas pessoas de todas as idades e religiões.

"Nasceu no mundo um sol". Com estas palavras, na Divina Comédia (Paraíso, Canto XI), o sumo poeta italiano Dante Alighieri alude ao nascimento de Francisco, ocorrido entre o final de 1181 e o início de 1182, em Assis. Pertencente a uma família rica – o pai era comerciante de tecidos – Francisco transcorreu uma adolescência e uma juventude tranquilas, cultivando os ideais cavalheirescos da época. Com vinte anos participou numa campanha militar, e foi aprisionado. Adoeceu e foi libertado. Depois do regresso a Assis, começou nele um lento processo de conversão espiritual, que o levou a abandonar gradualmente o estilo de vida mundano, que tinha praticado até então. Remontam a esta época os célebres episódios do encontro com o leproso, ao qual Francisco, descendo do cavalo, deu o ósculo da paz, e da mensagem do Crucifixo na pequena Igreja de São Damião. Três vezes Cristo na Cruz se animou, e disse-lhe: "Vai, Francisco, e repara a minha Igreja em ruínas". Este simples acontecimento da palavra do Senhor ouvida na igreja de São Damião esconde um simbolismo profundo. Imediatamente São Francisco é chamado a reparar esta pequena igreja, mas o estado de ruínas deste edifício é símbolo da situação dramática e preocupante da própria Igreja naquele tempo, com uma fé superficial que não forma e não transforma a vida, com um clero pouco zeloso, com o refrear-se do amor; uma destruição interior da Igreja que implica também uma decomposição da unidade, com o nascimento de movimentos heréticos. Contudo, no centro desta Igreja em ruínas está o Crucifixo e fala: chama à renovação, chama Francisco a um trabalho manual para reparar concretamente a pequena igreja de São Damião, símbolo da chamada mais profunda a renovar a própria Igreja de Cristo, com a sua radicalidade de fé e com o seu entusiasmo de amor a Cristo. Este acontecimento, que aconteceu provavelmente em 1205, faz pensar noutro evento semelhante que se verificou em 1207: o sonho do Papa Inocêncio III. Ele vê em sonhos que a Basílica de São João de Latrão, a igreja-mãe de todas as igrejas, está a desabar e um religioso pequeno e insignificante ampara com os seus ombros a igreja para que não caia. É interessante notar, por um lado, que não é o Papa quem dá ajuda para que a igreja não desa-

be, mas um religioso pequeno e insignificante, que o Papa reconhece em Francisco que o visita. Inocêncio III era um Papa poderoso, de grande cultura teológica, assim como de grande poder político, contudo não é ele quem renova a Igreja, mas um religioso pequeno e insignificante: é São Francisco, chamado por Deus. Por outro lado, é importante observar que São Francisco não renova a Igreja sem ou contra o Papa, mas em comunhão com ele. As duas realidades caminham juntas: o Sucessor de Pedro, os Bispos, a Igreja fundada na sucessão dos Apóstolos e o carisma novo que o Espírito Santo cria neste momento para renovar a Igreja. Ao mesmo tempo, cresce a verdadeira renovação.

Voltemos à vida de São Francisco. Dado que o pai Bernardone lhe reprovava a demasiada generosidade para com os pobres, Francisco, diante do Bispo de Assis, com um gesto simbólico despojou-se das suas roupas, com a intenção de renunciar assim à herança paterna: como no momento da criação, Francisco nada possui, mas só a vida que Deus lhe doou, em cujas mãos ele se entrega. Depois, viveu como um eremita, até quando, em 1208, teve lugar outro acontecimento fundamental no itinerário da sua conversão. Ouvindo um trecho do Evangelho de Mateus – o sermão de Jesus aos Apóstolos enviados em missão – Francisco sentiu-se chamado a viver na pobreza e a dedicar-se à pregação. Outros companheiros se uniram a ele, e em 1209 veio a Roma, para submeter ao Papa Inocêncio III o projeto de uma nova forma de vida cristã. Recebeu um acolhimento paterno daquele grande Pontífice que, iluminado pelo Senhor, intuiu a origem divina do movimento suscitado por Francisco. O Pobrezinho de Assis tinha compreendido que cada carisma doado pelo Espírito Santo deve ser colocado ao serviço do Corpo de Cristo, que é a Igreja; portanto agiu sempre em plena comunhão com a autoridade eclesiástica. Na vida dos santos não há contraste entre carisma profético e carisma de governo e, se surge alguma tensão, eles sabem esperar com paciência os tempos do Espírito Santo.

Na realidade, alguns historiadores no século XIX e também no século passado procuraram criar por detrás do Francisco da tradição, um chamado Francisco histórico, assim como se procura criar por detrás do Jesus dos Evangelhos, um chamado Jesus histórico. Este Francisco histórico não teria sido um homem de Igreja, mas um homem relacionado imediatamente só com Cristo, um homem que queria criar uma renovação do povo de Deus, sem formas canônicas nem hierarquia. A verdade é que São Francisco teve realmente uma relação muito imediata com Jesus e com a palavra de Deus, que queria seguir *sine glossa*, tal qual é, em toda a sua radicalidade e verdade. É também verdade que inicialmente ele não tinha a intenção de criar uma Ordem com as formas canônicas necessárias mas, simplesmente, com a palavra de Deus e com a presença do Senhor, ele desejava renovar o povo de Deus, convocá-lo de novo para a

escuta da palavra e para a obediência verbal com Cristo. Além disso, sabia que Cristo nunca é "meu", mas é sempre "nosso", que não posso tê-lo "eu" e reconstruir "eu" contra a Igreja, a sua vontade e o seu ensinamento, mas só na comunhão da Igreja construída sobre a sucessão dos Apóstolos é que se renova também a obediência à palavra de Deus.

É também verdade que não tinha a intenção de criar uma nova ordem, mas apenas de renovar o povo de Deus para o Senhor que vem. Mas compreendeu com sofrimento e dor que tudo deve ter a sua ordem, que também o direito da Igreja é necessário para dar forma à renovação e assim inseriu-se realmente de modo total, com o coração, na comunhão da Igreja, com o Papa e com os Bispos. Sabia sempre que o centro da Igreja é a Eucaristia, na qual o Corpo de Cristo e o seu Sangue se tornam presentes. Através do Sacerdócio, a Eucaristia é a Igreja. Onde caminham juntos Sacerdócio de Cristo e comunhão da Igreja, então ali habita também a palavra de Deus. O verdadeiro Francisco histórico é o Francisco da Igreja e precisamente deste modo fala também aos não-crentes, aos fiéis de outras confissões e religiões.

Francisco e os seus frades, cada vez mais numerosos, estabeleceram-se na Porciúncula, ou igreja de Santa Maria dos Anjos, lugar sagrado por excelência da espiritualidade franciscana. Também Clara, uma jovem de Assis, de família nobre, se pôs na escola de Francisco. Assim, teve origem a Segunda Ordem franciscana, a das Clarissas, outra experiência destinada a dar frutos insignes de santidade na Igreja.

Também o sucessor de Inocêncio III, Papa Honório III, com a sua bula *Cum dilecti* de 1218 apoiou o singular desenvolvimento dos primeiros Frades Menores, que iam abrindo as suas missões em diversos países da Europa, e até em Marrocos. Em 1219 Francisco obteve a autorização para ir falar, no Egito, com o sultão muçulmano Melek-el-Kamel, para pregar também ali o Evangelho de Jesus. Desejo ressaltar este episódio da vida de São Francisco, que tem uma grande atualidade. Numa época na qual se estava a verificar um confronto entre o Cristianismo e o Islão, Francisco, intencionalmente armado só com a sua fé e com a sua mansidão pessoal, percorreu com eficácia o caminho do diálogo. As crônicas falam-nos de um acolhimento benévolo e cordial recebido do sultão muçulmano. É um modelo no qual também hoje se deveriam inspirar as relações entre cristãos e muçulmanos: promover um diálogo na verdade, no respeito recíproco e na compreensão mútua (cf. Nostra aetate, 3). Parece depois que em 1220 Francisco visitou a Terra Santa, lançando assim uma semente, que teria dado muito fruto: de fato, os seus filhos espirituais fizeram dos Lugares nos quais Jesus viveu um âmbito privilegiado da sua missão. Com gratidão penso hoje nos grandes méritos da Custódia franciscana da Terra Santa.

Tendo regressado à Itália, Francisco entregou o governo da Ordem ao seu vigário, frei Pedro Cattani, enquanto o Papa confiou à proteção do Cardeal Ugolino, futuro Sumo Pontífice Gregório IX, a Ordem, que contava cada vez mais adeptos. Por seu lado o Fundador, totalmente dedicado à pregação que desempenhava com grande sucesso, redigiu uma Regra, depois aprovada pelo Papa.

Em 1224, na ermida de La Verna, Francisco vê o Crucificado na forma de um serafim e do encontro com o serafim crucificado, recebeu os estigmas; ele torna-se assim um com Cristo crucificado: um dom que expressa a sua íntima identificação com o Senhor.

A morte de Francisco – o seu *transitus* – aconteceu na noite de 3 de Outubro de 1226, na Porciúncula. Depois de ter abençoado os seus filhos espirituais, ele faleceu, estendido no chão nu. Dois anos mais tarde, foi construída em sua honra uma grande basílica em Assis, que ainda hoje é meta de muitíssimos peregrinos, que podem venerar o túmulo do santo e gozar da visão dos afrescos de Giotto, pintor que ilustrou de modo magnífico a vida de Francisco.

Foi dito que Francisco representa um *alter Christus*, que era verdadeiramente um ícone vivo de Cristo. Ele foi chamado também "o irmão de Jesus". De fato, era este o seu ideal: ser como Jesus; contemplar o Cristo do Evangelho, amá-lo intensamente, imitar as suas virtudes. Em particular, ele quis dar um valor fundamental à pobreza interior e exterior, ensinando-a também aos filhos espirituais. A primeira bem-aventurança do Sermão da Montanha – bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o reino dos céus (Mt 5, 3) – encontrou uma luminosa realização na vida e nas palavras de São Francisco. Deveras, queridos amigos, os santos são os melhores intérpretes da Bíblia; eles, encarnando na sua vida a Palavra de Deus, tornam-na atraente como nunca, de modo que fala realmente conosco. O testemunho de Francisco, que amou a pobreza para seguir Cristo com dedicação e liberdade totais, continua a ser também para nós um convite a cultivar a pobreza interior para crescer na confiança em Deus, unindo também um estilo de vida sóbrio e um desapego dos bens materiais.

Em Francisco o amor a Cristo expressou-se de modo especial na adoração do Santíssimo Sacramento da Eucaristia. Nas Fontes franciscanas lêem-se expressões comovedoras, como esta: "Toda a humanidade tema, o universo inteiro trema e o céu exulte, quando no altar, na mão do sacerdote, está Cristo, o Filho do Deus vivo. Ó favor maravilhoso! Ó sublimidade humilde, que o Senhor do universo, Deus e Filho de Deus, a tal ponto se humilhe que se esconda para a nossa salvação, sob uma modesta forma de pão" (Francisco de Assis, Escritos, Editrici Franciscane, Pádua 2002, 401).

Neste ano sacerdotal, apraz-me recordar também uma recomendação dirigida por Francisco aos sacerdotes: "Quando quiserem celebrar a Missa, puros de modo puro, façam com reverên-

cia o verdadeiro sacrifício do santíssimo Corpo e Sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo" (Francisco de Assis, Escritos, 399). Francisco mostrava sempre uma grande deferência em relação aos sacerdotes, e recomendava que fossem sempre respeitados, também no caso de serem pessoalmente pouco dignos. Dava como motivação deste profundo respeito o fato de que eles receberam o dom de consagrar a Eucaristia. Queridos irmãos no sacerdócio, nunca esqueçamos este ensinamento: a santidade da Eucaristia pede que sejamos puros, que vivamos de modo coerente com o Mistério que celebramos.

Do amor a Cristo nasce o amor às pessoas e também a todas as criaturas de Deus. Eis outra característica da espiritualidade de Francisco: o sentido da fraternidade universal e o amor pela criação, que lhe inspirou o célebre Cântico das criaturas. É uma mensagem muito atual. Como recordei na minha recente Encíclica *Caritas in veritate*, só é sustentável um desenvolvimento que respeite a criação e que não danifique o meio ambiente (cf. nn. 48-52) e na Mensagem para o Dia Mundial da Paz deste ano ressaltei que também a construção de uma paz sólida está relacionada com o respeito da criação. Francisco recorda-nos que na criação se manifesta a sabedoria e a benevolência do Criador. A natureza é entendida por ele precisamente como uma linguagem na qual Deus fala conosco, na qual a realidade se torna transparente e nós podemos falar de e com Deus.

Queridos amigos, Francisco foi um grande santo e um homem jubiloso. A sua simplicidade, a sua humildade, a sua fé, o seu amor a Cristo, a sua bondade para cada homem e mulher fizeram-no feliz em todas as situações. De fato, entre a santidade e a alegria subsiste uma relação íntima e indissolúvel. Um escritor francês disse que no mundo só existe uma tristeza: a de não ser santo, isto é, de não estar próximo de Deus. Olhando para o testemunho de São Francisco, compreendemos que é este o segredo da verdadeira felicidade: tornar-nos santos, próximos de Deus!

Que a Virgem, ternamente amada por Francisco, nos obtenha este dom. Confiemo-nos a ela com as mesmas palavras do Pobrezinho de Assis: "Santa Maria Virgem, não existe outra semelhante a ti nascida no mundo entre as mulheres, filha e escrava do altíssimo Rei e Pai celeste, Mãe do nosso santíssimo Senhor Jesus Cristo, esposa do Espírito Santo: interceda por nós... junto do teu santíssimo e dileto Filho, Senhor e Mestre" (Francisco de Assis, Escritos, 163).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 3 de Fevereiro de 2010

São Domingos de Gusmão

Caros irmãos e irmãs

Na semana passada apresentei a figura luminosa de Francisco de Assis, e hoje gostaria de vos falar de outro santo que, na mesma época, ofereceu uma contribuição fundamental para a renovação da Igreja do seu tempo. Trata-se de São Domingos, fundador da Ordem dos Pregadores, também conhecidos como Padres Pregadores.

O seu sucessor na orientação da Ordem, Beato Jordão da Saxónia, oferece um retrato completo de São Domingos no texto de uma oração famosa: "Inflamado de zelo por Deus e de ardor sobrenatural, pela tua caridade sem confins e o fervor do espírito veemente, consagraste-te inteiramente com o voto da pobreza perpétua à observância apostólica e à pregação evangélica". ressaltada precisamente esta característica fundamental do testemunho de Domingos: ele falava sempre com Deus e de Deus. Na vida dos santos, o amor pelo Senhor e pelo próximo, a busca da glória de Deus e da salvação das almas caminham sempre juntos.

Domingos nasceu em Caleruega, na Espanha, por volta de 110. Pertencia a uma nobre família da Velha Castilha e, ajudado por um tio sacerdote, formou-se numa célebre escola de Palência. Distinguiu-se imediatamente pelo interesse no estudo da Sagrada Escritura e pelo amor aos pobres, a tal ponto que chegou a vender os livros, que na sua época constituíam um bem de grande valor, para socorrer com o lucro as vítimas de uma carestia.

Tendo sido ordenado sacerdote, foi eleito cónego do cabido da Catedral na sua Diocese de origem, Osma. Embora esta nomeação pudesse representar para ele algum motivo de prestígio na Igreja e na sociedade, ele não a interpretou como um privilégio pessoal, nem como o início de uma carreira eclesiástica brilhante, mas como um serviço a prestar com dedicação e humildade. Não é porventura uma tentação, a da carreira, do poder, uma tentação da qual não estão imunes nem sequer aqueles que desempenham um papel de animação e de governo na Igreja Recordei-o há alguns meses, durante a consagração de alguns Bispos: "Não procuremos o poder, o prestígio e a estima para nós mesmos... Sabemos como as coisas na sociedade civil e, com frequência, também na Igreja sofrem pelo fato de que muitos deles, aos quais foi conferida uma responsabilidade, trabalham para si mesmos e não para a comunidade" (Homilia durante a Capela Papal para a Ordenação episcopal de cinco Excelentíssimos Prelados, 12 de Setembro de 200).

O Bispo de Osma, que se chamava Diogo, um pastor verdadeiro e zeloso, observou depressa as qualidades espirituais de Domingos, e quis valer-se da sua colaboração. Juntos, partiram

para o Norte da Europa a fim de realizar missões diplomáticas que lhes eram confiadas pelo rei de Castilha. Viajando, Domingos descobriu dois desafios enormes para a Igreja do seu tempo: a existência de povos ainda não evangelizados, nas extremidades setentrionais do continente europeu, e a laceração religiosa que debilitava a vida cristã no Sul da França, onde a ação de alguns grupos heréticos criava confusão e o afastamento da verdade da fé. A ação missionária a favor daqueles que não conheciam a luz do Evangelho e a obra de reevangelização das comunidades cristãs tornaram-se assim as metas apostólicas que Domingos se propôs alcançar. O Papa, que o Bispo Diogo e Domingos visitaram para pedir conselho, pediu a este último que se dedicasse à pregação aos Albigenses, um grupo herético que defendia uma concepção dualista da realidade, ou seja, com dois princípios criadores igualmente poderosos, o Bem e o Mal. Por conseguinte, este grupo desprezava a matéria como proveniente do princípio do mal, rejeitando até o matrimônio, chegando mesmo a negar a encarnação de Cristo, os sacramentos em que o Senhor nos "toca" através da matéria, e a ressurreição dos corpos. Os Albigenses apreciavam a vida pobre e austera – neste sentido, eram também exemplares – e criticavam a riqueza do Clero daquela época. Domingos aceitou com entusiasmo esta missão, que realizou precisamente com o exemplo da sua existência pobre e austera, com a pregação do Evangelho e com debates públicos. A esta missão de pregar a Boa Nova ele dedicou o resto da sua vida. Os seus filhos teriam realizado inclusive os outros sonhos de São Domingos: a missão ad gentes, ou seja, àqueles que ainda não conheciam Jesus, e a missão àqueles que viviam nas cidades, sobretudo nas universitárias, onde as novas tendências intelectuais eram um desafio para a fé dos cultos.

Este grande santo recorda-nos que no coração da Igreja deve sempre arder um fogo missionário, que impele incessantemente a fazer o primeiro anúncio do Evangelho e, onde for necessário, a uma nova evangelização: com efeito, Cristo é o bem mais precioso que os homens e as mulheres de todos os tempos e lugares têm o direito de conhecer e de amar! E é consolador ver que até na Igreja de hoje são muitos – pastores e fiéis leigos, membros de antigas ordens religiosas e de novos movimentos eclesiais – que com alegria despendem a sua vida por este ideal supremo: anunciar e testemunhar o Evangelho!

Depois, a Domingos de Gusmão uniram-se outros homens, atraídos pela mesma aspiração. Deste modo, progressivamente, da primeira fundação de Toulouse teve origem a Ordem dos Pregadores. Com efeito, Domingos em plena sintonia com as diretrizes dos Papas do seu tempo, Inocêncio III, Honório III, adoptou a antiga Regra de Santo Agostinho, adaptando-a às exigências de vida apostólica que o levaram, bem como os seus companheiros, a pregar passando de um lugar para outro, mas depois voltando aos próprios conventos, lugares de estudo,

oração e vida comunitária. De modo particular, Domingos quis dar relevo a dois valores considerados indispensáveis para o bom êxito da missão evangelizadora: a vida comunitária na pobreza e o estudo.

Antes de tudo, Domingos e os Padres Pregadores apresentavam-se como mendicantes, isto é, sem vastas propriedades de terrenos para administrar. Este elemento tornava-os mais disponíveis ao estudo e à pregação itinerante, e constituía um testemunho concreto para as pessoas. O governo interno dos conventos e das províncias dominicanas estruturou-se segundo o sistema de cabidos, que elegiam os seus próprios Superiores, sucessivamente confirmados pelos Superiores maiores; portanto, uma organização que estimulava a vida fraterna e a responsabilidade de todos os membros da comunidade, exigindo fortes convicções pessoais. A escolha deste sistema nascia precisamente do fato que os Dominicanos, como pregadores da verdade de Deus, tinham que ser coerentes com quanto anunciavam. A verdade estudada e compartilhada na caridade com os irmãos constitui o fundamento mais profundo da alegria. O Beato Jordão da Saxónia diz de São Domingos: "Ele acolhia cada homem no grande seio da caridade e, dado que amava todos, todos o amavam. Fez para si uma lei pessoal de se alegrar com as pessoas felizes e de chorar com aqueles que choravam" (Libellus de principiis Ordinis Praedicatorum autore Iordano de Saxonia, ed. H. C. Scheeben Monumenta Historica Sancti Patris Nostri Dominici, Romae, 13).

Em segundo lugar, com um gesto intrépido, Domingos quis que os seus seguidores adquirissem uma formação teológica sólida e não hesitou em enviá-los às Universidades dessa época, embora não poucos eclesiásticos vissem com desconfiança estas instituições culturais. As Constituições da Ordem dos Pregadores atribuem muita importância ao estudo como preparação para o apostolado. Domingos queria que os seus Padres se dedicassem a isto sem poupar esforços, com diligência e piedade; um estudo fundado na alma de todo o saber teológico, ou seja, na Sagrada Escritura, e respeitador das interrogações formuladas pela razão. O desenvolvimento da cultura impõe àqueles que desempenham o ministério da Palavra, a vários níveis, que sejam bem preparados. Portanto exorto todos, pastores e leigos, a cultivar esta "dimensão cultural" da fé, a fim de que a beleza da verdade cristã possa ser melhor compreendida e a fé seja verdadeiramente alimentada, fortalecida e também defendida. Neste Ano sacerdotal, convido os seminaristas e os sacerdotes e estimar o valor espiritual do estudo. A qualidade do ministério sacerdotal depende também da generosidade com que se aplica ao estuo das verdades reveladas.

Domingos, que quis fundar uma Ordem religiosa de pregadores-teólogos, lembra-nos que a teologia tem uma dimensão espiritual e pastoral, que enriquece a alma e a vida. Os presbíte-

ros, os consagrados e também todos os fiéis podem encontrar uma profunda "alegria interior" na contemplação da beleza da verdade que vem de Deus, verdade sempre atual e viva. O lema dos Padres Pregadores – *contemplata aliis tradere* – ajuda-nos a descobrir, além disso, um anseio pastoral no estudo contemplativo de tal verdade, pela exigência de comunicar aos outros o fruto da própria contemplação.

Quando Domingos faleceu, em 1221 em Bolonha, a cidade que o declarou padroeiro, a sua obra já tinha alcançado grande sucesso. A Ordem dos Pregadores, com o apoio da Santa Sé, difundiu-se em muitos países da Europa, em benefício da Igreja inteira. Domingos foi canonizado em 1234, e é ele mesmo que, com a sua santidade, nos indica dois meios indispensáveis a fim de que ação apostólica seja incisiva. Em primeiro lugar, a devoção mariana, que ele cultivou com ternura e deixou como herança preciosa aos seus filhos espirituais, que na história da Igreja tiveram o grande mérito de difundir a recitação do santo Rosário, tão querida ao povo cristão e tão rica de valores evangélicos, uma autêntica escola de fé e de piedade. Em segundo lugar Domingos, que assumiu o cuidado de alguns mosteiros femininos na França e em Roma, acreditou até ao fundo no valor da oração de intercessão pelo bom êxito do afã apostólico. Só no Paraíso compreenderemos quão eficazmente a oração das irmãs claustrais acompanham a obra apostólica! A cada uma delas dirijo o meu pensamento grato e carinhoso.

Estimados irmãos e irmãs, a vida de Domingos de Gusmão estimule todos nós a sermos fervorosos na oração, corajosos na vivência da fé e profundamente apaixonados por Jesus Cristo. Por sua intercessão, peçamos a Deus que enriqueça sempre a Igreja com autênticos pregadores do Evangelho.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 10 de Fevereiro de 2010

São António de Pádua

Queridos irmãos e irmãs! Há duas semanas apresentei a figura de São Francisco de Assis. Esta manhã gostaria de falar de outro santo pertencente à primeira geração dos Frades Menores: António de Pádua ou, como é também chamado, de Lisboa, referindo-se à sua cidade natal. Trata-se de um dos santos mais populares de toda a Igreja Católica, venerado não só em Pádua, onde foi construída uma maravilhosa Basílica que conserva os seus despojos mortais, mas em todo o mundo. São queridas aos fiéis as imagens e as imagens que o representam com o lírio, símbolo da sua pureza, ou com o Menino Jesus no colo, em recordação de uma milagrosa aparição mencionada por algumas fontes literárias.

António contribuiu de modo significativo para o desenvolvimento da espiritualidade franciscana, com os seus salientes dotes de inteligência, equilíbrio, zelo apostólico e, principalmente, fervor místico.

Nasceu em Lisboa numa família nobre, por volta de 1195, e foi batizado com o nome de Fernando. Uniu-se aos cônegos que seguiam a regra monástica de Santo Agostinho, primeiro no mosteiro de São Vicente em Lisboa e, sucessivamente, no da Santa Cruz em Coimbra, famoso centro cultural de Portugal. Dedicou-se com interesse e solicitude ao estudo da Bíblia e dos Padres da Igreja, adquirindo aquela ciência teológica que fez frutificar na atividade do ensino e da pregação. Aconteceu em Coimbra o episódio que contribuiu para uma mudança decisiva na sua vida: ali, em 1220 foram expostas as relíquias dos primeiros cinco missionários franciscanos,

que tinham ido a Marrocos, onde encontraram o martírio. A sua vicissitude fez nascer no jovem Fernando o desejo de os imitar e de progredir no caminho da perfeição cristã: então, pediu para deixar os Cônegos agostinianos e para se tornar Frade Menor. O seu pedido foi aceite e, tomando o nome de António, partiu também ele para Marrocos, mas a Providência divina dispôs de outro modo. Após uma doença, foi obrigado a partir para a Itália e, em 1221, participou no famoso "Capítulo das Esteiras" em Assis, onde encontrou também São Francisco. Em seguida, viveu algum tempo no escondimento total num convento de Forli, no norte da Itália, onde o Senhor o chamou para outra missão. Enviado, por circunstâncias totalmente casuais, a pregar por ocasião de uma ordenação sacerdotal, mostrou ser dotado de ciência e eloquência, e os Superiores destinaram-no à pregação. Começou assim na Itália e na França, uma atividade apostólica tão intensa e eficaz que induziu muitas pessoas que se tinham afastado da Igreja a reconsiderar a sua decisão. António foi também um dos primeiros mestres de

teologia dos Frades Menores, ou até o primeiro. Iniciou o seu ensino em Bolonha, com a bênção de São Francisco, o qual, reconhecendo as virtudes de António, lhe enviou uma breve carta, que iniciava com estas palavras: "Agrada-me que ensines teologia aos frades". António lançou as bases da teologia franciscana que, cultivada por outras insignes figuras de pensadores, teria conhecido o seu ápice com São Boaventura de Bagnoregio e com o beato Duns Escoto.

Tornando-se Superior dos Frades Menores da Itália setentrional, continuou o ministério da pregação, alternando-o com as funções de governo. Concluído o cargo de Provincial, retirou-se para perto de Pádua, aonde já tinha ido outras vezes. Após um ano, faleceu nas portas da cidade, a 13 de Junho de 1231. Pádua, que o tinha acolhido com afeto e veneração durante a vida, tributou-lhe para sempre honra e devoção. O próprio Papa Gregório IX, que depois de o ter ouvido pregar o tinha definido "Arca do Testamento", canonizou-o só um ano depois da morte, em 1232, também após os milagres que se verificaram por sua intercessão.

No último período de vida, António pôs por escrito dois ciclos de "Sermões", intitulados respectivamente "Sermões dominicais" e "Sermões sobre os Santos", destinados aos pregadores e aos professores dos estudos teológicos da Ordem franciscana. Nestes Sermões ele comentava os textos da Escritura apresentados pela Liturgia, utilizando a interpretação patrístico-medieval dos quatro sentidos, o literal ou histórico, o alegórico ou cristológico, o antropológico ou moral, e o analógico, que orienta para a vida eterna. Hoje redescobre-se que estes sentidos são dimensões do único sentido da Sagrada Escritura e que é justo interpretar a Sagrada Escritura procurando as quatro dimensões da sua palavra. Estes Sermões de Santo António são textos teológico-homiléticos, que refletem a pregação bíblica, na qual António propõe um verdadeiro itinerário de vida cristã. É tanta a riqueza de ensinamentos espirituais contida nos "Sermões", que o Venerável Papa Pio XII, em 1946, proclamou António Doutor da Igreja, atribuindo-lhe o título de "Doutor evangélico", porque desses escritos sobressai o vigor e a beleza do Evangelho; ainda hoje os podemos ler com grande proveito espiritual.

Nestes Sermões Santo António fala da oração como de uma relação de amor, que estimula o homem a dialogar docilmente com o Senhor, criando uma alegria inefável, que suavemente envolve a alma em oração. António recorda-nos que a oração precisa de uma atmosfera de silêncio que não coincide com o desapego do rumor externo, mas é experiência interior, que tem por finalidade remover as distrações causadas pelas preocupações da alma, criando o silêncio na própria alma. Segundo o ensinamento deste insigne Doutor franciscano, a oração é articulada em quatro atitudes indispensáveis que, no latim de António, são assim definidas: *obsecratio, oratio, postulatio, gratiarum actio*. Poderíamos traduzi-las do seguinte modo:

abrir com confiança o próprio coração a Deus; é este o primeiro passo do rezar, não simplesmente colher uma palavra, mas abrir o coração à presença de Deus; depois, dialogar afetuosamente com Ele, vendo-o presente comigo; e depois muito natural apresentar-lhe as nossas necessidades; por fim, louvá-lo e agradecer-lhe.

Deste ensinamento de Santo António sobre a oração captamos uma das características específicas da teologia franciscana, da qual ele foi o iniciador, isto é, o papel atribuído ao amor divino, que entra na esfera dos afetos, da vontade, do coração, e que é também a fonte da qual brota uma consciência espiritual, que supera qualquer conhecimento. De fato, amando, conhecemos.

Escreve ainda António: "A caridade é a alma da fé, torna-a viva; sem o amor, a fé esmorece" (Sermomes Dominicales et Festivi II, Messaggero, Pádua 1979, p. 37).

Só uma alma que reza pode realizar progressos na vida espiritual: é este o objeto privilegiado da pregação de Santo António. Ele conhece bem os defeitos da natureza humana, a nossa tendência a cair no pecado, e portanto exorta a continuar a combater a inclinação da avidez, do orgulho, da impureza, e a praticar as virtudes da pobreza e da generosidade, da humildade e da obediência, da castidade e da pureza. No início do século XVIII, no contexto do renascimento das cidades e do florescer do comércio, crescia o número de pessoas insensíveis às necessidades dos pobres. Por este motivo, António convidou várias vezes os fiéis a pensar na verdadeira riqueza, a da cruz, que tornando bons e misericordiosos, faz acumular tesouros para o Céu. "Ó ricos assim exorta ele tornai-vos amigos... dos pobres, acolhei-os nas vossas casas: serão depois eles, os pobres, quem vos acolherão nos eternos tabernáculos, onde há a beleza da paz, a confiança da consciência, a opulenta tranquilidade da eterna saciedade" (Ibid., p. 29).

Não é porventura este, queridos amigos, um ensinamento muito importante também hoje, quando a crise financeira e os graves desequilíbrios econômicos empobrecem não poucas pessoas, e criam condições de miséria? Na minha Encíclica *Caritas in veritate* recordo: "A economia tem necessidade da ética para o seu correto funcionamento não de uma ética qualquer, mas de uma ética amiga da pessoa" (n. 45).

António, na escola de Francisco, coloca sempre Cristo no centro da vida e do pensamento, da ação e da pregação. Esta é outra característica típica da teologia franciscana: o cristocentrismo.

Ela contempla benevolamente, e convida a contemplar, os mistérios da humanidade do Senhor, o homem Jesus, de modo particular, o mistério da Natividade, Deus que se fez Menino,

se entregou nas nossas mãos: um mistério que suscita sentimentos de amor e de gratidão para com a bondade divina.

Por um lado a Natividade, ponto central do amor de Cristo pela humanidade, mas também a visão do Crucifixo inspira em António pensamentos de reconhecimento para com Deus e de estima pela dignidade da pessoa humana, de modo que todos, crentes e não-crentes, possam encontrar no Crucificado e na sua imagem um significado que enriquece a vida. Escreve Santo António: "Cristo, que é a tua vida, está pendurado diante de ti, para que tu olhes para a cruz como para um espelho. Nela poderás conhecer quanto mortais foram as tuas feridas, que nenhum remédio teria podido curar, a não ser o do sangue do Filho de Deus. Se olhares bem, poderás dar-te conta de como são grandes a tua dignidade humana e o teu valor... Em nenhum outro lugar o homem pode aperceber-se melhor do seu valor, a não ser olhando para o espelho da cruz" (Sermones Dominicales et Festivi III, pp. 213-214).

Meditando estas palavras podemos compreender melhor a importância da imagem do Crucifixo para a nossa cultura, para o nosso humanismo nascido da fé cristã. Precisamente olhando para o Crucifixo vemos, como diz Santo António, como é grande a dignidade humana e o valor do homem. Em nenhum outro ponto se pode compreender quanto o homem vale, precisamente porque Deus nos torna tão importantes, nos vê tão importantes, que somos, para Ele, dignos do seu sofrimento; assim, toda a dignidade humana aparece no espelho do Crucifixo e olhar em sua direção é sempre fonte do reconhecimento da dignidade humana.

Queridos amigos, possa António de Pádua, tão venerado pelos fiéis, interceder pela Igreja inteira, e sobretudo por aqueles que se dedicam à pregação; oremos ao Senhor para que nos ajude a aprender um pouco desta arte de Santo António. Os pregadores, inspirando-se no seu exemplo, tenham a preocupação de unir doutrina sólida e sã, piedade sincera, incisiva na comunicação. Neste Ano sacerdotal, rezemos para que os sacerdotes e os diáconos desempenhem com solicitude este ministério de anúncio e de atualização da Palavra de Deus aos fiéis, sobretudo através das homilias litúrgicas. Sejam elas uma apresentação eficaz da eterna beleza de Cristo, precisamente como António recomendava: "Se pregas Jesus, Ele comove os corações duros; se o invocas, alivia das tentações amargas; se o pensas, ilumina o teu coração; se o lês, sacia-te a mente" (Sermones Dominicales et Festivi III, p. 59).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 17 de Fevereiro de 2010

Quarta-feira de Cinzas

Amados irmãos e Irmãs!

Hoje, Quarta-Feira de Cinzas, damos início ao caminho quaresmal: um caminho que se desenvolve por quarenta dias e que nos conduz à alegria da Páscoa do Senhor. Neste itinerário espiritual não estamos sozinhos, porque a Igreja nos acompanha e nos ampara desde o início com a Palavra de Deus, que encerra um programa de vida espiritual e de compromisso penitencial, e com a graça dos Sacramentos.

São as palavras do apóstolo Paulo que nos oferecem uma preciosa recomendação: "exortamo-vos a que não recebais em vão a graça de Deus... Ouvi-te no tempo favorável e ajudei-te no dia da salvação" (2 Cor 6, 1-2). Na realidade, na visão cristã da vida todos os momentos devem ser considerados favoráveis e todos os dias devem ser dias de salvação, mas a liturgia da Igreja refere estas palavras de um modo totalmente particular no tempo da Quaresma. E podemos compreender que os quarenta dias em preparação para a Páscoa são tempo favorável e de graça do apelo que o austero rito da imposição das cinzas nos dirige e que se exprime, na liturgia, com duas fórmulas: "Convertei-vos e acreditai no Evangelho!", "Recorda-te que és pó e pó te hás-de tornar".

A primeira chamada é à conversão, palavra que se deve acolher na sua extraordinária seriedade, compreendendo a surpreendente novidade que ela irradia. O apelo à conversão, de fato, ressalta e denuncia a fácil superficialidade que caracteriza com muita frequência a nossa vida.

Converter-se significa mudar de direção no caminho da vida: não com um pequeno ajustamento, mas com uma verdadeira inversão de marcha. Conversão é ir contra a corrente, onde a "corrente" é o estilo de vida superficial, incoerente e ilusório, que muitas vezes nos arrasta, nos domina e nos torna escravos do mal ou prisioneiros da mediocridade moral. Com a conversão, ao contrário, tem-se como objetivo a medida alta da vida cristã, confiamo-nos no Evangelho vivente e pessoal, que é Cristo Jesus. A sua pessoa é a meta final e o sentido profundo da conversão, ele é o caminho pelo qual todos são chamados a caminhar na vida, deixando-se iluminar pela sua luz e amparar pela sua força que move os nossos passos. Deste modo a conversão manifesta o seu rosto mais maravilhoso e fascinante: não é uma simples decisão moral, que retifica o nosso modo de vida, mas é uma escolha de fé, que nos envolve totalmente na comunhão íntima com a pessoa viva e concreta de Jesus. Converter-se e crer no Evangelho não são duas coisas diversas ou de qualquer modo apenas próximas entre si, mas expressam a mesma realidade. A conversão é o "sim" total de quem entrega a própria existên-

cia ao Evangelho, respondendo livremente a Cristo que foi o primeiro a oferecer-se ao homem como caminho, verdade e vida, como o único que liberta e salva. É precisamente este o sentido das primeiras palavras com as quais, segundo o evangelista Marcos, Jesus abre a pregação do "Evangelho de Deus": "Completou-se o tempo e o reino de Deus está perto: Arrependei-vos e acreditai na Boa Nova" (Mc 1, 15).

O "arrependei-vos e acreditai na Boa Nova" não está só no início da vida cristã, mas acompanha todos os seus passos, permanece renovando-se e difunde-se ramificando-se em todas as suas expressões. Todos os dias é momento favorável e de graça, porque todos os dias nos solicita a entregar-nos a Jesus, a ter confiança n'Ele, a permanecer n'Ele, a partilhar o seu estilo de vida, a aprender d'Ele o amor verdadeiro, a segui-lo no cumprimento quotidiano da vontade do Pai, a única grande lei de vida. Todos os dias, também quando não faltam as dificuldades e as fadigas, as canseiras e as quedas, quando somos tentados a abandonar o caminho do seguimento de Cristo e a fechar-nos em nós mesmos, no nosso egoísmo, sem nos darmos conta da necessidade que temos de nos abrir ao amor de Deus em Cristo, para viver a mesma lógica de justiça e de amor. Na recente Mensagem para a Quaresma eu quis recordar que "é necessário humildade para aceitar que é preciso que um Outro me liberte do "meu", para me dar gratuitamente o "seu". Isto acontece particularmente nos sacramentos da Penitência e da Eucaristia. Graças à ação de Cristo, nós podemos entrar na justiça "maior", que é aquela do amor (cf. Rm 13, 8-10), a justiça de quem se sente em todo o caso sempre mais devedor que credor, porque recebeu mais do que aquilo que poderia esperar" (L'Oss. Rom. edição portuguesa de 6 de Fevereiro de 2010, p. 3).

O momento favorável e de graça da Quaresma mostra-nos o próprio significado espiritual também através da antiga fórmula: Recorda-te que és pó e pó te hás-de tornar, que o sacerdote pronuncia quando impõe sobre a nossa cabeça um pouco de cinza. Somos assim remetidos para o início da história humana, quando o Senhor disse a Adão depois do pecado original: "Com o suor do teu rosto comerás o pão, enquanto não voltares à terra, porque dela foste tirado: tu és pó e pó te hás-de tornar!" (Gn 3, 19). Aqui, a palavra de Deus recorda-nos a nossa fragilidade, aliás a nossa morte, que é a sua forma extrema. Perante o inato medo do fim, e ainda mais no contexto de uma cultura que de muitos modos tende a censurar a realidade e a experiência humana do morrer, a liturgia quaresmal, por um lado, recorda-nos a morte convidando-nos ao realismo e à sabedoria, mas, por outro, estimula-nos sobretudo a aceitar e a viver a novidade inesperada que a fé cristã desencadeia na realidade da própria morte.

O homem é pó e pó se há-de tornar, mas é pó precioso aos olhos de Deus, porque Deus criou o homem destinando-o à imortalidade. Assim a fórmula litúrgica "Recorda-te que és pó e pó

te hás-de tornar" encontra a plenitude do seu significado em referência ao novo Adão, Cristo. Também o Senhor Jesus quis partilhar livremente com cada homem o destino da fragilidade, sobretudo através da sua morte na cruz; mas infelizmente esta morte, cheia do seu amor pelo Pai e pela humanidade, foi o caminho para a ressurreição gloriosa, através da qual Cristo se tornou fonte de uma graça doada a quantos crêem n'Ele e são tornados partícipes da própria vida divina. Esta vida que não terá fim já está a decorrer na fase terrena da nossa existência, mas será levada a cumprimento depois "da ressurreição da carne". O pequeno gesto da imposição das cinzas revela-nos a singular riqueza do seu significado: é um convite a percorrer o tempo quaresmal como uma imersão mais consciente e intensa no mistério pascal de Cristo, na sua morte e ressurreição, mediante a participação na Eucaristia e na vida de caridade, que da Eucaristia nasce e na qual encontra o seu cumprimento. Com a imposição das cinzas nós renovamos o nosso compromisso a seguir Jesus, a deixar-nos transformar pelo seu mistério pascal, para vencer o mal e praticar o bem, para fazer morrer o nosso "homem velho" ligado ao pecado e fazer nascer o "homem novo" transformado pela graça de Deus.

Queridos amigos! Enquanto nos preparamos para empreender o austero caminho quaresmal, desejamos invocar com particular confiança a proteção e a ajuda da Virgem Maria. Seja ela, a primeira crente em Cristo, quem nos acompanha nestes quarenta dias de intensa oração e sincera penitência, para chegar a celebrar, purificados e completamente renovados na mente e no espírito, o grande mistério da Páscoa do seu Filho.

Boa Quaresma a todos!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 3 de Março de 2010

São Boaventura de Bagnoregio

Queridos irmãos e irmãs

Hoje gostaria de falar de São Boaventura de Bagnoregio. Confesso-vos que, ao propor-vos este argumento, sinto uma certa saudade, porque volto a pensar nas pesquisas que, como jovem estudioso, fiz precisamente sobre este autor, que me é particularmente caro. O seu conhecimento influiu em grande medida na minha formação. Com muita alegria, há alguns meses, fui em peregrinação à sua terra natal, Bagnoregio, uma pequena cidade italiana no Lácio, que conserva com veneração a sua memória.

Tendo nascido provavelmente em 1217 e falecido em 1274, ele viveu no século XIII, uma época em que a fé cristã, radicada profundamente na cultura e na sociedade da Europa, inspirou obras imperecíveis no campo da literatura, das artes visuais, da filosofia e da teologia. Entre as grandes figuras cristãs que contribuíram para a composição desta harmonia entre fé e cultura sobressai precisamente Boaventura, homem de ação e de contemplação, de profunda piedade e de prudência no governo.

Chamava-se João de Fidanza. Um episódio que teve lugar quando ainda era jovem marcou profundamente a sua vida, como ele mesmo narra. Tinha sido atingido por uma grave doença e nem sequer o seu pai, que era médico, esperava salvá-lo da morte. Então, sua mãe recorreu à intercessão de São Francisco de Assis, que tinha sido canonizado há pouco tempo. E João ficou curado.

A figura do Pobrezinho de Assis tornou-se-lhe ainda mais familiar alguns anos mais tarde, quando se encontrava em Paris, aonde tinha ido para estudar. Obtivera o diploma de Mestre de Artes, que poderíamos comparar com o de um Liceu prestigioso dos nossos tempos. Nesta altura, como muitos jovens de ontem e também de hoje, João formulou uma pergunta crucial: "O que devo fazer da minha vida?". Fascinado pelo testemunho de fervor e de radicalidade evangélica dos Frades Menores, que tinham chegado a Paris em 1219, João bateu à porta do Convento franciscano daquela cidade, e pediu para ser acolhido na grande família dos discípulos de São Francisco. Muitos anos depois, ele explicou as razões da sua escolha: em São Francisco e no movimento por ele iniciado, entrevia a ação de Cristo. Assim escrevia numa carta endereçada a outro frade: "Confesso diante de Deus que a razão que me fez amar mais a vida do Beato Francisco é que ela se assemelha aos inícios e ao crescimento da Igreja. A Igreja começou com simples pescadores e em seguida enriqueceu-se de doutores muito ilustres e sábios; a religião do Beato Francisco não foi estabelecida pela prudência dos homens, mas de

Cristo" (Epistula de tribus quaestionibus ad magistrum innominatum, in Opere di San Bonaventura. Introduzione generale, Roma 1990, pág. 29).

Portanto, por volta do ano de 1243 João vestiu o hábito franciscano e adquiriu o nome de Boaventura. Foi imediatamente destinado aos estudos e frequentou a Faculdade de Teologia da Universidade de Paris, seguindo uma série de cursos muitos exigentes. Obteve os vários títulos requeridos pela carreira acadêmica, os de "bacharel bíblico" e de "bacharel sentenciário". Assim Boaventura estudou a fundo a Sagrada Escritura, as Sentenças de Pedro Lombardo, o manual de teologia daquela época e os mais importantes autores de teologia e, em contato com os mestres e os estudantes que afluíam a Paris de toda a Europa, amadureceu a sua reflexão pessoal e uma sensibilidade espiritual de grande valor que, durante os anos seguintes, soube transferir para as suas obras e os seus sermões, tornando-se assim um dos teólogos mais importantes da história da Igreja. É significativo recordar o título da tese que ele defendeu para ser habilitado ao ensino da teologia, a *licentia ubique docendi*, como então se dizia. A sua dissertação tinha como título Questões sobre o conhecimento de Cristo. Este argumento mostra o papel central que Cristo teve sempre na vida e no ensinamento de Boaventura. Sem dúvida, podemos dizer que todo o seu pensamento foi profundamente cristocêntrico.

Naqueles anos em Paris, a cidade de adoção de Boaventura, desencadeava-se uma polêmica violenta contra os Frades Menores de São Francisco de Assis e contra os Padres Pregadores de São Domingos de Guzman. Contestava-se o seu direito de ensinar na Universidade e chegava-se até a pôr em dúvida a autenticidade da sua vida consagrada. Certamente, as mudanças introduzidas pelas Ordens Mendicantes no modo de entender a vida religiosa, de que falei nas catequeses precedentes, eram tão inovativas que nem todos conseguiam compreendê-las. Além disso acrescentavam-se, como às vezes acontece também entre pessoas sinceramente religiosas, motivos de debilidade humana, como a inveja e o ciúme. Embora estivesse circundado pela oposição dos outros mestres universitários, Boaventura já tinha começado a ensinar na cátedra de teologia dos Franciscanos e, para responder àqueles que contestavam as Ordens Mendicantes, compôs um escrito intitulado A perfeição evangélica. Neste escrito, ele demonstra que as Ordens Mendicantes, de modo especial os Frades Menores, praticando os votos de pobreza, de castidade e de obediência, seguiam os conselhos do próprio Evangelho. Para além destas circunstâncias históricas, o ensinamento oferecido por Boaventura nesta sua obra e na sua vida permanece sempre atual: a Igreja tornou-se mais luminosa e bonita pela fidelidade à vocação da parte daqueles seus filhos e filhas que não só põem em prática os preceitos evangélicos mas, pela graça de Deus, são chamados a observar os seus conselhos e assim, através

do seu estilo de vida pobre, casto e obediente, são testemunho de que o Evangelho é nascente de alegria e de perfeição.

O conflito foi pacificado, pelo menos por um certo período e, mediante a intervenção pessoal do Papa Alexandre IV em 1257, Boaventura foi reconhecido oficialmente doutor e mestre da Universidade parisiense. Todavia, ele teve que renunciar a este cargo prestigioso, porque naquele mesmo ano o Capítulo geral da Ordem o elegeu Ministro-Geral.

Desempenhou tal encargo durante 17 anos com sabedoria e dedicação, visitando as províncias, escrevendo aos irmãos e intervindo por vezes com uma certa severidade para eliminar abusos. Quando Boaventura deu início a este serviço, a Ordem dos Frades Menores desenvolveu-se de modo prodigioso: contavam-se mais de 30.000 frades espalhados por todo o Ocidente, com presenças missionárias no norte da África, no Médio Oriente e até em Pequim. Era necessário consolidar esta expansão e sobretudo conferir-lhe, em plena fidelidade ao carisma de Francisco, unidade de ação e de espírito. Com efeito, entre os seguidores do Santo de Assis havia vários modos de interpretar a sua mensagem e existia realmente o risco de uma ruptura interna. Para evitar este perigo, o Capítulo geral da Ordem em Narbona, em 1260, aceitou e retificou um texto proposto por Boaventura, em que se reuniam e unificavam as normas que regulavam a vida diária dos Frades Menores. No entanto, Boaventura intuía que as disposições legislativas, por mais que se inspirassem na sabedoria e na moderação, não eram suficientes para garantir a comunhão do espírito e dos corações. Era necessário compartilhar os mesmos ideais e motivações. Por isso, Boaventura quis apresentar o carisma genuíno de Francisco, a sua vida e o seu ensinamento. Reuniu, então, com grande zelo documentos relativos ao Pobrezinho e ouviu com atenção as recordações daqueles que tinham conhecido Francisco diretamente. Daqui nasceu uma biografia do Santo de Assis, bem fundamentada sob o ponto de vista histórico, intitulada Legenda maior, redigida também de forma mais abreviada e por isso chamada *Legenda minor*. Diversamente do termo italiano, esta palavra latina não indica um fruto da fantasia, mas ao contrário "Legenda" significa um texto autorizado, "que se deve ler" oficialmente. Com efeito, o Capítulo geral dos Frades Menores de 1263, reunindo-se em Pisa, reconheceu na biografia de São Boaventura o retrato mais fiel do Fundador e deste modo ela tornou-se a biografia oficial do Santo.

Qual é a imagem de São Francisco que sobressai do coração e da pena do seu filho devoto e sucessor, São Boaventura? O ponto essencial: Francisco é um *alter Christus*, um homem que procurou Cristo apaixonadamente. No amor que impele à imitação, conformou-se de modo total com Ele. Boaventura indicava este ideal vivo a todos os seguidores de Francisco. Este ideal, válido para cada cristão ontem, hoje e sempre, foi apontado como programa também

para a Igreja do Terceiro Milênio pelo meu Predecessor, o Venerável João Paulo II. Tal programa, escreveu na Carta *Novo millennio ineunte*, está centrado "no próprio Cristo, que deve ser conhecido, amado e imitado, para viver nele a vida trinitária, e transformar com Ele a história até ao seu cumprimento na Jerusalém celeste" (n. 29).

Em 1273, a vida de São Boaventura conheceu outra mudança. O Papa Gregório X quis consagrá-lo Bispo e nomeá-lo Cardeal. Pediu-lhe também que preparasse um importantíssimo evento eclesial: o II Concílio Ecumênico de Lião, que tinha como finalidade o restabelecimento da comunhão entre as Igrejas latina e grega. Ele dedicou-se a esta tarefa com diligência, mas não conseguiu ver a conclusão daquela assembleia ecumênica, porque faleceu durante a sua realização. Um notário pontifício anônimo compôs um elogio de Boaventura, que nos oferece um retrato conclusivo deste grande santo e excelente teólogo: "Homem bom, afável, piedoso e misericordioso, repleto de virtudes, amado por Deus e pelos homens... Com efeito, Deus concedeu-lhe tal graça, que todos aqueles que o viam permaneciam imbuídos de um amor que o coração não podia ocultar" (cf. J. G. Bougerol, Bonaventura, in A. Vauchez (por), Storia dei santi e della santità cristiana. Vol. VI. Lepoca del rinnovamento evangelico, Milão 1991, pág. 91).

Recolhamos a herança deste Santo Doutor da Igreja, que nos recorda o sentido da nossa vida com as seguintes palavras: "Na terra... podemos contemplar a imensidão divina mediante o raciocínio e a admiração; na pátria celeste, ao contrário, mediante a visão, quando nos tornarmos semelhantes a Deus, e através do êxtase... entraremos na alegria de Deus" (La conoscenza di Cristo, q. 6, conclusione, in Opere di San Bonaventura. Opuscoli Teologici 1, Roma 1993, pág. 17).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 10 de Março de 2010

São Boaventura de Bagnoregio (2)

Caros irmãos e irmãs

Na semana passada falei da vida e da personalidade de São Boaventura de Bagnoregio. Esta manhã gostaria de continuar a apresentação, refletindo sobre uma parte da sua obra literária e da sua doutrina.

Como já disse São Boaventura, entre os vários méritos, teve o de interpretar autêntica e fielmente a figura de São Francisco de Assis, por ele venerado e estudado com grande amor. Em particular, na época de São Boaventura uma corrente de Frades Menores, chamados "espirituais", afirmava que com São Francisco fora inaugurada uma fase totalmente nova da história, aparecera o "Evangelho eterno" de que fala o Apocalipse, que substituía o Novo Testamento. Este grupo afirmava que a Igreja já tinha esgotado o seu papel histórico e seria substituída por uma comunidade carismática de homens livres guiados interiormente pelo Espírito, isto é pelos "Franciscanos espirituais". Na base das ideias de tal grupo havia os escritos de um abade cisterciense, Joaquim de Fiore, falecido em 1202. Nas suas obras, ele afirmava um ritmo trinitário da história. Considerava o Antigo Testamento como era do Pai, seguido pelo tempo do Filho, o tempo da Igreja. Haveria que esperar ainda a terceira era, a do Espírito Santo. Assim, toda a história devia ser interpretada como uma história de progresso: da severidade do Antigo Testamento à relativa liberdade do tempo do Filho, na Igreja, até à plena liberdade dos Filhos de Deus, no período do Espírito Santo, que enfim seria inclusive o período da paz entre os homens, da reconciliação dos povos e das religiões. Joaquim de Fiore suscitou a esperança de que o início

do novo tempo viria de um novo monaquismo. Assim, é compreensível que um grupo de Franciscanos julgasse reconhecer em São Francisco de Assis o iniciador do novo tempo e, na sua Ordem, a comunidade da nova época a comunidade do tempo do Espírito Santo, que deixava atrás de si a Igreja hierárquica, para começar a nova Igreja do Espírito, desligada das velhas estruturas.

Portanto, havia o risco de um gravíssimo mal-entendido da mensagem de São Francisco, da sua fidelidade humilde ao Evangelho e à Igreja, e tal equívoco incluía uma visão errónea do Cristianismo no seu conjunto.

São Boaventura, que em 1257 se tornou Ministro-Geral da Ordem Franciscana, encontrou-se diante de uma grave tensão no interior da sua própria Ordem precisamente por causa de quem defendia a mencionada corrente dos "Franciscanos espirituais", que se inspirava em Joaquim

de Fiore. Exatamente para responder a este grupo e dar nova unidade à Ordem, São Boaventura estudou com atenção os escritos autênticos de Joaquim de Fiore e os que lhe eram atribuídos e, tendo em consideração a necessidade de apresentar corretamente a figura e a mensagem do seu amado São Francisco, quis expor uma justa visão da teologia da história. São Boaventura enfrentou o problema na sua última obra, uma coletânea de conferências aos monges do estúdio parisiense, que ficou incompleta e chegou até nós através das transcrições dos auditores, intitulada Hexaëmeron, isto é uma explicação alegórica dos seis dias da criação. Os Padres da Igreja consideravam os seis ou sete dias da narração sobre a criação como profecia da história do mundo, da humanidade. Os sete dias representavam para eles sete períodos da história, mais tarde interpretados também como sete milénios. Com Cristo teríamos entrado no último, ou seja no sexto período da história, ao qual depois se seguiria o grande sábado de Deus. São Boaventura supõe esta interpretação histórica do relatório dos dias da criação, mas de um modo muito livre e inovativo. Para ele, dois fenómenos do seu tempo tornam necessária uma nova interpretação do curso da história.

O primeiro: a figura de São Francisco, homem totalmente unido a Cristo até à comunhão dos estigmas, quase um *alter Christus*, e com São Francisco a nova comunidade por ele criada, diferente do monaquismo até agora conhecido. Este fenómeno exigia uma nova interpretação, como novidade de Deus que surgiu nesse momento.

O segundo: a posição de Joaquim de Fiore, que anunciava um novo monaquismo e um período totalmente novo da história, indo além da revelação do Novo Testamento exigia uma resposta.

Como Ministro-Geral da Ordem dos Franciscanos, São Boaventura viu logo que com a concepção espiritualista inspirada por Joaquim de Fiore, a Ordem não era governável, mas caminhava logicamente rumo à anarquia. Para ele, havia duas consequências:

A primeira: a necessária prática de estruturas e de inserção na realidade da Igreja hierárquica, da Igreja real, tinha necessidade de um fundamento teológico, também porque os outros, aqueles que seguiam a concepção espiritualista, mostravam um aparente fundamento teológico.

A segunda: mesmo tendo em consideração o realismo necessário, não se podia perder a novidade da figura de São Francisco.

Como respondeu São Boaventura à exigência prática e teórica? Da sua resposta posso dar aqui só um resumo muito esquemático e incompleto, em alguns pontos:

1. São Boaventura rejeita a ideia do ritmo trinitário da história. Deus é um para toda a história e não se divide em três divindades. Portanto, a história é uma só, embora seja um caminho e – segundo São Boaventura – um caminho de progresso.
2. Jesus Cristo é a última palavra de Deus – nele Deus disse tudo, doando-se e proclamando-se a si mesmo. Mais do que Ele mesmo, Deus não pode dizer, nem doar. O Espírito Santo é Espírito do Pai e do Filho. O próprio Cristo diz do Espírito Santo: "...ensinar-vos-á tudo o que vos tenho dito" (Jo 14, 26), "receberá do que é meu para vo-lo anunciar" (Jo 16, 15). Portanto, não existe outro Evangelho mais excelso, não há outra Igreja a esperar. Por isso, até a Ordem de São Francisco deve inserir-se nesta Igreja, na sua fé, no seu ordenamento hierárquico.
3. Isto não significa que a Igreja é imóvel, fixa no passado, e que nela não possa haver novidade. "*Opera Christi non deficiunt, sed proficiunt*", as obras de Cristo não regridem, não vêm a faltar, mas progridem, diz o Santo na Carta *De tribus quaestionibus*. Assim São Boaventura formula explicitamente a ideia de progresso, e esta é uma novidade em relação aos Padres da Igreja e a uma grande parte dos seus contemporâneos. Para São Boaventura Cristo não é mais, como era para os Padres da Igreja, o fim, mas o centro da história; com Cristo, a história não termina, mas começa um novo período. Outra consequência é a seguinte: até àquele momento predominava a ideia de que os Padres da Igreja fossem o ápice absoluto da teologia, e que todas as gerações seguintes só pudessem ser suas discípulas. Até São Boaventura reconhece os Padres como mestres para sempre, mas o fenómeno de São Francisco dá-lhe a certeza de que a riqueza da palavra de Cristo é inesgotável e que até nas novas gerações podem despontar novas luzes. A unicidade de Cristo garante também novidade e renovação em todos os períodos da história.
Sem dúvida, a Ordem franciscana – assim sublinha – pertence à Igreja de Jesus Cristo, à Igreja Apostólica, e não pode construir-se num espiritualismo utópico. Mas ao mesmo tempo é válida anovidadedetal Ordem em relação ao monaquismo clássico, e São Boaventura – como eu disse na catequese precedente – defendeu esta novidade contra os ataques do Clero secular de Paris: os Franciscanos não têm um mosteiro fixo e podem estar presentes em toda a parte para anunciar o Evangelho. Precisamente a ruptura com a estabilidade, característica do monaquismo, a favor de uma nova flexibilidade, restituiu à Igreja o dinamismo missionário.
Nesta altura, talvez seja útil dizer que até hoje existem visões segundo as quais toda a história da Igreja no segundo milênio teria sido um declínio permanente; alguns vêem o declínio já imediatamente após o Novo Testamento. Na realidade, "*Opera Christi non deficiunt, sed proficiunt*", as obras de Cristo não regridem mas progridem. O que seria a Igreja, sem a nova espiritualidade dos Cistercienses, dos Franciscanos e Dominicanos, da espiritualidade de Santa

Teresa de Ávila e de São João da Cruz, e assim por diante? Até hoje é válida esta afirmação: "*Opera Christi non deficiunt, sed proficiunt*", progridem. São Boaventura ensina-nos o conjunto do discernimento necessário, mesmo severo, do realismo sóbrio e da abertura a novos carismas doados por Cristo no Espírito Santo, à sua Igreja. E enquanto se repete esta ideia do declínio, há também outra ideia, o "utopismo espiritualista" que se repete. Com efeito, sabemos que depois do Concílio Vaticano II alguns estavam convictos de que tudo era novo, como se houvesse outra Igreja, que a Igreja pré-conciliar tivesse terminado e teríamos tido outra, totalmente "outra". Um utopismo anárquico! E graças a Deus os timoneiros sábios da barca de Pedro, Papa Paulo VI e Papa João Paulo II, por um lado defenderam a novidade do Concílio e por outro, ao mesmo tempo, defenderam a unicidade e a continuidade da Igreja, que é sempre Igreja de pecadores e sempre lugar de Graça.

4. Neste sentido São Boaventura, como Ministro-Geral dos Franciscanos, assumiu uma linha de governo em que era bem claro que a nova Ordem não podia, como comunidade, viver à mesma "altura escatológica" de São Francisco, em quem ele vê antecipado o mundo futuro, mas – guiado ao mesmo tempo por um realismo sadio e pela coragem espiritual – tinha que se aproximar o mais possível da máxima realização do Sermão da Montanha, que para São Francisco foi a regra, mesmo tendo em consideração os limites do homem, marcado pelo pecado original.

Vemos assim que para São Boaventura governar não era simplesmente agir, mas era sobretudo pensar e rezar. Na base do seu governo encontramos sempre a oração e o pensamento; todas as suas decisões derivam da reflexão, do pensamento iluminado pela oração. O seu contato íntimo com Cristo acompanhou sempre o seu trabalho de Ministro-Geral e por isso ele compôs uma série de escritos teológico-místicos, que expressam a alma do seu governo e manifestam a intenção de orientar interiormente a Ordem, isto é de governar não só mediante mandatos e estruturas, mas guiando e iluminando as almas, orientando para Cristo.

Destes seus escritos, que são a alma do seu governo e mostram o caminho a percorrer, tanto ao indivíduo como à comunidade, gostaria de mencionar um só, sua obra-prima, o *Itinerarium mentis in Deum*, que é um "manual" de contemplação mística. Este livro foi concebido num lugar de profunda espiritualidade: o monte La Verna, onde São Francisco tinha recebido os estigmas. Na introdução, o autor explica as circunstâncias que deram origem a este seu escrito: "Enquanto eu meditava sobre as possibilidades da alma se elevar a Deus, apresentou-se-me entre outros aquele acontecimento admirável ocorrido naquele lugar com o bem-aventurado Francisco, ou seja a visão do Serafim alado em forma de Crucifixo. E meditando sobre isto, dei-me conta imediatamente de que tal visão me oferecia o êxtase contemplativo

do próprio pai Francisco e ao mesmo tempo o caminho que a ele conduz" (Itinerário da mente em Deus, Prólogo, 2 em Obras de São Boaventura. Opúsculos Teológicos /1, Roma 1993, pág. 499).

Assim, as seis asas do Serafim tornam-se o símbolo de seis etapas que conduzem progressivamente o homem ao conhecimento de Deus através da observação do mundo e das criaturas e através da exploração da própria alma com as suas faculdades, até à união total com a Trindade por meio de Cristo, à imitação de São Francisco de Assis. As últimas palavras do *Itinerarium* de São Boaventura, que respondem à pergunta sobre o modo como se pode alcançar esta comunhão mística com Deus, deviam fazer alcançar o fundo do coração: "Se agora desejas saber como acontece isto (a comunhão mística com Deus), interroga a graça, não a doutrina; o desejo, não o intelecto; o gemido da oração, não o estudo da letra; o esposo, não o mestre; Deus, não o homem; as trevas, não a clareza; não a luz, mas o fogo que tudo inflama e transporta em Deus, com as fortes unções e os afetos ardentíssimos... Portanto, entremos nas trevas, silenciemos os anseios, as paixões e os fantasmas; passemos com Cristo Crucificado deste mundo para o Pai para, depois de o ter visto, dizermos com Filipe: basta-me isto" (Ibid., VII, 6).

Queridos amigos, aceitemos o convite que nos é dirigido por São Boaventura, o Doutor Seráfico, e coloquemo-nos na escola do Mestre divino: ouçamos a sua Palavra de vida e de verdade, que ressoa no íntimo da nossa alma. Purifiquemos os nossos pensamentos e as nossas ações, a fim de que Ele possa habitar em nós, e nós possamos ouvir a sua Voz divina, que nos atrai para a verdadeira felicidade.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 17 de Março de 2010

São Boaventura (3)

Queridos irmãos e irmãs

Esta manhã, continuando a reflexão de quarta-feira passada, gostaria de aprofundar convosco outros aspectos da doutrina de São Boaventura de Bagnoregio. Ele é um teólogo eminente, que merece ser posto ao lado de outro grandíssimo pensador, seu contemporâneo, São Tomás de Aquino. Ambos perscrutaram os mistérios da Revelação, valorizando os recursos da razão humana, naquele diálogo fecundo entre fé e razão que caracteriza a Idade Média cristã, fazendo dela uma época de grande vivacidade intelectual, e também de fé e de renovação eclesial, muitas vezes não suficientemente evidenciada. Eles são irmanados por outras analogias: tanto Boaventura, franciscano, como Tomás, dominicano, pertenciam às Ordens Mendicantes que, com o seu vigor espiritual, como recordei em catequeses precedentes, renovaram no século XIII a Igreja inteira e atraíram muitos seguidores. Ambos serviram a Igreja com diligência, com paixão e com amor, a ponto de terem sido convidados a participar no Concílio Ecumênico de Lião em 1274, o mesmo ano em que vieram a falecer: Tomás, enquanto ia a Lião, Boaventura durante a realização do mesmo Concílio. Também na Praça de São Pedro as imagens dos dois Santos são paralelas, colocadas precisamente no início da Colunata, a partir da fachada da Basílica Vaticana: uma na Ala da esquerda, e a outra na Ala da direita. Não obstante todos estes aspectos, podemos ver nos dois grandes Santos duas abordagens diversas da pesquisa filosófica e teológica, que mostram a originalidade e a profundidade de pensamento de um e do outro. Gostaria de mencionar algumas destas diferenças.

Uma primeira diferença diz respeito ao conceito de teologia. Ambos os doutores perguntam se a teologia é uma ciência prática ou uma ciência teórica, especulativa. São Tomás reflete sobre duas possíveis respostas contrastantes. A primeira diz: a teologia é reflexão sobre a fé, e a finalidade da fé é que homem se torne bom, viva segundo a vontade de Deus. Portanto, a finalidade da teologia deveria ser a de guiar pelo caminho reto, bom; por conseguinte, no fundo, ela é uma ciência prática. A outra posição diz: a teologia procura conhecer Deus. Nós somos obra de Deus; Deus está acima do nosso agir. Deus realiza em nós o agir justo. Por conseguinte, trata-se substancialmente não do nosso fazer, mas de conhecer Deus, não do nosso agir. A conclusão de São Tomás é: a teologia implica ambos os aspectos: é teórica, procura conhecer Deus cada vez mais, e é prática: procura orientar a nossa vida para o bem. Mas há um primado do conhecimento: sobretudo, temos que conhecer Deus, depois vem o agir segundo Deus

(cf. Summa Theologiae, ia, q. 1, art. 4). Este primado do conhecimento em relação à prática é significativo para a orientação fundamental de São Tomás.

A resposta de São Boaventura é muito semelhante, mas os matizes são diferentes. São Boaventura conhece os mesmos argumentos em ambas as direções, como São Tomás, mas para responder à pergunta se a teologia é uma ciência prática ou teórica, São Boaventura faz uma distinção tríplice – portanto, amplia a alternativa entre teórico (primado do conhecimento) e prático (primado da prática), acrescentando uma terceira atitude, que chama "sapiencial" e afirmando que a sabedoria abrange ambos os aspectos. E depois, continua: a sabedoria procura a contemplação (como a mais elevada forma do conhecimento) e tem como intenção "*ut boni fiamus*" – que nos tornemos bons, sobretudo isto: tornar-nos bons (cf. Breviloquium, Prologus, 5). Depois, acrescenta: "A fé está no intelecto, de tal modo que provoca o afeto. Por exemplo: saber que Cristo morreu "por nós" não permanece conhecimento, mas torna-se necessariamente afeto, amor" (Proemium in I Sent., q. 3).

A sua defesa da teologia, ou seja, da reflexão racional e metódica da fé, move-se na mesma linha. São Boaventura enumera alguns argumentos contra a prática da teologia, talvez difundidos também entre alguns dos frades franciscanos e presentes inclusive no nosso tempo: a razão esvaziaria a fé, seria uma atitude violenta em relação à palavra de Deus, temos que ouvir e não analisar a palavra de Deus (cf. Carta de São Francisco de Assis a Santo António de Pádua). A estes argumentos contra a teologia, que demonstram os perigos existentes na própria teologia, o Santo responde: é verdade que existe um modo arrogante de fazer teologia, uma soberba da razão, que se põe acima da palavra de Deus. Mas a verdadeira teologia, o trabalho racional da teologia verdadeira e boa tem outra origem, não a soberba da razão. Quem ama quer conhecer cada vez melhor e sempre mais o amado; a verdadeira teologia não empenha a razão e sua busca motivada pela soberba, "*sed propter amorem eius cui assentit*" – "motivada pelo amor daquele, a quem deu o seu consentimento" (Proemium in I Sent., q. 2), e que conhecer melhor o amado: esta é a intenção fundamental da teologia. Portanto, no final para São Boaventura é determinante o primado do amor. Por conseguinte, São Tomás e São Boaventura definem de modo diferente o destino último do homem, a sua plena felicidade: para São Tomás o fim supremo ao qual se dirige nosso desejo é: ver Deus. Neste simples gesto de ver Deus todos os problemas encontram solução: estamos felizes, nada mais é necessário.

Para São Boaventura, o destino último do homem é outro: amar Deus, o encontrar-se e o unir-se do seu e do nosso amor. Esta é para ele a definição mais adequada da nossa felicidade.

Nesta linha, poderíamos dizer também que para São Tomás a categoria mais elevada é a verdade, enquanto para São Boaventura é o bem. Seria errado ver nestas duas respostas uma contradição. Para ambos, a verdade é também o bem, e o bem é também a verdade; ver Deus é amar, e amar é ver. Portanto, trata-se de aspectos diferentes de uma visão fundamentalmente comum. Ambos os aspectos formaram diferentes tradições e diversas espiritualidades, e assim mostraram a fecundidade da fé, uma só na diversidade das suas expressões.

Voltemos a São Boaventura. É evidente que o aspecto específico da sua teologia, do qual só dei um exemplo, se explica a partir do carisma franciscano: o Pobrezinho de Assis, para além dos debates intelectuais do seu tempo, tinha mostrado com toda a sua vida o primado do amor; era um ícone vivo e apaixonado de Cristo e assim, na sua época, tornou presente a figura do Senhor não convenceu os seus contemporâneos com as palavras, mas com a sua vida. Em todas as obras de São Boaventura, precisamente também as obras científicas, escolares, vê-se e encontra-se esta inspiração franciscana; ou seja, observa-se que ele pensa a partir do encontro com o Pobrezinho de Assis. No entanto, para compreender a elaboração concreta do tema "primado do amor", temos que ter presente mais uma fonte: os escritos do chamado Pseudo-Dionísio, um teólogo sírio do século VI, que se escondeu sob o pseudónimo de Dionísio, o Areopagita, referindo-se com este nome a uma figura dos Atos dos Apóstolos (cf. 17, 34). Este teólogo tinha criado uma teologia litúrgica e uma teologia mística, e falara amplamente das diversas ordens dos anjos. Os seus escritos foram traduzidos em latim no século IX; na época de São Boaventura – estamos no século XIII – surgia uma nova tradição, que despertou o interesse do Santo e dos outros teólogos do seu século. Duas coisas chamavam a atenção de São Boaventura de modo particular:

1. O Pseudo-Dionísio fala de nove ordens dos anjos, cujos nomes tinha encontrado na Escritura e depois disposto à sua maneira, desde os anjos simples até aos serafins. São Boaventura interpreta estas ordens dos anjos como degraus na aproximação da criatura a Deus. Assim eles podem representar o caminho humano, a elevação rumo à comunhão com Deus. Para São Boaventura não há qualquer dúvida: São Francisco de Assis pertencia à ordem seráfica, à ordem suprema, ao coro dos serafins, ou seja: era puro fogo de amor. E assim deveriam ser os franciscanos. Mas São Boaventura sabia bem que este último grau de aproximação a Deus não pode ser inserido num ordenamento jurídico, mas é sempre um dom particular de Deus. Por isso, a estrutura da Ordem franciscana é mais modesta, mais realista, porém deve ajudar os membros a aproximar-se cada vez mais de uma existência seráfica de amor puro. Na quarta-feira passada, falei sobre esta síntese entre realismo sóbrio e radicalidade evangélica no pensamento e no agir de São Boaventura.

2. Contudo, São Boaventura encontrou nos escritos do Pseudo-Dionísio outro elemento, para ele ainda mais importante. Enquanto para Santo Agostinho o *intellectus*, o ver com a razão e o coração, é a última categoria do conhecimento, o Pseudo-Dionísio dá mais um passo: na escalada rumo a Deus pode-se chegar a um ponto em que a razão já não vê. Mas na noite do intelecto, o amor ainda vê – vê aquilo que permanece inacessível à razão. O amor estende-se além da razão, vê mais, entra mais profundamente no mistério de Deus. São Boaventura sentia-a fascinado por esta visão, que se encontrava com a sua espiritualidade franciscana. Precisamente na noite obscura da Cruz aparece toda a grandeza do amor divino; onde a razão já não vê, o amor vê. As palavras conclusivas do seu "Itinerário da mente em Deus", a uma leitura superficial podem parecer como expressão exagerada de uma devoção sem conteúdo; por outro lado, lidas à luz da teologia da Cruz de São Boaventura, elas são uma expressão límpida e realista da espiritualidade franciscana: "Se agora desejas saber como isto acontece (ou seja, a escalada para Deus), interroga a graça, não a doutrina; o desejo, não o intelecto; o gemido da oração, não o estudo da letra;...não a luz, mas o fogo, que tudo inflama e transporta em Deus" (VII, 6). Tudo isto não é anti-intelectual e não é anti-racional: supõe o caminho da razão, mas transcende-o no amor de Cristo crucificado. Com esta transformação da mística do Pseudo-Dionísio, São Boaventura coloca-se nos primórdios de uma corrente mística, que elevou e purificou em grande medida a mente humana: é um ápice na história do espírito humano.

Esta teologia da Cruz, nascida do encontro entre a teologia do Pseudo-Dionísio e a espiritualidade franciscana, não nos deve fazer esquecer que São Boaventura compartilha com São Francisco de Assis também o amor pela criação, a alegria pela beleza da criação de Deus. Cito nesta altura uma frase do primeiro capítulo do "Itinerário": "Quem... não vê os inúmeros esplendores das criaturas, é cego; aquele que não desperta com tantas vezes, é surdo; quem não louva a Deus por todas estas maravilhas, é mudo; aquele que de tantos sinais não se eleva ao primeiro princípio, é estulto" (I, 15). Toda a criação fala em voz alta de Deus, do Deus bom e belo, do seu amor.

Portanto, toda a nossa vida é para São Boaventura um "itinerário", uma peregrinação – uma escalada rumo a Deus. Mas só com as nossas forças, não podemos elevar-nos à altura de Deus. O próprio Deus deve ajudar-nos, deve "puxar-nos" para o alto. Por isso, é necessária a oração. A oração – como diz o Santo – é a mãe e a origem da elevação – "*sursum actio*", ação que nos leva para o alto – diz Boaventura. Por isso, concluo com a prece, com a qual ele começa o seu "Itinerário": "Portanto, oremos e digamos ao nosso Senhor Deus: "Conduza-me, Senhor, pela tua via, e eu caminharei na tua verdade. Alegre-se o meu coração no temor do teu nome"" (I, 1).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 24 de Março de 2010

Santo Alberto Magno

Estimados irmãos e irmãs! Um dos maiores mestres da teologia medieval é Santo Alberto Magno. O título de "grande" (*magnus*), com o qual ele passou para a história, indica a vastidão e a profundidade da sua doutrina, que ele associou à santidade da vida. Mas já os seus contemporâneos não hesitavam em atribuir-lhe títulos excelentes; um dos seus discípulos, Ulrico de Estrasburgo, definiu-o "enlevo e milagre da nossa época".

Nasceu na Alemanha, no início do século XIII, e ainda muito jovem partiu para a Itália, Pádua, sede de uma das mais famosas universidades da Idade Média. Dedicou-se ao estudo das chamadas "artes liberais": gramática, retórica, dialética, aritmética, geometria, astronomia e música, ou seja, da cultura geral, manifestando aquele interesse típico pelas ciências naturais, que depressa se teria tornado o campo predileto da sua especialização. Durante a permanência em Pádua, frequentou a igreja dos Dominicanos, aos quais se uniu depois com a profissão dos votos religiosos. As fontes hagiográficas deixam compreender que Alberto amadureceu gradualmente esta decisão. A intensa relação com Deus, o exemplo de santidade dos Padres dominicanos, a escuta dos sermões do Beato Jordão da Saxónia, sucessor de São Domingos na chefia da Ordem dos Pregadores, foram os fatores decisivos que o ajudaram a superar todas as dúvidas, vencendo também resistências familiares. Com frequência, nos anos da juventude, Deus fala-nos e indica-nos o desígnio da nossa vida. Como para Alberto, também para todos nós a oração pessoal alimentada pela Palavra do Senhor, a frequência dos Sacramentos e a direção espiritual de homens iluminados são os meios para descobrir e seguir a voz de Deus. Recebeu o hábito religioso das mãos do Beato Jordão da Saxónia.

Depois da ordenação sacerdotal, os Superiores destinaram-no ao ensino em vários centros de estudos teológicos anexos aos conventos dos Padres Dominicanos. As brilhantes qualidades intelectuais permitiram-lhe aperfeiçoar o estudo da teologia na universidade mais célebre dessa época, a de Paris. A partir de então, Santo Alberto empreendeu aquela extraordinária atividade de escritor, que depois teria continuado durante toda a vida.

Foram-lhe confiadas tarefas prestigiosas. Em 1248, foi encarregado de abrir um estúdio teológico em Colônia, uma das capitais mais importantes da Alemanha, onde ele viveu durante vários períodos, e que se tornou a sua cidade de adoção. De Paris, levou consigo para Colônia um discípulo extraordinário, Tomás de Aquino. Só o mérito de ter sido mestre de S. Tomás seria suficiente para nutrir profunda admiração por Santo Alberto. Entre estes dois grandes teólogos instaurou-se um relacionamento de estima e amizade recíproca, atitudes humanas

que contribuem muito para o desenvolvimento da ciência. Em 1254, Alberto foi eleito Provincial da "*Provincia Teutoniae*" – teutónica – dos Padres Dominicanos, que incluía comunidades difundidas num vasto território da Europa Central e do Norte. Ele distinguiu-se pelo zelo com que exerceu tal ministério, visitando as comunidades e exortando constantemente os irmãos de hábito à fidelidade, aos ensinamentos e aos exemplos de São Domingos.

Os seus dotes não passaram despercebidos ao Papa daquela época, Alexandre IV, que quis Alberto por um certo período ao seu lado em Anagni – aonde os Papas iam com frequência – também em Roma e em Viterbo, para se valer da sua consulta teológica. O mesmo Sumo Pontífice nomeou-o Bispo de Regensburg, uma diocese grande e famosa, que contudo se encontrava num momento difícil. De 1260 a 1262, Alberto desempenhou este ministério com dedicação incansável, conseguindo levar paz e concórdia à cidade, reorganizar paróquias e conventos, e dar um novo impulso às atividades caritativas.

Nos anos de 1263-1264 Alberto pregava na Alemanha e na Boémia, encarregado pelo Papa Urbano IV, para voltar depois para Colônia e retomar a sua missão de docente, estudioso e escritor. Dado que era um homem de oração, ciência e caridade, gozava de grande autoridade nas suas intervenções, em várias vicissitudes da Igreja e da sociedade do tempo: foi sobretudo homem de reconciliação e de paz em Colônia, onde o Arcebispo tinha entrado em dura oposição com as instituições municipais; prodigalizou-se durante a realização do II Concílio de Lião, em 1274, convocado pelo Papa Gregório X para favorecer a união entre as Igrejas latina e grega, depois da separação do grande cisma do Oriente, de 1054; ele esclareceu o pensamento de Tomás de Aquino, que tinha sido alvo de objecções e até de condenações, totalmente injustificáveis.

Faleceu na cela do seu convento da Santa Cruz em Colônia, em 1280, e foi imediatamente venerado pelos seus irmãos de hábito. A Igreja propô-lo ao culto dos fiéis com a beatificação, em 1622, e com a canonização, em 1931, quando o Papa Pio XI o proclamou Doutor da Igreja. Tratava-se de um reconhecimento indubitavelmente apropriado a este grande homem de Deus e insigne estudioso, não apenas das verdades da fé, mas de muitíssimos outros sectores do saber; com efeito, observando os títulos das suas numerosíssimas obras, damo-nos conta de que a sua cultura possui algo de prodigioso, e que os seus interesses enciclopédicos o levaram a ocupar-se não só de filosofia e de teologia, como outros contemporâneos, mas também de todas as outras disciplinas então conhecidas, da física à química, da astronomia à mineralogia, da botânica à zoologia. Por este motivo, o Papa Pio XII nomeou-o padroeiro dos cultores das ciências naturais e é chamado também "*Doctor universalis*", precisamente pela vastidão dos seus interesses e do seu saber.

Sem dúvida, os métodos científicos utilizados por Santo Alberto Magno não são aqueles que se teriam afirmado ao longo dos séculos seguintes. O seu método consistia simplesmente na observação, na descrição e na classificação dos fenómenos estudados, mas assim abriu a porta aos trabalhos futuros.

Ele ainda tem muito para nos ensinar. Sobretudo, Santo Alberto demonstra que entre fé e ciência não existe oposição, não obstante alguns episódios de incompreensão que se verificaram na história. Um homem de fé e de oração, como foi Santo Alberto Magno, pode cultivar tranquilamente o estudo das ciências naturais e progredir no conhecimento do microcosmos e do macrocosmos, descobrindo as leis próprias da matéria, porque tudo isto concorre para alimentar a sede e o amor de Deus. A Bíblia fala-nos da criação como da primeira linguagem através da qual Deus – que é suma inteligência, que é Logos – nos revela algo de si mesmo. O livro da Sabedoria, por exemplo, afirma que os fenómenos da natureza, dotados de grandeza e beleza, são como as obras de um artista, através das quais, por analogia, nós podemos conhecer o Autor da criação (cf. Sb 13, 5). Com uma similitude clássica na Idade Média e no Renascimento pode-se comparar o mundo natural com um livro escrito por Deus, que nós lemos com base nas diferentes abordagens das ciências (cf. Discurso aos participantes na Sessão Plenária da Pontifícia Academia das Ciências, 31 de Outubro de 2008). Com efeito, quantos cientistas, no sulco de Santo Alberto Magno, fizeram progredir as suas investigações inspirados pelo enlevo e pela gratidão diante do mundo que, aos seus olhos de estudiosos e de crentes, parecia e parece a obra boa de um Criador sábio e amoroso! O estudo científico transforma-se, então, num hino de louvor. Compreendeu-o bem um grande astrofísico dos nossos tempos, cuja causa de beatificação foi iniciada, Enrico Medi, que escreveu: "Oh, vós misteriosas galáxias... eu vejo-vos, calculo-vos, entendo-vos, estudo-vos e descubro-vos, penetro-vos e reúno-vos. De vós tomo a luz e dela faço ciência, tomo o movimento e faço dele sabedoria, tomo o brilho das cores e dele faço poesia; tomo-vos, a vós estrelas, nas minhas mãos e, tremendo na unidade do meu ser, elevo-vos acima de vós mesmas, e em oração apresento-vos ao Criador, que somente através de mim vós estrelas podeis adorar" (Le opere, Inno alla creazione).

Santo Alberto Magno recorda-nos que entre ciência e fé existe amizade, e que os homens de ciência podem percorrer, através da sua vocação para o estudo da natureza, um autêntico e fascinante percurso de santidade.

A sua extraordinária abertura de mente revela-se também uma realização cultural, que ele empreendeu com sucesso, ou seja, o acolhimento e a valorização do pensamento de Aristóteles. Com efeito, na época de Santo Alberto estava-se a difundir o conhecimento de numerosas obras deste grande filósofo grego, que viveu no século IV antes de Cristo, sobretudo no âmbi-

to da ética e da metafísica. Elas demonstravam a força da razão, explicavam com lucidez e clareza o sentido e a estrutura da realidade, a sua inteligibilidade, o valor e a finalidade das obras humanas. Santo Alberto Magno abriu a porta para a recepção completa da filosofia de Aristóteles na filosofia e teologia medieval, uma recepção elaborada depois de modo definitivo por S. Tomás. Esta recepção de uma filosofia, digamos, pagã pré-cristã, foi uma autêntica revolução cultural para aquela época. E no entanto, muitos pensadores cristãos temiam a filosofia de Aristóteles, a filosofia não cristã, sobretudo porque ela, apresentada pelos seus comentadores árabes, tinha sido interpretada de modo que parecia, pelo menos sob alguns pontos, totalmente irreconciliável com a fé cristã. Isto é, apresentava-se um dilema: fé e razão estão em contraste entre si, ou não?

Eis um dos grandes méritos de Santo Alberto: com rigor científico, ele estudou as obras de Aristóteles, convencido de que tudo aquilo que é realmente racional é compatível com a fé revelada nas Sagradas Escrituras. Em síntese, Santo Alberto Magno contribuiu assim para a formação de uma filosofia autónoma, distinta da teologia e a ela vinculada só pela unidade da verdade. Assim nasceu, no século XIII, uma clara distinção entre estes dois saberes, filosofia e teologia que, em diálogo entre si, cooperam harmoniosamente para a descoberta da autêntica vocação do homem, sequioso de verdade e de bem-aventurança: e é sobretudo a teologia, definida por Santo Alberto "ciência afetiva", aquela que indica ao homem a sua vocação à alegria eterna, um júbilo que brota da plena adesão à verdade.

Santo Alberto foi capaz de comunicar estes conceitos de modo simples e compreensível. Autêntico filho de São Domingos, pregava de bom grado ao povo de Deus, que permanecia conquistado pela sua palavra e pelo exemplo da sua vida.

Caros irmãos e irmãs, oremos ao Senhor a fim de que na Igreja nunca venham a faltar teólogos doutos, piedosos e sábios, como Santo Alberto Magno, e ajude cada um de nós a fazer nossa a "fórmula da santidade" que ele seguiu na sua vida: "Desejar tudo aquilo que eu quero para a glória de Deus, como Deus deseja para a sua glória tudo o que Ele quer", ou seja, conformar-se sempre com a vontade de Deus para desejar e fazer tudo unicamente e sempre pela sua glória.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 31 de Março de 2010

Tríduo Pascal

Queridos irmãos e irmãs!

Estamos a viver os dias santos que nos aproximam da meditação dos acontecimentos centrais da nossa Redenção, o núcleo essencial da nossa fé. Começa amanhã o Tríduo pascal, fulcro de todo o ano litúrgico, no qual somos chamados ao silêncio e à oração para contemplar o mistério da Paixão, Morte e Ressurreição do Senhor.

Nas homilias os Padres referem-se com frequência a estes dias que, como observa Santo Anastásio numa das suas Cartas Pascais, nos introduzem "naquele tempo que nos faz conhecer um novo início, o dia da Santa Páscoa, na qual o Senhor se imolou" (Carta 5, 1-2: pg. 26, 1379). Portanto, exorto-vos a viver intensamente estes dias para que eles orientem decididamente a vida de cada um para a adesão generosa e convicta a Cristo, morto e ressuscitado por nós.

A Santa Missa Crismal, prelúdio matutino da Quinta-Feira Santa, verá amanhã de manhã reunidos os presbíteros com o seu Bispo. Durante uma significativa celebração eucarística, que tem lugar normalmente nas Catedrais diocesanas, serão abençoados o óleo dos enfermos, dos catecúmenos e o Crisma. Além disso, o Bispo e os Presbíteros, renovarão as promessas sacerdotais pronunciadas no dia da Ordenação. Gesto que este ano assume um realce totalmente especial, porque se insere no âmbito do Ano sacerdotal, que proclamei para comemorar o 150º aniversário da morte do Santo Cura d'Ars. A todos os sacerdotes gostaria de
repetir os votos que formulei na conclusão da Carta de proclamação: "A exemplo do Santo Cura d'Ars, deixai-vos conquistar por Cristo e sereis também vós, no mundo de hoje, mensageiros de esperança, de reconciliação e de paz!".

Amanhã à tarde celebraremos o momento institutivo da Eucaristia. O Apóstolo Paulo, escrevendo aos Coríntios, confirmava os primeiros cristãos na verdade do mistério eucarístico, comunicando-lhes quanto ele mesmo tinha ouvido: "O Senhor Jesus, na noite em que foi entregue, tomou o pão e, depois de ter dado graças, partiu-o e disse: "Este é o meu corpo, entregue por vós; fazei isto em memória de mim". De igual modo, depois da ceia, tomou o cálice, dizendo: "Este é o cálice da nova aliança no meu sangue; fazei isto, todas as vezes que dele beberdes, em minha memória"" (1 Cor 11, 23-25). Estas palavras manifestam com clareza a intenção de Cristo: sob as espécies do pão e do vinho, Ele torna-se presente de modo real com o seu corpo oferecido e com o seu sangue derramado como sacrifício da Nova Aliança. Ao

mesmo tempo, Ele constitui os Apóstolos e os seus sucessores ministros deste sacramento, que entrega à sua Igreja como prova suprema do seu amor.

Além disso, recordaremos ainda, com um rito sugestivo o gesto de Jesus que lava os pés aos Apóstolos (cf. Jo 13, 1-25). Este ato torna-se para o evangelista a representação de toda a vida de Jesus e revela o seu amor até ao fim, um amor infinito, capaz de habilitar o homem à comunhão com Deus e de o tornar livre. No final da liturgia da Quinta-Feira Santa, a Igreja coloca de novo o Santíssimo Sacramento num lugar prepositadamente preparado, que representa a solidão do Getsêmani e a angústia mortal de Jesus. Diante da Eucaristia, os fiéis contemplam Jesus na hora da sua solidão e rezam para que cessem todas as solidões do mundo. Este caminho litúrgico é, de igual modo, convite a procurar o encontro íntimo com o Senhor na oração, a reconhecer Jesus entre aqueles que estão sozinhos, a vigiar com ele e a sabê-lo proclamar luz da própria vida.

Na Sexta-Feira Santa faremos memória da paixão e da morte do Senhor. Jesus quis oferecer a sua vida em sacrifício pela remissão dos pecados da humanidade, escolhendo para esta finalidade a morte mais cruel e humilhante: a crucifixão. Existe uma relação inseparável entre a Última Ceia e a morte de Jesus. Na primeira Jesus oferece o seu Corpo e o seu Sangue, isto é, a sua existência terrena, oferece-se a si mesmo, antecipando a sua morte e transformando-a num ato de amor. Assim a morte que, por sua natureza, é o fim, a destruição de qualquer relação, é por ele tornada um ato de comunicação de si, instrumento de salvação e proclamação da vitória do amor. Deste modo, Jesus torna-se a chave para compreender a Última Ceia que é antecipação da transformação da morte violenta em sacrifício voluntário, em ato de amor que redime e salva o mundo.

O Sábado Santo é caracterizado por um grande silêncio. As Igrejas estão despojadas e não são previstas particulares liturgias. Neste tempo de expectativa e de esperança, os crentes são convidados à oração, à reflexão e à conversão, também através do sacramento da reconciliação, para poder participar, intimamente renovados, na celebração da Páscoa.

Na noite do Sábado Santo, durante a solene Vigília Pascal, "mãe de todas as vigílias", este silêncio será rompido pelo cântico do Aleluia, que anuncia a ressurreição de Cristo e proclama a vitória da luz sobre as trevas, da vida sobre a morte. A Igreja rejubilará no encontro com o seu Senhor, entrando no dia da Páscoa que o Senhor inaugura ressuscitando dos mortos.

Amados irmãos e irmãs, disponhamo-nos para viver intensamente este Tríduo Santo já iminente, para sermos cada vez mais profundamente inseridos no Mistério de Cristo, morto e ressuscitado por nós. Acompanhe-nos neste itinerário espiritual a Virgem Santíssima. Ela, que

seguiu Jesus na sua paixão e esteve presente aos pés da Cruz, nos introduza no mistério pascal, para que possamos experimentar a alegria e a paz do Ressuscitado.

Com estes sentimentos, retribuo desde já os mais cordiais bons votos de santa Páscoa a todos vós, fazendo-os extensivos às vossas Comunidades e a todas as pessoas queridas.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 7 de Abril de 2010

A oitava de Páscoa

Queridos irmãos e irmãs!

A habitual Audiência geral da quarta-feira está hoje inundada pela alegria luminosa da Páscoa. De fato, nestes dias a Igreja celebra o mistério da Ressurreição e experimenta a grande alegria que lhe provém da boa nova do triunfo de Cristo sobre o mal e sobre a morte. Uma alegria que se prolonga não só na Oitava de Páscoa, mas que se propaga por cinquenta dias até ao Pentecostes. Depois do choro e do temor da Sexta-Feira Santa, e após o silêncio cheio de expectativa do Sábado Santo, eis o anúncio maravilhoso: "Deveras o Senhor ressuscitou e apareceu a Simão!" (Lc 24, 34). Esta, em toda a história do mundo, é a "boa nova" por excelência, é o "Evangelho" anunciado e transmitido ao longo dos séculos, de geração em geração.

A Páscoa de Cristo é o ato supremo e insuperável do poder de Deus. É um acontecimento extraordinário, o fruto melhor e mais maduro do "mistério de Deus". É tão extraordinário, que se torna inenarrável naquelas suas dimensões que se furtam à nossa capacidade humana de conhecimento e de averiguação. E contudo ele é também um fato "histórico", real, testemunhado e documentado. É o acontecimento que funda toda a nossa fé. É o conteúdo central no qual cremos e o motivo principal pelo qual acreditamos.

O Novo Testamento não descreve a Ressurreição de Jesus no seu atuar-se. Refere apenas os testemunhos de quantos Jesus encontrou pessoalmente depois de ter ressuscitado. Os três Evangelhos sinópticos narram-nos que aquele anúncio – "Ressuscitou!" – é proclamado inicialmente por alguns anjos. É portanto um anúncio que tem origem em Deus; mas Deus confia-o imediatamente aos seus "mensageiros", para que o transmitam a todos. E assim são os próprios anjos que convidam as mulheres, que foram de manhã cedo ao sepulcro, a irem imediatamente dizer aos discípulos: "Ele ressuscitou dos mortos e vai preceder-vos a caminho da Galileia; lá O vereis" (Mt 28, 7). Deste modo, mediante as mulheres do Evangelho, aquele mandato divino alcança todos e cada um para que, por sua vez, transmitam aos outros, com fidelidade e coragem, esta mesma notícia: uma notícia bela, jubilosa e portadora de alegria.

Sim, queridos amigos, toda a nossa fé se funda na transmissão constante e fiel desta "boa nova". E nós, hoje, queremos manifestar a Deus a nossa profunda gratidão pelas numerosas multidões de crentes em Cristo que nos precederam nos séculos, porque nunca faltaram ao seu mandato fundamental de anunciar o Evangelho que tinham recebido. A boa nova da Páscoa, por conseguinte, exige a obra de testemunhas entusiastas e corajosas. Cada discípulo de Cristo, também cada um de nós, é chamado a ser testemunha. É este o exato, empenhativo e exal-

tante mandato do Senhor ressuscitado. A "notícia" da vida nova em Cristo deve resplandecer na vida do cristão, deve ser viva e ativa em quem a anuncia, realmente capaz de mudar o coração, toda a existência. Ela é viva antes de tudo porque o próprio Cristo é a sua alma vivente e vivificante. Recorda-no-lo São Marcos no final do seu Evangelho, quando escreve que os Apóstolos "partiram e foram pregar por toda a parte, e o Senhor cooperava com eles, confirmando a sua Palavra com os milagres que a acompanhavam" (Mc 16, 20).

A vicissitude dos Apóstolos é também a nossa e a de cada crente, de cada discípulos que se faz "anunciador". De fato, também nós temos a certeza que o Senhor, hoje como ontem, coopera com as suas testemunhas. Este é um fato que podemos reconhecer todas as vezes que vemos rebentar os germes de uma paz verdadeira e duradoura, onde o compromisso e o exemplo de cristãos e de homens de boa vontade é animado pelo respeito à justiça, pelo diálogo paciente, por estima convicta em relação aos outros, por abnegação, sacrifício pessoal e comunitário. Infelizmente vemos no mundo também tanto sofrimento, tanta violência e inúmeras incompreensões. A celebração do Mistério pascal, a contemplação jubilosa da Ressurreição de Cristo, que vence o pecado e a morte com a força do Amor de Deus é a ocasião propícia para redescobrir e professar com mais convicção a nossa confiança no Senhor ressuscitado, o qual acompanha as testemunhas da sua palavra realizando prodígios juntamente com eles. Seremos deveras e profundamente testemunhas de Jesus ressuscitado quando deixarmos transparecer em nós o prodígio do seu amor; quando nas nossas palavras e, mais ainda, nos nossos gestos, em total coerência com o Evangelho, se puder reconhecer a voz e a mão do próprio Jesus.

Portanto, em toda a parte, o Senhor envia-nos como suas testemunhas. Mas só o podemos ser a partir e em referência contínua com a experiência pascal, a que Maria de Magdala expressa anunciando aos outros discípulos: "Vi o Senhor" (Jo 20, 18). Neste encontro pessoal com o Ressuscitado estão o fundamento inabalável e o conteúdo central da nossa fé, a nascente fresca e inexaurível da nossa esperança, o dinamismo fervoroso da nossa caridade. Assim a nossa própria vida cristã coincidirá plenamente com o anúncio: "Deveras, Cristo Senhor ressuscitou". Por isso, deixemo-nos conquistar pelo fascínio da Ressurreição de Cristo. A Virgem Maria nos ampare com a sua proteção e nos ajude a apreciar plenamente a alegria pascal, para que, por nossa vez, a saibamos levar a todos os nossos irmãos.

Mais uma vez, Boa Páscoa a todos!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 14 de Abril de 2010

Munus docendi

Queridos amigos!

Neste período pascal, que nos guia ao Pentecostes e nos prepara também para as celebrações de encerramento do Ano sacerdotal, que terão lugar nos dias 9, 10 e 11 de Junho próximo, apraz-me dedicar ainda algumas reflexões ao tema do Ministério ordenado, detendo-me sobre a realidade fecunda da configuração do sacerdote com Cristo Cabeça, no exercício dos *tria munera* que recebe, isto é, dos três ofícios de ensinar, santificar e governar.

Para entender o que significa agir in persona Christi Capitis – na pessoa de Cristo Cabeça – por parte do sacerdote, e para compreender inclusive quais consequências derivam da tarefa de representar o Senhor, especialmente no exercício destes três ofícios, antes de tudo é preciso esclarecer o que se entende por "representação". O sacerdote representa Cristo. O que quer dizer, o que significa "representar" alguém? Na linguagem comum, quer dizer – geralmente – receber uma delegação de uma pessoa para estar presente no seu lugar, falar e agir no seu lugar, porque quem é representado está ausente da ação concreta. Perguntamo-nos: o sacerdote representa o Senhor do mesmo modo? A resposta é não, porque na Igreja Cristo nunca está ausente, a Igreja é o seu corpo vivo e a Cabeça da Igreja é Ele, presente e em ação nela. Cristo nunca está ausente, aliás está presente de um modo totalmente livre dos limites de espaço e tempo, graças ao evento da Ressurreição, que contemplamos de maneira especial neste período de Páscoa.

Portanto, o sacerdote que age in persona Christi Capitis e em representação do Senhor, nunca age em nome de um ausente, mas na própria Pessoa de Cristo Ressuscitado, que se torna presente com a sua ação realmente eficaz. Age de fato e realiza o que o sacerdote não poderia fazer: a consagração do vinho e do pão para que sejam realmente presença do Senhor, a absolvição dos pecados. O Senhor torna presente a sua própria ação na pessoa que realiza tais gestos. Estas três tarefas do sacerdote – que a Tradição identificou nas diversas palavras de missão do Senhor: ensinar, santificar e governar – na sua distinção e profunda unidade são uma especificação desta representação eficaz. São na verdade as três ações do Cristo Ressuscitado, o mesmo que hoje na Igreja e no mundo ensina e assim cria fé, reúne o seu povo, cria presença da verdade e constrói realmente a comunhão da Igreja universal; e santifica e guia.

A primeira tarefa sobre a qual gostaria de falar hoje é o *munus docendi*, isto é, ensinar. Hoje, em plena emergência educativa, o *munus docendi* da Igreja, exercido concretamente através do ministério de cada sacerdote, resulta particularmente importante. Vivemos numa grande

confusão acerca das escolhas fundamentais da nossa vida e das interrogações sobre o que é o mundo, de onde vimos, para onde vamos, o que devemos fazer para fazer o bem, como devemos viver, quais são os valores realmente pertinentes. Em relação a tudo isto existem muitas filosofias contrastantes, que nascem e desaparecem, criando confusão sobre as decisões fundamentais, como viver, porque já não sabemos, comumente, do que e para que somos feitos e para onde vamos. Nesta situação realiza-se a palavra do Senhor, que teve compaixão da multidão porque eram como ovelhas sem pastor (cf. Mc 6, 34). O Senhor tinha feito esta constatação quando viu os milhares de pessoas que o seguiam no deserto porque, na diversidade das correntes daquele tempo, já não sabiam qual fosse o verdadeiro sentido da Escritura, o que dizia Deus. O Senhor, movido pela compaixão, interpretou a palavra de Deus, ele mesmo é a palavra de Deus, e assim deu uma orientação. Esta é a função in persona Christi do sacerdote: tornar presente, na confusão e na desorientação dos nossos tempos, a luz da palavra de Deus, a luz que é o próprio Cristo neste nosso mundo. Por conseguinte, o sacerdote não ensina as próprias ideias, uma filosofia que ele mesmo inventou, encontrou ou que gosta; o sacerdote não fala de si mesmo, não fala por si mesmo, talvez para criar admiradores ou um partido próprio; não diz coisas próprias, invenções suas mas, na confusão de todas as filosofias, o sacerdote ensina em nome de Cristo presente, propõe a verdade que é o próprio Cristo, a sua palavra, o seu modo de viver e de ir em frente. Para o sacerdote vale o que Cristo disse sobre si mesmo: "A minha doutrina não é minha" (Jo 7, 16); isto é, Cristo não se propõe a si mesmo, mas, como Filho, é a voz, a palavra do Pai. Também o sacerdote deve sempre dizer e agir assim: "a minha doutrina não é minha, não difundo as minhas ideias ou o que me agrada, mas são boca e coração de Cristo e torno presente esta única e comum doutrina, que criou a Igreja universal e que cria vida eterna".

Este fato, que o sacerdote não inventa, não cria e não proclama ideias próprias porque a doutrina que anuncia não é sua, mas de Cristo, por outro lado, não significa que ele seja neutro, quase como um porta-voz que lê um texto do qual, talvez, nem se apropria. Também neste caso, vale o modelo de Cristo, que disse: Eu não sou para mim e não vivo para mim, mas venho do Pai e vivo para o Pai. Portanto, nesta identificação profunda, a doutrina de Cristo é a do Pai e Ele mesmo é um só com o Pai. O sacerdote que anuncia a palavra de Cristo, a fé da Igreja e não as próprias ideias, deve dizer também: Eu não vivo por mim e para mim, mas vivo com Cristo e para Cristo e portanto tudo aquilo que Cristo nos disse torna-se a minha palavra não obstante não seja minha. A vida do sacerdote deve identificar-se com Cristo e, deste modo, a palavra não própria torna-se, contudo, uma palavra profundamente pessoal. Santo Agostinho, sobre este tema, falando acerca dos sacerdotes, disse: "E nós o que somos?

Ministros (de Cristo), seus servidores; porque o que distribuímos a vós não é nosso, mas tiramo-lo da sua despensa. E inclusive nós vivemos dela, porque somos servos como vós" (Discurso 229e, 4).

O ensinamento que o sacerdote é chamado a oferecer, as verdades da fé, devem ser interiorizadas e vividas num intenso caminho espiritual pessoal, de forma que realmente o sacerdote entre numa profunda, interior comunhão com o próprio Cristo. O sacerdote crê, acolhe e procura viver, antes de tudo como próprio, quanto o Senhor ensinou e a Igreja transmitiu, naquele percurso de identificação com o próprio ministério do qual São João Maria Vianney é testemunha exemplar (cf. Carta para a proclamação do Ano sacerdotal). "Unidos na mesma caridade – afirma ainda Santo Agostinho – todos somos auditores daquele que é para nós no céu o único Mestre" (Enarr. in Pôs. 131, 1, 7).

Por conseguinte, com frequência a voz do sacerdote poderia parecer "a de um que grita no deserto" (Mc 1, 3), mas exatamente nisto consiste a sua força profética: em nunca ser homologado, nem homologável, a alguma cultura ou mentalidade dominante, mas em mostrar a única novidade capaz de produzir uma autêntica e profunda renovação do homem, ou seja, que Cristo é o Vivente, é o Deus próximo, o Deus que age na vida e para a vida do mundo e nos doa a verdade, o modo de viver.

Na preparação atenta da pregação festiva, sem excluir a dos dias úteis, no esforço de formação catequética, nas escolas, nas instituições académicas e, de modo especial, através daquele livro não escrito que é a própria vida, o sacerdote é sempre "professor", ensina. Mas não com a presunção de quem impõe as próprias verdades, mas com a humilde e jubilosa certeza de quem encontrou a Verdade, foi capturado e transformado por ela, e por conseguinte não pode deixar de a anunciar. Com efeito, ninguém pode escolher o sacerdócio por si mesmo, não é um modo para alcançar a segurança na vida, para conquistar uma posição social: ninguém pode obtê-lo nem procurá-lo sozinho. O sacerdócio é resposta ao chamamento do Senhor, à sua vontade, para se tornar anunciadores não de uma verdade pessoal, mas da sua verdade.

Queridos irmãos sacerdotes, o Povo cristão pede para escutar dos nossos mestres a genuína doutrina eclesial, através da qual se possa renovar o encontro com Cristo que doa a alegria, a paz e a salvação. A Sagrada Escritura, os escritos dos Padres e dos Doutores da Igreja e o Catecismo da Igreja Católica constituem, a este propósito, pontos de referência imprescindíveis no exercício do *munus docendi*, tão essencial para a conversão, o caminho de fé e a salvação dos homens. "Ordenação sacerdotal significa: estar imersos (...) na Verdade" (Homilia da Missa Crismal, 9 de Abril de 2009), aquela Verdade que não é simplesmente um conceito ou um conjunto de ideias a transmitir e assimilar, mas que é a Pessoa de Cristo, com a qual, pela

qual e na qual viver e assim, necessariamente, nasce também a atualidade e a compreensão do anúncio. Só esta consciência de uma Verdade feita Pessoa na Encarnação do Filho justifica o mandato missionário: "Ide pelo mundo inteiro e anunciai a Boa Nova a toda a humanidade" (Mc 15, 16). Só se se trata da Verdade ela está destinada a toda a humanidade, não é uma imposição de algo, mas a abertura do coração àquilo pelo qual se foi criado.

Queridos irmãos e irmãs, o Senhor confiou aos Sacerdotes uma grande tarefa: ser anunciadores da Sua Palavra, da Verdade que salva; ser a sua voz no mundo para levar aquilo que beneficia o bem verdadeiro das almas e o autêntico caminho de fé (cf. 1 Cor 6, 12). São João Maria Vianney seja exemplo para todos os Sacerdotes. Ele era homem de grande sabedoria e heroica força ao resistir às pressões culturais e sociais do seu tempo para poder guiar as almas para Deus: simplicidade, fidelidade e proximidade eram as características essenciais da sua pregação, transparência da sua fé e da sua santidade. O Povo cristão era edificado e, como acontece para os autênticos mestres de todos os tempos, reconhecia nele a luz da Verdade. Em definitiva, reconhecia nele o que se deveria reconhecer sempre num sacerdote: a voz do Bom Pastor.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 21 de Abril de 2010

Viagem Apostólica a Malta

Estimados irmãos e irmãs!

Como sabeis, no sábado e domingo passados, realizei uma viagem apostólica a Malta, sobre a qual gostaria de refletir brevemente. A ocasião da minha visita pastoral foi o 1.950º aniversário do naufrágio do Apóstolo Paulo no litoral do arquipélago maltês e da sua permanência naquelas ilhas durante três meses. um acontecimento que se pode inserir por volta do ano 60 e que é narrado com abundância de pormenores no livro dos Atos dos Apóstolos (caps. 27-28). Como aconteceu com São Paulo, também eu experimentei a calorosa hospitalidade dos Malteses – verdadeiramente extraordinária – e por isso exprimo novamente o meu mais vivo e cordial reconhecimento ao Presidente da República, ao Governo e às demais Autoridades do Estado, e agradeço fraternalmente aos Bispos do país, com todos aqueles que colaboraram para preparar este festivo encontro entre o Sucessor de Pedro e a população maltesa. A história deste povo, desde há quase dois mil anos, é inseparável da fé católica, que caracteriza a sua cultura e as suas tradições: afirma-se que em Malta existem 365 igrejas, "uma para cada dia do ano", um sinal visível desta fé profunda!

Tudo teve início com aquele naufrágio: depois de ter permanecido à deriva durante 14 dias, impelida pelos ventos, a nau que transportava para Roma o Apóstolo Paulo e muitas outras pessoas encalhou num baixio da Ilha de Malta. Por isso, depois do encontro cordial com o Presidente da República na capital Valeta – que teve a bonita moldura da alegre saudação de muitos jovens e moças – fui imediatamente em peregrinação à chamada "Gruta de São Paulo", nos arredores de Rabat, para um intenso momento de oração. Ali pude saudar também um numeroso grupo de missionários malteses. Pensar naquele pequeno arquipélago no centro do Mediterrâneo, e no modo como chegou ali a semente do Evangelho, suscita um sentido de grande admiração pelos desígnios misteriosos da Providência divina: é espontâneo dar graças ao Senhor e também a São Paulo que, no meio daquela tempestade violenta, manteve a confiança e a esperança, transmitindo-as inclusive aos seus companheiros de viagem. Daquele naufrágio, ou melhor, da sucessiva permanência de Paulo em Malta, nasceu uma comunidade cristã fervorosa e sólida, que depois de dois mil anos ainda é fiel ao Evangelho e se esforça por conjugá-lo com as complexas questões da época contemporânea. Naturalmente, isto nem sempre é fácil nem certo, mas o povo maltês sabe encontrar na visão cristã da vida as respostas aos novos desafios. Um sinal disto, por exemplo, é o fato de ter mantido sólido o profundo

respeito pela vida nascitura e pela sacralidade do matrimônio, preferindo não introduzir o aborto e o divórcio no ordenamento jurídico do país.

Por conseguinte, a minha viagem tinha a finalidade de confirmar na fé a Igreja que está em Malta, uma realidade muito viva, bem acompanhada e presente no território de Malta e Gozo. Toda esta comunidade tinha marcado encontro em Floriana, na Praça dos Celeiros, diante da igreja de São Públio, onde celebrei a Santa Missa participada com grande fervor. Para mim foi motivo de alegria, e também de consolação, sentir o calor particular daquele povo que dá o sentido de uma grande família, irmanada pela fé e pela visão cristã da vida. Depois da celebração, desejei encontrar-me com algumas pessoas vítimas de abusos da parte de representantes do Clero. Compartilhei com elas o sofrimento e, com emoção, rezei com elas assegurando o empenho da Igreja.

Se Malta dá o sentido de uma grande família, não se pode pensar que, por causa da sua conformação geográfica, seja uma sociedade "isolada" do mundo. Não é assim, e vê-se, por exemplo, dos contatos que Malta mantém com vários países e do fato de que em muitas nações se encontram sacerdotes malteses. Com efeito, as famílias e as paróquias de Malta souberam educar muitos jovens para o sentido de Deus e da Igreja, e desta forma muitos deles responderam generosamente ao chamamento de Jesus e tornaram-se presbíteros. Entre eles, numerosas pessoas abraçaram o compromisso missionário *ad gentes*, em terras distantes, herdando o espírito apostólico que impelia São Paulo a levar o Evangelho lá onde ainda não tinha chegado. Trata-se de um aspecto que reiterei de bom grado, ou seja, "é dando a fé que ela se fortalece" (Encíclica Redemptoris missio, 2). Na origem desta fé, Malta desenvolveu-se e agora abre-se a várias realidades econômicas, sociais e culturais, para as quais oferece uma contribuição preciosa.

claro que Malta teve de se defender frequentemente ao longo dos séculos e vê-se isto das suas fortificações. Obviamente, a posição estratégica do pequeno arquipélago chamava a atenção dos diversos poderes políticos e militares. E todavia, a vocação mais profunda de Malta é a cristã, ou seja, a vocação universal da paz! A célebre cruz de Malta, que todos associam àquela nação, flutuou muitas vezes no meio de conflitos e contendas; mas, graças a Deus, nunca perdeu o seu significado autêntico e perene: é o sinal do amor e da reconciliação, e esta é a verdadeira vocação dos povos que acolhem e abraçam a mensagem cristã!

Encruzilhada natural, Malta está no centro de rotas de migração: homens e mulheres, como outrora São Paulo, chegam ao litoral maltês, às vezes impelidos por condições de vida muito árduas, por violências e perseguições, e isto comporta, naturalmente, problemas complexos nos planos humanitário, político e jurídico, problemas que têm soluções não fáceis, mas que

devem ser procuradas com perseverança e tenacidade, concertando as intervenções a nível internacional. bom que se faça assim em todas as nações que têm os valores cristãos nas raízes das suas Cartas Constitucionais e das suas culturas.

O desafio de conjugar na complexidade do presente a validade perene do Evangelho é fascinante para todos, mas especialmente para os jovens. Com efeito, as novas gerações sentem-no de modo muito forte, e por isso desejei que também em Malta, apesar da brevidade da minha visita, não faltasse o encontro com os jovens. Foi um momento de diálogo profundo e intenso, que se tornou ainda mais bonito pelo ambiente onde se realizou – o porto de Valeta – e pelo entusiasmo dos jovens. A eles, eu não podia deixar de recordar a experiência juvenil de São Paulo: uma experiência extraordinária, única, e no entanto capaz de falar às novas gerações de todas as épocas, por aquela transformação radical que se seguiu ao encontro com Cristo ressuscitado. Portanto, olhei para os jovens de Malta como para potenciais herdeiros da aventura espiritual de São Paulo, chamados como ele a descobrir a beleza do amor de Deus que nos foi concedido em Jesus Cristo, a abraçar o mistério da sua Cruz, a ser vencedores precisamente nas provas e tribulações, a não ter medo das "tempestades" da vida e nem sequer dos naufrágios, porque o desígnio de amor de Deus é também maior do que as tempestades e os naufrágios.

Caros amigos, foi esta em síntese a mensagem que levei a Malta. Mas, como eu mencionava, eu mesmo recebi muito daquela Igreja, daquele povo abençoado por Deus, que soube colaborar validamente com a sua graça. Que por intercessão do Apóstolo Paulo, de São Jorge Preca, sacerdote, primeiro santo maltês, e da Virgem Maria, que os fiéis de Malta e Gozo veneram com tanta devoção, ela possa sempre progredir na paz e na prosperidade.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 28 de Abril de 2010

São Leonardo Murialdo e São José Bento Cottolengo

Queridos irmãos e irmãs

Estamos a aproximar-nos da conclusão do Ano sacerdotal e, nesta última quarta-feira de Abril, gostaria de falar de dois santos sacerdotes, exemplares na sua entrega a Deus e no testemunho de caridade, vivida na Igreja e para a Igreja, pelos irmãos mais necessitados: São Leonardo Murialdo e São José Bento Cottolengo. Do primeiro recordamos os 110 anos da morte e os 40 anos da canonização; do segundo iniciaram as celebrações para o segundo centenário de Ordenação sacerdotal.

Murialdo nasceu em Turim, a 26 de Outubro de 1828: é a Turim de São João Bosco, do próprio São José Cottolengo, terra fecundada por tantos exemplos de santidade de fiéis leigos e de sacerdotes. Leonardo é o oitavo filho de uma família simples. Quando era criança, juntamente com o irmão, entrou no colégio dos Padres Escolápios de Savona para a escola primária, preparatória e secundária; aí encontrou educadores preparados, num clima de religiosidade fundado sobre uma catequese séria, com práticas de piedade regulares. Durante a adolescência viveu porém uma profunda crise existencial e espiritual que o levou a antecipar o regresso à família e a concluir os estudos em Turim, inscrevendo-se no biénio de filosofia. O "regresso à luz" aconteceu como ele narra depois de alguns meses, com a graça de uma confissão geral, na qual redescobriu a imensa misericórdia de Deus; amadureceu então, com 17 anos, a decisão de se fazer sacerdote, como resposta de amor a Deus que o tinha envolvido com o seu amor. Foi ordenado no dia 20 de Setembro de 1851. Precisamente naquele período, como catequista do Oratório do Anjo da Guarda, foi conhecido e estimado por Dom Bosco, que o convenceu a aceitar a gestão do novo Oratório de São Luís em Porta Nova, que ele geriu até 1865. Ali entrou em contato com os graves problemas das classes mais pobres e visitou as suas casas, amadurecendo uma profunda sensibilidade social, educativa e apostólica, que o levou a dedicar-se autonomamente a múltiplas iniciativas a favor da juventude. Catequese, escola e atividades recreativas foram os fundamentos do seu método educativo no Oratório. Dom Bosco desejou novamente que ele estivesse ao seu lado por ocasião da audiência que lhe fora concedida pelo beato Pio IX em 1858.

Em 1873 fundou a Congregação de São José, cuja finalidade apostólica foi, deste o início, a formação da juventude, especialmente a mais pobre e abandonada. O ambiente turinês dessa época caracterizou-se pelo intenso florescimento de obras e de atividades caritativas promovidas por Murialdo até à sua morte, ocorrida no dia 30 de Março em 1900.

Apraz-me sublinhar que o núcleo da espiritualidade de Murialdo é a convicção do amor misericordioso de Deus: um Pai sempre bom, paciente e generoso, que revela a grandeza e a imensidão da sua misericórdia com o perdão. São Leonardo experimentou esta realidade não no plano intelectual, mas existencial, mediante o encontro vivo com o Senhor. Ele considerou-se sempre um homem abençoado por Deus misericordioso: por isso, viveu o sentido jubiloso da gratidão ao Senhor, a consciência tranquila do próprio limite, o desejo fervoroso de penitência, o compromisso constante e generoso de conversão. Ele via toda a sua existência não apenas iluminada, orientada e sustentada por este amor, mas continuamente imersa na misericórdia infinita de Deus. No seu Testamento espiritual ele escreveu: "A tua misericórdia circunda-me, ó Senhor... Como Deus está sempre e em toda a parte, assim também o amor se encontra sempre e em toda a parte, e a misericórdia está sempre e em toda a parte". Recordando o momento de crise que teve na juventude, anotava: "Eis que o bom Deus queria fazer resplandecer ainda a sua bondade e generosidade, de maneira totalmente singular. Ele não só me admitiu de novo na sua amizade, mas chamou-me a uma escolha de predileção ao sacerdócio, e isto somente poucos meses depois do meu retorno para Ele". Por isso, São Leonardo viveu a vocação sacerdotal como dom gratuito da misericórdia de Deus, com sentido de reconhecimento, alegria e amor. Escreveu ainda: "Deus escolheu-me Ele chamou-me, chegou até a obrigar-me à honra, à glória e à felicidade inefável de ser seu ministro, de ser "outro Cristo"... E onde eu estava, quando me procuraste, meu Deus No fundo do abismo Eu estava lá, e foi ali que Deus me veio procurar; ali fez-me ouvir a sua voz...".

Ressaltando a grandeza da missão do presbítero, que deve "continuar a obra da redenção, a grande obra de Jesus Cristo, a obra do Salvador do mundo", ou seja, de "salvar as almas", São Leonardo recordava sempre a si mesmo e aos irmãos de hábito a responsabilidade de uma vida coerente com o sacramento recebido. Amor de Deus e amor a Deus: foi esta a força do seu caminho de santidade, a lei do seu sacerdócio, o significado mais profundo do seu apostolado entre os jovens pobres e a fonte da sua oração. São Leonardo Murialdo abandonou-se com confiança à Providência, cumprindo generosamente a vontade divina, no contato com Deus e dedicando-se aos jovens pobres. Deste modo, ele uniu o silêncio contemplativo com o ardor incansável da ação, a fidelidade aos deveres de cada dia com a genialidade das iniciativas, a força nas dificuldades com a tranquilidade do espírito. Este é o seu caminho de santidade para viver o mandamento do amor a Deus e ao próximo.

Com o mesmo espírito de caridade viveu, quarenta anos antes de Murialdo, São José Bento Cottolengo, fundador da obra por ele mesmo denominada "Pequena Casa da Providência Divina" e hoje chamada também "Cottolengo". No próximo domingo, na minha Visita pastoral a

Turim, terei a ocasião de venerar os despojos deste Santo e de me encontrar com os hóspedes da "Pequena Casa".

José Bento Cottolengo nasceu em Bra, cidadezinha da província de Cuneo, a 3 de Maio de 1786. Primogênito de doze filhos, dos quais seis morreram em tenra idade, mostrou desde criança uma grande sensibilidade para com os pobres. Abraçou o caminho do sacerdócio, imitado também por dois irmãos. Os anos da sua juventude foram os da aventura napoleónica e das consequentes dificuldades nos campos religioso e social. Cottolengo tornou-se um bom sacerdote, procurado por muitos penitentes e, na Turim daquela época, pregador de exercícios espirituais e conferências junto dos estudantes universitários, onde tinha sempre um êxito notável. Com 32 anos de idade foi nomeado cónego da Santíssima Trindade, uma Congregação de sacerdotes que tinha a tarefa de celebrar na igreja do Corpus Domini e de conferir decoro às cerimónias religiosas da cidade, mas naquela situação ele sentia-se inquieto. Deus estava a prepará-lo para uma missão particular e, precisamente com um encontro inesperado e decisivo, fez-lhe compreender qual teria sido o seu futuro destino no exercício do ministério.

O Senhor põe sempre sinais no nosso caminho para nos orientar segundo a sua vontade rumo ao nosso verdadeiro bem. Para Cottolengo isto aconteceu, de modo dramático, na manhã de domingo 2 de Setembro de 1827. Proveniente de Milão, chegou a Turim a diligência, cheia como nunca, onde se encontrava apinhada uma inteira família francesa cuja esposa, com cinco filhos, estava em estado de gravidez avançada e com febre alta. Depois de ter passado por vários hospitais, a família encontrou alojamento num dormitório público, mas a situação para a mulher foi-se agravando e algumas pessoas puseram-se em busca de um sacerdote. Por um misterioso desígnio, cruzaram-se com Cottolengo e foi precisamente ele, com o coração amargurado e oprimido, que acompanhou essa jovem mãe até à morte, entre a angústia de toda a família. Depois de ter cumprido este doloroso dever, com o sofrimento no coração, foi diante do Santíssimo Sacramento e rezou: "Meu Deus, por quê Por que quiseste que eu fosse uma testemunha O que queres de mim É necessário fazer algo". Levantou-se, mandou badalar todos os sinos, acendeu as velas e, recebendo os curiosos na igreja, disse: "A graça foi concedida! A graça foi concedida". A partir daquele momento, Cottolengo foi transformado: todas as suas capacidades, especialmente a sua habilidade econômica e organizativa, foram utilizadas para dar vida a iniciativas em defesa dos mais necessitados.

Ele soube empenhar no seu empreendimento dezenas e dezenas de colaboradores e voluntários. Transferindo-se para a periferia de Turim, para ampliar a sua obra, criou uma espécie de povoado, no qual a cada edifício que conseguiu construir, atribuiu um nome significativo: "casa da fé", "casa da esperança", "casa da caridade". Pôs em ato o estilo das "famílias", cons-

tituindo verdadeiras comunidades de pessoas, voluntários e voluntárias, homens e mulheres, religiosos e leigos, unidos para enfrentar e superar em conjunto as dificuldades que se apresentavam. Cada um, naquela Pequena Casa da Providência Divina, tinha uma tarefa específica: alguns trabalhavam, outros rezavam, uns serviam, alguns educavam e outros ainda administravam. Pessoas sadias e doentes compartilhavam todas o mesmo peso da vida quotidiana. Também a vida religiosa se definiu no tempo, segundo as necessidades e as exigências particulares. Pensou também num seminário próprio, para uma formação específica dos sacerdotes da Obra. Estava sempre pronto a seguir e a servir a Providência Divina, nunca a interrogá-la. Dizia: "Sou inútil e nem sei o que faço. Porém, a Providência Divina certamente sabe o que quer. Quando a mim, cabe-me apenas secundá-la. Para a frente, *in Domino*". Para os seus pobres e mais necessitados, definir-se-á sempre "o operário da Providência Divina".

Ao lado das pequenas cidadelas quis fundar também cinco mosteiros de irmãs contemplativas e um de eremitas, e ali considerou entre as realizações mais importantes: uma espécie de "coração" que devia pulsar por toda a Obra. Faleceu a 30 de Abril de 1842, pronunciando estas palavras: "*Misericordia, Domine; Misericordia, Domine*. Boa e Santa Providência... Santa Virgem, agora é a vossa vez". A sua vida, como escreveu um jornal dessa época, tinha sido inteiramente "um intenso dia de amor".

Estimados amigos, estes dois santos sacerdotes, dos quais apresentei alguns traços, viveram o seu ministério no dom total da vida aos mais pobres, aos mais necessitados, aos últimos, encontrando sempre a raiz profunda, a fonte inesgotável da sua obra na relação com Deus, haurindo do seu amor, na profunda convicção de que não é possível exercer a caridade sem viver em Cristo e na Igreja. A sua intercessão e o seu exemplo continuem a iluminar o ministério de numerosos sacerdotes que se despendem com generosidade por Deus e pela grei que lhes foi confiada, e ajudem cada um a doar-se com alegria e magnanimidade a Deus e ao próximo.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 5 de Maio de 2010

Munus sanctificandi

Prezados irmãos e irmãs!

No domingo passado, na minha Visita Pastoral a Turim, tive a alegria de me deter em oração diante do Santo Sudário, unindo-me aos mais de dois milhões de peregrinos que, durante a solene Ostensão destes dias, puderam contemplá-lo. Aquele santo Pano pode nutrir e alimentar a fé e revigorar a piedade cristã, porque encoraja a orientar-se para o Rosto de Cristo, para o Corpo de Cristo crucificado e ressuscitado, a fim de contemplar o Mistério pascal, centro da Mensagem cristã. Do Corpo de Cristo ressuscitado, vivo e ativo na história (cf. Rm 12, 5) nós, queridos irmãos e irmãs, somos membros vivos, cada qual segundo a própria função, ou seja, com a tarefa que o Senhor quis confiar-nos. Hoje, nesta catequese, gostaria de refletir de novo sobre as tarefas específicas dos sacerdotes que, segundo a tradição, são essencialmente três: ensinar, santificar e governar. Numa das catequeses precedentes falei sobre a primeira destas três missões: o ensino, o anúncio da verdade, o anúncio do Deus revelado em Cristo, ou – com outras palavras – a tarefa profética de pôr o homem em contato com a verdade, de ajudá-lo a conhecer o essencial da sua vida, da própria realidade.

Hoje, gostaria de refletir brevemente convosco sobre a segunda tarefa que o sacerdote tem, a de santificar os homens, sobretudo mediante os Sacramentos e o culto da Igreja. Aqui devemos perguntar-nos antes de tudo: o que quer dizer a palavra "Santo"? A resposta é: "Santo" é a qualidade específica do ser de Deus, ou seja, absoluta verdade, bondade, amor e beleza – luz pura. Portanto, santificar uma pessoa significa colocá-la em contato com Deus, com este seu ser luz, verdade, amor puro. É óbvio que este contato transforma a pessoa. Na antiguidade havia esta firme convicção: ninguém pode ver Deus, sem morrer imediatamente. A força da verdade e da luz é demasiado grande! Se o homem toca esta corrente absoluta, não sobrevive. Por outro lado, havia também esta convicção: sem um contato mínimo com Deus, o homem não pode viver. Verdade, bondade e amor são condições fundamentais do seu ser. A questão é: como pode o homem encontrar aquele contato com Deus, que é fundamental, sem morrer esmagado pela grandeza do ser divino? A fé da Igreja diz-nos que o próprio Deus cria este contato, que nos transforma gradualmente em verdadeiras imagens de Deus.

Assim, chegamos de novo à tarefa do sacerdote de "santificar". Nenhum homem por si mesmo, a partir da sua própria força, pode pôr o outro em contato com Deus. Uma parte essencial da graça do sacerdócio é o dom, a tarefa de criar este contato. Isto realiza-se no anúncio da palavra de Deus, na qual a sua luz vem ao nosso encontro. Realiza-se de um modo particu-

larmente denso nos Sacramentos. A imersão no Mistério pascal de morte e ressurreição de Cristo verifica-se no Batismo, é revigorada na Confirmação e na Reconciliação, é alimentada pela Eucaristia, Sacramento que edifica a Igreja como Povo de Deus, Corpo de Cristo, Templo do Espírito Santo (cf. João Paulo II, Exortação Apostólica *Pastores gregis*, 32). Portanto, é o próprio Cristo que santifica, ou seja, que nos atrai para a esfera de Deus. Mas como ato da sua misericórdia infinita chama alguns a "permanecer" com Ele (cfr. Mc 3, 14) e a tornar-se, mediante o Sacramento da Ordem, não obstante a pobreza humana, partícipes do seu próprio Sacerdócio, ministros desta santificação, dispensadores dos seus mistérios, "pontes" do encontro com Ele, da sua mediação entre Deus e os homens, e entre os homens e Deus (cf. Presbyterorum ordinis, 5).

Nas últimas décadas, houve tendências orientadas para fazer prevalecer, na identidade e na missão do sacerdote, a dimensão do anúncio, desligando-a daquela da santificação; afirmou-se muitas vezes que seria necessário superar uma pastoral meramente sacramental. Mas é possível exercer de forma autêntica o Ministério sacerdotal, "superando" a pastoral sacramental? O que significa propriamente para os sacerdotes evangelizar, em que consiste a chamada primazia do anúncio? Como narram os Evangelhos, Jesus afirma que o anúncio do Reino de Deus é a finalidade da sua missão; porém, este anúncio não é apenas um "discurso" mas inclui, ao mesmo tempo, o seu próprio agir; os sinais, os milagres que Jesus realiza, indicam que o Reino vem como realidade presente e que no final coincide com a sua própria pessoa, com o dom de si, como ouvimos hoje na leitura do Evangelho. E o mesmo é válido para o ministro ordenado: ele, o sacerdote, representa Cristo, o Enviado do Pai e continua a sua missão, mediante a "palavra" e o "sacramento", nesta totalidade de corpo e alma, de sinal e palavra. Santo Agostinho, numa carta enviada ao Bispo Honorato de Tiabes, referindo-se aos sacerdotes, afirma: "Portanto, os servos de Cristo, os ministros da palavra e do Seu sacramento façam aquilo que Ele ordenou ou permitiu" (Epist. 228, 2). É necessário refletir se, em certos casos, o fato de ter subestimado o exercício fiel do *munus sanctificandi*, não representou talvez uma debilitação da própria fé na eficácia salvífica dos Sacramentos e, de modo definitivo, na obra atual de Cristo e do seu Espírito, através da Igreja, no mundo.

Portanto, quem salva o mundo e o homem? A única resposta que podemos dar é: Jesus de Nazaré, Senhor e Cristo, crucificado e ressuscitado. E onde se atualiza o Mistério da morte e ressurreição de Cristo, que traz a salvação? Na ação de Cristo, mediante a Igreja, de modo particular no Sacramento da Eucaristia, que torna presente a oferenda sacrifical redentora do Filho de Deus, no Sacramento da Reconciliação, em que da morte do pecado se volta à vida nova, e em todos os outros atos sacramentais de santificação (cf. Presbyterorum ordinis, 5).

Portanto, é importante promover uma catequese adequada para ajudar os fiéis a compreender o valor dos Sacramentos, mas é igualmente necessário, a exemplo do Santo Cura d'Ars, estarmos disponíveis, sermos generosos e atentos a transmitir aos irmãos os tesouros de graça que Deus depositou nas nossas mãos, e dos quais não somos os "senhores", mas guardiães e administradores. Sobretudo neste nosso tempo em que, por um lado, parece que a fé se vai debilitando e, por outro, sobressaem uma profunda necessidade e uma difundida busca de espiritualidade, é necessário que cada sacerdote se recorde que na sua missão o anúncio missionário, o culto e os sacramentos nunca estão separados, e promova uma pastoral sacramental sadia, para formar o Povo de Deus e para o ajudar a viver plenamente a Liturgia, o culto da Igreja e os Sacramentos como dons gratuitos de Deus, gestos livres e eficazes da sua ação de salvação.

Como eu recordava na Santa Missa Crismal deste ano: "O centro do culto da Igreja é o Sacramento. Sacramento significa que, em primeiro lugar, não somos nós homens que realizamos algo, mas é Deus que vem antes ao nosso encontro com o seu agir, que nos olha e nos conduz para junto de Si (...) Deus toca-nos por meio de realidades materiais (...) que Ele assume ao seu serviço, transformando-as em instrumentos do encontro entre nós e Ele mesmo" (Homilia na Santa Missa Crismal, 1 de Abril de 2010). A verdade segundo a qual no Sacramento "não somos nós homens que realizamos algo" refere-se, e deve referir-se, também à consciência sacerdotal: cada presbítero sabe bem que é um instrumento necessário para o agir salvífico de Deus, contudo é sempre instrumento. Tal consciência deve tornar-nos humildes e generosos na administração dos Sacramentos, no respeito pelas normas canônicas, mas também na profunda convicção de que a própria missão é fazer com que todos os homens, unidos a Cristo, possam oferecer-se a Deus como hóstia viva e santa do seu agrado (cf. Rm 12, 1).

Acerca do primado do *munus sanctificandi* e da justa interpretação da pastoral sacramental, é novamente exemplar São João Maria Vianney que um dia, a um homem que dizia que não tinha fé e desejava discutir com ele, retorquiu: "Oh, meu amigo, orientas-te muito mal, eu não sei raciocinar... mas se tiveres necessidade de alguma consolação, põe-te acolá... (o seu dedo indicava o inexorável banco [do confessionário] e, acredita-me, muitos outros se puseram ali antes de ti, e não se arrependeram" (cf. Monnin A., Il curato d'Ars. Vita di Gian-Battista-Maria Vianney, vol. I, Turim 1870, págs. 163164).

Estimados sacerdotes, vivei com alegria e com amor a Liturgia e o culto: é um gesto que o Ressuscitado cumpre no poder do Espírito Santo em nós, conosco e por nós. Gostaria de renovar o convite feito recentemente a "voltar ao confessionário, como lugar onde celebrar o Sacramento da Reconciliação, mas também como lugar onde "habitar" com mais frequência,

para que o fiel possa encontrar misericórdia, sentir-se amado e compreendido por Deus e experimentar a presença da Misericórdia Divina ao lado da Presença real na Eucaristia" (Discurso à Penitenciaria Apostólica, 11 de Março de 2010). E quereria convidar também cada sacerdote a celebrar e viver com intensidade a Eucaristia, que está no coração da tarefa de santificar; é Jesus que quer estar conosco, viver em nós, doar-se-nos, mostrar-nos a misericórdia e a ternura infinitas de Deus; é o único Sacrifício de amor de Cristo que se torna presente, se realiza entre nós e chega até ao trono da Graça, à presença de Deus, abrange a humanidade e nos une a Ele (cf. Discurso ao Clero de Rom a, 18 de Fevereiro de 2010). E o sacerdote está chamado a ser ministro deste grande Mistério, no Sacramento e na vida. Se "a grande tradição eclesial justamente desligou a eficácia sacramental da situação existencial concreta de cada sacerdote, e assim as legítimas expectativas dos fiéis são adequadamente salvaguardadas", isto em nada diminui "a necessária, aliás indispensável, tensão para a perfeição moral, que deve habitar em cada coração autenticamente sacerdotal": há também um exemplo de fé e de testemunho de santidade, que o Povo de Deus justamente espera dos seus Pastores (cf. Bento XVI, Discurso à Plenária da Congregação para o Clero, 16 de Março de 2009). E é na celebração dos Santos Mistérios que o presbítero encontra a raiz da sua santificação (cf. Presbyterorum ordinis, 12-13).

Caros amigos, sede conscientes do grande dom que os sacerdotes são para a Igreja e para o mundo; através do seu ministério, o Senhor continua a salvar os homens, a tornar-se presente, a santificar. Sabei dar graças a Deus, e sobretudo estai próximos dos vossos sacerdotes com a oração e o apoio, de maneira especial nas dificuldades, a fim de que haja cada vez mais Pastores segundo o Coração de Deus. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 19 de Maio de 2010

Viagem Apostólica a Portugal

Queridos irmãos e irmãs!

Desejo hoje repercorrer juntamente convosco as várias etapas da Viagem apostólica que realizei nos dias passados a Portugal, movido especialmente por um sentimento de reconhecimento para com a Virgem Maria, que em Fátima transmitiu aos seus videntes e aos peregrinos um amor intenso pelo Sucessor de Pedro. Dou graças a Deus que me concedeu a possibilidade de prestar homenagem àquele Povo, à sua longa e gloriosa história de fé e de testemunho cristão. Por conseguinte, como vos tinha pedido para acompanhar esta minha visita pastoral com a oração, agora peço-vos que vos unais a mim na ação de graças ao Senhor pelo seu feliz desenvolvimento e pela sua conclusão. Confio a Ele os frutos que deu e dará à comunidade eclesial portuguesa e a toda a população. Renovo a expressão do meu profundo reconhecimento ao Presidente da República, Senhor Aníbal Cavaco Silva e demais Autoridades do Estado, que me receberam com tanta gentileza e predispuseram todas as coisas para que tudo se pudesse realizar do melhor modo. Penso de novo com intenso afeto nos Irmãos Bispos das dioceses portuguesas, que tive a alegria de abraçar na sua Terra e agradeço-lhes fraternalmente quanto fizeram para a preparação espiritual e organizativa da minha visita, e o notável compromisso prodigalizado na sua realização. Dirijo um pensamento particular ao Patriarca de Lisboa, Cardeal José da Cruz Policarpo, aos Bispos de Leiria-Fátima, D. António Augusto dos Santos Marto, e do Porto, D. Manuel Macário do Nascimento Clemente e aos respectivos colaboradores, assim como aos vários organismos da Conferência Episcopal guiada por D. Jorge Ortiga.

Ao longo da viagem, realizada por ocasião do décimo aniversário da beatificação dos pastorinhos Jacinta e Francisco, senti-me espiritualmente apoiado pelo meu amado predecessor, o venerável João Paulo II, que foi três vezes a Fátima, agradecendo aquela "mão invisível" que o libertou da morte no atentado de 13 de Maio, aqui nesta Praça de São Pedro. Na tarde da minha chegada celebrei a Santa Missa em Lisboa no cenário encantador do Terreiro do Paço, à margem do rio Tejo. Foi uma assembleia litúrgica de festa e de esperança, animada pela participação jubilosa de numerosíssimos fiéis. Na Capital, de onde partiram no decorrer dos séculos tantos missionários para levar o Evangelho a muitos Continentes, encorajei os vários componentes da Igreja local a uma vigorosa ação evangelizadora nos diversos âmbitos da sociedade, para ser semeadores de esperança num mundo com frequência marcado pelo desencorajamento. Em particular, exortei os crentes a tornarem-se anunciadores da morte e res-

surreição de Cristo, coração do cristianismo, fulcro e sustentáculo da nossa fé e motivo da nossa alegria. Pude manifestar estes sentimentos também durante o encontro com os representantes do mundo da cultura, realizado no Centro Cultural de Belém. Nesta circunstância ressaltei o patrimônio de valores com que o cristianismo enriqueceu a cultura, a arte e a tradição do Povo português. Nesta nobre Terra, como em qualquer outro país profundamente marcado pelo cristianismo, é possível construir um futuro de entendimento fraterno e de colaboração com as outras exigências culturais, abrindo-se reciprocamente a um diálogo sincero e respeitador.

Fui depois a Fátima, pequena cidade caracterizada por uma atmosfera de misticismo real, na qual se sente de modo quase palpável a presença de Nossa Senhora. Fiz-me peregrino com os peregrinos naquele admirável Santuário, coração espiritual de Portugal e meta de uma multidão de pessoas provenientes dos lugares mais diversos da terra. Depois de me ter detido em orante e comovedor recolhimento na Capelinha das Aparições na Cova da Iria, apresentando ao Coração da Virgem Santa as alegrias e as expectativas, assim como os problemas e os sofrimentos do mundo inteiro, na igreja da Santíssima Trindade tive a alegria de presidir à celebração das Vésperas da Bem-Aventurada Virgem Maria. No interior deste templo grande e moderno, manifestei o meu profundo apreço aos sacerdotes, aos religiosos, às religiosas, aos diáconos e aos seminaristas que vieram de todas as partes de Portugal, agradecendo-lhes o seu testemunho muitas vezes silencioso e nem sempre fácil e a sua fidelidade ao Evangelho e à Igreja. Neste Ano sacerdotal, que está para terminar, encorajei os sacerdotes a dar prioridade à escuta religiosa da Palavra de Deus, ao conhecimento íntimo de Cristo, à celebração intensa da Eucaristia, olhando para o luminoso exemplo do Santo Cura d'Ars. Não deixei de confiar e consagrar ao Coração Imaculado de Maria, verdadeiro modelo de discípula do Senhor, os sacerdotes de todo o mundo.

À noite, com milhares de pessoas que se reuniram na grande esplanada diante do Santuário, participei na sugestiva procissão das velas. Foi uma maravilhosa manifestação de fé em Deus e de devoção à sua e à nossa Mãe, expressas com a recitação do Santo Rosário. Esta oração tão querida ao povo cristão encontrou em Fátima um centro propulsor para toda a Igreja e para o mundo. A "Branca Senhora", na aparição de 13 de Junho, disse aos três Pastorinhos: "Quero que reciteis o Rosário todos os dias". Poderíamos dizer que Fátima e o Rosário são quase um sinônimo.

A minha visita àquele lugar tão especial teve o seu ápice na Celebração eucarística de 13 de Maio, aniversário da primeira aparição de Nossa Senhora a Francisco, Jacinta e Lúcia. Fazendo eco às palavras do profeta Isaías, convidei aquela imensa assembleia reunida aos pés da

Virgem, com grande amor e devoção, a rejubilar plenamente no Senhor (cf. Is 61, 10), porque o seu amor misericordioso, que acompanha a nossa peregrinação nesta terra, é a fonte da nossa grande esperança. E precisamente cheia de esperança está a mensagem exigente e ao mesmo tempo confortadora que Nossa Senhora deixou em Fátima. É uma mensagem centrada na oração, na penitência e na conversão, que se projeta para além das ameaças, perigos e horrores da história, para convidar o homem a ter confiança na ação de Deus, a cultivar a grande Esperança, a fazer experiência da graça do Senhor para se enamorar d'Ele, fonte do amor e da paz.

Nesta perspectiva, foi significativo o encontro envolvedor com as organizações da pastoral social, às quais indiquei o estilo do bom samaritano para ir ao encontro das necessidades dos irmãos mais necessitados e para servir Cristo, promovendo o bem comum. Muitos jovens aprendem a importância da gratuidade precisamente de Fátima, que é uma escola de fé e de esperança, porque é também escola de caridade e de serviço aos irmãos. Neste contexto de fé e de oração, foi realizado o importante e fraterno encontro com o Episcopado português, na conclusão da minha visita a Fátima: foi um momento de intensa comunhão espiritual, no qual agradecemos juntos ao Senhor a fidelidade da Igreja que está em Portugal e confiamos à Virgem as comuns expectativas e preocupações pastorais. Mencionei estas esperanças e perspectivas pastorais também durante a Santa Missa celebrada na histórica e simbólica cidade do Porto, a "Cidade da Virgem", última etapa da minha peregrinação em terra lusitana. À grande multidão de fiéis reunida na Avenida dos Aliados recordei o compromisso de testemunhar o Evangelho em todos os ambientes, oferecendo Cristo ressuscitado ao mundo para que qualquer situação de dificuldade, de sofrimento e de receio seja transformada, mediante o Espírito Santo, em ocasião de crescimento e de vida.

Queridos irmãos e irmãs, a peregrinação a Portugal foi para mim uma experiência comovedora e rica de tantos dons espirituais. Enquanto permanecem gravadas na minha mente e no meu coração as imagens desta viagem inesquecível, o acolhimento caloroso e espontâneo, o entusiasmo do povo, dou graças ao Senhor porque Maria, aparecendo aos três Pastorinhos, abriu ao mundo um espaço privilegiado para encontrar a misericórdia divina que cura e salva. Em Fátima, a Virgem Santa convida todos a considerar a terra como lugar da nossa peregrinação rumo à pátria definitiva, que é o Céu. Na realidade todos somos peregrinos, precisamos da Mãe que nos guia. "Contigo caminhamos na esperança. Sabedoria e Missão" foi o lema da minha Viagem apostólica a Portugal, e em Fátima a bem-aventurada Virgem Maria convida-nos a caminhar com grande esperança, deixando-nos guiar pela "sabedoria do alto", que se manifestou em Jesus, a sabedoria do amor, para levar ao mundo a luz e a alegria de Cristo.

Por conseguinte, convido-vos a unir-vos à minha oração, pedindo ao Senhor que abençoe os esforços de quantos, naquela amada Nação, se dedicam ao serviço do Evangelho e à busca do verdadeiro bem do homem, de cada homem. Rezemos ainda para que, por intercessão de Maria Santíssima, o Espírito Santo torne fecunda esta Viagem apostólica, e anime no mundo inteiro a missão da Igreja, instituída por Cristo para anunciar a todos os povos o Evangelho da verdade, da paz e do amor.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 26 de Maio de 2010

Munus regendi

Amados irmãos e irmãs!

O Ano sacerdotal está para terminar; por isso comecei nas últimas catequeses a falar sobre as tarefas essenciais do sacerdote, ou seja: ensinar, santificar e governar. Já falei disto em duas catequeses, numa sobre o ministério da santificação, sobretudo os Sacramentos, e noutra sobre o do ensino. Portanto, hoje vou falar sobre a missão do sacerdote de governar, de guiar, com a autoridade de Cristo, não com a própria, a porção do Povo que Deus lhe confiou.

Como compreender na cultura contemporânea tal dimensão, que implica o conceito de autoridade e tem origem no próprio mandato do Senhor de apascentar o rebanho O que é realmente, para nós cristãos, a autoridade As experiências culturais, políticas e históricas do passado recente, sobretudo as ditaduras na Europa do Leste e do Oeste no século XX, tornaram o homem contemporâneo suspeitoso em relação a este conceito. Uma suspeita que, com frequência, se traduz em defender como necessário o abandono de qualquer autoridade, que não provenha exclusivamente dos homens, lhes seja submetida e por eles controlada. Mas precisamente o olhar sobre os regimes que, no século passado, semearam terror e morte, recorda com vigor que a autoridade, em qualquer âmbito, quando é exercida sem uma referência ao Transcendente, se prescindir da Autoridade suprema, que é Deus, acaba inevitavelmente por se voltar contra o homem. É importante então reconhecer que a autoridade humana nunca é um fim, mas sempre e só um meio e que, necessariamente e em cada época, o fim é sempre a pessoa, criada por Deus com a própria intangível dignidade e chamada a realizar-se com o próprio Criador, no caminho terreno da existência e na vida eterna; é uma autoridade exercida na responsabilidade diante de Deus, do Criador. Uma autoridade tão intensa, que tenha como única finalidade servir o verdadeiro bem das pessoas e ser transparência do único Bem Supremo que é Deus, não só é alheia aos homens, mas, ao contrário, é uma preciosa ajuda no caminho para a plena realização em Cristo, rumo à salvação.

A Igreja está chamada e compromete-se a exercer este tipo de autoridade que é serviço, e exerce-a não em seu nome, mas no de Jesus Cristo, que do Pai recebeu todo o poder no Céu e na terra (cf. Mt 28, 18). De fato, através dos Pastores da Igreja Cristo apascenta a sua grei: é Ele quem a guia, protege e corrige, porque a ama profundamente. Mas o Senhor Jesus, Pastor supremo das nossas almas, quis que o Colégio Apostólico, hoje os Bispos, em comunhão com o Sucessor de Pedro, e os sacerdotes, seus mais preciosos colaboradores, participassem nesta sua missão de se ocupar do Povo de Deus, de ser educadores na fé, orientando, animando e

apoiando a comunidade cristã ou, como diz o Concílio, cuidassem "para que cada fiel seja levado, no Espírito Santo, a cultivar a própria vocação segundo o Evangelho, a uma caridade sincera e ativa e à liberdade com que Cristo nos libertou" (Presbyterorum ordinis, 6). Portanto, cada Pastor é o meio através do qual o próprio Cristo ama os homens: é mediante o nosso ministério – queridos sacerdotes – é através de nós que o Senhor alcança as almas, as instrui, guarda e guia. Santo Agostinho, no seu Comentário ao Evangelho de São João, diz: "Seja portanto empenho de amor apascentar o rebanho do Senhor" (123, 5); esta é a norma suprema dos ministros de Deus, um amor incondicionado, como o do Bom Pastor, cheio de alegria, aberto a todos, atento ao próximo e solícito em relação aos distantes (cf. S. Agostinho, Discurso 340, 1; Discurso 46, 15), delicado para com os mais débeis, os pequeninos, os simples, os pecadores, para manifestar a misericórdia infinita de Deus com as palavras alentadoras da esperança (cf. Id., Carta 95, 1).

Se esta tarefa pastoral se funda no Sacramento, contudo a sua eficácia não é independente da existência pessoal do presbítero. Para ser Pastor segundo o coração de Deus (cf. Jr 3, 15) é preciso um radicamento profundo na amizade viva com Cristo, não só da inteligência, mas também da liberdade e da vontade, uma consciência clara da identidade recebida na Ordenação sacerdotal, uma disponibilidade incondicionada a conduzir o rebanho confiado aonde o Senhor quer e não na direção que, aparentemente, parece mais conveniente ou mais fácil. Antes de tudo, isto exige a contínua e progressiva disponibilidade para deixar que o próprio Cristo governe a existência sacerdotal dos presbíteros. De fato, ninguém é realmente capaz de apascentar a grei de Cristo, se não viver uma obediência profunda e real a Cristo e à Igreja, e a própria docilidade do Povo aos seus sacerdotes depende da docilidade dos presbíteros a Cristo; por isso, na base do ministério pastoral está sempre o encontro pessoal e constante com o Senhor, o conhecimento profundo d'Ele, o conformar a própria vontade com a vontade de Cristo.

Nos últimos decénios, utilizou-se muitas vezes o adjetivo "pastoral" quase em oposição ao conceito de "hierárquico", assim como, na mesma contraposição, foi interpretada também a ideia de "comunhão". Talvez seja este o ponto sobre o qual pode ser útil uma breve observação sobre a palavra "hierarquia", que é a designação tradicional da estrutura de autoridade sacramental na Igreja, ordenada segundo os três níveis do Sacramento da Ordem: episcopado, presbiterado, diaconado. Prevalece na opinião pública, para esta realidade "hierárquica", os elementos de subordinação e jurídico; por isso para muitos a ideia de hierarquia parece estar em contraste com a flexibilidade e com a vitalidade do sentido pastoral e também ser contrária à humildade do Evangelho. Mas este é um sentido da hierarquia compreendido mal, histori-

camente também causado por abusos de autoridade e por carreirismo, que são precisamente abusos e não derivam do ser próprio da realidade "hierárquica". A opinião comum é que "hierarquia" é sempre algo relacionado com o domínio e assim não correspondente ao verdadeiro sentido da Igreja, da unidade no amor de Cristo. Mas, como eu disse, esta é uma interpretação errada, que tem origem em abusos da história, mas não corresponde ao verdadeiro significado daquilo que é a hierarquia. Comecemos com a palavra. Geralmente, diz-se que o significado da palavra hierarquia seria "domínio sagrado", mas o verdadeiro significado não é este, é "origem sagrada", ou seja: esta autoridade não provém do próprio homem, mas tem origem no sagrado, no Sacramento; submete portanto a pessoa à vocação, ao mistério de Cristo; faz do indivíduo um servo de Cristo e só como servo de Cristo ele pode governar, guiar para Cristo e com Cristo. Por isso quem entra na Ordem sagrada do Sacramento, a "hierarquia", não é um autocrata, mas entra num vínculo novo de obediência a Cristo: está ligado a Ele em comunhão com os outros membros da Ordem sagrada, do Sacerdócio. E também o Papa ponto de referência de todos os outros Pastores e da comunhão da Igreja não pode fazer o que quiser; ao contrário, o Papa é guardião da obediência a Cristo, à sua palavra resumida na "*regula fidei*", no Credo da Igreja, e deve preceder na obediência a Cristo e à sua Igreja. Hierarquia implica por conseguinte um tríplice vínculo: antes de tudo com Cristo e com a ordem dada pelo Senhor à sua Igreja; depois o vínculo com os outros Pastores na única comunhão da Igreja; e, por fim, o vínculo com os fiéis confiados a cada um, na ordem da Igreja.

Compreende-se portanto que comunhão e hierarquia não são contrárias uma à outra, mas condicionam-se. São juntas uma só coisa (comunhão hierárquica). Portanto, o Pastor é tal precisamente guiando e guardando a grei, e por vezes impedindo que ela se disperse. Fora de uma visão clara e explicitamente sobrenatural, não é compreensível a tarefa de governar, própria dos sacerdotes. Ela, ao contrário, apoiada pelo verdadeiro amor à salvação de cada fiel, é particularmente preciosa e necessária também no nosso tempo. Se a finalidade é levar o anúncio de Cristo e guiar os homens ao encontro salvífico com Ele para que tenham vida, a tarefa de guiar configura-se como um serviço vivido numa doação total para a edificação do rebanho na verdade e na santidade, muitas vezes indo contracorrente e recordando que quem é o maior deve fazer-se como o mais pequeno, e quem governa, como aquele que serve (cf. Lumen gentium, 27).

De onde pode tirar hoje um sacerdote a força para a prática do próprio ministério, em plena fidelidade a Cristo e à Igreja, com uma dedicação total à grei A resposta é uma só: em Cristo Senhor. O modo de governar de Jesus não é o do domínio, mas é o serviço humilde e amoroso do Lava-pés, e a realeza de Cristo sobre o universo não é um triunfo terreno, mas encontra o

seu ápice no madeiro da Cruz, que se torna juízo para o mundo e ponto de referência para a prática da autoridade, que seja verdadeira expressão da caridade pastoral. Os santos, e entre eles São João Maria Vianney, exerceram com amor e dedicação a tarefa de cuidar da porção do Povo de Deus que lhes foi confiada, mostrando também que eram homens fortes e determinados, com o único objetivo de promover o verdadeiro bem das almas, capazes de pagar em primeira pessoa, até ao martírio, para permanecer fiéis à verdade e à justiça do Evangelho.

Queridos sacerdotes, "apascentai o rebanho que Deus vos confiou, velando por ele, não constrangidos, mas de boa vontade [...], como modelos do vosso rebanho" (1 Pd 5, 2). Portanto, não tenhais medo de guiar para Cristo cada um dos irmãos que Ele vos confiou, na certeza de que cada palavra e atitude, se vierem da obediência à vontade de Deus, darão fruto; sabei viver apreciando as qualidades e reconhecendo os limites da cultura na qual estamos inseridos, com a firme certeza de que o anúncio do Evangelho é o maior serviço que se pode prestar ao homem. De fato, não há bem maior, nesta vida terrena, do que conduzir os homens para Deus, despertar a fé, elevar o homem da inércia e do desespero, dar a esperança que Deus está próximo e guia a história pessoal e do mundo: é este, em suma, o sentido profundo e último da tarefa de governar que o Senhor nos confiou. Trata-se de formar Cristo nos crentes, através daquele processo de santificação que é conversão dos critérios, da escala de valores, de atitudes, para deixar que Cristo viva em cada fiel. São Paulo resume assim a sua ação pastoral: "Filhinhos meus, por quem de novo sinto as dores de parto, até que Cristo seja formado em vós" (Gl 4, 19).

Queridos irmãos e irmãs, gostaria de vos convidar a rezar comigo, Sucessor de Pedro, que tenho uma tarefa específica no governar a Igreja de Cristo, assim como por todos os vosos Bispos e sacerdotes. Rezai por que saibamos ocupar-nos de todas as ovelhas, também das perdidas, da grei que nos foi confiada. A vós, queridos sacerdotes, dirijo um cordial convite para as Celebrações conclusivas do Ano sacerdotal, nos próximos dias 9, 10 e 11 de Junho, aqui em Roma: meditaremos sobre a conversão e missão, sobre o dom do Espírito Santo e sobre a relação com Maria Santíssima, e renovaremos as nossas promessas sacerdotais, apoiados por todo o Povo de Deus. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 2 de Junho de 2010

São Tomás de Aquino

Estimados irmãos e irmãs!

Depois de algumas catequeses a propósito do sacerdócio e das minhas últimas viagens, hoje voltemos ao nosso tema principal, ou seja, à meditação sobre alguns dos grandes pensadores da Idade Média. Ultimamente, tínhamos refletido sobre a grande figura de São Boaventura, franciscano, e agora gostaria de falar daquele ao qual a Igreja chama o *Doctor communis*: isto é, São Tomás de Aquino. O meu venerado Predecessor, Papa João Paulo II, na sua Encíclica *Fides et ratio* recordava que São Tomás "foi sempre proposto pela Igreja como mestre de pensamento e modelo do modo reto de fazer teologia" (n. 43). Não surpreende que, depois de Santo Agostinho, entre os escritores eclesiásticos mencionados no Catecismo da Igreja Católica, São Tomás seja citado mais do que todos os outros, por sessenta e uma vezes! Ele foi denominado também o *Doctor Angelicus*, talvez pelas suas virtudes, de modo particular pela sublimidade do pensamento e pureza da vida.

Tomás nasceu entre os anos de 1224 e 1225, no castelo que a sua família, nobre e abastada, possuía em Roccasecca, nos arredores de Aquino, perto da célebre abadia de Montecassino, aonde tinha sido enviado pelos seus pais para receber os primeiros elementos da sua instrução. Alguns anos mais tarde transferiu-se para a capital do Reino da Sicília, Nápoles, onde Frederico II tinha fundado uma prestigiosa Universidade. Nela ensinava-se, sem os limites em vigor alhures, o pensamento do filósofo grego Aristóteles, no qual o jovem Tomás foi introduzido, e de quem intuiu imediatamente o grande valor. Mas sobretudo, nesses anos transcorridos em Nápoles, nasceu a sua vocação dominicana. Com efeito, Tomás sentiu-se atraído pelo ideal do Oriente, fundado não muitos anos antes de São Domingos. Todavia, quando vestiu o hábito dominicano, a sua família opôs-se a esta escolha, e ele foi obrigado a deixar o convento e a transcorrer um pouco de tempo com a família.

Em 1245, já de maior idade, pôde retomar o seu caminho de resposta ao chamamento de Deus. Foi enviado a Paris, para estudar teologia sob a guia de outro santo, Alberto Magno, sobre o qual falei recentemente. Alberto e Tomás estreitaram uma amizade verdadeira e profunda, e aprenderam a estimar-se e a respeitar-se um ao outro, a tal ponto que Alberto quis que o seu discípulo o seguisse também até Colônia, onde ele tinha sido convidado pelos Superiores da Ordem para fundar uma Casa de estudos teológicos. Então, Tomás entrou em contato com todas as obras de Aristóteles e dos seus comentadores árabes, que Alberto ilustrava e explicava.

Naquele período, a cultura do mundo latino tinha sido profundamente estimulada pelo encontro com as obras de Aristóteles, que permaneceram desconhecidas por muito tempo. Tratava-se de escritos sobre a natureza do conhecimento, as ciências naturais, a metafísica, a alma e a ética, ricos de informações e de intuições que pareciam válidas e convincentes. Era toda uma visão completa do mundo, desenvolvida sem e antes de Cristo, com a mera razão, e parecia impor-se à razão como "a" própria visão; por conseguinte, ver e conhecer esta filosofia era para os jovens um fascínio incrível. Muitos acolheram com entusiasmo, aliás com entusiasmo acrítico, esta enorme bagagem do saber antigo, que parecia poder renovar vantajosamente a cultura, abrir horizontes totalmente novos. Porém, outros temiam que o pensamento pagão de Aristóteles estivesse em oposição à fé cristã e rejeitavam estudá-lo. Encontraram-se duas culturas: a cultura pré-cristã de Aristóteles, com a sua racionalidade radical, e a cultura clássica cristã. Determinados ambientes eram impelidos à rejeição de Aristóteles também pela apresentação que se fizera deste filósofo por parte dos comentadores árabes Avicena e Averroes. Com efeito, foram eles que transmitiram ao mundo latino a filosofia aristotélica. Por exemplo, estes comentadores tinham ensinado que os homens não dispõem de uma inteligência pessoal, mas que só existe um único intelecto universal, uma só substância espiritual, comum a todos, que age em todos como "única": portanto, uma despersonalização do homem. Outro ponto questionável, veiculado pelos comentadores árabes era aquele segundo o qual o mundo é eterno, como Deus. Compreensivelmente, desencadearam-se disputas infinitas nos mundos universitário e eclesiástico. A filosofia aristotélica ia-se difundindo até entre as pessoas simples.

Na escola de Alberto Magno, Tomás de Aquino desempenhou um trabalho de importância fundamental para a história da filosofia e da teologia, diria para a história da cultura: estudou profundamente Aristóteles e os seus intérpretes, encontrando novas traduções latinas dos textos originais em grego. Assim, não se apoiava mais unicamente nos comentadores árabes, mas podia ler pessoalmente os textos originais, e comentou uma boa parte das obras aristotélicas, distinguindo nelas aquilo que era válido daquilo que era duvidoso, ou que devia ser totalmente rejeitado, demonstrando a consonância com os dados da Revelação cristã e utilizando ampla e perspicazmente o pensamento aristotélico na exposição dos escritos teológicos que ele mesmo compôs. Em última análise, Tomás de Aquino mostrou que entre fé cristã e razão subsiste uma harmonia natural. E foi esta a grande obra de Tomás, que naquele momento de desencontro entre duas culturas – naquele momento em que parecia que a fé devia render-se perante a razão – demonstrou que elas caminham a par e passo, que quanto parecia ser razão não compatível com a fé não era razão; e aquilo que parecia ser fé não era tal, enquanto se

opunha à verdadeira racionalidade; deste modo, ele criou uma nova síntese, que veio a formar a cultura dos séculos seguintes.

Em virtude das suas excelentes qualidades intelectuais, Tomás foi chamado novamente a Paris como professor de teologia na cátedra dominicana. Ali começou também a sua produção literária, que continuou até à morte, e que contém algo de prodigioso: comentários à Sagrada Escritura, porque o professor de teologia era sobretudo intérprete da Sagrada Escritura, comentários aos escritos de Aristóteles, obras sistemáticas imponentes, entre as quais sobressai a *Summa Theologiae*, tratados e discursos sobre vários argumentos. Na composição dos seus escritos, era coadjuvado por alguns secretários, entre os quais o irmão dominicano Reginaldo de Piperno, que o acompanhou fielmente e com o qual o ligava uma amizade fraterna e sincera, caracterizada por uma grande confidência e confiança. Trata-se de uma característica dos santos: cultivam a amizade, porque ela é uma das manifestações mais nobres do coração humano, e contém em si algo de divino, como o próprio Tomás explicou em algumas *quaestiones* da *Summa Theologiae*, onde escreve: "A caridade é principalmente a amizade do homem com Deus, e com os seres que Lhe pertencem" (II, q. 23, a.1).

Não permaneceu prolongada e estavelmente em Paris. Em 1259 participou no Capítulo Geral dos Dominicanos em Valenciennes, onde foi membro de uma comissão que estabeleceu o programa de estudos na Ordem. Depois, de 1261 a 1265, Tomás esteve em Orvieto. O Pontífice Urbano IV, que nutria uma grande estima por ele, comissionou-lhe a composição dos textos litúrgicos para a festa do Corpus Christi, que celebramos amanhã, instituída a seguir ao milagre eucarístico de Bolsena. Tomás tinha uma alma requintadamente eucarística. Os lindos hinos que a liturgia da Igreja entoa, para celebrar o mistério da presença real do Corpo e do Sangue do Senhor na Eucaristia são atribuídos à sua fé e à sua sabedoria teológica. De 1265 a 126 Tomás residiu em Roma onde, provavelmente, dirigia um *Studium*, ou seja uma Casa de estudos da Ordem, e onde começou a escrever a sua *Summa Theologiae* (cf. Jean-Pierre Torrell, Tommaso dAquino. Luomo e il teologo, Casale Monf., 1994, págs. 11-14).

Em 1269 foi chamado novamente a Paris, para um segundo ciclo de ensino. Os estudantes – pode-se compreender – entusiasmavam-se com as suas lições. Um dos seus ex-alunos declarou que uma enorme multidão de estudantes seguia os cursos de Tomás, a tal ponto que as salas tinham dificuldades em contê-los e, com um apontamento pessoal, acrescentava que "ouvi-lo era para ele uma profunda felicidade". A interpretação de Aristóteles formulada por Tomás não era aceite por todos, mas até os seus adversários no campo académico, como Gofredo de Fontaines, por exemplo, admitiam que a doutrina de frei Tomás era superior a outras pela sua utilidade e valor, e servia como corretivo para aquelas de todos os outros doutores.

Talvez também para o subtrair dos intensos debates em curso, os Superiores enviaram-no novamente a Nápoles, para permanecer à disposição do rei Carlos I, que tencionava reorganizar os estudos universitários.

Além do estudo e do ensino, Tomás dedicou-se inclusive à pregação pública. E também o povo ia ouvi-lo de bom grado. Diria que é verdadeiramente uma grande graça, quando os teólogos sabem falar com simplicidade e fervor aos fiéis. Por outro lado, o ministério da pregação ajuda os próprios estudiosos de teologia a ter um sadio realismo pastoral, e enriquece a sua investigação com estímulos intensos.

Os últimos meses da vida terrena de Tomás permanecem circundados por uma atmosfera particular, diria misteriosa. Em Dezembro de 1273 ele chamou o seu amigo e secretário Reginaldo para lhe comunicar a decisão de interromper todos os trabalhos porque, durante a celebração da Missa, tinha compreendido, a seguir a uma revelação sobrenatural, que tudo aquilo que tinha escrito até então era apenas "um monte de palha". um episódio misterioso, que nos ajuda a compreender não só a humildade pessoal de Tomás, mas também o fato de que tudo o que conseguimos pensar e dizer sobre a fé, por mais elevado e puro que seja, é infinitamente ultrapassado pela grandeza e pela beleza de Deus, que nos será revelada plenamente no Paraíso.

Alguns meses depois, cada vez mais absorvido numa meditação reflexiva, Tomás faleceu enquanto viajava para Lião, aonde ia para participar no Concílio Ecumênico proclamado pelo Papa Gregório X. Veio a falecer na Abadia cisterciense de Fossanova, depois de ter recebido o Viático com sentimentos de grande piedade.

A vida e o ensinamento de São Tomás de Aquino poder-se-iam resumir num episódio transmitido pelos antigos biógrafos. Enquanto o Santo, como fazia habitualmente, estava em oração diante do Crucifixo, de manhã cedo na Capela de São Nicolau em Nápoles, Domingos de Caserta, o sacristão da igreja, ouviu um diálogo. Tomás perguntava, preocupado, se aquilo que tinha escrito sobre os mistérios da fé cristã era correto. E o Crucificado respondeu-lhe: "Tu falaste bem de mim, Tomás. Qual será a tua recompensa?". E a resposta que Tomás deu é aquela que também nós, amigos e discípulos de Jesus, sempre gostaríamos de lhe dizer: "Nada mais do que Tu, Senhor!" (Ibid., pág. 320).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 9 de Junho de 2010

Viagem Apostólica a Chipre

Estimados irmãos e irmãs!

Hoje, desejo meditar sobre a minha viagem apostólica a Chipre, que sob muitos aspectos se colocou em continuidade com as precedentes viagens à Terra Santa e a Malta. Graças a Deus, esta visita pastoral foi muito bem sucedida, porque felizmente alcançou as suas finalidades. Por si só ela constituía um acontecimento histórico; com efeito, antes o Bispo de Roma nunca tinha ido àquela terra abençoada pela obra apostólica de São Paulo e São Barnabé, e tradicionalmente considerada parte da Terra Santa. No sulco do Apóstolo das nações, fiz-me peregrino do Evangelho, antes de tudo para confirmar a fé das Comunidades católicas, minoria pequena mas viva na ilha, encorajando-as também a continuar o caminho rumo à plena unidade entre os cristãos, de modo especial com os irmãos ortodoxos. Ao mesmo tempo, idealmente desejei abraçar todas as populações do Oriente Médio e abençoá-las em nome do Senhor, invocando de Deus a dádiva da paz. Recebi uma hospitalidade cordial, que me foi reservada em toda a parte, e é de bom grado que aproveito esta ocasião para expressar novamente a minha profunda gratidão, em primeiro lugar ao Arcebispo de Chipre dos Maronitas, D. Youssef Soueif, e a Sua Beatitude D. Fouad Twal, juntamente com os colaboradores, renovando a cada um o meu apreço pela sua obra apostólica. Além disso, dirijo o meu sentido reconhecimento ao Santo Sínodo da Igreja ortodoxa de Chipre, nomeadamente a Sua Beatitude Crisóstomo II, Arcebispo de Nova Justiniana e de todo Chipre, que tive a alegria de abraçar com afeto fraternal, assim como ao Presidente da República, a todas as Autoridades civis e a quantos, de vários modos, se prodigalizaram louvavelmente para o bom êxito desta minha visita pastoral.

Ela teve início a 4 de Junho, na antiga cidade de Pafos, onde me senti envolvido numa atmosfera que parecia quase a síntese perceptível de dois mil anos de história cristã. Os achados arqueológicos ali presentes constituem o sinal de uma herança espiritual única e gloriosa, que ainda hoje conserva um forte impacto sobre a vida do país. Na igreja de Santa Ciríaca Chrysopolitissa, lugar de culto ortodoxo aberto também aos católicos e aos anglicanos, situado no interior do espaço arqueológico, realizou-se uma emocionante celebração ecumênica. Juntamente com o Arcebispo ortodoxo Crisóstomo ii e com os representantes das Comunidades arménia, luterana e anglicana, pudemos renovar fraternalmente o compromisso ecumênico recíproco e irreversível. Manifestei estes sentimentos sucessivamente a Sua Beatitude Crisóstomo II, no cordial encontro realizado na sua residência, durante o qual constatei também como a Igreja ortodoxa de Chipre está vinculada à sorte daquele povo, conservando a memória

devota e grata do Arcebispo Macário III, geralmente considerado pai e benfeitor da Nação, a quem também eu quis prestar homenagem, detendo-me brevemente diante do monumento que o representa. Este arraigamento na tradição não impede que a Comunidade ortodoxa esteja comprometida com determinação no diálogo ecumênico, juntamente com a Comunidade católica, ambas animadas pelo desejo sincero de restabelecer a comunhão plena e visível entre as Igrejas do Oriente e do Ocidente.

No dia 5 de Junho em Nicósia, capital da ilha, encetei a segunda etapa da viagem, visitando o Presidente da República, que me recebeu com grande cortesia. Quando me encontrei com as Autoridades civis e o Corpo Diplomático, confirmei a importância de fundar a lei positiva sobre os princípios éticos da lei natural, com a finalidade de promover a verdade moral na vida pública. Foi um apelo à razão, assente nos princípios éticos e repleto de implicações exigentes para a sociedade contemporânea, que muitas vezes não reconhece mais a tradição cultural sobre a qual está fundada.

A liturgia da Palavra, celebrada na escola elementar São Maron, representou um dos momentos mais sugestivos do encontro com a Comunidade católica de Chipre, nos seus componentes maronita e latino, e permitiram-me conhecer de perto o fervor apostólico dos católicos cipriotas. Ele exprime-se também mediante a atividade educativa e assistencial, com dezenas de estruturas, que se colocam ao serviço da coletividade, e são estimadas pelas Autoridades governamentais, assim como pela população inteira. Foi um momento de júbilo e de festa, animado pelo entusiasmo de um elevado número de crianças, adolescentes e jovens. Não faltou o aspecto da memória, que tornou perceptível de modo comovedor a alma da Igreja maronita, que precisamente este ano celebra 1.600 anos da morte do Fundador, São Maron. A este propósito, foi particularmente significativa a presença de alguns católicos maronitas, originários de quatro povoados da ilha, onde os cristãos são um povo que sofre e espera; desejei manifestar-lhes a minha compreensão paternal pelas suas aspirações e dificuldades.

Nessa mesma celebração, pude admirar o compromisso apostólico da Comunidade latina, chefiada pela solicitude do Patriarca latino de Jerusalém e pelo zelo pastoral dos Frades Menores da Terra Santa, que se põem ao serviço da população com generosidade perseverante. Os católicos de rito latino, muito ativos no âmbito caritativo, reservam uma atenção especial aos trabalhadores e aos mais necessitados. A todos, latinos e maronitas, assegurei a minha lembrança na oração, animando-os a dar testemunho do Evangelho inclusive mediante um trabalho paciente de confiança recíproca entre cristãos e não-cristãos, para construir uma paz duradoura e uma harmonia entre os povos.

Desejei repetir o convite à confiança e à esperança, durante a Santa Missa celebrada na paróquia de Santa Cruz, na presença dos sacerdotes, das pessoas consagradas, dos diáconos, dos catequistas e dos representantes das associações e dos movimentos laicos da ilha. Comecei a partir da reflexão sobre o mistério da Cruz e, depois, dirigi um apelo urgente a todos os católicos do Médio Oriente a fim de que, não obstante as grandes provações e as dificuldades que todos conhecem, não cedam ao desânimo e nem à tentação de emigrar, uma vez que a sua presença nessa região constitui um sinal insubstituível de esperança. Garanti-lhes, e de modo especial aos presbíteros e aos religiosos, a solidariedade afetuosa e intensa da parte da Igreja inteira, assim como a oração incessante a fim de que o Senhor os ajude a ser sempre uma presença viva e pacificadora.

Sem dúvida, o momento culminante da viagem apostólica foi a entrega do *Instrumentum laboris* da Assembleia Especial para o Médio Oriente do Sínodo dos Bispos. Este gesto teve lugar no domingo 6 de Junho, no palácio do desporto de Nicósia, no final da solene Celebração eucarística, em que participaram os Patriarcas e os Bispos das várias Comunidades eclesiais do Médio Oriente. A participação do Povo de Deus foi coral, "entre cânticos de alegria e de louvor da multidão em festa", como diz o Salmo (42 [41], 2). Fizemos uma experiência concreta disto, também graças à presença dos numerosos imigrantes, que formam um grupo significativo na população católica da ilha, onde se integraram sem dificuldade. Em conjunto, rezamos pela alma do saudoso Bispo D. Luigi Padovese, Presidente da Conferência Episcopal da Turquia, cuja morte repentina e trágica nos deixou amargurados e assustados.

O tema da Assembleia Especial para o Médio Oriente, que se realizará em Roma no próximo mês de Outubro, fala de comunhão e de abertura à esperança: "A Igreja católica no Médio Oriente: comunhão e testemunho". Com efeito, este acontecimento importante configura-se como uma reunião da cristandade católica daquela região, nos seus diferentes ritos, mas ao mesmo tempo como busca renovada de diálogo e de coragem para o futuro. Por conseguinte, será acompanhado pelo afeto orante de toda a Igreja, em cujo coração o Médio Oriente ocupa um lugar especial, enquanto foi precisamente ali que Deus se fez conhecer aos nossos pais na fé. Todavia, não faltará a atenção de outros representantes da sociedade mundial, nomeadamente dos protagonistas da vida pública, chamados a trabalhar com compromisso constante a fim de que aquela região possa superar as situações de sofrimento e de conflito, que ainda a afligem, e voltar a encontrar finalmente a paz na justiça.

Antes de me despedir de Chipre, desejei visitar a Catedral maronita de Nicósia – onde estava presente também o Cardeal Pierre Nasrallah Sfeir, Patriarca de Antioquia dos Maronitas. Renovei a minha proximidade sincera e a minha compreensão fervorosa de cada uma das comu-

nidades da antiga Igreja maronita espalhada pela ilha, a cujo litoral os Maronitas chegaram em diversos períodos e foram muitas vezes duramente provados para permanecer fiéis à sua herança cristã específica, e cujas memórias históricas e artísticas constituem um patrimônio cultural para a humanidade inteira.

Prezados irmãos e irmãs, regressei ao Vaticano com a alma repleta de gratidão a Deus e com sentimentos sinceros de carinho e estima pelos habitantes de Chipre, pelos quais me senti acolhido e compreendido. Na nobre terra cipriota, pude ver a obra apostólica das diversas tradições da única Igreja de Cristo e praticamente senti numerosos corações baterem em uníssono, precisamente como afirmava o tema da viagem: "Um coração, uma alma". A Comunidade católica cipriota, nas suas subdivisões maronita, arménia e latina, esforça-se de maneira incessante por ser um só coração e uma só alma, tanto no seu interior como nas relações cordiais e construtivas com os irmãos ortodoxos e com as demais nações do Médio Oriente, com os seus governantes e os representantes das diversas religiões, construir em conjunto um futuro de paz, de amizade e de colaboração fraterna. E oremos a fim de que, por intercessão de Maria Santíssima, o Espírito Santo torne fecunda esta viagem apostólica, animando no mundo inteiro a missão da Igreja instituída por Cristo, para anunciar a todos os povos o Evangelho da verdade, do amor e da paz.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 16 de Junho de 2010

São Tomás de Aquino (2)

Estimados irmãos e irmãs!

Hoje gostaria de continuar a apresentação de São Tomás de Aquino, um teólogo de valor tão grande que o estudo do seu pensamento foi explicitamente recomendado pelo Concílio Vaticano II em dois documentos, o decreto *Optatam totius*, sobre a formação para o sacerdócio, e a declaração *Gravissimum educationis*, que fala a respeito da educação cristã. De resto, já em 10 o Papa Leão XIII, seu grande apreciador e promotor de estudos tomistas, quis declarar São Tomás Padroeiro das Escolas e das Universidades católicas.

O motivo principal deste apreço reside não só no conteúdo do seu ensinamento, mas também no método por ele adoptado, sobretudo a sua nova síntese e distinção entre filosofia e teologia. Os Padres da Igreja encontravam-se confrontados com várias filosofias de tipo platónico, nas quais se apresentava uma visão completa do mundo e da vida, incluindo a questão de Deus e da religião. No confronto com estas filosofias, eles mesmos tinham elaborado uma visão completa da realidade, começando a partir da fé e utilizando elementos do platonismo, para responder às interrogações essenciais dos homens. Esta visão, assente na revelação bíblica e elaborada com um platonismo correto à luz da fé, era por eles denominada a "nossa filosofia". Portanto, a palavra "filosofia" não era expressão de um sistema puramente racional e, como tal, distinto da fé, mas indicava uma visão global da realidade, construída à luz da fé, mas tornada própria e pensada pela razão; uma visão que, sem dúvida, ia além das capacidades próprias da razão mas que, como tal, era também satisfatória para ela. Para São Tomás de Aquino, o encontro com a filosofia pré-cristã de Aristóteles (falecido por volta de 22 a.c.) abria uma nova perspectiva. A filosofia aristotélica era, obviamente, uma filosofia elaborada sem conhecimento do Antigo e do Novo Testamento, uma explicação do mundo sem revelação, unicamente pela razão. E esta racionalidade consequente era convincente. Assim, a antiga forma da "nossa filosofia" dos Padres já não funcionava. A relação entre filosofia e teologia, entre fé e razão, devia ser reconsiderada. Existia uma "filosofia" completa e convincente em si mesma, uma racionalidade precedente à fé, e depois a "teologia", um pensar com a fé e na fé. A questão urgente era esta: o mundo da racionalidade, a filosofia pensada sem Cristo e o mundo da fé são compatíveis Ou então excluem-se Não faltavam elementos que afirmavam a incompatibilidade entre os dois mundos, mas São Tomás estava firmemente convencido da sua compatibilidade aliás, que a filosofia elaborada sem o conhecimento de Cristo praticamente esperava a luz de Jesus para ser completa. Esta foi a grande "surpresa" de São Tomás,

que determinou o seu caminho de pensador. Mostrar esta independência de filosofia e teologia e, ao mesmo tempo, a sua relacionalidade recíproca, foi a missão histórica do grande mestre. E assim compreende-se porque no século XIX, quando se declarava fortemente a incompatibilidade entre razão moderna e fé, o Papa Leão XIII indicou São Tomás como guia no diálogo entre uma e outra. No seu trabalho teológico, São Tomás supõe e concretiza esta relacionalidade. A fé consolida, integra e ilumina o patrimônio de verdade que a razão humana adquire. A confiança que São Tomás concede a estes dois instrumentos do conhecimento – a fé e a razão – pode ser reconduzida à convicção de que ambas derivam da única nascente de toda a verdade, o Logos divino que age tanto no âmbito da criação, como no contexto da redenção.

Além do acordo entre razão e fé, deve-se reconhecer, por outro lado, que elas se valem de procedimentos cognoscitivos diferentes. A razão acolhe uma verdade em virtude da sua evidência intrínseca, mediata ou imediata; a fé, ao contrário, aceita uma verdade com base na autoridade da Palavra de Deus que se revela. São Tomás escreve no início da sua *Summa Theologiae*: "É dúplice a ordem das ciências; algumas procedem de princípios conhecidos mediante a luz natural da razão, como a matemática, a geometria e semelhantes; outras procedem de princípios conhecidos através de uma ciência superior: como a perspectiva procede de princípios conhecidos mediante a geometria, e a música de princípios conhecidos através da matemática. E deste modo, a doutrina sagrada (ou seja, a teologia) é ciência porque procede dos princípios conhecidos através da luz de uma ciência superior, isto é, a ciência de Deus e dos Santos" (I, q. 1, a. 2).

Esta distinção assegura a autonomia, tanto das ciências humanas como das ciências teológicas. Porém, ela não equivale à separação, mas implica sobretudo uma colaboração recíproca e vantajosa. Com efeito, a fé protege a razão de toda a tentação de desconfiança nas próprias capacidades, estimula-a a abrir-se a horizontes mais vastos, mantém viva nela a busca dos fundamentos e, quando a própria razão se aplica à esfera sobrenatural da relação entre Deus e homem, enriquece o seu trabalho. Segundo São Tomás, por exemplo, a razão humana pode chegar indubitavelmente à afirmação da existência de um único Deus, mas só a fé, que acolhe a Revelação divina, é capaz de haurir do mistério do Amor de Deus Uno e Trino.

Por outro lado, não é apenas a fé que ajuda a razão. Também a razão, com os seus meios, pode fazer algo de importante para a fé, prestando-lhe um tríplice serviço, que São Tomás resume no proémio do seu comentário ao *De Trinitate*, de Boécio: "Demonstrar os fundamentos da fé; explicar mediante semelhanças as verdades da fé; rejeitar as objecções que se levantam contra a fé" (q. 2, a. 2). Toda a história da teologia é, no fundo, o exercício deste compromisso da inteligência, que mostra a inteligibilidade da fé, a sua articulação e harmonia interna, o seu

bom senso e a sua capacidade de promover o bem do homem. A exatidão dos raciocínios teológicos e o seu significado cognoscitivo real fundamentam-se no valor da linguagem teológica que, segundo São Tomás, é principalmente uma linguagem analógica. A distância entre Deus, o Criador e o ser das suas criaturas é infinita; a dessemelhança é sempre maior do que a semelhança (cf. DS 06). Não obstante, em toda a diferença entre Criador e criatura, existe uma analogia entre o ser criado e o ser do Criador, que nos permite falar sobre Deus com palavras humanas.

São Tomás fundou a doutrina da analogia sobre argumentações puramente filosóficas, e também sobre o fato de que, com a Revelação, foi o próprio Deus quem nos falou e, portanto, nos autorizou a falar dele. Considero importante evocar esta doutrina. Com efeito, ela ajuda-nos a superar algumas objecções do ateísmo contemporâneo, o qual nega que a linguagem religiosa possui um significado objetivo, e afirma ao contrário que só tem um valor subjetivo, ou simplesmente emotivo. Esta objecção deriva do fato que o pensamento positivista está convencido de que o homem não conhece o ser, mas somente as funções experimentáveis da realidade. Com São Tomás e com a grande tradição filosófica, estamos persuadidos de que, na realidade, o homem não conhece apenas as funções, objeto das ciências naturais, mas conhece algo do próprio ser por exemplo, conhece a pessoa, o Tu do outro, e não apenas o aspecto físico e biológico do seu ser.

luz deste ensinamento de São Tomás, a teologia afirma que, por mais limitada que seja, a linguagem religiosa é dotada de sentido – porque nos referimos ao ser – como uma seta que se dirige rumo à realidade que ela significa. Este acordo fundamental entre razão humana e fé cristã entrevê-se num outro princípio basilar do pensamento do Aquinate: a Graça divina não anula, mas supõe e aperfeiçoa a natureza humana. Com efeito, esta última, mesmo depois do pecado, não é completamente corrupta, mas ferida e debilitada. A Graça, concedida por Deus e comunicada através do Mistério do Verbo encarnado, é uma dádiva absolutamente gratuita com que a natureza é curada, fortalecida e ajudada a perseguir o desejo inato no coração de cada homem e de cada mulher: a felicidade. Todas as faculdades do ser humano são purificadas, transformadas e elevadas pela Graça divina.

Reconhece-se uma aplicação importante desta relação entre a natureza e a Graça na teologia moral de São Tomás de Aquino, que é de grande atualidade. No centro do seu ensinamento neste campo, ele insere a lei nova, que é a lei do Espírito Santo. Com um olhar profundamente evangélico, insiste sobre o fato de que esta lei é a Graça do Espírito Santo, concedida a todos aqueles que acreditam em Cristo. A tal Graça une-se o ensinamento escrito e oral das verdades doutrinais e morais, transmitido pela Igreja. Sublinhando o papel fundamental, na vida

moral, da ação do Espírito Santo, da Graça, da qual brotam as virtudes teologais e morais, São Tomás faz compreender que cada cristão pode alcançar as elevadas perspectivas do "Sermão da Montanha", se viver uma autêntica relação de fé em Cristo, se se abrir à ação do seu Espírito Santo. Porém – acrescenta o Aquinate – "embora a Graça seja mais eficaz do que a natureza, todavia a natureza é mais essencial para o homem" (Summa Theologiae, I-II, q. 94, a. 6, ad 2), pelo que, na perspectiva moral cristã existe um espaço para a razão, que é capaz de discernir a lei moral natural. A razão pode reconhecê-la, considerando o que é bom fazer e o que é bom evitar, para a consecução daquela felicidade que está a peito de cada um, e que impõe uma responsabilidade para com os demais e, portanto, a busca do bem comum. Em síntese, as virtudes do homem, teologais e morais, estão arraigadas na natureza humana. A Graça divina acompanha, sustêm e incentiva o compromisso ético mas, por si só, segundo São Tomás, todos os homens, crentes e não-crentes, são chamados a reconhecer as exigências da natureza humana e a inspirar-se nela na formulação das leis positivas, ou seja, daquelas que são emanadas pelas autoridades civis e políticas para regular a convivência humana.

Quando a lei natural e a responsabilidade que ela implica são negadas, abre-se dramaticamente o caminho ao relativismo ético no plano individual e ao totalitarismo do Estado a nível político. A defesa dos direitos universais do homem e a afirmação do valor absoluto da dignidade da pessoa postulam um fundamento. Não é precisamente a lei natural, este fundamento com os valores não negociáveis que ela indica O Venerável João Paulo II escrevia na sua Encíclica *Evangelium vitae* palavras que permanecem de grande atualidade: "Para o bem do futuro da sociedade e do progresso de uma democracia sadia, urge pois redescobrir a existência de valores humanos e morais essenciais e naturais, que derivam da própria verdade do ser humano, e exprimem e tutelam a dignidade da pessoa: valores que nenhum indivíduo, nenhuma maioria e nenhum estado jamais poderá criar, modificar ou destruir, mas apenas os deverá reconhecer, respeitar e promover" (n. 1).

Concluindo, São Tomás propõe-nos um conceito amplo e confiante da razão humana: amplo, porque não está limitado aos espaços da chamada razão empírito-científica, mas aberto a todo o ser e por conseguinte também às questões fundamentais e irrenunciáveis do viver humano; e confiante, porque a razão humana, sobretudo se acolhe as aspirações da fé cristã, é promotora de uma civilização que reconhece a dignidade da pessoa, a intangibilidade dos seus direitos e a improrrogabilidade dos seus deveres. Não surpreende que a doutrina acerca da dignidade da pessoa, fundamental para o reconhecimento da inviolabilidade dos direitos do homem, tenha amadurecido em ambientes de pensamento que recolheram a herança de São Tomás de Aquino, que tinha um conceito extremamente elevado da criatura humana. Definiu-a, com a sua

linguagem rigorosamente filosófica, como "aquilo que de mais perfeito se encontra em toda a natureza, ou seja, um sujeito subsistente numa natureza racional" (Summa Theologiae, I a, q. 29, a.).

A profundidade do pensamento de São Tomás de Aquino brota – nunca o esqueçamos – da sua fé viva e da sua piedade fervorosa, que expressava em orações inspiradas, como esta em que pede a Deus: "Concedei-me, suplico-vos, uma vontade que vos procure, uma sabedoria que vos encontre, uma vida que vos agrade, uma perseverança que vos espere confiadamente e uma confiança que no final chegue a possuir-vos".

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 23 de Junho de 2010

São Tomás de Aquino (3)

Estimados irmãos e irmãs

Hoje gostaria de completar, com uma terceira parte, as minhas catequeses sobre São Tomás de Aquino. Até a mais de setecentos anos de distância da sua morte, podemos aprender muito dele. Recordava-o inclusive o meu Predecessor, o Papa Paulo VI que, num discurso pronunciado em Fossanova no dia 14 Setembro de 14, por ocasião do sétimo centenário da morte de São Tomás, se interrogava: "Mestre Tomás, que lição nos pode dar". E respondia com estas palavras: "A confiança na verdade do pensamento religioso católico, como foi por ele defendido, exposto e aberto à capacidade cognoscitiva da mente humana" (Insegnamenti di Paolo VI, XII 14, págs. 33-34). E, nesse mesmo dia, em Aquino, referindo-se ainda a São Tomás, ele afirmava: "Todos nós que somos filhos da Igreja podemos e devemos, pelo menos em certa medida, ser seus discípulos!" (Ibid., pág. 3).

Por conseguinte, coloquemo-nos também nós na escola de São Tomás e da sua obra-prima, a *Summa Theologiae*. Ela permaneceu incompleta, e todavia é uma obra monumental: contém 12 questões e 2. artigos. Trata-se de um raciocínio cerrado, em que a aplicação da inteligência humana aos mistérios da fé procede com clareza e profundidade, enlaçando perguntas e respostas, nas quais São Tomás aprofunda o ensinamento que deriva da Sagrada Escritura e dos Padres da Igreja, principalmente de Santo Agostinho. Nesta reflexão, no encontro com verdadeiras interrogações do seu tempo, que são muitas vezes também as nossas, São Tomás,

utilizando inclusive o método e o pensamento dos filósofos antigos, de modo particular de Aristóteles, chega desta maneira a formulações exatas, lúcidas e pertinentes das verdades de fé, onde a verdade é um dom da fé, resplandece e torna-se acessível para nós, para a nossa reflexão. No entanto, este esforço da mente humana – recorda o Aquinate, com a sua própria vida – é sempre iluminado pela oração, pela luz que procede do Alto. Só quem vive com Deus e com os mistérios pode compreender também o que eles dizem.

Na *Summa Theologiae*, São Tomás começa a partir do fato que há três diversos modos do ser e da essência de Deus: Deus existe em si mesmo, é o princípio e o fim de todas as coisas, pelo que todas as criaturas procedem e dependem dele; em seguida, Deus está presente através da sua Graça na vida e na atividade do cristão, dos santos; por fim, Deus está presente de maneira totalmente especial na Pessoa de Cristo, aqui unido realmente com o homem Jesus, e ativo nos Sacramentos, que brotam da sua obra redentora. Por este motivo, a estrutura desta obra monumental (cf. Jean-Pierre Torrell, La "Summa" di San Tommaso, Milão 2003, págs. 2-),

uma busca com um "olhar teológico" da plenitude de Deus (cf. Summa Theologiae, I a, q. I, a.), subdivide-se em três partes e é explicada pelo próprio *Doctor Communis* – São Tomás – com as seguintes palavras: "A finalidade principal da sagrada doutrina consiste em fazer com que Deus seja conhecido, e não só em si mesmo, mas também como é princípio e fim das coisas, de maneira especial da criatura racional. Com a intenção de expor esta doutrina, nós falaremos em primeiro lugar sobre Deus; em segundo, sobre o movimento da criatura para Deus; e em terceiro lugar sobre Cristo que, enquanto homem, é para nós o caminho para ascender até Deus" (Ibid., i, q. 2). Trata-se de um círculo: Deus em si mesmo, que sai de si próprio e nos toma pela mão, de tal maneira que assim, com Cristo, voltemos para Deus, permaneçamos unidos a Deus, e Deus será tudo em todos.

Por conseguinte, a primeira parte da *Summa Theologiae* indaga a propósito de Deus em si mesmo, sobre o mistério da Trindade e acerca da atividade criadora de Deus. Nesta parte encontramos também uma profunda reflexão sobre a realidade autêntica do ser humano enquanto derivado das mãos criadoras de Deus, fruto do seu amor. Por um lado, somos seres criados, dependentes, não derivamos de nós mesmos; mas por outro, gozamos de uma verdadeira autonomia, de tal forma que não somos só aparência – como dizem alguns filósofos platónicos – mas uma realidade desejada por Deus como tal, e com um valor em si mesma.

Na segunda parte, São Tomás considera o homem, impelido pela Graça, na sua aspiração a conhecer e a amar Deus para ser feliz no tempo e na eternidade. Em primeiro lugar, o Autor apresenta os princípios teológicos do agir moral, estudando como, na livre escolha do homem de realizar atos bons, se integram a razão, a vontade e as paixões, às quais se acrescenta a força que confere a Graça de Deus através das virtudes e das dádivas do Espírito Santo, como também a ajuda que é oferecida inclusive pela lei moral. Portanto, o ser humano é um ser dinâmico que se põe em busca de si mesmo, procura tornar-se ele mesmo e, neste sentido, tenta realizar atos que o edificam, que o tornam verdadeiramente homem; e aqui entra a lei moral, entram a Graça e a própria razão, a vontade e as paixões. Sobre este fundamento, São Tomás delineia a fisionomia do homem que vive em conformidade com o Espírito e que, deste modo, se torna um ícone de Deus. Aqui, o Aquinate detém-se para estudar as três virtudes teologais – fé, esperança e caridade – seguidas pelo exame perspicaz de mais de cinquenta virtudes morais, organizadas em volta das quatro virtudes cardeais – a prudência, a justiça, a temperança e a fortaleza. Em seguida, termina com a reflexão a respeito das diversas vocações existentes na Igreja.

Na terceira parte da *Summa Theologiae*, São Tomás estuda o Mistério de Cristo – o caminho e a verdade – por meio do qual nós podemos unir-nos a Deus Pai. Nesta secção, ele escreve

páginas praticamente insuperadas a propósito do Mistério da Encarnação e da Paixão de Jesus, acrescentando depois um vasto estudo sobre os sete Sacramentos, porque neles o Verbo divino encarnado dilata os benefícios da Encarnação para a nossa salvação, em vista do nosso caminho de fé rumo a Deus e à vida eterna, permanece materialmente quase presente com as realidades da criação, tocando-nos deste modo no nosso íntimo.

Falando sobre os Sacramentos, São Tomás reflete de modo particular sobre o Mistério da Eucaristia, pelo qual alimentou uma enorme devoção, a tal ponto que, segundo os antigos biógrafos, costumava aproximar a sua cabeça do Tabernáculo, como que para sentir palpitar o Coração divino e humano de Jesus. Numa das suas obras de comentário à Escritura, São Tomás ajuda-nos a compreender a excelência do Sacramento da Eucaristia, quando escreve: "Dado que a Eucaristia é o Sacramento da Paixão de nosso Senhor, contém em si mesma Jesus Cristo que padeceu por nós. Portanto, tudo aquilo que é efeito da Paixão de nosso Senhor, é também efeito deste Sacramento, uma vez que ele não é outra coisa senão a aplicação em nós da Paixão do Senhor" (In Ioannem, c., lect., n. 3). Assim compreendemos bem por que motivo São Tomás e outros santos celebraram a Santa Missa vertendo lágrimas de compaixão pelo Senhor, que se oferece em sacrifício por nós, lágrimas de alegria e de gratidão.

Prezados irmãos e irmãs, na escola dos santos, apaixonemo-nos por este Sacramento! Participemos na Santa Missa com recolhimento, para alcançar os seus frutos espirituais, nutramo-nos do Corpo e do Sangue de Senhor, para sermos incessantemente alimentados pela Graça divina! Permaneçamos de bom grado e frequentemente, tu a tu, em companhia do Santíssimo Sacramento!

Aquilo que São Tomás explicou com rigor científico nas suas obras teológicas principais, como precisamente a *Summa Theologiae* e também a *Summa contra Gentiles*, foi exposto inclusive na sua pregação, dirigida aos estudantes e aos fiéis. Em 123, um ano antes da sua morte, durante a Quaresma inteira, ele fez pregações na igreja de São Domingos Maior, em Nápoles. O conteúdo destes sermões foi recolhido e conservado: trata-se dos Opúsculos em que ele explica o Símbolo dos Apóstolos, interpreta a oração do Pai-Nosso, ilustra o Decálogo e comenta a Ave-Maria. O conteúdo da pregação do *Doctor Angelicus* corresponde quase inteiramente à estrutura do Catecismo da Igreja Católica. Com efeito, na catequese e na pregação, numa época como a nossa, de renovado compromisso em benefício da evangelização, nunca deveriam faltar estes argumentos fundamentais: aquilo em que cremos, eis o Símbolo da fé; aquilo que nós oramos, eis o Pai-Nosso e a Ave-Maria; e aquilo que nó s vivemos, como nos ensina a Revelação bíblica, eis a lei do amor a Deus e ao próximo, e dos Dez Mandamentos, como explicação deste mandato do amor.

Gostaria de propor alguns exemplos do conteúdo, simples, essencial e convincente, do ensinamento de São Tomás. No seu Opúsculo sobre o Símbolo dos Apóstolos, ele explica o valor da fé. Por meio dela, diz, a alma une-se a Deus e brota como que um rebento de vida eterna; a vida recebe uma orientação certa e nós superamos agilmente as tentações. Àqueles que objetam que a fé é uma estultice, porque faz acreditar em algo que não faz parte da experiência dos sentidos, São Tomás oferece uma resposta muito elaborada, e recorda que se trata de uma dúvida inconsistente, porque a inteligência humana é limitada e não pode conhecer tudo. Só se pudéssemos conhecer perfeitamente todas as coisas visíveis e invisíveis, então seria uma autêntica estultice aceitas verdades por pura fé. De resto, é impossível viver, observa São Tomás, sem confiar na experiência dos outros, aonde o conhecimento pessoal não chega. Por conseguinte, é racional ter fé em Deus que se revela e no testemunho dos Apóstolos: eles eram poucos, simples e pobres, amargurados por causa da Crucifixão do seu Mestre; e no entanto, muitas pessoas sábias, nobres e ricas se converteram em pouco tempo à escuta da sua pregação. Com efeito, trata-se de um fenómeno historicamente prodigioso, ao qual é difícil poder dar outra resposta racional, a não ser a do encontro dos Apóstolos com o Senhor Ressuscitado.

Comentando o artigo do Símbolo sobre a Encarnação do Verbo divino, São Tomás faz algumas considerações. Afirma que a fé cristã, tendo em conta a mistério da Encarnação, é revigorada; a esperança eleva-se com maior confiança, ao pensamento de que o Filho de Deus veio entre nós, como um de nós, para comunicar aos homens a sua própria divindade; a caridade é reavivada, porque não existe sinal mais evidente do amor de Deus por nós, do que ver o Criador do universo fazer-se Ele mesmo uma criatura, um de nós. Finalmente, considerando o mistério da Encarnação de Deus, sentimos inflamar-se o nosso desejo de alcançar Cristo na glória. Recorrendo a uma comparação simples e eficaz, São Tomás observa: "Se o irmão de um rei estivesse distante, certamente desejaria poder viver ao lado dele. Pois bem, Cristo é nosso irmão: por conseguinte, temos que desejar a sua companhia, tornando-nos um só coração com Ele" (Opuscoli teologico-spirituali, Roma 1, pág. 4).

Apresentando a oração do Pai-Nosso, São Tomás mostra que ela é em si mesma perfeita, pois possui as cinco características que uma oração bem recitada deveria possuir: abandono confiante e tranquilo: conveniência do seu conteúdo, porque – observa São Tomás – "é assaz difícil saber precisamente o que é oportuno pedir e o que não o é, a partir do momento que nos sentimos em dificuldade diante da seleção dos desejos" (Ibid., pág. 120); e além disso, ordem apropriada dos pedidos, fervor de caridade e sinceridade da humildade.

Como todos os santos, também São Tomás foi um grande devoto de Nossa Senhora. Ele definiu-a com um apelativo maravilhoso: *Triclinium totius Trinitatis*, triclínio, ou seja, lugar onde a Trindade encontra o seu descanso porque, em virtude da Encarnação, em nenhuma criatura como nela as três Pessoas divinas habitam e sentem a delícia e a alegria por viver na sua alma cheia de Graça. Pela sua intercessão, nós podemos obter todo o auxílio.

Com uma oração, que tradicionalmente é atribuída a São Tomás e que, de qualquer maneira, reflete os elementos da sua profunda devoção mariana, digamos nós também: "Ó bem-aventurada e doce Virgem Maria, Mãe de Deus... confio ao teu Coração misericordioso toda a minha vida... Obtém-me, ó minha doce Senhora, verdadeira caridade, com a qual eu possa amar de todo o coração o teu santíssimo Filho e a Ti, depois dele, acima de todas as coisas, e o próximo em Deus e por Deus".

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 30 de Junho de 2010

São José Cafasso

Queridos irmãos e irmãs!

Concluímos há pouco o Ano sacerdotal: um tempo de graça, que deu e dará frutos preciosos à Igreja; uma oportunidade para recordar na oração todos os que responderam a esta particular vocação. Acompanharam-nos neste caminho, como modelos e intercessores, o Santo Cura d'Ars e outras figuras de santos sacerdotes, verdadeiras luzes na história da Igreja. Hoje, como anunciei na quarta-feira passada, gostaria de recordar outra figura, que sobressai sobre o grupo dos "Santos sociais" na Turim do século XIX: trata-se de São José Cafasso.

É obrigatório recordá-lo porque precisamente há uma semana celebrou-se o 150º aniversário da morte, ocorrida na cidade piemontesa a 23 de Junho de 1860, com 49 anos de idade. Além disso, apraz-me recordar que o Papa Pio XI, a 1 de Novembro de 1924, aprovando os milagres para a canonização de São João Maria Vianney e publicando o decreto de autorização para a beatificação de Cafasso, comparou estas duas figuras de sacerdotes com as seguintes palavras: "Não sem uma especial e benéfica disposição da Bondade Divina assistimos a este surgir no horizonte da Igreja católica de novos astros, o pároco de Ars, e o Venerável Servo de Deus, Giuseppe Cafasso. Precisamente estas duas belas, queridas, providamente oportunas figuras se apresentaram hoje; pequena e humilde, pobre e simples, mas de igual modo gloriosa a figura do pároco de Ars, e a outra bela, grande, complexa, rica figura de sacerdote, mestre e formador de sacerdotes, o Venerável Giuseppe Cafasso". Trata-se de circunstâncias que nos oferecem a ocasião para conhecer a mensagem, viva e atual, que sobressai da vida deste santo. Ele não foi pároco como o cura d'Ars, mas foi sobretudo formador de párocos e sacerdotes diocesanos, aliás de sacerdotes santos, entre os quais São João Bosco. Não fundou, como os outros santos sacerdotes do século XIX do Piemonte, institutos religiosos, porque a sua "fundação" foi a "escola de vida e de santidade sacerdotal" que realizou, com o exemplo e o ensinamento, no "Colégio Eclesiástico de São Francisco de Assis", em Turim.

José Cafasso nasceu em Castelnuovo d'Asti, o mesmo povoado de São João Bosco, no dia 15 de Janeiro de 1811. Era o terceiro de quatro filhos. A última, irmã Marianna, será a mãe do Beato José Allamano, fundador dos Missionários e das Missionárias da Consolata. Nasceu na Piemonte do século XIX, caracterizada por graves problemas sociais, mas também por muitos Santos que se comprometiam na busca da solução dos mesmos. Eles viviam unidos entre si pelo amor a Cristo e por uma profunda caridade para com os pobres: a graça do Senhor sabe difundir e multiplicar as sementes de santidade! Cafasso fez os estudos secundários e o biénio

de filosofia no Colégio de Chieri e, em 1830, passou para o Seminário teológico onde, em 1833, foi ordenado sacerdote. Quatro meses mais tarde entrou no lugar que para ele permanecerá a "etapa" fundamental e única da sua vida sacerdotal: o "Colégio Eclesiástico de São Francisco de Assis", em Turim. Tendo entrado ali para se aperfeiçoar na pastoral, aí fez frutificar os seus dotes de diretor espiritual e o seu grande espírito de caridade. Com efeito, o Colégio não era apenas uma escola de teologia moral, onde os jovens sacerdotes, provenientes principalmente do campo, aprendiam a confessar e a pregar, mas era também uma verdadeira escola de vida sacerdotal, onde os presbíteros se formavam na espiritualidade de Santo Inácio de Loyola e na teologia moral e pastoral do grande Bispo Santo Afonso Maria de Ligório. O tipo de sacerdote que Cafasso encontrou no Colégio e que ele mesmo contribuiu para fortalecer sobretudo como Reitor era o do verdadeiro pastor, com uma rica vida interior e um profundo zelo no cuidado pastoral: fiel à oração, comprometido na pregação, na catequese, dedicado à celebração da Eucaristia e ao ministério da Confissão, segundo o modelo encarnado por São Carlos Borromeu e por São Francisco de Sales, e promovido pelo Concílio de Trento. Uma feliz expressão de São João Bosco resume o sentido do trabalho educativo realizado naquela Comunidade: "No Colégio aprendia-se a ser sacerdote".

São José Cafasso procurou realizar este modelo na formação dos jovens presbíteros a fim de que, por sua vez, eles se tornassem formadores de outros sacerdotes, religiosos e leigos, segundo uma corrente especial e eficaz. Da sua cátedra de teologia moral, educava a ser bons confessores e diretores espirituais, preocupados com o verdadeiro bem espiritual da pessoa, animados por um grande equilíbrio ao fazer sentir a misericórdia de Deus e, ao mesmo tempo, um sentido perspicaz e vivo do pecado. Eram três as virtudes do professor Cafasso, como recorda São João Bosco: calma, sagacidade e prudência. Para ele, a verificação do ensinamento transmitido era constituída pelo ministério da Confissão, à qual ele mesmo dedicava muitas horas do dia; procuravam-no bispos, sacerdotes, religiosos, leigos eminentes e pessoas simples: a todos ele sabia oferecer o tempo necessário. Além disso, de muitos que se tornaram santos e fundadores de institutos religiosos, ele foi um sábio conselheiro espiritual. O seu ensinamento nunca era abstrato, assente apenas nos livros que se utilizavam naquela época, mas nascia da experiência viva da misericórdia de Deus e do profundo conhecimento da alma humana, adquirida ao longo do tempo transcorrido no confessionário e na direção espiritual: tratava-se de uma verdadeira escola de vida sacerdotal.

O seu segredo era simples: ser um homem de Deus; realizar, nos pequenos gestos diários, "aquilo que pode ser para a maior glória de Deus e para o benefício das almas". Amava o Senhor de modo total, era animado por uma fé bem arraigada, sustentado por uma oração pro-

funda e prolongada, e vivia uma caridade sincera para com todos. Conhecia a teologia moral, mas conhecia igualmente as situações e o coração das pessoas, cujo bem assumia como o bom pastor. Aqueles que tinham a graça de estar próximos dele acabavam por ser transformados, também eles, em bons pastores e válidos confessores. Indicava com clareza a todos os sacerdotes a santidade a alcançar, precisamente no ministério pastoral. O Beato sacerdote Clemente Marchisio, fundador das Filhas de São José, afirmava: "Quando entrei no Colégio eu era muito travesso e desajuizado, e nem sabia o que queria dizer ser sacerdote, mas saí dali muito diferente, com a plena compreensão da dignidade do presbítero". Quantos sacerdotes foram por ele formados no Colégio e depois acompanhados espiritualmente! Entre eles – como eu já disse – sobressai São João Bosco, que o teve como diretor espiritual durante vinte e cinco anos, de 1835 a 1860: primeiro como clérigo, depois como sacerdote e enfim como fundador. Todas as opções fundamentais da vida de São João Bosco tiveram como conselheiro e guia São José Cafasso, mas de um modo bem específico: Cafasso nunca procurou formar em Dom Bosco um discípulo "à sua imagem e semelhança", e Dom Bosco não copiou Cafasso; sem dúvida, imitou-o nas virtudes humanas e presbiterais – definindo-o "modelo de vida sacerdotal" – mas em conformidade com as suas atitudes pessoais e a sua vocação peculiar; um sinal da sabedoria do mestre espiritual e da inteligência do discípulo: o primeiro não se impôs sobre o segundo, mas respeitou-o na sua personalidade e ajudou-o a interpretar qual era a vontade de Deus para ele. Caros amigos, trata-se de um ensinamento precioso para todos aqueles que estão comprometidos na formação e educação das jovens gerações, e é também uma forte evocação da importância de dispor de um guia espiritual na própria vida, que ajude a compreender aquilo que Deus quer de nós. Com simplicidade e profundidade, o nosso Santo afirmava: "Toda a santidade, a perfeição e o lucro de uma pessoa encontram-se no ato de cumprir perfeitamente a vontade de Deus (...) Felizes seríamos nós, se conseguíssemos inserir assim o nosso coração no de Deus, unir de tal forma os nossos desejos, a nossa vontade à sua, a ponto de formar um só coração e uma só vontade: querer aquilo que Deus quer, desejá-lo daquele modo, naquele tempo e naquelas circunstâncias que Ele quiser, e desejar tudo isto exclusivamente porque Deus o quer".

Mas outro elemento caracteriza o ministério do nosso Santo: a atenção aos últimos, de modo particular aos encarcerados, que na Turim do século XIX viviam em lugares desumanos e desumanizadores. Também neste serviço delicado, levado a cabo por mais de vinte anos, ele foi sempre o bom pastor, compreensivo e compassivo: qualidades sentidas pelos prisioneiros, que terminavam por ser conquistados por aquele amor sincero, cuja origem era o próprio Deus. A simples presença de Cafasso fazia bem: tranquilizava, tocava os corações empeder-

nidos pelas vicissitudes da vida e sobretudo iluminava e despertava as consciências indiferentes. Nos primeiros tempos do seu ministério no meio dos encarcerados, ele recorria com frequência às grandes pregações que chegavam a envolver praticamente toda a população carcerária. Com a passagem do tempo, privilegiou a catequese simples, feita nos diálogos e nos encontros pessoais: respeitador das vicissitudes de cada um, enfrentava os grandes temas da vida cristã, falando da confiança em Deus, da adesão à sua vontade, da utilidade da oração e dos sacramentos, cujo ponto de chegada é a Confissão, o encontro com Deus que por nós se fez misericórdia infinita. Os condenados à morte foram objeto de atenções humanas e espirituais muito especiais. Ele acompanhou ao patíbulo 57 condenados à morte, depois de os ter confessado e de lhes ter administrado a Eucaristia. Acompanhava-os com profundo amor, até ao último respiro da sua existência terrena.

Faleceu no dia 23 de Junho de 1860, depois de uma vida oferecida inteiramente ao Senhor e consumida em prol do próximo. O meu Predecessor, o Venerável Servo de Deus Papa Pio XII, a 9 de abril de 1948, proclamou-o padroeiro dos cárceres italianos e, mediante a Exortação *Apostólica Menti nostrae*, no dia 23 de Setembro de 1950, propô-lo como modelo aos sacerdotes comprometidos na Confissão e na direção espiritual.

Estimados irmãos e irmãs, São José Cafasso seja um exemplo para todos, a intensificar o caminho rumo à perfeição da vida cristã, à santidade; de modo particular, recorde aos sacerdotes a importância de dedicar tempo ao Sacramento da Reconciliação e à direção espiritual, e a todos, a atenção que devemos reservar aos mais necessitados. Que nos ajude a intercessão da Bem-Aventurada Virgem Maria, de quem São José Cafasso era devotíssimo e à qual ele chamava "nossa amada Mãe, nossa consoladora, nossa esperança".

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 7 de Julho de 2010

João Duns Escoto

Amados irmãos e irmãs!

Esta manhã – depois de algumas catequeses sobre diversos grandes teólogos – desejo apresentar-vos outra figura importante na história da teologia: trata-se do beato João Duns Escoto, que viveu no final do século XIII. Uma antiga inscrição sobre o seu túmulo resume as coordenadas geográficas da sua biografia: "a Inglaterra acolheu-o; a França instruiu-o; Colônia, na Alemanha, conserva os seus despojos mortais; na Escócia ele nasceu". Não podemos descuidar estas informações, também porque temos muito poucas notícias sobre a vida de Duns Escoto. Ele nasceu provavelmente em 1266 numa aldeia que se chamava precisamente Duns, perto de Edimburgo. Atraído pelo carisma de São Francisco de Assis, entrou na Família dos Frades Menores, e em 1291 foi ordenado sacerdote. Dotado de uma inteligência brilhante e propensa à especulação – aquela inteligência pela qual a tradição lhe conferiu o título de *Doctor subtilis*, "Doutor subtil" – Duns Escoto foi orientado para os estudos de filosofia e de teologia nas célebres Universidades de Oxford e de Paris. Concluída com bom êxito a formação, empreendeu o ensino da teologia nas Universidades de Oxford e de Cambridge, e depois de Paris, começando a comentar, como todos os Mestres da época, as Sentenças de Pedro Lombardo. As obras principais de Duns Escoto representam precisamente o fruto maduro destas lições, e tomam o título dos lugares onde ele ensinou: *Ordinatio* (denominada, no passado, Opus Oxoniense – Oxford), *Reportatio Cantabrigiensis* (Cambridge), *Reportata Parisiensia* (Paris). A estas obras, pode ainda ser acrescentada a chamada *Quodlibeta* (ou Quaestiones Quodlibetales), uma obra de grande importância formada por 21 questões sobre vários temas teológicos. Afastou-se de Paris quando, tendo rebentado um grave conflito entre o rei Filipe IV o Belo e o Papa Bonifácio VIII Duns Escoto preferiu o exílio voluntário, para não assinar um documento hostil ao Sumo Pontífice, como o rei tinha imposto a todos os religiosos. Assim – por amor à Sé de Pedro – juntamente com os Frades franciscanos, abandonou o país.

Queridos irmãos e irmãs, este acontecimento convida-nos a recordar quantas vezes, na história da Igreja, os crentes encontraram hostilidades e até sofreram perseguições devido à sua fidelidade e devoção a Cristo, à Igreja e ao Papa. Todos nós olhamos com admiração para estes cristãos, que nos ensinam a guardar como um bem precioso a fé em Cristo e a comunhão com o Sucessor de Pedro e, assim, com a Igreja universal.

Contudo, as relações entre o rei da França e o sucessor de Bonifácio VIII depressa foram restabelecidas, e em 1305 Duns Escoto pôde regressar a Paris para ali ensinar teologia com o

título de *Magister regens*, que hoje corresponderia a professor ordinário. Sucessivamente, os Superiores convidaram-no para Colônia como professor do Colégio teológico franciscano, mas ele faleceu a 8 de Novembro de 1308, com apenas 43 anos de idade, contudo deixando um número relevante de obras.

Devido à fama de santidade da qual gozava, o seu culto difundiu-se depressa na Ordem franciscana e o Venerável Papa João Paulo II quis proclamá-lo solenemente beato a 20 de Março de 1993, definindo-o "cantor do Verbo encarnado e defensor da Imaculada Conceição". Nesta expressão está sintetizada a grande contribuição que Duns Escoto ofereceu à história da teologia.

Antes de tudo, ele meditou sobre o Mistério da Encarnação e, ao contrário de muitos pensadores cristãos da época, afirmou que o Filho de Deus se teria feito homem mesmo se a humanidade não tivesse pecado. Ele afirma na "*Reportata Parisiensia*": "Pensar que Deus teria renunciado a esta obra se Adão não tivesse pecado seria totalmente irracional! Portanto, digo que a queda não foi a causa da predestinação de Cristo, e que – mesmo se ninguém tivesse pecado, nem o anjo nem o homem – nesta hipótese Cristo teria sido ainda predestinado do mesmo modo" (in III Sent., d. 7, 4). Este pensamento, talvez um pouco surpreendente, surge porque para Duns Escoto a Encarnação do Filho de Deus, projetada desde a eternidade por parte de Deus Pai no seu desígnio de amor, é cumprimento da criação, e torna possível que cada criatura, em Cristo e por meio dele, seja colmada de graça, e preste louvor e glória a Deus na eternidade. Duns Escoto, apesar de estar consciente de que, na realidade, por causa do pecado original, Cristo nos remiu com a sua Paixão, Morte e Ressurreição, reafirma que a Encarnação é a obra maior e mais bela de toda a história da salvação, e que ela não está condicionada por qualquer fato contingente, mas é a ideia original de Deus para unir finalmente toda a criação consigo mesmo na pessoa e na carne do Filho.

Discípulo fiel de São Francisco, Duns Escoto gostava de contemplar e pregar o Mistério da Paixão salvífica de Cristo, expressão da vontade de amor, do amor imenso de Deus, o Qual transmite com grandíssima generosidade para fora de si os raios da sua bondade e do seu amor (cf. Tractatus de primo principio, c. 4). E este amor não se revela só no Calvário, mas também na Santíssima Eucaristia, da qual Duns Escoto era devotíssimo e que via como o Sacramento da presença real de Jesus e como o Sacramento da unidade e da comunhão que conduz a amar-nos uns aos outros e a amar Deus como o Sumo Bem (cf. Reportata Parisiensia, in IV Sent., d.8,q.1, n. 3). "E, – escrevia na Carta por ocasião do Congresso Internacional em Colônia no VII Centenário da morte do beato Duns Escoto, fazendo referência ao pensamento do nosso autor – como este amor, esta caridade foi o início de tudo, assim também só no amor

e na caridade será a nossa bem-aventurança: «O querer ou a vontade amorosa é simplesmente a vida eterna, beata e perfeita»" (AAS 101 [2009], 5).

Queridos irmãos e irmãs, esta visão teológica, fortemente "cristocêntrica", predispõe-nos para a contemplação, admiração e gratidão: Cristo é o centro da história e da criação, é Aquele que dá sentido, dignidade e valor à nossa vida! Como o Papa Paulo VI em Manila, também eu hoje gostaria de bradar ao mundo: "[Cristo] é o revelador do Deus invisível, é o primogênito de cada criatura, é o fundamento de todas as coisas; Ele é o Mestre da humanidade, é o Redentor, Ele nasceu, morreu, ressuscitou para nós; Ele é o centro da história e do mundo; é Aquele que nos conhece e nos ama; é o companheiro e o amigo da nossa vida... Nunca terminaria de falar d'Ele" (Homilia, 29 de Novembro de 1970).

Não só o papel de Cristo na história da salvação, mas também o de Maria é objeto da reflexão do *Doctor subtilis*. Na época de Duns Escoto a maior parte dos teólogos fazia uma objecção, que parecia insuperável, à doutrina segundo a qual Maria Santíssima foi preservada do pecado original desde o primeiro momento da sua concepção: de fato, a universalidade da Redenção realizada por Cristo, à primeira vista, podia parecer comprometida por semelhante afirmação, como se Maria não tivesse precisado de Cristo e da sua redenção. Por isso os teólogos opunham-se a estes textos. Então, Duns Escoto, para fazer compreender esta preservação do pecado original, desenvolveu um tema que depois seria adoptado também pelo beato Papa Pio IX em 1854, quando definiu solenemente o dogma da Imaculada Conceição de Maria. E este argumento é o da "Redenção preventiva", segundo a qual a Imaculada Conceição representa a obra-prima da Redenção realizada por Cristo, porque precisamente o poder do seu amor e da sua mediação obteve que a Mãe fosse preservada do pecado original. Por conseguinte Maria é totalmente remida por Cristo, mas já antes da concepção. Os Franciscanos, seus irmãos de hábito, aceitaram e difundiram com entusiasmo esta doutrina, e outros teólogos – muitas vezes com juramento solene – comprometeram-se a difundi-la e a aperfeiçoá-la.

A este propósito, gostaria de ressaltar outro aspecto, que me parece importante. Teólogos de valor, como Duns Escoto acerca da doutrina sobre a Imaculada Conceição, enriqueceram com a sua contribuição específica de pensamento aquilo em que o Povo de Deus já acreditava espontaneamente sobre a Bem-Aventurada Virgem, e manifestava nos atos de piedade, nas expressões da arte e, em geral, na vivência cristã. Assim a fé quer na Imaculada Conceição, quer na Assunção corporal da Virgem já estava presente no Povo de Deus, mas a teologia ainda não tinha encontrado a chave para a interpretar na totalidade da doutrina da fé. Por conseguinte, o Povo de Deus precede os teólogos e tudo isto graças àquele *sensus fidei* sobrenatural, ou seja, àquela capacidade infundida pelo Espírito Santo, que habita e abraça a realidade da fé,

com a humildade do coração e da mente. Neste sentido, o Povo de Deus é "magistério que precede", e que depois deve ser aprofundado e intelectualmente acolhido pela teologia. Que os teólogos possam pôr-se sempre à escuta desta nascente da fé e preservar a humildade e simplicidade dos pequeninos! Já recordei isto há alguns meses, dizendo: "Existem grandes doutos, grandes especialistas, grandes teólogos, grandes mestres da fé, que nos ensinaram muitas coisas. Penetraram nos pormenores da Sagrada Escritura... mas não puderam ver o próprio mistério, o verdadeiro núcleo... O essencial permaneceu escondido! Em contrapartida, no nosso tempo existem também os pequeninos que conheceram este mistério. Pensemos em santa Bernadete Soubirous; em santa Teresa de Lisieux, com a sua nova leitura "não científica" da Bíblia, mas que entra no coração da Sagrada Escritura" (Homilia na Missa celebrada com os Membros da Pontifícia Comissão Teológica Internacional, 1/12/2009, ed. em português de L'Osservatore Romano de 5/12/2009, p. 9).

Por fim, Duns Escoto desenvolveu um aspecto ao qual a modernidade é muito sensível. Trata-se do tema da liberdade e da sua relação com a vontade e com o intelecto. O nosso autor ressalta a liberdade como qualidade fundamental da vontade, iniciando uma orientação que valoriza sobretudo a esta última. Infelizmente, nos autores que vieram depois de Duns Escoto, esta linha de pensamento se desenvolveu em um voluntarismo em contraste com o chamado intelectualismo agostiniano e tomista. Para São Tomás de Aquino, que segue Santo Agostinho, a liberdade não pode considerar-se uma qualidade inata da vontade, mas o fruto da colaboração da vontade e do intelecto. Uma ideia da liberdade inata e absoluta – como justamente se desenvolveu sucessivamente a Duns Escoto – colocada na vontade que precede o intelecto, quer em Deus quer no homem, de fato, corre o risco de levar à ideia de um Deus que não estaria relacionado nem sequer com a verdade e com o bem. O desejo de salvar a absoluta transcendência e diversidade de Deus com uma acentuação tão radical e impenetrável da sua vontade não tem em consideração que o Deus que se revelou em Cristo é o Deus "logos", que agiu e age cheio de amor por nós. Certamente, o amor supera o conhecimento e é capaz de compreender cada vez mais o pensamento, mas é sempre o amor do Deus "logos" (cf. Bento XVI, Discurso em Regensburg, Insegnamenti di Benedetto XVI, II [2006], p. 261). Também no homem a ideia de liberdade absoluta, colocada na vontade, esquecendo o nexo com a verdade, ignora que a mesma liberdade deve ser libertada dos limites que lhe provêm do pecado. De qualquer modo, a visão escotista não caiu nestes extremos: para Duns Escoto um ato livre é fruto da afluência entre intelecto e a vontade e, se ele fala de um "primado" da vontade, o faz justamente porque argumenta que a vontade segue sempre o intelecto.

Falando aos seminaristas romanos no ano passado recordei que "a liberdade em todos os tempos foi o grande sonho da humanidade, desde o início, mas sobretudo na época moderna" (cf. Discurso ao Pontifício Seminário Maio r Romano, 20 de Fevereiro de 2009). Contudo, precisamente a história moderna, além da nossa experiência quotidiana, ensina-nos que a liberdade só é autêntica, e só ajuda a construir uma civilização deveras humana, se estiver reconciliada com a verdade. Se estiver separada da verdade, a liberdade torna-se tragicamente princípio de destruição da harmonia interior da pessoa humana, fonte de prevaricação dos mais fortes e dos violentos, e causa de sofrimentos e de lutos. A liberdade, como todas as faculdades das quais o homem está dotado, cresce e aperfeiçoa-se, afirma Duns Escoto, quando o homem se abre a Deus, valorizando a disposição para a escuta da Sua voz: quando nos pomos à escuta da Revelação divina, da Palavra de Deus, para a acolher, então somos alcançados por uma mensagem que enche de luz e de esperança a nossa vida e somos deveras livres.

Amados irmãos e irmãs, o beato Duns Escoto ensina-nos que na nossa vida o essencial é crer que Deus está próximo de nós e nos ama em Jesus Cristo, e portanto, cultivar um amor profundo a Ele e à sua Igreja. Deste amor nós somos as testemunhas nesta terra. Maria Santíssima nos ajude a receber este amor infinito de Deus do qual gozaremos de modo pleno eternamente no Céu, quando enfim a nossa alma estiver para sempre em Deus, na comunhão dos santos.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 04 de Agosto de 2010

São Tarcísio

Prezados irmãos e irmãs

Desejo manifestar a minha alegria por estar hoje aqui no meio de vós, nesta Praça, onde vos congregastes em festa para a presente Audiência geral, que conta com uma presença tão significativa da grande Peregrinação europeia dos acólitos! Amados rapazes, moças e jovens, sede bem-vindos! Dado que a vasta maioria dos acólitos presentes na Praça são de expressão alemã, dirigir-me-ei a eles principalmente na minha língua materna.

Queridos acólitos e queridas acólitas, caros amigos e estimados peregrinos de língua alemã, bem-vindos aqui a Roma! Saúdo todos vós do íntimo do coração. Juntamente convosco, saúdo o Cardeal Secretário de Estado, Tarcisio Bertone; ele chama-se Tarcísio, como o vosso Padroeiro. Tivestes a gentileza de o convidar, e ele, que tem o nome de São Tarcísio, sente-se feliz por estar aqui no meio dos acólitos do mundo e entre os acólitos de expressão alemã. Saúdo os diletos Irmãos no Episcopado e no Sacerdócio, bem como os Diáconos, que quiseram participar na presente Audiência. Agradeço de coração ao Bispo Auxiliar de Basileia, D. Martin Gchter, Presidente do "*Coetus internationalis ministrantium*", as palavras de saudação que me dirigiu, o grandioso dom da estátua de São Tarcísio e o lenço que me ofereceu. Tudo isto me faz recordar o período em que também eu fui um menino de coro. Agradeço-lhe, em vosso nome, também o grande trabalho que ele realiza no meio de vós, juntamente com os colaboradores e com quantos tornaram possível este alegre encontro. Depois, dirijo o meu agradecimento aos promotores suíços e àqueles que trabalharam de vários modos para a realização da estátua de São Tarcísio.

Sede numerosos! Já quando sobrevoei a Praça de São Pedro de helicóptero pude ver todas as cores e a alegria que está presente nesta Praça! Desde modo, vós não apenas criais um ambiente de festa nesta Praça, mas alegrais ainda mais o meu coração! Obrigado! A estátua de São Tarcísio chegou até nós após uma longa peregrinação. Em Setembro de 2008 foi apresentada na Suíça, na presença de 8.000 acólitos: sem dúvida, alguns de vós estavam lá presentes. Da Suíça, ela passou por Luxemburgo e chegou até à Hungria. Hoje, nós recebemo-la festivos, contentes por poder conhecer melhor esta figura dos primeiros séculos da Igreja. Depois a estátua como já nos disse D. Gchter será colocada nas catacumbas de São Calisto, onde São Tarcísio foi sepultado. Os bons votos que formulo a todos vós é a fim de que aquele lugar, ou seja, as catacumbas de São Calisto e esta estátua, possa tornar-se assim um ponto de referência para os acólitos e para aqueles que desejam seguir Jesus mais de perto através da vida sa-

cerdotal, religiosa e missionária. Todos podem olhar para este jovem corajoso e forte, renovando o compromisso de amizade com o próprio Senhor para aprender a viver sempre com Ele, seguindo o caminho que ele nos indica com a sua Palavra e o testemunho de numerosos santos e mártires dos quais, por intermédio do Batismo, nos tornamos irmãos e irmãs.

Quem era São Tarcísio Não dispomos de muitas notícias dele. Encontramo-nos nos primeiros séculos da história da Igreja, mais precisamente no século III; narra-se que ele era um jovem que frequentava as Catacumbas de São Calisto, aqui em Roma, e era muito fiel aos seus compromissos cristãos. Ele amava muito a Eucaristia e, de vários elementos, concluímos que, presumivelmente, era um acólito, ou seja, um ministrante. Eram anos em que o imperador Valeriano perseguia duramente os cristãos, que eram obrigados a reunir-se escondidos nas casas particulares ou, às vezes, até mesmo nas Catacumbas, para ouvir a Palavra de Deus, rezar e celebrar a Santa Missa. Também o hábito de levar a Eucaristia aos prisioneiros e aos enfermos se tornava cada vez mais perigosa. Certo dia, quando o sacerdote perguntou como geralmente fazia quem estava disposto a levar a Eucaristia aos outros irmãos e irmãs que a esperavam, o jovem Tarcísio ergueu-se e disse: "Envia-me a mim!". Aquele rapaz parecia demasiado jovem para um serviço tão exigente! "A minha juventude retorquiu Tarcísio será a melhor salvaguarda para a Eucaristia". Persuadido, o sacerdote confiou-lhe então aquele Pão precioso, dizendo-lhe: "Tarcísio, recorda-te que um tesouro celestial está a ser confiado aos teus frágeis cuidados. Evita os caminhos frequentados e não te esqueças de que as coisas santas não devem ser lançadas aos cães, nem as joias aos porcos. Conservarás com fidelidade e segurança os Sagrados Mistérios". "Morrerei respondeu com determinação Tarcísio antes de os ceder!". Ao longo do caminho, encontrou pela estrada alguns amigos que, aproximando-se dele, lhe pediram para se unir a eles. Quando a sua resposta foi negativa eles que eram pagãos começaram a suspeitar e a insistir, e observaram que ele apertava ao peito algo que parecia defender. Em vão procuraram arrancar-lhe o que ele trazia; a luta fez-se cada vez mais furiosa, sobretudo quando vieram a saber que Tarcísio era cristão; começaram a dar-lhe pontapés e lançaram-lhe pedras, mas ele não cedeu. Em agonia, foi levado ao sacerdote por um oficial pretoriano chamado Quadrato que, ocultamente, também viria a tornar-se cristão. Chegou ali sem vida, mas apertado ao peito ainda conservava um pequeno pedaço de linho com a Eucaristia. Foi sepultado imediatamente nas Catacumbas de São Calisto. O Papa Dâmaso mandou fazer uma inscrição para o túmulo de São Tarcísio, segundo a qual o jovem morreu no ano 257. O Martirológio Romano fixa a sua data no dia 15 de Agosto, e no mesmo Martirológio inclui-se também uma bonita tradição oral, segundo a qual no corpo de São Tarcísio não foi encontrado o Santíssimo Sacramento, nem nas mãos, nem na sua roupa. Explicou-se que a partícula consa-

grada, defendida com a vida pelo pequeno mártir, se tinha tornado carne da sua carne, formando de tal modo com o seu corpo uma única hóstia imaculada, oferecida a Deus.

Amadas acólitas e amados acólitos, o testemunho de São Tarcísio e esta bonita tradição ensinam-nos o profundo amor e a grande veneração que temos de alimentar pela Eucaristia: trata-se de um bem precioso, um tesouro cujo valor não se pode medir, é Pão da vida, é o próprio Jesus que se faz alimento, sustentáculo e força para o nosso caminho de todos os dias e vereda aberta para a vida eterna; é o maior dom que Jesus nos deixou.

Dirijo-me a vós aqui presentes e, por meio de vós, a todos os acólitos do mundo! Servi com generosidade Jesus presente na Eucaristia. É uma tarefa importante, que vos permite permanecer particularmente próximos do Senhor e crescer numa amizade verdadeira e profunda com Ele. Conservai ciosamente esta amizade no vosso coração, como fez São Tarcísio, prontos a comprometer-vos, a lutar e a dar a vossa vida para que Jesus chegue a todos os homens. Também vós, comunicai aos vossos coetâneos o dom desta amizade, com alegria e com entusiasmo, sem medo, a fim de que eles possam sentir que vós conheceis este Mistério, que é verdadeiro e que o amais! Cada vez que vos aproximais do altar, tendes a sorte de assistir ao grande gesto de amor de Deus, que continua a desejar entregar-se a cada um de nós, a estar próximo de nós, a ajudar-nos, a incutir-nos a força para que possamos viver bem. Mediante a consagração bem o sabeis aquela pequena partícula de pão torna-se o Corpo de Cristo e aquele vinho torna-se o Sangue de Cristo. Tendes a ventura de poder viver próximos desde mistério inefável! Desempenhai com amor, com devoção e com fidelidade a vossa tarefa de acólitos; não entreis na igreja para a Celebração com superficialidade, mas preparai-vos interiormente para a Santa Missa! Ajudando os vossos sacerdotes no serviço do altar, vós contribuís para tornar Jesus mais próximo, de tal modo que as pessoas possam sentir e dar-se conta disto em maior medida: Ele está aqui; vós colaborais a fim de que Ele possa estar mais presente no mundo, na vida de todos os dias, na Igreja e em todos os lugares. Amados amigos! Vós ofereceis a Jesus as vossas mãos, os vossos pensamentos e o vosso tempo. Ele não deixará de vos recompensar, concedendo-vos a alegria verdadeira e fazendo-vos sentir onde reside a felicidade mais completa. São Tarcísio mostrou-nos que o amor nos pode levar até à entrega da vida por um bem autêntico, pelo bem genuíno, pelo Senhor.

A nós, provavelmente, não será pedido o martírio, mas Jesus pede-nos a fidelidade nas pequenas coisas, o recolhimento interior, a participação íntima, a nossa fé e o esforço para conservar presente este tesouro na nossa vida diária. Pede-nos a fidelidade nos afazeres quotidianos, o testemunho do seu amor, frequentando a Igreja movidos por uma convicção interior e pela alegria da sua presença. Assim podemos fazer conhecer também aos nossos amigos que Jesus

está vivo. Que neste compromisso sejamos ajudados pela intercessão de São João Maria Vianney, de quem hoje celebramos a memória litúrgica, desde humilde Pároco da França, que transformou uma pequena comunidade e deste modo ofereceu ao mundo uma nova luz. O exemplo dos Santos Tarcísio e João Maria Vianney nos leve a amar Jesus cada dia e a cumprir a sua vontade, como fez a Virgem Maria, fiel ao seu Filho até ao fim. Uma vez mais, obrigado a todos vós! Que Deus vos abençoe nestes dias e bom regresso aos vossos países!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 11 de Agosto de 2010

O martírio

Caros irmãos e irmãs

Hoje, na Liturgia recordamos Santa Clara de Assis, fundadora das Clarissas, luminosa figura da qual falarei numa das próximas Catequeses. Mas nesta semana – como já tínhamos mencionado no *Angelus* do domingo passado – fazemos memória também de alguns Santos mártires, quer dos primeiros séculos da Igreja, como São Lourenço, diácono; São Ponciano, Papa; e Santo Hipólito, sacerdote; quer de um período mais próximo de nós, como Santa Teresa Benedita da Cruz, Edith Stein, Padroeira da Europa, e São Maximiliano Maria Kolbe.

Onde se fundamenta o martírio A resposta é simples: na morte de Jesus, no seu sacrifício supremo de amor, consumido na Cruz, a fim de que nós pudéssemos ter vida (cf. o 10, 10). Cristo é o servo sofredor de que fala o profeta Isaías (cf. Is 52, 13-15), que se entregou a si mesmo em resgate por muitos (cf. Mt 20, 2). Ele exorta os seus discípulos, cada um de nós, a tomar todos os dias a cruz que nos é própria e segui-lo pelo caminho do amor total a Deus Pai e à humanidade: "Quem não tomar a sua cruz para me seguir – diz-nos – não é digno de mim. Aquele que procura conservar a vida para si mesmo, perdê-la-á; mas aquele que perder a sua vida por causa de mim, salvá-la-á" (Mt 10, 3-3). O próprio Jesus "é o grão de trigo que veio de Deus, o grão de trigo divino, que se deixa cair na terra, que se deixa partir, romper na morte e, precisamente através disto, abre-se e desta maneira pode dar fruto na vastidão do mundo" (Bento XVI Visita à Igreja luterana de Roma, 14 de Março de 2010). O mártir segue o Senhor até ao fim, aceitando livremente de morrer para a salvação do mundo, numa prova suprema de fé e de amor (cf. Lumen gentium, 42).

Mais uma vez, de onde nasce a força para enfrentar o martírio Da profunda e íntima união com Cristo, porque o martírio e a vocação ao martírio não constituem o resultado de um esforço humano, mas são a resposta a uma iniciativa e a uma chamada de Deus, são um dom da sua graça, que torna capaz de oferecer a própria vida por amor a Cristo e à Igreja, e assim ao mundo. Quando lemos a vida dos mártires, ficamos admirados com a tranquilidade e a coragem com que eles enfrentaram o sofrimento e a morte: o poder de Deus manifesta-se plenamente na debilidade, na pobreza daquele que se confia a Ele e deposita a sua própria esperança unicamente n'Ele (cf. 2 Cor 12,). No entanto, é importante ressaltar o fato de que a graça de Deus não suprime nem sufoca a liberdade daqueles que enfrentam o martírio mas, ao contrário, enriquece-a e exalta-a: o mártir é uma pessoa sumamente livre, livre em relação ao poder e ao mundo; uma pessoa livre, que num único gesto definitivo entrega toda a sua vida a

Deus, e num supremo gesto de fé, de esperança e de caridade, abandona-se nas mãos do seu Criador e Redentor; sacrifica a própria vida para ser associado de maneira total ao Sacrifício de Cristo na Cruz. Em síntese, o martírio é um grande gesto de amor, em resposta ao amor imenso de Deus.

Estimados irmãos e irmãs, como eu já dizia na quarta-feira passada, provavelmente nós não somos chamados ao martírio, mas nenhum de nós está excluído da chamada divina à santidade, a viver a medida alta da existência cristã, e isto exige que tomemos todos os dias a cruz sobre nós mesmos. Todos nós, sobretudo no nosso tempo, em que parecem prevalecer o egoísmo e o individualismo, temos o dever de assumir como compromisso primário e fundamental, o de crescer cada dia num amor maior a Deus e aos irmãos, para mudar a nossa vida e assim transformar também a vida do nosso mundo. Por intercessão dos Santos e dos Mártires, peçamos ao Senhor que inflame o nosso coração, para sermos capazes de amar como Ele amou cada um de nós.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 18 de Agosto de 2010

São Pio X

Prezados irmãos e irmãs

Hoje, gostaria de meditar acerca da figura do meu Predecessor São Pio X, cuja memória litúrgica será celebrada no próximo sábado, salientando algumas das suas características que podem ser úteis também para os Pastores e os fiéis da nossa época.

Giuseppe Sarto, este é o seu nome, nasceu em Riese (Treviso) em 1835 de uma família de camponeses e depois dos estudos no Seminário de Pádua foi ordenado sacerdote com 23 anos de idade. Primeiro foi vice-pároco em Tombolo, depois pároco em Salzano, em seguida cónego da catedral de Treviso, com o encargo de chanceler episcopal e diretor espiritual do Seminário diocesano. Nestes anos de rica e generosa experiência pastoral, o futuro Pontífice demonstrou aquele profundo amor a Cristo e à Igreja, a humildade e simplicidade e a grande caridade para com os mais necessitados, que constituíram características de toda a sua vida. Em 1884 foi nomeado Bispo de Mântua e em 1893 Patriarca de Veneza. No dia 4 de Agosto de 1903 foi eleito Papa, ministério que aceitou com hesitação, porque não se considerava à altura de uma tarefa tão importante.

O Pontificado de São Pio X deixou um sinal indelével na história da Igreja e caracterizou-se por uma notável esforço de reforma, resumida no mote *Instaurare omnia in Christo*, "Renovar tudo em Cristo". Com efeito as suas intervenções envolveram os vários âmbitos eclesiais. Desde o começo, dedicou-se à reorganização da Cúria romana; depois, deu início aos trabalhos para a redação do Código de Direito Canônico, promulgado pelo seu Sucessor Bento XV. Sucessivamente, promoveu a revisão dos estudos e do percurso de formação dos futuros sacerdotes, fundando também vários seminários regionais, dotados de boas bibliotecas e professores preparados. Outro ramo importante foi o da formação doutrinal do Povo de Deus. Desde os anos em que era pároco, tinha redigido pessoalmente um catecismo e, durante o Episcopado em Mântua, trabalhara a fim de que se chegasse a um catecismo único, se não universal, pelo menos italiano. Como autêntico Pastor, compreendera que a situação nessa época, também devido ao fenómeno da emigração, tornava necessário um catecismo ao qual cada fiel pudesse fazer referência, independentemente do lugar e das circunstâncias de vida. Como pontífice, preparou um texto de doutrina cristã para a Diocese de Roma, depois se difundiu em toda a Itália e no mundo. Este Catecismo, chamado "de Pio X" foi para muitas pessoas uma guia segura na aprendizagem das verdades relativas à fé pela sua linguagem simples, clara e específica, e pela eficácia da sua exposição.

Ele dedicou uma atenção notável à reforma da Liturgia, de modo particular da música sacra, para levar os fiéis a uma vida de oração mais profunda e a uma participação mais completa nos Sacramentos. No Motu *Proprio Tra le sollecitudini*, de 1903, primeiro ano do seu Pontificado, ele afirma que o verdadeiro espírito cristão tem a sua fonte primária e indispensável na participação concreta nos mistérios sacrossantos e na oração pública e solene da Igreja (cf. AAS 36 [1903], 531). Por isso, recomendava a aproximação frequente dos Sacramentos, favorecendo a recepção diária da Sagrada Comunhão, bem preparados, e antecipando oportunamente a Primeira Comunhão das crianças mais ou menos aos sete anos de idade, "quando a criança começa a raciocinar" (cf. S. Congr. de Sacramentis, Decretum Quam singulari: AAS 2 [1910], 582).

Fiel à tarefa de confirmar os irmãos na fé, São Pio X, diante de algumas tendências que se manifestaram no âmbito teológico, no final do século XIX e no início do século XX, interveio com determinação, condenando o "Modernismo", para defender os fiéis de concepções erróneas e promover um aprofundamento científico da Revelação, em harmonia com a Tradição da Igreja. Em 7 de Maio de 1909, com a Carta Apostólica *Vinea electa*, fundou o Pontifício Instituto Bíblico. Os últimos meses da sua vida foram funestados pelos indícios da guerra. O apelo aos católicos do mundo, lançado a 2 de Agosto de 1914, para manifestar "a dor acerba" da hora presente, era o clamor de sofrimento do pai que vê os filhos pôr-se uns contra os outros. Faleceu pouco tempo depois, no dia 20 de Agosto, e a sua fama de santidade começou a difundir-se imediatamente no meio do povo cristão.

Caros irmãos e irmãs, São Pio X ensina-nos a todos que na base da nossa obra apostólica, nos vários campos em que trabalhamos, deve haver sempre uma íntima união pessoal com Cristo, que se há-de cultivar e aumentar dia após dia. Eis o cerne de todo o seu ensinamento, de todo o seu compromisso apostólico. Somente se formos apaixonados pelo Senhor, seremos capazes de conduzir os homens a Deus, de os abrir ao seu Amor misericordioso e, deste modo, de abrir o mundo à misericórdia de Deus.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 25 de Agosto de 2010

Os Santos – "Companheiros de Viagem"

Amados irmãos e irmãs!

Na vida de cada um de nós existem pessoas muito queridas, que sentimos particularmente próximas, algumas já se encontram nos braços de Deus, outras ainda partilham conosco o caminho da vida: são os nossos pais, os parentes, os educadores; são pessoas que receberam de nós, ou que tiveram para conosco, boas ações; são pessoas com as quais sabemos que podemos contar. Mas é importante ter também "companheiros de viagem" no caminho da nossa vida cristã: penso no Diretor espiritual, no Confessor, nas pessoas com quem se pode partilhar a própria experiência de fé, mas penso também na Virgem Maria e nos Santos. Cada um deveria ter um Santo que lhe seja familiar, para o sentir próximo com a oração e com a intercessão, inclusive para o imitar. Portanto, gostaria de vos convidar a conhecer melhor os Santos, começando por aquele do qual tendes o nome, lendo a sua vida, os escritos. Tende a certeza de que se tornarão boas guias para amar ainda mais o Senhor e ajudas válidas para o vosso crescimento humano e cristão.

Como sabeis, também eu estou ligado de modo especial a algumas figuras de Santos: entre elas, além de São José e de São Bento dos quais tenho o nome, e a outros, encontra-se Santo Agostinho, que tive o grande dom de conhecer, por assim dizer, de perto através do estudo e da oração e que se tornou um bom "companheiro de viagem" na minha vida e no meu ministério. Gostaria de ressaltar mais uma vez um aspecto importante da sua experiência humana e cristã, atual também na nossa época na qual parece que o relativismo seja paradoxalmente a "verdade" que deve guiar o pensamento, as escolhas, os comportamentos.

Santo Agostinho foi um homem que nunca viveu com superficialidade; a sede, a busca inquieta e constante da Verdade é uma das características básicas da sua existência; mas não das "pseudo-verdades" incapazes de proporcionar uma paz duradoura ao coração, mas daquela Verdade que dá sentido à existência e é "a morada" na qual o coração encontra serenidade e alegria. Sabemos que o seu caminho não foi fácil: pensou encontrar a Verdade no prestígio, na carreira, na posse das coisas, nas vozes que lhe prometiam felicidade imediata; cometeu erros, sofreu tristezas, enfrentou insucessos, mas nunca desanimou, nunca se contentou com aquilo que lhe dava unicamente um indício de luz; soube olhar para o interior de si mesmo e apercebeu-se, como escreve nas Confissões, que aquela Verdade, aquele Deus que procurava com as suas forças era mais íntimo dele do que ele mesmo, que tinha estado sempre ao seu lado, que nunca o tinha abandonado, que esperava poder entrar definitivamente na sua vida (cf. III, 6,

11, 27, 38). Como dizia comentando o recente filme sobre a sua vida, Santo Agostinho compreendeu, na sua inquieta busca, que não foi ele que encontrou a Verdade, mas que a própria Verdade, que é Deus, o seguiu e o encontrou (cf. L'Osservatore Romano, 4 de Setembro de 2009, p. 8). Romano Guardini comentando um trecho do terceiro capítulo das Confissões afirma: Santo Agostinho compreendeu que Deus é "glória que nos faz ajoelhar, bebida que mata a sede, tesouro que torna felizes, [... ele teve] a certeza pacificadora de quem finalmente compreendeu, mas também a bem-aventurança do amor que sabe: Isto é tudo e é suficiente" (Pensatori religiosi, Brescia 2001, p. 177).

Sempre nas Confissões, no nono Livro, o nosso Santo refere um diálogo com a mãe, Santa Mónica cuja memória se celebra na próxima sexta-feira, depois de amanhã. É um cenário muito bonito. Ele e a mãe estão em Óstia, numa hospedaria, e da janela vêem o céu e o mar, e transcendem céu e mar, e por um momento tocam o coração de Deus no silêncio das criaturas. E aqui sobressai uma ideia fundamental no caminho rumo à Verdade: as criaturas devem silenciar se deve subentrar o silêncio no qual Deus pode falar. Isto é válido também no nosso tempo: por vezes sente-se uma espécie de receio do silêncio, do recolhimento, do pensar nas próprias ações, no sentido profundo da própria vida, muitas vezes prefere-se viver só o momento, iludindo-se que traga felicidade duradoura; prefere-se viver com superficialidade, sem pensar; tem-se medo de procurar a Verdade ou talvez receia-se que a Verdade nos encontre, se apodere de nós e mude a vida, como aconteceu com Santo Agostinho.

Queridos irmãos e irmãs, gostaria de dizer a todos, também a quem se encontra num momento de dificuldade no seu caminho de fé, a quem participa pouco da vida da Igreja ou a quem vive "como se Deus não existisse", que não tenhais medo da Verdade, nunca interrompais o caminho para ela, nunca cesseis de procurar a verdade profunda sobre vós próprios e sobre as coisas com os olhos do coração. Deus não deixará de doar Luz para fazer ver e Calor para fazer sentir ao coração que nos ama e que deseja ser amado.

A intercessão da Virgem Maria, de Santo Agostinho e de Santa Mónica nos acompanhe neste caminho.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira,1 de Setembro de 2010

Santa Hildegarda de Bingen

Amados irmãos e irmãs!

Em 1988, por ocasião do Ano Mariano, o Venerável João Paulo II escreveu uma Carta Apostólica intitulada *Mulieris dignitatem*, sobre o papel precioso que as mulheres desempenharam e desempenham na vida da Igreja. «A Igreja lê-se nela agradece todas as manifestações do génio feminino surgidas no curso da história, no meio de todos os povos e nações; agradece a variedade dos carismas que o Espírito Santo concede às mulheres na história do Povo de Deus, todas as vitórias que ela deve à sua fé, esperança e caridade das mesmas: agradece todos os frutos de santidade feminina» (n. 31).

Também naqueles séculos da história que nós habitualmente chamamos Idade Média, sobressaem diversas figuras femininas pela santidade e riqueza do ensinamento. Hoje gostaria de iniciar apresentando-vos uma delas: Santa Hildegarda de Bingen, que viveu na Alemanha no século XII. Nasceu em 1098 na Renánia, em Bermersheim, perto de Alzey, e faleceu em 1179, com 81 anos de idade, não obstante a permanente fragilidade da sua saúde. Hildegarda pertencia a uma família nobre e numerosa e, desde o nascimento, foi destinada pelos seus pais para o serviço de Deus. Com oito anos, para que recebesse uma adequada formação humana e cristã, foi confiada aos cuidados da mestra Judite de Spanheim, que se tinha retirado em clausura no mosteiro beneditino de São Disibodo. Foi-se formando um pequeno mosteiro feminino de clausura, que seguia a Regra de São Bento. Hildegarda recebeu o véu do Bispo Otão de Bamberg e, em 1136, com a morte da madre Judite, que era Superiora da comunidade, as irmãs de hábito chamaram-na para lhe suceder. Desempenhou esta tarefa fazendo frutificar os seus dotes de mulher culta, espiritualmente elevada e capaz de enfrentar com competência os aspectos organizativos da vida claustral. Alguns anos mais tarde, também devido ao número crescente de jovens mulheres que batiam à porta do mosteiro, Hildegarda fundou outra comunidade em Bingen, intitulada a São Ruperto, onde transcorreu o resto da vida. O estilo com que exercia o ministério da autoridade é exemplar para cada comunidade religiosa: suscitava uma santa emulação na prática do bem, a ponto que, como resulta do testemunho do tempo, a madre e as filhas competiam na estima e no serviço recíprocos.

Já nos anos em que era superiora do mosteiro de São Disibodo, Hildegarda iniciara a ditar as visões místicas, que tinha há tempos, ao seu conselheiro espiritual, o monge Volmar, e à sua secretária, uma irmã de hábito à qual era muito afeiçoada, Richardis de Strade. Como acontece sempre na vida dos verdadeiros místicos, também Hildegarda quis submeter-se à autorida-

de de pessoas sábias para discernir a origem das suas visões, temendo que elas fossem fruto de ilusões e que não proviessem de Deus. Por isso dirigiu-se à pessoa que na sua época gozava da máxima estima na Igreja: São Bernardo de Claraval, do qual já falei nalgumas catequeses. Ele tranquilizou e encorajou Hildegarda. Mas em 117 ela recebeu outra aprovação importantíssima. O Papa Eugênio III, que presidia um Sínodo em Trier, leu um texto ditado por Hildegarda, que lhe foi apresentado pelo Arcebispo Henrique de Mainz. O Papa autorizou a mística a escrever as suas visões e a falar em público. A partir daquele momento o prestígio espiritual de Hildegarda cresceu cada vez mais, a ponto que os contemporâneos lhe atribuíram o título de «profetiza teutónica». Eis, queridos amigos, o selo de uma experiência autêntica do Espírito Santo, fonte de todo o carisma: a pessoa depositária de dons sobrenaturais nunca se vangloria disso, não os exibe mas, sobretudo, mostra total obediência à autoridade eclesial. Cada dom distribuído pelo Espírito Santo, de fato, é destinado à edificação da Igreja, e a Igreja, através dos seus Pastores, reconhece a sua autenticidade.

Voltarei a falar na próxima quarta-feira sobre esta grande mulher «professa», que fala com grande atualidade também hoje a nós, com o seu amor pela criação, o seu remédio, a sua poesia, a sua música, que hoje é reconstruída, o seu amor a Cristo e à Sua Igreja, que sofria também naquela época, ferida como hoje pelos pecados dos sacerdotes e dos leigos, e muito mais amada como corpo de Cristo. Assim Santa Hildegarda fala a nós; voltaremos a este tema na próxima quarta-feira. Obrigado pela vossa atenção.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 8 de Setembro de 2010

Santa Hildegarda de Bingen (2)

Queridos irmãos e irmãs!

Hoje gostaria de retomar e continuar a reflexão sobre Santa Hildegarda de Bingen, figura feminina importante da Idade Média, que se distinguiu pela sabedoria espiritual e pela santidade de vida. As visões místicas de Hildegarda assemelham-se às dos profetas do Antigo Testamento: exprimindo-se com as categorias culturais e religiosas da sua época, interpretava à luz de Deus as Sagradas Escrituras, aplicando-as às várias circunstâncias da vida. Deste modo, todos os que a escutavam, sentiam-se exortados a praticar um estilo de existência cristão coerente e empenhado. Numa carta a São Bernardo, a mística renana confessa: «A visão arrebata todo o meu ser: não vejo com os olhos do corpo, mas aparece-me no espírito dos mistérios... Conheço o significado profundo do que está exposto no Saltério, nos Evangelhos e nos outros livros, que me são mostrados na visão. Ela arde como uma chama no meu peito e na minha alma, e ensina-me a compreender profundamente o texto» (Epistolarium pars prima I-XC: CCCM 91).

As visões místicas de Hildegarda são ricas de conteúdos teológicos. Referem-se aos eventos principais da história da salvação e utilizam uma linguagem sobretudo poética e simbólica. Por exemplo, na sua obra mais conhecida, denominada *Scivias*, isto é «Conhece as vias», ela resume em trinta e cinco visões os acontecimentos da história da salvação, desde a criação do mundo até ao fim dos tempos. Com os traços característicos da sensibilidade feminina, Hildegarda, exatamente na secção central da sua obra, desenvolve o tema do matrimônio místico entre Deus e a humanidade, realizado na Encarnação. No madeiro da Cruz realizam-se as núpcias do Filho de Deus com a Igreja, sua esposa, cheia de graça e tornada capaz de doar a Deus novos filhos, no amor do Espírito Santo (cf. Visio tertia: PL 197, 53c).

Já destes breves trechos vemos que também a teologia pode receber uma contribuição peculiar das mulheres, porque são capazes de falar de Deus e dos mistérios da fé com a sua singular inteligência e sensibilidade. Portanto, encorajo todas aquelas que desempenham este serviço a realizá-lo com profundo espírito eclesial, alimentando a própria reflexão com a oração e olhando para a grande riqueza, ainda em parte inexplorada, da tradição mística medieval, sobretudo a representada por modelos luminosos, justamente como Hildegarda de Bingen.

A mística renana é também autora de outros escritos, dois dos quais particularmente importantes porque descrevem, como o Scivias, as suas visões místicas: são o *Liber vitae meritorum* (Livro dos méritos da vida) e o *Liber divinorum operum* (Livro das obras divinas), denomina-

do também *De operatione Dei*. No primeiro é descrita uma única e poderosa visão do Deus que vivifica o cosmos com a sua força e luz. Hildegarda realça a profunda relação entre o homem e Deus e recorda-nos que toda a criação, da qual o homem é o ápice, recebe a vida da Trindade. O escrito está centrado na relação entre virtudes e vícios, pela qual o ser humano deve enfrentar quotidianamente o desafio dos vícios, que o afastam do caminho rumo a Deus, e as virtudes, que o favorecem. O convite é para se afastar do mal para glorificar Deus e, depois de uma existência virtuosa, entrar na vida «toda de alegria». Na segunda considerada por muitos a sua obra-prima, descreve ainda a criação na sua relação com Deus e a centralidade do homem, manifestando um forte cristocentrismo de sabor bíblico-patrístico. A Santa, que apresenta cinco visões inspiradas pelo Prólogo do Evangelho de São João, apresenta as palavras que o Filho dirige ao Pai: «Toda a obra que Tu quiseste e me confiaste, cumpri-a com êxito, e eis que eu estou em ti, e Tu em mim, e Nós somos um só» (Pars III, Visio X: PL 197, 1025a).

Enfim, noutros escritos Hildegarda manifesta a versatilidade de interesses e a vivacidade cultural dos mosteiros femininos da Idade Média, contrariamente aos preconceitos que ainda pesam sobre aquela época. Hildegarda ocupou-se de medicina e de ciências naturais, inclusive de música, sendo dotada de talento artístico. Compôs hinos, antífonas e cânticos, que foram reunidos sob o título *Symphonia Harmoniae Caelestium Revelationum* (Sinfonia da harmonia das revelações celestiais), que eram executados jubilosamente nos seus mosteiros, difundindo uma atmosfera de serenidade, e que chegaram até nós. Para ela, toda a criação é uma sinfonia do Espírito Santo, que é alegria e júbilo em si mesmo.

A popularidade que circundava Hildegarda impulsionava muitas pessoas a interpelá-la. Por este motivo, dispomos de muitas suas cartas. A ela dirigiam-se comunidades monásticas masculinas e femininas, bispos e abades. Muitas respostas permanecem válidas inclusive para nós. Por exemplo, a uma comunidade religiosa feminina Hildegarda escrevia: «A vida espiritual deve ser cuidada com muita dedicação. No início o trabalho é difícil. Pois exige a renúncia à fantasia, ao prazer da carne e a outras coisas semelhantes. Mas se se deixar fascinar pela santidade, uma alma santa sentirá dócil e amoroso o próprio desprezo do mundo. Só é preciso prestar atenção, inteligentemente, para que a alma não se avilte» (E. Gronau, Hildegard. Vita di una donna profetica alle origini delletà moderna, Milão 1996, p. 02). E quando o imperador Frederico Barba Roxa provocou um cisma eclesial opondo três antipapas contra o Papa legítimo Alexandre III, Hildegarda, inspirada pelas suas visões, não hesitou em recordar-lhe que também ele, o imperador, estava sujeito ao juízo de Deus. Com a audácia que caracteriza todos os profetas, ela escreveu ao imperador estas palavras da parte de Deus: «Ai desta conduta

malvada dos ímpios que me desprezam! Escuta, ó rei, se quiseres viver! Se não, a minha espada trespassar-te-á!» (Ibid., p. 12).

Com a autoridade espiritual da qual era dotada, nos últimos anos da sua vida Hildegarda pôs-se em viagem, não obstante a idade avançada e as condições difíceis dos deslocamentos, para falar de Deus às populações. Todos a escutavam de bom grado, inclusive quando recorria a um tom severo: consideravam-na uma mensageira enviada por Deus. Exortava sobretudo as comunidades monásticas e o clero a uma vida em conformidade com a própria vocação. De modo particular, Hildegarda contrastou o movimento dos cátaros alemães. Eles cátaros, à letra, significa «puros» propugnavam uma reforma radical da Igreja, sobretudo para combater os abusos do clero. Ela repreendeu-os severamente por desejarem subverter a própria natureza da Igreja, recordando-lhes que uma verdadeira renovação da comunidade eclesial não se obtém tanto com a mudança das estruturas, quanto com um sincero espírito de penitência e um caminho concreto de conversão. Esta é uma mensagem que nunca devemos esquecer. Invoquemos sempre o Espírito Santo, a fim de que suscite na Igreja mulheres santas e corajosas, como Santa Hildegarda de Bingen que, valorizando os dons recebidos de Deus, dêem o seu contributo precioso e peculiar para o crescimento espiritual das nossas comunidades e da Igreja no nosso tempo.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 15 de Setembro de 2010

Clara de Assis

Prezados irmãos e irmãs

Uma das Santas mais amadas é, sem dúvida, Santa Clara de Assis, que viveu no século XIII, contemporânea de São Francisco. O seu testemunho mostra-nos como a Igreja inteira é devedora a mulheres intrépidas e ricas de fé como ela, capazes de dar um impulso decisivo para a renovação da Igreja.

Portanto, quem era Clara de Assis Para responder a esta pergunta, dispomos de fontes seguras: não apenas das antigas biografias, como a de Tomás de Celano, mas também das Actas do processo de canonização promovido pelo Papa só poucos meses depois da morte de Clara e que contém os testemunhos daqueles que viveram ao seu lado durante muito tempo.

Tendo nascido em 1193, Clara pertencia a uma família aristocrática e rica. Renunciou à nobreza e à riqueza para viver humilde e pobre, seguindo a forma de vida proposta por Francisco de Assis. Embora os seus parentes, como acontecia nessa época, começavam a programar para ela um matrimônio com uma personalidade importante, Clara, com 18 anos de idade, com um gesto audaz inspirado pelo profundo desejo de seguir Cristo e pela admiração que tinha por Francisco, deixou a casa paterna e, em companhia de uma das suas amigas, Bona de Guelfuccio, uniu-se secretamente aos frades menores na pequena igreja da Porciúncula. Era a tarde do Domingo de Ramos de 1211. Na comoção geral, foi levado a cabo um gesto profundamente simbólico: enquanto os seus companheiros seguravam nas mãos algumas tochas acesas, Francisco cortou-lhe os cabelos e Clara vestiu o rude hábito penitencial. A partir daquele momento, ela tornou-se a virgem esposa de Cristo, humilde e pobre, consagrando-se totalmente a Ele. Como Clara e as suas companheiras, inúmeras mulheres ao longo da história ficaram fascinadas pelo amor a Cristo que, na beleza da sua Pessoa divina, enche o seu coração. E a Igreja inteira, por intermédio da mística vocação nupcial das virgens consagradas, mostra-se como sempre será: a Esposa bonita e pura de Cristo.

Numa das quatro cartas que Clara enviou a Santa Inês de Praga, filha do rei da Boémia, que desejava seguir os seus passos, fala de Cristo, seu amado Esposo, com expressões nupciais que podem causar admiração, mas que comovem: Amando-o, és casta, tocando-o, serás pura, deixando-te possuir por Ele, és virgem. O seu poder é mais forte, a sua generosidade é mais elevada, o seu aspecto é mais excelso, o amor é mais suave e todas as graças mais sublimes. Já foste conquistada pelo seu abraço, que ornamentou o seu peito com pedras preciosas... co-

roando-te com um diadema de ouro, marcado com o sinal da santidade (Primeira Carta: FF, 2862).

Principalmente no início da sua experiência religiosa, Clara encontrou em Francisco de Assis não apenas um mestre cujos ensinamentos devia seguir, mas inclusive um amigo fraterno. A amizade entre estes dois santos constitui um aspecto muito bonito e importante. Com efeito, quando se encontram duas almas puras e inflamadas pelo mesmo amor a Deus, elas haurem da amizade recíproca um estímulo extremamente forte para percorrer o caminho da perfeição. A amizade é um dos sentimentos humanos mais nobres e elevados que a Graça divina purifica e transfigura. Como São Francisco e Santa Clara, também outros Santos viveram uma profunda amizade no caminho rumo à perfeição cristã, como São Francisco de Sales e Santa Joana Francisca de Chantal. E é precisamente São Francisco de Sales que escreve: É bom poder amar na terra como se ama no céu, e aprendermos a amar neste mundo como havemos de fazer eternamente no outro. Aqui não me refiro ao simples amor de caridade, porque temos que ter este amor por todos os homens; refiro-me à amizade espiritual, no âmbito da qual duas, três ou mais pessoas permutam entre si a devoção e os afetos espirituais, tornando-se realmente um só espírito (Introdução à vida devota, III, 19).

Depois de ter transcorrido um período de alguns meses no interior de outras comunidades monásticas, resistindo às pressões dos seus familiares que inicialmente não aprovaram a sua escolha, Clara estabeleceu-se com as primeiras companheiras na igreja de São Damião, onde os frades menores tinham organizado um pequeno convento para si mesmos. Naquele mosteiro ela viveu por mais de quarenta anos, até à morte, ocorrida em 1253. Dispomos de uma descrição de primeira mão, sobre o modo como estas mulheres viviam naqueles anos, nos primórdios do movimento franciscano. Trata-se do relatório admirado de um bispo flamengo em visita à Itália, D. Tiago de Vitry, que afirma ter-se encontrado com um grande número de homens e mulheres, de todas as classes sociais que, deixando tudo por Cristo, fugiam do mundo. Chamavam-se frades menores e irmãs menores e são tidos em grande consideração pelo Senhor Papa e pelos cardeais... As mulheres... vivem juntas, em diversos hospícios não distantes das cidades. Nada recebem, mas vivem do trabalho das suas próprias mãos. E sentem-se profundamente amarguradas e incomodadas, porque são honradas mais do que desejariam por clérigos e leigos (Carta de Outubro de 1216: FF, 2205.2207).

Tiago de Vitry tinha reconhecido com perspicácia uma característica da espiritualidade franciscana, à qual Clara era muito sensível: a radicalidade da pobreza, associada à confiança total na Providência divina. Por este motivo, ela agiu com grande determinação, obtendo da parte do Papa Gregório IX ou, provavelmente, já do Papa Inocêncio III, o chamado *Privilegium*

paupertatis (cf. FF, 3279). Com base nisto, Clara e as suas companheiras de São Damião não podiam possuir qualquer propriedade material. Tratava-se de uma exceção verdadeiramente extraordinária em relação ao direito canônico então em vigor, e as autoridades eclesiásticas daquela época concederam-no, valorizando os frutos de santidade evangélica, que reconheciam no estilo de vida de Clara e das suas irmãs. Isto demonstra que, também nos séculos da Idade Média, o papel das mulheres não era secundário, mas considerável. A este propósito, é útil recordar que Clara foi a primeira mulher na história da Igreja que compôs uma Regra escrita, submetida à aprovação do Papa, para que o carisma de Francisco de Assis fosse conservado em todas as comunidades femininas, que se iam estabelecendo em grande número já naquela época e que desejavam inspirar-se no exemplo de Francisco e de Clara.

No convento de São Damião, Clara praticou de maneira heroica as virtudes que deveriam distinguir cada cristão: a humildade, o espírito de piedade e de penitência, a caridade. Não obstante fosse a superiora, ela queria servir pessoalmente as irmãs enfermas, sujeitando-se inclusive a tarefas extremamente humildes: com efeito, a caridade ultrapassa qualquer resistência, e quem ama realiza todo o sacrifício com alegria. A sua fé na presença real da Eucaristia era tão grande que, por duas vezes, se verificou um acontecimento milagroso. Só com a ostensão do Santíssimo Sacramento, ela afugentou os soldados mercenários sarracenos, que estavam prestes a invadir o convento de São Damião e a devastar a cidade de Assis.

Também estes episódios, assim como outros milagres dos quais se conservava a memória, impeliram o Papa Alexandre IV a canonizá-la apenas dois anos depois da sua morte, em 1255, delineando um seu elogio na Bula de canonização, em que lemos: Como é vivo o poder desta luz e como é forte a resplandecência desta fonte luminosa! Na realidade, esta luz mantinha-se fechada no escondimento da vida claustral, enquanto fora irradiava clarões luminosos; recolhia-se num mosteiro angusto, enquanto fora se difundia em toda a vastidão do mundo. Conservava-se dentro e propagava-se fora. Com efeito, Clara escondia-se, mas a sua vida era revelada a todos. Clara calava-se, mas a sua fama clamava (FF, 3284). E é precisamente assim, estimados amigos: são os Santos que mudam o mundo para melhor, que o transformam de forma duradoura, infundindo as energias que unicamente o amor inspirado pelo Evangelho pode suscitar. Os Santos são os grandes benfeitores da humanidade!

A espiritualidade de Santa Clara, a síntese da sua proposta de santidade é condensada na quarta Carta a Santa Inês de Praga. Santa Clara recorre a uma imagem muito difundida na Idade Média, de ascendências patrísticas: o espelho. E convida a sua amiga de Praga a refletir-se naquele espelho de perfeição de todas as virtudes, que é o próprio Senhor. Ela escreve: Sem dúvida, feliz é aquela a quem é concedido beneficiar desta sagrada união, para aderir com o

profundo do coração a Cristo, Àquele cuja beleza é admirada incessantemente por todas as bem-aventuradas plêiades dos céus, cujo afeto apaixona, cuja contemplação restabelece, cuja benignidade sacia, cuja suavidade satisfaz, cuja recordação resplandece suavemente, diante de cujo perfume os mortos voltarão à vida e cuja visão gloriosa tornará bem-aventurados todos os cidadãos da Jerusalém celeste. E dado que Ele é esplendor da glória, candura da luz eterna e espelho sem mancha, olha todos os dias para este espelho, ó rainha esposa de Jesus Cristo, e nela perscruta continuamente o teu rosto, para que assim tu possas adornar-te inteiramente no interior e no exterior... Neste espelho refulgem a bem-aventurada pobreza, a santa humildade e a inefável caridade (Quarta Carta: FF, 2901-2903).

Gratos a Deus que nos doa os Santos que falam ao nosso coração e nos oferecem um exemplo de vida cristã a imitar, gostaria de concluir com as mesmas palavras de bênção que Santa Clara compôs para as suas irmãs de hábito e que ainda hoje as Clarissas, desempenhando um papel precioso na Igreja com a sua oração e a sua obra, conservam com grande devoção. São expressões em que sobressai toda a ternura da sua maternidade espiritual: Abençoo-vos na minha vida e após a minha morte, como posso e mais do que posso, com todas as bênçãos com as quais o Pai da misericórdia abençoou e há-de abençoar no céu e na terra os filhos e as filhas, e com as quais um pai e uma mãe espiritual abençoaram e hão-de abençoar os seus filhos e as suas filhas espirituais. Amém! (FF, 2856).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 22 de Setembro de 2010

Viagem Apostólica ao Reino Unido

Amados irmãos e irmãs!

Hoje gostaria de vos falar da viagem apostólica ao Reino Unido, que Deus me concedeu realizar nos dias passados. Foi uma visita oficial e, ao mesmo tempo, uma peregrinação ao coração da história e do hoje de um povo rico de cultura e de fé, como é o britânico. Tratou-se de um acontecimento histórico, que marcou uma nova fase importante na longa e complexa vicissitude das relações entre aquelas populações e a Santa Sé. A finalidade principal da visita era proclamar beato o Cardeal John Henry Newman, um dos maiores ingleses dos tempos recentes, insigne teólogo e homem de Igreja. De fato, a cerimónia de beatificação representou o momento saliente da viagem apostólica, cujo tema se inspirava no mote do brasão cardinalício do beato Newman: «O coração fala ao coração». E nos quatro dias intensos e maravilhosos transcorridos naquela nobre terra tive a grande alegria de falar ao coração dos habitantes do Reino Unido, e eles falaram ao meu, sobretudo com a sua presença e o testemunho da sua fé. De fato, pude constatar quanto a herança cristã ainda é forte e ativa em todas as camadas da vida social. O coração dos britânicos e a sua existência estão abertos à realidade de Deus e existem numerosas expressões de religiosidade que esta minha visita ressaltou ainda mais.

Desde o primeiro dia da minha permanência no Reino Unido, e durante todo o período da minha estadia, em todas as partes recebi um caloroso acolhimento por parte das Autoridades, dos representantes das várias realidades sociais, dos representantes das diversas Confissões religiosas e sobretudo do povo em geral. Penso de modo particular nos fiéis da Comunidade católica e nos seus Pastores que, apesar de serem uma minoria no país, são largamente apreciados e considerados, comprometidos no anúncio jubiloso de Jesus Cristo, fazendo resplandecer o Senhor e tornando-se sua voz especialmente entre os últimos. A todos renovo a expressão da minha profunda gratidão, pelo entusiasmo demonstrado e pelo zelo louvável com que se empenharam pelo bom êxito desta minha visita, cuja recordação conservarei para sempre no meu coração.

O primeiro encontro foi em Edimburgo com Sua Majestade a Rainha Isabel II que, juntamente com o seu Esposo, o Duque de Edimburgo, me recebeu com grande gentileza em nome de todo o povo britânico. Tratou-se de um encontro muito cordial, caracterizado pela partilha de algumas preocupações profundas pelo bem-estar dos povos do mundo e pelo papel dos valores cristãos na sociedade. Na histórica capital da Escócia pude admirar as belezas artísticas, testemunho de uma rica tradição e de profundas raízes cristãs. A isto me referi no discurso

dirigido a Sua Majestade e às Autoridades presentes, recordando que a mensagem cristã se tornou parte integrante da língua, do pensamento e da cultura dos povos daquelas Ilhas. Falei também acerca do papel que a Grã-Bretanha desempenhou no panorama internacional, mencionando a importância dos passos dados para uma pacificação justa e duradoura na Irlanda do Norte.

A atmosfera de festa e de júbilo que se criou entre os jovens e as crianças alegrou a etapa de Edimburgo. Tendo-me transferido depois para Glasgow, cidade enriquecida por parques encantadores, presidi à primeira Santa Missa da viagem precisamente no Bellahouston Park. Foi um momento de intensa espiritualidade, muito importante para os católicos do país, considerando também que naquele dia se celebrava a festa litúrgica de São Ninian, primeiro evangelizador da Escócia. Recordei àquela assembleia litúrgica reunida em oração atenta e partícipe, tornada ainda mais solene por melodias tradicionais e cânticos emocionantes, a importância da evangelização da cultura, especialmente na nossa época na qual um relativismo invasivo ameaça obscurecer a verdade imutável sobre a natureza do homem.

No segundo dia iniciei a visita a Londres. Lá encontrei-me primeiro com o mundo da educação católica, que desempenha um papel relevante no sistema de instrução daquele país. Num clima autenticamente familiar falei aos educadores, recordando a importância da fé na formação de cidadãos maduros e responsáveis. Aos numerosos adolescentes e jovens, que me acolheram com simpatia e entusiasmo, propus que não persigam objetivos limitados, contentando-se com escolhas fáceis, mas que tenham como finalidade algo maior, ou seja, a busca da verdadeira felicidade, que só pode vir de Deus. No encontro seguinte com os responsáveis das outras religiões mais representadas no Reino Unido, recordei a iniludível necessidade de um diálogo sincero, que precisa do respeito do princípio de reciprocidade, para que seja plenamente frutuoso. Ao mesmo tempo, evidenciei a busca do sagrado como terreno comum a todas as religiões sobre o qual consolidar a amizade, a confiança e a colaboração.

A visita fraterna ao Arcebispo de Canterbury foi a ocasião para reafirmar o compromisso comum de testemunhar a mensagem cristã que liga católicos e anglicanos. Seguiu-se um dos momentos mais significativos da viagem apostólica: o encontro no salão do Parlamento britânico com personalidades institucionais, políticas, diplomáticas, académicas, religiosas, representantes do mundo cultural e empresarial. Naquele lugar tão prestigioso ressaltei que a religião, para os legisladores, não deve representar um problema a resolver, mas um factor que contribui de maneira vital para o caminho histórico e o debate público da nação, em particular ao recordar a importância essencial do fundamento ético para as escolhas nos vários sectores da vida social.

Naquele mesmo clima solene, fui depois à Abadia de Westminster: pela primeira vez um Sucessor de Pedro entrou no lugar de culto símbolo das antiquíssimas raízes cristãs do país. A recitação da oração das Vésperas, juntamente com as diversas comunidades cristãs do Reino Unido, representou um momento importante nas relações entre a Comunidade católica e a Comunhão anglicana. Quando venerámos juntos o túmulo de Santo Eduardo o confessor, enquanto o coro cantava «*Congregavit nos in unum Christi amor*», todos louvámos a Deus, que nos conduz pelo caminho da plena unidade.

Na manhã de sábado, o encontro com o Primeiro-Ministro abriu a série de reuniões com os maiores representantes do mundo político britânico. Seguiu-se a celebração eucarística na Catedral de Westminster, dedicada ao Preciosíssimo Sangue de Nosso Senhor. Foi um momento extraordinário de fé e de oração — que evidenciou também a rica e inestimável tradição de música litúrgica «romana» e «inglesa» — na qual participaram os diversos componentes eclesiais, espiritualmente unidos às multidões de crentes da longa história cristã daquela terra. É imensa a minha alegria por ter encontrado um grande número de jovens que participavam na Santa Missa fora da Catedral. Com a sua presença cheia de entusiasmo e ao mesmo tempo atenta e trépida, eles demonstraram querer ser protagonistas de uma nova estação de testemunho corajoso, de solidariedade efetiva, de empenho generoso ao serviço do Evangelho.

Na Nunciatura Apostólica encontrei-me com algumas vítimas de abusos por parte de representantes do Clero e dos religiosos. Foi um momento intenso de comoção e de oração. Pouco depois, encontrei-me também com um grupo de profissionais e voluntários responsáveis da proteção das crianças e dos jovens nos ambientes eclesiais, um aspecto particularmente importante e presente no compromisso pastoral da Igreja. Agradeci-lhes e encorajei-os a prosseguir o seu trabalho, que se insere na longa tradição da Igreja de cura e respeito, de educação e formação das novas gerações. Sempre em Londres visitei depois a casa de repouso para idosos gerida pelas Pequenas Irmãs dos Pobres com a preciosa contribuição de numerosas enfermeiras e voluntários. Esta estrutura de acolhimento é sinal da grande consideração que a Igreja sempre teve pelos idosos, assim como expressão do compromisso dos católicos britânicos no respeito pela vida sem ter em consideração a idade nem as condições.

Como dizia, ápice da minha visita ao Reino Unido foi a beatificação do Cardeal John Henry Newman, ilustre filho da Inglaterra. Ela foi precedida e preparada por uma vigília especial de oração realizada sábado à noite em Londres, no Hyde Park, numa atmosfera de profundo recolhimento. À multidão de féis, especialmente jovens, quis repropor a luminosa figura do Cardeal Newman, intelectual e crente, cuja mensagem espiritual se pode sintetizar no teste-

munho que o caminho da consciência não é fechamento no próprio «eu», mas abertura, conversão e obediência Àquele que é Caminho, Verdade e Vida. O rito de beatificação teve lugar em Birmingham, durante a solene Celebração eucarística dominical, na presença de uma vasta multidão proveniente de toda a Grã-Bretanha e da Irlanda, com representações de muitos outros países. Este evento comovedor frisou ainda mais um estudioso de grande envergadura, um insigne escritor e poeta, um sábio homem de Deus, cujo pensamento iluminou muitas consciências e ainda hoje exerce um fascínio extraordinário. Nele, em particular, se inspirem os crentes e as comunidades eclesiais do Reino Unido, para que também nos nossos dias aquela nobre terra continue a produzir frutos abundantes de vida evangélica.

O encontro com a Conferência Episcopal da Inglaterra e do País de Gales e com a da Escócia, concluiu um dia de grande festa e de comunhão intensa de corações para a Comunidade católica na Grã-Bretanha.

Queridos irmãos e irmãs, nesta minha visita ao Reino Unido, como sempre quis apoiar em primeiro lugar a Comunidade católica, encorajando-a a trabalhar intrepidamente para defender as imutáveis verdades morais que, retomadas, iluminadas e confirmadas pelo Evangelho, estão na base de uma sociedade verdadeiramente humana, justa e livre. Pretendi falar também ao coração de todos os habitantes do Reino Unido, sem excluir nenhum, da realidade verdadeira do homem, das suas necessidades mais profundas, do seu destino último. Ao dirigir-me aos cidadãos daquele país, encruzilhada da cultura e da economia mundial, tive presente todo o Ocidente, dialogando com as razões desta civilização e comunicando a novidade imorredoura do Evangelho, da qual ela está impregnada. Esta viagem apostólica confirmou em mim uma profunda convicção: as antigas nações da Europa têm uma alma cristã, que constitui um todo com o «génio» e com a história dos respectivos povos, e a Igreja não cessa de trabalhar para manter continuamente viva esta tradição espiritual e cultural.

O beato John Henry Newman, cuja figura e escritos ainda conservam uma atualidade formidável, merece ser conhecido por todos. Ele ampare os propósitos e os esforços dos cristãos para «difundir em toda a parte o perfume de Cristo, a fim de que toda a sua vida seja unicamente uma irradiação da sua», como escrevia sabiamente no seu livro Irradiar Cristo.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 29 de Setembro de 2010

Santa Matilde de Haceborn

Estimados irmãos e irmãs

Hoje gostaria de vos falar de Santa Matilde de Haceborn, uma das grandes figuras do mosteiro de Helfta, que viveu no século XIII. A sua irmã de hábito, Santa Gertrudes a Grande, no livro VI da obra *Liber specialis gratiae* (O livro da graça especial), em que são narradas as graças especiais que Deus concedeu a Santa Matilde, afirma assim: O que escrevemos é muito pouco em comparação com o que omitimos. Publicamos estas coisas só para a glória de Deus e a utilidade do próximo, porque nos pareceria injusto manter o silêncio sobre as numerosas graças que Matilde recebeu de Deus, não tanto para si mesma, na nossa opinião, mas para nós e para aqueles que vierem depois de nós (Mechthild von Haceborn, Liber specialis gratiae, VI, 1).

Esta obra foi redigida por Santa Gertrudes e por outra irmã de hábito de Helfta, e contém uma história singular. Matilde, com cinquenta anos de idade, atravessava uma grave crise espiritual, unida a sofrimentos físicos. Nesta condição, confiou as duas irmãs de hábito amigas, as graças especiais com que Deus a tinha guiado desde a infância, mas não sabia que elas anotavam tudo. Quando o veio a saber, ficou profundamente angustiada e perturbada. Porém, o Senhor tranquilizou-a, fazendo-lhe compreender que quanto estava a ser escrito era para a glória de Deus e a vantagem do próximo (cf. ibid., II, 25; V, 20). Assim, esta obra é a fonte principal da qual haurir as informações sobre a vida e a espiritualidade da nossa Santa.

Com ela, somos introduzidos na família do Barão de Haceborn, uma das mais nobres, ricas e poderosas da Turíngia, aparentada com o imperador Frederico II, e entramos no mosteiro de Helfta no período mais glorioso da sua história. O Barão já tinha dado ao mosteiro uma filha, Gertrudes de Haceborn (12311232 12911292), dotada de uma personalidade acentuada, Abadessa por quarenta anos, capaz de dar um cunho peculiar à espiritualidade do mosteiro, levando-o a um florescimento extraordinário como centro de mística e de cultura, escola de formação científica e teológica. Gertrudes ofereceu às monjas uma elevada educação intelectual, que lhes permitia cultivar uma espiritualidade fundada na Sagrada Escritura, na Liturgia, na Tradição patrística, na Regra e na espiritualidade cisterciense, com preferência especial por São Bernardo de Claraval e Guilherme de Saint-Thierry. Foi uma verdadeira mestra, exemplar em tudo, na radicalidade evangélica e no zelo apostólico. Desde a infância, Matilde acolheu e saboreou o clima espiritual e cultural criado pela irmã, oferecendo depois a sua contribuição pessoal.

Matilde nasce em 1241, ou 1242, no castelo de Helfta; é a terceira filha do Barão. Com sete anos de idade, visita com a mãe a irmã Gertrudes no mosteiro de Rodersdorf. Fica tão fascinada por aquele ambiente, que deseja ardentemente fazer parte dele. Entra como educanda e, em 1258, torna-se monja no convento que, entretanto, se tinha transferido para Helfta, na quinta dos Haceborn. Distingue-se por humildade, fervor, amabilidade, pureza e inocência de vida, familiaridade e intensidade com que vive a relação com Deus, a Virgem e os Santos. É dotada de elevadas qualidades naturais e espirituais, como a ciência, a inteligência, o conhecimento das letras humanas, a voz de uma suavidade maravilhosa: tudo a tornava apta para ser no mosteiro um autêntico tesouro, sob todos os aspectos (Ibid., Introdução). Assim, o rouxinol de Deus como é chamada ainda muito jovem, torna-se diretora da escola do mosteiro, diretora do coro, mestra das noviças, serviços que desempenha com talento e zelo incansável, não só em vantagem das monjas, mas de quem quer que desejasse haurir da sua sabedoria e bondade.
Iluminada pelo dom divino da contemplação mística, Matilde compõe numerosas orações. É mestra de doutrina fiel e de grande humildade, conselheira, consoladora e guia no discernimento: Ela lê-se transmitia a doutrina com tal abundância, que jamais se tinha visto no mosteiro e, infelizmente, tememos que nunca mais se verá algo de semelhante. As religiosas reuniam-se ao seu redor para ouvir a palavra de Deus, como se fosse um pregador. Era o refúgio e a consoladora de todos e, como dom singular de Deus, tinha a graça de revelar livremente os segredos do coração de cada um. Muitas pessoas, não só no Mosteiro, mas também estranhos, religiosos e seculares, vindos de longe, testemunhavam que esta santa virgem os tinha libertado dos seus sofrimentos e que nunca haviam experimentado tanta consolação como nela. Além disso, compôs e ensinou tantas orações que, se fossem reunidas, excederiam o volume de um saltério (Ibid., VI, 1).
Em 1261 chegou ao convento uma criança de cinco anos, chamada Gertrudes: é confiada aos cuidados de Matilde, com apenas vinte anos, que a educa e guia na vida espiritual, a ponto de fazer dela não só a discípula excelente, mas também a sua confidente. Em 1271, ou 1272, entra no mosteiro também Matilde de Magdeburgo. Assim, o lugar acolhe quatro grandes mulheres duas Gertrudes e duas Matildes glória do monaquismo germânico. Na longa vida transcorrida no mosteiro, Matilde é afligida por sofrimentos contínuos e intensos, aos quais se acrescentam as duríssimas penitências escolhidas para a conversão dos pecadores. Deste modo, participa na paixão do Senhor até ao fim da sua vida (cf. ibid., VI, 2). A oração e a contemplação são o húmus vital da sua existência: as revelações, os seus ensinamentos, o seu serviço ao próximo, o seu caminho na fé e no amor encontram aqui a sua raiz e o seu contexto. No primeiro livro da obra *Liber specialis gratiae*, as redatoras reúnem as confidências de

Matilde, cadenciadas nas festas do Senhor, dos Santos e, de modo especial, da Bem-Aventurada Virgem. É impressionante a capacidade que esta Santa tem de viver a Liturgia nos seus vários componentes, mesmo as mais simples, levando-a na vida monástica quotidiana. Algumas imagens, expressões e aplicações às vezes estão longe da nossa sensibilidade mas, se se consideram a vida monástica e a sua tarefa de mestra e diretora de coro, compreende-se a sua capacidade singular de educadora e formadora, que ajuda as irmãs de hábito a viver intensamente, a partir da Liturgia, cada momento da vida monástica.

Na oração litúrgica, Matilde dá realce particular às horas canônicas, à celebração da Santa Missa e sobretudo à Sagrada Comunhão. Aqui é com frequência arrebatada em êxtase, numa profunda intimidade com o Senhor, no seu Coração ardentíssimo e dulcíssimo, num diálogo maravilhoso em que pede luzes interiores, enquanto intercede de modo especial pela sua comunidade e pelas suas irmãs de hábito. No centro estão os mistérios de Cristo, aos quais a Virgem Maria se refere constantemente para caminhar pela vida da santidade: Se tu desejas a verdadeira santidade, está perto do meu Filho; Ele é a própria santidade, que santifica todas as coisas (Ibid., I, 40). Nesta sua intimidade com Deus estão presentes o mundo inteiro, a Igreja, os benfeitores e os pecadores. Para ela, Céu e terra unem-se.

As suas visões, os seus ensinamentos e as vicissitudes da sua existência são descritos com expressões que evocam a linguagem litúrgica e bíblica. É assim que se entende o seu profundo conhecimento da Sagrada Escritura, que era o seu pão de cada dia. Recorre a ela continuamente, quer valorizando os textos bíblicos lidos na liturgia, quer haurindo símbolos, termos, paisagens, imagens e personagens. A sua predileção é pelo Evangelho: As palavras do Evangelho eram para ela um alimento maravilhoso e suscitavam no seu coração sentimentos de tanta docilidade, que muitas vezes, pelo entusiasmo, não conseguia terminar a sua leitura... O modo como lia aquelas palavras era tão fervoroso, que em todos suscitava a devoção. Assim também, quando cantava no coro, vivia totalmente absorvida em Deus, transportada por tanto ardor que às vezes manifestava os seus sentimentos com gestos... Outras vezes, como que arrebatada em êxtase, não ouvia quantos a chamavam ou a moviam, e mal conseguia retomar o sentido das coisas exteriores (Ibid., VI, 1). Numa das visões, é o próprio Jesus quem lhe recomenda o Evangelho: abrindo-lhe a chaga do seu dulcíssimo Coração, diz-lhe: Considera como é imenso o meu amor: se quiseres conhecê-lo bem, em nenhum lugar o encontrarás expresso mais claramente do que no Evangelho. Ninguém jamais ouviu alguém manifestar sentimentos mais fortes e mais ternos do que estes: Assim como o meu Pai me amou, também Eu vos amei (Joan. XV, 9) (Ibid., I, 22).

Caros amigos, a oração pessoal e litúrgica, especialmente a Liturgia das Horas e a Santa Missa, estão na raiz da experiência espiritual de Santa Matilde de Haceborn. Deixando-se guiar pela Sagrada Escritura e alimentar pelo Pão eucarístico, Ela percorreu um caminho de união íntima com o Senhor, sempre em plena fidelidade à Igreja. Isto é para nós também um forte convite a intensificar a nossa amizade com o Senhor, sobretudo através da oração quotidiana e a participação atenta, fiel e concreta na Santa Missa. A Liturgia é uma grande escola de espiritualidade.

A discípula Gertrudes descreve com expressões intensas os últimos momentos da vida de Santa Matilde de Haceborn, duríssimos mas iluminados pela presença da Beatíssima Trindade, do Senhor, da Virgem Maria e de todos os Santos, mas inclusive da irmã de sangue, Gertrudes. Quando chegou a hora em que o Senhor quis chamá-la para junto de Si, ela pediu-lhe para poder viver ainda no sofrimento, para a salvação das almas, e Jesus compadeceu-se deste ulterior sinal de amor.

Matilde tinha 58 anos. Percorreu a última etapa caracterizada por oito anos de graves doenças. A sua obra e a sua fama de santidade difundiram-se amplamente. Quando chegou a sua hora, o Deus de Majestade... única suavidade da alma que O ama... cantou-lhe: *Venite vos, benedicti Patris mei*... Vinde, ó vós que sois os benditos do meu Pai, vinde receber o reino... e associou-o à sua glória (Ibid., VI, 8).

Santa Matilde de Haceborn confia-nos ao Sagrado Coração de Jesus e à Virgem Maria. Convida a louvar o Filho com o Coração da Mãe e a louvar Maria com o Coração do Filho: Saúdo-te, ó Virgem veneradíssima, naquele orvalho dulcíssimo que do Coração da Santíssima Trindade se difundiu em ti; saúdo-te na glória e no júbilo com que agora te alegras eternamente, Tu que por preferência a todas as criaturas da terra e do Céu, foste eleita ainda antes da criação do mundo! Amém (Ibid., I, 45).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 6 de Outubro de 2010

Santa Gertrudes

Amados irmãos e irmãs!

Santa Gertrudes, a Grande, de quem gostaria de vos falar hoje, leva-nos esta semana ao mosteiro de Helfta, onde nasceram algumas das obras-primas da literatura religiosa feminina latino-alemã. É a este mundo que pertence Gertrudes, uma das místicas mais famosas, única mulher da Alemanha que recebeu o apelativo Grande, pela estatura cultural e evangélica: com a sua vida e pensamento, ela incidiu de modo singular sobre a espiritualidade cristã. É uma mulher extraordinária, dotada de particulares talentos naturais e de excepcionais dons de graça, de humildade profundíssima e de zelo ardente pela salvação do próximo, de íntima comunhão com Deus na contemplação e de prontidão no socorro aos necessitados.

Em Helfta confronta-se, por assim dizer, sistematicamente com a sua mestra Matilde de Haceborn, da qual falei na Audiência da quarta-feira passada; entra em relacionamento com Matilde de Magdeburgo, outra mística medieval; e cresce sob o cuidado materno, dócil e exigente, da Abadessa Gertrudes. Destas três irmãs de hábito ela enriquece-se com tesouros de experiência e sabedoria; elabora-os numa síntese sua, percorrendo o seu itinerário religioso com confiança ilimitada no Senhor. Exprime a riqueza da espiritualidade não apenas do seu mundo monástico, mas também e sobretudo do bíblico, litúrgico, patrístico e beneditino, com um timbre extremamente pessoal e com grande eficácia comunicativa.

Nasceu no dia 6 de Janeiro de 1256, festa da Epifania, mas nada se sabe dos seus pais, nem do lugar de nascimento. Gertrudes escreve que o próprio Senhor lhe revela o sentido deste seu primeiro desarraigamento: Escolhi-a como minha morada, porque me apraz que tudo quanto existe de amável nela seja minha obra... Foi precisamente por este motivo que a afastei de todos os seus parentes, a fim de que ninguém a amasse por razão de consanguinidade, e Eu fosse o único motivo do afeto que se lhe reserva (Le Rivelazioni, i, 16, Sena 1994, pp. 76-77).

Entra no mosteiro com cinco anos, em 1261, como era costume naquela época, para a formação e o estudo. Ali transcorreu toda a sua existência, da qual ela mesma assinala as etapas mais significativas. Nas suas memórias, recorda que o Senhor a preveniu com paciência longânime e misericórdia infinita, esquecendo os anos da infância, adolescência e juventude, transcorridos escreve em tal ofuscamento da mente, que teria sido capaz... de pensar, dizer ou fazer sem qualquer remorso tudo aquilo que me fosse do meu agrado e onde quer eu pudesse, se tu me tivesses prevenido, quer com um ínsito horror do mal e uma inclinação natural para o bem, quer com a vigilância externa dos outros. Ter-me-ia comportado como uma pagã... e

isto, embora tu quisesses que desde a infância, ou seja a partir do meu quinto ano de idade, eu habitasse no santuário bendito da religião, para ali ser educada no meio dos teus amigos mais devotos (Ibid., ii, 23, p. 140 s.).

Gertrudes é uma estudante extraordinária, aprende tudo quanto se pode aprender das ciências do Trívio e do Quadrívio, a formação daquela época; é fascinada pelo saber e dedica-se ao estudo profano com fervor e tenacidade, alcançando êxitos escolares para além de qualquer expectativa. Embora nada saibamos das suas origens, ela diz-nos muito das suas paixões juvenis: a literatura, a música, o canto e a arte da miniatura conquistam-na; tem uma índole forte, decidida, imediata e impulsiva; diz com frequência que é negligente; reconhece os seus defeitos e pede humildemente perdão pelos mesmos. Com humildade, pede conselhos e orações pela sua conversão. Há características do seu temperamento e defeitos que a acompanham até ao fim, a ponto de causar admiração a certas pessoas que se interrogam como o Senhor a prefere tanto.

Como estudante, passa a consagrar-se totalmente a Deus na vida monástica e, durante vinte anos, não acontece nada de extraordinário: o estudo e a oração são a sua atividade principal. Pelos seus dotes, sobressai entre as irmãs de hábito; é tenaz na consolidação da sua cultura em diversos campos. Mas, durante o Advento de 1280, começa a sentir desgosto por tudo isto, sente vaidade disto e, a 27 de Janeiro de 1281, poucos dias antes da festa da Purificação da Virgem, por volta da hora das Completas, à noite, o Senhor ilumina as suas densas trevas. Com suavidade e docilidade, acalma a inquietação que a angustia, inquietação que Gertrudes vê como um dom do próprio Deus, para abater aquela torre de vaidade e de curiosidade que, embora infelizmente tivesse o nome e o hábito de religiosa, eu ia erguendo com a minha soberba, para encontrar pelo menos assim o caminho para me mostrar a tua salvação (Ibid., ii, 1, p. 87). Ela tem a visão de um jovem que a leva a superar o enredo de espinhos que oprime a sua alma, guiando-a pela mão. Naquela mão, o traço precioso daquelas chagas que abrogaram todos os atos de acusação dos nossos inimigos (Ibid., ii, 1, p. 89), reconhece Aquele que, na Cruz, nos salvou com o seu sangue, Jesus.

A partir daquele momento, a sua vida de íntima comunhão com o Senhor intensifica-se, sobretudo nos tempos litúrgicos mais significativos Advento-Natal, Quaresma-Páscoa, festa da Virgem mesmo quando, doente, não podia ir ao coro. É o mesmo húmus litúrgico de Matilde, sua mestra, que contudo Gertrudes descreve com imagens, símbolos e termos mais simples e lineares, mais realistas, com referências mais diretas à Bíblia, aos Padres e ao mundo beneditino.

A sua biógrafa indica dois rumos daquela que poderíamos definir uma sua particular conversão: nos estudos, com a passagem radical dos estudos humanísticos profanos para os teológicos e, na observância monástica, com a passagem da vida que ela define negligente para a vida de oração intensa e mística, com um ardor missionário extraordinário. O Senhor, que a tinha escolhido desde o seio materno e desde criança a tinha levado a participar no banquete da vida monástica, chama-a com a sua graça das coisas externas para a vida interior e das ocupações terrenas para o amor das realidades espirituais. Gertrudes compreende que está distante dele, na região da dissemelhança, como ela diz com Santo Agostinho; que se tinha dedicado com demasiada avidez aos estudos liberais, à sabedoria humana, descuidando a ciência espiritual, privando-se do gosto da verdadeira sabedoria; agora é conduzida para o monte da contemplação, onde deixa o homem velho para se revestir do novo. De gramática torna-se teóloga, com a leitura incansável e atenta de todos os livros sagrados que podia ter ou encontrar, enchia o seu coração com as frases mais úteis e dóceis da Sagrada Escritura. Por isso, tinha sempre pronta alguma palavra inspirada e de edificação com a qual satisfazer quem ia consultá-la e, ao mesmo tempo, os textos das Escrituras mais adequados para rejeitar qualquer opinião errada e fechar a boca aos seus opositores (Ibid., i, 1, p. 25).

Gertrudes transforma tudo isto em apostolado: dedica-se a escrever e divulgar a verdade de fé com clareza e simplicidade, graça e persuasão, servindo a Igreja com amor e fidelidade, a ponto de ser útil e agradável aos teólogos e às pessoas piedosas. Resta-nos pouco desta sua intensa atividade, também por causa das vicissitudes que levaram à destruição do mosteiro de Helfta. Além do Arauto do amor divino ou das Revelações, dispomos ainda dos Exercícios espirituais, uma joia rara da literatura mística espiritual.

Na observância religiosa, a nossa Santa é uma coluna sólida... firmíssima propugnadora da justiça e da verdade (Ibid., i, 1, p. 26), diz a sua biógrafa. Com as palavras e com o exemplo, suscita nos outros um grande fervor. Às orações e às penitências da regra monástica acrescenta outras, com tanta devoção e tal abandono confiante em Deus, que chega a suscitar naqueles que a encontram a consciência de estar na presença do Senhor. E com efeito, é o próprio Deus que a leva a compreender que a chamou para ser instrumento da sua Graça. Deste imenso tesouro divino, Gertrudes sente-se indigna, e confessa que não o conservou nem valorizou. Exclama: Ai de mim! Se Tu me tivesses dado como tua recordação, indigna como sou, até um único fio de estopa, contudo eu deveria ter considerado com maior respeito e reverência quanto recebi com teus dons! (Ibid., II, 5, p. 100). Mas, reconhecendo a sua pobreza e a sua indignidade, ela adere à vontade de Deus, porque afirma aproveitei tão pouco das tuas graças que não consigo acreditar que tenham sido concedidas unicamente a mim, dado que a tua sabedo-

ria eterna não pode ser frustrada por ninguém. Faz, portanto, ó Doador de todo o bem, que me concedeste gratuitamente dádivas tão indevidas que, lendo este escrito, o coração de pelo menos um dos teus amigos se comova ao pensamento de que o zelo das almas te induziu a deixar por tanto tempo uma gema de valor tão inestimável no meio do barro abominável do meu coração (Ibid., ii, 5, p. 100 s.).

Em particular, dois favores são-lhe mais queridos que todos os outros, como a própria Gertrudes escreve: Os estigmas das tuas chagas salubres que me imprimiste, como se fossem colares preciosos, no coração; e a profunda e salutar ferida de amor com que me marcaste. Tu inundaste-me com estes dons de tanta bem-aventurança que, mesmo se eu vivesse mil anos sem qualquer consolação interna ou externa, a sua recordação seria suficiente para me confortar, iluminar e encher de gratidão. Quiseste ainda introduzir-me na intimidade inestimável da tua amizade, abrindo-me de várias formas aquele sacrário nobilíssimo da sua Divindade, que é o teu Coração divino... A este acúmulo de benefícios acrescentaste outro, concedendo-me como Advogada a Santíssima Virgem Maria, tua Mãe, e recomendando-me com frequência ao seu carinho, como o mais fiel dos esposos poderia recomendar à própria mãe a sua dileta esposa (Ibid., ii, 23, p. 145).

Orientada para a comunhão sem fim, conclui a sua vicissitude terrena no dia 17 de Novembro de 1301, ou 1302, com cerca de 46 anos. No sétimo Exercício, o da preparação para a morte, Santa Gertrudes escreve: Jesus, Tu que me és imensamente querido, está sempre comigo, para que o meu coração permaneça contigo e o teu amor persevere comigo, sem possibilidade de separação, e o meu trânsito seja abençoado por ti, de tal modo que o meu espírito, livre dos vínculos da carne, possa encontrar repouso imediatamente em ti. Amém! (Esercizi, Milão 2006, p. 148).

Parece-me óbvio que estas não são apenas coisas do passado, históricas, mas a existência de Santa Gertrudes permanece uma escola de vida cristã, de caminho reto, e mostra-nos que o centro de uma vida feliz, de uma vida autêntica, é a amizade com Jesus, o Senhor. E esta amizade aprende-se no amor pela Sagrada Escritura, no amor pela liturgia, na fé profunda, no amor por Maria, de maneira a conhecer cada vez mais realmente o próprio Deus e assim a verdadeira felicidade, a meta da nossa vida. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 13 de Outubro de 2010

Beata Ângela de Foligno

Estimados irmãos e irmãs

Hoje gostaria de vos falar sobre a Beata Ângela de Foligno, uma grande mística medieval que viveu no século XIII. Geralmente, ficamos fascinados diante dos ápices da experiência de união com Deus que ela conseguiu alcançar, mas talvez sejam considerados demasiado pouco os primeiros passos, a sua conversão e o longo caminho que a levou desde o ponto de partida, o grande medo do inferno, até à meta, que é a união total com a Trindade. A primeira parte da vida de Ângela não é certamente a de uma fervorosa discípula do Senhor. Tendo nascido por volta de 1248 numa família abastada, ela permaneceu órfã de pai e foi educada pela mãe de modo bastante superficial. Muito cedo, foi introduzida nos ambientes mundanos da cidade de Foligno, onde conheceu um homem com o qual casou aos vinte anos e do qual teve alguns filhos. Levava uma vida despreocupada, a ponto de se permitir desprezar os chamados penitentes muito difundidos naquela época ou seja, aqueles que para seguir Cristo vendiam os próprios bens e viviam na oração, no jejum, no serviço à Igreja e na caridade.

Alguns acontecimentos, como o violento tremor de terra de 1279, um furacão, a prolongada guerra contra Perúsia e as suas duras consequências incidem na vida de Ângela, que progressivamente adquire consciência dos próprios pecados, até chegar a um passo decisivo: invoca São Francisco, que lhe aparece em visão, para lhe pedir conselho em vista de uma boa Confissão geral que devia realizar: estamos no ano de 1285; Ângela confessa-se a um frade em São Feliciano. Três anos mais tarde, o caminho da conversão conhece mais uma mudança: a dissolução dos vínculos afetivos porque, em poucos meses, à morte da mãe seguem-se a do marido e de todos os seus filhos. Então, vende os seus bens e, em 1291, adere à Terceira Ordem de São Francisco. Falece em Foligno no dia 4 de Janeiro de 1309.

O livro da Beata Ângela de Foligno, em que está contida a documentação a propósito da nossa Beata, narra esta conversão; indica os meios necessários para isto: a penitência, a humildade e as tribulações; e descreve as suas passagens, a sucessão das experiências de Ângela, que começaram em 1285. Recordando-as, depois de as ter vivido, ela procurou narrá-las através do Frade confessor, que as transcreveu procurando sucessivamente dispô-las em etapas, às quais chamou passos ou mudanças, mas sem conhecer ordená-las plenamente (cf. Il Libro della beata Angela da Foligno, Cinisello Balsamo 1990, pág. 51). Isto porque a experiência de união para a Beata Ângela é um envolvimento total dos sentidos espirituais e corporais, e daquilo que ela compreende durante as suas êxtases só permanece, por assim dizer, uma sombra na

sua mente. Ouvi verdadeiramente estas palavras confessa ela depois de um arrebatamento místico mas aquilo que eu vi e compreendi, e que Ele ou seja, Deus me mostrou, não sei nem posso dizê-lo de qualquer modo; não obstante, revelaria de bom grado aquilo que entendi com as palavras que ouvi, mas foi um abismo absolutamente inefável. Ângela de Foligno apresenta a sua vivência mística, sem a elaborar com a mente, uma vez que são iluminações divinas que se comunicam à sua alma de maneira repentina e inesperada. O próprio Frade confessor tem dificuldade em descrever tais acontecimentos, também por causa da sua grande e admirável discrição em relação aos dons divinos (Ibid., pág. 194). À dificuldade que Ângela tem de descrever a sua experiência mística, acrescenta-se inclusive a dificuldade para os seus ouvintes de a compreender. Uma situação que indica claramente como o único e verdadeiro Mestre, Jesus, vive no coração de cada crente e deseja tomar posse total do mesmo. Assim ocorreu em Ângela, que escrevia a um dos seus filhos espirituais: Meu filho, se tu visses o meu coração, serias absolutamente obrigado a fazer tudo quanto Deus deseja, porque o meu coração é o de Deus, e o coração de Deus é o meu. Ressoam aqui as palavras de São Paulo: Já não sou eu que vivo; é Cristo que vive em mim (Gl 2, 20).

Então, consideremos aqui unicamente alguns passos do rico caminho espiritual da nossa Beata. O primeiro, na realidade, é uma premissa: Foi o conhecimento do pecado como ela mesma esclarece a seguir ao qual a alma teve um grande medo de ser condenada; neste passo, chorou amargamente (Il Libro della beata Angela da Foligno, pág. 39). Este medo do inferno corresponde ao tipo de fé que Ângela tinha no momento da sua conversão; uma fé ainda pobre de caridade, ou seja, do amor de Deus. Arrependimento, medo do inferno e penitência abrem a Ângela a perspectiva do doloroso caminho da cruz que, do oitavo ao décimo quinto passo, a levará depois pelo caminho do amor. O Frade confessor narra: Então, a fiel disse-me: tive esta revelação divina: Depois daquilo que foi escrito, manda escrever que quem quiser conservar a graça, não deve afastar os olhos da alma da Cruz, tanto na alegria como na tristeza que lhe concedo ou permito (Ibid., pág. 143). Mas nesta fase, Ângela ainda não sente o amor; ela afirma: A alma sente vergonha e amargura, e ainda não experimenta o amor, mas sim a dor (Ibid., pág. 39), e sente-se insatisfeita.

Ângela sente que deve dar algo a Deus para reparar os seus pecados, mas lentamente compreende que nada tem para lhe oferecer, aliás, que não é nada diante dele; entende que não será a sua vontade que lhe dará o amor de Deus, porque ela só pode dar-lhe o seu nada, o desamor. Como ela mesma dirá: apenas o amor verdadeiro e puro, que vem de Deus, está na alma e faz com que ela reconheça os próprios defeitos e a bondade divina... Tal amor leva a alma a Cristo e ela compreende com segurança que não se pode verificar nem haver qualquer engano. A

tal amor não se pode misturar algo deste mundo (Ibid., págs. 124-125). Abrir-se única e totalmente ao amor de Deus, que tem a máxima expressão em Cristo: meu Deus reza ela tornai-me digna de conhecer o mistério excelso, que o vosso amor ardentíssimo e inefável realizou, juntamente com o amor pela Trindade, ou seja, o mistério altíssimo da vossa santíssima encarnação por nós... amor incompreensível! Acima deste amor, que fez com que o meu Deus se tenha feito homem para me fazer Deus, não existe amor maior (Ibid., pág. 295). Todavia, o coração de Ângela traz sempre as feridas do pecado; mesmo depois de uma Confissão bem feita, ela sentia-se perdoada mas ainda angustiada pelo pecado, livre mas condicionada pelo passado, absolvida mas carente de penitência. E inclusive o pensamento do inferno a acompanha, pois quanto mais a alma progredir pelo caminho da perfeição cristã, tanto mais ela se há-de convencer não só que é indigna, mas que é merecedora do inferno.

E eis que, ao longo do seu caminho místico, Ângela compreende de modo profundo a realidade central: aquilo que a salvará da sua indignidade e do merecimento do inferno não será a sua união com Deus, nem a sua posse da verdade, mas sim Jesus crucificado, a sua crucifixão por mim, o seu amor. No oitavo passo ela diz: Contudo, eu ainda não entendia se era um bem maior a minha libertação dos pecados e do inferno, e a conversão à penitência, ou então a sua crucifixão por mim (Ibid., pág. 41). Trata-se do equilíbrio instável entre amor e dor, que ela sentia em todo o seu difícil caminho rumo à perfeição. Precisamente por isso, contempla de preferência Cristo crucificado, porque em tal visão ela vê realizado o equilíbrio perfeito: na cruz está o homem-Deus, num supremo gesto de sofrimento que é um ato supremo de amor. Na terceira Instrução, a Beata insiste sobre esta contemplação, afirmando: Quanto mais perfeita e puramente virmos, tanto mais perfeita a puramente amaremos... Por isso, quanto mais virmos Deus e o homem Jesus Cristo, tanto mais seremos transformados nele através do amor... Aquilo que eu disse do amor... digo-o também da dor: quanto mais a alma contempla a dor inefável de Deus e do homem Jesus Cristo, tanto mais sofre e é transformada em dor (Ibid., págs. 190-191). Identificar-se, transformar-se no amor e nos sofrimentos de Cristo crucificado, identificar-se com Ele. A conversão de Ângela, que teve início com aquela Confissão de 1285, só alcançará o amadurecimento quando o perdão de Deus aparecer na sua alma como a dádiva gratuita de amor do Pai, nascente de amor: Ninguém pode desculpar-se afirma ela porque todos podem amar a Deus, e Ele só pede à alma que o ame, uma vez que Ele a ama e é o seu amor (Ibid., pág. 76).

No itinerário espiritual de Ângela, a passagem da conversão para a experiência mística, daquilo que se pode expressar para o que é inefável, tem lugar através do Crucificado. É o «Deus-homem apaixonado» que se torna o seu mestre de perfeição. Toda a sua experiência mística

consiste, portanto, em tender para uma semelhança perfeita com Ele, mediante purificações e transformações cada vez mais profundas e radicais. A este maravilhoso empreendimento, Ângela dedica-se inteiramente, de alma e corpo, sem se poupar a penitências e tribulações, desde o início até ao fim, desejando morrer com todos os sofrimentos padecidos pelo Deus-homem crucificado, para ser transformada totalmente nele: filhos de Deus ela recomendava transformai-vos totalmente no Deus-homem apaixonado, que vos amou a ponto de se dignar morrer por vós com uma morte extremamente ignominiosa, total e inefavelmente dolorosa, de modo penosíssimo e amarguíssimo. E isto somente por amor a ti, ó homem! (Ibid., pág. 247). Esta identificação significa também viver aquilo que Jesus viveu: pobreza, desprezo e dor, porque como ela afirma através da pobreza temporal, a alma encontrará riquezas eternas; mediante o desprezo e a vergonha, ela alcançará a suma honra e uma glória excelsa; através de um pouco de penitência, feita com esforço e dor, possuirá com infinita docilidade e consolação o sumo Bem, Deus eterno (Ibid., pág. 293).

Da conversão à união mística com Cristo crucificado, ao inefável. Um caminho elevadíssimo, cujo segredo é a oração constante: Quanto mais rezares afirma ela tanto mais serás iluminado; quanto mais fores iluminado, tanto mais profunda e intensamente verás o sumo Bem, o Ser sumamente bom; quanto mais profunda e intensamente O vires, tanto mais O amarás; quanto mais O amares, tanto mais serás feliz; e quanto mais fores feliz, tanto mais compreenderás e serás capaz de o compreender. Em seguida, chegarás à plenitude da luz, porque entenderás que não podes compreender (Ibid., pág. 184).

Estimados irmãos e irmãs, a vida da Beata Ângela começa com uma existência mundana, bastante distante de Deus. Mas depois, o encontro com a figura de São Francisco e, finalmente, o encontro com Cristo crucificado, desperta a alma para a presença de Deus, para o fato de que somente com Deus a existência se torna verdadeiramente vida porque se torna, na dor pelo pecado, amor e alegria. E assim nos fala a Beata Ângela. Hoje todos nós corremos o perigo de viver como se Deus não existisse: Ele parece tão distante da vida contemporânea. Mas Deus tem mil modos, para cada um o seu, de se fazer presente na alma, de mostrar que existe, que me conhece e me ama. E a Beata Ângela quer chamar a nossa atenção para estes sinais, com os quais o Senhor sensibiliza a nossa alma, atentos à presença de Deus, para aprendermos assim o caminho com Deus e rumo a Deus, na comunhão com Cristo crucificado. Oremos ao Senhor para que nos torne atentos aos sinais da sua presença, que nos ensine a viver realmente. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 20 de Outubro de 2010

Santa Isabel da Hungria

Queridos irmãos e irmãs,

Hoje gostaria de vos falar de uma das mulheres da Idade Média que suscitou maior admiração: trata-se de Santa Isabel da Hungria, chamada também Isabel de Turíngia.

Nasceu em 1207; os historiadores debatem sobre o lugar. Seu pai era André II, rico e poderoso rei da Hungria que, para fortalecer os laços políticos, casou com a condessa alemã Gertrudes de Andechs-Merânia, irmã de Santa Edviges, que era esposa do duque da Silésia. Isabel viveu na Corte húngara só os primeiros quatro anos da sua infância, com uma irmã e três irmãos. Gostava dos jogos, da música e da dança; recitava fielmente as suas preces e já prestava atenção especial aos pobres, os quais ajudava com uma boa palavra ou com um gesto carinhoso.

A sua infância feliz foi bruscamente interrompida quando, da longínqua Turíngia, chegaram alguns cavaleiros com a finalidade de a levar para a sua nova sede na Alemanha central. Com efeito, segundo a tradição dessa época seu pai decidiu que Isabel se tornasse princesa da Turíngia. O landgrave ou conde dessa região era um dos soberanos mais ricos e influentes da Europa no início do século XIII, e o seu castelo era centro de magnificência e cultura. Mas por detrás das festas e da aparente glória escondiam-se as ambições dos príncipes feudais, muitas vezes em guerra entre si e em conflito com as autoridades reais e imperiais. Neste contexto, o landgrave Hermann acolheu de bom grado o noivado entre seu filho Ludovico e a princesa húngara. Isabel partiu da sua pátria com um rico dote e um grande séquito, inclusive com as suas servas pessoais, duas das quais foram suas amigas fiéis até ao fim. Foram elas que nos deixaram preciosas informações sobre a infância e a vida da Santa.

Após uma longa viagem, chegaram a Eisenach, para depois subirem à fortaleza de Wartburg, o castelo maciço acima da cidade. Ali celebrou-se o noivado entre Ludovico e Isabel. Nos anos seguintes, enquanto Ludovico aprendia a profissão de cavaleiro, Isabel e as suas companheiras estudavam alemão, francês, latim, música, literatura e bordado. Embora o noivado tenha sido decidido por motivos políticos, entre os dois jovens nasceu um amor sincero, animado pela fé e pelo desejo de cumprir a vontade de Deus. Aos 1 anos, Ludovico, depois da morte do pai, começou a reinar na Turíngia. Mas Isabel tornou-se objeto de murmúrios, porque o seu modo de se comportar não correspondia à vida cortesã. Assim, também a celebração do matrimônio não foi pomposa e as despesas para o banquete foram parcialmente destinadas aos pobres. Na sua profunda sensibilidade, Isabel via as contradições entre a fé professada e a

prática cristã. Não suportava os comprometimentos. Certa vez, ao entrar na igreja na solenidade da Assunção, tirou a coroa, depô-la diante da cruz e permaneceu prostrada no chão com o rosto coberto. Quando a sogra a repreendeu por aquele gesto, ela retorquiu: «Como posso eu, criatura miserável, continuar a trazer uma coroa de dignidade terrena, quando vejo o meu Rei Jesus Cristo coroado de espinhos?». Do mesmo modo como se comportava diante de Deus, também o fazia em relação aos súbditos. Entre os Ditos das quatro servas encontramos este testemunho: Não consumia alimentos se antes não estivesse certa de que provinham das propriedades e dos bens legítimos do marido. Enquanto se abstinha dos bens conquistados ilicitamente, esforçava-se também por indemnizar aqueles que tinham suportado violência (nn. 25 e 37). Um verdadeiro exemplo para todos aqueles que desempenham funções de guia: o exercício da autoridade, a todos os níveis, deve ser vivido como serviço à justiça e à caridade, na busca constante do bem comum.

Isabel praticava assiduamente as obras de misericórdia: dava de beber e de comer a quem batia à sua porta, oferecia roupas, pagava as dívidas, cuidava dos enfermos e enterrava os mortos. Quando descia do seu castelo, ia muitas vezes com as suas servas às casas dos pobres, levando pão, carne, farinha e outros alimentos. Entregava pessoalmente a comida e controlava com atenção as roupas e os leitos dos pobres. Este comportamento foi referido ao marido, que não só não se lamentou, mas respondeu aos acusadores: Enquanto ela não vender o meu castelo, estou feliz!. neste contexto que se insere o milagre do pão transformado em rosas: quando Isabel ia pelo caminho com o seu avental cheio de pão para os pobres, encontrou o marido que lhe perguntou o que estava a levar. Ela abriu o avental e, em vez de pão, apareceram rosas magníficas. Este símbolo de caridade está presente muitas vezes nas representações de Santa Isabel.

O seu matrimônio foi profundamente feliz: Isabel ajudava o cônjuge a elevar as suas qualidades humanas a nível sobrenatural, e ele, em contrapartida, protegia a esposa na sua generosidade aos pobres e nas suas práticas religiosas. Cada vez mais admirado pela grande fé da sua esposa, Ludovico, referindo-se à sua atenção aos pobres, disse-lhe: Amada Isabel, foi Cristo que lavaste, alimentaste e cuidaste. Um claro testemunho do modo como a fé e o amor a Deus e ao próximo fortalecem a vida familiar e tornam ainda mais profunda a união matrimonial.

O jovem casal encontrou apoio espiritual nos Frades Menores que, a partir de 1222, se difundiram na Turíngia. Entre eles, Isabel escolheu frei Rogério (Rüdiger) como diretor espiritual. Quando ele lhe narrou a vicissitude da conversão do jovem e rico comerciante Francisco de Assis, Isabel entusiasmou-se ulteriormente no seu caminho de vida cristã. A partir desse momento, decidiu-se ainda mais a seguir Cristo pobre e crucificado, presente nos pobres. Mesmo

quando nasceu o primeiro filho, seguido depois por outros dois, a nossa Santa nunca descuidou as suas obras de caridade. Além disso, ajudou os Frades Menores a construir em Halberstadt um convento do qual frei Rogério se tornou superior. Assim, a direção espiritual de Isabel passou para Conrado de Marburgo.

Uma dura prova foi o adeus ao marido, no final de Junho de 1227, quando Ludovico IV se associou à cruzada do imperador Frederico II, recordando à esposa que se tratava de uma tradição para os soberanos da Turíngia. Isabel respondeu: Não te impedirei. Entreguei-me totalmente a Deus e agora devo dar-lhe também a ti. Porém, a febre dizimou as tropas e o próprio Ludovico adoeceu e faleceu com 27 anos em Otranto, antes de embarcar, em Setembro de 1227. Quando recebeu a notícia, Isabel ficou tão amargurada que se retirou em solidão, mas depois, fortalecida pela oração e consolada pela esperança de o rever no Céu, recomeçou a interessar-se pelos assuntos do reino. Contudo, outra prova esperava-a: o seu cunhado usurpou o governo da Turíngia, declarando-se autêntico herdeiro de Ludovico e acusando Isabel de ser uma mulher piedosa mas incompetente no governo. A jovem viúva, com os três filhos, foi expulsa do castelo de Wartburg e pôs-se em busca de um lugar onde se refugiar. Só duas servas permaneceram ao seu lado, a acompanharam e confiaram os três filhos aos cuidados dos amigos de Ludovico. Peregrinando pelas aldeias, Isabel trabalhava onde era acolhida, assistia os doentes, fiava e costurava. Durante este calvário suportado com grande fé, com paciência e dedicação a Deus, alguns parentes, que tinham permanecido fiéis a ela e consideravam ilegítimo o governo do cunhado, reabilitaram o seu nome. Assim Isabel, no início de 122, pôde receber uma renda apropriada para se retirar no castelo de família em Marburgo, onde habitava também o seu diretor espiritual, frei Conrado. Foi ele que referiu ao Papa Gregório IX o seguinte acontecimento: Na Sexta-Feira Santa de 122, pondo as mãos no altar da capela da sua cidade de Eisenach, onde tinha acolhido os Frades Menores, na presença de alguns frades e familiares, Isabel renunciou à própria vontade e a todas as vaidades do mundo. Ela queria renunciar também a todas as posses, mas eu desaconselhei-a por amor aos pobres. Pouco tempo mais tarde, construiu um hospital, recolheu doentes e inválidos e serviu à sua mesa os mais miseráveis e desamparados. Quando a repreendi por estes gestos, Isabel respondeu que dos pobres recebia uma especial graça e humildade (Epistula magistri Conradi, 14-17).

Podemos entrever nesta afirmação uma certa experiência mística, semelhante à que viveu São Francisco: com efeito, no seu Testamento o Pobrezinho de Assis declarou que, servindo os leprosos, aquilo que antes era amargo se transformou em docilidade da alma e do corpo (cf. Testamentum, 1-3). Isabel transcorreu os últimos três anos no hospital por ela fundado, ser-

vindo os doentes e velando sobre os moribundos. Procurava desempenhar sempre os serviços mais humildes e os trabalhos mais repugnantes. Ela tornou-se aquela que poderíamos definir uma mulher consagrada no meio do mundo (*soror in saeculo*) e, com outras suas amigas vestidas de hábitos cinzentos, formou uma comunidade religiosa. Não é por acaso que é Padroeira da Terceira Ordem Regular de São Francisco e da Ordem Franciscana Secular.

Em Novembro de 1231 foi atingida por uma febre forte. Quando a notícia da sua enfermidade se propagou, muitas pessoas acorreram para a ver. Depois de cerca de dez dias, pediu que as portas fossem fechadas, para permanecer sozinha com Deus. Na noite de 17 de Novembro adormeceu docilmente no Senhor. Os testemunhos sobre a sua santidade foram tão numerosos e tais que, só quatro anos mais tarde, o Papa Gregório IX proclamou-a Santa e, nesse mesmo ano, foi consagrada a bonita igreja construída em sua honra em Marburgo.

Estimados irmãos e irmãs, na figura de Santa Isabel vemos como a fé e a amizade com Cristo criam o sentido da justiça, da igualdade de todos, dos direitos dos outros, e criam o amor e a caridade. E desta caridade nascem inclusive a esperança e a certeza de que somos amados por Cristo, e que o amor de Cristo nos espera, tornando-nos assim capazes de imitar Cristo e de O ver nos outros. Santa Isabel convida-nos a redescobrir Cristo, a amá-lo, a ter fé e deste modo a encontrar a verdadeira justiça e o amor, assim como a alegria de que um dia seremos imersos no Amor divino, na alegria da eternidade com Deus. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 27 de Outubro de 2010

Santa Brígida da Suécia

Estimados irmãos e irmãs!

Na férvida vigília do Grande Jubileu do Ano 2000, o Venerável Servo de Deus João Paulo II proclamou Santa Brígida da Suécia co-Padroeira de toda a Europa. Hoje de manhã, gostaria de apresentar a sua figura, a sua mensagem e os motivos pelos quais esta santa mulher tem muito a ensinar ainda hoje à Igreja e ao mundo.

Conhecemos bem os acontecimentos da vida de Santa Brígida, porque os seus padres espirituais redigiram a sua biografia para promover o seu processo de canonização imediatamente depois da sua morte, ocorrida em 1373. Brígida nasceu setenta anos antes, em 1303, em Finster, na Suécia, uma nação do norte da Europa que, havia três séculos, tinha acolhido a fé cristã com o mesmo entusiasmo com que a Santa a recebera dos seus pais, pessoas muito piedosas, pertencentes a nobres famílias próximas da Casa reinante.

Podemos distinguir dois períodos na vida desta Santa.

O primeiro é caracterizado pela sua condição de mulher felizmente casada. O marido chamava-se Ulf e era governador de um importante distrito do Reino da Suécia. O matrimônio durou vinte e oito anos, até à morte de Ulf. Nasceram oito filhos, dos quais a segunda arin (Catarina), é venerada como Santa. Isto é um sinal eloquente do compromisso educativo de Brígida em relação aos seus próprios filhos. De resto, a sua sabedoria pedagógica foi apreciada a tal ponto, que o rei da Suécia, Magnus, a chamou à corte por um certo período, com a finalidade de introduzir a sua jovem esposa, Bianca de Namur, na cultura sueca.

Brígida, espiritualmente guiada por um douto religioso que a iniciou no estudo das Escrituras, exerceu uma influência muito positiva sobre a própria família que, graças à sua presença, se tornou uma verdadeira igreja doméstica. Juntamente com o marido, adoptou a Regra dos Terciários franciscanos. Praticava com generosidade obras de caridade em prol dos indigentes; fundou também um hospital. Ao lado da sua esposa, Ulf aprendeu a melhorar a sua índole e a progredir na vida cristã. Quando regressou de uma longa peregrinação a Santiago de Compostela, realizada em 1341 juntamente com outros membros da família, os cônjuges amadureceram o projeto de viver em continência; mas pouco tempo mais tarde, na paz de um mosteiro onde se tinha retirado, Ulf concluiu a sua vida terrena.

Este primeiro período da vida de Brígida ajuda-nos a apreciar aquela que hoje poderíamos definir uma autêntica espiritualidade conjugal: juntos, os cônjuges cristãos podem percorrer um caminho de santidade, sustentados pela graça do Sacramento do Matrimônio. Não poucas

vezes, precisamente como aconteceu na vida de Santa Brígida e de Ulf, é a mulher que, com a sua sensibilidade religiosa, com a delicadeza e a docilidade consegue levar o marido a percorrer um caminho de fé. Penso com reconhecimento em muitas mulheres que, dia após dia, ainda hoje iluminam as próprias famílias com o seu testemunho de vida cristã. Possa o Espírito do Senhor suscitar também nos dias de hoje a santidade dos cônjuges cristãos, para mostrar ao mundo a beleza do matrimônio vivido segundo os valores do Evangelho: o amor, a ternura, a ajuda recíproca, a fecundidade na geração e na educação dos filhos, a abertura e a solidariedade para com o mundo e a participação na vida da Igreja.

Quando Brígida ficou viúva, teve início o segundo período da sua vida. Renunciou a outras bodas para aprofundar a união com o Senhor através da oração, da penitência e das obras de caridade. Portanto, também as viúvas cristãs podem encontrar nesta Santa um modelo a seguir. Com efeito, após a morte do marido, Brígida distribuiu os seus próprios bens aos pobres e, mesmo sem jamais aceder à consagração religiosa, estabeleceu-se no mosteiro cisterciense de Alvastra. Ali tiveram início as revelações divinas, que a acompanharam durante o resto da sua vida. Elas foram ditadas por Brígida aos seus secretários-confessores, que as traduziram do sueco para o latim e as reuniram numa edição de oito livros, intitulados *Revelationes* (Revelações). A estes livros acrescenta-se um suplemento, que tem como título precisamente *Revelationes* extravagantes (Revelações suplementares).

As Revelações de Santa Brígida apresentam um conteúdo e um estilo muito diversificados. Às vezes a revelação apresenta-se sob a forma de diálogos entre as Pessoas divinas, a Virgem, os Santos e até os demônios; diálogos em que também Brígida intervém. Outras vezes, ao contrário, trata-se da narração de uma visão particular; e noutras ainda narra-se aquilo que a Virgem Maria lhe revela acerca da vida e dos mistérios do Filho. O valor das Revelações de Santa Brígida, por vezes objeto de algumas dúvidas, foi especificado pelo Venerável João Paulo II, na Carta *Spes aedificandi*: A Igreja, ao reconhecer a santidade de Brígida, mesmo sem se pronunciar sobre cada uma das revelações, acolheu a autenticidade do conjunto da sua experiência interior (n. 5).

Com efeito, lendo estas Revelações somos interpelados sobre muitos temas importantes. Por exemplo, volta-se a descrever frequentemente, com pormenores bastante realistas, a Paixão de Cristo, pela qual Brígida teve sempre uma devoção privilegiada, contemplando nela o amor infinito de Deus pelos homens. Nos lábios do Senhor que lhe fala, ela põe com audácia estas palavras comovedoras:, meus amigos, Eu amo tão ternamente as minhas ovelhas que, se fosse possível, gostaria de morrer muitas outras vezes, por cada uma delas, daquela mesma morte que padeci pela redenção de todas elas (Revelationes, Livro I, C. 59). Também a dolorosa

maternidade de Maria, que a tornou Mediadora e Mãe de misericórdia, é um argumento que aparece com frequência nas Revelações.

Ao receber estes carismas, Brígida estava consciente de ser destinatária de um dom de grande predileção da parte do Senhor: «Minha filha - lemos no primeiro Livro das Revelações - Eu escolhi-te para mim; ama-me com todo o seu coração... mais do que tudo quanto existe no mundo» (c. 1). De resto, Brígida sabia bem, e disto estava firmemente convencida, que cada carisma está destinado a edificar a Igreja. Precisamente por este motivo, não poucas das suas revelações eram dirigidas, em forma de admoestações até severas, aos fiéis do seu tempo, também às Autoridades religiosas e políticas, a fim de que vivessem coerentemente a sua vida cristã; mas fazia isto sempre com uma atitude de respeito e de fidelidade integral ao Magistério da Igreja, de modo particular ao Sucessor do Apóstolo Pedro.

Em 1349, Brígida deixou para sempre a Suécia e veio em peregrinação a Roma. Não só tencionava participar no Jubileu de 1350, mas também desejava obter do Papa a aprovação da Regra de uma Ordem religiosa que ela queria fundar, intitulada ao Santo Salvador, e composta por monges e monjas sob a autoridade da abadessa. Trata-se de um elemento que não nos deve surpreender: na Idade Média existiam fundações monásticas com um ramo masculino e outro feminino, mas com a prática da mesma regra monástica, que previa a direção de uma abadessa. Com efeito, na grande tradição cristã, à mulher são reconhecidos a própria dignidade e sempre a exemplo de Maria, Rainha dos Apóstolos o próprio lugar na Igreja que, sem coincidir com o sacerdócio ordenado, é igualmente importante para o crescimento espiritual da Comunidade. Além disso, a colaboração de consagrados e de consagradas, sempre no respeito pela sua vocação específica, tem uma grande importância no mundo contemporâneo.

Em Roma, acompanhada pela filha Karin, Brígida dedicou-se a uma vida de intenso apostolado e de oração. E de Roma partiu em peregrinação a vários santuários italianos, em particular a Assis, pátria de São Francisco, por quem Brígida nutriu sempre uma grande devoção. Finalmente, em 1371, coroou a sua maior aspiração: a viagem à Terra Santa, aonde foi em companhia dos seus filhos espirituais, um grupo ao qual Brígida chamava os amigos de Deus.

Durante aqueles anos, os Pontífices encontravam-se em Avinhão, longe de Roma: Brígida dirigiu-se sentidamente a eles, a fim de que voltassem para a Sé de Pedro, na Cidade Eterna.

Faleceu em 1373, antes que o Papa Gregório XI tivesse voltado definitivamente para Roma. Foi sepultada provisoriamente na igreja romana de São Lourenço in Panisperna, mas em 1374 os seus filhos Birger e Karin trasladaram-na para a pátria, no mosteiro de Vadstena, sede da Ordem religiosa fundada por Santa Brígida, que conheceu imediatamente uma expansão notável. Em 1391 o Papa Bonifácio IX canonizou-a solenemente.

A santidade de Brígida, caracterizada pela multiplicidade dos dons e das experiências que eu quis recordar neste breve perfil biográfico-espiritual, faz dela uma figura eminente na história da Europa. Proveniente da Escandinávia, Santa Brígida testemunha como o cristianismo permeou profundamente a vida de todos os povos deste Continente. Declarando-a co-Padroeira da Europa, o Papa João Paulo II fez votos por que Santa Brígida – que viveu no século XIV, quando a cristandade ocidental ainda não estava ferida pela divisão possa interceder junto de Deus, para obter a graça tão almejada da plena unidade de todos os cristãos. Por esta mesma intenção, que é por nós muito desejada, e para que a Europa saiba alimentar-se sempre a partir das suas raízes cristãs, queremos rezar, caros irmãos e irmãs, invocando a poderosa intercessão de Santa Brígida da Suécia, discípula fiel de Deus e co-Padroeira da Europa. Obrigado pela atenção!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 3 de Novembro de 2010

Margarida de Oingt

Queridos irmãos e irmãs,

Com Margarida de Oingt, de quem gostaria de vos falar hoje, somos introduzidos na espiritualidade cartuxa, que se inspira na síntese evangélica vivida e proposta por São Bruno. Não sabemos a data do seu nascimento, embora alguns afirmem que ocorreu por volta de 1240. Margarida provém de uma família poderosa de antiga nobreza da região de Lião, os Oingt. Sabemos que também a mãe se chamava Margarida, e que tinha dois irmãos Guiscardo e Luís e três irmãs: Catarina, Isabel e Inês. Esta última segui-la-á no mosteiro, na Cartuxa, sucedendo-lhe em seguida como priora.

Não dispomos de notícias acerca da sua infância, mas dos seus escritos podemos intuir que a transcorreu tranquilamente, num ambiente familiar carinhoso. Com efeito, para manifestar o amor ilimitado de Deus, ela valoriza muito as imagens ligadas à família, com referência particular às figuras do pai e da mãe. Numa das suas meditações, ela reza assim: Bom e dócil Senhor, quando penso nas graças especiais que me concedeste pela tua solicitude: em primeiro lugar, como me conservaste desde a minha infância, e como me subtraíste do perigo deste mundo e me chamaste para que eu me dedicasse ao teu santo serviço, e como me ofereceste tudo o que me era necessário para comer, beber, vestir e calçar (e fizeste-o), de tal modo que eu não tive necessidade de pensar em tudo isto, a não ser na tua grande misericórdia (Margarida de Oingt, Scritti spirituali, Meditação V, 100, Cinisello Balsamo 1997, pág. 74).

Das suas meditações intuímos também que entrou na Cartuxa de Poleteins em resposta à chamada do Senhor, deixando tudo e aceitando a severa regra dos cartuxos, para ser totalmente do Senhor, para estar sempre com Ele. Ela escreve: Dócil Senhor, deixei meu pai, minha mãe, meus irmãos e todas as coisas deste mundo por amor a ti; mas isto é pouquíssimo, porque as riquezas deste mundo mais não são que espinhos pungentes; e quem mais as possui, mais é desafortunado. E por isso tenho a impressão que só deixei miséria e pobreza; mas Tu sabes, dócil Senhor, que se eu possuísse mil mundos e pudesse dispor deles a meu bem-prazer, abandonaria tudo por amor a ti; e ainda que Tu me concedesses tudo quanto possuis no céu e na terra, eu não me sentiria satisfeita, enquanto não te tivesse a ti, porque Tu és a vida da minha alma, e não tenho nem quero ter um pai nem uma mãe fora de ti (Ibid., Meditação II, 32, pág. 59).

Também da sua vida na Cartuxa possuímos poucos dados. Sabemos que em 1288 se tornou a sua quarta priora, cargo que desempenhou até à morte, ocorrida a 11 de Fevereiro de 1310. De

qualquer maneira, dos seus escritos não sobressaem mudanças particulares no seu itinerário espiritual. Ela concebe toda a sua vida como um caminho de purificação, até à plena configuração com Cristo. Cristo é o Livro que deve ser escrito, gravado quotidianamente no próprio coração e na própria vida, de modo especial a sua Paixão salvífica. Na obra *Speculum* Margarida, referindo-se a si mesma na terceira pessoa, sublinha que pela graça do Senhor tinha gravado no seu coração a santa vida que Deus, Jesus Cristo, levou na terra, os seus bons exemplos e a sua boa doutrina. Ela tinha inserido tão bem o dócil Jesus Cristo no seu coração, que até lhe parecia que Ele estava presente e segurasse um livro fechado na sua mão, para a instruir (Ibid., I, 2-3, pág. 81). Neste livro ela encontrava inscrita a vida que Jesus Cristo levou na terra, desde o seu nascimento até à sua elevação ao Céu (Ibid., I, 12, pág. 83).

Diariamente, desde a manhã, Margarida aplica-se ao estudo deste livro. E, depois de o observar atentamente, começa a ler no livro da sua consciência, que revela as falsidades e as mentiras da sua vida (cf. ibid., I, 6-7, pág. 82); escreve de si mesma para beneficiar os outros e para fixar mais profundamente no próprio coração a graça da presença de Deus, ou seja, para fazer com que todos os dias a sua existência seja marcada pelo confronto com as palavras e as obras de Jesus, com o Livro da sua vida. E isto para que a vida de Cristo seja impressa na alma de modo estável e profundo, a ponto de poder ver o Livro no seu interior, ou seja, até contemplar o mistério de Deus Trindade (cf. ibid., II, 14-22; III, 23-40, págs. 84-90).

Através dos seus escritos, Margarida oferece-nos alguns indícios sobre a sua espiritualidade, permitindo-nos compreender algumas características da sua personalidade e dos seus dotes de governo. É uma mulher muito culta; escreve habitualmente em latim, a língua dos eruditos, mas escreve inclusive em franco provençal, e também esta é uma raridade: assim os seus escritos são os primeiros, dos quais se conserva a memória, redigidos nesta língua. Ela vive uma existência rica de experiências místicas, descritas com simplicidade, deixando intuir o mistério inefável de Deus, sublinhando os limites da mente na sua compreensão e na inadequação da língua humana para o manifestar. Ela tem uma personalidade linear, simples, aberta, de dócil carga afetiva, de grande equilíbrio e de discernimento perspicaz, capaz de penetrar nas profundidades do espírito humano, de compreender os seus limites, as suas ambiguidades, mas também as suas aspirações e a tensão da alma para Deus. Demonstra uma acentuada disposição para o governo, unindo a sua profunda vida espiritual e mística, com o serviço às irmãs e à comunidade. Neste sentido, é significativo um trecho de uma carta escrita a seu pai: Meu dócil pai, comunico-lhe que me encontro muito ocupada por causa das necessidades da nossa casa, que não me é possível aplicar o espírito em bons pensamentos; com efeito, tenho tantas coisas para fazer que não sei por onde começar. Não recolhemos o trigo no sétimo mês

do ano, e os nossos vinhedos foram destruídos pela tempestade. Além disso, a nossa igreja encontra-se em condições tão precárias, que somos obrigadas a reconstruí-la parcialmente (Ibid., Cartas, III, 14, pág. 127).

Uma monja cartuxa delineia assim a figura de Margarida: Através da sua obra, revela-nos uma personalidade fascinante, uma inteligência viva, orientada para a especulação e, ao mesmo tempo, favorecida por graças místicas, em síntese, uma mulher santa e sábia que sabe expressar com um certo humorismo uma afetividade inteiramente espiritual (Una Monaca Certosina, Certosine, em Dizionario degli Istituti di Perfezione, Roma 1975, col. 777). No dinamismo da vida mística, Margarida valoriza a experiência dos afetos naturais, purificados pela graça, como meio privilegiado para compreender mais profundamente e favorecer a ação divina com mais prontidão e ardor. O motivo reside no fato de que a pessoa humana é criada à imagem de Deus, e por isso é chamada a construir com Deus uma maravilhosa história de amor, deixando-se envolver totalmente pela sua iniciativa.

O Deus Trindade, o Deus amor que se revela em Cristo fascina-a, e Margarida vive uma relação de amor profunda pelo Senhor e, em contrapartida, vê a ingratidão humana até à pusilanimidade, até ao paradoxo da cruz. Ela afirma que a cruz de Cristo é semelhante ao leito do parto. A dor de Jesus na cruz é comparada com a de uma mãe. Ela escreve: A mãe que me trouxe no ventre sofreu enormemente ao dar-me à luz, por um dia ou por uma noite, mas Tu, bom e dócil Senhor, por mim foste atormentado não apenas por uma noite ou por um dia, mas por mais de trinta anos (...) como padeceste amargamente por causa de mim, durante toda a tua vida! E quando chegou o momento do parto, o seu sofrimento foi tão doloroso que o teu santo suor se transformou como que em gotas de sangue que desciam por todo o teu corpo até ao chão (Ibid., Meditação I, 33, pág. 59).

Evocando as narrações da Paixão de Jesus, Margarida contempla estas dores com profunda compaixão: Tu foste depositado no duro leito da cruz, de tal modo que não te podias mover, nem virar ou agitar os teus membros, como costuma fazer um homem que padece uma grande dor, porque foste completamente estendido e te foram cravados os pregos (...) e (...) foram dilacerados todos os teus músculos e as tuas veias (...) Mas todas estas dores (...) ainda não te bastavam, e por isso quiseste que o teu lado fosse trespassado pela lança, com tanta crueldade a ponto de fazer com que o teu dócil corpo fosse totalmente arado e lacerado; e o teu precioso sangue jorrava com tanta violência, que formou um longo percurso, como se fosse um grande regato. Referindo-se a Maria, ela afirma: Não surpreende que a espada que trespassou o teu corpo tenha penetrado também o Coração da sua gloriosa Mãe, que tanto amava sustentar-te

(...) porque o teu amor foi superior a todos os outros amores (Ibid., Meditação II, 36-39.42, pág. 60 s.).

Caros amigos, Margarida de Oingt convida-nos a meditar quotidianamente sobre a vida de dor e de amor de Jesus, e da sua Mãe, Maria. É nisto que consiste a nossa esperança, o sentido da nossa existência. Da contemplação do amor de Cristo por nós brotam a força e a alegria de responder com igual amor, colocando a nossa vida ao serviço de Deus e do próximo. Com Margarida, digamos também nós: Dócil Senhor, tudo quanto realizaste, por amor a mim e a todo o gênero humano, estimula-me a amar-te, mas a recordação da tua santíssima Paixão infunde um vigor inaudito no meu poder de afeto para te amar. É por isso que me parece (...) que encontrei aquilo que eu tanto desejava: amar unicamente a ti, ou em ti ou por amor a ti (Ibid., Meditação II, 46, pág. 62).

À primeira vista, esta figura de cartuxa medieval, assim como toda a sua vida e o seu pensamento parecem muito distantes de nós, da nossa vida e do nosso modo de pensar e de agir. Contudo, se considerarmos o essencial desta vida, vemos que diz respeito também a nós e deveria tornar-se fundamental inclusive na nossa existência.

Ouvimos que Margarida considerava o Senhor como um livro, fixava o olhar no Senhor, considerava-a como um espelho onde aparece também a própria consciência. E foi deste espelho que a luz entrou na sua alma: deixou entrar a palavra, a vida de Cristo no seu próprio ser e assim foi transformada; a consciência foi iluminada, encontrou critérios, luz, e foi purificada. É precisamente disto que também nós temos necessidade: deixar que as palavras, a vida e a luz de Cristo entrem na nossa consciência, para que ela seja iluminada e compreenda o que é verdadeiro e bom, e o que é mau; que a nossa consciência seja iluminada e purificada. Não há imundície apenas nas diversas estradas do mundo. Há imundície também nas nossas consciências e nas nossas almas. Só a luz do Senhor, a sua força e o seu amor nos limpa, purifica e indica o caminho reto. Portanto, sigamos Santa Margarida neste olhar para Jesus. Leiamos no livro da sua vida, deixemo-nos iluminar e purificar, para aprender a vida autêntica. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 10 de Novembro de 2010

Viagem Apostólica a Santiago de Compostela e Barcelona

Estimados irmãos e irmãs

Hoje, gostaria de recordar convosco a Viagem Apostólica a Santiago de Compostela e Barcelona, que tive a alegria de realizar no sábado e domingo passados. Fui ali para confirmar na fé os meus irmãos (cf. Lc 22, 32); fi-lo como testemunha de Cristo Ressuscitado, como semeador da esperança que não desilude nem engana, porque tem a sua origem no amor infinito de Deus por todos os homens.

A primeira etapa foi Santiago. Desde a cerimónia de boas-vindas, pude experimentar o carinho que a população da Espanha nutre pelo Sucessor de Pedro. Fui recebido realmente com grande entusiasmo e fervor. Neste Ano Santo Compostelano, quis fazer-me peregrino com quantos, em grande número, visitaram aquele célebre Santuário. Pude visitar a «Casa do Apóstolo Tiago, o Maior», que continua a repetir, a quantos ali chegam necessitados de graça que, em Cristo, Deus veio ao mundo para o reconciliar consigo, e não para condenar as culpas dos homens.

Na imponente Catedral de Compostela, dando com emoção o tradicional abraço ao Santo, pensei como este gesto de recepção e amizade é inclusive um modo de expressar a adesão à sua palavra e a participação na sua missão. Um sinal forte da vontade de se conformar com a mensagem apostólica que, por um lado, nos compromete a ser guardiães fiéis da Boa Nova que os Apóstolos transmitiram, sem ceder à tentação de a alterar, diminuir ou submeter a outros interesses e, por outro, transforma cada um de nós em anunciadores incansáveis da fé em Cristo, com a palavra e o testemunho da vida em todos os âmbitos da sociedade.

Vendo o número de peregrinos presentes na Santa Missa solene que tive a alegria de presidir em Santiago, meditei sobre o que impele tantas pessoas a deixar os afazeres diários e empreender o caminho penitencial rumo a Compostela, uma senda às vezes longa e cansativa: é o desejo de alcançar a luz de Cristo, pela qual aspiram no profundo do seu coração, ainda que muitas vezes não o saibam manifestar bem com palavras. Nos momentos de confusão, busca, dificuldade, como também na aspiração por fortalecer a fé e viver de modo mais coerente, os peregrinos a Compostela fazem um profundo itinerário de conversão a Cristo, que assumiu em si a fragilidade, o pecado da humanidade, as misérias do mundo, levando-os para onde o mal já não tem poder, onde a luz do bem ilumina tudo. Trata-se de um povo de caminhantes silenciosos, provenientes do mundo inteiro, que redescobrem a antiga tradição medieval e cristã da peregrinação, atravessando aldeias e cidades cheias de catolicismo.

Nessa solene Eucaristia, vivida por muitos fiéis presentes com intensa participação e devoção, pedi com fervor que quantos vão em peregrinação a Santiago recebam o dom de se tornar verdadeiras testemunhas de Cristo, que descobriram nas encruzilhadas das sugestivas vias que levam a Compostela. Rezei ainda para que os peregrinos, seguindo os passos de muitos Santos que nos séculos sulcaram o «Caminho de Santiago», mantenham vivo o genuíno significado religioso, espiritual e penitencial, sem ceder à banalidade, distração ou modas. Este caminho, cruzamento de vias que sulcam vastas terras, formando uma rede na Península Ibérica e Europa, foi e continua a ser lugar de encontro de homens e mulheres de proveniências mais variadas, unidos na busca da fé e da verdade acerca de si mesmos, e suscita profundas experiências de partilha, fraternidade e solidariedade.

É a fé em Cristo que dá sentido a Compostela, lugar espiritualmente extraordinário, que continua a ser ponto de referência para a Europa de hoje nas suas novas configurações e perspectivas. Conservar e reforçar a abertura ao transcendente, bem como um diálogo fecundo entre fé e razão, política e religião, economia e ética, permitirá construir uma Europa que, fiel às suas raízes cristãs imprescindíveis, possa responder plenamente à sua vocação e missão no mundo. Por isso, convicto das imensas possibilidades do Continente europeu e confiante num seu porvir de esperança, convidei a Europa a abrir-se cada vez mais a Deus, favorecendo deste modo as perspectivas de um autêntico encontro, respeitoso e solidário, com as populações e civilizações dos demais Continentes.

Depois, domingo, tive a alegria realmente grande de presidir em Barcelona, à Dedicação da igreja da Sagrada Família, que declarei Basílica Menor. Ao contemplar a grandiosidade e beleza desse edifício, que convida a elevar o olhar e alma para Deus, recordei as grandes construções religiosas, como as catedrais da Idade Média, que marcaram profundamente a história e fisionomia das principais cidades da Europa. Essa obra maravilhosa — riquíssima de simbologia religiosa, preciosa no entrelaçamento das formas, fascinante no jogo de luzes e cores — como se fosse uma imensa escultura de pedra, fruto da fé profunda, da sensibilidade espiritual e do talento artístico de Antoni Gaudí, remete para o verdadeiro santuário, para o lugar do culto real, que é o Céu, onde Cristo entrou para se manifestar a Deus em nosso favor (cf. Hb 9, 24). O arquiteto genial, nesse templo magnífico, soube representar de maneira admirável o mistério da Igreja, em que os fiéis são incorporados mediante o Batismo como pedras vivas para a construção de um edifício espiritual (cf. 1 Pd 2, 5).

A igreja da Sagrada Família foi concebida e projetada por Gaudí como uma grande catequese sobre Jesus Cristo, como um cântico de louvor ao Criador. Nesse edifício tão imponente, ele pôs a sua genialidade ao serviço da beleza. De fato, a extraordinária capacidade expressiva e

simbólica das formas e dos motivos artísticos, bem como as inovadoras técnicas de arquitetura e escultura, evocam a Fonte suprema de toda a beleza. O famoso arquiteto considerou esta obra uma missão em que estava empenhada toda a sua pessoa. A partir do momento em que aceitou o cargo da construção da igreja, a sua vida foi marcada por uma profunda mudança. Assim começou uma prática intensa de oração, jejum e pobreza, sentindo a necessidade de se preparar espiritualmente para conseguir expressar na realidade material o mistério insondável de Deus. Pode-se dizer que, enquanto Gaudí trabalhava na construção do templo, Deus construía nele o edifício espiritual (cf. Ef 2, 22), fortalecendo-o na fé e aproximando-o sempre mais na intimidade de Cristo. Inspirando-se continuamente na natureza, obra do Criador, e dedicando-se com paixão ao conhecimento da Sagrada Escritura e da liturgia, ele soube realizar no coração da cidade um edifício digno de Deus e, por isso mesmo, digno do homem.

Em Barcelona visitei também a Obra do «*Nen Déu*», uma iniciativa ultracentenária muito ligada àquela Arquidiocese, onde são curados com profissionalidade e com amor crianças e jovens portadores de deficiência. As suas vidas são preciosas aos olhos de Deus e convidam-nos a sair constantemente do nosso egoísmo. Nessa Casa tornei-me partícipe da alegria e da caridade profunda e incondicional das Irmãs Franciscanas dos Sagrados Corações, da generosa obra levada a cabo por médicos, educadores e numerosos outros profissionais e voluntários, que trabalham com dedicação louvável no Instituto. Também benzi a primeira pedra de uma nova Residência que fará parte dessa Obra, onde tudo fala de caridade, de respeito pela pessoa e pela sua dignidade e de profunda alegria, porque o ser humano vale por aquilo que é, e não unicamente pelo que faz.

Em Barcelona, rezei intensamente pela família, célula vital e esperança da sociedade e da Igreja. Recordei ainda quantos sofrem, em especial nestes momentos de sérias dificuldades econômicas. Pensei também nos jovens — que me acompanharam em toda a visita a Santiago e Barcelona com entusiasmo e alegria — para que descubram a beleza, o valor e o empenho do Matrimônio, em que um homem e uma mulher formam uma família, que generosamente acolhe a vida e a acompanha desde a sua concepção até ao seu fim natural. Tudo o que se faz para apoiar o matrimônio e a família, para ajudar as pessoas mais carentes, tudo aquilo que aumenta a grandeza do homem e a sua dignidade inviolável contribui para aperfeiçoar a sociedade. Neste sentido, nenhum esforço é em vão.

Caros amigos, dou graças a Deus pelos dias intensos que passei em Santiago de Compostela e Barcelona. Renovo a minha gratidão ao Rei e à Rainha da Espanha, aos Príncipes das Astúrias e a todas as Autoridades. Dirijo de novo o meu pensamento reconhecido e carinhoso aos amados Irmãos Arcebispos das duas Igrejas particulares e aos seus colaboradores, a quantos traba-

lham generosamente para que a minha visita a estas duas cidades maravilhosas fosse fecunda. Foram dias inesquecíveis, que ficarão gravados no meu coração! Em especial, as duas celebrações eucarísticas, preparadas com atenção e vividas intensamente por todos os fiéis, também com cantos tirados tanto da grande tradição musical da Igreja como da genialidade de autores modernos, foram momentos de verdadeira alegria interior. Deus recompense todos, como só Ele sabe fazer; a Santíssima Mãe de Deus e o Apóstolo São Tiago continuem a acompanhar com a sua proteção o seu caminho. No próximo ano, se Deus quiser, irei de novo à Espanha, a Madrid, para a Jornada Mundial da Juventude. Confio desde já à vossa oração esta próvida iniciativa, a fim de que venha a ser uma ocasião de crescimento na fé para muitos jovens.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 17 de Novembro de 2010

Santa Juliana de Cornillon

Queridos irmãos e irmãs,

Também esta manhã gostaria de vos apresentar uma figura feminina pouco conhecida, mas à qual a Igreja deve um grande reconhecimento, não apenas pela sua santidade de vida, mas também porque, com o seu intenso fervor, contribuiu para a instituição de uma das solenidades litúrgicas mais importantes do ano, a do Corpus Christi. Trata-se de Santa Juliana de Cornillon, também conhecida como Santa Juliana de Lige. Dispomos de alguns dados sobre a sua vida, sobretudo através de uma biografia, escrita provavelmente por um eclesiástico seu contemporâneo, em que são reunidos vários testemunhos de pessoas que conheceram a Santa de modo direto.

Juliana nasceu entre 1191 e 1192 nos arredores de Lige, na Bélgica. É importante ressaltar esta localidade, porque naquela época a Diocese de Lige era, por assim dizer, um verdadeiro cenáculo eucarístico. Antes de Juliana, teólogos insignes explicaram ali o valor supremo do Sacramento da Eucaristia e, ainda em Lige, havia grupos femininos generosamente dedicados ao culto eucarístico e à comunhão fervorosa. Orientadas por sacerdotes exemplares, elas viviam juntas, dedicando-se à oração e às obras de caridade.

Tendo ficado órfã com 5 anos de idade, Juliana com a sua irmã Inês foram confiadas aos cuidados das monjas agostinianas do convento-leprosário de Mont-Cornillon. Foi educada principalmente por uma religiosa chamada Sapiência, que acompanhou também o seu amadurecimento espiritual, até quando a própria Juliana recebeu o hábito religioso, tornando-se também ela uma monja agostiniana. Adquiriu uma cultura notável, a tal ponto que lia as obras dos Padres da Igreja em língua latina, em particular Santo Agostinho e São Bernardo. Além de ter uma inteligência perspicaz, Juliana demonstrava desde o início uma propensão especial para a contemplação; era dotada de um profundo sentido da presença de Cristo, que experimentava vivendo de modo particular o Sacramento da Eucaristia e detendo-se com frequência para meditar sobre estas palavras de Jesus: Eis que Eu estou convosco todos os dias, até ao fim do mundo (Mt 2, 20).

Com a idade de 16 anos teve uma primeira visão, que depois se repetiu várias vezes nas suas adorações eucarísticas. A visão apresentava a lua no seu mais completo esplendor, com uma faixa escura que a atravessava diametralmente. O Senhor levou-a a compreender o significado daquilo que lhe tinha aparecido. A lua simbolizava a vida da Igreja na terra, a linha opaca representava, ao contrário, a ausência de uma festa litúrgica, para cuja instituição se pedia a

Juliana que trabalhasse de maneira eficaz: ou seja, uma festa em que os fiéis pudessem adorar a Eucaristia para aumentar a fé, prosperar na prática das virtudes e reparar as ofensas ao Santíssimo Sacramento.

Durante cerca de 20 anos Juliana, que entretanto se tinha tornado priora do convento, conservou no segredo esta revelação, que tinha enchido de alegria o seu coração. Sucessivamente, confiou-se com outras duas fervorosas adoradoras da Eucaristia: a Beata Eva, que levava uma vida eremítica, e Isabel, que se tinha unido a ela no mosteiro de Mont-Cornillon. As três mulheres estabeleceram uma espécie de aliança espiritual, com o propósito de glorificar o Santíssimo Sacramento. Quiseram envolver também um sacerdote muito estimado, João de Lausanne, cónego na igreja de São Martinho em Lige, pedindo-lhe que interpelasse teólogos e eclesiásticos sobre aquilo que elas estimavam. As respostas foram positivas e encorajadoras.

O que aconteceu com Juliana de Cornillon repete-se frequentemente na vida dos Santos: para ter uma confirmação de que uma inspiração vem de Deus, é preciso imergir-se sempre na oração, saber esperar com paciência, procurar a amizade e o confronto com outras almas boas e submeter tudo ao juízo dos Pastores da Igreja. Foi precisamente o Bispo de Lige, D. Roberto de Thourotte que, após hesitações iniciais, aceitou a proposta de Juliana e das suas companheiras, e instituiu pela primeira vez a solenidade do Corpus Christi na sua Diocese. Mais tarde, também outros Bispos o imitaram, estabelecendo a mesma festa nos territórios confiados aos seus cuidados pastorais.

Todavia, aos Santos o Senhor pede com frequência que superem as provas, para que a sua fé seja incrementada. Aconteceu também com Juliana, que teve de sofrer a dura oposição de alguns membros do clero e do próprio superior de quem dependia o seu mosteiro. Então, voluntariamente, Juliana deixou o convento de Mont-Cornillon com algumas companheiras e, durante 10 anos, de 124 a 125, foi hóspede de vários mosteiros de religiosas cistercienses. Edificava todos com a sua humildade, nunca tinha palavras de crítica ou de repreensão para os seus adversários, mas continuava a difundir com zelo o culto eucarístico. Faleceu no ano de 125 em Fosses-La-Ville, na Bélgica. Na cela onde jazia foi exposto o Santíssimo Sacramento e, segundo as palavras do seu biógrafo, Juliana faleceu contemplando com um último ímpeto de amor Jesus Eucaristia, por ela sempre amado, honrado e adorado.

Pela boa causa da festa do Corpus Christi foi conquistado também Tiago Pantaleão de Troyes, que conhecera a Santa durante o seu ministério de arquidiácono em Lige. Foi precisamente ele que, tendo-se tornado Papa com o nome de Urbano IV, em 1264, instituiu a solenidade do Corpus Christi como festa de preceito para a Igreja universal, na quinta-feira sucessiva ao Pentecostes. Na Bula de instituição, intitulada *Transiturus de hoc mundo* (11 de Agosto de

1264), o Papa Urbano evoca com discrição também as experiências místicas de Juliana, valorizando a sua autenticidade, e escreve: Embora a Eucaristia seja celebrada solenemente todos os dias, na nossa opinião é justo que, pelo menos uma vez por ano, se lhe reserve mais honra e solene memória. Com efeito, as outras coisas que comemoramos, compreendemo-las com o espírito e com a mente, mas não por isso alcançamos a sua presença real. Ao contrário, nesta comemoração sacramental de Cristo, ainda que seja de outra forma, Jesus Cristo está presente no meio de nós na sua própria substância. Com efeito, quando estava prestes a subir ao Céu, Ele disse: Eis que Eu estou convosco todos os dias, até ao fim do mundo (Mt 2, 20).

O próprio Pontífice quis dar o exemplo, celebrando a solenidade do Corpus Christi em Orvieto, cidade onde então residia. Precisamente por uma sua ordem, na Catedral dessa Cidade conservava-se e ainda hoje se conserva o célebre corporal com os vestígios do milagre eucarístico ocorrido no ano precedente, 1263, em Bolsena. Enquanto consagrava o pão e o vinho, um sacerdote foi arrebatado por fortes dúvidas sobre a presença real do Corpo e do Sangue de Cristo no Sacramento da Eucaristia. Milagrosamente, algumas gotas de sangue começaram a brotar da Hóstia consagrada, confirmando desta maneira o que a nossa fé professa. Urbano IV pediu a um dos maiores teólogos da história, S. Tomás de Aquino que naquela época acompanhava o Papa e estava em Orvieto que compusesse os textos do ofício litúrgico desta grande festividade. Eles, ainda hoje em vigor na Igreja, são obras-primas em que se fundem teologia e poesia. São textos que fazem vibrar as cordas do coração para expressar louvor e gratidão ao Santíssimo Sacramento, enquanto a inteligência, insinuando-se com admiração no mistério, reconhece na Eucaristia a presença viva e verdadeira de Jesus, do seu Sacrifício de amor que nos reconcilia com o Pai e nos confere a salvação.

Embora depois da morte de Urbano IV a celebração da festa do Corpus Christi tenha sido limitada a algumas regiões da França, da Alemanha, da Hungria e da Itália setentrional, foi ainda um Pontífice, João XXII, que em 1317 a restabeleceu para toda a Igreja. Dessa época em diante, a festa conheceu um desenvolvimento maravilhoso, e ainda agora é muito sentida pelo povo cristão.

Gostaria de afirmar com alegria que hoje, na Igreja, tem lugar uma primavera eucarística: quantas pessoas se detêm silenciosas diante do Tabernáculo, para manter um diálogo de amor com Jesus! É consolador saber que não poucos grupos de jovens redescobriram a beleza de rezar em adoração diante do Santíssimo Sacramento. Penso, por exemplo, na nossa adoração eucarística no Hyde Par, em Londres. Rezo a fim de que esta primavera eucarística se difunda cada vez mais em todas as paróquias, de modo particular na Bélgica, pátria de Santa Juliana. O Venerável João Paulo II, na Encíclica *Ecclesia de Eucharistia*, constatava que em muitos

lugares é dedicado amplo espaço à adoração do Santíssimo Sacramento, tornando-se fonte inesgotável de santidade. A devota participação dos fiéis na procissão eucarística da solenidade do Corpo e Sangue de Cristo é uma graça do Senhor que anualmente enche de alegria quantos nela participam. E mais sinais positivos de fé e de amor eucarísticos se poderiam mencionar (n. 10).

Recordando Santa Juliana de Cornillon, renovemos também nós a fé na presença real de Cristo na Eucaristia. Como nos ensina o Compêndio do Catecismo da Igreja Católica, Jesus Cristo está presente na Eucaristia de um modo único e incomparável. De fato, está presente de modo verdadeiro, real e substancial: com o seu Corpo e o seu Sangue, com a sua Alma e a sua Divindade. Nela está presente de modo sacramental, isto é, sob as espécies eucarísticas do pão e do vinho, Cristo completo: Deus e homem (n. 22).

Caros amigos, a fidelidade ao encontro com Cristo Eucarístico na Santa Missa dominical é essencial para o caminho de fé, mas procuremos também ir visitar frequentemente o Senhor presente no Tabernáculo! Contemplando em adoração a Hóstia consagrada, nós encontramos o dom do amor de Deus, encontramos a Paixão e a Cruz de Jesus, assim como a sua Ressurreição. Precisamente através do nosso olhar de adoração, o Senhor atrai-nos para Si, para dentro do seu mistério, em vista de nos transformar do mesmo modo como transforma o pão e o vinho. Os Santos sempre hauriram força, consolação e alegria do encontro eucarístico. Com as palavras do Hino eucarístico Adoro te devote repitamos diante do Senhor presente no Santíssimo Sacramento: «Fazei-me crer cada vez mais em Vós, que em Vós eu tenha esperança, que eu vos ame! ». Obrigado.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 24 de Novembro de 2010

Santa Catarina de Sena

Queridos irmãos e irmãs,

Hoje gostaria de vos falar sobre uma mulher que desempenhou um papel eminente na história da Igreja. Trata-se de Santa Catarina de Sena. O século em que ela viveu o décimo quarto foi uma época difícil para a vida da Igreja e de todo o tecido social, tanto na Itália como na Europa. Todavia, mesmo nos momentos de maior dificuldade, o Senhor não cessa de abençoar o seu Povo, suscitando Santos e Santas que despertam as mentes e os corações, levando a conversão e renovação. Catarina é uma delas, e ainda hoje nos fala e nos leva a caminhar com coragem rumo à santidade para sermos, de modo cada vez mais pleno, discípulos do Senhor.

Nasceu em Sena em 134, numa família muito numerosa, e faleceu em Roma em 130. Com 1 anos, impelida por uma visão de São Domingos, entrou na Terceira Ordem Dominicana, no ramo feminino chamado das Manteladas. Permanecendo em família, confirmou o voto de virgindade feita de modo particular, quando ainda era uma adolescente, dedicando-se à oração, à penitência e às obras de caridade, sobretudo em benefício dos enfermos.

Quando a fama da sua santidade se difundiu, foi protagonista de uma intensa atividade de conselho espiritual em relação a todas as categorias de pessoas: nobres e homens políticos, artistas e pessoas do povo, pessoas consagradas, eclesiásticos, inclusive o Papa Gregório xi que nesse período residia em Avinhão e que Catarina exortou enérgica e eficazmente a regressar a Roma. Viajou muito para solicitar a reforma interior da Igreja e para favorecer a paz entre os Estados: também por este motivo, o Venerável João Paulo II quis declará-la co-Padroeira da Europa: o Velho Continente nunca esqueça as raízes cristãs que estão na essência do seu caminho e continue a haurir do Evangelho os valores fundamentais que asseguram a justiça e a concórdia.

Catarina sofreu muito, como numerosos Santos. Chegou-se mesmo a pensar que era necessário desconfiar dela, a tal ponto que, em 134, seis anos antes da sua morte, o capítulo geral dos Dominicanos a convocou em Florença para a interrogar. Puseram ao seu lado um frade douto e humilde, Raimundo de Cápua, futuro Mestre-Geral da Ordem. Tendo-se tornado seu confessor e também seu filho espiritual, escreveu uma primeira biografia completa da Santa. Ela foi canonizada em 141.

A doutrina de Catarina, que aprendeu a ler com dificuldade e a escrever quando já era adulta, está contida em O Diálogo da Providência Divina, ou seja, Livro da Doutrina Divina, uma obra-prima da literatura espiritual, no seu Epistolário e na coletânea das suas Orações. O seu

ensinamento é dotado de uma riqueza tão profunda, que o Servo de Deus Paulo VI, em 10, a declarou Doutora da Igreja, título que se acrescentava ao de co-Padroeira da cidade de Roma, por desejo do Beato Pio IX, e de Padroeira da Itália, segundo a decisão do Venerável Pio XII.

Numa visão que nunca mais se cancelou do coração e da mente de Catarina, Nossa Senhora apresentou-a a Jesus, que lhe confiou um anel maravilhoso, dizendo-lhe: Eu, teu Criador e Salvador, desposo-te na fé, que conservarás sempre pura, até quando celebrares comigo no Céu as tuas bodas eternas (Raimundo de Cápua, Santa Catarina de Sena, Legenda maior, n. 11, Sena 1). Aquele anel permaneceu visível unicamente para ela. Neste episódio extraordinário vemos o centro vital da religiosidade de Catarina e de toda a espiritualidade autêntica: o cristocentrismo. Cristo é para ela como o esposo, com quem está em relação de intimidade, de comunhão e de fidelidade; é o bem-amado acima de qualquer outro bem.

Esta profunda união com o Senhor é ilustrada por outro episódio tirado da vida desta insigne mística: a troca do coração. Segundo Raimundo de Cápua, que transmite as confidências recebidas de Catarina, o Senhor Jesus apareceu-lhe tendo na mão um coração humano vermelho resplandecente, abriu-lhe o peito, introduziu-o nele e disse-lhe: Caríssima filhinha, dado que no outro dia tomei o teu coração, que tu me oferecias, eis que agora te concedo o meu, e doravante estará no lugar que o teu ocupava (Ibidem). Catarina viveu verdadeiramente as palavras de São Paulo,... já não sou eu que vivo, mas é Cristo que vive em mim (Gl 2, 20).

Como a Santa de Sena, cada fiel sente a necessidade de se uniformizar com os sentimentos do Coração de Cristo para amar a Deus e ao próximo como o próprio Cristo ama. E todos nós podemos deixar-nos transformar o coração e aprender a amar como Cristo, numa familiaridade com Ele alimentada pela oração, pela meditação sobre a Palavra de Deus e pelos Sacramentos, principalmente recebendo de maneira frequente e com devoção a Sagrada Comunhão. Também Catarina pertence àquela plêiade de Santos eucarísticos, com a qual eu quis concluir a minha Exortação Apostólica *Sacramentum caritatis* (cf. n. 4). Estimados irmãos e irmãs, a Eucaristia é uma dádiva extraordinária de amor que Deus nos renova continuamente para alimentar o nosso caminho de fé, revigorar a nossa esperança e inflamar a nossa caridade, para nos tornar cada vez mais semelhantes a Ele.

Em volta de uma personalidade tão vigorosa e autêntica, foi-se constituindo uma verdadeira família espiritual. Tratava-se de pessoas fascinadas pela respeitabilidade moral desta jovem mulher de elevadíssimo nível de vida, e por vezes impressionadas também pelos fenómenos místicos aos quais assistiam, como os frequentes êxtases. Muitos se puseram ao seu serviço e sobretudo consideraram um privilégio ser orientados espiritualmente por Catarina. Chamavam-lhe mãezinha, porque como filhos espirituais dela recebiam o alimento do espírito.

Também hoje a Igreja recebe um grande benefício do exercício da maternidade espiritual de numerosas mulheres, consagradas e leigas, que alimentam nas almas o pensamento de Deus, revigoram a fé das pessoas e orientam a vida cristã rumo a metas cada vez mais elevadas. Digo-vos e chamo-vos filho escreve Catarina, dirigindo-se a um dos seus filhos espirituais, o cartuxo Giovanni Sabbatini enquanto vos dou à luz mediante contínuas orações e desejos diante de Deus, do mesmo modo como uma mãe dá à luz o seu filho (Epistolário, Carta n. 141: A dom Giovanni de Sabbatini). Ao frade dominicano Bartolomeu de Dominici, ela estava habituada a dirigir-se com estas expressões: Amadíssimo e caríssimo irmão e filhinho em Cristo, dócil Jesus.

Outra característica da espiritualidade de Catarina está vinculada ao dom das lágrimas. Elas exprimem uma sensibilidade sublime e profunda, uma capacidade de comoção e de ternura. Não poucos Santos tiveram o dom das lágrimas, renovando a emoção do próprio Jesus, que não impediu nem escondeu o seu pranto diante do sepulcro do amigo Lázaro e do sofrimento de Maria e de Marta, e da visão de Jerusalém nos seus últimos dias terrenos. Segundo Catarina, as lágrimas dos Santos misturam-se com o Sangue de Cristo, do qual ela falava com tonalidades vibrantes e imagens simbólicas muito eficazes: Recordai Cristo crucificado, Deus e homem (...). Ponde-vos como objetivo Cristo crucificado, escondei-vos nas chagas de Cristo crucificado, afogai-vos no sangue de Cristo crucificado (Epistolário, Carta n. 21: A alguém sobre cujo nome não se pronuncia).

Aqui podemos compreender por que motivo Catarina, embora estivesse consciente das faltas humanas dos sacerdotes, sempre teve uma grandíssima reverência por eles: eles dispensam, através dos Sacramentos e da Palavra, a força salvífica do Sangue de Cristo. A Santa de Sena convidava sempre os ministros sagrados, até o Papa, a quem chamava doce Cristo na terra, a serem fiéis às suas responsabilidades, impelida sempre e unicamente pelo seu amor profundo e constante pela Igreja. Antes de morrer, ela disse: Partindo do corpo eu, na verdade consumi e entreguei a minha vida na Igreja e pela Santa Igreja, o que é para mim uma graça extremamente singular (Raimundo de Cápua, Santa Catarina de Sena, Legenda maior, n. 33).

Portanto, de Santa Catarina nós aprendemos a ciência mais sublime: conhecer e amar Jesus Cristo e a sua Igreja. No Diálogo da Providência Divina ela, com uma imagem singular, descreve Cristo como uma ponte lançada entre o céu e a terra. Ela é formada por três grandes escadas, constituídas pelos pés, pelo lado e pela boca de Jesus. Elevando-se através destas grandes escadas, a alma passa pelas três etapas de cada caminho de santificação: o afastamento do pecado, a prática da virtude e do amor, a união dócil e afetuosa com Deus.

Caros irmãos e irmãs, aprendamos de Santa Catarina a amar com coragem, de maneira intensa e sincera, Cristo e a Igreja. Por isso, façamos nossas as palavras de Santa Catarina, que podemos ler no Diálogo da Providência Divina, na conclusão do capítulo que fala de Cristo-ponte: «Por misericórdia Vós lavastes-nos no Sangue e por misericórdia desejastes dialogar com as criaturas. Louco de amor! Não vos foi suficiente encarnar, mas também quisestes morrer! (...) misericórdia! O meu coração ofega-me quando penso em Vós: para onde eu me dirija a pensar, mais não encontro do que misericórdia» (cap. 30, págs. 79-80).

Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 1 de Dezembro de 2010

Juliana de Norich

Prezados irmãos e irmãs!

Recordo ainda com grande alegria a Viagem apostólica realizada ao Reino Unido no passado mês de Setembro. A Inglaterra é o solo onde nasceram muitas figuras ilustres que, com o seu testemunho e o seu ensinamento, adornam a história da Igreja. Uma delas, venerada tanto pela Igreja católica como pela Comunhão anglicana, é a mística Juliana de Norich, da qual gostaria de vos falar esta manhã.

As notícias de que dispomos sobre a sua vida não muitas são tiradas principalmente do livro em que esta mulher gentil e piedosa reuniu o conteúdo das suas visões, intitulado Revelações do Amor divino. Sabe-se que viveu aproximadamente entre 1342 e 1430, anos atormentados tanto para a Igreja, dilacerada pelo cisma que se seguiu ao regresso do Papa de Avinhão para Roma, como para a vida da população que sofria as consequências de uma longa guerra entre o reino da Inglaterra e o reino da França. Porém, mesmo nos tempos de tribulação, Deus não cessa de suscitar figuras como Juliana de Norich, para chamar os homens à paz, ao amor e à alegria.

Como ela mesma nos narra, provavelmente no dia 13 de Maio de 1373, foi atingida por uma doença gravíssima e repentina, que em três dias deu a impressão de a levar à morte. Depois que o sacerdote, tendo acorrido à sua cabeceira, lhe mostrou o Crucifixo, Juliana não só readquiriu prontamente a saúde, mas recebeu as 16 revelações que sucessivamente escreveu e comentou no seu livro sobre as Revelações do Amor divino. E foi precisamente o Senhor quem, quinze anos depois destes acontecimentos extraordinários, lhe revelou o sentido daquelas visões. «Gostarias de saber o que quis dizer o teu Senhor e conhecer o sentido desta revelação? Sabe-o bem: aquilo que Ele quis dizer é o amor. Quem to revela? O amor. Por que to revela? Por amor... Assim aprendi que nosso Senhor significa amor» (Juliana de Norich, Il libro delle rivelazioni, cap. 6, Milão 1997, p. 320).

Inspirada pelo amor divino, Juliana tomou uma decisão radical. Como uma antiga anacoreta, escolheu viver no interior de uma cela, situada perto da igreja intitulada a São Juliano, na cidade de Norich, nessa época um importante centro urbano, nos arredores de Londres. Talvez tenha adoptado o nome de Juliana, devido ao Santo ao qual era dedicada a igreja perto da qual viveu por muitos anos, até à morte. Esta decisão de viver presa, como se dizia na sua época, poderia surpreender-nos e até deixar-nos perplexos. Mas não foi a única a fazer tal escolha: naqueles séculos um número considerável de mulheres optou por este tipo de vida, adoptando

regras especialmente elaboradas para elas, como aquela composta por Santo Aelredo de Rievaulx. As anacoretas, ou presas no interior da sua cela, dedicavam-se à oração, à meditação e ao estudo. Deste modo, amadureciam uma elevada sensibilidade humana e religiosa, que as tornavam veneradas pelo povo. Homens e mulheres de todas as idades e condições, necessitados de conselhos e de conforto, procuravam-nas devotamente. Portanto, não era uma escolha individualista; precisamente mediante esta proximidade ao Senhor amadurecia nela também a capacidade de ser conselheira para muitas pessoas, de ajudar quantos viviam esta vida com dificuldade.

Sabemos que também Juliana recebia visitas frequentes, como nos é testemunhado pela autobiografia de outra cristã fervorosa do seu tempo, Margery empe, que foi a Norich em 1413 para receber sugestões sobre a sua vida espiritual. Eis por que motivo, quando Juliana ainda vivia era chamada, como está escrito no monumento fúnebre que conserva os seus despojos mortais: Mãe Juliana. Tornou-se uma mãe para muitos.

As mulheres e os homens que se retiram para viver em companhia de Deus, precisamente graças a esta sua escolha, adquirem um grande sentido de compaixão pelos sofrimentos e pelas debilidades do próximo. Amigas e amigos de Deus, dispõem de uma sabedoria que o mundo, do qual se afastam, não possui e, compartilham-na amavelmente com aqueles que batem à sua porta. Portanto, penso com admiração e reconhecimento nos mosteiros de clausura femininos e masculinos que, hoje mais do que nunca, são oásis de paz e de esperança, tesouro precioso para a Igreja inteira, especialmente ao evocar a primazia de Deus e a importância de uma oração constante e intensa para o caminho de fé.

Foi precisamente na solidão habitada por Deus que Juliana de Norich compôs as Revelações do Amor divino, das quais chegaram até nós dois textos, um mais breve, provavelmente o mais antigo, e outro mais longo. Este livro contém uma mensagem de optimismo fundado na certeza de sermos amados por Deus e de sermos protegidos pela sua Providência. Neste livro lemos estas palavras maravilhosas: Vi com certeza absoluta... que, ainda antes de nos criar, Deus nos amou com um amor que nunca esmoreceu, e jamais faltará. E foi neste amor que Ele realizou todas as suas obras, foi neste amor que Ele fez com que todas as coisas nos fossem úteis, e é neste amor que a nossa vida dura para sempre... Neste amor nós temos o nosso princípio, e veremos tudo isto no Deus infinito (Il libro delle rivelazioni, cap. 6, p. 320).

O tema do amor divino volta com frequência nas visões de Juliana de Norich que, com uma certa audácia, não hesita em compará-lo também com o amor materno. Esta é uma das mensagens mais características da sua teologia mística. A ternura, a solicitude e a docilidade da bondade de Deus para conosco são tão grandes que, para nós peregrinos na terra, evocam o

amor de uma mãe pelos seus filhos. Na realidade, também os profetas bíblicos usaram por vezes esta linguagem, que realça a ternura, a intensidade e a totalidade do amor de Deus, que se manifesta na criação e em toda a história da salvação, tendo o seu ápice na Encarnação do Filho. Porém, Deus supera sempre todo o amor humano, come diz o profeta Isaías: Pode uma mulher esquecer-se do seu filho? Não se comover com o fruto do seu ventre? E mesmo que ela o esquecesse, eu nunca te esqueceria (49, 15). Juliana de Norich compreendeu a mensagem central para a vida espiritual: Deus é amor, e só quando nos abrirmos, totalmente e com confiança integral, a este amor, e deixarmos que ele se torne a única guia da existência, tudo se transfigura, levando-nos a encontrar a verdadeira paz e a autêntica alegria, tornando-nos capazes de as difundir ao nosso redor.

Gostaria de sublinhar mais um aspecto. Quando expõe o ponto de vista da fé católica, sobre um tema que não cessa de constituir uma provocação para todos os fiéis, o Catecismo da Igreja Católica cita as palavras de Juliana de Norich (cf. nn. 304-314). Se Deus é sumamente bom e sábio, por que existem o mal e o sofrimento dos inocentes? Até os santos, precisamente os santos, se questionaram sobre isto. Iluminados pela fé, eles dão-nos uma resposta que abre o nosso coração à confiança e à esperança: nos desígnios misteriosos da Providência, até do mal Deus tira um bem maior, como Juliana de Norich escreveu: Aprendi da graça de Deus que eu devia permanecer firmemente na fé, e portanto devia crer sólida e perfeitamente que tudo teria terminado bem... (Il libro delle rivelazioni, cap. 32, p. 173).

Sim, caros irmãos e irmãs, as promessas de Deus são sempre maiores que as nossas expectativas. Se confiarmos a Deus, ao seu amor imenso, os desejos mais puros e mais profundos do nosso coração, nunca seremos decepcionados. E tudo será um bem, tudo será para o bem: esta é a mensagem final que Juliana de Norich nos transmite, e que também eu vos proponho hoje. Obrigado.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 15 de Dezembro de 2010

Santa Verônica Juliani

Queridos irmãos e irmãs,

Hoje, gostaria de apresentar uma mística que não é da época medieval; trata-se de Santa Verônica Juliani, monja clarissa capuchinha. O motivo é que no próximo dia 27 de Dezembro se celebra o 350 aniversário do seu nascimento. Città di Castello, lugar onde ela viveu durante muitos anos e faleceu, assim como Mercatello sua cidade natal e a diocese de Urbino, vivem este acontecimento com alegria.

Verônica nasce precisamente no dia 27 de Dezembro de 1660 em Mercatello, no vale do Metauro, filha de Francesco Juliani e Benedetta Mancini; é a última de sete irmãs, das quais outras três abraçarão a vida monástica; é-lhe conferido o nome de Úrsula. Aos sete anos perde a mãe, e o pai transfere-se para Piacenza como superintendente das alfândegas do ducado de Parma. Nessa cidade, Úrsula sente crescer em si o desejo de dedicar a vida a Cristo. O apelo faz-se cada vez mais urgente, a tal ponto que, com 17 anos, entra na estrita clausura do mosteiro das Clarissas Capuchinhas de Città di Castello, onde permanecerá durante toda a sua vida. Ali recebe o nome de Verônica, que significa «verdadeira imagem» e, com efeito, ela tornar-se-á deveras imagem de Cristo Crucificado. Um ano depois, emite a solene profissão religiosa: começa para ela o caminho de configuração com Cristo através de muitas penitências, grandes sofrimentos e algumas experiências místicas ligadas à Paixão de Jesus: a coroação de espinhos, as bodas místicas, a ferida no coração e os estigmas. Em 1716, com 56 anos, torna-se abadessa do mosteiro e é reconfirmada nesta função até à sua morte, ocorrida em 1727, depois de uma dolorosíssima agonia de 33 dias, que culmina numa profunda alegria, a tal ponto que as suas últimas palavras foram: «Encontrei o Amor, o Amor deixou-se ver! Esta é a causa do meu padecimento. Dizei-o a todas, dizei-o a todas!» (Summarium beatificationis, 115-120). Em 9 de Julho deixa a morada terrena para o encontro com Deus. Tem 67 anos, 50 dos quais transcorridos no mosteiro de Città di Castello. É proclamada Santa no dia 26 de Maio de 1839 pelo Papa Gregório XVI.

Verônica Juliani escreveu muito: cartas, relatórios autobiográficos e poesias. Todavia, a fonte principal para reconstruir o seu pensamento é o seu Diário, iniciado em 1693: vinte e duas mil páginas manuscritas, que abrangem um arco de trinta e quatro anos de vida claustral. A escrita flui espontânea e contínua, não há cancelamentos ou correções, nem sinais de pontuação ou distribuição da matéria em capítulos ou partes, segundo um desígnio previamente estabelecido. Verônica não queria compor uma obra literária; aliás, foi obrigada a escrever as suas expe-

riências pelo Padre Girolamo Bastianelli, religioso dos Filippini, de acordo com o Bispo diocesano Antonio Eustachi.

Santa Verônica tem uma espiritualidade acentuadamente cristológico-esponsal: é a experiência de ser amada por Cristo, Esposo fiel e sincero, e querer corresponder com um amor cada vez mais comprometido e apaixonado. Nela, tudo é interpretado em chave de amor, e isto infunde-lhe uma profunda serenidade. Tudo é vivido em união com Cristo, por amor a Ele, e com a alegria de poder demonstrar-lhe todo o amor de que a criatura é capaz.

O Cristo ao qual Verônica está profundamente unida é aquele que sofre na paixão, morte e ressurreição; é Jesus no gesto de se imolar ao Pai para nos salvar. É desta experiência que deriva também o amor intenso e sofredor pela Igreja, na dúplice forma da oração e da oferenda. A Santa vive nesta perspectiva: reza, sofre e procura a «santa pobreza» como «expropriação», perda de si (cf. ibid., III, 523), precisamente para ser como Cristo, que se entregou inteiramente a si mesmo.

Em cada página dos seus escritos, Verônica recomenda alguém ao Senhor, corroborando as suas preces de intercessão com a oferta de si em cada sofrimento. O seu amor dilata-se a todas as necessidades da Santa Igreja, vivendo com ansiedade o desejo da salvação de todo o universo (Ibid., III-IV, passim). Verônica clama: «pecadores, ó pecadoras... todos e todas, ide ao Coração de Jesus; ide à lavanda do seu preciosíssimo Sangue... Ele espera-vos com os braços abertos para vos abraçar» (Ibid., II, 16-17). Animada por uma caridade fervorosa, ela presta atenção, compreensão e perdão às irmãs do mosteiro; oferece as suas orações e os seus sacrifícios pelo Papa, pelo seu bispo, pelos sacerdotes e por todas as pessoas necessitadas, inclusive pelas almas do purgatório. Resume a sua missão contemplativa com estas palavras: «Não podemos ir pregando pelo mundo, para converter as almas, mas somos obrigadas a rezar incessantemente por todas aquelas almas que ofendem a Deus... de modo particular com os nossos sofrimentos, ou seja, com um princípio de vida crucificada» (Ibid., IV, 877). A nossa Santa concebe esta missão como um estar no meio, entre os homens e Deus, entre os pecadores e Cristo crucificado.

Verônica vive de modo profundo a participação no amor sofredor de Jesus, convicta de que o sofrer com alegria é a chave do amor (cf. ibid., I, 299.417; III, 330.303.871; IV, 192). Ela evidencia que Jesus padece pelos pecados dos homens, mas também pelos sofrimentos que os seus servos fiéis tiveram que suportar ao longo dos séculos, no tempo da Igreja, precisamente mediante a sua fé sólida e coerente. Ela escreve: «O seu Pai eterno fez-lhe ver e sentir, nessa altura, todos os padecimentos que deviam suportar os seus eleitos, as suas almas mais amadas, ou seja, aquelas que teriam beneficiado do seu Sangue e de todos os seus sofrimentos» (Ibid.,

II, 170). Como diz de si o Apóstolo Paulo: «Agora alegro-me nos sofrimentos suportados por vós. O que falta às tribulações de Cristo, completo na minha carne, pelo seu corpo que é a Igreja» (Cl 1, 24). Verônica chega a pedir a Jesus para ser crucificada com Ele: «Num instante escreve vi sair das suas santíssimas chagas cinco raios resplandecentes; e todos vieram ao meu redor. E eu via estes raios tornar-se como que pequenas chamas. Em quatro delas havia os pregos; e numa a lança, como que de ouro, inteiramente abrasada: e trespassou-me o coração, de um lado para o outro... e os pregos trespassaram-me as mãos e os pés. Senti uma grande dor; mas, na mesma dor, eu via-me a mim mesma, sentia-me inteiramente transformada em Deus» (Diário, I, 897).

A Santa está convencida de participar antecipadamente no Reino de Deus mas, ao mesmo tempo, invoca todos os Santos da Pátria bem-aventurada para que venham em sua ajuda no caminho terreno da sua doação, à espera da bem-aventurança eterna; esta é a aspiração constante da sua vida (cf. ibid., II, 909; V, 246). Em relação à pregação dessa época, centrada não raro na salvação da própria alma em termos individuais, Verônica mostra um forte sentido solidário, de comunhão com todos os irmãos e irmãs, caminho rumo ao Céu, e vive, reza e sofre por todos. As realidades penúltimas, terrenas, ao contrário, embora sejam apreciadas em sentido franciscano como um dom do Criador, são sempre relativas, inteiramente subordinadas ao gosto de Deus e sob o sinal de uma pobreza radical. Na *communio sanctorum*, ela esclarece a sua doação eclesial, assim como a relação entre a Igreja peregrina e a Igreja celeste. Todos os Santos escreve estão lá em cima mediante os méritos e a paixão de Jesus; mas para tudo quanto nosso Senhor realizou, eles cooperaram, de tal modo que a sua vida foi inteiramente ordenada, regulada pelas (suas) mesmas obras (Ibid., III, 203).

Nos escritos de Verônica encontramos muitas citações bíblicas, às vezes de modo indireto, mas sempre claras: ela revela familiaridade com o Texto sagrado, do qual se nutre a sua experiência espiritual. Além disso, há que revelar que os momentos fortes da experiência mística de Verônica nunca estão separados dos acontecimentos salvíficos, celebrados na liturgia, onde ocupam um lugar particular a proclamação e a escuta da Palavra de Deus. Portanto, a Sagrada Escritura ilumina, purifica e confirma a experiência de Verônica, tornando-a eclesial. Mas por outro lado, precisamente a sua experiência, alicerçada na Sagrada Escritura com uma intensidade excepcional, guia a uma leitura mais profunda e espiritual do mesmo Texto, entra na profundidade escondida do texto. Ela não só se exprime com as palavras da Sagrada Escritura, mas também vive realmente destas palavras, que nela se tornam vivas.

Por exemplo, a nossa Santa cita com frequência a expressão do Apóstolo Paulo: Se Deus é por nós, quem será contra nós (Rm 8, 31; cf. Diário, I, 714; II, 116.1021; III, 48). Nela, a as-

similação deste texto paulino, esta sua grande confiança e profunda alegria tornam-se um acontecimento completo na sua própria pessoa: A minha alma escreve foi unida à vontade divina, e eu estabeleci-me verdadeiramente e fixei-me para sempre na vontade de Deus. Parecia que nunca mais me iria afastar desta vontade de Deus, e voltei a mim com estas palavras específicas: nada me poderá separar da vontade de Deus, nem angústias, nem penas, nem dificuldades, nem desprezos, nem tentações, nem criaturas, nem demônios, nem obscuridades, nem sequer a própria morte, porque na vida e na morte, desejo inteiramente, e em tudo, a vontade de Deus (Diário, IV, 272). Assim, temos também a certeza de que a morte não é a última palavra, estamos fixos na vontade de Deus e assim, realmente, na vida para sempre.

Verônica revela-se, em particular, uma testemunha corajosa da beleza e do poder do Amor divino, que a atrai, permeia e inflama. É o Amor crucificado que se imprimiu na sua carne, como na de São Francisco de Assis, com os estigmas de Jesus. «Minha esposa - sussurrava-me Cristo crucificado - são-me preciosas as penitências que fazes por aqueles que estão em desgraça diante de mim... Depois, tirando um braço da cruz, fez-me sinal que me aproximasse do seu lado... E encontrei-me nos braços do Crucificado. Não posso descrever aquilo que senti naquele momento: queria estar sempre no santíssimo lado» (Ibid., I, 37). É também uma imagem do seu caminho espiritual, da sua vida interior: estar no abraço do Crucificado e assim permanecer no amor de Cristo pelos outros. Também com a Virgem Maria, Verônica vive uma relação de profunda intimidade, testemunhada pelas palavras que um dia ouve Nossa Senhora dizer, e que ela cita no seu Diário: «Fiz-te repousar no meu seio, recebeste a união à minha alma e por ela, como que em voo, foste levada diante de Deus» (IV, 901).

Santa Verônica Juliani convida-nos a fazer crescer, na nossa vida cristã, a união com o Senhor no ser pelos outros, abandonando-nos à sua vontade com confiança completa e total, e a união com a Igreja, Esposa de Cristo; convida-nos a participar no amor sofredor de Jesus crucificado pela salvação de todos os pecadores; convida-nos a manter o olhar fixo no Paraíso, meta do nosso caminho terreno, onde viveremos juntamente com muitos irmãos e irmãs a alegria da plena comunhão com Deus; convida-nos a nutrir-nos quotidianamente da Palavra de Deus para aquecer o nosso coração e orientar a nossa vida. As últimas palavras da Santa podem considerar-se a síntese da sua apaixonada experiência mística: «Encontrei o Amor, o Amor deixou-se ver!». Obrigado.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 22 de Dezembro de 2010

A Aproximação do Santo Natal

Prezados irmãos e irmãs!

Com esta última audiência antes das Festas de Natal aproximamo-nos, trepidantes e repletos de enlevo, do «lugar» onde tudo teve início para nós e para a nossa salvação, onde tudo encontrou um cumprimento, onde se encontraram e se entrelaçaram as expectativas do mundo e do coração humano com a presença de Deus. Já agora podemos antegozar a alegria por aquela luz ténue que se entrevê, que da gruta de Belém começa a irradiar-se no mundo. No caminho do Advento, que a liturgia nos convidou a viver, fomos acompanhados a acolher com disponibilidade e reconhecimento o grande Acontecimento da vinda do Salvador e a contemplar cheios de admiração a sua entrada no mundo.

A espera jubilosa, característica dos dias que precedem o Santo Natal, é certamente a atitude fundamental do cristão, que deseja viver fecundamente o renovado encontro com Aquele que vem habitar no meio de nós: Jesus Cristo, o Filho de Deus que se fez homem. Voltemos a encontrar esta disposição do coração, fazendo-a nossa, naqueles que foram os primeiros a receber a vinda do Messias: Zacarias e Isabel, os pastores, o povo simples, e especialmente Maria e José, que sentiram pessoalmente a trepidação, mas sobretudo a alegria pelo mistério deste Nascimento. Todo o Antigo Testamento constitui uma única grande promessa, que devia realizar-se com a vinda de um salvador poderoso. Disto nos dá testemunho em particular o livro do profeta Isaías, que nos fala do esforço da história e de toda a criação por uma redenção destinada a dar novas energias e renovada orientação ao mundo inteiro. Assim, além da espera dos protagonistas das Sagradas Escrituras, ao longo dos séculos encontra espaço e significado também a nossa espera, aquela que nestes dias experimentamos e que nos conserva vigilantes durante todo o caminho da nossa vida. Com efeito, toda a existência humana é animada por este profundo sentimento, pelo desejo de que quanto de mais verdadeiro, bonito e maior entrevimos e intuímos com a mente e o coração, possa vir ao nosso encontro e, diante dos nossos olhos, se torne concreto e nos eleve.

«Eis que vem o Senhor todo-poderoso: será chamado Emanuel, Deus-conosco» (Antífona de entrada, Santa Missa de 21 de Dezembro). Nestes dias repetimos frequentemente estas palavras. No tempo da liturgia, que volta a atualizar o Mistério, já está às portas Aquele que vem para nos salvar do pecado e da morte, Aquele que, depois da desobediência de Adão e Eva, nos reabraça e nos abre de par em par a entrada para a vida verdadeira. Explica-o santo Ireneu, no seu tratado «Contra as heresias», quando afirma: «O próprio Filho de Deus assumiu

uma carne semelhante à do pecado (Rm 8, 3) para condenar o pecado e, depois de o ter condenado, para o excluir completamente do gênero humano. Chamou o homem à semelhança consigo mesmo, tornou-o imitador de Deus, iniciou-o no caminho indicado pelo Pai para que pudesse ver Deus e conferiu-lhe como dom o próprio Pai» (III, 20, 2-3).

Aparecem-nos algumas ideias preferidas de santo Ireneu, que Deus com o Menino Jesus nos chama à semelhança consigo mesmo. Vemos como é Deus. E assim recorda-nos que nós deveríamos ser semelhantes a Deus. E devemos imitá-lo. Deus ofereceu-se, Deus entregou-se nas nossas mãos. Temos que imitar Deus. E por fim a ideia de que assim podemos ver Deus. Uma ideia central de santo Ireneu: o homem não vê Deus, não pode vê-lo, e assim está na obscuridade sobre a verdade, sobre si mesmo. Mas o homem que não pode ver Deus, pode ver Jesus. E deste modo vê Deus, assim começa a ver a verdade, começa a viver.

Portanto, o Salvador vem para reduzir à impotência a obra do mal e tudo quanto ainda nos pode manter distantes de Deus, para nos restituir ao antigo esplendor e à paternidade primitiva. Com a sua vinda ao meio de nós, Deus indica-nos e confia-nos também uma tarefa: precisamente a de ser semelhantes a Ele e de tender para a verdadeira vida, de alcançar a visão de Deus, no rosto de Cristo. Santo Ireneu afirma ainda: «O Verbo de Deus pôs a sua morada no meio dos homens e fez-se Filho do homem, para habituar o homem a sentir Deus, e para habituar Deus a fazer a sua morada no homem, segundo a vontade do Pai. Por isso, Deus concedeu-nos como «sinal» da nossa salvação Aquele que, nascendo da Virgem, é o Emanuel» (Ibidem). Também aqui há uma ideia central muito bonita de santo Ireneu: temos que nos habituar a sentir Deus. Normalmente, Deus está distante da nossa vida, das nossas ideias, do nosso agir. Aproximou-se de nós e temos que nos habituar a estar com Deus. E, audazmente, Ireneu ousa dizer que também Deus deve habituar-se a estar conosco e em nós. E que talvez Deus tenha que nos acompanhar no Natal, habituar-nos a Deus, como Deus se deve habituar a nós, à nossa pobreza e fragilidade. Por isso, a vinda do Senhor não pode ter outra finalidade, a não ser a de nos ensinar a ver e a amar os acontecimentos, o mundo e quanto nos circunda, com os olhos do próprio Deus. O Verbo que se fez Menino ajuda-nos a compreender o modo de agir de Deus, a fim de sermos capazes de nos deixar transformar cada vez mais pela sua bondade e misericórdia infinita.

Na noite do mundo, deixemo-nos surpreender e iluminar de novo por este gesto de Deus, que é totalmente inesperado: Deus faz-se Menino. Deixemo-nos surpreender, iluminar pela Estrela que inundou o universo de alegria. Chegando a nós, que o Menino Jesus não nos encontre despreparados, comprometidos só em tornar mais bonita a realidade exterior. A atenção que prestamos para tornar mais resplandecentes as nossas ruas e as nossas casas nos leve, ainda

mais, a predispor o nosso espírito para encontrar Aquele que virá visitar-nos, que é a verdadeira beleza e a verdadeira luz. Portanto, purifiquemos a nossa consciência e a nossa vida daquilo que é contrário a esta vinda: pensamentos, palavras, atitudes e gestos, impelindo-nos a fazer o bem e a contribuir para realizar neste nosso mundo a paz e a justiça para cada homem e assim ir ao encontro do Senhor.

Sinal característico do tempo de Natal é o presépio. Também na Praça de São Pedro, segundo a tradição, está quase pronto e abre-se idealmente para Roma e para o mundo inteiro, representando a beleza do Mistério do Deus que se fez homem e pôs a sua tenda no meio de nós (cf. Jo 1, 1). O presépio é expressão da nossa expectativa, que Deus se aproxima de nós, que Jesus se aproxima de nós, mas é também expressão da ação de graças Àquele que decidiu compartilhar a nossa condição humana, na pobreza e na simplicidade. Alegro-me porque permanece viva e, aliás, se redescobre a tradição de preparar o presépio nas casas, nos postos de trabalho, nos lugares de encontro. Este testemunho genuíno de fé cristã possa oferecer também hoje a todos os homens de boa vontade um sugestivo ícone do amor infinito do Pai por todos nós. Os corações das crianças e dos adultos possam ainda surpreender-se diante dele.

Caros irmãos e irmãs, a Virgem Maria e são José nos ajudem a viver o Mistério do Natal com renovada gratidão ao Senhor. No meio das atividades frenéticas dos nossos dias, este tempo nos conceda um pouco de calma e de alegria, e nos faça ver diretamente a bondade do nosso Deus, que se faz Menino para nos salvar e dar renovada coragem e nova luz ao nosso caminho. Estes são os meus bons votos para um santo e feliz Natal: transmito-os com carinho a vós aqui presentes, aos vossos familiares, em particular aos doentes e àqueles que sofrem, assim como às vossas comunidades e a quantos vos são queridos.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 29 de Dezembro de 2010

Santa Catarina de Bolonha

Prezados irmãos e irmãs

Numa recente catequese falei de santa Catarina de Sena. Hoje gostaria de vos apresentar outra santa, menos conhecida, que tem o mesmo nome: santa Catarina de Bolonha, mulher de vasta cultura, mas muito humilde; dedicada à oração, mas sempre pronta a servir; generosa no sacrifício, mas cheia de alegria no acolhimento da cruz com Cristo.

Nasce em Bolonha a de Setembro de 1413, primogénita de Benvenuta Mammolini e de Giovanni de Vigri, patrício rico e culto de Ferrara, doutor em leis e leitor público em Pádua, onde desempenhava funções diplomáticas para Niccol III dEste, marquês de Ferrara. As notícias sobre a infância e a adolescência de Catarina são escassas e nem todas são certas. Vive a infância em Bolonha, na casa dos avós; ali é educada pelos parentes, sobretudo pela mãe, mulher de grande fé. Transfere-se com ela para Ferrara com cerca de dez anos e entra na corte de Niccol III d'Este como donzela de honra de Margherita, filha natural de Niccol. O marquês está a transformar Ferrara numa cidade esplendorosa, chamando artistas e letrados de vários países. Promove a cultura e, embora leve uma vida particular não exemplar, cuida muito do bem espiritual, da conduta moral e da educação dos súbditos.

Em Ferrara Catarina não ressente dos aspectos negativos, que muitas vezes a vida de corte comportava; goza da amizade de Margherita e torna-se a sua confidente, enriquecendo a sua cultura: estuda música, pintura e dança; aprende a poetizar, a escrever composições literárias e a tocar violão; torna-se perita na arte da miniatura e das transcrições; aperfeiçoa o estudo do latim. Na futura vida monástica valorizará muito o patrimônio cultural e artístico adquirido nesses anos. Aprende com facilidade, com paixão e com tenacidade; mostra grande prudência, modéstia singular, graça e gentileza no comportamento. Contudo, uma característica distingue-a de modo absolutamente claro: o seu espírito constantemente dirigido para as realidades do Céu. Em 1427, com apenas 14 anos, também após alguns acontecimentos familiares, Catarina decide deixar a corte para se unir a um grupo de jovens mulheres provenientes de famílias nobres que viviam em comum, consagrando-se a Deus. Com fé, a mãe consente, embora tivesse outros projetos para ela.

Não conhecemos o caminho espiritual de Catarina antes desta escolha. Falando em terceira pessoa, ela afirma que entrou ao serviço de Deus iluminada pela graça divina (...) com consciência reta e grande fervor, solícita noite e dia à santa oração, comprometendo-se em conquistar todas as virtudes que via nos outros, não por inveja, mas para agradar mais a Deus, em

quem tinha posto todo o seu amor (Le sette armi spirituali, VII,, Bolonha 1, p. 12). São notáveis os seus progressos espirituais nesta nova fase da vida, mas são também grandes e terríveis as provas, os sofrimentos interiores, sobretudo as tentações do demônio. Atravessa uma profunda crise espiritual, até ao limitar do desespero (cf. ibid., VII, pp. 12-2). Vive na noite do espírito, provada também pela tentação da incredulidade em relação à Eucaristia. Depois de sofrer muito, o Senhor consola-a: numa visão, concede-lhe um conhecimento claro da presença eucarística real, um conhecimento tão luminoso que Catarina não consegue expressar com palavras (cf. ibid., VIII, 2, pp. 42-46). No mesmo período, uma prova dolorosa abate-se sobre a comunidade: surgem tensões entre quem quer seguir a espiritualidade agostiniana e quem está mais orientado para a espiritualidade franciscana.

Entre 142 e 1430 a responsável do grupo, Lucia Mascheroni, decide fundar um mosteiro agostiniano. Catarina, ao contrário, com outras escolhe vincular-se à regra de santa Clara de Assis. É um dom da Providência, porque a comunidade habita perto da igreja do Espírito Santo, anexa ao convento dos Frades Menores que aderiram ao movimento da Observância. Assim, Catarina e as companheiras podem participar regularmente nas celebrações litúrgicas e receber uma assistência espiritual adequada. Têm também a alegria de ouvir a pregação de são Bernardino de Sena (cf. ibid., VII, 62, p. 26). Catarina narra que, em 142 terceiro ano da sua conversão vai confessar-se com um dos Frades Menores que ela estimava, realiza uma boa Confissão e pede intensamente ao Senhor que lhe conceda o perdão de todos os pecados e da pena a eles ligada. Deus revela-lhe em visão que lhe perdoou tudo. É uma experiência muito forte da misericórdia divina, que a marca para sempre, dando-lhe novo impulso para responder com generosidade ao imenso amor de Deus (cf. ibid., IX, 2, pp. 46-4).

Em 1431 tem uma visão do juízo final. A cena assustadora dos condenados impele-a a intensificar orações e penitências para a salvação dos pecadores. O demônio continua a atacá-la e ela confia-se de modo cada vez mais total ao Senhor e à Virgem Maria (cf. ibid., X, 3, pp. 5354). Nos escritos, Catarina deixa-nos algumas notas essenciais deste combate misterioso, do qual sai vitoriosa com a graça de Deus. Fá-lo para instruir as suas irmãs de hábito e aquelas que tencionam percorrer o caminho da perfeição: quer alertar contra as tentações do demônio, que muitas vezes se esconde sob aparências enganadoras, para depois insinuar dúvidas de fé, incertezas vocacionais e sensualidades.

No tratado autobiográfico e didascálico *As sete armas espirituais*, Catarina oferece a este propósito ensinamentos de grande sabedoria e de profundo discernimento. Fala em terceira pessoa, citando as graças extraordinárias que o Senhor lhe concede, e em primeira pessoa para confessar os próprios pecados. Do seu escrito transparece a pureza da sua fé em Deus, a pro-

funda humildade, a simplicidade de coração, o ardor missionário e a paixão pela salvação das almas. Delineia sete armas de luta contra o mal, contra o demônio: 1. ter o cuidado e a solicitude de realizar sempre o bem; 2. acreditar que sozinhos nunca poderemos fazer algo verdadeiramente bom; 3. confiar em Deus e, por amor a Ele, jamais ter medo da batalha contra o mal, quer no mundo, quer em nós mesmos; 4. meditar com frequência sobre os acontecimentos e as palavras da vida de Jesus, sobretudo a sua paixão e morte; 5. recordar-se que devemos morrer; 6. ter fixa na mente a memória dos bens do Paraíso; 7. ter familiaridade com a Sagrada Escritura, trazendo-a sempre no coração para que oriente todos os pensamentos e toda as obras. Um bonito programa de vida espiritual, também hoje, para cada um de nós!

No convento, não obstante fosse habituada à corte de Ferrara, Catarina desempenha funções de lavadeira, costureira, padeira e encarregada de cuidar dos animais. Faz tudo, até os serviços mais humildes, com amor e pronta obediência, oferecendo às irmãs de hábito um testemunho luminoso. Com efeito, ela vê na desobediência aquele orgulho espiritual que destrói todas as outras virtudes. Por obediência aceita o cargo de mestra das noviças, não obstante se considere incapaz de desempenhar tal função, e Deus continua a animá-la com a sua presença e os seus dons: com efeito, é uma mestra sábia e apreciada.

Em seguida confiam-lhe o serviço do parlatório. Custa-lhe muito interromper com frequência a oração para responder às pessoas que se apresentam à grade do mosteiro, mas também desta vez o Senhor não deixa de a visitar e de lhe estar próximo. Com ela, o mosteiro é cada vez mais um lugar de oração, de oferta, de silêncio, de cansaço e de alegria. Quando faleceu a abadessa, os superiores pensam imediatamente nela, mas Catarina impele-as a dirigir-se às Clarissas de Mântua, mais instruídas nas constituições e nas observâncias religiosas. Contudo, poucos anos depois, em 1456, pede-se ao seu mosteiro que crie uma nova fundação em Bolonha. Catarina preferiria terminar os seus dias em Ferrara, mas o Senhor aparece-lhe e exorta-a a cumprir a vontade de Deus e ir a Bolonha como abadessa. Prepara-se para o novo compromisso com jejuns, disciplinas e penitências. Parte para Bolonha com dezoito irmãs de hábito. Como superiora é a primeira na oração e no serviço; vive em profunda humildade e pobreza. Quando termina o mandato do triénio de abadessa, é feliz por ser substituída, mas depois de um ano deve retomar as suas funções, porque a nova eleita ficou cega. Apesar do sofrimento e das graves enfermidades que a atormentam, ela desempenha o seu serviço com generosidade e dedicação.

Ainda por um ano exorta as irmãs de hábito à vida evangélica, à paciência e à constância nas provas, ao amor fraterno, à união com o Esposo divino, Jesus, para preparar deste modo o seu dote para as bodas eternas. Um dote que Catarina vê no saber compartilhar os sofrimentos de

Cristo, enfrentando com serenidade as dificuldades, angústias, desprezos e incompreensões (cf. Le sette armi spirituali, X, 20, pp. 57-5). No início de 1463 as enfermidades agravam-se; reúne as irmãs de hábito pela última vez no Capítulo, para lhes anunciar a sua morte e recomendar a observância da regra. Por volta do fim de Fevereiro é provada por fortes sofrimentos que já não a deixarão, mas é ela que conforta as irmãs na dor, assegurando-lhes a sua ajuda inclusive do Céu. Depois de ter recebido os últimos Sacramentos, entrega ao confessor o escrito As sete armas espirituais e entra em agonia; o seu rosto faz-se bonito e luminoso; olha ainda com amor para quantas a circundam e expira docilmente, pronunciando três vezes o nome de Jesus: é o dia de Março de 1463 (cf. I. Bembo, Specchio di illuminazione. Vita di S. Caterina a Bologna, Florença 2001, cap. III). Catarina será canonizada pelo Papa Clemente XI no dia 22 de Maio de 1712. A cidade de Bolonha, na capela do mosteiro do Corpus Domini, conserva o seu corpo incorrupto.

Caros amigos, santa Catarina de Bolonha, com as suas palavras e com a sua vida, é um forte convite a deixar-nos guiar sempre por Deus, a cumprir quotidianamente a sua vontade, embora muitas vezes não corresponda aos nossos desígnios, a confiar na sua Providência que jamais nos deixa sozinhos. Nesta perspectiva, santa Catarina fala conosco; à distância de muitos séculos, ainda é muito moderna e fala à nossa vida. Como nós, ela sofre a tentação, padece as tentações da incredulidade, da sensualidade, de um difícil combate espiritual. Sente-se abandonada por Deus, encontra-se na obscuridade da fé. Mas em todas estas situações apoia-se sempre na mão do Senhor, não O deixa, não O abandona. E caminhando de mãos dadas com o Senhor, percorre a via reta e encontra o caminho da luz. Assim, diz-nos também a nós: coragem, também na noite da fé, mesmo em muitas dúvidas que possam existir, não deixa a mão do Senhor, caminha de mãos dadas com Ele, crê na bondade de Deus; assim é caminhar pela vida reta E gostaria de ressaltar outro aspecto, o da sua grande humildade: é uma pessoa que não quer ser alguém ou algo; não deseja aparecer; não quer governar. Deseja servir, cumprir a vontade de Deus, estar ao serviço dos outros. E precisamente por isso, Catarina era credível na autoridade, porque se podia ver que para ela a autoridade era precisamente servir o próximo. Peçamos a Deus, por intercessão da nossa santa, o dom de realizar o programa que Ele tem para nós, com coragem e generosidade, para que somente Ele seja a rocha sólida sobre a qual se edifica a nossa vida. Obrigado.

2011

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 5 de Janeiro de 2011

O Tempo do Natal

Estimados irmãos e irmãs!

Estou feliz por vos receber nesta primeira Audiência geral do novo ano e, de todo o coração, transmito-vos, bem como às vossas famílias os meus fervorosos bons votos. O Senhor do tempo e da história oriente os nossos passos pelo caminho do bem e conceda a cada um abundantes graças e prosperidade. Ainda circundados pela luz do Santo Natal, que nos convida à alegria pelo advento do Salvador, hoje estamos na vigília da Epifania, na qual celebramos a manifestação do Senhor a todos os povos. A festividade do Natal fascina, tanto hoje como outrora, mais do que as outras grandes festas da Igreja; fascina porque todos, de certo modo, intuem que o nascimento de Jesus tem a ver com as aspirações e as esperanças mais profundas do homem. O consumismo pode distrair desta saudade interior, mas se no coração existe o desejo de receber aquele Menino que traz a novidade de Deus, que veio para nos oferecer a vida em plenitude, as luzes dos adornos natalícios podem tornar-se sobretudo um reflexo da Luz que se acendeu mediante a Encarnação de Deus.

Nas celebrações litúrgicas destes dias santos vivemos de maneira misteriosa mas real a entrada do Filho de Deus no mundo e fomos iluminados mais uma vez pela luz do seu fulgor. Cada celebração é presença atual do mistério de Cristo e, nela, prolonga-se a história da salvação. A propósito do Natal, o Papa são Leão Magno afirma: «Embora a sucessão das obras corpóreas agora tenha passado, como foi ordenado antecipadamente no desígnio eterno..., todavia nós adoramos continuamente o mesmo parto da Virgem que produz a nossa salvação» (Sermão sobre o Natal do Senhor, 29, 2), e esclarece: «Porque aquele dia não passou, de tal modo que tenha passado também o poder da obra que então foi revelada» (Sermão sobre a Epifania, 36, 1). Celebrar os acontecimentos da Encarnação do Filho de Deus não é uma simples recordação de eventos do passado, mas significa tornar presentes aqueles mistérios portadores de salvação. Na Liturgia, na celebração dos Sacramentos, aqueles mistérios fazem-se atuais e tornam-se eficazes para nós, hoje. São Leão Magno afirma novamente: «Tudo aquilo que o Filho de Deus fez e ensinou para reconciliar o mundo, não o conhecemos somente através da narração de obras levadas a cabo no passado, mas vivemos sob o efeito do dinamismo de tais obras presentes» (Sermão 52, 1).

Na Constituição sobre a sagrada liturgia, o Concílio Vaticano II ressalta o modo como a obra da salvação realizada por Cristo continua na Igreja, mediante a celebração dos santos mistérios, graças à ação do Espírito Santo. Já no Antigo Testamento, no caminho rumo à plenitude

da fé, temos testemunhos do modo como a presença e a ação de Deus é interposta através dos sinais, por exemplo o sinal do fogo (cf. Êx 3, 2 ss.; 19, 18). Mas a partir da Encarnação realiza-se algo surpreendente: o regime de contato salvífico com Deus transforma-se radicalmente e a carne torna-se o instrumento da salvação: «*Verbum caro factum est*», «o Verbo fez-se carne», escreve o evangelista João, enquanto um autor cristão do século III, Tertuliano, afirma: «*Caro salutis est cardo*», «a carne é o fulcro da salvação» (De carnis resurrectione, 8, 3: PL 2, 806).

O Natal é já o primeiro fruto do «*sacramentum-mysterium paschale*», ou seja, o princípio do mistério central da salvação que culmina na paixão, morte e ressurreição, porque Jesus dá início à oferenda de si mesmo por amor, desde o primeiro instante da sua existência humana, no seio da Virgem Maria. Por conseguinte, a noite de Natal está profundamente vinculada à grande vigília da noite da Páscoa, quando a redenção se realiza no sacrifício glorioso do Senhor morto e ressuscitado. O próprio presépio, como imagem da Encarnação do Verbo, à luz da narração evangélica, já alude à Páscoa, e é interessante ver como em alguns ícones da Natividade, na tradição oriental, o Menino Jesus é representado envolto em faixas e colocado numa manjedoura que tem a forma de um sepulcro; uma alusão ao momento em que Ele será deposto da cruz, envolvido num lençol e depositado num sepulcro escavado na rocha (cf. Lc 2, 7; e 23, 53). Encarnação e Páscoa não se encontram uma ao lado da outra, mas constituem os dois pontos-chave inseparáveis da única fé em Jesus Cristo, o Filho de Deus Encarnado e Redentor. Cruz e Ressurreição pressupõem a Encarnação. Só porque verdadeiramente o Filho, e nele o próprio Deus, «desceu» e «se fez carne», a morte e a ressurreição de Jesus constituem acontecimentos que nos são contemporâneos e nos dizem respeito, nos arrebatam da morte e nos abrem para um futuro em que esta «carne», a existência terrena e transitória, entrará na eternidade de Deus. Nesta perspectiva unitária do Mistério de Cristo, a visita ao presépio orienta para a visita à Eucaristia, onde está presente de modo real o Cristo crucificado e ressuscitado, o Cristo vivo.

Então, a celebração litúrgica do Natal não representa apenas uma recordação, mas é sobretudo um mistério; não é só memória, mas também presença. Para captar o sentido destes dois aspectos inseparáveis, é necessário viver intensamente todo o Tempo natalício como a Igreja o apresenta. Se o considerarmos em sentido lato, ele prolonga-se por quarenta dias, de 25 de Dezembro a 2 de Fevereiro, desde a celebração da Noite de Natal, até à Maternidade de Maria, à Epifania, ao Batismo de Jesus, às bodas de Caná, à Apresentação no Templo, precisamente em analogia com o Tempo pascal, que forma uma unidade de cinquenta dias, até ao Pentecostes. A manifestação de Deus na carne é um acontecimento que revelou a Verdade na

história. Com efeito, a data de 25 de Dezembro, única à ideia da manifestação solar — Deus que aparece como luz sem ocaso, no horizonte da história — recorda-nos que não se trata unicamente de uma ideia, aquela segundo a qual Deus é a plenitude da luz, mas de uma realidade para nós homens já realizada e sempre atual: tanto hoje como outrora, Deus revela-se na carne, ou seja, no «corpo vivo» da Igreja peregrina no tempo, e nos Sacramentos concede-nos hoje a salvação.

Os símbolos das celebrações natalícias, evocados pelas Leituras e pelas orações, conferem à liturgia deste Tempo um profundo sentido de «epifania» de Deus no seu Cristo-Verbo encarnado, ou seja, de «manifestação» que possui também um significado escatológico, isto é, orienta para os últimos tempos. Já no Advento, as duas vindas, a histórica e a do fim da história, estavam diretamente vinculadas entre si; mas é em particular na Epifania e no Batismo de Jesus que a manifestação messiânica se celebra na perspectiva das expectativas escatológicas: a consagração messiânica de Jesus, Verbo encarnado, mediante a efusão do Espírito Santo de forma visível, completa o tempo das promessas e assim inaugura os últimos tempos.

É necessário resgatar este Tempo natalício de um revestimento demasiado moralista e sentimental. A celebração do Natal não nos propõe apenas alguns exemplos a imitar, como a humildade e a pobreza do Senhor, a sua benevolência e o seu amor pelos homens; mas é sobretudo um convite a deixar-se transformar totalmente por Aquele que entrou na nossa carne. São Leão Magno exclama: «O Filho de Deus... uniu-se a nós e vinculou-nos a si de tal modo que a humilhação de Deus até à condição humana se tornasse uma elevação do homem até às alturas de Deus» (Sermão sobre o Natal do Senhor, 27, 2). A manifestação de Deus tem como finalidade a nossa participação na vida divina, na realização em nós mesmos do mistério da sua Encarnação. Tal mistério constitui o cumprimento da vocação do homem. São Leão Magno explica-nos novamente a importância concreta e sempre atual do mistério do Natal para a vida cristã: «As palavras do Evangelho e dos Profetas... inflamam o nosso espírito e ensinam-nos a compreender a Natividade do Senhor, este mistério do Verbo que se fez carne, não tanto como uma recordação de um acontecimento passado, mas sobretudo como um fato que se realiza sob os nossos olhos... é como se, na solenidade hodierna, ainda se proclamasse: "Anuncio-vos uma grande alegria, que será para todo o povo: hoje, na cidade de Davi, nasceu para vós um Salvador, que é Cristo Senhor"» (Sermão sobre o Natal do Senhor, 29, 1). E acrescenta: «Reconhece, cristão, a tua dignidade e, tendo-te tornado partícipe da natureza divina, presta atenção a não recair, com uma conduta indigna, de tal grandeza na baixeza primitiva» (Sermão 1 sobre o Natal do Senhor, 3).

Estimados amigos, vivamos este Tempo natalício com intensidade: depois de termos adorado o Filho de Deus que se fez homem e foi colocado numa manjedoura, agora somos chamados a passar ao altar do Sacrifício, onde Cristo, o Pão que desceu do céu, se nos oferece como verdadeiro alimento para a vida eterna. E aquilo que nós vimos com os nossos olhos, na mesa da Palavra e do Pão de Vida, o que contemplamos, aquilo que as nossas mãos tocaram, ou seja o Verbo que se fez carne, anunciemo-lo com alegria ao mundo e testemunhemo-lo generosamente com toda a nossa vida. Renovo de coração a todos vós e aos vossos entes queridos os sinceros bons votos para o Novo Ano e desejo-vos uma feliz festividade da Epifania.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 12 de Janeiro de 2011

Santa Catarina de Gênova

Prezados irmãos e irmãs!

Hoje gostaria de vos falar de outra santa que tem o nome de Catarina, depois de Catarina de Sena e Catarina de Bolonha; falo de Catarina de Gênova, conhecida sobretudo pela sua visão sobre o purgatório. O texto que descreve a sua vida e o seu pensamento foi publicado nessa cidade da Ligúria em 1551; ele é dividido em três parte: a Vida propriamente dita, a Demonstração e declaração do purgatório — mais conhecida como Tratado — e o Diálogo entre a alma e o corpo (cf. Livro da Vida admirável e da doutrina santa, da beata Catarina de Gênova, que contém uma útil e católica demonstração e declaração do purgatório, Gênova, 1551). O redator final foi o confessor de Catarina, o sacerdote Cattaneo Marabotto.

Catarina nasceu em Gênova, em 1447; última de cinco filhos, ficou órfã do pai, Giacomo Fieschi, ainda em tenra idade. A mãe, Francesca di Negro, dispensou uma válida educação cristã, a tal ponto que a maior das duas filhas se tornou religiosa. Com 16 anos, Catarina foi concedida como esposa a Giuliano Adorno, um homem que, depois de várias experiências comerciais e militares no Médio Oriente, tinha regressado a Gênova para casar. A vida matrimonial não foi fácil, também devido à índole do marido, apaixonado pelo jogo de azar. Inicialmente, a própria Catarina foi induzida a levar um tipo de vida mundana em que, contudo, não conseguia encontrar a serenidade. Depois de dez anos, no seu coração havia um profundo sentido de vazio e de amargura.

A conversão teve início a 20 de Março de 1473, graças a uma experiência singular. Tendo ido à igreja de são Bento e ao mosteiro de Nossa Senhora das Graças para se confessar, ajoelhou-se diante do sacerdote e «recebeu — como ela mesma escreve — uma chaga no coração, de um imenso amor de Deus», com uma visão tão clarividente das suas misérias e dos seus defeitos e, ao mesmo tempo, da bondade de Deus, que quase desmaiou. Foi tocada no coração por este conhecimento de si mesma, da vida vazia que ela levava e da bondade de Deus. Desta experiência derivou a decisão que orientou toda a sua vida, expressa com estas palavras: «Basta com o mundo e com os pecados» (cf. Vida admirável, 3rv). Então Catarina fugiu, suspendendo a Confissão. Voltou para casa, entrou no quarto mais escondido e chorou prolongadamente. Naquele momento, foi instruída interiormente sobre a oração e adquiriu a consciência do imenso amor de Deus por ela, pecadora, uma experiência espiritual que não conseguia expressar com palavras (cf. Vida admirável, 4r). Foi nessa ocasião que lhe apareceu Jesus sofredor que carregava a cruz, como é frequentemente representado na iconografia da santa.

Poucos dias depois, foi ter com o sacerdote para finalmente realizar uma boa Confissão. Aqui teve início aquela «vida de purificação» que, durante muito tempo, lhe fez sentir uma dor constante pelos pecados cometidos e que a impeliu a impor-se penitências e sacrifícios para demonstrar o seu amor a Deus.

Neste caminho, Catarina foi-se aproximando cada vez mais do Senhor, até entrar naquela que é denominada «vida unitiva», ou seja, uma relação de profunda união com Deus. Na Vida está escrito que a sua alma era orientada e ensinada interiormente só pelo dócil amor de Deus, que lhe concedia tudo aquilo que ela precisava. Catarina abandonou-se de modo tão total nas mãos do Senhor que chegou a viver, durante cerca de vinte e cinco anos — como ela escreve — «sem o intermédio de qualquer criatura, instruída e governada unicamente por Deus» (Vida, 117r-118r), alimentada sobretudo pela oração constante e pela Sagrada Comunhão recebida todos os dias, o que não era comum na sua época. Só muitos anos mais tarde o Senhor lhe concedeu um sacerdote que cuidasse da sua alma.

Catarina hesitava sempre em confiar e manifestar a sua experiência de comunhão mística com Deus, sobretudo pela profunda humildade que sentia diante das graças do Senhor. Foi só a perspectiva de dar glória a Ele e de poder favorecer o caminho espiritual de outros que a levou a narrar aquilo que se verificava nela, a partir do momento da sua conversão, que é a sua experiência originária e fundamental. O lugar da sua ascensão aos vértices místicos foi o hospital de Pammatone, a maior estrutura hospitalar genovesa, da qual foi diretora e animadora. Portanto, não obstante esta profundidade da sua vida interior, Catarina vive uma existência totalmente ativa. Em Pammatone foi-se formando ao seu redor um grupo de seguidores, discípulos e colaboradores, fascinados pela sua vida de fé e pela sua caridade. O próprio marido, Giuliano Adorno, foi conquistado por ela, a ponto de abandonar a sua vida desregrada, de se tornar terciário franciscano e de se transferir para o hospital, para oferecer a sua ajuda à esposa. O compromisso de Catarina no cuidado dos doentes continuou até ao fim do seu caminho terreno, a 15 de Setembro de 1510. Desde a conversão até à morte, não houve acontecimentos extraordinários, mas dois elementos caracterizaram toda a sua existência: por um lado a experiência mística, ou seja, a profunda união com Deus, sentida como uma união esponsal e, por outro, a assistência aos enfermos, a organização do hospital e o serviço ao próximo, especialmente aos mais necessitados e abandonados. Estes dois pólos — Deus e o próximo — preencheram totalmente a sua vida, transcorrida praticamente entre as paredes do hospital.

Estimados amigos, nunca devemos esquecer que quanto mais amarmos a Deus e formos constantes na oração, tanto mais conseguiremos amar verdadeiramente quantos estão ao nosso redor, quem está perto de nós, porque seremos capazes de ver em cada pessoa o Rosto do Se-

nhor, que ama sem limites nem distinções. A mística não cria distâncias em relação ao outro, não cria uma vida abstrata, mas sobretudo aproxima do outro, porque se começa a ver e a agir com os olhos, com o Coração de Deus.

O pensamento de Catarina sobre o purgatório, pelo qual ela é particularmente conhecida, está condensado nas últimas duas partes do livro citado no início: o Tratado sobre o purgatório e o Diálogo entre a alma e o corpo. É importante observar que, na sua experiência mística, Catarina jamais tem revelações específicas sobre o purgatório ou sobre as almas que ali estão a purificar-se. Todavia, nos escritos inspirados pela nossa santa, é um elemento central, e o modo de o descrever tem características originais em relação à sua época. O primeiro traço original diz respeito ao «lugar» da purificação das almas. No seu tempo, ele era representado principalmente com o recurso a imagens ligadas ao espaço: pensava-se num certo espaço, onde se encontraria o purgatório. Em Catarina, ao contrário, o purgatório não é apresentado como um elemento da paisagem das vísceras da terra: é um fogo não exterior, mas interior. Este é o purgatório, um fogo interior. A santa fala do caminho de purificação da alma, rumo à plena comunhão com Deus, a partir da própria experiência de profunda dor pelos pecados cometidos, em relação ao amor infinito de Deus (cf. Vida admirável, 171v). Ouvimos sobre o momento da conversão, quando Catarina sente repentinamente a bondade de Deus, a distância infinita da própria vida desta bondade e um fogo ardente no interior de si mesma. E este é o fogo que purifica, é o fogo interior do purgatório. Também aqui há um traço original em relação ao pensamento do tempo. Com efeito, não se começa a partir do além para narrar os tormentos do purgatório — como era habitual naquela época e talvez ainda hoje — e depois indicar o caminho para a purificação ou a conversão, mas a nossa santa começa a partir da própria experiência interior da sua vida a caminho da eternidade. A alma — diz Catarina — apresenta-se a Deus ainda vinculada aos desejos e à pena que derivam do pecado, e isto torna-lhe impossível regozijar com a visão beatífica de Deus. Catarina afirma que Deus é tão puro e santo que a alma com as manchas do pecado não pode encontrar-se na presença da majestade divina (cf. Vida admirável, 177r). E também nós sentimos como estamos distantes, como estamos repletos de tantas coisas, a ponto de não podermos ver Deus. A alma está consciente do imenso amor e da justiça perfeita de Deus e, por conseguinte, sofre por não ter correspondido de modo correto e perfeito a tal amor, e precisamente o amor a Deus torna-se chama, é o próprio amor que a purifica das suas escórias de pecado.

Em Catarina entrevê-se a presença de fontes teológicas e místicas das quais era normal haurir na sua época. Em particular, encontra-se uma imagem típica de Dionísio, o Areopagita, ou seja, aquela do fio de ouro que liga o coração humano ao próprio Deus. Quando Deus purifica

o homem, liga-o com um fio de ouro extremamente fino, que é o seu mor, e atrai-o a si com um afeto tão forte, que o homem permanece como que «superado, vencido e totalmente fora de si». Assim, o coração do homem é invadido pelo amor de Deus, que se torna o único guia, o único motor da sua existência (cf. Vida admirável, 246rv). Esta situação de elevação a Deus e de abandono à sua vontade, expressa na imagem do fio, é utilizada por Catarina para manifestar a obra da luz divina nas almas do purgatório, luz que as purifica e eleva aos esplendores dos raios fúlgidos de Deus (cf. Vida admirável, 179r).

Queridos amigos, na sua experiência de união com Deus os santos alcançam um «saber» tão profundo dos mistérios divinos, no qual o amor e o conhecimento se compenetram, a ponto de ajudarem os próprios teólogos no seu compromisso de estudo, *de intelligentia fidei*, *de intelligentia* dos mistérios da fé, de aprofundamento real dos mistérios, por exemplo daquilo que é o purgatório.

Com a sua vida, santa Catarina ensina-nos que quanto mais amamos a Deus e entramos em intimidade com Ele na oração, tanto mais Ele se faz conhecer e acende o nosso coração com o seu amor. Escrevendo acerca do purgatório, a santa recorda-nos uma verdade fundamental da fé, que se torna para nós um convite a rezar pelos defuntos, a fim de que eles possam chegar à visão beatífica de Deus na comunhão dos santos (cf. Catecismo da Igreja Católica, n. 1032). Além disso, o serviço humilde, fiel e generoso, que a santa prestou durante toda a sua vida no hospital de Pammatone, é um exemplo luminoso de caridade para todos e um encorajamento especialmente para as mulheres que oferecem uma contribuição fundamental para a sociedade e a Igreja com a sua obra preciosa, enriquecida pela sua sensibilidade e pela atenção aos mais pobres e necessitados. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 19 de Janeiro de 2011

Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos

Amados irmãos e irmãs

Celebramos a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, em que todos os crentes em Cristo são convidados a unir-se em oração para dar testemunho do profundo vínculo que existe entre eles e para invocar o dom da plena comunhão. É providencial o fato de que, no caminho para construir a unidade, a oração seja posta no centro: isto recorda-nos, mais uma vez, que a unidade não pode ser um simples produto do agir humano; ela é antes de tudo um dom de Deus, que comporta um crescimento na comunhão com o Pai, o Filho e o Espírito Santo. O Concílio Vaticano II diz: «Tais preces comuns são certamente um meio muito eficaz para impetrar a graça da unidade. São uma genuína manifestação dos vínculos pelos quais os católicos ainda estão unidos aos irmãos separados: "Porque onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome [diz o Senhor], aí estou Eu no meio deles" (Mt 18, 20)» (Decreto Unitatis redintegratio, 8). O caminho rumo à unidade visível entre todos os cristãos habita na oração porque, fundamentalmente, a unidade não somos nós que a «construímos», mas é Deus que a «constrói», deriva dele, do Mistério trinitário, da unidade do Pai com o Filho no diálogo de amor que é o Espírito Santo, e o nosso compromisso ecumênico deve abrir-se à obra divina, deve fazer-se invocação quotidiana da ajuda de Deus. A Igreja é sua, e não nossa.

O tema escolhido este ano para a Semana de Oração faz referência à experiência da primeira comunidade cristã de Jerusalém, como é descrita pelos Atos dos Apóstolos; ouvimos o texto: «Eles eram assíduos ao ensino dos apóstolos, à união fraterna, à fracção do pão e à oração» (At 2, 42). Devemos considerar que já no momento do Pentecostes o Espírito Santo desce sobre pessoas de diferentes línguas e culturas: isto significa que a Igreja abraça desde o início pessoas de diversas proveniências e, todavia, precisamente a partir de tais diferenças, o Espírito cria um único corpo. Como início da Igreja, o Pentecostes assinala a ampliação da Aliança de Deus a todas as criaturas, povos e tempos, para que a inteira criação caminhe rumo à sua verdadeira finalidade: ser lugar de unidade e de amor.

No trecho citado pelos Atos dos Apóstolos, quatro características definem a primeira comunidade cristã de Jerusalém como lugar de unidade e de amor, e são Lucas não quer apenas descrever algo do passado. Oferece-nos este modelo como norma da Igreja presente, porque estas quatro características devem constituir sempre a vida da Igreja. Primeira característica, ser unida e assídua à escuta do ensino dos Apóstolos, depois à comunhão fraterna, à fracção do pão e às orações. Como eu disse, estes quatro elementos ainda hoje são os pilares da vida de

cada comunidade cristã e constituem também o único fundamento sólido sobre o qual progredir na busca da unidade visível da Igreja.

Antes de tudo temos a escuta do ensino dos Apóstolos, ou seja, a escuta do testemunho que eles dão da missão, da vida, morte e ressurreição do Senhor. É a isto que Paulo chama simplesmente o «Evangelho». Os primeiros cristãos recebiam o Evangelho dos lábios dos Apóstolos, eram unidos pela sua escuta e pela sua proclamação porque o Evangelho, como afirma São Paulo, «é uma força vinda de Deus para a salvação de todo aquele que crê» (Rm 1, 16). Ainda hoje, a comunidade dos fiéis reconhece na referência ao ensino dos Apóstolos a norma da própria fé: cada esforço pela construção da unidade entre todos os cristãos passa, portanto, através do aprofundamento da fidelidade ao *depositum fidei* que nos foi transmitido pelos Apóstolos. Firmeza na fé é o fundamento da nossa comunhão, é o alicerce da unidade cristã.

O segundo elemento é a comunhão fraterna. Na época da primeira comunidade cristã, bem como nos nossos dias, ela é a expressão mais tangível, sobretudo para o mundo externo, da unidade entre os discípulos do Senhor. Nos Atos dos Apóstolos lemos que os primeiros cristãos tinham tudo em comum, e quem dispunha de propriedades e bens, vendia-os para os dividir com os necessitados (cf. At 2, 44-45). Na história da Igreja, esta partilha dos próprios bens encontrou modalidades de expressão sempre novas. Uma delas, peculiar, é a das relações de fraternidade e de amizade, construídas entre cristãos de diversas confissões. A história do movimento ecumênico está marcada por dificuldades e incertezas, mas é também uma história de fraternidade, de cooperação e de partilha humana e espiritual, que mudou em medida significativa as relações entre os crentes no Senhor Jesus: todos estamos comprometidos em continuar por este caminho. Portanto o segundo elemento, a comunhão, é antes de tudo comunhão com Deus através da fé; mas a comunhão com Deus cria a comunhão entre nós e manifesta-se necessariamente naquela comunhão concreta da qual falam os Atos dos Apóstolos, ou seja, a partilha. Ninguém na comunidade cristã deve sentir fome, nem ser pobre: esta é uma obrigação fundamental. A comunhão com Deus, realizada como comunhão fraterna, expressa-se concretamente no compromisso social, na caridade cristã e na justiça.

Terceiro elemento: na vida da primeira comunidade de Jerusalém era essencial o momento da fracção do pão, em que o próprio Senhor se torna presente com o único sacrifício da Cruz no seu doar-se completamente pela vida dos seus amigos: «Isto é o meu Corpo que será entregue por vós... Este é o cálice do meu Sangue... derramado por vós». «A Igreja vive da Eucaristia. Esta verdade não exprime apenas uma experiência diária de fé, mas contém em síntese o próprio núcleo do mistério da Igreja» (João Paulo II, Encíclica Ecclesia de Eucharistia, 1). A comunhão no sacrifício de Cristo é o ápice da nossa união com Deus e portanto representa tam-

bém a plenitude da unidade dos discípulos de Cristo, a plena comunhão. Durante esta semana de oração pela unidade é particularmente viva a lástima pela impossibilidade de compartilhar a mesma Mesa eucarística, sinal de que ainda estamos distantes da realização da unidade pela qual Cristo orou. Esta experiência dolorosa, que confere inclusive uma dimensão penitencial à nossa oração, deve tornar-se motivo de um compromisso ainda mais generoso da parte de todos a fim de que, removidos os obstáculos para a plena comunhão, chegue o dia em que será possível reunir-nos ao redor da Mesa do Senhor, partir juntos o Pão eucarístico e beber do mesmo cálice.

Enfim, a oração — ou, como diz são Lucas, as orações — é a quarta característica da Igreja primitiva de Jerusalém, descrita no livro dos Atos dos Apóstolos. A oração é desde sempre a atitude constante dos discípulos de Cristo, o que acompanha a sua vida diária em obediência à vontade de Deus, como nos atestam também as palavras do apóstolo Paulo, que escreve na primeira carta aos Tessalonicenses: «Vivei sempre felizes. Orai sem cessar. Em todas as circunstâncias dai graças, porque esta é a vontade de Deus para vós em Jesus Cristo» (1 Ts 5, 16-18; cf. Ef 6, 18). A oração cristã, participação na prece de Jesus, é experiência filial por excelência, como nos atestam as palavras do Pai-Nosso, oração da família — o «nós» dos filhos de Deus, dos irmãos e das irmãs — que fala ao Pai comum. Portanto, pôr-se em atitude de oração significa também abrir-se à fraternidade. Só no «nós» podemos recitar o Pai-Nosso. Por isso abramo-nos à fraternidade, que deriva do fato de sermos filhos do único Pai celeste e estarmos dispostos ao perdão e à reconciliação.

Caros Irmãos e Irmãs, como discípulos do Senhor temos uma comum responsabilidade pelo mundo, temos que prestar um serviço comum: como a primeira comunidade cristã de Jerusalém, começando a partir daquilo que já compartilhamos, temos que oferecer um forte testemunho, fundado espiritualmente e sustentado pela razão, do único Deus que se revelou e nos fala em Cristo, para sermos portadores de uma mensagem que oriente e ilumine o caminho do homem do nosso tempo, muitas vezes desprovido de pontos de referência claros e válidos. Então, é importante crescer cada dia no amor recíproco, comprometendo-nos a superar as barreiras que ainda existem entre os cristãos; sentir que existe uma verdadeira unidade interior entre todos aqueles que seguem o Senhor; colaborar o mais possível, trabalhando juntos sobre as questões ainda abertas; e sobretudo permanecendo conscientes de que neste itinerário o Senhor deve assistir-nos, ainda nos deve ajudar muito, pois sem Ele, sozinhos, sem «permanecer nele», nada podemos (cf. Jo 15, 5).

Estimados amigos, é de novo na oração que nos encontramos reunidos — particularmente nesta semana — com todos aqueles que professam a sua fé em Jesus Cristo, Filho de Deus:

perseveremos na oração, sejamos homens de oração, implorando de Deus o dom da unidade, para que se realize para o mundo inteiro o seu desígnio de salvação e de reconciliação. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 26 de Janeiro de 2011

Santa Joana d'Arc

Estimados irmãos e irmãs!

Hoje gostaria de vos falar de Joana d'Arc, uma jovem santa do fim da Idade Média, morta com 19 anos em 1431. Esta santa francesa, citada várias vezes no Catecismo da Igreja Católica, está particularmente próxima de santa Catarina de Sena, padroeira da Itália e da Europa, de quem falei numa catequese recente. Com efeito, são duas jovens do povo, leigas e consagradas na virgindade; duas místicas comprometidas, não no claustro, mas sim no meio das realidades mais dramáticas da Igreja e do mundo da sua época. São, talvez, as figuras mais características daquelas «mulheres fortes» que, no final da Idade Média, propagaram sem medo a grande luz do Evangelho nas complexas vicissitudes da história. Poderíamos compará-las com as santas mulheres que permaneceram no Calvário, perto de Jesus Crucificado e de Maria, sua Mãe, enquanto os Apóstolos fugiram e o próprio Pedro O tinha negado três vezes. Naquele período, a Igreja vivia a profunda crise do grande cisma do Ocidente, que durou quase 40 anos. Quando Catarina de Siena faleceu, em 1380, havia um Papa e um antipapa; quando Joana nasceu, em 1412, havia um Papa e dois antipapas. Juntamente com esta laceração no interior da Igreja havia contínuas guerras fratricidas entre os povos cristãos da Europa, das quais a mais dramática foi a interminável «Guerra dos cem anos» entre a França e a Inglaterra.

Joana d'Arc não sabia ler nem escrever, mas pode ser conhecida no mais profunda da sua alma graças a duas fontes de extraordinário valor histórico: os dois Processos que lhe dizem respeito. O primeiro, o Processo de Condenação (PCon), contém a transcrição dos longos e numerosos interrogatórios de Joana, durante os últimos meses da sua vida (Fevereiro-Maio de 1431), e cita as próprias palavras da santa. O segundo, o Processo de Nulidade da Condenação, ou de «Reabilitação» (PNul), contém as desposições de cerca de 120 testemunhas oculares de todos os períodos da sua vida (cf. Procès de Condamnation de Jeanne d'Arc, 3 vols. e Procès en Nullité de la Condamnation de Jeanne d'Arc, 5 vols., ed. Klincksieck, Paris 1960-1989).

Joana nasce em Domremy, um pequeno povoado situado na fronteira entre a França e a Lorena. Os seus pais são camponeses abastados, conhecidos por todos como cristãos excelentes. Deles recebe uma boa educação religiosa, com uma notável influência da espiritualidade do Nome de Jesus, ensinada por são Bernardino de Sena e propagada na Europa pelos franciscanos. Ao Nome de Jesus é sempre unido o Nome de Maria e assim, por detrás da religiosidade

popular, a espiritualidade de Joana é profundamente cristocêntrica e mariana. Desde a infância, ela demonstra uma grande caridade e compaixão pelos mais pobres, pelos doentes e por todos os que sofrem, no contexto dramático da guerra.

Das suas próprias palavras sabemos que a vida religiosa de Joana amadurece como experiência mística a partir da idade de 13 anos (PCon, I, pp. 47-48). Através da «voz» do ancanjo são Miguel, Joana sente-se chamada pelo Senhor a intensificar a sua vida cristã e também a comprometer-se pessoalmente pela libertação do seu povo. A sua resposta imediata, o seu «sim» é o voto de virgindade, com um novo compromisso na vida sacramental e na oração: participação quotidiana na Missa, Confissão e Comunhão frequentes, longos momentos de oração silenciosa diante do Crucifixo ou da imagem de Nossa Senhora. A compaixão e o compromisso da jovem camponesa francesa diante do sofrimento do seu povo tornam-se mais intensos graças à sua relação mística com Deus. Um dos aspectos mais originais da santidade desta jovem é precisamente este vínculo entre experiência mística e missão política. Depois dos anos de vida escondida e de amadurecimento interior segue-se o biénio breve, mas intenso, da sua vida pública: um ano de ação e um ano de paixão.

No início do ano de 1429, Joana começa a sua obra de libertação. Os numerosos testemunhos mostram-nos esta jovem de apenas 17 anos como uma pessoa muito forte e determinada, capaz de convencer homens inseguros e desanimados. Superando todos os obstáculos, encontra o Delfim da França, o futuro Rei Carlos VII, que em Poitiers a submete a um exame da parte de alguns teólogos da Universidade. O seu juízo é positivo: nela não vêem nada de mal, mas só uma boa cristã.

A 22 de Março de 1429, Joana dita uma importante carta ao Rei da Inglaterra e aos seus homens que assediam a cidade de Orléans (Ibid., pp. 221-222). A sua proposta é de verdadeira paz na justiça entre os dois povos cristãos, à luz dos Nomes de Jesus e de Maria, mas é rejeitada, e Joana deve empenhar-se na luta pela libertação da cidade, que tem lugar no dia 8 de Maio. O outro momento culminante da sua obra é a coroação do Rei Carlos VII em Reims, no dia 17 de Julho de 1429. Durante um ano inteiro, Joana vive com os soldados, realizando no meio deles uma verdadeira missão de evangelização. São numerosos os testemunhos relativos à sua bondade, à sua coragem e à sua pureza extraordinária. É chamada por todos e ela mesma define-se «a donzela», ou seja, a virgem.

A paixão de Joana tem início a 23 de Maio de 1430, quando cai prisioneira nas mãos dos seus inimigos. No dia 23 de Dezembro é conduzida à cidade de Rouen. É ali que se realiza o longo e dramático Processo de Condenação, que começa em Fevereiro de 1431 e termina a 30 de Maio, com a fogueira. É um processo grande e solene, presidido por dois juízes eclesiásticos,

o bispo Pierre Cauchon e o inquisidor Jean le Maistre, mas na realidade inteiramente orientado por um numeroso grupo de teólogos da célebre Universidade de Paris, que participam no processo como assessores. São eclesiásticos franceses que, tendo feito uma escolha política oposta àquela de Joana, têm a priori um juízo negativo sobre a sua pessoa e a sua missão. Este processo é uma página devastante da história da santidade e também uma página iluminadora sobre o mistério da Igreja que, segundo as palavras do Concílio Vaticano II, é «simultaneamente santa e sempre necessitada de purificação» (LG, 8). É o encontro dramático entre esta santa e os seus juízes, que são eclesiásticos. Joana é acusada e julgada por eles, a ponto de ser condenada como herege e enviada à morte terrível na fogueira. Diversamente dos santos teólogos que tinham iluminado a Universidade de Paris, como são Boaventura, são Tomas de Aquino e o beato Duns Scoto, dos quais falei em algumas catequeses, estes juízes são teólogos aos quais faltam a caridade e a humildade de ver nesta jovem a obra de Deus. Vêm à mente as palavra de Jesus, segundo as quais os mistérios de Deus são revelados àqueles que têm o coração das crianças, enquanto permanecem escondidos aos doutos e sábios que não têm humildade (cf. Lc 10, 21). Assim, os juízes de Joana são radicalmente incapazes de a compreender, de ver a beleza da sua alma: não sabiam que condenavam uma santa.

O apelo de Joana ao juízo do Papa, a 24 de Maio, é rejeitado pelo tribunal. Na manhã de 30 de Maio ela recebe pela última vez a sagrada Comunhão no cárcere e é imediatamente conduzida ao suplício na praça do velho mercado. Pede a um dos sacerdotes que conserve diante da fogueira uma cruz de procissão. Assim, morre contemplando Jesus Crucificado e pronunciando várias vezes e em voz alta o Nome de Jesus (PNul, I, p. 457; cf. Catecismo da Igreja Católica, 435). Cerca de 25 anos mais tarde, o Processo de Nulidade, aberto sob a autoridade do Papa Calisto III, conclui-se com uma solene sentença que declara nula a condenação (7 de Julho de 1456; PNul, II, pp. 604-610). Este longo processo, que reuniu as deposições das testemunhas e os juízos de muitos teólogos, todos favoráveis a Joana, evidencia a sua inocência e a sua fidelidade perfeita à Igreja. Joana d'Arc será depois canonizada por Bento XV, em 1920.

Prezados irmãos e irmãs o Nome de Jesus, invocado pela nossa santa até nos últimos instantes da sua vida terrena, era como que o suspiro contínuo da sua alma, como a palpitação do seu coração, o centro de toda a sua vida. O «Mistério da caridade de Joana d'Arc», que tanto tinha fascinado o poeta Charles Péguy, é este amor total por Jesus, e pelo próximo em Jesus e por Jesus. Esta santa tinha compreendido que o Amor abraça toda a realidade de Deus e do homem, do céu e da terra, da Igreja e do mundo. Jesus está sempre em primeiro lugar na sua vida, segundo a sua bonita expressão: «Nosso Senhor, o primeiro a ser servido» (PCon, I, p. 288; cf. Catecismo da Igreja Católica, 223). Amá-lo significa obedecer sempre à sua vontade.

Ela afirma com total confiança e abandono: «Entrego-me a Deus meu Criador, amo-O com todo o meu coração» (Ibid., p. 337). Com o voto de virgindade, Joana consagra de modo exclusivo toda a sua pessoa ao único Amor de Jesus: é «a sua promessa feita a nosso Senhor, de conservar bem a sua virgindade de corpo e de alma» (Ibid., pp. 149-150). A virgindade da alma é o estado de graça, valor supremo, para ela mais precioso do que a vida: é um dom de Deus, que deve ser recebido e conservado com humildade e confiança. Um dos textos mais conhecidos do primeiro Processo diz respeito precisamente a isto: Interrogada se sabia que estava na graça de Deus, responde: se não estou nela, que Deus me queira pôr; se aí estou, Deus me queira conservar» (Ibid., p. 62; cf. Catecismo da Igreja Católica a, n. 2005).

A nossa santa vive a oração na forma de um diálogo contínuo com o Senhor, que ilumina também o seu diálogo com os juízes e lhe dá paz e segurança. Ela pede com confiança: «Dulcíssimo Deus, em honra da vossa santa Paixão, peço-vos, se me amais, que me reveleis como devo responder a estes homens de Igreja» (Ibid., p. 252). Jesus é contemplado por Joana como o «Rei do Céu e da Terra». Assim, no seu estandarte, Joana mandou pintar a imagem de «Nosso Senhor que mantém o mundo» (Ibid., p. 172): ícone da sua missão política. A libertação do seu povo é uma obra de justiça humana, que Joana realiza na caridade, por amor a Jesus. O seu é um bonito exemplo de santidade para os leigos comprometidos na vida política, sobretudo nas situações mais difíceis. A fé é a luz que orienta todas as opções, como testemunhará um século mais tarde outro grande santo, o inglês Tomás More. Em Jesus, Joana contempla também toda a realidade da Igreja, tanto a «Igreja triunfante» do Céu, como a «Igreja militante» da terra. Segundo as suas palavras, «um só é Nosso Senhor e a Igreja» (Ibid., p. 166). Esta afirmação, citada pelo Catecismo da Igreja Católica (cf. n. 795), tem uma índole verdadeiramente heróica no contexto do Processo de Condenação, diante dos seus juízes, homens de Igreja, que a perseguiram e a condenaram. No Amor de Jesus, Joana encontra a força para amar a Igreja até ao fim, inclusive no momento da condenação.

Apraz-me recordar como santa Joana d'Arc teve uma profunda influência sobre uma jovem santa da época moderna: Teresa do Menino Jesus. Numa vida completamente diferente, transcorrida na clausura, a carmelita de Lisieux sentia-se muito próxima de Joana, vivendo no coração da Igreja e participando nos padecimentos de Cristo para a salvação do mundo. A Igreja reuniu-as como Padroeiras da França, depois da Virgem Maria. Santa Teresa tinha expresso o seu desejo de morrer como Joana, pronunciando o Nome de Jesus (Manuscritto B, 3r), e era animada pelo mesmo grande amor a Jesus e ao próximo, vivido na virgindade consagrada.

Queridos irmãos e irmãs, com o seu testemunho luminoso, santa Joana d'Arc convida-nos a uma medida alta da vida cristã: fazer da oração o fio condutor dos nossos dias; ter plena con-

fiança no cumprimento da vontade de Deus, qualquer que ela seja; viver a caridade sem favoritismos, sem limites e, como ela, haurindo do Amor de Jesus um profundo amor pela Igreja. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 2 de Fevereiro de 2011

Santa Teresa de Ávila [de Jesus]

Prezados irmãos e irmãs!

Durante as Catequeses que eu quis dedicar aos Padres da Igreja e a grandes figuras de teólogos e de mulheres da Idade Média tive a oportunidade de meditar também sobre alguns Santos e Santas que foram proclamados Doutores da Igreja pela sua doutrina eminente. Hoje gostaria de começar uma breve série de encontros para completar a apresentação dos Doutores da Igreja. E começo com uma santa que representa um dos vértices da espiritualidade cristã de todos os tempos: santa Teresa de Ávila [de Jesus].

Nasce em Ávila, na Espanha, em 1515, com o nome de Teresa de Ahumada. Na autobiografia ela menciona alguns pormenores da sua infância: o nascimento de «pais virtuosos e tementes a Deus», numa família numerosa, com nove irmãos e três irmãs. Ainda menina, com menos de 9 anos, tem a ocasião de ler as vidas de alguns mártires que lhe inspiram o desejo do martírio, a tal ponto que improvisa uma breve fuga de casa para morrer mártir e subir ao Céu (cf. Vida 1, 4); «Quero ver Deus», diz a pequena aos pais. Alguns anos depois, Teresa falará da suas leituras da infância e afirmará que nelas descobriu a verdade, que resume com dois princípios fundamentais: por um lado, «o fato de que tudo o que pertence ao mundo daqui, passa»; por outro, que só Deus é «para sempre», tema que retorna na celebérrima poesia «Nada te turbe / nada te espante; / tudo passa. Deus não muda; / a paciência obtém tudo; / quem possui Deus / nada lhe falta / só Deus basta!». Tendo ficado órfã de mãe com doze anos, pede à Virgem Santíssima que lhe seja mãe (cf. Vida 1, 7).

Se na adolescência a leitura de livros profanos a tinha levado às distrações de uma vida mundana, a experiência como aluna das monjas agostinianas de Santa Maria das Graças de Ávila e a leitura de livros espirituais, sobretudo clássicos de espiritualidade franciscana, ensinam-lhe o recolhimento e a oração. Com vinte anos entra no mosteiro carmelita da Encarnação, ainda em Ávila; na vida religiosa assume o nome de Teresa de Jesus. Três anos depois adoece gravemente, a ponto de ficar 4 dias de coma, aparentemente morta (cf. Vida 5, 9). Até na luta contra as próprias doenças a santa vê o combate contra as fraquezas e as resistências à chamada de Deus: «Eu desejava viver — escreve — porque entendia bem que não estava a viver, mas sim a lutar com uma sombra de morte, e não tinha alguém que me desse vida, e nem eu a podia tomar, e Aquele que ma podia dar tinha razão de não me socorrer, dado que muitas vezes me dirigira para Ele, e eu O tinha abandonado» (Vida 8, 2). Em 1543 perde a proximidade dos familiares: o pai falece e todos os seus irmãos emigram, um após o outro, para a América.

Na Quaresma de 1554, com 39 anos, Teresa chega ao ápice da luta contra as próprias debilidades. A descoberta da imagem de «um Cristo muito chagado» marca profundamente a sua vida (cf. Vida 9). A santa, que nesse período encontra profunda consonância com o santo Agostinho das Confissões, assim descreve o dia decisivo da sua experiência mística: «Acontece... que de repente tive a sensação da presença de Deus, que de nenhum modo eu podia duvidar que estava dentro de mim, e que eu estava totalmente absorvida nele» (Vida 10, 1).

Paralelamente ao amadurecimento da sua interioridade, a santa começa a desenvolver de modo concreto o ideal de reforma da Ordem carmelita: em 1562 funda em Ávila, com o apoio do Bispo da cidade, D. Alvaro de Mendoza, o primeiro Carmelo reformado, e pouco depois recebe também a aprovação do Superior-Geral da Ordem, Giovanni Battista Rossi. Nos anos seguintes continua as fundações de novos Carmelos, 17 no total. É fundamental o encontro com são João da Cruz com quem, em 1568, constitui em Duruelo, perto de Ávila, o primeiro convento de Carmelitas descalços. Em 1580 obtém de Roma a ereção a Província autónoma para os seus Carmelos reformados, ponto de partida da Ordem religiosa dos Carmelitas descalços. Teresa termina a sua vida terrena precisamente enquanto está empenhada na tarefa de fundação. Com efeito em 1582, depois de ter constituído o Carmelo de Burgos e enquanto voltava para Ávila, falece na noite de 15 de Outubro em Alba de Tormes, repetindo humildemente duas expressões: «No fim, morro como filha da Igreja» e «Meu Esposo, chegou a hora de nos vermos». Uma existência consumida na Espanha, mas despendida pela Igreja inteira. Beatificada pelo Papa Paulo V em 1614 e canonizada em 1622 por Gregório XV, é proclamada «Doutora da Igreja» pelo Servo de Deus Paulo VI em 1970.

Teresa de Jesus não tinha uma formação acadêmica, mas sempre valorizou os ensinamentos de teólogos, letrados e mestres espirituais. Como escritora, sempre se ateve àquilo que pessoalmente vivera ou vira na experiência do próximo (cf. Prólogo ao Caminho de Perfeição), isto é, a partir da experiência. Teresa consegue manter relações de amizade espiritual com muitos santos, em especial com são João da Cruz. Ao mesmo tempo, alimenta-se com a leitura dos Padres da Igreja, são Jerônimo, são Gregório Magno e santo Agostinho. Entre as suas principais obras deve-se recordar sobretudo a autobiografia, intitulada Livro da vida, ao qual ela chama Livro das Misericórdias do Senhor. Composta no Carmelo de Ávila em 1565, discorre sobre o percurso biográfico e espiritual, escrito como afirma a própria Teresa, para submeter a sua alma ao discernimento do «Mestre dos espirituais», são João de Ávila. A finalidade é evidenciar a presença e a ação de Deus misericordioso na sua vida: por isso, a obra cita com frequência o diálogo de oração com o Senhor. É uma leitura que fascina, porque a santa não só narra, mas mostra que revive a profunda experiência da sua relação com Deus. Em 1566, Te-

resa escreve o Caminho de Perfeição, por ela chamado Admoestações e conselhos que Teresa dá de Jesus às suas monjas. Destinatárias são as doze noviças do Carmelo de são José em Ávila. Teresa propõe-lhes um intenso programa de vida contemplativa ao serviço da Igreja, em cuja base estão as virtudes evangélicas e a oração. Entre os trechos mais preciosos, o comentário ao Pai-Nosso, modelo de oração. A obra mística mais famosa de santa Teresa é o Castelo interior, escrito em 1577, em plena maturidade. Trata-se de uma releitura do próprio caminho de vida espiritual e, ao mesmo tempo, de uma codificação do possível desenvolvimento da vida cristã rumo à sua plenitude, a santidade, sob a ação do Espírito Santo. Teresa inspira-se na estrutura de um castelo com sete quartos, como imagem da interioridade do homem, introduzindo ao mesmo tempo o símbolo do bicho da seda que renasce como borboleta, para expressar a passagem do natural ao sobrenatural. A santa inspira-se na Sagrada Escritura, em particular no Cântico dos Cânticos, para o símbolo final dos «dois Esposos», que lhe permite descrever no sétimo quarto o ápice da vida cristã nos seus quatro aspectos: trinitário, cristológico, antropológico e eclesial. À sua obra de fundadora dos Carmelos reformados, Teresa dedica o Livro das fundações, escrito de 1573 a 1582, em que fala da vida do grupo religioso nascente. Como na autobiografia, a narração visa frisar sobretudo a ação de Deus na obra de fundação dos novos mosteiros.

Não é fácil resumir em poucas palavras a profunda e minuciosa espiritualidade teresiana. Gostaria de mencionar alguns pontos essenciais. Em primeiro lugar, santa Teresa propõe as virtudes evangélicas como base de toda a vida cristã e humana: em especial, o desapego dos bens, ou pobreza evangélica, e isto diz respeito a todos nós; o amor mútuo como elemento básico da vida comunitária e social; a humildade como amor à verdade; a determinação como fruto da audácia cristã; a esperança teologal, que descreve como sede de água viva. Sem esquecer as virtudes humanas: a afabilidade, veracidade, modéstia, cortesia, alegria e cultura. Em segundo lugar, santa Teresa propõe uma profunda sintonia com as grandes figuras bíblicas e a escuta viva da Palavra de Deus. Ela sente-se em sintonia sobretudo com a esposa do Cântico dos Cânticos e com o apóstolo Paulo, mas também com o Cristo da Paixão e com Jesus Eucarístico.

Depois, a santa realça como a oração é essencial; orar, diz, «significa frequentar com amizade, porque frequentamos face a face Aquele que sabemos que nos ama» (Vida 8, 5). A ideia de santa Teresa coincide com a definição que s. Tomás de Aquino dá da caridade teologal, como «*amicitia quaedam hominis ad Deum*», um tipo de amizade do homem com Deus, que foi o primeiro a oferecer a sua amizade ao homem; a iniciativa vem de Deus (cf. Summa Theologiae II -II, 23, 1). A oração é vida e desenvolve-se gradualmente com o crescimento da

vida cristã: começa com a prece vocal, passa pela interiorização mediante a meditação e o recolhimento, até chegar à união de amor com Cristo e a Santíssima Trindade. Obviamente, não se trata de um desenvolvimento em que subir os degraus mais altos quer dizer deixar o precedente tipo de oração, mas é antes um aprofundar-se gradual da relação com Deus que envolve toda a vida. Mais do que uma pedagogia da oração, a de Teresa é uma verdadeira «mistagogia»: ao leitor das suas obras ensina a rezar, orando ela mesma com ele; com efeito, frequentemente interrompe a narração ou a exposição para irromper em oração.

Outro tema amado pela santa é a centralidade da humanidade de Cristo. Com efeito, para Teresa a vida cristã é relação pessoal com Jesus, que culmina na união com Ele pela graça, amor e imitação. Daqui a importância que ela atribui à meditação da Paixão e à Eucaristia, como presença de Cristo na Igreja, pela vida de cada crente e como centro da liturgia. Santa Teresa vive um amor incondicional à Igreja: manifesta um «*sensus Ecclesiae*» vivo diante dos episódios de divisão e conflito na Igreja do seu tempo. Reforma a Ordem carmelita com a intenção de melhor servir e defender a «Santa Igreja Católica Romana», disposta a dar a vida por ela (cf. Vida 33, 5).

Um último aspecto essencial da doutrina teresiana, que gostaria de frisar, é a perfeição, como aspiração de toda a vida cristã e sua meta final. A santa tem uma ideia muito clara da «plenitude» de Cristo, revivida pelo cristão. No final do percurso do Castelo interior, no último «quarto», Teresa descreve tal plenitude realizada na morada da Trindade, na união a Cristo através do mistério da sua humanidade.

Caros irmãos e irmãs, santa Teresa de Jesus é verdadeira mestra de vida cristã para os fiéis de todos os tempos. Na nossa sociedade, muitas vezes carente de valores espirituais, santa Teresa ensina-nos a ser testemunhas indefessas de Deus, da sua presença e ação, ensina-nos a sentir realmente esta sede de Deus que existe na profundidade do nosso coração, este desejo de ver Deus, de O procurar, de dialogar com Ele e de ser seu amigo. Esta é a amizade necessária para todos nós e que devemos buscar de novo, dia após dia. O exemplo desta santa, profundamente contemplativa e eficaz nas suas obras, leve-nos também a nós a dedicar cada dia o justo tempo à oração, a esta abertura a Deus, a este caminho para procurar Deus, para O ver, para encontrar a sua amizade e assim a vida verdadeira; porque realmente muitos de nós deveriam dizer: «Não vivo, não vivo realmente, porque não vivo a essência da minha vida». Por isso, o tempo da oração não é perdido, é tempo em que se abre o caminho da vida, para aprender de Deus um amor ardente a Ele, à sua Igreja, e uma caridade concreta para com os nossos irmãos. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 9 de Fevereiro de 2011

São Pedro Canísio

Prezados irmãos e irmãs!

Hoje gostaria de vos falar sobre são Pedro Kanis, Canísio na forma latinizada do seu sobrenome, uma figura muito importante no século XVI católico. Nasceu a 8 de Maio de 1521 em Nimega, na Holanda. O seu pai era burgomestre da cidade. Quando era estudante na Universidade de Colônia, frequentou os monges cartuxos de santa Bárbara, um centro propulsor de vida católica, e outros homens piedosos que cultivavam a espiritualidade da chamada *devotio moderna*. Entrou na Companhia de Jesus a 8 de Maio de 1543 em Mogúncia (Renânia-Palatinado), depois de ter seguido um curso de exercícios espirituais sob a guia do beato Pedro Favre, Petrus Faber, um dos primeiros companheiros de Santo Inácio de Loyola. Ordenado sacerdote em Junho de 1546 em Colônia, já no ano seguinte como teólogo do Bispo de Augsburgo, o cardeal Otto Truchsess von Waldburg, esteve presente no Concílio de Trento, onde colaborou com dois coirmãos, Diogo Laínez e Afonso Salmerón.

Em 1548, santo Inácio fez-lhe completar em Roma a formação espiritual e enviou-o depois ao Colégio de Messina para se exercitar em humildes serviços domésticos. Obteve em Bolonha o doutorado em teologia a 4 de Outubro de 1549 e foi destinado por santo Inácio ao apostolado na Alemanha. Em 2 de Setembro desse ano, visitou o Papa Paulo III em Castel Gandolfo e depois foi à Basílica de São Pedro para rezar. Aí implorou a ajuda dos grandes Santos Apóstolos Pedro e Paulo, que dessem eficácia permanente à Bênção apostólica para o seu grande destino, para a sua nova missão. No seu diário, anotou algumas palavras desta prece. Diz: «Ali senti que uma grande consolação e a presença da graça me eram concedidas por meio de tais intercessores [Pedro e Paulo]. Eles confirmavam a minha missão na Alemanha e pareciam transmitir-me, como apóstolo da Alemanha, o apoio da sua benevolência. Vós sabeis, Senhor, de quantos modos e quantas vezes nesse mesmo dia me confiastes a Alemanha, pela qual depois eu continuaria a ser solícito, pela qual desejaria viver e morrer».

Temos que ter presente o fato de que estamos no tempo da Reforma luterana, no momento em que a fé católica nos países de língua germânica, diante do fascínio da Reforma, parecia definhar. Era quase impossível a tarefa de Canísio, encarregado de revitalizar, de renovar a fé católica nos países germânicos. Só era possível em virtude da oração. Só era possível a partir do centro, ou seja, de uma profunda amizade pessoal com Jesus Cristo; amizade com Cristo no seu Corpo, a Igreja, que deve nutrir-se da Eucaristia, sua presença real.

Continuando a missão recebida de Inácio e do Papa Paulo III, Canísio partiu para a Alemanha e sobretudo para o Ducado da Baviera, que por vários anos foi o lugar do seu ministério. Como decano, reitor e vice-chanceler da Universidade de Ingolstadt, cuidou da vida acadêmica da Instituição e da reforma religiosa e moral do povo. Em Viena, onde por um breve período foi administrador da Diocese, desempenhou o ministério pastoral nos hospitais e nas prisões, tanto na cidade como no campo, e preparou a publicação do seu Catecismo. Em 1556 fundou o Colégio de Praga e, até 1569, foi o primeiro superior da província jesuíta da Alemanha superior.

Nesse ofício, criou nos países germânicos uma densa rede de comunidades da sua Ordem, especialmente de colégios, que foram pontos de partida para a reforma católica, para a renovação da fé católica. Nessa época, participou também no diálogo de Worms com os dirigentes protestantes, entre os quais Filipe Melantone (1557); desempenhou a função de Núncio pontifício na Polónia (1558); participou nas duas Dietas de Augsburgo (1559 e 1565); acompanhou o Cardeal Estanislau Hozjusz, legado do Papa Pio IV junto do Imperador Ferdinando (1560); interveio na Sessão final do Concílio de Trento, onde falou sobre a questão da Comunhão sob as duas espécies e da Lista dos livros proibidos (1562).

Em 1580 retirou-se em Friburgo, na Suíça, dedicando-se inteiramente à pregação e à composição das suas obras, e ali faleceu em 21 de Dezembro de 1597. Beatificado pelo beato Pio IX em 1864, foi proclamado segundo Apóstolo da Alemanha pelo Papa Leão XIII em 1897, e pelo Papa Pio XI canonizado e proclamado Doutor da Igreja em 1925.

São Pedro Canísio transcorreu boa parte da sua vida em contato com as pessoas socialmente mais importantes da sua época e exerceu uma influência especial com os seus escritos. Foi editor das obras completas de são Cirilo de Alexandria e de são Leão Magno, das Cartas de são Jerônimo e das Orações de são Nicolau de Flüe. Publicou livros de devoção em várias línguas, biografias de alguns santos suíços e muitos textos de homilética. Mas os seus escritos mais divulgados foram os três Catecismos, compostos de 1555 a 1558. O primeiro Catecismo destinava-se aos estudantes capazes de entender noções elementares de teologia; o segundo, aos jovens do povo para uma primeira instrução religiosa; o terceiro, aos jovens com uma formação escolar a nível de escolas secundárias e superiores. A doutrina católica era exposta com perguntas e respostas, brevemente, em termos bíblicos, com muita clareza e sem comentários polêmicos. Só durante a sua vida houve 200 edições deste Catecismo! E sucederam-se centenas de edições até ao século XX. Assim na Alemanha, ainda na geração do meu pai, as pessoas chamavam o Catecismo simplesmente o Canísio: foi deveras o Catequista da Alemanha, formou a fé de pessoas durante séculos.

Eis uma características de são Pedro Canísio: saber compor harmoniosamente a fidelidade aos princípios dogmáticos com o devido respeito por cada pessoa. São Canísio distinguiu entre a apostasia consciente, culpável, da fé, da perda da fé inculpável, nessas circunstâncias. E declarou, em relação a Roma, que a maior parte dos alemães que tinham passado para o Protestantismo não tinha culpa. Num momento histórico de fortes contrastes confessionais, evitava — é algo extraordinário — a aspereza e a retórica da ira — algo raro, como disse nessa época, nos debates entre os cristãos — e visava somente à apresentação das raízes espirituais e à revitalização da fé na Igreja. Para isto serviu o conhecimento vasto e incisivo que ele tinha da Sagrada Escritura e dos Padres da Igreja: o mesmo conhecimento que sustentou a sua relação pessoal com Deus e a espiritualidade austera que lhe derivava da *devotio moderna* e da mística renana.

É característica para a espiritualidade de são Canísio uma profunda amizade pessoal com Jesus. Por exemplo, a 4 de Setembro de 1549 escreve no seu diário, falando com o Senhor: «No final Vós, como se me abrisses o coração do Sacratíssimo Corpo, que me parecia ver diante de mim, ordenastes-me para que bebesse daquela nascente, convidando-me por assim dizer a haurir as águas da minha salvação das vossas fontes, ó meu Salvador». E depois, vê que o Salvador lhe oferece um indumento com três partes que se chamam paz, amor e perseverança. E com este indumento composto de paz, amor e perseverança, Canísio desempenhou a sua obra de renovação do catolicismo. Esta sua amizade com Jesus — que é o centro da sua personalidade — alimentada pelo amor à Bíblia, pelo amor ao Sacramento, pelo amor aos Padres, esta amizade estava claramente unida à consciência de ser continuador da missão dos Apóstolos na Igreja. E isto recorda-nos que todo o evangelizador autêntico é sempre um instrumento unido, e por isso mesmo fecundo, com Jesus e com a sua Igreja.

Na amizade com Jesus, são Pedro Canísio formou-se no ambiente espiritual da Cartuxa de Colônia, onde vivera em íntimo contato com dois místicos cartuxos: João Lansperger, latinizado em Lanspergius, e Nicolau van Hesche, latinizado em Eschius. Sucessivamente, aprofundou a experiência daquela amizade, *familiaritas stupenda nimis*, com a contemplação dos mistérios da vida de Jesus, que ocupam uma boa parte nos Exercícios espirituais de santo Inácio. A sua intensa devoção ao Coração do Senhor, que culminou na consagração ao ministério apostólico na Basílica Vaticana, encontra aqui o seu fundamento.

Na espiritualidade cristocêntrica de são Pedro Canísio arraiga-se uma profunda convicção: não há alma solícita da própria perfeição que não pratique todos os dias a oração, prece mental, meio comum que permite ao discípulo de Jesus viver a intimidade com o Mestre divino. Por isso, nos escritos destinados à educação espiritual do povo, o nosso santo insiste sobre a

importância da Liturgia com os seus comentários aos Evangelhos, às festas, ao rito da Santa Missa e dos outros Sacramentos, mas ao mesmo tempo preocupa-se em mostrar aos fiéis a necessidade e a beleza que a oração pessoal diária acompanhe e impregne a participação no culto público da Igreja.

Trata-se de uma exortação e de um método que conservam intacto o seu valor, especialmente depois que foram repropostos de modo autorizado pelo Concílio Vaticano II, na Constituição *Sacrosanctum concilium*: a vida cristã não cresce, se não for alimentada pela participação na Liturgia, de modo particular na Santa Missa dominical, e pela oração individual quotidiana, pelo contato pessoal com Deus. No meio das mil atividades e dos múltiplos estímulos que nos circundam, é preciso encontrar todos os dias momentos de recolhimento diante do Senhor, para O ouvir e falar com Ele.

Ao mesmo tempo, é sempre atual e de valor permanente o exemplo que são Pedro Canísio nos deixou, não somente nas suas obras, mas sobretudo com a sua vida. Ele ensina com clareza que o ministério apostólico só é incisivo e produz frutos de salvação nos corações, se o pregador for testemunha pessoal de Jesus e souber ser instrumento à sua disposição, unido intimamente a Ele pela fé no seu Evangelho e na sua Igreja, por uma vida moralmente coerente e por uma prece incessante como o amor. E isto é válido para cada cristão que quiser viver com empenhamento e fidelidade a sua adesão a Cristo. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 16 de Fevereiro de 2011

São João da Cruz

Queridos irmãos e irmãs,

Há duas semanas apresentei a figura da grande mística espanhola Teresa de Jesus. Hoje gostaria de falar de outro importante santo daquelas terras, amigo espiritual de santa Teresa, reformador com ela da família religiosa carmelita: são João da Cruz, proclamado Doutor da Igreja pelo Papa Pio xi em 1926, e chamado na tradição *Doctor mysticus*, «Doutor místico».

João da Cruz nasceu em 1542 no povoado de Fontiveros, perto de Ávila, na Velha Castela, de Gonzalo de Yepes e Catalina Alvarez. A família era extremamente pobre porque o pai, de nobre origem de Toledo, tinha sido expulso de casa e deserdado por ter casado com Catalina, uma humilde tecelã de seda. Órfão de pai em tenra idade, com nove anos, transferiu-se com a mãe e o irmão Francisco para Medina del Campo, perto de Valladolid, centro comercial e cultural. Ali frequentou o Colegio de los Doctrinos, desempenhando também alguns trabalhos humildes para as irmãs da igreja-convento da Madalena. Em seguida, considerando as suas qualidades humanas e os seus resultados nos estudos, foi admitido primeiro como enfermeiro no Hospital da Conceição, depois no Colégio dos Jesuítas, recém-fundado em Medina del Campo: ali João entrou com dezoito anos e estudou ciências humanas, retórica e línguas clássicas durante três anos. No final da formação, ele viu claramente qual era a sua vocação: a vida religiosa e, entre as muitas ordens presentes em Medina, sentiu-se chamado ao Carmelo.

No Verão de 1563 começou o noviciado com os Carmelitas da cidade, assumindo o nome religioso de João de São Matias. No ano seguinte foi destinado à prestigiosa Universidade de Salamanca, onde por três anos estudou artes e filosofia. Em 1567 foi ordenado sacerdote e voltou a Medina del Campo para celebrar a sua primeira Missa circundado pelo carinho dos familiares. Precisamente ali teve lugar o primeiro encontro entre João e Teresa de Jesus. O encontro foi decisivo para ambos: Teresa expôs-lhes o seu plano de reforma do Carmelo também no ramo masculino da Ordem e propôs a João que se adaptasse «para maior glória de Deus»; o jovem sacerdote ficou fascinado pelas ideias de Teresa, a ponto de se tornar um grande defensor do projeto. Os dois trabalharam juntos alguns meses, compartilhando ideais e propostas para inaugurar quanto antes possível a primeira casa de Carmelitas Descalços: a abertura ocorreu a 28 de Dezembro de 1568 em Duruelo, lugar solitário da província de Ávila. Com João formavam esta primeira comunidade masculina reformada outros três companheiros. Ao renovar a sua profissão religiosa segundo a Regra primitiva, os quatro assumiram um novo nome: Então, João denominou-se «da Cruz», como depois será conhecido universalmen-

te. No final de 1572, a pedido de santa Teresa, tornou-se confessor e vigário do mosteiro da Encarnação em Ávila, onde a santa era priora. Foram anos de estreita colaboração e amizade espiritual, que a ambos enriqueceram. A esse período remontam inclusive as mais importantes obras teresianas e os primeiros escritos de João.

A adesão à reforma carmelita não foi fácil, e causou a João também graves sofrimentos. O episódio mais traumático foi, em 1577, o seu rapto e aprisionamento no convento dos Carmelitas de Antiga Observância de Toledo, devido a uma acusação injusta. O santo permaneceu preso durante meses, submetido a privações e constrições físicas e morais. Ali compôs, além de outras poesias, o célebre Cântico espiritual. Finalmente, na noite entre 16 e 17 de Agosto de 1578, conseguiu fugir de modo aventuroso, refugiando-se no mosteiro das Carmelitas Descalças da cidade. Santa Teresa e os companheiros reformados celebraram com imensa alegria a sua libertação e, após um breve período de recuperação das forças, João foi destinado para a Andalusia, onde transcorreu dez anos em vários conventos, especialmente em Granada. Assumiu cargos cada vez mais importantes na Ordem, até se tornar Vigário provincial, e completou a redação dos seus tratados espirituais. Depois, voltou para a sua terra natal, como membro do governo geral da família religiosa teresiana, que já gozava de plena autonomia jurídica. Habitou no Carmelo de Segóvia, desempenhando a função de superior daquela comunidade. Em 1591 foi eximido de qualquer responsabilidade e destinado à nova Província religiosa do México. Enquanto se preparava para a longa viagem com outros dez companheiros, retirou-se num convento solitário perto de Jaén, onde adoeceu gravemente. João enfrentou com serenidade e paciência exemplares enormes sofrimentos. Faleceu na noite entre 13 e 14 de Dezembro de 1591, enquanto os irmãos de hábito recitavam o Ofício matutino. Despediu-se deles, dizendo: «Hoje vou cantar o Ofício no Céu». Os seus restos mortais foram trasladados para Segóvia. Foi beatificado por Clemente x em 1675 e canonizado por Bento XIII em 1726.

João é considerado um dos mais importantes poetas líricos da literatura espanhola. As obras principais são quatro: Subida ao Monte Carmelo, Noite obscura, Cântico espiritual e Chama de amor viva.

No Cântico espiritual, são João apresenta o caminho de purificação da alma, ou seja, a posse progressiva e jubilosa de Deus, até que a alma chegue a sentir que ama a Deus com o mesmo amor com que é por Ele amada. A Chama de amor viva continua nesta perspectiva, descrevendo mais pormenorizadamente o estado de união transformadora com Deus. A comparação utilizada por João é sempre a do fogo: assim como o fogo, quanto mais arde e consome a madeira, tanto mais se torna incandescente até se tornar chama, também o Espírito Santo, que

durante a noite obscura purifica e «limpa» a alma, com o tempo ilumina-a e aquece-a como se fosse uma chama. A vida da alma é uma festa contínua do Espírito Santo, que deixa entrever a glória da união com Deus na eternidade.

A Subida ao Monte Carmelo apresenta o itinerário espiritual sob o ponto de vista da purificação progressiva da alma, necessária para escalar a montanha da perfeição cristã, simbolizada pelo cimo do Monte Carmelo. Tal purificação é proposta como um caminho que o homem empreende, colaborando com a obra divina, para libertar a alma de todo o apego ou afeto contrário à vontade de Deus. A purificação, que para alcançar a união com Deus deve ser total, começa a partir daquela da vida dos sentidos e continua com a que se alcança por meio das três virtudes teologais: fé, esperança e caridade, que purificam a intenção, a memória e a vontade. A Noite obscura descreve o aspecto «passivo», ou seja, a intervenção de Deus neste processo de «purificação» da alma. Com efeito, o esforço humano sozinho é incapaz de chegar às profundas raízes das más inclinações e hábitos da pessoa: só os pode impedir, mas não consegue erradica-los completamente. Para o fazer, é necessária a ação especial de Deus, que purifica radicalmente o espírito e o dispõe para a união de amor com Ele. São João define «passiva» tal purificação, precisamente porque, embora seja aceite pela alma, é realizada pela obra misteriosa do Espírito Santo que, como chama de fogo, consome toda a impureza. Neste estado, a alma é submetida a todo o tipo de provações, como se se encontrasse numa noite obscura.

Estas indicações sobre as obras principais do santo ajudam-nos a aproximar-nos dos pontos salientes da sua vasta e profunda doutrina mística, cuja finalidade é descrever um caminho seguro para alcançar a santidade, a condição de perfeição à qual Deus chama todos nós. Segundo João da Cruz, tudo o que existe, criado por Deus, é bom. Através das criaturas, nós conseguimos chegar à descoberta daquele que nelas deixou um vestígio de Si. De qualquer modo, a fé é a única fonte confiada ao homem para conhecer Deus como Ele é em si mesmo, como Deus Uno e Trino. Tudo o que Deus queria comunicar ao homem, disse-o em Jesus Cristo, a sua Palavra que se fez carne. Jesus Cristo é o único e definitivo caminho para o Pai (cf. Jo 14, 6). Qualquer coisa criada nada é em comparação com Deus, e nada vale fora dele: por conseguinte, para alcançar o amor perfeito de Deus, todos os outros amores devem conformar-se em Cristo com o amor divino. Daqui deriva a insistência de são João da Cruz sobre a necessidade da purificação e do esvaziamento interior para se transformar em Deus, que é a única meta da perfeição. Esta «purificação» não consiste na simples falta física das coisas ou do seu uso; o que torna a alma pura e livre, ao contrário, é eliminar toda a dependência desordenada das coisas. Tudo deve ser inserido em Deus como centro e fim da vida. Sem dúvida, o

longo e cansativo processo de purificação exige o esforço pessoal, mas o verdadeiro protagonista é Deus: tudo o que o homem pode fazer é «dispor-se», estar aberto à obra divina e não lhe pôr obstáculos. Vivendo as virtudes teologais, o homem eleva-se e valoriza o próprio compromisso. O ritmo de crescimento da fé, da esperança e da caridade caminha a par e passo com a obra de purificação e com a união progressiva com Deus, até se transformar nele. Quando alcança esta meta, a alma imerge-se na própria vida trinitária, e são João afirma que ela consegue amar a Deus com o mesmo amor com que Ele a ama, porque a ama no Espírito Santo. Eis por que motivo o Doutor místico afirma que não existe verdadeira união de amor com Deus, se não culmina na união trinitária. Neste estado supremo a alma santa conhece tudo em Deus e já não deve passar através das criaturas para chegar a Ele. A alma já se sente inundada pelo amor divino e alegra-se completamente nele.

Caros irmãos e irmãs, no fim permanece esta pergunta: com a sua mística excelsa, com este árduo caminho rumo ao cimo da perfeição, este santo tem algo a dizer também a nós, ao cristão normal que vive nas circunstâncias desta vida de hoje, ou é um exemplo, um modelo apenas para poucas almas escolhidas que podem realmente empreender este caminho da purificação, da ascese mística? Para encontrar a resposta, em primeiro lugar temos que ter presente que a vida de são João da Cruz não foi um «voar sobre as nuvens místicas», mas uma vida muito árdua, deveras prática e concreta, quer como reformador da ordem, onde encontrou muitas oposições, quer como superior provincial, quer ainda no cárcere dos seus irmãos de hábito, onde esteve exposto a insultos incríveis e a maus tratos físicos. Foi uma vida dura, mas precisamente nos meses passados na prisão, ele escreveu uma das suas obras mais bonitas. E assim podemos compreender que o caminho com Cristo, o andar com Cristo, «o Caminho», não é um peso acrescentado ao fardo já suficientemente grave da nossa vida, não é algo que tornaria ainda mais pesada esta carga, mas é algo totalmente diferente, é uma luz, uma força que nos ajuda a carregar este peso. Se um homem tem em si um grande amor, este amor quase lhe dá asas, e suporta mais facilmente todas as moléstias da vida, porque traz em si esta grande luce; esta é a fé: ser amado por Deus e deixar-se amar por Deus em Cristo Jesus. Este deixar-se amar é a luz que nos ajuda a carregar o fardo de todos os dias. E a santidade não é uma obra nossa, muito difícil, mas é precisamente esta «abertura»: abrir as janelas da nossa alma, para que a luz de Deus possa entrar, não esquecer Deus, porque é precisamente na abertura à sua luz que se encontra a força, a alegria dos remidos. Oremos ao Senhor para que nos ajude a encontrar esta santidade, deixando-nos amar por Deus, que é a vocação de todos nós e a verdadeira redenção. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2011

São Roberto Belarmino

Queridos irmãos e irmãs,

São Roberto Belarmino, de quem desejo falar-vos hoje, leva-nos com a memória ao tempo da dolorosa cisão da cristandade ocidental, quando uma grave crise política e religiosa provocou a separação de nações inteiras da Sé Apostólica.

Nasceu a 4 de Outubro de 1542 em Montepulciano, nos arredores de Sena, e era sobrinho por parte da mãe do Papa Marcelo II. Recebeu uma excelente formação humanística antes de entrar na Companhia de Jesus, a 20 de Setembro de 1560. Os estudos de filosofia e teologia, que completou entre o Colégio Romano, Pádua e Lovaina, centrados sobre s. Tomás e os Padres da Igreja, foram decisivos para a sua orientação teológica. Ordenado sacerdote a 25 de Março de 1570, foi durante alguns anos professor de teologia em Lovaina. Sucessivamente, tendo sido chamado a Roma como professor no Colégio Romano, foi-lhe confiada a cátedra de «Apologética»; na década em que desempenhou tal cargo (1576–1586), elaborou um curso de lições que depois confluíram nas *Controversiae*, obra que se tornou imediatamente célebre pela clareza e riqueza de conteúdo e pela sua tonalidade predominantemente histórica. O Concílio de Trento tinha terminado há pouco tempo e para a Igreja católica era necessário revigorar e confirmar a sua identidade, também em relação à Reforma protestante. A obra de Belarmino inseriu-se neste contexto. De 1588 a 1594 foi inicialmente padre espiritual dos estudantes jesuítas do Colégio Romano, entre os quais encontrou e orientou são Luís Gonzaga, e depois superior religioso. O Papa Clemente VIII nomeou-o teólogo pontifício, consultor do Santo Ofício e reitor do Colégio dos Penitenciários da Basílica de São Pedro. Ao biénio de 1597–1598 remonta o seu catecismo, Doutrina cristã breve, que foi a sua obra mais popular.

No dia 3 de Março de 1599 foi criado cardeal pelo Papa Clemente VIII e, a 18 de Março de 1602, nomeado arcebispo de Cápua. Recebeu a ordenação episcopal em 21 de Abril desse mesmo ano. Durante os três anos em que foi bispo diocesano, distinguiu-se pelo zelo de pregador na sua catedral, pela visita que realizava semanalmente às paróquias, pelos três Sínodos diocesanos e um Concílio provincial que promoveu. Depois de ter participado nos conclaves que elegeram Papas Leão XI e Paulo V, foi novamente chamado a Roma, para ser membro das Congregações do Santo Ofício, para o Índex, os Ritos, os Bispos e a Propagação da Fé. Desempenhou inclusive funções diplomáticas, junto da República de Veneza e da Inglaterra, em defesa dos direitos da Sé Apostólica. Nos seus últimos anos, compôs vários livros de espiritualidade, nos quais condensou o fruto dos seus exercícios espirituais anuais. Com a sua

leitura o povo cristão ainda hoje se sente muito edificado. Faleceu em Roma, no dia 17 de Setembro de 1621. O Papa Pio XI beatificou-o em 1923, canonizou-o em 1930 e proclamou-o Doutor da Igreja em 1931.

São Roberto Belarmino desempenhou um papel importante na Igreja das últimas décadas do século XVI e do início do século seguinte. As suas *Controversiae* constituem um ponto de referência, ainda hoje válido, para a eclesiologia católica sobre as questões relativas à Revelação, à natureza da Igreja, aos Sacramentos e à antropologia teológica. Nelas é acentuado o aspecto institucional da Igreja, por causa dos erros que então circulavam a propósito de tais questões. Todavia, Belarmino esclareceu também os aspectos invisíveis da Igreja como Corpo místico e explicou-os com a analogia do corpo e da alma, com a finalidade de descrever a relação entre as riquezas interiores da Igreja e os aspectos exteriores que a tornam perceptível. Nesta obra monumental, que procura sistematizar as várias controvérsias teológicas dessa época, ele evita toda a abordagem polêmica e agressiva em relação às ideias da Reforma, mas utilizando os argumentos da razão e da Tradição da Igreja, ilustra a doutrina católica de modo claro e eficaz.

Todavia, a sua herança consiste no modo como concebeu o seu trabalho. Com efeito, as gravosas funções de governo não o impediram de tender, quotidianamente, para a santidade com a fidelidade às exigências da própria condição de religioso, sacerdote e bispo. É desta fidelidade que provém o seu compromisso na pregação. Dado que, como sacerdote e bispo, é antes de tudo um pastor de almas, sentia o dever de pregar assiduamente. Pregou centenas de sermones — homilias — na Flandres, em Roma, em Nápoles e em Cápua, por ocasião das celebrações litúrgicas. Não menos abundantes são as suas *expositiones* e as *explanationes* aos párocos, às religiosas e aos estudantes do Colégio Romano, que têm com frequência como objeto a Sagrada Escritura, especialmente as Cartas de são Paulo. A sua pregação e as suas catequeses apresentam aquela mesma índole de essencialidade, que tinha aprendido da educação inaciana, inteiramente destinada a concentrar as forças da alma sobre o Senhor Jesus, intensamente conhecido, amado e imitado.

Nos escritos deste homem de governo sente-se de modo muito claro, apesar da reserva por detrás da qual ele esconde os seus sentimentos, o primado que ele assegura aos ensinamentos de Cristo. Assim, são Roberto Belarmino oferece um modelo de oração, alma de todas as atividades: uma oração que ouve a Palavra do Senhor, que se satisfaz ao contemplar a sua grandeza, que não se fecha em si mesma, mas tem a alegria de se abandonar a Deus. Um sinal distintivo da espiritualidade de Belarmino é a percepção viva e pessoal da imensa bondade de Deus, pelo que o nosso santo se sentia verdadeiramente filho amado de Deus e o recolher-se

com serenidade e simplicidade, em oração, em contemplação de Deus era para ele fonte de grande alegria. No seu livro *De ascensione mentis in Deum* — Elevação da mente a Deus — composto segundo o esquema do *Itinerarium* de são Boaventura, exclama: «Ó alma, o teu exemplar é Deus, beleza infinita, luz sem sombras, esplendor que supera aquele da lua e do sol. Eleva os olhos a Deus, em quem se encontram os arquétipos de todas as coisas e do qual, como de uma fonte de fecundidade infinita, deriva esta variedade quase infinita das coisas. Portanto, deve concluir: quem encontra Deus, encontra tudo; quem perde Deus, perde tudo».

Neste texto sente-se o eco da célebre *contemplatio ad amorem obtineundum* — contemplação para alcançar o amor — dos Exercícios espirituais de santo Inácio de Loyola. Belarmino, que vive na sociedade opulenta e frequentemente malsã do último período do século XVI e do primeiro período do século XVII, desta contemplação haure aplicações práticas e projeta a situação da Igreja do seu tempo com um vigoroso ímpeto pastoral. No livro *De arte bene moriendi* — A arte de morrer bem — por exemplo, indica como norma segura do bom viver, e também do bom morrer, a meditação frequente e séria, de que se deverá prestar contas a Deus das próprias ações e do próprio modo de viver, e procurar não acumular riquezas nesta terra, mas viver com simplicidade e com caridade, de maneira a acumular bens no Céu. No livro *De gemitu columbae* — O gemido da pomba, onde a pomba representa a Igreja — exorta com força o clero e todos os fiéis a uma reforma pessoal e concreta da própria vida, seguindo aquilo que ensinam a Escritura e os Santos, entre os quais em particular são Gregório de Nazianzo, são João Crisóstomo, são Jerônimo e santo Agostinho, além dos grandes fundadores de Ordens religiosas, como são Bento, são Domingos e são Francisco. Belarmino ensina com grande clareza e com o exemplo da sua própria vida, que não pode haver uma verdadeira reforma da Igreja, se antes não houver a nossa reforma pessoal e a conversão do nosso coração.

Dos Exercícios espirituais de santo Inácio, Belarmino hauria conselhos para comunicar de modo profundo, até aos mais simples, a beleza dos mistérios da Fé. Ele escreve: «Se tens sabedoria, compreendes que foste criado para a glória de Deus e para a tua salvação eterna. Esta é a tua finalidade, este é o centro da tua alma, este é o tesouro do teu coração. Por isso, considera verdadeiro bem para ti aquilo que te conduz para o teu fim, e verdadeiro mal aquilo que te priva dele. Acontecimentos prósperos ou adversos, riquezas e pobrezas, saúde e doença, honras e ofensas, vida e morte, o sábio não deve procurá-los nem rejeitá-los para si mesmo. Mas só são bons e desejáveis, se contribuírem para a glória de Deus e para a tua felicidade eterna; são maus e devem ser evitados, se a impedirem» (De ascensione mentis in Deum, grad. 1).

Obviamente, não se trata de palavras que passaram de moda, mas palavras que hoje devemos meditar prolongadamente, para orientar o nosso caminho nesta terra. Elas recordam-nos que a finalidade da nossa vida é o Senhor, o Deus que se revelou em Jesus Cristo, em quem Ele continua a chamar-nos e a prometer-nos a comunhão com Ele. Estas palavras recordam-nos a importância de confiar no Senhor, de levar uma vida fiel ao Evangelho, de aceitar e iluminar com a fé e com a oração todas as circunstâncias e todas as obras da nossa vida, sempre orientados para a união com Ele. Amém!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 2 de Março de 2011

São Francisco de Sales

Amados irmãos e irmãs

«*Dieu est le Dieu du coeur humain*» [Deus é o Deus do coração humano] (Tratado do Amor de Deus, I, XV): nestas palavras aparentemente simples vemos a característica da espiritualidade de um grande mestre, do qual gostaria de vos falar hoje: são Francisco de Sales, Bispo e Doutor da Igreja. Nasceu em 1567, numa região francesa de fronteira, filho do Senhor de Boisy, antiga e nobre família de Sabóia. Viveu entre dois séculos, XVI-XVII, e reuniu em si o melhor dos ensinamentos e das conquistas culturais do século que terminava, reconciliando a herança do humanismo com o impulso rumo ao absoluto, próprio das correntes místicas. A sua formação foi muito atenta; realizou os estudos superiores em Paris, dedicando-se também à teologia, e na Universidade de Pádua fez os estudos de jurisprudência, como desejava o pai, concluindo-os de modo brilhante, com uma licenciatura *in utroque iure*, direito canônico e direito civil. Na sua juventude harmoniosa, ponderando sobre o pensamento dos santos Agostinho e Tomás de Aquino, teve uma crise profunda que o levou a interrogar-se sobre a própria salvação eterna e acerca da predestinação de Deus no que se lhe referia, padecendo como verdadeiro drama espiritual as principais questões teológicas da sua época. Rezava intensamente, mas a dúvida atormentou-o de maneira tão forte, que durante algumas semanas praticamente não conseguiu comer nem dormir. No ápice da provação foi à igreja dos Dominicanos, em Paris, abriu o seu coração e orou assim: «Aconteça o que acontecer, Senhor, Vós que tendes tudo nas vossas mãos, e cujos caminhos são justiça e verdade; independentemente do que tiverdes estabelecido a meu propósito...; Vós que sois sempre Juiz justo e Pai misericordioso, amar-vos-ei, ó Senhor […] amar-vos-ei aqui, ó meu Deus, e esperarei sempre na vossa misericórdia, e repetirei sempre o vosso louvor... Ó Senhor Jesus, Vós sereis sempre a minha esperança e a minha salvação, na terra dos vivos» (I Proc. Canon., vol. I, art 4). Francisco, então com vinte anos, encontrou a paz na realidade radical e libertadora do amor de Deus: amá-lo sem nada pedir em troca, confiando no amor divino; já não perguntar o que Deus fará de mim: amo-O simples e independentemente de quanto Ele me concede ou não. Assim encontrou a paz, e a questão da predestinação — sobre a qual se debatia naquela época — tinha sido resolvida, porque ele não buscava mais do que podia receber de Deus; amava-O simplesmente, abandonando-se à sua bondade. E este será o segredo da sua vida, que transparecerá na sua obra principal: o Tratado do amor de Deus.

Vencendo as resistências do pai, Francisco seguiu o chamamento do Senhor e, no dia 18 de Dezembro de 1593, foi ordenado sacerdote. Em 1602 tornou-se Bispo de Genebra, num período em que a cidade era uma fortaleza do Calvinismo, a tal ponto que a sede episcopal se encontrava «no exílio», em Annecy. Pastor de uma diocese pobre e atormentada, na paisagem montanhosa da qual conhecia bem tanto a dureza como a beleza, ele escreve: «Encontrei-O [Deus] repleto de candor e suavidade, no meio das nossas montanhas mais altas e íngremes, onde muitas almas simples O amavam e adoravam com toda a verdade e sinceridade; cabritos-monteses e corças corriam aqui e ali, no meio de geleiras assustadoras, para anunciar os seus louvores» (Carta à Madre de Chantal, Outubro de 1606, em Oeuvres, Ed. Mackey, T. XIII, p. 223). E no entanto, a influência da sua vida e do seu ensinamento na Europa dessa época e dos séculos seguintes parece imensa. É apóstolo, pregador, escritor, homem de ação e de oração; comprometido na realização dos ideais do Concílio de Trento; empenhado na controvérsia e no diálogo com os protestantes, experimentando cada vez mais, para além do necessário confronto teológico, a eficácia da relação pessoal e da caridade; encarregado de missões diplomáticas a nível europeu, e de tarefas sociais de mediação e de reconciliação. Mas sobretudo, são Francisco de Sales é guia de almas: do encontro com uma jovem, a senhora de Charmoisy, encontrará inspiração para escrever um dos livros mais lidos na era moderna, a Introdução à vida devota; da sua profunda comunhão espiritual com uma personalidade extraordinária, santa Joana Francisca de Chantal, nascerá uma nova família religiosa, a Ordem da Visitação, caracterizada — como o santo desejava — por uma consagração total a Deus, vivida na simplicidade e na humildade, a cumprir extraordinariamente bem as tarefas ordinárias: «…quero que as minhas Filhas — escreve — não tenham outro ideal, a não ser o de glorificar [Nosso Senhor] com a sua humildade» (Carta a mons. de Marquemond, Junho de 1615). Faleceu em 1622, com cinquenta e cinco anos de idade, depois de uma existência marcada pela dureza dos tempos e da obra apostólica.

A vida de são Francisco de Sales foi relativamente breve, mas vivida com grande intensidade. Da figura deste santo emana uma impressão de rara plenitude, demonstrada na tranquilidade da sua investigação intelectual, mas também na riqueza dos seus afetos, na «docilidade» dos seus ensinamentos, que tiveram uma grande influência sobre a consciência cristã. Da palavra «humanidade» ele encarnou várias acepções que, tanto hoje como ontem, este termo pode adquirir: cultura e cortesia, liberdade e ternura, nobreza e solidariedade. No aspecto tinha algo da majestosidade da paisagem em que viveu, conservando também a sua simplicidade e naturalidade. As antigas palavras e imagens com que se expressava ressoam inesperadamente, até aos ouvidos do homem contemporâneo, como uma língua nativa e familiar.

Na Filotea, destinatária ideal da sua Introdução à vida devota (1607), Francisco de Sales dirige um convite que, nessa época, podia parecer revolucionário. Trata-se do convite a pertencer completamente a Deus, vivendo em plenitude a presença no mundo e as tarefas da sua condição. «A minha intenção é de instruir aqueles que vivem nas cidades, no estado conjugal, na corte […]» (Prefácio da Introdução à vida devota). O Documento com que o Papa Pio ix, mais de dois séculos depois, o proclamará Doutor da Igreja, insistirá sobre esta ampliação da chamada à perfeição, à santidade. Nele está escrito: «[A verdadeira piedade] chegou a penetrar até no trono dos reis, na tenda dos chefes dos exércitos, no pretório dos juízes, nos escritórios, nas oficinas e nas cabanas dos pastores […]» (Breve Dives in misericordia, 16 de Novembro de 1877). Assim nascia aquele apelo aos leigos, o cuidado pela consagração das realidades temporais e pela santificação da vida diária, sobre o qual insistirão depois o Concílio Vaticano II e a espiritualidade do nosso tempo. Manifestava-se o ideal de uma humanidade reconciliada, na sintonia entre ação no mundo e oração, entre condição secular e busca da perfeição, com a ajuda da Graça de Deus, que permeia o humano e, sem o destruir, o purifica, elevando-o às alturas divinas. A Teótimo, o cristão adulto, espiritualmente maduro, ao qual dirige alguns anos depois o seu Tratado do amor de Deus (1616), são Francisco de Sales oferece uma lição mais complexa. Ela supõe, no início, uma visão específica do ser humano, uma antropologia: a «razão» do homem, aliás, a sua «alma razoável», é aí vista como uma construção harmoniosa, um templo subdividido em vários espaços, ao redor de um centro ao qual ele chama, juntamente com os grandes místicos, «cimo», «ponta» do espírito, ou «fundo» da alma. É o ponto em que a razão, percorrendo todas as suas fases, «fecha os olhos» e o conhecimento se torna um só com o amor (cf. livro I, cap. XII). Que o amor, na sua dimensão teologal e divina seja a razão de ser de todas as realidades, numa escada ascendente que não parece conhecer afetos nem abismos, são Francisco de Sales resumiu-o nesta frase célebre: «O homem é a perfeição do universo; o espírito é a perfeição do homem; o amor é a do espírito, e a caridade a do amor» (Ibid., livro X, cap. I).

Num período de intenso florescimento místico, o Tratado do amor de Deus é uma verdadeira suma, e ao mesmo tempo uma obra literária fascinante. A sua descrição do itinerário rumo a Deus começa a partir do reconhecimento da «inclinação natural» (Ibid., livro I, cap. XVI), inscrita no coração do homem, também do pecador, a amar a Deus acima de todas as coisas. Segundo o modelo da Sagrada Escritura, são Francisco de Sales fala da união entre Deus e o homem, desenvolvendo toda uma série de imagens de relação interpessoal. O seu Deus é pai e senhor, esposo e amigo, tem características maternas e de nutriz, é o sol do qual até a noite é uma misteriosa revelação. Este Deus atrai o homem a Si com vínculos de amor, ou seja, de

verdadeira liberdade: «Pois o amor não tem forçados nem escravos, mas reduz tudo à sua obediência com um vigor tão delicioso que, se nada é tão forte como o amor, nada é tão amável como a sua força» (Ibid., livro I, cap. VI). No Tratado do nosso santo encontramos uma meditação profunda sobre a vontade humana e a descrição do seu fluir, passar e morrer para viver (cf. ibid., livro IX, cap. XIII) no abandono completo não apenas à vontade de Deus, mas àquilo que é do seu agrado, ao seu «*bon plaisir*», ao seu beneplácito (cf. ibid., livro IX, cap. I). No ápice da união com Deus, além dos arrebatamentos da êxtase contemplativa, coloca-se aquele fluxo de caridade concreta, que se faz atenta a todas as necessidades do próximo, à qual ele chama «êxtase da vida e das obras» (Ibid., livro VII, cap. VI).

Lendo o livro sobre o amor de Deus e ainda mais as numerosas cartas de guia e de amizade espiritual, compreende-se bem como são Francisco de Sales foi um grande conhecedor do coração humano. A santa Joana de Chantal, a quem escreve: «[…] Eis a regra da nossa obediência, que te escrevo com caracteres grandes: fazer tudo por amor, nada por força — amar mais a obediência do que temer a desobediência. Deixo-te o espírito de liberdade, não aquele que exclui a obediência, porque ela é a liberdade do mundo; mas aquele que exclui a violência, a ansiedade e o escrúpulo» (Carta, 14 de Outubro de 1604). Não é por acaso que, na origem de muitas formas da pedagogia e da espiritualidade do nosso tempo, encontramos precisamente o vestígio deste mestre, sem o qual não teriam existido são João Bosco, nem o heroico «pequeno caminho» de santa Teresa de Lisieux.

Caros irmãos e irmãs, num período como o nosso que procura a liberdade, mesmo com violência e inquietação, não deve passar despercebida a atualidade deste grande mestre de espiritualidade e de paz, que transmite aos seus discípulos o «espírito de liberdade», aquela verdadeira, no ápice de um ensinamento fascinante e completo sobre a realidade do amor. São Francisco de Sales é uma testemunha exemplar do humanismo cristão; com o seu estilo familiar, com parábolas que às vezes têm as asas da poesia, recorda que o homem traz inscrita no profundo de si mesmo a saudade de Deus, e que somente nele encontra a alegria autêntica e a sua realização mais completa.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 9 de Março de 2011

Quarta-feira de Cinzas

Queridos irmãos e irmãs,

Hoje, marcados pelo austero símbolo das Cinzas, entramos no Tempo da Quaresma, iniciando um itinerário espiritual que nos prepara para celebrar dignamente os mistérios pascais. As cinzas benzidas, impostas sobre a nossa cabeça, são um sinal que nos recorda a nossa condição de criaturas, que nos convida à penitência e a intensificar o compromisso de conversão para seguir cada vez mais o Senhor.

A Quaresma é um caminho, é acompanhar Jesus que sobe a Jerusalém, lugar do cumprimento do seu mistério de paixão, morte e ressurreição; recorda-nos que a vida cristã é um «caminho» a percorrer, e que consiste não tanto numa lei a observar, quanto na própria pessoa de Cristo a encontrar, receber e seguir. Com efeito, Jesus diz-nos: «Se alguém quiser vir após mim, renegue-se a si mesmo, tome cada dia a sua cruz e siga-me» (Lc 9, 23). Ou seja, diz-nos que para chegar com Ele à luz e à alegria da ressurreição, à vitória da vida, do amor e do bem, também nós temos que tomar a cruz todos os dias, como nos exorta uma bonita página da Imitação de Cristo: «Portanto, toma a tua cruz e segue Jesus; assim entrarás na vida eterna. Foste precedido por Ele mesmo, que carregou a sua cruz (cf. Jo 19, 17) e morreu por ti, a fim de que também tu carregasses a tua cruz e desejasses, também tu, ser crucificado. Com efeito, se morreres com Ele, viverás com Ele e como Ele. Se lhe fores companheiro no sofrimento, ser-lhe-ás companheiro inclusive na glória» (l. 2, c. 12, n. 2). Na Santa Missa do primeiro Domingo de Quaresma, oramos: «Ó Deus, nosso Pai, com a celebração desta Quaresma, sinal sacramental da nossa conversão, concedei que os vossos fiéis cresçam no conhecimento do mistério de Cristo e testemunhem com uma digna conduta de vida» (Coleta). É uma invocação que dirigimos a Deus, porque sabemos que só Ele pode converter o nosso coração. E é sobretudo na Liturgia, na participação nos santos mistérios, que nós somos levados a percorrer este caminho com o Senhor; é um pôr-nos na escola de Jesus, repercorrendo os acontecimentos que nos trouxeram a salvação, mas não como uma simples comemoração, uma lembrança de acontecimentos passados. Nos gestos litúrgicos, Cristo torna-se presente através da obra do Espírito Santo, aqueles eventos salvíficos tornam-se atuais. Há uma palavra-chave que é citada com frequência na Liturgia para indicar isto: a palavra «hoje»; e ela deve ser entendida em sentido originário e concreto, não metafórico. Hoje Deus revela a sua lei e hoje é-nos dado escolher entre o bem e o mal, entre a vida e a morte (cf. Dt 30, 19); hoje «o Reino de Deus está próximo. Convertei-vos e crede no Evangelho» (Mc 1, 15); hoje Cristo morreu no Calvário e res-

suscitou dos mortos; subiu ao céu e está sentado à direita do Pai; hoje é-nos conferido o Espírito Santo; hoje é um tempo favorável. Então, participar na Liturgia significa imergir a própria vida no mistério de Cristo, na sua presença permanente, percorrer um caminho em que entramos na sua morte e ressurreição para receber a vida.

Nos domingos da Quaresma, de modo totalmente particular neste ano litúrgico do ciclo A, somos introduzidos a viver um itinerário baptismal, como que a repercorrer o caminho dos catecúmenos, daqueles que se preparam para receber o Batismo, para reavivar em nós este dom e para fazer com que a nossa vida recupere as exigências e os compromissos deste Sacramento, que está na base da nossa vida cristã. Na Mensagem que enviei para esta Quaresma, desejei evocar o nexo particular que une o Tempo quaresmal ao Batismo. Desde sempre, a Igreja associa a Vigília pascal à celebração do Batismo, passo por passo: é nele que se realiza aquele grande mistério pelo qual o homem, morto para o pecado, se torna partícipe da vida nova em Cristo ressuscitado e recebe o Espírito de Deus que ressuscitou Jesus dos mortos (cf. Rm 8, 11). As Leituras que ouviremos nos próximos domingos, e às quais vos convido a prestar atenção especial, são tiradas precisamente da tradição antiga, que acompanhava o catecúmeno na descoberta do Batismo: elas são o grande anúncio daquilo que Deus realiza neste Sacramento, uma maravilhosa catequese baptismal dirigida a cada um de nós. O primeiro Domingo, chamado Domingo da tentação porque apresenta as tentações de Jesus no deserto, convida-nos a renovar a nossa decisão definitiva por Deus e a enfrentar com coragem a luta que nos espera para lhe permanecermos fiéis. Apresenta-se sempre de novo esta necessidade de decisão, de resistir ao mal, de seguir Jesus. Neste Domingo a Igreja, depois de ter ouvido o testemunho dos padrinhos e dos catequistas, celebra a eleição daqueles que são admitidos aos Sacramentos pascais. O segundo Domingo é chamado de Abraão e da Transfiguração. O Batismo é o sacramento da fé e da filiação divina; como Abraão, pai dos fiéis, também nós somos convidados a partir, a sair da nossa terra, a deixar as seguranças que nos construímos, e voltar a depositar a nossa confiança em Deus; a meta entrevê-se na transfiguração de Cristo, o Filho amado no Qual também nós somos «filhos de Deus». Nos Domingos seguintes é apresentado o Batismo nas imagens da água, da luz e da vida. O terceiro Domingo faz-nos encontrar a Samaritana (cf. Jo 4, 5-42). Como Israel no Êxodo, também nós no Batismo recebemos a água salvífica; como diz à Samaritana, Jesus tem água de vida, que sacia toda a sede; e esta água é o seu próprio Espírito. Neste Domingo, a Igreja celebra o primeiro escrutínio dos catecúmenos e, durante a semana, entrega-lhes o Símbolo: a Profissão da fé, o Credo. O quarto Domingo faz-nos meditar sobre a experiência do «cego de nascença» (cf. Jo 9, 1-41). No Batismo somos libertados das trevas do mal e recebemos a luz de Cristo para viver como filhos

da luz. Também nós devemos aprender a ver a presença de Deus no rosto de Cristo e assim a luz. No caminho dos catecúmenos celebra-se o segundo escrutínio. Enfim, o quinto Domingo apresenta-nos a ressurreição de Lázaro (cf. Jo 11, 1-45). No Batismo, nós passamos da morte para a vida, tornando-nos capazes de agradar a Deus, de fazer morrer o homem velho para viver do Espírito do Ressuscitado. Para os catecúmenos, celebra-se o terceiro escrutínio e durante a semana eles recebem a oração do Senhor: o Pai-Nosso.

Este itinerário da Quaresma que somos convidados a percorrer na Quaresma é caracterizado, na tradição da Igreja, por algumas práticas: o jejum, a esmola e a oração. O jejum significa a abstinência do alimento, mas abrange outras formas de privação para uma vida mais sóbria. Porém, tudo isto ainda não é a realidade completa do jejum: é o sinal externo de uma realidade interior, do nosso compromisso, com a ajuda de Deus, de nos abstermos do mal e de vivermos do Evangelho. Não jejua verdadeiramente quem não sabe alimentar-se da Palavra de Deus.

Na tradição cristã, o jejum está ligado estreitamente à esmola. São Leão Magno ensinava num dos seus discursos sobre a Quaresma: «Aquilo que cada cristão deve realizar em todos os tempos, agora deve praticá-lo com maiores solicitude e devoção, para que se cumpra a norma apostólica do jejum quaresmal, que consiste na abstinência não apenas dos alimentos, mas também e sobretudo dos pecados. Além disso, a estes jejuns obrigatórios e santos, nenhuma obra pode ser associada mais utilmente que a esmola que, sob o único nome de "misericórdia", inclui muitas obras boas. Imenso é o campo das obras de misericórdia. Não só os ricos e abastados podem beneficiar os outros com a esmola, mas também quantos vivem em condições modestas e pobres. Assim, desiguais nos bens de fortuna, todos podem ser iguais nos sentimentos de piedade da alma» (Discurso 6 sobre a Quaresma, 2: PL 54, 286). Na sua Regra pastoral, são Gregório Magno recordava que o jejum torna-se santo através das virtudes que o acompanham, sobretudo da caridade e de cada gesto de generosidade, que confere aos pobres e aos necessitados o fruto de uma nossa privação (cf. 19, 10-11).

Além disso, a Quaresma é um período privilegiado para a oração. Santo Agostinho diz que o jejum e a esmola são «as duas asas da oração», que lhe permitem tomar mais facilmente o seu impulso e chegar até Deus. Ele afirma: «Deste modo a nossa oração, feita de humildade e caridade, no jejum e na esmola, na temperança e no perdão das ofensas, oferecendo coisas boas e não restituindo as más, afastando-se do mal e praticando o bem, procura e alcança a paz. Com as asas destas virtudes, a nossa oração voa com segurança e é levada mais facilmente até ao céu, onde nos precedeu Cristo nossa paz» (Sermão 206, 3 sobre a Quaresma: PL 38, 1042). A Igreja sabe que, pela nossa debilidade, é difícil manter-se silêncio para nos colocar-

mos diante de Deus e adquirirmos a consciência da nossa condição de criaturas que dependem dele e de pecadores necessitados do seu amor; por isso, na Quaresma, convida a uma oração mais fiel e intensa, e a uma prolongada meditação sobre a Palavra de Deus. São João Crisóstomo exorta: «Adorna a tua casa de modéstia e humildade, mediante a prática da oração. Torna maravilhosa a tua habitação com a luz da justiça; ornamenta as suas paredes com as boas obras, como de um verniz de ouro puro, e no lugar dos muros e das pedras preciosas, coloca a fé e a magnanimidade sobrenatural, pondo acima de todas as coisas, no auge de tudo, a oração como decoração de todo o conjunto. Assim preparas uma moradia digna do Senhor, assim o recebes numa mansão maravilhosa. Ele conceder-te-á transformar a tua alma em templo da sua presença» (Homilia 6 sobre a Oração: pg 64, 466).

Caros amigos, neste caminho quaresmal, estejamos atentos a aceitar o convite de Cristo a segui-lo de modo mais decidido e coerente, renovando a graça e os compromissos do nosso Batismo, para abandonar o homem velho que está em nós e para nos revestirmos de Cristo, em vista de chegarmos renovados à Páscoa e de podermos dizer juntamente com são Paulo: «Já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim» (Gl 2, 20). Bom caminho quaresmal a todos vós. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 23 de Março de 2011

São Lourenço de Bríndisi

Amados irmãos e irmãs!

Ainda recordo com alegria o caloroso acolhimento que me foi reservado em 2008 em Bríndisi, a cidade onde em 1559 nasceu um insigne Doutor da Igreja, são Lourenço de Bríndisi, nome que Giulio Cesare Rossi escolheu ao entrar na Ordem dos Capuchinhos. Desde a infância ele foi atraído pela família de são Francisco de Assis. Com efeito, órfão de pai com sete anos, foi confiado pela mãe aos cuidados dos frades conventuais da sua cidade. Porém, alguns anos mais tarde transferiu-se com a mãe para Veneza, e precisamente no Véneto conheceu os Capuchinhos, que naquele período se tinham posto generosamente ao serviço da Igreja inteira, para incrementar a grande reforma espiritual promovida pelo Concílio de Trento. Em 1575 Lourenço, com a profissão religiosa, tornou-se frade capuchinho e, em 1582, foi ordenado sacerdote. Já durante os estudos eclesiásticos mostrou as eminentes qualidades intelectuais de que era dotado. Aprendeu facilmente as línguas antigas, como o grego, o hebraico e o siríaco, e as modernas, como o francês e o alemão, que se acrescentavam ao conhecimento das línguas italiana e latina, outrora fluentemente falada por todos os eclesiásticos e pelos homens de cultura.

Graças ao conhecimento de tantos idiomas, Lourenço conseguiu desempenhar um apostolado intenso junto a diversas categorias de pessoas. Pregador eficaz, conhecia de modo tão profundo não só a Bíblia, mas também a literatura rabínica, que os próprios rabinos permaneciam maravilhados e admirados, manifestando-lhe estima e respeito. Teólogo versado na Sagrada Escritura e nos Padres da Igreja, era capaz de explicar de modo exemplar a doutrina católica até aos cristãos que, principalmente na Alemanha, tinham aderido à Reforma. Com a sua exposição clarividente e pacata, ele demonstrava o fundamento bíblico e patrístico de todos os artigos de fé postos em discussão por Martinho Lutero. Entre eles, o primado de são Pedro e dos seus sucessores, a origem divina do Episcopado, a justificação como transformação interior do homem, a necessidade das boas obras para a salvação. O sucesso de que Lourenço gozava ajuda-nos a compreender que até hoje, ao promover com tanta esperança o diálogo ecumênico, o confronto com a Sagrada Escritura, lida na Tradição da Igreja, constitui um elemento irrenunciável e de importância fundamental, como eu quis recordar na Exortação Apostólica Verbum Domini (cf. n. 46).

Até os fiéis mais simples, não dotados de uma grande cultura, beneficiaram da palavra convincente de Lourenço, que se dirigia às pessoas humildes para exortar todos à coerência da

própria vida com a fé professada. Este foi um grande mérito dos Capuchinhos e de outras Ordens religiosas que, nos séculos XVI e XVII, contribuíram para a renovação da vida cristã, penetrando em profundidade na sociedade com o seu testemunho de vida e o seu ensinamento. Inclusive hoje, a nova evangelização tem necessidade de apóstolos bem preparados, zelosos e intrépidos, para que a luz e a beleza do Evangelho prevaleçam sobre as orientações culturais do relativismo ético e da indiferença religiosa, e transformem os vários modos de pensar e de agir num autêntico humanismo cristão. É surpreendente que são Lourenço de Bríndisi tenha podido realizar, ininterruptamente, esta atividade de pregador apreciado e incansável em muitas cidades da Itália e em diversos países, não obstante desempenhasse também outros cargos delicados e de grande responsabilidade. Efetivamente, no interior da Ordem dos Capuchinhos, ele foi professor de teologia, mestre dos noviços, várias vezes ministro provincial e definidor-geral e, finalmente, de 1602 a 1605, ministro-geral.

No meio de tantos trabalhos, Lourenço cultivou uma vida espiritual de fervor extraordinário, dedicando muito tempo à oração e de maneira especial à celebração da Santa Missa, que prolongava frequentemente durante horas, arrebatado e comovido no memorial da Paixão, Morte e Ressurreição do Senhor. Na escola dos santos, cada presbítero, como muitas vezes foi sublinhado durante o recente Ano sacerdotal, só pode evitar o perigo do ativismo, ou seja, de agir esquecendo-se das profundas motivações do ministério, se cuidar da própria vida interior. Falando aos sacerdotes e aos seminaristas na catedral de Bríndisi, cidade natal de são Lourenço, recordei que «o momento da oração é o mais importante na vida do sacerdote, aquele em que a graça divina age com maior eficácia, dando fecundidade ao seu ministério. Rezar é o primeiro serviço a prestar à comunidade. Por isso, os momentos de oração devem ter na nossa vida uma verdadeira prioridade... Se não estivermos interiormente em comunhão com Deus, nada poderemos dar também aos outros. Por isso, Deus é a primeira prioridade. Devemos reservar sempre o tempo necessário para estar em comunhão de oração com nosso Senhor». De resto, com o fervor inconfundível do seu estilo, Lourenço exorta todos, e não apenas os sacerdotes, a cultivar a vida de oração, porque é através dela que nós falamos a Deus e Deus nos fala: «Oh, se considerássemos esta realidade! — exclama — ou seja, que Deus está verdadeiramente presente em nós, quando lhe falamos na oração; que Ele realmente ouve a nossa prece, mesmo que oremos simplesmente com o coração e com a mente. E que não só está presente e nos ouve, mas pode e deseja condescender de bom grado e com o máximo prazer às nossas exigências».

Outro aspecto que caracteriza a obra deste filho de são Francisco é a sua obra a favor da paz. Tanto os Sumos Pontífices, como os príncipes católicos lhe confiaram reiteradamente impor-

tantes missões diplomáticas para resolver controvérsias e favorecer a concórdia entre os Estados europeus, naquela época ameaçados pelo Império otomano. A autoridade moral, de que gozava, fazia dele um conselheiro procurado e ouvido. Hoje, assim como na época de são Lourenço, o mundo tem muita necessidade de paz, precisa de homens e mulheres pacíficos e pacificadores. Todos aqueles que acreditam em Deus devem ser sempre nascentes e construtores de paz. Foi precisamente por ocasião de uma destas missões diplomáticas que Lourenço concluiu a sua vida terrena em 1619 em Lisboa, aonde tinha ido para se encontrar com o rei da Espanha, Filipe III, para perorar a causa dos súbditos napolitanos oprimidos pelas autoridades locais.

Foi canonizado em 1881 e, devido à sua atividade vigorosa e intensa, à sua ciência vasta e harmoniosa, mereceu o título de *Doctor apostolicus*, «Doutor apostólico», conferido pelo Beato Papa João XXIII em 1959, por ocasião do quarto centenário do seu nascimento. Tal reconhecimento foi conferido a Lourenço de Bríndisi, também porque ele foi o autor de numerosas obras de exegese bíblica, de teologia e de escritos destinados à pregação. Nelas ele oferece uma apresentação orgânica da história da salvação, centrada no mistério da Encarnação, a maior manifestação do amor divino pelos homens. Além disso, dado que era um mariólogo de grande valor, autor de uma coletânea de sermões sobre Nossa Senhora, intitulada «*Mariale*», pôs em evidência o papel singular da Virgem Maria, da qual afirma com clarividência a Imaculada Conceição e a cooperação para a obra da redenção, realizada por Cristo.

Com uma requintada sensibilidade teológica, Lourenço de Bríndisi salientou inclusive a obra do Espírito Santo na existência do fiel. Ele recorda-nos que, com os seus dons, a terceira Pessoa da Santíssima Trindade ilumina e contribui para o nosso compromisso a viver jubilosamente a mensagem do Evangelho. «O Espírito Santo — escreve são Lourenço — torna dócil o jugo da lei divina e leve o seu peso, a fim de que observemos os mandamentos de Deus com enorme facilidade, e até com amabilidade».

Gostaria de completar esta breve apresentação da vida e da doutrina de são Lourenço de Bríndisi, frisando que toda a sua obra foi inspirada por um grande amor pela Sagrada Escritura, que ele conhecia amplamente e de cor, e pela convicção de que a escuta e o acolhimento da Palavra de Deus produz uma transformação interior que nos conduz à santidade. «A Palavra do Senhor — afirma ele — é luz para o intelecto e fogo para a vontade, a fim de que o homem possa conhecer e amar a Deus. Para o homem interior, que por meio da graça vive do Espírito de Deus, é pão e água, mas pão mais doce que o mel, e água melhor que o vinho e o leite... É um martelo contra um coração duramente obstinado nos vícios. É uma espada contra a carne, o mundo e o demônio, para destruir todo o pecado». São Lourenço de Bríndisi ensina-nos a

amar a Sagrada Escritura, a crescer na familiaridade com ela, a cultivar quotidianamente a relação de amizade com o Senhor na oração, para que todas as nossas obras, cada uma das nossas atividades tenham nele o seu início e o seu cumprimento. Esta é a fonte na qual beber, a fim de que o nosso testemunho cristão seja luminoso e capaz de conduzir os homens do nosso tempo rumo a Deus.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 30 de Março de 2011

Santo Afonso Maria de Ligório

Prezados irmãos e irmãs

Hoje gostaria de apresentar-vos a figura de um santo Doutor da Igreja, ao qual devemos muito, porque foi um insigne teólogo moralista e um mestre de vida espiritual para todos, principalmente para as pessoas simples. É o autor das palavras e da música de um dos cânticos de Natal mais populares na Itália, e não só: *Tu scendi dalle stelle*.

Pertencente a uma família napolitana nobre e rica, Afonso Maria de Ligório nasceu em 1696. Dotado de acentuadas qualidades intelectuais, com apenas 16 anos obteve a licenciatura em direito civil e canônico. Era o advogado mais brilhante do foro de Nápoles: durante oito anos venceu todas as causas que defendeu. Todavia, na sua alma sedenta de Deus e desejosa de perfeição, o Senhor levava-o a compreender que outra era a vocação à qual o chamava. Com efeito, em 1723, indignado pela corrupção e a injustiça que viciavam o ambiente forense, abandonou a sua profissão — e com ela a riqueza e o sucesso — e decidiu tornar-se sacerdote, não obstante a oposição da parte do pai. Teve mestres excelentes, que o introduziram no estudo da Sagrada Escritura, da História da Igreja e da Mística. Adquiriu uma vasta cultura teológica, que fez frutificar quando, depois de alguns anos, empreendeu a sua obra de escritor. Foi ordenado presbítero em 1726 e, pelo exercício do ministério, uniu-se à Congregação diocesana das Missões apostólicas. Afonso deu início a uma obra de evangelização e de catequese no meio das camadas mais humildes da sociedade napolitana, às quais gostava de pregar, e que instruía acerca das verdades basilares da fé. Não poucas destas pessoas, pobres e modestas, às quais se dirigia, dedicavam-se com frequência aos vícios e praticavam ações criminosas. Com paciência ensinava-as a rezar, encorajando-as a melhorar o seu estilo de vida. Afonso alcançou resultados excelentes: nos bairros mais miseráveis da cidade multiplicavam-se grupos de pessoas que, à noite, se reuniam nas casas particulares e nas oficinas, para rezar e para meditar a Palavra de Deus, sob a orientação de alguns catequistas formados por Afonso e por outros sacerdotes, que visitavam regularmente estes grupos de fiéis. Quando, por vontade do arcebispo de Nápoles, estas reuniões começaram a realizar-se nas capelas da cidade, receberam o nome de «capelas noturnas». Elas constituíram uma verdadeira fonte de educação moral, de restabelecimento social e de ajuda recíproca entre os pobres: furtos, duelos e prostituição quase chegaram a desaparecer.

Embora o contexto social e religioso da época de santo Afonso fosse muito diferente do nosso, as «capelas noturnas» parecem um modelo de obra missionária em que podemos inspirar-

nos também hoje, para uma «nova evangelização», particularmente dos mais pobres, e para construir uma convivência humana mais justa, fraterna e solidária. Aos sacerdotes é confiada uma tarefa de ministério espiritual, enquanto leigos bem formados podem ser animadores cristãos eficazes, fermento evangélico autêntico no seio da sociedade.

Depois de ter pensado em partir para evangelizar os povos pagãos, Afonso, com 35 anos de idade, entrou em contato com os camponeses e com os pastores das regiões do interior do Reino de Nápoles e, impressionado com a sua ignorância religiosa e com o estado de abandono em que viviam, decidiu deixar a capital e dedicar-se a estas pessoas, que eram pobres espiritual e materialmente. Em 1732 fundou a Congregação religiosa do Santíssimo Redentor, que pôs sob a tutela do bispo Tommaso Falcoia, e da qual sucessivamente ele mesmo se tornou o superior. Estes religiosos, guiados por Alfonso, foram autênticos missionários itinerantes, que chegaram até aos povoados mais remotos, exortando à conversão e à perseverança na vida cristã, sobretudo por meio da oração. Ainda hoje os Redentoristas, espalhados por muitos países do mundo, com novas formas de apostolado, continuam esta missão de evangelização. Penso neles com reconhecimento, exortando-os a ser sempre fiéis ao exemplo do seu santo fundador.

Estimado pela sua bondade e pelo seu zelo pastoral, em 1762 Afonso foi nomeado bispo de Santa Águeda dos Godos, ministério que, a seguir às enfermidades que o afligiam, deixou em 1775, por concessão do Papa Pio VI. Em 1787 o mesmo Pontífice, recebendo a notícia do seu falecimento, ocorrido depois de muitos sofrimentos, exclamou: «Era um santo!». E não se equivocava: Afonso foi canonizado em 1839 e, em 1871, proclamado Doutor da Igreja. Este título adapta-se-lhe por múltiplos motivos. Antes de tudo, porque ele propôs um rico ensinamento de teologia moral, que exprime adequadamente a doutrina católica, a tal ponto que foi proclamado pelo Papa Pio XII «Padroeiro de todos os confessores e moralistas». Na sua época difundiu-se uma interpretação muito rigorosa da vida moral, também por causa da mentalidade jansenista que, em vez de alimentar a confiança e a esperança na misericórdia de Deus, fomentava o medo e apresentava um rosto de Deus áspero e severo, muito distante daquele que nos foi revelado por Jesus. Sobretudo na sua obra principal, intitulada Teologia moral, santo Afonso, propõe uma síntese equilibrada e convincente entre as exigências da lei de Deus, esculpida nos nossos corações, revelada plenamente por Cristo e interpretada respeitavelmente pela Igreja, e os dinamismos da consciência e da liberdade do homem que, precisamente na adesão à verdade e ao bem, permitem o amadurecimento e a realização da pessoa. Aos pastores de almas e aos confessores, Afonso recomendava que fossem fiéis à doutrina moral católica, assumindo ao mesmo tempo uma atitude caritativa, compreensiva e dócil, a

fim de que os penitentes pudessem sentir-se acompanhados, sustentados e encorajados no seu caminho de fé e de vida cristã. Santo Afonso nunca se cansava de repetir que os sacerdotes são um sinal visível da misericórdia infinita de Deus, que perdoa e ilumina a mente e o coração do pecador a fim de que se converta e mude de vida. Na nossa época, em que existem claros sinais de perda da consciência moral e — é necessário reconhecê-lo — de uma certa falta de estima pelo Sacramento da Confissão, o ensinamento de santo Afonso ainda é de grande atualidade.

Além das obras de teologia, santo Afonso compôs muitíssimos outros escritos, destinados à formação religiosa do povo. O estilo é simples e agradável. Lidas e traduzidas em numerosas línguas, as obras de santo Afonso contribuíram para plasmar a espiritualidade popular dos últimos dois séculos. Algumas delas são textos que se devem ler com grande proveito ainda hoje, como As Máximas eternas, As glórias de Maria e A prática de amar Jesus Cristo; esta última obra representa a síntese do seu pensamento e a sua obra-prima. Ele insiste muito sobre a necessidade da oração, que permite abrir-se à Graça divina para cumprir quotidianamente a vontade de Deus e alcançar a santificação pessoal. No que se refere à oração, ele escreve: «Deus não nega a ninguém a graça da oração, com a qual se obtém a ajuda para vencer qualquer concupiscência e tentação. Digo, reitero e repetirei sempre, enquanto viver, que toda a nossa salvação se encontra na oração». Daqui deriva o seu famoso axioma: «Quem reza, salva-se» (Del gran mezzo della preghiera e opuscoli affini. Opere ascetiche II, Roma 1962, p. 171). A este propósito, volta-me ao pensamento a exortação do meu predecessor, o Venerável Servo de Deus João Paulo II: «As nossas comunidades cristãs devem tornar-se "escolas de oração"... Então, é preciso que a educação para a oração se torne um ponto qualificativo de toda a programação pastoral» (Carta Apostólica Novo millennio ineunte, 33.34).

Entre as formas de oração aconselhadas fervorosamente por santo Afonso sobressai a visita ao Santíssimo Sacramento ou, como diríamos hoje, a adoração, breve ou prolongada, pessoal ou comunitária, diante da Eucaristia. «Sem dúvida — escreve Afonso — entre todas as devoções, a de adorar Jesus sacramentado é a primeira depois dos sacramentos, a mais querida a Deus e a mais útil para nós... Oh, como é bom permanecer diante de um altar com fé... e apresentar-lhe as próprias necessidades, como faz um amigo a outro amigo, no qual se tem toda a confiança!» (Visitas ao Santíssimo Sacramento e à Santíssima Maria para cada dia do mês. Introdução). Com efeito, a espiritualidade afonsiana é eminentemente cristológica, centrada em Cristo e no seu Evangelho. A meditação do mistério da Encarnação e da Paixão do Senhor é frequentemente objeto da sua pregação. Com efeito, nestes acontecimentos a Redenção é oferecida «abundantemente» a todos os homens. E precisamente porque é cristológica, a piedade

afonsiana é também requintadamente mariana. Devotíssimo de Maria, ele explica o seu papel na história da salvação: Sócia da Redenção e Medianeira da graça, Mãe, Advogada e Rainha. Além disso, santo Afonso afirma que a devoção a Maria nos será de grande conforto na hora da nossa morte. Ele estava persuadido de que a meditação sobre o nosso destino eterno, sobre a nossa chamada a participar para sempre nas bem-aventuranças de Deus, assim como sobre a trágica possibilidade da danação, contribui para viver com serenidade e empenhamento, e para enfrentar a realidade da morte, conservando sempre plena confiança na bondade de Deus. Santo Afonso Maria de Ligório é um exemplo de pastor zeloso, que conquistou as almas pregando o Evangelho e administrando os Sacramentos, unido a uma maneira de agir caracterizada por uma bondade suave e mansa, que nascia da relação intensa com Deus, que é a Bondade infinita. Ele tinha uma visão realisticamente otimista dos recursos de bem que o Senhor concede a cada homem, e dava importância aos afetos e aos sentimentos do coração, mas também da mente, para poder amar a Deus e ao próximo.

Como conclusão, gostaria de recordar que o nosso santo, analogamente a são Francisco de Sales — sobre o qual já falei há algumas semanas — insiste em dizer que a santidade permanece acessível a cada cristão: «O religioso como religioso, o secular como secular, o sacerdote como sacerdote, o casado como casado, o mercador como mercador, o soldado como soldado, e assim por diante com todas as outras condições» (Prática de amar Jesus Cristo. Obras ascéticas i, Roma 1933, p. 79). Demos graças ao Senhor que, com a sua Providência, suscita santos e doutores em diferentes lugares e tempos, que falam a mesma linguagem para nos convidar a crescer na fé e a viver com amor e alegria o nosso ser cristãos, nos gestos simples de cada dia, para caminhar pela vereda da santidade, pela estrada rumo a Deus e à verdadeira alegria. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 6 de Abril de 2011

Santa Teresa de Lisieux

Amados irmãos e irmãs!

Gostaria de vos falar hoje de santa Teresa de Lisieux. Teresa do Menino Jesus e da Sagrada Face, que viveu neste mundo só 24 anos, no final do século XIX, levando uma vida muito simples e no escondimento, mas que, depois da morte e da publicação dos seus escritos, se tornou uma das santas mais conhecidas e amadas. A «pequena Teresa» nunca deixou de ajudar as almas mais simples, os pequeninos, os pobres e os sofredores que lhe rezam, mas iluminou também toda a Igreja com a sua profunda doutrina espiritual, a ponto que o Venerável Papa João Paulo II, em 1997, quis atribuir-lhe o título de Doutora da Igreja, além do de Padroeira das Missões, que já lhe tinha sido atribuído por Pio XI em 1927. O meu amado Predecessor definiu-a «*perita da scientia amoris*» (Novo millennio ineunte, 27). Esta ciência, que vê resplandecer no amor toda a verdade da fé, Teresa expressa-a principalmente na narração da sua vida, publicada um ano depois da sua morte com o título de História de uma alma. Trata-se de um livro que teve imediatamente um grande sucesso, foi traduzido em muitas línguas e difundido em todo o mundo. Gostaria de vos convidar a redescobrir este pequeno-grande tesouro, este comentário luminoso ao Evangelho plenamente vivido! De fato, a História de uma alma é uma história maravilhosa de Amor, narrada com tanta autenticidade, simplicidade e vigor que o leitor não pode deixar de se admirar! Mas qual é este Amor que encheu toda a vida de Teresa, desde a infância até à morte? Queridos amigos, este Amor tem um Rosto, tem um Nome, é Jesus! A Santa fala continuamente de Jesus. Repercorramos então as grandes etapas da sua vida, para entrar no coração da sua doutrina.

Teresa nasceu a 2 de Janeiro de 1873 em Alençon, uma cidade da Normandia, na França. É a última filha de Luís e Zélia Martin, esposos e pais exemplares, beatificados juntamente a 19 de Outubro de 2008. Tiveram nove filhos; quatro morreram em tenra idade. Permaneceram as cinco filhas, que se tornaram todas religiosas. Teresa, com 4 anos, ficou profundamente abalada com a morte da mãe (Ms A, 13r). Então, o pai transferiu-se com as filhas para a cidade de Lisieux, onde se desenvolverá toda a vida da Santa. Mais tarde Teresa, atingida por uma grave doença nervosa, sarou por graça divina, que ela própria define o «sorriso de Nossa Senhora» (ibid., 29v30v). Recebeu depois a Primeira Comunhão, intensamente vivida (ibid., 35r), e pôs Jesus-Eucaristia no centro da sua existência.

A «Graça do Natal» de 1886 assinala a grande mudança, por ela chamada a sua «total conversão» (ibid., 44v-45r). De fato, ficou totalmente curada da sua hipersensibilidade infantil e co-

meçou uma «corrida de gigante». Aos 14 anos Teresa aproxima-se cada vez mais, com grande fé, de Jesus Crucificado, e começa a ocupar-se de um criminoso, aparentemente desesperado, condenado à morte e impenitente (ibid., 45v-46v). «Quis impedir-lhe de todas as formas de cair no inferno», escreve a Santa, com a certeza de que a sua oração o teria posto em contato com o Sangue redentor de Jesus. É a sua primeira experiência fundamental de maternidade espiritual: «Eu tinha tanta confiança na Misericórdia Infinita de Jesus», escreve. Com Maria Santíssima, a jovem Teresa ama, crê e espera com «um coração de mãe» (cf. pr 6/10r).

Em Novembro de 1887, Teresa vai em peregrinação a Roma juntamente com o Pai e a irmã Celina (ibid., 55v-67r). Para ela, o momento culminante é a Audiência do Papa Leão XIII, ao qual pede a autorização para entrar, apenas com 15 anos, no Carmelo de Lisieux. Um ano depois, o seu desejo realiza-se: torna-se Carmelita, «para salvar as almas e rezar pelos sacerdotes» (ibid., 69v). Contemporaneamente, começa também a dolorosa e humilhante doença mental do seu pai. É um grande sofrimento que leva Teresa à contemplação da Face de Jesus na sua Paixão (ibid., 71rv). Assim, o seu nome de Religiosa — irmã Teresa do Menino Jesus e da Sagrada Face — expressa o programa de toda a sua vida, em comunhão com os Mistérios centrais da Encarnação e da Redenção. A sua profissão religiosa, na festa da Natividade de Maria, a 8 de Setembro de 1890, é para ela um verdadeiro matrimônio espiritual na «pequenez» evangélica, caracterizada pelo símbolo da flor: «Que festa bonita a Natividade de Maria para se tornar esposa de Jesus — escreve — Era a pequena Virgem Santa de um dia que apresentava a sua pequena flor ao pequeno Jesus» (ibid., 77r). Para Teresa, ser religiosa significa ser esposa de Jesus e mãe das almas (cf. Ms B, 2v). No mesmo dia, a Santa escreve uma oração que indica toda a orientação da sua vida: pede a Jesus o dom do seu Amor infinito, para ser a mais pequena, e sobretudo pede a salvação de todos os homens: «Que nenhuma alma seja danada hoje» (Pr 2). De grande importância é a sua Oferta ao Amor Misericordioso, feita na festa da Santíssima Trindade de 1895 (Ms A, 83v-84r; Pr 6): uma oferenda que Teresa partilha imediatamente com as suas irmãs de hábito, sendo já vice-mestra das noviças.

Dez anos depois da «Graça de Natal», em 1896, vem a «Graça de Páscoa», que abre a última fase da vida de Teresa com o início da sua paixão em profunda união com a Paixão de Jesus; trata-se da paixão do corpo, com a doença que a levará à morte através de grandes sofrimentos, mas sobretudo trata-se da paixão da alma, com uma dolorosíssima prova da fé (Ms C, 4v-7v). Com Maria ao lado da Cruz de Jesus, Teresa vive então a fé mais heroica, como luz nas trevas que lhe invadem a alma. A Carmelita tem a consciência de viver esta grande prova para a salvação de todos os ateus do mundo moderno, por ela chamados «irmãos». Vive então ainda mais intensamente o amor fraterno (8r-33v): para com as irmãs da sua comunidade, para

com os seus dois irmãos espirituais missionários, para com os sacerdotes e todos os homens, sobretudo os mais distantes. Torna-se deveras uma «irmã universal»! A sua caridade amável e sorridente é a expressão da alegria profunda da qual nos revela o segredo: «Jesus, a minha alegria é amar-Te» (P 45/7). Neste contexto de sofrimento, vivendo o maior amor nas mais pequenas coisas da vida quotidiana, a Santa realiza a sua vocação de ser o Amor no coração da Igreja (cf. Ms B, 3v).

Teresa faleceu na noite de 30 de Setembro de 1897, pronunciando as simples palavras «Meu Deus, amo-Te!», olhando para o Crucifixo que estreitava nas suas mãos. Estas últimas palavras da Santa são a chave de toda a sua doutrina, da sua interpretação do Evangelho. O ato de amor, expresso no seu último suspiro, era como que o contínuo respiro da sua alma, como o pulsar do seu coração. As simples palavras «Jesus, amo-Te» estão no centro de todos os seus escritos. O ato de amor a Jesus imerge-a na Santíssima Trindade. Ela escreve: «Ah, tu sabes, amo-te Menino Jesus, / O Espírito de Amor inflama-me com o seu fogo. / É amando-Te que eu atraio o Pai» (P 17/2).

Queridos amigos, também nós com santa Teresa do Menino Jesus deveríamos poder repetir todos os dias ao Senhor que queremos viver de amor a Ele e aos outros, aprender na escola dos santos a amar de modo autêntico e total. Teresa é um dos «pequeninos» do Evangelho que se deixam conduzir por Deus às profundezas do seu Mistério. Uma guia para todos, sobretudo para aqueles que, no Povo de Deus, desempenham o ministério de teólogos. Com a humildade e a caridade, a fé e a esperança, Teresa entra continuamente no coração da Sagrada Escritura que encerra o Mistério de Cristo. E esta leitura da Bíblia, alimentada pela ciência do amor, não se opõe à ciência acadêmica. De fato, a ciência dos santos, da qual ela mesma fala na última página da História de uma alma, é a ciência mais nobre: «Todos os santos o compreenderam e de modo mais particular talvez os que encheram o universo com a irradiação da doutrina evangélica. Não é porventura da oração que os Santos Paulo, Agostinho, João da Cruz, Tomás de Aquino, Francisco, Domingos e muitos outros ilustres Amigos de Deus se inspiraram nesta ciência divina que fascina os maiores gênios?» (Ms C, 36r). Inseparável do Evangelho, a Eucaristia é para Teresa o Sacramento do Amor Divino que se abaixa ao extremo para se elevar até Ele. Na sua última Carta, sobre uma imagem que representa o Menino Jesus na Hóstia consagrada, a Santa escreve estas palavras simples: «Não posso temer um Deus que para mim se fez tão pequenino! (...) Eu amo-O! De fato, Ele mais não é do que Amor e Misericórdia!» (LT 266).

No Evangelho, Teresa descobre sobretudo a Misericórdia de Jesus, a ponto de afirmar: «A mim Ele deu a sua Misericórdia infinita, através dela contemplo e adoro as outras perfeições

divinas! (...) Então todas me parecem resplandecentes de amor, a própria Justiça (e talvez ainda mais do que qualquer outra) me parece revestida de amor» (Ms A, 84r). Assim se expressa também nas últimas linhas da História de uma alma: «Um só olhar ao Santo Evangelho, imediatamente respiro os perfumes da vida de Jesus e sei para onde correr... Não é para o primeiro lugar, mas para o último que me oriento... Sim, sinto-o, mesmo se tivesse na consciência todos os pecados que se podem cometer, iria, com o coração despedaçado pelo arrependimento, lançar-me entre os braços de Jesus, porque sei quanto ama o filho pródigo que volta a Ele» (Ms C, 36v-37r). «Confiança e Amor» são portanto o ponto final da narração da sua vida, duas palavras que como faróis iluminaram todo o seu caminho de santidade, para poder guiar os outros pela sua mesma «pequena via de confiança e de amor» da infância espiritual (cf. Ms C, 2v-3r; LT 226). Confiança como a do menino que se abandona nas mãos de Deus, inseparável do compromisso forte e radical do verdadeiro amor, que é dom total de si, para sempre, como diz a Santa contemplando Maria: «Amar é dar tudo, e dar-se a si mesmo» (Porque te amo, ó Maria, P 54/22). Assim Teresa indica a todos nós que a vida cristã consiste em viver plenamente a graça do Batismo na doação total de si ao Amor do Pai, para viver como Cristo, no fogo do Espírito Santo, o seu mesmo amor por todos os outros.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 13 de Abril de 2011

A santidade

Queridos irmãos e irmãs,

Nas Audiências gerais destes últimos dois anos acompanharam-nos as figuras de tantos Santos e Santas: aprendemos a conhecê-los mais de perto e a compreender que toda a história da Igreja está marcada por estes homens e mulheres que com a sua fé, caridade, e com a sua vida foram faróis para tantas gerações, e são-no também para nós. Os Santos manifestam de diversas formas a presença poderosa e transformadora do Ressuscitado; deixaram que Cristo se apoderasse tão plenamente da sua vida que puderam afirmar com são Paulo: «já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim» (Gl 2, 20). Seguir o seu exemplo, recorrer à sua intercessão, entrar em comunhão com eles, «une-nos a Cristo, do qual, como da Fonte e da Cabeça, promana toda a graça e toda a vida do próprio Povo de Deus» (Con. Ec. Vat. II, Const. Dogm. Lumen gentium, 50). No final desta série de catequeses, gostaria então de oferecer alguns pensamentos sobre o que é a santidade.

Que significa ser santos? Quem é chamado a ser santo? Com frequência somos levados a pensar ainda que a santidade é uma meta reservada a poucos eleitos. São Paulo, ao contrário, fala do grande desígnio de Deus e afirma: «N'Ele — Cristo — (Deus) escolheu-nos antes da criação do mundo para sermos santos e imaculados diante d'Ele na caridade» (Ef 1, 4). E fala de todos nós. No centro do desígnio divino está Cristo. No qual Deus mostra o seu Rosto: o Mistério escondido nos séculos revelou-se em plenitude no Verbo que se fez homem. E Paulo depois diz: «De fato, aprouve a Deus que nele habite toda a plenitude» (Cl 1, 19). Em Cristo o Deus vivente tornou-se próximo, visível, audível, palpável para que todos possam beneficiar da sua plenitude de graça e de verdade (cf. Jo 1, 14-16). Por isso, toda a existência cristã conhece uma única lei suprema, aquela que são Paulo expressa numa fórmula que recorre em todos os seus escritos: em Cristo Jesus. A santidade, a plenitude da vida cristã não consiste em realizar empreendimentos extraordinários, mas em unir-se a Cristo, em viver os seus mistérios, em fazer nossas as suas atitudes, pensamentos e comportamentos. A medida da santidade é dada pela estatura que Cristo alcança em nós, desde quando, com a força do Espírito Santo, modelamos toda a nossa vida sobre a sua. É ser conformes com Jesus, como afirma são Paulo: «Aqueles que ele conheceu desde sempre, predestinou-os para serem conformes com a imagem do seu Filho» (Rm 8, 29). E santo Agostinho exclama: «Será viva a minha vida toda repleta de Ti» (Confissões, 10, 28). O Concílio Vaticano II, na Constituição sobre a Igreja, fala com clareza da chamada universal à santidade, afirmando que ninguém é excluído dela: «Nos

vários gêneros de vida e nas várias formas profissionais é praticada uma única santidade por todos os que são movidos pelo Espírito de Deus e... seguem Cristo pobre, humilde e carregando a cruz, para merecer ser partícipes da sua glória» (n. 41).

Mas permanece a questão: como podemos percorrer o caminho da santidade, responder a esta chamada? Posso fazê-lo com as minhas forças? A resposta é clara: uma vida santa não é fruto principalmente do nosso esforço, das nossas ações, porque é Deus, o três vezes Santo (cf. Is 6, 3), que nos torna santos, é a ação do Espírito Santo que nos anima a partir de dentro, é a própria vida de Cristo Ressuscitado que nos é comunicada e que nos transforma. Afirmando mais uma vez com o Concílio Vaticano II: «Os seguidores de Cristo, chamados por Deus não segundo as suas obras, mas segundo o desígnio da sua graça e justificados em Jesus Senhor, no batismo da fé foram feitos verdadeiramente filhos de Deus e co-participantes da natureza divina, e por isso realmente santos. Por conseguinte, eles devem, com a ajuda de Deus, manter na sua vida e aperfeiçoar a santidade que receberam» (ibid., 40). A santidade tem por conseguinte a sua raiz última na graça baptismal, no sermos enxertados no Mistério pascal de Cristo, com o qual nos é comunicado o seu Espírito, a sua vida de Ressuscitado. São Paulo ressalta de modo muito forte a transformação que a graça baptismal realiza no homem e chega a cunhar uma terminologia nova, forjada com a preposição «com»: co-mortos, co-sepultados, co-vivificados com Cristo; o nosso destino está ligado indissoluvelmente ao seu. «Pelo batismo — escreve — fomos sepultados com ele na morte para que, assim como Cristo ressuscitou dos mortos... assim também nós possamos caminhar numa vida nova» (Rm 6, 4). Mas Deus respeita sempre a nossa liberdade e pede que aceitemos este dom e vivamos as exigências que ele requer, pede que nos deixemos transformar pela ação do Espírito Santo, conformando a nossa vontade com a vontade de Deus.

Como pode acontecer que o nosso modo de pensar e as nossas ações se tornem pensar e agir com Cristo e de Cristo? Qual é a alma da santidade? De novo o Concílio Vaticano II esclarece; diz-nos que a santidade cristã mais não é do que a caridade plenamente vivida: «"Deus é amor; quem permanece no amor permanece em Deus e Deus nele" (1 Jo 4, 16). Ora, Deus difundiu abundantemente o seu amor nos nossos corações por meio do Espírito Santo, que nos foi doado (cf. Rm 5, 5); por isso o primeiro dom e o mais necessário é a caridade, com a qual amamos Deus acima de todas as coisas e ao próximo por amor a Ele. Mas para que a caridade cresça, como uma boa semente, na alma e nela frutifique, cada fiel deve ouvir de bom grado a palavra de Deus e, com a ajuda da graça, cumprir com as obras a sua vontade, participar frequentemente dos sacramentos, sobretudo da Eucaristia e da sagrada liturgia; aplicar-se constantemente à oração, à abnegação de si mesmo, ao serviço ativo dos irmãos e à prática de to-

das as virtudes. De fato, a caridade, vínculo da perfeição e cumprimento da lei (cf. Cl 3, 14; Rm 13, 10), orienta todos os meios de santificação, dá-lhes forma e condu-los ao seu fim» (Lumen gentium, 42). Talvez também esta linguagem do Concílio Vaticano II para nós ainda seja um pouco solene, talvez tenhamos que dizer as coisas de modo ainda mais simples. O que é essencial? Essencial é nunca deixar passar um domingo sem um encontro com o Cristo Ressuscitado na Eucaristia; isto não é mais um peso, mas é luz para toda a semana. Nunca começar nem terminar um dia sem, pelo menos, um breve contato com Deus. E, no caminho da nossa vida, seguir as «indicações estradais» que Deus nos comunicou no Decálogo lido com Cristo, que é simplesmente a explicitação do que é a caridade em determinadas situações. Parece-me que esta é a verdadeira simplicidade e a grandeza da vida de santidade: o encontro com o Ressuscitado aos domingos; o contato com Deus no início e no findar do dia; seguir, nas decisões, as «indicações estradais» que Deus comunicou, que são apenas formas de caridade. «Por isso o verdadeiro discípulo de Cristo caracteriza-se pela caridade para com Deus e para com o próximo» (Lumen gentium, 42). Esta é a verdadeira simplicidade, grandeza e profundidade da vida cristã, do ser santos.

Eis por que santo Agostinho, comentando o capítulo quarto da Primeira Carta de são João, pode afirmar uma coisa corajosa: « *Dilige et fac quod vis* », «Ama e faz o que queres». E prossegue: «Quando silencias, que seja por amor; quando falas, fala por amor; quando corriges, que seja por amor; quando perdoas, que seja por amor; haja em ti a raiz do amor, porque desta raiz só pode derivar o bem» (7, 8: pl 35). Quem é guiado pelo amor, quem vive a caridade plenamente é guiado por Deus, porque Deus é amor. Assim é válida esta grande palavra: « *Dilige et fac quod vis* », «Ama e faz o que queres».

Talvez possamos perguntar: podemos nós, com os nossos limites, com a nossa debilidade, tender para tão alto? A Igreja, durante o Ano Litúrgico, convida-nos a fazer memória de uma multidão de Santos, ou seja, daqueles que viveram plenamente a caridade, que souberam amar e seguir Cristo na sua vida quotidiana. Eles dizem-nos que é possível para todos percorrer este caminho. Em todas as épocas da história da Igreja, em qualquer latitude da geografia do mundo, os Santos pertencem a todas as idades e a qualquer estado de vida, são rostos concretos de todos os povos, línguas e nações. E são tipos muito diversos. Na realidade devo dizer que também para a minha fé pessoal muitos santos, não todos, são verdadeiras estrelas no firmamento da história. E gostaria de acrescentar que para mim não só alguns grandes santos que amo e que conheço bem são «indicações estradais», mas precisamente também os santos simples, ou seja as pessoas boas que vejo na minha vida, que nunca serão canonizadas. São pessoas normais, por assim dizer, sem heroísmo visível, mas vejo na sua bondade de todos os

dias a verdade da fé. Esta bondade, que maturaram na fé da Igreja, é para mim a apologia do cristianismo mais segura e o sinal de onde se esteja a verdade.

Na comunhão dos Santos, canonizados ou não, que a Igreja vive graças a Cristo em todos os seus membros, nós beneficiamos da sua presença e da sua companhia e cultivamos a firme esperança de poder imitar o seu caminho e partilhar um dia a mesma vida bem-aventurada, a vida eterna.

Queridos amigos, como é grande e bela, e também simples, a vocação cristã vista sob esta luz! Todos somos chamados à santidade: é a própria medida da vida cristã. São Paulo expressa isto mais uma vez com grande intensidade, quando escreve: «Mas, a cada um de nós foi concedida a graça na medida outorgada por Cristo... A uns, Ele constituiu apóstolos, a outros, profetas, a outros, evangelistas, pastores e doutores, para o aperfeiçoamento dos santos, para obra do ministério para a edificação do Corpo de Cristo; até que cheguemos todos à unidade da fé e do conhecimento do Filho de Deus ao estado de homem perfeito, à medida da estatura completa de Cristo» (Ef 4, 7.11-13). Gostaria de convidar todos a abrir-se à ação do Espírito Santo, que transforma a nossa vida, para sermos também nós como peças do grande mosaico de santidade que Deus vai criando na história, para que o rosto de Cristo resplandeça na plenitude do seu esplendor. Não tenhamos medo de tender para o alto, para as alturas de Deus; não tenhamos medo que Deus nos peça demasiado, mas deixemo-nos guiar em todas as ações quotidianas pela sua Palavra, mesmo se nos sentimos pobres, inadequados, pecadores: será Ele que nos transforma segundo o seu amor. Obrigado.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 20 de Abril de 2011

Tríduo Pascal

Queridos irmãos e irmãs!

Já chegamos ao coração da Semana Santa, cumprimento do caminho quaresmal. Amanhã entraremos no Tríduo Pascal, os três dias santos em que a Igreja faz memória do mistério da paixão, morte e ressurreição de Jesus. O Filho de Deus, depois de se ter feito homem em obediência ao Pai, tornando-se em tudo semelhante a nós exceto no pecado (cf. Hb 4, 15), aceitou cumprir até ao fim a sua vontade, de enfrentar por amor a nós a paixão e a cruz, para nos tornar partícipes da sua ressurreição, para que possamos viver n'Ele para sempre, na consolação e na paz. Por conseguinte, exorto-vos a acolher este mistério de salvação, a participar intensamente no Tríduo pascal, fulcro de todo o ano litúrgico e momento de graça especial para cada cristão; convido-vos a procurar nestes dias o recolhimento e a oração, de modo a haurir mais profundamente desta nascente de graça. A este propósito, em vista das iminentes festas, cada cristão está convidado a celebrar o sacramento da Reconciliação, momento de adesão especial à morte e ressurreição de Cristo, para poder participar com mais proveito na Santa Páscoa.

A Quinta-Feira Santa é o dia no qual se faz memória da instituição da Eucaristia e do Sacerdócio ministerial. Durante a manhã, cada comunidade diocesana, reunida na Igreja Catedral em volta do Bispo, celebra a Missa crismal, na qual são abençoados o sagrado Crisma, o Óleo dos catecúmenos e o Óleo dos enfermos. A partir do Tríduo pascal e durante todo o ano litúrgico, estes Óleos serão usados para os Sacramentos do Batismo, da Confirmação, das Ordenações sacerdotais e episcopais e da Unção dos Enfermos; nisto evidencia-se como a salvação, transmitida pelos sinais sacramentais, brota precisamente do Mistério pascal de Cristo; com efeito, nós somos remidos com a sua morte e ressurreição e, mediante os Sacramentos, bebemos daquela mesma fonte salvífica. Durante a missa crismal, amanhã, realiza-se também a renovação das promessas sacerdotais. Em todo o mundo, cada sacerdote renova os compromissos que assumiu no dia da Ordenação, para ser totalmente consagrado a Cristo na prática do sagrado ministério ao serviço dos irmãos. Acompanhemos os nossos sacerdotes com a nossa oração.

Na tarde de Quinta-Feira Santa tem efetivo início o Tríduo pascal, com a memória da Última Ceia, durante a qual Jesus instituiu o Memorial da sua Páscoa, cumprindo o rito pascal judaico. Segundo a tradição, cada família judaica, reunida à mesa na festa de Páscoa, come o cordeiro assado, fazendo memória da libertação dos Israelitas da escravidão do Egito; assim no

cenáculo, consciente da sua morte iminente, Jesus, verdadeiro Cordeiro pascal, oferece-se a si mesmo pela nossa salvação (cf. 1 Cor 5, 7). Pronunciando a bênção sobre o pão e o vinho, Ele antecipa o sacrifício da cruz e manifesta a intenção de perpetuar a sua presença no meio dos discípulos: sob as espécies do pão e do vinho, Ele torna-se presente de modo real com o seu corpo oferecido e com o seu sangue derramado. Durante a Última Ceia, os Apóstolos são constituídos ministros deste Sacramento de salvação; Jesus lava-lhes os pés (cf. Jo 13, 1-25), convidando-os a amarem-se uns aos outros como Ele os amou, dando a vida por eles. Repetindo este gesto na Liturgia, também nós somos chamados a testemunhar com os fatos o amor do nosso Redentor.

Por fim, a Quinta-Feira Santa, é encerrada com a adoração eucarística, na recordação da agonia do Senhor no Jardim do Getsêmani. Tendo deixado o Cenáculo, Ele retirou-se para rezar, sozinho, diante do Pai. Naquele momento de comunhão profunda, os Evangelhos narram que Jesus sentiu uma grande angústia, um tal sofrimento que o fez suar sangue (cf. Mt 26, 38). Consciente da sua iminente morte de cruz, Ele sente uma grande angústia e a proximidade da morte. Nesta situação, sobressai também um elemento de grande importância para toda a Igreja. Jesus diz aos seus: permanecei aqui e vigiai; e este apelo à vigilância diz respeito precisamente a este momento de angústia, de ameaça, na qual chegará o momento proditório [traiçoeiro], mas diz respeito a toda a história da Igreja. É uma mensagem permanente para todos os tempos, porque a sonolência dos discípulos não era só um problema daquele momento, mas é o problema de toda a história. A questão reside no que consiste esta sonolência, em que consistiria a vigilância à qual o Senhor nos convida. Diria que a sonolência dos discípulos ao longo da história é uma certa insensibilidade da alma ao poder do mal, uma insensibilidade a todo o mal do mundo. Não nos queremos deixar perturbar demasiado por estas coisas, queremos esquecê-las: pensamos que talvez não é tão grave, e esquecemos. E não se trata apenas de insensibilidade ao mal, quando deveríamos vigiar por fazer o bem, para lutar pela força do bem. É insensibilidade a Deus: eis a nossa verdadeira sonolência; esta insensibilidade pela presença de Deus que nos torna insensíveis também ao mal. Não ouvimos Deus – incomodar-nos-ia – e assim, naturalmente, também não ouvimos a força do mal e permanecemos no caminho do nosso bem-estar. A adoração noturna da Quinta-Feira Santa, o estar vigilantes com o Senhor, deveria ser precisamente o momento para nos fazer refletir acerca da sonolência dos discípulos, dos defensores de Jesus, dos apóstolos, de nós, que não vemos, não queremos ver toda a força do mal, e que não queremos entrar na sua paixão pelo bem, pela presença de Deus no mundo, por amor ao próximo e a Deus.

Depois, o Senhor começa a rezar. Os três apóstolos — Pedro, Tiago, João — dormem, mas de vez em quando acordam e ouvem o refrão desta oração do Senhor: «Não seja feita a minha vontade, mas a Tua ». O que é esta minha vontade, o que é esta tua vontade, de que o Senhor fala? A minha vontade é «que não deveria morrer», que lhe seja poupado este cálice do sofrimento: é a vontade humana, da natureza humana, e Cristo sente, com toda a consciência do seu ser, a vida, o abismo da morte, o terror do nada, esta ameaça do sofrimento. E Ele mais do que nós, que sentimos esta natural repulsa à morte, este medo natural da morte, ainda mais do que nós, ele sente o abismo do mal. Sente, com a morte, também todo o sofrimento da humanidade. Sente que tudo isto é o cálice que deve beber, que se deve dar a si mesmo, aceitar o mal do mundo, tudo o que é terrível, a repulsa de Deus, todo o pecado. E podemos compreender como Jesus, com a sua alma humana, se sente aterrorizado perante esta realidade, que sente em toda a sua crueldade: a minha vontade seria não beber o cálice, mas a minha vontade está subordinada à tua vontade, à vontade de Deus, à vontade do Pai, que é também a verdadeira vontade do Filho. E assim Jesus transforma, nesta oração, a repulsa natural, a repulsa do cálice, da sua missão de morrer por nós; transforma esta sua vontade natural em vontade de Deus, num «sim» à vontade de Deus. O homem em si é tentado a opor-se à vontade de Deus, a ter a intenção de seguir a própria vontade, de se sentir livre unicamente se é autónomo; opõe a própria autonomia contra a heteronomia de seguir a vontade de Deus. Eis o drama da humanidade. Mas na verdade esta autonomia é errada e este entrar na vontade de Deus não é uma oposição a si, não é uma escravidão que violenta a minha vontade, mas é entrar na verdade e no amor, no bem. E Jesus puxa a nossa vontade, que se opõe à vontade de Deus, que procura a autonomia, puxa esta nossa vontade para o alto, rumo à vontade de Deus. Este é o drama da nossa redenção, que Jesus puxa para o alto a nossa vontade, toda a nossa repulsa à vontade de Deus e a nossa repulsa à morte e ao pecado, e une-a à vontade do Pai: «Não seja feita a minha vontade, mas a Tua ». Nesta transformação do «não» em «sim», nesta inserção da vontade criatural na vontade do Pai, Ele transforma a humanidade e redime-nos. E convida-nos a entrar neste seu movimento: sair do nosso «não» e entrar no «sim» do Filho. A minha vontade existe, mas é decisiva a vontade do Pai, porque esta é a verdade e o amor.

Mais um elemento desta oração que me parece importante. As três testemunhas conservaram — como se lê na Sagrada Escritura — a palavra judaica ou aramaica com a qual o Senhor falou ao Pai, chamou-o: «*Abbà*», pai. Mas esta fórmula, «*Abbà*», é uma forma familiar da palavra pai, uma forma que se usa só em família, que nunca se usou em relação a Deus. Aqui vemos no íntimo de Jesus como fala em família, fala verdadeiramente como Filho com o Pai. Vemos o mistério trinitário: o Filho que fala com o Pai e redime a humanidade.

Mais uma observação. A Carta aos Hebreus deu-nos uma profunda interpretação desta oração do Senhor, deste drama do Getsêmani. Diz: estas lágrimas de Jesus, esta oração, este brado de Jesus, esta angústia, tudo isto não é simplesmente uma concessão à debilidade da carne, como se poderia dizer. Precisamente assim realiza o cargo do Sumo Sacerdote, porque o Sumo Sacerdote deve levar o ser humano, com todos os seus problemas e sofrimentos, à altura de Deus. E a Carta aos Hebreus diz: com todos estes brados, lágrimas, sofrimentos, orações, o Senhor levou a nossa realidade a Deus (cf. Hb 5, 7 ss.). E usa esta palavra grega «*prosferein*», que é o termo técnico para o que o Sumo Sacerdote deve fazer para oferecer, para elevar as suas mãos.

Precisamente neste drama do Getsêmani, onde parece que a força de Deus já não está presente, Jesus desempenha a função do Sumo Sacerdote. Além disso diz que neste ato de obediência, isto é, de conformação da vontade natural humana com a vontade de Deus, é aperfeiçoado como sacerdote. E usa de novo a palavra técnica para ordenar sacerdote. Precisamente assim se torna realmente o Sumo Sacerdote da humanidade e abre desta forma o céu e a porta da ressurreição.

Se refletirmos sobre este drama do Getsêmani, podemos ver também o grande contraste entre Jesus com a sua angústia, com o seu sofrimento, em confronto com o importante filósofo Sócrates, que permanece pacífico, sem se perturbar diante da morte. E este parece ser o ideal. Podemos admirar este filósofo, mas a missão de Jesus era outra. A sua missão não era esta total indiferença e liberdade; a sua missão consistia em carregar sobre si os nossos sofrimentos, todo o drama humano. E por isso precisamente esta humilhação do Getsêmani é essencial para a missão do Homem-Deus. Ele carrega o nosso sofrimento, a nossa pobreza, e transforma-a segundo a vontade de Deus. E assim abre as portas do céu, abre o céu: esta tenda do Santíssimo, que até agora o homem fechou a Deus, está aberta a este sofrimento e obediência. Estas são algumas observações para a Quinta-Feira Santa, para a nossa celebração da noite da Quinta-Feira Santa.

Na Sexta-feira Santa fazemos memória da paixão e da morte do Senhor; adoraremos Cristo Crucificado, participaremos dos seus sofrimentos com a penitência e com o jejum. Dirigindo «o olhar para aquele que trespassaram» (cf. Jo 19, 37), poderíamos haurir do seu coração dilacerado que efunde sangue e água como de uma nascente; daquele coração, do qual brota o amor de Deus por todos os homens, recebemos o seu Espírito. Por conseguinte, acompanhemos também nós na Sexta-feira Santa Jesus que sobe ao Calvário, deixemo-nos guiar por Ele até à cruz, recebamos a oferenda do seu corpo imolado. Por fim, na noite do Sábado Santo, celebraremos a solene Vigília Pascal, na qual nos é anunciada a ressurreição de Cristo, a sua

vitória definitiva sobre a morte que nos interpela a ser n'Ele homens novos. Participando nesta santa Vigília, a Noite central de todo o Ano Litúrgico, faremos memória do nosso batismo, no qual também nós fomos sepultados com Cristo, para poder ressuscitar com Ele e participar no banquete do céu (cf. Ap 19, 7-9).

Queridos amigos, procurámos compreender o estado de ânimo com que Jesus viveu o momento da prova extrema, para compreender o que orientava o seu agir. O critério que guiou cada opção de Jesus durante toda a sua vida foi a firme vontade de amar o Pai, de ser um com o Pai, e ser-lhe fiel; esta decisão de corresponder ao seu amor levou-o a abraçar, em todas as circunstâncias, o projeto do Pai, a fazer seu o desígnio de amor que lhe foi confiado de recapitular n'Ele todas as coisas, para reconduzir tudo a Ele. Ao reviver o Tríduo santo, disponhamo-nos a aceitar também nós na nossa vida a vontade de Deus, conscientes que na vontade de Deus, mesmo se parece difícil, em contraste com as nossas intenções, encontra-se o nosso verdadeiro bem, o caminho da vida. A Virgem Mãe nos guie neste itinerário, e nos obtenha do seu Filho divino a graça de poder empregar a nossa vida por amor a Jesus, ao serviço dos irmãos. Obrigado.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 27 de Abril de 2011

A oitava de Páscoa

Queridos irmãos e irmãs

Nestes dias do Tempo pascal, que se prolonga até ao Pentecostes, ainda estamos cheios do vigor e da alegria nova que as celebrações litúrgicas trouxeram aos nossos corações. Portanto, hoje gostaria de meditar convosco brevemente sobre a Páscoa, coração do mistério cristão. Com efeito, tudo começa aqui: Cristo ressuscitado dos mortos é o fundamento da nossa fé. Da Páscoa irradia-se, como que de um centro luminoso, incandescente, toda a liturgia da Igreja, haurindo dela conteúdo e significado. A celebração litúrgica da morte e ressurreição de Cristo não é uma simples comemoração deste acontecimento, mas sim a sua atualização no mistério, para a vida de cada cristão e de cada comunidade eclesial para a nossa vida. Com efeito, a fé em Cristo ressuscitado transforma a existência, realizando em nós uma ressurreição contínua, como escrevia são Paulo aos primeiros fiéis: «Outrora éreis trevas, mas agora sois luz no Senhor: portanto, comportai-vos como verdadeiras luzes. Ora, o fruto da luz é bondade, justiça e verdade» (Ef 5, 8-9).

Então, como podemos fazer com que a Páscoa se torne «vida»? Como pode toda a nossa existência interior e exterior assumir uma «forma» pascal? Temos que começar a partir da compreensão autêntica da ressurreição de Jesus: este acontecimento não é uma simples volta à vida precedente, como o foi para Lázaro, para a filha de Jairo ou para o jovem de Naim, mas é algo completamente novo e diferente. A ressurreição de Cristo é a chegada a uma vida não já submetida à caducidade do tempo, uma vida imersa na eternidade de Deus. Na ressurreição de Jesus tem início uma nova condição do ser homem, que ilumina e transforma o nosso caminho de todos os dias e abre um futuro qualitativamente diverso e novo para toda a humanidade. Por isso, são Paulo não só une de maneira inseparável a ressurreição dos cristãos à de Jesus (cf. 1 Cor 15, 16.20), mas indica também como devemos viver o mistério pascal na quotidianidade da nossa vida.

Na Carta aos Colossenses, ele diz: «Se, portanto, ressuscitastes com Cristo, buscai as coisas lá do alto, onde Cristo está sentado à direita de Deus. Afeiçoai-vos às coisas lá de cima, e não às da terra» (3, 1-2). À primeira vista, lendo este texto, poderia parecer que o Apóstolo tenciona favorecer o desprezo das realidades terrenas, ou seja, convidando a esquecer-se deste mundo de sofrimentos, de injustiças e de pecados, para viver antecipadamente num paraíso celeste. Em tal caso, o pensamento do «céu» seria uma espécie de alienação. Contudo, para compreender o verdadeiro sentido destas afirmações paulinas, é suficiente não as separar do contexto.

O Apóstolo especifica muito bem aquilo que quer dizer com «as coisas lá do alto», que o cristão deve buscar, e «as coisas da terra», das quais se deve precaver. Eis, em primeiro lugar, quais são «as coisas da terra» que é necessário evitar: «Mortificai, pois — escreve são Paulo — os vossos membros no que têm de terreno: a devassidão, a impureza, as paixões, os maus desejos e a cobiça, que é uma idolatria» (Cl 3, 5-6). Mortificar em nós o desejo insaciável de bens materiais, o egoísmo, raiz de todo o pecado. Por conseguinte, quando o Apóstolo convida os cristãos a desapegar-se com determinação das «coisas da terra», quer claramente fazer compreender aquilo que pertence ao «homem velho», do qual o cristão deve despojar-se, para se revestir de Cristo.

Como foi claro ao dizer quais são as coisas em que não devemos fixar o nosso coração, com igual clareza são Paulo indica quais são as «coisas lá do alto», que o cristão deve procurar e saborear. Elas dizem respeito àquilo que pertence ao «homem novo», que se revestiu de Cristo de uma vez por todas no Batismo, mas tem sempre necessidade de se renovar «à imagem daquele que o criou» (Cl 3, 10). Eis como o Apóstolo das Nações descreve estas «coisas lá do alto»: «Portanto, como eleitos de Deus, santos e queridos, revesti-vos de sentimentos de ternura, bondade, humildade, mansidão e paciência. Suportai-vos uns aos outros e perdoai-vos mutuamente (...) Mas, acima de tudo, revesti-vos da caridade, que é o vínculo da perfeição» (Cl 3, 12-14). Portanto, são Paulo está muito longe de convidar os cristãos, cada um de nós, a evadir do mundo onde Deus nos inseriu. É verdade que nós somos cidadãos de uma outra «cidade», onde se encontra a nossa verdadeira pátria, mas temos que percorrer quotidianamente nesta terra o caminho rumo àquela meta. Participando desde agora na vida de Cristo ressuscitado, temos que viver como homens novos neste mundo, no coração da cidade terrena.

E este é o caminho não só para transformar a nós mesmos, mas para transformar o mundo, para conferir à cidade terrena um rosto novo que favoreça o desenvolvimento do homem e da sociedade, segundo a lógica da solidariedade, da bondade, no profundo respeito pela dignidade própria de cada um. O Apóstolo recorda-nos quais são as virtudes que devem acompanhar a vida cristã: no ápice está a caridade, com a qual todas as demais estão relacionadas, como com a fonte e a matriz. Ela resume e compendia «as coisas do céu»: a caridade que, com a fé e a esperança, representa a grande regra de vida do cristão e define a sua profunda natureza.

Portanto, a Páscoa traz a novidade de uma passagem profunda e total, de uma vida sujeita à escravidão do pecado para uma vida de liberdade, animada pelo amor, força que abate todas as barreiras e edifica uma nova harmonia no próprio coração e na relação com os outros e com as coisas. Cada cristão, assim como cada comunidade, se viver a experiência desta passagem de ressurreição, não pode deixar de ser fermento novo no mundo, entregando-se incondicio-

nadamente às causas mais urgentes e mais justas, como demonstram os testemunhos dos Santos em cada época e em cada lugar. São numerosas também as expectativas do nosso tempo: nós, cristãos, acreditando firmemente que a ressurreição de Cristo renovou o homem sem o tirar do mundo em que constrói a sua história, devemos ser as testemunhas luminosas desta nova vida que a Páscoa trouxe. Portanto, a Páscoa é dom a acolher cada vez mais profundamente na fé, para poder agir em todas as situações, com a graça de Cristo, segundo a lógica de Deus, a lógica do amor. A luz da ressurreição de Cristo deve penetrar neste nosso mundo, deve chegar como mensagem de verdade e de vida a todos os homens, através do nosso testemunho diário.

Caros amigos, sim, Cristo verdadeiramente ressuscitou! Não podemos conservar apenas para nós a vida e a alegria que Ele nos concedeu na sua Páscoa, mas devemos doá-la àqueles dos quais nos aproximamos. É a nossa tarefa e a nossa missão: fazer ressurgir no coração do próximo a esperança onde há desespero, a alegria onde há tristeza, a vida onde há morte. Testemunhar todos os dias a alegria do Senhor ressuscitado significa viver sempre de «modo pascal» e fazer ressoar o feliz anúncio de que Cristo não é uma ideia ou uma recordação do passado, mas uma Pessoa que vive conosco, por nós e em nós, e com Ele, por Ele e nele nós podemos renovar todas as coisas (cf. Ap 21, 5).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 4 de Maio de 2011

O homem em oração

Queridos irmãos e irmãs,

Hoje gostaria de dar início a uma nova série de catequeses. Depois das catequeses sobre os Padres da Igreja, sobre os grandes teólogos da Idade Média, sobre as grandes mulheres, gostaria de escolher um tema muito querido a todos nós: é o tema da oração, de modo específico da cristã, ou seja, a prece que Jesus nos ensinou e que a Igreja continua a ensinar-nos. Com efeito, é em Jesus que o homem se torna capaz de se aproximar de Deus com a profundidade e a intimidade da relação de paternidade e filiação. Com os primeiros discípulos, com confiança humilde, dirijamo-nos então ao Mestre e peçamos-lhe: «Senhor, ensina-nos a rezar» (Lc 11, 1).

Nas próximas catequeses, aproximando-nos da Sagrada Escritura, da grande tradição dos Padres da Igreja, dos Mestres de espiritualidade e de Liturgia, queremos aprender a viver ainda mais intensamente a nossa relação com o Senhor, quase uma «Escola de oração». Com efeito, sabemos que a oração não se deve dar por certa: é preciso aprender a rezar, quase adquirindo esta arte sempre de novo; mesmo aqueles que estão muito avançados na vida espiritual sentem sempre a necessidade de se pôr na escola de Jesus para aprender a rezar autenticamente. Recebemos a primeira lição do Senhor através do seu exemplo. Os Evangelhos descrevem-nos Jesus em diálogo íntimo e constante com o Pai: é uma profunda comunhão daquele que veio ao mundo não para fazer a sua vontade, mas a do Pai que O enviou para a salvação do homem.

Nesta primeira catequese, como introdução, gostaria de propor alguns exemplos de oração presentes nas antigas culturas, para relevar como, praticamente sempre e em toda a parte o homem se dirigiu a Deus.

Por exemplo, no antigo Egito um homem cego, pedindo à divindade que lhe restituísse a vista, atesta algo de universalmente humano, que é a pura e simples prece de pedido da parte de quem se encontra no sofrimento, este homem reza: «O meu coração deseja ver-te... Tu que me fizeste ver as trevas, cria a luz para mim. Que eu te veja! Debruça sobre mim o teu rosto dileto» (A. Barucq — F. Daumas, Hymnes et prières de l'Egypte ancienne, Paris 1980, trad. it. em Preghiere dell'umanità, Brescia 1993, p. 30). Que eu te veja; eis o núcleo da prece!

Nas religiões da Mesopotâmia predominava um sentido de culpa arcano e paralisador, porém não desprovido da esperança de resgate e de libertação da parte de Deus. Assim podemos apreciar esta súplica da parte de um fiel daqueles cultos antigos, que ressoa assim: «Ó Deus,

que és indulgente também na culpa mais grave, absolve o meu pecado... Olha, Senhor, para o teu servo arrasado, e sopra a tua brisa sobre ele: perdoa-o sem demora. Alivia a tua punição severa. Livre dos vínculos, faz com que eu volte a respirar; quebra a minha cadeia, liberta-me dos laços» (M.-J. Seux, Hymnes et prières aux Dieux de Babylone et d'Assyrie, Paris 1976, trad. it. em Preghiere dell'umanità, op. cit., p. 37). Trata-se de expressões que demonstram como o homem, na sua busca de Deus, intuiu, embora confusamente, por um lado a sua culpa, mas por outro também aspectos de misericórdia e de bondade divina.

No contexto da religião pagã da Grécia antiga assiste-se a uma evolução muito significativa: as preces, embora continuem a invocar o auxílio divino para obter o favor celeste em todas as circunstâncias da vida diária e para alcançar benefícios materiais, orientam-se progressivamente para os pedidos mais desinteressados, que permitem ao homem crente aprofundar a sua relação com Deus e tornar-se melhor. Por exemplo, o grande filósofo Platão cita uma prece do seu mestre Sócrates, considerado justamente um dos fundadores do pensamento ocidental. Assim orava Sócrates: «Fazei que eu seja bonito dentro. Que eu considere rico quem é sábio, e que de dinheiro eu só possua quanto o sábio puder tomar e levar. Não peço mais» (Obras I. Fedro 279 c., trad. it. P. Pucci, Bari 1966). Gostaria de ser sobretudo bonito dentro e sábio, e não rico de dinheiro.

Aquelas obras-primas excelsas da literatura de todos os tempos, que são as tragédias gregas, ainda hoje, depois de vinte e cinco séculos, lidas, meditadas e representadas, contêm preces que exprimem o desejo de conhecer a Deus e de adorar a sua majestade. Uma delas reza assim: «Sustento da terra, que imperas sobre a terra, quem quer que sejas, difícil de ser entendido, Zeus, sê tu a lei de natureza ou de pensamento dos mortais, dirijo-me a ti, uma vez que tu, procedendo por caminhos silenciosos, guias as vicissitudes humanas segundo a justiça» (Eurípides, As Troianas, 884-886, trad. it. G. Mancini, em Preghiere dell'umanità, op. cit., p. 54). Deus permanece um pouco nebuloso e todavia o homem conhece este Deus desconhecido e ora àquele que guia os caminhos da terra.

Também para os Romanos, que constituíram aquele grande Império em que nasceu e se difundiu em grande parte o Cristianismo das origens, a oração, embora associada a um conceito utilitarista e fundamentalmente vinculado ao pedido da salvaguarda divina sobre a vida da comunidade civil, abre-se às vezes a invocações admiráveis pelo fervor da piedade pessoal, que se transforma em louvor e ação de graças. É testemunha disto um autor da África romana do século II d.C., Apuleio. Nos seus escritos, ele manifesta a insatisfação dos contemporâneos em relação à religião tradicional e o desejo de uma relação mais autêntica com Deus. Na sua obra-prima, intitulada Metamorfoses, um crente dirige-se a uma divindade feminina com estas

palavras: «Tu és santa, tu és em todo o tempo salvadora da espécie humana, na tua generosidade tu dás sempre ajuda aos mortais, tu ofereces aos miseráveis em dificuldade o doce carinho de uma mãe. Nem um dia nem uma noite, nem qualquer instante, por mais breve que seja, passa sem que tu o cumules com os teus benefícios» (Apuleio de Madaura, Metamorfoses IX, 25, trad. it. C. Annaratone, em Preghiere dell'umanità, op. cit., p. 79).

Nesse mesmo período, o imperador Marco Aurélio — que também era um filósofo que meditava sobre a condição humana — afirma a necessidade de rezar para estabelecer uma cooperação fecunda entre ação divina e ação humana. Nas suas Recordações, ele escreve: «Quem te disse que os deuses não nos ajudam inclusive naquilo que depende de nós? Portanto, começa a pedir-lhes e verás» (Dictionnaire de Spiritualitè XII /2, col. 2213). Este conselho do imperador filósofo foi realmente posto em prática por inúmeras gerações de homens antes de Cristo, demonstrando assim que a vida humana sem a oração, que abre a nossa existência ao mistério de Deus, permanece desprovida de sentido e de referência. Com efeito, em cada prece manifesta-se sempre a verdade da criatura humana, que por um lado experimenta a debilidade e a indigência e por isso pede auxílio ao Céu e, por outro, é dotada de uma dignidade extraordinária porque, preparando-se para acolher a Revelação divina, se descobre capaz de entrar em comunhão com Deus.

Caros amigos, nestes exemplos de orações das várias épocas e civilizações sobressai a consciência que o ser humano tem sobre a sua condição de criatura e da sua dependência de Outro, que lhe é superior e fonte de todo o bem. O homem de todos os tempos reza porque não consegue deixar de se interrogar sobre o sentido da sua existência, que permanece obscuro e desolador, se não se puser em relação com o mistério de Deus e do seu desígnio acerca do mundo. A vida humana é um entrelaçamento de bem e de mal, de sofrimento imerecido e de alegria e beleza, que espontânea e irresistivelmente nos impele a pedir a Deus a luz e a força interiores que nos socorram na terra e descerrem uma esperança que vá para além dos confins da morte. As religiões pagãs permanecem uma invocação que, da terra, espera uma palavra do Céu. Um dos últimos grandes filósofos pagãos, que viveu já em plena época cristã, Proclo de Constantinopla, dá voz a esta expectativa, dizendo: «Incognoscível, ninguém te contém. Tudo o que pensamos pertence a ti. Estão em ti os nossos males e os nossos bens, de ti depende todo o nosso anseio, ó Inefável, que as nossas almas sentem presente, elevando-te um hino de silêncio» (Hymni, ed. E. Vogt, Wiesbaden 1957, em Preghiere dell'umanità, op. cit., p. 61).

Nos exemplos de oração das várias culturas, por nós considerados, podemos ver um testemunho da dimensão religiosa e do desejo de Deus inscrito no coração de cada homem, que recebem cumprimento e plena expressão no Antigo e no Novo Testamento. Com efeito, a Revela-

ção purifica e leva à sua plenitude o anseio originário que o homem tem de Deus, oferecendo-lhe na oração a possibilidade de uma relação mais profunda com o Pai celeste.

Então, no início deste nosso caminho na «Escola da oração», queremos pedir ao Senhor que ilumine a nossa mente e o nosso coração, a fim de que a relação com Ele na oração seja cada vez mais intensa, afetuosa e constante. Mais uma vez, digamos-lhe: «Senhor, ensina-nos a rezar» (Lc 11, 1).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 11 de Maio de 2011

O homem em oração (2)

Queridos irmãos e irmãs,

Hoje gostaria de continuar a meditar sobre o modo como a oração e o sentido religioso fazem parte do homem, ao longo de toda a sua história.

Vivemos numa época em que são evidentes os sinais do secularismo. Deus parece ter desaparecido do horizonte de várias pessoas ou ter-se tornado uma realidade diante da qual o homem permanece indiferente. Mas, vemos ao mesmo tempo muitos sinais que nos indicam um despertar do sentido religioso, uma redescoberta da importância de Deus para a vida do homem, uma exigência de espiritualidade, de superar uma visão puramente horizontal, material da vida humana. Olhando para a história recente, malogrou a previsão de quem, desde a época do Iluminismo, preanunciava o desaparecimento das religiões e exaltava uma razão absoluta, separada da fé, uma razão que teria esmagado as trevas dos dogmatismos religiosos e dissolvido o «mundo do sagrado», restituindo ao homem a sua liberdade, a sua dignidade e a sua autonomia de Deus. A experiência do século passado, com as duas trágicas guerras mundiais, pôs em crise aquele progresso que a razão autónoma, o homem sem Deus parecia poder garantir.

O Catecismo da Igreja Católica afirma: «Pela criação, Deus chama todos os seres do nada à existência... Mesmo depois de, pelo pecado, ter perdido a semelhança com Deus, o homem continua a ser à imagem do seu Criador. Conserva o desejo d'Aquele que o chama à existência. Todas as religiões testemunham esta busca essencial do homem» (n. 2566). Poderíamos dizer — como demonstrei na última catequese — que não houve qualquer grande civilização, desde os tempos mais longínquos até aos nossos dias, que não tenha sido religiosa.

O homem é religioso por sua natureza, é *homo religiosus* como é *homo sapiens* e *homo faber*: «O desejo de Deus — afirma ainda o Catecismo — está inscrito no coração do homem, porque o homem foi criado por Deus e para Deus» (n. 27). A imagem do Criador está impressa no seu ser, e ele sente a necessidade de encontrar uma luz para dar uma resposta às interrogações que dizem respeito ao sentido profundo da realidade; resposta que ele não pode encontrar em si mesmo, no progresso, na ciência empírica. O *homo religiosus* não emerge só dos mundos antigos, mas atravessa toda a história da humanidade. A este propósito, o rico terreno da experiência humana viu surgir diversificadas formas de religiosidade, na tentativa de responder ao desejo de plenitude e de felicidade, à necessidade de salvação, à busca de sentido. O homem «digital», como o das cavernas, procura na experiência religiosa os caminhos para

superar a sua finitude e para assegurar a sua precária aventura terrena. De resto, a vida sem um horizonte transcendente não teria um sentido completo, e a felicidade, para a qual todos nós tendemos, está projetada espontaneamente para o futuro, para um amanhã que ainda se deve realizar. O Concílio Vaticano II, na Declaração *Nostra aetate*, sublinhou-o sinteticamente: «Os homens esperam das diversas religiões uma resposta aos mais árduos problemas da condição humana que, hoje como outrora, continuam a perturbar profundamente os seus corações: o que é o homem [— quem sou eu? —], qual o sentido e o fim da nossa vida, o que é o bem e o que é o pecado, qual é a origem e a finalidade do sofrimento, qual é o caminho para se obter a verdadeira felicidade, o que é a morte, o julgamento e a recompensa que se lhe hão-de seguir, e qual é, finalmente, aquele derradeiro e inefável mistério que envolve a nossa existência: donde partimos e para onde vamos?» (n. 1). O homem sabe que não pode responder sozinho à sua necessidade fundamental de compreender. Por mais que se tenha iludido e que ainda se iluda que é auto-suficiente, contudo ele faz a experiência de que não é suficiente a si mesmo. Tem necessidade de se abrir ao outro, a algo ou a alguém que possa doar-lhe quanto lhe falta, deve sair de si mesmo rumo Àquele que é capaz de satisfazer a amplidão e a profundidade do seu desejo.

O homem tem em si uma sede de infinito, uma saudade de eternidade, uma busca de beleza, um desejo de amor, uma necessidade de luz e de verdade, que o impelem rumo ao Absoluto; o homem tem em si o desejo de Deus. E o homem sabe, de qualquer modo, que pode dirigir-se a Deus, sabe que lhe pode rezar. S. Tomás de Aquino, um dos maiores teólogos da história, define a oração «expressão do desejo que o homem tem de Deus». Esta atração por Deus, que o próprio Deus colocou no homem, é a alma da oração, que depois se reveste de muitas formas e modalidades, segundo a história, o tempo, o momento, a graça e até o pecado de cada orante. Com efeito, a história do homem conheceu várias formas de oração, porque ele desenvolveu diversas modalidades de abertura ao Outro e ao Além, a tal ponto que podemos reconhecer a oração como uma experiência presente em cada religião e cultura.

Com efeito, estimados irmãos e irmãs, como vimos na quarta-feira passada, a oração não está ligada a um contexto particular, mas encontra-se inscrita no coração de cada pessoa e de cada civilização. Naturalmente, quando falamos da oração como experiência do homem enquanto tal, do *homo orans*, é necessário ter presente que ela é uma atitude interior, e não só uma série de práticas e fórmulas, um modo de ser diante de Deus, e não só o cumprir gestos de culto ou o pronunciar palavras. A oração tem o seu centro e afunda as suas raízes no mais profundo da pessoa; por isso não é facilmente decifrável e, pelo mesmo motivo, pode estar sujeita a mal-entendidos e a mistificações. Também neste sentido podemos entender a expressão: rezar é

difícil. Com efeito, a oração é o lugar por excelência da gratuidade, da tensão para o Invisível, o Inesperado e o Inefável. Por isso, a experiência da oração é para todos um desafio, uma «graça» a invocar, um dom d'Aquele ao qual nos dirigimos.

Na oração, em cada época a história, o homem considera-se a si mesmo e a sua situação diante de Deus, a partir de Deus e em vista de Deus, e experimenta que é criatura carente de ajuda, incapaz de alcançar sozinho o cumprimento da própria existência e da própria esperança. O filósofo Ludwig Wittgenstein recordava que «rezar significa sentir que o sentido do mundo está fora do mundo». Na dinâmica desta relação com quem dá sentido à existência, com Deus, a oração tem uma das suas expressões típicas no gesto de se pôr de joelhos. É um gesto que contém em si uma ambivalência radical: com efeito, posso ser obrigado a pôr-me de joelhos — condição de indigência e de escravidão — mas posso também inclinar-me espontaneamente, declarando o meu limite e, portanto, o fato de que tenho necessidade de Outro. A Ele declaro que sou frágil, necessitado, «pecador». Na experiência da oração, a criatura humana exprime toda a consciência de si, tudo o que consegue captar da própria existência e, ao mesmo tempo, dirige-se inteiramente para o Ser diante do qual se encontra, orienta a própria alma para aquele Mistério do qual espera o cumprimento dos desejos mais profundos e a ajuda para superar a indigência da própria vida. Neste olhar para o Outro, neste dirigir-se «para além» está a essência da oração, como experiência de uma realidade que supera o sensível e o contingente.

Todavia, só no Deus que se revela encontra pleno cumprimento a busca do homem. A oração, que é a abertura e elevação do coração a Deus, torna-se assim relação pessoal com Ele. E mesmo que o homem se esqueça do seu Criador, o Deus vivo e verdadeiro não cessa de chamar primeiro o homem ao misterioso encontro da oração. Como afirma o Catecismo: «Na oração, é sempre o amor do Deus fiel a dar o primeiro passo; o passo do homem é sempre uma resposta. À medida que Deus se revela e revela o homem a si mesmo, a oração surge como um apelo recíproco, um drama de aliança. Através das palavras e dos atos, este drama compromete o coração e manifesta-se ao longo de toda a história da salvação» (n. 2567).

Caros irmãos e irmãs, aprendamos a deter-nos em maior medida diante de Deus, de Deus que se revelou em Jesus Cristo, aprendamos a reconhecer no silêncio, no íntimo de nós mesmos, a sua voz que nos chama e nos reconduz à profundidade da nossa existência, à fonte da vida, à nascente da salvação, para nos fazer ir além do limite da nossa vida e abrir-nos à medida de Deus, à relação com Ele, que é Amor infinito. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 18 de Maio de 2011

O homem em oração (3) - A intercessão de Abraão por Sodoma (Gn 18, 16-33)

Prezados irmãos e irmãs

Nas últimas duas catequeses refletimos sobre a oração como fenómeno universal, que — embora de diversas formas — está presente nas culturas de todos os tempos. Hoje, ao contrário, gostaria de começar um percurso bíblico sobre este tema, que nos levará a aprofundar o diálogo de aliança entre Deus e o homem, que anima a história da salvação até ao ápice, à palavra definitiva que é Jesus Cristo. Este caminho levar-nos-á a meditar sobre alguns importantes textos e figuras paradigmáticas do Antigo e do Novo Testamento. Será Abraão, o grande Patriarca, pai de todos os fiéis (cf. Rm 4, 11-12.16-17), a oferecer-nos um primeiro exemplo de oração, no episódio da intercessão pelas cidades de Sodoma e Gomorra. E gostaria também de vos convidar a aproveitar o percurso que faremos nas próximas catequeses, para aprender a conhecer mais a Bíblia, a qual espero que tenhais nos vossos lares e, durante a semana, deter-se a lê-la e a meditá-la na oração, para conhecer a maravilhosa história da relação entre Deus e o homem, entre Deus que se nos comunica e o homem que responde, que reza.

O primeiro texto sobre o qual queremos meditar encontra-se no capítulo 18 do Livro do Gênesis; narra-se que a malvadez dos habitantes de Sodoma e Gomorra tinha chegado ao ápice, a ponto de tornar necessária uma intervenção de Deus para cumprir um gesto de justiça e para deter o mal, destruindo aquelas cidades. É aqui que se insere Abraão, com a sua prece de intercessão. Deus decide revelar-lhe aquilo que está para acontecer, e faz-lhe conhecer a gravidade do mal e as suas terríveis consequências, porque Abraão é o seu eleito, escolhido para se tornar um grande povo e fazer chegar a bênção divina ao mundo inteiro. A sua missão é de salvação, e deve responder ao pecado que invadiu a realidade do homem; através dele, o Senhor quer reconduzir a humanidade à fé, à obediência e à justiça. E agora, este amigo de Deus abre-se à realidade e à necessidade do mundo, ora por aqueles que estão para ser punidos e pede que sejam salvos.

Abraão delineia imediatamente o problema em toda a sua gravidade, e diz ao Senhor: «E vais exterminar, ao mesmo tempo, o justo com o culpado? Talvez haja cinquenta justos na cidade: matá-los-ás a todos? Não perdoarás a cidade, por causa dos cinquenta justos que nela podem existir? Não, não serás capaz de proceder assim, e matar o justo com o culpado, tratando-os da mesma maneira! Longe de ti semelhante pensamento! O Juiz de toda a terra não fará justiça?» (vv. 23-25). Com estas palavras, com grande coragem, Abraão põe diante de Deus a necessi-

dade de evitar uma justiça sumária: se a cidade é culpada, é justo condenar o seu crime e infligir o castigo, mas — afirma o grande Patriarca — seria injusto punir de modo indiscriminado todos os seus habitantes. Se na cidade existe alguns inocentes, eles não podem ser tratados como os culpados. Deus, que é um Juiz justo, não pode agir deste modo, diz justamente Abraão a Deus.

Mas, se lermos mais atentamente o texto, dar-nos-emos conta de que o pedido de Abraão é ainda mais sério e mais profundo, porque não se limita a pedir a salvação para os inocentes. Abraão pede o perdão para toda a cidade, e fá-lo apelando-se à justiça de Deus; com efeito, diz ao Senhor: «Não perdoarás a cidade, por causa dos cinquenta justos que nela podem existir?» (v. 24 b). Agindo deste modo, põe em jogo uma nova ideia de justiça: não aquela que se limita a punir os culpados, como fazem os homens, mas uma justiça diferente, divina, que busca o bem e o cria através do perdão que transforma o pecador, o converte e o salva. Portanto, com a sua oração, Abraão não invoca uma justiça meramente retributiva, mas uma intervenção de salvação que, tendo em consideração os inocentes, liberte da culpa inclusive os ímpios, perdoando-os. O pensamento de Abraão, que parece quase paradoxal, poder-se-ia resumir assim: obviamente, não se podem tratar os inocentes como os culpados, pois isto seria injusto; ao contrário, é necessário tratar os culpados como os inocentes, pondo em ação uma justiça «superior», oferecendo-lhes uma possibilidade de salvação, porque se os malfeitores aceitam o perdão de Deus e confessam a própria culpa, deixando-se salvar, já não continuarão a cometer o mal, mas tornar-se-ão também eles justos, e já sem a necessidade de ser punidos.

Este é o pedido de justiça que Abraão expressa na sua intercessão, um pedido que se baseia na certeza de que o Senhor é misericordioso. Abraão não pede a Deus algo contrário à sua essência, bate à porta do coração de Deus, conhecendo a sua verdadeira vontade. Sem dúvida, Sodoma é uma grande cidade, e cinquenta justos parecem poucos, mas não são porventura a justiça de Deus e o seu perdão a manifestação da força do bem, embora ele pareça menor e mais frágil que o mal? A destruição de Sodoma devia impedir o mal presente na cidade, mas Abraão sabe que Deus tem outros modos e outros meios para deter a propagação do mal. É o perdão que interrompe a espiral do pecado e, no seu diálogo com Deus, Abraão apela-se precisamente a isto. E quando o Senhor aceita perdoar a cidade, se nela encontrar cinquenta justos, a sua oração de intercessão começa a descer rumo aos abismos da misericórdia divina. Abraão — como recordamos — faz diminuir progressivamente o número de inocentes necessários para a salvação: se não forem cinquenta, poderiam ser suficientes quarenta e cinco, e depois cada vez menos, até dez, continuando com a sua súplica, que se faz quase ousada na insistência: «Talvez ali se encontrem quarenta... trinta... vinte... dez» (cf. vv. 29.30.31.32). E quanto

menor se torna o número, tanto maior se revela e se manifesta a misericórdia de Deus, que ouve com paciência a oração, a acolhe e a repete a cada súplica: «Perdoarei... não destruirei... não o farei» (cf. vv. 26.28.29.30.31.32).

Assim, por intercessão de Abraão, Sodoma poderá ser salva, se nela se encontrarem unicamente dez inocentes. Este é o poder da oração. Porque através da intercessão, da prece a Deus pela salvação dos outros manifesta-se a exprime-se o desejo de salvação que Deus nutre sempre pelo homem pecador. Com efeito, o mal não pode ser aceite, deve ser indicado e destruído através da punição: a destruição de Sodoma tinha precisamente esta função. Mas o Senhor não quer a morte do ímpio, mas que se converta e viva (cf. Ez 18, 23; 33, 11); o seu desejo é sempre o de perdoar, salvar, dar vida, transformar o mal em bem. Ora, é precisamente este desejo divino que, na oração, se torna desejo do homem e se exprime através das palavras da intercessão. Com a sua súplica, Abraão empresta a própria voz, mas também o seu coração, à vontade divina: o desejo de Deus é misericórdia, amor e vontade de salvação, e este desejo de Deus encontrou em Abraão e na sua oração a possibilidade de se manifestar de modo concreto no interior da história dos homens, para estar presente onde há necessidade da graça. Com a voz da sua oração, Abraão dá voz ao desejo de Deus, que não é o de destruir, mas de salvar Sodoma, de dar vida ao pecador convertido.

É isto que o Senhor quer, e o seu diálogo com Abraão é uma manifestação prolongada e inequívoca do seu amor misericordioso. A necessidade de encontrar homens justos no interior da cidade torna-se cada vez menos exigente e, no final, serão suficientes dez delas para salvar a totalidade da população. No texto não se diz por que motivo Abraão se limita a dez. Talvez seja um número que indica um núcleo comunitário mínimo (ainda hoje, dez pessoas são o *quorum* necessário para a oração pública judaica). De qualquer modo, trata-se de um número reduzido, uma pequena parte de bem pela qual começar para salvar um grande mal. Mas em Sodoma e Gomorra, não havia sequer dez justos, e assim as cidades foram destruídas. Uma destruição testemunhada de modo paradoxal como necessária, precisamente pela prece de intercessão de Abraão. Pois foi exatamente aquela oração que revelou a vontade salvífica de Deus: o Senhor estava disposto a perdoar, desejava fazê-lo, mas as cidades estavam fechadas num mal totalizador e paralisador, sem sequer poucos inocentes, a partir dos quais começar para transformar o mal em bem. Pois é precisamente este o caminho da salvação, que também Abraão pedia: ser salvos não quer dizer simplesmente evitar a punição, mas ser libertados do mal que habita em nós. Não é o castigo que deve ser eliminado, mas o pecado, aquela rejeição de Deus e do amor que já traz em si o castigo. O profeta Jeremias dirá ao povo rebelde: «Valeu-te este castigo a tua malícia, e as tuas infidelidades atraíram sobre ti a punição. Sabe, por-

tanto, e vê como te foi funesto e amargo abandonar o Senhor teu Deus» (Jr 2, 19). É desta tristeza e amargura que o Senhor quer salvar o homem, libertando-o do pecado. Mas é necessária, portanto, uma transformação a partir de dentro, uma grande ocasião de bem, um início a partir do qual começar para mudar o mal em bem, o ódio em amor e a vingança em perdão. Por isso, os justos devem estar dentro da cidade, e Abraão repete continuamente: «Talvez ali se encontrem...». «Ali»: é no interior da realidade doentia que deve existir aquele germe de bem que pode purificar e restituir a vida. É uma palavra dirigida também a nós: que nas nossas cidades se encontre o germe do bem; façamos de tudo para que haja não só dez justos, para fazer realmente viver e sobreviver as nossas cidades e para nos salvar desta amargura interior, que é a ausência de Deus. E na realidade doentia de Sodoma e Gomorra não se encontrava aquele germe de bem.

Mas a misericórdia de Deus na história do seu povo amplia-se ulteriormente. Se, para salvar Sodoma eram necessários dez justos, o profeta Jeremias dirá, em nome do Todo-Poderoso, que basta um único justo para salvar Jerusalém: «Percorrei as ruas de Jerusalém, olhai, perguntai; procurai nas praças, vede se nelas encontrais um homem, um só homem que pratique a justiça e seja leal; então Eu perdoarei a cidade» (5, 1). O número diminuiu ainda mais, e a bondade de Deus mostra-se ainda maior. E no entanto isto ainda não é suficiente, a misericórdia superabundante de Deus não encontra a resposta de bem que procura, e Jerusalém cai sob o assédio do inimigo. Será preciso que o próprio Deus se torne aquele justo. E este é o mistério da Encarnação: para garantir um justo, Ele mesmo se faz homem. Sempre haverá um justo, porque é Ele: porém, é preciso que o próprio Deus se torne aquele justo. O amor divino infinito e surpreendente será plenamente manifestado, quando o Filho de Deus se fizer homem, o Justo definitivo, o Inocente perfeito, que trará a salvação ao mundo inteiro, morrendo na cruz, perdoando e intercedendo por quantos «não sabem o que fazem» (Lc 23, 34). Então, a oração de cada homem encontrará a sua resposta, então cada uma das nossas intercessões será plenamente atendida.

Caros irmãos e irmãs, a súplica de Abraão, nosso pai na fé, nos ensine a abrir cada vez vez o coração à misericórdia superabundante de Deus, para que na prece quotidiana saibamos desejar a salvação da humanidade e pedi-la com perseverança e confiança ao Senhor, que é grande no amor. Obrigado!

À Igreja na China

Queridos irmãos e irmãs!

Durante o tempo pascal, a liturgia canta a Cristo ressuscitado dos mortos, vencedor da morte e do pecado, vivo e presente na vida da Igreja e nas vicissitudes do mundo. A Boa Nova do Amor de Deus manifestado em Cristo, Cordeiro imolado, Bom Pastor que dá a vida pelos seus, difunde-se incessantemente até aos extremos confins da terra e, ao mesmo tempo, encontra rejeição e impedimentos em todas as partes do mundo. Como então, ainda hoje, da Cruz à Ressurreição.

A terça-feira, 24 de Maio, é dedicada à memória litúrgica da Bem-Aventurada Virgem Maria, Auxílio dos Cristãos, venerada com grande devoção no Santuário de Sheshan em Shangai: toda a Igreja se une em oração com a Igreja que está na China. Lá, como noutras partes, Cristo vive a sua paixão. Enquanto aumenta o número de quantos O acolhem como seu Senhor, por outros Cristo é rejeitado, ignorado ou perseguido: «Saulo, Saulo, por que me persegues?» (At 9, 4). A Igreja na China, sobretudo neste momento, precisa da oração da Igreja universal. Convido, em primeiro lugar, todos os católicos chineses a continuar a intensificar a própria oração, sobretudo a Maria, Virgem forte. Mas também para todos os católicos do mundo rezar pela Igreja que está na China deve ser um compromisso: aqueles fiéis têm direito à nossa oração, precisam da nossa oração.

Dos Atos dos Apóstolos sabemos que, quando Pedro estava na prisão, todos rezaram com vigor e obtiveram que um anjo o libertasse. Também nós façamos o mesmo: rezemos intensamente, todos juntos, por esta Igreja, confiantes de que, com a oração, podemos fazer algo muito real por ela.

Os católicos chineses, como disseram muitas vezes, desejam a unidade com a Igreja universal, com o Pastor supremo, com o Sucessor de Pedro. Com a oração podemos obter que a Igreja na China permaneça una, santa e católica, fiel e firme na doutrina e na disciplina eclesial. Ela merece todo o nosso afeto.

Sabemos que, entre os nossos irmãos Bispos, alguns sofrem e estão sob pressão no exercício do seu ministério episcopal. A eles, aos sacerdotes e a todos os católicos que encontram dificuldades na profissão livre de fé expressemos a nossa proximidade. Com a nossa oração podemos ajudá-los a encontrar o caminho para manter viva a fé, forte a esperança, fervorosa a caridade para com todos e íntegra a eclesiologia que herdámos do Senhor e dos Apóstolos e que nos foi transmitida com fidelidade até aos nossos dias. Com a oração podemos obter que o seu desejo de estar na Igreja una e universal, supere a tentação de um caminho independente de Pedro. A oração pode obter, para eles e para nós, a alegria e a força de anunciar e de testemunhar, com toda a franqueza e sem impedimentos, Jesus Cristo crucificado e ressuscitado, o Homem novo, vencedor do pecado e da morte.

Com todos vós peço a Maria que interceda a fim de que todos eles se conformem cada vez mais estreitamente com Cristo e se dediquem com generosidade sempre nova aos irmãos. A Maria peço que ilumine aqueles que estão na dúvida, chame os perdidos, conforte os aflitos, fortaleça os que são seduzidos pelas lisonjas do oportunismo. Auxílio dos cristãos, Nossa Senhora de Sheshan, intercede por nós!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 25 de Maio de 2011

O homem em oração (4) - Luta noturna e encontro com Deus (Gn 32, 23-33)

Queridos irmãos e irmãs

Hoje gostaria de meditar convosco sobre um texto do Livro do Gênesis, que narra um episódio bastante particular da história do Patriarca Jacó. É um trecho de não fácil interpretação, mas importante para a nossa vida de fé e de oração; trata-se da narração da luta com Deus no vau do Jacó, da qual ouvimos um trecho.

Como recordareis, Jacó tinha subtraído ao seu irmão gémeo Esaú a primogenitura, em troca de um prato de lentilhas, e depois obtivera com o engano a bênção do pai Isaac, já muito idoso, aproveitando-se da sua cegueira. Tendo fugido à ira de Esaú, refugiou-se na casa de um parente, Labão; casou, enriqueceu e agora voltava para a sua terra natal, pronto a enfrentar o irmão, depois de ter tomado algumas prudentes precauções. Mas quando tudo está pronto para este encontro, após levar aqueles que estavam com ele a atravessar o vau da torrente que delimitava o território de Esaú, Jacó, permanecendo só é agredido repentinamente por um desconhecido, com o qual luta durante uma noite inteira. É precisamente este combate corpo a corpo — que encontramos no capítulo 32 do Livro do Gênesis — que se torna para ele uma experiência singular de Deus.

A noite é o tempo favorável para agir no escondimento, portanto, o melhor tempo para Jacó, para entrar no território do irmão sem ser visto e talvez com a ilusão de surpreender Esaú. Porém, é ele que é surpreendido por um ataque imprevisto, para o qual não estava preparado. Tinha usado a sua astúcia para procurar subtrair-se a uma situação perigosa, e pensava que conseguiria ter tudo sob controle, e no entanto agora encontra-se a enfrentar uma luta misteriosa, que o surpreende na solidão e sem lhe dar a possibilidade de organizar uma defesa adequada. Inerme, no meio da noite, o Patriarca Jacó combate com alguém. O texto não especifica a identidade do agressor; utiliza um termo hebraico que indica «um homem» de modo genérico, «um, alguém»; portanto, trata-se de uma definição incerta, indeterminada, que mantém o assaltante voluntariamente no mistério. Está escuro e Jacó não consegue ver de modo distinto o seu adversário, e também para o leitor, para nós, ele permanece desconhecido; alguém se opõe ao Patriarca: este é o único dado certo oferecido pelo narrador. Só no final, quando a luta tiver terminado e aquele «alguém» tiver desaparecido, só então Jacó o mencionará e poderá dizer que lutou com Deus.

Portanto, este episódio tem lugar na obscuridade e é difícil reconhecer não apenas a identidade do agressor de Jacó, mas também qual é o andamento da luta. Lendo este trecho, é difícil estabelecer qual dos dois adversários consegue prevalecer; os verbos utilizados são muitas vezes sem um sujeito explícito, e os gestos realizam-se de modo quase contraditório, de tal forma que quando se pensa que prevalece um dos dois, a ação sucessiva desmente imediatamente e apresenta o outro como vencedor. Com efeito, no início Jacó parece ser o mais forte, e o adversário — reza o texto — «não podia vencê-lo» (v. 26); e no entanto, atinge Jacó na articulação do fémur, provocando-lhe uma luxação. Então, pensar-se-ia que Jacó deve sucumbir mas, ao contrário, é o outro que lhe pede para o deixar partir; e o Patriarca rejeita, pondo uma condição: «Não te deixarei partir, enquanto não me abençoares» (v. 27). Aquele que, com o engano, tinha defraudado o irmão da bênção do primogênito, agora pretende-a do desconhecido, cujos vestígios divinos começa a entrever, mas sem o poder ainda reconhecer verdadeiramente.

O rival, que parece detido e portanto derrotado por Jacó, em vez de se submeter ao pedido do Patriarca, pergunta-lhe o nome: «Qual é o teu nome?». E o Patriarca responde: «Jacó» (v. 28). Aqui, a luta passa por uma mudança importante. Com efeito, conhecer o nome de alguém implica uma espécie de poder sobre a pessoa, porque o nome, na mentalidade bíblica, contém em si a realidade mais profunda do indivíduo, revela o seu segredo e o seu destino. Então, conhecer o nome quer dizer conhecer a verdade acerca do outro e isto permite poder dominá-lo. Portanto, quando à pergunta do desconhecido, Jacó revela o próprio nome, coloca-se nas mãos do seu opositor, é uma forma de rendição, de entrega total de si ao outro.

Mas neste gesto de se render, paradoxalmente também Jacó é vencedor, porque recebe um nome novo, juntamente com o reconhecimento de vitória da parte do adversário, que lhe diz: «O teu nome não será mais Jacó, mas Israel, porque lutaste com Deus e com os homens, e venceste» (v. 29). «Jacó» era um nome que evocava a origem problemática do Patriarca; com efeito, em hebraico recorda o termo «calcanhar», e remete o leitor para o momento do nascimento de Jacó quando, saindo do ventre materno, segurava com a mão o calcanhar do irmão (cf. Gn 25, 26), quase prefigurando a sua superação em detrimento do irmão, que teria realizado quando fosse adulto; mas o nome Jacó evoca também o verbo «enganar, suplantar». Pois bem, agora na luta o Patriarca revela ao seu opositor, num gesto de entrega e de rendição, a própria realidade de enganador, de derrotador; mas o outro, que é Deus, transforma esta realidade negativa em positiva: Jacó o enganador torna-se Israel, pois recebe um nome novo que assinala uma nova identidade. Mas também aqui, a narração conserva a sua duplicidade voluntária, porque o significado mais provável do nome Israel é: «Deus é forte, Deus vence».

Portanto, Jacó prevaleceu, venceu — é o próprio adversário que o afirma — mas a sua nova identidade, recebida do próprio adversário, afirma e testemunha a vitória de Deus. E quando Jacó perguntar por sua vez o nome do seu contendente, ele rejeitará dizê-lo, mas revelar-se-á num gesto inequívoco, concedendo-lhe a bênção. Aquela bênção que o Patriarca tinha pedido no início da luta agora é-lhe concedida. E não se trata de uma bênção obtida com o engano, mas aquela concedida gratuitamente por Deus, que Jacó pode receber porque já sozinho, sem proteção, sem astúcias nem vigarices, se entrega inerme, aceita render-se e confessa a verdade sobre si mesmo. Assim, no final da luta, após ter recebido a bênção, o Patriarca pode finalmente reconhecer o outro, o Deus da bênção: «Porque — disse — eu vi a Deus face a face, e conservei a vida» (v. 31), e agora pode atravessar o vau, portador de um nome novo mas «vencido» por Deus e marcado para sempre, coxeando pela ferida recebida.

As explicações que a exegese bíblica pode oferecer a propósito deste trecho são múltiplas; de modo particular, os estudiosos reconhecem nele intenções e componentes literários de vários tipos, assim como referências a certas narrações populares. Mas quando estes elementos são assumidos pelos autores sagrados e inseridos na narração bíblica, eles mudam de significado e o texto abre-se a dimensões mais amplas. Portanto, no episódio da luta de Jacó oferece-se ao fiel um texto paradigmático em que o povo de Israel fala da própria origem e delineia as características de uma relação especial entre Deus e o homem. Por isso, como é afirmado também no Catecismo da Igreja Católica, «a tradição espiritual da Igreja viu nesta narrativa o símbolo da oração como combate da fé e vitória da perseverança» (n. 2.573). O texto bíblico fala-nos da longa noite da busca de Deus, da luta para conhecer o seu nome e para ver o seu rosto; trata-se da noite da oração que, com tenacidade e perseverança, pede a Deus a bênção e um nome novo, uma renovada realidade, fruto de conversão e perdão.

Assim, a noite de Jacó no vau do Jacó torna-se para o fiel um ponto de referência para compreender a relação com Deus que, na oração, encontra a sua máxima expressão. A oração exige confiança, proximidade, quase num corpo a corpo simbólico não com um Deus adversário, inimigo, mas com o Senhor que abençoa, que permanece sempre misterioso, que parece inalcançável. Por isso, o autor sagrado utiliza o símbolo da luta, que implica força de espírito, perseverança e tenacidade para alcançar aquilo que se deseja. E se o objeto do desejo é a relação com Deus, a sua bênção e o seu amor, então a luta não poderá deixar de culminar no dom pessoal a Deus, no reconhecimento da própria debilidade, que vence precisamente quando consegue entregar-se nas mãos misericordiosas de Deus.

Caros irmãos e irmãs, toda a nossa vida é como esta longa noite de luta e de oração, que deve ser consumida no desejo e na busca de uma bênção de Deus, a qual não pode ser arrebatada

nem vencida contando com as nossas forças, mas deve ser recebida d'Ele com humildade, como dom gratuito que enfim permite reconhecer o rosto do Senhor. E quando isto acontece, toda a nossa realidade muda, recebemos um nome novo e a bênção de Deus. E ainda mais: Jacó, que recebe um nome novo, torna-se Israel, dá um nome novo também ao lugar onde lutou com Deus, onde O interpelou; renomeia-o Penuel, que significa «Face de Deus». Com este nome, reconhece aquele lugar repleto da presença do Senhor e torna sagrada aquela terra, imprimindo-lhe quase a memória daquele encontro misterioso com Deus. Aquele que se deixa abençoar por Deus abandona-se a Ele, deixa-se transformar por Ele e torna o mundo abençoado. Que o Senhor nos ajude a combater o bom combate da fé (cf. 1 Tm 6, 12; 2 Tm 4, 7) e a pedir, na nossa oração, a sua bênção para que nos renove na expectativa de ver a sua Face. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 1° de Junho de 2011

O homem em oração (5) - A intercessão de Moisés pelo povo (Ex 32, 7-14)

Queridos irmãos e irmãs,

Lendo o Antigo Testamento, uma figura ressalta no meio das outras: a de Moisés, precisamente como homem de oração. Moisés, o grande profeta e guia do tempo do Êxodo, desempenhou a sua função de mediador entre Deus e Israel fazendo-se portador, junto do povo, das palavras e dos mandamentos divinos, conduzindo-o rumo à liberdade da Terra Prometida, ensinando os israelitas a viverem na obediência e na confiança em Deus, durante a sua longa permanência no deserto, mas também, e diria principalmente, rezando. Ele reza pelo Faraó quando Deus, com as pragas, procurava converter o coração dos Egípcios (cf. Êx 8–10); pede ao Senhor a cura da irmã Maria, atingida pela lepra (cf. Nm 12, 9-13), intercede pelo povo que se tinha revoltado, amedrontado pela descrição dos exploradores (cf. Nm 14, 1-19), reza quando o fogo estava prestes a devorar o acampamento (cf. Nm 11, 1-2) e quando serpentes venenosas faziam matanças (cf. Nm 21, 4-9); dirige-se ao Senhor e reage, protestando quando o fardo da sua missão se tinha tornado demasiado pesado (cf. Nm 11, 10-15); vê Deus e fala com Ele «face a face, como alguém que fala com o próprio amigo» (cf. Êx 24, 9-17; 33, 7-23; 34, 1-10.28-35).

Mesmo quando o povo, no Sinai, pede a Araão que construa o bezerro de ouro, Moisés reza, explicando de maneira emblemática a própria função de intercessão. Este episódio é narrado no capítulo 32 do Livro do Êxodo e contém uma narração paralela no capítulo 9 do Deuteronômio. É sobre este episódio que gostaria de meditar na catequese hodierna e, de modo particular, sobre a oração de Moisés, que encontramos na narração do Êxodo. O povo de Israel encontrava-se aos pés do Sinai enquanto Moisés, no monte, esperava a entrega das tábuas da Lei, jejuando durante quarenta dias e quarenta noites (cf. Êx 24, 18; Dt 9, 9). O número quarenta tem um valor simbólico e significa a totalidade da experiência, enquanto com o jejum se indica que a vida deriva de Deus, é Ele que a sustêm. Com efeito, o gesto de comer implica a assunção do alimento que nos sustenta; por isso jejuar, renunciando ao alimento, adquire neste caso um significado religioso: é um modo para indicar que não só de pão vive o homem, mas de toda a palavra que sai da boca do Senhor (cf. Dt 8, 3). Jejuando, Moisés demonstra que espera o dom da Lei divina como fonte de vida: ela revela a vontade de Deus e alimenta o coração do homem, fazendo-o entrar numa aliança com o Altíssimo, que é fonte da vida, é a própria Vida.

Mas enquanto o Senhor, no monte, oferece a Lei a Moisés, aos pés do mesmo monte o povo transgride-a. Incapazes de resistir à expectativa e à ausência do mediador, os israelitas pedem a Araão: «Faz-nos um deus que caminhe à nossa frente, porque a Moisés, que nos tirou do Egito, não sabemos o que lhe aconteceu» (Êx 32, 1). Cansado de um caminho com um Deus invisível, agora que também Moisés, o mediador, desapareceu, o povo pede uma presença tangível, palpável, do Senhor, e encontra no bezerro de metal fundido, construído por Araão, um deus que se torna acessível, manobrável, ao alcance do homem. Trata-se de uma tentação constante no caminho de fé: eludir o mistério divino, construindo um deus compreensível, correspondente aos próprios esquemas, aos próprios programas. Aquilo que acontece no monte Sinai demonstra toda a insensatez e vaidade ilusória desta pretensão porque, como afirma ironicamente o Salmo 106, «Eles trocaram a sua glória pela estátua de um touro que come feno» (Sl 106 [105], 20). Por este motivo, o Senhor reage e ordena a Moisés que desça do monte, revelando-lhe aquilo que o povo estava a fazer, e terminando com estas palavras: «Deixa, pois, que se acenda a minha cólera contra eles e os devore; mas de ti farei uma grande nação» (Êx 32, 10). Como tinha acontecido com Abraão, a propósito de Sodoma e Gomorra, também agora Deus revela a Moisés o que pretende fazer, como se não quisesse agir sem o seu consenso (cf. Am 3, 7). Ele diz: «Deixa, pois, que se acenda a minha cólera». Na realidade, este «deixa, pois, que se acenda a minha cólera» é pronunciado precisamente para que Moisés intervenha e lhe peça para não o fazer, revelando deste modo que o desejo de Deus é sempre a salvação. Como para as duas cidades dos tempos de Abraão, a punição e a destruição, em que se exprime a ira de Deus como rejeição do mal, indicam a gravidade do pecado cometido; ao mesmo tempo, o pedido do intercessor tenciona manifestar a vontade de perdão do Senhor. Esta é a salvação de Deus, que implica misericórdia, mas ao mesmo tempo também denúncia da verdade do pecado, do mal que existe, de maneira que o pecador, reconhecendo e rejeitando o próprio mal, possa deixar-se perdoar e transformar por Deus. A prece de intercessão torna deste modo concreta, no contexto da realidade corrompida do homem pecador, a misericórdia divina, que encontra voz na súplica do orante e que se torna presente através dele onde há necessidade de salvação.

A súplica de Moisés está inteiramente centrada na fidelidade e na graça do Senhor. Ele refere-se em primeiro lugar à história de redenção à qual Deus deu início com a saída de Israel do Egito, para depois fazer memória da antiga promessa feita aos Pais. O Senhor realizou a salvação, libertando o seu povo da escravidão egípcia; para que então — pede Moisés — «os egípcios possam dizer: "Fê-los sair com a malícia, para os deixar morrer nas montanhas, para os fazer desaparecer da face da terra"?» (Êx 32, 12). A obra de salvação começada deve ser

completada; se Deus fizesse perecer o seu povo, isto poderia ser interpretado como o sinal de uma incapacidade divina de completar o plano de salvação. Deus não pode permitir que isto aconteça: Ele é o Senhor bom que salva, o garante da vida, é o Deus de misericórdia e de perdão, de libertação do pecado que mata. E assim Moisés apela-se a Deus, à vida interior de Deus, contra a sentença exterior. Mas então, Moisés argumenta com o Senhor, se os seus eleitos perecerem, mesmo que sejam culpados, Ele poderia parecer incapaz de derrotar o pecado. E isto não se pode aceitar. Moisés fez uma experiência concreta do Deus de salvação, foi enviado como mediador da libertação divina e agora, mediante a sua oração, torna-se intérprete de uma dupla inquietação, preocupado com o destino do seu povo, mas ao mesmo tempo também preocupado com a honra que é devida ao Senhor, pela verdade do seu Nome. Com efeito, o intercessor deseja que o povo de Israel seja salvo, porque é o rebanho que lhe foi confiado, mas inclusive a fim de que naquela salvação se manifeste a verdadeira realidade de Deus. Amor aos irmãos e amor a Deus compenetram-se na prece de intercessão, são inseparáveis. Moisés, o intercessor, é o homem contendido entre dois amores, que na oração se sobrepõem num único desejo de bem.

Em seguida, Moisés apela para a fidelidade de Deus, recordando-lhe as suas promessas: «Recorda-te de Abraão, de Isaac e de Israel, teus servos, aos quais juraste por ti mesmo e disseste: "Tornarei a tua posteridade tão numerosa como as estrelas do céu, e toda esta terra, da qual te falei, dá-la-ei aos teus descendentes, que a possuirão para sempre"» (Êx 32, 13). Moisés faz memória da história fundadora das origens, dos Pais do povo e da sua eleição, totalmente gratuita, em que só Deus tivera a iniciativa. Eles não receberam a promessa por causa dos seus méritos, mas pela livre escolha de Deus e do seu amor (cf. Dt 10, 15). E agora, Moisés pede que o Senhor continue na fidelidade à sua história de eleição e de salvação, perdoando o seu povo. O intercessor não apresenta desculpas para o pecado do seu povo, não enumera méritos presumíveis, nem do povo nem seus, mas apela para a gratuidade de Deus: um Deus livre, totalmente amor, que não cessa de procurar quem se afastou, que permanece sempre fiel a Si mesmo e oferece ao pecador a possibilidade de voltar para Ele e de se tornar, mediante o perdão, justo e capaz de fidelidade. Moisés pede a Deus que se mostre até mais forte do que o pecado e a morte e, com a sua oração, suscita este revelar-se divino. Mediador de vida, o intercessor solidariza com o povo; desejoso unicamente da salvação que o próprio Deus deseja, ele renuncia à perspectiva de se tornar um novo povo agradável ao Senhor. A frase que Deus lhe tinha dirigido, «de ti farei uma grande nação», nem sequer é tomada em consideração pelo «amigo» de Deus, que ao contrário está pronto a assumir sobre si mesmo não só a culpa do seu povo, mas todas as suas consequências. Quando, depois da destruição do bezerro de ouro,

ele voltar ao monte para pedir de novo a salvação de Israel, dirá ao Senhor: «Rogo-te que lhes perdoes agora este pecado! Senão, apaga-me do livro que escreveste» (v. 32). Com a oração, desejando a vontade de Deus, o intercessor entra cada vez mais profundamente no conhecimento do Senhor e da sua misericórdia, tornando-se capaz de um amor que chega até ao dom total de si mesmo. Em Moisés, que está no alto do monte face a face com Deus e que se faz intercessor para o seu povo e se oferece a si próprio — «apaga-me» — os Padres da Igreja viram uma prefiguração de Cristo que, no alto da cruz, realmente está diante de Deus, não apenas como amigo, mas como Filho. E não só se oferece — «apaga-me» — mas com o seu coração trespassado faz-se cancelar, torna-se como diz o próprio são Paulo, pecado, carrega sobre si os nossos pecados para nos salvar a todos; a sua intercessão é não só solidariedade, mas identificação conosco: traz todos nós no seu corpo. E assim toda a sua existência de homem e de Filho é um clamor ao Coração de Deus, é perdão, mas perdão que transforma e renova.

Penso que devemos meditar sobre estas realidades. Cristo está diante do Rosto de Deus e reza por mim. A sua oração na Cruz é contemporânea a todos os homens, contemporânea a mim: Ele reza por mim, sofreu e sofre por mim, identificou-se comigo, assumindo o nosso corpo e a nossa alma humana. E convida-nos a entrar nesta sua identidade, fazendo-nos um corpo, um só espírito com Ele, porque do alto da Cruz Ele não trouxe novas leis, tábuas de pedra, mas trouxe a si mesmo, o seu corpo e o seu sangue, como nova aliança. É assim que nos faz consanguíneos com Ele, um corpo com Ele, identificados com Ele. Convida-nos a entrar nesta identificação, a estar unidos com Ele no nosso desejo de ser um corpo, um só espírito com Ele. Oremos ao Senhor, para que esta identificação nos transforme, nos renove, porque o perdão é renovação, é transformação.

Gostaria de concluir esta catequese com as palavras do apóstolo Paulo aos cristãos de Roma: «Quem poderia acusar os escolhidos de Deus? É Deus quem os justifica. Quem os condenará? Cristo Jesus, que morreu, ou melhor, que ressuscitou, que está à direita de Deus, é quem intercede por nós! Quem nos separará do amor de Cristo? [...] nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados [...] nem qualquer outra criatura nos poderá separar do amor que Deus nos testemunha em nosso Senhor Jesus Cristo» (Rm 8, 33-35.38.39).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 8 de Junho de 2011

Viagem Apostólica à Croácia

Estimados irmãos e irmãs

Hoje gostaria de vos falar da Visita pastoral à Croácia, que fiz sábado e domingo passados. Uma Viagem apostólica breve, realizada inteiramente na capital Zagrábia, e no entanto rica de encontros e sobretudo de intenso espírito de fé, dado que os Croatas são um povo profundamente católico. Renovo o meu mais sentido agradecimento ao Cardeal Bozanić, Arcebispo de Zagrábia, a D. Srakić, Presidente da Conferência Episcopal, e aos demais Bispos da Croácia, assim como ao Presidente da República, pela calorosa recepção que me reservaram. Dirijo o meu reconhecimento a todas as Autoridades civis e a quantos colaboraram de vários modos para este acontecimento, de modo especial às pessoas que ofereceram orações e sacrifícios por esta intenção.

«Juntos em Cristo»: este foi o lema da minha Visita. Ele exprime antes de tudo a experiência de se encontrarem todos unidos em nome de Cristo, a experiência de ser Igreja, manifestada pelo reunir-se do Povo de Deus em volta do Sucessor de Pedro. Mas neste caso, «juntos em Cristo» tinha uma referência particular à família: com efeito, a ocasião principal da minha Visita foi o Dia nacional das famílias católicas croatas, culminada na Concelebração eucarística na manhã de domingo, que contou com a participação, na área do hipódromo de Zagrábia, de uma grande multidão de fiéis. Foi muito importante para mim, confirmar na fé sobretudo as famílias, que o Concílio Vaticano II chamou «igrejas domésticas» (cf. Lumen gentium, 11). O Beato João Paulo II, que visitou três vezes a Croácia, deu grande relevo ao papel da família na Igreja; assim, com esta Viagem eu quis dar continuidade a este aspecto do seu Magistério. Na Europa de hoje, as Nações de sólida tradição cristã têm uma responsabilidade especial na defesa e na promoção do valor da família fundada no matrimônio, que de qualquer modo permanece decisiva tanto no campo educativo como no social. Portanto, esta mensagem teve uma relevância particular para a Croácia que, rica do seu patrimônio espiritual, ético e cultural, se prepara para entrar na União Europeia.

A Santa Missa foi celebrada no peculiar clima espiritual da novena de Pentecostes. Como num grande «cenáculo» ao ar livre, as famílias croatas reuniram-se em oração, invocando juntos o dom do Espírito Santo. Isto permitiu-me sublinhar o dom e o compromisso da comunhão na Igreja, assim como de animar os cônjuges na sua missão. Nos nossos dias, enquanto infelizmente se constata o multiplicar-se das separações e dos divórcios, a fidelidade dos cônjuges tornou-se por si só um testemunho significativo do amor de Cristo, que permite viver o

Matrimônio por aquilo que é, ou seja, a união de um homem e de uma mulher que, com a graça de Cristo, se amam e se ajudam durante a vida inteira, na alegria e na tristeza, na saúde e na doença. A primeira educação para a fé consiste precisamente no testemunho desta fidelidade ao pacto conjugal: dela os filhos aprendem sem palavras que Deus é amor fiel, paciente, respeitador e generoso. A fé no Deus que é Amor transmite-se antes de tudo com o testemunho de uma fidelidade ao amor conjugal, que se traduz naturalmente em amor pelos filhos, fruto desta mesma união. Mas tal fidelidade não é possível sem a graça de Deus, sem o sustento da fé e do Espírito Santo. Eis por que motivo a Virgem Maria não cessa de interceder junto do seu Filho a fim de que — como nas bodas de Caná — renove continuamente aos cônjuges o dom do «vinho bom», ou seja, da sua Graça, que permite viver «numa só carne» nas várias fases e situações de vida.

Neste contexto de grande atenção à família inseriu-se muito bem a Vigília com os jovens, realizada na tarde de sábado na praça Jelačić, coração da cidade de Zagrábia. Ali pude encontrar-me com a nova geração croata, e senti toda a força da sua fé jovem, animada por um grandioso impulso rumo à vida e ao seu significado, rumo ao bem e à liberdade, ou seja, rumo a Deus. Foi bonito e comovedor ouvir estes jovens cantar com alegria e entusiasmo, e depois, no momento da escuta e da oração, reunir-se em profundo silêncio! Eu repeti-lhes a pergunta que Jesus dirigiu aos seus primeiros discípulos: «Que procurais?» (Jo 1, 38), mas eu disse-lhes que Deus os procura antes e mais do que eles mesmos O procuram. Esta é a alegria da fé: descobrir que Deus nos ama primeiro! Trata-se de uma descoberta que nos mantém sempre discípulos e, portanto, sempre jovens no espírito! Este mistério, durante a Vigília, foi vivido na prece de adoração eucarística: no silêncio, o nosso estar «juntos em Cristo» encontrou a sua plenitude. Assim o meu convite a seguir Jesus constituiu um eco da Palavra que Ele mesmo dirigia ao coração dos jovens.

Outro momento que podemos dizer de «cenáculo» foi a Celebração das Vésperas na Catedral, com os Bispos, os sacerdotes, os religiosos e os jovens em fase de formação nos Seminários e nos Noviciados. Também ali, de maneira particular, pudemos experimentar o nosso ser «família» como comunidade eclesial. Na Catedral de Zagrábia encontra-se o túmulo monumental ao Beato Cardeal Alojzije Stepinac, Bispo e Mártir. Em nome de Cristo, ele opôs-se com coragem primeiro aos abusos do nazismo e do fascismo e, depois, aos do regime comunista. Foi aprisionado e isolado na sua aldeia natal. Tendo sido criado Cardeal pelo Papa Pio XII, faleceu em 1960 devido a uma doença contraída na prisão. À luz do seu testemunho, encorajei os Bispos e os presbíteros no seu ministério, exortando-os à comunhão e ao impulso apostólico; voltei a propor aos consagrados a beleza e a radicalidade da sua forma de vida; convidei os

seminaristas, os noviços e as noviças a seguirem com alegria Cristo que os chamou pelo nome. Este momento de oração, enriquecido pela presença de muitos irmãos e irmãs que dedicaram a vida ao Senhor, foi para mim de grande conforto, e rezo a fim de que as famílias croatas sejam sempre terreno fértil para o nascimento de numerosas e santas vocações ao serviço do Reino de Deus.

Muito significativo foi também o encontro com representantes da sociedade civil, do mundo político, académico, cultural e empresarial, com o Corpo Diplomático e com os Chefes religiosos, reunidos no Teatro Nacional de Zagrábia. Naquele contexto, tive a alegria de prestar homenagem à grande tradição cultural croata, inseparável da sua história de fé e da presença viva da Igreja, ao longo dos séculos promotora de múltiplas instituições e sobretudo formadora de ilustres investigadores da verdade e do bem comum. Entre eles, recordei de modo particular o sacerdote jesuíta Ruđer Bošković, grande cientista cujo terceiro centenário do nascimento se celebra este ano. Pareceu-nos de novo evidente a todos, a mais profunda vocação da Europa, que é a de conservar e renovar um humanismo com raízes cristãs, e que se pode definir «católico», ou seja, universal e integral. Um humanismo que põe no centro a consciência do homem, a sua abertura transcendente e ao mesmo tempo a sua realidade histórica, capaz de inspirar programas políticos diversificados mas convergentes para a construção de uma democracia substancial, fundada nos valores éticos radicados na própria natureza humana. Olhar para a Europa do ponto de vista de uma Nação de antiga e sólida tradição cristã, que da civilização europeia faz parte integrante, enquanto está prestes a entrar na União política, fez sentir novamente a urgência do desafio que hoje interpela os povos deste Continente: ou seja, aquele de não ter medo de Deus, do Deus de Jesus Cristo, que é Amor e Verdade, e que nada tira à liberdade, mas restitui-a a si mesma e confere-lhe o horizonte de uma esperança confiável.

Caros amigos, cada vez que o Sucessor de Pedro realiza uma Viagem apostólica, todo o corpo eclesial participa de certo modo do dinamismo de comunhão e missão, que é próprio do seu ministério. Agradeço a todos aqueles que me acompanharam e sustentaram com a oração, permitindo que a minha Visita pastoral se realizasse de maneira excelente. Agora, enquanto estou grato ao Senhor por esta grandiosa dádiva, peçamos-lhe por intercessão da Virgem Maria, Rainha dos Croatas, que quanto pude semear dê frutos abundantes para as famílias croatas, para toda a Nação e para a Europa inteira.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 15 de Junho de 2011

O homem em oração (6) - Profetas e orações em confronto (1Rs 18, 20-40)

Prezados irmãos e irmãs

Na história religiosa do antigo Israel, tiveram grande relevância os profetas com o seu ensinamento e a sua pregação. Entre eles, sobressai a figura de Elias, suscitado por Deus para levar o povo à conversão. O seu nome significa «o Senhor é o meu Deus» e é em sintonia com este nome que se desenvolve a sua vida, inteiramente consagrada a provocar no povo o reconhecimento do Senhor como único Deus. De Elias, o Ben Sirá diz: «Levantou-se depois o profeta Elias, ardoroso como o fogo; as suas palavras ardiam como uma tocha» (Ecli 48, 1). Com esta chama, Israel volta a encontrar o seu caminho para Deus. No seu ministério, Elias reza: invoca o Senhor para que restitua a vida ao filho de uma viúva que o tinha hospedado (cf. 1 Rs 17, 17-24), clama a Deus o seu cansaço e a sua angústia, enquanto foge para o deserto procurado pela rainha Jezabel que o queria matar (cf. 1 Rs 19, 1-4), mas é sobretudo no monte Carmelo que se mostra em todo o seu poder de intercessor quando, diante de todo o Israel, reza ao Senhor para que se manifeste e converta o coração do povo. É o episódio narrado no capítulo 18 do primeiro Livro dos Reis, sobre o qual hoje meditamos.

Encontramo-nos no reino do Norte, no século IX a.C., na época do rei Acab, num momento em que em Israel se tinha criado uma situação de sincretismo aberto. Além do Senhor, o povo adorava Baal, o ídolo tranquilizador do qual se acreditava que derivava o dom da chuva e ao qual, por isso, se atribuía o poder de dar fertilidade aos campos e vida aos homens e ao gado. Embora pretendesse seguir o Senhor, Deus invisível e misterioso, o povo procurava a segurança também num deus compreensível e previsível, do qual julgava que podia obter a fecundidade e a prosperidade, em troca de sacrifícios. Israel cedia à sedução da idolatria, a tentação contínua do crente, iludindo-se que podia «servir a dois senhores» (cf. Mt 6, 24; Lc 16, 13), e facilitar os caminhos impérvios da fé do Todo-Poderoso, depositando de novo a sua confiança também num deus impotente, feito pelos homens.

É precisamente para desmascarar a insensatez enganadora de tal atitude que Elias manda reunir o povo de Israel no monte Carmelo e que o põe diante da necessidade de fazer uma escolha: «Se o Senhor é Deus, segui-o, mas se é Baal, segui Baal» (1 Rs 18, 21). E o profeta, portador do amor de Deus, não deixa sozinho o seu povo perante esta escolha, mas ajuda-o, indicando-lhe o sinal que revelará a verdade: tanto ele como os profetas de Baal prepararão um sacrifício e rezarão, e o Deus verdadeiro manifestar-se-á, respondendo com o fogo que con-

sumará o holocausto. Assim começa o confronto entre o profeta Elias e os seguidores de Baal, que na realidade está entre o Senhor de Israel, Deus de salvação e de vida, e o ídolo mudo e sem qualquer consistência, que nada pode, nem no bem nem no mal (cf. Jr 10, 5). E começa inclusive o confronto entre dois modos completamente diferentes de se dirigir a Deus e orar.

Com efeito, os profetas de Baal, clamam, agitam-se, dançam saltando, entram num estado de exaltação e chegam até a cortar-se «com espadas e lanças, até se cobrirem de sangue» (1 Rs 18, 28). Eles recorrem a si mesmos para interpelar o seu deus, confiando nas próprias capacidades para suscitar a sua resposta. Revela-se deste modo a realidade enganadora do ídolo: ele é pensado pelo homem como algo de que se pode dispor, que se pode gerir com as próprias forças, ao qual se pode aceder a partir de si mesmo e da própria força vital. A adoração do ídolo, em vez de abrir o coração humano à Alteridade, a uma relação libertadora que permita sair do espaço limitado do próprio egoísmo para aceder a dimensões de amor e de dom recíproco, fecha a pessoa no círculo exclusivo e desesperador da busca de si mesmo. E o engano é tal que, adorando o ídolo, o homem se encontra obrigado a gestos extremos, na tentativa ilusória de o submeter à própria vontade. Por isso, os profetas de Baal chegam a angustiar-se, a provocar feridas no corpo, com um gesto dramaticamente irónico: para ter uma resposta, um sinal de vida do seu deus, chegam a cobrir-se de sangue, e com ele simbolicamente de morte.

A atitude de oração de Elias, ao contrário, é muito diferente. Ele pede ao povo que se aproxime, envolvendo-o deste modo na sua ação e na sua súplica. A finalidade do desafio por ele dirigido aos profetas de Baal consistia em reconduzir para Deus o povo que se tinha perdido, seguindo os ídolos; por isso, ele quer que Israel se una a ele, tornando-se partícipe e protagonista da sua oração e daquilo que estava a acontecer. Depois, o profeta erige um altar utilizando, como o texto descreve, «doze pedras, segundo o número das doze tribos saídas dos filhos de Jacó, a quem o Senhor dissera: "Tu chamar-te-ás Israel"» (v. 31). Aquelas pedras representam todo o Israel, e constituem a memória tangível da história de eleição, de predileção e de salvação, da qual o povo fora objeto. O gesto litúrgico de Elias tem um alcance decisivo; o altar é lugar sagrado que indica a presença do Senhor, mas aquelas pedras que o compõem representam o povo, que agora, graças à mediação do profeta, é colocado simbolicamente diante de Deus, tornando-se «altar», lugar de oferenda e de sacrifício.

Mas é necessário que o símbolo se torne realidade, que Israel reconheça o verdadeiro Deus e volte a encontrar a própria identidade de povo do Senhor. Por isso, Elias pede a Deus que se manifeste, e aquelas doze pedras, que deviam recordar a Israel a sua verdade, servem também para recordar ao Senhor a sua fidelidade, à qual o profeta se apela na oração. As palavras da sua invocação são densas de significado e de fé: «Senhor Deus de Abraão, de Isaac e de Isra-

el, saibam todos hoje que sois o Deus de Israel, que eu sou vosso servo e que por vossa ordem fiz todas estas coisas. Ouvi-me, Senhor, ouvi-me: que este povo reconheça que vós, Senhor, sois Deus, e que sois vós que converteis os seus corações!» (vv. 36-37; cf. Gn 32, 36-37). Elias dirige-se ao Senhor, chamando-lhe Deus dos Pais, fazendo assim memória implícita das promessas divinas e da história de eleição e de aliança, que uniu indissoluvelmente o Senhor ao seu povo. O compromisso de Deus na história dos homens é tal que o seu Nome já está ligado de maneira inseparável ao dos Patriarcas, e o profeta pronuncia aquele Nome santo para que Deus se recorde e se mostre fiel, mas também a fim de que Israel se sinta chamado pelo nome e volte a encontrar a sua fidelidade. Com efeito, o título divino pronunciado por Elias parece um pouco surpreendente. Em vez de utilizar a fórmula habitual, «Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó», ele recorre a um apelativo menos comum: «Deus de Abraão, de Isaac e de Israel». A substituição do nome «Jacó» com «Israel» evoca a luta de Jacó no vau do Jacó, com a troca do nome à qual o narrador faz uma referência explícita (cf. Gn 32, 31) e da qual falei numa das últimas catequeses. Tal substituição adquire um significado expressivo no contexto da invocação de Elias. O profeta reza pelo povo do reino do Norte, que se chamava precisamente Israel, distinto de Judá, que indicava o reino do Sul. E agora este povo, que parece ter esquecido a própria origem e a sua relação privilegiada com o Senhor, sente-se chamado pelo nome, enquanto é pronunciado o Nome de Deus, Deus do Patriarca e Deus do povo: «Senhor Deus [...] de Israel, saibam todos hoje que sois o Deus de Israel».

O povo pelo qual Elias reza é posto de novo diante da própria verdade, e o profeta pede que também a verdade do Senhor se manifeste e que Ele intervenha para converter Israel, dissuadindo-o do engano da idolatria e levando-o assim à salvação. O seu pedido é para que o povo enfim saiba, conheça de modo pleno quem é verdadeiramente o seu Deus, e faça a escolha decisiva de seguir só Ele, o Deus verdadeiro. Pois somente assim Deus é reconhecido por aquilo que é, Absoluto e Transcendente, sem a possibilidade de lhe pôr ao lado outros deuses, que O negariam como Absoluto, tornando-o relativo. Esta é a fé que faz de Israel o povo de Deus; trata-se da fé proclamada no conhecido texto do *Shemá Israel*: «Ouve, ó Israel! O Senhor, nosso Deus, é o único Senhor. Amarás ao Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, toda a tua alma e todas as tuas forças» (Dt 6, 4-5). Ao Absoluto de Deus, o fiel deve responder com um amor absoluto, total, que comprometa a sua vida inteira, as suas forças e o seu coração. E é precisamente para o coração do seu povo que o profeta, com a sua oração, implora a conversão: «Que este povo reconheça que vós, Senhor, sois Deus, e que sois vós que converteis os seus corações!» (1 Rs 18, 37). Com a sua intercessão, Elias pede a Deus o que o

próprio Deus deseja realizar, manifestar-se em toda a sua misericórdia, fiel à sua realidade de Senhor da vida que perdoa, converte, transforma.

E é isto que acontece: «O fogo do Senhor baixou do céu e consumiu o holocausto, a lenha, as pedras, a poeira e até mesmo a água do sulco. Vendo isso, o povo prostrou-se com o rosto por terra, exclamando: "O Senhor é Deus! O Senhor é Deus!"» (vv. 38-39). O fogo, este elemento necessário e ao mesmo tempo terrível, ligado às manifestações divinas da sarça ardente e do Sinai, agora serve para assinalar o amor de Deus, que responde à oração e se revela ao seu povo. Baal, o deus mudo e impotente, não tinha respondido às invocações dos seus profetas; o Senhor, ao contrário, responde, e de modo inequívoco, não só consumindo o holocausto, mas até secando toda a água que tinha sido derramada em volta do altar. Israel já não pode ter dúvidas; a misericórdia divina veio ao encontro da sua debilidade, das suas dúvidas e da sua falta de fé. Agora Baal, o ídolo inútil, é derrotado, e o povo que parecia perdido voltou a achar o caminho da verdade e a encontrar-se a si mesmo.

Estimados irmãos e irmãs, o que nos diz, a nós, esta história do passado? Qual é o presente desta história? Em primeiro lugar está em questão a prioridade do primeiro mandamento: adorar unicamente a Deus. Onde Deus desaparece, o homem cai na escravidão de idolatrias, como mostraram, no nosso tempo, os regimes totalitários e como mostram também diversas formas de niilismo, que tornam o homem dependente de ídolos, de idolatrias, escravizando-o. Em segundo lugar, a finalidade primária da oração é a conversão: o fogo de Deus que transforma o nosso coração e nos torna capazes de ver Deus e, assim, de viver segundo Deus e de viver para o próximo. E o terceiro ponto: os Padres dizem-nos que também esta história de um profeta é profética, se — dizem — é sombra do porvir, do futuro Cristo; é um passo ao longo do caminho rumo a Cristo. E dizem-nos que aqui vemos o verdadeiro fogo de Deus: o amor que orienta o Senhor até à Cruz, até ao dom total de si mesmo. Então, a autêntica adoração de Deus consiste em dar-se a si próprio a Deus e aos homens, a verdadeira adoração é o amor. E a autêntica adoração de Deus não destrói, mas renova e transforma. Sem dúvida, o fogo de Deus, o fogo do amor consome, transforma e purifica, mas precisamente por isso não destrói mas, ao contrário, cria a verdade do nosso ser, volta a criar o nosso coração. E assim, realmente vivos pela graça do fogo do Espírito Santo, do amor de Deus, somos adoradores em espírito e em verdade. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 22 de Junho de 2011

O homem em oração (7) - O povo de Deus que reza: os Salmos

Queridos irmãos e irmãs

Nas catequeses precedentes, refletimos sobre algumas figuras do Antigo Testamento particularmente significativas para a nossa meditação sobre a oração. Falei a respeito de Abraão, que intercede pelas cidades estrangeiras; acerca de Jacó, que na luta noturna recebe a bênção; de Moisés, que invoca o perdão para o seu povo; e sobre Elias, que reza pela conversão de Israel. Com a catequese de hoje, gostaria de começar um novo trecho do percurso: em vez de comentar episódios particulares de personagens em oração, entraremos no «livro de oração» por excelência, o livro dos Salmos. Nas próximas catequeses leremos e meditaremos sobre alguns dos Salmos mais bonitos e mais queridos à tradição orante da Igreja. Hoje, gostaria de os introduzir, falando sobre o livro dos Salmos no seu conjunto.

O Saltério apresenta-se como um «formulário» de orações, uma coletânea de cento e cinquenta Salmos, que a tradição bíblica oferece ao povo dos fiéis para que se tornem a sua, a nossa oração, o nosso modo de nos dirigirmos a Deus e de nos relacionarmos com Ele. Neste livro, encontra expressão toda a experiência humana, com os seus múltiplos aspectos, bem como toda a gama de sentimentos que acompanham a existência do homem. Nos Salmos entrelaçam-se e exprimem-se alegria e sofrimento, desejo de Deus e percepção da própria indignidade, felicidade e sentido de abandono, confiança em Deus e solidão dolorosa, plenitude de vida e medo de morrer. Toda a realidade do crente conflui nestas orações, que primeiro o povo de Israel e depois a Igreja assumiram como mediação privilegiada da relação com o único Deus e resposta adequada ao seu revelar-se na história. Enquanto orações, os Salmos constituem manifestações da alma e da fé, em que todos se podem reconhecer e nos quais se comunica aquela experiência de particular proximidade de Deus, à qual cada homem é chamado. E é toda a complexidade do existir humano que se concentra na complexidade das diversas formas literárias dos vários Salmos: hinos, lamentações, súplicas individuais e comunitárias, cânticos de ação de graças, Salmos sapienciais e outros gêneros que se podem encontrar nestas composições poéticas.

Não obstante esta multiplicidade expressiva, podem ser identificados dois grandes âmbitos que resumem a oração do Saltério: a súplica, ligada à lamentação, e o louvor, duas dimensões ligadas entre si e quase inseparáveis. Porque a súplica é animada pela certeza de que Deus responderá, e de que isto abre ao louvor e à ação de graças; e porque o louvor e a ação de gra-

ças brotam da experiência de uma salvação recebida, que supõe uma necessidade de ajuda que a súplica exprime.

Na súplica, o orante lamenta-se e descreve a sua situação de angústia, de perigo e de desolação, ou então, como nos Salmos penitenciais, confessa a culpa, o pecado, pedindo para ser perdoado. Ele expõe ao Senhor o seu estado de espírito na confiança de ser ouvido, e isto implica um reconhecimento de Deus como bom, desejoso do bem e «amante da vida» (cf. Sb 11, 26), pronto a ajudar, salvar e perdoar. Por exemplo, assim reza o Salmista, no Salmo 31: «Junto de vós, Senhor, refugio-me. Que eu não seja confundido para sempre [...] Vós livrar-me-eis das ciladas que me armaram, porque sois a minha defesa» (vv. 2.5). Por conseguinte, já na lamentação pode sobressair algo do louvor, que se preanuncia na esperança da intervenção divina e que em seguida se faz explícita, quando a salvação divina se torna realidade. De maneira análoga, nos Salmos de ação de graça e de louvor, fazendo memória do dom recebido contemplando a grandeza da misericórdia de Deus, reconhece-se também a própria insignificância e a necessidade de ser salvo, que se encontra na base da súplica. Confessa-se assim a Deus a própria condição de criatura, inevitavelmente caracterizada pela morte, e no entanto portadora de um desejo radical de vida. Por isso o Salmista exclama, no Salmo 86: «Louvar-vos-ei de todo o coração, Senhor meu Deus, e glorificarei o vosso nome eternamente. Porque a vossa misericórdia foi grande para comigo, e tirastes a minha alma das profundezas da região dos mortos» (vv. 12-13). De tal modo, na oração dos Salmos, súplica e louvor entrelaçam-se e fundam-se num único cântico que celebra a graça eterna do Senhor que se debruça sobre a nossa fragilidade.

Precisamente para permitir que o povo dos fiéis se una a este cântico, o livro do Saltério foi concedido a Israel e à Igreja. Com efeito, os Salmos ensinam a rezar. Neles, a Palavra de Deus transforma-se em palavra de oração — e são as palavras do Salmista inspirado — que se torna também palavra do orante que recita os Salmos. Estas são a beleza e a particularidade deste livro bíblico: as preces nele contidas, diversamente de outras orações que encontramos na Sagrada Escritura, não estão inseridas numa trama narrativa que especifica o seu sentido e a sua função. Os Salmos são dados ao fiel precisamente como texto de oração, que tem como única finalidade tornar-se a oração daqueles que os assumem e com eles se dirigem a Deus. Dado que são uma Palavra de Deus, quem recita os Salmos fala a Deus com as palavras que o próprio Deus nos concedeu, dirige-se a Ele com as palavras que Ele mesmo nos doa. Deste modo, recitando os Salmos aprendemos a rezar. Eles constituem uma escola de oração.

Algo de análogo acontece quando a criança começa a falar, ou seja, a expressar as próprias sensações, emoções e necessidades, com palavras que não lhe pertencem de modo inato, mas

que ele aprende dos seus pais e de que vive ao seu redor. Aquilo que a criança quer manifestar é a sua própria vivência, mas o instrumento expressivo pertence a outros; e ele apropria-se do mesmo gradualmente, as palavras recebidas dos pais tornam-se as suas palavras e através destas palavras aprende também um modo de pensar e de sentir, acede a um inteiro mundo de conceitos, e nele cresce, relaciona-se com a realidade, com os homens e com Deus. Finalmente, a língua dos seus pais tornou-se a sua língua, ele fala com palavras recebidas de outros, que já se tornaram as suas palavras. Assim acontece com a oração dos Salmos. Eles são-nos doados para que aprendamos a dirigir-nos a Deus, a comunicarmos com Ele, a falar-lhe de nós com as suas palavras, a encontrar uma linguagem para o encontro com Deus. E, através de tais palavras, será possível também conhecer e aceitar os critérios do seu agir, aproximar-se ao mistério dos seus pensamentos e dos seus caminhos (cf. Is 55, 8-9), de maneira a crescer cada vez mais na fé e no amor. Do mesmo modo como as nossas palavras não são apenas palavras, mas ensinam-nos um mundo real e conceitual, assim também estas preces nos ensinam o Coração de Deus, pelo que não só podemos falar com Deus, mas podemos aprender quem é Deus e, aprendendo a falar com Ele, aprendemos como ser homens, como sermos nós mesmos.

A este propósito, parece significativo o título que a tradição judaica conferiu ao Saltério. Ele chama-se *tehillîm*, um termo hebraico que quer dizer «louvores», tirada daquela raiz verbal que encontramos na expressão «*Halleluyah*», isto é, literalmente: «Louvai o Senhor». Por conseguinte, este livro de orações, não obstante seja tão multiforme e complexo, com os seus diversos gêneros literários e com a sua articulação entre louvor e súplica, é em última análise um livro de louvores, que ensina a dar graças, a celebrar a grandeza do dom de Deus, a reconhecer a beleza das suas obras e a glorificar o seu Nome santo. Esta é a resposta mais adequada diante do manifestar-se do Senhor e da experiência da sua bondade. Ensinando-nos a rezar, os Salmos ensinam-nos que também na desolação, inclusive na dor, a presença de Deus é uma fonte de maravilha e de consolação; pode-se chorar, suplicar, interceder e lamentar-se, mas com a consciência de que estamos a caminhar rumo à luz, onde o louvor poderá ser definitivo. Como nos ensina o Salmo 36: «Em vós está a fonte da vida, e é na vossa luz que vemos a luz!» (Sl 36, 10).

Mas além deste título geral do livro, a tradição judaica atribuiu a muitos Salmos alguns títulos específicos, conferindo-os em grande maioria ao rei Davi. Figura de notável importância humana e teológica, Davi é uma personagem complexa, que atravessou as mais diversificadas experiências fundamentais do viver. Jovem pastor do rebanho paterno, passando pelas vicissitudes alternadas e por vezes dramáticas, torna-se rei de Israel, pastor do povo de Deus. Ho-

mem de paz, combateu muitas guerras; incansável e tenaz investigador de Deus, traiu o seu Amor, e isto é característico: permaneceu sempre investigador de Deus, não obstante tenha pecado muitas vezes gravemente; penitente humilde, recebeu o perdão divino, mas também a pena divina, e aceitou um destino marcado pela dor. Assim, Davi foi um rei, com todas as suas debilidades, «segundo o Coração de Deus» (cf. 1 Sm 13, 14), ou seja, um orante apaixonado, um homem que sabia o que quer dizer suplicar e louvar. Por conseguinte, a ligação dos Salmos a este insigne rei de Israel é importante, porque ele é uma figura messiânica, Ungido do Senhor, no qual é de certa maneira ofuscado o mistério de Cristo.

Igualmente importantes e significativos são o modo e a frequência com que as palavras dos Salmos são retomadas pelo Novo Testamento, assumindo e sublinhando aquele valor profético sugerido pela ligação do Saltério à figura messiânica de Davi. No Senhor Jesus, que na sua vida terrena recitou com os Salmos, eles encontram o seu cumprimento definitivo e revelam o seu sentido mais pleno e profundo. As orações do Saltério, com as quais se fala a Deus, falam-nos dele, falam-nos do Filho, imagem do Deus invisível (cf. Cl 1, 15), que nos revela completamente o Rosto do Pai. Portanto o cristão, recitando os Salmos, reza o Pai em Cristo e com Cristo, assumindo aqueles cânticos numa nova perspectiva, que tem no mistério pascal a sua última chave interpretativa. O horizonte do orante abre-se assim a realidades inesperadas, e cada Salmo adquire uma nova luz em Jesus Cristo, e o Saltério pode resplandecer em toda a sua riqueza infinita.

Caríssimos irmãos e irmãs, tomemos portanto na nossa mão este livro santo, deixemo-nos ensinar por Deus a dirigir-nos a Ele, façamos do Saltério uma guia que nos ajude e nos acompanhe quotidianamente no caminho da oração. E perguntemos também nós, como os discípulos de Jesus: «Senhor, ensinai-nos a rezar!» (Lc 11, 1), abrindo o coração para receber a oração do Mestre, em que todas as preces hão-de chegar ao seu cumprimento. Deste modo, tornando-nos filhos no Filho, poderemos falar a Deus, chamando-lhe «Pai Nosso». Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Castel Gandolfo Quarta-feira, 3 de Agosto de 2011

O homem em oração (8) - A leitura da Bíblia, alimento para o espírito

Estimados irmãos e irmãs!

Estou muito feliz por vos encontrar aqui na praça em Castel Gandolfo e por retomar as audiências, interrompidas no mês de Julho. Gostaria de continuar o tema ao qual tínhamos dado início, ou seja, uma «escola de oração», e também hoje, de uma maneira um pouco diversificada, sem me afastar desta temática, referir-me a alguns aspectos de índole espiritual e concreta, que parecem úteis não apenas para quem vive — numa região do mundo — a temporada das férias de Verão, como nós, mas inclusive para todos aqueles que estão comprometidos no trabalho diário.

Quando temos um momento de pausa nas nossas atividades, de modo especial durante as férias, muitas vezes pegamos num livro, que desejamos ler. É precisamente este o primeiro aspecto, sobre o qual hoje gostaria de meditar. Cada um de nós tem necessidade de momentos e de espaços de recolhimento, de meditação e de calma... Graças a Deus é assim! Com efeito, esta exigência diz-nos que não fomos feitos apenas para trabalhar, mas também para pensar, ponderar, ou simplesmente para acompanhar com a mente e o coração uma narração, uma história com a qual nos identificarmos, num certo sentido, «perder-nos», para depois nos encontrarmos enriquecidos.

Naturalmente, muitos destes livros de leitura, que temos nas nossas mãos durante as férias, são sobretudo de evasão, e isto é normal. Todavia, várias pessoas, especialmente se podem contar com espaços de pausa e de descanso mais prolongados, dedicam-se à leitura de algo mais comprometedor. Então, gostaria de lançar uma proposta: por que deixar de descobrir alguns livros da Bíblia, que normalmente não são conhecidos? Ou dos quais, talvez, ouvimos alguns trechos durante a Liturgia, mas que nunca lemos na íntegra? Com efeito, muitos cristãos já não lêem a Bíblia, e têm um seu conhecimento muito limitado e superficial. A Bíblia — como diz o nome — é uma coletânea de livros, uma pequena «biblioteca», nascida ao longo de um milênio. Alguns destes «livrinhos» que a compõem permanecem quase desconhecidos para a maior parte das pessoas, inclusive de bons cristãos. Alguns são muito breves, como o Livro de Tobias, uma narração que contém um sentido muito elevado da família e do matrimônio; ou o Livro de Ester, em que a rainha judia, com a fé e a oração, salva o seu povo do extermínio; ou ainda mais breve, o Livro de Rute, uma estrangeira que conhece Deus e experimenta a sua Providência. Estes pequenos livros podem ser lidos inteiramente numa hora. Mais exigentes, e autênticas obras primas, são o Livro de Jó, que enfrenta o grande problema

da dor inocente; o *Qoelet*, que impressiona pela modernidade desconcertante com que põe em discussão o sentido da vida e do mundo; o Cântico dos Cânticos, maravilhoso poema simbólico do amor humano. Come vedes, são todos livros do Antigo Testamento. E o Novo? Sem dúvida, o Novo Testamento é mais conhecido, e os seus gêneros literários são menos diversificados. Porém, a beleza da leitura integral do Evangelho deve ser descoberta, assim como recomendo os Atos dos Apóstolos, ou uma das Cartas.

Caros amigos, para concluir, hoje gostaria de sugerir que conserveis ao vosso alcance, durante a temporada de Verão, ou nos momentos de pausa, a Bíblia Sagrada, para a saborear de modo novo, lendo inteiramente alguns dos seus livros, aqueles menos conhecidos e também os mais famosos, como os Evangelhos, mas numa leitura contínua. Assim, os momentos de descanso podem tornar-se, além de um enriquecimento cultural, inclusive um alimento para o espírito, capaz de nutrir o conhecimento de Deus e o diálogo com Ele, a oração. E esta parece ser uma bonita ocupação para as férias: pegar num livro da Bíblia, gozar assim de um pouco de descanso e, ao mesmo tempo, entrar no grande espaço da Palavra de Deus e aprofundar o nosso contato com o Eterno, precisamente como finalidade do tempo livre que o Senhor nos concede.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Castel Gandolfo Quarta-feira, 10 de Agosto de 2011

O homem em oração (9) - Os "oásis" do espírito

Estimados irmãos e irmãs!

Em cada época, homens e mulheres que consagraram a sua vida a Deus na oração — como os monges e as monjas — estabeleceram as suas comunidades em lugares particularmente lindos, nos campos, nas colinas, nos vales montanheses, às margens dos lagos ou do mar, ou até mesmo em pequenas ilhas. Estes lugares unem dois elementos muito importantes para a vida contemplativa: a beleza da criação, que remete à do Criador, e o silêncio, garantido pela distância em relação às cidades e às grandes vias de comunicação. O silêncio constitui a condição ambiental que melhor favorece o recolhimento, a escuta de Deus, a meditação. Já o próprio fato de nos deleitarmos com o silêncio, de nos deixarmos por assim dizer «cumular» do silêncio, predispõe-nos para a oração. O grande profeta Elias, no monte Horeb — ou seja, o Sinai — assistiu a um redemoinho, depois a um tremor de terra e finalmente a clarões de fogo, mas não reconheceu neles a voz de Deus; no entanto, reconheceu-a numa brisa ligeira (cf. 1 Rs 19, 1113). Deus fala no silêncio, mas é preciso saber ouvi-lo. Por isso, os mosteiros são um oásis em que Deus fala à humanidade; e neles encontra-se o claustro, lugar simbólico, porque é um espaço fechado, mas aberto para o céu.

Caros amigos, amanhã celebraremos a memória de Santa Clara de Assis. Por isso, apraz-me recordar um destes «oásis» do espírito particularmente queridos à família franciscana e a todos os cristãos: o pequeno convento de São Damião, situado um pouco abaixo da cidade de Assis, no meio dos olivais que descem gradualmente rumo a Santa Maria dos Anjos. Ao pé daquela igrejinha, que Francisco restaurou depois da sua conversão, Clara e as primeiras companheiras estabeleceram a sua comunidade, vivendo de oração e de pequenos trabalhos. Chamavam-se «Irmãs Pobres», e a sua «forma de vida» era a mesma dos Frades Menores: «Observar o santo Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo» (Regra de Santa Clara, I, 2), conservando a união da caridade recíproca (cf. ibid., X, 7) e observando em particular a pobreza e a humildade vividas por Jesus e pela sua santíssima Mãe (cf. ibid., XII, 13).

O silêncio e a beleza do lugar em que vive a comunidade monástica — beleza simples e austera — constituem como que um reflexo da harmonia espiritual que a própria comunidade procura realizar. O mundo está constelado de tais oásis do espírito, alguns muito antigos, particularmente na Europa, outros mais recentes e outros ainda restaurados por novas comunidades. Olhando a realidade numa perspectiva espiritual, estes lugares do espírito são estruturas importantes do mundo! E não é por acaso que muitas pessoas, especialmente nos períodos de

pausa, visitam estes lugares, transcorrendo ali alguns dias: graças a Deus, também a alma tem as suas exigências!

Portanto, recordemos Santa Clara. Mas lembremos também outras figuras de Santos que nos evocam a importância de dirigir o olhar para as «coisas do céu», como Santa Edith Stein, Teresa Benedita da Cruz, co-Padroeira da Europa, celebrada ontem. E hoje, 10 de Agosto, não podemos esquecer São Lourenço, diácono e mártir, com especiais bons votos aos romanos, que desde sempre o veneram como um dos seus padroeiros. Agora, dirijamo-nos à Virgem Maria, para que nos ensine a amar o silêncio e a oração.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Castel Gandolfo Quarta-feira, 17 de Agosto de 2011

O homem em oração (10) - A meditação

Amados irmãos e irmãs

Ainda estamos na luz da solenidade da Assunção, que — como eu disse — é uma Festa da esperança. Maria chegou ao Paraíso e este é o nosso destino: todos podemos chegar ao Paraíso. A questão é: como. Maria conseguiu; Ela — reza o Evangelho — é «Aquela que acreditou que se haviam de cumprir as coisas que o Senhor lhe disse» (cf. Lc 1, 45). Portanto Maria acreditou, confiou em Deus, entrou com a sua vontade naquela do Senhor e assim pôs-se precisamente na via diretíssima, no caminho rumo ao Paraíso. Crer, confiar no Senhor, entrar na sua vontade: este é o rumo essencial.

Hoje não gostaria de falar sobre todo este caminho da fé, mas só sobre um pequeno aspecto da vida de oração, que é a vida do contato com Deus, ou seja, sobre a meditação. E o que é meditação? Quer dizer «fazer memória» do que Deus fez e não esquecer os seus numerosos benefícios (cf. Sl 103, 2b). Muitas vezes vemos só as coisas negativas; temos que conservar na nossa memória também as coisas positivas, os dons que Deus nos concedeu, prestar atenção aos sinais positivos que vêm de Deus e fazer memória dos mesmos. Portanto, falamos de um tipo de prece que na tradição cristã é chamada «oração mental». Em geral conhecemos a oração com palavras, naturalmente também a mente e o coração devem estar presentes nesta oração, mas falemos hoje de uma meditação que não é de palavras, mas um contato da nossa mente com o coração de Deus. E aqui Maria é um modelo muito real. O evangelista Lucas repete várias vezes que Maria «conservava todas estas palavras, meditando-as no seu coração» (2, 19; cf. 2, 51b). Guardiã que não esquece, Ela está atenta a tudo o que o Senhor lhe disse e fez, e medita, isto é, entra em contato com várias realidades, aprofundando-as no seu coração.

Portanto, Aquela que «acreditou» no anúncio do Anjo fez-se instrumento para que a Palavra eterna do Altíssimo pudesse encarnar, e acolheu também no seu coração o prodígio admirável daquele nascimento humano-divino, meditou-o, ponderou com a reflexão sobre o que Deus realizava nela, para acolher a vontade divina na sua vida e para lhe corresponder. O mistério da encarnação do Filho de Deus e da maternidade de Maria é tão grande que exige um processo de interiorização, e não é só algo de físico que Deus realiza nela, mas algo que requer uma interiorização da parte de Maria, que procura aprofundar a sua compreensão, interpretar o seu sentido e entender as suas influências e implicações. Assim, dia após dia, no silêncio da vida diária, Maria continuou a conservar no seu coração os sucessivos eventos admiráveis dos

quais foi testemunha, até à prova extrema da Cruz e à alegria da Ressurreição. Maria viveu plenamente a sua existência, os seus deveres quotidianos, a sua missão de Mãe, mas soube manter em si um espaço interior para meditar sobre a palavras e a vontade de Deus, sobre o que se realizava nela, sobre os mistérios da vida do seu Filho.

No nosso tempo vivemos absorvidos por numerosas atividades e compromissos, preocupações e problemas; muitas vezes tendemos a preencher todos os espaços do dia, sem ter um momento para parar, meditar e alimentar a vida espiritual, o contato com Deus. Maria ensina-nos como é necessário encontrar nos nossos dias, com todas as atividades, momentos para nos recolhermos em silêncio e meditar sobre aquilo que o Senhor nos quer ensinar, sobre o modo como está presente e age no mundo e na nossa vida: sermos capazes de parar um momento e de meditar. Santo Agostinho compara a meditação sobre os mistérios de Deus com a assimilação do alimento, e usa um verbo que se repete em toda a tradição cristã: «ruminar»; isto é, os mistérios de Deus devem ressoar continuamente em nós mesmos, para que se tornem familiares, orientem a nossa vida e nos nutram, como acontece com o alimento necessário para nos sustentarmos. E são Boaventura, referindo-se às palavras da Sagrada Escritura, diz que «devem ser sempre ruminadas para poderem ser fixadas com aplicação ardente do espírito» (Coll. In Hex, ed. Quaracchi 1934, p. 218). Portanto, meditar quer dizer criar em nós uma situação de recolhimento, de silêncio interior para ponderar, assimilar os mistérios da nossa fé e de quanto Deus realiza em nós; e não só sobre as coisas que vão e vêm. Podemos fazer esta «ruminação» de vários modos, lendo por exemplo um breve trecho da Sagrada Escritura, sobretudo os Evangelhos, os Atos dos Apóstolos, as Cartas dos Apóstolos, ou então uma página de um autor de espiritualidade que nos aproxima e torna mais presentes as realidades de Deus no nosso hoje, talvez deixando-nos também aconselhar pelo confessor ou pelo diretor espiritual, ler e meditar sobre o que lemos, ruminando sobre isto, procurando compreendê-lo, entender o que me comunica, o que me diz hoje, abrir a nossa alma àquilo que o Senhor nos quer dizer e ensinar. Também o Santo Rosário é uma prece de meditação: repetindo a Ave-Maria somos convidados a repensar e meditar sobre o Mistério que proclamamos. Mas podemos meditar inclusive sobre alguma experiência espiritual intensa, sobre palavras que nos ficaram gravadas mediante a participação na Eucaristia dominical. Então, vede, há muitos modos de meditar e assim de entrar em contato com Deus e de nos aproximarmos de Deus e, desta forma, de estar a caminho do Paraíso.

Caros amigos, a constância ao reservar o próprio tempo a Deus é um elemento fundamental para o crescimento espiritual; é o próprio Senhor que nos infundirá o gosto pelos seus mistérios, suas palavras, sua presença e ação, sentindo como é bom quando Deus fala conosco; far-

nos-á compreender de modo mais profundo o que deseja de nós. No final, é mesmo esta a finalidade da meditação: entregar-nos cada vez mais nas mãos de Deus, com confiança e amor, certos de que só no cumprimento da sua vontade seremos enfim verdadeiramente felizes.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Castel Gandolfo Quarta-feira, 24 de Agosto de 2011

Viagem Apostólica a Madri

Estimados irmãos e irmãs

Hoje gostaria de voltar brevemente com o pensamento e com o coração aos extraordinários dias transcorridos em Madrid para a XXVI Jornada Mundial da Juventude. Tratou-se — como sabeis — de um acontecimento eclesial emocionante; cerca de dois milhões de jovens de todos os Continentes viveram, com alegria, uma formidável experiência de fraternidade, de encontro com o Senhor, de partilha e de crescimento na fé; uma verdadeira cascata de luz. Dou graças a Deus por este dom precioso, que infunde esperança para o futuro da Igreja: jovens com o desejo decidido e sincero de arraigar a sua vida em Cristo, permanecer firmes na fé e caminhar juntos na Igreja. Dirijo o meu agradecimento a quantos trabalharam generosamente por esta Jornada: ao Cardeal Arcebispo de Madrid, aos seus Auxiliares, aos demais Bispos da Espanha e de outras regiões do mundo, ao Pontifício Conselho para os Leigos, aos sacerdotes, religiosos, religiosas e leigos. Renovo o meu reconhecimento às Autoridades espanholas, às instituições e associações, aos voluntários e a quantos ofereceram o apoio da oração. Não posso esquecer a calorosa hospitalidade que recebi de Suas Majestades o Rei e a Rainha da Espanha, assim como da parte de todo o país.

Naturalmente, com poucas palavras não posso descrever os momentos tão intensos que vivemos juntos. Conservo na minha mente o entusiasmo irresistível com que os jovens me receberam, no primeiro dia na Plaza de Cibeles, as suas palavras ricas de expectativas, o seu vigoroso desejo de se orientar para a verdade mais profunda e de se arraigar naquela verdade que Deus nos concedeu conhecer em Cristo. No imponente Mosteiro de El Escorial, rico de história, de espiritualidade e de cultura, encontrei-me com as jovens religiosas e os jovens professores universitários. Às primeiras, às jovens religiosas, recordei a beleza da sua vocação vivida com fidelidade, e a importância do seu serviço apostólico e do seu testemunho profético. E permanece gravada em mim a impressão do seu entusiasmo, de uma fé jovem e cheia de coragem para o futuro, de vontade de servir a humanidade deste modo. Aos docentes recordei que são verdadeiros formadores das novas gerações, guiando-as na busca da verdade não só com as palavras, mas com a vida, conscientes de que a Verdade é o próprio Cristo. Encontrando Cristo, encontramos a verdade. À noite, na celebração da Via-Sacra, uma multidão variegada de jovens voltou a viver com intensa participação as cenas da paixão e morte de Cristo: a cruz de Cristo oferece muito mais do que exige, oferece tudo, porque nos conduz para Deus.

No dia seguinte, a Santa Missa na Catedral de la Almudena, em Madrid, com os seminaristas: jovens que querem alicerçar-se em Cristo para O tornar presente no futuro como seus ministros. Faço votos a fim de que aumentem as vocações ao sacerdócio! Entre os presentes havia várias pessoas que já tinham ouvido o apelo do Senhor nas precedentes Jornadas Mundiais da Juventude; estou certo de que em Madrid o Senhor bateu à porta do coração de muitos jovens, para que O sigam com generosidade no ministério presbiteral ou na vida religiosa. A visita a um Centro para os jovens portadores de deficiência levou-me a ver o grande respeito e amor que se têm pelas pessoas individualmente e ofereceu-me a ocasião para agradecer aos milhares de voluntários que, silenciosamente, dão testemunho do Evangelho da caridade e da vida. A Vigília de Oração no final do dia e a grande Celebração eucarística de encerramento do dia seguinte foram dois momentos muito intensos: À noite, uma multidão de jovens em festa, sem se deixar amedrontar pela chuva e pelo vento, permaneceu em adoração silenciosa de Cristo presente na Eucaristia, para O louvar, para lhe dar graças e para lhe pedir ajuda e luz; e depois, no domingo, os jovens manifestaram a sua exuberância e a sua alegria por celebrar o Senhor na Palavra e na Eucaristia, para se inserir cada vez mais n'Ele e revigorar a sua fé e vida cristã. Num clima de entusiasmo encontrei-me no final com os voluntários aos quais agradeci a sua generosidade, e com a cerimónia de despedida deixei o país trazendo no coração estes dias como um grandioso dom.

Caros amigos, o encontro de Madrid foi antes de tudo uma maravilhosa manifestação de fé para a Espanha e para o mundo. Para a multidão de jovens, provenientes de todos os recantos da terra, foi uma ocasião especial para meditar, dialogar, trocar experiências positivas e, principalmente, para rezar juntos e renovar o compromisso de arraigar a própria vida em Cristo, Amigo fiel. Estou convicto de que eles voltaram e voltam para casa com o propósito firme de ser fermento na massa, levando a esperança que nasce da fé. Quanto a mim, continuo a acompanhá-los com a oração, a fim de que permaneçam fiéis aos compromissos assumidos. Confio os frutos desta Jornada à intercessão materna de Maria. E agora desejo anunciar os temas das próximas Jornadas Mundiais da Juventude. A do próximo ano, que se realizará nas Dioceses individualmente, terá como lema: «Alegrai-vos sempre no Senhor!», tirado da Carta aos Filipenses (4, 4); enquanto na Jornada Mundial da Juventude de 2013, no Rio de Janeiro, o lema será o mandato de Jesus: «Ide e fazei discípulos entre todas as nações!» (Mt 28, 19). Desde já confio à oração de todos a preparação destes encontros muito importantes. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Castel Gandolfo Quarta-feira, 31 de Agosto de 2011

Arte e oração

Estimados irmãos e irmãs

Ao longo deste período, evoquei várias vezes a necessidade de que cada cristão encontre tempo para Deus, para a oração, no meio das numerosas ocupações dos nossos dias. O próprio Senhor oferece-nos muitas oportunidades para nos recordarmos dele. Hoje, gostaria de meditar brevemente sobre um daqueles canais que nos podem conduzir a Deus e servir também de ajuda no encontro com Ele: trata-se do caminho das expressões artísticas, que faz parte daquela «*via pulchritudinis*» — «caminho da beleza» — da qual já falei diversas vezes e que o homem contemporâneo deveria recuperar no seu significado mais profundo.

Talvez vos tenha acontecido algumas vezes, diante de uma escultura, de um quadro, de certos versos de uma poesia ou de uma peça musical, sentir uma emoção íntima, ter uma sensação de alegria, ou seja, sentir claramente que diante de vós não havia apenas matéria, um pedaço de mármore ou de bronze, uma tela pintada, um conjunto de letras ou um cúmulo de sons, mas algo maior, algo que «fala», capaz de sensibilizar o coração, de comunicar uma mensagem e de elevar a alma. Uma obra de arte é fruto da capacidade criativa do ser humano, que se interroga diante da realidade visível, procura descobrir o seu sentido profundo e comunicá-lo através da linguagem, das formas, das cores e dos sons. A arte é capaz de expressar e de tornar visível a necessidade que o homem tem de ir além daquilo que se vê, pois manifesta a sede e a busca do infinito. Aliás, é como uma porta aberta para o infinito, para uma beleza e para uma verdade que vão mais além da vida quotidiana. E uma obra de arte pode abrir os olhos da mente e do coração, impelindo-nos rumo ao alto.

Mas existem expressões artísticas que constituem verdadeiros caminhos que conduzem a Deus, à Beleza suprema, aliás, são uma ajuda a crescer na relação com Ele, na oração. Trata-se das obras que nascem da fé e que expressam a fé. Podemos ter um exemplo, quando visitamos uma catedral gótica: sentimo-nos arrebatados pelas linhas verticais que se perfilam rumo ao céu e atraem para o alto o nosso olhar e o nosso espírito enquanto, ao mesmo tempo, nos sentimos pequenos, e no entanto desejosos de plenitude... Ou então quando entramos numa igreja românica: somos convidados de modo espontâneo ao recolhimento e à oração. Compreendemos que nestes edifícios maravilhosos está como que encerrada a fé de gerações. Ou ainda, quando ouvimos uma peça de música sacra, que faz vibrar as cordas do nosso coração, a nossa alma é como que dilatada e ajudada a dirigir-se a Deus. Volta-me ao pensamento um concerto de músicas de Johann Sebastian Bach, em Munique da Baviera, dirigido por Le-

onard Bernstein. No final da última peça, uma das Cantatas, senti, não por raciocínio mas no profundo do coração, que quanto eu ouvira me tinha transmitido a verdade, a verdade do sumo compositor, impelindo-me a dar graças a Deus. Ao meu lado estava o bispo luterano de Munique e, espontaneamente, eu disse-lhe: «Ouvindo isto, compreende-se: é verdadeiro; são verdadeiras a fé tão forte, e a beleza que a presença da verdade de Deus exprime de maneira irresistível». Mas quantas vezes quadros ou afrescos, fruto da fé do artista, nas suas formas, nas suas cores e na sua luz, nos impelem a dirigir o pensamento para Deus e fazem aumentar em nós o desejo de beber na fonte de toda a beleza. Permanece profundamente verdadeiro aquilo que foi escrito por um grande artista, Marc Chagall, ou seja, que durante séculos os pintores molharam o seu pincel naquele alfabeto colorido que é a Bíblia. Então, quantas vezes as expressões artísticas podem ser ocasiões para nos recordarmos de Deus, para nos ajudar na nossa oração ou também na conversão do coração! Paul Claudel, dramaturgo e diplomata francês, poeta famoso na Basílica de Notre Dame em Paris, em 1886, precisamente ouvindo o canto do Magnificat durante a Missa de Natal, sentiu a presença de Deus. Não tinha entrado na igreja por motivos de fé, mas precisamente para procurar argumentos contra os cristãos e, no entanto, a graça de Deus agiu no seu coração.

Queridos amigos, convido-vos a redescobrir a importância deste caminho também para a oração, para a nossa relação viva com Deus. As cidades e os povoados do mundo inteiro encerram tesouros de arte que exprimem a fé e nos exortam à relação com Deus. Então, a visita aos lugares de arte não seja apenas uma ocasião de enriquecimento cultural — também isto — mas possa tornar-se sobretudo um momento de graça, de estímulo para refortalecer o nosso vínculo e o nosso diálogo com o Senhor, para nos determos a contemplar — na passagem da simples realidade exterior para a realidade mais profunda que exprime — o raio de beleza que nos atinge, que quase nos «fere» no íntimo e nos convida a elevar-nos rumo a Deus. Termino com a oração de um Salmo, o Salmo 27: «Uma só coisa pedi ao Senhor, e desejo-a ardentemente: poder habitar na casa do Senhor todos os dias da minha vida, contemplando a beleza do Senhor e orando no seu templo» (v. 4). Esperemos que o Senhor nos ajude a contemplar a sua beleza, tanto na natureza como nas obras de arte, assim como a sermos sensibilizados pela luz da sua face, a fim de que também nós possamos ser luzes para o nosso próximo. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 7 de Setembro de 2011

"Levanta-te, Senhor, Salva-me!"

Estimados irmãos e irmãs

Retomemos hoje as audiências na praça de São Pedro e, na «escola da oração» que vivemos juntos nestas Catequeses de quarta-feira, gostaria de começar a meditar sobre alguns Salmos que, como eu dizia no passado mês de Junho, constituem o «livro de oração» por excelência. O primeiro Salmo sobre o qual medito é de lamentação e de súplica, imbuído de profunda confiança, no qual a certeza da presença de Deus funda a prece que brota de uma condição de extrema dificuldade em que se encontra o orante. Trata-se do Salmo 3, referido pela tradição judaica a Davi no momento em que foge do filho Absalão (cf. v. 1): é um dos episódios mais dramáticos e duros na vida do rei, quando o seu filho usurpa o seu trono régio e o obriga a deixar Jerusalém para salvar a própria vida (cf. 2 Sm 15 ss.). Portanto, a situação de perigo e de angústia experimentada por Davi serve de base para esta prece e ajuda a compreendê-la, apresentando-se como a situação típica em que tal Salmo pode ser recitado. No brado do Salmista, cada homem pode reconhecer os sentimentos de dor, de amargura e também de confiança em Deus que, segundo a narração bíblica, tinham acompanhado a fuga de Davi da sua cidade.

O Salmo começa com uma invocação ao Senhor:

«Senhor, quão numerosos são os meus adversários, quão numerosos os que se levantam contra mim! Muitos dizem a meu respeito: "Não há salvação para ele em Deus!"» (vv. 2-3).

Portanto, a descrição que o orante faz da sua situação é marcada por tons fortemente dramáticos. Repete-se três vezes a ideia de multidão — «numerosos», «muitos», «tantos» — que no texto original é dita com a mesma raiz hebraica, de modo a frisar ainda mais a enormidade do perigo, de forma repetitiva, quase martelante. Esta insistência sobre o número e a grandeza dos inimigos serve para expressar a percepção, da parte do Salmista, da desproporção absoluta existente entre ele e os seus perseguidores, uma desproporção que justifica e funda a urgência do seu pedido de ajuda: os opressores são muitos, prevalecem, enquanto o orante está sozinho e inerme, à mercê dos seus agressores. E no entanto, a primeira palavra que o Salmista pronuncia é «Senhor»; o seu grito começa com a invocação a Deus. Uma multidão incumbe e revolta-se contra ele, gerando um medo que amplia a ameaça, fazendo-a parecer ainda maior e mais terrificante; mas o orante não se deixa vencer por esta visão de morte, mantém firme a relação com o Deus da vida e antes de tudo dirige-se a Ele, em busca de ajuda. Mas os inimigos procuram também romper este vínculo com Deus e debilitar a fé da sua vítima. Eles insi-

nuam que o Senhor não pode intervir, afirmam que nem sequer Deus pode salvá-lo. Portanto, a agressão não é só física, mas diz respeito à dimensão espiritual: «O Senhor não pode salvá-lo» — dizem — o fulcro central da alma do Salmista deve ser agredido. É a extrema tentação à qual o crente é submetido, é a tentação de perder a fé, a confiança na proximidade de Deus. O justo supera a última prova, permanece firme na fé e na certeza da verdade e na plena confiança em Deus, e precisamente assim encontra a vida e a verdade. Parece-me que o Salmo nos toca muito pessoalmente: em muitos problemas somos tentados a pensar que talvez nem Deus me salve, não me conheça, talvez não seja capaz; a tentação contra a fé é a última agressão do inimigo, e a isto temos que resistir, pois só assim encontramos Deus e a vida.

Portanto, o orante do nosso Salmo é chamado a responder com a fé aos ataques dos ímpios: os inimigos — como eu disse — negam que Deus possa ajudá-lo, mas ele invoca-O, chama-O pelo nome, «Senhor», e depois dirige-se a Ele com um «tu» enfático, que exprime uma relação firme, sólida, e encerra em si a certeza da resposta divina:

«Mas Vós, Senhor, sois o meu escudo, sois a minha glória! Sois Vós quem levantais o meu poder. Com a minha voz invoco o Senhor e Ele responde-me da sua montanha santa» (vv. 4-5).

Agora, a visão dos inimigos desaparece, eles não venceram porque quem crê em Deus está convicto de que Deus é o seu amigo: só permanece o «Tu» de Deus, aos «muitos» opõe-se agora um só, mas muito maior e mais poderoso que numerosos adversários. O Senhor é ajuda, defesa, salvação; como escudo protege quem se confia a Ele, e faz-lhe levantar a cabeça, no gesto de triunfo e de vitória. O homem deixou de estar só, os inimigos não são invencíveis como pareciam, porque o Senhor ouve o clamor do oprimido e responde do lugar da sua presença, do seu monte santo. O homem clama na angústia, no perigo e na dor; o homem pede ajuda e Deus responde. Neste entrelaçar-se de clamor humano e resposta divina consiste a dialética da oração e a chave de leitura de toda a história da salvação. O clamor exprime a necessidade de ajuda e apela-se à fidelidade do outro; gritar quer dizer fazer um gesto de fé na proximidade e na disponibilidade à escuta de Deus. A oração expressa a certeza de uma presença divina já experimentada e acreditada, que na resposta salvífica de Deus se manifesta plenamente. Isto é relevante: que na nossa prece seja importante, presente, a certeza da presença de Deus. Assim o Salmista, que se sente cercado pela morte, confessa a sua fé no Deus da vida que, como escudo, o circunda com uma proteção invulnerável; quem pensava que já estava perdido pode erguer a cabeça, porque o Senhor o salva; o orante, ameaçado e desprezado, está na glória, porque Deus é a sua glória.

A resposta divina que ouve a prece oferece ao Salmista uma segurança total; terminou também o medo, e o clamor sossega na paz, numa profunda tranquilidade interior:
«Deito-me, adormeço e acordo, o Senhor é o meu sustentáculo. Não temo as grandes multidões colocadas contra mim» (vv. 6-7).
O orante, mesmo no meio do perigo e da batalha, pode adormecer tranquilo, numa atitude inequívoca de abandono confiante. Ao seu redor os adversários acampam-se, assediam-no, são muitos, levantam-se contra ele, desprezam-no e procuram derrubá-lo, mas ele deita-se e dorme tranquilo e sereno, certo da presença de Deus. E quando acorda, encontra Deus ainda ao seu lado, como guardião que não dorme (cf. Sl 121, 3-4), que o sustêm, pega-lhe na mão e nunca o abandona. O medo da morte é vencido pela presença daquele que não morre. E precisamente a noite, povoada por temores ancestrais, a noite dolorosa da solidão e da espera angustiante, agora transforma-se: o que evoca a morte torna-se presença do Eterno.
À visibilidade do assalto inimigo, maciço e imponente, opõe-se a presença invisível de Deus, com todo o seu poder invencível. E é a Ele que de novo o Salmista, depois das suas expressões de confiança, dirige a sua prece: «Levantai-vos, Senhor! Salvai-me, ó meu Deus!» (v. 8a). Os agressores «atacavam» (cf. v. 2) a sua vítima, mas quem se «elevará» é o Senhor», e fá-lo-á para os derrotar. Deus salvá-lo-á, respondendo ao seu grito. Por isso, o Salmo termina com a visão da libertação do perigo que mata e da tentação que pode fazer perecer. Depois do pedido dirigido ao Senhor, de se elevar para salvar, o orante descreve a vitória divina: os inimigos que, com a sua opressão injusta e cruel, são símbolo de tudo o que se opõe a Deus e ao seu plano de salvação, são derrotados. Atingidos na boca, já não poderão agredir com a sua violência destruidora, já não poderão insinuar o mal da dúvida na presença e na obra de Deus: o seu falar insensato e blasfemo é definitivamente desmentido e reduzido ao silêncio pela intervenção salvífica do Senhor (cf. v. 8bc). Assim o Salmista pode concluir a sua prece com uma frase com conotações litúrgicas que celebra, na gratidão e no louvor, o Deus da vida: «O Senhor tem a vitória. Desça a vossa bênção sobre o vosso povo» (v. 9).
Caros irmãos e irmãs, o Salmo 3 apresentou-nos uma súplica cheia de confiança e consolação. Recitando este Salmo, podemos fazer nossos os sentimentos do Salmista, figura do justo perseguido que encontra em Jesus o seu cumprimento. Na dor, no perigo, na amargura da incompreensão e da ofensa, as palavras do Salmo abrem o nosso coração à certeza confortadora da fé. Deus está sempre perto — mesmo nas dificuldades, nos problemas e nos contratempos da vida — ouve, responde e salva à sua maneira. Mas é preciso saber reconhecer a sua presença e aceitar os seus modos, como Davi na sua fuga humilhante do filho Absalão, como o justo perseguido do Livro da Sabedoria e, última e definitivamente, como o Senhor Jesus no Gólgota.

E quando, aos olhos dos ímpios, Deus parece não intervir e o Filho morre, é precisamente então que se manifesta, para todos os fiéis, a verdadeira glória e a realização definitiva da salvação. Que o Senhor nos conceda a fé, nos ajude na nossa debilidade e nos torne capazes de crer e de rezar em todas as angústias, nas noites dolorosas da dúvida e nos longos dias da dor, abandonando-nos com confiança a Ele, que é o nosso «escudo» e a nossa «glória». Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 14 de Setembro de 2011

"Meu Deus, meu Deus, por que me abandonastes?" Salmo 22, (21)

Queridos irmãos e irmãs,

Na catequese hodierna gostaria de meditar sobre um Salmo com fortes implicações cristológicas, que sobressai continuamente nas narrações da Paixão de Jesus, com a sua dúplice dimensão de humilhação e glória, de morte e vida. É o Salmo 22 segundo a tradição judaica, 21 segundo a tradição greco-latina, uma oração intensa e comovedora, de uma densidade humana e de uma riqueza teológica que fazem dele um dos Salmos mais recitados e estudados de todo o Saltério. Trata-se de uma longa composição poética, e meditaremos de modo particular sobre a sua primeira parte, centrada na lamentação, para aprofundar algumas dimensões significativas da oração de súplica a Deus.

Este Salmo apresenta a figura de um inocente perseguido e circundado de adversários que desejam a sua morte; e ele recorre a Deus numa lamentação dolorosa que, na certeza da fé, se abre misteriosamente ao louvor. Na sua oração, a realidade angustiante do presente e a memória consoladora do passado alternam-se, numa difícil tomada de consciência acerca da sua situação desesperada que, no entanto, não quer renunciar à esperança. O seu clamor inicial é um apelo dirigido a um Deus que parece distante, que não responde e parece tê-lo abandonado:

«Meu Deus, meu Deus, por que me abandonastes?
As palavras do meu clamor não são por Vós ouvidas.
Meu Deus, clamo de dia e não me respondeis;
imploro durante a noite, sem conseguir sossegar» (vv. 2-3).

Deus cala-se, e este silêncio dilacera a alma do orante, que chama incessantemente, mas sem encontrar uma resposta. Os dias e as noites sucedem-se, numa busca incansável de uma palavra, de uma ajuda que não chega; Deus parece tão distante, tão esquecido, tão ausente! A oração pede escuta e resposta, solicita um contato, procura uma relação que possa conferir conforto e salvação. Mas se Deus não responde, o grito de ajuda perde-se no vazio e a solidão torna-se insustentável. E no entanto o orante do nosso Salmo, no seu brado, chama três vezes o Senhor «meu» Deus, num extremo gesto de confiança e de fé. Não obstante qualquer aparência, o Salmista não pode acreditar que o vínculo com o Senhor se tenha interrompido totalmente; e enquanto pergunta o porquê do presumível abandono incompreensível, afirma que o «seu» Deus não o pode abandonar.

Como se sabe, o clamor inicial do Salmo, «Meu Deus, meu Deus, por que me abandonastes?», é citado pelos Evangelhos de Mateus e de Marcos como o grito lançado por Jesus agonizante na Cruz (cf. Mt 27, 46; Mc 15, 34). Ele manifesta toda a desolação do Messias, Filho de Deus, que enfrenta o drama da morte, uma realidade totalmente oposta ao Senhor da vida. Abandonado por quase todos os seus, atraiçoado e renegado pelos discípulos, circundado por quantos o insultam, Jesus encontra-se sob o peso esmagador de uma missão que deve passar pela humilhação e o aniquilamento. Por isso, clama ao Pai, e o seu sofrimento assume as palavras dolorosas do Salmo. Mas o seu grito não é desesperado, como 0 do Salmista, que na sua súplica percorre um caminho atormentado, mas que no final acaba numa perspectiva de l0uvor, na confiança da vitória divina. E dado que no uso hebraico citar o início de um Salmo implicava uma referência ao poema inteiro, a prece dilacerante de Jesus, embora mantenha a sua carga de sofrimento indizível, abre-se à certeza da glória. «Não tinha o Messias de sofrer estas coisas para entrar na sua glória?», dirá o Ressuscitado aos discípulos de Emaús (Lc 24, 26). Na sua paixão, em obediência ao Pai, o Senhor Jesus atravessa o abandono e a morte para alcançar a vida e para a doar a todos os fiéis.
A este brado inicial de súplica, no nosso Salmo 22, segue-se num contraste doloroso a recordação do passado:

«Em Vós confiaram os nossos pais,
confiaram, e Vós os livrastes;
a vós clamaram e foram salvos;
confiaram em Vós e não foram confundidos» (vv. 5-6).

Aquele Deus que hoje ao Salmista parece tão distante é, no entanto, o Senhor misericordioso que Israel sempre experimentou na sua história. O povo ao qual o orante pertence foi objeto do amor de Deus, e pode dar testemunho da sua fidelidade. A começar pelos Patriarcas, e depois no Egito e durante a longa peregrinação pelo deserto, na permanência na terra prometida em contato com populações agressivas e inimigas, até ao obscurecimento do exílio, toda a história bíblica foi uma história de clamores de ajuda da parte do povo e de respostas salvíficas da parte de Deus. E o Salmista faz referência à fé inabalável dos seus Pais, que «confiaram» — esta palavra é repetida três vezes — sem jamais permanecer confundidos. Agora, no entanto, parece que esta série de invocações confiantes e de respostas divinas se interrompeu; a situação do Salmista parece desmentir toda a história da salvação, tornando ainda mais dolorosa a realidade presente.

Mas Deus não pode desmentir-se, e eis então que a oração volta a descrever a situação penosa do orante, para induzir o Senhor a ter piedade e a intervir, como sempre tinha feito no passado. O Salmista define-se «um verme, não um homem, o opróbrio de todos e a abjecção da plebe» (v. 7), é escarnecido, zombado (cf. v. 8) e ferido precisamente na fé: «Confiou no Senhor, que Ele o livre, que o salve, se o ama» (v. 9), dizem. Sob os golpes ultrajantes da ironia e do desprezo, parece quase que o perseguido perde as suas conotações humanas, como o Servo sofredor delineado no Livro de Isaías (cf. Is 52, 14; 53, 2b-3). E como o justo oprimido, do Livro da Sabedoria (cf. 2, 12-20), ou como Jesus no Calvário (cf. Mt 27, 39-43), o Salmista vê posta em dúvida a própria relação com o seu Senhor, na evidência cruel e sarcástica daquilo que o faz sofrer: o silêncio de Deus, a sua aparente ausência. E no entanto, Deus esteve presente na existência do orante com uma proximidade e uma ternura inquestionáveis. O Salmista recorda-o ao Senhor: «Na verdade, Vós me tirastes do ventre materno, confiastes-me aos seios de minha mãe. Pertenço-vos desde o ventre materno» (vv. 10-11a). O Senhor é o Deus da vida, que faz nascer e acolher o recém-nascido, e cuida dele com carinho paterno. E se antes recordara a fidelidade de Deus na história do povo, agora o orante volta a evocar a própria história pessoal de relação com o Senhor, remontando ao momento particularmente significativo do início da sua vida. E ali, não obstante a desolação do presente, o Salmista reconhece uma proximidade e um amor divinos tão radicais que agora pode exclamar, numa confissão cheia de fé e geradora de esperança: «Desde o seio de minha mãe, Vós sois o meu Deus» (v. 11b).

Agora, a lamentação torna-se uma súplica intensa: «Não vos afasteis de mim, porque estou atribulado; não há quem me ajude» (v. 12). A única proximidade que o Salmista sente e que o amedronta é a dos seus inimigos. Portanto, é necessário que Deus se aproxime e que o socorra, porque os inimigos circundam e rodeiam o orante, e são como touros poderosos, como leões que abrem as fauces para rugir e despedaçar (cf. vv. 13-14). A angústia altera a percepção do perigo, aumentando-o. Os adversários parecem invencíveis, tornaram-se animais ferozes e extremamente perigosos, enquanto o Salmista é como um pequeno verme, impotente, sem qualquer defesa. Mas estas imagens utilizadas no Salmo servem também para dizer que quando o homem se torna brutal e agride o irmão, algo de animalesco prevalece sobre ele, que parece perder qualquer semblante humano; a violência tem sempre em si algo de bestial, e só a intervenção salvífica de Deus pode restituir o homem à sua humanidade. Agora, para o Salmista, objeto de uma agressão tão feroz, parece que não existe mais salvação, e a morte começa a tomar posse dele: «Sou como água que se derrama, todos os meus ossos se desconjuntam [...] A minha garganta secou-se como barro cozido; a minha língua pegou-se ao meu paladar

[...] repartem entre si as minhas vestes, e lançam sorte sobre a minha túnica» (vv. 15.16.19). Com imagens dramáticas, que voltamos a encontrar nas narrações da Paixão de Cristo, descreve-se a decomposição do corpo do condenado, o calor insuportável que atormenta o moribundo e que encontra eco no pedido de Jesus: «Tenho sede» (cf. Jo 19, 28), para chegar ao gesto definitivo dos algozes que, como os soldados aos pés da Cruz, repartem entre si as vestes da vítima, já considerada morta (cf. Mt 27, 35; Mc 15, 24; Lc 23, 34; Jo 19, 23-24).

Eis então, imperioso, novamente o pedido de socorro: «Mas Vós, Senhor, não vos afasteis de mim; sois o meu auxílio, apressai-vos a ajudar-me [...] Salvai-me!» (vv. 20.22a). Trata-se de um grito que descerra os céus, porque proclama uma fé, uma certeza que vai mais além de toda a dúvida, de toda a escuridão e de toda a desolação. E a lamentação transforma-se, deixando espaço ao louvor no acolhimento da salvação: «Vós respondestes-me. Então, anunciarei o vosso Nome aos meus irmãos, e louvar-vos-ei no meio da assembleia» (vv. 22c-23). Assim, o Salmo abre-se à ação de graças, ao grande hino final que abrange todo o povo, os fiéis do Senhor, a assembleia litúrgica e as gerações vindouras (cf. vv. 24-32). O Senhor acorreu em ajuda, salvou o pobre e mostrou o seu rosto de misericórdia. Morte e vida cruzaram-se num mistério inseparável, e a vida triunfou; o Deus da salvação manifestou-se como Senhor incontestado, que todos os confins da terra celebrarão e diante do qual todas as famílias dos povos se prostrarão. É a vitória da fé, que pode transformar a morte em dom da vida, o abismo da dor em fonte de esperança.

Caríssimos irmãos e irmãs, este Salmo levou-nos ao Gólgota, aos pés da Cruz de Jesus, para reviver a sua paixão e compartilhar a alegria fecunda da Ressurreição. Portanto, deixemo-nos invadir pela luz do mistério pascal, mesmo na aparente ausência de Deus, também no silêncio de Deus e, como os discípulos de Emaús, aprendamos a discernir a verdadeira realidade, para além das aparências, reconhecendo o caminho da exaltação precisamente na humilhação, e a plena manifestação da vida na morte, na cruz. Assim, depositando toda a nossa confiança e a nossa esperança em Deus Pai, em cada angústia também nós O poderemos suplicar com fé, e o nosso grito de ajuda transformar-se-á em cântico de louvor. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 28 de Setembro de 2011

Viagem Apostólica à Alemanha

Queridos irmãos e irmãs,

Como sabeis, de quinta-feira a domingo passados, realizei uma Visita Pastoral na Alemanha; por isso, como de costume estou feliz por aproveitar a ocasião da Audiência hodierna para repercorrer juntamente convosco os dias intensos e maravilhosos que passei no meu país natal. Atravessei a Alemanha de norte a sul, de leste a oeste: da capital Berlim a Erfurt e a Eichsfeld e enfim a Friburgo, cidade próxima da fronteira com a França e a Suíça. Dou graças antes de tudo ao Senhor pela possibilidade que me ofereceu, de me encontrar com o povo e de lhe falar de Deus, de rezar juntos e de confirmar os irmãos e as irmãs na fé, segundo o especial mandato que o Senhor confiou a Pedro e aos seus sucessores. Esta visita, realizada sob o lema: «Onde há Deus, há futuro», foi realmente uma grande festa da fé: nos vários encontros e diálogos e nas celebrações, mas especialmente nas solenes Missas com o povo de Deus. Estes momentos foram um dom precioso que nos levou a compreender de novo que é Deus quem confere à nossa vida o sentido mais profundo, a verdadeira plenitude, aliás, que só Ele nos doa a todos um futuro.

Com profunda gratidão recordo a hospitalidade, calorosa e entusiasta, assim como a atenção e o carinho que me foram demonstrados nos vários lugares que visitei. Agradeço de coração aos Bispos alemães, de modo especial das Dioceses que me hospedaram, o convite e quanto levaram a cabo, juntamente com muitos colaboradores, para preparar esta viagem. Dirijo um profundo agradecimento igualmente ao Presidente Federal e a todas as Autoridades políticas e civis, nos planos federal e regional. Estou profundamente grato a quantos contribuíram de vários modos para o bom êxito da Visita, sobretudo aos numerosos voluntários. Assim, ela foi um grande dom para mim e para todos nós e suscitou alegria, esperança e um novo impulso de fé e de compromisso para o futuro.

Na capital federal, Berlim, o Presidente Federal recebeu-me na sua residência e deu-me as boas-vindas em seu nome e no dos meus compatriotas, manifestando a estima e o afeto por um Papa natural da terra alemã. Quanto a mim, pude traçar um breve pensamento sobre a relação recíproca entre religião e liberdade, recordando uma frase do grande Bispo e reformador social Wilhelm von Ketteler: «Assim como a religião tem necessidade da liberdade, também a liberdade precisa da religião».

Foi de bom grado que aceitei o convite a visitar o Bundestag, aquele que certamente foi um dos momentos de maior alcance da minha viagem. Pela primeira vez um Papa proferiu um

discurso diante dos membros do Parlamento alemão. Em tal ocasião desejei expor o fundamento do direito e do livre Estado de direito, ou seja, a medida de cada direito, inscrito pelo Criador no próprio ser da sua criação. Por isso, é necessário ampliar o nosso conceito de natureza, compreendendo-a não apenas como um conjunto de funções, mas inclusive como linguagem do Criador para nos ajudar a discernir o bem do mal. Sucessivamente, teve lugar também um encontro com alguns representantes da comunidade judaica na Alemanha. Recordando as nossas comuns raízes na fé no Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó, pudemos salientar os frutos alcançados até agora no diálogo entre a Igreja católica e o judaísmo na Alemanha. Também pude encontrar-me com alguns membros da comunidade muçulmana, discorrendo com eles acerca da importância da liberdade religiosa para um desenvolvimento pacífico da humanidade.

A Santa Missa no estádio olímpico em Berlim, no encerramento do primeiro dia da Visita, foi uma das grandiosas celebrações litúrgicas que me ofereceram a possibilidade de rezar juntamente com os fiéis e de os animar na fé. Alegrei-me muito com a numerosa participação do povo! Naquele momento festivo e impressionante pudemos meditar sobre a imagem evangélica da videira e dos ramos, ou seja, sobre a importância de estar unidos a Cristo para a nossa vida pessoal de fiéis e para o nosso ser Igreja, seu Corpo místico.

A segunda etapa da minha Visita foi a Turíngia. A Alemanha, e a Turíngia de modo especial, é a terra da reforma protestante. Portanto, desde o início eu quis ardentemente dar relevo particular ao ecumenismo no contexto desta viagem, e desejei viver de modo intenso um momento ecumênico em Erfurt, porque foi precisamente nessa cidade que Martinho Lutero entrou na comunidade dos Agostinianos e ali recebeu a ordenação sacerdotal. Por isso, fiquei muito feliz pelo encontro com os membros do Conselho da Igreja Evangélica na Alemanha e pela celebração ecumênica no ex-convento dos Agostinianos: um encontro cordial que, no diálogo e na oração, nos levou de modo mais profundo a Cristo. Vimos de novo como é importante o nosso comum testemunho da fé em Jesus Cristo no mundo de hoje, que muitas vezes ignora Deus ou não se interessa por Ele. É preciso o nosso esforço comum no caminho rumo à plena unidade, mas estamos sempre bem conscientes de que não podemos «fazer» a fé nem a unidade tão almejada. Uma fé criada por nós mesmos não tem valor algum, e a verdadeira unidade é sobretudo uma dádiva do Senhor, que rezou e reza sempre pela unidade dos seus discípulos. Só Cristo pode conceder-nos esta unidade, e estaremos cada vez mais unidos, na medida em que voltarmos para Ele e nos deixarmos transformar por Ele.

Um momento particularmente emocionante para mim foi a celebração das Vésperas marianas diante do Santuário de Etzelsbach, onde fui recebido por uma multidão de peregrinos. Já

quando eu era jovem tinha ouvido falar da região de Eichsfeld — uma faixa de terra que permaneceu sempre católica ao longo das várias vicissitudes da história — e dos seus habitantes que se opuseram corajosamente às ditaduras do nazismo e do comunismo. Assim, fiquei muito feliz por visitar Eichsfeld e o seu povo nesta peregrinação à imagem milagrosa da Virgem das Dores de Etzelsbach, onde durante séculos os fiéis confiaram a Maria os seus pedidos, preocupações e sofrimentos, recebendo conforto, graças e bênçãos. Igualmente emocionante foi a Missa celebrada na magnífica praça da Catedral em Erfurt. Recordando os santos padroeiros da Turíngia — Santa Isabel, São Bonifácio e São Kilian — e o exemplo luminoso dos fiéis que deram testemunho do Evangelho durante os sistemas totalitários, convidei os fiéis a serem os santos de hoje, válidas testemunhas de Cristo, e a contribuírem para construir a nossa sociedade. Com efeito, foram sempre os santos e as pessoas imbuídas do amor a Cristo que transformaram verdadeiramente o mundo. Foi comovedor inclusive o breve encontro com Monsenhor Hermann Scheipers, o último sacerdote alemão sobrevivente ao campo de concentração de Dachau. Em Erfurt tive a oportunidade de me encontrar com algumas vítimas de abuso sexual da parte de religiosos, às quais desejei assegurar o meu pesar e a minha proximidade no seu sofrimento.

A última etapa da minha viagem levou-me ao sudoeste da Alemanha, à Arquidiocese de Friburgo. Os habitantes dessa bonita cidade, os fiéis da Arquidiocese e os numerosos peregrinos vindos das vizinhas Suíça e França e de outros países, reservaram-me um acolhimento particularmente festivo. Pude experimentá-lo também na vigília de oração com milhares de jovens. Senti-me feliz por ver que, na minha pátria alemã, a fé tem um rosto jovem, é viva e tem um futuro. No sugestivo rito da luz, transmiti aos jovens a chama do círio pascal, símbolo da luz que é Cristo, exortando-os: «Vós sois a luz do mundo». Repeti-lhes que o Papa confia na colaboração concreta dos jovens: com a graça de Cristo, eles são capazes de transmitir ao mundo o fogo do amor de Deus.

Um momento singular foi o encontro com os seminaristas, no Seminário de Friburgo. Respondendo num certo sentido à emocionante missiva que eles me tinham enviado algumas semanas antes, desejei mostrar a estes jovens a beleza e a grandeza da sua chamada por parte do Senhor e oferecer-lhes alguma ajuda para continuar o caminho do seguimento, com alegria e em profunda comunhão com Cristo. Ainda no mesmo Seminário pude encontrar-me, numa atmosfera fraterna, inclusive com alguns representantes das Igrejas ortodoxas e ortodoxas orientais, às quais nós católicos nos sentimos muito próximos. Precisamente desta ampla comunhão deriva também a tarefa conjunta de ser fermento para a renovação da nossa socieda-

de. Uma reunião amigável com alguns representantes do laicado católico alemão concluiu a série de encontros no Seminário.

A grande Celebração eucarística dominical no aeroporto turístico de Friburgo foi outro momento culminante da Visita Pastoral, e a ocasião para agradecer a quantos trabalham nos vários âmbitos da vida eclesial, principalmente os numerosos voluntários e os colaboradores das iniciativas caritativas. São eles que tornam possíveis as múltiplas ajudas que a Igreja alemã oferece à Igreja universal, de modo especial nas terras de missão. Recordei também que o seu serviço precioso será sempre fecundo, se derivar de uma fé autêntica e viva, em união com os Bispos e o Papa, em comunhão com a Igreja. Enfim, antes do meu retorno, falei a cerca de mil católicos que desempenham funções na Igreja e na sociedade, sugerindo algumas reflexões sobre a obra da Igreja numa sociedade secularizada, sobre o convite a libertar-se de fardos materiais e políticos, para ser mais transparente a Deus.

Caros irmãos e irmãs, esta Viagem Apostólica à Alemanha ofereceu-me uma ocasião propícia para me encontrar com os fiéis da minha pátria alemã, para os confirmar na fé, na esperança e no amor, e para compartilhar com eles a alegria de sermos católicos. Mas a minha mensagem dirigia-se a todo o povo alemão, para convidar todos a olhar com confiança para o futuro. É verdade, «Onde há Deus, há futuro». Agradeço mais uma vez a todos aqueles que tornaram possível esta Visita e a quantos me acompanharam com a oração. O Senhor abençoe o povo de Deus na Alemanha e abençoe todos vós. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 5 de Outubro de 2011

Salmo 23

Queridos irmãos e irmãs,

Dirigir-se ao Senhor na oração exige um gesto de confiança radical, com a consciência de nos confiarmos a Deus que é bom, «misericordioso e clemente, vagaroso em encolerizar-se, cheio de bondade e de fidelidade» (Êx 34, 6-7; Sl 86, 15; cf. G l 2, 13; Gn 4, 2; Sl 103, 8; 145, 8; Ne 9, 17). Por isso, hoje gostaria de meditar convosco sobre um Salmo inteiramente imbuído de confiança, em que o Salmista exprime a sua certeza tranquila de que é guiado e protegido, salvaguardado de todo o perigo, porque o Senhor é o seu pastor. Trata-se do Salmo 23 — segundo os dados greco-latinos, 22 — um texto familiar para todos e amado por todos.

«O Senhor é o meu pastor: nada me falta»: assim começa esta linda oração, evocando o ambiente nómade da pastorícia e a experiência de conhecimento recíproco que se estabelece entre o pastor e as ovelhas que compõem o seu pequeno rebanho. A imagem evoca uma atmosfera de confiança, intimidade e ternura: o pastor conhece as suas ovelhas uma por uma, chama-as pelo nome e elas seguem-no porque o reconhecem e confiam nele (cf. Jo 10, 2-4). Ele cuida delas, conserva-as como bens preciosos, pronto a defendê-las, a garantir o seu bem-estar e a fazer com que vivam em tranquilidade. Nada lhes pode faltar, se o pastor estiver com elas. A esta experiência faz referência o Salmista, chamando Deus seu pastor e deixando-se orientar por Ele para pastagens seguras:

«Em verdes prados me faz descansar,
e conduz-me a águas refrescantes.
Reconforta a minha alma
e guia-me pelos caminhos retos,
por amor do seu nome» (vv. 2-3).

A visão que se abre aos nossos olhos é de verdes prados e águas refrescantes, oásis de paz rumo aos quais o pastor acompanha o rebanho, símbolos dos lugares de vida para os quais o Senhor conduz o Salmista, que se sente como as ovelhas deitadas na relva ao lado de uma nascente, numa situação de descanso, não em tensão nem em estado de alarme, mas confiantes e tranquilas, porque o lugar é seguro, a água é fresca e o pastor vela sobre elas. E não esqueçamos aqui que a cena evocada do Salmo é ambientada numa terra em boa parte desértica, atingida pelo sol ardente, onde o pastor seminômade médio-oriental vive com o seu rebanho nas estepes que se estendem ao redor dos povoados. Mas o pastor sabe onde encontrar erva e

água fresca, essenciais para a vida, sabe conduzir ao oásis em que a alma «se restabelece» e é possível retomar as forças e novas energias para se pôr novamente a caminho.
Como diz o Salmista, Deus guia-o rumo a «verdes prados» e «águas refrescantes», onde tudo é superabundante, tudo é concedido abundantemente. Se o Senhor é o pastor, também no deserto, lugar de ausência e de morte, não esmorece a certeza de uma presença de vida radical, a ponto de poder dizer: «Nada me falta». Com efeito, o pastor tem a peito o bem do seu rebanho, adapta os próprios ritmos e as suas exigências aos das suas ovelhas, caminha e vive com elas, guiando-as por caminhos «retos», ou seja adequados, com atenção às necessidades delas, e não às suas. A segurança do seu rebanho é a sua prioridade, e a ela obedece ao guiá-lo.
Prezados irmãos e irmãs, também nós, como o Salmista, se caminharmos atrás do «Bom Pastor», por mais difíceis, sinuosos ou longos que possam parecer os percursos da nossa vida, com frequência inclusive em regiões espiritualmente desérticas, sem água e com um sol de racionalismo ardente, sob a guia do Bom Pastor, Cristo, temos a certeza de caminhar pelas estradas «retas», e que o Senhor nos orienta e está sempre próximo de nós, e nada nos faltará.
Por isso, o Salmista pode declarar uma tranquilidade e uma segurança, sem incertezas nem temores:

«Mesmo que atravesse os vales sombrios,
nenhum mal temerei, porque estais comigo.
O vosso bastão e o vosso cajado dão-me conforto» (v. 4).

Quem atravessa com o Senhor mesmo os vales sombrios do sofrimento, da incerteza e de todos os problemas humanos, sente-se seguro. Tu estás comigo: esta é a nossa certeza, aquela que nos sustêm. A escuridão da noite causa medo, com as suas sombras mutáveis, a dificuldade de distinguir os perigos, o seu silêncio cheio de ruídos indecifráveis. Se o rebanho se move depois do pôr-do-sol, quando a visibilidade se faz incerta, é normal que as ovelhas se sintam inquietas, pois há o risco de tropeçar, ou então de se afastar e de se perder, e há ainda o temor de possíveis agressores que se escondam na obscuridade. Para falar do vale «sombrio», o Salmista usa uma expressão hebraica que evoca as trevas da morte, pelo que o vale a atravessar é um lugar de angústia, de ameaças terríveis, de perigo de morte. E no entanto, o orante procede seguro, sem medo, porque sabe que o Senhor está com ele. Aquele «Tu estás comigo» é uma proclamação de confiança inabalável e resume a experiência de fé radical; a proximidade de Deus transforma a realidade, o vale sombrio deixa de ser perigoso, esvaziando-se de qualquer ameaça. Agora, o rebanho pode caminhar tranquilo, acompanhado pelo barulho familiar do bastão que bate no terreno e denota a presença tranquilizadora do pastor.

Esta imagem confortadora encerra a primeira parte do Salmo, e deixa o lugar a um cenário diverso. Ainda estamos no deserto, onde o pastor vive com o seu rebanho, mas agora somos transportados para a sua tenda, que se abre para oferecer hospitalidade:

«Preparais-me um banquete
diante dos meus adversários.
Ungis com óleo a minha cabeça;
e a minha taça transborda» (v. 5).

Agora o Senhor é apresentado como Aquele que recebe o orante, com os sinais de uma hospitalidade generosa e cheia de atenções. O anfitrião divino prepara o alimento na «mesa», um termo que em hebraico indica, no seu sentido primitivo, a pele de animal que era estendida no chão, e sobre a qual eram postos os alimentos para a refeição em comum. Trata-se de um gesto de partilha não só da comida, mas também da vida, numa oferenda de comunhão e de amizade que cria vínculos e exprime solidariedade. E depois há ainda o dom magnânimo do óleo perfumado sobre a cabeça, que dá alívio ao calor do sol do deserto, refresca e cura a pele, e alegra o espírito com a sua fragrância. Enfim, a taça transbordante acrescenta uma nota de festa, com o seu vinho delicioso, compartilhado com generosidade superabundante. Alimento, óleo e vinho: são os dons que fazem viver e dão alegria porque vão além do que é estritamente necessário e expressam a gratuidade e a abundância do amor. Celebrando a bondade providente do Senhor, o Salmo 104 proclama: «Fazeis brotar a relva para o gado, e plantas úteis para o homem, a fim de que da terra possa extrair o pão e o vinho que alegra o coração do homem, o óleo que lhe faz brilhar o rosto e o pão que lhe sustenta as forças» (vv. 14-15). O Salmista torna-se objeto de muitas atenções, pelo que se vê como um viandante que encontra salvaguarda numa tenda hospitaleira, enquanto os seus adversários devem parar para olhar, sem poder intervir, porque aquele que consideravam sua presa encontrou refúgio, tornou-se hóspede sagrado, intocável. E o Salmista somos nós, se formos realmente crentes em comunhão com Cristo. Quando Deus abre a sua tenda para nos receber, nada nos pode ferir.
Depois, quando o viandante volta a partir, a salvaguarda divina prolonga-se e acompanha-o durante a sua viagem:

«A graça e a bondade hão-de acompanhar-me
todos os dias da minha vida.
A minha morada será a casa do Senhor
ao longo dos dias» (v. 6).

A bondade e a fidelidade de Deus são a escolta que acompanha o Salmista que sai da tenda e se põe novamente a caminho. Mas é um caminho que adquire um novo sentido e se torna peregrinação rumo ao Templo do Senhor, o lugar santo em que o orante quer «habitar» para sempre e para o qual também deseja «voltar». O verbo hebraico aqui utilizado tem o sentido de «voltar», mas com uma pequena modificação vocálica, pode ser entendido como «habitar», e é assim citado pelas antigas versões e pela maior parte das traduções modernas. Ambos os sentidos podem ser conservados: voltar ao Templo e ali habitar é o desejo de cada israelita, e habitar perto de Deus na sua proximidade e bondade é o anseio e a saudade de cada crente: poder habitar realmente onde está Deus, perto de Deus. O seguimento do Pastor conduz à sua casa; esta é a meta de cada caminho, oásis almejado no deserto, tenda de refúgio na fuga dos inimigos, lugar de paz onde experimentar a bondade e o amor fiel de Deus, dia após dia, na alegria serena de um tempo sem fim.

As imagens deste Salmo, com a sua riqueza e profundidade, acompanharam toda a história e a experiência religiosa do povo de Israel e acompanham os cristãos. A figura do pastor, em particular, evoca o tempo originário do Êxodo, o longo caminho no deserto, como um rebanho sob a guia do Pastor divino (cf. Is 63, 11-14; Sl 77, 20-21; 78, 52-54). E na Terra prometida o rei tinha a tarefa de apascentar a grei do Senhor, como Davi, pastor escolhido por Deus e figura do Messias (cf. 2 Sm 5, 1-2; 7, 8; Sl 78, 70-72). Depois, após o exílio da Babilônia, como que num novo Êxodo (cf. Is 40, 3-5.9-11; 43, 16-21), Israel é reconduzido à sua pátria como uma ovelha tresmalhada que voltou a ser encontrada, reconduzida por Deus para verdes prados e lugares de descanso (cf. Ez 34, 11-16.23-31). Mas é no Senhor Jesus que toda a força evocativa do nosso Salmo alcança a sua totalidade, encontra a sua plenitude de significado: Jesus é o «Bom Pastor» que vai à procura da ovelha tresmalhada, que conhece as suas ovelhas e que dá a própria vida por elas (cf. Mt 18, 12-14; Lc 15, 4-7; Jo 10, 2-4.11-18); Ele é a vereda, o caminho reto que nos leva à vida (cf. Jo 14, 6), a luz que ilumina o vale sombrio e vence todo o nosso medo (cf. Jo 1, 9; 8, 12; 9, 5; 12, 46). Ele é o anfitrião generoso que nos recebe e nos protege dos inimigos, preparando-nos a mesa do seu Corpo e do seu Sangue (cf. Mt 26, 26-29; Mc 14, 22-25; Lc 22, 19-20), e a mesa definitiva do banquete messiânico no Céu (cf. Lc 14, 15 ss.; Ap 3, 20; 19, 9). Ele é o Pastor real, rei na mansidão e no perdão, entronizado no madeiro glorioso da Cruz (cf. Jo 3, 13-15; 12, 32; 17, 4-5).

Caros irmãos e irmãs, o Salmo 23 convida-nos a renovar a nossa confiança em Deus, abandonando-nos totalmente nas suas mãos. Portanto, peçamos com fé ao Senhor que nos conceda, também através das estradas difíceis do nosso tempo, caminhar sempre pelas suas sendas como um rebanho dócil e obediente, nos receba na sua casa, à sua mesa e nos conduza a «águas

refrescantes» para que, no acolhimento do dom do seu Espírito, possamos saciar-nos nas suas nascentes, fontes daquela água viva «que jorra para a vida eterna» (Jo 4, 14; cf. 7, 3739). Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 12 de Outubro de 2011

Salmo 126

Prezados irmãos e irmãs

Nas catequeses precedentes meditámos sobre alguns Salmos de lamentação e confiança. Hoje gostaria de refletir convosco sobre um Salmo com características alegres, uma prece que, no júbilo, canta as maravilhas de Deus. É o Salmo 126 — 125 segundo a numeração greco-latina — que celebra as grandes obras que o Senhor realizou com o seu povo e que, continuamente, faz com cada crente.

O Salmista, em nome de Israel inteiro, começa a sua oração, recordando a experiência exaltante da salvação:

«Quando o Senhor restaurar o destino de Sião,
será para nós como um sonho.
A nossa boca encher-se-á de alegria, e os nossos lábios, de canções» (vv. 1-2a).

O Salmo fala de um «destino restaurado», ou seja, restituído ao estado originário, em toda a sua positividade precedente. Isto é, começa-se a partir de uma situação de sofrimento e necessidade, à qual Deus responde realizando a salvação e levando o orante à condição precedente, aliás, enriquecida e melhorada. É quanto acontece com Jó, quando o Senhor lhe restitui tudo aquilo que ele tinha perdido, duplicando-o e concedendo-lhe uma bênção ainda maior (cf. Jb 42, 10-13), e é isto que experimenta o povo de Israel, quando volta para a pátria do exílio babilônico. É precisamente em relação ao fim da deportação para a terra estrangeira que este Salmo é interpretado: a expressão «restaurar o destino de Sião» é lida a entendida pela tradição como «fazer voltar os cativos de Sião». Com efeito, o regresso do exílio é o paradigma de cada intervenção divina de salvação, porque a queda de Jerusalém e a deportação para a Babilônia foram uma experiência devastadora para o povo eleito, não só nos planos político e social, mas inclusive e sobretudo nos planos religioso e espiritual. A perda da terra, o fim da monarquia davídica e a destruição do Templo parecem como uma negação das promessas divinas, e o povo da aliança, disperso entre os pagãos, interroga-se dolorosamente sobre um Deus que parece tê-lo abandonado. Por isso, o fim da deportação e o regresso à pátria são experimentados como uma volta maravilhosa à fé, à confiança e à comunhão com o Senhor; é um «restabelecimento do destino», que implica também conversão do coração, perdão, amizade reencontrada com Deus, consciência da sua misericórdia e possibilidade renovada de O louvar (cf. Jr 29, 12-14; 30, 18-20; 33, 6-11; Ez 39, 25-29). Trata-se de uma experiência de

alegria transbordante, de sorrisos e gritos de júbilo, tão exaltante que «parece um sonho». As intervenções divinas têm com frequência formas inesperadas, que vão além do que o homem possa imaginar; eis, então, a maravilha e a alegria que expressam no louvor: «O Senhor fez maravilhas». É quanto dizem as nações, e é aquilo que proclama Israel:

«Então, dir-se-á entre os povos:
"O Senhor faz maravilhas com eles!".
O Senhor faz maravilhas conosco;
em nós, tudo é alegria» (vv. 2b-3).

Deus faz grandes obras na história dos homens. Realizando a salvação, revela-se a todos como Senhor poderoso e misericordioso, refúgio do oprimido, que não se esquece do clamor dos pobres (cf. Sl 9, 10.13), que ama a justiça e o direito, e de cujo amor a terra está cheia (cf. Sl 33, 5). Por isso, diante da libertação do povo de Israel, todos os povos reconhecem as grandes obras e as maravilhas que Deus faz pelo seu povo e celebram o Senhor na sua realidade de Salvador. E Israel faz eco à proclamação das nações, e retoma-a repetindo-a, mas como protagonista, como destinatário direto da obra divina: «O Senhor faz maravilhas conosco»; «por nós», ou ainda mais precisamente, «conosco», em hebraico '*immanû*' confirmando assim aquela relação privilegiada que o Senhor mantém com os seus eleitos e que encontrará no nome Emanuel, «Deus conosco», com que é chamado Jesus, o seu ápice e a sua plena manifestação (cf. Mt 1, 23).

Caros irmãos e irmãs, na nossa oração deveríamos considerar mais frequentemente o modo como, nas vicissitudes da nossa vida, o Senhor nos protegeu, guiou e ajudou, e louvá-lo por aquilo que fez e faz por nós. Temos que prestar mais atenção às coisas boas que o Senhor nos concede. Estamos sempre atentos aos problemas e dificuldades, e quase não queremos ver que existem maravilhas que derivam do Senhor. Esta atenção, que se torna gratidão, é muito importante para nós e cria em nós uma memória do bem que nos ajuda também nas horas obscuras. Deus realiza maravilhas, e quem as experimenta — atento à bondade do Senhor com a atenção do coração — sente-se cheio de alegria. Com esta característica de alegria conclui-se a primeira parte do Salmo. Ser salvo e regressar à pátria do exílio é como voltar à vida: a libertação abre ao sorriso, mas juntamente com a expectativa, a um cumprimento que se deve desejar e pedir. Esta é a segunda parte do nosso Salmo que reza assim:

«Restabelecei, Senhor, o nosso destino, como as torrentes do Negueb.
Os que semeiam com lágrimas, recolhem entre cânticos.

Na partida vai chorando,
o que leva a semente;
no regresso vem cantando,
o que transporta os feixes das espigas» (vv. 4-6).

Se no início da sua oração, o Salmista celebrava a alegria de um destino já restaurado pelo Senhor, agora pede-a como algo ainda a realizar-se. Se aplicarmos este Salmo ao regresso do exílio, esta aparente contradição explicar-se-ia com a experiência histórica, feita por Israel, de um regresso difícil à pátria, só parcial, que induz o orante a pedir uma nova intervenção divina para completar o restabelecimento do povo.

Mas o Salmo vai além do dado puramente histórico, abrindo-se a dimensões mais amplas, de tipo teológico. Contudo, a experiência consoladora da libertação da Babilônia ainda está incompleta, «já» ocorrida, mas «ainda não» distinta pela plenitude definitiva. Assim, enquanto na alegria celebra a salvação recebida, a prece abre-se à expectativa da realização plena. Por isso, o Salmo utiliza imagens especiais que, com a sua complexidade, remetem para a realidade misteriosa da redenção, em que se entrelaçam dom recebido e esperado, vida e morte, júbilo de sonho e lágrimas de dor. A primeira imagem refere-se aos rios secos do deserto de Negueb que, com as chuvas, se enchem de água impetuosa que dá nova vida ao terreno árido, fazendo-o reflorescer. Portanto, o pedido do Salmista é que o restabelecimento do destino do povo e o regresso do exílio sejam como aquela água, impetuosa e incessante, e capaz de transformar o deserto num imenso campo de relva verde e de flores.

A segunda imagem passa das colinas áridas e rochosas de Negueb para os campos que os camponeses cultivam para dali tirar o alimento. Para falar da salvação, evoca-se aqui a experiência que cada ano se renova no mundo agrícola: o momento difícil e cansativo da sementeira e depois a alegria transbordante da colheita. Uma sementeira que é acompanhada pelas lágrimas, porque se lança o que ainda poderia tornar-se pão, expondo-se a uma expectativa cheia de incertezas: o camponês trabalha, prepara o terreno, lança a semente mas, como explica bem a parábola do semeador, não sabe onde esta semente cai, se os pássaros a comerão, se brotará, se lançará raízes, se chegará a tornar-se espiga (cf. Mt 13, 3-9; Mc 4, 2-9; Lc 8, 4-8). Semear é um gesto de confiança e esperança; é necessária a diligência do homem, mas depois deve-se entrar numa expectativa impotente, consciente de que muitos factores serão determinantes para o bom êxito da colheita e que o risco de uma falência está sempre à espreita. E no entanto, ano após ano, o camponês repete o seu gesto e lança a sua semente. E quando ela se torna espiga, e os campos se enchem de searas, eis a alegria de quem se encontra diante de um

prodígio extraordinário. Jesus conhecia bem esta experiência, e falava dela com os seus: «Dizia: "O Reino de Deus é como um homem que lança a semente à terra. Quer esteja a dormir, quer se levante, de noite e de dia, a semente germina e cresce, sem ele saber como"» (Mc 4, 2627). É o mistério escondido da vida, são as grandes «maravilhas» da salvação que o Senhor realiza na história dos homens, e cujo segredo os homens ignoram. A intervenção divina, quando se manifesta plenamente, demonstra uma dimensão impetuosa, como os rios do Negueb e como o trigo nos campos, este último evocador também de uma desproporção típica das realidades de Deus: desproporção entre o cansaço da sementeira e a imensa alegria da colheita, entre a ansiedade da espera e a visão tranquilizadora dos celeiros cheios, entre as pequenas sementes lançadas à terra e as grandes quantidades de feixes dourados pelo sol. Com a ceifa, tudo se transforma, o pranto termina, deixando lugar aos gritos de alegria exultante.

A tudo isto faz referência o Salmista para falar da salvação, da libertação, do restabelecimento do destino, da volta do exílio. A deportação para a Babilônia, como todas as outras situações de sofrimento e de crise, com a sua escuridão dolorosa, feita de dúvidas e de aparente distância de Deus, na realidade — diz o nosso Salmo — é como uma sementeira. No Mistério de Cristo, à luz do Novo Testamento, a mensagem faz-se ainda mais explícita e clara: o crente que atravessa a escuridão é como o grão de trigo que cai à terra e morre, mas para dar muito fruto (cf. Jo 12, 24); ou então, retomando outra imagem querida a Jesus, é como a mulher que sofre as dores de parto para poder chegar à alegria de dar à luz uma nova vida (cf. Jo 16, 21).

Amados irmãos e irmãs, este Salmo ensina-nos que, na nossa oração, devemos permanecer sempre abertos à esperança e firmes na fé em Deus. A nossa história, mesmo marcada muitas vezes pela dor, por incertezas e por momentos de crise, é uma história de salvação e de «restabelecimento do destino». Em Jesus, todos os nossos exílios terminam, e toda a lágrima é enxugada, no mistério da sua Cruz, da morte transformada em vida, como grão de trigo que se abre na terra, tornando-se espiga. Também para nós esta descoberta de Jesus Cristo é o grande júbilo do «sim» de Deus, do restabelecimento do nosso destino. Mas como aqueles que — tendo voltado da Babilônia cheios de alegria — encontraram uma terra depauperada e devastada, assim como a dificuldade da sementeira, e sofreram chorando pois não sabiam se realmente no fim haveria a colheita, do mesmo modo nós, após a grande descoberta de Jesus Cristo — a nossa vida, a verdade e o caminho — entrando no terreno da fé, na «terra da fé», encontramos com frequência uma vida obscura, dura, difícil, uma sementeira com lágrimas, mas temos a certeza de que a luz de Cristo nos concede no final, realmente, a grande colheita. E devemos aprender isto também nas noites escuras, sem esquecer que a há a luz, que Deus já

está no meio da nossa vida e que podemos semear com grande confiança, porque o «sim» de Deus é mais forte que todos nós. É importante não perder esta recordação da presença de Deus na nossa vida, esta alegria profunda que Deus entrou na nossa vida, libertando-nos: é a gratidão pela descoberta de Jesus Cristo, que veio entre nós. E esta gratidão transforma-se em esperança, é estrela da esperança que nos dá a confiança, é a luz, porque precisamente as dores da sementeira são o início da vida nova, da grande e definitiva alegria de Deus.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 19 de Outubro de 2011

O "Grande Hallel" Salmo 136 (135)

Estimados irmãos e irmãs

Hoje gostaria de meditar convosco sobre um Salmo que resume toda a história da salvação, da qual o Antigo Testamento nos dá testemunho. Trata-se de um grande hino de louvor que celebra o Senhor nas múltiplas e repetidas manifestações da sua bondade ao longo da história dos homens; é o Salmo 136 — ou 135, segundo a tradição greco-latina.

Solene oração de ação de graças, conhecido como o «Grande Hallel», este Salmo é tradicionalmente cantado no final da ceia pascal judaica e provavelmente foi rezado também por Jesus na última Páscoa, celebrada com os discípulos; com efeito, é a ele que parece aludir a anotação dos Evangelistas: «Depois de cantar os Salmos, saíram para o horto das Oliveiras» (cf. Mt 26, 30; Mc 14, 26). O horizonte do louvor ilumina assim o caminho difícil do Gólgota. Todo o Salmo 136 se desenvolve em forma de ladainha, ritmado pela repetição da antífona, «porque o seu amor é para sempre». Ao longo da composição são citados os numerosos prodígios de Deus na história dos homens e as suas intervenções contínuas a favor do seu povo; e a cada proclamação da obra salvífica do Senhor, responde a antífona com a motivação fundamental do louvor: o amor eterno de Deus, um amor que, segundo o termo hebraico utilizado, exige fidelidade, misericórdia, bondade, graça e ternura. Este é o motivo unificador de todo o Salmo, repetido de forma sempre igual, enquanto mudam as suas manifestações pontuais e paradigmáticas: a criação, a libertação do êxodo, o dom da terra, a ajuda providente e constante do Senhor pelo seu povo e por todas as criaturas.

Depois de um tríplice convite à ação de graças ao Deus soberano (cf. vv. 1-3), celebra-se o Senhor como Aquele que realiza «maravilhas» (v. 4), a primeira das quais é a criação: o céu, a terra e os astros (cf. vv. 5-9). O mundo criado não é um simples cenário no qual se insere o agir salvífico de Deus, mas é o próprio início daquele agir maravilhoso. Com a criação, o Senhor manifesta-se em toda a sua bondade e beleza, compromete-se com a vida, revelando uma vontade de bem da qual brotam todas as outras obras de salvação. E no nosso Salmo, evocando o primeiro capítulo do Gênesis, o mundo criado é resumido nos seus elementos principais, insistindo em particular sobre os astros, o sol, a lua e as estrelas, criaturas magníficas que governam o dia e a noite. Aqui não se fala da criação do ser humano, mas ele está sempre presente; o sol e a lua servem para ele — para o homem — cadenciar o tempo da humanidade, pondo-a em relação com o Criador, sobretudo através da indicação dos tempos litúrgicos.

E é precisamente a festa da Páscoa que é evocada logo depois quando, passando à manifestação de Deus na história, começa o grande evento da libertação da escravidão egípcia, do êxodo traçado nos seus elementos mais significativos: a libertação do Egito com o flagelo dos primogênitos egípcios, a saída do Egito, a passagem do mar Vermelho, o caminho no deserto, até à entrada na Terra prometida (cf. vv. 10-20). Estamos no momento originário da história de Israel. Deus interveio poderosamente para levar o seu povo à liberdade; através de Moisés, seu enviado, impôs-se ao faraó, revelando-se em toda a sua grandeza e, enfim, dominou a resistência dos Egípcios com o terrível flagelo da morte dos primogênitos. Assim Israel pode deixar o país da escravidão com o ouro dos seus opressores (cf. Êx 12, 35-36), «de cabeça erguida» (Êx 14, 8), no sinal exultante da vitória. Inclusive no mar Vermelho o Senhor age com poder misericordioso. Diante de um Israel assustado à vista dos Egípcios que o perseguem, a ponto de se arrepender de ter deixado o Egito (cf. Êx 14, 10-12) Deus, como diz o nosso Salmo, «dividiu em duas partes o mar Vermelho [...] fez passar Israel pelo meio [...] fazendo precipitar o faraó e o seu exército» (vv. 13-15). A imagem do mar Vermelho «dividido» em dois parece evocar a ideia do mar como um grande monstro que é cortado em duas partes, tornando-se assim inofensivo. O poder do Senhor derrota o perigo das forças da natureza e militares postas em campo diante dos homens: o mar, que parecia impedir o caminho ao povo de Deus, deixa Israel passar por terra seca e depois volta a fechar-se sobre os Egípcios, arrasando-os. «A mão poderosa e o braço estendido» do Senhor (cf. Dt 5, 15; 7, 19; 26, 8) mostram-se assim em toda a sua força salvífica: o opressor injusto foi derrotado, engolido pelas águas, enquanto o povo de Deus «passa pelo meio» para continuar o seu caminho rumo à liberdade.

Agora o nosso Salmo faz referência a este caminho, recordando com uma frase muito breve o longo peregrinar de Israel rumo à Terra prometida: «Guiou o seu povo pelo deserto, porque o seu amor é eterno» (v. 16). Estas palavras encerram uma experiência de quarenta anos, um tempo decisivo para Israel que, deixando-se guiar pelo Senhor, aprende a viver de fé, na obediência e na docilidade à lei de Deus. São anos difíceis, marcados pela dureza da vida no deserto, mas também anos felizes, de confiança no Senhor, de confiança filial; é o tempo da «juventude», como o define o profeta Jeremias, falando a Israel, em nome do Senhor, com expressões cheias de ternura e de saudade: «Lembro-me da tua fidelidade, no tempo da tua mocidade, do amor dos teus desposórios, quando me seguias no deserto, naquela terra que não se semeia» (Jr 2, 2). Como o pastor do Salmo 23, que pudemos contemplar numa catequese, por quarenta anos o Senhor guiou o seu povo, educou-o e amou-o, conduzindo-o até à Terra pro-

metida, vencendo a resistência e hostilidade de povos inimigos que queriam impedir o seu caminho de salvação (cf. vv. 17-20).

Na sucessão das «maravilhas» que o nosso Salmo enumera, chega-se assim ao momento do dom conclusivo, ao cumprimento da promessa divina feita aos Pais: «Entregou as suas terras como herança, porque o seu amor é eterno. Como patrimônio de Israel, seu servo, porque o seu amor é eterno!» (vv. 21-22). Agora, na celebração do amor eterno do Senhor, faz-se memória do dom da terra, um dom que o povo deve receber sem nunca se apoderar dele, vivendo continuamente numa atitude de acolhimento reconhecido e grato. Israel recebe o território onde habitar como «herança», um termo que de modo genérico designa a posse de um bem recebido de outrem, um direito de propriedade que, de modo específico, faz referência ao patrimônio paterno. Uma das prerrogativas de Deus é «doar»; e agora, no fim do caminho do êxodo, Israel, destinatário do dom, como um filho, entra na Terra da promessa cumprida. Terminou o tempo da vadiagem, debaixo das tendas, numa vida caracterizada pela precariedade. Agora começou o tempo feliz da estabilidade, da alegria de construir as casas, de plantar as vinhas e de viver com segurança (cf. Dt 8, 7-13). Mas é também o tempo da tentação idolátrica, da contaminação com os pagãos e da auto-suficiência que leva a esquecer a Origem do dom. Por isso, o Salmista menciona a humilhação e os inimigos, uma realidade de morte em que o Senhor, mais uma vez, se revela como Salvador: «No nosso abatimento ele lembrou-se de nós, porque a sua misericórdia é eterna. E livrou-nos dos nossos inimigos, porque a sua misericórdia é eterna» (vv. 23-24).

Nesta altura surge a pergunta: como podemos fazer deste Salmo uma nossa oração, como podemos fazer nosso este Salmo para a nossa prece? A moldura do Salmo é importante, no início e no fim: é a criação. Voltaremos a este ponto: a criação como o grande dom de Deus do qual vivemos, no qual Ele se revela na sua bondade e grandeza. Portanto, ter presente a criação como dádiva de Deus é um ponto comum para todos nós. Depois, segue-se a história da salvação. Naturalmente, nós podemos dizer: esta libertação do Egito, o tempo do deserto, a entrada na Terra Santa e depois os demais problemas, estão muito distantes de nós, não são a nossa história. Mas temos que prestar atenção à estrutura fundamental desta oração. A estrutura fundamental é que Israel se recorda da bondade do Senhor. Nesta história existem muitos vales obscuros, há numerosas passagens de dificuldade e de morte, mas Israel recorda-se que Deus era bom e pode sobreviver neste vale obscuro, neste vale da morte, porque se recorda. Tem a memória da bondade do Senhor, do seu poder; a sua misericórdia é válida eternamente. E isto é importante também para nós: ter uma memória da bondade do Senhor. A memória torna-se força da esperança. A memória diz-nos: Deus existe, Deus é bom, a sua misericórdia

é eterna. E assim a memória abre, mesmo na obscuridade de um dia, de um tempo, o caminho rumo ao futuro: é luz e estrela que nos guia. Também nós temos uma memória do bem, do amor misericordioso e eterno de Deus. A história de Israel já é uma memória também para nós, do modo como Deus se manifestou e criou para Si um povo. Depois, Deus fez-se homem, um de nós: viveu conosco, sofreu conosco e morreu por nós. E permanece conosco no Sacramento e na Palavra. É uma história, uma memória da bondade de Deus que nos garante a sua bondade: o seu amor é eterno. E depois, também nestes dois mil anos da história da Igreja, há sempre de novo a bondade do Senhor. Após o período obscuro da perseguição nazista e comunista, Deus libertou-nos, demonstrou-nos que é bom, que é forte, que a sua misericórdia é válida para sempre. E, assim como na história comum, coletiva, está presente esta memória da bondade de Deus, ajuda-nos, torna-se para nós a estrela da esperança, também cada um tem a sua história pessoal de salvação, e realmente temos que valorizar esta história, ter sempre presente a memória das maravilhas que Ele fez inclusive na minha vida, para ter confiança: a sua misericórdia é eterna. E se hoje estou na noite obscura, amanhã Ele libertar-me-á, porque a sua misericórdia é eterna.

Voltemos ao Salmo, porque no final retorna à criação. O Senhor — diz assim — «dá o alimento a todos os seres vivos, porque a sua misericórdia é eterna» (v. 25). A oração do Salmo conclui-se com um convite ao louvor: «Louvai o Deus do céu, porque a sua misericórdia é eterna». O Senhor é Pai bom e providente, que dá a herança aos próprios filhos e concede a todos o alimento para viver. O Deus que criou os céus, a terra e as grandes luzes celestes, que entra na história dos homens para levar à salvação todos os seus filhos é o Deus que enche o universo com a sua presença de bem, cuidando da vida e doando o pão. O poder invisível do Criador e Senhor, cantado no Salmo, revela-se na pequena visibilidade do pão que nos oferece, com o qual nos faz viver. E assim, este pão quotidiano simboliza e sintetiza o amor de Deus como Pai, e abre-nos ao cumprimento neotestamentário, àquele «pão de vida», a Eucaristia, que nos acompanha na nossa existência de crentes, antecipando a alegria definitiva do banquete messiânico no Céu.

Irmãos e irmãs, o louvor de bênção do Salmo 136 fez-nos repercorrer as etapas mais importantes da história da salvação, até chegar ao mistério pascal, em que a ação salvífica de Deus alcança o seu ápice. Portanto, é com alegria reconhecida que celebramos o Criador, Salvador e Pai fiel, que «Deus amou de tal modo o mundo, que lhe deu o seu Filho único, para que todo o que nele crer não pereça, mas tenha a vida eterna» (Jo 3, 16). Na plenitude dos tempos, o Filho de Deus faz-se homem para dar a vida, para a salvação de cada um de nós, e oferece-se como pão no mistério eucarístico para nos fazer entrar na sua aliança, que nos torna filhos. A

este ponto chegam a bondade misericordiosa de Deus e a sublimidade do seu «amor para sempre».

Por isso, quero concluir esta catequese, fazendo minhas as palavras que são João escreve na sua Primeira Carta e que deveríamos ter sempre presentes na nossa oração: «Vede com que amor nos amou o Pai, para que fôssemos chamados filhos de Deus. E de fato nós o somos» (1 Jo 3, 1). Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 26 de Outubro de 2011

Oração para preparação do Encontro de Assis Peregrinos da verdade, peregrinos da paz

Prezados irmãos e irmãs

Hoje, o encontro tradicional da Audiência geral assume um carácter particular, porque estamos na vigília do Dia de reflexão, diálogo e oração pela paz e a justiça no mundo, que terá lugar amanhã em Assis, vinte e cinco anos depois do primeiro encontro histórico convocado pelo Beato João Paulo II. Desejei dar a este Dia o título «Peregrinos da verdade, peregrinos da paz», para significar o compromisso que queremos renovar solenemente, com os membros de diversas religiões, e também com homens não crentes mas sinceramente em busca da verdade, na promoção do verdadeiro bem da humanidade e na construção da paz. Como já tive a oportunidade de recordar, «quem está a caminho de Deus não pode deixar de transmitir a paz; quem constrói a paz não pode deixar de se aproximar de Deus».

Como cristãos, estamos convictos de que a contribuição mais preciosa que podemos oferecer para a causa da paz é a oração. É por este motivo que, hoje, nos encontramos como Igreja de Roma, juntamente com os peregrinos presentes na Urbe, à escuta da Palavra de Deus, para invocar com fé o dom da paz. O Senhor pode iluminar a nossa mente e o nosso coração, e levar-nos a ser construtores de justiça e de reconciliação nas nossas realidades diárias e no mundo.

No trecho do profeta Zacarias, que há pouco ouvimos, ressoou um anúncio cheio de esperança e de luz (cf. 9, 10). Deus promete a salvação, convida a «soltar gritos de júbilo» porque esta salvação está a realizar-se. Fala-se de um rei: «Eis que o teu rei vem a ti; ele é justo e vitorioso» (v. 9), mas aquele que é anunciado não é um rei que se apresenta com o poder humano, com a força das armas; não é um rei que domina com o poder político e militar; é um rei manso, que reina com a humildade e a mansidão diante de Deus e dos homens, um rei diferente em relação aos grandes soberanos do mundo: «montado num jumento, um jumentinho, filho de uma jumenta», diz o profeta (Ibidem). Ele manifesta-se cavalgando o animal das pessoas comuns, do pobre, em contraste com os carros de guerra dos exércitos dos poderosos da terra. Aliás, é um rei que fará desaparecer tais carros, romperá os arcos de batalha e anunciará a paz às nações (cf. v. 10).

Mas quem é este rei de quem fala o profeta Zacarias? Vamos por um momento a Belém e voltemos a ouvir o que o Anjo diz aos pastores que vigiam de noite sobre o seu próprio rebanho. O Anjo anuncia uma alegria que será de todo o povo, ligada a um sinal pobre: um meni-

no envolvido em panos, colocado numa manjedoura (cf. Lc 2, 8-12). E a multidão celeste canta: «Glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens do seu agrado» (v. 14), aos homens de boa vontade. O nascimento daquele menino, que é Jesus, traz um anúncio de paz para o mundo inteiro. Mas vamos também aos momentos finais da vida de Cristo, quando Ele entra em Jerusalém e é recebido por uma multidão em festa. O anúncio do profeta Zacarias sobre a vinda de um rei humilde e manso voltou à mente dos discípulos de Jesus de modo particular depois dos acontecimentos da paixão, morte e ressurreição, do Mistério pascal, quando voltaram com os olhos da fé àquele ingresso jubiloso do Mestre na Cidade Santa. Ele cavalga uma jumenta emprestada (cf. Mt 21, 2-7): não está numa carroça rica, nem a cavalo, como os grandes. Não entra em Jerusalém acompanhado por um poderoso exército de carros e de cavaleiros. Ele é um rei pobre, o rei daqueles que são os pobres de Deus. No texto grego aparece o termo *praeîs*, que significa os mansos, os pacíficos; Jesus é o rei dos *anawim*, daqueles que têm o coração livre da ambição de poder e de riqueza material, de vontade e de busca de domínio sobre o próximo. Jesus é o rei de quantos têm aquela liberdade interior que os torna capazes de superar a avidez e o egoísmo que existem no mundo, e sabem que só Deus é a sua riqueza. Jesus é rei pobre entre os pobres, manso entre aqueles que querem ser mansos. Deste modo, Ele é rei de paz, graças ao poder de Deus, que é o poder do bem, o poder do amor. É um rei que fará desaparecer os carros e os cavalos de batalha, que romperá os arcos de guerra; um rei que realiza a paz na Cruz, unindo a terra e o céu, e lançando uma ponte fraterna entre todos os homens. A Cruz é o novo arco de paz, sinal e instrumento de reconciliação, de perdão, de compreensão, sinal de que o amor é mais forte que toda a violência e toda a opressão, mais vigoroso que a morte: o mal vence-se com o bem, com o amor.

Este é o novo reino de paz, em que Cristo é o rei; e é um reino que se estende sobre toda a terra. O profeta Zacarias anuncia que este rei manso e pacífico dominará «de um mar a outro, e do Rio às extremidades da terra» (9, 10). O reino que Cristo inaugura tem dimensões universais. O horizonte deste rei pobre e manso não é de um território, de um Estado, mas são os confins do mundo; para além de toda a barreira de raça, língua e cultura, Ele cria comunhão e unidade. E onde vemos realizar-se hoje este anúncio? A profecia de Zacarias, na grande rede das comunidades eucarísticas que se estende por toda a terra, sobressai luminosa. É um grande mosaico de comunidades em que se torna presente o sacrifício de amor deste rei manso e pacífico; é o grande mosaico que constitui o «Reino de paz» de Jesus, de mar a mar, até aos confins do mundo; é uma multidão de «ilhas de paz», que irradiam a paz. Em toda a parte, em cada realidade e cultura, das grandes cidades com os seus edifícios, aos pequenos povoados com as moradas humildes, das catedrais poderosas às pequenas capelas Ele vem e torna-se

presente; e ao entrarem em comunhão com Ele, também os homens permanecem unidos entre si num único corpo, superando divisão, rivalidades e rancores. O Senhor vem na Eucaristia para nos tirar do nosso individualismo, dos nossos particularismos que excluem os outros, para formar de nós um só corpo, um único reino de paz num mundo dividido.

Mas como podemos construir este reino de paz do qual Cristo é o rei? A exortação que Ele deixa aos seus Apóstolos e, através deles, a todos nós, é: «Ide, pois, e ensinai todas as nações... Eis que Eu estarei sempre convosco, até ao fim do mundo» (Mt 28, 19). Como Jesus, os mensageiros de paz do seu reino devem pôr-se a caminho, devem responder ao seu convite. Devem partir, mas não com o poder da guerra, nem com a força do poder. No trecho do Evangelho que ouvimos, Jesus envia setenta e dois discípulos para a grande messe que é o mundo, convidando-os a pedir ao Senhor da messe, a fim de que nunca faltem trabalhadores para a sua messe (cf. Lc 10, 1-3); e não os envia com meios poderosos, mas sim «como cordeiros para o meio de lobos» (v. 3), sem bolsa, nem alforje, nem sandálias (cf. v. 4). Numa das suas Homilias, são João Crisóstomo comenta: «Enquanto formos cordeiros, venceremos e, mesmo que sejamos circundados por numerosos lobos, conseguiremos superá-los. Mas se nos tornarmos lobos, seremos derrotados, porque ficaremos desprovidos da ajuda do pastor» (Homilia 33, 1: pg 57, 389). Os cristãos jamais devem ceder à tentação de se tornar lobos no meio dos lobos; não é com o poder, com a força e a violência que o reino de paz de Cristo se difunde, mas com o dom de si, com o amor levado ao extremo, também aos inimigos. Jesus não vence o mundo com a força das armas, mas com a força da Cruz, que é a verdadeira garantia da vitória. E isto, para quem quer ser discípulo do Senhor, seu enviado, tem como consequência o estar pronto também à paixão e ao martírio, a perder a própria vida por Ele, para que no mundo triunfem o bem, o amor e a paz. Esta é a condição para poder dizer, entrando em cada realidade: «A paz esteja nesta casa!» (Lc 10, 5).

Diante da Basílica de São Pedro encontram-se duas estátuas grandes dos santos Pedro e Paulo, facilmente identificáveis: são Pedro está com as chaves na mão, e são Paulo, ao contrário, tem nas mãos uma espada. Para quem não conhece a história deste último, poderia pensar que se trata de um grande comandante que guiou exércitos poderosos e com a espada submeteu povos e nações, alcançando fama e riqueza com o sangue dos outros. No entanto, é exatamente o contrário: a espada que ele tem nas mãos é o instrumento com que Paulo foi morto, com que padeceu o martírio e derramou o seu próprio sangue. A sua batalha não foi a da violência, da guerra, mas a do martírio por Cristo. A sua única arma foi precisamente o anúncio de «Jesus Cristo, e Cristo crucificado» (1 Cor 2, 2). A sua pregação não se fundou «em discursos persuasivos da sabedoria humana, mas na manifestação do Espírito e do poder divino» (v. 4).

Dedicou a sua vida ao anúncio da mensagem de reconciliação e de paz do Evangelho, despendendo todas as suas energias para o fazer ressoar até aos confins da terra. E esta foi a sua força: não procurou uma vida sossegada, cómoda, longe das dificuldades e das contrariedades, mas consumiu-se pelo Evangelho, entregou-se inteiramente a si mesmo sem reservas, e assim tornou-se o grande mensageiro da paz e da reconciliação de Cristo. A espada que são Paulo tem nas mãos evoca o poder da verdade, que muitas vezes pode ferir, pode fazer mal; o Apóstolo permaneceu fiel a esta verdade até ao fim, serviu-a, sofreu por ela e dedicou-lhe a sua vida. Esta mesma lógica é válida também para nós, se quisermos ser portadores do reino de paz anunciado pelo profeta Zacarias e realizado por Cristo: devemos estar dispostos a pagar pessoalmente, a padecer em primeira pessoa a incompreensão, a rejeição e a perseguição. Não é a espada do conquistador que constrói a paz, mas a espada do sofredor, de quem sabe entregar a própria vida.

Caros irmãos e irmãs, como cristãos queremos invocar de Deus o dom da paz, desejamos pedir-lhe que nos torne instrumentos da sua paz num mundo ainda dilacerado pelo ódio, por divisões, egoísmos e guerras, queremos pedir-lhe que o encontro de amanhã em Assis favoreça o diálogo entre pessoas de diferentes pertenças religiosas e traga um raio de luz capaz de iluminar a mente e o coração de todos os homens, para que o rancor ceda o lugar ao perdão, a divisão à reconciliação, o ódio ao amor e a violência à mansidão, e para que no mundo reine a paz. Amém!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 2 de Novembro de 2011

Celebração dedicada aos fiéis falecidos

Estimados irmãos e irmãs!

Depois de ter celebrado a Solenidade de Todos os Santos, hoje a Igreja convida-nos a comemorar todos os fiéis defuntos, a dirigir o nosso olhar para os numerosos rostos que nos precederam e que concluíram o caminho terreno. Na Audiência deste dia, então, gostaria de vos propor alguns pensamentos simples sobre a realidade da morte, que para nós cristãos é iluminada pela Ressurreição de Cristo, e para renovar a nossa fé na vida eterna.

Como disse ontem no *Angelus*, nestes dias vamos ao cemitério para rezar pelas pessoas queridas que nos deixaram, é quase como ir visitá-las para lhes manifestar, mais uma vez, o nosso carinho, para as sentir ainda próximas, recordando também, deste modo, um artigo do Credo: na comunhão dos Santos há um vínculo estreito entre nós que ainda caminhamos nesta terra e muitos irmãos e irmãs que já alcançaram a eternidade.

Desde sempre, o homem preocupou-se pelos seus mortos e procurou conferir-lhes uma espécie de segunda vida, através da atenção, do cuidado e do carinho. De certa maneira, deseja-se conservar a sua experiência de vida; e, paradoxalmente, como eles viveram, o que amaram, o que temeram e o que detestaram, nós descobrimo-lo precisamente a partir dos túmulos, diante dos quais se apinham recordações. Estas são como que um espelho do seu mundo.

Por que é assim? Porque, não obstante a morte seja com frequência um tema quase proibido na nossa sociedade, e haja a tentativa contínua de eliminar da nossa mente até o pensamento da morte, ela diz respeito a cada um de nós, refere-se ao homem de todos os tempos e de todos os espaços. E diante deste mistério todos, também inconscientemente, procuramos algo que nos convide a esperar, um sinal que nos dê consolação, que abra algum horizonte, que ofereça ainda um futuro. Na realidade, o caminho da morte é uma senda da esperança, e percorrer os nossos cemitérios, como também ler as inscrições sobre os túmulos é realizar um caminho marcado pela esperança de eternidade.

Mas perguntamo-nos: por que sentimos medo diante da morte? Por que motivo uma boa parte da humanidade nunca se resignou a acreditar que para além dela não existe simplesmente o nada? Diria que as respostas são múltiplas: temos medo diante da morte, porque temos medo do nada, este partir rumo a algo que não conhecemos, que nos é desconhecido. E então em nós existe um sentido de rejeição, porque não podemos aceitar que tudo quanto de belo e grande foi realizado durante uma existência inteira seja repentinamente eliminado e precipite

no abismo no nada. Sobretudo, nós sentimos que o amor evoca e exige a eternidade, e não é possível aceitar que ele seja destruído pela morte num só instante.

Além disso, temos medo diante da morte porque, quando nos encontramos próximos do fim da existência, há a percepção de que existe um juízo sobre as nossas obras, sobre o modo como conduzimos a nossa vida, principalmente sobre aqueles pontos de sombra que, com habilidade, muitas vezes sabemos anular ou tentamos remover da nossa consciência. Diria que precisamente a questão do juízo está com frequência subjacente ao cuidado do homem de todos os tempos pelos finados, a atenção pelas pessoas que foram significativas para ele e que não estão mais ao seu lado no caminho da vida terrena. Num certo sentido, os gestos de carinho e de amor que circundam o defunto constituem um modo para o proteger, na convicção de que eles não permaneçam sem efeito na hora do juízo. Podemos ver isto na maior parte das culturas que caracterizam a história do homem.

Hoje o mundo tornou-se, pelo menos aparentemente, muito mais racional, ou melhor, difundiu-se a tendência a pensar que cada realidade deve ser enfrentada com os critérios da ciência experimental, e que também à grandiosa interrogação da morte é necessário responder não tanto com a fé, mas a partir de conhecimentos experimentais, empíricos. Porém, não nos damos conta de modo suficiente, de que precisamente desta maneira terminamos por cair em formas de espiritismo, na tentativa de manter algum contato com o mundo para além da morte, quase imaginando que existe uma realidade que, no final, seria uma réplica da vida presente.

Caros amigos, a Solenidade de Todos os Santos e a Comemoração de todos os fiéis defuntos dizem-nos que somente quem pode reconhecer uma grande esperança na morte, pode também levar uma vida a partir da esperança. Se nós reduzirmos o homem exclusivamente à sua dimensão horizontal, àquilo que se pode sentir de forma empírica, a própria vida perde o seu profundo sentido. O homem tem necessidade de eternidade, e para ele qualquer outra esperança é demasiado breve, é demasiado limitada. O homem só é explicável, se existir um Amor que supere todo o isolamento, também o da morte, numa totalidade que transcenda até o espaço e o tempo. O homem só é explicável, só encontra o seu sentido mais profundo, se Deus existir. E nós sabemos que Deus saiu do seu afastamento e fez-se próximo, entrou na nossa vida e diz-nos: «Eu sou a ressurreição e a vida; quem crê em mim, ainda que esteja morto, viverá. E todo aquele que vive e crê em mim, jamais morrerá» (Jo 11, 25-26).

Pensemos por um momento na cena do Calvário e voltemos a ouvir as palavras que Jesus, do alto da Cruz, dirige ao malfeitor crucificado à sua direita: «Em verdade te digo: hoje estarás comigo no Paraíso» (Lc 23, 43). Pensemos nos dois discípulos no caminho de Emaús quando,

depois de terem percorrido um trecho da estrada com Jesus Ressuscitado, O reconhecem e, sem hesitar, partem rumo a Jerusalém para anunciar a Ressurreição do Senhor (cf. Lc 24, 13-35). Voltam à mente com clareza renovada as palavras do Mestre: «Não se turve o vosso coração: credes em Deus, crede também em mim. Na casa de meu Pai há muitas moradas. Se assim não fora, ter-vo-lo-ia dito; pois vou preparar-vos um lugar?» (Jo 14, 1-2). Deus revelou-se verdadeiramente, tornou-se acessível e amou de tal modo o mundo, «que lhe deu o seu Filho único, para que todo o que nele crer não pereça, mas tenha a vida eterna» (Jo 3, 16), e no supremo gesto de amor da Cruz, mergulhando no abismo da morte, venceu-a, ressuscitou e abriu também para nós as portas da eternidade. Cristo sustêm-nos através da noite da morte que Ele mesmo atravessou; é o Bom Pastor, a cuja guia podemos confiar sem qualquer temor, porque Ele conhece bem o caminho, até através da obscuridade.

Cada domingo, recitando o Credo, nós confirmamos esta verdade. E visitando os cemitérios para rezar com afeto e com amor pelos nossos defuntos, somos convidados, mais uma vez, a renovar com coragem e com força a nossa fé na vida eterna, aliás, a viver com esta grande esperança e testemunhá-la ao mundo: por detrás do presente não existe o nada. E é precisamente a fé na vida eterna que confere ao cristão a coragem de amar ainda mais intensamente esta nossa terra e de trabalhar para lhe construir um futuro, para lhe dar uma esperança verdadeira e segura. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 9 de Novembro de 2011

Salmo 119 (118)

Prezados irmãos e irmãs

Nas últimas catequeses refletimos sobre alguns Salmos que são exemplos dos gêneros típicos da oração: lamentação, confiança e louvor. Na catequese de hoje, gostaria de meditar sobre o Salmo 119 segundo a tradição judaica, e 118 segundo a tradição greco-latina: um Salmo muito particular, único do seu gênero. Antes de tudo, pelo seu comprimento: com efeito, é composto por 176 versículos, divididos em 22 estrofes de oito versículos cada uma. Além disso, tem a peculiaridade de ser um «acróstico alfabético»: ou seja, é construído segundo o alfabeto hebraico, que é composto por 22 letras. Cada estrofe corresponde a uma letra daquele alfabeto, e com tal letra começa a primeira palavra dos oito versículos da estrofe. Trata-se de uma construção literária original e muito difícil, em que o autor do Salmo teve de demonstrar toda a sua habilidade.

Mas aquilo que para nós é mais importante é a temática central deste Salmo: com efeito, trata-se de um imponente e solene canto sobre a *Torah* do Senhor, ou seja sobre a sua Lei, um termo que na sua acepção mais ampla e completa, deve ser compreendido como ensinamento, instrução, diretriz de vida; a *Torah* é revelação, é Palavra de Deus que interpela o homem e suscita a sua resposta de obediência confiante e de amor generoso. E este salmo está inteiramente impregnado de amor pela Palavra de Deus, o qual celebra a sua beleza, a sua força salvífica, a sua capacidade de doar alegria e vida. Porque a Lei divina não é um jugo pesado de escravidão, mas um dom de graça que nos torna livres e nos leva para a felicidade. «Delicio-me com as vossas leis, jamais esquecerei as vossas palavras», afirma o Salmista (v. 16); e depois: «Dirigi-me pela senda dos vossos preceitos, porque neles me deleito» (v. 35); e ainda: «Quanto amo a vossa lei! Nela medito todos os dias» (v. 97). A Lei do Senhor, a sua Palavra, é o centro da vida do orante; aí encontra consolação, dela faz objeto de meditação e conserva-a no seu coração: «Guardo no meu coração as vossas promessas, para não pecar contra Vós» (v. 11): este é o segredo da felicidade do Salmista; e depois ainda: «Os soberbos forjam mentiras contra mim, mas com toda a alma quero guardar os vossos mandamentos» (v. 69).

A fidelidade do Salmista nasce da escuta da Palavra, a conservar no íntimo, meditando-a e amando-a, precisamente como Maria, que «conservava, ponderando-as no seu coração», as palavras que lhe tinham sido dirigidas e os acontecimentos maravilhosos em que Deus se revelava, pedindo o seu consentimento de fé (cf. Lc 2, 19.51). E se o nosso Salmo começa nos primeiros versículos, proclamando «feliz» «os que conduzem os seus passos na Lei do Se-

nhor» (v. 1b) e «quantos observam os seus preceitos» (v. 2a), é ainda a Virgem Maria que completa a figura perfeita do crente, descrito pelo Salmista. Com efeito, Ela é a verdadeira «bem-aventurada», assim proclamada por Isabel, porque «acreditou que teriam cumprimento as coisas que lhe foram ditas da parte do Senhor» (Lc 1, 45), e é dela e da sua fé que o próprio Jesus dá testemunho quando, à mulher que tinha bradado: «Felizes as entranhas que te trouxeram», responde: «Felizes aqueles que ouvem a palavra de Deus e a põem em prática!» (Lc 11, 27-28). Sem dúvida, Maria é feliz porque o seu ventre trouxe o Salvador, mas principalmente porque acolheu o anúncio de Deus e foi guardiã atenta e amorosa da sua Palavra.

Por conseguinte, o Salmo 119 desenvolve-se inteiramente ao redor desta Palavra de vida e de bem-aventurança. Embora o seu tema central sejam a «Palavra» e a «Lei» do Senhor, ao lado destes termos recorrem em quase todos os versículos sinónimos como «preceitos», «decretos», «ordens», «ensinamentos», «promessa», «juízos»; e além disso muitos verbos a eles correlativos, como observar, guardar, compreender, conhecer, amar, meditar e viver. Todo o alfabeto se desenvolve através das 22 estrofes deste Salmo, e também todo o vocabulário da relação confiante do crente com Deus; aqui encontramos o louvor, a ação de graças, a confiança, mas inclusive a súplica e a lamentação, porém sempre imbuídos da certeza da graça divina e do poder da Palavra de Deus. Também os versículos mais marcados pela dor e pelo sentido de obscuridade permanecem abertos à esperança e são permeados de fé. «A minha alma está colada ao pó; dai-me a vida, segundo a vossa palavra» (v. 25), reza confiante o Salmista; «Sou como odre exposto ao fumo, mas não esqueço os vossos preceitos» (v. 83), é o seu clamor de crente. Mesmo sendo posta à prova, a sua fidelidade encontra força na Palavra do Senhor: «Assim, darei resposta àquele que me insulta, porque confio na vossa palavra» (v. 42), diz ele com firmeza; e inclusive diante da perspectiva angustiante da morte, os decretos do Senhor constituem o seu ponto de referência e a esperança de vitória: «Por pouco não me eliminaram desta terra, mas eu nunca renego os vossos preceitos» (v. 87).

A lei divina, objeto do amor apaixonado do Salmista e de cada crente, é fonte de vida. O desejo de a compreender, de a observar e de orientar para ela todo o seu ser é a característica do homem justo e fiel ao Senhor, que a «medita dia e noite», como recita o Salmo 1 (v. 2); trata-se de uma lei, a de Deus, que devemos conservar «no coração», como reza o famoso texto do *Shema* no Deuteronômio:

«Escuta, ó Israel... Estes mandamentos que hoje te imponho serão gravados no teu coração. Ensiná-los-ás aos teus filhos, e meditá-los-ás quer em tua casa, quer em viagem, quer ao deitar-te, ou ao levantar-te» (6, 4.6-7).

Centro da existência, a Lei de Deus exige a escuta do coração, uma escuta feita de obediência não servil, mas filial, confiante e consciente. A escuta da Palavra é encontro pessoal com o Senhor da vida, um encontro que deve traduzir-se em escolhas concretas e tornar-se caminho e seguimento. Quando se lhe pergunta o que é necessário fazer para alcançar a vida eterna, Jesus aponta o caminho da observância da Lei, mas indicando o modo de o fazer para lhe dar cumprimento: «Falta-te apenas uma coisa: vai, vende tudo o que tens, dá o dinheiro aos pobres e terás um tesouro no Céu; depois, vem e segue-me!» (Mc 10, 21 e par.). O cumprimento da Lei consiste em seguir Jesus, percorrer o caminho de Jesus, em companhia de Jesus.

Portanto, o Salmo 119 leva-nos ao encontro com o Senhor e orienta-nos para o Evangelho. Ele contém um versículo sobre o qual agora gostaria de meditar: é o v. 57: «Eu declarei, Senhor, ser meu quinhão guardar os vossos mandamentos». Também noutros Salmos o orante afirma que o Senhor é o seu «quinhão», a sua herança: «Senhor, Vós sois a parte da minha herança e da minha taça», recita o Salmo 16 (v. 5a), «O Senhor é para sempre a rocha do meu coração e a minha herança» é a proclamação do fiel no Salmo 73 (v. 26 b), e ainda, no Salmo 142, o Salmista clama ao Senhor: «Vós sois o meu refúgio, Vós sois o meu quinhão na terra dos vivos» (v. 6b).

Este termo, «quinhão», evoca o acontecimento da repartição da terra prometida entre as tribos de Israel, quando não foi atribuída aos levitas porção alguma de território, porque o seu «quinhão» era o próprio Senhor. Dois textos do Pentateuco são explícitos a este propósito, utilizando o termo em questão: «O Senhor disse a Aarão: "Nada possuirás na terra deles, e não terás parte alguma entre eles. Eu sou a tua parte e a tua herança no meio dos israelitas"», assim declara o Livro dos Números (18, 20), e o Deuteronômio reitera: «Por isso, Levi não teve parte nem herança entre os seus irmãos: Deus é a sua herança, como lhe prometeu o Senhor, teu Deus» (Dt 10, 9; cf. 18, 2; Gn 13, 33; Ez 44, 28).

Os sacerdotes, pertencentes à tribo de Levi, não podem ser proprietários de terras no país que Deus oferecia em herança ao seu povo, cumprindo a promessa feita a Abraão (cf. Gn 12, 1-7). A posse da terra, elemento fundamental de estabilidade e de possibilidade de sobrevivência, era um sinal de bênção, porque implicava a possibilidade de construir uma casa, de aí crescer os próprios filhos, de cultivar os campos e de viver dos frutos da terra. Pois bem os levitas, mediadores do sagrado e da bênção divina, não podem ter, como os outros israelitas, este sinal exterior da bênção e esta fonte de subsistência. Inteiramente consagrados ao Senhor, devem viver apenas dele, abandonados ao seu amor providencial e à generosidade dos seus irmãos, sem dispor de uma herança porque Deus é o seu quinhão de herança, Deus é a sua terra, que os faz viver em plenitude.

E agora, o orante do Salmo 119 aplica a si mesmo esta realidade: «O Senhor é o meu quinhão». O seu amor a Deus e à sua Palavra leva-o à escolha radical de possuir o Senhor como único bem e também de conservar as suas palavras com um dom inestimável, mais precioso que toda a herança e toda a posse terrena. Com efeito, o nosso versículo tem a possibilidade de uma dupla tradução e poderia ser apresentado também do seguinte modo: «Eu declarei, Senhor, ser meu quinhão guardar as vossas palavras». As duas traduções não se contradizem mas, ao contrário, completam-se reciprocamente: o Salmista afirma que a sua parte é o Senhor, mas que também conservar as palavras divinas é a sua herança, como depois dirá no v. 111: «A minha herança serão sempre as vossas ordens, elas são a alegria da minha alma». Esta é a felicidade do Salmista: a ele, assim como aos levitas, foi confiada como porção de herança a Palavra de Deus.

Caríssimos irmãos e irmãs, estes versículos são de grande importância também hoje, para todos nós. Em primeiro lugar para os sacerdotes, chamados a viver unicamente do Senhor e da sua Palavra, sem outras seguranças, possuindo-O como único bem e única fonte de vida verdadeira. É nesta luz que se compreende a livre escolha do celibato pelo Reino dos céus, a ser redescoberto na sua beleza e força. Mas estes versículos são importantes também para todos os fiéis, povo de Deus pertencente unicamente a Ele, «reino de sacerdotes» pelo Senhor (cf. 1 Pt 2, 9; Ap 1, 6; 5, 10), chamados à radicalidade do Evangelho, testemunhas da vida trazida por Cristo, novo e definitivo «Sumo Sacerdote», que se ofereceu em sacrifício pela salvação do mundo (cf. Hb 2, 17; 4, 14-16; 5, 5-10; 9, 11 ss.). O Senhor e a sua Palavra: eis a nossa «terra», na qual viver na comunhão e alegria.

Portanto, deixemos que o Senhor grave no nosso coração este amor pela sua Palavra, e que nos conceda de O ter, bem como a sua santa vontade, sempre no centro da nossa existência. Peçamos que a nossa prece e toda a nossa vida sejam iluminadas pela Palavra de Deus, lâmpada para os nossos passos e luz para o nosso caminho, como diz o Salmo 119 (cf. v. 105), de tal modo que o nosso caminhar seja seguro, na terra dos homens. E Maria, que acolheu e gerou a Palavra, seja a nossa guia e o nosso conforto, estrela polar que indica o caminho da felicidade.

Então, também nós poderemos alegrar-nos na nossa oração, como o orante do Salmo 16, pelos dons inesperados do Senhor e a herança imerecida que nos coube como sorte:

«Senhor, Vós sois a parte da minha herança e da minha taça... As medidas caíram-me em lugares aprazíveis, e agrada-me a minha herança» (Sl 16, 5.6).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 16 de Novembro de 2011

O Rei Messias Salmo 110 (109)

Queridos irmãos e irmãs,

Gostaria de terminar hoje as minhas catequeses sobre a oração do Saltério meditando acerca de um dos mais famosos «Salmos reais», um Salmo que o próprio Jesus citou e que os autores do Novo Testamento retomaram e leram amplamente com referência ao Messias, a Cristo. Trata-se do Salmo 110 segundo a tradição judaica, 109 segundo a greco-latina: um Salmo muito amado pela Igreja antiga e pelos crentes de todos os tempos. Inicialmente esta oração talvez estivesse relacionada com a entronização de um rei davídico; contudo o seu sentido vai além da específica contingência do fato histórico abrindo-se a dimensões mais amplas e tornando-se assim celebração do Messias vitorioso, glorificado à direita de Deus.

O Salmo inicia com uma declaração solene:

"Oráculo do Senhor ao meu senhor:
«Senta-te à minha direita, enquanto ponho os teus inimigos como escabelo dos teus pés»" (v. 1).

O próprio Deus entroniza o rei na glória, fazendo-o sentar à sua direita, um sinal de grandíssima honra e de absoluto privilégio. O rei é admitido desta forma a participar do senhorio divino, do qual é mediador junto do povo. Este senhorio do rei concretiza-se também na vitória sobre os adversários, que são colocados aos seus pés pelo próprio Deus; a vitória sobre os inimigos é do Senhor, mas o rei é disso tornado partícipe e o seu triunfo torna-se testemunho e sinal do poder divino.

A glorificação real expressa neste início do Salmo foi assumida no Novo Testamento como profecia messiânica; por isso o versículo é um dos mais usados pelos autores neotestamentais, ou como citação explícita ou como alusão. O próprio Jesus mencionou este versículo a propósito do Messias para mostrar que o Messias é mais do que Davi, é o Senhor de Davi (cf. Mt 22, 4145; Mc 12, 35-37; Lc 20, 41-44). E Pedro retoma-o no seu sermão de Pentecostes, anunciando que com a ressurreição de Cristo se realiza esta entronização do rei e que a partir de agora Cristo está à direita do Pai, participa do Senhorio de Deus sobre o mundo (cf. At 2, 29-35). De fato, é o Cristo, o Senhor entronizado, o Filho do homem sentado à direita de Deus que vem sobre as nuvens do céu, como o próprio Jesus se define durante o processo diante do Sinédrio (cf. Mt 26, 63-64; Mc 14, 61-62; cf. também Lc 22, 66-69). É Ele o verdadeiro rei que com a sua ressurreição entrou na glória à direita do Pai (cf. Rm 8, 34; Ef 2, 5; Cl 3, 1: Hb

8, 1; 12, 2), feito superior aos anjos, sentado no céu acima de qualquer poder e com todos os adversários aos seus pés, até quanto a última inimiga, a morte, for derrotada definitivamente por Ele (cf. 1 Cor 15, 24-26; Ef 1, 20-23; Hb 1, 3-4.13; 2, 5-8; 10, 12-13; 1 Pd 3, 22). E compreende-se imediatamente que este rei que está à direita de Deus e participa do seu Senhorio, não é um destes homens sucessores de Davi, mas só o novo Davi, o Filho de Deus que venceu a morte e participa realmente na glória de Deus. É o nosso rei, que nos dá também a vida eterna.

Existe, por conseguinte, uma relação inseparável entre o rei celebrado pelo nosso Salmo e Deus; os dois governam juntos um único governo, a tal ponto que o Salmista pode afirmar que é o próprio Deus quem estende o ceptro do soberano atribuindo-lhe a tarefa de dominar sobre os seus adversários, como recita o versículo 2:

«O ceptro do teu poder ser-te-á enviado desde Sião pelo Senhor:
domina no meio dos teus inimigos!».

O exercício do poder é um encargo que o rei recebe diretamente do Senhor, uma responsabilidade que deve viver na dependência e na obediência, tornando-se assim sinal, no âmbito do povo, da presença poderosa e providente de Deus. O domínio sobre os inimigos, a glória e a vitória são dons recebidos, que fazem do soberano um mediador do triunfo divino sobre o mal. Ele domina sobre os inimigos transformando-os, e vencendo-os com o seu amor.

Por isso, no versículo seguinte, celebra-se a grandeza do rei. O versículo 3, na realidade, apresenta algumas dificuldades de interpretação. No texto original judaico faz-se referência à convocação do exército à qual o povo responde generosamente estreitando-se ao seu soberano no dia da sua coroação. A tradução grega dos LXX, que remonta aos séculos III-II antes de Cristo, ao contrário faz referência à filiação divina do rei, ao seu nascimento ou geração da parte do Senhor, e é esta a escolha interpretativa de toda a tradição da Igreja, pela qual o versículo ressoa do seguinte modo:

«Desde o dia do teu nascimento receberás o principado,
no esplendor sagrado desde o seio materno,
desde a aurora da tua infância».

Este oráculo divino sobre o rei afirmaria portanto uma geração divina repleta de esplendor e de mistério, uma origem secreta e imperscrutável, ligada à beleza arcana da aurora e ao prodígio do orvalho que à luz do amanhecer brilha sobre os campos e os torna fecundos. Delineia-

se assim, indissoluvelmente relacionada com a realidade celeste, a figura do rei que vem realmente de Deus, do Messias que leva ao povo a vida divina e é mediador de santidade e de salvação. Também aqui vemos que tudo isto não é realizado pela figura de um rei davídico, mas pelo Senhor Jesus Cristo, que provém realmente de Deus; Ele é a luz que traz a vida divina ao mundo.

Com esta sugestiva e enigmática imagem termina a primeira estrofe do Salmo, à qual se segue outro oráculo, que abre uma nova perspectiva, em sintonia com uma dimensão conexa com a realeza. O versículo 4 recita:

"O Senhor jurou e não voltará atrás:
«Tu és sacerdote para sempre
segundo a ordem de Melquisedeque»".

Melquisedeque era o sacerdote rei de Salém que tinha abençoado Abraão e oferecido pão e vinho depois da vitoriosa campanha militar guiada pelo patriarca para salvar o sobrinho Lot das mãos dos inimigos que o tinham capturado (cf. Gn 14). Na figura de Melquisedeque, poder real e sacerdotal convergem e são agora proclamados pelo Senhor numa declaração que promete eternidade: o rei celebrado pelo Salmo será sacerdote para sempre, mediador da presença divina no meio do seu povo, através da bênção que vem de Deus e que na ação litúrgica se encontra com a resposta bendizente do homem.

A Carta aos Hebreus faz referência explícita a este versículo (cf. 5, 5-6.10; 6, 19-20) e centra sobre ele todo o capítulo 7, elaborando a sua reflexão sobre o sacerdócio de Cristo. Jesus, assim nos diz a Carta aos Hebreus à luz do salmo 110(109), é o sacerdote verdadeiro e definitivo, que dá cumprimento às características do sacerdócio de Melquisedeque tornando-as perfeitas.

Melquisedeque, como diz a Carta aos Hebreus, não tinha «pai, nem mãe, nem genealogia» (7, 3a), por conseguinte sacerdote não segundo as regras dinásticas do sacerdócio levítico. Por isso, ele «é sacerdote para sempre» (7, 3c), prefiguração de Cristo, sumo sacerdote perfeito que «não se tornou tal segundo uma lei prescrita pelos homens, mas pelo poder de uma vida indestrutível» (7, 16). No Senhor Jesus que ressuscitou e subiu ao céu, onde está sentado à direita do Pai, concretiza-se a profecia do nosso Salmo e o sacerdócio de Melquisedeque é levado a cumprimento, porque é absoluto e eterno, tendo-se tornado uma realidade que não conhece ocaso (cf. 7, 24). E a oferta do pão e do vinho, realizada por Melquisedeque no tempo de Abraão, tem o seu cumprimento no gesto eucarístico de Jesus, que no pão e no vinho se oferece a si mesmo e, uma vez vencida a morte, leva à vida todos os crentes. Sacerdote pere-

ne, «santo, inocente, sem mancha» (7, 26), ele, como diz ainda a Carta os Hebreus, «pode salvar perfeitamente os que por Ele se aproximam de Deus, vivendo sempre para interceder em seu favor» (7, 25).

Depois deste oráculo divino do versículo 4, com o seu juramento solene, o cenário do Salmo muda e o poeta, dirigindo-se diretamente ao rei, proclama: «O Senhor está à tua direita!» (v. 5a). Se no versículo 1 era o rei quem se sentava à direita de Deus em sinal de sumo prestígio e de honra, agora é o Senhor que se coloca à direita do soberano para o proteger com o escudo na batalha e para o salvar de qualquer perigo. O rei está protegido. Deus é o seu defensor e juntos combatem e vencem qualquer mal.

Abrem-se assim os versículos finais do Salmo com a visão do soberano triunfante que, apoiado pelo Senhor, tendo recebido d'Ele poder e glória (cf. v. 2), se opõe aos inimigos dispersando os adversários e julgando as nações. A escolha é apresentada com fortes tonalidades, para significar a dramaticidade do combate e a plenitude da vitória real. O soberano, protegido pelo Senhor, abate qualquer obstáculo e procede seguro rumo à vitória. Diz-nos: sim, há tanto mal no mundo, há uma batalha permanente entre o bem e o mal, e parece que o mal é mais forte. Não, o Senhor é mais forte, o nosso verdadeiro rei e sacerdote Cristo, porque combate com toda a força de Deus e, apesar de todas as coisas que nos fazem ter dúvidas sobre o êxito positivo da história, vence Cristo e vence o bem, vence o amor e não o ódio.

Insere-se aqui a imagem sugestiva com a qual se conclui o nosso Salmo, que é também uma palavra enigmática.

Bebe da torrente no caminho
e, logo a seguir, ergue a cabeça (v. 7).

No meio da descrição da batalha, sobressai a figura do rei que, num momento de trégua e de repouso, mata a sede na torrente de água, encontrando nela alívio e novo vigor, de modo a poder retomar o seu caminho triunfante, de cabeça levantada, em sinal de vitória definitiva. É óbvio que esta palavra muito enigmática era um desafio para os Padres da Igreja devido às diversas interpretações que se podiam dar. Assim, por exemplo, santo Agostinho diz: esta torrente é o ser humano, a humanidade, e Cristo bebeu desta torrente tornando-se homem, e desta forma, entrando na humanidade do ser humano, levantou a cabeça e agora é a cabeça do Corpo místico, é a nossa cabeça, é o vencedor definitivo (cf. Enarratio in Psalmum CIX, 20: PL 36, 1462).

Queridos amigos, seguindo a linha interpretativa do Novo Testamento, a tradição da Igreja teve em grande consideração este Salmo como um dos textos messiânicos mais significativos.

E, de forma eminente, os Padres a ele fizeram referência contínua em chave cristológica: o rei cantado pelo Salmista é, definitivamente Cristo, o Messias que instaura o Reino de Deus e vence os poderes do mundo, é o Verbo gerado pelo Pai antes de todas as criaturas, antes da aurora, o Filho encarnado morto e ressuscitado e sentado no céu, o sacerdote eterno que, no mistério do pão e do vinho, concede a remissão dos pecados e a reconciliação com Deus, o rei que levanta a cabeça triunfando sobre a morte com a sua ressurreição. Seria suficiente recordar mais uma vez um trecho do comentário de santo Agostinho sobre este Salmo, quando escreve: «Era necessário conhecer o único Filho de Deus, que estava para vir entre os homens, para assumir o homem e para se tornar homem através da natureza assumida: ele morreu, ressuscitou, subiu ao céu, sentou-se à direita do Pai e realizou entre as nações quanto tinha prometido... Por conseguinte, tudo isto tinha que ser profetizado, tinha que ser prenunciado, tinha que ser indicado como destinado a acontecer, para que, tendo chegado imprevistamente, não amedrontasse. Mas fosse prenunciado, bastante aceite com fé, alegria e esperado. Insere-se no âmbito destas promessas este Salmo, o qual profetiza, com palavras tão certas quanto explícitas, o nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, que nós não podemos minimamente duvidar que ele seja realmente anunciado o Cristo» (cf. Enarratio in Psalmum CIX: PL 36, 1447).

O acontecimento pascal de Cristo torna-se assim a realidade para a qual nos convida a olhar o Salmo, a olhar para Cristo a fim de compreender o sentido da verdadeira realeza, que deve ser vivida no serviço e na doação de si, num caminho de obediência e de amor levado «até ao fim» (cf. Jo 13, 1 e 19, 30). Por conseguinte, ao rezar com este Salmo, pedimos ao Senhor para poder andar também nós pelos seus caminhos, no seguimento de Cristo, o rei Messias, dispostos a subir com Ele ao monte da cruz para alcançar com Ele a glória, e para o contemplar sentado à direita do Pai, rei vitorioso e sacerdote misericordioso que concede o perdão e a salvação a todos os homens. E também nós, tornados, por graça de Deus, «estirpe eleita, sacerdócio real, nação santa» (cf. 1 Pd 2, 9), podemos beber com alegria da nascente da salvação (cf. Is 12, 3) e proclamar a todo o mundo as maravilhas d'Aquele que nos «chamou das trevas para a luz maravilhosa» (cf. 1 Pd 2, 9).

Queridos amigos, nestas últimas catequeses quis apresentar-vos alguns Salmos, orações preciosas que encontramos na Bíblia e que refletem as várias situações da vida e os diversos estados de ânimo que podemos ter em relação a Deus. Gostaria então de renovar a todos o convite a rezar com os Salmos, possivelmente habituando-se a utilizar a Liturgia das Horas da Igreja, as Laudes das manhã, as Vésperas da tarde, a Completa antes de adormecer. A nossa relação com Deus só poderá ser enriquecida no caminho quotidiano rumo a Ele e realizada com maior alegria e confiança. Obrigado.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 23 de Novembro de 2011

Viagem Apostólica ao Benim

Amados irmãos e irmãs,

Ainda estão vivas em mim as impressões suscitadas pela recente Viagem Apostólica ao Benim, sobre a qual hoje desejo meditar. Brota espontaneamente da minha alma a ação de graças ao Senhor: na sua providência, Ele quis que eu voltasse à África pela segunda vez como sucessor de Pedro, por ocasião do 150° aniversário do início da evangelização do Benim e para assinar e entregar oficialmente às comunidades eclesiais africanas a Exortação Apostólica pós-sinodal *Africae munus*. Neste importante documento, depois de meditado sobre as análises e as propostas derivadas da segunda Assembleia Especial para a África do Sínodo dos Bispos, realizada no Vaticano em Outubro de 2009, desejei oferecer algumas linhas para a obra pastoral no grande Continente africano. Ao mesmo tempo, eu quis prestar homenagem e rezar diante do túmulo de um ilustre filho do Benim e da África, além de grande homem de Igreja, o inesquecível Cardeal Bernardin Gantin, cuja venerada memória está viva como nunca no seu país, que o considera um Pai da pátria, e no Continente inteiro.

Hoje desejo reiterar o meu mais profundo agradecimento àqueles que contribuíram para a realização desta minha peregrinação. Antes de tudo, estou muito grato ao Senhor Presidente da República, que com grande cortesia me ofereceu a sua cordial saudação, bem como a de todo o país; ao Arcebispo de Cotonou e aos outros venerados Irmãos no Episcopado, que me receberam com carinho. Além disso, agradeço aos sacerdotes, aos religiosos, às religiosas, aos diáconos, aos catequistas e aos inúmeros irmãos e irmãs, que com tanta fé e entusiasmo me acompanharam durante aqueles dias de graça. Vivemos juntos uma comovedora experiência de fé e de renovado encontro com Jesus Cristo vivo, no contexto do 150° aniversário da evangelização do Benim.

Coloquei os frutos da segunda Assembleia Especial para a África do Sínodo dos Bispos aos pés da Virgem Santa, venerada no Benim especialmente na Basílica da Imaculada Conceição em Ouidah. Segundo o modelo de Maria, a Igreja na África acolheu a Boa Nova do Evangelho, gerando muitos povos para a fé. Agora, as comunidades cristãs da África — como foi frisado tanto pelo tema do Sínodo como pelo lema da minha Viagem Apostólica — são chamadas a renovar-se na fé para estar cada vez mais ao serviço da reconciliação, da justiça e da paz. Elas são convidadas a reconciliar-se no seu interior para se tornar instrumentos da misericórdia divina, cada uma contribuindo com as suas riquezas espirituais e materiais para o compromisso comum.

Naturalmente, este espírito de reconciliação é indispensável, também no plano civil, e precisa de uma abertura para a esperança que deve animar inclusive a vida sociopolítica e econômica do Continente, como pude frisar durante o encontro com as Instituições políticas, o Corpo Diplomático e os Representantes das Religiões. Nessa circunstância, desejei chamar a atenção precisamente para a esperança que deve animar o caminho do Continente, relevando o desejo ardente de liberdade e de justiça que, especialmente nestes últimos meses, anima os corações de numerosos povos africanos. Depois, realcei a necessidade de construir uma sociedade na qual as relações entre diversas etnias e religiões sejam caracterizadas pelo diálogo e harmonia. Convidei todos a ser autênticos semeadores de esperança em cada realidade e ambiente.

Os cristãos são por si só homens de de esperança, que não se podem desinteressar dos seus irmãos e irmãs: recordei esta verdade também à imensa multidão reunida para a Celebração eucarística dominical no estádio da Amizade em Cotonou. Esta Missa do domingo foi um extraordinário momento de oração e de festa em que participaram milhares de fiéis do Benim e de outros países africanos, dos mais idosos aos mais jovens: um maravilhoso testemunho do modo como a fé consegue unir as gerações e sabe responder aos desafios de cada estação da vida.

Durante esta celebração comovedora e solene, entreguei aos Presidentes das Conferências Episcopais da África a Exortação Apostólica pós-sinodal *Africae munus* — que eu tinha assinado no dia anterior em Ouidah — destinada aos Bispos, aos sacerdotes, aos religiosos, às religiosas, aos catequistas e aos leigos de todo o Continente africano. Confiando-lhes os frutos da segunda Assembleia Especial para a África do Sínodo dos Bispos, pedi-lhes que os meditem com atenção e que os vivam plenamente, para responder com eficácia à exigente missão evangelizadora da Igreja, peregrina na África do terceiro milênio. Neste texto importante, cada fiel encontrará as linhas fundamentais que guiarão e animarão o caminho da Igreja na África, chamada a ser cada vez mais o «sal da terra» e a «luz do mundo» (Mt 5, 13-14).

Dirigi a todos o apelo a serem construtores incansáveis de comunhão, de paz e de solidariedade, a fim de cooperarem desta forma para a realização do plano de salvação de Deus para a humanidade. Os africanos responderam com o seu entusiasmo ao convite do Papa, e nos seus rostos, na sua fé fervorosa, na sua adesão convicta ao Evangelho da vida reconheci mais uma vez sinais confortadores de esperança para o grande Continente africano.

Vi de perto com a mão estes sinais também no encontro com as crianças e com o mundo do sofrimento. Na igreja paroquial de Santa Rita, senti verdadeiramente a alegria de viver, a alegria e o entusiasmo das novas gerações que constituem o futuro da África. Ao grupo caloroso de Crianças, um dos numerosos recursos e riquezas do Continente, indiquei a figura de são

Kizito, um rapaz ugandense morto porque queria viver segundo o Evangelho, e exortei cada um a dar testemunho de Jesus aos próprios coetâneos. A visita ao Foyer «Paz e Alegria», gerido pelas Missionárias da Caridade de Madre Teresa, fez-me viver um momento de grande emoção, encontrando-me com crianças abandonadas e doentes, e permitiu-me ver concretamente como o amor e a solidariedade sabem tornar presente na debilidade a força e o carinho de Cristo ressuscitado.

A alegria e o fervor apostólico que encontrei entre os sacerdotes, os religiosos, as religiosas, os seminaristas e os leigos, reunidos em grande número, constitui um sinal de esperança segura para o futuro da Igreja no Benim. Exortei todos a ter uma fé autêntica e viva e a levar uma vida cristã caracterizada pela prática das virtudes, e encorajei cada um a viver a respectiva missão na Igreja, com fidelidade aos ensinamentos do Magistério, em comunhão entre si e com os Pastores, indicando especialmente aos sacerdotes o caminho da santidade, na consciência de que o ministério não é uma simples função social, mas consiste em levar Deus ao homem, e o homem a Deus.

Um intenso momento de comunhão foi o encontro com o Episcopado do Benim, para meditar em particular sobre a origem do anúncio evangélico no seu país, por obra de missionários que entregaram generosamente a sua vida, às vezes de modo heróico, para que o amor de Deus fosse anunciado a todos. Dirijo aos Bispos o convite a pôr em prática oportunas iniciativas pastorais para suscitar nas famílias, nas paróquias, nas comunidades e nos movimentos eclesiais uma redescoberta constante da Sagrada Escritura, como nascente de renovação espiritual e ocasião de aprofundamento da fé. Nesta abordagem renovada da Palavra de Deus e na redescoberta do próprio Batismo, os fiéis leigos encontrarão a força para dar testemunho da sua fé em Cristo e no seu Evangelho na vida quotidiana. Nesta fase crucial para todo o Continente, a Igreja na África, com o seu compromisso ao serviço do Evangelho, com o testemunho corajoso de uma solidariedade concreta, poderá ser protagonista de uma nova estação de esperança.

Na África vi uma vitalidade do sim à vida, uma vivacidade do sentido religioso e da esperança, uma percepção da realidade na sua totalidade com Deus e não reduzida a um positivismo que, no fim, apaga a esperança. Tudo isto diz que naquele Continente há uma reserva de vida e de energia para o futuro, com a qual nós podemos contar, com a qual a Igreja pode contar.

Esta minha viagem constituiu um grande apelo à África, a fim de que oriente cada esforço para anunciar o Evangelho a quantos ainda não o conhecem. Trata-se de um compromisso renovado pela evangelização, à qual cada batizado é chamado, promovendo a reconciliação, a justiça e a paz.

A Maria, Mãe da Igreja e Nossa Senhora da África, confio aqueles que tive a oportunidade de encontrar nesta minha inesquecível Viagem Apostólica. A Ela recomendo a Igreja na África. A intercessão materna de Maria, «cujo Coração está sempre orientado para a vontade de Deus, sustente qualquer compromisso de conversão, consolide todas as iniciativas de reconciliação e torne eficaz cada esforço a favor da paz num mundo que tem fome e sede de justiça» (cf. Africae munus, 175). Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 30 de Novembro de 2011

A oração atravessa toda a vida de Jesus

Queridos irmãos e irmãs,

Nas últimas catequeses refletimos sobre alguns exemplos de oração no Antigo Testamento, e hoje gostaria de começar a olhar para Jesus, para a sua oração, que atravessa toda a sua vida, como um canal secreto que irriga a existência, as relações e os gestos, e que O guia, com firmeza progressiva, rumo ao dom total de Si mesmo, segundo o desígnio de amor de Deus Pai. Jesus é o Mestre também das nossas orações, aliás, Ele é o nosso sustento concreto e fraterno, cada vez que nos dirigimos ao Pai. Verdadeiramente, como resume um título do Compêndio do Catecismo da Igreja Católica, «a oração é plenamente revelada e realizada em Jesus» (nn. 541547). Nas próximas catequeses desejamos olhar para Ele.

Um momento particularmente significativo deste seu caminho é a oração que se segue ao batismo, ao qual se submete no rio Jordão. O Evangelista Lucas escreve que Jesus, depois de ter recebido, juntamente com todo o povo, o batismo das mãos de João Batista, entra numa oração extremamente pessoal e prolongada: «Todo o povo tinha sido batizado; tendo Jesus sido batizado também, e estando Ele a orar, o céu abriu-se e o Espírito Santo desceu sobre Ele» (Lc 3, 21-22). Precisamente este «estar em oração», em diálogo com o Pai, ilumina a obra que Ele realizou juntamente com muitos do seu povo, que acorreram à margem do Jordão. Rezando, Ele confere a este seu gesto, do batismo, uma característica exclusiva e pessoal.

João Batista tinha dirigido um apelo vigoroso a viver verdadeiramente como «filhos de Abraão», convertendo-se para o bem e produzindo frutos dignos de tal mudança (cf. Lc 3, 7-9). E um grande número de israelitas moveu-se, como recorda o Evangelista Marcos, o qual escreve: «Saíam ao seu encontro [de João] todos os habitantes da Judeia e de Jerusalém, e eram batizados por ele no rio Jordão, confessando os seus pecados» (Mc 1, 5). João Batista anunciava algo realmente novo: submeter-se ao batismo devia marcar uma mudança determinante, abandonar um comportamento ligado ao pecado e começar uma vida nova. Também Jesus acolhe este convite, entra na multidão triste dos pecadores que esperam à margem do Jordão. Mas, como aos primeiros cristãos, também em nós surge a interrogação: por que Jesus se submete voluntariamente a este batismo de penitência e de conversão? Não tem pecados para confessar, não tinha pecados, e portanto também não tinha necessidade de se converter. Então, por que este gesto? O Evangelista Mateus descreve a admiração de João Batista, que afirma: «Eu é que tenho necessidade de ser batizado por ti e Tu vens a mim?» (Mt 3, 14), e a resposta de Jesus: «Deixa por agora. Convém que cumpramos assim toda a justiça» (v. 15). O sentido

da palavra «justiça» no mundo bíblico é aceitar plenamente a vontade de Deus. Jesus mostra a sua proximidade àquela parte do seu povo que, seguindo João Batista, reconhece que é insuficiente o simples considerar-se filho de Abraão, mas quer cumprir a vontade de Deus, deseja comprometer-se para que o seu comportamento seja uma resposta fiel à aliança oferecida por Deus em Abraão. Então, descendo ao rio Jordão, Jesus sem pecado torna visível a sua solidariedade para com aqueles que reconhecem os próprios pecados, escolher arrepender-se e mudar de vida; faz compreender que pertencer ao povo de Deus significa entrar numa perspectiva de novidade de vida, de vida segundo Deus.

Neste gesto, Jesus antecipa a cruz, dá início à sua atividade assumindo o lugar dos pecadores, carregando sobre os seus ombros o peso da culpa da humanidade inteira, cumprindo a vontade do Pai. Recolhendo-se em oração, Jesus mostra o vínculo íntimo com o Pai que está nos Céus, experimenta a sua paternidade, captura a beleza exigente do seu amor e, no diálogo com o Pai, recebe a confirmação da sua missão. Nas palavras que ressoam do Céu (cf. Lc 3, 22) há a referência antecipada ao mistério pascal, à cruz e à ressurreição. A voz divina define-o «O meu Filho muito amado», evocando Isaac, o amadíssimo filho que o pai Abraão estava disposto a sacrificar, segundo a ordem de Deus (cf. Gn 22, 1-14). Jesus não é só o Filho de Davi, descendente messiânico real, ou o Servo do qual Deus se compraz, mas é também o Filho unigênito, o amado, semelhante a Isaac, que Deus Pai oferece para a salvação do mundo. No momento em que, através da oração, Jesus vive em profundidade a própria filiação e a experiência da paternidade de Deus (cf. Lc 3, 22b), desce o Espírito Santo (cf. Lc 3, 22a), que o guia na sua missão e que Ele efundirá depois de ter sido elevado na cruz (cf. Jo 1, 32-34; 7, 3739), para que ilumine a obra da Igreja. Na oração, Jesus vive um contato ininterrupto com o Pai, para realizar até ao fim o desígnio de amor pelos homens.

No fundo desta oração extraordinária encontra-se toda a existência de Jesus, vivida numa família profundamente ligada à tradição religiosa do povo de Israel. Demonstram-no as referências que encontramos nos Evangelhos: a sua circuncisão (cf. Lc 2, 21) e a sua apresentação no templo (cf. Lc 2, 22-24), assim como a educação e a formação em Nazaré, na casa santa (cf. Lc 2, 39-40 e 2, 51-52). Trata-se de «cerca de trinta anos» (Lc 3, 23), um tempo prolongado de vida escondida e útil, embora com as experiências de participação em momentos de expressão religiosa comunitária, come as peregrinações a Jerusalém (cf. Lc 2, 41). Narrando-nos o episódio de Jesus no templo quando tinha doze anos, sentado no meio dos doutores (cf. Lc 2, 42-52), o Evangelista Lucas deixa entrever como Jesus, que reza depois do batismo no Jordão, tem um prolongado hábito de oração íntima com Deus Pai, arraigada nas tradições, no estilo da sua família e nas experiências decisivas nela vividas. A resposta do menino de doze

anos a Maria e José já indica aquela filiação divina, que a voz celeste manifesta após o batismo: «Por que me procuráveis? Não sabíeis que devia estar em casa de meu Pai?» (Lc 2, 49). Ao sair das águas do Jordão, Jesus não inaugura a sua oração, mas continua a sua relação constante, habitual com o Pai; e é nesta união íntima com Ele que realiza a passagem da vida escondida de Nazaré, para o seu ministério público.

O ensinamento de Jesus sobre a oração deriva, sem dúvida, do seu modo de rezar, adquirido em família, mas tem a sua origem profunda e essencial no seu ser o Filho de Deus, na sua relação singular com Deus Pai. À pergunta: De quem aprendeu Jesus a rezar?, o Compêndio do Catecismo da Igreja Católica assim responde: «Jesus, segundo o seu coração de homem, foi ensinado a rezar por sua Mãe e pela tradição judaica. Mas a sua oração brota de uma fonte secreta, porque Ele é o Filho eterno de Deus que, na sua santa humanidade, dirige a seu Pai a oração filial perfeita» (n. 541).

Na narração evangélica, as ambientações da oração de Jesus colocam-se sempre na encruzilhada entre a inserção na tradição do seu povo e a novidade de uma relação pessoal singular com Deus. «O lugar deserto» (cf. Mc 1, 35; Lc 5, 16) em que se retira com frequência, «o monte» onde sobe para rezar (cf. Lc 6, 12; 9, 28) e «a noite» que lhe permite a solidão (cf. Mc 1, 35; 6, 46-47; Lc 6, 12) evocam momentos do caminho da revelação de Deus no Antigo Testamento, indicando a continuidade do seu desígnio salvífico. Mas, ao mesmo tempo, indicam momentos de importância particular para Jesus que, de modo consciente, se insere neste plano, totalmente fiel à vontade do Pai.

Também na nossa oração temos que aprender, cada vez mais, a entrar nesta história de salvação, cujo ápice é Jesus, renovar diante de Deus a nossa decisão pessoal para nos abrirmos à sua vontade, pedir-lhe a força de conformar a nossa vontade com a sua, em toda a nossa vida, em obediência ao seu desígnio de amor por nós.

A oração de Jesus diz respeito a todas as fase do seu ministério e a todos os seus dias. As dificuldades não a impedem. Aliás, os Evangelhos deixam transparecer um hábito de Jesus, de transcorrer em oração uma parte da noite. O Evangelista Marcos narra uma destas noites, depois do dia pesado da multiplicação dos pães, e escreve: «Jesus obrigou logo os seus discípulos a subirem para o barco e a irem à frente, outro lado, rumo a Betsaida, enquanto Ele próprio despedia a multidão. Depois de os ter despedido, foi ao monte para orar. Já era noite, o barco estava no meio do mar e Ele sozinho em terra» (Mc 6, 45-47). Quando as decisões se fazem urgentes e complexas, a sua prece torna-se mais prolongada e intensa. Na iminência da escolha dos doze Apóstolos, por exemplo, Lucas sublinha a duração da oração preparatória de Jesus à noite: «Naqueles dias, Jesus foi para o monte fazer a oração e passou toda a noite a

orar a Deus. Quando nasceu o dia, convocou os seus discípulos e escolheu doze dentre eles, aos quais deu o nome de Apóstolos» (Lc 6, 12-13).

Olhando para a oração de Jesus, em nós deve surgir uma pergunta: como rezo eu, como oramos nós? Que tempo dedico à relação com Deus? Tem-se hoje uma educação e formação suficiente para a oração? E quem pode ser mestre nisto? Na Exortação Apostólica Verbum Domini falei sobre a importância da leitura orante da Sagrada Escritura. Reunindo o que sobressaiu na Assembleia do Sínodo dos Bispos, pus em evidência especial a forma específica da lectio divina. Ouvir, meditar e silenciar diante do Senhor que fala é uma arte, que se aprende praticando-a com constância. Certamente, a oração é um dom, que todavia é necessário acolher; é obra de Deus, mas exige o nosso compromisso e continuidade; sobretudo, a continuidade e a constância são importantes. Precisamente a experiência exemplar de Jesus mostra que a sua oração, animada pela paternidade de Deus e pela comunhão do Espírito, aprofundou-se num exercício prolongado e fiel, até ao Horto das Oliveiras e à Cruz. Hoje, os cristãos são chamados a tornar-se testemunhas de oração, precisamente porque o nosso mundo se encontra muitas vezes fechado ao horizonte divino e à esperança que contém o encontro com Deus. Na amizade profunda com Jesus e vivendo nele e com Ele a relação filial com o Pai, através da nossa oração fiel e constante, podemos abrir janelas para o Céu de Deus. Aliás, ao percorrer o caminho da oração, sem uma consideração humana, podemos ajudar outros a percorrê-lo: também para a oração cristã é verdade que, caminhando, se abrem veredas.

Amados irmãos e irmãs, eduquemo-nos para uma relação intensa com Deus, para uma prece que não seja esporádica, mas constante, cheia de confiança, capaz de iluminar a nossa vida, como nos ensina Jesus. E peçamos-lhe que possamos comunicar às pessoas que estão próximas de nós, àqueles que encontramos ao longo do nosso caminho, a alegria do encontro com o Senhor, Luz para a nossa existência. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 7 de Dezembro de 2011

A joia do Hino de júbilo

Queridos irmãos e irmãs!

Os evangelistas Mateus e Lucas (cf. Mt 11, 25-30; e Lc 10, 21-22) deixaram-nos em herança uma «joia» da oração de Jesus, que muitas vezes é chamado *Hino de júbilo*, ou *Hino de júbilo messiânico*. Trata-se de uma oração de reconhecimento e de louvor, como pudemos ouvir. No original grego dos Evangelhos, o verbo com que este hino começa, e que expressa a atitude de Jesus quando se dirige ao Pai, é *exomologoumai*, traduzido frequentemente com «presto louvor» (Mt 11, 25 e Lc 10, 21). Mas nos escritos do Novo Testamento, este verbo indica principalmente estas duas coisas: a primeira é «*reconhecer até ao fundo*» — por exemplo, João Batista pedia que se reconhecesse até ao fundo os próprios pecados, àqueles que iam ter com ele para se fazer batizar (cf. Mt 3, 6); a segunda coisa consiste em «*estar de acordo*». Portanto, a expressão com que Jesus dá início à sua oração contém o seu *reconhecer até ao fundo*, plenamente, o agir de Deus Pai e, ao mesmo tempo, o seu *estar em total, consciente e jubiloso acordo* com este modo de agir, com o desígnio do Pai. O Hino de júbilo constitui o ápice de um caminho de oração no qual sobressai claramente a profunda e íntima comunhão de Jesus com a vida do Pai no Espírito Santo, e manifesta-se a sua filiação divina.

Jesus dirige-se a Deus, chamando-lhe «Pai». Este termo expressa a consciência e a certeza de Jesus, de que é «o Filho», e está em comunhão íntima e constante com Ele, e este é o ponto central e a fonte de cada oração de Jesus. Vemo-lo claramente na última parte do Hino, que ilumina todo o texto. Jesus diz: «Tudo me foi entregue por meu Pai, e ninguém conhece quem é o Filho senão o Pai, nem quem é o Pai, a não ser o Filho, e aquele a quem o Filho houver por bem revelar-lho» (Lc 10, 22). Por conseguinte, Jesus afirma que somente «o Filho» conhece verdadeiramente o Pai. Cada conhecimento entre as pessoas — todos nós o experimentamos nos nossos relacionamentos humanos — exige um envolvimento, um certo vínculo interior entre aquele que conhece e aquele é conhecido, a nível mais ou menos profundo: não se pode conhecer, sem uma comunhão do ser. No Hino de júbilo, como em cada uma das suas orações, Jesus demonstra que o verdadeiro conhecimento de Deus pressupõe a comunhão com Ele: só permanecendo em comunhão com o outro, começo a conhecer; e assim também com Deus: só se eu tiver um contato verdadeiro, se estiver em comunhão, posso também conhecê-lo. Portanto, o verdadeiro conhecimento está reservado ao Filho, o Unigênito que desde sempre se encontra no seio do Pai (cf. Jo 1, 18), em perfeita unidade com Ele. Somente o Filho

conhece verdadeiramente Deus, permanecendo em comunhão íntima do ser; só o Filho pode revelar verdadeiramente quem é Deus.

O nome «Pai» é seguido por um segundo título, «Senhor do céu e da terra». Com esta expressão, Jesus recapitula a fé na criação e faz ressoar as primeiras palavras da Sagrada Escritura: «No princípio, Deus criou o céu e a terra» (Gn 1, 1). Rezando, Ele evoca a grandiosa narração bíblica da história de amor de Deus pelo homem, que começa com a obra da criação. Jesus insere-se nesta história de amor, constitui o seu ápice e o seu cumprimento. Na sua experiência de oração, a Sagrada Escritura é iluminada e revive na sua mais completa amplidão: anúncio do mistério de Deus e resposta do homem transformado. Todavia, através da expressão: «Senhor do céu e da terra» podemos reconhecer também o modo como em Jesus, o Revelador do Pai, volta a apresentar-se ao homem a possibilidade de aceder a Deus.

Agora, interroguemo-nos: a quem deseja o Filho, revelar os mistérios de Deus? No início do Hino, Jesus manifesta a sua alegria, porque a vontade do Pai consiste em manter estas coisas escondidas aos doutos e aos sábios, e em revelá-las aos pequeninos (cf. Lc 10, 21). Nesta expressão da sua oração, Jesus manifesta a sua comunhão com a decisão do Pai, que revela os seus mistérios a quantos têm um coração simples: a vontade do Filho é uma só com a do Pai. A revelação divina não se realiza em conformidade com a lógica terrena, para a qual são os homens cultos e poderosos que possuem os conhecimentos importantes e que depois os transmitem às pessoas mais simples, aos pequeninos. Deus recorreu a um outro estilo: os destinatários da sua comunicação foram precisamente os «pequeninos». Esta é a vontade do Pai, e o Filho compartilha-a com alegria. O Catecismo da Igreja Católica diz: «O seu estremecimento — "Sim Pai!" — revela o íntimo do seu coração, a sua adesão ao "beneplácito" do Pai, como um eco do "Fiat" da sua Mãe aquando da sua concepção e como prelúdio do que Ele próprio dirá ao Pai na sua agonia. Toda a oração de Jesus está nesta adesão amorosa do seu coração de homem ao "mistério da vontade" do Pai (Ef 1, 9)» (n. 2.603). Daqui deriva a invocação que, no Pai-Nosso dirigimos a Deus: «Seja feita a vossa vontade, assim na terra como no céu»: com Cristo e em Cristo, também nós pedimos para entrar em sintonia com a vontade do Pai, tornando nos assim também nós seus filhos. Portanto, neste Hino de júbilo Jesus manifesta a vontade de empenhar no seu conhecimento filial de Deus todos aqueles que o Pai quer tornar partícipes do mesmo; e aqueles que recebem esta dádiva são os «pequeninos».

Mas o que significa «ser pequenino», simples? Qual é «a pequenez» que abre o homem à intimidade filial com Deus e ao acolhimento da sua vontade? Qual deve ser a atitude de fundo da nossa oração? Meditemos sobre o «Sermão da montanha», onde Jesus afirma: «Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus» (Mt 5, 8). É a pureza do coração,

aquela que permite reconhecer o rosto de Deus em Jesus Cristo; é ter um coração simples, como o das crianças, sem a presunção daqueles que se fecham em si mesmos, pensando que não têm necessidade de ninguém, nem sequer de Deus.

É interessante observar também a ocasião em que Jesus irrompe neste Hino ao Pai. Na narração evangélica de Mateus, é a alegria porque, não obstante as oposições e as rejeições, existem «pequeninos» que acolhem a sua palavra e se abrem ao dom da fé n'Ele. Com efeito, o Hino de júbilo é precedido pelo contraste entre o elogio de João Batista, um dos «pequeninos» que reconheceram o agir de Deus em Jesus Cristo (cf. Mt 11, 2-19), e a repreensão pela incredulidade das cidades do lago, «nas quais se tinha verificado a maior parte dos seus milagres» (cf. Mt 11, 20-24). Por conseguinte, o júbilo é visto por Mateus em relação às palavras com as quais Jesus constata a eficácia da sua palavra e da sua obra: «Ide contar a João o que vedes e ouvis: os cegos vêem os coxos andam, os leprosos ficam limpos e os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e a Boa Nova é anunciada aos pobres... Bem-aventurado aquele que não encontra em mim ocasião de escândalo!» (Mt 11, 4-6).

Inclusive são Lucas apresenta o Hino de júbilo relacionado com um momento de desenvolvimento do anúncio do Evangelho. Jesus enviou os «setenta e dois discípulos» (Lc 10, 1) e eles partiram com um sentido de temor pelo possível insucesso da sua missão. Também são Lucas sublinha a rejeição que encontrou nas cidades onde o Senhor pregou e realizou sinais prodigiosos. Mas os setenta e dois discípulos voltam cheios de alegria, porque a sua missão teve bom êxito; eles constataram que, com o poder da palavra de Jesus, os males do homem são derrotados. E Jesus compartilha a sua satisfação: «naquela mesma hora», naquele momento, Ele exultou de alegria.

Existem ainda dois elementos, que eu gostaria de ressaltar. O evangelista Lucas introduz a oração, com a seguinte anotação: «Jesus exultou de alegria no Espírito Santo» (Lc 10, 21). Jesus rejubila, a partir do íntimo de Si mesmo, naquilo que Ele possui de mais profundo: a singular comunhão de conhecimento e de amor com o Pai, a plenitude do Espírito Santo. Empenhando-nos na sua filiação, Jesus convida-nos, também a nós, a abrir-nos à luz do Espírito Santo, porque — como afirma o apóstolo Paulo — «(nós) não sabemos... rezar de maneira conveniente, mas o próprio Espírito intercede com gemidos inefáveis... de acordo com os desígnios de Deus» (Rm 8, 26-27), revelando-nos o amor do Pai. No Evangelho de Mateus, depois do Hino de júbilo, encontramos um dos apelos mais urgentes de Jesus: «Vinde a mim, todos vós que estais cansados e oprimidos, e Eu aliviar-vos-ei» (Mt 11, 28). Jesus pede-nos para ir ter com Ele, que é a verdadeira sabedoria, com Ele que é «manso e humilde de coração»; propõe «o seu jugo», o caminho da sabedoria do Evangelho, que não é uma doutrina a

aprender, nem uma proposta ética, mas uma Pessoa a seguir: Ele mesmo, o Filho Unigênito, em perfeita comunhão com o Pai.

Estimados irmãos e irmãs, considerámos por um momento a riqueza desta oração de Jesus. Também nós, com o dom do seu Espírito, podemos dirigir-nos a Deus, mediante a oração, com a confiança de filhos, invocando-o com o nome de Pai, «*Abbá*». Mas devemos ter o coração dos pequeninos, dos «pobres de espírito» (Mt 5, 3), para reconhecer que não somos autosuficientes, que não podemos construir a nossa vida sozinhos, mas precisamos de Deus, temos necessidade de O encontrar e escutar, de lhe falar. A oração abre-nos à recepção do dom de Deus, à sua sabedoria, que é o próprio Jesus, para cumprir a vontade do Pai sobre a nossa vida e encontrar assim alívio nas dificuldades do nosso caminho. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 14 de Dezembro de 2011

A oração diante da ação benéfica e curadora de Deus

Queridos irmãos e irmãs,

Hoje gostaria de meditar convosco a respeito da oração de Jesus, vinculada à sua prodigiosa atividade de cura. Nos Evangelhos são apresentadas várias situações em que Jesus reza diante da ação benéfica e curadora de Deus Pai, que age através dele. Trata-se de uma oração que, mais uma vez, manifesta a relação singular de conhecimento e de comunhão com o Pai, enquanto Jesus se deixa envolver com grande participação humana na dificuldade dos seus amigos, por exemplo de Lázaro e da sua família, ou dos numerosos pobres e enfermos que Ele deseja ajudar concretamente.

Um caso significativo é a cura do surdo-mudo (cf. Mc 7, 32-37). A narração do evangelista Marcos — que há pouco ouvimos — demonstra que a ação curadora de Jesus está ligada a uma sua relação intensa, quer com o próximo — o doente — quer com o Pai. A cena do milagre é descrita atentamente assim: «Jesus tomou-o à parte, afastando-se da multidão, pôs-lhe os dedos nos ouvidos e tocou-lhe a língua com a saliva. Levantando os olhos ao céu, suspirou dizendo-lhe: "*Effatá*"!, que quer dizer "Abre-te"!» (7, 33-34). Jesus deseja que a cura se verifique «à parte, afastando-se da multidão». Isto não parece devido unicamente ao fato de que o milagre se deve conservar escondido das pessoas, para evitar que se formem interpretações limitativas ou deturpadas da pessoa de Jesus. A escolha de levar o doente «à parte» faz com que, no momento da cura, Jesus e o surdo-mudo se encontrem sozinhos, aproximados por uma relação singular.

Com um gesto, o Senhor toca os ouvidos e a língua do doente, ou seja, os lugares específicos da sua enfermidade. A intensidade da atenção de Jesus manifesta-se também nos traços insólitos da cura: Ele emprega os seus dedos e até a própria saliva. Também o fato de que o Evangelista cite a palavra original, pronunciada pelo Senhor — «*Effatá*», ou seja, «Abre-te!» — põe em evidência o carácter singular desta cena.

Mas o ponto central deste episódio é o fato de que Jesus, no momento de realizar a cura, procura diretamente a sua relação com o Pai. Com efeito, a narração diz que Ele, «levantando os olhos ao céu, suspirou» (v. 34). A atenção ao enfermo, o cuidado de Jesus para com ele estão ligados a uma profunda atitude de oração dirigida a Deus. E a emissão do suspiro é descrita com um verbo que no Novo Testamento indica a aspiração a algo de bom que ainda falta (cf. Rm 8, 23). Então, o conjunto da narração demonstra que o envolvimento humano com o enfermo leva Jesus à oração. Mais uma vez sobressai a sua relação singular com o Pai, a sua

identidade de Filho Unigênito. Nele, através da sua pessoa, torna-se presente o agir curador e benéfico de Deus. Não é por acaso que o comentário conclusivo das pessoas, depois do milagre, recorda a avaliação da criação no início do Gênesis: «Ele fez bem todas as coisas» (Mc 7, 37). Na obra curadora de Jesus sobressai de modo claro a oração, com o seu olhar voltado para o Céu. A força que curou o surdo-mudo é, sem dúvida, provocada pela compaixão por ele, mas provém do recurso ao Pai. Encontram-se estas duas relações: a relação humana de compaixão para com o homem, que entra em relação com Deus, tornando-se assim cura.

Na narração joanina da ressurreição de Lázaro, esta mesma dinâmica é testemunhada com uma evidência ainda maior (cf. Jo 11, 1-44). Também aqui se entrelaçam, por um lado, o vínculo de Jesus com um amigo e com o seu sofrimento e, por outro, a relação filial que Ele mantém com o Pai. A participação humana de Jesus na vicissitude de Lázaro contém características particulares. Em toda a narração é reiteradamente recordada a amizade com ele, mas também com as irmãs Marta e Maria. O próprio Jesus afirma: «Lázaro, nosso amigo, está a dormir, mas vou despertá-lo» (Jo 11, 11). O afeto sincero pelo amigo é evidenciado inclusive pelas irmãs de Lázaro, assim como pelos judeus (cf. Jo 11, 3; 11, 36), manifesta-se na comoção profunda de Jesus à vista da dor de Marta e Maria e de todos os amigos de Lázaro, e desabrocha no desatar em lágrimas — tão profundamente humano — no aproximar-se do túmulo: «Então... ao vê-la [Marta] chorar, como também todos os judeus que a acompanhavam, Jesus ficou intensamente comovido em espírito. E, sob o impulso de profunda emoção, perguntou: "Onde o pusestes?". Responderam-lhe: "Senhor, vinde ver!". Jesus pôs-se a chorar» (Jo 11, 33-35).

Este vínculo de amizade, a participação e a emoção de Jesus diante do sofrimento dos parentes e dos conhecidos de Lázaro está ligado em toda a narração a uma relação contínua e intensa com o Pai. Desde o início, este acontecimento é interpretado por Jesus em relação à sua própria identidade e missão, e à glorificação que O espera. Com efeito, à notícia da doença de Lázaro, Ele comenta: «Esta enfermidade não causará a morte, mas tem por finalidade a glória de Deus. Por ela será glorificado o Filho de Deus» (Jo 11, 4). Também o anúncio da morte do amigo é acolhido por Jesus com profunda dor humana, mas sempre em clara referência à relação com Deus e com a missão que Ele lhe confiou; e diz: «Lázaro morreu. Alegro-me por vossa causa, por não ter estado lá, para que acrediteis» (Jo 11, 14-15). O momento da oração explícita de Jesus ao Pai diante do túmulo constitui a conclusão natural de toda a vicissitude, inserida neste dúplice contexto da amizade com Lázaro e da relação filial com Deus. Também aqui as duas relações caminham juntas. «Levantando os olhos ao alto, Jesus disse: "Pai, rendo-te graças, porque me ouviste!"» (Jo 11, 41): é uma eucaristia. A frase revela que Jesus não

interrompeu nem sequer por um instante a oração de pedido pela vida de Lázaro. Pelo contrário, esta oração contínua revigorou o vínculo com o amigo e, contemporaneamente, confirmou a decisão de Jesus de permanecer em comunhão com a vontade do Pai, com o seu plano de amor, no qual a doença e a morte de Lázaro devem ser consideradas como um âmbito no qual se manifesta a glória de Deus.

Estimados irmãos e irmãs, lendo esta narração, cada um de nós é chamado a compreender que na oração de pedido ao Senhor não devemos esperar um cumprimento imediato daquilo que nós pedimos, da nossa vontade, mas devemos confiar-nos sobretudo à vontade do Pai, interpretando cada acontecimento na perspectiva da sua glória, do seu desígnio de amor, muitas vezes misterioso aos nossos olhos. Por isso, na nossa oração, o pedido, o louvor e a ação de graças deveriam amalgamar-se, mesmo quando nos parece que Deus não corresponde às nossas expectativas concretas. O abandonar-se ao amor de Deus, que nos precede e nos acompanha sempre, é uma das atitudes fundamentais do nosso diálogo com Ele. O Catecismo da Igreja Católica comenta assim a oração de Jesus na narração da ressurreição de Lázaro: «Apoiada na ação de graças, a oração de Jesus revela-nos como devemos pedir: antes de lhe ser dado o que pede, Jesus adere Àquele que dá, e se dá nos seus dons. O Doador é mais precioso que o dom concedido, é o "tesouro", e é n'Ele que está o coração do Filho; o dom é dado "por acréscimo"» (cf. Mt 6, 21; e 6, 33)» (n. 2.604). Isto parece-me muito importante: antes que o dom seja concedido, aderir Àquele que doa; o doador é mais precioso que o dom. Por conseguinte, também para nós, além daquilo que Deus nos concede quando O invocamos, o maior dom que Ele nos pode oferecer é a sua amizade, a sua presença, o seu amor. Ele é o tesouro precioso que devemos pedir e conservar sempre.

A oração que Jesus pronuncia, enquanto retiram a pedra da entrada do túmulo de Lázaro, apresenta também um desenvolvimento singular e inesperado. Com efeito Ele, depois de ter dado graças a Deus Pai, acrescenta: «Eu bem sei que sempre me ouves, mas falo assim por causa do povo que está ao redor, para que creiam que Tu me enviaste» (Jo 11, 42). Com a sua oração, Jesus deseja conduzir à fé, à confiança total em Deus e na sua vontade, e quer mostrar que este Deus, que amou de tal modo o homem e o mundo, que chegou a enviar o seu único Filho (cf. Jo 3, 16), é o Deus da Vida, o Deus que traz a esperança e é capaz de inverter as situações humanamente impossíveis. Então, a oração confiante de um crente constitui um testemunho vivo desta presença de Deus no mundo, do seu interessar-se pelo homem, do seu agir para realizar o seu plano de salvação.

As duas orações de Jesus agora meditadas, que acompanham a cura do surdo-mudo e a ressurreição de Lázaro, revelam que o profundo vínculo entre o amor a Deus e o amor ao próximo

deve entrar também na nossa oração. Em Jesus, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, a atenção pelo outro, de maneira especial se é necessitado e sofredor, o comover-se diante da dor de uma família amiga, levam-no a dirigir-se ao Pai, naquela relação fundamental que orienta toda a sua vida. Mas também vice-versa: a comunhão com o Pai, o diálogo constante com Ele, impele Jesus a estar atento de modo singular às situações concretas do homem, para ali levar a consolação e o amor de Deus. A relação com o homem guia-nos rumo à relação com Deus, e a relação com Deus orienta-nos de novo para o próximo.

Caros irmãos e irmãs, a nossa oração abre a porta a Deus, que nos ensina a sair constantemente de nós mesmos para sermos capazes de nos aproximar-nos do outro, especialmente nos momentos de provação, para lhes levar a consolação, a esperança e a luz. O Senhor nos conceda ser capazes de uma oração cada vez mais intensa, para fortalecer a nossa relação pessoal com Deus Pai, abrir o nosso coração às necessidades daqueles que estão ao nosso lado e sentir a beleza de ser «filhos no Filho», juntamente com muitos irmãos. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 21 de Dezembro de 2011

O Santo Natal

Amados irmãos e irmãs,

Estou feliz por vos receber na Audiência geral a poucos dias da celebração do Natal do Senhor. A saudação que nestes dias está nos lábios de todos é: «Feliz Natal! Votos de boas festas natalícias!». Façamos com que, também na sociedade contemporânea, a troca dos bons votos não perca o seu profundo valor religioso, e a festa não seja absorvida pelos aspectos exteriores, que tocam as cordas do coração. Sem dúvida, os sinais externos são bonitos e importantes, contanto que não nos distraiam mas, ao contrário, nos ajudem a viver o Natal no seu sentido mais verdadeiro, o sagrado e cristão, de modo que também a nossa alegria não seja superficial, mas profunda.

Com a liturgia natalícia, a Igreja introduz-nos no grande Mistério da Encarnação. Com efeito, o Natal não é um simples aniversário do Nascimento de Jesus; é também isto, mas é mais, é celebração de um Mistério que marcou e continua a marcar a história do homem — o próprio Deus veio habitar no meio de nós (cf. Jo 1, 14), fez-se um de nós; um Mistério que diz respeito à nossa fé e à nossa existência; um Mistério que vivemos concretamente nas celebrações litúrgicas, em particular na Santa Missa. Alguém poderia perguntar-se: como é possível que eu viva agora um acontecimento tão distante no tempo? Como posso participar fecundamente no Nascimento do Filho de Deus, ocorrido há mais de dois mil anos? Na Santa Missa da Noite de Natal, repetiremos como refrão ao Salmo responsorial estas palavras: «Hoje nasceu para nós o Salvador». Este advérbio de tempo, «hoje», recorre várias vezes em todas as celebrações natalícias e refere-se ao acontecimento do Nascimento de Jesus e à salvação que a Encarnação do Filho de Deus vem trazer. Na Liturgia, este acontecimento ultrapassa os limites do espaço e do tempo e torna-se atual, presente; o seu efeito perdura, apesar do decorrer dos dias, dos anos e dos séculos. Indicando que Jesus nasce «hoje», a Liturgia não usa uma frase sem sentido, mas ressalta que este Nascimento envolve e permeia toda a história, permanece uma realidade também hoje, à qual podemos chegar precisamente na liturgia. Para nós, crentes, a celebração do Natal renova a certeza de que Deus está realmente presente conosco, é ainda «carne» e não está só distante: embora esteja com o Pai, está próximo de nós. Deus, naquele Menino nascido em Belém, aproximou-se do homem: podemos encontrá-lo agora, num «hoje» que não conhece ocaso.

Gostaria de insistir sobre este ponto, porque o homem contemporâneo, homem do «sensível», do experimentável empiricamente, tem cada vez mais dificuldade de abrir os horizontes e

entrar no mundo de Deus. A redenção da humanidade realiza-se certamente num momento específico e identificável da história: no acontecimento de Jesus de Nazaré; mas Jesus é o Filho de Deus, é o próprio Deus, que não só falou ao homem, mostrou-lhe sinais admiráveis, guiou-o ao longo de toda uma história de salvação, mas fez-se homem e permaneceu homem. O Eterno entrou nos limites do tempo e do espaço, para tornar possível «hoje» o encontro com Ele. Os textos litúrgicos natalícios ajudam-nos a compreender que os acontecimentos da salvação realizada por Cristo são sempre atuais, dizem respeito a cada homem e a todos os homens. Quando ouvimos ou pronunciamos, nas celebrações litúrgicas, este «hoje nasceu para nós o Salvador», não usamos uma expressão convencional vazia, mas queremos dizer que Deus nos oferece «hoje», agora, para mim, para cada um de nós, a possibilidade de O reconhecer e acolher, como fizeram os pastores em Belém, para que Ele nasça inclusive na nossa vida e a renove, ilumine e transforme com a sua Graça, com a sua Presença.

Portanto, o Natal enquanto comemora o Nascimento de Jesus na carne, a partir da Virgem Maria — e numerosos textos litúrgicos fazem reviver aos nossos olhos este ou aquele episódio — é um acontecimento eficaz para nós. Apresentando o sentido profundo da Festa do Natal, o Papa são Leão Magno convidava os seus fiéis com estas palavras: «Exultemos no Senhor, meus amados, e abramos o nosso coração à alegria mais pura, porque surgiu o dia que para nós significa a nova redenção, a antiga preparação, a felicidade eterna. Com efeito, renova-se para nós no recorrente ciclo anual, o alto mistério da nossa salvação que, prometido no início e concedido no final dos tempos, está destinado a durar sem fim» (Sermo 22, In Nativitate Domini, 2, 1: PL 54, 193). E, ainda são Leão Magno, noutra sua Homilia de Natal, afirmava: «Hoje o Autor do mundo foi gerado do seio de uma virgem: Aquele que fez todas as coisas tornou-se filho de uma mulher, por Ele mesmo criada. Hoje, o Verbo de Deus apareceu revestido de carne e, embora nunca tivesse sido visível aos olhos humanos, tornou-se também visivelmente palpável. Hoje, os pastores ouviram da voz dos anjos que nasceu o Salvador, na substância do nosso corpo e da nossa alma» (Sermo 26, In Nativitate Domini, 6, 1: PL 54, 213).

Há um segundo aspecto, ao qual gostaria de me referir brevemente: o acontecimento de Belém deve ser considerado à luz do Mistério pascal: ambos fazem parte da única obra redentora de Cristo. A Encarnação e o Nascimento de Jesus já nos convidam a dirigir o olhar para a sua morte e ressurreição: Natal e Páscoa são ambos festas da redenção. A Páscoa celebra-a como vitória sobre o pecado e a morte: determina o momento final, quando a glória do Homem-Deus resplandece como a luz do dia; o Natal celebra-a como o entrar de Deus na história, fazendo-se homem para levar o homem a Deus: marca, por assim dizer, o momento inicial,

quando se entrevê o clarão da alvorada. Mas precisamente como a aurora precede e já faz pressentir a luz do dia, assim o Natal já anuncia a Cruz e a glória da Ressurreição. Também os dois períodos do ano, em que estão inseridas estas duas grandes festas, pelo menos em certas regiões do mundo, podem ajudar a compreender este aspecto. Com efeito, enquanto a Páscoa se celebra no início da Primavera, quando o sol vence os nevoeiros densos e frios, e renova a face da terra, o Natal celebra-se precisamente no início do Inverno, quando a luz e o calor do sol não conseguem despertar a natureza, envolvida pelo frio, sob cujo manto, contudo, palpita a vida e recomeça a vitória do sol e do calor.

Os Padres da Igreja liam sempre o Nascimento de Cristo à luz de toda a obra redentora, que encontra o seu ápice no Mistério pascal. A Encarnação do Filho de Deus manifesta-se não só como o início e a condição da salvação, mas como a própria presença do Mistério da nossa salvação: Deus faz-se homem, nasce criança como nós, assume a nossa carne para derrotar a morte e o pecado. Dois textos significativos de são Basílio explicam-no bem. São Basílio dizia aos fiéis: «Deus assume a carne precisamente para destruir a morte nela escondida. Como os antídotos a um veneno, quando são ingeridos, anulam os seus efeitos, e como as trevas de uma casa se dissipam à luz do sol, assim a morte que predominava sobre a natureza humana foi destruída pela presença de Deus. E como o gelo que permanece sólido na água, enquanto dura a noite e reinam as trevas, mas derrete-se imediatamente ao calor do sol, assim a morte que reinara até à vinda de Cristo, logo que surgiu a graça de Deus Salvador e despontou o sol da justiça, "foi engolida pela vitória" (1 Cor 15, 54), pois não podia coexistir com a Vida» (Homilia sobre o Nascimento de Cristo, 2: pg 31, 1461). E ainda são Basílio, noutro texto, dirigia este convite: «Celebremos a salvação do mundo, o Natal do gênero humano. Hoje foi perdoada a culpa de Adão. Já não devemos dizer: "És pó e pó te hás-de tornar" (Gn 3, 19), mas: unido Àquele que veio do Céu, serás admitido no Céu» (Homilia sobre o Nascimento de Cristo, 6: pg 31, 1473).

No Natal encontramos a ternura e o amor de Deus que se inclina sobre os nossos limites, as nossas debilidades, os nossos pecados, e desce até nós. São Paulo afirma que Jesus Cristo, «embora fosse de condição divina... aniquilou-se a si mesmo, assumindo a condição de escravo e assemelhando-se aos homens» (Fl 2, 6-7). Contemplemos a gruta de Belém: Deus abaixa-se a ponto de ser colocado numa manjedoura, que já é prelúdio da humilhação na hora da sua paixão. O ápice da história de amor entre Deus e o homem passa através da manjedoura de Belém e do sepulcro de Jerusalém.

Caros irmãos e irmãs, vivamos com alegria o Natal que se aproxima. Vivamos este acontecimento maravilhoso: o Filho de Deus nasce ainda «hoje», Deus está verdadeiramente próximo

de cada um de nós e quer encontrar-nos, deseja levar-nos até Ele. Ele é a verdadeira luz, que dissipa e dissolve as trevas que envolvem a nossa vida e a humanidade. Vivamos o Natal do Senhor, contemplando o caminho do amor imenso de Deus, que nos elevou a Si através do Mistério da Encarnação, Paixão, Morte e Ressurreição do seu Filho, porque — como afirma santo Agostinho — «em [Cristo] a divindade do Unigênito fez-se partícipe da nossa mortalidade, a fim de que nós participássemos na sua imortalidade» (Epístola 187, 6, 20: pl 33, 839-840). Sobretudo, contemplemos e vivamos este Mistério na celebração da Eucaristia, centro do Santo Natal; ali torna-se presente de modo real Jesus, verdadeiro Pão que desceu do Céu, autêntico Cordeiro sacrificado pela nossa salvação.

Faço votos a todos vós e às vossas famílias, para que celebreis um Natal autenticamente cristão, de modo que também a troca de bons votos nesse dia seja expressão da alegria de saber que Deus está próximo de nós e quer percorrer conosco o caminho da vida. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 28 de Dezembro de 2011

A oração e a Santa Família de Nazaré

Queridos irmãos e irmãs,

O encontro de hoje tem lugar no clima de Natal, permeado de alegria íntima pelo nascimento do Salvador. Acabámos de celebrar este mistério, cujo eco se expande na liturgia de todos estes dias. É um mistério de luz que os homens de todas as épocas podem reviver na fé e na oração. Precisamente através da oração tornamo-nos capazes de nos aproximarmos de Deus com intimidade e profundidade. Por isso, tendo presente o tema da oração que estou a desenvolver neste período nas catequeses, hoje gostaria de vos convidar a refletir sobre o modo como ela faz parte da vida da Sagrada Família de Nazaré. Com efeito, a casa de Nazaré é uma escola de oração, na qual se aprende a ouvir, a meditar, a compreender o significado profundo da manifestação do Filho de Deus, tendo como exemplo Maria, José e Jesus.

Permanece memorável o discurso do Servo de Deus Paulo VI na sua visita a Nazaré. Ele disse que na escola da Sagrada Família nós «compreendemos porque devemos ter uma disciplina espiritual, se quisermos seguir a doutrina do Evangelho e tornar-nos discípulos de Cristo». E acrescentava: «Em primeiro lugar ela ensina-nos o silêncio. Oh, se voltasse a nascer em nós a estima pelo silêncio, atmosfera admirável e indispensável do espírito: enquanto ainda estamos deslumbrados por tantos clamores, ruídos e vozes estrondosas na vida perturbada e tumultuosa do nosso tempo. Oh, silêncio de Nazaré, ensina-nos a permanecer firmes nos bons pensamentos, absorvidos na vida interior, prontos a sentir bem as inspirações secretas de Deus e as exortações dos verdadeiros mestres» (Discurso em Nazaré, 5 de Janeiro de 1964).

Das narrações evangélicas sobre a infância de Jesus podemos tirar alguns temas sobre a oração, sobre a relação com Deus, da Sagrada Família. Podemos começar a partir do episódio da apresentação de Jesus no templo. São Lucas narra que Maria e José, «quando se cumpriu o tempo da sua purificação, segundo a lei de Moisés, levaram-no a Jerusalém para O apresentar ao Senhor» (2, 22). Tal como qualquer família judia cumpridora da lei, os pais de Jesus foram ao templo para consagrar a Deus o primogênito e para oferecer o sacrifício. Movidos pela fidelidade às prescrições, partem de Belém rumo a Jerusalém com Jesus que tem apenas quarenta dias: em vez de um cordeiro de um ano apresentam a oferta das famílias simples, ou seja, duas pombas. A da Sagrada Família é a peregrinação da fé, da oferta dos dons, símbolo da oração, e do encontro com o Senhor, que Maria e José já vêem no filho Jesus.

A contemplação de Cristo tem em Maria o seu modelo insuperável. O rosto do Filho pertence-lhe a título especial, porque foi no seu seio que se formou, assumindo dela também um sem-

blante humano. Ninguém se dedicou à contemplação de Jesus com tanta assiduidade como Maria. O olhar do seu coração concentra-se sobre Ele já no momento da Anunciação, quando O concebe por obra do Espírito Santo; nos meses seguintes sente pouco a pouco a sua presença, até ao dia do nascimento, quando os seus olhos podem fixar com ternura materna o rosto do Filho, enquanto o envolve em faixas e o coloca na manjedoura. As recordações de Jesus, gravadas na sua mente e no seu coração, marcaram cada momento da existência de Maria. Ela vive com os olhos postos em Cristo e valoriza cada uma das suas palavras. «Quanto a Maria, conservava todas estas coisas, ponderando-as no seu coração» (Lc 2, 19), assim apresenta são Lucas a atitude de Maria diante do Mistério da Encarnação, atitude que se prolongará por toda a sua existência. Lucas é o evangelista que nos faz conhecer o Coração de Maria, a sua fé (cf. 1, 45), a sua esperança e obediência (cf. 1, 38), a sua interioridade e oração (cf. 1, 46-56), a sua adesão livre a Cristo (cf. 1 55). E tudo isto procede do dom do Espírito Santo que desce sobre Ela (cf. 1, 35), como descerá sobre os Apóstolos segundo a promessa de Cristo (cf. At 1, 8). Esta imagem de Maria apresenta-a como modelo de cada crente que conserva e confronta as palavras e as ações de Jesus, um confronto que é sempre um progredir no conhecimento d'Ele. Na esteira do beato João Paulo II (cf. Carta ap. Rosarium Virginis Mariae) podemos dizer que a recitação do Rosário tem o seu modelo precisamente em Maria, porque consiste em contemplar os mistérios de Cristo em união espiritual com a Mãe do Senhor. A capacidade de Maria de viver do olhar de Deus é, por assim dizer, contagiosa. O primeiro que fez essa experiência foi são José. O seu amor humilde e sincero à sua noiva e a decisão de unir a sua vida à de Maria atraiu e introduziu também a ele, que já era um «homem justo» (Mt 1, 19), numa intimidade singular com Deus. De fato, com Maria e depois, sobretudo, com Jesus, ele dá início a uma forma nova de se relacionar com Deus, de o acolher na própria vida, de entrar no seu projeto de salvação, cumprindo a sua vontade. Depois de ter seguido com confiança a indicação do Anjo — «não temas receber Maria, tua esposa» (Mt 1, 20) — ele tomou consigo Maria e partilhou a sua vida com ela; entregou-se deveras totalmente a Maria e a Jesus, e isto conduziu-o à perfeição da resposta à vocação recebida. O Evangelho, como sabemos, não conservou palavra alguma de José: a sua presença é silenciosa mas fiel, constante, laboriosa. Podemos imaginar que também ele, como a sua esposa e em íntima consonância com ela, tenha vivido os anos da infância e da adolescência de Jesus deleitando-se, por assim dizer, com a sua presença na família. José cumpriu plenamente o seu papel paterno, sob todos os aspectos. Certamente educou Jesus na oração, juntamente com Maria. Ele, em particular, tê-lo-á levado consigo à sinagoga, aos ritos do sábado, assim como a Jerusalém, para as grandes festas do povo de Israel. José, segundo a tradição judaica, terá guiado a oração doméstica quer no

dia-a-dia — de manhã, à noite, nas refeições — quer nas principais festas religiosas. Assim, no ritmo dos dias transcorridos em Nazaré, entre a casa simples e a oficina de José, Jesus aprendeu a alternar oração e trabalho, e a oferecer a Deus também a fadiga para ganhar o pão necessário para a família.

Há outro episódio que vê a Sagrada Família de Nazaré reunida num acontecimento de oração. Aos doze anos Jesus vai com os seus ao templo de Jerusalém. Este episódio insere-se no contexto da peregrinação, como ressalta são Lucas: «Seus pais iam todos os anos a Jerusalém pela festa de Páscoa. Quando chegou aos doze anos, subiram até lá, segundo o costume dos dias de festa» (2, 41-42). A peregrinação é uma manifestação religiosa que se alimenta de oração e, ao mesmo tempo, a alimenta. Trata-se aqui da peregrinação pascal, e o Evangelista faz-nos observar que a família de Jesus a vive todos os anos, para participar nos ritos na Cidade santa. A família judia, como a cristã, reza na intimidade doméstica, mas reza também juntamente com a comunidade, reconhecendo-se parte do Povo de Deus a caminho. A Páscoa é o centro e o ápice de tudo isto, e envolve a dimensão familiar e a do culto litúrgico e público.

No episódio de Jesus com doze anos são registadas também as suas primeiras palavras: «Porque me procuráveis? Não sabíeis que devia estar em casa de Meu Pai»?» (2, 49). Depois de três dias de procura, os seus pais encontraram-no no templo sentado entre os mestres enquanto os ouvia e lhes fazia perguntas (cf. 2, 46). À interrogação por que motivo fizera isto ao pai e à mãe, Ele responde que só fez o que o Filho deve fazer, ou seja, permanecer com o Pai. Assim, Ele indica quem é o verdadeiro Pai, qual é a verdadeira casa, que Ele não fez nada de estranho, de desobediente. Permanecer onde deve estar o Filho, ou seja com o Pai, e frisou quem é o seu Pai. A palavra «Pai» portanto predomina sobre a tonalidade desta resposta e manifesta-se todo o mistério cristológico. Por conseguinte, esta palavra abre o mistério, é a chave para o mistério de Cristo, que é o Filho, e abre também a chave para o nosso mistério de cristãos, pois nós somos filhos no Filho. Ao mesmo tempo, Jesus ensina-nos a ser filhos, precisamente no gesto de permanecer com o Pai na oração. O mistério cristológico, o mistério da existência cristã está intimamente ligado, fundado na oração. Um dia, Jesus ensinará os seus discípulos a rezar, dizendo-lhes: quando orardes, dizei «Pai». E, naturalmente, não o digais somente com as palavras, mas com a vossa existência, aprendei cada vez mais a dizer com a vossa existência: «Pai»; e assim sereis verdadeiramente filhos no Filho, autênticos cristãos.

Aqui, quando Jesus ainda está plenamente inserido na vida da Família de Nazaré, é importante observar a ressonância que pode ter tido nos corações de Maria e de José ouvir dos lábios de Jesus aquela palavra «Pai», e revelar, sublinhar quem é o pai, e ouvi-la dos seus lábios com a consciência do Filho Unigênito, que precisamente por isso quis permanecer três dias no

templo, que é a «casa do Pai». A partir de então, a vida na Sagrada Família ficou ainda mais repleta de oração, porque do Coração de Jesus menino — e depois adolescente e jovem — jamais deixará de se difundir e refletir nos corações de Maria e de José este sentido profundo da relação com Deus Pai. Este episódio mostra-nos a verdadeira situação, a atmosfera do estar com o pai. Assim, a Família de Nazaré é o primeiro modelo da Igreja no qual, em volta da presença de Jesus e graças à sua mediação, todos vivem a relação filial com Deus Pai, que transforma também as relações interpessoais, humanas.

Queridos amigos, sob estes diversos aspectos que, à luz do Evangelho, esbocei brevemente, a Sagrada Família é ícone da Igreja doméstica, chamada a rezar unida. A família é Igreja doméstica e deve ser a primeira escola de oração. Nela as crianças, desde a mais tenra idade, podem aprender a compreender o sentido de Deus, graças ao ensinamento e ao exemplo dos pais: viver numa atmosfera caracterizada pela presença de Deus. Uma educação autenticamente cristã não pode prescindir da experiência da oração. Se não se aprende a rezar em família, depois será difícil conseguir preencher este vazio. Por conseguinte, gostaria de convidar-vos a redescobrir a beleza de rezar juntos como família na escola da Sagrada Família de Nazaré, e assim a tornar-vos um só coração e uma só alma, uma verdadeira família. Obrigado!

2012

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 4 de janeiro de 2012

Natal do Senhor: Mistério de alegria e de luz

Queridos irmãos e irmãs!

Estou feliz por vos acolher nesta primeira Audiência geral do ano novo e de todo o coração apresento a vós e às vossas famílias os meus votos afetuosos: Deus, que no nascimento de Cristo seu Filho inundou de alegria o mundo inteiro, disponha obras e dias na sua paz. Estamos no tempo litúrgico do Natal, que inicia na noite de 24 de Dezembro com a vigília e se conclui com a celebração do Batismo do Senhor. O arco dos dias é breve, mas denso de celebrações e mistérios e concentra-se todo em volta de duas grandes solenidades do Senhor: Natal e Epifania. O próprio nome destas duas festas indica a sua respectiva fisionomia. O Natal celebra o acontecimento histórico do nascimento de Jesus em Belém. A Epifania, nascida como festa no Oriente, indica um fato, mas sobretudo um aspecto do Mistério: Deus revela-se na natureza humana de Cristo e é este o sentido do verbo grego *epiphaino*, tornar-se visível. Nesta perspectiva, a Epifania recorda uma pluralidade de acontecimentos que têm como objeto a manifestação do Senhor: de modo particular a adoração dos Magos, que reconhecem em Jesus o Messias esperado, mas também o Batismo no rio Jordão com a sua teofania — a voz de Deus do alto — e o milagre nas Bodas de Caná, como primeiro «sinal» realizado por Cristo. Uma lindíssima antífona da Liturgia das Horas unifica estes três acontecimentos em volta do tema das núpcias entre Cristo e a Igreja: «Hoje a Igreja une-se ao seu Esposo celeste, porque no Jordão Cristo lavou os seus pecados; os Magos acorrem com dons às núpcias reais, e os convidados rejubilam ao ver a água transformada em vinho» (Antífona das Laudes). Podemos quase dizer que na festa do Natal se ressalta o escondimento de Deus na humanidade da condição humana, no Menino de Belém. Ao contrário, na Epifania evidencia-se o seu manifestar-se, o aparecer de Deus através desta mesma humanidade.

Nesta Catequese, gostaria de recordar brevemente alguns temas próprios da celebração do Natal do Senhor, para que cada um de nós possa beber na fonte inexaurível deste Mistério e dar frutos de vida.

Antes de tudo, perguntemo-nos: qual é a primeira reação face a esta extraordinária ação de Deus que se faz menino, que se torna homem? Penso que a primeira reação só pode ser a alegria. «Rejubilemos todos no Senhor, porque nasceu no mundo o Salvador»: assim começa a Missa da noite de Natal, e acabámos de ouvir as palavras do Anjo aos pastores: «Eis que vos anuncio uma grande alegria» (Lc 2, 10). É o tema que abre o Evangelho, e é o tema que o encerra porque Jesus Ressuscitado reprovará aos Apóstolos precisamente o fato de estarem

tristes (cf. Lc 24, 17 — incompatível com o fato de que Ele permanece Homem eternamente. Mas demos um passo em frente: de onde provém esta alegria? Diria que vem da admiração do coração ao ver como Deus está próximo de nós, como Deus pensa em nós, como Deus age na história; por conseguinte, é uma alegria que nasce da contemplação do rosto daquele menino humilde porque sabemos que é o Rosto de Deus presente para sempre na humanidade, para nós e conosco. O Natal é alegria porque vemos e finalmente temos a certeza de que Deus é o bem, a vida, a verdade do homem e se abaixa até ao homem, para o elevar a Si: Deus torna-se tão próximo que o podemos ver e tocar. A Igreja contempla este mistério inefável e os textos da liturgia deste tempo estão imbuídos da admiração e da alegria; todos os cânticos de Natal expressam esta alegria. O Natal é o ponto no qual Céu e terra se unem, e várias expressões que ouvimos nestes dias ressaltam a grandeza de quanto aconteceu: o distante — Deus parece muito longe — tornou-se próximo; «o inacessível quis ser alcançável, Ele que existe antes do tempo começou a estar no tempo, o Senhor do universo, ocultando a grandeza da sua majestade, assumiu a natureza de servo» — exclama são Leão Magno (Sermão 2 sobre o Natal, 2. 1). Naquele Menino, necessitado de tudo como as crianças, aquilo que Deus é: eternidade, força, santidade, vida e alegria, une-se ao que nós somos: debilidade, pecado, sofrimento e morte.

A teologia e a espiritualidade do Natal usam uma expressão para descrever este acontecimento, falando de *admirabile commercium*, ou seja, de um admirável intercâmbio entre a divindade e a humanidade. Santo Atanásio de Alexandria afirma: «O Filho de Deus fez-se homem para nos fazer Deus» (De Incarnatione, 54, 3: pg 25, 192), mas é sobretudo com são Leão Magno e com as suas célebres Homilias sobre o Natal que esta realidade se torna objeto de profunda meditação. Com efeito, afirma o santo Pontífice: «Se nos apelamos à condescendência inefável da divina misericórdia que induziu o Criador dos homens a fazer-se homem, ela elevar-nos-á à natureza d'Aquele que adoramos na nossa» (Sermão 8 sobre o Natal: CCL 138, 139). O primeiro ato deste intercâmbio maravilhoso realiza-se na própria humanidade de Cristo. O Verbo assumiu a nossa humanidade e, em contrapartida, a natureza humana foi elevada à dignidade divina. O segundo ato do intercâmbio consiste na nossa participação real e íntima na natureza do Verbo. Diz São Paulo: «Quando veio a plenitude do tempo, Deus enviou o seu Filho, nascido de mulher, sujeito à Lei, para resgatar os que estavam sob a Lei, para que recebêssemos a adoção de filhos» (Gl 4, 4-5). O Natal é, por conseguinte, a festa na qual Deus se torna tão próximo do homem que partilha o seu próprio ato de nascer, para lhe revelar a sua dignidade mais profunda: ser filho de Deus. E assim o sonho da humanidade, começando no Paraíso — gostaríamos de ser como Deus — realiza-se de maneira inesperada não pela grandeza do homem que não se pode fazer Deus, mas pela humanidade de Deus que desce e assim

entra em nós na sua humildade e nos eleva à verdadeira grandeza do seu ser. A este propósito o Concílio Vaticano II disse: «Na realidade, só no mistério do Verbo encarnado o mistério do homem encontra verdadeira luz» (Gaudium et spes, 22); ao contrário, permanece um enigma: o que significa esta criatura, homem? Unicamente vendo que Deus está conosco podemos ver luz para o nosso ser, sentir-nos felizes por sermos homens e viver com confiança e alegria. E onde se torna presente de modo real este intercâmbio maravilhoso, para que aja na nossa vida e faça dela uma existência de verdadeiros filhos de Deus? Torna-se muito concreta na Eucaristia. Quando participamos na Santa Missa apresentamos a Deus o que é nosso: o pão e o vinho, fruto da terra, para que Ele os aceite e transforme doando-se a Si mesmo a nós e fazendo-se nosso alimento, para que recebendo o seu Corpo e o seu Sangue participemos da sua vida divina.

Por fim, gostaria de falar de outro aspecto do Natal. Quando o Anjo do Senhor se apresenta aos pastores na noite do Nascimento de Jesus, o Evangelista Lucas anota que «a glória do Senhor os envolveu de luz» (2, 9); e o Prólogo do Evangelho de João fala do Verbo que se fez carne como da luz verdadeira que vem ao mundo, a luz capaz de iluminar todos os homens (cf. Jo 1, 9). A liturgia de Natal está imbuída de luz. A vinda de Cristo dissipa as trevas do mundo, enche a Noite santa de um brilho celeste e difunde sobre o rosto dos homens o esplendor de Deus Pai. Também hoje. Envolvidos pela luz de Cristo, somos convidados com insistência pela liturgia de Natal a deixar-nos iluminar a mente e o coração pelo Deus que mostrou o esplendor do seu Rosto. O primeiro Prefácio de Natal proclama: «No mistério do Verbo encarnado apareceu aos olhos da nossa mente a luz nova do teu esplendor, para que conhecendo Deus visivelmente, por seu meio sejamos atraídos pelo amor das realidades invisíveis». No mistério da Encarnação Deus, depois de ter falado e agido na história mediante mensageiros e com sinais, «apareceu», saiu da sua luz inacessível para iluminar o mundo.

Na Solenidade da Epifania, 6 de Janeiro, que celebraremos daqui a poucos dias, a Igreja propõe um texto muito significativo do profeta Isaías: «Levanta-te e resplandece, chegou a tua luz; a glória do Senhor levanta-se sobre ti! Olha: a noite cobre a terra e a escuridão os povos; mas sobre ti levantar-se-á o Senhor, a sua glória te iluminará. As nações caminharão à tua luz, os reis, ao esplendor da tua aurora» (60, 1-3). É um convite dirigido à Igreja, mas também a cada um de nós, a tomar consciência ainda mais viva da missão e da responsabilidade em relação ao mundo ao testemunhar e levar a luz nova do Evangelho. No início da Constituição Lumen gentium do Concílio Vaticano II encontramos as seguintes palavras: «Sendo Cristo a luz das nações, este santo Concílio, reunido no Espírito Santo, deseja ardentemente com a luz d'Ele, resplandecer no rosto da Igreja, iluminar todos os homens anunciando o Evangelho a

todas as criaturas» (n. 1). O Evangelho é a luz que não se deve esconder, que se deve pôr na candeia. A Igreja não é a luz, mas recebe a luz de Cristo, acolhe-a para ser por ela iluminada e para a difundir em todo o seu esplendor. E isto deve acontecer também na nossa vida pessoal. Mais uma vez cito são Leão Magno, que disse na Noite Santa: «Reconhece, cristão, a tua dignidade e, tornando-se partícipe da natureza divina, não pretendas voltar a cair na condição desprezível de outrora com um comportamento indigno. Recorda-te de quem é a tua Cabeça e de qual Corpo és membro. Recorda-te de que, arrancado ao poder das trevas, foste transferido para a luz e para o Reino de Deus» (Sermão I sobre o Natal, 3, 2: CCL 138, 88).

Amados irmãos e irmãs, o Natal é deter-se para contemplar aquele Menino, o Mistério de Deus que se faz homem na humildade e na pobreza, mas é sobretudo acolher de novo em nós próprios aquele Menino, que é Cristo Senhor, para viver da sua mesma vida, para fazer com que os seus sentimentos, os seus pensamentos e as suas ações, sejam os nossos sentimentos, os nossos pensamentos e as nossas ações. Celebrar o Natal é, por conseguinte, manifestar a alegria, a novidade, a luz que este Nascimento trouxe a toda a nossa existência, para sermos também nós portadores da alegria, da verdadeira novidade, da luz de Deus aos outros. Faço de novo a todos os bons votos de um tempo natalício abençoado pela presença de Deus!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 11 de Janeiro de 2012

A oração de Jesus na Última Ceia

Queridos irmãos e irmãs

No nosso caminho de reflexão sobre a prece de Jesus, apresentada nos Evangelhos, gostaria de meditar hoje sobre o momento, particularmente solene, da sua oração na Última Ceia.

O cenário temporal e emocional do banquete no qual Jesus se despede dos seus amigos é a iminência da sua morte, que Ele já sente próxima. Havia muito tempo que Jesus tinha começado a falar da sua paixão, procurando também empenhar cada vez mais os seus discípulos nesta perspectiva. O Evangelho segundo Marcos narra que desde o início da viagem rumo a Jerusalém, nos povoados da longínqua Cesareia de Filipe, Jesus começara «a ensinar-lhes que era necessário que o Filho do homem padecesse muito, fosse rejeitado pelos anciãos, pelos sumos sacerdotes e pelos escribas, e fosse morto, mas ressuscitasse depois de três dias» (Mc 8, 31). Além disso, precisamente nos dias em que se preparava para dizer adeus aos discípulos, a vida do povo estava marcada pela aproximação da Páscoa, ou seja, do memorial da libertação de Israel do Egito. Esta libertação, experimentada no passado e esperada de novo no presente e para o futuro, era revivida nas celebrações familiares da Páscoa. A Última Ceia insere-se neste contexto, mas com uma novidade de fundo. Jesus olha para a sua Paixão, Morte e Ressurreição, plenamente consciente delas. Ele quer viver esta Ceia com os seus discípulos, com um carácter totalmente especial e diferente dos outros banquetes; é a sua Ceia, na qual oferece Algo de totalmente novo: Ele mesmo. Deste modo, Jesus celebra a sua Páscoa, antecipa a sua Cruz e a sua Ressurreição.

Esta novidade é-nos evidenciada pela cronologia da Última Ceia no Evangelho de João, que não a descreve como a ceia pascal, precisamente porque Jesus tenciona inaugurar algo de novo, celebrar a sua Páscoa, certamente vinculada aos acontecimentos do Êxodo. E para João, Jesus morreu na Cruz precisamente no momento em que, no templo de Jerusalém, eram imolados os cordeiros pascais.

Então, qual é o núcleo desta Ceia? São os gestos da fracção do pão, da sua distribuição aos seus e da partilha do cálice do vinho, com as palavras que os acompanham e no contexto de oração em que se inserem: é a instituição da Eucaristia, é a grande oração de Jesus e da Igreja. Mas consideremos mais de perto este momento.

Antes de tudo, as tradições neotestamentárias da instituição da Eucaristia (cf. 1 Cor 11, 23-25; Lc 22, 14-20; Mc 14, 22-25; Mt 26, 26-29), indicando a oração que introduz os gestos e as palavras de Jesus sobre o pão e o vinho, utilizam dois verbos paralelos e complementares.

Paulo e Lucas falam de eucaristia /ação de graças: «Tomou então o pão e, depois de dar graças, partiu-o e deu-lho» (Lc 22, 19). Marcos e Mateus, ao contrário, sublinham o aspecto de *eulogia*/bênção: «Tomou o pão e, depois de o benzer, partiu-o e deu-lho» (Mc 14, 22). Ambos os termos gregos *eucaristein* e *eulogein* remetem à *berakha* judaica, ou seja, para a grandiosa prece de ação de graças e de bênção da tradição de Israel, que inaugurava os grandes banquetes. Estas duas diferentes palavras gregas indicam as duas orientações intrínsecas e complementares desta oração. Com efeito, a *berakha* é antes de tudo ação de graças e louvor que se eleva a Deus pelo dom recebido: na Última Ceia de Jesus, trata-se do pão — feito com o trigo que Deus faz germinar e crescer da terra — e do vinho produzido pelo fruto amadurecido nas videiras. Esta oração de louvor e de ação de graças, que se eleva a Deus, retorna como bênção, que desce de Deus sobre o dom e o enriquece. Assim, a ação de graças e o louvor a Deus tornam-se bênção, e a oferenda doada a Deus volta para o homem abençoada pelo Todo-Poderoso. As palavras da instituição da Eucaristia inserem-se neste contexto de oração; nelas, o louvor e a bênção da *berakha* tornam-se bênção e transformação do pão e do vinho no Corpo e no Sangue de Jesus.

Antes das palavras da instituição há os gestos: o da fracção do pão e o da oferta do vinho. Quem parte o pão e oferece o cálice é, antes de tudo, o chefe de família, que recebe à sua mesa os familiares, mas estes gestos são também os da hospitalidade, do acolhimento na comunhão convival do estrangeiro, que não faz parte da casa. Estes mesmos gestos, na ceia com a qual Jesus se despede dos seus, adquirem uma profundidade totalmente nova: Ele oferece um sinal visível do acolhimento à mesa em que Deus se doa. No pão e no vinho, Jesus oferece-se e comunica-se a Si mesmo.

Mas como pode realizar-se tudo isto? Como pode Jesus doar-se, naquele momento, a Si mesmo? Jesus sabe que a vida está prestes a ser-lhe tirada através do suplício da cruz, a pena capital dos homens não livres, aquela que Cícero definia a *mors turpissima crucis*. Com o dom do pão e do vinho, que oferece na Última Ceia, Jesus antecipa a sua morte e a sua ressurreição, realizando aquilo que já tinha dito no discurso do Bom Pastor: «Dou a minha vida, para tornar a tomá-la. Ninguém ma tira; sou Eu que a dou por Mim mesmo. Tenho poder para a dar e para tornar a tomá-la; este mandamento recebi de Meu Pai» (Jo 10, 17-18). Por conseguinte, Ele oferece antecipadamente a vida que lhe será tirada, e deste modo transforma a sua morte violenta num gesto livre de doação de Si mesmo pelos outros e aos outros. A violência padecida transforma-se num sacrifício concreto, livre e redentor.

Mais uma vez na oração, começada segundo as formas rituais da tradição bíblica, Jesus mostra a sua identidade e a determinação a cumprir até ao fim a sua missão de amor total, de ofer-

ta em obediência à vontade do Pai. A profunda originalidade do dom de Si mesmo aos seus, através do memorial eucarístico, é o ápice da oração que distingue a ceia de adeus com os seus. Contemplando os gestos e as palavras de Jesus naquela noite, vemos claramente que a relação íntima e constante com o Pai é o lugar em que Ele realiza o gesto de transmitir aos seus, e a cada um de nós, o Sacramento do amor, o «*Sacramentum caritatis*». Por duas vezes, no cenáculo, ressoam estas palavras: «Fazei isto em memória de Mim» (1 Cor 11, 24.25). Com o dom de Si, Ele celebra a sua Páscoa, tornando-se o verdadeiro Cordeiro que leva a cumprimento todo o culto antigo. Por isso são Paulo, falando aos cristãos de Corinto, afirma: «Cristo, nossa Páscoa [o nosso Cordeiro pascal!], foi imolado! Celebremos, pois, a festa... com o fermento da pureza e da verdade» (1 Cor 5, 7-8).

O evangelista Lucas conservou um ulterior elemento precioso dos acontecimentos da Última Ceia, que nos permite ver a profundidade comovedora da oração de Jesus pelos seus naquela noite, a sua atenção por cada um. Começando a partir da oração de ação de graças e de bênção, Jesus chega ao dom eucarístico, à entrega de Si mesmo e, enquanto oferece a realidade sacramental decisiva, dirige-se a Pedro. No final da ceia, Ele diz: «Simão, Simão, eis que Satanás vos reclamou para vos peneirar como o trigo; mas eu roguei por ti, para que a tua confiança não desfaleça; e tu, por tua vez, confirma os teus irmãos» (Lc 22, 31-32). Quando se aproxima a provação também para os seus discípulos, a oração de Jesus sustenta a sua debilidade, a sua dificuldade de compreender que o caminho de Deus passa através do Mistério pascal de morte e ressurreição, antecipado na oferenda do pão e do vinho. A Eucaristia é alimento dos peregrinos, que se torna força também para aqueles que se sentem cansados, prostrados e desorientados. E a oração é particularmente para Pedro a fim de que, uma vez convertido, confirme os irmãos na fé. O evangelista Lucas recorda que foi precisamente o olhar de Jesus que procurou o rosto de Pedro no momento em que ele tinha acabado de consumir a sua tríplice negação, para lhe conferir a força de retomar o caminho no seu seguimento: «E naquele mesmo instante, quando ainda falava, o galo cantou. Voltando-se, o Senhor olhou para Pedro. Então Pedro lembrou-se das palavras do Senhor» (Lc 22, 60-61).

Caros irmãos e irmãs, participando na Eucaristia, vivamos de modo extraordinário a oração que Jesus recitou, e recita continuamente, por cada um a fim de que o mal, que todos nós encontramos na vida, não prevaleça, e para que em nós aja a força transformadora da morte e da ressurreição de Cristo. Na Eucaristia, a Igreja responde ao mandato de Jesus: «Fazei isto em memória de mim» (Lc 22, 19; cf. 1 Cor 11, 24-26); repete a oração de ação de graças e de bênção e, com ela, as palavras da transubstanciação do pão e do vinho no Corpo e Sangue do Senhor. As nossas Eucaristias consistem em sermos atraídos para aquele momento de oração,

em unir-nos sempre de novo à oração de Jesus. Desde o início, a Igreja compreendeu as palavras de consagração como parte da prece recitada juntamente com Jesus; como uma parte central do louvor cheio de gratidão, através da qual o fruto da terra e do trabalho do homem nos é novamente oferecido por Deus como Corpo e Sangue de Jesus, como autodoação do próprio Deus no amor acolhedor do Filho (cf. Jesus de Nazaré, II, pag. 146). Participando na Eucaristia, alimentando-nos da Carne e do Sangue do Filho de Deus, unamos a nossa oração à prece do Cordeiro pascal na sua noite suprema, a fim de que a nossa vida não se perca, apesar da nossa debilidade e das nossas infidelidades, mas seja transformada.

Estimados amigos, peçamos ao Senhor que, depois de nos prepararmos devidamente, também com o Sacramento da Penitência, a nossa participação na sua Eucaristia, indispensável para a vida cristã, seja sempre o ponto mais elevado de toda a nossa oração. Peçamos que, profundamente unidos na sua própria oferenda ao Pai, possamos também nós transformar as nossas cruzes em sacrifício livre e responsável de amor a Deus e aos irmãos. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 18 de Janeiro de 2012

Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos

Queridos irmãos e irmãs,

Começa hoje a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos que, há mais de um século, é celebrada todos os anos por cristãos de todas as Igrejas e Comunidades eclesiais, para invocar aquele dom extraordinário pelo qual o próprio Senhor Jesus rezou durante a última Ceia, antes da sua paixão: «Para que todos sejam um só; como Tu, ó Pai, estás em mim e Eu em ti, que também eles estejam em Nós, para que o mundo creia que Tu me enviaste» (Jo 17, 21). A prática da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos foi introduzida em 1908 pelo Padre Paul Wattson, fundador de uma comunidade religiosa anglicana que, em seguida, entrou na Igreja católica. A iniciativa recebeu a bênção do Papa são Pio X e depois foi promovida pelo Papa Bento XV, que encorajou a sua celebração em toda a Igreja católica com o Breve *Romanorum Pontificum*, de 25 de Fevereiro de 1916.

O oitavário de oração foi desenvolvido e aperfeiçoado nos anos trinta do século passado pelo Pe. Paul Couturier, de Lião, que apoiou a oração «pela unidade da Igreja segundo a vontade de Cristo e em conformidade com os instrumentos que Ele quiser». Nos seus últimos escritos, Pe. Couturier viu esta Semana como um meio que permite à oração universal de Cristo «entrar e penetrar em todo o Corpo cristão»; ela deve crescer até se tornar «um imenso e unânime brado de todo o Povo de Deus», que pede a Deus este grande dom. E é precisamente na Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos que o impulso dado pelo Concílio Vaticano II à busca da plena comunhão entre todos os discípulos de Cristo encontra, de ano para ano, uma das suas expressões mais eficazes. Este encontro espiritual, que une cristãos de todas as tradições, aumenta a nossa consciência sobre o fato de que a unidade para a qual tendemos não poderá ser só o resultado dos nossos esforços, mas será sobretudo um dom recebido do alto, que deve ser invocado sempre.

Todos os anos os subsídios para a Semana de Oração são preparados por um grupo ecumênico de uma diversa região do mundo. Gostaria de meditar sobre este ponto. Este ano, os textos foram propostos por um grupo misto composto por representantes da Igreja católica e do Conselho Ecumênico Polaco, do qual fazem parte várias Igrejas e Comunidades eclesiais do país. Depois, a documentação foi revista por uma comissão composta por membros do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos e pela Comissão «Fé e Constituição» do Conselho Ecumênico das Igrejas. Também este trabalho, realizado conjuntamente em duas etapas é um sinal do desejo de unidade que anima os cristãos e da consciência de que a oração

é o caminho primário para alcançar a plena unidade, para que unidos no Senhor caminhemos rumo à unidade. O tema da Semana deste ano — como ouvimos — foi tirado da Primeira Carta aos Coríntios — «Todos seremos transformados pela vitória de nosso Senhor Jesus Cristo» (cf. 1 Cor 15, 51-58), a sua vitória transformar-nos-á. E este tema foi sugerido pelo amplo grupo ecumênico polaco que citei, o qual meditando sobre a sua experiência como nação, quis frisar como é forte o sustento da fé cristã no meio das provas e perturbações, como aquelas que caracterizaram a história da Polónia. Depois de amplos debates foi escolhido um tema centrado no poder transformador da fé em Cristo, em particular à luz da importância que ela tem para a nossa oração a favor da unidade visível da Igreja, Corpo de Cristo. Esta reflexão foi inspirada pelas palavras de são Paulo que, dirigindo-se à Igreja em Corinto, fala da natureza temporária do que pertence à nossa vida presente, marcada também pela experiência de «derrota» do pecado e da morte, em comparação com o que nos traz a «vitória» de Cristo sobre o pecado e a morte no seu Mistério pascal.

A história particular da nação polaca, que conheceu fases de convivência democrática e de liberdade religiosa, como no século XVI, foi marcada nos últimos séculos por invasões e derrotas, mas também pela luta constante contra a opressão e pela sede de liberdade. Tudo isto induziu o grupo ecumênico a meditar de maneira mais aprofundada sobre o verdadeiro significado de «vitória» — o que é a vitória — e de «derrota». Em relação à «vitória» entendida em termos triunfalistas, Cristo sugere-nos um caminho muito diverso, que não passa através do poder e da potência. Com efeito, Ele afirma: «Quem quiser ser o primeiro, seja o último de todos, o servo de todos» (Mc 9, 35). Cristo fala de uma vitória através do amor sofredor, mediante o serviço recíproco, a ajuda, a nova esperança e o conforto concreto oferecido aos últimos, aos esquecidos e aos rejeitados. Para todos os cristãos, a expressão mais alta deste serviço humilde é o próprio Jesus Cristo, o dom total que Ele faz de Si mesmo, a vitória do seu amor sobre a morte na cruz, que resplandece na luz da manhã de Páscoa. Só podemos participar nesta «vitória» transformadora, se nos deixarmos transformar por Deus, se fizermos uma conversão da nossa vida e se a transformação se realizar em forma de conversão. Eis o motivo pelo qual o grupo ecumênico polaco julgou particularmente adequadas para o tema da sua meditação as palavras de são Paulo: «Todos seremos transformados pela vitória de nosso Senhor Jesus Cristo» (cfr. 1 Cor 15, 51-58).

A unidade plena e visível dos cristãos, pela qual ansiamos, exige que nos deixemos transformar e conformar, de maneira cada vez mais perfeita, à imagem de Cristo. A unidade pela qual oramos requer uma conversão interior, tanto comum como pessoal. Não se trata simplesmente de cordialidade ou de cooperação, mas é preciso fortalecer sobretudo a nossa fé em Deus, no

Deus de Jesus Cristo, que nos falou e se fez um de nós; é necessário entrar na nova vida em Cristo, que é a nossa vitória verdadeira e definitiva; é preciso que nos abramos uns aos outros, aproveitando todos os elementos de unidade que Deus conservou para nós e que nos oferece sempre de novo; é necessário sentir a urgência de testemunhar ao homem do nosso tempo o Deus vivo, que se fez conhecer em Cristo.

O Concílio Vaticano II pôs a busca ecumênica no centro da vida e da obra de Igreja: «Este santo Concílio exorta todos os fiéis católicos para que, reconhecendo os sinais dos tempos, participem com entusiasmo no movimento ecumênico» (Unitatis redintegratio, 4). O beato João Paulo II ressaltou a natureza essencial de tal compromisso, dizendo: «Esta unidade, que o Senhor concedeu à sua Igreja e na qual Ele quer abraçar a todos, não é um elemento acessório, mas situa-se no centro mesmo da sua obra. Nem se reduz a um atributo secundário da Comunidade dos seus discípulos. Pelo contrário, pertence à própria essência desta Comunidade» (Enc. Ut unum sint, 9). Portanto, a tarefa ecumênica é uma responsabilidade de toda a Igreja e de todos os batizados, que devem fazer crescer a comunhão parcial já existente entre os cristãos, até à plena comunhão na verdade e na caridade. Por conseguinte, a oração pela unidade não está circunscrita a esta Semana de Oração, mas deve tornar-se uma parte integrante da nossa oração, da vida orante de todos os cristãos, em todos os lugares e em todos os tempos, sobretudo quando pessoas de tradições diversas se encontram e trabalham juntas pela vitória, em Cristo, sobre tudo o que é pecado, mal, injustiça e violação da dignidade do homem.

Desde que o movimento ecumênico moderno nasceu, há mais de um século, houve sempre uma clara consciência do fato de que a falta de unidade entre os cristãos impede um anúncio mais eficaz do Evangelho, porque põe em perigo a nossa credibilidade. Como podemos dar um testemunho convincente, se estamos divididos? Sem dúvida, a propósito das verdades fundamentais da fé, une-nos muito mais de quanto nos divide. Mas as divisões subsistem, e dizem respeito também a várias questões práticas e éticas, suscitando confusão e desconfiança, debilitando a nossa capacidade de transmitir a Palavra salvífica de Cristo. Neste sentido, devemos recordar as palavras do beato João Paulo II que, na sua Encíclica *Ut unum sint*, fala do dano causado ao testemunho cristão e ao anúncio do Evangelho pela falta de unidade (cfr. nn. 98, 99). Trata-se de um grande desafio para a nova evangelização, que pode ser mais fecunda se todos os cristãos anunciarem juntos a verdade do Evangelho de Jesus Cristo e derem uma resposta comum à sede espiritual dos nossos tempos.

O caminho da Igreja, como o dos povos, está nas mãos de Cristo ressuscitado, vitorioso sobre a morte e sobre a injustiça que Ele carregou e padeceu em nome de todos. Ele faz-nos partici-

par na sua vitória. Só Ele é capaz de nos transformar e fazer com que, de frágeis e vacilantes, nos tornemos fortes e corajosos na prática do bem. Somente Ele pode salvar-nos das consequências negativas das nossas divisões. Caros irmãos e irmãs, convido todos a unir-se em oração de modo mais intenso durante esta Semana de Oração pela Unidade, para que aumentem o testemunho comum, a solidariedade e a colaboração entre os cristãos, à espera do dia glorioso em que poderemos professar juntos a fé transmitida pelos Apóstolos e celebrar conjuntamente os Sacramentos da nossa transformação em Cristo. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 25 de Janeiro de 2012

A oração que Jesus dirige ao Pai na «Hora» da sua elevação e da sua glorificação

Queridos irmãos e irmãs,

Na Catequese de hoje concentramos a nossa atenção sobre a oração que Jesus dirige ao Pai na «Hora» da sua elevação e da sua glorificação (cf. Jo 17, 1-26). Como afirma o Catecismo da Igreja Católica: «A tradição cristã chama-lhe, a justo título, a oração "sacerdotal" de Jesus. Ela é, de fato, a oração de nosso Sumo Sacerdote, inseparável do seu sacrifício, da sua "passagem" [páscoa] deste mundo para o Pai, em que é inteiramente "consagrado" ao Pai» (n. 2.747).

Esta oração de Jesus é compreensível na sua riqueza extrema, sobretudo se a inserirmos no cenário da festa judaica da expiação, o *Yom kippur*. Naquele dia, o Sumo Sacerdote cumpre a expiação primeiro para si mesmo, depois para a classe sacerdotal e finalmente para toda a comunidade do povo. A finalidade é restituir ao povo de Israel, após as transgressões de um ano, a consciência da reconciliação com Deus, a consciência de ser povo eleito, «povo santo» no meio dos outros povos. A oração de Jesus, apresentada no capítulo 17 do Evangelho segundo João, retoma a estrutura desta festa. Nessa noite, Jesus dirige-se ao Pai no momento em que se oferece a Si mesmo. Sacerdote e vítima, Ele ora por Si próprio, pelos apóstolos e por todos aqueles que acreditam nele, pela Igreja de todos os tempos (cf. Jo 17, 20).

A oração que Jesus recita por Si mesmo é o pedido da sua glorificação, da própria «elevação» na sua «Hora». Na realidade, é mais do que um pedido e a declaração de plena disponibilidade a entrar, livre e generosamente, no desígnio de Deus Pai que se cumpre no ser entregue e na morte e ressurreição. Esta «Hora» começou com a traição de Judas (cf. Jo 13, 31) e culminará com a elevação de Jesus ressuscitado para o Pai (cf. Jo 20, 17). A saída de Judas do cenáculo é comentada por Jesus com as seguintes palavras: «Agora o Filho do homem foi glorificado, e Deus foi glorificado nele» (Jo 13, 31). Não é por acaso que Ele começa a prece sacerdotal, dizendo: «Pai, chegou a hora: glorifica o teu Filho, para que o Filho te glorifique» (Jo 17, 1). A glorificação que Jesus pede para Si mesmo, como Sumo Sacerdote, é o ingresso na obediência mais plena ao Pai, uma obediência que o leva à sua condição filial mais completa: «E agora, Pai, glorifica-me diante de ti com aquela glória que Eu tinha em Ti antes da criação do mundo» (Jo 17, 5). Esta disponibilidade e este pedido são o primeiro ato do novo sacerdócio de Jesus, que é um doar-se totalmente na cruz, e precisamente na cruz — o supremo gesto de amor — Ele é glorificado, porque o amor é a glória autêntica, a glória divina.

O segundo momento desta oração é a intercessão que Jesus faz pelos seus discípulos, que permaneceram com Ele. Eles são aqueles sobre os quais Jesus pode dizer ao Pai: «Manifestei o teu nome aos homens que me deste do mundo. Eram teus e Tu deste-mos, e eles observaram a tua palavra» (Jo 17, 6). «Manifestar o nome de Deus aos homens» é a realização de uma nova presença do Pai no meio do povo, da humanidade. Este «manifestar» não é só uma palavra, mas é realidade em Jesus; Deus está conosco, e assim o nome — a sua presença conosco, o ser um de nós — «realizou-se». Portanto, esta manifestação realiza-se na encarnação do Verbo. Em Jesus, Deus entra na carne humana, faz-se próximo de modo único e novo. E esta presença tem o seu ápice no sacrifício que Jesus realiza na sua Páscoa de morte e ressurreição. No centro desta prece de intercessão e de expiação a favor dos discípulos encontra-se o pedido de consagração; Jesus diz ao Pai: «Eles não são do mundo, como Eu não sou do mundo. Consagra-os na verdade. A tua palavra é verdade. Como Tu me mandaste para o mundo, também Eu os enviei para o mundo; por eles consagro-me a mim mesmo, a fim de que também eles sejam consagrados na verdade» (Jo 17, 16-19). Pergunto: o que significa «consagrar» neste caso? Antes de tudo, é necessário dizer que só Deus é propriamente «Consagrado», ou «Santo». Portanto, consagrar quer dizer transferir uma realidade — uma pessoa ou coisa — para a propriedade de Deus. E nisto estão presentes dois aspectos complementares: por um lado, tirar das coisas comuns, segregar, «pôr de lado» do ambiente da vida pessoal do homem, para ser doado totalmente a Deus; e por outro, esta segregação, esta transferência para a esfera de Deus tem o significado próprio de «envio», de missão: precisamente porque é doada a Deus, a realidade, a pessoa consagrada existe «para» os outros, é doada ao próximo. Doar a Deus quer dizer não existir mais para si mesmo, mas para todos. É consagrado aquele que, como Jesus, é segregado do mundo e posto à parte para Deus, em vista de uma tarefa e precisamente por isso está plenamente à disposição de todos. Para os discípulos, consistirá em continuar a missão de Jesus, ser doados a Deus para estarem assim em missão para todos. Na noite de Páscoa, o Ressuscitado, aparecendo aos seus discípulos, dir-lhes-á: «A paz esteja convosco! Assim como o Pai me enviou, também Eu vos envio» (Jo 20, 21).

O terceiro ato desta oração sacerdotal amplia o olhar até ao fim dos tempos. Nela, Jesus dirige se ao Pai para interceder a favor de todos aqueles que forem levados à fé mediante a missão inaugurada pelos apóstolos e continuada na história: «Não oro só por estes, mas também por aqueles que acreditarem em mim mediante a sua palavra». Jesus reza pela Igreja de todos os tempos, ora também por nós (cf. Jo 17, 20). O Catecismo da Igreja Católica comenta: «Jesus cumpriu perfeitamente a obra do Pai e a sua oração, assim como o seu sacrifício se estende até

à consumação dos tempos. A oração da "Hora" preenche os últimos tempos e leva-os à sua consumação» (n. 2.749).

O pedido central da oração sacerdotal de Jesus, dedicada aos seus discípulos de todos os tempos, é o da unidade futura de quantos acreditarem nele. Esta unidade não é um produto mundano. Ela provém exclusivamente da unidade divina e chega até nós do Pai, mediante o Filho e no Espírito Santo. Jesus invoca um dom que provém do Céu, e que tem o seu efeito — real e perceptível — na terra. Ele reza «a fim de que todos sejam um só: assim como Tu, ó Pai, estás em mim e Eu em ti, que também eles estejam em Nós, para que o mundo creia que Tu me enviaste» (Jo 17, 21). A unidade dos cristãos, por um lado, é uma realidade secreta que está no coração das pessoas crentes. Mas, ao mesmo tempo, ela deve aparecer com toda a clareza na história, deve aparecer para que o mundo creia, tem uma finalidade muito prática e concreta, deve aparecer para que todos sejam realmente um só. A unidade dos discípulos futuros, sendo unidade com Jesus — que o Pai enviou ao mundo — é também a fonte originária da eficácia da missão cristã no mundo.

«Podemos dizer que na oração sacerdotal de Jesus se cumpre a instituição da Igreja... Precisamente aqui, no ato da última Ceia, Jesus cria a Igreja. Porque, o que é a Igreja, a não ser a comunidade dos discípulos que, mediante a fé em Jesus Cristo como enviado do Pai, recebe a sua unidade e é envolvida na missão de Jesus de salvar o mundo, conduzindo-o ao conhecimento de Deus? Aqui encontramos realmente uma verdadeira definição da Igreja. A Igreja nasce da oração de Jesus. E esta prece não é apenas palavra: é o gesto em que Ele se "consagra" a Si mesmo, ou seja, se "sacrifica" pela vida do mundo» (cf. Jesus de Nazaré, II, 117 s.).

Jesus reza a fim de que os seus discípulos sejam um só. Em virtude desta unidade, recebida e conservada, a Igreja pode caminhar «no mundo» sem ser «do mundo» (cf. Jo 17, 16) e viver a missão que lhe foi confiada para que o mundo creia no Filho e no Pai que O enviou. A Igreja torna-se, então, o lugar em que continua a própria missão de Cristo: conduzir o «mundo» para fora da alienação do homem em relação a Deus e a si mesmo, para fora do pecado, a fim de que ele volte a ser o mundo de Deus.

Caros irmãos e irmãs, apreendemos alguns elementos da grande riqueza da oração sacerdotal de Jesus, que vos convido a ler e meditar, para que nos oriente no diálogo com o Senhor, a fim de que nos ensine a rezar. Então, também nós na nossa oração peçamos a Deus que nos ajude a entrar, de modo mais completo, no desígnio que tem para cada um de nós; peçamos-lhe para ser «consagrados» a Ele, para lhe pertencer cada vez mais, para poder amar sempre mais os outros, próximos e distantes; peçamos-lhe para sermos capazes de abrir a nossa oração às dimensões do mundo, sem a limitar ao pedido de ajuda para os nossos problemas, mas

recordando diante do Senhor o nosso próximo, apreendendo a beleza de interceder pelos outros; peçamos-lhe o dom da unidade visível entre todos os crentes em Cristo — invocámo-lo com vigor nesta Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos — orando para estarmos sempre prontos a explicar a razão da nossa esperança a quantos no-la perguntarem (cf. 1 Pd 3, 15). Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 1° de Fevereiro de 2012

A oração de Jesus no Getsêmani

Queridos irmãos e irmãs,

Hoje gostaria de falar sobre a oração de Jesus no Getsêmani, no Jardim das Oliveiras. O cenário da narração evangélica desta prece é particularmente significativo. Jesus dirige-se para o Monte das Oliveiras, depois da Última Ceia, enquanto está a rezar com os seus discípulos. O evangelista Marcos narra: «Depois de terem entoado o hino, saíram para o Monte das Oliveiras» (14, 26). Alude-se, provavelmente, ao canto de alguns Salmos do *hallél* com os quais se dá graças a Deus pela libertação do povo da escravidão e se pede a sua ajuda para as dificuldades e as ameaças sempre novas do presente. O percurso até ao Getsêmani está constelado de expressões de Jesus, que fazem sentir incumbente o seu destino de morte e anunciam a dispersão iminente dos discípulos.

Tendo chegado ao horto no Monte das Oliveiras, também naquela noite Jesus se prepara para a oração pessoal. Mas desta vez acontece algo de novo: parece que Ele não quer permanecer só. Muitas vezes Jesus afastava-se da multidão e dos próprios discípulos, permanecendo «em lugares desertos» (cf. Mc 1, 35) ou subindo «ao monte», diz são Marcos (cf. Mc 6, 46). No Getsêmani, contudo, ele convida Pedro, Tiago e João, para que fiquem com ele. São os discípulos que Ele chamou para estar com Ele no Monte da Transfiguração (cf. Mc 9, 2-13). Esta proximidade dos três durante a oração no Getsêmani é significativa. Também naquela noite Jesus rezará ao Pai «sozinho», porque a sua relação com Ele é totalmente única e singular: é a relação do Filho Unigênito. Aliás, dir-se-ia sobretudo que naquela noite ninguém possa aproximar-se verdadeiramente do Filho, que se apresenta ao Pai na sua identidade absolutamente única, exclusiva. Mas Jesus, mesmo chegando «sozinho» ao ponto onde se deterá para rezar, deseja que pelo menos três discípulos permaneçam não distantes, numa relação mais íntima com Ele. Trata-se de uma proximidade espacial, de um pedido de solidariedade no momento em que sente aproximar-se a morte, mas é principalmente uma proximidade na oração, para expressar de algum modo a sintonia com Ele, no momento em que se prepara para cumprir até ao fim a vontade do Pai, e é um convite a cada discípulo, a segui-lo no caminho da Cruz. O evangelista Marcos narra: «Levou consigo Pedro, Tiago e João; e começou a sentir pavor e a angustiar-se. E disse-lhes: "A minha alma está numa tristeza mortal; ficai aqui e vigiai"» (14, 33-34).

Na palavra que dirige aos três, mais uma vez Jesus se expressa com a linguagem dos Salmos: «A minha alma está triste», uma expressão do Salmo 43 (cf. v. 5). Depois, a dura determina-

ção, «mortal», evoca uma situação vivida por muitos dos enviados de Deus no Antigo Testamento e expressa na sua oração. Com efeito, seguir a missão que lhes é confiada não raro significa encontrar hostilidade, rejeição e perseguição. Moisés sente de modo dramático a prova que padece enquanto guia o povo no deserto, e diz a Deus: «Eu sozinho não posso suportar todo esse povo; ele é pesado demais para mim. Em vez de me tratar assim, rogo-vos que antes me façais morrer, se achei agrado aos vossos olhos» (Nm 11, 14-15). Também para o profeta Elias não é fácil dar continuidade ao serviço a Deus e ao seu povo. No primeiro Livro dos Reis, narra-se: «Ele andou pelo deserto um dia de caminho. Sentou-se debaixo de um junípero e desejou a morte: "Basta, Senhor, disse ele; tirai-me a vida, porque não sou melhor do que meus pais"» (19, 4).

As palavras de Jesus aos três discípulos que Ele quer próximos durante a oração no Getsêmani revelam como Ele sente pavor e angústia naquela «Hora», como experimenta a última e profunda solidão precisamente enquanto o desígnio de Deus se está a realizar. E em tal pavor e angústia de Jesus está recapitulado todo o horror do homem diante da própria morte, a certeza da sua inexorabilidade e a percepção do peso do mal que ameaça a nossa vida.

Depois do convite a permanecer e a vigiar em oração, feito aos três, Jesus dirige-se «sozinho» ao Pai. O evangelista Marcos narra que Ele «adiantando-se alguns passos, prostrou-se com a face por terra e orava que, se fosse possível, afastasse dele aquele cálice» (14, 35). Jesus prostrou-se com a face por terra: é uma posição da oração que exprime a obediência à vontade do Pai, o abandonar-se com plena confiança nele. É um gesto que se repete no início da Celebração da Paixão, na Sexta-Feira Santa, assim como na profissão monástica e nas Ordenações diaconal, presbiteral e episcopal, para expressar na oração, inclusive corporalmente, o confiar-se completo a Deus, o confiar nele. Depois, Jesus pede ao Pai que, se fosse possível, afastasse dele aquele cálice. Não é só o pavor e a angústia do homem diante da morte, mas é o transtorno do Filho de Deus, que vê a massa terrível do mal, que Ele deverá assumir sobre Si para o superar, para o privar do poder.

Caros amigos, também nós na oração temos que ser capazes de apresentar a Deus as nossas dificuldades, o sofrimento de certas situações, de determinados dias, o compromisso quotidiano de O seguir, de ser cristãos, e também o peso do mal que vemos em nós e ao nosso redor, para que Ele nos infunda esperança, nos faça sentir a sua proximidade, nos conceda um pouco de luz no caminho da vida.

Jesus continua a sua prece: « *Abbá*! Pai! Tudo te é possível; afasta de mim este cálice! Contudo, não se faça o que Eu quero, mas sim o que Tu queres» (Mc 14, 36). Esta invocação contém três passagens reveladoras. No início temos a duplicação do termo com que Jesus se diri-

ge a Deus: « *Abbá*! Pai!» (Mc 14, 36a). Sabemos bem que a palavra aramaica *Abbá* era utilizada pelo filho para se dirigir ao pai, e portanto exprime a relação de Jesus com Deus Pai, uma relação de ternura, de confiança e de abandono. Na parte central da invocação há o segundo elemento: a consciência da onipotência do Pai — «tudo te é possível» — que introduz um pedido no qual, mais uma vez, aparece o drama da vontade humana de Jesus perante a morte e o mal: «Afasta de mim este cálice!». Mas há uma terceira expressão da prece de Jesus, que é decisiva, na qual a vontade humana adere plenamente à vontade divina. Com efeito, Jesus conclui dizendo com vigor: «Contudo, não se faça o que Eu quero, mas sim o que Tu queres» (Mc 14, 36c). Na unidade da pessoa divina do Filho, a vontade humana encontra a sua plena realização no abandono total do Eu ao Tu do Pai, chamado *Abbá*. São Máximo, o Confessor, afirma que desde o momento da criação do homem e da mulher, a vontade humana está orientada para a divina, e é precisamente no «sim» a Deus que a vontade humana é plenamente livre e encontra a sua realização. Infelizmente, por causa do pecado, este «sim» a Deus transformou-se em oposição: Adão e Eva pensavam que o «não» a Deus fosse o ápice da liberdade, o ser plenamente eles mesmos. No Monte das oliveiras, Jesus restitui a vontade humana ao «sim» completo a Deus; nele a vontade natural está plenamente integrada na orientação que lhe confere a Pessoa Divina. Jesus vive a sua existência segundo o centro da sua Pessoa: o seu ser Filho de Deus. A sua vontade humana é atraída para dentro do Eu do Filho, que se abandona totalmente ao Pai. Assim Jesus diz-nos que só conformando a própria vontade com a divina, o ser humano alcança a sua verdadeira altura, tornando-se «divino»; só saindo de si mesmo, só no «sim» a Deus, se realiza o desejo de Adão, de todos nós, de sermos completamente livres. É isto que Jesus realiza no Getsêmani: transferindo a vontade humana para a vontade divina nasce o homem verdadeiro, e nós somos remidos.

O Compêndio do Catecismo da Igreja Católica ensina sinteticamente: «A oração de Jesus durante a agonia no Jardim do Getsêmani e nas últimas palavras sobre a cruz revelam a profundidade da sua oração filial: Jesus conduz à sua realização o desígnio de amor do Pai e toma sobre si todas as angústias da humanidade, todas as interrogações e intercessões da história da salvação. Ele apresenta-as ao Pai que as acolhe e escuta, para além de toda a esperança, ressuscitando-O dos mortos» (n. 543). Verdadeiramente, «em nenhuma outra parte da Sagrada Escritura olhamos tão profundamente para dentro do mistério interior de Jesus, como na oração no Monte das Oliveiras» (Jesus de Nazaré II, 177).

Estimados irmãos e irmãs, cada dia na oração do Pai-Nosso nós pedimos ao Senhor: «Seja feita a vossa vontade, assim na terra como no céu» (Mt 6, 10). Isto é, reconhecemos que há uma vontade de Deus conosco e para nós, uma vontade de Deus sobre a nossa vida, que deve

tornar-se cada dia mais a referência da nossa vontade e do nosso ser; além disso, reconhecemos que é no «céu» que se cumpre a vontade de Deus, e que a «terra» só se torna «céu», lugar da presença do amor, da bondade, da verdade e da beleza divina, se nela se cumprir a vontade de Deus. Na prece de Jesus ao Pai, naquela noite terrível e admirável do Getsêmani, a «terra» tornou-se «céu»; a «terra» da sua vontade humana, abalada pelo pavor e pela angústia, foi assumida pela sua vontade divina, de maneira que a vontade de Deus se cumpriu sobre a terra. E isto é importante inclusive na nossa oração: devemos aprender a confiar-nos mais à Providência divina, pedir a Deus a força para sairmos de nós mesmos e renovarmos o nosso «sim», para lhe repetirmos: «Seja feita a vossa vontade», para conformarmos a nossa vontade com a sua. Trata-se de uma prece que devemos recitar quotidianamente, porque nem sempre é fácil confiar-nos à vontade de Deus, repetir o «sim» de Jesus, o «sim» de Maria. As narrações evangélicas do Getsêmani demonstram dolorosamente que os três discípulos, escolhidos por Jesus para estar ao seu lado, não foram capazes de vigiar com Ele, de compartilhar a sua oração, a sua adesão ao Pai, e foram dominados pelo sono. Caros amigos, peçamos ao Senhor para sermos capazes de vigiar com Ele em oração, de cumprirmos a vontade de Deus todos os dias, mesmo quando se fala de Cruz, de viver uma intimidade cada vez maior com o Senhor, para trazer a esta «terra» um pouco do «céu» de Deus. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 8 de Fevereiro de 2012

A oração de Jesus diante da morte (Mc e Mt)

Queridos irmãos e irmãs

Hoje gostaria de meditar convosco sobre a oração de Jesus na iminência da morte, detendo-me sobre aquilo que nos referem são Marcos e são Mateus. Os dois evangelistas mencionam a oração de Jesus moribundo não só na língua grega, na qual está escrita a sua narração mas, pela importância destas palavras, também numa mistura de hebraico e aramaico. Deste modo, eles transmitiram não só o conteúdo, mas até o som que tal oração teve nos lábios de Jesus: ouvimos realmente as palavras de Jesus como eram. Ao mesmo tempo, eles descreveram-nos a atitude de quantos estavam presentes na crucifixão, que não entenderam — ou não queriam entender — esta prece.

Como ouvimos, são Marcos escreve: «Desde a hora sexta até a hora nona, houve trevas por toda a terra. E à hora nona Jesus bradou em alta voz: "*Elli, Elli, lemá sabactháni*?", que quer dizer: Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?» (15, 33-34). Na estrutura desta narração a prece, o clamor de Jesus eleva-se no final das três horas de trevas que, do meio-dia às três horas da tarde, desceram sobre toda a terra. Estas três horas de escuridão são, por sua vez, a continuação de um precedente espaço de tempo, também de três horas, começado com a crucifixão de Jesus. Com efeito, o evangelista Marcos informa-nos que: «Era a hora terceira, quando O crucificaram» (cf. 15, 25). Do conjunto das indicações horárias da narração, as seis horas de Jesus na cruz são subdivididas em duas partes cronologicamente equivalentes.

Nas primeiras três horas, das nove horas ao meio-dia, inserem-se os escárnios de vários grupos de pessoas, que mostram o seu cepticismo, afirmam que não acreditam. São Marcos escreve: «Quantos passavam injuriavam-no» (15, 29); «Desta maneira, escarneciam dele também os sumos sacerdotes e os escribas» (15, 31); «Até aqueles que tinham sido crucificados com Ele O insultavam» (15, 32). Nas três horas seguintes, do meio-dia «às três horas da tarde», o evangelista fala somente das trevas que desceram sobre toda a terra; a escuridão ocupa sozinha toda a cena, sem qualquer referência a movimentos de personagens ou a palavras. À medida que Jesus se aproxima sempre mais da morte, há só a escuridão que desce «sobre toda a terra». Até o cosmos participa neste acontecimento: a escuridão envolve pessoas e coisas, mas inclusive neste momento de trevas Deus está presente, não abandona. Na tradição bíblica, a escuridão tem um significado ambivalente: é sinal da presença e da obra do mal, mas também de uma misteriosa presença e ação de Deus, que é capaz de vencer todas as trevas. No

Livro do Êxodo, por exemplo, lemos: «Então, o Senhor disse a Moisés: "Eis que me vou aproximar de ti na obscuridade de uma nuvem"» (19, 9); e ainda: «E o povo conservou-se à distância, enquanto Moisés se aproximava da nuvem onde se encontrava Deus» (20, 21). E nos discursos do Deuteronômio, Moisés narra: «E eis que o abrasava [o monte] um fogo que subia até às alturas do céu, onde havia trevas, nuvens e escuridão» (4, 11); vós, «depois que ouvistes a voz que saía do meio das trevas, vistes o monte arder em fogo» (5, 23). Na cena da crucifixão de Jesus, as trevas envolvem a terra e são trevas de morte em que o Filho de Deus se imerge para trazer a vida, com o seu gesto de amor.

Voltando à narração de são Marcos, diante dos insultos das várias categorias de pessoas, perante a escuridão que desce sobre tudo no momento em que se encontra diante da morte, Jesus com o brado da sua oração mostra que, juntamente com o peso do sofrimento e da morte em que parece haver abandono, ausência de Deus, Ele tem a plena certeza da proximidade do Pai, que aprova este gesto supremo de amor, de dom total de Si, embora não se ouça, como noutros momentos, a voz do alto. Lendo os Evangelhos, damo-nos conta de que noutros trechos importantes da sua existência terrena Jesus tinha visto associar-se aos sinais da presença do Pai e da aprovação ao seu caminho de amor, também a voz esclarecedora de Deus. Assim, na vicissitude que se segue ao batismo no Jordão, ao abrir-se dos céus, ouviu-se a palavra do Pai: «Tu és o meu Filho muito amado; em ti ponho a minha afeição» (Mc 1, 11). Depois, na transfiguração, o sinal da nuvem era acompanhado pela expressão: «Este é o meu Filho muito amado; ouvi-o!» (Mc 9, 7). Contudo, ao aproximar-se a morte do Crucificado, desce o silêncio, não se ouve voz alguma, mas o olhar de amor do Pai permanece fixo no dom de amor do Filho.

Mas que significado tem a oração de Jesus, aquele brado que Ele lança ao Pai: «Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?», a dúvida da sua missão, da presença do Pai? Nesta oração não há porventura precisamente a consciência de ter sido abandonado? As palavras que Jesus dirige ao Pai são o início do Salmo 22, em que o Salmista manifesta a Deus a tensão entre o sentir-se abandonado e a consciência certa da presença de Deus no meio do seu povo. O Salmista reza: «Meu Deus, grito de dia e não me respondes; de noite, e não há trégua para mim. E no entanto Tu és o Santo, Tu estás sentado no trono entre os louvores de Israel» (vv. 3-4). O Salmista fala de «grito» para expressar todo o sofrimento da sua oração diante de Deus, aparentemente ausente: no momento de angústia, a prece torna-se um grito.

E isto acontece também na nossa relação com o Senhor: perante as situações mais difíceis e dolorosas, quando parece que Deus não ouve, não devemos ter medo de confiar a Ele todo o

peso que levamos no nosso coração, não devemos ter medo de gritar a Ele o nosso sofrimento, temos que estar convictos de que Deus está próximo, embora aparentemente esteja calado.

Repetindo da cruz precisamente as palavras iniciais do Salmo — «*Elli, Elli, lemá sabactháni*?» — «Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?» (Mt 27, 46), clamando as palavras do Salmo, Jesus reza no momento da última rejeição dos homens, na hora do abandono; mas reza com o Salmo, na consciência da presença de Deus Pai também naquela hora em que sente o drama humano da morte. Mas em nós surge uma pergunta: como é possível que um Deus tão poderoso não intervenha para subtrair o seu Filho a esta prova terrível? É importante compreender que a prece de Jesus não é um grito de quem vai ao encontro da morte com o desespero, e nem sequer de quem sabe que foi abandonado. Nesse momento, Jesus faz seu todo o Salmo 22, o Salmo do povo de Israel que sofre, e deste modo assume sobre Si não só o sofrimento do seu povo, mas inclusive o de todos os homens que padecem pela opressão do mal e, ao mesmo tempo, leva tudo isto ao Coração do próprio Deus, na certeza de que o seu clamor será atendido na Ressurreição: «O grito no tormento extremo é ao mesmo tempo certeza da resposta divina, certeza da salvação — não só para o próprio Jesus, mas para "muitos"» (Jesus de Nazaré II, 239240). Nesta oração de Jesus estão encerrados a extrema confiança e o abandono nas mãos de Deus, mesmo quando parece ausente, mesmo quando parece permanecer em silêncio, seguindo um desígnio que nos é incompreensível. No Catecismo da Igreja Católica lemos assim: «No amor redentor que constantemente O unia ao Pai, [Jesus] assumiu-nos no afastamento do nosso pecado em relação a Deus a ponto de, na cruz, poder dizer em nosso nome: "Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?"» (n. 603). O seu é um sofrer em comunhão conosco e por nós, que deriva do amor e já contém em si a redenção, a vitória do amor.

As pessoas presentes ao pé da cruz de Jesus não conseguem compreender e pensam que o seu grito é uma súplica dirigida a Elias. Numa cena agitada, elas procuram saciar a sede dele para lhe prolongar a vida e verificar se verdadeiramente Elias vem em seu socorro, mas um forte brado põe termo à vida terrena de Jesus e ao desejo delas. No momento extremo, Jesus deixa que o seu Coração exprima a dor mas, ao mesmo tempo, deixa sobressair o sentido da presença do Pai e o consenso ao seu desígnio de salvação da humanidade. Também nós estamos sempre e novamente diante do «hoje» do sofrimento, do silêncio de Deus — manifestamo-lo tantas vezes na nossa oração — mas encontramo-nos inclusive perante o «hoje» da Ressurreição, da resposta de Deus que assumiu sobre Si os nossos sofrimentos, para os carregar juntamente conosco e para nos incutir a esperança firme de que serão vencidos (cf. Carta enc. Spe salvi, 35-40).

Caros amigos, na oração levamos a Deus as nossas cruzes diárias, na certeza de que Ele está presente e nos ouve. O brado de Jesus recorda-nos que na oração devemos superar as barreiras do nosso «eu» e dos nossos problemas, e abrir-nos às necessidades e sofrimentos do próximo. A oração de Jesus moribundo na Cruz ensina-nos a orar com amor pelos numerosos irmãos e irmãs que sentem o peso da vida quotidiana, que vivem momentos difíceis, que estão na dor, que não recebem uma palavra de conforto; levemos tudo isto ao Coração de Deus, para que também eles possam sentir o amor de Deus que nunca nos abandona. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 15 de Fevereiro de 2012

A oração de Jesus, na iminência da morte

Queridos irmãos e irmãs

Na nossa escola de oração, na quarta-feira passada falei sobre a oração de Jesus na Cruz, tirada do Salmo 22: «Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?». Agora, gostaria de continuar a meditação sobre a oração de Jesus na Cruz, na iminência da morte, hoje pretendo refletir sobre a narração que encontramos no Evangelho de são Lucas. O evangelista transmitiu-nos três palavras de Jesus na Cruz, duas das quais — e primeira e a terceira — são preces dirigidas explicitamente ao Pai. A segunda, ao contrário, é constituída pela promessa feita ao chamado bom ladrão, crucificado com Ele; de fato, respondendo ao pedido do ladrão, Jesus tranquiliza-o: «Em verdade te digo, hoje estarás comigo no Paraíso» (Lc 23, 43). Assim, na narração de Lucas estão entrelaçadas sugestivamente as duas orações que Jesus em agonia dirige ao Pai e o acolhimento da súplica que lhe é dirigida pelo pecador arrependido. Jesus invoca o Pai e ao mesmo tempo ouve o pedido deste homem que muitas vezes é chamado *latro poenitens*, «o ladrão arrependido».

Meditemos sobre estas três preces de Jesus. Ele pronuncia a primeira imediatamente depois de ter sido pregado na Cruz, enquanto os soldados dividem entre si as suas vestes, como triste recompensa do seu serviço. Num certo sentido, é com este gesto que se encerra o processo da crucifixão. São Lucas escreve: «Quando chegaram ao lugar chamado Calvário crucificaram-no, a Ele e aos malfeitores, um à direita e outro à esquerda. Jesus dizia: "Perdoa-lhes, Pai, porque não sabem o que fazem!". Depois, lançaram a sorte para dividirem as suas vestes» (23, 33-34). A primeira oração que Jesus dirige ao Pai é de intercessão: pede o perdão para os seus algozes. Com isto, Jesus cumpre pessoalmente quanto tinha ensinado no sermão da montanha, quando disse: «Digo-vos, porém, a vós que me escutais: amai os vossos inimigos, fazei o bem a quantos vos odeiam» (Lc 6, 27), e também tinha prometido àqueles que sabem perdoar: «A vossa recompensa será grande e sereis filhos do Altíssimo» (v. 35). Agora, da Cruz, Ele não só perdoa os seus algozes, mas dirige-se diretamente ao Pai, intercedendo a favor deles.

Esta atitude de Jesus encontra um «imitador» comovedor na narração da lapidação de santo Estêvão, primeiro mártir. Com efeito Estêvão, já próximo do fim, «de joelhos, bradou com voz forte: "Senhor, não lhes atribuas este pecado". Dito isto, adormeceu» (At 7, 60): esta foi a sua última palavra. É significativo o confronto entre a prece de perdão de Jesus e a do protomártir. Santo Estêvão dirige-se ao Senhor ressuscitado e pede que a sua morte — um gesto definido claramente com a expressão «este pecado» — não seja atribuída aos seus lapidado-

res. Na Cruz, Jesus dirige-se ao Pai e não pede só o perdão para os seus crucificadores, mas oferece também uma leitura de quanto está a acontecer. Com efeito, segundo as suas palavras, os homens que O crucificam «não sabem o que fazem» (Lc 23, 34). Ou seja, Ele põe a ignorância, o «não saber», como motivo do pedido de perdão ao Pai, porque esta ignorância deixa aberto o caminho para a conversão, como de resto acontece nas palavras que pronunciará o centurião quando Jesus morre: «Verdadeiramente, este homem era justo» (v. 47), era o Filho de Deus. «Permanece uma consolação para todos os tempos e para todos os homens o fato de que o Senhor, quer a respeito daqueles que realmente não sabiam — os algozes — quer de quantos sabiam e O condenaram, põe a ignorância como motivo do pedido de perdão — vê-o como porta que pode abrir-nos à conversão» (Jesus de Nazaré, II, 233).

A segunda palavra de Jesus na Cruz, citada por são Lucas, é de esperança, é a resposta ao pedido de um dos dois homens crucificados com Ele. Diante de Jesus, o bom ladrão toma consciência de si mesmo e arrepende-se, compreende que está diante do Filho de Deus, que torna visível a Face do próprio Deus, e pede-lhe: «Jesus, lembra-te de mim quando estiveres no teu reino» (v. 42). A resposta do Senhor a este pedido vai muito além da súplica; com efeito, Ele diz: «Em verdade te digo, hoje estarás comigo no Paraíso» (v. 43). Jesus está consciente de entrar diretamente em comunhão com o Pai e de reabrir ao homem o caminho para o Paraíso de Deus. Assim mediante esta resposta dá a esperança firme de que a bondade de Deus pode tocar-nos até no último instante da vida, e a prece sincera, mesmo após uma vida errada, encontra os braços abertos do Pai bom, que espera a vinda do filho.

Mas meditemos sobre as últimas palavras de Jesus moribundo. O evangelista narra: «Por volta do meio-dia, as trevas cobriram toda a terra, até às três horas da tarde. O sol eclipsou-se e o véu do templo rasgou-se ao meio. Dando um forte grito, Jesus exclamou: "Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito!". Dito isto, expirou» (vv. 44-46). Alguns aspectos desta narração são diferentes em relação ao contexto oferecido em Marcos e Mateus. As três horas de escuridão em Marcos não são descritas, enquanto em Mateus são ligadas a uma série de vários acontecimentos apocalípticos, como o tremor de terra, a abertura dos sepulcros e os mortos que ressuscitam (cf. Mt 27, 51-53). Em Lucas, as horas de escuridão têm a sua causa no eclipsar-se do sol, mas nesse momento verifica-se inclusive a laceração do véu do templo. Deste modo, a narração lucana apresenta dois sinais, de certo modo paralelos, no céu e no templo. O céu perde a sua luz, a terra desaba, enquanto no templo, lugar da presença de Deus, se rasga o véu que protege o santuário. A morte de Jesus caracteriza-se explicitamente como evento cósmico e litúrgico; em especial, marca o início de um novo culto, num templo não construído por

homens, porque é o Corpo do próprio Jesus, morto e ressuscitado, que congrega os povos, unindo-os no Sacramento do seu Corpo e Sangue.

A prece de Jesus neste momento de sofrimento — «Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito» — é um brado forte de confiança extrema e total em Deus. Tal oração expressa a plena consciência de não estar abandonado. A invocação inicial — «Pai» — recorda a sua primeira declaração, quando tinha doze anos. Então, permaneceu por três dias no templo de Jerusalém, cujo véu agora se rasgou. E quando os pais lhe manifestaram a sua preocupação, respondeu: «Por que me procuráveis? Não sabíeis que devia estar em casa de meu Pai?» (Lc 2, 49). Do início ao fim, o que determina completamente o sentir de Jesus, a sua palavra, o seu gesto, é a relação singular com o Pai. Na Cruz, Ele vive plenamente no amor esta sua relação filial com Deus, que anima a sua oração.

As palavras proferidas por Jesus, após a invocação: «Pai», retomam uma expressão do Salmo 31: «Nas tuas mãos entrego o meu espírito» (Sl 31, 6). Estas palavras não são uma simples citação, mas manifestam ao contrário uma decisão firme: Jesus «entrega-se» ao Pai num gesto de abandono total. Estas palavras são uma prece de «entrega», cheia de confiança no amor de Deus. A oração de Jesus diante da morte é dramática, como o é para cada homem, mas ao mesmo tempo está imbuída da calma profunda que nasce da confiança no Pai e da vontade de se entregar totalmente a Ele. No Getsêmani, quando começou a luta final e a oração mais intensa e estava para ser «entre nas mãos dos homens» (Lc 9, 44), o seu suor tornou-se «como gotas de sangue que caíam na terra» (Lc 22, 44). Mas o seu Coração obedecia totalmente à vontade do Pai, e por isso «um anjo do céu» veio confortá-lo (cf. Lc 22, 42-43). Ora, nos últimos instantes, Jesus dirige-se ao Pai, dizendo quais são realmente as mãos às quais Ele entrega toda a sua existência. Antes de partir em viagem rumo a Jerusalém, Jesus tinha insistido com os seus discípulos: «Prestai bem atenção ao que vou dizer-vos: o Filho do Homem vai ser entregue nas mãos dos homens» (Lc 9, 44). Agora que a vida está para O deixar, Ele sela na prece a última decisão: Jesus deixou-se entregar «nas mãos dos homens», mas é nas mãos do Pai que entrega o seu espírito; assim — como diz o evangelista João — tudo se cumpre, o supremo gesto de amor é levado até ao fim, ao limite e mais além.

Caros irmãos e irmãs, as palavras de Jesus na Cruz nos últimos instantes da sua vida terrena oferecem indicações exigentes para a nossa oração, mas abrem-na inclusive a uma confiança segura e a uma esperança firme. Jesus, que pede ao Pai para perdoar quantos O crucificam, convida-nos ao difícil gesto de rezar também por aqueles que são injustos para conosco, que nos prejudicaram, sabendo perdoar sempre, a fim de que a luz de Deus possa iluminar o seu coração; e convida-nos a viver, na nossa oração, a mesma atitude de misericórdia e de amor

que Deus tem por nós: «Perdoai-nos as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido», recitamos diariamente no «Pai-Nosso». Ao mesmo tempo Jesus, que na hora extrema da morte se confia totalmente nas mãos de Deus Pai, comunica-nos a certeza de que, por mais duras que sejam as provas, difíceis os problemas, pesado o sofrimento, nunca estaremos fora das mãos de Deus, das mãos que nos criaram, que nos sustêm e que nos acompanham no caminho da existência, porque guiadas por um amor infinito e fiel. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 22 de Fevereiro de 2012

Quarta-feira de Cinzas

Queridos irmãos e irmãs,

Nesta Catequese, gostaria de meditar brevemente sobre o tempo da Quaresma, que começa hoje com a Liturgia de Quarta-Feira de Cinzas. Trata-se de um itinerário de quarenta dias que nos levará ao Tríduo pascal, memória da paixão, morte e ressurreição do Senhor, o coração do mistério da nossa salvação. Nos primeiros séculos de vida da Igreja, este era o tempo em que quantos tinham ouvido e acolhido o anúncio de Cristo começavam, passo a passo, o seu caminho de fé e de conversão para receber o sacramento do Batismo. Tratava-se de uma aproximação ao Deus vivo e de uma iniciação na fé a realizar gradualmente, mediante uma mudança interior da parte dos catecúmenos, ou seja, de quantos desejavam tornar-se cristãos e ser incorporados a Cristo e à Igreja.

Sucessivamente, também os penitentes e depois todos os fiéis foram convidados a viver este itinerário de renovação espiritual, para conformar cada vez mais a própria existência com Cristo. A participação de toda a comunidade nas várias fases do percurso quaresmal ressalta uma dimensão importante da espiritualidade cristã: é a redenção não de alguns, mas de todos, a estar disponível graças à morte e ressurreição de Cristo. Portanto, quer os que percorriam um caminho de fé como catecúmenos para receber o Batismo, quer os que se tinham afastado de Deus e da comunidade da fé e procuravam a reconciliação, quer os que viviam a fé em plena comunhão com a Igreja, todos juntos sabiam que o tempo que precede a Páscoa é um tempo de *metanoia*, ou seja de mudança interior, de arrependimento; o tempo que identifica a nossa vida humana e toda a nossa história como um processo de conversão que agora se põe em movimento para encontrar o Senhor no fim dos tempos.

Com uma expressão que se tornou típica na Liturgia, a Igreja denomina o período que hoje começamos «*Quadragesima*», ou seja o tempo de quarenta dias e, com uma referência clara à Sagrada Escritura, introduz-nos assim num contexto espiritual específico. Com efeito, quarenta é o número simbólico com que o Antigo e o Novo Testamento representam os momentos salientes da experiência da fé do Povo de Deus. Trata-se de um número que exprime o tempo da expectativa, da purificação, do regresso ao Senhor e da consciência de que Deus é fiel às suas promessas. Este número não representa um tempo cronológico exato, cadenciado pela soma dos dias. Aliás, indica uma perseverança paciente, uma prova longa, um período sufici-

ente para ver as obras de Deus, um tempo dentro do qual se decide assumir as próprias responsabilidades sem ulteriores demoras. É o tempo das decisões maduras.

O número quarenta aparece antes de tudo na história de Noé.

Por causa do dilúvio, este homem justo transcorre quarenta dias e quarenta noites na arca, juntamente com a sua família e com os animais que Deus lhe tinha dito que levasse consigo. E espera outros quarenta dias, depois do dilúvio, antes de tocar a terra firme, salva da destruição (cf. Gn 7, 4.12; 8, 6). Depois, a próxima etapa: Moisés permanece no monte Sinai, na presença do Senhor, quarenta dias e quarenta noites, para receber a Lei. Durante todo este tempo, jejua (cf. Êx 24, 18). Quarenta são os anos de viagem do povo judeu do Egito para a Terra prometida, tempo propício para experimentar a fidelidade de Deus. «Recorda-te de toda essa travessia de quarenta anos que o Senhor, teu Deus, te fez sofrer no deserto... As tuas vestes não envelheceram sobre ti, e os teus pés não se magoaram durante estes quarenta anos», diz Moisés no Deuteronômio, no final destes quarenta anos de migração (Dt 8, 2.4). Os anos de paz de que Israel goza sob os Juízes são quarenta (cf. Jz 3, 11.30) mas, transcorrido este tempo, começa o esquecimento dos dons de Deus e o retorno ao pecado. O profeta Elias emprega quarenta dias para chegar ao Horeb, o monte onde se encontra com Deus (cf. 1 Rs 19, 8). Quarenta são os dias durante os quais os cidadãos de Nínive fazem penitência para obter o perdão de Deus (cf. Gn 3, 4). Quarenta são também os anos dos reinos de Saul (cf. At 13, 21), de Davi (cf. 2 Sm 5, 4-5) e de Salomão (cf. 1 Rs 11, 41), os três primeiros reis de Israel. Também os Salmos apresentam o significado bíblico dos quarenta anos, como por exemplo o Salmo 95, do qual ouvimos um trecho: «Se ouvísseis hoje a sua voz: "Não endureçais os vossos corações como em Meriba, como no dia de Massa no deserto, quando os vossos pais me provocaram e me puseram à prova, apesar de terem visto as minhas obras. Durante quarenta anos essa geração desgostou-me, e Eu disse: é um povo de coração obstinado, que não compreendeu os meus caminhos!"» (vv. 7c-10).

No Novo Testamento Jesus, antes de começar a vida pública, retira-se no deserto por quarenta dias, sem comer nem beber (cf. Mt 4, 2): alimenta-se da Palavra de Deus, que utiliza como arma para derrotar o diabo. As tentações de Jesus evocam as que o povo judeu enfrentou no deserto, mas que não soube vencer. Quarenta são os dias durante os quais Jesus ressuscitado instrui os seus, antes de subir ao Céu e enviar o Espírito Santo (cf. At 1, 3).

Com este recorrente número quarenta é descrito um contexto espiritual que permanece atual e válido, e a Igreja, precisamente mediante os dias do período quaresmal, tenciona conservar o seu valor perdurável e fazer com que a sua eficácia esteja presente. A liturgia cristã da Quaresma tem a finalidade de favorecer um caminho de renovação espiritual, à luz desta longa

experiência bíblica e sobretudo para aprender a imitar Jesus, que nos quarenta dias transcorridos no deserto ensinou a vencer a tentação com a Palavra de Deus. Os quarenta anos da peregrinação de Israel no deserto apresentam atitudes e situações ambivalentes. Por um lado, eles são a estação do primeiro amor com Deus e entre Deus e o seu povo, quando Ele falava ao seu coração, indicando-lhe continuamente o caminho a percorrer. Deus tinha, por assim dizer, feito morada no meio de Israel, precedia-o dentro de uma nuvem ou de uma coluna de fogo, providenciava cada dia à sua alimentação, fazendo descer o maná e brotar a água da rocha. Portanto, os anos que Israel passou no deserto podem ser vistos como o tempo da eleição especial de Deus e da adesão a Ele por parte do povo: o tempo do primeiro amor. Por outro lado, a Bíblia mostra também mais uma imagem da peregrinação de Israel no deserto: é inclusive o tempo das tentações e dos maiores perigos, quando Israel murmura contra o seu Deus e gostaria de voltar ao paganismo e constrói para si os próprios ídolos, porque sente a exigência de venerar um Deus mais próximo e tangível. É também o tempo da revolta contra o Deus grande e invisível.

Esta ambivalência, tempo da proximidade especial de Deus — tempo do primeiro amor — e tempo da tentação — tentação da volta ao paganismo — encontramo-la de modo surpreendente no caminho terreno de Jesus, naturalmente sem qualquer compromisso com o pecado. Depois do batismo de penitência no Jordão, no qual assume sobre Si o destino do Servo de Deus que renuncia a Si mesmo e vive pelos outros e insere-se entre os pecadores para assumir sobre si o pecado do mundo, Jesus vai ao deserto para aí permanecer por quarenta dias em profunda união com o Pai, repetindo assim a história de Israel, todos aqueles ritmos de quarenta dias ou anos aos quais me referi. Esta dinâmica é uma constante na vida terrena de Jesus, que procura sempre momentos de solidão para rezar ao seu Pai e permanecer em íntima comunhão, em íntima solidão com Ele, em comunhão exclusiva com Ele, e depois voltar para o meio do povo. Mas neste tempo de «deserto» e de encontro especial com o Pai, Jesus encontra-se exposto ao perigo e é acometido pela tentação e pela sedução do Maligno, que lhe propõe um caminho messiânico diferente, distante do desígnio de Deus, porque passa através do poder, do sucesso e do domínio, e não através do dom total na Cruz. Eis a alternativa: um messianismo de poder, de sucesso, ou um messianismo de amor, de doação de si.

Esta situação de ambivalência descreve inclusive a condição da Igreja a caminho no «deserto» do mundo e da história. Neste «deserto» nós, crentes, temos certamente a oportunidade de fazer uma profunda experiência de Deus, que fortalece o espírito, confirma a fé, alimenta a esperança e anima a caridade; uma experiência que nos torna partícipes da vitória de Cristo sobre o pecado e sobre a morte mediante o Sacrifício de amor na Cruz. Mas o «deserto» é

também o aspecto negativo da realidade que nos circunda: a aridez, a pobreza de palavras de vida e de valores, o secularismo e a cultura materialista, que fecham a pessoa no horizonte mundano da existência, subtraindo-o a qualquer referência à transcendência. Este é também o ambiente em que o céu acima de nós está obscuro, porque coberto com as nuvens do egoísmo, da incompreensão e do engano. Não obstante isto, também para a Igreja contemporânea o tempo do deserto pode transformar-se em tempo de graça, porque temos a certeza de que até da rocha mais dura Deus pode fazer brotar a água viva que sacia e revigora.

Caros irmãos e irmãs, nestes quarenta dias que nos conduzirão à Páscoa de Ressurreição podemos encontrar nova coragem para aceitar com paciência e com fé todas as situações de dificuldade, de aflição e de prova, na consciência de que das trevas o Senhor fará nascer o novo dia. E se formos fiéis a Jesus, seguindo-O no caminho da Cruz, o mundo luminoso de Deus, o mundo da luz, da verdade e da alegria ser-nos-á como que restituído: será a nova aurora criada pelo próprio Deus. Bom caminho de Quaresma para todos vós!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 7 de Março de 2012

O Silêncio de Jesus

Queridos irmãos e irmãs,

Numa série de catequeses precedentes falei sobre a oração de Jesus e não gostaria de concluir esta reflexão sem meditar brevemente acerca do tema do silêncio de Jesus, tão importante na relação com Deus.

Na Exortação Apostólica pós-sinodal Verbum Domini fiz referência ao papel que o silêncio adquire na vida de Jesus, sobretudo no Gólgota: «Aqui vemo-nos colocados diante da "Palavra da cruz" (cf. 1 Cor 1, 18). O Verbo emudece, torna-se silêncio de morte, porque se "disse" até calar, nada retendo do que nos devia comunicar» (n. 12). Diante deste silêncio da cruz, são Máximo, o Confessor, põe nos lábios da Mãe de Deus a seguinte expressão: «Fica sem palavras a Palavra do Pai, o qual fez todas as criaturas que falam; sem vida estão os olhos apagados daquele por cuja palavra e por cujo aceno se move tudo o que tem vida» (A vida de Maria, n. 89: Textos marianos do primeiro milênio, 2, Roma 1989, p. 253).

A cruz de Cristo não mostra somente o silêncio de Jesus como sua última palavra ao Pai, mas revela também que Deus fala por meio do silêncio: «O silêncio de Deus, a experiência da distância do Onipotente e Pai é etapa decisiva no caminho terreno do Filho de Deus, Palavra encarnada. Suspenso no madeiro da cruz, o sofrimento que lhe causou tal silêncio fê-lo lamentar: "Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?" (Mc 15, 34; Mt 27, 46). Avançando na obediência até ao último suspiro de vida, na obscuridade da morte, Jesus invocou o Pai. A Ele entregou-se no momento da passagem, através da morte, para a vida eterna: "Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito" (Lc 23, 46)» (Exortação Apostólica pós-sinodal Verbum Domini, 21). A experiência de Jesus na cruz é profundamente reveladora da situação do homem que reza e do ápice da oração: depois de ter ouvido e reconhecido a Palavra de Deus, devemos medir-nos também com o silêncio de Deus, expressão importante da própria Palavra divina.

A dinâmica de palavra e silêncio, que caracteriza a oração de Jesus em toda a sua existência terrena, sobretudo na cruz, diz respeito também à nossa vida de oração, em duas direções.

A primeira é a que se refere ao acolhimento da Palavra de Deus. É necessário o silêncio interior e exterior, para que tal palavra possa ser ouvida. E este é um ponto particularmente difícil para nós, no nosso tempo. Com efeito, a nossa é uma época na qual não se favorece o recolhimento; aliás, às vezes a impressão é de que as pessoas têm medo de se separar, mesmo por um instante, do rio de palavras e de imagens que marcam e enchem os dias. Por isso, na já mencionada Exortação Verbum Domini recordei a necessidade de nos educarmos para o valor

do silêncio: «Redescobrir a centralidade da Palavra de Deus na vida da Igreja significa também redescobrir o sentido do recolhimento e da tranquilidade interior. A grande tradição patrística ensina-nos que os mistérios de Cristo estão ligados ao silêncio e só nele é que a Palavra pode encontrar morada em nós, como aconteceu em Maria, mulher inseparável da Palavra e do silêncio» (n. 66). Este princípio — que sem silêncio não se sente, não se ouve, não se recebe uma palavra — é válido sobretudo para a oração pessoal, mas também para as nossas liturgias: para facilitar uma escuta autêntica, elas devem ser também ricas de momentos de silêncio e de acolhimento não verbal. É sempre válida a observação de santo Agostinho: *Verbo crescente, verba deficiunt* — «Quando o Verbo de Deus cresce, as palavras do homem faltam» (cf. Sermo 288, 5: pl 38, 1307; Sermo 120, 2: pl 38, 677). Os Evangelhos apresentam com frequência, sobretudo nas escolhas decisivas, Jesus que se retira totalmente sozinho num lugar afastado das multidões e dos próprios discípulos para rezar no silêncio e viver a sua relação filial com Deus. O silêncio é capaz de escavar um espaço interior no nosso íntimo, para ali fazer habitar Deus, para que a sua Palavra permaneça em nós, a fim de que o amor por Ele se arraigue na nossa mente e no nosso coração, e anime a nossa vida. Portanto, a primeira direção: voltar a aprender o silêncio, a abertura à escuta, que nos abre ao próximo, à Palavra de Deus.

Porém, há uma segunda importante relação do silêncio com a oração. Com efeito, não há apenas o nosso silêncio para nos dispor à escuta da Palavra de Deus; muitas vezes, na nossa oração, encontramo-nos diante do silêncio de Deus, experimentamos quase um sentido de abandono, parece-nos que Deus não ouve e não responde. Mas este silêncio de Deus, como aconteceu também para Jesus, não marca a sua ausência. O cristão sabe bem que o Senhor está presente e escuta, mesmo na escuridão da dor, da rejeição e da solidão. Jesus garante aos discípulos e a cada um de nós que Deus conhece bem as nossas necessidades, em qualquer momento da nossa vida. Ele ensina aos discípulos: «Nas vossas orações, não sejais como os gentios, que usam vãs repetições, porque pensam que, por muito falarem, serão atendidos. Não façais como eles, porque o vosso Pai celeste sabe do que necessitais, antes que vós lho peçais» (Mt 6, 7-8): um coração atento, silencioso e aberto é mais importante que muitas palavras. Deus conhece-nos no íntimo, mais do que nós mesmos, e ama-nos: e saber isto deve ser suficiente. Na Bíblia, a experiência de Jó é particularmente significativa a este propósito. Em pouco tempo, este homem perde tudo: familiares, bens, amigos e saúde; até parece que a atitude de Deus no que se lhe refere é a do abandono, do silêncio total. E no entanto Jó, na sua relação com Deus, fala com Deus, clama a Deus; na sua oração, não obstante tudo, conserva intacta a sua fé e, no fim, descobre o valor da sua experiência e do silêncio de Deus. E assim

no final, dirigindo-se ao Criador, pode concluir: «Eu tinha ouvido falar de ti, mas agora são os meus olhos que te vêem» (Jó 42, 5): todos nós conhecemos Deus quase só por ter ouvido falar dele, e quanto mais abertos permanecemos ao seu e ao nosso silêncio, tanto mais começamos a conhecê-lo realmente. Esta confiança extrema que se abre ao encontro profundo com Deus amadureceu no silêncio. São Francisco Xavier rezava, dizendo ao Senhor: eu amo-te, não porque podeis conceder-me o paraíso, ou condenar-me ao inferno, mas porque Vós sois o meu Deus. Amo-vos porque Vós sois Vós!

Aproximando-nos da conclusão das reflexões sobre a oração de Jesus, voltam à mente alguns ensinamentos do Catecismo da Igreja Católica: «O drama da oração é-nos plenamente revelado no Verbo que se faz carne e habita entre nós. Procurar compreender a sua oração através do que as suas testemunhas nos dizem dela no Evangelho, é aproximar-nos do Santo Senhor Jesus como da sarça ardente: primeiro, contemplando-O a Ele próprio em oração; depois, escutando como Ele nos ensina a rezar para, finalmente, conhecermos como é que Ele atende a nossa oração» (n. 2.598). E como é que Jesus nos ensina a rezar? No Compêndio do Catecismo da Igreja Católica encontramos uma resposta clara: «Jesus ensina-nos a rezar, não só com a oração do Pai-Nosso» — certamente o ato central do ensinamento do modo como rezar — «mas também com a sua própria oração. Assim, para além do conteúdo, ensina-nos as disposições requeridas para uma verdadeira oração: a pureza do coração que procura o Reino e perdoa aos inimigos; a confiança audaz e filial que se estende para além do que sentimos e compreendemos; a vigilância que protege o discípulo da tentação» (n. 544).

Percorrendo os Evangelhos vimos como o Senhor é, para a nossa oração, interlocutor, amigo, testemunha e mestre. Em Jesus revela-se a novidade do nosso diálogo com Deus: a oração filial, que o Pai espera dos seus filhos. E de Jesus aprendemos como a oração constante nos ajuda a interpretar a nossa vida, a fazer as nossas escolhas, a reconhecer e a acolher a nossa vocação, a descobrir os talentos que Deus nos concedeu, a cumprir diariamente a sua vontade, único caminho para realizar a nossa existência.

Para nós, muitas vezes preocupados com a eficácia funcional e com os resultados concretos que alcançamos, a prece de Jesus indica que temos necessidade de parar, de viver momentos de intimidade com Deus, «desapegando-nos» da confusão de todos os dias, para ouvir, para ir à «raiz» que sustenta e alimenta a vida. Um dos momentos mais bonitos da oração de Jesus é precisamente quando Ele, para enfrentar doenças, dificuldades e limites dos seus interlocutores, se dirige ao seu Pai em oração e assim ensina a quantos estão ao seu redor onde é necessário procurar a fonte para ter esperança e salvação. Já recordei, como exemplo comovedor, a oração de Jesus no túmulo de Lázaro. O evangelista João narra: «Quando tiraram a pedra Je-

sus, erguendo os olhos para o céu, disse: “Pai, dou-te graças por me teres atendido. Eu já sabia que sempre me atendes, mas Eu disse isto por causa das pessoas que me rodeiam, para que venham a crer que Tu me enviaste”. Dito isto, bradou em alta voz: “Lázaro, vem para fora!”» (Jo 11, 41-43). Mas o ponto mais alto de profundidade na oração ao Pai, Jesus alcança-o no momento da Paixão e Morte, quando pronuncia o extremo «sim» ao desígnio de Deus e mostra como a vontade humana encontra o seu cumprimento precisamente na adesão plena à vontade divina, e não na oposição. Na oração de Jesus, no seu brado na Cruz, confluem «todas as desolações da humanidade de todos os tempos, escrava do pecado e da morte, todas as súplicas e intercessões da história da salvação... E eis que o Pai as acolhe e atende, para além de toda a esperança, ao ressuscitar o seu Filho. Assim se cumpre e se consuma o drama da oração na economia da criação e da salvação» (Catecismo da Igreja Católica, 2.606).

Caros irmãos e irmãs, peçamos com confiança ao Senhor para viver o caminho da nossa oração filial, aprendendo quotidianamente do Filho Unigênito que se fez homem por nós como deve ser o modo de nos dirigirmos a Deus. As palavras de são Paulo, sobre a vida cristã em geral, são válidas também para a nossa oração: «Estou convencido de que nem a morte nem a vida, nem os anjos nem os principados, nem o presente nem o futuro, nem as potestades nem a altura, nem o abismo nem qualquer outra criatura poderá separar-nos do amor de Deus, que está em nosso Senhor Jesus Cristo» (Rm 8, 38-39).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 14 de Março de 2012

A Oração nos Atos dos Apóstolos e nas Cartas de São Paulo

Queridos irmãos e irmãs,

Com a Catequese de hoje, gostaria de começar a falar sobre a oração nos Atos dos Apóstolos e nas Cartas de São Paulo. São Lucas transmitiu-nos, como sabemos, um dos quatro Evangelhos, dedicado à vida terrena de Jesus, mas deixou-nos também aquilo que foi definido o primeiro livro sobre a história da Igreja, isto é, os Atos dos Apóstolos. Nestes dois livros um dos elementos recorrentes é precisamente a oração, a de Jesus e a de Maria, dos discípulos, das mulheres e da comunidade cristã. O caminho inicial da Igreja é ritmado, antes de tudo, pela obra do Espírito Santo, que transforma os Apóstolos em testemunhas do Ressuscitado até à efusão do sangue, e pela rápida difusão da Palavra de Deus rumo ao Oriente e ao Ocidente. Todavia, antes que o anúncio do Evangelho se propague, Lucas cita o episódio da Ascensão do Ressuscitado (cf. At 1, 6-9). Aos discípulos o Senhor confia o programa da sua existência votada à evangelização e diz: «Ides receber uma força, a do Espírito Santo, que descerá sobre vós, e sereis minhas testemunhas em Jerusalém, por toda a Judeia e Samaria, e até aos confins da terra» (At 1, 8). Em Jerusalém os Apóstolos, se tornaram em Onze devido à traição de Judas Iscariotes, estão reunidos em casa para rezar, e é precisamente na oração que esperam o dom prometido por Cristo Ressuscitado, o Espírito Santo.

Neste contexto de expectativa, entre a Ascensão e o Pentecostes, são Lucas menciona pela última vez Maria, a Mãe de Jesus, e os seus familiares (cf. v. 14). A Maria dedicou o início do seu Evangelho, do anúncio do Anjo ao nascimento e à infância do Filho de Deus que se fez homem. Com Maria começa a vida terrena de Jesus, e com Maria têm início também os primeiros passos da Igreja; em ambos os momentos, o clima é a escuta de Deus e o recolhimento. Portanto, hoje gostaria de meditar sobre esta presença orante da Virgem no grupo dos discípulos, que serão a primeira Igreja nascente. Maria acompanhou com discrição todo o caminho do seu Filho durante a vida pública, até aos pés da Cruz, e agora continua a acompanhar, com uma prece silenciosa, o caminho da Igreja. Na Anunciação, na casa de Nazaré, Maria recebe o Anjo de Deus, está atenta às suas palavras, acolhe-as e responde ao desígnio divino, manifestando a sua plena disponibilidade: «Eis a serva do Senhor: faça-se em mim segundo a tua vontade» (cf. Lc 1, 38). Precisamente pela atitude interior de escuta, Maria é capaz de ler a própria história, reconhecendo com humildade que é o Senhor quem age. Em visita à prima Isabel, Ela irrompe numa oração de louvor e de alegria, de celebração da graça divina, que encheu o seu coração e a sua vida, tornando-a Mãe do Senhor (cf. Lc 1, 46-55). Louvor, ação

de graças e alegria: no cântico do Magnificat, Maria não olha só para aquilo que Deus realizou nela, mas também para quanto Ele fez e faz continuamente na história. Num célebre comentário ao Magnificat, Santo Ambrósio convida a ter o mesmo espírito na oração, e escreve: «Esteja em cada um a alma de Maria, para enaltecer o Senhor; esteja em cada um o espírito de Maria para exultar em Deus» (Expositio Evangelii secundum Lucam 2, 26: PL 15, 1561).

Ela também está presente no Cenáculo, em Jerusalém, na «sala de cima, no lugar onde se encontravam habitualmente» os discípulos de Jesus (cf. At 1, 13), num clima de escuta e de oração, Ela está presente, antes que as portas se abram de par em par e eles comecem a anunciar Cristo Senhor a todos os povos, ensinando a observar tudo o que Ele tinha ordenado (cfr. Mt 28, 19-20). As etapas do caminho de Maria, da casa de Nazaré à de Jerusalém, através da Cruz onde o Filho lhe confia o apóstolo João, são marcadas pela capacidade de manter um clima perseverante de recolhimento, para meditar cada acontecimento no silêncio do seu Coração, diante de Deus (cf. Lc 2, 19-51) e na meditação perante Deus, compreender também a vontade de Deus e tornar-se capaz de a aceitar interiormente. A presença da Mãe de Deus com os Onze, depois da Ascensão, não é então uma simples anotação histórica de algo do passado, mas adquire um significado de grande valor, porque com eles Ela partilha aquilo que há de mais precioso: a memória viva de Jesus, na oração; compartilha esta missão de Jesus: conservar a memória de Jesus e assim conservar a sua presença.

A última menção de Maria nos dois escritos de são Lucas está inserida no dia de sábado: o dia do descanso de Deus depois da Criação, o dia do silêncio depois da Morte de Jesus e da expectativa da sua Ressurreição. E é neste episódio que se arraiga a tradição de Santa Maria no Sábado. Entre a Ascensão do Ressuscitado e o primeiro Pentecostes cristão, os Apóstolos e a Igreja reúnem-se com Maria para esperar com Ela o dom do Espírito Santo, sem o qual não podemos tornar-nos testemunhas. Ela que já o recebeu para gerar o Verbo encarnado, compartilha com toda a Igreja a expectativa do mesmo dom, para que no coração de cada crente «se forme Cristo» (cf. Gl 4, 19). Se não há Igreja sem Pentecostes, também não há Pentecostes sem a Mãe de Jesus, porque Ela viveu de modo único aquilo que a Igreja experimenta todos os dias sob a ação do Espírito Santo. São Cromácio de Aquileia comenta assim a anotação dos Atos dos Apóstolos: «Portanto, a Igreja congregou-se na sala de cima juntamente com Maria, Mãe de Jesus, e com os seus irmãos. Por conseguinte, não se pode falar de Igreja, se não estiver presente Maria, Mãe do Senhor... A Igreja de Cristo encontra-se onde se anuncia a Encarnação de Cristo através da Virgem, e onde os Apóstolos, que são irmãos do Senhor, pregam ali ouve-se o Evangelho» (Sermo 30, 1: sc 164, 135).

O Concílio Vaticano II quis ressaltar de modo particular este vínculo, que se manifesta visivelmente na oração conjunta de Maria e dos Apóstolos, no mesmo lugar, à espera do Espírito Santo. A Constituição dogmática Lumen gentium afirma: «Tendo sido do agrado de Deus não manifestar solenemente o mistério da salvação humana antes que viesse o Espírito prometido por Cristo, vemos que, antes do dia de Pentecostes, os Apóstolos "perseveravam unanimemente na oração, com as mulheres, Maria Mãe de Jesus e os seus irmãos» (At 1, 14), implorando Maria, com as suas orações, o dom daquele Espírito, que já descera sobre si na Anunciação» (n. 59). O lugar privilegiado de Maria é a Igreja, onde é «saudada como membro eminente e inteiramente singular... seu tipo e exemplar perfeitíssimo na fé e na caridade» (ibid., n. 53).

Então, venerar a Mãe de Jesus na Igreja significa aprender dela a ser comunidade que reza: esta é uma das características essenciais da primeira descrição da comunidade cristã, delineada nos Atos dos Apóstolos (cf. 2, 42). Muitas vezes, a oração é determinada por situações de dificuldade, por problemas pessoais que nos levam a dirigir-nos ao Senhor para receber luz, consolação e ajuda. Maria convida a abrir as dimensões da oração, a dirigir-nos a Deus não só na necessidade, nem só para nós mesmos, mas de modo unânime, perseverante e fiel, com «um só coração e uma só alma» (cf. At 4, 32).

Caros amigos, a vida humana atravessa várias fases de passagem, com frequência difíceis e exigentes, que requerem escolhas inadiáveis, renúncias e sacrifícios. A Mãe de Jesus foi posta pelo Senhor em momentos decisivos da história da salvação, e soube responder sempre com plena disponibilidade, fruto de um vínculo profundo com Deus amadurecido na oração assídua e intensa. Entre a sexta-feira da Paixão e o domingo da Ressurreição, a Ela foi confiado o discípulo predileto e, com ele, toda a comunidade dos discípulos (cf. Jo 19, 26). Entre a Ascensão e o Pentecostes, Ela encontra-se com e na Igreja em oração (cf. At 1, 14). Mãe de Deus e Mãe da Igreja, Maria exerce esta sua maternidade até ao fim da história. Confiemos-lhe cada fase da nossa existência pessoal e eclesial, também a da nossa passagem final. Maria ensina-nos a necessidade da oração e indica-nos que só com um vínculo constante, íntimo e cheio de amor com o seu Filho podemos sair da «nossa casa», de nós mesmos, com coragem, para alcançar os confins do mundo e anunciar em toda a parte o Senhor Jesus, Salvador do mundo. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 4 de Abril de 2012

Viagem Apostólica ao México e à República de Cuba - Tríduo Pascal

Queridos irmãos e irmãs

Estão ainda vivas em mim as emoções vividas na recente Viagem Apostólica ao México e a Cuba, sobre a qual gostaria de meditar hoje. Brota espontânea da minha alma a ação de graças ao Senhor: na sua Providência, Ele quis que eu fosse pela primeira vez como Sucessor de Pedro a estes dois países, que conservam a memória indelével das visitas realizadas pelo Beato João Paulo II. O bicentenário da Independência do México e de outros países latino-americanos, o vigésimo aniversário das relações diplomáticas entre o México e a Santa Sé, e o quarto centenário da descoberta da imagem da Virgem da Caridade do Cobre, na República de Cuba foram as finalidades da minha peregrinação. Através dela desejei abraçar idealmente o Continente inteiro, convidando todos a viver juntos na esperança e no compromisso concreto de caminhar unidos rumo a um futuro melhor. Estou grato aos Senhores Presidentes do México e de Cuba que, com deferência e cortesia, me deram as suas boas-vindas, assim como às demais Autoridades. Agradeço de coração aos Arcebispos de León, de Santiago de Cuba e de Havana, e aos outros venerados Irmãos no Episcopado, que me receberam com grande afeto, assim como aos seus colaboradores e a quantos se dedicaram generosamente a esta minha visita pastoral. Foram dias inesquecíveis, de alegria e esperança, que permanecerão gravados no meu coração!

A primeira etapa foi León, no Estado de Guanajuato, centro geográfico do México. Ali, uma grande multidão em festa reservou-me uma hospitalidade extraordinária e entusiasmante, como sinal do abraço caloroso de um povo inteiro. Desde a cerimónia de boas-vindas, pude sentir a fé e o afeto dos sacerdotes, das pessoas consagradas e dos fiéis leigos. Na presença dos chefes das Instituições, de numerosos Bispos e de representantes da sociedade, evoquei a necessidade do reconhecimento e da tutela dos direitos fundamentais da pessoa humana, entre os quais sobressai a liberdade religiosa, garantindo a minha proximidade a quantos sofrem por causa de flagelos sociais, de conflitos antigos e novos, da corrupção e da violência. Volto a pensar com profunda gratidão no apinhamento de pessoas ao longo das estradas, que me acompanharam com entusiasmo. Naquelas mãos estendidas em sinal de saudação e de carinho, naqueles rostos alegres, naqueles gritos de júbilo senti a esperança tenaz dos cristãos mexicanos, esperança que permaneceu viva nos corações, não obstante os momentos difíceis das violências, que não deixei de deplorar, e a cujas vítimas dirigi um pensamento urgente e pude confortar pessoalmente algumas delas. Nesse mesmo dia encontrei-me com numerosas

crianças e adolescentes, que são o futuro da Nação e da Igreja. A sua alegria inesgotável, expressa com cantos e músicas fragorosas, assim como os seus olhares e os seus gestos, manifestavam o forte desejo de todos os jovens do México, da América Latina e do Caribe, de poder viver em paz, em serenidade e harmonia, numa sociedade mais justa e reconciliada.

Os discípulos do Senhor devem fazer crescer a alegria de ser cristãos e o júbilo de pertencer à sua Igreja. Desta alegria nascem também as energias para servir Cristo nas situações difíceis e de sofrimento. Recordei esta verdade à multidão imensa, congregada para a celebração eucarística dominical no Parque do Bicentenário em León. Exortei todos a confiar na bondade de Deus Todo-Poderoso, que pode mudar a partir de dentro, do coração, as situações insuportáveis e obscuras. Os mexicanos responderam com a sua fé fervorosa e, na sua adesão convicta ao Evangelho, reconheci mais uma vez sinais consoladores de esperança para o Continente. O último acontecimento da minha Visita ao México foi, ainda em León, a celebração das Vésperas na Catedral de Nossa Senhora da Luz, com os Bispos mexicanos e os representantes dos Episcopados da América. Manifestei a minha proximidade ao seu compromisso diante dos vários desafios e dificuldades, e a minha gratidão a quantos anunciam o Evangelho em situações complexas e muitas vezes não desprovidas de limitações. Encorajei-os a ser Pastores zelosos e guias seguros, suscitando em toda a parte comunhão sincera e adesão cordial ao ensinamento da Igreja. Depois deixei a amada terra mexicana, onde experimentei uma devoção e um carinho especiais pelo Vigário de Cristo. Antes de partir, incentivei o povo mexicano a permanecer fiel ao Senhor e à sua Igreja, bem alicerçado nas próprias raízes cristãs.

No dia seguinte teve início a segunda parte da minha Viagem Apostólica, com a chegada a Cuba, onde fui antes de tudo para apoiar a missão da Igreja católica, comprometida a anunciar com alegria o Evangelho, não obstante a pobreza de meios e as dificuldades que ainda devem ser superadas, para que a religião possa desempenhar o seu serviço espiritual e formativo no âmbito público da sociedade. Foi isto que desejei ressaltar ao chegar a Santiago de Cuba, segunda cidade da Ilha, sem deixar de evidenciar as boas relações existentes entre Estado e Santa Sé, finalizadas ao serviço da presença viva e construtiva da Igreja local. Certifiquei também que o Papa leva no coração as preocupações e as aspirações de todos os cubanos, especialmente daqueles que sofrem devido à limitação da liberdade.

A primeira Santa Missa que tive a alegria de celebrar em terras cubanas inseria-se no contexto do IV centenário da descoberta da imagem da Virgem da Caridade do Cobre, Padroeira de Cuba. Tratou-se de um momento de grande intensidade espiritual, com a participação atenta e orante de milhares de pessoas, sinal de uma Igreja que vem de situações não fáceis, mas com um testemunho vivo de caridade e de presença concreta na vida das pessoas. Aos católicos

cubanos que, juntamente com toda a população, esperam num futuro cada vez melhor, dirigi o convite a dar novo vigor à sua fé e a contribuir, com a coragem do perdão e da compreensão, para a construção de uma sociedade aberta e renovada, onde haja cada vez mais espaço para Deus, porque quando Deus é expulso, o mundo transforma-se num lugar inóspito para o homem. Antes de partir de Santiago de Cuba visitei o Santuário de Nossa Senhora da Caridade do Cobre, tão querida ao povo cubano. A peregrinação da imagem de Nossa Senhora da Caridade pelas famílias da Ilha suscitou grande entusiasmo espiritual, representando um significativo acontecimento de nova evangelização e uma ocasião de redescoberta da fé. À Virgem Santa recomendei sobretudo as pessoas que sofrem e os jovens cubanos.

A segunda etapa cubana foi Havana, capital da Ilha. Os jovens, em particular, foram os principais protagonistas do acolhimento exuberante ao longo do percurso rumo à Nunciatura, onde tive a oportunidade de dialogar com os Bispos do país para falar dos desafios que a Igreja cubana é chamada a enfrentar, na consciência de que as pessoas olham para ela com confiança crescente. No dia seguinte presidi à Santa Missa na Praça principal de Havana, apinhada de gente. Recordei a todos que Cuba e o mundo têm necessidade de mudanças, mas elas só se verificarão se cada um se abre à verdade integral sobre o homem, pressuposto imprescindível para alcançar a liberdade, e decide semear ao seu redor reconciliação e fraternidade, fundando a própria vida em Jesus Cristo: só Ele pode dispersar as trevas do erro, ajudando-nos a derrotar o mal e tudo o que nos oprime. Desejei também reiterar que a Igreja não quer privilégios, mas deseja proclamar e celebrar inclusive publicamente a fé, levando a mensagem de esperança e de paz do Evangelho a todos os ambientes da sociedade. Ao apreciar os passos dados até agora neste sentido pelas Autoridades cubanas, sublinhei que é necessário continuar por este caminho de liberdade religiosa cada vez mais plena.

No momento de deixar Cuba, dezenas de milhares de cubanos vieram saudar-me ao longo da estrada, apesar da chuva torrencial. Na cerimónia de despedida recordei que na hora presente os vários componentes da sociedade cubana são chamados a um esforço de colaboração sincera e de diálogo paciente para o bem da pátria. Nesta perspectiva, a minha presença na Ilha como testemunha de Jesus Cristo quis ser um encorajamento a abrir as portas do coração a Ele, que é fonte de esperança e de força para fazer crescer o bem. Por isso, saudei os cubanos exortando os a reavivar a fé dos seus antepassados e a edificar um futuro sempre melhor.

Esta Viagem ao México e a Cuba, graças a Deus, atingiu o almejado êxito pastoral. Possam os povos mexicano e cubano obter dela frutos abundantes para construir na comunhão eclesial e com coragem evangélica um futuro de paz e de fraternidade.

Caros amigos, amanhã à tarde, com a Santa Missa *in Coena Domini*, entraremos no Tríduo Pascal, ápice de todo o Ano litúrgico, para celebrar o Mistério central da fé: a Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo. No Evangelho de são João, este momento culminante da missão de Jesus é chamado a sua «hora», que começa com a Última Ceia. O Evangelista introdu-lo assim: «Antes da festa da Páscoa, Jesus, sabendo que chegara a sua hora de passar deste mundo para o Pai, dado que amava os seus que estavam no mundo, amou-os até ao fim» (Jo 13, 1). Toda a vida de Jesus está orientada para esta hora, caracterizada por dois aspectos que se iluminam reciprocamente: é a hora da «passagem» (*metabasis*) e é a hora do «amor (*agape*) até ao fim». Com efeito, é precisamente o amor divino, o Espírito Santo do qual Jesus está repleto, que faz «passar» o próprio Jesus através do abismo do mal e da morte, levando-o a sair no «espaço» novo da Ressurreição. É o *agape*, o amor, que realiza esta transformação, de maneira que Jesus ultrapassa os limites da condição humana marcada pelo pecado e supera a barreira que mantém o homem prisioneiro, separado de Deus e da vida eterna. Participando com fé nas celebrações litúrgicas do Tríduo Pascal, somos convidados a viver esta transformação realizada pelo agape. Cada um de nós foi amado por Jesus «até ao fim», ou seja, até ao dom total de Si na Cruz, quando clamou: «Tudo está consumado!» (Jo 19, 30). Deixemo-nos alcançar por este amor, deixemo-nos transformar, para que a ressurreição verdadeiramente se realize em nós. Portanto, convido-vos a viver com intensidade o Tríduo Pascal e desejo a todos uma Santa Páscoa! Obrigado.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 11 de Abril de 2012

A Transformação que a Páscoa de Jesus causou nos seus discípulos

Queridos irmãos e irmãs!

Depois das solenes celebrações da Páscoa, o nosso encontro de hoje está imbuído de alegria espiritual, mesmo se o céu está cinzento, no coração levamos a alegria da Páscoa, a certeza da Ressurreição de Cristo que triunfou definitivamente sobre a morte. Antes de tudo renovo a cada um de vós os cordiais votos pascais: em todas as casas e em todos os corações ressoe o anúncio jubiloso da Ressurreição de Cristo, de modo que faça renascer a esperança.

Nesta catequese gostaria de mostrar a transformação que a Páscoa de Jesus causou nos seus discípulos. Comecemos pela noite do dia da Ressurreição. Os discípulos estão fechados em casa com medo dos judeus (cf. Jo 20, 19). O temor aperta o coração e impede de ir ao encontro dos outros, ao encontro da vida. O Mestre já não está com eles. A recordação da sua Paixão alimenta a incerteza. Mas Jesus toma a peito os seus e está para cumprir a promessa que tinha feito durante a Última Ceia: «Não vos deixarei órfãos, virei ter convosco» (Jo 14, 18) e diz isto também a nós, igualmente em tempos obscuros: «Não vos deixarei órfãos». Esta situação de angústia dos discípulos muda radicalmente com a chegada de Jesus. Ele entra com as portas fechadas, está no meio deles e concede a paz que tranquiliza: «A paz seja convosco» (Jo 20, 19b). É uma saudação comum que contudo adquire agora um significado novo, porque realiza uma mudança interior; é a saudação pascal, que faz com que os discípulos superem qualquer receio. A paz que Jesus traz é o dom da salvação que Ele tinha prometido durante os seus discursos de despedida: «Deixo-vos a Minha paz, a Minha paz vos dou. Mas não vo-la dou como o mundo a dá. Não se perturbe o vosso coração e não receeis» (Jo 14, 27). Neste dia de Ressurreição, Ele concede-a em plenitude e ela torna-se para a comunidade fonte de alegria, certeza de vitória, segurança ao apoiar-se em Deus. «Não se perturbe o vosso coração e não tenhais medo» (Jo 14, 1) diz também a nós. Depois desta saudação, Jesus mostra aos discípulos as feridas das mãos e do lado (cf. Jo 20, 20), sinais do que foi e que nunca mais se cancelará: a sua humanidade gloriosa permanece «ferida». Este gesto tem a finalidade de confirmar a nova realidade da Ressurreição: o Cristo que agora está entre os seus é uma pessoa real, o mesmo Jesus que três dias antes foi pregado na cruz. E é assim que, na luz resplandecente da Páscoa, no encontro com o Ressuscitado, os discípulos captam o sentido salvífico da sua paixão e morte. Então, da tristeza e do medo passam para a alegria plena. A tristeza e as próprias feridas tornam-se fonte de alegria. A alegria que nasce no coração deles é originada pela «visão do Senhor» (Jo 20, 20). Ele diz-lhe novamente: «A paz seja convosco» (v. 21).

Agora é evidente que não é só uma saudação. É um dom, o dom que o Ressuscitado deseja fazer aos seus amigos, e é ao mesmo tempo uma recomendação: esta paz, adquirida por Cristo com o seu sangue, é para eles mas também para todos, e os discípulos deverão levá-la a todo o mundo. De fato, Ele acrescenta: «Assim como o Pai Me enviou, também Eu vos envio a vós» (ibid.). Jesus ressuscitado voltou entre os discípulos para os enviar. Ele completou a sua obra no mundo, agora compete a eles semear a fé nos corações para que o Pai, conhecido e amado, reúna todos os seus filhos dispersos. Mas Jesus sabe que os seus ainda têm muito receio, sempre. Por isso realiza o gesto de soprar sobre eles para os regenerar no seu Espírito (cf. Jo 20, 22); este gesto é o sinal da nova criação. De fato, com o dom do Espírito Santo que provém do Cristo ressuscitado iniciou um mundo novo. Com o envio em missão dos discípulos, inaugura-se o caminho no mundo do povo da nova aliança, povo que crê n'Ele e na sua obra de salvação, povo que testemunha a verdade da ressurreição. Esta novidade de vida que não morre, que a Páscoa traz, deve ser difundida em toda a parte, para que os espinhos do pecado que ferem o coração do homem, deixem o lugar aos rebentos da Graça, da presença de Deus e do seu amor que vencem o pecado e a morte.

Queridos amigos, também hoje o Ressuscitado entra nas nossas casas e nos nossos corações, não obstante por vezes as portas estejam fechadas. Entra doando alegria e paz, vida e esperança, dons dos quais temos necessidade para o nosso renascimento humano e espiritual. Só Ele pode afastar aquelas pedras sepulcrais que muitas vezes o homem coloca nos seus sentimentos, nas suas relações, nos seus comportamentos; pedras que sancionam a morte: divisões, inimizades, rancores, invejas, desconfianças, indiferenças. Só Ele, o Vivente, pode dar sentido à existência e fazer retomar o caminho a quem está cansado e se sente triste, desanimado e sem esperança. Foi quanto experimentaram os dois discípulos que no dia de Páscoa estavam a caminho de Jerusalém para Emaús (cf. Lc 24, 13-35). Eles falam de Jesus, mas o seu «rosto triste» (cf. v. 17) expressa as esperanças desiludidas, a incerteza e a melancolia. Tinham deixado as suas cidades para seguir Jesus com os seus amigos, e tinham descoberto uma realidade nova, na qual o perdão e o amor já não eram só palavras, mas tocavam concretamente a existência. Jesus de Nazaré tinha renovado todas as coisas, tinha transformado a vida deles. Mas agora Ele morrera e tudo parecia ter terminado.

Mas de repente já não são duas mas três pessoas que caminham. Jesus aproxima-se dos dois discípulos e caminha com eles, mas eles são incapazes de O reconhecer. Certamente, tinham ouvido vozes acerca da sua ressurreição, de fato contam-lhe: «Algumas mulheres, das nossas, perturbaram-nos; foram ao sepulcro de manhã cedo e, não tendo encontrado o seu corpo, vieram dizer-nos que tiveram também uma visão dos anjos, os quais afirmam que ele está vivo»

(vv. 2223). Mas tudo isto não tinha sido suficiente para os convencer, porque «eles não O viram» (v. 24). Então Jesus, com paciência, «começando por Moisés e por todos os profetas, explicou-lhes em todas as Escrituras o que se referia a Ele» (v. 27). O Ressuscitado explica aos discípulos a Sagrada Escritura, oferecendo a chave de leitura fundamental dela, ou seja, Ele mesmo e o seu Mistério pascal: d'Ele as Escrituras dão testemunho (cf. Jo 5, 39-47). O sentido de tudo, da Lei, dos Profetas e dos Salmos, de repente abre-se e torna-se claro aos seus olhos. Jesus tinha-lhes aberto a mente à inteligência das Escrituras (cf. Lc 24, 45).

Entretanto, tinham chegado à aldeia, provavelmente à casa de um dos dois. O viandante forasteiro comporta-se «como se tivesse que ir mais longe» (v. 28), mas depois pára porque lhe pedem com fervor: «Fica conosco» (v. 29). Também nós devemos dizer ao Senhor sempre de novo com fervor: «Fica conosco». «Quando estava à mesa com eles, tomou o pão, recitou a bênção, partiu-o e deu-lho» (v. 30). A referência aos gestos realizados por Jesus na Última Ceia é evidente. «Então abriram-se-lhe os olhos e reconheceram-no» (v. 31). A presença de Jesus, inicialmente com as palavras, depois com o gesto de partir o pão, dá a possibilidade aos discípulos de O reconhecer, e eles podem sentir de maneira nova quanto já tinham sentido ao caminhar com Ele: «Não ardia porventura em nós o nosso coração quando ele conversava conosco ao longo do caminho, quando nos explicava as Escrituras?» (v. 32). Este episódio indica-nos dois «lugares» privilegiados onde podemos encontrar o Ressuscitado que transforma a nossa vida: a escuta da Palavra, em comunhão com Cristo, e o partir do Pão; dois «lugares» profundamente unidos entre eles porque «Palavra e Eucaristia pertencem-se tão intimamente que uma sem a outra não pode ser compreendida: a Palavra de Deus faz-se carne sacramentalmente no acontecimento eucarístico» (Exort. ap. pós-sin. Verbum Domini, 54-55).

Depois deste encontro, os dois discípulos «partiram sem hesitar e regressaram a Jerusalém, onde encontraram reunidos os Onze e os outros que andavam com eles, os quais diziam: «Verdadeiramente o Senhor ressuscitou e apareceu a Simão!» (vv. 33-34). Em Jerusalém eles ouvem a notícia da ressurreição de Jesus e, por sua vez, contam a própria experiência, inflamada de amor pelo Ressuscitado, que lhes abriu o coração para uma alegria irreprimível. Foram — como diz são Pedro — «regenerados para uma esperança viva da ressurreição de Cristo dos mortos» (cf. 1 Pd 1, 3). Com efeito, renasce neles o entusiasmo da fé, o amor pela comunidade, a necessidade de comunicar a boa nova. O Mestre ressuscitou e com Ele toda a vida ressurge; testemunhar este acontecimento torna-se para eles uma necessidade irreprimível.

Queridos amigos, o Tempo pascal seja para todos nós a ocasião propícia para redescobrir com alegria e entusiasmo as nascentes da fé, a presença do Ressuscitado entre nós. Trata-se de

realizar o mesmo itinerário que Jesus fez com que os dois discípulos de Emaús percorressem, através da redescoberta da Palavra de Deus e da Eucaristia, ou seja, andar com o Senhor e deixar-se abrir os olhos ao verdadeiro sentido da Escritura e à sua presença ao partir do pão. O ápice deste caminho, hoje como naquela época, é a Comunhão eucarística: na Comunhão Jesus alimenta-nos com o seu Corpo e com o seu Sangue, para estar presente na nossa vida, para nos renovar, animados pelo poder do Espírito Santo.

Para concluir, a experiência dos discípulos convida-nos a refletir acerca do sentido da Páscoa para nós. Deixemo-nos encontrar por Jesus ressuscitado! Ele, vivo e verdadeiro, está sempre presente no meio de nós; caminha conosco para guiar a nossa vida, para abrir os nossos olhos. Tenhamos confiança no Ressuscitado que tem o poder de dar a vida, de nos fazer renascer como filhos de Deus, capazes de crer e de amar. A fé n'Ele transforma a nossa vida: liberta-a do medo, dá-lhe esperança firme, anima-a com o que confere sentido pleno à existência, o amor de Deus. Obrigado.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 18 de Abril de 2012

A Oração nos Atos dos Apóstolos e nas Cartas de São Paulo (2)

Amados irmãos e irmãs!

Depois das grandes festas, voltamos agora às catequeses sobre a oração. Na audiência antes da Semana Santa refletimos sobre a figura da Bem-Aventurada Virgem Maria, presente no meio dos Apóstolos em oração no momento em que aguardavam a descida do Espírito Santo. Uma atmosfera orante acompanha os primeiros passos da Igreja. O Pentecostes não é um episódio isolado, porque a presença e a ação do Espírito Santo guiam e animam constantemente o caminho da comunidade cristã. Com efeito, nos Atos dos Apóstolos, são Lucas, além de narrar a grande efusão que se deu no Cenáculo cinquenta dias depois da Páscoa (cf. At 2, 1-13), refere outras irrupções extraordinárias do Espírito Santo, que se repetem na história da Igreja. E hoje desejo analisar aquela que foi definida o «pequeno Pentecostes», que se verificou no ápice de uma fase difícil na vida da Igreja nascente.

Os Atos dos Apóstolos narram que, depois da cura de um paralítico junto do Templo de Jerusalém (cf. At 3, 1-10), Pedro e João foram presos (cf. At 4, 1) porque anunciavam a Ressurreição de Jesus a todo o povo (cf. At 3, 11-26). Depois de um processo sumário e de terem sido libertados, foram ao encontro dos seus irmãos e contaram-lhes tudo o que tiveram que suportar por causa do testemunho dado de Jesus o Ressuscitado. Naquele momento, diz são Lucas, «todos elevaram unânimes a sua voz a Deus» (At 4, 24). Aqui são Lucas refere a oração mais ampla da Igreja que encontramos no Novo Testamento, no final da qual, como ouvimos, «o lugar no qual se encontravam reunidos tremeu e todos ficaram cheios do Espírito Santo e proclamavam a Palavra de Deus com franqueza» (At 4, 31).

Antes de considerar esta bonita oração, observamos uma atitude de fundo importante: diante do perigo, da dificuldade, da ameaça, a primeira comunidade cristã não procura analisar o modo como reagir, como encontrar estratégias, como se defender, quais medidas adoptar, mas, diante da prova, põe-se em oração, entra em contato com Deus.

E que característica tem esta oração? Trata-se de uma oração unânime e concorde de toda a comunidade, que enfrenta uma situação de perseguição por causa de Jesus. No original grego são Lucas usa a palavra «*homothumadon*» — «todos juntos», «concordes» — uma palavra que é usada noutras partes dos Atos dos Apóstolos para ressaltar esta oração perseverante e concorde (cf. At 1, 14; 2, 46). Esta concórdia é o elemento fundamental da primeira comunidade e deveria ser sempre fundamental para a Igreja. Não é então só a oração de Pedro e de João, que se encontraram em perigo, mas de toda a comunidade, porque quanto os dois Após-

tolos vivem não diz respeito só a eles, mas a toda a Igreja. Face às perseguições suportadas por causa de Jesus, a comunidade não só não se assusta nem se divide, mas está profundamente unida na oração, como uma só pessoa, para invocar o Senhor. Diria que este é o primeiro prodígio que se realiza quando os crentes são postos à prova por causa da sua fé: a unidade consolida-se, em vez de ser comprometida, porque é apoiada por uma oração inabalável. A Igreja não deve recear as perseguições que na sua história é obrigada a suportar, mas ter sempre confiança, como Jesus no Getsêmani, na presença, na ajuda e na força de Deus, invocado na oração.

Façamos mais um passo: o que pede a Deus a comunidade cristã no momento de prova? Não pede a incolumidade da vida diante da perseguição, nem que o Senhor puna aqueles que aprisionaram Pedro e João; pede unicamente que lhe seja concedido «proclamar com toda a franqueza» a Palavra de Deus (cf. At 4, 29), ou seja, reza para não perder a coragem da fé, a coragem de anunciar a fé. Mas antes procura compreender em profundidade o que aconteceu, procura ler os acontecimentos à luz da fé e faz isto precisamente através da Palavra de Deus, que nos faz decifrar a realidade do mundo.

Na oração que eleva ao Senhor, a comunidade começa por recordar e invocar a grandeza e a imensidade de Deus: «Senhor, tu que criaste o céu e a terra, o mar e todas as coisas que nele habitam» (At 4, 24). E a invocação ao Criador: sabemos que tudo provém d'Ele, que tudo está nas Suas mãos. É esta a consciência que nos dá certeza e coragem: tudo provém d'Ele, tudo está nas Suas mãos. Em seguida reconhece o modo como Deus agiu na história — por conseguinte começa com a criação e prossegue na história — como esteve próximo do seu povo mostrando-se um Deus que se interessa pelo homem, que não se retirou, que não abandona o homem sua criatura; e neste ponto é citado explicitamente o Salmo 2, à luz do qual é lida a situação de dificuldade que a Igreja está a viver naquele momento. O Salmo 2 celebra a entronização do rei de Judá, mas refere-se profeticamente à vinda do Messias, contra o qual nada poderão fazer a rebelião, a perseguição, a injustiça dos homens: «Por que as nações agitarse-ão e os povos tramaram coisas vãs? Insurgiram os reis da terra e os príncipes aliaram-se juntos contra o Senhor e contra o seu Cristo» (At 4, 25). Profeticamente o Salmo já diz isto acerca do Messias, e é característica em toda a história esta rebelião dos poderosos contra o poder de Deus. Precisamente lendo a Sagrada Escritura, que é Palavra de Deus, a comunidade pode dizer a Deus na sua oração: «deveras nesta cidade... reuniram-se contra o teu santo servo Jesus, que tu consagraste, para cumprir o que a tua mão e a tua vontade tinham decidido que acontecesse» (At 4, 27). O que aconteceu é lido à luz de Cristo, que é a chave para compreender também a perseguição; a Cruz, que é sempre a chave para a Ressurreição. A oposição a

Jesus, a sua Paixão e Morte, são relidas, através do Salmo 2, como realização do projeto de Deus Pai para a salvação do mundo. Encontra-se aqui também o sentido da experiência de perseguição que a primeira comunidade cristã está a viver; esta primeira comunidade não é uma simples associação, mas uma comunidade que vive em Cristo; portanto, o que lhe acontece faz parte do desígnio de Deus. Como aconteceu com Jesus, também os discípulos encontram oposição, incompreensão, perseguição. Na oração, a meditação sobre a Sagrada Escritura à luz do mistério de Cristo ajuda a ler a realidade presente no interior da história de salvação que Deus realiza no mundo, sempre à sua maneira.

Precisamente por isto o pedido que a primeira comunidade cristã de Jerusalém formula a Deus na oração não é para ser defendida, poupada à prova, ao sofrimento, não é a prece para ter sucesso, mas unicamente a de poder proclamar com «*parresia*», isto é, com franqueza, com liberdade, com coragem, a Palavra de Deus (cf. At 4, 29).

Acrescenta depois o pedido que este anúncio seja acompanhado pela mão de Deus, para que se cumpram curas, sinais, prodígios (cf. At 4, 30), isto é, que a bondade de Deus seja visível, como força que transforma a realidade, que muda o coração, a mente, a vida dos homens e traga a novidade radical do Evangelho.

No final da oração — escreve são Lucas — «o lugar onde estavam reunidos tremeu e todos foram colmados do Espírito Santo e proclamavam a palavra de Deus com franqueza» (At 4, 31), o lugar tremeu, isto é, a fé e a força de transformar a terra e o mundo. O mesmo Espírito que falou por meio do Salmo 2 na oração da Igreja, irrompe na casa e enche o coração de todos os que invocaram o Senhor. Isto é o fruto da oração coral que a comunidade cristã eleva a Deus: a efusão do Espírito, dom do Ressuscitado que ampara e guia o anúncio livre e corajoso da Palavra de Deus, que estimula os discípulos do Senhor a sair sem receio para levar a boa nova até aos confins do mundo.

Também nós, queridos irmãos, devemos saber levar os acontecimentos da nossa vida quotidiana à nossa oração, para procurar o seu significado profundo. E como a primeira comunidade cristã, também nós, deixando-nos iluminar pela Palavra de Deus, através da meditação sobre a Sagrada Escritura, podemos aprender a ver que Deus está presente na nossa vida, presente também e precisamente nos momentos difíceis, e que tudo — até as coisas incompreensíveis — faz parte de um desígnio superior de amor no qual a vitória final sobre o mal, sobre o pecado e sobre a morte é deveras a vitória do bem, da graça, da vida, de Deus.

Como para a primeira comunidade cristã, a oração ajuda-nos a ler a história pessoal e coletiva na perspectiva mais justa e fiel, a de Deus. E também nós queremos renovar o pedido do dom do Espírito Santo, que aqueça o coração e ilumine a mente, para reconhecer como o Senhor

realiza as nossas invocações segundo a sua vontade de amor e não segundo as nossas ideias. Guiados pelo Espírito de Jesus Cristo, seremos capazes de viver com serenidade, coragem e alegria qualquer situação da vida e com são Paulo orgulhar-nos «nas tribulações, sabendo que a tribulação produz paciência, a paciência a virtude provada e a virtude provada a esperança»: aquela esperança que «não desilude, porque o amor de Deus foi derramado nos nossos corações por meio do Espírito Santo que nos foi doado» (Rm 5, 3-5).

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 25 de Abril de 2012

A Oração nos Atos dos Apóstolos e nas Cartas de São Paulo (3)

Queridos irmãos e irmãs

Na catequese passada demonstrei que a Igreja, desde os primórdios do seu caminho, teve que enfrentar situações imprevistas, novas questões e emergências, às quais procurou dar uma resposta à luz da fé, deixando-se orientar pelo Espírito Santo. Hoje, gostaria de meditar sobre mais uma destas situações, sobre um problema sério que a primeira comunidade cristã de Jerusalém teve que enfrentar e resolver, como nos narra são Lucas no capítulo sexto dos Atos dos Apóstolos, acerca da pastoral da caridade para com as pessoas sozinhas e necessitadas de assistência e ajuda. A questão não é secundária para a Igreja, e naquele momento corria o risco de criar divisões no interior da Igreja; com efeito, o número dos discípulos ia aumentando, mas os de língua grega começaram a queixar-se contra aqueles de língua hebraica, porque as suas viúvas eram negligenciadas na distribuição diária (cf. At 6, 1). Diante desta urgência que dizia respeito a um aspecto fundamental na vida da comunidade, ou seja, a caridade para com os débeis, os pobres e os indefesos, e a justiça, os Apóstolos convocam todo o grupo dos discípulos. Neste momento de emergência pastoral sobressai o discernimento realizado pelos Apóstolos. Eles encontram-se perante a exigência primária de anunciar a Palavra de Deus em conformidade com o mandato do Senhor, mas — embora esta seja a exigência primária da Igreja — consideram com igual seriedade o dever da caridade e da justiça, isto é, de assistir as viúvas e os pobres, de providenciar com amor às situações de necessidade em que se podem encontrar os irmãos e as irmãs, para responder ao mandato de Jesus: amai-vos uns aos outros, como Eu vos tenho amado (cf. Jo 15, 12.17). Portanto, as duas realidades que devem viver na Igreja — o anúncio da Palavra, o primado de Deus, e a caridade concreta, a justiça — estão a criar dificuldades e deve se encontrar uma solução, para que ambas possam ter o seu lugar, a sua relação necessária. A reflexão dos Apóstolos é muito clara; como ouvimos, eles afirmam: «Não convém deixarmos a Palavra de Deus, para servirmos às mesas. Irmãos, é melhor procurardes entre vós sete homens de boa reputação, cheios do Espírito e de sabedoria; confiar-lhes-emos essa tarefa. Quanto a nós, entregar-nos-emos assiduamente à oração e ao serviço da Palavra» (At 6, 2-4).

Sobressaem dois dados: primeiro, desde aquele momento na Igreja existe um ministério da caridade. A Igreja não deve apenas anunciar a Palavra, mas também realizar a Palavra, que é caridade e verdade. E, segundo ponto, estes homens não só devem gozar de boa reputação, mas devem ser homens cheios de Espírito Santo e de sabedoria, ou seja, não podem ser uni-

camente organizadores que sabem «fazer», mas devem «fazer» no espírito da fé com a luz de Deus, na sabedoria do coração, e portanto também a sua função — embora seja sobretudo prática — é todavia uma função espiritual. A caridade e a justiça não são apenas obras sociais, mas obras espirituais realizadas à luz do Espírito Santo. Portanto, podemos dizer que esta situação é enfrentada com grande responsabilidade por parte dos Apóstolos, que tomam esta decisão: são escolhidos sete homens; os Apóstolos rezam para pedir a força do Espírito Santo; e depois impõem-lhes as mãos para que se dediquem de modo particular a esta diaconia da caridade. Assim, na vida da Igreja, nos primeiros passos que ela dá, medita-se de um certo modo sobre o que tinha acontecido durante a vida pública de Jesus, na casa de Marta e Maria, em Betânia. Marta estava totalmente concentrada no serviço da hospitalidade a oferecer a Jesus e aos seus discípulos; Maria, ao contrário, dedica-se à escuta da Palavra do Senhor (cf. Lc 10, 38-42). Em ambos os casos, não são contrapostos os momentos da oração e da escuta de Deus, e a atividade quotidiana, o exercício da caridade. A admoestação de Jesus: «Marta, Marta, andas inquieta e perturbada com muitas coisas; mas uma só é necessária. Maria escolheu a melhor parte, que não lhe será tirada» (Lc 10, 41-42), assim como a reflexão dos Apóstolos: «Quanto a nós... entregar-nos-emos à oração e ao serviço da Palavra» (At 6, 4), mostram a prioridade que devemos dar a Deus. Agora não gostaria de entrar na interpretação desta perícope Marta-Maria. Contudo, não se deve condenar a atividade a favor do próximo, do outro, mas é preciso ressaltar que deve ser penetrada interiormente também pelo espírito da contemplação. Por outro lado, santo Agostinho diz que esta realidade de Maria é uma visão da nossa situação do céu, portanto na terra nunca a podemos ter completamente, mas um pouco de antecipação deve estar presente em toda a nossa atividade. Deve estar presente inclusive a contemplação de Deus. Não podemos perder-nos no ativismo puro, mas devemos deixar-nos penetrar sempre na nossa atividade pela luz da Palavra de Deus e assim aprender a caridade autêntica, o serviço verdadeiro ao outro, que não tem necessidade de muitas coisas — precisa sem dúvida das coisas necessárias — mas carece sobretudo do afeto do nosso coração, da luz de Deus.

Santo Ambrósio, comentando o episódio de Marta e Maria, assim exorta os seus fiéis, e também a nós: «Procuremos também nós ter aquilo que não nos pode ser tirado, prestando à Palavra do Senhor uma atenção diligente, não distraída: até as sementes da palavra celeste podem perder-se, se forem lançadas ao longo do caminho. Estimule-te também a ti, como a Maria, o desejo de saber: esta é a obra maior e mais perfeita». E acrescenta que também «o cuidado pelo ministério não deve distrair do conhecimento da palavra celeste», da oração (Expositio Evangelii secundum Lucam, VII, 85: pl 15, 1720). Portanto, os santos experimentaram

uma profunda unidade de vida entre oração e acçã0, entre o amor total a Deus e o amor aos irmãos. São Bernardo, que é um modelo de harmonia entre contemplação e laboriosidade, no livro *De consideratione*, dedicado ao Papa Inocêncio II para lhe oferecer algumas reflexões a respeito do seu ministério, insiste precisamente sobre a importância do recolhimento interior, da oração para se defender dos perigos de uma atividade excessiva, independentemente da condição em que se encontra e da tarefa que está a cumprir. San Bernardo afirma que as ocupações excessivas, uma vida frenética, terminam muitas vezes por endurecer o coração e fazer sofrer o espírito (cf. II, 3).

É uma exortação preciosa para nós, hoje, habituados a considerar tudo com o critério da produtividade e da eficácia. O trecho dos Atos dos Apóstolos recorda-nos a importância do trabalho — sem dúvida, cria-se um verdadeiro ministério — do compromisso nas atividades quotidianas que devem ser desempenhadas com responsabilidade e dedicação, mas também a nossa necessidade de Deus, da sua guia, da sua luz que nos dão força e esperança. Sem a oração quotidiana, vivida com fidelidade, o nosso fazer esvazia-se, perde a alma profunda, reduz-se a um simples ativismo que, no final, nos deixa insatisfeitos. Há uma bonita invocação da tradição cristã, a recitar antes de cada atividade, que reza assim: «*Actiones nostras, quæsumus, Domine, aspirando præveni et adiuvando prosequere, ut cuncta nostra oratio et operatio a te semper incipiat, et per te coepta finiatur*», ou seja: «Inspirai as nossas ações, Senhor, e acompanhai-as com a vossa ajuda, para que cada nosso falar e agir receba sempre de Vós o seu início e em Vós tenha o seu cumprimento». Cada passo da nossa vida, cada ação, inclusive da Igreja, deve ser feita diante de Deus, à luz da sua Palavra.

Na catequese da quarta-feira passada eu tinha sublinhado a oração unânime da primeira comunidade cristã diante da provação e como, precisamente na oração, na meditação sobre a Sagrada Escritura, ela pôde compreender os acontecimentos que estavam a ocorrer. Quando a oração é alimentada pela Palavra de Deus, podemos ver a realidade com olhos novos, com os olhos da fé, e o Senhor, que fala à mente e ao coração, infunde nova luz no caminho, em cada momento e em cada situação. Nós acreditamos na força da Palavra de Deus e da oração. Também a dificuldade que a Igreja estava a viver diante do problema do serviço aos pobres, da questão da caridade, é superada na oração, à luz de Deus, do Espírito Santo. Os Apóstolos não se limitam a ratificar a escolha de Estêvão e dos outros homens, mas «depois de orarem, impuseram-lhes as mãos» (At 6, 6). O evangelista recordará novamente estes gestos, por ocasião da eleição de Paulo e Barnabé, onde lemos: «Depois de terem jejuado e orado, impuseram-lhes as mãos e deixaram-nos partir» (At 13, 3). Volta a confirmar que o serviço concreto da caridade é um serviço espiritual. Ambas as realidades devem caminhar juntas.

Com o gesto da imposição das mãos, os Apóstolos conferem um ministério particular a sete homens, para que lhes seja concedida a graça correspondente. O relevo da oração — «depois de orarem», dizem — é importante porque põe em evidência precisamente a dimensão espiritual do gesto; não se trata simplesmente de conferir um cargo, como acontece numa organização social, mas é um acontecimento eclesial em que o Espírito Santo se apropria de sete homens escolhidos pela Igreja, consagrando-os na Verdade, que é Jesus Cristo: Ele é o protagonista silencioso, presente na imposição das mãos a fim de que os eleitos sejam transformados pelo seu poder e santificados para enfrentar os desafios concretos, os desafios pastorais. E o relevo da oração recorda-nos, além disso, que somente da relação íntima com Deus, cultivada todos os dias, nasce a resposta à escolha do Senhor e é confiado cada ministério na Igreja.

Caros irmãos e irmãs, o problema pastoral que induziu os Apóstolos a escolher e a impor as mãos sobre sete homens encarregados do serviço da caridade, para se dedicarem à oração e ao anúncio da Palavra, indica também a nós o primado da oração e da Palavra de Deus que, todavia, produz depois também a obra pastoral. Para os Pastores, esta é a primeira e mais preciosa forma de serviço a favor do rebanho que lhes foi confiado. Se os pulmões da oração e da Palavra de Deus não alimentarem a respiração da nossa vida espiritual, correremos o risco de sufocar no meio das inúmeras atividades de cada dia: a oração é a respiração da alma e da vida. E há outra exortação preciosa, que gostaria de sublinhar: na relação com Deus, na escuta da sua Palavra, no diálogo com Deus, mesmo quando nos encontramos no silêncio de uma igreja ou do nosso quarto, estamos unidos no Senhor a numerosos irmãos e irmãs na fé, como um conjunto de instrumentos que, apesar da sua individualidade, elevam a Deus uma única grande sinfonia de intercessão, de ação de graças e de louvor. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 2 de Maio de 2012

A Oração nos Atos dos Apóstolos e nas Cartas de São Paulo (4)

Queridos irmãos e irmãs,

Nas últimas Catequeses vimos como, na oração pessoal e comunitária, a leitura e a meditação da Sagrada Escritura abrem à escuta de Deus que nos fala e infundem luz para compreender o presente. Hoje, gostaria de falar sobre o testemunho e a oração do primeiro mártir da Igreja, santo Estêvão, um dos sete escolhidos para o serviço da caridade para com os necessitados. No momento do seu martírio, narrado pelos Atos dos Apóstolos, manifesta-se mais uma vez a fecunda relação entre a Palavra de Deus e a oração.

Estêvão é conduzido ao tribunal, diante do Sinédrio, onde é acusado de ter declarado que «Jesus... destruiria este lugar [o templo], e mudaria as regras que Moisés nos legou» (At 6, 14). Com efeito, durante a sua vida pública, Jesus tinha prenunciado a destruição do templo de Jerusalém: «Destruí este templo, e em três dias Eu o levantarei» (Jo 2, 19). Todavia, como anota o evangelista João, «Ele... falava do templo que é o seu corpo. Por isso, quando Jesus ressuscitou dos mortos, os seus discípulos recordaram-se de que Ele o tinha dito, e acreditaram na Escritura e nas palavras que tinha proferido» (Jo 2, 21-22).

O discurso de Estêvão diante do tribunal, o mais longo dos Atos dos Apóstolos, desenvolve-se precisamente a respeito desta profecia de Jesus, que é o novo templo, inaugura o novo culto e substitui, com a oferta que faz de Si mesmo na cruz, os sacrifícios antigos. Estêvão quer demonstrar como é infundada a acusação que lhe é dirigida, de alterar a lei de Moisés, e explica a sua visão da história da salvação, da aliança entre Deus e o homem. Assim, ele relê toda a narração bíblica, itinerário contido na Sagrada Escritura, para mostrar que ele conduz ao «lugar» da presença definitiva de Deus, que é Jesus Cristo, em particular a sua Paixão, Morte e Ressurreição. Nesta perspectiva, Estêvão lê também o seu ser discípulo de Jesus, seguindo-o até ao martírio. A meditação sobre a Sagrada Escritura permite-lhe, assim, compreender a sua missão, a sua vida e o seu presente. Nisto, ele é orientado pela luz do Espírito Santo, pela sua relação íntima com o Senhor, a tal ponto que os membros do Sinédrio viram que o seu rosto era «como o de um Anjo» (At 6, 15). Tal sinal de assistência divina evoca o rosto resplandecente de Moisés que descia do monte Sinai, depois de ter encontrado Deus (cf. Êx 34, 29-35; e 2 Cor 3, 78).

No seu discurso, Estêvão começa a partir da chamada de Abraão, peregrino rumo à terra indicada por Deus, e que a possuiu só a nível de promessa; depois, passa a José, vendido pelos irmãos mas assistido e libertado por Deus, para enfim chegar a Moisés, que se torna instru-

mento de Deus para libertar o seu povo, mas encontra também e várias vezes a rejeição da sua própria gente. Nestes acontecimentos narrados pela Sagrada Escritura, da qual Estêvão demonstra que está em religiosa escuta, sobressai sempre Deus, que não se cansa de ir ao encontro do homem, não obstante encontre com frequência uma oposição obstinada. E isto no passado, no presente e no futuro. Portanto, em todo o Antigo Testamento ele vê a prefiguração da vicissitude do próprio Jesus, o Filho de Deus que se fez carne e que — como os antigos Padres — encontra obstáculos, rejeição e morte. Em seguida, Estêvão refere-se a Josué, a Davi e a Salomão, postos em relação com a construção do templo de Jerusalém, e conclui com as palavras do profetas Isaías (66, 1-2): «O Céu é o meu trono, e a Terra, estrado dos meus pés. Que casa me haveis de construir... e qual será o lugar do meu repouso? Não foi a minha mão que fez todas as coisas?» (At 7, 49-50). Na sua meditação sobre o agir de Deus na história da salvação, evidenciando a tentação perene de rejeitar Deus e a sua ação, ele afirma que Jesus é o Justo anunciado pelos profetas; nele, foi o próprio Deus que se tornou presente de modo singular e definitivo: Jesus é o «lugar» do culto verdadeiro. Estêvão não nega a importância do templo durante um certo tempo, mas ressalta que «o Altíssimo não habita em casas erguidas pela mão do homem» (At 7, 48). O novo templo em que Deus habita é o seu Filho, que assumiu a carne humana, é a humanidade de Cristo, o Ressuscitado que congrega os povos e que os une no Sacramento do seu Corpo e do seu Sangue. A expressão acerca do templo «não erguido pela mão do homem», encontra-se inclusive na teologia de são Paulo e a Carta aos Hebreus: o corpo de Jesus, que Ele assumiu para se oferecer a si mesmo como vítima sacrifical para expiar os pecados, é o novo templo de Deus, o lugar da presença do Deus vivo; nele, Deus e o homem, Deus e o mundo estão realmente em contato: Jesus assume sobre si todo o pecado da humanidade, para o levar ao amor de Deus e para o «fazer arder» neste amor. Aproximar-se da Cruz, entrar em comunhão com Cristo, quer dizer entrar nesta transformação. E isto significa entrar em contato com Deus, entrar no templo verdadeiro.

Repentinamente, a vida e o discurso de Estêvão interrompem-se com a lapidação, mas precisamente o seu martírio é o cumprimento da sua vida e da sua mensagem: ele torna-se um só com Cristo. Assim, a sua meditação sobre o agir de Deus na história, sobre a Palavra divina que em Jesus encontrou o seu pleno cumprimento, torna-se uma participação na própria oração da Cruz. Com efeito, antes de morrer ele exclama: «Senhor Jesus, recebe o meu espírito» (At 7, 59), apropriando-se das palavras do Salmo 31 (cf. v. 6) e imitando a última expressão de Jesus no Calvário: «Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito» (Lc 23, 46); e enfim, como Jesus, brada com voz forte àqueles que o apedrejavam: «Senhor, não lhes atribuas este pecado!» (At 7, 60). Observemos que, se por um lado a oração de Estêvão retoma a prece de Jesus,

diverso é o destinatário, uma vez que a invocação é dirigida ao próprio Senhor, ou seja a Jesus, que ele contempla glorificado à direita do Pai: «Olhai... vejo os Céus abertos e o Filho do Homem de pé, à direita de Deus» (v. 56).

Caros irmãos e irmãs, o testemunho de santo Estêvão oferece-nos algumas indicações para a nossa oração e a nossa vida. Podemos interrogar-nos: de onde tirou este primeiro mártir cristão a força para enfrentar os seus perseguidores e chegar até ao dom de si mesmo? A resposta é simples: da sua relação com Deus, da sua comunhão com Cristo, da meditação sobre a história da salvação, da visão do agir de Deus, que em Jesus Cristo alcançou o ápice. Também a nossa oração deve ser alimentada pela escuta da Palavra de Deus, na comunhão com Jesus e com a sua Igreja.

Um segundo elemento: santo Estêvão vê prenunciada, na história da relação de amor entre Deus e o homem, a figura e a missão de Jesus. Ele — o Filho de Deus — é o templo «não erguido pela mão do homem», em quem a presença de Deus Pai se fez tão próxima a ponto de entrar na nossa carne humana para nos levar a Deus, para nos abrir as portas do Céu. Então, a nossa oração deve ser contemplação de Jesus à direita de Deus, de Jesus como Senhor da nossa, da minha, existência quotidiana. Nele, sob a guia do Espírito Santo, também nós podemos dirigir-nos a Deus, entrar em contato real com Deus, com a confiança e o abandono dos filhos que se dirigem a um Pai que os ama de modo infinito. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 9 de Maio de 2012

A Oração nos Atos dos Apóstolos e nas Cartas de São Paulo (5)

Queridos irmãos e irmãs,

Hoje gostaria de meditar sobre o último episódio da vida de são Pedro, narrado nos Atos dos Apóstolos: o seu aprisionamento por vontade de Herodes Agripa e a sua libertação através da intervenção prodigiosa do Anjo do Senhor, na vigília do seu processo em Jerusalém (cf. At 12, 117).

A narração é mais uma vez caracterizada pela oração da Igreja. Com efeito, são Lucas escreve: «Enquanto Pedro estava encerrado na prisão, a Igreja orava a Deus instantemente por ele» (At 12, 5). E, depois de ter deixado milagrosamente o cárcere, por ocasião da sua visita à casa de Maria, mãe de João chamado Marcos, afirma-se que «numerosos fiéis estavam reunidos a orar» (At 12, 12). Entre estas duas anotações importantes que explicam a atitude da comunidade cristã diante do perigo e da perseguição, são narradas a detenção e a libertação de Pedro, que dura a noite inteira. A força da oração incessante da Igreja eleva-se até Deus e o Senhor ouve e realiza uma libertação impensável e inesperada, enviando o seu Anjo.

A narração evoca os grandes elementos da libertação de Israel da escravidão do Egito, a Páscoa judaica. Como aconteceu naquele evento fundamental, também aqui o gesto principal é levado a cabo pelo Anjo do Senhor, que liberta Pedro. E se as próprias ações do Apóstolo — ao qual se pede que levante depressa, ponha o cinto e cinja os rins — corroboram as do povo eleito na noite da libertação por intervenção de Deus, quando foi convidado a comer depressa o cordeiro com os rins cingidos, as sandálias aos pés, o cajado na mão, pronto para sair do país (cf. Êx 12, 11). Assim, Pedro pode exclamar: «Agora sei verdadeiramente que o Senhor enviou o seu anjo e me arrancou das mãos de Herodes» (At 12, 11). Mas o Anjo evoca não apenas aquele da libertação de Israel do Egito, mas também o da Ressurreição de Cristo. Com efeito, narram os Atos dos Apóstolos: «De repente, apareceu o Anjo do Senhor e a masmorra foi inundada de luz, tocando-lhe no lado, e disse-lhe: "Ergue-te depressa"» (At 12, 7). A luz que enche o espaço da prisão e o próprio gesto de acordar o apóstolo estão relacionadas com a luz libertadora da Páscoa do Senhor que vence as trevas da noite e do mal. Finalmente, o convite: «Cobre-te com a capa e segue-me» (At 12, 8), faz ressoar no coração as palavras da chamada inicial de Jesus (cf. Mc 1, 17), repetida depois da Ressurreição no lago de Tiberíades, onde o Senhor diz duas vezes a Pedro: «Segue-me» (Jo 21, 19.22). É um convite premente ao seguimento: só vivemos a liberdade verdadeira se sairmos de nós mesmos, para nos colocarmos a caminho com o Senhor e cumprirmos a sua vontade.

Gostaria de ressaltar também outro aspecto da atitude de Pedro no cárcere; com efeito, notemos que, enquanto a comunidade cristã reza com insistência por ele, Pedro «estava a dormir» (At 12, 6). Numa situação tão crítica e de perigo sério, é uma atitude que pode parecer estranha, mas que ao contrário denota tranquilidade e confiança; ele confia em Deus, sabe que está circundado pela solidariedade e pela oração dos seus e abandona-se totalmente nas mãos do Senhor. Assim deve ser a nossa oração: assídua, solidária com os outros, plenamente confiante em relação a Deus, que nos conhece no íntimo e cuida de nós, a tal ponto que — diz Jesus — «até os cabelos da vossa cabeça estão todos contados! Não temais, pois...» (Mt 10, 30-31). Pedro vive a noite do cativeiro e da libertação do cárcere como um momento do seu seguimento do Senhor, que vence as trevas da noite e liberta da escravidão das correntes e do perigo de morte. A sua libertação é prodigiosa, caracterizada por vários trechos descritos cuidadosamente: orientado pelo Anjo, não obstante a vigilância dos guardas, atravessa o primeiro e o segundo posto de guarda, até à porta de ferro que introduz na cidade: e a porta abre-se sozinha diante deles (cf. At 12, 10). Pedro e o Anjo do Senhor percorrem juntos uma parte do caminho até que, voltando a si, o apóstolo se dá conta de que o Senhor realmente o libertou e, depois de ter meditado, vai à casa de Maria, mãe de Marcos, onde muitos dos discípulos estão reunidos em oração; mais uma vez, a resposta da comunidade à dificuldade e ao perigo é confiar em Deus, intensificar a relação com Ele.

Aqui, parece-me útil evocar outra situação difícil, que foi vivida pela comunidade cristã das origens. Fala-nos dela são Tiago na sua Carta. Trata-se de uma comunidade em crise, em dificuldade, não tanto devido às perseguições, mas porque no seu interior há invejas e conflitos (cf. Tg 3, 14-16). E o apóstolo interroga-se acerca do motivo desta situação. Ele encontra duas razões principais: a primeira é deixar-se dominar pelas paixões, pela ditadura dos próprios desejos, pelo egoísmo (cf. Tg 4, 1-2a); a segunda é a falta de oração — «não pedis» (Tg 4, 2b) – ou a presença de uma oração que não se pode definir como tal — «Pedis e não recebeis, porque pedis mal, para satisfazer os vossos prazeres» (Tg 4, 3). Segundo são Tiago, esta situação mudaria se a comunidade falasse totalmente unida com Deus, se rezasse realmente de modo assíduo e unânime. Com efeito, também o discurso sobre Deus corre o risco de perder a sua força interior e o testemunho esgota-se, se não forem animados, sustentados e acompanhados pela oração, pela continuidade de um diálogo vivo com o Senhor. Uma exortação importante inclusive para nós e para as nossas comunidades, quer pequenas, como a família, quer as mais vastas, como a paróquia, a diocese e a Igreja inteira. E isto faz-me pensar que rezavam nesta comunidade de são Tiago, mas rezaram mal, somente para satisfazer os pró-

prios prazeres. Temos que aprender sempre de novo a rezar bem, a orar realmente, orientando-nos para Deus e não para o nosso próprio bem.

Ao contrário, a comunidade que acompanha o cativeiro de Pedro é uma comunidade que reza verdadeiramente, durante a noite inteira, unida. E a alegria que invade o coração de todos quando, inesperadamente, o apóstolo bate à porta é irreprimível. São a alegria e a admiração diante da obra de Deus que ouve. Assim, da Igreja eleva-se a oração por Pedro, e na Igreja ele volta para narrar «como o Senhor o tinha tirado da prisão» (At 12, 17). Naquela Igreja onde ele é posto como rocha (cf. Mt 16, 18), Pedro narra a sua «Páscoa» de libertação: ele experimenta que no seguimento de Jesus encontra a liberdade verdadeira, é envolvido pela luz resplandecente da Ressurreição e por isso pode testemunhar até ao martírio que o Senhor é o Ressuscitado e «que verdadeiramente o Senhor enviou o seu anjo e o arrancou das mãos de Herodes» (At 12, 11). O martírio que depois padecerá em Roma uni-lo-á definitivamente a Cristo, que lhe tinha dito: quando fores velho, outro te há-de levar para onde não queres, para indicar o tipo de morte com que ele havia de dar glória a Deus (cf. Jo 21, 18-19).

Caros irmãos e irmãs, o episódio da libertação de Pedro, narrado por Lucas, diz-nos que a Igreja, cada um de nós, atravessa a noite da provação, mas é a vigilância incessante da oração que nos sustêm. Também eu, desde o primeiro momento da minha eleição como Sucessor de são Pedro, sempre me senti sustentado pela vossa oração, pelas preces da Igreja, principalmente nos momentos mais difíceis. Agradeço de coração. Com a oração constante e confiante, o Senhor liberta-nos das cadeias, guia-nos para atravessar qualquer noite de cativeiro que possa afligir o nosso coração, infunde-nos a serenidade do coração para enfrentar as dificuldades da vida, até a rejeição, a oposição e a perseguição. O episódio de Pedro mostra esta força da oração. E mesmo aprisionado, o apóstolo sente-se tranquilo, na certeza de que nunca está sozinho: a comunidade reza por ele, o Senhor está-lhe próximo; aliás, ele sabe que «a força de Cristo se manifesta plenamente na fraqueza» (2 Cor 12, 9). A oração constante e unânime é um instrumento precioso também para superar as provações que podem surgir ao longo do caminho da vida, porque o fato de estarmos profundamente unidos a Deus permite-nos estar também profundamente unidos aos outros. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 16 de Maio de 2012

A Oração nos Atos dos Apóstolos e nas Cartas de São Paulo (6)

Queridos irmãos e irmãs

Nas últimas catequeses pudemos meditar sobre a oração nos Atos dos Apóstolos, e hoje gostaria de começar a falar acerca da oração nas Cartas de são Paulo, o Apóstolo das nações. Antes de tudo, gostaria de observar que não é ocasional, que as suas Cartas sejam introduzidas e terminem com expressões de oração: no início, ação de graças e louvor, e no final, bons votos a fim de que a graça de Deus oriente o caminho das comunidades às quais se dirigem as Cartas. Entre a fórmula de abertura: «Dou graças ao meu Deus, por meio de Jesus Cristo» (Rm 1, 8), e os votos finais: a «graça do Senhor Jesus Cristo esteja com todos vós» (1 Cor 16, 23), desenvolvem-se os conteúdos das Cartas do Apóstolo. A de são Paulo é uma oração que se manifesta numa grande riqueza de formas que vão da ação de graças à bênção, do louvor ao pedido e à intercessão, do hino à súplica: uma variedade de expressões que demonstra como a oração envolve e penetra todas as situações da vida, tanto pessoais como das comunidades às quais se dirige.

Um primeiro elemento que o Apóstolo quer fazer-nos compreender é que a oração não deve ser vista como uma simples obra boa, realizada por nós a favor de Deus, uma nossa ação. É antes de tudo uma dádiva, fruto da presença viva, vivificadora do Pai e de Jesus Cristo em nós. Na Carta aos Romanos escreve: «O Espírito vem em auxílio à nossa fraqueza; porque não sabemos o que devemos pedir, nem orar como convém, mas o próprio Espírito intercede por nós com gemidos inefáveis» (8, 26). E sabemos como é verdadeiro aquilo que o Apóstolo diz: «Não sabemos orar como convém». Desejamos rezar, mas Deus está distante, não dispomos das palavras, da linguagem para falar com Deus, nem sequer o pensamento. Só podemos abrir-nos, pôr o nosso tempo à disposição de Deus, esperar que Ele nos ajude a entrar num diálogo verdadeiro. O Apóstolo diz: precisamente esta falta de palavras, esta ausência de palavras, e no entanto este desejo de entrar em contato com Deus, é oração que o Espírito Santo não só entende, mas leva, interpreta junto de Deus. É precisamente esta nossa debilidade que se torna, através do Espírito Santo, verdadeira oração, contato autêntico com Deus. O Espírito Santo é o intérprete que nos faz compreender, a nós mesmos e a Deus, o que queremos dizer.

Na oração nós experimentamos, mais do que noutras dimensões da existência, a nossa debilidade, a nossa pobreza e o fato de sermos criaturas, porque somos colocados diante da onipotência e da transcendência de Deus. E quanto mais progredimos na escuta e no diálogo com Deus, para que a oração se torne o suspiro quotidiano da nossa alma, tanto mais compreende-

mos também o sentido do nosso limite, não apenas diante das situações concretas de cada dia, mas inclusive na própria relação com o Senhor. Então, aumenta em nós a necessidade de nos confiarmos, de nos entregarmos cada vez mais a Ele; compreendemos que «não sabemos... rezar como convém» (Rm 8, 26). E é o Espírito Santo que ajuda a nossa incapacidade, ilumina a nossa mente e aquece o nosso coração, orientando o nosso dirigir-nos a Deus. Para são Paulo, a oração é acima de tudo o agir do Espírito Santo na nossa humanidade, para assumir a nossa debilidade e para nos transformar de homens vinculados às realidade materiais em homens espirituais. Na Primeira Carta aos Coríntios, diz: «Ora, nós não recebemos o espírito do mundo, mas sim o Espírito que vem de Deus, que nos dá a conhecer as graças que Deus nos prodigalizou. E que pregamos numa linguagem que nos foi ensinada não pela sabedoria humana, mas pelo Espírito, que exprime as coisas espirituais em termos espirituais» (2, 2-13). Com o seu habitar na nossa fragilidade humana, o Espírito Santo transforma-nos, intercede por nós e conduz-nos rumo às alturas de Deus (cf. Rm 8, 26).

É com esta presença do Espírito Santo que se realiza a nossa união com Cristo, porque se trata do Espírito do Filho de Deus, no qual nos tornamos filhos. São Paulo fala do Espírito de Cristo (cf. Rm 8, 9), e não apenas do Espírito de Deus. É óbvio: se Cristo é o Filho de Deus, o seu Espírito é também Espírito de Deus e assim, se o Espírito de Deus, Espírito de Cristo, já se tornou muito próximo de nós no Filho de Deus e Filho do homem, o Espírito de Deus torna-se também espírito humano e toca-nos; podemos entrar na comunhão do Espírito. É como se dissesse que não só Deus Pai se fez visível na Encarnação do Filho, mas também o Espírito de Deus se manifesta na vida e na ação de Jesus, de Jesus Cristo, que viveu, foi crucificado, morreu e ressuscitou. O Apóstolo recorda que «ninguém pode dizer "Jesus é o Senhor", a não ser sob a ação do Espírito Santo» (1 Cor 12, 3). Por conseguinte, o Espírito orienta o nosso coração rumo a Jesus Cristo, de modo que «já não somos nós que vivemos; é Cristo que vive em nós» (cf. Gl 2, 20). Nas suas Catequeses sobre os Sacramentos, refletindo sobre a Eucaristia, santo Ambrósio afirma: «Quem se inebria do Espírito está radicado em Cristo» (5, 3, 17: PL 16, 450).

E agora gostaria de pôr em evidência três consequências da nossa vida cristã, quando deixamos agir em nós, não o espírito do mundo, mas o Espírito de Cristo, como princípio interior de todo o nosso agir.

Antes de tudo, mediante a oração animada pelo Espírito, somos postos em condições de abandonar e ultrapassar todas as formas de medo ou de escravidão, vivendo a liberdade autêntica dos filhos de Deus. Sem a oração, que alimenta todos os dias o nosso estar em Cristo, numa intimidade que aumenta progressivamente, encontramo-nos na condição descrita por são Pau-

lo na Carta aos Romanos: não fazemos o bem, que queremos, mas sim o mal, que não queremos (cf. Rm 7, 19). E esta é a expressão da alienação do ser humano, da destruição da nossa liberdade, pelas circunstâncias do nosso ser para o pecado original: queremos o bem, que não fazemos, e fazemos aquilo que não queremos, ou seja o mal. O Apóstolo quer fazer-nos compreender que não é antes de tudo a nossa vontade que nos liberta destas condições, nem sequer a Lei, mas sim o Espírito Santo. E dado que, «onde está o Espírito do Senhor, aí há liberdade» (2 Cor 3, 17), mediante a oração nós experimentamos a liberdade concedida pelo Espírito: uma liberdade autêntica, que é liberdade do mal e do pecado, para o bem e para a vida, para Deus. A liberdade do Espírito, acrescenta são Paulo, nunca se identifica com a libertinagem, nem com a possibilidade de fazer a escolha do mal, mas sim com o «fruto do Espírito, que é caridade, alegria, paz, paciência, afabilidade, bondade, fidelidade, brandura e temperança» (Gl 5, 22-23). Esta é a liberdade autêntica: poder realmente seguir o desejo do bem, da alegria verdadeira, da comunhão com Deus, e não ser oprimido pelas circunstâncias que nos impelem para outros rumos.

Uma segunda consequência que se verifica na nossa vida, quando deixamos agir em nós o Espírito de Cristo, é que a relação com o próprio Deus se torna tão profunda, que não chega a ser impedida por qualquer realidade ou situação. Então, compreendemos que com a oração nós não somos libertados das provações, nem dos sofrimentos, mas podemos vivê-los em união com Cristo, com os seus sofrimentos, na perspectiva de participar também da sua glória (cf. Rm 8, 17). Na nossa oração, nós muitas vezes pedimos a Deus para ser libertados do mal físico e espiritual, e fazemo-lo com grande confiança. No entanto, com frequência temos a impressão de que não somos escutados, e então corremos o risco de desanimarmos e de não perseverarmos. Na realidade, não há clamor humano que não seja escutado por Deus, e precisamente na oração constante e fiel nós compreendemos com são Paulo que «os sofrimentos da vida presente não têm qualquer proporção com a glória futura, que nos deve ser manifestada» (Rm 8, 18). A oração não nos isenta da prova e dos sofrimentos mas, ao contrário — diz são Paulo — nós «gememos interiormente, aguardando a adoção filial, a redenção do nosso corpo» (Rm 8, 23); ele diz que a oração não nos isenta do sofrimento, mas a oração permite-nos vivê-lo e enfrentá-lo com uma força renovada, com a mesma confiança de Jesus, que — segundo a Carta aos Hebreus — «nos dias da sua vida mortal, dirigiu preces e súplicas, entre clamores e lágrimas, Àquele que o podia salvar da morte, e foi atendido pela sua piedade» (5, 7). A resposta de Deus Pai ao Filho, aos seus fortes clamores e lágrimas, não foi a libertação dos sofrimentos, da cruz ou da morte, mas foi uma concessão muito maior, uma resposta muito mais profunda; através da cruz e da morte, Deus respondeu com a ressurreição do seu Fi-

lho, com a nova vida. A oração animada pelo Espírito Santo leva-nos, também a nós, a viver todos os dias o caminho da vida com as suas provações e os seus sofrimentos, na esperança completa, na confiança em Deus que responde como respondeu ao Filho.

E, em terceiro lugar, a oração do fiel abre-se também às dimensões da humanidade e de toda a criação, assumindo a «criação, que aguarda ansiosamente a manifestação dos filhos de Deus» (Rm 8, 19). Isto significa que a oração, sustentada pelo Espírito de Cristo que fala no íntimo de nós mesmos, jamais permanece fechada em si própria, nunca é uma oração apenas para mim, mas abre-se à partilha dos sofrimentos do nosso tempo, dos outros. Torna-se intercessão pelo próximo, e deste modo libertação de mim mesmo, canal de esperança para toda a criação, expressão daquele amor de Deus, que é derramado nos nossos corações através do Espírito que nos foi comunicado (cf. Rm 5, 5). E precisamente este é um sinal de uma oração verdadeira, que não termina em nós mesmos, mas abre-se aos outros e assim liberta-me, e deste modo contribui para a redenção do mundo.

Diletos irmãos e irmãs, São Paulo ensina-nos que na nossa oração devemos abrir-nos à presença do Espírito Santo, que ora em nós com gemidos inefáveis, para nos levar a aderir a Deus com todo o nosso coração e com todo o nosso ser. O Espírito de Cristo torna-se a força da nossa oração «fraca», a luz da nossa oração «apagada», o fogo da nossa prece «árida», conferindo-nos a verdadeira liberdade interior, ensinando-nos a viver enfrentando as provações da nossa existência, na certeza de que não estamos sozinhos, abrindo-nos aos horizontes da humanidade e da criação, «que geme e sofre como que dores de parto» (Rm 8, 22). Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 23 de Maio de 2012

A Oração nos Atos dos Apóstolos e nas Cartas de São Paulo (7)

Queridos irmãos e irmãs,

Na quarta-feira passada demonstrei como são Paulo diz que o Espírito Santo é o grande mestre da oração e nos ensina a dirigir-nos a Deus com os termos carinhosos dos filhos, chamando-lhe: «*Abbá*, Pai». Assim fez Jesus; também no momento mais dramático da sua vida terrena, Ele nunca perdeu a confiança no Pai, e sempre O invocou com a intimidade do Filho amado. No Getsêmani, quando sente a angústia da morte, a sua oração é: «*Abbá*! Pai! Tudo te é possível; afasta de mim este cálice! Mas não se faça aquilo que Eu quero, e sim o que Tu queres» (Mc 14, 36).

Desde os primeiros passos do seu caminho, a Igreja acolheu esta invocação e fê-la própria, sobretudo na oração do Pai-Nosso, na qual recitamos quotidianamente: «Pai... seja feita a vossa vontade, assim na terra como no céu» (Mt 6, 9-10). Nas Cartas de são Paulo encontramo-la duas vezes. Como há pouco ouvimos, o apóstolo dirige-se aos Gálatas com as seguintes palavras: «E, porque sois filhos, Deus enviou aos nossos corações o Espírito do seu Filho, que clama: *Abbá*! Pai!» (Gl 4, 6). E no centro daquele cântico ao Espírito, que é o capítulo oito da Carta aos Romanos, são Paulo afirma: «E vós não recebestes um espírito que voz escraviza e volta a encher-vos de medo; mas recebestes um Espírito que faz de vós filhos adotivos. É por Ele que nós clamamos: "*Abbá*! Pai!"» (Rm 8, 15). O cristianismo não é uma religião do medo, mas sim da confiança e do amor ao Pai que nos ama. Estas duas afirmações profundas falam-nos do envio e do acolhimento do Espírito Santo, o dom do Ressuscitado, que faz de nós filhos em Cristo, o Filho Unigênito, e insere-nos numa relação filial com Deus, relação de confiança profunda, como a das crianças; uma relação filial análoga à de Jesus, embora a origem e a consistência sejam diferentes: Jesus é o Filho eterno de Deus que se fez carne; quanto a nós, tornamo-nos filhos n'Ele, no tempo, mediante a fé a os Sacramentos do Batismo e da Crisma; graças a estes dois Sacramentos somos inseridos no Mistério pascal de Cristo. O Espírito Santo é o dom precioso e necessário que nos torna filhos de Deus, que realiza aquela adoção filial à qual são chamados todos os seres humanos porque, como esclarece a bênção divina da Carta aos Efésios, em Cristo, Deus «escolheu-nos... antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis na sua presença, no amor. Predestinou-nos para ser adoptados como seus filhos, por meio de Jesus Cristo» (Ef 1, 4).

Talvez o homem de hoje não sinta a beleza, a grandeza e conforto profundo contidos na palavra «pai», com a qual podemos dirigir-nos a Deus na oração, porque hoje em dia a figura pa-

terna com frequência não está suficientemente presente, e também muitas vezes não é suficientemente positiva na vida quotidiana. A ausência do pai, o problema de um pai não presente na vida do filho é uma grande chaga do nosso tempo, e por isso torna-se difícil compreender na sua profundidade o que significa que Deus é Pai para nós. Do próprio Jesus, da sua relação filial com Deus, podemos aprender o que quer dizer propriamente «pai», qual é a natureza autêntica do Pai que está nos céus. Alguns críticos da religião afirmaram que falar do «Pai», de Deus, seria uma projeção dos nossos pais para o céu. Mas é verdade o contrário: no Evangelho, Cristo mostra-nos quem é pai e como é um pai autêntico, de tal forma que podemos intuir a verdadeira paternidade, aprender também a paternidade genuína. Pensemos nas palavras de Jesus no sermão da montanha, onde Ele diz: «Amai os vossos inimigos e orai por quantos vos perseguem. Fazendo assim, tornar-vos-eis filhos do vosso Pai que está no Céu» (Mt 5, 44-45). É precisamente o amor de Jesus, o Filho Unigênito — que chega ao dom de Si mesmo na cruz — que nos revela a natureza verdadeira do Pai: Ele é o Amor, e também nós, na nossa oração de filhos, entramos neste circuito de amor, amor de Deus que purifica as nossas aspirações e as nossas atitudes caracterizadas pelo fechamento, pela auto-suficiência e pelo egoísmo, típicos do homem velho.

Portanto, poderíamos dizer que em Deus o ser Pai tem duas dimensões. Antes de tudo, Deus é nosso Pai, porque é nosso Criador. Cada um de nós, cada homem e cada mulher, é um milagre de Deus, é desejado por Ele e conhecido pessoalmente por Ele. Quando, no Livro do Gênesis, se afirma que o ser humano é criado à imagem de Deus (cf. 1, 27), quer-se expressar precisamente esta realidade: Deus é o nosso Pai, e para Ele nós não somos seres anônimos, impessoais, mas temos um nome. E um versículo dos Salmos emociona-me, quando o recito: «As tuas mãos plasmaram-me», reza o salmista (Sl 119, 73). Cada um de nós pode expressar, com esta imagem bonita, a relação pessoal com Deus: «As tuas mãos plasmaram-me. Tu pensaste-me, criaste-me e desejaste-me». Mas isto ainda não é suficiente. O Espírito de Cristo abre-nos a uma segunda dimensão da paternidade de Deus, para além da criação, porque Jesus é o «Filho» em sentido integral, «da mesma substância do Pai», como professamos no Credo. Tornando-se um ser humano como nós, mediante a Encarnação, a Morte e a Ressurreição, Jesus por sua vez acolhe nos na sua humanidade e no seu próprio ser Filho, e assim também nós podemos entrar na sua pertença específica a Deus. Sem dúvida, o nosso ser filhos de Deus não contém a plenitude de Jesus: devemos ser cada vez mais filhos, ao longo do caminho de toda a nossa existência cristã, crescendo no seguimento de Cristo, na comunhão com Ele, para entrar sempre mais intimamente na relação de amor com Deus Pai, que ampara a nossa vida. É esta realidade fundamental que nos é proporcionada, quando nos abrimos ao Espírito Santo e

Ele nos faz dirigir a Deus, dizendo-lhe: «*Abbá*!», Pai! Realmente passamos para além da criação na adoção com Jesus; unidos, estamos verdadeiramente em Deus e somos filhos de um modo novo, numa dimensão renovada.

Mas agora gostaria de voltar a meditar sobre os dois trechos de são Paulo que estamos a considerar, acerca daquela ação do Espírito Santo na nossa oração, também aqui são dois excertos que se correspondem, embora contenham um matiz diverso. Com efeito, na Carta aos Gálatas o apóstolo afirma que o Espírito clama em nós: «*Abbá*! Pai!»; na Carta aos Romanos diz que somos nós que clamamos: «*Abbá*! Pai!». E são Paulo quer fazer-nos compreender que a oração cristã nunca é, jamais acontece, unilateralmente, de nós para Deus, mas constitui a expressão de uma relação recíproca em que Deus age primeiro: é o Espírito Santo que clama em nós, e nós podemos clamar porque o impulso provém do Espírito Santo. Não poderíamos rezar, se não estivesse gravado na profundidade do nosso coração o desejo de Deus, o ser filhos de Deus. Desde que existe, o homo sapiens está sempre à procura de Deus, procura falar com Deus, porque Deus se inscreveu a Si mesmo nos nossos corações. Por conseguinte, a primeira iniciativa vem de Deus e, mediante o Batismo, Deus age de novo em nós, o Espírito Santo age em nós; é o primeiro iniciador da oração, para que depois possamos realmente falar com Deus e dizer a Deus: «*Abbá*!». Portanto, a sua presença abre a nossa oração e a nossa vida, abre aos horizontes da Trindade e da Igreja.

Além disso nós compreendemos, eis o segundo aspecto, que a oração do Espírito de Cristo em nós e a nossa n'Ele não é apenas um gesto individual, mas um ato de toda a Igreja. Quando rezamos, abre-se o nosso coração, entramos em comunhão não só com Deus, mas precisamente com todos os filhos de Deus, porque somos um só. E quando nos dirigimos ao Pai no nosso ambiente interior, no silêncio e no recolhimento, nunca estamos sós. Quem fala com Deus não está sozinho. Estamos na grande oração da Igreja, fazemos parte de uma grandiosa sinfonia que a comunidade cristã espalhada por todas as partes da terra e em todas as épocas eleva a Deus; sem dúvida, os músicos e os instrumentos são diferentes — e este é um elemento de riqueza — mas a melodia de louvor é uma só e está em harmonia. Então, cada vez que clamamos e dizemos: «*Abbá*! Pai!», é a Igreja, toda a comunhão dos homens em oração, que sustêm a nossa invocação, e a nossa invocação é a invocação da Igreja. Isto reflete-se na riqueza dos carismas, dos ministérios e das tarefas que desempenhamos na comunidade. São Paulo escreve aos cristãos de Corinto: «Há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo; há diversidade de ministérios, mas o Senhor é um só; há diversos modos de agir, mas é o mesmo Senhor que realiza tudo em todos» (1 Cor 12, 4-6). A prece guiada pelo Espírito Santo, que nos faz dizer: «*Abbá*! Pai!» com Cristo e em Cristo, insere-nos no único grande mosaico da

família de Deus na qual cada um ocupa um lugar e desempenha um papel importante, em profunda unidade com tudo.

Mais uma anotação: nós aprendemos a clamar «*Abbá*!, Pai!» também com Maria, a Mãe do Filho de Deus. O cumprimento da plenitude do tempo, de que são Paulo fala na Carta aos Gálatas (cf. 4, 4), verifica-se no momento do «sim» de Maria, da sua adesão plena à vontade de Deus: «Eis-me, sou a serva do Senhor» (Lc 1, 38).

Amados irmãos e irmãs, aprendamos a apreciar na nossa oração a beleza de ser amigos, aliás, filhos de Deus, de O poder invocar com a confidência e a confiança que uma criança tem em relação aos pais que o amam. Abramos a nossa oração à obra do Espírito Santo, para que em nós clame a Deus: «*Abbá*! Pai!», e a fim de que a nossa oração se transforme, mude constantemente o nosso pensar, o nosso agir, para o tornar cada vez mais conforme com o do Filho Unigênito, Jesus Cristo. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 30 de Maio de 2012

A Oração nos Atos dos Apóstolos e nas Cartas de São Paulo (8)

Queridos irmãos e irmãs,

Nestas catequeses estamos a meditar sobre a oração nas cartas de são Paulo e procuramos ver a oração cristã como um encontro verdadeiro e pessoal com Deus Pai, em Cristo, mediante o Espírito Santo. Hoje, neste encontro, entram em diálogo o «sim» fiel de Deus e o «*amém*» confiante dos crentes. E gostaria de sublinhar esta dinâmica, meditando acerca da Segunda Carta aos Coríntios. São Paulo envia esta Carta apaixonada a uma Igreja que várias vezes pôs em questão o seu apostolado, e ele abre o seu coração a fim de que os destinatários sejam tranquilizados a respeito da sua fidelidade a Cristo e ao Evangelho. Esta Segunda Carta aos Coríntios começa com uma das preces de bênção mais elevadas do Novo Testamento. Reza assim: «Bendito seja Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, Pai das misericórdias e Deus de toda a consolação! Ele nos consola em toda a nossa tribulação, para que também nós possamos consolar aqueles que estão em qualquer tribulação, mediante a consolação que nós mesmos recebemos de Deus» (2 Cor 1, 3-4).

Portanto, Paulo vive em grande tribulação, são numerosas as dificuldades e as aflições que teve que enfrentar, mas jamais cedeu ao desencorajamento, sustentado pela graça e pela proximidade do Senhor Jesus Cristo, para Quem se tinha tornado apóstolo e testemunha, entregando nas suas mãos toda a própria existência. Precisamente por isso, Paulo começa esta Carta com uma prece de bênção e de ação de graças a Deus, porque não houve qualquer momento da sua vida de apóstolo de Cristo no qual tenha sentido a falta do apoio do Pai das misericórdias, do Deus de toda a consolação. Ele sofreu terrivelmente, como diz precisamente nesta Carta, mas em todas estas situações, onde parecia que não se abria um caminho ulterior, recebeu a consolação e o alívio de Deus. Para anunciar Cristo chegou a padecer também perseguições, a ponto de ter sido encerrado no cativeiro, mas sentiu-se sempre interiormente livre, animado pela presença de Cristo e desejoso de anunciar a palavra de esperança do Evangelho. Da prisão assim escreve a Timóteo, seu fiel colaborador. Acorrentado, ele escreve: «A Palavra de Deus não pode ser acorrentada! Por isso, tudo suporto pelos eleitos de Deus, para que também eles alcancem a salvação em Cristo Jesus e a glória eterna» (2 Tm 2, 9b-10). No seu sofrer por Cristo, ele experimenta a consolação de Deus. Escreve: «Assim como abundam em nós os sofrimentos de Cristo, também por meio de Cristo é abundante a nossa consolação» (2 Cor 1, 5).

Por conseguinte, na prece de bênção que introduz a Segunda Carta aos Coríntios predomina, ao lado do tema das aflições, inclusive a temática da consolação, que não deve ser entendida unicamente como simples alívio, mas sobretudo como encorajamento e exortação a não se deixar vencer pela tribulação nem pela dificuldade. O convite é para viver cada situação unido a Cristo, que carrega sobre Si todo o sofrimento e o pecado do mundo para levar luz, esperança e redenção. E deste modo Jesus torna-nos capazes de consolar, por nossa vez, quantos se encontram em todos os tipos de aflição. A união profunda com Cristo na oração e a confiança na sua presença conduzem à disponibilidade a compartilhar os sofrimentos e as aflições dos irmãos. Paulo escreve: «Quem é fraco, sem que eu o seja também? Quem tropeça, sem que me sinta queimar de dor?» (2 Cor 11, 29). Esta partilha não nasce de uma simples benevolência, nem só da generosidade humana ou do espírito de altruísmo, mas brota da consolação do Senhor, do apoio inabalável do «poder extraordinário que provém de Deus, e não de nós mesmos» (2 Cor 4, 7).

Estimados irmãos e irmãs, a nossa vida e o nosso caminho são muitas vezes marcados por dificuldades, incompreensões e sofrimentos. Todos nós sabemos que é assim. Na relação fiel com o Senhor, na oração constante, quotidiana, também nós podemos, concretamente, sentir a consolação que provém de Deus. E isto fortalece a nossa fé, porque nos faz experimentar de maneira concreta o «sim» de Deus ao homem, a nós, a mim, em Cristo; faz sentir a fidelidade do seu amor, que chega até à entrega do seu Filho na Cruz. São Paulo afirma: «O Filho de Deus, Jesus Cristo, Aquele que foi por nós anunciado entre vós, por mim, por Silvano e por Timóteo, não foi um "sim" e um "não", mas unicamente um "sim" e é por isso que, graças a Ele, nós podemos dizer o "amém", para a glória de Deus» (2 Cor 1, 19-20). O «sim» de Deus não está dividido ao meio, não se encontra entre o «sim» e o «não», mas é um «sim» simples e seguro. E a este «sim» nós respondemos com o nosso «sim», com o nosso «amém», e assim estamos seguros no «sim» de Deus.

A fé não é primariamente obra humana, mas dom gratuito de Deus, que se arraiga na sua fidelidade, no seu «sim», que nos leva a compreender como viver a nossa existência, amando-o a Ele e aos irmãos. Toda a história da salvação é um revelar-se progressivo desta fidelidade de Deus, não obstante as nossas infidelidades e as nossas negações, na certeza de que «os dons e o chamamento de Deus são irrevogáveis», como declara o Apóstolo na Carta aos Romanos (11, 29).

Caros irmãos e irmãs, o modo de agir de Deus — muito diferente do nosso — dá-nos consolação, força e esperança, porque Deus não retira o seu «sim». Diante dos contrastes nos relacionamentos humanos, muitas vezes também familiares, nós somos levados a não perseverar

no amor gratuito, que exige compromisso e sacrifício. Ao contrário, Deus não se cansa de nós, nunca se cansa de ter paciência conosco e, mediante a sua misericórdia imensa, precede-nos sempre, é o primeiro que vem ao nosso encontro, e este seu «sim» é absolutamente fiável. No acontecimento da Cruz Ele oferece-nos a medida do seu amor, que não calcula e é incomensurável. Na Carta a Tito, são Paulo escreve: «Manifestaram-se a bondade de Deus, nosso Salvador, e o seu amor para com os homens» (Tt 3, 4). E a fim de que este «sim» se renove cada dia, «Ele marcou-nos com um selo, e colocou em nossos corações o penhor do Espírito» (2 Cor 1, 21b-22).

Com efeito, é o Espírito Santo que torna continuamente presente e vivo o «sim» de Deus em Jesus Cristo e cria no nosso coração o desejo de O seguir para, um dia, entrar totalmente no seu amor, quando recebermos no Céu uma morada não edificada por mãos humanas. Não há pessoa que não seja alcançada e interpelada por este amor fiel, capaz de esperar também quantos continuam a responder com o «não» da rejeição ou do endurecimento do coração. Deus espera-nos, procura-nos sempre, quer receber-nos na comunhão consigo para conceder a cada um de nós a plenitude de vida, de esperança e de paz.

No «sim» fiel de Deus insere-se o «amém» da Igreja que ressoa em cada gesto da liturgia: «amém» é a resposta da fé que encerra sempre a nossa oração pessoal e comunitária, e que expressa o nosso «sim» à iniciativa de Deus. Muitas vezes respondemos por hábito com o nosso «amém» na oração, sem entender o seu significado profundo. Este termo deriva de *'aman* que, em hebraico e em aramaico, significa «tornar estável», «consolidar» e, por conseguinte, «estar certo», «dizer a verdade». Se considerarmos a Sagrada Escritura, vemos que este «amém» é pronunciado no fim dos Salmos de bênção e de louvor, como por exemplo no Salmo 41: «Tu me ajudarás, porque vivo com sinceridade, e me farás viver sempre na tua presença. Bendito seja o Senhor, Deus de Israel, desde agora e para sempre. Amém, amém!» (vv. 13-14). Ou então exprime adesão a Deus, no momento em que o povo de Israel regressa cheio de alegria do exílio babilônico e diz o seu «sim», o seu «amém» a Deus e à sua Lei. No Livro de Neemias narra-se que, depois deste regresso, «Esdras abriu o livro (da Lei) à vista de todo o povo, pois achava-se num lugar elevado, acima da multidão. Quando o escriba abriu o livro, todo o povo se levantou. Então, Esdras bendisse o Senhor, o grande Deus, e todo o povo respondeu, levantando as mãos: "Amém, amém!"» (Ne 8, 5-6).

Por conseguinte, desde os primórdios o «amém» da liturgia judaica tornou-se o «amém» das primeiras comunidades cristãs. E o livro da liturgia cristã por excelência, o Apocalipse de São João, começa com o «amém» da Igreja: «Àquele que nos ama e nos purificou dos nossos pecados com o seu sangue, e fez de nós um reino, sacerdotes para Deus e seu Pai; a Ele sejam

dadas a glória e o poder, pelos séculos dos séculos. Amém!» (Ap 1, 5b-6). Assim se lê no primeiro capítulo do Apocalipse. E o mesmo livro termina com esta invocação: «Amém, vem Senhor Jesus!» (Ap 22, 21).

Estimados amigos, a oração é o encontro com uma Pessoa viva que deve ser ouvida e com a qual dialogar; é o encontro com Deus que renova a sua fidelidade inabalável, o seu «sim» ao homem, a cada um de nós, para nos doar a sua consolação no meio das tempestades da vida e para nos levar a viver, unidos a Ele, uma existência cheia de alegria e de bem, que encontrará o seu cumprimento na vida eterna.

Na nossa oração somos chamados a dizer «sim» a Deus, a responder com este «amém» da adesão, da fidelidade a Ele de toda a nossa vida. Esta fidelidade nunca a podemos conquistar com as nossas próprias forças, não é apenas fruto do nosso compromisso quotidiano; ela vem de Deus e está fundada no «sim» de Cristo, que afirma: o meu alimento é cumprir a vontade do Pai (cf. Jo 4, 34). É neste «sim» que devemos entrar, entrar neste «sim» de Cristo, na adesão à vontade de Deus, para chegar a afirmar com são Paulo que já não somos nós que vivemos, mas é o próprio Cristo que vive em nós. Então, o «amém» da nossa oração pessoal e comunitária envolverá e transformará toda a nossa vida de consolação de Deus, uma vida mergulhada no Amor eterno e inabalável. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 6 de Junho de 2012

Visita Pastoral à Arquidiocese de Milão - VII Encontro Mundial das Famílias

Queridos irmãos e irmãs,

«A família: o trabalho e a festa»: foi este o tema do Sétimo Encontro Mundial das Famílias, que teve lugar nos dias passados em Milão. Ainda conservo nos meus olhos e no meu coração as imagens e as emoções deste acontecimento inesquecível e maravilhoso, que transformou Milão numa cidade das famílias: núcleos familiares provenientes do mundo inteiro, congregados pela alegria de acreditar em Jesus Cristo. Estou profundamente grato a Deus, que me concedeu viver este encontro «com» as famílias e «para» a família. Naqueles que me ouviram nesses dias encontrei uma disponibilidade sincera a acolher e a dar testemunho do «Evangelho da família». Sim, porque sem a família não existe futuro para a humanidade; de modo particular os jovens, para aprender os valores que conferem sentido à existência, que têm necessidade de nascer e de crescer naquela comunidade de vida e de amor que o próprio Deus desejou para o homem e para a mulher.

O encontro com as numerosas famílias provenientes dos diversos Continentes ofereceu a feliz oportunidade de visitar a Arquidiocese de Milão pela primeira vez como Sucessor de Pedro. Acolheram-me com grande entusiasmo — pelo qual estou profundamente grato — o Cardeal Angelo Scola, os presbíteros e todos os fiéis, assim como o Presidente da Câmara Municipal e as demais Autoridades. Deste modo, pude experimentar de perto a fé da população ambrosiana, rica de história, de cultura, de humanidade e de caridade diligente. Na praça da Catedral, símbolo e coração da Cidade teve lugar o primeiro encontro desta intensa visita pastoral de três dias. Não posso esquecer o abraço caloroso da multidão de milaneses e de participantes no VII Encontro Mundial das Famílias, que sucessivamente me acompanhou ao longo de todo o percurso da minha Visita, com as ruas apinhadas de gente. Uma multidão de famílias em festa, que com sentimentos de profunda participação se uniu em particular ao pensamento carinhoso e solidário que desejei dirigir imediatamente a quantos têm necessidade de ajuda e de alívio, e estão afligidos por diversas preocupações, de modo especial as famílias mais atingidas pela crise econômicas, e as queridas populações vítimas do terramoto. Nesse primeiro encontro com a Cidade, desejei antes de tudo falar ao coração dos fiéis ambrosianos, exortando-os a viver a fé na sua experiência pessoal e comunitária, particular e pública, de modo a favorecer um autêntico «bem-estar», a partir da família, que deve ser redescoberta como patrimônio principal da humanidade. Do pináculo da Catedral, a estátua de Nossa Senhora com

os braços abertos, parecia acolher com ternura maternal todas as famílias de Milão e do mundo inteiro!

Em seguida, Milão reservou-me uma saudação singular e nobre, num dos lugares mais sugestivos e significativos da Cidade, o Teatro «*alla Scala*» onde foram escritas páginas importantes da história do país, sob o impulso de grandes valores espirituais e ideais. Nesse templo da música, as notas da Nona Sinfonia de Ludwig van Beethoven deram voz àquele modelo de universalidade e de fraternidade, que a Igreja volta a propor incansavelmente, anunciando o Evangelho. E foi precisamente ao contraste entre este ideal e os dramas da história, e à exigência de um Deus próximo, que compartilhe os nossos sofrimentos, que desejei fazer referência no final do concerto, dedicando-o aos numerosos irmãos e irmãs provados pelo terramoto. Sublinhei o fato de que, em Jesus de Nazaré, Deus se faz próximo e carrega conosco o nosso sofrimento. No final daquele intenso momento artístico e espiritual, quis fazer referência à família do terceiro milênio, recordando que é no seio da família que se experimenta pela primeira vez como a pessoa humana não é criada para viver fechada em si mesma, mas sim em relação com os outros; e é em família que se começa a acender no coração a luz da paz, para que se ilumine este nosso mundo.

No dia seguinte, na Catedral apinhada de sacerdotes, religiosos, religiosas e seminaristas, na presença de numerosos Cardeais e Bispos que chegaram a Milão provenientes de vários países do mundo, celebrei a Hora Terça, segundo a liturgia ambrosiana. Ali desejei reiterar o valor do celibato e da virgindade consagrada, tão querida ao grande santo Ambrósio. Na Igreja, celibato e virgindade constituem um sinal luminoso do amor a Deus e aos irmãos, que começa a partir de uma relação cada vez mais íntima com Cristo na oração e se expressa através do dom total de nós mesmos.

Depois, um momento cheio de grande entusiasmo foi o encontro realizado no estádio «Meazza», onde experimentei o abraço de uma multidão jubilosa de jovens e de moças que este ano receberam ou estão prestes a receber o Sacramento da Crisma. A preparação cuidadosa de tal manifestação, com textos e orações significativos, mas também com coreografias, tornou o encontro ainda mais estimulante. Aos jovens ambrosianos, dirigi o apelo a pronunciar um «sim» livre e consciente ao Evangelho de Jesus, acolhendo os dons do Espírito Santo que lhes permitem formar-se como cristãos, viver o Evangelho e ser membros ativos da comunidade. Encorajei-os a estar comprometidos, de modo particular no estudo e no serviço generoso ao próximo.

O encontro com as representações da Autoridades institucionais, dos empresários e dos trabalhadores, do mundo da cultura e da educação da sociedade milanesa e lombarda permitiu-me

pôr em evidência a importância de que a legislação e a obra das instituições estatais visem o serviço e a tutela da pessoa nos seus múltiplos aspectos, a começar pelo direito à vida, cuja supressão deliberada jamais pode ser permitida, e pelo reconhecimento da identidade própria da família, fundada sobre o matrimônio entre um homem e uma mulher.

Depois deste último encontro dedicado à realidade da Diocese e da Cidade, transferi-me para a grande área do parque Norte, no território de Bresso, onde participei na entusiasmante Festa dos Testemunhos, intitulada «One world, family, love». Ali tive a alegria de me encontrar com milhares de pessoas, um arco-íris de famílias italianas e do mundo inteiro, já reunidas desde as primeiras horas da tarde numa atmosfera de festa e de entusiasmo autenticamente familiar. Respondendo às perguntas de algumas famílias, interrogações brotadas da sua vida e das suas experiências, desejei oferecer um sinal do diálogo aberto que existe entre as famílias e a Igreja, entre o mundo e a Igreja. Fiquei muito impressionado com os testemunhos emocionantes de cônjuges e de filhos provenientes dos diversos Continentes, sobre os temas candentes dos nossos tempos: a crise econômica, a dificuldade de reconciliar os tempos do trabalho com os tempos da família, o propagar-se de separações e divórcios, assim como interrogações existenciais que dizem respeito a adultos, jovens e crianças. Aqui gostaria de recordar o que afirmei em defesa do tempo da família, ameaçado por uma espécie de «prepotência» dos compromissos de trabalho: o domingo é o dia do Senhor e do homem, um dia em que todos devem poder ser livres, livres para a família e livres para Deus. Defendendo o domingo, defendemos também a liberdade do homem!

A Santa Missa celebrada no domingo 3 de Junho, conclusiva do VII Encontro Mundial das Famílias, contou com a participação de uma imensa assembleia orante, que apinhou completamente a área do aeroporto de Bresso, a qual se tornou praticamente uma grande catedral ao ar livre, inclusive graças à reprodução dos maravilhosos vitrais policromados da Catedral que sobressaíam no palco. Diante daquela miríade de fiéis, provenientes de diversas nações e profundamente partícipes na liturgia muito bem preparada, lancei um apelo a edificar comunidades eclesiais que sejam cada vez mais família, capazes de refletir a beleza da Santíssima Trindade e de evangelizar não só com a palavra, mas mediante a irradiação, com a força do amor vivido, porque o amor é a única força que pode transformar o mundo. Além disso, salientei a importância da «tríade» família, trabalho e festa. Trata-se de três dons de Deus, três dimensões da nossa existência, que devem encontrar um equilíbrio harmonioso para construir sociedades com um rosto humano.

Sinto profunda gratidão por estas magníficas jornadas milanesas. Obrigado ao Cardeal Ennio Antonelli e ao Pontifício Conselho para a Família, bem como a todas as Autoridades, pela sua

presença e colaboração em vista de tal evento; obrigado inclusive ao Presidente do Conselho dos Ministros da República Italiana, por ter participado na Santa Missa de Domingo. E renovo um «obrigado» cordial às várias instituições que cooperaram generosamente com a Santa Sé e com a Arquidiocese de Milão para a organização do Encontro, que teve um grande sucesso pastoral e eclesial, assim como um vasto eco no mundo inteiro. Com efeito, ele atraiu a Milão mais de um milhão de pessoas, que durante vários dias invadiram pacificamente as ruas da cidade, dando testemunho da beleza da família, esperança para a humanidade.

Deste modo, o Encontro Mundial das Famílias de Milão foi uma eloquente «epifania» da família, que se manifestou na variedade das suas expressões, mas inclusive na unicidade da sua identidade substancial: a de uma comunhão de amor, fundamentada sobre o matrimônio e chamada a ser santuário da vida, pequena igreja, célula da sociedade. De Milão foi lançada ao mundo inteiro uma mensagem de esperança, enriquecida de experiência vividas: é possível e jubiloso, embora seja exigente, viver o amor fiel «para sempre», aberto à vida; é possível participar como famílias na missão da Igreja e na construção da sociedade. Graças à ajuda de Deus e à salvaguarda especial de Maria Santíssima, Rainha da Família, a experiência vivida em Milão seja portadora de frutos abundantes para o caminho da Igreja, e constitua o auspício de uma atenção mais acentuada à causa da família, que é a causa do próprio homem e da civilização. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 13 de Junho de 2012

A Oração nos Atos dos Apóstolos e nas Cartas de São Paulo (9)

Amados irmãos e irmãs

O encontro quotidiano com o Senhor e a frequência dos Sacramentos permitem abrir a nossa mente e nosso coração à sua presença, às suas palavras e à sua ação. A oração não é apenas o respiro da alma mas, para usar uma imagem, é também o oásis de paz no qual podemos ir buscar a água que alimenta a nossa vida espiritual e transforma a nossa existência. E Deus atrai-se a Si, faz-nos subir ao monte da santidade, para estarmos cada vez mais próximos dele, oferecendo-nos luz e conforto ao longo do caminho. Esta é a experiência pessoal à qual são Paulo faz referência no capítulo 12 da segunda Carta aos Coríntios, sobre o qual desejo meditar hoje. Diante de quantos contestavam a legitimidade do seu apostolado, não enumera as comunidades que fundou e os quilómetros que percorreu; não se limita a recordar as dificuldades e as oposições que enfrentou para anunciar o Evangelho, mas indica a sua relação com o Senhor, uma relação tão intensa a ponto de ser caracterizada também por momentos de êxtase, de contemplação profunda (cf. 2 Cor 12, 1); portanto, não se exalta com aquilo que ele fez, com a sua força, com as suas atividades e os seus sucessos, mas orgulha-se pela ação que Deus realizou nele e através dele. Com efeito, narra com grande pudor o momento em que viveu a experiência particular de ser arrebatado até ao Céu de Deus. Ele recorda que catorze anos antes do envio da Carta «foi arrebatado — como diz — até ao terceiro Céu» (v. 2). Com a linguagem e os modos de quem narra o que não se pode descrever, são Paulo chega a falar sobre tal acontecimento em terceira pessoa; afirma que um homem foi arrebatado no «jardim» de Deus, no Paraíso. A contemplação é tão profunda e intensa, que o Apóstolo nem consegue recordar os conteúdos da revelação recebida, mas tem em mente a data e as circunstâncias em que o Senhor o arrebatou de forma total, atraindo-o a Si como fizera no caminho de Damasco, no momento da sua conversão (cf. Fl 3, 12).

São Paulo continua dizendo que, precisamente para não se encher de orgulho pela grandeza das revelações recebidas, ele tem em si um «espinho» (2 Cor 12, 7), um sofrimento, e suplica com vigor ao Ressuscitado para ser libertado do enviado do Maligno, desse espinho doloroso na carne. Pede insistentemente três vezes — refere ele — ao Senhor que o afaste dessa prova. E é em tal situação que, na contemplação profunda de Deus, durante a qual «ouviu palavras inefáveis, que não é permitido a qualquer homem pronunciar» (v. 4), recebe uma resposta à sua súplica. O Ressuscitado dirige-lhe uma palavra clara e tranquilizadora: «Basta-te a minha graça, porque a força se manifesta na fraqueza» (v. 9).

O comentário de são Paulo a estas palavras pode deixar-nos admirados, mas revela como ele compreendeu o que significa ser verdadeiramente apóstolo do Evangelho. Com efeito, exclama assim: «De bom grado, portanto, prefiro gloriar-me das minhas fraquezas, para que habite em mim a força de Cristo. Por isso me comprazo nas fraquezas, nas afrontas, nas necessidades, nas perseguições e nas angústias, por Cristo. Pois quando sou fraco, então é que sou forte» (vv. 9b10), ou seja, não se gloria das suas obras, mas da atividade de Cristo que age precisamente na sua debilidade. Meditemos mais um momento sobre este acontecimento ocorrido durante os anos em que são Paulo viveu em silêncio e em contemplação, antes de começar a percorrer o Ocidente para anunciar Cristo, porque esta atitude de profunda humildade e confiança perante o manifestar-se de Deus é fundamental também para a nossa oração e para a nossa vida, para a nossa relação com Deus e com as nossas fragilidades.

Antes de tudo, de que fragilidade fala o apóstolo? O que é este «espinho» na carne? Não o sabemos e não o diz, mas a sua atitude faz compreender que cada dificuldade no seguimento de Cristo e no testemunho do seu Evangelho pode ser superada, abrindo-se com confiança à intervenção do Senhor. São Paulo está bem consciente de ser um «servo inútil» (Lc 17, 10) — não foi ele que realizou maravilhas, mas foi o Senhor — um «vaso de barro» (2 Cor 4, 7), em que Deus coloca a riqueza e o poder da sua Graça. Nesse momento de intensa oração contemplativa, são Paulo compreende com clareza como enfrentar e viver cada acontecimento, principalmente o sofrimento, a dificuldade e a perseguição: no momento em que se experimenta a própria debilidade, manifesta-se o poder de Deus, que não nos abandona, não nos deixa sozinhos, mas torna-se sustento e força. Sem dúvida, são Paulo teria preferido ser libertado desse «espinho», desse sofrimento; mas Deus diz: «Não, isto é necessário para ti! Receberás a graça suficiente para resistir e para realizar quanto deve ser feito». Isto é válido também para nós. O Senhor não nos liberta dos males, mas ajuda-nos a amadurecer nos sofrimentos, nas dificuldades e nas perseguições. Portanto, a fé diz-nos que, se permanecermos em Deus, «se em nós o homem exterior vai caminhando para a ruína, se existem muitas dificuldades, contudo o homem interior renova-se, amadurece dia após dia, precisamente nas provações» (cf. 2 Cor 4, 16). O apóstolo comunica aos cristãos de Corinto, e também a nós, que «a nossa momentânea e leve tribulação proporciona-nos um peso eterno de glória, além de toda e qualquer medida» (v. 17). Na realidade, humanamente falando, não era leve o peso das dificuldades, era gravíssimo; mas em comparação com o amor de Deus, com a grandeza do ser amado por Deus, parece leve, sabendo que a quantidade da glória será incomensurável. Portanto, na medida em que aumenta a nossa união com o Senhor e se faz intensa a nossa oração, também nós vamos ao essencial e compreendemos que não é o poder dos nossos meios, das nossas virtudes e das

nossas capacidades que realiza o Reino de Deus, mas é Deus que realiza maravilhas precisamente através da nossa debilidade, da nossa inadequação ao encargo. Por conseguinte, devemos ter a humildade de não confiar simplesmente em nós mesmos, mas de trabalhar na vinha do Senhor, com a ajuda do Senhor, confiando-nos a Ele como frágeis «vasos de barro».

São Paulo menciona duas revelações particulares que mudaram radicalmente a sua vida. A primeira — sabemo-lo — é a pergunta perturbante no caminho de Damasco: «Saulo, Saulo, por que me persegues?» (At 9, 4), interrogação que o levou a descobrir e encontrar Cristo vivo e presente, e a sentir a sua chamada a ser apóstolo do Evangelho. A segunda são as palavras que o Senhor lhe dirigiu na experiência de oração contemplativa sobre a qual continuamos a meditar: «Basta-te a minha graça, porque a força se manifesta plenamente na fraqueza». Só a fé, o confiar na ação de Deus, na bondade de Deus que não nos abandona, é a garantia de não trabalhar em vão. Assim, a Graça do Senhor foi a força que acompanhou são Paulo nas dificuldades enormes para propagar o Evangelho, e o seu coração penetrou no Coração de Cristo, tornando-se capaz de conduzir os outros rumo Àquele que morreu e ressuscitou por nós.

Portanto, na oração nós abrimos a nossa alma ao Senhor a fim de que Ele venha habitar a nossa debilidade, transformando-a em força para o Evangelho. E é rico de significado também o verbo grego com que são Paulo descreve este habitar do Senhor na sua humanidade frágil; usa *episkenoo*, que poderíamos traduzir como «montar a própria tenda». O Senhor continua a montar a sua tenda em nós, no meio de nós: é o Mistério da Encarnação. O próprio Verbo divino, que veio habitar na nossa humanidade, quer habitar em nós, montar em nós a sua tenda, para iluminar e transformar a nossa vida e o mundo.

A contemplação intensa de Deus experimentada por são Paulo evoca a dos discípulos no monte Tabor quando, vendo Jesus transfigurar-se e resplandecer de luz, Pedro disse: «Mestre, é bom estarmos aqui; façamos três tendas: uma para ti, uma para Moisés e uma para Elias» (Mc 9, 5). «Não sabia o que dizer, pois estavam assombrados», acrescenta são Marcos (v. 6). Contemplar o Senhor é, ao mesmo tempo, fascinante e tremendo: fascinante, porque Ele nos atrai a Si e arrebata o nosso coração rumo ao alto, levando-o à sua altura onde experimentamos a paz, a beleza do seu amor; tremendo, porque revela a nossa debilidade humana, a nossa inadequação, o cansaço de vencer o Maligno que ameaça a nossa vida, aquele espinho cravado na nossa carne. Na oração, na contemplação quotidiana do Senhor, nós recebemos a força do amor de Deus e sentimos que são verdadeiras as palavras de são Paulo aos cristãos de Roma, onde escreveu: «Estou certo de que nem a morte nem a vida, nem os anjos nem os principados, nem o presente nem o futuro, nem as potestades nem a altura, nem a profundidade nem o

abismo, nem qualquer outra criatura poderá separar-nos do amor de Deus, que está em Cristo Jesus nosso Senhor» (Rm 8, 38-39).

Num mundo em que corremos o risco de confiar unicamente na eficiência e no poder dos instrumentos humanos, neste mundo somos chamados a redescobrir e dar testemunho do poder de Deus que se comunica na oração, com a qual crescemos todos os dias na conformação da nossa vida com a de Cristo que — como Paulo afirma — «foi crucificado na sua fraqueza, mas agora está vivo pelo poder de Deus. Nós também somos fracos nele, mas viveremos com Ele pelo poder de Deus que age em vós» (2 Cor 13, 4).

Caros amigos, no século passado Albert Schweitzer, teólogo protestante e prêmio Nobel da paz, afirmava que «Paulo é um místico, e nada mais que um místico», ou seja, um homem verdadeiramente apaixonado por Cristo, e assim unido a Ele, a ponto de poder dizer: Cristo vive em mim. A mística de são Paulo não se funda unicamente nos acontecimentos extraordinários por ele vividos, mas também na relação quotidiana e intensa com o Senhor, que sempre o sustentou com a sua Graça. A mística não o afastou da realidade mas, ao contrário, deu-lhe a força de viver cada dia para Cristo e de construir a Igreja daquela época até ao fim do mundo. A união com Deus não afasta do mundo, mas confere-nos a força para permanecer realmente no mundo, para fazer quanto se deve realizar no mundo. Portanto, também na nossa vida de oração talvez possamos ter momentos de intensidade particular, nos quais sentimos mais viva a presença do Senhor, mas são importantes a constância e a fidelidade da relação com Deus, sobretudo nas situações de aridez, de dificuldade, de sofrimento e de ausência aparente de Deus. Somente se formos arrebatados pelo amor de Cristo, seremos capazes de enfrentar cada adversidade como Paulo, persuadidos de que tudo podemos naquele que nos dá a força (cf. Fl 4, 13). Por conseguinte, quanto mais espaço reservarmos à oração, tanto mais veremos que a nossa vida se transformará e será animada pela força concreta do amor de Deus. Assim aconteceu, por exemplo, com a beata Madre Teresa de Calcutá, que na contemplação de Jesus e precisamente também em épocas de longa aridez, encontrava a razão última e a força incrível para o reconhecer nos pobres e nos abandonados, não obstante a sua figura frágil. A contemplação de Cristo na nossa vida não nos afasta — como eu já disse — da realidade, mas torna-nos ainda mais partícipes das vicissitudes humanas porque o Senhor, atraindo-nos a Si na oração, permite que nos tornemos presentes e próximos de cada irmão no seu amor. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 27 de Junho de 2012

A Oração nos Atos dos Apóstolos e nas Cartas de São Paulo (10)

Queridos irmãos e irmãs!

Como vimos nas quartas-feiras anteriores, a nossa oração é feita de silêncios e palavras, de cânticos e gestos que envolvem toda a pessoa: da boca à mente, do coração ao corpo inteiro. É uma característica que encontramos na oração judaica, especialmente nos Salmos. Hoje, gostaria de falar sobre um dos cânticos ou hinos mais antigos da tradição cristã, que são Paulo nos apresenta naquele que é, num certo sentido, o seu testamento espiritual: a Carta aos Filipenses. De fato, trata-se de uma Carta que o Apóstolo ditou enquanto estava na prisão, talvez em Roma. Ele sentia que a morte estava próxima porque afirmou que a sua vida seria oferecida em libação (cf. Fl 2, 17).

Não obstante esta situação de grave perigo para a sua incolumidade física, são Paulo, em todo o texto, expressa a alegria de ser discípulo de Cristo, de poder ir ao seu encontro, até ao ponto de ver a morte não como uma perda, mas como lucro. No último capítulo da Carta há um convite insistente à alegria, característica fundamental do ser cristão e da nossa oração. São Paulo escreve: «Alegrai-vos sempre no Senhor! De novo o digo: alegrai-vos!» (Fl 4, 4). Mas como se pode rejubilar diante de uma condenação à morte iminente? De onde, ou melhor, de quem são Paulo extrai a serenidade, a força e a coragem para ir ao encontro do martírio e do derramamento do sangue?

Encontramos a resposta no centro da Carta aos Filipenses, naquele que a tradição cristã denomina *carmen Christo*, o cântico a Cristo, ou mais geralmente «hino cristológico»; um cântico no qual toda a atenção está centrada nos «sentimentos» de Cristo, isto é, no seu modo de pensar e na sua atitude concreta e viva. Esta oração inicia com a exortação: «Tende entre vós os mesmos sentimentos que estão em Cristo Jesus» (Fl 2, 5). Tais sentimentos são apresentados nos versículos sucessivos: o amor, a generosidade, a humildade, a obediência a Deus, o dom de si. Trata-se não só nem simplesmente de seguir o exemplo de Jesus, como uma ação moral, mas de comprometer toda a existência no seu modo de pensar e agir. A oração deve levar a uma consciência e a uma união no amor cada vez mais profundas com o Senhor, para poder pensar, agir e amar como Ele, n'Ele e por Ele. Realizar isto e aprender os sentimentos de Jesus é o caminho da vida cristã.

Agora gostaria de refletir brevemente sobre alguns elementos deste cântico profundo, que resume todo o itinerário divino e humano do Filho de Deus e abrange a história humana inteira: desde o estar na condição de Deus, até à encarnação, à morte na cruz e à exaltação na gló-

ria do Pai está implícito também o comportamento de Adão, do homem desde o início. Este hino a Cristo inicia a partir do seu ser «*en morphe tou Theou*», diz o texto grego, isto é, do estar «na forma de Deus», ou melhor, na condição de Deus. Jesus, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, não vive o seu «ser como Deus» para triunfar ou impor a sua supremacia, não o considera uma posse, um privilégio, um tesouro cioso. Aliás, «despojou-se», esvaziou-se a si mesmo assumindo, diz o texto grego, a «*morphe doulos*», a «forma de servo», a realidade humana marcada pelo sofrimento, pela pobreza, pela morte; assemelhou-se plenamente aos homens, exceto no pecado, de modo a comportar-se como servo completamente dedicado ao serviço dos outros. A propósito, Eusébio de Cesareia — século IV — afirma: «Tomou sobre si mesmo as dores dos que sofrem. Fez suas as nossas humildes doenças. Sofreu e tribulou por nossa causa: isto em conformidade com o seu grande amor pela humanidade» (A demonstração evangélica, 10, 1, 22). São Paulo continua delineando o quadro «histórico» no qual se realizou este abaixamento de Jesus: «Rebaixou-se a si mesmo, tornando-se obediente até à morte» (Fl 2, 8). O Filho de Deus tornou-se verdadeiramente homem e percorreu um caminho na total obediência e fidelidade à vontade do Pai, até ao sacrifício supremo da própria vida. Mais ainda, o Apóstolo especifica «até à morte, e morte de cruz». Na cruz Jesus Cristo alcançou o máximo grau de humilhação, porque a crucifixão era a pena reservada aos escravos e não às pessoas livres: «*mors turpissima crucis*», escreve Cícero (cf. In Verrem, V, 64, 165).

Na Cruz de Cristo o homem é remido e a experiência de Adão é cancelada: Adão, criado à imagem e semelhança de Deus, pretendeu ser como Deus com as próprias forças, colocar-se no lugar de Deus, e assim perdeu a dignidade originária que lhe fora atribuída. Ao contrário, Jesus estava «na condição de Deus», mas rebaixou-se, entrou na condição humana, em total fidelidade ao Pai, para redimir o Adão que está em nós e restituir ao homem a dignidade que perdera. Os Padres realçam que Ele se fez obediente, restituindo à natureza humana, através da sua humanidade e obediência, o que se tinha perdido por causa da desobediência de Adão.

Na oração, na relação com Deus, abrimos a mente, o coração e a vontade à ação do Espírito Santo para entrar na mesma dinâmica de vida, como afirma são Cirilo de Alexandria, cuja festa celebramos hoje: «A obra do Espírito procura transformar-nos por meio da graça na cópia perfeita da sua humilhação» (Carta Festal 10, 4). A lógica humana, ao contrário, com frequência procura a realização de si mesmo no poder, no domínio e nos meios poderosos. O homem continua a querer construir com as própria forças a torre de Babel para alcançar por si mesmo a altura de Deus, para ser como Deus. A Encarnação e a Cruz recordam-nos que a realização plena consiste em conformar a própria vontade humana à do Pai, em livrar-se do próprio egoísmo, para se encher do amor, da caridade de Deus e assim em tornar-se verdadei-

ramente capaz de amar os outros. O homem não se encontra a si mesmo permanecendo fechado, afirmando-se a si mesmo. Só saindo de si mesmo o homem se encontra; só se sairmos de nós mesmos nos encontramos. E se Adão queria imitar Deus, por si só isto não é mau, mas errou sobre a ideia de Deus. Deus não é alguém que quer apenas grandeza. Deus é amor que se doa já na Trindade, e depois na criação. E imitar Deus quer dizer sair de si mesmo, doar-se no amor.

Na segunda parte deste «hino cristológico» da Carta aos Filipenses, o sujeito muda: já não é Cristo, mas Deus Pai. São Paulo realça que é precisamente pela obediência à vontade do Pai, que «Por isso mesmo é que Deus o elevou acima de tudo e lhe concedeu o nome» (Fl 2, 9). Aquele que se abaixou profundamente assumindo a condição de escravo, é exaltado, elevado sobre todas as coisas pelo Pai, que lhe dá o nome de « *Kyrios* », «Senhor», a suprema dignidade e senhorio. De fato, diante deste nome novo, que é o próprio nome de Deus no Antigo Testamento «dobrem-se todos os joelhos, os dos seres que estão no céu, na terra e debaixo da terra: e toda a língua proclame: "Jesus Cristo é o Senhor", para glória de Deus Pai» (vv. 10-11). O Jesus exaltado é o da Última Ceia, que depõe as vestes, se cinge com uma toalha, se inclina para lavar os pés aos apóstolos e lhes pergunta: «Compreendeis o que vos fiz? Vós chamais-me "o Mestre" e "o Senhor", e dizeis bem, porque o sou. Ora, se Eu, o Senhor e o Mestre, vos lavei os pés, também vós vos deveis lavar os pés uns aos outros» (Jo 13, 13-14). É importante recordar sempre isto na nossa oração e na nossa vida: «A ascensão a Deus verifica-se precisamente na descida do serviço humilde, na descida do amor, que é a essência de Deus e portanto a força verdadeiramente purificadora, que torna o homem capaz de compreender e de ver Deus» (Jesus de Nazaré, Milão 2007, p. 120).

O hino da Carta aos Filipenses oferece-nos aqui duas indicações importantes para a nossa oração. A primeira é a invocação «Senhor», dirigida a Jesus Cristo, sentado à direita do Pai: Ele é o único Senhor da nossa vida, no meio de muitos «dominadores» que a querem orientar e guiar. Por isso, é necessário dispor de uma escala de valores na qual a primazia compete a Deus, para afirmar com são Paulo: «Sim, considero que tudo isto foi mesmo uma perda, por causa da maravilha que é o conhecimento de Cristo Jesus, meu Senhor» (Fl 3, 8). O encontro com o Ressuscitado levou-o a compreender que Ele é o único tesouro pelo qual vale a pena despender a própria existência.

A segunda indicação é a prostração, o «dobrar-se de todos os joelhos» na terra e nos céus, que evoca uma expressão do profeta Isaías, onde indica a adoração que todas as criaturas devem a Deus (cf. 45, 23). A genuflexão diante do Santíssimo Sacramento, ou o pôr-se de joelhos na oração exprimem precisamente a atitude de adoração perante Deus, também com o corpo.

Daqui a importância de realizar este gesto não por hábito e à pressa, mas com consciência profunda. Quando nos ajoelhamos diante do Senhor, professamos a nossa fé nele, reconhecemos que Ele é o único Senhor da nossa vida.

Caros irmãos e irmãs, na nossa oração fixemos o nosso olhar no Crucifixo, detenhamo-nos em adoração mais frequentemente diante da Eucaristia, para fazer entrar a nossa vida no amor de Deus, que se abaixou com humildade para nos elevar a Ele. No início da catequese perguntamo-nos como podia são Paulo alegrar-se diante do risco iminente do martírio e da efusão do seu sangue. Isto só é possível porque o apóstolo nunca afastou o seu olhar de Cristo, até se conformar com Ele na morte, «na esperança de alcançar a ressurreição dos mortos» (Fl 3, 11). Como são Francisco diante do Crucifixo, também nós digamos: Deus Altíssimo e glorioso, iluminai as trevas do meu coração. Concedei-me uma fé reta, uma esperança certa e uma caridade perfeita, juízo e discernimento para cumprir a tua verdadeira e santa vontade. Amém (cf. Oração diante do Crucifixo: FF [276])!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 1° de Agosto de 2012

Santo Afonso Maria de Ligório e a oração

Queridos irmãos e irmãs!

Celebramos hoje a memória litúrgica de santo Afonso Maria de Ligório, Bispo e Doutor da Igreja, fundador da Congregação do Santíssimo Redentor, Redentoristas, padroeiro dos estudiosos de teologia moral e dos confessores. Afonso é um dos santos mais populares do século XVIII, devido ao seu estilo simples e imediato e à sua doutrina sobre o sacramento da Penitência: num período de grande rigorismo, fruto da influência jansenista, ele aconselhava aos confessores que administrassem este Sacramento manifestando o abraço jubiloso de Deus Pai, que na sua misericórdia infinita não se cansa de acolher o filho arrependido. A celebração hodierna oferece-nos a ocasião para refletir sobre os ensinamentos de santo Afonso acerca da oração, extremamente preciosos e cheios de alento espiritual. Remonta ao ano de 1759 o seu tratado Do grande meio da Oração, que ele considerava o mais útil de todos os seus escritos. De fato, descreve a oração como «o meio necessário e seguro para alcançar a salvação e todas as graças das quais temos necessidade» (Introdução). Nesta frase está sintetizado o modo afonsiano de compreender a oração.

Antes de tudo, afirmando que é um meio, chama-nos para a meta a alcançar: Deus criou-nos por amor, para nos poder doar a vida em plenitude; mas esta meta, esta vida plena, por causa do pecado afastou-se, por assim dizer — como todos sabemos — e só a graça de Deus pode torna-la acessível. Para explicar esta verdade basilar e fazer entender de modo direto como é real para o homem o risco de «se perder», santo Afonso cunhou um famoso axioma, muito elementar, que diz: «Quem reza salva-se, quem não reza condena-se!». Comentando esta frase lapidar, acrescentava: «Enfim, salvar-se sem rezar é dificílimo, aliás impossível... mas rezando a salvação é algo garantido e facílimo» (II, Conclusão). E ainda: «Se não rezarmos, não teremos desculpas, porque a graça de rezar é concedida a cada um... se não nos salvarmos, toda a culpa será nossa, porque não rezámos» (ibid.). Portanto, ao dizer que a oração é um meio necessário, santo Afonso desejava fazer compreender que em cada situação da vida não se pode deixar de rezar, sobretudo nos momentos de provação e dificuldade. Devemos sempre bater à porta do Senhor, conscientes de que Ele cuida dos seus filhos, de nós, em tudo». Por conseguinte, somos convidados a não ter medo de recorrer a Ele e de lhe apresentar com confiança os nossos pedidos, na certeza de que obteremos aquilo de que precisamos.

Queridos amigos, esta é a questão central: o que é deveras necessário na minha vida? Respondo com santo Afonso: «A saúde e todas as graças que lhe são essenciais» (ibid); naturalmente, ele entende não só a saúde do corpo mas antes de tudo da alma, que Jesus nos doa. Mais do que qualquer coisa, temos necessidade da sua presença libertadora que torna deveras plenamente humana, e portanto cheia de alegria, a nossa existência. E só através da oração podemos acolhê-Lo, a sua Graça que, iluminando-nos em todas as situações, nos ajuda a discernir o verdadeiro bem e, fortalecendo-nos, torna eficaz também a nossa vontade, isto é, torna-a capaz de atuar o bem que conhecemos. Muitas vezes reconhecemos o bem, mas não somos capazes de o levar a cabo. Com a oração conseguimos realizá-lo. O discípulo do Senhor está consciente de que se encontra sempre exposto à tentação e não deixa de pedir ajuda a Deus na oração para a vencer.

Santo Afonso menciona o exemplo de são Filipe Néri — muito interessante — que «desde o primeiro momento quando despertava de manhã, dizia a Deus: "Senhor, mantende hoje as mãos sobre Filipe, pois caso contrário Filipe atraiçoar-vos-á"» (III, 3). Grande realista! Ele pede a Deus para manter a sua mão sobre ele. Também nós, conscientes da nossa fragilidade, devemos pedir a ajuda de Deus com humildade, confiando na riqueza da sua misericórdia. Num outro trecho, santo Afonso diz: «Nós somos pobres de tudo, mas se pedirmos já não seremos pobres. Nós somos pobres mas Deus é rico» (II, 4). E, nas pegadas de santo Agostinho, convida cada cristão a não ter medo de pedir a Deus, com as orações, a força que não possui, e que lhe é necessária para fazer o bem, na certeza de que o Senhor não nega a sua ajuda a quem lha pede com humildade (cf. III, 3). Prezados amigos, santo Afonso recorda-nos que a relação com Deus é essencial na nossa vida. Sem ela, falta-nos a relação fundamental, que só se realiza no falar com Deus, na oração pessoal diária e com a participação nos Sacramentos, e assim esta relação pode crescer em nós, pode aumentar em nós a presença divina que orienta o nosso caminho, que o ilumina e o torna seguro e sereno, até no meio das dificuldades e perigos. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 8 de Agosto de 2012

São Domingos de Gusmão e sua vida de oração

Amados irmãos e irmãs!

Hoje a Igreja celebra a memória de são Domingos de Gusmão, Sacerdote e Fundador da Ordem dos Pregadores, chamados Dominicanos. Já numa Catequese precedente, falei sobre esta figura insigne e acerca da contribuição fundamental que ofereceu para a renovação da Igreja do seu tempo. Hoje, gostaria de evidenciar um aspecto essencial da sua espiritualidade: a sua vida de oração. São Domingos foi um homem de oração. Apaixonado por Deus, só teve aspiração pela salvação das almas, em particular daquelas que caíam nas redes das heresias da sua época; imitador de Cristo, encarnou radicalmente os três conselhos evangélicos, unindo à proclamação da Palavra o testemunho de uma vida pobre; sob a guia do Espírito Santo, progrediu no caminho da perfeição cristã. Em todos os momentos, a oração foi a força que renovou e tornou sempre fecundas as suas obras apostólicas.

O beato Jordão da Saxónia, falecido em 1237, seu sucessor na direção da Ordem, escreveu: «Durante o dia, ninguém se mostrava mais sociável do que ele... Vice-versa à noite, ninguém era mais assíduo do que ele na vigília da oração. O dia era dedicado ao próximo, mas a noite era oferecida a Deus» (P. Filippini, San Domenico visto dai suoi contemporanei, Bolonha 1982, 133 páginas). Em são Domingos podemos ver um exemplo de integração harmoniosa entre contemplação dos mistérios divinos e atividade apostólica. Segundo os testemunhos das pessoas mais próximas, «ele falava sempre com Deus ou de Deus». Tal observação indica a sua comunhão profunda com o Senhor e, ao mesmo tempo, o compromisso constante de conduzir os outros para esta comunhão com Deus. Não deixou escritos sobre a oração, mas a tradição dominicana reuniu e transmitiu a sua experiência viva numa obra intitulada: Os nove modos de rezar de são Domingos. Este livro foi composto entre 1260 e 1288 por um padre dominicano; ele ajuda-nos a entender algo da vida interior do Santo e também a nós, com todas as diferenças, a aprender como rezar.

Portanto, são nove os modos de rezar segundo são Domingos e cada um deles, que recitava sempre diante de Jesus Crucificado, exprime uma atitude corporal e uma espiritual que, intimamente compenetradas, favorecem o recolhimento e o fervor. Os sete primeiros modos seguem uma linha ascendente, como passos de um caminho, rumo à comunhão com Deus, com a Trindade: são Domingos reza em pé; inclinado para expressar a humildade; estendido no chão para pedir perdão pelos próprios pecados; de joelhos, fazendo penitência para participar nos sofrimentos do Senhor; com os braços abertos fixando o Crucificado a fim de contemplar

o Amor Supremo; com os olhos dirigidos ao céu, sentindo-se atraído pelo mundo de Deus. Portanto, são três formas: em pé, de joelhos, estendido no chão; mas sempre com o olhar dirigido para o Senhor Crucificado. Os dois últimos modos, sobre os quais gostaria de refletir brevemente, correspondem a duas práticas de piedade habitualmente vividas pelo Santo. Antes de tudo, a meditação pessoal, na qual a oração adquire uma dimensão ainda mais íntima, fervorosa e reconfortante. No final da recitação da Liturgia das Horas, e depois da celebração da Missa, são Domingos prolongava o diálogo com Deus, sem pôr limites ao tempo. Sentado tranquilamente, recolhia-se em atitude de escuta, lendo um livro ou fixando o Crucificado. Vivia estes momentos de relação com Deus de modo tão intenso que até exteriormente se podiam notar as suas reações de alegria ou de pranto. Portanto, assimilou em si, meditando, as realidades da fé. As testemunhas narram que, às vezes, entrava numa espécie de êxtase, com o rosto transfigurado, mas imediatamente depois retomava humildemente as suas atividades diárias revigorado pela força que vem do Alto. Também a oração durante as viagens de um convento para outro; recitava as Laudes, a Hora Média, as Vésperas com os companheiros e, atravessando os vales ou as colinas, contemplava a beleza da criação. Então, do seu coração brotava um cântico de louvor e de ação de graças a Deus por tantos dons, sobretudo pela maior maravilha: a redenção realizada por Cristo.

Queridos amigos, são Domingos recorda-nos que na origem do testemunho da fé, que cada cristão deve dar em família, no trabalho, no compromisso social e também nos momentos de distensão, estão a oração, o contato pessoal com Deus; só esta relação real com Deus nos dá a força para viver intensamente cada evento, em particular os momentos mais difíceis. Este Santo recorda-nos também a importância das atitudes exteriores na nossa oração. O ajoelhar-se, o ficar em pé diante do Senhor, o olhar fixado no Crucificado, o deter-se e recolher-se em silêncio não são secundários, mas ajudam-nos a colocar-nos interiormente, com todo o nosso ser, em relação com Deus. Gostaria de lembrar mais uma vez a necessidade para a nossa vida espiritual de encontrar diariamente momentos para rezar com tranquilidade; devemos procurar este tempo, especialmente nas férias, deixar um espaço para falar com Deus. Será um modo também para ajudar quem nos está próximo a entrar no raio luminoso da presença de Deus, que traz a paz e o amor dos quais todos temos necessidade. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 22 de Agosto de 2012

Nossa Senhora Rainha

Estimados irmãos e irmãs

Celebra-se hoje a memória litúrgica da Bem-Aventurada Virgem Maria invocada com o título: «Rainha». É uma festa de instituição recente, embora sejam antigas a sua origem e devoção: com efeito, foi estabelecida pelo Venerável Pio XII em 1954, no encerramento do Ano Mariano, fixando a sua data em 31 de Maio (cf. Carta encíclica Ad caeli Reginam, 11 de Outubro de 1954: aas, 46 [1954], 625-640). Nesta circunstância, o Papa disse que Maria é Rainha mais do que qualquer outra criatura em virtude da elevação da sua alma e da excelência dos dons recebidos. Ela não cessa de conceder todos os tesouros do seu amor e dos seus desvelos à humanidade (cf. Discurso em honra de Maria Rainha, 1 de Novembro de 1954). Pois bem, após a reforma pós-conciliar do calendário litúrgico, foi inserida oito dias depois da solenidade da Assunção para ressaltar o vínculo entre a realeza de Maria e a sua glorificação em alma e corpo ao lado do seu Filho. Na Constituição sobre a Igreja, do Concílio Vaticano II, lemos assim: «Maria foi elevada à glória celeste e exaltada por Deus como Rainha do universo, para assim se conformar mais plenamente com o seu Filho» (cf. Lumen gentium, 59).

Esta é a raiz da festa de hoje: Maria é Rainha porque foi associada de modo único ao seu Filho, tanto no caminho terreno como na glória do Céu. O grande santo da Síria, Efrém o Sírio, acerca da realeza de Maria, afirma que deriva da sua maternidade: Ela é Mãe do Senhor, do Rei dos reis (cf. Is 9, 1-6) e indica-nos Jesus como nossa vida, salvação e esperança. O Servo de Deus Paulo vi recordava na sua Exortação apostólica *Marialis Cultus*: «Na Virgem Maria, de fato, tudo é relativo a Cristo e dependente d'Ele: foi em vista d'Ele que Deus Pai, desde toda a eternidade, a escolheu como Mãe toda santa e a plenificou com dons do Espírito a ninguém mais concedidos» (n. 25).

Mas agora perguntemo-nos: o que quer dizer Maria Rainha? É só um título unido a outros, a coroa, um ornamento com outros? O que quer dizer? O que é esta realeza? Como já se indicou, é uma consequência do seu estar unida ao Filho, do seu estar no Céu, isto é, em comunhão com Deus; Ela participa na responsabilidade de Deus pelo mundo e no amor de Deus pelo mundo. Existe uma ideia vulgar, comum, de rei ou rainha: seria uma pessoa com poder e riquezas. Mas este não é o tipo de realeza de Jesus e de Maria. Pensemos no Senhor: a realeza, o ser rei de Cristo está imbuído de humildade, serviço e amor: é sobretudo servir, ajudar e amar. Recordemos que Jesus foi proclamado rei na cruz com esta inscrição redigida por Pilatos: «rei dos judeus» (cf. Mc 15, 26). Naquele momento na cruz mostra-se que Ele é rei; e

como é rei? Sofrendo conosco, por nós, amando até ao fim, e assim governa e cria verdade, amor e justiça. Ou pensemos também noutro momento: na última Ceia inclina-se para lavar os pés aos seus. Portanto, a realeza de Jesus nada tem a ver com a dos poderosos da terra. É um rei que serve os seus servidores; assim demonstrou durante toda a sua vida. E o mesmo é válido para Maria: é rainha ao serviço de Deus e da humanidade, é rainha do amor que vive o dom de si a Deus para entrar no desígnio da salvação do homem. Ao anjo, responde: Eis-me, sou a serva do Senhor (cf. Lc 1, 38), e no Magnificat canta: Deus considerou a humildade da sua serva (cf. Lc 1, 48). Ela auxilia-nos. É rainha precisamente amando-nos, ajudando-nos em todas as nossas necessidades; é a nossa irmã e serva humilde.

E assim já chegamos ao ponto: como exerce Maria esta realeza de serviço e amor? Velando sobre nós, seus filhos: os filhos que se dirigem a Ela na oração, para lhe agradecer ou para lhe pedir a sua tutela maternal e a sua ajuda celestial, talvez depois de se ter extraviado pelo caminho, oprimidos pela dor ou angústia, pelas vicissitudes tristes e difíceis da vida. Na serenidade ou na escuridão da existência, dirijamo-nos a Maria confiando-nos à sua intercessão contínua, porque do Filho nos possa alcançar toda a graça e misericórdia necessárias para o nosso peregrinar ao longo das sendas do mundo. Àquele que rege o mundo e tem nas suas mãos o destino do universo dirijamo-nos confiantes, por meio da Virgem Maria. Ela, desde há séculos, é invocada como Rainha celeste dos Céus; oito vezes, depois da recitação do santo Rosário, é implorada nas ladainhas lauretanas como Rainha dos Anjos, dos Patriarcas, dos Profetas, dos Apóstolos, dos Mártires, dos Confessores, das Virgens, de todos os Santos e das Famílias. O ritmo destas antigas invocações e preces diárias, como a Salve Regina, ajuda-nos a compreender que a Virgem Santa, como nossa Mãe ao lado do Filho Jesus na glória do Céu, está sempre conosco, no curso quotidiano da nossa vida.

Portanto, Rainha é título de confiança, alegria e amor. E sabemos que Aquela que tem nas suas mãos em parte o destino do mundo é boa, que nos ama e nos ajuda nas nossas dificuldades.

Caros amigos, a devoção a Nossa Senhora é um elemento importante da vida espiritual. Na nossa oração não cessemos de nos dirigir com confiança a Ela. Maria não deixará de interceder por nós junto do seu Filho. Olhando para Ele, imitemos a fé, a disponibilidade completa ao desígnio de amor de Deus, o acolhimento generoso de Jesus. Aprendamos a viver de Maria.

Maria é a Rainha do céu próxima de Deus, mas é também a Mãe que está perto de cada um de nós, que nos ama e ouve a nossa voz. Obrigado pela atenção!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 29 de Agosto de 2012

São João Batista

Estimados irmãos e irmãs

Nesta última quarta-feira do mês de Agosto celebra-se a memória do martírio de são João Batista, o precursor de Jesus. No Calendário romano, é o único santo do qual se celebra tanto o nascimento, a 24 de Junho, como a morte ocorrida através do martírio. A memória hodierna remonta à dedicação de uma cripta de Sebaste, em Samaria onde, já em meados do século IV, se venerava a sua cabeça. Depois, o culto alargou-se a Jerusalém, às Igrejas do Oriente e a Roma, com o título de Degolação de são João Batista. No Martirológio romano faz-se referência a uma segunda descoberta da preciosa relíquia, transportada naquela ocasião para a igreja de São Silvestre em Campo Márcio, em Roma.

Estas breves referências históricas ajudam-nos a compreender como é antiga e profunda a veneração de são João Batista. Nos Evangelhos realça-se muito bem o seu papel em relação a Jesus. De modo particular, são Lucas narra o seu nascimento, a sua vida no deserto e a sua pregação, e no Evangelho de hoje são Marcos fala-nos da sua morte dramática. João Batista começa a sua pregação sob o imperador Tibério, em 27-28 d.C., e o convite claro que ele dirige ao povo que acorre para o ouvir é que prepare o caminho para receber o Senhor, e endireitem as veredas tortas da própria vida através de uma conversão radical do coração (cf. Lc 3, 4). Contudo, João Batista não se limita a pregar a penitência e a conversão mas, reconhecendo Jesus como «o Cordeiro de Deus» que veio para tirar o pecado do mundo (cf. Jo 1, 29), tem a profunda humildade de mostrar em Jesus o verdadeiro Enviado de Deus, pondo-se de lado a fim de que Jesus possa crescer, ser ouvido e seguido. Como último gesto, João Batista testemunha com o sangue a sua fidelidade aos mandamentos de Deus, sem ceder nem desistir, cumprindo a sua missão até ao fim. São Beda, monge do século IX, nas suas Homilias diz assim: «São João, por [Cristo] deu a sua vida; embora não lhe tenha sido imposto que negasse Jesus Cristo, só lhe foi imposto que não dissesse a verdade» (cf. Hom. 23: ccl 122, 354). E ele dizia a verdade, e assim morreu por Cristo, que é a Verdade. Precisamente pelo amor à Verdade, não cedeu a compromissos nem teve medo de dirigir palavras fortes a quantos tinham perdido o caminho de Deus.

Nós vemos esta grande figura, esta força na paixão, na resistência contra os poderosos. Interroguemo-nos: de onde nasce esta vida, esta interioridade tão forte, tão reta e tão coerente, empregue totalmente por Deus e para preparar o caminho para Jesus? A resposta é simples: da relação com Deus, da oração, que é o fio condutor de toda a sua existência. João é o dom di-

vino longamente invocado pelos seus pais, Zacarias e Isabel (cf. Lc 1, 13); uma dádiva grande, humanamente inesperada, porque ambos eram de idade avançada e Isabel era estéril (cf. Lc 1, 7); mas a Deus nada é impossível (cf. Lc 1, 36). O anúncio deste nascimento verifica-se precisamente no contexto da oração, no templo de Jerusalém; aliás, acontece quando Zacarias recebe o grande privilégio de entrar no lugar mais sagrado do templo para fazer a oferta do incenso ao Senhor (cf. Lc 1, 8-20). Também o nascimento de João Batista é marcado pela oração: o cântico de alegria, de louvor e de ação de graças que Zacarias eleva ao Senhor e que nós recitamos todas as manhãs nas Laudes, o « Benedictus », exalta a obra de Deus na história e indica profeticamente a missão do filho João: preceder o Filho de Deus que se fez carne, para lhe preparar as estradas (cf. Lc 1, 67-79). Toda a existência do precursor de Jesus é alimentada pela relação com Deus, de modo particular o período transcorrido em regiões desertas (cf. Lc 1, 80); as regiões desertas que são lugares de tentação, mas também lugares onde o homem sente a própria pobreza, porque desprovido de apoios e certezas materiais, e compreende que o único ponto de referência sólido permanece o próprio Deus. Mas João Batista não é apenas um homem de oração, do contato permanente com Deus, mas também um guia para esta relação. Citando a oração que Jesus ensina aos discípulos, o «Pai-Nosso», o evangelista Lucas anota que o pedido é formulado pelos discípulos com estas palavras: «Senhor, ensinai-nos a rezar, como também João ensinou aos seus discípulos» (cf. Lc 11, 1).

Caros irmãos e irmãs, celebrar o martírio de são João Batista recorda-nos, também a nós cristãos deste nosso tempo, que não se pode ceder a compromissos com o amor a Cristo, à sua Palavra e à Verdade. A Verdade é Verdade, não existem compromissos. A vida cristã exige, por assim dizer, o «martírio» da fidelidade quotidiana ao Evangelho, ou seja, a coragem de deixar que Cristo cresça em nós e que seja Cristo quem orienta o nosso pensamento e as nossas ações. Mas isto só se verifica na nossa vida se a nossa relação com Deus for sólida. A oração não é tempo perdido, não é roubar espaço às atividades, inclusive às obras apostólicas, mas é precisamente o contrário: se formos capazes de ter uma vida de oração fiel, constante e confiante, o próprio Deus dar-nos-á a capacidade e a força para viver de modo feliz e tranquilo, para superar as dificuldades e testemunhá-lo com coragem. São João Batista interceda por nós, a fim de sabermos conservar sempre o primado de Deus na nossa vida. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 5 de Setembro de 2012

A Oração no Livro do Apocalipse

Queridos irmãos e irmãs,

Hoje, após a interrupção das férias, retomamos as Audiências no Vaticano, continuando naquela «escola da oração» que estou a viver juntamente convosco nestas Catequeses de quarta-feira.

Hoje gostaria de falar sobre a oração no Livro do Apocalipse que, como sabeis, é o último do Novo Testamento. Trata-se de um livro difícil, mas que contém uma grande riqueza. Ele põe-nos em contato com a oração viva e palpitante da assembleia cristã, reunida «no dia do Senhor» (Ap 1, 10): com efeito, esta é a linha de fundo na qual o texto se move.

Um leitor apresenta à assembleia uma mensagem confiada pelo Senhor ao evangelista João. O leitor e a assembleia constituem, por assim dizer, os dois protagonistas do desenvolvimento do livro; a eles, desde o início, são dirigidos votos exultantes: «Bem-aventurados aquele que lê e os que ouvem as palavras desta profecia» (1, 3). Do diálogo constante entre eles nasce uma sinfonia de oração, que se desenvolve com grande variedade de formas, até à conclusão. Ouvindo o leitor que apresenta a mensagem, escutando e observando a assembleia que reage, a sua oração tende a tornar-se nossa.

A primeira parte do Apocalipse (1, 4-3, 22) apresenta, na atitude da assembleia que reza, três fases sucessivas. A primeira (1, 4-8) é constituída por um diálogo que — único caso no Novo Testamento — se realiza entre a assembleia que acaba de se reunir e o leitor, que lhe dirige votos de bênçãos: «Graça e paz vos sejam dadas» (1, 4). O leitor continua, sublinhando a proveniência destes votos: eles derivam da Trindade: do Pai e do Espírito Santo e de Jesus Cristo, unidos na promoção do projeto criativo e salvífico para a humanidade. A assembleia escuta e, quando ouve mencionar Jesus Cristo, tem como que um sobressalto de alegria e responde com entusiasmo, elevando a seguinte prece de louvor: «Àquele que nos ama e que com o seu sangue nos lavou dos nossos pecados e nos fez reis e sacerdotes para Deus, seu Pai, glória e poder para todo o sempre. Amém!» (1, 5b-6). A assembleia, envolvida pelo amor de Cristo, sente-se livre das cadeias do pecado e proclama-se «reino» de Jesus Cristo, que pertence totalmente a Ele. Reconhece a grande missão que com o Batismo lhe foi confiada, de levar ao mundo a presença de Deus. E conclui esta sua celebração de louvor olhando de novo diretamente para Jesus e, com entusiasmo crescente, reconhece «a sua glória e o seu poder» para salvar a humanidade. O «amém» final conclui o hino de louvor a Cristo. Já estes primeiros quatro versículos contêm uma grande riqueza de indicações para nós; dizem-nos que a nossa

oração deve ser antes de tudo escuta de Deus que nos fala. Submergidos por tantas palavras, estamos pouco habituados a ouvir, sobretudo a predispormo-nos interior e exteriormente para o silêncio a fim de estarmos atentos ao que Deus nos quer dizer. Além disso, tais versículos ensinam-nos que a nossa oração, que muitas vezes é só de pedido, antes de tudo deve ser de louvor a Deus pelo seu amor, pelo dom de Jesus Cristo, que nos deu força, esperança e salvação.

Depois, uma nova intervenção do leitor exorta a assembleia, arrebatada pelo amor de Cristo, ao compromisso de captar a sua presença na própria vida. Diz assim: «Ei-lo que vem sobre as nuvens e todos os olhos O verão, até mesmo os que O trespassaram; todas as tribos da terra se lamentarão por causa dele» (1, 7a). Depois de ter subido ao Céu numa «nuvem», símbolo da transcendência (cf. At 1, 9), Jesus Cristo voltará do mesmo modo como subiu ao Céu (cf. At 1, 11b). Então, todos os povos o reconhecerão e, como exorta são João no quarto Evangelho, «hão-de olhar para Aquele que trespassaram» (19, 37). Pensarão nos próprios pecados, causa da sua crucifixão e, como aqueles que tinham assistido diretamente a ela no Calvário, «baterão no peito» (cf. Lc 23, 48) pedindo-lhe perdão, para o seguir na vida e preparar assim a comunhão plena com Ele, depois do seu retorno final. A assembleia medita sobre esta mensagem e diz: «Sim. Amém!» (Ap 1, 7b). Exprime com o seu «sim» o pleno acolhimento daquilo que lhe é comunicado e pede que isto possa tornar-se verdadeiramente realidade. É a oração da assembleia, que medita sobre o amor de Deus manifestado de modo supremo na Cruz e pede para viver com a coerência dos discípulos de Cristo. Eis a resposta de Deus: «Eu sou o Alfa e Ómega, diz o Senhor Deus, o que é, que era e que há-de vir, o Todo-Poderoso!» (1, 8). Deus, que se revela como o início e a conclusão da história, acolhe e toma a peito o pedido da assembleia. Ele estava, está e estará presente e ativo com o seu amor nas vicissitudes humanas, no presente, no futuro, assim como no passado, até alcançar a meta final. Esta é a promessa de Deus. E aqui encontramos mais um elemento importante: a oração constante desperta em nós o sentido da presença do Senhor na nossa vida e na história, e é a sua presença que nos sustêm, nos guia e nos dá uma grande esperança, inclusive no meio da obscuridade de certas vicissitudes humanas; além disso, qualquer oração, mesmo a que é feita na solidão mais radical, nunca é um isolar-se nem estéril, mas é a linfa vital para alimentar uma existência cristã cada vez mais comprometida e coerente.

A segunda fase da oração da assembleia (cf. 1, 9-22) aprofunda ulteriormente a relação com Jesus Cristo: o Senhor mostra-se, fala e age, e a comunidade, cada vez mais próxima dele, ouve, reage e acolhe. Na mensagem apresentada pelo leitor, são João narra uma sua experiência pessoal de encontro com Cristo: está na ilha de Patmos por causa da «palavra de Deus e do

testemunho de Jesus» (1, 9) e é o «dia do Senhor» (1, 10a), domingo, no qual se celebra a Ressurreição. E são João é «arrebatado pelo Espírito» (1, 10a). O Espírito Santo impregna-o e renova-o, dilatando a sua capacidade de acolher Jesus, que o convida a escrever. A oração da assembleia que escuta assume gradualmente uma atitude contemplativa ritmada pelos verbos «vê», «olha»: ou seja, contempla o que o leitor lhe propõe, interiorizando-o e fazendo-o seu.

João ouve «uma grande voz, como de trombeta» (1, 10b): a voz impõe-lhe que transmita uma mensagem «às sete Igrejas» (1, 11) que se encontram na Ásia Menor e, através delas, a todas as Igrejas de todos os tempos, juntamente com os seus Pastores. A expressão «voz... de trombeta», tirada do livro do Êxodo (cf. 20, 18), evoca a manifestação divina a Moisés no monte Sinai e indica a voz de Deus, que fala do seu Céu, da sua transcendência. Nele é atribuída a Jesus Cristo Ressuscitado, que da glória do Pai fala, com a voz de Deus, à assembleia reunida em oração. Virando-se «para ver a voz» (cf. 1, 12), João avista «sete castiçais de outro e, no meio dos sete castiçais, alguém semelhante a um Filho de homem» (1, 12-13), termo particularmente familiar a João, que indica o próprio Jesus. Os castiçais de ouro, com as suas velas acesas, indicam a Igreja de todos os tempos, em atitude de oração na Liturgia: Jesus Ressuscitado, o «Filho do homem», encontra-se no meio dela e, revestido com os paramentos do sumo sacerdote do Antigo Testamento, desempenha a função sacerdotal de mediador junto do Pai. Na mensagem simbólica de João, segue-se uma manifestação luminosa de Cristo Ressuscitado, com as características próprias de Deus, que se repetem no Antigo Testamento. Fala-se dos «cabelos... brancos, como lã branca, como neve» (1, 14), símbolo da eternidade de Deus (cf. Dn 7, 9) e da Ressurreição. Um segundo símbolo é o do fogo que, no Antigo Testamento, é frequentemente referido a Deus para indicar duas propriedades. A primeira é a intensidade ciosa do seu amor, que anima a sua aliança com o homem (cf. Dt 4, 24). E é esta mesma intensidade ardente do amor que se lê no olhar de Jesus Ressuscitado: «os seus olhos eram como uma chama de fogo» (Ap 1, 14a). A segunda é a capacidade constante de vencer o mal como um «fogo devorador» (Dt 9, 3). Assim também «os pés» de Jesus, a caminho para enfrentar e destruir o mal, têm a incandescência do «bronze resplandecente» (Ap 1, 15). Além disso a voz de Jesus Cristo, «como o ruído de águas caudalosas» (1, 15c), tem o barulho impressionante «da glória do Deus de Israel» que se move rumo a Jerusalém, da qual fala o profeta Ezequiel (cf. 43, 2). Seguem-se ainda três elementos simbólicos que demonstram quanto Jesus Ressuscitado está a realizar pela sua Igreja: tem-na firmemente na sua mão direita — uma imagem muito importante: Jesus tem a Igreja na sua mão — fala-lhe com a força penetrante de uma espada afiada e mostra-lhe o esplendor da sua divindade: «o seu rosto era como

o sol quando resplandece em toda a sua força» (Ap 1, 16). João está tão envolvido nesta experiência maravilhosa do Ressuscitado, que desfalece e cai como morto.

Depois desta experiência de revelação, o apóstolo tem à sua frente o Senhor Jesus que fala com ele, o tranquiliza, põe uma mão sobre a sua cabeça, revela-lhe a sua identidade de Crucificado Ressuscitado e confia-lhe o cargo de transmitir a sua mensagem às Igrejas (cf. Ap 1, 17-18). É bom este Deus, diante do qual ele desfalece e cai como morto. É o amigo da vida e põe a mão sobre a sua cabeça. E será assim também para nós: somos amigos de Jesus. Depois, a revelação do Deus Ressuscitado, do Cristo Ressuscitado, não será tremenda, mas será o encontro com o amigo. Também a assembleia vive com João o momento particular de luz diante do Senhor, mas unido à experiência do encontro quotidiano com Jesus, sentindo a riqueza do contato com o Senhor, que preenche todos os espaços da existência.

Na terceira e última fase da primeira parte do Apocalipse (cf. 2-3), o leitor propõe à assembleia uma mensagem septiforme na qual Jesus fala em primeira pessoa. Dirigido a sete Igrejas situadas na Ásia Menor, ao redor de Éfeso, o discurso de Jesus começa a partir da situação particular de cada uma das Igrejas, para depois se ampliar às Igrejas de todos os tempos. Jesus entra imediatamente no fulcro da situação de cada Igreja, evidenciando as suas luzes e sombras e dirigindo-lhe um convite urgente: «Arrepende-te» (2, 5.16; 3, 19c); «Conserva o que tens» (3, 11); «pratica as obras de outrora» (2, 5); «Sê, pois, zeloso e arrepende-te» (3, 19b)... Se for ouvida com fé, esta palavra de Jesus começa a ser imediatamente eficaz: acolhendo a Palavra do Senhor, a Igreja em oração é transformada. Todas as Igrejas devem pôr-se à escuta do Senhor, abrindo-se ao Espírito como Jesus pede com insistência, repetindo esta ordem sete vezes: «Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às Igrejas» (2, 7.11.17.29; 3, 6.13.22). A assembleia ouve a mensagem, recebendo um estímulo para o arrependimento, a conversão, a perseverança, o crescimento no amor e a orientação para o caminho.

Estimados amigos, o Apocalipse apresenta-nos uma comunidade congregada em oração, porque é precisamente na oração que sentimos cada vez mais a presença de Jesus conosco e em nós. Quanto mais e melhor orarmos com constância e intensidade, tanto mais nos assemelharemos a Ele, e Ele entrará verdadeiramente na nossa vida e guiá-la-á, dando-lhe alegria e paz. E quanto mais conhecermos, amarmos e seguirmos Jesus, tanto mais sentiremos a necessidade de nos determos em oração com Ele, recebendo serenidade, esperança e força na nossa vida. Obrigado pela atenção!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 12 de Setembro de 2012

A Oração no Livro do Apocalipse (2)

Prezados irmãos e irmãs!

Na quarta-feira passada falei sobre a oração na primeira parte do Apocalipse, e hoje passemos à segunda parte do Livro, e enquanto na primeira parte a oração está orientada para o interior da vida eclesial, na segunda a atenção dirige-se para o mundo inteiro; com efeito, a Igreja caminha na história, faz parte dela segundo o desígnio de Deus. A assembleia que, ouvindo a mensagem de João apresentada pelo leitor, redescobriu a própria tarefa de colaborar para o desenvolvimento do Reino de Deus como «sacerdotes de Deus e de Cristo» (Ap 20, 6; cf. 1, 5; 5, 10), e abre-se para o mundo dos homens. E aqui sobressaem dois modos de viver em relação dialética entre si: o primeiro poderíamos defini-lo o «sistema de Cristo», ao qual a assembleia está feliz por pertencer, e o segundo o «sistema terrestre anti-Reino e anti-aliança, posto em ato pelo influxo do Maligno» que, enganando os homens, quer realizar um mundo oposto àquele desejado por Cristo e por Deus (cf. Pontifícia Comissão Bíblica, Bíblia e Moral. Raízes bíblicas do agir cristão, 70). Então, a assembleia deve saber ler em profundidade a história que está a viver, aprendendo a discernir com a fé os acontecimentos para colaborar, com a sua ação, para o desenvolvimento do Reino de Deus. E esta obra de leitura e de discernimento, assim como de ação, está ligada à oração.

Antes de tudo, depois do apelo insistente de Cristo que, na primeira parte do Apocalipse, disse sete vezes: «Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz à Igreja» (cf. Ap 2, 7.11.17.29; 3, 6.13.22), a assembleia é convidada a subir ao Céu a fim de olhar para a realidade com os olhos de Deus; e aqui voltamos a encontrar três símbolos, pontos de referência a partir dos quais recomeçar para ler a história: o trono de Deus, o Cordeiro e o Livro (cf. Ap 4, 1 – 5, 14). O primeiro símbolo é o trono, sobre o qual está sentada uma personagem que João não descreve, porque ultrapassa qualquer representação humana; só pode mencionar o sentido de beleza e alegria que sente, encontrando-se diante dela. Esta personagem misteriosa é Deus, Deus Todo-Poderoso que não permaneceu fechado no seu Céu, mas que se fez próximo do homem, entrando em aliança com ele; Deus que faz ouvir na história, de modo misterioso mas real, a sua voz simbolizada pelos relâmpagos e pelos trovões. Há vários elementos que aparecem ao redor do trono de Deus, como os vinte e quatro anciãos e os quatro seres vivos, que louvam incessantemente o único Senhor da história.

Portanto, o primeiro símbolo é o trono. O segundo símbolo é o livro, que contém o plano de Deus sobre os acontecimentos e sobre os homens; está fechado hermeticamente com sete se-

los, e ninguém é capaz de o ler. Diante desta incapacidade do homem de perscrutar o desígnio de Deus, João sente uma tristeza profunda que o leva ao pranto. Mas existe um remédio para a confusão do homem perante o mistério da história: alguém é capaz de abrir o livro e de o iluminar.

E aqui aparece o terceiro símbolo: Cristo, o Cordeiro imolado no Sacrifício da Cruz, mas que está de pé, sinal da sua Ressurreição. E é precisamente o Cordeiro, Cristo morto e ressuscitado que, progressivamente, abre os selos e revela o plano de Deus, o sentido profundo da história.

O que dizem estes símbolos? Eles recordam-nos que é o caminho para saber ler os acontecimentos da história e da nossa própria vida. Elevando o olhar para o Céu de Deus, na relação constante com Cristo, abrindo-lhe o nosso coração e a nossa mente na oração pessoal e comunitária, nós aprendemos a ver a realidade de modo novo e a captar o seu sentido mais verdadeiro. A oração é como uma janela aberta, que nos permite manter o olhar voltado para Deus, não apenas para nos recordarmos da meta rumo à qual nos dirigimos, mas também para deixar que a vontade de Deus ilumine o nosso caminho terreno e nos ajude a vivê-lo com intensidade e empenhamento.

De que modo orienta o Senhor a comunidade cristã para uma leitura mais profunda da história? Antes de tudo, convidando-a a considerar com realismo o presente que estamos a viver. Então, o Cordeiro abre os primeiros quatro selos do livro e a Igreja vê o mundo na qual está inserida, um mundo onde existem vários elementos negativos. Existem os males que o homem realiza, como a violência, que nasce do desejo de possuir, de prevalecer uns sobre os outros, a ponto de chegar a matá-los (segundo selo); ou então a injustiça, porque os homens não respeitam as leis que se atribuíram a si mesmos (terceiro selo). A eles acrescentam-se os males que o homem deve padecer, como a morte, a fome e a doença (quarto selo). Diante destas realidades, muitas vezes dramáticas, a comunidade eclesial é convidada a nunca perder a esperança, a crer firmemente que a onipotência aparente do Maligno se confronta com a verdadeira onipotência, que é a de Deus. E o primeiro selo que o Cordeiro abre contém precisamente esta mensagem. João narra: «Vi então aparecer um cavalo branco. O seu cavaleiro tinha um arco; foi-lhe dada uma coroa e ele partiu como vencedor para voltar a vencer» (Ap 6, 2). Na história do homem entrou a força de Deus, que não é capaz só de equilibrar o mal, mas até de o derrotar; a cor branca evoca a Ressurreição: Deus tornou-se tão próximo, a ponto de descer à obscuridade da morte para a iluminar com o esplendor da sua vida divina; assumiu sobre si o mal do mundo para o purificar com o fogo do seu amor.

Como crescer nesta leitura cristã da realidade? O Apocalipse diz-nos que a oração alimenta em cada um de nós e nas nossas comunidades esta visão de luz e de esperança profunda: convida-nos a não nos deixarmos vencer pelo mal, mas a vencer o mal com o bem, a olhar para Cristo Crucificado e Ressuscitado que nos associa à sua vitória. A Igreja vive na história, não se fecha em si mesma, mas enfrenta com coragem o seu caminho no meio das dificuldades e dos sofrimentos, afirmando com força que, em definitivo, o mal não vence o bem, a escuridão não ofusca o esplendor de Deus. Este é um ponto importante para nós; como cristãos, nunca podemos ser pessimistas; sabemos bem que no caminho da nossa vida encontramos muitas vezes violência, mentira, ódio e perseguição, mas isto não nos desanima. Sobretudo, a oração educa-nos a ver os sinais de Deus, a sua presença e ação, aliás, a sermos nós mesmos luzes de bem, que difundem esperança e indicam que a vitória é de Deus.

Esta perspectiva leva a elevar a Deus e ao Cordeiro a ação de graças e o louvor: os vinte e quatro anciãos e os quatro seres vivos entoam juntos o «cântico novo» que celebra a obra de Cristo Cordeiro que «renovará todas as coisas» (Ap 21, 5). Mas esta renovação é antes de tudo um dom a pedir. E encontramos mais um elemento que deve caracterizar a oração: invocar do Senhor com insistência que o seu Reino venha, que o homem tenha o coração dócil ao senhorio de Deus, que seja a sua vontade a orientar a nossa vida e a do mundo. Segundo a visão do Apocalipse, esta oração de súplica é representada por um pormenor importante: «os vinte e quatro anciãos» e «os quatro seres vivos» têm na mão, juntamente com a cítara que acompanha o seu cântico, também «taças de ouro cheias de perfume» (5, 8a) que, como se explica, «são as orações dos santos» (5, 8b), ou seja, daqueles que já alcançaram Deus, mas também de todos nós que nos encontramos a caminho. E vemos que diante do trono de Deus, um anjo tem na sua mão um turíbulo de ouro no qual põe continuamente os grãos de incenso, isto é, as nossas orações, cujo aroma suave é oferecido juntamente com as preces que se elevam na presença de Deus (cf. Ap 8, 1-4). É um simbolismo que nos diz como todas as nossas orações — com todos os limites, o cansaço, a pobreza, a aridez e as imperfeições que podem ter — são como que purificadas e alcançam o Coração de Deus. Ou seja, devemos estar persuadidos de que não existem orações supérfluas, inúteis; nenhuma se perde. E elas encontram resposta, embora às vezes misteriosa, porque Deus é Amor e Misericórdia infinita. O anjo — escreve João — «tomou o turíbulo, encheu-o de brasas do altar e lançou-o por terra; e houve trovões, vozes, relâmpagos e tremores de terra» (Ap 8, 5). Esta imagem significa que Deus não é insensível às nossas súplicas, intervém e faz sentir o seu poder e ouvir a sua voz na terra, faz tremer e altera o sistema do Maligno. Muitas vezes, diante do mal temos a sensação de nada podemos fazer, mas é precisamente a nossa oração a resposta primeira e mais eficaz que

podemos oferecer e que torna mais forte o nosso compromisso quotidiano na difusão do bem. O poder de Deus torna fecunda a nossa debilidade (cf. Rm 8, 26-27).

Gostaria de concluir com algumas referências ao diálogo final (cf. Ap 22, 6-21). Jesus repete várias vezes: «Eis que em breve virei» (Ap 22, 7.12). Esta afirmação não indica somente a perspectiva futura no fim dos tempos, mas também a presente: Jesus vem, faz a sua morada em quem crê nele e o acolhe. Então, a assembleia guiada pelo Espírito Santo reitera a Jesus o convite urgente a tornar-se cada vez mais próximo: «Vem» (Ap 22, 17a). É como a «esposa» (22, 17) que aspira ardentemente à plenitude da nupcialidade. Pela terceira vez recorre a invocação: «Amém. Vem, Senhor Jesus!» (22, 20b); e o leitor conclui com uma expressão que manifesta o sentido desta presença: «A graça do Senhor Jesus esteja com todos» (22, 21).

Apesar da complexidade dos seus símbolos, o Apocalipse envolve-nos numa oração muito intensa, pelo que também nós ouvimos, louvamos, damos graças e contemplamos o Senhor, pedindo-lhe perdão. A sua estrutura de grande prece litúrgica comunitária é também uma vigorosa exortação a redescobrir o ímpeto extraordinário e transformador da Eucaristia; em particular, gostaria de repetir o convite a serdes fiéis à Santa Missa dominical, no Dia do Senhor, Domingo, verdadeiro centro da semana! A riqueza da oração no Apocalipse faz-nos pensar num diamante, que tem uma série fascinante de lapidações, mas cuja preciosidade reside na pureza do único núcleo fulcral. Assim, as formas sugestivas de oração que encontramos no Apocalipse fazem brilhar a preciosidade singular e indizível de Jesus Cristo. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 19 de Setembro de 2012

Viagem Apostólica ao Líbano

Amados irmãos e irmãs,

Hoje, gostaria de voltar brevemente, com o pensamento e com o coração, aos dias extraordinários da Viagem apostólica que realizei ao Líbano. Uma Viagem que quis fortemente, não obstante as circunstâncias difíceis, considerando que um pai deve estar sempre ao lado dos seus filhos, quando enfrentam graves problemas. Fui impelido pelo profundo desejo de anunciar a paz, que o Senhor ressuscitado deixou aos seus discípulos, com as palavras: «Dou-vos a minha paz» (Jo 14, 27). Esta minha Viagem tinha como finalidade principal a assinatura e a entrega da Exortação Apostólica pós-sinodal *Ecclesia in Medio Oriente* aos representantes das Comunidades católicas do Médio Oriente, assim como às demais Igrejas e Comunidades eclesiais, e inclusive aos Chefes muçulmanos.

Foi um acontecimento eclesial comovedor e, ao mesmo tempo, uma pró-vida ocasião de diálogo, vivida num país complexo mas emblemático para toda a região, devido à sua tradição de convivência e de colaboração diligente entre os diversos componentes religiosos e sociais. Diante dos sofrimentos e dos dramas que subsistem naquela região do Médio Oriente, manifestei a minha sentida proximidade às aspirações legítimas daquelas amadas populações, transmitindo-lhes uma mensagem de encorajamento e de paz. Penso de maneira particular no conflito terrível que atormenta a Síria causando, além de milhares de mortos, um fluxo de refugiados que se disperdem na região em busca desesperada de segurança e futuro; e não esqueço a situação difícil do Iraque. Durante a minha Visita, a população do Líbano e do Médio Oriente — católicos, representantes das outras Igrejas e Comunidades eclesiais e das diversas Comunidades muçulmanas — viveu, com entusiasmo e num clima descontraído e construtivo, uma importante experiência de respeito recíproco, de compreensão e de fraternidade, que constitui um vigoroso sinal de esperança para toda a humanidade. Mas é sobretudo o encontro com os fiéis católicos do Líbano e do Médio Oriente, presentes aos milhares, que suscitou na minha alma um sentimento de profunda gratidão pelo fervor da sua fé e do seu testemunho.

Dou graças ao Senhor por esta dádiva preciosa, que infunde esperança para o futuro da Igreja naqueles territórios: jovens, adultos e famílias animados pelo desejo tenaz de arraigar a sua vida em Cristo, permanecer ancorados no Evangelho e caminhar juntos na Igreja. Renovo o meu reconhecimento inclusive a quantos trabalharam incansavelmente para esta minha Visita: os Patriarcas e os Bispos do Líbano com os seus colaboradores, a Secretaria Geral do Sínodo

dos Bispos, as pessoas consagradas e os fiéis leigos, que são uma realidade preciosa e significativa na sociedade libanesa. Pude constatar pessoalmente que as Comunidades católicas libanesas, mediante a sua presença bimilenária e o seu compromisso cheio de esperança, oferecem uma significativa e inestimável contribuição à vida quotidiana de todos os habitantes do país. Dirijo um pensamento grato e deferente às Autoridades libanesas, às instituições e às associações, aos voluntários e àqueles que ofereceram a ajuda da oração. Não posso esquecer a hospitalidade cordial que recebi da parte do Presidente da República, Senhor Michel Sleiman, assim como dos vários componentes do país e da população: foi um acolhimento caloroso, segundo a célebre hospitalidade libanesa. Os muçulmanos receberam-me com grande respeito e consideração sincera; a sua presença constante e partícipe permitiu-me deixar uma mensagem de diálogo e de colaboração entre Cristianismo e Islão: parece-me que chegou o momento de darmos juntos um testemunho sincero e decidido contra as divisões, a violência e as guerras. Os católicos, provenientes também dos países limítrofes, manifestaram com fervor a sua profunda afeição ao Sucessor de Pedro.

Após a bonita cerimónia, à minha chegada ao aeroporto de Beirute, o primeiro encontro foi particularmente solene: a assinatura da Exortação Apostólica pós-sinodal *Ecclesia in Medio Oriente*, na Basílica greco-melquita de São Paulo, em Harissa. Naquela circunstância, convidei os católicos médio-orientais a fixarem o olhar em Cristo crucificado, para encontrar a força, até em contextos difíceis e dolorosos, de celebrar a vitória do amor sobre o ódio, do perdão sobre a vingança e da unidade sobre a divisão. Assegurei a todos que a Igreja universal está mais próxima do que nunca, com o afeto e a oração, das Igrejas no Médio Oriente: não obstante sejam um «pequeno rebanho», elas não devem ter medo, na certeza de que o Senhor está sempre com elas. O Papa não as esquece.

No segundo dia da minha Viagem apostólica encontrei-me com os representantes das Instituições da República e do mundo da cultura, do Corpo diplomático e dos Chefes religiosos. Indiquei-lhes, entre outras coisas, um caminho a percorrer para favorecer um futuro de paz e de solidariedade: trata-se de trabalhar, a fim de que as diferenças culturais, sociais e religiosas levem a uma renovada fraternidade, onde o que une é o sentido compartilhado da grandeza e da dignidade de cada pessoa, cuja vida deve ser sempre defendida e tutelada. Nesse mesmo dia tive um encontro com os Chefes das Comunidades religiosas muçulmanas, que se realizou num espírito de diálogo e de benevolência recíproca. Dou graças a Deus por este encontro. O mundo de hoje tem necessidade de sinais claros e fortes de diálogo e de colaboração, e disto o Líbano foi e deve continuar a ser um exemplo para os países árabes e para o resto do mundo.

Na parte da tarde, na residência do Patriarca maronita, fui acolhido pelo entusiasmo irreprimível de milhares de jovens libaneses e dos países circunvizinhos, que deram vida a um momento de festa e de oração, o qual permanecerá inesquecível no coração de muitos. Ressaltei o privilégio que têm por viver naquela parte do mundo que viu Jesus, morto e ressuscitado para a nossa salvação, e o desenvolvimento do Cristianismo, exortando-os à fidelidade e ao amor pela sua terra, não obstante as dificuldades causadas pela falta de estabilidade e de segurança. Além disso, encorajei-os a permanecer firmes na fé, confiantes em Cristo, fonte da nossa alegria, e a aprofundar a relação pessoal com Ele na oração, assim como a abrir-se aos grandes ideais da vida, da família, da amizade e da solidariedade. Vendo jovens cristãos e muçulmanos festejarem em grande harmonia, estimulei-os a construir juntos o futuro do Líbano e do Médio Oriente, e a opor-se juntos à violência e à guerra. A concórdia e a reconciliação devem ser mais fortes que os impulsos de morte.

Na manhã de domingo teve lugar o momento muito intenso e participado da Santa Missa, no City Center Waterfront de Beirute, acompanhada por cânticos sugestivos que caracterizaram inclusive as demais celebrações. Na presença de numerosos Bispos e de uma grande multidão de fiéis, provenientes de todas as regiões do Médio Oriente, desejei exortar todos a viver a fé e a testemunhá-la sem medo, na consciência de que a vocação do cristão e da Igreja consiste em anunciar o Evangelho a todos, sem distinção, segundo o exemplo de Jesus. Num contexto caracterizado por conflitos duros, chamei a atenção para a necessidade de servir a paz e a justiça, tornando-se instrumentos de reconciliação e construtores de comunhão. No final da Celebração eucarística tive a alegria de entregar a Exortação Apostólica, que reúne as conclusões da Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos, dedicada ao Médio Oriente. Através dos Patriarcas e dos Bispos orientais e latinos, dos sacerdotes, dos consagrados e dos leigos, este Documento quer alcançar todos os fiéis daquela querida região, para os sustentar na fé e na comunhão, e para os impelir pelo caminho da tão almejada nova evangelização. À tarde, na sede do Patriarcado sírio-católico, tive em seguida a alegria de participar num fraterno encontro ecumênico com os Patriarcas ortodoxos e ortodoxos orientais, e com os representantes daquelas Igrejas, assim como das Comunidades eclesiais.

Caros amigos, os dias transcorridos no Líbano foram uma maravilhosa manifestação de fé e de religiosidade intensa, bem como um sinal profético de paz. A multidão de fiéis, provenientes de todo o Médio Oriente, teve a oportunidade de meditar, dialogar e principalmente rezar em conjunto, renovando o compromisso de enraizar a própria vida em Cristo. Estou persuadido de que o povo libanês, na sua composição religiosa e social multifacetada mas bem amalgamada, saberá testemunhar com um novo impulso a paz verdadeira, que nasce da confiança

em Deus. Faço votos a fim de que as várias mensagens de paz e de estima, que eu quis transmitir, possam ajudar os governantes da Região a dar passos decisivos rumo à paz e a uma compreensão mais perfeita das relações entre cristãos e muçulmanos. Por minha vez, continuo a acompanhar aquelas amadas populações com a oração, a fim de que permaneçam fiéis aos compromissos assumidos. À intercessão maternal de Maria, venerada em muitos e antigos santuários libaneses, confio os frutos desta Visita pastoral, assim como os propósitos de bem e as justas aspirações de todo o Médio Oriente. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 26 de Setembro de 2012

Liturgia e Oração

Amados irmãos e irmãs

Nestes meses percorremos um caminho à luz da Palavra de Deus, para aprender a rezar de modo cada vez mais autêntico, inspirando-nos nalgumas grandes figuras do Antigo Testamento, nos Salmos, nas Cartas de São Paulo e no Apocalipse, mas sobretudo considerando a experiência singular e fundamental de Jesus, na sua relação com o Pai celestial. Na realidade, só em Cristo o homem se torna capaz de se unir a Deus com a profundidade e a intimidade de um filho em relação a um pai que o ama, só nele nós podemos dirigir-nos em toda a verdade a Deus, chamando-lhe carinhosamente: «*Abbá*! Pai!». Como os Apóstolos, também nós repetimos nestas semanas e repetimos a Jesus hoje: «Senhor, ensina-nos a rezar» (Lc 11, 1).

Além disso, para aprender a viver ainda mais intensamente a relação pessoal com Deus, aprendemos a invocar o Espírito Santo, primeiro dom do Ressuscitado aos crentes, porque é Ele que «vem em auxílio da nossa fraqueza; porque não sabemos o que devemos pedir, nem orar como convém» (Rm 8, 26), diz são Paulo, e sabemos que Ele tem razão.

Nesta altura, depois de uma longa série de catequeses sobre a oração na Escritura, podemos perguntar-nos: como posso deixar-me formar pelo Espírito Santo e assim tornar-me capaz de entrar na atmosfera de Deus, de orar com Deus? Qual é esta escola na qual Ele me ensina a rezar, vem em ajuda da minha dificuldade de me dirigir de modo justo a Deus? A primeira escola para a oração — vimo-lo nestas semanas — é a Palavra de Deus, a Sagrada Escritura. A Sagrada Escritura é um diálogo permanente entre Deus e o homem, um diálogo progressivo no qual Deus se mostra cada vez mais perto, no qual podemos conhecer sempre melhor a sua face, a sua voz e o seu ser; e o homem aprende a aceitar que conhece Deus, a falar com Deus. Portanto nestas semanas, lendo a Sagrada Escritura, procuramos aprender como podemos entrar em contato com Deus a partir da Escritura, deste diálogo permanente.

Existe outro «espaço» precioso, mais uma «fonte» inestimável para crescer na oração, uma nascente de água viva em relação estreitíssima com a precedente. Refiro-me à liturgia, que constitui um âmbito privilegiado no qual Deus fala a cada um de nós, aqui e agora, e espera a nossa resposta.

O que é a liturgia? Se abrirmos o Catecismo da Igreja Católica — subsídio sempre precioso, e diria indispensável — poderemos ler que originariamente a palavra «liturgia» significa «serviço por parte do povo a favor do povo» (n. 1.069). Se a teologia cristão tomou este vocábulo do mundo grego, fê-lo obviamente pensando no novo Povo de Deus nascido de Cristo, que

abriu os seus braços na Cruz para unir os homens na paz do único Deus. «Serviço a favor do povo», um povo que não existe sozinho, mas que se formou graças ao Mistério pascal de Jesus Cristo. Com efeito, o Povo de Deus não existe por laços de sangue, de território, de nação, mas nasce sempre da obra do Filho de Deus e da comunhão com o Pai, que Ele nos obtém.

Além disso, o Catecismo indica que «na tradição cristã (a palavra «liturgia») quer dizer que o Povo de Deus toma parte na "obra de Deus"» (n. 1069), uma vez que o Povo de Deus como tal só existe por obra de Deus.

Foi o que nos recordou o próprio desenvolvimento do Concílio Vaticano II, que começou os seus trabalhos, há cinquenta anos, com o debate acerca do esquema da sagrada liturgia, depois aprovado solenemente, a 4 de Dezembro de 1963, o primeiro texto aprovado pelo Concílio. Que o documento sobre a liturgia tenha sido o primeiro resultado da Assembleia conciliar, talvez alguns o tenham considerado um caso. Entre muitos planos, o texto sobre a sagrada liturgia parecia ser o menos controverso e, precisamente por isso, capaz de constituir uma espécie de exercício para aprender a metodologia do trabalho conciliar. Mas sem qualquer dúvida, aquilo que à primeira vista pode parecer um caso, demonstrou-se a escolha mais justa, também a partir da hierarquia dos temas e das tarefas mais importantes da Igreja. Com efeito, começando com o tema da «liturgia» o Concílio ressaltou de maneira muito clara o primado de Deus, a sua prioridade absoluta. Antes de tudo, Deus: é precisamente isto que nos diz a escolha conciliar de começar a partir da liturgia. Onde o olhar sobre Deus não é determinante, todas as outras realidades perdem a sua orientação. O critério fundamental para a liturgia é a sua orientação para Deus, para poder assim participar na sua própria obra.

Mas podemos perguntar-nos: qual é esta obra de Deus, na qual somos chamados a participar? Aparentemente, a resposta que nos oferece a Constituição conciliar sobre a sagrada liturgia é dupla. Com efeito, no número 5 indica-nos que a obra de Deus são as suas gestas históricas, que nos trazem a salvação, que culminaram na Morte e Ressurreição de Jesus Cristo; mas no número 7, a mesma Constituição define precisamente a celebração da liturgia como «obra de Cristo». Na realidade, estes dois significados estão inseparavelmente interligados. Se nos perguntarmos quem salva o mundo e o homem, a única resposta é: Jesus de Nazaré, Senhor e Cristo, crucificado e ressuscitado. E onde se torna atual para nós, para mim hoje, o Mistério da Morte e Ressurreição de Cristo, que traz a salvação? A resposta é: na obra de Cristo através da Igreja, na liturgia, em particular no Sacramento da Eucaristia, que torna presente a oferta sacrifical do Filho de Deus, que nos redimiu; no Sacramento da Reconciliação, no qual se passa da morte do pecado para a vida nova; e nos outros atos sacramentais que nos santifi-

cam (cf. Presbyterorum ordinis, 5). Assim, o Mistério pascal da Morte e Ressurreição de Cristo constitui o âmago da teologia litúrgica do Concílio.

Demos mais um passo em frente e interroguemo-nos: de que modo se torna possível esta atualização do Mistério pascal de Cristo? O Beato Papa João Paulo II, 25 anos após a Constituição *Sacrosanctum concilium*, escreveu: «Para atualizar o seu Mistério pascal, Cristo está sempre presente na sua Igreja, sobretudo nos atos litúrgicos. Por conseguinte, a liturgia é o lugar privilegiado do encontro dos cristãos com Deus e com aquele que Ele enviou, Jesus Cristo (cf. Jo 17, 3)» (Vicesimus quintus annus, n. 7). Na mesma linha, no Catecismo da Igreja Católica lemos assim: «Cada celebração sacramental é um encontro dos filhos de Deus com o seu Pai, em Cristo e no Espírito Santo. Tal encontro exprime-se como um diálogo, através de ações e de palavras» (n. 1.153). Portanto, a primeira exigência para uma boa celebração litúrgica é que seja oração, diálogo com Deus, antes de tudo escuta e depois resposta. Na sua «Regra», falando sobre a oração dos Salmos, são Bento indica aos monges: *mens concordet voci*, «a mente concorde com a voz». O santo ensina que na oração dos Salmos as palavras devem preceder a nossa mente. Geralmente não acontece assim; antes, devemos pensar e depois aquilo que pensamos transforma-se em palavra. Mas na liturgia, contrariamente, é a palavra que precede. Deus concedeu-nos a palavra e a sagrada liturgia oferece-nos as palavras; nós devemos entrar nas palavras, no seu significado, acolhê-las em nós, pondo-nos em sintonia com estas palavras; é assim que nos tornamos filhos de Deus, semelhantes a Deus. Como recorda a *Sacrosanctum concilium*, para garantir a plena eficácia da celebração «é necessário, porém, que os fiéis celebrem a Liturgia com retidão de espírito, unam a sua mente às palavras que pronunciam, cooperem com a graça de Deus, para não acontecer de a receberem em vão» (n. 11). Elemento fundamental e primário do diálogo com Deus na liturgia é a concordância entre o que pronunciamos com os lábios e aquilo que trazemos no coração. Entrando nas palavras da grande história da oração, nós mesmos somos conformados com o espírito destas palavras, tornando-nos capazes de falar com Deus.

Nesta linha, gostaria de referir-me unicamente a um dos momentos que, durante a própria liturgia, nos chama e nos ajuda a encontrar tal concordância, este conformar-nos com o que ouvimos, dizemos e realizamos na celebração da liturgia. Refiro-me ao convite que formula o Celebrante antes da Prece eucarística: « Sursum corda », elevemos os nossos corações, para fora do enredo das nossas preocupações, dos nossos desejos, das nossas angústias e da nossa distração. O nosso coração, o íntimo de nós mesmos, deve abrir-se docilmente à Palavra de Deus e recolher-se na oração da Igreja, a fim de receber a sua orientação para Deus das pró-

prias palavras que ela ouve e pronuncia. O olhar do coração deve dirigir-se ao Senhor, que se encontra no meio de nós: é uma disposição fundamental.

Quando vivemos a liturgia com esta atitude de base, o nosso coração é como que subtraído à força de gravidade, que o atrai para baixo, e eleva-se interiormente para o alto, para a verdade, para o amor, para Deus. Como recorda o Catecismo da Igreja Católica: «A missão de Cristo e do Espírito Santo que, na liturgia sacramental da Igreja anuncia, atualiza e comunica o mistério da salvação, prossegue no coração de quem ora. Os Padres espirituais comparam, por vezes, o coração a um altar» (n. 2.655): *altare Dei est cor nostrum*!

Caros amigos, só celebramos e vivemos bem a liturgia, se permanecermos em atitude orante, e não se quisermos «realizar algo», fazer-nos ver ou agir, mas se orientarmos o nosso coração para Deus e estivermos em atitude de oração, unindo-nos ao Mistério de Cristo e ao seu diálogo de Filho com o Pai. É o próprio Deus que nos ensina a rezar, afirma são Paulo (cf. Rm 8, 26). Foi Ele mesmo que nos concedeu as palavras adequadas para nos dirigirmos a Ele, palavras que encontramos no Saltério, nas grandiosas preces da sagrada liturgia e na própria Celebração eucarística. Oremos ao Senhor para estarmos cada dia mais conscientes de que a Liturgia é obra de Deus e do homem; oração que brota do Espírito Santo e de nós, inteiramente dirigida para o Pai, em união com o Filho de Deus que se fez homem (cf. Catecismo da Igreja Católica, n. 2.564). Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 3 de Outubro de 2012

A Oração na nossa vida

Queridos irmãos e irmãs,

Na catequese precedente, comecei a falar de uma das fontes privilegiadas da oração cristã: a sagrada liturgia, que — como afirma o Catecismo da Igreja Católica — é «participação na oração de Cristo, dirigida ao Pai no Espírito Santo. Na liturgia, toda a oração cristã encontra a sua fonte e o seu termo» (n. 1.073). Hoje, gostaria que nos interrogássemos: na minha vida, reservo um espaço suficiente à oração e, sobretudo, que lugar ocupa na minha relação com Deus a prece litúrgica, especialmente a Santa Missa, como participação na oração comum do Corpo de Cristo, que é a Igreja?

Ao responder a esta pergunta, devemos recordar antes de tudo que a oração é a relação viva dos filhos de Deus com o seu Pai infinitamente bom, com o seu Filho Jesus Cristo e com o Espírito Santo (cf. ibid., n. 2.565). Portanto, a vida de oração consiste em estarmos habitualmente na presença de Deus e em termos consciência disto, em vivermos em relação com Deus como vivemos os relacionamentos habituais da nossa vida, com os familiares mais queridos, com os amigos verdadeiros; aliás, é a relação com o Senhor que confere luz a todas as outras nossas relações. Esta comunhão de vida com Deus, Uno e Trino, é possível porque por meio do Batismo fomos inseridos em Cristo e, com Ele, começamos a ser um só (cf. Rm 6, 5).

Com efeito, só em Cristo podemos dialogar com Deus Pai como filhos; de outra forma, não é possível, mas em comunhão com o Filho podemos dizer, também nós, como Ele disse: «*Abbá*». Em comunhão com Cristo podemos conhecer Deus como Pai verdadeiro (cf. Mt 11, 27). Por isso, a oração cristã consiste em olhar constantemente e de maneira sempre nova para Cristo, falar com Ele, estar em silêncio com Ele, ouvi-lo, agir e sofrer com Ele. O cristão redescobre a sua identidade autêntica em Cristo, «primogênito entre todas as criaturas», em quem tudo subsiste (cf. Cl 1, 15 ss.). Ao identificar-me com Ele, ao ser um só com Ele, volto a descobrir a minha identidade pessoal, a de verdadeiro filho que olha para Deus como para um Pai cheio de amor.

Mas não esqueçamos: é na Igreja que descobrimos e conhecemos Cristo como Pessoa viva. Ela é o «seu Corpo». Tal corporeidade pode ser compreendida a partir das palavras bíblicas sobre o homem e a mulher: os dois serão uma só carne (cf. Gn 2, 24; Ef 5, 30 ss.; 1 Cor 6, 16 s.). O vínculo inseparável entre Cristo e a Igreja, através da força unificadora do amor, não anula o «tu» e o «eu», mas eleva-os à sua unidade mais profunda. Encontrar a própria identidade em Cristo significa chegar a uma comunhão com Ele, que não me anula, mas eleva-me à

dignidade mais excelsa, a de filho de Deus em Cristo: «A história do amor entre Deus e o homem consiste precisamente no fato de que esta comunhão de vontade cresce em comunhão de pensamento e de sentimento e, assim, o nosso querer e a vontade de Deus coincidem cada vez mais» (Encíclica Deus caritas est, 17). Rezar significa elevar-se à altura de Deus, mediante uma transformação necessária e gradual do nosso próprio ser.

Assim, participando na liturgia, fazemos nossa a linguagem da mãe Igreja, aprendemos a falar nela e por ela. Naturalmente, como eu já disse, isto acontece de maneira gradual, pouco a pouco. Devo imergir-me progressivamente nas palavras da Igreja, com a minha oração, com a minha vida, com o meu sofrimento, com a minha alegria e com o meu pensamento. Trata-se de um caminho que nos transforma.

Então, penso que estas reflexões nos permitem responder à pergunta que fizemos no início: como aprendo a rezar, como cresço na minha oração? Olhando para o modelo que Jesus nos ensinou, o Pai-Nosso, nós vemos que a primeira palavra é «Pai» e a segunda é «nosso». Por conseguinte, a resposta é clara: aprendo a rezar, alimento a minha oração, dirigindo-me a Deus como Pai e orando-com-outros, rezando com a Igreja, aceitando a dádiva das suas palavras, que gradualmente se tornam familiares e ricas de sentido. O diálogo que Deus estabelece com cada um de nós, e nós com Ele, na oração inclui sempre um «com»; não se pode rezar a Deus de modo individualista. Na prece litúrgica, principalmente na Eucaristia, e — formados pela liturgia — em cada oração, não falamos unicamente como indivíduos, mas entramos no «nós» da Igreja que ora. E devemos transformar o nosso «eu», entrando neste «nós».

Gostaria de evocar mais um aspecto importante. No Catecismo da Igreja Católica lemos: «Na liturgia da Nova Aliança, toda a ação litúrgica, especialmente a celebração da Eucaristia e dos sacramentos, é um encontro entre Cristo e a Igreja» (n. 1.097); portanto, quem celebra é o «Cristo total», a Comunidade inteira, o Corpo de Cristo unido à sua Cabeça. Então, a liturgia não constitui uma espécie de «automanifestação» de uma comunidade, mas é, ao contrário, sair do simples «sermos-nós-mesmos», estar fechados em nós próprios, e aceder ao grande banquete, entrar na grandiosa comunidade viva, na qual é o próprio Deus quem nos alimenta. A liturgia comporta a universalidade e este carácter universal deve entrar sempre de novo na consciência de todos. A liturgia cristã é o culto do templo universal, que é Cristo Ressuscitado, cujos braços estão abertos na cruz para atrair todos ao abraço do amor eterno de Deus. É o culto do céu aberto. Nunca é unicamente o evento de uma comunidade individual, com uma sua colocação no tempo e no espaço. É importante que cada cristão se sinta e esteja realmente inserido neste «nós» universal, que oferece o fundamento e o refúgio no «eu», no Corpo de Cristo, que é a Igreja.

Nele, devemos ter presente e aceitar a lógica da encarnação de Deus: Ele fez-se próximo, presente, entrando na história e na natureza humana, tornando-se um de nós. E esta presença continua na Igreja, seu Corpo. Então, a liturgia não é a recordação de acontecimentos passados, mas a presença viva do Mistério pascal de Cristo, que transcende e une os tempos e os espaços. Se na celebração não sobressai a centralidade de Cristo, não teremos a liturgia cristã, totalmente dependente do Senhor e sustentada pela sua presença criadora. Deus age através de Cristo, e nós só podemos agir através dele e nele. Cada dia deve aumentar em nós a convicção de que a liturgia não é um nosso, um meu «fazer», mas é uma obra de Deus em nós e conosco. Portanto, não é o indivíduo — sacerdote ou fiel — ou o grupo que celebra a liturgia, mas ela é primariamente obra de Deus através da Igreja, que tem a sua história, a sua rica tradição e a sua criatividade. Esta universalidade e abertura fundamentais, que são próprias de cada liturgia, constituem um dos motivos pelos quais ela não pode ser idealizada nem modificada por uma comunidade ou por peritos, mas deve ser fiel às formas da Igreja universal.

Até na liturgia da comunidade mais pequenina está sempre presente a Igreja inteira. Por isso, na comunidade litúrgica não existem «estrangeiros». Em cada celebração litúrgica participa juntamente toda a Igreja, céu e terra, Deus e os homens. A liturgia cristã, mesmo se é celebrada num lugar e num espaço concreto, e exprime o «sim» de uma determinada comunidade, é católica por sua natureza, deriva do tudo e leva ao todo, em unidade com o Papa, com os Bispos, com os fiéis de todas as épocas e de todos os lugares. Quanto mais uma celebração for animada por esta consciência, tanto mais fecundamente nela se realizará o sentido autêntico da liturgia.

Caros amigos, a Igreja torna-se visível de muitos modos: no gesto caritativo, nos projetos de missão, no apostolado pessoal que cada cristão deve levar a cabo no seu próprio ambiente. Mas o lugar onde ela é vivida plenamente como Igreja é a liturgia: ela é o ato no qual cremos que Deus entra na nossa realidade e nós o podemos encontrar e tocar. É o ato no qual entramos em contato com Deus: Ele vem a nós, e nós somos iluminados por Ele. Por isso, quando nas reflexões sobre a liturgia focalizamos apenas o modo como a tornar atraente, interessante e bonita, corremos o risco de esquecer o essencial: a liturgia celebra-se para Deus, e não para nós mesmos; é obra sua; Ele é o sujeito; e nós devemos abrir-nos a Ele e deixar-nos guiar por Ele e pelo seu Corpo, que é a Igreja.

Peçamos ao Senhor para aprender a viver cada dia a sagrada liturgia, especialmente a Celebração Eucarística, orando no «nós» da Igreja, que dirige o seu olhar não para si mesma, mas para Deus, e sentindo-nos parte da Igreja viva de todos os lugares e os tempos. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 10 de Outubro de 2012

O Concílio Vaticano II

Queridos irmãos e irmãs,

Estamos na vigília do dia em que celebraremos os cinquenta anos da inauguração do Concílio Ecumênico Vaticano II e o início do Ano da fé. Com esta Catequese, gostaria de começar a meditar — com alguns pensamentos breves — sobre o grande acontecimento eclesial que foi o Concílio, evento do qual fui testemunha direta. Ele, por assim dizer, manifesta-se-nos como um grande afresco, pintado na sua grandiosa multiplicidade e variedade de elementos, sob a guia do Espírito Santo. E como diante de um grande quadro, daquele momento de graça ainda hoje continuamos a receber a riqueza extraordinária, a redescobrir particulares aspectos, fragmentos e elementos.

No limiar do terceiro milênio, o Beato João Paulo II escreveu: «Sinto ainda mais intensamente o dever de indicar o Concílio como a grande graça de que beneficiou a Igreja no século XX: nele se encontra uma bússola segura para nos orientar no caminho do século que começa» (Carta Apost. Novo millennio ineunte, 57). Penso que esta imagem é eloquente. Os documentos do Concílio Vaticano II, sobre os quais é preciso meditar, libertando-os de um excesso de publicações que muitas vezes, em vez de os dar a conhecer, os esconderam, são também para o nosso tempo uma bússola que permite à barca da Igreja fazer-se ao largo, no meio de tempestades ou de ondas calmas e tranquilas, para navegar com segurança e chegar à meta.

Recordo bem aquele período: eu era um jovem professor de teologia fundamental na Universidade de Bonn, e foi o Arcebispo de Colônia, Cardeal Frings, para mim um ponto de referência humano e sacerdotal, que me trouxe consigo a Roma como seu teólogo consultor; depois, fui também nomeado perito conciliar. Para mim foi uma experiência singular: após todo o fervor e entusiasmo da preparação, pude ver uma Igreja viva — quase três mil Padres conciliares de todas as partes do mundo, reunidos sob a guia do Sucessor do Apóstolo Pedro — que se põe na escola do Espírito Santo, o verdadeiro motor do Concílio. Raras vezes na história foi possível como então, quase «tocar» concretamente a universalidade da Igreja num momento da grande realização da missão de levar o Evangelho a todos os tempos e até aos confins da terra. Nestes dias, se virdes as imagens da abertura dessa grande Assembleia, através da televisão ou dos outros meios de comunicação, podereis sentir também vós a alegria, a esperança e o encorajamento que infundiu em todos nós a participação nesse acontecimento de luz, que se irradia até hoje.

Na história da Igreja, como julgo que sabeis, vários Concílios precederam o Vaticano II. Geralmente, estas grandes Assembleias eclesiais foram convocadas para definir elementos fundamentais da fé, sobretudo corrigindo erros que a punham em perigo. Pensemos no Concílio de Niceia, em 325, para contrastar a heresia ariana e confirmar com clareza a divindade de Jesus, Filho Unigênito de Deus Pai; ou no de Éfeso, em 431, que definiu Maria como Mãe de Deus; no de Calcedónia, em 451, que afirmou a única Pessoa de Cristo em duas naturezas, divina e humana. Para chegar mais próximo de nós, temos que mencionar o Concílio de Trento, no século XVI, que esclareceu pontos essenciais da doutrina católica diante da Reforma protestante; ou então o Vaticano i, que começou a meditar sobre várias temáticas, mas só teve o tempo de produzir dois documentos, um sobre o conhecimento de Deus, a revelação, a fé e as relações com a razão, e o outro sobre o primado do Papa e sobre a infalibilidade, porque foi interrompido pela ocupação de Roma em Setembro de 1870.

Se olharmos para o Concílio Ecumênico Vaticano II, veremos que naquele momento do caminho da Igreja não havia particulares erros de fé para corrigir ou condenar, nem questões específicas de doutrina ou de disciplina para esclarecer. Então, pode-se compreender a surpresa do pequeno grupo de Cardeais presentes na sala capitular do mosteiro beneditino em São Paulo fora dos Muros quando, a 25 de Janeiro de 1959, o Beato João XXIII anunciou o Sínodo diocesano para Roma e o Concílio para a Igreja Universal. A primeira questão que se apresentou na preparação deste grande acontecimento foi precisamente como começá-lo, qual tarefa específica atribuir-lhe. No discurso de inauguração, a 11 de Outubro de há cinquenta anos, o Beato João XXIII deu uma indicação geral: a fé devia falar de um modo «renovado», mas incisivo — porque o mundo estava a mudar rapidamente — mas mantendo intactos os seus conteúdos perenes, sem concessões nem comprometimentos. O Papa desejava que a Igreja meditasse sobre a sua fé, as verdades que a guiam. Mas desta reflexão séria e aprofundada sobre a fé, devia ser delineada de modo novo a relação entre a Igreja e a era moderna, entre o Cristianismo e certos elementos essenciais do pensamento moderno, não para se conformar com ele, mas para apresentar a este nosso mundo, que tende a afastar-se de Deus, a exigência do Evangelho em toda a sua grandeza e pureza (cf. Discurso à Cúria Romana para os votos de Natal, 22 de Dezembro de 2005). Indica-o muito bem o Servo de Deus Paulo VI na homilia no final da última sessão do Concílio — a 7 de Dezembro de 1965 — com palavras extraordinariamente atuais quando afirma que, para avaliar bem este evento, «deve ser visto no tempo em que se verificou. Com efeito — diz o Papa — aconteceu numa época em que, como todos reconhecem, os homens estão atentos ao reino da terra, mais do que ao reino dos céus; um tempo, acrescentemos, em que o esquecimento de Deus se faz habitual, como que sugerido

pelo progresso científico; um tempo em que o ato fundamental da pessoa humana, tornada mais consciente de si mesma e da própria liberdade, tende a reivindicar a própria autonomia absoluta, libertando-se de toda a lei transcendente; um tempo em que o "laicismo" é considerado a consequência legítima do pensamento moderno e a norma mais sábia para o ordenamento temporal da sociedade... Neste tempo celebrou-se o nosso Concílio para louvor de Deus, em nome de Cristo, inspirador o Espírito Santo». Assim dizia Paulo VI. E concluía, indicando na questão de Deus o ponto central do Concílio, aquele Deus que «existe realmente, vive, é uma pessoa, é próvido, é infinitamente bom; aliás, não só bom em Si, mas bom imensamente também para nós, é nosso Criador, nossa verdade, nossa felicidade, a tal ponto que o homem, quando si esforça por fixar a mente e o coração em Deus, na contemplação, realiza o gesto mais excelso e mais cheio do seu espírito, o ato que ainda hoje pode e deve ser o ápice dos inúmeros campos da atividade humana, do qual eles recebem a sua dignidade» (aas 58 [1966], 52-53).

Vemos como o tempo no qual vivemos continua a estar marcado pelo esquecimento e a surdez em relação a Deus. Então, penso que devemos aprender a lição mais simples e mais fundamental do Concílio, ou seja, que o Cristianismo na sua essência consiste na fé em Deus, que é Amor trinitário, e no encontro pessoal e comunitário com Cristo que orienta e guia a vida: tudo o resto é consequência. O mais importante hoje, precisamente como era o desejo dos Padres conciliares, é que se veja — de novo, com clareza — que Deus está presente, nos diz respeito e nos responde. E que, ao contrário, quando falta a fé em Deus, desaba o que é essencial, porque o homem perde a sua dignidade profunda e aquilo que enobrece a sua humanidade, contra qualquer reducionismo. O Concílio recorda-nos que a Igreja, em todos os seus componentes, tem a sua tarefa, o mandato de transmitir a palavra do amor de Deus que salva, para que seja ouvida e acolhida a chamada divina que contém em si a nossa bem-aventurança eterna.

Considerando nesta luz a riqueza contida nos documentos do Vaticano II, gostaria de mencionar as quatro Constituições, quase os quatro pontos cardeais da bússola capaz de nos orientar. A Constituição sobre a Sagrada Liturgia *Sacrosanctum Concilium* indica-nos como na Igreja, no início, há a adoração, Deus e a centralidade da presença de Cristo. E a Igreja, Corpo de Cristo e povo peregrino no tempo, tem como tarefa fundamental glorificar Deus, como exprime a Constituição dogmática Lumen gentium. O terceiro documento que gostaria de citar é a Constituição sobre a Revelação Divina Dei Verbum: a Palavra viva de Deus convoca a Igreja e vivifica-a ao longo de todo o seu caminho na história. E o modo como a Igreja leva ao mun-

do inteiro a luz que recebeu de Deus, para que seja glorificado, é o tema de base da Constituição pastoral *Gaudium et spes*.

O Concílio Vaticano II é para nós um forte apelo a redescobrir cada dia a beleza da nossa fé, a conhecê-la de modo profundo para uma relação mais intensa com o Senhor, a viver até ao fim a nossa vocação cristã. A Virgem Maria, Mãe de Cristo e de toda a Igreja, nos ajude a realizar e a levar a cumprimento o que os Padres conciliares, animados pelo Espírito Santo, conservavam no coração: o desejo de que todos possam conhecer o Evangelho e encontrar-se com o Senhor Jesus como Caminho, Verdade e Vida. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 17 de Outubro de 2012

O Ano da Fé

Queridos irmãos e irmãs,

Hoje gostaria de introduzir o novo ciclo de catequeses, que se desenvolve ao longo de todo o Ano da fé, recém-iniciado, e que interrompe — durante este período — o ciclo dedicado à escola da oração. Mediante a Carta Apostólica *Porta Fidei* proclamei este Ano especial, precisamente para que a Igreja renove o entusiasmo de crer em Jesus Cristo, único Salvador do mundo, reavive a alegria de percorrer o caminho que nos indicou e testemunhe de modo concreto a força transformadora da fé.

A celebração do cinquentenário da inauguração do Concílio Vaticano II é uma ocasião importante para voltar para Deus, a fim de aprofundar e viver com maior coragem a própria fé, para fortalecer a pertença à Igreja, «mestra em humanidade» que, através do anúncio da Palavra, da celebração dos Sacramentos e das obras de caridade, nos orienta para encontrar e conhecer Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem. Trata-se do encontro não com uma ideia, nem com um projeto de vida, mas com uma Pessoa viva que nos transforma em profundidade a nós mesmos, revelando-nos a nossa verdadeira identidade de filhos de Deus. O encontro com Cristo renova os nossos relacionamentos humanos, orientando-os no dia-a-dia para uma maior solidariedade e fraternidade, na lógica do amor. Ter fé no Senhor não é algo que interessa unicamente à nossa inteligência, ao campo do saber intelectual, mas é uma mudança que compromete a vida, a totalidade do nosso ser: sentimento, coração, inteligência, vontade, corporeidade, emoções e relacionamentos humanos. Com a fé muda verdadeiramente tudo em nós e para nós, e revela-se com clareza o nosso destino futuro, a verdade da nossa vocação no interior da história, o sentido da vida, o gosto de sermos peregrinos rumo à Pátria celeste.

Mas — perguntemo-nos — a fé é verdadeiramente a força transformadora da nossa vida, na minha vida? Ou então é apenas um dos elementos que fazem parte da existência, sem ser aquele determinante, que a abrange totalmente? Com as catequeses deste Ano da fé gostaríamos de percorrer um caminho para fortalecer ou reencontrar a alegria da fé, compreendendo que ela não é algo de alheio, separado da vida concreta, mas é a sua alma. A fé num Deus que é amor, e que se fez próximo do homem, encarnando e doando-se a si mesmo na cruz para nos salvar e reabrir as portas do Céu, indica de modo luminoso que a plenitude do homem consiste unicamente no amor. Hoje é necessário reiterá-lo com clareza, enquanto as transformações culturais em curso mostram com frequência tantas formas de barbárie, que passam sob o sinal de «conquistas de civilização»: a fé afirma que não há humanidade autêntica, a não ser nos

lugares, nos gestos, nos tempos e nas formas como o homem é animado pelo amor que vem de Deus, se expressa como dom, se manifesta em relações ricas de amor, de compaixão, de atenção e de serviço abnegado ao próximo. Onde existe domínio, posse, exploração, mercantilização do outro por egoísmo próprio, onde há arrogância do eu, fechado em si mesmo, o homem torna-se pobre, degradado, desfigurado. A fé cristã, laboriosa na caridade e forte na esperança, não limita mas humaniza a vida, aliás, torna-a plenamente humana.

A fé é o acolhimento desta mensagem transformadora na nossa vida, o acolhimento da revelação de Deus, que nos faz conhecer quem Ele é, como age, quais são os seus desígnios para nós. Sem dúvida, o mistério de Deus permanece sempre além dos nossos conceitos e da nossa razão, dos nossos ritos e das nossas preces. Todavia, com a revelação é o próprio Deus quem se auto-comunica, se descreve, se torna acessível. E nós tornamo-nos capazes de ouvir a sua Palavra e de receber a sua verdade. Eis, pois, a maravilha da fé: Deus, no seu amor, cria em nós — através da obra do Espírito Santo — as condições adequadas para que possamos reconhecer a sua Palavra. O próprio Deus, na sua vontade de se manifestar, de entrar em contato conosco, de se fazer presente na nossa história, torna-nos capazes de o ouvir e acolher. São Paulo exprime-o assim, com alegria e reconhecimento: «Nós não cessamos de dar graças a Deus, porque recebestes a palavra de Deus, que de nós ouvistes, e porque a acolhestes não como palavra de homens, mas como aquilo que realmente é, palavra de Deus, que age eficazmente em vós, fiéis» (1 Ts 2, 13).

Deus revelou-se mediante palavras e obras em toda uma longa história de amizade com o homem, que culmina na Encarnação do Filho de Deus e no seu Mistério de Morte e Ressurreição. Deus não só se revelou na história de um povo, nem falou só por meio dos Profetas, mas atravessou o seu Céu para entrar na terra dos homens como homem, para que pudéssemos encontrá-lo e ouvi-lo. E de Jerusalém o anúncio do Evangelho da salvação propagou-se até aos confins da terra. A Igreja, nascida do lado de Cristo, tornou-se portadora de uma esperança nova e sólida: Jesus de Nazaré, crucificado e ressuscitado, Salvador do mundo, que está sentado à direita do Pai e é Juiz dos vivos e dos mortos. Este é o *kerigma*, o anúncio central e impetuoso da fé. Mas desde o início levantou o problema da «regra da fé», ou seja, da fidelidade dos crentes à verdade do Evangelho, na qual permanecer firmes, à verdade salvífica sobre Deus e sobre o homem, que se deve conservar e transmitir. São Paulo escreve: «Recebereis a salvação, se o mantiverdes [o Evangelho] como vo-lo anunciei. Caso contrário, em vão teríeis abraçado a fé» (1 Cor 15, 2).

Mas onde encontramos a fórmula essencial da fé? Onde encontramos as verdades que nos foram fielmente transmitidas e que constituem a luz para a nossa vida diária? A resposta é

simples: no Credo, na Profissão de Fé, ou Símbolo da Fé, nós relacionamo-nos com o acontecimento originário da Pessoa e da História de Jesus de Nazaré; torna-se concreto quanto o Apóstolo das nações dizia aos cristãos de Corinto: «Transmiti-vos primeiramente o que eu mesmo tinha recebido: que Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras; foi sepultado e ressuscitou ao terceiro dia» (1 Cor 15, 3-4).

Ainda hoje temos necessidade que o Credo seja melhor conhecido, compreendido e pregado. Sobretudo, é importante que o Credo seja, por assim dizer, «reconhecido». Com efeito, conhecer poderia ser algo simplesmente intelectual, enquanto «reconhecer» quer significar a necessidade de descobrir o vínculo profundo entre as verdades que professamos no Credo e a nossa existência quotidiana, para que estas verdades sejam deveras e concretamente — como sempre foram — luz para os passos do nosso viver, água que rega a aridez do nosso caminho, vida que vence certos desertos da vida contemporânea. No Credo insere-se a vida moral do cristão, que nele encontra o seu fundamento e a sua justificação.

Não é por acaso que o Beato João Paulo II quis que o Catecismo da Igreja Católica, norma segura para o ensinamento da fé e fonte certa para uma catequese renovada, se inspirasse no Credo. Tratava-se de confirmar e conservar este núcleo fulcral das verdades da fé, comunicando-o numa linguagem mais inteligível aos homens do nosso tempo, a nós. É um dever da Igreja transmitir a fé, comunicar o Evangelho, a fim de que as verdades cristãs sejam luz das novas transformações culturais, e os cristãos se tornem capazes de explicar a razão da sua esperança (cf. 1 Pd 3, 14). Hoje, vivemos numa sociedade profundamente transformada, também em relação a um passado recente, e em movimento contínuo. Os processos da secularização e de uma difundida mentalidade niilista, em que tudo é relativo, marcaram profundamente a mentalidade comum. Assim, a vida é muitas vezes levada com superficialidade, sem ideais claros nem esperanças sólidas, no contexto de vínculos sociais e familiares fluidos, provisórios. Sobretudo as novas gerações não são educadas para a busca da verdade e do sentido profundo da existência, que ultrapasse o contingente, para a estabilidade dos afetos, para a confiança. Ao contrário, o relativismo leva a não ter pontos firmes, suspeita e volubilidade provocam rupturas nos relacionamentos humanos, enquanto a vida é vivida com experiências que duram pouco, sem assunção de responsabilidade. Se o individualismo e o relativismo parecem dominar o espírito de muitos contemporâneos, não se pode dizer que os crentes permanecem totalmente imunes a estes perigos, que devemos enfrentar na transmissão da fé. A sondagem realizada em todos os Continentes, em vista da celebração do Sínodo dos Bispos sobre a Nova Evangelização, evidenciou alguns: uma fé vivida de modo passivo e privado, a rejeição da educação para a fé, a ruptura entre vida e fé.

Muitas vezes o cristão não conhece nem sequer o núcleo central da própria fé católica, do Credo, de modo a deixar espaço a um certo sincretismo e relativismo religioso, sem clareza sobre as verdades nas quais crer e sobre a singularidade salvífica do cristianismo. Hoje não está muito distante o risco de construir, por assim dizer, uma religião personalizada. Ao contrário, temos que voltar para Deus, para o Deus de Jesus Cristo, temos que redescobrir a mensagem do Evangelho, fazê-lo entrar de modo mais profundo nas nossas consciências e na vida quotidiana.

Nas catequeses deste Ano da fé gostaria de oferecer uma ajuda para percorrer este caminho, para retomar e aprofundar as verdades centrais da fé sobre Deus, o homem, a Igreja e toda a realidade social e cósmica, meditando e ponderando sobre as afirmações do Credo. E gostaria que fosse clara que estes conteúdos ou verdades da fé (*fides quae*) se relacionam diretamente com a nossa vida; exigem uma conversão da existência, que dá vida a um novo modo de crer em Deus (*fides qua*). Conhecer Deus, encontrá-lo, aprofundar os traços da sua Face põe em jogo a nossa vida, pois Ele entra nos dinamismos profundos do ser humano.

Possa o caminho que percorreremos este Ano fazer-nos crescer todos na fé e no amor a Cristo, para que aprendamos a viver, nas opções e gestos quotidianos, a vida boa e bela do Evangelho. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 24 de Outubro de 2012

O que é a Fé?

Queridos irmãos e irmãs,

Na quarta-feira passada, com o início do Ano da fé, dei início a uma nova série de catequeses sobre a fé. E hoje gostaria de meditar convosco sobre uma questão fundamental: o que é a fé? Ainda tem sentido a fé, num mundo em que ciência e técnica abriram horizontes até há pouco tempo impensáveis? O que significa crer hoje? Com efeito, no nosso tempo é necessária uma renovada educação para a fé, que inclua sem dúvida um conhecimento das suas verdades e dos acontecimentos da salvação, mas sobretudo que nasça de um encontro verdadeiro com Deus em Jesus Cristo, do amá-lo, do ter confiança nele, de modo que a vida inteira seja envolvida por Ele.

Hoje, juntamente com tantos sinais de bem, aumenta ao nosso redor um certo deserto espiritual. Às vezes tem-se como que a sensação, a partir de certos acontecimentos dos quais recebemos notícias todos os dias, que o mundo não caminha rumo à construção de uma comunidade mais fraterna e mais pacífica; as próprias ideias de progresso e de bem-estar mostram também as suas sombras. Não obstante a grandeza das descobertas da ciência e dos êxitos da técnica, hoje o homem não parece ter-se tornado verdadeiramente mais livre, mais humano; subsistem muitas formas de exploração, de manipulação, de violência, de prepotência, de injustiça... Além disso, um certo tipo de cultura educou a mover-se só no horizonte das coisas, do realizável, a acreditar unicamente naquilo que se vê e se toca com as próprias mãos. Mas por outro lado, aumenta também o número daqueles que se sentem desorientados e, na tentativa de ir além de uma visão apenas horizontal da realidade, estão dispostos a crer em tudo e no seu contrário. Neste contexto sobressaem algumas interrogações fundamentais, que são muito mais concretas do que parecem à primeira vista: que sentido tem viver? Há um futuro para o homem, para nós e para as novas gerações? Para que rumo orientar as opções da nossa liberdade, para um êxito bom e feliz da vida? O que nos espera além do limiar da morte?

Destas interrogações insuprimíveis sobressai que o mundo da planificação, do cálculo exato e da experimentação, em síntese o saber da ciência, embora seja importante para a vida do homem, sozinho não é suficiente. Temos necessidade não só do pão material, mas precisamos de amor, de significado e de esperança, de um fundamento seguro, de um terreno sólido que nos ajude a viver com um sentido autêntico também na crise, nas obscuridades, nas dificuldades e nos problemas quotidianos. A fé oferece-nos precisamente isto: é um entregar-se confiante a um «Tu», que é Deus, o qual me confere uma certeza diversa, mas não menos sólida do que

aquela que me deriva do cálculo exato ou da ciência. A fé não é simples assentimento intelectual do homem a verdades particulares sobre Deus; é um gesto mediante o qual me confio livremente a um Deus que é Pai e que me ama; é adesão a um «Tu» que me dá esperança e confiança. Sem dúvida, esta adesão a Deus não está isenta de conteúdos: com ela estamos conscientes de que o próprio Deus nos é indicado em Cristo, mostrou o seu rosto e fez-se realmente próximo de cada um de nós. Aliás, Deus revelou que o seu amor pelo homem, por cada um de nós, é incomensurável: na Cruz, Jesus de Nazaré, o Filho de Deus que se fez homem, mostra-nos do modo mais luminoso até que ponto chega este amor, até ao dom de si mesmo, até ao sacrifício total. Com o mistério da Morte e Ressurreição de Cristo, Deus desce até ao fundo na nossa humanidade, para lha restituir, para a elevar à sua altura. A fé é crer neste amor de Deus que não diminui diante da maldade do homem, perante o mal e a morte, mas é capaz de transformar todas as formas de escravidão, oferecendo a possibilidade da salvação. Então, ter fé é encontrar este «Tu», Deus, que me sustêm e me faz a promessa de um amor indestrutível, que não só aspira à eternidade, mas também a concede; é confiar-me a Deus com a atitude da criança, a qual sabe bem que todas as suas dificuldades, todos os seus problemas estão salvaguardados no «tu» da mãe. E esta possibilidade de salvação através da fé é um dom que Deus oferece a todos os homens. Penso que deveríamos meditar mais frequentemente — na nossa vida quotidiana, caracterizada por problemas e situações por vezes dramáticas — sobre o fato de que crer cristãmente significa este abandonar-se com confiança ao sentido profundo que me sustêm, a mim e ao mundo, àquele sentido que não somos capazes de nos darmos a nós mesmos, mas só de receber como dádiva, e que é o fundamento sobre o qual podemos viver sem temor. Temos que ser capazes de anunciar com a palavra e de mostrar com a nossa vida cristã esta certeza libertadora e tranquilizadora da fé.

Contudo, ao nosso redor vemos todos os dias que muitos permanecem indiferentes, ou rejeitam aceitar este anúncio. No final do Evangelho de Marcos, hoje temos palavras duras do Ressuscitado, que diz: «Quem crer e for batizado será salvo, mas quem não crer será condenado» (Mc 16, 16), perder-se-á a si mesmo. Gostaria de vos convidar a meditar sobre isto. A confiança na ação do Espírito Santo deve impelir-nos sempre a ir e anunciar o Evangelho, ao testemunho corajoso da fé; mas para além da possibilidade de uma resposta positiva ao dom da fé há inclusive o risco da rejeição do Evangelho, do não-acolhimento do encontro vital com Cristo. Já santo Agostinho apresentava este problema num seu comentário à parábola do semeador: «Nós falamos — dizia — lançamos a semente, espalhamos a semente. Há aqueles que desprezam, aqueles que repreendem, aqueles que zombam. Se os tememos, não teremos mais nada para semear, e no dia da ceifa permaneceremos sem colheita. Por isso, venha a se-

mente da terra boa» (Discursos sobre a disciplina cristã, 13, 14: pl 40, 677-678). Portanto, a rejeição não nos pode desencorajar. Como cristãos, somos testemunhas deste terreno fértil: apesar dos nossos limites, a nossa fé demonstra que existe a terra boa, onde a semente da Palavra de Deus produz frutos abundantes de justiça, de paz e de amor, de uma nova humanidade, de salvação. E toda a história da Igreja, com todos os problemas, demonstra também que existe a terra boa, que existe a semente boa, e dá fruto.

Mas perguntemo-nos: de onde haure o homem aquela abertura do coração e da mente, para acreditar no Deus que se tornou visível em Jesus Cristo, morto e ressuscitado, para acolher a sua salvação, de tal modo que Ele e o seu Evangelho sejam guia e luz da existência? Resposta: nós podemos crer em Deus, porque Ele se aproxima de nós e nos toca, porque o Espírito Santo, dom do Ressuscitado, nos torna capazes de acolher o Deus vivo. Então, a fé é antes de tudo uma dádiva sobrenatural, um dom de Deus. O Concílio Vaticano II afirma: «Para prestar esta adesão da fé, são necessários a prévia e concomitante ajuda da graça divina e os interiores auxílios do Espírito Santo, o qual move e converte a Deus o coração, abre os olhos do entendimento, e dá "a todos a suavidade em aceitar e crer na verdade"» (Constituição dogmática Dei Verbum, 5). Na base do nosso caminho de fé está o Batismo, o sacramento que nos confere o Espírito Santo, tornando-nos filhos de Deus em Cristo, e marca a entrada na comunidade da fé, na Igreja: não cremos por nós mesmos, sem a prevenção da graça do Espírito; e não cremos sozinhos, mas juntamente com os irmãos. Do Batismo em diante, cada crente é chamado a reviver e fazer sua esta profissão de fé, com os irmãos.

A fé é dom de Deus, mas é também ato profundamente livre e humano. O Catecismo da Igreja Católica afirma-o claramente: «O ato de fé só é possível pela graça e pelos auxílios interiores do Espírito Santo. Mas não é menos verdade que crer é um ato autenticamente humano. Não é contrário nem à liberdade nem à inteligência do homem» (n. 154). Aliás, envolve-as e exalta-as, numa aposta de vida que é como que um êxodo, ou seja um sair de nós mesmos, das nossas seguranças, dos nossos esquemas mentais, para nos confiarmos à ação de Deus que nos indica o seu caminho para alcançar a liberdade verdadeira, a nossa identidade humana, a alegria do coração, a paz com todos. Crer é confiar-se com toda a liberdade e com alegria ao desígnio providencial de Deus sobre a história, como fez o patriarca Abraão, como fez Maria de Nazaré. Então, a fé é um assentimento com que a nossa mente e o nosso coração dizem o seu «sim» a Deus, professando que Jesus é o Senhor. E este «sim» transforma a vida, abre-lhe o caminho rumo a uma plenitude de significado, tornando-a assim nova, rica de júbilo e de esperança confiável.

Caros amigos, o nosso tempo exige cristãos que tenham sido arrebatados por Cristo, que cresçam na fé graças à familiaridade com a Sagrada Escritura e com os Sacramentos. Pessoas que sejam quase um livro aberto que narra a experiência da vida nova no Espírito, a presença daquele Deus que nos sustêm no caminho e nos abre para a vida que nunca mais terá fim. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 31 de Outubro de 2012

O Ano da Fé. A fé da Igreja

Queridos irmãos e irmãs,

Prosseguimos no nosso caminho de meditação sobre a fé católica. Na semana passada mostrei como a fé é um dom, porque é Deus que toma a iniciativa e vem até nós; e assim a fé é uma resposta com a qual nós O acolhemos como fundamento estável da nossa vida. É um dom que transforma a existência, porque nos faz entrar na mesma visão de Jesus, o qual age em nós e nos abre ao amor a Deus e aos outros.

Hoje gostaria de dar outro passo na nossa reflexão, partindo mais uma vez de algumas perguntas: a fé tem um carácter só pessoal, individual? Diz respeito só à minha pessoa? Vivo a minha fé individualmente? Decerto, o ato de fé é eminentemente pessoal, o qual se realiza no íntimo mais profundo e marca uma mudança de direção, uma conversão pessoal: é a minha existência que recebe uma mudança, uma orientação nova. Na Liturgia do Batismo, no momento das promessas, o celebrante pede para manifestar a fé católica e formula três perguntas: Credes em Deus Todo-Poderoso? Credes em Jesus Cristo seu único Filho? Credes no Espírito Santo? Antigamente estas perguntas eram dirigidas pessoalmente a quantos deveriam receber o Batismo, antes de os imergir três vezes na água. E também hoje a resposta é dada no singular: «Creio». Mas este meu crer não é o resultado de uma minha reflexão solitária, nem o produto de um meu pensamento, mas é fruto de uma relação, de um diálogo, no qual há um ouvir, um receber e um responder; é o comunicar com Jesus que me faz sair do meu «eu» fechado em mim mesmo para me abrir ao amor de Deus Pai. É como um renascimento no qual me descubro unido não só a Jesus mas também a todos os que caminharam e caminham na mesma senda; e este novo nascimento, que inicia com o Batismo, continua por todo o percurso da existência. Não posso construir a minha fé pessoal num diálogo privado com Jesus, porque a fé me é doada por Deus através duma comunidade crente que é a Igreja e, desta maneira, me insere na multidão dos crentes numa comunhão que não é só sociológica, mas radicada no amor eterno de Deus, que em Si mesmo é comunhão do Pai, do Filho e do Espírito Santo, é Amor trinitário. A nossa fé só é deveras pessoal, se for também comunitária: só pode ser a minha fé, se viver e se mover no «nós» da Igreja, se for a nossa fé, a fé comum da única Igreja.

Aos domingos, durante a Santa Missa, recitando o «Credo», nós expressamo-nos em primeira pessoa, mas confessamos comunitariamente a única fé da Igreja. O «Credo» pronunciado singularmente une-se ao de um imenso coro no tempo e no espaço, no qual cada um contribui,

por assim dizer, para uma polifonia concorde na fé. O Catecismo da Igreja Católica resume de modo claro: «"Crer" é um ato eclesial. A fé da Igreja precede, gera, apoia e nutre a nossa fé. A Igreja é a Mãe de todos os crentes. "Ninguém pode dizer que tem Deus como Pai se não tiver a Igreja como Mãe" [São Cipriano]» (n. 181). Portanto, a fé nasce na Igreja, conduz para ela e vive nela. É importante recordar isto.

No início do acontecimento cristão, quando o Espírito Santo desce com poder sobre os discípulos, no dia de Pentecostes — como narram os Atos dos Apóstolos (cf. 2, 1-13) — a Igreja nascente recebe a força para atuar a missão que lhe foi confiada pelo Senhor ressuscitado: difundir o Evangelho em todos os cantos da terra, a boa nova do Reino de Deus, e, deste modo, guiar todos os homens para o encontro com Ele, para a fé que salva. Os Apóstolos superam todos os temores proclamando o que tinham ouvido, visto, experimentado pessoalmente com Jesus. Pelo poder do Espírito Santo, iniciam a falar línguas novas, anunciando abertamente o mistério do qual foram testemunhas. Depois nos Atos dos Apóstolos é-nos referido o grande discurso que Pedro pronuncia precisamente no dia de Pentecostes. Ele começa com um trecho do profeta Joel (3, 1-5), referindo-o a Jesus, e proclamando o núcleo central da fé cristã: Aquele que beneficiou todos, que foi reconhecido junto de Deus com prodígios e sinais importantes, foi pregado na cruz e morreu, mas Deus ressuscitou-o dos mortos, constituindo-o Senhor e Cristo. Com Ele entrámos na salvação definitiva anunciada pelos profetas e quem invocar o seu nome será salvo (cf. At 2, 17-24). Ao ouvir estas palavras de Pedro, muitos se sentiram pessoalmente interpelados, arrependeram-se dos próprios pecados e fizeram-se batizar, recebendo o dom do Espírito Santo (cf. At 2, 37-41). Assim iniciou o caminho da Igreja, comunidade que transmite este anúncio no tempo e no espaço, comunidade que é o Povo de Deus fundado na nova aliança graças ao sangue de Cristo e cujos membros não pertencem a um particular grupo social ou étnico, mas são homens e mulheres provenientes de todas as nações e culturas. É um povo «católico», que fala línguas novas, universalmente aberto a acolher todos, além dos confins, abatendo todas as barreiras. Diz são Paulo: «Não há mais grego nem judeu, nem circunciso nem incircunciso, nem bárbaro nem cita, nem escravo nem livre, mas Cristo, que é tudo em todos» (Cl 3, 11).

Portanto, desde os primórdios a Igreja é o lugar da fé, da transmissão da fé, o lugar no qual, pelo Batismo, nos imergimos no Mistério Pascal da Morte e da Ressurreição de Cristo, que nos liberta da prisão do pecado, nos doa a liberdade de filhos e nos introduz na comunhão com o Deus trinitário. Ao mesmo tempo, estamos imersos na comunhão com os outros irmãos e irmãs de fé, com o inteiro Corpo de Cristo, tirados do nosso isolamento. O Concílio Vaticano II recorda: «Deus quis salvar e santificar os homens não individualmente nem sem qual-

quer vínculo entre si, mas quis constituir com eles um povo, que O reconhecesse na verdade e O servisse fielmente» (Const. dogm. Lumen gentium, 9). Mencionando ainda a Liturgia do Batismo vemos que na conclusão das promessas nas quais expressamos a renúncia ao mal e repetimos «creio» às verdades da fé, o celebrante declara: «Esta é a nossa fé, esta é a fé da Igreja que nos gloriamos de professar em Jesus Cristo nosso Senhor». A fé é virtude teologal, doada por Deus, mas transmitida pela Igreja ao longo da história. O próprio são Paulo, escrevendo aos Coríntios, afirma que lhes comunicou o Evangelho que por sua vez também ele tinha recebido (cf. 1 Cor 15, 3).

Há uma corrente ininterrupta de vida da Igreja, de anúncio da Palavra de Deus, de celebração dos Sacramentos, que chega até nós e à qual chamamos Tradição. Ela dá-nos a garantia de que cremos na mensagem originária de Cristo, transmitida pelos Apóstolos. O núcleo do anúncio primordial é o evento da Morte e Ressurreição do Senhor, do qual brota todo o patrimônio da fé. Diz o concílio: «A pregação apostólica, que está exposta de um modo especial nos livros inspirados, devia conservar-se até ao fim dos tempos, por uma sucessão contínua» (Const. dogm. Dei Verbum, 8). Deste modo, se a Sagrada Escritura contém a Palavra de Deus, a Tradição da Igreja a conserva-a e transmite-a fielmente, para que os homens de todas as épocas possam aceder aos seus imensos recursos e se enriqueçam com os seus tesouros de graça. Assim a Igreja «na sua doutrina, na sua vida e no seu culto transmite a todas as gerações tudo o que ela é, tudo o que ela acredita» (ibidem).

Enfim, gostaria de realçar que é na comunidade eclesial que a fé pessoal cresce e amadurece. É interessante observar como no Novo Testamento a palavra «santos» designa os cristãos no seu conjunto, mas certamente nem todos tinham as qualidades para ser declarados santos pela Igreja. Que se desejava então indicar com este termo? O fato de que os tinham e viviam a fé em Cristo ressuscitado foram chamados a tornar-se um ponto de referência para todos os outros, pondo-os assim em contato com a Pessoa e com a Mensagem de Jesus, que revela a face do Deus vivo. E isto vale também para nós: um cristão que se deixa guiar e plasmar gradualmente pela fé da Igreja, não obstante as suas debilidades, os seus limites e dificuldades, torna-se como uma janela aberta à luz do Deus vivo, que recebe esta luz e a transmite ao mundo. O Beato João Paulo II na Encíclica *Redemptoris missio* afirmava que «a missão renova a Igreja, revigora a fé e a identidade cristã, dá-lhe novo entusiasmo e novas motivações. É dando a fé que ela se fortalece!» (n. 2).

Portanto, a tendência hoje difundida a relegar a fé na esfera do privado contradiz a sua própria natureza. Precisamos de uma Igreja para confirmar a nossa fé e fazer experiência dos dons de Deus: a sua Palavra, os Sacramentos, o apoio da graça e o testemunho do amor. Assim o nos-

so «eu» no «nós» da Igreja poderá sentir-se, ao mesmo tempo, destinatário e protagonista de um evento que o supera: a experiência da comunhão com Deus, que funda a comunhão entre os homens. Num mundo no qual o individualismo parece regular as relações entre as pessoas, tornando-as cada vez mais frágeis, a fé chama-nos a ser Povo de Deus, a ser Igreja, portadores do amor e da comunhão de Deus por todo o gênero humano (cf. Const. past. Gaudium et spes, 1). Obrigado pela atenção.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 7 de Novembro de 2012

O Ano da Fé. O desejo de Deus

Queridos irmãos e irmãs,

O caminho de reflexão que estamos a fazer juntos neste Ano da fé leva-nos hoje a meditar sobre um aspecto fascinante da experiência humana e cristã: o homem leva consigo um desejo misterioso de Deus. De uma forma significativa, o Catecismo da Igreja Católica inicia precisamente com a seguinte consideração: «Desejar a Deus é um sentimento inscrito no coração do homem, porque o homem foi criado por Deus e para Deus. Deus não cessa de atrair o homem a Si e só em Deus é que o homem encontra a verdade e a felicidade que não se cansa de procurar» (n. 27).

Esta afirmação, que também hoje em muitos contextos culturais parece ser totalmente partilhável, quase óbvia, poderia ao contrário parecer uma provocação no âmbito da cultura ocidental secularizada. Com efeito, muitos nossos contemporâneos poderiam objetar que não sentem minimamente tal desejo de Deus. Em amplos sectores da sociedade Ele já não é o esperado, o desejado, mas sim uma realidade que deixa indiferentes, face à qual nem sequer se deve fazer o esforço de se pronunciar. Na realidade, aquele que definimos «desejo de Deus» não desapareceu totalmente e apresenta-se ainda hoje, de muitas formas, ao coração do homem. O desejo humano tende sempre para determinados bens concretos, muitas vezes tudo menos que bens espirituais, e todavia encontra-se face à pergunta acerca do que é deveras «o» bem, e por conseguinte confronta-se com algo que é outra coisa e não é o eu, que o homem não pode construir, mas está chamado a reconhecer. O que pode deveras saciar o desejo do homem?

Na minha primeira encíclica, Deus caritas est, procurei analisar como este dinamismo se realiza na experiência do amor humano, experiência que na nossa época é mais facilmente sentida como momento de êxtase, de sair de si, como lugar no qual o homem sente que é atravessado por um desejo que o supera. Através do amor, o homem e a mulher experimentam de maneira nova, um graças ao outro, a grandeza e a beleza da vida e do real. Se o que experimento não é uma simples ilusão, se deveras quero o bem do outro como caminho também para o meu bem, então devo estar disposto a descentralizar-me, a pôr-me ao seu serviço, até à renúncia de mim mesmo. Por conseguinte, a resposta à questão acerca do sentido da experiência do amor passa através da purificação e da cura do querer, exigida pelo próprio bem que se quer ao outro. Devemos exercitar-nos, treinar-nos, até corrigir-nos, para que aquele bem possa deveras ser querido.

O êxtase inicial traduz-se assim em peregrinação, «êxodo permanente do eu fechado em si mesmo para a sua libertação no dom de si e, precisamente dessa forma, para o reencontro de si mesmo, mais ainda para a descoberta de Deus» (Enc. Deus caritas est, 6). Através deste caminho poderá progressivamente aprofundar-se para o homem o conhecimento daquele amor que inicialmente tinha experimentado. E assim vai-se delineando cada vez mais o mistério que ele representa: de fato, nem sequer a pessoa amada é capaz de saciar o desejo que se aninha no coração humano, aliás, quanto mais autêntico é o amor para o outro, tanto mais ele deixa abrir a interrogação acerca da sua origem e do seu destino, acerca da possibilidade que ele tem de durar para sempre. Por conseguinte, a experiência humana do amor tem em si um dinamismo que remete para além de si mesmo, é experiência de um bem que leva a sair de si e a encontrar-se diante do mistério que envolve toda a existência.

Poder-se-iam fazer também considerações análogas em relação a outras experiências humanas, tais como a amizade, a experiência do que é belo, o amor pelo conhecimento: cada bem experimentado pelo homem tende para o mistério que envolve o próprio homem; cada desejo que se apresenta ao coração humano faz-se eco de um desejo fundamental que nunca é plenamente saciado. Sem dúvida, deste desejo profundo, que esconde também algo de enigmático, não se pode chegar diretamente à fé. O homem, em síntese, conhece bem o que não o sacia, mas não pode imaginar ou definir o que lhe faria experimentar aquela felicidade da qual leva no coração as saudades. Não se pode conhecer Deus só a partir do desejo do homem. Sob este ponto de vista permanece o mistério: o homem é indagador do Absoluto, um indagador que dá passos pequenos e incertos. E contudo, já a experiência do desejo, do «coração inquieto» como lhe chamava santo Agostinho, é bastante significativa. Ela confirma-nos que o homem é, no profundo, um ser religioso (cf. Catecismo da Igreja Católica, 28), um «mendigo de Deus». Podemos dizer com as palavras de Pascal: «O homem supera infinitamente o homem» (Pensamentos, ed. Chevalier 438; ed. Brunschvicg 434). Os olhos reconhecem os objetos quando eles estão iluminados pela luz. Eis por que o desejo de conhecer a própria luz, que faz brilhar as coisas do mundo e com elas acende o sentido da beleza.

Por conseguinte devemos considerar que seja possível também na nossa época, aparentemente tão insensível à dimensão transcendente, abrir um caminho rumo ao autêntico sentido religioso da vida, que mostra como o dom da fé não é absurdo, não é irracional. Seria de grande utilidade, para este fim, promover uma espécie de pedagogia do desejo, quer para o caminho de quem ainda não crê, quer para quem já recebeu o dom da fé. Uma pedagogia que inclui pelo menos dois aspectos. Em primeiro lugar, aprender ou voltar a aprender o gosto pelas alegrias autênticas da vida. Nem todas as satisfações produzem em nós o mesmo efeito: algumas dei-

xam uma marca positiva, são capazes de pacificar o ânimo, tornam-nos mais ativos e generosos. Outras, ao contrário, depois da luz inicial, parecem desiludir as expectativas que tinham suscitado e por vezes deixam atrás de si amargura, insatisfação ou um sentido de vazio. Educar desde a tenra idade para saborear as alegrias verdadeiras, em todos os âmbitos da existência — a família, a amizade, a solidariedade com quem sofre, a renúncia ao próprio eu para servir o próximo, o amor ao conhecimento, à arte, às belezas da natureza — tudo isto significa exercer o gosto interior e produzir anticorpos eficazes contra a banalização e o nivelamento hoje difundidos. Também os adultos precisam de redescobrir estas alegrias, de desejar realidades autênticas, purificando-se da mediocridade na qual podem encontrar-se envolvidos. Tornar-se-á então mais fácil deixar cair ou rejeitar tudo o que, mesmo se é aparentemente atraente, ao contrário se revela insípido, fonte de enebriamento e não de liberdade. E isto fará sobressair aquele desejo de Deus do qual estamos a falar.

Um segundo aspecto, que caminha a par com o precedente, é nunca se contentar com aquilo que se alcançou. Precisamente as alegrias mais verdadeiras são capazes de libertar em nós aquela inquietação sadia que leva a ser mais exigentes — querer um bem maior, mais profundo — e ao mesmo tempo sentir com clareza cada vez maior que nada de finito pode colmar o nosso coração. Assim aprenderemos a tender, desarmados, para aquele bem que não podemos construir ou obter com as nossas forças; a não nos deixarmos desencorajar pela fadiga ou pelos obstáculos que provêm do nosso pecado.

A este propósito não devemos esquecer contudo que o dinamismo do desejo está sempre aberto à redenção. Também quando ele se adentra por caminhos desviados, quando persegue paraísos artificiais e parece perder a capacidade de ansiar pelo bem verdadeiro. Também no abismo do pecado não se apaga no homem aquela centelha que lhe permite reconhecer o verdadeiro bem, saboreá-lo, e assim iniciar um percurso de subida, no qual Deus, com o dom da sua graça, nunca deixa faltar a sua ajuda. De resto, todos temos necessidade de percorrer um caminho de purificação e de cura do desejo. Somos peregrinos rumo à pátria celeste, rumo àquele bem pleno, eterno, que nada jamais nos poderá extirpar. Por conseguinte, não se trata de sufocar o desejo que se encontra no coração do homem, mas de o libertar, para que possa alcançar a sua verdadeira altura. Quando no desejo se abre a janela em direção a Deus, isto já é sinal da presença da fé no ânimo, fé que é uma graça de Deus. Sempre santo Agostinho afirmava: «Com a expectativa, Deus alarga o nosso desejo, com o desejo alarga o ânimo e dilatando-o torna-o mais capaz» (Comentário à Primeira carta de João, 4, 6; pl 35, 2009).

Nesta peregrinação, sintamo-nos irmãos de todos os homens, companheiros de viagem também de quantos não crêem, de quem está à procura, de quem se deixa interrogar com sinceri-

dade pelo dinamismo do próprio desejo de verdade e de bem. Rezemos, neste Ano da fé, para que Deus mostre o seu rosto a quantos o procuram com coração sincero. Obrigado.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 14 de Novembro de 2012

O ano da fé. Os caminhos para chegar ao conhecimento de Deus

Queridos irmãos e irmãs!

Na quarta-feira passada refletimos sobre o desejo de Deus que o ser humano leva no profundo de si mesmo. Hoje gostaria de continuar a aprofundar este aspecto, meditando brevemente convosco sobre alguns caminhos para chegar ao conhecimento de Deus. Contudo, gostaria de recordar que a iniciativa de Deus precede sempre todas as iniciativas do homem e, também no caminho rumo a Ele, é Ele em primeiro lugar quem nos ilumina, orienta e guia, respeitando sempre a nossa liberdade. E é sempre Ele quem nos faz entrar na sua intimidade, revelando-se e doando-nos a graça para poder acolher esta revelação na fé. Nunca esqueçamos a experiência de santo Agostinho: não somos nós que possuímos a Verdade depois de a termos procurado, mas é a Verdade que nos procura e nos possui.

Todavia, há caminhos que podem abrir o coração do homem ao conhecimento de Deus, sinais que conduzem para Deus. Certamente, com frequência corremos o risco de sermos ofuscados pelo cintilar da vida mundana, que nos torna menos capazes de percorrer tais caminhos ou de ler tais sinais. Contudo, Deus não se cansa de nos procurar, é fiel ao homem que criou e salvou, permanece próximo da nossa vida, porque nos ama. Esta é uma certeza que nos deve acompanhar todos os dias, mesmo se determinadas mentalidades difundidas dificultam que a Igreja e o cristão comuniquem a alegria do Evangelho a cada criatura e levem todos ao encontro com Jesus, único Salvador do mundo. Todavia, esta é a nossa missão, é a missão da Igreja e todos os crentes devem vivê-la jubilosamente, sentindo-a como própria, através de uma existência animada verdadeiramente pela fé, marcada pela caridade, pelo serviço a Deus e aos outros, e capaz de irradiar esperança. Esta missão resplandece sobretudo na santidade para a qual todos somos chamados.

Hoje — sabemo-lo — não faltam dificuldades e provações para a fé, frequentemente pouco compreendida, contestada e rejeitada. São Pedro dizia aos seus cristãos: «Estai sempre prontos a responder, para a vossa defesa, com doçura e respeito, a todo aquele que vos perguntar a razão da vossa esperança» (1 Pd 3, 15). No passado, no Ocidente, numa sociedade considerada cristã, a fé era o âmbito no qual ela se movia; a referência e a adesão a Deus eram, para a maioria das pessoas, parte da vida quotidiana. Ao contrário, era quem não acreditava que devia justificar a própria incredulidade. No nosso mundo a situação mudou e cada vez mais o crente deve ser capaz de dizer a razão da sua fé. O beato João Paulo II, na Encíclica *Fides et ratio*, realçava o modo como a fé é posta à prova também na época contemporânea, atravessa-

da por formas súbtis e capciosas de ateísmo teórico e prático (cf. nn. 46-47). A partir do Iluminismo, a crítica à religião intensificou-se; a história foi marcada também pela presença de sistemas ateus, nos quais Deus era considerado uma mera projeção do ânimo humano, uma ilusão e o produto de uma sociedade já alterada por tantas alienações. Depois, o século passado conheceu um forte processo de secularismo, sob a bandeira da autonomia absoluta do homem, considerado como medida e artífice da realidade, mas empobrecido do seu ser criatura «à imagem e semelhança de Deus». No nosso tempo verificou-se um fenómeno particularmente perigoso para a fé: de fato, existe uma forma de ateísmo que definimos «prático», no qual não se negam as verdades da fé ou os ritos religiosos, mas simplesmente se consideram irrelevantes para a existência quotidiana, destacadas da vida, inúteis. Então, com frequência, cremos em Deus de modo superficial, e vivemos «como se Deus não existisse» (*etsi Deus non daretur*). Mas, no final este modo de viver resulta ainda mais destrutivo, porque leva à indiferença à fé e à questão de Deus.

Na realidade, o homem separado de Deus reduz-se a uma só dimensão, a horizontal, e precisamente este reducionismo é uma das causas fundamentais dos totalitarismos que tiveram consequências trágicas no século passado, assim como a crise de valores que vemos na realidade atual. Obscurecendo a referência a Deus obscureceu-se também o horizonte ético, abrindo espaço ao relativismo e confirmando-se uma concepção ambígua da liberdade que em vez de ser liberatória acaba por ligar o homem a ídolos. As tentações que Jesus enfrentou no deserto antes da sua missão pública, representam bem aqueles «ídolos» que fascinam o homem, quando não vai além de si mesmo. Se Deus perder a centralidade, o homem perde o seu justo lugar, e não encontra a sua colocação na criação, nas relações com os outros. Não se extinguiu o que a sabedoria antiga evoca com o mito de Prometeu: o homem pensa que pode tornar-se ele mesmo «deus», dono da vida e da morte.

Diante deste quadro, a Igreja, fiel ao mandato de Cristo, nunca cessa de afirmar a verdade sobre o homem e sobre o seu destino. O Concílio Vaticano II afirma sinteticamente que: «O aspecto mais sublime da dignidade humana encontra-se na vocação do homem à união com Deus. Começa com a existência o convite que Deus dirige ao homem para dialogar com Ele: se o homem existe é porque Deus o criou por amor e, por amor, não cessa de o conservar na existência; e o homem não vive plenamente segundo a verdade, se não reconhecer livremente este amor e não se entregar inteiramente ao seu criador» (Const. Gaudium et spes, 19).

Então, que respostas está a fé chamada a dar, com «doçura e respeito», ao ateísmo, ao cepticismo, à indiferença pela dimensão vertical, para que o homem do nosso tempo possa continuar a interrogar-se sobre a existência de Deus e a percorrer os caminhos que levam a Ele?

Gostaria de mencionar alguns caminhos, que derivam tanto da reflexão natural, como da própria força da fé. Gostaria de os resumir muito sinteticamente em três palavras: o mundo, o homem e a fé.

A primeira: o mundo. Santo Agostinho, que na sua vida procurou a Verdade por muito tempo e foi arrebatado pela Verdade, escreveu uma página lindíssima e célebre, na qual disse: «Perscruta a beleza da terra, do mar, do ar rarefeito e onde quer que se expanda; perscruta a beleza do céu... e todas as realidades. Todas te responderão: olha para nós e vê como somos bonitas. A sua beleza é como um hino de louvor. Ora, estas criaturas tão bonitas, mas também mutáveis, quem as fez se não aquele que é a beleza inalterável? (Sermo 241, 2: PL 38, 1134). Penso que devemos recuperar e fazer recuperar ao homem de hoje a capacidade de contemplar a criação, a sua beleza, a sua estrutura. O mundo não é um magma amorfo, mas quanto mais o conhecemos e descobrimos os seus mecanismos maravilhosos, tanto mais vemos um desígnio, vemos que existe uma inteligência criadora. Albert Einstein disse que nas leis da natureza «se revela uma razão tão superior que toda a racionalidade do pensamento e dos ordenamentos humanos em comparação é um reflexo absolutamente insignificante» (O Mundo como eu o vejo). Portanto, um primeiro caminho que leva à descoberta de Deus é a contemplação da criação com um olhar atento.

A segunda palavra: o homem. É sempre de santo Agostinho a frase célebre com a qual diz que Deus é mais íntimo de mim de quanto eu o seja de mim mesmo (cf. Confissões III, 6, 11). A partir disto ele formulou o convite: «Não saias de ti mesmo, entra em ti mesmo: a verdade habita no homem interior» (De vera religione, 39, 72). Este é outro aspecto que corremos o risco de perder no mundo ruidoso e dispersivo no qual vivemos: a capacidade de refletir, de meditar em profundidade e de detectar aquela sede de infinito que trazemos no íntimo, que nos impele a ir além e nos remete para Alguém que a possa satisfazer. O Catecismo da Igreja Católica afirma: «Com a sua abertura à verdade e à beleza, com o seu sentido do bem moral, com a sua liberdade e a voz da sua consciência, com a sua ânsia de infinito e de felicidade, o homem interroga-se sobre a existência de Deus» (n. 33).

A terceira palavra: a fé. Sobretudo na realidade do nosso tempo, não devemos esquecer que um caminho que leva ao conhecimento e ao encontro com Deus é a vida da fé. Quem crê está unido a Deus, está aberto à sua graça e à força da caridade. Assim a sua existência torna-se testemunho não de si mesmo, mas do Ressuscitado, e a sua fé não teme mostrar-se na vida quotidiana, está aberta ao diálogo que expressa profunda amizade pelo caminho de cada homem, e sabe dar esperança a necessidade de resgate, de felicidade e de futuro. De fato, a fé é encontro com Deus que fala e age na história e que converte a nossa vida diária, transforman-

do a nossa mentalidade, juízos de valor, escolhas e ações concretas. Não é ilusão, fuga da realidade, refúgio cómodo, sentimentalismo, mas é participação de toda a vida e é anúncio do Evangelho, Boa Nova capaz de libertar o homem todo. Um cristão e uma comunidade que sejam ativos e fiéis ao projeto de Deus que nos amou em primeiro lugar, constituem um caminho privilegiado para quantos vivem na indiferença e na dúvida acerca da sua existência e ação. Contudo, isto exige que o testemunho de fé de cada um se torne cada vez mais transparente, purificando a própria vida para que esteja em conformidade com Cristo. Hoje muitos têm uma concepção limitada da fé cristã porque a identificam com um mero sistema de crença e de valores e não com a verdade de um Deus que se revelou na história, desejoso de comunicar intimamente com o homem, numa relação de amor com ele. Na realidade, como fundamento de toda a doutrina e valor está o evento do encontro do homem com Deus em Jesus Cristo. O Cristianismo, antes de uma moral ou de uma ética, é o acontecimento do amor, é o acolhimento da pessoa de Jesus. Por isso o cristão e as comunidades cristãs antes de mais devem olhar e fazer olhar para Cristo, o verdadeiro Caminho que leva a Deus.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 21 de Novembro de 2012

Ano da Fé. O bom senso da fé em Deus

Estimados irmãos e irmãs

Caminhemos em frente neste Ano da fé, levando no nosso coração a esperança de redescobrir quanta alegria existe em crer e em reencontrar o entusiasmo de comunicar a todos as verdades da fé. Estas verdades não constituem uma simples mensagem acerca de Deus, uma informação particular sobre Ele. Ao contrário, exprimem o acontecimento do encontro de Deus com os homens, encontro salvífico e libertador, que realiza as aspirações mais profundas do homem, os seus anseios de paz, de fraternidade e de amor. A fé leva a descobrir que o encontro com Deus valoriza, aperfeiçoa e eleva aquilo que existe de verdadeiro, de bom e de belo no homem. Assim acontece que, enquanto Deus se revela e se deixa conhecer, o homem descobre quem é Deus e, conhecendo-o, descobre-se a si mesmo, a própria origem, o seu destino, a grandeza e a dignidade da vida humana.

A fé permite um saber autêntico sobre Deus, que abrange toda a pessoa humana: é um "saber ", ou seja de um conhecer que confere sabor à vida, um novo gosto de existir, um modo jubiloso de estar no mundo. A fé manifesta-se no dom de si pelos outros, na fraternidade que torna o homem solidário, capaz de amar, vencendo a solidão que o torna triste. Por isso, este conhecimento de Deus através da fé não é unicamente intelectual, mas vital. É o conhecimento de Deus-Amor, graças ao seu próprio amor. Além disso, o amor de Deus faz ver, abre os olhos, permite conhecer toda a realidade, para além das perspectivas limitadas do individualismo e do subjetivismo que desorientam as consciências. Por isso, o conhecimento de Deus é experiência de fé e implica, ao mesmo tempo, um caminho intelectual e moral: tocados profundamente pela presença do Espírito de Jesus em nós, ultrapassamos os horizontes dos nossos egoísmos e abrimo-nos aos verdadeiros valores da existência.

Hoje, nesta catequese, gostaria de meditar sobre o bom senso da fé em Deus. Desde os primórdios, a tradição católica rejeitou o chamado fideísmo, que é a vontade de crer contra a razão. *Credo quia absurdum* (creio, porque é absurdo) não é uma fórmula que interpreta a fé católica. Com efeito, Deus não é absurdo, eventualmente é mistério. O mistério por sua vez não é irracional, mas superabundância de sentido, de significado, de verdade. Se, olhando para o mistério, a razão vê obscuridade, não é porque no mistério não haja luz, mas sobretudo porque há demasiada. Assim como quando o olhar do homem se volta diretamente para o sol, só vê trevas; mas quem diria que o sol não é luminoso, aliás, a fonte da luz? A fé permite olhar para o «sol», Deus, porque é acolhimento da sua revelação na história e, por assim dizer,

recebe verdadeiramente toda a luminosidade do mistério de Deus, reconhecendo o grande milagre: Deus aproximou-se do homem, ofereceu-se ao seu conhecimento, condescendendo com o limite criatural da sua razão (cf. Concílio Ecumênico Vaticano II, Costituição dogmática Dei Verbum, 13). Ao mesmo tempo Deus, com a sua graça, ilumina a razão, abre-lhe horizontes novos, incomensuráveis e infinitos. Por isso, a fé constitui um estímulo a procurar sempre, a nunca parar nem se contentar com a descoberta inesgotável da verdade e da realidade. É falso o preconceito de certos pensadores modernos, segundo os quais a razão humana seria como que bloqueada pelos dogmas da fé. É verdade precisamente o contrário, como os grandes mestres da tradição católica demonstraram. Antes da sua conversão, santo Agostinho procura a verdade com grande inquietação, através de todas as filosofias disponíveis, julgando-as todas insatisfatórias. A cansativa busca racional é para ele uma pedagogia significativa para o encontro com a Verdade de Cristo. Quando diz: «compreende para crer, e crê para compreender» (Discurso 43, 9: PL 38, 258), é como se narrasse a própria experiência de vida. Diante da Revelação divina, intelecto e fé não são alheios nem antagonistas, mas ambos são condições para compreender o sentido da mesma, para acolher a sua mensagem autêntica, aproximando-se do limiar do mistério. Juntamente com muitos outros autores cristãos, santo Agostinho é testemunha de uma fé que se exerce com a razão, que pensa e convida a pensar. Neste sulco, santo Anselmo dirá no seu *Proslogion* que a fé católica é *fides quaerens intellectum*, onde o procurar a inteligência é um ato interior do crer. Será principalmente são Tomás de Aquino — fortalecido por esta tradição — que se confrontará com a razão dos filósofos, mostrando quanta vitalidade racional nova e fecunda deriva para o pensamento humano da inserção dos princípios e das verdades da fé cristã.

Portanto, a fé católica é razoável e nutre confiança também na razão humana. Na Constituição dogmática *Dei Filius*, o Concílio Vaticano I afirmou que a razão é capaz de conhecer com certeza a existência de Deus através do caminho da criação, enquanto à fé pertence só a possibilidade de conhecer «facilmente, com certeza absoluta e sem erro» (ds 3005) as verdades que dizem respeito a Deus, à luz da graça. Além disso, o conhecimento da fé não é contrário à reta razão.

Com efeito, na Encíclica *Fides et ratio*, o Beato Papa João Paulo II resume assim: «A razão do homem não é anulada nem humilhada, quando presta assentimento aos conteúdos de fé; é que estes são alcançados por decisão livre e consciente» (n. 43). No desejo irresistível de verdade, somente uma relação harmoniosa entre fé e razão é o caminho reto que conduz a Deus e ao pleno cumprimento de si mesmo.

Esta doutrina é facilmente reconhecível em todo o Novo Testamento. Como ouvimos, escrevendo aos cristãos de Corinto, são Paulo afirma: «Os judeus pedem milagres, os gregos reclamam a sabedoria; mas nós pregamos Cristo crucificado, escândalo para os judeus e loucura para os pagãos» (1 Cor 1, 22-23). Com efeito, Deus salvou o mundo não com um gesto de poder, mas mediante a humilhação do seu Filho unigênito: segundo os parâmetros humanos, a modalidade insólita atuada por Deus não condiz com as exigências da sabedoria grega. E no entanto, a Cruz de Cristo tem uma sua razão, que são Paulo chama: *ho lógos tou staurou*, "a palavra da cruz" (1 Cor 1, 18). Aqui, o termo *lógos* indica tanto a palavra como a razão e, se alude à palavra, é porque expressa verbalmente o que a razão elabora. Portanto, Paulo vê na Cruz não um acontecimento irracional, mas um acontecimento salvífico que possui um seu bom senso reconhecível à luz da fé. Ao mesmo tempo, ele tem tanta confiança na razão humana, a ponto de se admirar pelo fato de que muitos, mesmo vendo as obras realizadas por Deus, se obstinam a não acreditar n'Ele. Na Carta aos Romanos diz: «Com efeito, as... perfeições invisíveis [de Deus], o seu poder e divindade sempiternos, tornam-se visíveis à inteligência, através das suas obras» (1, 20). Assim, também são Pedro exorta os cristãos da diáspora a adorar «Cristo Senhor nos vossos corações. Estai sempre prontos a responder, para a vossa defesa, a todo aquele que vos perguntar a razão da vossa esperança» (1 Pd 3, 15). Num clima de perseguição e de forte exigência de testemunhar a fé, aos fiéis pede-se que justifiquem com motivações fundadas a sua adesão à palavra do Evangelho, que expliquemos a razão da nossa esperança.

É nestas premissas acerca do nexo fecundo entre compreender e crer que se funda inclusive a relação virtuosa entre ciência e fé. Como vemos, a pesquisa científica leva ao conhecimento de verdades sempre novas sobre o homem e o cosmos. O verdadeiro bem da humanidade, acessível na fé, abre o horizonte no qual se deve mover o seu caminho de descoberta. Portanto devem ser encorajadas, por exemplo, as investigações postas ao serviço da vida, que visam debelar as enfermidades. São importantes também as pesquisas destinadas a descobrir os segredos do nosso planeta e do universo, na consciência de que o homem está no ápice da criação não para a explorar insensatamente, mas para a preservar e tornar habitável. Assim a fé, vivida realmente, não entra em conflito com a ciência, aliás, coopera com ela, oferecendo critérios basilares a fim de que promova o bem de todos, pedindo-lhe que renuncie apenas àquelas tentativas que — opondo-se ao desígnio originário de Deus — podem produzir efeitos que se voltam contra o próprio homem. Também por isso é razoável acreditar: se a ciência é uma aliada preciosa da fé para a compreensão do desígnio de Deus no universo, a fé permite

que o progresso científico se realize sempre para o bem e para a verdade do homem, permanecendo fiel a este mesmo desígnio.

Eis por que motivo é decisivo para o homem abrir-se à fé e conhecer Deus e o seu desígnio de salvação em Jesus Cristo. No Evangelho é inaugurado um novo humanismo, uma autêntica «gramática» do homem e de toda a realidade. O Catecismo da Igreja Católica afirma: «A verdade de Deus é a sua sabedoria, que comanda toda a ordem da criação e governo do mundo. Só Deus que, sozinho, "criou o céu e a terra" (Sl 115, 15), pode dar o conhecimento verdadeiro de todas as coisas criadas na sua relação com Ele» (n. 216).

Então, confiamos que o nosso compromisso na evangelização ajuda a dar uma renovada centralidade ao Evangelho na vida de muitos homens e mulheres do nosso tempo. E oremos a fim de que todos voltem a encontrar em Cristo o sentido da existência e o fundamento da verdadeira liberdade: com efeito, sem Deus o homem perde-se a si próprio. Os testemunhos de quantos nos precederam e dedicaram a sua vida ao Evangelho confirmam-no para sempre. Crer é razoável, está em jogo a nossa existência. Vale a pena despender-se por Cristo, o único que sacia os desejos de verdade e de bem arraigados na alma de cada homem: agora, no tempo que passa, e no dia sem ocaso da Eternidade bem-aventurada.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 28 de Novembro de 2012

O Ano da Fé. Como falar de Deus?

Queridos irmãos e irmãs,

A interrogação central que hoje levantamos é a seguinte: como falar de Deus no nosso tempo? Como comunicar o Evangelho, para abrir caminhos à sua verdade salvífica nos corações muitas vezes fechados dos nossos contemporâneos e nas suas mentes por vezes distraídas pelas numerosas luzes da sociedade? O próprio Jesus, dizem-nos os evangelistas, ao anunciar o Reino de Deus, interrogou-se acerca disto: «A quem compararemos o Reino de Deus? Ou com que parábola o representaremos?» (Mc 4, 30). Como falar de Deus hoje? A primeira resposta é que nós podemos falar de Deus, porque Ele falou conosco. Portanto, a primeira condição para falar de Deus é a escuta daquilo que o próprio Deus disse. Deus falou conosco! Por conseguinte, Deus não é uma hipótese distante sobre a origem do mundo; não é uma inteligência matemática muito distante de nós. Deus interessa-se por nós, ama-nos, entrou pessoalmente na realidade da nossa história e comunicou-se a si mesmo a ponto de se encarnar. Portanto, Deus é uma realidade da nossa vida, é tão grande que tem tempo também para nós, preocupa-se conosco. Em Jesus de Nazaré nós encontramos o rosto de Deus, que desceu do seu Céu para se imergir no mundo dos homens, no nosso mundo, e para ensinar a «arte de viver», o caminho da felicidade; para nos libertar do pecado e para nos tornar filhos de Deus (cf. Ef 1, 5; Rm 8, 14). Jesus veio para nos salvar e para nos mostrar a vida boa do Evangelho.

Falar de Deus quer dizer, antes de tudo, ter bem claro o que devemos levar aos homens e às mulheres do nosso tempo: não um Deus abstrato, uma hipótese, mas um Deus concreto, um Deus que existe, que entrou na história e está presente na história; o Deus de Jesus Cristo como resposta à pergunta fundamental do porquê e do como viver. Por isso, falar de Deus exige uma familiaridade com Jesus e com o seu Evangelho, supõe um nosso conhecimento pessoal e real de Deus, e uma forte paixão pelo seu desígnio de salvação, sem ceder à tentação do sucesso, mas seguindo o método do próprio Deus. O método de Deus é o da humildade — Deus faz-se um de nós — é o método realizado na Encarnação na simples casa de Nazaré e na gruta de Belém, o da parábola do pequeno grão de mostarda. É preciso não temer a humildade dos pequenos passos e confiar no fermento que se mistura com a massa e que, lentamente, a faz crescer (cf. Mt 13, 33). Ao falar de Deus, na obra de evangelização, sob a guia do Espírito Santo, é necessária uma recuperação de simplicidade, um retorno ao essencial do anúncio: a Boa Notícia de um Deus que é real e concreto, um Deus que se interessa por nós, um Deus-Amor que se faz próximo de nós em Jesus Cristo até à Cruz, e que na Ressurreição nos doa a

esperança e nos abre para uma vida que não tem fim, a vida eterna, a vida verdadeira. Aquele comunicador extraordinário que foi o apóstolo Paulo oferece-nos uma lição que vai precisamente ao cerne da fé, do problema de «como falar de Deus» com grande simplicidade. Na Primeira Carta aos Coríntios, ele escreve: «Também eu, quando fui ter convosco, irmãos, não fui com o prestígio da eloquência nem da sabedoria, anunciar-vos o testemunho de Deus. Julguei não dever saber coisa alguma entre vós, senão Jesus Cristo, e Jesus Cristo crucificado» (2, 1-2). Portanto, a primeira realidade é que Paulo não fala de uma filosofia por ele desenvolvida, não fala de ideias que encontrou alhures ou que inventou, mas fala de uma realidade da sua vida, fala do Deus que entrou na sua vida, fala de um Deus real que vive, falou com Ele e falará conosco, fala do Cristo crucificado e ressuscitado. A segunda realidade é que Paulo não se procura a si mesmo, não quer criar para si um grupo de admiradores, não quer entrar na história como chefe de uma escola de grandes conhecimentos, não se procura a si mesmo, mas são Paulo anuncia Cristo e deseja conquistar as pessoas para o Deus verdadeiro e real. Paulo fala só com o desejo de anunciar aquilo que entrou na sua vida, e que é a vida autêntica, que o arrebatou no caminho de Damasco. Portanto, falar de Deus quer dizer reservar espaço Àquele que no-lo faz conhecer, que nos revela o seu rosto de amor; quer dizer expropriar o próprio eu, oferecendo-o a Cristo, na consciência de que não somos nós que podemos conquistar os outros para Deus, mas devemos esperá-los do próprio Deus, invocá-los dele. Portanto, falar de Deus nascer da escuta, do nosso conhecimento de Deus que se realiza na familiaridade com Ele, na vida da oração e segundo os Mandamentos.

Comunicar a fé, para são Paulo, não significa anunciar-se a si mesmo, mas dizer aberta e publicamente aquilo que viu e sentiu no encontro com Cristo, quanto experimentou na sua existência já transformada por aquele encontro: é anunciar aquele Jesus que sente presente em si e que se tornou a verdadeira orientação da sua vida, para levar todos a compreender que Ele é necessário para o mundo e é decisivo para a liberdade de cada homem. O apóstolo não se contenta com proclamar palavras, mas envolve toda a sua existência na grande obra da fé. Para falar de Deus, é necessário reservar-lhe espaço, na confiança de que é Ele quem age na nossa debilidade: reservar-lhe espaço sem medo, com simplicidade e alegria, na convicção profunda de que quanto mais O pusermos no centro, Ele e não nós, tanto mais a nossa comunicação será frutuosa. E isto é válido também para as comunidades cristãs: elas são chamadas a mostrar a ação transformadora da graça de Deus, superando individualismos, fechamentos, egoísmos, indiferenças e vivendo o amor Deus nos relacionamentos quotidianos. Perguntemo-nos se as nossas comunidades são verdadeiramente assim. Temos que agir, para nos tornarmos sempre e realmente assim, anunciadores de Cristo e não de nós mesmos.

Nesta altura, temos que nos interrogar como o próprio Jesus comunicava. Na sua unicidade, Jesus fala do seu Pai — *Abbá* — e do Reino de Deus, com o olhar cheio de compaixão pelas necessidades e dificuldades da existência humana. Fala com grande realismo e, diria, o essencial do anúncio de Jesus é que torna transparente o mundo e a nossa vida tem valor para Deus. Jesus demonstra que no mundo e na criação transparece o rosto de Deus e mostra-nos que Deus está presente nas histórias quotidianas da nossa vida. Quer nas parábolas da natureza, o grão de mostarda, o campo com diversas sementes, quer na nossa vida, pensamos na parábola do filho pródigo, de Lázaro e noutras parábolas de Jesus. Dos Evangelhos nós vemos como Jesus se interessa por cada situação humana que Ele encontra, se imerge na realidade dos homens e das mulheres do seu tempo, com uma confiança plena na ajuda do Pai. E que realmente nesta história, de modo escondido, Deus está presente e, se prestarmos atenção, podemos encontrá-lo. E os discípulos que vivem com Jesus, as multidões que O encontram, vêem a sua reação aos problemas mais diversos, vêem como Ele fala, como se comporta; vêem nele a obra do Espírito Santo, a ação de Deus. Nele anúncio e vida entrelaçam-se: Jesus age e ensina, começando sempre a partir de uma relação íntima com Deus Pai. Este estilo torna-se uma indicação essencial para nós, cristãos: o nosso modo de viver na fé e na caridade torna-se um falar de Deus no presente, porque mostra com uma existência vivida em Cristo a credibilidade, o realismo daquilo que dizemos com palavras, que não são apenas palavras, mas demonstram a realidade, a realidade verdadeira. E nisto devemos estar atentos a captar os sinais dos tempos na nossa época, ou seja, a identificar as potencialidades, os desejos, os obstáculos que se encontram na cultura atual, de modo particular o desejo de autenticidade, o anseio pela transcendência, a sensibilidade pela salvaguarda da criação, e comunicar sem temor a resposta oferecida pela fé em Deus. O Ano da fé é ocasião para descobrir, com a fantasia animada pelo Espírito Santo, novos percursos a níveis pessoal e comunitário, a fim de que em cada lugar a força do Evangelho seja sabedoria de vida e orientação da existência.

Também no nosso tempo, um lugar privilegiado para falar de Deus é a família, a primeira escola para comunicar a fé às novas gerações. O Concílio Vaticano II fala dos pais como dos primeiros mensageiros de Deus (cf. Constituição dogmática Lumen gentium, 11; Decreto Apostolicam actuositatem, 11), chamados a redescobrir esta sua missão, assumindo a responsabilidade de educar, de abrir as consciências dos pequeninos ao amor de Deus, como um serviço fundamental à sua vida, de ser os primeiros catequistas e mestres da fé para os seus filhos. E nesta tarefa é importante antes de tudo a vigilância, que significa saber aproveitar as ocasiões favoráveis para introduzir na família o discurso de fé e para fazer amadurecer uma reflexão crítica em relação aos numerosos condicionamentos aos quais os filhos estão subme-

tidos. Esta atenção dos pais é também sensibilidade de entender as possíveis interrogações religiosas presentes no espírito dos filhos, às vezes evidentes, outras, escondidas. Depois, a alegria: a comunicação da fé deve ter sempre uma tonalidade de alegria. É a alegria pascal, que não se cala, nem oculta a realidade da dor, do sofrimento, do cansaço, da dificuldade, da incompreensão e da própria morte, mas sabe oferecer os critérios para interpretar tudo na perspectiva da esperança cristã. A vida boa do Evangelho é precisamente este novo olhar, esta capacidade de ver cada situação com os olhos do próprio Deus. É importante ajudar todos os membros da família a compreender que a fé não é um peso, mas uma fonte de júbilo profundo, é entender a obra de Deus, reconhecer a presença do bem, que não faz ruído; e oferece orientações preciosas para viver bem a própria existência. Enfim, a capacidade de escuta e de diálogo: a família deve ser um ambiente em que as pessoas aprendem a estar juntas, a recompor os contrastes no diálogo recíproco, que é feito de escuta e de palavra, a compreender-se e a amar-se, para ser um sinal mútuo do amor misericordioso de Deus.

Portanto, falar de Deus quer dizer fazer compreender com a palavra e com a vida que Deus não é o concorrente da nossa existência, mas sobretudo o seu verdadeiro garante, o protector da grandeza da pessoa humana. Assim voltamos ao início: falar de Deus é comunicar, com força e simplicidade, com a palavra e a vida, aquilo que é essencial: o Deus de Jesus Cristo, aquele Deus que nos mostrou um amor tão grande, a ponto de se encarnar, morrer e ressuscitar por nós; aquele Deus que pede para O seguir e para se deixar transformar pelo seu amor imenso, para renovar a nossa vida e os nossos relacionamentos; aquele Deus que nos concedeu a Igreja, para caminharmos juntos e, através da Palavra e dos Sacramentos, renovarmos toda a Cidade dos homens, a fim de que ela possa tornar-se Cidade de Deus.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 5 de Dezembro de 2012

O Ano da Fé. Deus revela o seu "desígnio de benevolência"

Queridos irmãos e irmãs,

No início da sua Carta aos cristãos de Éfeso (cf. 1, 3-14), o apóstolo Paulo eleva uma prece de bênção a Deus, Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que nos introduz na vivência do tempo de Advento, no contexto do Ano da fé. O tema deste hino de louvor é o projeto de Deus a respeito do homem, definido com termos repletos de alegria, de enlevo e de ação de graças, como um «desígnio de benevolência» (v. 9), de misericórdia e de amor.

Por que motivo o Apóstolo eleva a Deus, do profundo do seu coração, esta bênção? Porque vê o seu agir na história da salvação, culminado na encarnação, morte e ressurreição de Jesus, e contempla como o Pai celeste nos escolheu ainda antes da criação do mundo, para sermos seus filhos adotivos. No seu Filho Unigênito, Jesus Cristo (cf. Rm 8, 14s.; Gl 4, 4 s.). Nós existimos desde a eternidade na mente de Deus, num grande desígnio que Deus conservou em si mesmo e que decidiu pôr em prática e revelar «na plenitude dos tempos» (cf. Ef 1, 10). Por conseguinte, são Paulo faz-nos compreender como toda a criação e, de modo particular, o homem e a mulher, não são fruto do acaso, mas correspondem a um desígnio de benevolência da razão eterna de Deus que, com o poder criador e redentor da sua Palavra, dá origem ao mundo. Esta primeira afirmação recorda-nos que a nossa vocação não consiste simplesmente em existir no mundo, em sermos inseridos numa história, e nem sequer apenas em sermos criaturas de Deus; é algo ainda maior: é o fato de termos sido escolhidos por Deus, ainda antes da criação do mundo, no seu Filho Jesus Cristo. Portanto nele nós existimos — por assim dizer — desde sempre. Deus contempla-nos em Cristo, como filhos adotivos. O «desígnio de benevolência» de Deus, que é qualificado pelo Apóstolo como «desígnio de amor» (Ef 1, 5), é definido «o mistério» da vontade divina (cf. v. 9), escondido e agora manifestado na Pessoa e na obra de Jesus Cristo. A iniciativa divina precede toda a resposta humana: trata-se de um dom gratuito do seu amor, que nos envolve e nos transforma.

Mas qual é a finalidade derradeira deste desígnio misterioso? Qual é o centro da vontade de Deus? É aquele — diz-nos são Paulo — de «reconduzir a Cristo, única Cabeça, todas as coisas» (v. 10). Nesta expressão nós encontramos uma das formulações fulcrais do Novo Testamento, que nos fazem compreender o desígnio de Deus, o seu projeto de amor pela humanidade inteira, uma formulação que, no século ii, santo Ireneu de Lião inseriu como núcleo da sua cristologia: «recapitular» toda a realidade em Cristo. Talvez alguns de vós se recordem da fórmula utilizada pelo Papa São Pio x, para a consagração do mundo ao Sagrado Coração de

Jesus: «*Instaurare omnia in Christo*», fórmula que se inspira nesta expressão paulina e que era também o lema daquele santo Pontífice. No entanto, o Apóstolo fala mais precisamente de recapitulação do universo em Cristo, e isto significa que no grande desígnio da criação e da história, Jesus Cristo eleva-se como centro de todo o caminho do mundo, eixo principal de tudo, que atrai a si toda a realidade, para superar a dispersão e o limite, e reconduzir tudo à plenitude desejada por Deus (cf. Ef 1, 23).

Este «desígnio de benevolência» não permaneceu, por assim dizer, no silêncio de Deus, na altura do seu Céu, mas fê-lo conhecer entrando em relação com o homem, ao qual não revelou apenas algo, mas revelou-se a si mesmo. Ele não comunicou simplesmente um conjunto de verdades, mas comunicou-se a si mesmo, a ponto de se fazer um de nós, até se encarnar. O Concílio Ecumênico Vaticano II na Constituição dogmática *Dei Verbum* diz: «Aprouve a Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo [não apenas a algum aspecto de si, mas a Ele próprio] e dar a conhecer o mistério da sua vontade (cf. Ef 1, 9), segundo o qual os homens, por meio de Cristo, Verbo encarnado, têm acesso ao Pai no Espírito Santo e tornam-se participantes da natureza divina» (n. 2). Deus não só diz algo, mas comunica-se a si mesmo, atrai-nos na natureza divina, de tal modo que nós somos envolvidos nela, que somos divinizados. Deus revela o seu grande desígnio de amor, entrando em relação com o homem, aproximando-se dele a ponto de se fazer Ele mesmo homem. O Concílio acrescenta: «Deus invisível... na riqueza do seu amor fala aos homens como a amigos (cf. Êx 33, 11; Jo 15, 14-15) e convive com eles (cf. Br 3, 38) para os convidar e admitir à comunhão com Ele» (Ibidem). Unicamente com a sua inteligência e com as suas capacidades, o homem não teria podido alcançar esta revelação tão luminosa do amor de Deus; foi Deus que abriu o seu Céu e se humilhou para orientar o homem rumo ao abismo do seu amor.

São Paulo escreve ainda aos cristãos de Corinto: «Coisas que os olhos não viram, nem os ouvidos ouviram, nem o coração humano imaginou... tais são os bens que Deus tem preparado para aqueles que O amam. Todavia, Deus no-las revelou pelo seu Espírito, porque o Espírito penetra tudo, mesmo as profundezas de Deus» (1 Cor 2, 9-10). E são João Crisóstomo, numa célebre página de comentário do início da Carta aos Efésios, convida a saborear toda a beleza deste «desígnio de benevolência» de Deus revelado em Cristo, com as seguintes palavras: «O que te falta? Tornaste-te imortal, tornaste-te livre, tornaste-te filho, tornaste-te justo, tornaste-te irmão, tornaste-te co-herdeiro; reinas com Cristo e com Cristo és glorificado. Tudo nos foi doado e — como está escrito — «como não nos dará também com Ele todas as coisas?» (Rm 8, 32). As tuas primícias (cf. 1 Cor 15, 20.23) são adoradas pelos anjos [...]: o que é que te falta?» (pg 62, 11).

Esta comunhão em Cristo, por obra do Espírito Santo, oferecida por Deus a todos os homens com a luz da Revelação, não é algo que vem a sobrepor-se acima da nossa humanidade, mas constitui o cumprimento das aspirações mais profundas, daquele desejo de infinito e de plenitude que se abriga no íntimo do ser humano, abrindo-o a uma felicidade não momentânea nem limitada, mas eterna. São Boaventura de Bagnoregio, referindo-se a Deus que se revela e nos fala através das Sagradas Escrituras para nos conduzir a Ele, faz a seguinte afirmação: «A Sagrada Escritura é [...] o livro no qual estão escritas palavras de vida eterna para que não apenas acreditemos, mas também possuamos a vida eterna, na qual veremos, amaremos e serão realizados todos os nossos desejos» (Breviloquium, Prol.; Opera Omnia vv. 201 s.). Finalmente, o Beato Papa João Paulo II recordava que «a Revelação coloca dentro da história um ponto de referência de que o homem não pode prescindir, se quiser chegar a compreender o mistério da sua existência; mas, por outro lado, este conhecimento apela constantemente para o mistério de Deus que a mente não consegue abarcar, mas apenas receber e acolher na fé» (Encíclica Fides et ratio, 14).

Nesta perspectiva, o que é portanto o ato da fé? É a resposta do homem à Revelação de Deus, que se faz conhecer, que manifesta o seu desígnio de benevolência; é, para utilizar uma expressão agostiniana, deixar-se conquistar pela Verdade que é Deus, uma Verdade que é Amor. Por isso, são Paulo ressalta que é a Deus, que revelou o seu mistério, que se deve «a obediência da fé» (Rm 16, 26; cf. 1, 5; 2 Cor 10, 5-6), a atitude mediante a qual «o homem se entrega total e livremente a Deus, oferecendo a Deus revelador o obséquio pleno da inteligência e da vontade... e prestando voluntário assentimento à sua revelação» (Constituição dogmática Dei Verbum, 5). Tudo isto leva a uma mudança fundamental no modo de se relacionar com toda a realidade; tudo aparece numa luz nova; por conseguinte, trata-se de uma verdadeira «conversão», pois a fé consiste numa «mudança de mentalidade», porque o Deus que se revelou em Jesus Cristo e faz conhecer o seu desígnio de amor, conquista-nos, atrai-nos e torna-se o sentido que sustêm a vida, a rocha sobre a qual ela pode encontrar estabilidade. No Antigo Testamento encontramos uma densa expressão sobre a fé, que Deus confia ao profeta Isaías a fim de que a comunique ao rei de Judá, Acaz. Deus afirma: «Se não acreditardes — ou seja, se não permanecerdes fiéis a Deus — não conseguireis subsistir» (Is 7, 9b). Portanto, existe um vínculo entre o estar e o compreender, que expressa bem o modo como a fé é um acolher na própria vida a visão de Deus sobre a realidade, deixar que seja Deus a orientar-nos com a sua Palavra e os seus Sacramentos para compreendermos o que devemos realizar, qual é o caminho que devemos percorrer, como havemos de viver. Mas ao mesmo tempo, é precisamente o

compreender em conformidade com Deus, o ver com os seus olhos, que torna a nossa vida estável, que nos permite «permanecer de pé» e não cair.

Estimados amigos, o Advento, o tempo litúrgico ao qual há pouco demos início e que nos prepara para o Santo Natal, coloca-nos diante do mistério luminoso da vinda do Filho de Deus, do grandioso «desígnio de benevolência» com o qual Ele deseja atrair-nos a si, para nos fazer viver em plena comunhão de alegria e de paz com Ele. O Advento convida-nos mais uma vez, no meio de tantas dificuldades, a renovar a certeza de que Deus está presente: Ele entrou no mundo, fazendo-se um de nós, para levar à plenitude o seu plano de amor. E Deus pede-nos que, também nós, nos tornemos um sinal da sua obra no mundo. Através da nossa fé, da nossa esperança e da nossa caridade, Ele quer entrar no mundo sempre de novo e, sempre de novo, deseja fazer resplandecer a sua luz na nossa noite.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 12 de Dezembro de 2012

O Ano da Fé. As etapas da Revelação

Queridos irmãos e irmãs,

Na catequese passada falei da Revelação de Deus, como comunicação que Ele faz de Si mesmo e do seu desígnio de benevolência e de amor. Esta Revelação de Deus insere-se no tempo e na história dos homens: história que se torna «o lugar onde podemos constatar a obra de Deus em favor da humanidade. Ele vem ter conosco, servindo-se daquilo que nos é mais familiar e mais fácil de verificar, ou seja, o nosso contexto quotidiano, fora do qual não conseguiríamos entender-nos» (João Paulo II, Encíclica Fides et ratio, 12).

O evangelista são Marcos — como ouvimos — cita com termos claros e sintéticos, os momentos iniciais da pregação de Jesus: «Completou-se o tempo e o Reino de Deus está próximo» (Mc 1, 15). O que ilumina e dá sentido pleno à história do mundo e do homem começa a resplandecer na gruta de Belém; é o Mistério que contemplaremos daqui a pouco, no Natal: a salvação que se realiza em Jesus Cristo. Em Jesus de Nazaré Deus manifesta o seu rosto e pede a decisão do homem de o reconhecer e seguir. O revelar-se de Deus na história, para entrar em relação de diálogo de amor com o homem, dá um novo sentido a todo o caminho humano. A história não é um simples suceder-se de séculos, anos e dias, mas é o tempo de uma presença que lhe confere pleno significado, abrindo-a a uma esperança sólida.

Onde podemos ler as etapas desta Revelação de Deus? A Sagrada Escritura é o lugar privilegiado para descobrir os acontecimentos deste caminho, e gostaria — mais uma vez — de convidar todos, nestes Ano da fé, a tomar nas mãos mais frequentemente a Bíblia para a ler e meditar, e a prestar maior atenção às Leituras da Missa dominical; tudo isto constitui um alimento precioso para a nossa fé.

Lendo o Antigo Testamento podemos ver que as intervenções de Deus na história do povo que Ele escolhe para Si e com o qual estabelece aliança não são eventos que passam e caem no esquecimento, mas tornam-se «memória», constituem juntos a «história da salvação», conservada viva na consciência do povo de Israel através da celebração dos acontecimentos salvíficos. Assim, no Livro do Êxodo o Senhor indica a Moisés que celebre o grande momento da libertação da escravidão do Egito, a Páscoa judaica, com estas palavras: «Conservareis a memória daquele dia, celebrando-o com uma festa em honra do Senhor: fareis isso de geração em geração, pois é uma instituição perpétua» (12, 14). Para todo o povo de Israel, recordar o que Deus realizou torna-se uma espécie de imperativo constante, para que o transcorrer do tempo seja marcado pela memória viva dos acontecimentos passados, que assim formam, dia

após dia, de novo a história e permanecem presentes. No Livro do Deuteronômio, Moisés dirige-se ao povo, dizendo: «Cuida de nunca esqueceres o que viste com os teus olhos, e toma cuidado para que isso nunca saia do teu coração, enquanto viveres; e ensina-o aos teus filhos, e aos filhos dos teus filhos» (4, 9). E assim diz também a nós: «Cuida de nunca esqueceres o que Deus fez por nós». A fé é alimentada pela descoberta e pela memória do Deus sempre fiel, que guia a história e constitui o fundamento seguro e estável sobre o qual apoiar a própria vida. Também o cântico do Magnificat, que a Virgem Maria eleva a Deus, é um exemplo excelso desta história da salvação, desta memória que torna e mantém presente o agir de Deus. Maria exalta o agir misericordioso de Deus no caminho concreto do seu povo, a fidelidade às promessas de aliança feitas a Abraão e à sua descendência; e tudo isto é memória viva da presença divina que nunca esmorece (cf. Lc 1, 46-55).

Para Israel, o Êxodo é o evento histórico central em que Deus revela o seu agir poderoso. Deus liberta os israelitas da escravidão do Egito, para que possam regressar à Terra prometida e adorá-lo como Senhor único e verdadeiro. Israel não se põe a caminho para ser um povo como os outros — para ter também ele uma independência nacional — mas para servir Deus no culto e na vida, a fim de criar para Deus um lugar onde o homem lhe é obediente, onde Deus está presente e é adorado no mundo; e, naturalmente, não só para eles, mas para o testemunhar no meio dos outros povos. Celebrar este evento é torná-lo presente e atual, porque a obra de Deus não desfalece. Ele é fiel ao seu desígnio de libertação e continua a persegui-lo, a fim de que o homem possa reconhecer e servir o seu Senhor e responder com fé e amor ao seu agir.

Portanto, Deus revela-se não só no gesto primordial da criação, mas entrando na nossa história, na história de um pequeno povo que não era o mais numeroso, nem o mais forte. E esta Revelação de Deus, que continua na história, culmina em Jesus Cristo: Deus, o Logos, a Palavra criadora que está na origem do mundo, encarnou em Jesus e mostrou o verdadeiro rosto de Deus. Em Jesus realizam-se todas as promessas, nele culmina a história de Deus com a humanidade. Quando lemos a narração dos dois discípulos a caminho de Emaús, escrita por são Lucas, vemos como sobressai de modo claro que a pessoa de Cristo ilumina o Antigo Testamento, toda a história da salvação, e mostra o grande desígnio unitário dos dois Testamentos, indica o caminho da sua unicidade. Com efeito, Jesus explica aos dois viandantes confusos e decepcionados, que Ele é o cumprimento de todas as promessas: «E começando por Moisés, percorrendo todos os profetas, explicava-lhes o que dele se fora dito em todas as Escrituras» (24, 27). O evangelista cita a exclamação dos dois discípulos depois de ter reconhecido que

aquele companheiro de viagem era o Senhor: «Não ardia o nosso coração, quando Ele nos falava pelo caminho e nos explicava as Escrituras?» (v. 32).

O Catecismo da Igreja Católica resume as etapas da Revelação divina, indicando sinteticamente o seu desenvolvimento (cf. nn. 54-64): Deus convidou o homem desde os primórdios a uma comunhão íntima consigo, e até quando o homem, pela sua própria desobediência, perdeu a sua amizade, Deus não o quis abandonar ao poder da morte, mas ofereceu muitas vezes aos homens a sua aliança (cf. Missal Romano, Oração eucarística IV). O Catecismo repercorre o caminho de Deus com o homem, desde a aliança com Noé depois do dilúvio, até à chamada de Abraão, a sair da sua terra para fazer dele pai de uma multidão de povos. Deus forma Israel como seu povo, através do evento do Êxodo, a aliança do Sinai e o dom, por meio de Moisés, da Lei para ser reconhecido e servido como o único Deus vivo e verdadeiro. Com os profetas, Deus guia o seu povo na esperança da salvação. Conhecemos — através de Isaías — o «segundo Êxodo», o regresso do exílio da Babilônia para a própria terra, a refundação do povo; mas ao mesmo tempo, muitos permanecem na dispersão e assim tem início a universalidade desta fé. No final, já não se espera apenas um rei, Davi, um filho de Davi, mas um «Filho do homem», a salvação de todos os povos. Realizam-se encontros entre as culturas, primeiro com a Babilônia e a Síria, depois também com a multidão grega. Assim vemos como o caminho de Deus se amplia, se abre cada vez mais para o Mistério de Cristo, Rei do universo. Em Cristo realiza-se finalmente a Revelação na sua plenitude, o desígnio de benevolência de Deus: Ele mesmo faz-se um de nós.

Detive-me a fazer memória do agir de Deus na história do homem, para mostrar as etapas deste grande desígnio de amor testemunhado no Antigo e no Novo Testamento: um único desígnio de salvação dirigido à humanidade inteira, progressivamente revelado e realizado pelo poder de Deus, onde Deus reage sempre às respostas do homem e encontra novos inícios de aliança quando o homem se perde. Isto é fundamental no caminho de fé. Estamos no tempo litúrgico do Advento, que nos prepara para o Santo Natal. Como todos nós sabemos, o termo «Advento» significa «vinda», «presença», e no passado indicava precisamente a chegada do rei ou do imperador a uma determinada província. Para nós, cristãos, esta palavra indica uma realidade maravilhosa e impressionante: o próprio Deus cruzou o seu Céu e debruçou-se sobre o homem; estabeleceu uma aliança com ele, entrando na história de um povo; Ele é o rei que desceu nesta pobre província que é a terra e concedeu-nos a sua visita assumindo a nossa carne, tornando-se homem como nós. O Advento convida-nos a repercorrer o caminho desta presença e recorda-nos sempre de novo que Deus não saiu do mundo, não está ausente, não nos abandonou a nós mesmos, mas vem ao nosso encontro de vários modos, que devemos apren-

der a discernir. E também nós, com a nossa fé, a nossa esperança e a nossa caridade, somos chamados todos os dias a divisar e testemunhar esta presença no mundo muitas vezes superficial e distraído, e a fazer resplandecer na nossa vida a luz que iluminou a gruta de Belém. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL
Quarta-feira, 19 de Dezembro de 2012

Virgem Maria. Ícone da fé obediente

Queridos irmãos e irmãs!

No caminho do Advento, a Virgem Maria ocupa um lugar especial, como Aquela que de maneira singular esperou a realização das promessas de Deus, acolhendo na fé e na carne Jesus, o Filho de Deus, em plena obediência à vontade divina. Hoje, gostaria de meditar brevemente convosco a propósito da fé de Maria, a partir do grande mistério da Anunciação.

«*Chaîre kecharitomene, ho Kyrios meta sou*», «Ave, cheia de graça, o Senhor está contigo!» (Lc 1, 28). São estas as palavras — citadas pelo evangelista Lucas — com as quais o arcanjo Gabriel se dirige a Maria. À primeira vista, o termo *chaîre*, "ave", parece uma saudação normal, usual no âmbito grego, mas estas palavras, se forem lidas no contexto da tradição bíblica, adquirem um significado muito mais profundo. Este mesmo termo aparece quatro vezes na versão grega do Antigo Testamento e sempre como anúncio de alegria pela vinda do Messias (cf. Sf 3, 14; Gl 2, 21; Zc 9, 9; Lm 4, 21). Portanto, a saudação do anjo a Maria constitui um convite à alegria, a um júbilo profundo, anuncia o fim da tristeza que existe no mundo, diante do limite da vida, do sofrimento, da morte, da maldade e da obscuridade do mal que parece ofuscar a luz da bondade divina. Trata-se de uma saudação que marca o início do Evangelho, da Boa Nova.

Mas por que Maria é convidada a alegrar-se deste modo? A resposta encontra-se na segunda parte da saudação: "o Senhor está contigo". Também aqui, para compreender bem o sentido desta expressão, devemos consultar o Antigo Testamento. No Livro de Sofonias encontramos esta expressão: «Alegra-te, filha de Sião... O rei de Israel, que é o Senhor, está no meio de ti... O Senhor teu Deus está no meio de ti como Salvador poderoso» (3, 14-17). Nestas palavras existe uma promessa dupla feita a Israel, à filha de Sião: Deus virá como Salvador e fará a sua morada precisamente no meio do seu povo, no ventre da filha de Sião. No diálogo entre o anjo e Maria realiza-se exatamente esta promessa: Maria é identificada com o povo desposado por Deus, é verdadeiramente a Filha de Sião em pessoa; é nela que se cumpre a expectativa da vinda definitiva de Deus, é nela que o Deus vivo faz a sua morada.

Na saudação do anjo, Maria é chamada «cheia de graça»; em grego o termo «graça», *charis*, tem a mesma raiz linguística da palavra «alegria». Também nesta expressão é ulteriormente esclarecida a nascente do alegrar-se de Maria: o júbilo provém da graça, ou seja, deriva da comunhão com Deus, do fato de manter um vínculo tão vital com Ele, a ponto de ser morada do Espírito Santo, totalmente plasmada pela obra de Deus. Maria é a criatura que de modo

singular abriu totalmente a porta ao seu Criador, colocando-se nas suas mãos sem quaisquer limites. Ela vive inteiramente da e na relação com o Senhor; põe-se em atitude de escuta, atenta a captar os sinais de Deus no caminho do seu povo; está inserida numa história de fé e de esperança nas promessas de Deus, que constitui o tecido da sua existência. E submete-se de maneira livre à palavra recebida, à vontade divina na obediência da fé.

O evangelista Lucas narra a vicissitude de Maria através de um paralelismo requintado com a vicissitude de Abraão. Do mesmo modo como o grande Patriarca é o pai dos crentes, que respondeu à chamada de Deus para sair da terra em que vivia, das suas seguranças, para começar a percorrer o caminho rumo a uma terra desconhecida e possuída só na promessa divina, assim Maria entrega-se com plena confiança à palavra que lhe anuncia o mensageiro de Deus, tornando-se modelo e mãe de todos os crentes.

Gostaria de sublinhar mais um aspecto importante: a abertura da alma a Deus e à sua obra na fé inclui também o elemento da obscuridade. A relação do ser humano com Deus não cancela a distância entre Criador e criatura, não elimina aquilo que o apóstolo Paulo afirma perante as profundezas da sabedoria de Deus: «Quão impenetráveis são os seus juízos e inexploráveis os seus caminhos!» (Rm 11, 33). Mas precisamente aquele que — como Maria — está aberto de modo total a Deus, consegue aceitar a vontade divina, ainda que seja misteriosa, embora muitas vezes não corresponda à própria vontade e seja uma espada que trespassa a alma, como profeticamente o velho Simeão dirá a Maria no momento em que Jesus é apresentado no Templo (cf. Lc 2, 35). O caminho de fé de Abraão abrange o momento de alegria pelo dom do filho Isaac, mas inclusive o momento da obscuridade, quando deve subir ao monte Moriá para cumprir um gesto paradoxal: Deus pede-lhe que sacrifique o filho que lhe tinha acabado de doar. No monte, o anjo ordena-lhe: «Não estendas a tua mão sobre o menino, e não lhe faças nada; agora sei que temes a Deus, e não me negaste o teu filho, o teu único filho» (Gn 22, 12); a confiança plena de Abraão no Deus fiel às promessas não esmorece nem sequer quando a sua palavra é misteriosa e difícil, quase impossível, de aceitar. É assim que acontece para Maria, pois a sua fé vive a alegria da Anunciação, mas passa inclusive através da obscuridade da crucifixão do seu Filho, para poder chegar até à luz da Ressurreição.

Não é diferente inclusive para o caminho de fé de cada um de nós: encontramos momentos de luz, mas vivemos também outros nos quais Deus parece ausente; o seu silêncio pesa no nosso coração e a sua vontade não corresponde à nossa, àquilo que nós gostaríamos. Mas quanto mais nos abrirmos a Deus, acolhermos o dom da fé, depositarmos totalmente nele a nossa confiança — como Abraão e como Maria — tanto mais Ele nos torna capazes, mediante a sua presença de viver cada situação da vida na paz e na certeza da sua fidelidade e do seu amor.

No entanto, isto significa sair de nós mesmos e dos nossos projetos, a fim de que a Palavra de Deus seja a lâmpada orientadora dos nossos pensamentos e das nossas ações.

Gostaria de refletir ainda sobre um aspecto que sobressai das narrações sobre a Infância de Jesus, escritas por são Lucas. Maria e José levam o Filho a Jerusalém, ao Templo, para o apresentar e consagrar ao Senhor, como prescreve a lei de Moisés: «Todo o primogênito varão será consagrado ao Senhor» (cf. Lc 2, 22-24). Este gesto da Sagrada Família adquire um sentido ainda mais profundo, se o interpretarmos à luz da ciência evangélica de Jesus com doze anos que, depois de três dias de procura, é encontrado no Templo a dialogar com os doutores. Às palavras cheias de preocupação de Maria e José: «Filho, porque nos fizeste isto? Olha que teu pai e eu andávamos aflitos à tua procura», corresponde a resposta misteriosa de Jesus: «Por que me procuráveis? Não sabíeis que devia estar em casa de meu Pai?» (Lc 2, 48-49). Ou seja, na propriedade do Pai, na casa do Pai, como o é um filho. Maria deve renovar a fé profunda com que disse «sim» na Anunciação; deve aceitar que a precedência seja do verdadeiro Pai de Jesus; deve saber deixar livre aquele Filho que gerou, a fim de que siga a sua missão. E o «sim» de Maria à vontade de Deus, na obediência da fé, repete-se ao longo de toda a sua vida, até ao momento mais difícil da Cruz.

Diante de tudo isto, podemos interrogar-nos: como foi que Maria conseguiu viver este caminho ao lado do Filho, com uma fé tão sólida, também nas obscuridades, sem perder a confiança completa na obra de Deus? Existe uma atitude de fundo que Maria assume perante aquilo que se verifica na sua vida. Na Anunciação, Ela sente-se perturbada ao ouvir as palavras do anjo — trata-se do temor que o homem sente quando é tocado pela proximidade de Deus — mas não é a atitude de quantos têm medo diante daquilo que Deus pode pedir. Maria medita, interroga-se a respeito do significado de tal saudação (cf. Lc 1, 29). O termo grego utilizado no Evangelho para definir este «meditar», «*dielogizeto*», evoca a raiz da palavra «diálogo». Isto significa que Maria entra em diálogo íntimo com a Palavra de Deus que lhe foi anunciada, não a considera superficialmente, mas detém-se, deixa-a penetrar na sua mente e no seu coração para compreender aquilo que o Senhor deseja dela, o sentido do anúncio. Outra referência à atitude interior de Maria diante da obra de Deus encontramo-la, ainda no Evangelho de são Lucas, no momento da Natividade de Jesus, depois da adoração dos pastores. Afirma-se que Maria «conservava todas estas coisas, ponderando-as no seu coração» (Lc 2, 19); em grego, o termo é *symballon* ; poderíamos dizer que Ela «mantinha unidos», «reunia» no seu coração todos os eventos que lhe estavam a acontecer; colocava cada um dos elementos, cada palavra, cada acontecimento no interior do tudo confrontando-o, conservando-o e reconhecendo que tudo deriva da vontade de Deus. Maria não se limita a uma primeira compreensão

superficial daquilo que acontece na sua vida, mas sabe olhar em profundidade, deixa-se interpelar pelos eventos, elabora-os, discerne-os e alcança aquele entendimento que só a fé pode garantir. É a humildade profunda da fé obediente de Maria, que acolhe em si mesma também aquilo que não compreende no agir de Deus, deixando que seja Deus quem abre a sua mente e o seu coração. «Feliz daquela que acreditou que teria cumprimento as coisas que lhe foram ditas da parte do Senhor» (Lc 1, 45), exclama a sua prima Isabel. É precisamente pela sua fé, que todas as gerações lhe chamarão ditosa.

Caros amigos, a solenidade do Natal do Senhor, que daqui a pouco celebraremos, convida-nos a viver esta mesma humildade e obediência de fé. A glória de Deus não se manifesta no triunfo e no poder de um rei, não resplandece numa cidade famosa, num palácio luxuoso, mas faz a sua morada no ventre de uma virgem, revela-se na pobreza de um menino. A onipotência de Deus, também na nossa vida, age com a força, muitas vezes silenciosa, da verdade e do amor. Então, a fé diz-nos que no final o poder indefeso daquele Menino vence o ruído das potências do mundo.

2013

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 2 de Janeiro de 2013

Foi concebido por obra do Espírito Santo

Queridos irmãos e irmãs,

O Natal do Senhor ilumina mais uma vez com a sua luz as trevas que muitas vezes envolvem o nosso mundo e nosso coração, e traz esperança e alegria. De onde vem esta luz? Da gruta de Belém, onde os pastores encontraram «Maria, José e o Menino, deitado na manjedoura» (Lc 2, 16). Diante desta Sagrada Família surge uma interrogação mais profunda: como pode aquele Menino pequenino e frágil ter trazido uma novidade tão radical ao mundo, a ponto de mudar o curso da história? Existe porventura algo de misterioso na sua origem, que vai mais além daquela gruta?

Assim, reemerge sempre de novo a interrogação sobre a origem de Jesus, a mesma que é feita pelo Procurador Pôncio Pilatos durante o processo: «De onde és Tu?» (Jo 19, 9). E no entanto, trata-se de uma origem bem clara. No Evangelho de João, quando o Senhor afirma: «Eu sou o pão que desceu do céu», os judeus reagem murmurando: «Não é porventura Ele Jesus, filho de José, de quem conhecemos o pai e a mãe? Portanto, como é que diz agora: "Desci do Céu?"» (Jo 6, 42). E, pouco mais tarde, os cidadãos de Jerusalém opõem-se vigorosamente diante da presumível messianidade de Jesus, afirmando que se sabe bem «de onde Ele é; Mas o Messias, ao contrário, quando vier, ninguém saberá de onde é» (Jo 7, 27). O próprio Jesus faz notar como é inadequada a pretensão deles de conhecer a Sua origem, e deste modo já oferece uma orientação para saber de onde Ele provém: «Não vim de mim mesmo; mas Aquele que me enviou, e que vós não conheceis, Ele é verdadeiro» (Jo 7, 28). Sem dúvida, Jesus é originário de Nazaré, nasceu em Belém, mas que se sabe da sua verdadeira origem?

Nos quatro Evangelhos sobressai claramente a resposta à pergunta «de onde» vem Jesus: a sua verdadeira origem é o Pai, Deus; Ele provém totalmente d'Ele, de uma maneira diversa de qualquer profeta ou enviado de Deus que o tenha precedido. Esta origem do mistério de Deus, "que ninguém conhece", está contida já nas narrações da infância, nos Evangelhos de Mateus e de Lucas, que estamos a ler neste tempo de Natal. O arcanjo Gabriel anuncia: «O Espírito Santo descerá sobre ti e a força do Altíssimo estenderá sobre ti a sua sombra. Por isso mesmo é que o Santo que vai nascer há-de chamar-se Filho de Deus» (Lc 1, 35). Nós repetimos estas palavras cada vez que recitamos o Credo, a Profissão de fé: « Et incarnatus est de Spiritu Sancto, ex Maria Virgine », «encarnou-se no seio da Virgem Maria por obra do Espírito Santo». Diante desta frase ajoelhamo-nos porque o véu que ocultava é, por assim dizer, desvelado e o

seu mistério insondável e inacessível nos toca: Deus torna-se o Emanuel, «o Deus conosco». Quando ouvimos as Missas compostas pelos grandes mestres da música sacra, penso por exemplo na Missa da Coroação, de Mozart, observamos imediatamente como eles fazem uma pausa de maneira particular nesta frase, como se quisessem procurar expressar com a linguagem universal da música aquilo que as palavras não conseguem manifestar: o grandioso mistério de Deus que se encarna, que se faz homem.

Se considerarmos atentamente a expressão «encarnou-se no seio da Virgem Maria por obra do Espírito Santo», descobrimos que ela inclui quatro sujeitos em ação. De modo explícito, são mencionados o Espírito Santo e Maria, mas está também subentendido «Ele», ou seja o Filho, que se fez carne no seio da Virgem, Na Profissão de fé, o Credo, Jesus é definido com diversos apelativos: «Senhor... Cristo, Filho unigênito de Deus... Deus de Deus, Luz da Luz, Deus verdadeiro do Deus verdadeiro... da mesma substância do Pai» (Credo nicenoconstantinopolitano). Em seguida, damo-nos conta que «Ele» remete para outra Pessoa, o Pai. Por conseguinte, o primeiro sujeito desta frase é o Pai que, com o Filho e com o Espírito Santo, é o único Deus.

Esta afirmação do Credo não diz respeito ao ser eterno de Deus, mas fala-nos sobretudo de uma ação na qual participam as três Pessoas divinas e que se realiza « ex Maria Virgine ». Sem ela, a entrada de Deus na história da humanidade não teria alcançado a sua finalidade e não se teria realizado aquilo que é central na nossa Profissão de fé: Deus é um Deus conosco. Assim, Maria pertence de modo irrenunciável à nossa fé no Deus que age, que entra na história. Ela põe à disposição toda a sua pessoa, «aceita» tornar-se lugar da morada de Deus.

Às vezes, também no caminho e na vida de fé, nós podemos sentir a nossa pobreza, a nossa inadequação perante o testemunho a oferecer ao mundo. Todavia, Deus escolheu precisamente uma mulher humilde, num povoado desconhecido, numa das províncias mais remotas do grande império romano. Sempre, mesmo no meio das dificuldades mais árduas a enfrentar, devemos ter confiança em Deus, renovando a fé na sua presença e na sua ação da nossa história, assim como na de Maria. Para Deus nada é impossível! Com Ele, a nossa existência caminha sempre num terreno seguro e está aberta a um futuro de esperança firme.

Professando no Credo: «Encarnou-se no seio da Virgem Maria por obra do Espírito Santo», nós afirmamos que o Espírito Santo, como força do Deus Altíssimo, realizou de forma misteriosa na Virgem Maria a concepção do Filho de Deus. O evangelista Lucas cita as palavras do arcanjo Gabriel: «O Espírito descerá sobre ti e a força do Altíssimo estenderá sobre ti a sua sombra» (1, 35). Duas evocações são evidentes: a primeira é no momento da criação. No início do Livro do Gênesis lemos que «o Espírito de Deus movia-se sobre a superfície das

águas» (1, 2); é o Espírito criador que deu vida a todas as coisas e ao ser humano. Aquilo que aconteceu em Maria, através da obra do mesmo Espírito divino, é uma nova criação: Deus, que do nada chamou o ser, mediante a Encarnação dá agora vida a um novo início da humanidade. Os Padres da Igreja falam diversas vezes de Cristo como do novo Adão, para sublinhar o início da nova criação a partir do nascimento do Filho de Deus no seio da Virgem Maria. Isto leva-nos a meditar sobre o modo como a fé traz, também a nós, uma novidade tão vigorosa, a ponto de produzir um segundo nascimento. Com efeito, no início do nosso ser cristãos está o Batismo, que nos faz renascer como filhos de Deus, que nos faz participar na relação filial que Jesus tem com o Pai. E gostaria de observar que nós recebemos o Batismo, ou seja, nós «somos batizados» — é um passivo — porque ninguém é capaz de se tornar filho de Deus sozinho: trata-se de uma dádiva que nos é conferida gratuitamente. São Paulo evoca esta filiação adoptiva dos cristãos numa passagem central da sua Carta aos Romanos, onde escreve: «Na verdade, todos aqueles que são movidos pelo Espírito de Deus são filhos de Deus. Porquanto, vós não recebestes um espírito de escravidão para voltardes a cair no temor; recebestes, pelo contrário, um espírito de adoção pelo qual chamamos: "*Abbá*! Pai!". O próprio Espírito dá testemunho, em união com o nosso espírito, de que somos filhos de Deus» (8, 14-16). Só abrindo-nos à obra de Deus, como Maria, e confiando a nossa vida ao Senhor como a um amigo em quem temos uma confiança total, é que tudo mudará, a nossa vida há-de adquirir um novo sentido e um novo rosto: o de filhos de um Pai que nos ama e nunca nos abandona.

Falámos de dois elementos: o primeiro é o Espírito, sobre a superfície das águas, o Espírito Criador; mas há um segundo elemento nas palavras da Anunciação. O arcanjo diz a Maria: «A força do Altíssimo estenderá sobre ti a sua sombra». Trata-se de uma evocação da nuvem santa que, durante o caminho do êxodo, pairava sobre a tenda do encontro, sobre a arca da aliança, que o povo de Israel levava consigo, e que indicava a presença de Deus (cf. Êx 40, 34-38). Portanto, Maria é a nova tenda santa, a nova arca da aliança: mediante o seu «sim» às palavras do arcanjo, Deus recebe uma morada neste mundo, Aquele que o universo inteiro não pode conter adquire morada no ventre de uma virgem.

Então, voltemos à questão da qual partimos, a propósito da origem de Jesus, resumida, pela pergunta de Pilatos: «De onde és Tu?». Das nossas reflexões aparece claramente, desde o início dos Evangelhos, qual é a verdadeira origem de Jesus: Ele é o Filho Unigênito do Pai, Ele vem de Deus. Estamos diante do grande e extraordinário mistério que celebramos neste tempo de Natal: por obra do Espírito Santo, o Filho de Deus encarnou-se no seio da Virgem Maria. Trata-se de um anúncio que ressoa sempre novo e que traz consigo esperança e alegria ao nosso coração, porque nos dá a certeza de que, não obstante muitas vezes nos sintamos frá-

geis, pobres e incapazes diante das dificuldades e do mal do mundo, contudo o poder de Deus age sempre e realiza maravilhas precisamente na debilidade. A sua graça é a nossa força (cf. 2 Cor 12, 9-10). Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 9 de Janeiro de 2013

Fez-se homem

Queridos irmãos e irmãs,

Neste tempo natalício, voltamos a meditar mais uma vez sobre o grande mistério de Deus que desceu do seu Céu para entrar na nossa carne. Em Jesus, Deus encarnou-se, tornou-se homem como nós e assim abriu-nos o caminho para o seu Céu, rumo à plena comunhão com Ele.

Nestes dias, nas nossas igrejas ressoou inúmeras vezes o termo «Encarnação» de Deus, para expressar a realidade que celebramos no Santo Natal: o Filho de Deus fez-se homem, como recitamos no Credo. Mas o que significa esta palavra central para a fé cristã? Encarnação deriva do latim «incarnatio». Santo Inácio de Antioquia — no final do primeiro século — e, acima de tudo, santo Ireneu, utilizaram este termo, meditando acerca do Prólogo do Evangelho de são João, de modo particular sobre a expressão: «O Verbo fez-se carne» (Jo 1, 14). Aqui, a palavra «carne», em conformidade com o uso hebraico, indica o homem na sua integridade, o homem todo, mas precisamente sob o aspecto da sua caducidade e temporalidade, da sua pobreza e contingência. Isto, para nos dizer que a salvação trazida por Deus que se fez carne em Jesus de Nazaré atinge o homem na sua realidade concreta e em qualquer situação em que se encontre. Deus assumiu a condição humana para a purificar de tudo aquilo que a separa dele, para nos permitir chamá-lo, no seu Filho Unigênito, com o nome «*Abbá*, Pai» e assim ser verdadeiramente filhos de Deus. Santo Ireneu afirma: «Este é o motivo pelo qual o Verbo se fez homem, e o Filho de Deus, Filho do homem: para que o homem, entrando em comunhão com o Verbo e recebendo assim a filiação divina, se tornasse filho de Deus» (Adversus haereses, 3, 19, 1: PG 7, 939; cf. Catecismo da Igreja Católica, n. 460).

«O Verbo fez-se carne» é uma daquelas verdades com as quais estamos tão habituados que já quase não nos impressiona pela grandeza do acontecimento que ela exprime. E efetivamente neste período natalício, durante o qual tal expressão volta com frequência na liturgia, às vezes prestamos mais atenção aos aspectos exteriores, às «cores» da festa, do que ao coração da grandiosa novidade cristã que celebramos: algo absolutamente impensável, que só Deus podia realizar, e no qual podemos entrar só mediante a fé. O Logos, que está em Deus, o Logos que é Deus, o Criador do mundo (cf. Jo 1, 1), por Quem foram criadas todas as coisas (cf. 1, 3), que acompanhou e acompanha os homens na história com a sua luz (cf. 1, 4-5; 1, 9), torna-se um no meio dos outros, adquire morada entre nós, torna-se um de nós (cf. 1, 14). O Concílio Ecumênico Vaticano II afirma: «O Filho de Deus... Trabalhou com mãos humanas, pensou

com uma inteligência humana, agiu com uma vontade humana, amou com um coração humano. Nascido da Virgem Maria, tornou-se verdadeiramente um de nós, semelhante a nós em tudo, exceto no pecado» (Constituição Gaudium et spes, 22). Então, é importante recuperar a reverência diante deste mistério, deixar-se envolver pela grandeza deste acontecimento: Deus, o Deus verdadeiro, Criador de tudo, percorreu como homem as nossas estradas, entrando no tempo do homem, para nos comunicar a sua própria vida (cf. 1 Jo 1, 1-4). E fê-lo não com o esplendor de um soberano que com o seu poder submete o mundo, mas com a humildade de um menino.

Gostaria de frisar um segundo elemento. No Santo Natal geralmente trocamos alguns dons com as pessoas mais próximas. Às vezes pode ser um gesto feito por convenção, mas em geral exprime carinho, é um sinal de amor e de estima. Na oração sobre o ofertório da Missa da noite da solenidade do Natal, a Igreja reza assim: «Aceitai, ó Pai, a nossa oferta nesta noite de luz, e através deste misterioso intercâmbio de dons, transformai-nos em Cristo vosso Filho, que elevou o homem ao seu lado na glória». Por conseguinte, o pensamento da doação está no centro da liturgia e na nossa consciência evoca o dom originário do Natal: naquela noite santa Deus, fazendo-se carne, quis entregar-se pelos homens, doou-se a si mesmo por nós; Deus ofereceu-nos o seu único Filho, assumiu a nossa humanidade para nos conferir a sua divindade. Este é o grande dom. Também no nosso doar não é importante que um presente seja caro ou não; quem não consegue doar um pouco de si mesmo, doa sempre muito pouco; aliás, às vezes procura-se precisamente substituir o coração e o compromisso de doação de si mesmo com o dinheiro, com coisas materiais. O mistério da Encarnação indica que Deus não fez assim: não concedeu algo, mas doou-se a si mesmo no seu Filho Unigênito. Encontremos aqui o modelo do nosso doar, a fim de que os nossos relacionamentos, especialmente os mais importantes, sejam guiados pela gratuidade do amor.

Gostaria de oferecer uma terceira reflexão: o acontecimento da Encarnação, de Deus que se faz homem como nós, que nos mostra o realismo inaudito do amor divino. Com efeito, o agir de Deus não se limita às palavras, aliás, poderíamos dizer que Ele não se contenta com falar, mas insere-se na nossa história e assume sobre si a dificuldade e o peso da vida humana. O Filho de Deus fez-se verdadeiramente homem, nasceu da Virgem Maria, numa época e num lugar determinados, em Belém, durante o reino do imperador Augusto, sob o governador Quirino (cf. Lc 2, 1-2); cresceu no seio de uma família, teve amigos, formou um grupo de discípulos, instruiu os apóstolos para dar continuidade à sua missão e terminou o curso da sua vida terrena na cruz. Este modo de agir de Deus é um forte estímulo a interrogar-nos sobre o realismo da nossa fé, que não se deve limitar à esfera do sentimento, das emoções deve entrar no

concreto da nossa existência, ou seja, deve referir-se à nossa vida de todos os dias e orientá-la inclusive de modo prático. Deus não se limitou às palavras, mas indicou-nos como viver, compartilhando a nossa própria experiência, exceto no pecado. O Catecismo de são Pio X, que alguns de nós estudaram quando eram jovens, com a sua essencialidade, à pergunta: «O que devemos fazer para viver segundo Deus?», dá esta resposta: «Para viver segundo Deus, devemos acreditar nas verdades reveladas por Ele e observar os seus mandamentos com a ajuda da sua graça, que se obtém mediante os sacramentos e a oração». A fé tem um aspecto fundamental, que diz respeito não só à mente e ao coração, mas à nossa vida inteira.

Proponho um último elemento à vossa reflexão. São João afirma que o Verbo, o Logos, estava em Deus desde o princípio, e que tudo foi feito através do Verbo e nada do que existe foi criado sem Ele (cf. Jo 1, 1-3). O evangelista alude claramente à narração da criação, que se encontra nos primeiros capítulos do Livro do Gênesis, relendo-o à luz de Cristo. Este é um critério fundamental na leitura cristã da Bíblia: o Antigo e o Novo Testamento devem ser lidos sempre juntos, e é a partir do Novo que se revela o sentido mais profundo também do Antigo. Aquele mesmo Verbo que existe desde sempre em Deus, que é Ele mesmo Deus e por meio do qual e em vista do qual tudo foi criado (cf. Cl 1, 16-17), fez-se homem: o Deus eterno e infinito imergiu-se na finitude humana, na sua criatura, para reconduzir a Ele o homem e a criação inteira. O Catecismo da Igreja Católica afirma: «A primeira criação encontrou o seu sentido e apogeu na nova criação em Cristo, cujo esplendor ultrapassa o da primeira» (n. 349). Os Padres da Igreja compararam Jesus com Adão, a ponto de o definir «segundo Adão», ou o Adão definitivo, a imagem perfeita de Deus. Com a Encarnação do Filho de Deus tem lugar uma nova criação, que oferece a resposta completa à interrogação: «Quem é o homem?». Só em Jesus se manifesta completamente o desígnio de Deus sobre o ser humano: Ele é o homem definitivo, segundo Deus. O Concílio Vaticano II reitera com vigor: «Na realidade, só no mistério do Verbo Encarnado é que se esclarece verdadeiramente o mistério do homem... Cristo, novo Adão, na própria revelação do mistério do Pai e do seu amor, revela o homem a si mesmo e descobre-lhe a sua vocação sublime» (Constituição Gaudium et spes, 22; cf. Catecismo da Igreja Católica, n. 359). Naquele menino, o Filho de Deus contemplado no Natal, podemos reconhecer a verdadeira face, não apenas de Deus, mas o rosto autêntico do ser humano; e só abrindo-nos à ação da sua graça e procurando segui-lo todos os dias, realizamos o desígnio de Deus sobre nós, sobre cada um de nós.

Caros amigos, neste período meditemos sobre a grande e maravilhosa riqueza do Mistério da Encarnação, para permitir que o Senhor nos ilumine e nos transforme cada vez, à imagem do seu Filho que por nós se fez homem.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 16 de Janeiro de 2013

Jesus Cristo "mediador e plenitude de toda a Revelação"

Queridos irmãos e irmãs,

O Concílio Vaticano II, na Constituição sobre a Revelação Divina Dei Verbum, afirma que a verdade íntima de toda a Revelação de Deus resplandece para nós «em Cristo, que é o mediador e ao mesmo tempo a plenitude de toda a Revelação» (n. 2). O Antigo Testamento narra-nos como Deus, depois da criação, não obstante o pecado original e apesar da arrogância do homem ao querer colocar-se no lugar do seu Criador, oferece de novo a possibilidade da sua amizade, sobretudo através da aliança com Abraão, e caminho de um pequeno povo, o povo de Israel, que Ele escolhe não com critérios de poder, mas simplesmente por amor. É uma escolha que permanece um mistério e revela o estilo de Deus, que chama alguns não para excluir os outros, mas para que sirvam de ponto conduzindo para Ele: escolha é sempre eleição pelo outro. Na história do povo de Israel podemos voltar a percorrer as etapas de um longo caminho em que Deus se faz conhecer, se revela e entra na história com palavras e ações. Para esta obra Ele serve-se de mediadores, como Moisés, os Profetas e os Juízes, que comunicam ao povo a sua vontade, recordam a exigência de fidelidade à aliança e mantêm viva a expectativa da realização plena e definitiva das promessas divinas.

E foi precisamente o cumprimento destas promessas que pudemos contemplar no Santo Natal: a Revelação de Deus alcança o seu ápice, a sua plenitude. Em Jesus de Nazaré, Deus visita realmente o seu povo, visita a humanidade de um modo que vai além de todas as expectativas: envia o seu Único Filho; o próprio Deus faz-se homem. Jesus não nos diz algo de Deus, não fala simplesmente do Pai, mas é Revelação de Deus, porque é Deus, e assim revela-nos o rosto de Deus. No Prólogo do seu Evangelho, são João escreve: «Ninguém nunca viu Deus. O Filho único, que está no seio do Pai, foi quem O revelou» (Jo 1, 18).

Gostaria de meditar sobre este «revelar o rosto de Deus». A este propósito são João, no seu Evangelho, recorda-nos um acontecimento significativo que há pouco ouvimos. Aproximando-se da Paixão, Jesus tranquiliza os seus discípulos, convidando-os a não ter medo e a ter fé; depois, instaura um diálogo com eles, no qual fala de Deus Pai (cf. Jo 14, 2-9). Numa certa altura, o apóstolo Filipe pede a Jesus: «Senhor, mostra-nos o Pai e isso basta-nos» (Jo 14, 8). Filipe é muito prático e concreto, e diz também o que nós desejamos dizer: «Queremos ver, mostra-nos o Pai», pede para «ver» o Pai, para ver o seu rosto. A resposta de Jesus não se dirige apenas a Filipe, mas também a nós, e introduz-nos no coração da fé cristológica; o Se-

nhor afirma: «Aquele que me viu, viu também o Pai» (Jo 14, 9). Nesta expressão encerra-se sinteticamente a novidade do Novo Testamento, aquela novidade que apareceu na gruta de Belém: é possível ver Deus, Deus manifestou o seu rosto, é visível em Jesus Cristo.

Em todo o Antigo Testamento está bem presente o tema da «procura do rosto de Deus», o desejo de conhecer esta face, o desejo de ver Deus como Ele é, a tal ponto que o termo hebraico pānîm, que significa «rosto», aparece 400 vezes, das quais 100 se referem a Deus: refere-se a Deus 100 vezes, deseja-se ver o rosto de Deus. E no entanto, a religião judaica proíbe totalmente as imagens, porque Deus não pode ser representado, como ao contrário faziam os povos vizinhos, com a adoração dos ídolos; por conseguinte, com esta proibição de imagens, o Antigo Testamento parece excluir totalmente o «ver» do culto e da piedade. Então, o que significa para o israelita piedoso procurar o rosto de Deus, na consciência de que não pode haver qualquer imagem sua? A pergunta é importante: por um lado, deseja-se dizer que Deus não pode ser reduzido a um objeto, como uma imagem que se toma nas mãos, mas também não se pode pôr algo no lugar de Deus; por outro lado, contudo, afirma-se que Deus tem um rosto, ou seja que é um «Tu» que pode entrar em relação, que não está fechado no seu Céu a olhar do alto a humanidade. Sem dúvida, Deus está acima de todas as coisas, mas dirige-se a nós, ouve-nos, vê-nos, fala-nos, faz uma aliança e é capaz de amar. A história da salvação é a história de Deus com a humanidade, é a história desta relação de Deus que se revela progressivamente ao homem, que se faz conhecer a si mesmo, o seu rosto.

Precisamente no início do ano, no dia 1 de Janeiro, ouvimos na liturgia a linda prece de bênção sobre o povo: «O Senhor te abençoe e te guarde! O Senhor te mostre a sua face e te conceda a sua graça! O Senhor dirija o seu rosto para ti e te dê a paz!» (Nm 6, 24-26). O esplendor do rosto divino é a fonte da vida, é aquilo que permite ver a realidade; a luz da sua face é a guia da vida. No Antigo Testamento existe uma figura à qual está ligado de modo totalmente especial o tema do «rosto de Deus»; trata-se de Moisés, Aquele que Deus escolhe para libertar o povo da escravidão do Egito, para lhe confiar a Lei da aliança e para o guiar rumo à Terra prometida. Pois bem, no capítulo 33 do Livro do Êxodo afirma-se que Moisés tinha uma relação estreita e confidencial com Deus: «O Senhor entretinha-se com Moisés face a face, como um homem que fala com o seu amigo» (v. 11). Em virtude desta confidência, Moisés pede a Deus: «Mostrai-me a vossa glória!», e a resposta de Deus é clara: «Farei passar diante de ti todo o meu esplendor, e pronunciarei diante de ti o nome do Senhor... Mas não poderás ver a minha face, pois o homem não me poderia ver e continuar a viver... Eis um lugar perto de mim... ver-me-ás só de costas. Quanto à minha face, ela não pode ser vista» (vv. 18-23). Então, por um lado há o diálogo face a face como entre amigos, mas por outro há a

impossibilidade de ver nesta vida o rosto de Deus, que permanece escondido; a visão é limitada. Os Padres afirmam que estas palavras, «ver-me-ás só de costas», querem dizer: só podes seguir Cristo e, seguindo-o, vês de costas o mistério de Deus; Deus só pode ser seguindo vendo-o de costas.

Porém, mediante a Encarnação acontece algo completamente novo. A busca do rosto de Deus passa por uma transformação inimaginável, porque agora é possível ver este rosto: é o rosto de Jesus, do Filho de Deus que se faz homem. Nele encontra cumprimento o caminho de Revelação de Deus, encetado com a chamada de Abraão, Ele é a plenitude desta Revelação porque é o Filho de Deus e, ao mesmo tempo, «mediador e plenitude de toda a Revelação» (Constituição dogmática Dei Verbum, 2), e nele o conteúdo da Revelação e o Revelador coincidem. Jesus mostra-nos o rosto de Deus e faz-nos conhecer o nome de Deus. Na Oração sacerdotal, na Última Ceia, Ele diz ao Pai: «Manifestei o teu nome aos homens... Manifestei-lhes o teu nome» (cf. Jo 17, 6.26). A expressão «nome de Deus» significa Deus como Aquele que está presente no meio dos homens. A Moisés, junto da sarça ardente, Deus tinha revelado o seu nome, ou seja, tornou-se invocável, lançou um sinal concreto do seu «estar» no meio dos homens. Tudo isto, em Jesus, tem o seu cumprimento e plenitude: Ele inaugura de um modo novo a presença de Deus na história, pois quem O vê, vê o Pai, como diz a Filipe (cf. Jo 14, 9). O Cristianismo — afirma são Bernardo — é a «religião da Palavra de Deus»; e não de «uma palavra escrita e muda, mas do Verbo encarnado e vivo» (Hom. super missus est, IV, 11: PL 183, 86b). Na tradição patrística e medieval utiliza-se uma fórmula particular para expressar esta realidade: afirma-se que Jesus é o *Verbum abbreviatum* (cf. Rm 9, 28, com referência a Is 10, 23), o Verbo abreviado, a Palavra breve, abreviada e substancial do Pai, que nos disse tudo dele. Em Jesus, toda a Palavra está presente.

Em Jesus, também a mediação entre Deus e o homem encontra a sua plenitude. No Antigo Testamento existe um exército de figuras que desempenharam esta função, de modo particular Moisés, o libertador, o guia, o «mediador» da aliança, como o define também o Novo Testamento (cf. Gl 3, 19; At 7, 35; Jo 1, 17). Jesus, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, não é simplesmente um dos mediadores entre Deus e o homem, mas é «o Mediador» da nova e eterna aliança (cf. Hb 8, 6; 9, 15; 12, 24); «Porque há um só Deus — diz são Paulo — e há um só mediador entre Deus e os homens: Jesus Cristo, homem» (1 Tm 2, 5; cf. Gl 3, 19-20). Nele nós vemos e encontramos o Pai; nele podemos invocar Deus com o nome de «*Abbá*, Pai»; nele é-nos conferida a salvação.

O desejo de conhecer Deus realmente, ou seja, de ver o rosto de Deus, está ínsito em cada homem, inclusive nos ateus. E nós talvez tenhamos, de modo inconsciente, este desejo de ver

simplesmente quem Ele é, o que Ele é, quem é Ele para nós. Mas este desejo só se realiza seguindo Cristo, porque assim O vemos de costas e enfim vemos também Deus como amigo, a sua face no rosto de Cristo. O importante é que sigamos Cristo não apenas no momento em que temos necessidade, e quando encontramos um espaço nas nossas ocupações diárias, mas com toda a nossa vida enquanto tal. Toda a nossa existência deve ser orientada para o encontro com Jesus Cristo, para o amor por Ele; e, nela, um lugar central deve ser ocupado também pelo amor ao próximo, aquele amor que, à luz do Crucificado, nos faz reconhecer o rosto de Jesus no pobre, no frágil e no sofredor. Isto só é possível se o verdadeiro rosto de Jesus se tornar familiar para nós na escuta da sua Palavra, no falar interiormente, no entrar nesta Palavra, de maneira que deveras O encontremos, e naturalmente no Mistério da Eucaristia. No Evangelho de são Lucas é significativo o trecho dos dois discípulos de Emaús, que reconhecem Jesus na fracção do pão, mas preparados pelo caminho com Ele, preparados pelo convite que lhe apresentaram, de permanecer com eles, preparados pelo diálogo que fez arder o peito deles; assim, no final, eles vêem Jesus. Também para nós a Eucaristia é a grande escola na qual aprendemos a ver o rosto de Deus, entramos em relação íntima com Ele; e aprendemos, ao mesmo tempo, a dirigir o olhar para o momento derradeiro da história, quando Ele nos saciar com a luz do seu rosto. Na terra, nós caminhamos rumo a esta plenitude, na expectativa jubilosa de que se cumpra realmente o Reino de Deus. Obrigado!

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 23 de Janeiro de 2013

«Creio em Deus»

Queridos irmãos e irmãs,

Neste Ano da fé, hoje gostaria de começar a meditar convosco sobre o Credo, ou seja, sobre a solene profissão de fé que acompanha a nossa vida de fiéis. O Credo começa assim: «Creio em Deus». uma afirmação fundamental, aparentemente simples na sua essencialidade, mas que abre ao mundo infinito da relação com o Senhor e com o seu mistério. Acreditar em Deus implica adesão a Ele, acolhimento da sua Palavra e obediência jubilosa à sua revelação. Como ensina o Catecismo da Igreja Católica, «a fé é um ato pessoal, uma resposta livre do homem à proposta de Deus que se revela» (n. 166). Portanto, poder dizer que se crê em Deus é um dom — Deus revela-se, vem ao nosso encontro — e, ao mesmo tempo um compromisso, é graça divina e responsabilidade humana, numa experiência de diálogo com Deus que, por amor, «fala aos homens como a amigos» (Dei Verbum, 2), fala-nos a fim de que, na fé e com a fé, possamos entrar em comunhão com Ele.

Onde podemos ouvir Deus e a sua palavra? É fundamental a Sagrada Escritura, onde podemos ouvir a Palavra de Deus que é alimento para a nossa vida de «amigos» de Deus. A Bíblia inteira narra o revelar-se de Deus à humanidade; toda a Bíblia fala de fé e ensina-nos a fé, narrando uma história em que Deus faz progredir o seu desígnio de redenção, tornando-se próximo de nós, homens, através de muitas figuras luminosas de pessoas que acreditam nele e a Ele se confiam, até à plenitude da revelação no Senhor Jesus.

A este propósito, é muito bonito o capítulo 11 da Carta aos Hebreus, que há pouco ouvimos. Ali, fala-se da fé e põem-se em evidência as grandes figuras bíblicas que a viveram, tornando-se modelo para todos os fiéis. No primeiro versículo, o texto reza: «A fé é o fundamento da esperança, é uma certeza a respeito do que não se vê» (11, 1). Por conseguinte, os olhos da fé são capazes de ver o invisível, e o coração do crente pode esperar além de toda a esperança precisamente como Abraão, de quem na Carta aos Romanos Paulo afirma que «acreditou, esperando contra toda a esperança» (4, 1).

E é precisamente sobre Abraão, que gostaria de chamar a nossa atenção, porque ele é a primeira grande figura de referência para falar de fé em Deus: Abraão, o grande patriarca, modelo exemplar, pai de todos os crentes (cf. Rm 4, 11-12). A Carta aos Hebreus apresenta-o assim: «Foi pela fé que Abraão, obedecendo ao apelo divino, partiu para uma terra que devia receber em herança. E partiu sem saber para onde ia. Foi pela fé que ele habitou na terra pro-

metida, como em terra estrangeira, habitando aí em tendas com Isaac e Jacó, co-herdeiros da mesma promessa. Porque tinha a esperança fixa na cidade assentada sobre os fundamentos eternos, cujo arquiteto e construtor é Deus» (11, -10).

Aqui, o autor da Carta aos Hebreus faz referência à vocação de Abraão, narrada no Livro do Gênesis, o primeiro livro da Bíblia. O que pede Deus a este patriarca? Pede-lhe que parta, abandonando a própria terra para ir rumo à terra que lhe indicar: «Deixa a tua terra, a tua família e a casa de teu pai e vai para a terra que eu te mostrar» (Gn 12, 1). Como teríamos respondido nós a um convite semelhante? Com efeito, trata-se de uma partida às escuras, sem saber para onde Deus o levará; é um caminho que exige uma obediência e uma confiança radicais, ao qual só a fé permite aceder. Mas a escuridão do desconhecido — onde Abraão deve ir — é iluminado pela luz de uma promessa; Deus acrescenta ao mandato uma palavra tranquilizadora que abre diante de Abraão um futuro de vida em plenitude: «Farei de ti uma grande nação; abençoar-te-ei e exaltarei o teu nome... e todas as famílias da terra serão benditas em ti» (Gn 12, 2.3).

Na Sagrada Escritura, a bênção está vinculada primariamente ao dom da vida que vem de Deus e manifesta-se em primeiro lugar na fecundidade, numa vida que se multiplica, passando de geração em geração. E à bênção está ligada também a experiência da posse de uma terra, de um lugar estável onde viver e crescer em liberdade e segurança, temendo Deus e construindo uma sociedade de homens fiéis à Aliança, «reino de sacerdotes e nação santa» (cf. Êx 19, 6).

Por isso, no desígnio divino, Abraão está destinado a tornar-se «pai de uma multidão de povos» (Gn 17, 5; cf. Rm 4, 17-1) e a entrar numa nova terra onde habitar. E no entanto Sara, sua esposa, é estéril, não pode ter filhos; e o país para o qual Deus o conduz é distante da sua terra de origem, já é habitado por outras populações, e nunca lhe pertencerá verdadeiramente. O narrador bíblico sublinha-o, mas com muita discrição: quando Abraão chegou ao lugar da promessa de Deus: «Os Cananeus já viviam naquela terra» (Gn 12, 6). A terra que Deus oferece a Abraão não lhe pertence, ele é um estrangeiro e tal permanecerá para sempre, com tudo o que isto comporta: não ter finalidades de posse, sentir sempre a própria pobreza, ver tudo como dádiva. Esta é também a condição espiritual de quem aceita seguir o Senhor, de quem decide partir, acolhendo a sua chamada, sob o sinal da sua bênção invisível mas poderosa. E Abraão, «pai dos crentes», aceita esta chamada na fé. Na Carta aos Romanos são Paulo escreve: «Esperando, contra toda a esperança, Abraão teve fé e tornou-se pai de muitas nações, segundo o que lhe fora dito: Assim será a tua descendência. Não vacilou na fé, embora tenha reconhecido o seu próprio corpo sem vigor — pois tinha quase cem anos — e o seio de Sara

igualmente amortecido. Diante da promessa de Deus, não vacilou, não desconfiou, mas conservou-se forte na fé e deu glória a Deus. Estava plenamente convencido de que Deus era poderoso, para cumprir o que prometera» (Rm 4, 1-21).

A fé leva Abraão a percorrer um caminho paradoxal. Ele será abençoado, mas sem os sinais visíveis da bênção: recebe a promessa de se tornar um grande povo, mas com uma vida marcada pela esterilidade da sua esposa Sara; é levado para uma nova pátria, mas nela deverá viver como estrangeiro; e a única posse da terra que se lhe permitirá será a de um lote de terreno para ali sepultar Sara (cf. Gn 23, 1-20). Abraão é abençoado porque, na fé, sabe discernir a bênção divina, indo além das aparências, confiando na presença de Deus até quando os seus caminhos lhe parecem misteriosos.

O que significa isto para nós? Quando afirmamos: «Creio em Deus», nós dizemos como Abraão: «Confio em ti; confio-me a ti, ó Senhor!», mas não como a alguém, ao qual recorrer apenas nos momentos de dificuldade, ou a quem dedicar alguns momentos do dia ou da semana. Dizer «Creio em Deus» significa fundar sobre Ele a minha própria vida, deixar que a sua Palavra a oriente todos os dias, nas escolhas concretas, sem medo de perder algo de mim mesmo. Quando, no Rito do Batismo, por três vezes somos interrogados: «Credes?» em Deus, em Jesus Cristo, no Espírito Santo, na santa Igreja católica e nas outras verdades de fé, a tríplice resposta é no singular: «Creio», porque é a minha existência pessoal que deve passar por uma transformação mediante o dom da fé; é a minha existência que deve mudar, converter-se. Cada vez que participamos num batizado, deveríamos perguntar-nos como vivemos diariamente o grande dom da fé.

Abraão, o crente, ensina-nos a fé; e, como estrangeiro na terra, indica-nos a pátria verdadeira. A fé torna-nos peregrinos na terra, inseridos no mundo e na história, mas a caminho da pátria celestial. Portanto, crer em Deus torna-nos portadores de valores que muitas vezes não coincidem com a moda, nem com a opinião do momento, exige que adoptemos critérios e assumamos comportamentos que não pertencem ao modo de pensar comum. O cristão não deve ter medo de ir «contra a corrente» para viver a sua fé, resistindo à tentação de «se conformar». Em numerosas das nossas sociedades, Deus tornou-se o «grande ausente» e no seu lugar existem muitos ídolos, ídolos extremamente diferentes entre si, e sobretudo a posse e o «eu» autónomo. E também os progressos notáveis e positivos da ciência e da técnica suscitaram no homem uma ilusão de onipotência e de auto-suficiência, e um egocentrismo crescente criou não poucos desequilíbrios no contexto das relações interpessoais e dos comportamentos sociais.

E no entanto, a sede de Deus (cf. Sl 63, 2) não foi saciada e a mensagem evangélica continua a ressoar através das palavras e das obras de numerosos homens e mulheres de fé. Abraão, o pai dos crentes, continua a ser pai de muitos filhos que aceitam caminhar no seu sulco e põem-se a caminho, em obediência à vocação divina, confiando na presença benévola do Senhor e acolhendo a sua bênção, a fim de se fazer bênção para todos. É o mundo abençoado da fé, ao qual todos somos chamados, para caminhar sem medo no seguimento do Senhor Jesus Cristo. Trata-se de um caminho por vezes difícil, que conhece também a prova e a morte, mas que abre à vida, numa transformação radical da realidade, que unicamente os olhos da fé são capazes de ver e saborear em plenitude.

Então, afirmar «Creio em Deus» impele-nos a partir, a sair de modo incessante de nós mesmos, precisamente como Abraão, para levar à realidade quotidiana em que vivemos a certeza que nos deriva da fé: ou seja, a certeza da presença de Deus na história, também hoje; uma presença que traz vida e salvação, abrindo-nos a um futuro com Ele, para uma plenitude de vida que nunca conhecerá ocaso.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 30 de Janeiro de 2013

«Creio em Deus Pai Todo-Poderoso»

Queridos irmãos e irmãs,

Na catequese da quarta-feira passada detivemo-nos sobre as palavras iniciais do Credo: «Creio em Deus». Mas a profissão de fé esclarece esta afirmação: Deus é o Pai Todo-Poderoso, Criador do céu e da terra. Portanto, agora gostaria de meditar convosco sobre a primeira e fundamental definição de Deus que o Credo nos apresenta: Ele é Pai.

Hoje, nem sempre é fácil falar de paternidade. Sobretudo no mundo ocidental, as famílias desagregadas, os compromissos de trabalho cada vez mais exigentes, as preocupações e muitas vezes a dificuldade de adaptar os balanços familiares e a invasão distraída dos mass media no interior da vida quotidiana são alguns dos numerosos fatores que podem impedir uma relação tranquila e construtiva entre pais e filhos. Às vezes a comunicação torna-se difícil, a confiança diminui e o relacionamento com a figura paterna pode tornar-se problemático; e assim, na ausência de um modelo de referência adequado, é difícil também imaginar Deus como um Pai. Para quantos fizeram a experiência de um pai demasiado autoritário e inflexível, ou indiferente e pouco carinhoso ou até mesmo ausente, não é fácil pensar com serenidade em Deus como Pai e abandonar-se a Ele com confiança.

Mas a revelação bíblica ajuda a superar estas dificuldades, falando-nos de um Deus que nos indica o que significa ser verdadeiramente «pai»; e é sobretudo o Evangelho que nos revela este rosto de Deus como Pai que ama até ao dom do próprio Filho, para a salvação da humanidade. Por conseguinte, a referência à figura paterna ajuda a compreender algo do amor de Deus, que no entanto permanece infinitamente maior, mais fiel, mais total do que o amor de qualquer homem. «Quem de vós — diz Jesus, para mostrar aos discípulos o rosto do Pai — dará uma pedra ao próprio filho, se este lhe pedir pão? E, se lhe pedir um peixe, dar-lhe-á porventura uma serpente? Se vós, pois, que sois maus, sabeis dar coisas boas aos vossos filhos, ainda mais o vosso Pai celeste dará coisas boas a quantos lhe pedirem» (Mt 7, 9-11; cf. Lc 11, 11-13). Deus é nosso Pai, porque nos abençoou e escolheu antes da criação do mundo (cf. Ef 1, 3-6), tornando-nos realmente seus filhos em Jesus (cf. 1 Jo 3, 1). E, como Pai, Deus acompanha com amor a nossa existência, concedendo-nos a sua Palavra, o seu ensinamento, a sua graça e o seu Espírito.

Ele — como revela Jesus — é o Pai que alimenta os pássaros do céu, sem que eles tenham que semear e colher, e reveste de cores maravilhosas as flores dos campos, com vestes mais

belas do que as do rei Salomão (cf. Mt 6, 26-32; Lc 12, 24-28); quanto a nós — acrescenta Jesus — valemos muito mais que as flores dos campos e os pássaros do céu! E se Ele é tão bom, a ponto de fazer «nascer o sol tanto sobre os maus como sobre os bons, e... chover sobre os justos e sobre os injustos» (Mt 5, 45), poderemos sempre, sem medo e com confiança total, confiar-nos ao seu perdão de Pai, quando erramos o caminho. Deus é um Pai bom que acolhe e abraça o filho perdido e arrependido (cf. Lc 15, 11 ss.), dá gratuitamente àqueles que pedem (cf. Mt 18, 19; Mc 11, 24; Jo 16, 23) e oferece o pão do céu e a água viva que faz viver eternamente (cf. Jo 6, 32.51.58).

Por isso, o orante do Salmo 27, circundado pelos inimigos, assediado por malvados e caluniadores, enquanto procura a ajuda do Senhor e o invoca, pode oferecer o seu testemunho cheio de fé, afirmando: «O meu pai e a minha mãe abandonaram-me, mas o Senhor socorreu-me» (v. 10). Deus é um Pai que nunca abandona os seus filhos, um Pai amoroso que sustenta, ajuda, acolhe, perdoa e salva, com uma fidelidade que ultrapassa imensamente a dos homens, para se abrir a dimensões de eternidade. «Porque o seu amor é para sempre», como continua a repetir de modo litânico, em cada versículo, o Salmo 136, repercorrendo a história da salvação. O amor de Deus Pai nunca esmorece, nem se cansa de nós; é amor que doa até ao extremo, até ao sacrifício do Filho. A fé doa-nos esta certeza, que se torna uma rocha segura na construção da nossa vida: nós podemos enfrentar todos os momentos de dificuldade e de perigo, a experiência da obscuridade da crise e do tempo da dor, sustentados pela confiança de que Deus não nos deixa sozinhos e está sempre próximo, para nos salvar e nos levar à vida eterna.

É no Senhor Jesus que se mostra plenamente o rosto benévolo do Pai que está nos céus. É conhecendo-o que podemos conhecer também o Pai (cf. Jo 8, 19; 14, 7), é vendo-o que podemos ver o Pai, porque Ele está no Pai, e o Pai está nele (cf. Jo 14, 9.11). Ele é «imagem do Deus invisível», como o define o hino da Carta aos Colossenses, «primícias de toda a criação... primogênito daqueles que ressuscitam dos mortos», «por meio do qual nós recebemos a redenção, o perdão dos pecados» e a reconciliação de todas as coisas, «dado que resgatou com o sangue da sua cruz tanto as coisas que estão na terra, como aquelas que estão nos céus» (cf. Cl 1, 13-20).

A fé em Deus Pai requer que acreditemos no Filho, sob a ação do Espírito, reconhecendo na Cruz que salva a revelação definitiva do amor divino. Deus é nosso Pai, oferecendo-nos o Filho; Deus é nosso Pai, perdoando o nosso pecado e levando-nos à alegria da vida ressuscitada; Deus é nosso Pai, doando-nos o Espírito, que nos torna filhos e nos permite chamar-lhe,

na verdade, «*Abbá*, Pai!» (cf. Rm 8, 15). Por isso Jesus, ensinando-nos a rezar, convida-nos a dizer: «Pai nosso» (Mt 6, 9-13; cf. Lc 11, 2-4).

Então, a paternidade de Deus é amor infinito, ternura que se debruça sobre nós, filhos frágeis, necessitados de tudo. O Salmo 103, o grande cântico da misericórdia divina, proclama: «Assim como um pai tem piedade dos seus filhos, do mesmo modo o Senhor tem compaixão daqueles que o temem, porque Ele sabe do que somos feitos, e não se esquece de que somos pó» (vv. 13-14). É próprio da nossa pequenez, a nossa frágil natureza humana, a nossa caducidade que se torna apelo à misericórdia do Senhor, para que manifeste a sua grandeza e ternura de Pai ajudando-nos, perdoando-nos e salvando-nos.

E Deus responde ao nosso apelo, enviando o seu Filho, que morre e renasce para nós; entra na nossa fragilidade e realiza aquilo que o homem sozinho nunca poderia levar a cabo: assume sobre si mesmo o pecado do mundo, como Cordeiro inocente, e volta a abrir-nos o caminho rumo à comunhão com Deus, tornando-nos verdadeiros filhos de Deus. É ali, no Mistério pascal, que se revela em toda a sua luminosidade, o rosto definitivo do Pai. E é ali, na Cruz gloriosa, que se verifica a manifestação completa da grandeza de Deus, como «Pai Todo-Poderoso».

Mas poderíamos interrogar-nos: como é possível pensar num Deus Todo-Poderoso, contemplando a Cruz de Cristo? Este poder do mal, que chega ao ponto de matar o Filho de Deus? Sem dúvida, gostaríamos de uma onipotência divina em conformidade com os nossos esquemas mentais e os nossos desejos: um Deus «Todo-Poderoso» que resolva os problemas, que intervenha para nos fazer evitar as dificuldades, que vença os poderes adversos, que mude o curso dos acontecimentos e que anule a dor. Por isso, hoje vários teólogos dizem que Deus não pode ser Todo-Poderoso, caso contrário não haveria tanto sofrimento e tanto mal no mundo. Na realidade, diante do mal e do sofrimento, para muitos, para nós, torna-se problemático, difícil, crer num Deus Pai e acreditar que Ele é Todo-Poderoso; alguns procuram refúgio em ídolos, cedendo à tentação de encontrar resposta numa presumível onipotência «mágica» e nas suas promessas ilusórias.

Mas a fé em Deus Todo-Poderoso impele-nos a percorrer sendas muito diferentes: aprender a conhecer que o pensamento de Deus é diverso do nosso, que os caminhos de Deus são diferentes dos nossos (cf. Is 55, 8) e também a sua onipotência é diversa: não se expressa como força automática ou arbitrária, mas caracteriza-se por uma liberdade amorosa e paterna. Na realidade Deus, criando criaturas livres e dando liberdade, renunciou a uma parte do seu poder, deixando o poder da nossa liberdade. Assim Ele ama e respeita a resposta livre de amor à sua chamada. Como Pai, Deus deseja que nós sejamos seus filhos e vivamos como tais no seu

Filho, em comunhão, em plena familiaridade com Ele. A sua onipotência não se manifesta na violência, não se exprime na destruição de todo o poder adverso, como nós desejamos, mas expressa-se no amor, na misericórdia, no perdão, na aceitação da nossa liberdade e no apelo incansável à conversão do coração, numa atitude só aparentemente frágil — Deus parece frágil, se pensamos em Jesus Cristo que reza, que se deixa matar. Uma atitude aparentemente débil, feita de paciência, de mansidão e de amor, demonstra que este é o verdadeiro modo de ser poderoso! Este é o poder de Deus! E este poder vencerá! O sábio do *Livro da Sabedoria* dirige-se assim a Deus: «Tendes compaixão de todos, porque Vós podeis tudo; e para que se arrependam, fechais os olhos aos pecados dos homens. Porque amais tudo o que existe... poupais todos os seres, porque todos são vossos, ó Senhor, que amais a vida» (11, 23-24a.26).

Somente quem é verdadeiramente poderoso pode suportar o mal e mostrar-se misericordioso; só quem é autenticamente poderoso pode exercer de modo pleno a força do amor. E Deus, a quem pertencem todas as coisas, porque tudo foi feito por Ele, revela a sua força amando tudo e todos, numa expectativa paciente da nossa conversão, de nós homens, que Ele deseja ter como filhos. Deus espera a nossa conversão. O amor todo-poderoso de Deus não conhece limites, a tal ponto que «não poupou o seu próprio Filho, mas entregou-o por todos nós» (Rm 8, 32). A onipotência do amor não é a do poder do mundo, mas do dom total, e Jesus, Filho de Deus, revela ao mundo a verdadeira onipotência do Pai, oferecendo a sua vida por nós, pecadores. Eis o verdadeiro, autêntico e perfeito poder divino: responder ao mal não com o mal, mas com o bem, aos insultos com o perdão, ao ódio homicida com o amor que faz viver. Então, o mal é vencido verdadeiramente, porque é purificado pelo amor de Deus; assim, a morte é derrotada definitivamente, porque transformada em dom da vida. Deus Pai ressuscita o Filho: a morte, a grande inimiga (cf. 1 Cor 15, 26), é tragada e privada do seu veneno (cf. 1 Cor 15, 54-55); quanto a nós, livres do pecado, podemos aceder à nossa realidade de filhos de Deus.

Portanto, quando afirmamos «Creio em Deus Pai Todo-Poderoso», nós expressamos a nossa fé no poder do amor de Deus, que no seu Filho morto e ressuscitado derrota o ódio, o mal e o pecado, abrindo-nos à vida eterna, à vida dos filhos que desejam permanecer para sempre na «Casa do Pai». Dizer «Creio em Deus Pai Todo-Poderoso», no seu poder, na sua maneira de ser Pai, constitui sempre um gesto de fé, de conversão, de transformação do nosso pensamento, de todo o nosso afeto e de todo o nosso estilo de vida.

Caros irmãos e irmãs, peçamos ao Senhor que ampare a nossa fé, que nos ajude a encontrar verdadeiramente a fé e que nos dê a força de anunciar Cristo crucificado e ressuscitado, e de o testemunhar no amor a Deus e ao próximo. E Deus nos conceda acolher a dádiva da nossa

filiação, para vivermos em plenitude as realidades do *Credo*, no abandono confiante ao amor do Pai e à sua onipotência misericordiosa, que é a onipotência verdadeira e que salva.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 6 de Fevereiro de 2013

Eu creio em Deus: o Criador do Céu e da terra, o Criador do ser humano

Queridos irmãos e irmãs,

O Credo, que começa qualificando Deus como «Pai Todo-Poderoso», como pudemos meditar na semana passada, acrescenta em seguida que Ele é o «Criador do céu e da terra», e assim retoma a afirmação com a qual Bíblia começa. Com efeito, no primeiro versículo da Sagrada Escritura lê-se: «No princípio Deus criou o céu e a terra» (Gn 1, 1): Deus é a origem de todas as coisas, e é na beleza da criação que se manifesta a sua onipotência de Pai que ama.

Deus manifesta-se como Pai na criação, enquanto origem da vida e, ao criar, demonstra a sua onipotência. As imagens utilizadas pela Sagrada Escritura a este propósito são muito sugestivas (cf. Is 40, 12; 45, 18; 48, 13; Sl 104, 2.5; 135, 7; Pr 8, 27-29; Jó 38-39). Como Pai bom e poderoso, o Pai cuida daquilo que criou com um amor e uma fidelidade que nunca esmorecem, como recordam reiteradamente os Salmos (cf. Sl 57, 11; 108, 5; 36, 6). Assim, a criação torna-se um lugar onde conhecer e reconhecer a onipotência do Senhor e a sua bondade, tornando-se apelo à nossa fé, de nós crentes, para que proclamemos Deus como Criador. «Pela fé — escreve o autor da Carta aos Hebreus — nós reconhecemos que o mundo foi formado pela palavra de Deus e que as coisas visíveis se originaram do invisível» (11, 3). Portanto, a fé exige que saibamos reconhecer o invisível, reconhecendo os seus vestígios no mundo visível. O crente pode ler o grande livro da natureza e compreender a sua linguagem (cf. Sl 19, 2-5); mas é necessária a Palavra de revelação, que suscita a fé, para que o homem possa chegar à plena consciência da realidade de Deus como Criador e Pai. É no livro da Sagrada Escritura que a inteligência humana pode encontrar, à luz da fé, a chave de interpretação para compreender o mundo. Em particular, ocupa um lugar especial o primeiro capítulo do Gênesis, com a apresentação solene da obra criadora divina, que se desenvolve ao longo de sete dias: em seis dias Deus completa a criação, e no sétimo, o sábado, cessa todas as atividades e descansa. Dia de liberdade para todos, dia da comunhão com Deus. E assim, com esta imagem, o livro do Gênesis indica-nos que o primeiro pensamento de Deus consistia em encontrar um amor que corresponda ao seu amor. Depois, o segundo pensamento consiste em criar um mundo material onde inserir este amor, estas criaturas que lhe respondem livremente. Por conseguinte, tal estrutura faz com que o texto seja cadenciado por algumas repetições significativas. Por exemplo, é repetida seis vezes esta frase: «Deus viu que isso era bom» (vv. 4.10.12.18.21.25),

para concluir, na sétima vez, depois da criação do homem: «Deus contemplou toda a sua obra, e viu que tudo era muito bom» (v. 31). Tudo o que Deus cria é belo e bom, repleto de sabedoria e de amor; o gesto criador de Deus traz ordem, incute harmonia e confere beleza. Além disso, na narração do Gênesis sobressai que o Senhor cria com a sua palavra: no texto lê-se dez vezes a expressão «Deus disse» (vv. 3.6.9.11.14.20.24.26.28.29). É a palavra, o Logos de Deus, que se encontra na origem da realidade do mundo, e afirmando: «Deus disse», foi assim, ressalta o poder eficaz da Palavra divina. Assim canta o Salmista: «Pela palavra do Senhor foram feitos os céus, e pelo sopro da sua boca, todo o seu exército... Porque Ele disse e tudo foi feito, Ele ordenou e tudo existiu» (33 [32], 6.9). A vida nasce, o mundo existe, porque tudo obedece à Palavra divina.

Mas hoje a nossa pergunta é: na época da ciência e da técnica, ainda tem sentido falar de criação? Como devemos compreender as narrações do Gênesis? A Bíblia não quer ser um manual de ciências naturais; ao contrário, deseja compreender a verdade autêntica e profunda da realidade. A verdade fundamental que as narrações do Gênesis nos revelam é que o mundo não é um conjunto de forças contrastantes entre si, mas tem a sua origem e a sua estabilidade no Logos, na Razão eterna de Deus, que continua a sustentar o universo. Existe um desígnio sobre o mundo que nasce desta Razão, do Espírito criador. Julgar que isto está na base de tudo ilumina todos os aspectos da existência e infunde a coragem de enfrentar a aventura da vida com confiança e esperança. Portanto, a Escritura diz-nos que a origem do ser, do mundo, a nossa origem não é o irracional, mas a razão, o amor e a liberdade. Por isso, a alternativa: ou prioridade do irracional, da necessidade, ou prioridade da razão, da liberdade e do amor. Nós cremos nesta última posição.

Mas gostaria de dizer uma palavra também sobre aquele que é o ápice da criação inteira: o homem e a mulher, o ser humano, o único «capaz de conhecer e de amar o seu Criador» (Constituição pastoral Gaudium et spes, 12). Contemplando os céus, o Salmista pergunta: «Quando contemplo os céus, obra das vossas mãos, a lua e as estrelas que Vós fixastes; que é o homem para Vos lembrardes dele, o filho do homem, para dele cuidardes?» (8, 4-5). O ser humano, criado por Deus com amor, é pequenino diante da imensidade do universo; às vezes, contemplando fascinados as enormes extensões do firmamento, também nós sentimos o nosso limite. O ser humano está marcado por este paradoxo: a nossa pequenez e a nossa caducidade convivem com a grandeza daquilo que o amor eterno de Deus desejou para ele.

As narrações da criação no Livro do Gênesis introduzem-nos inclusive neste âmbito misterioso, ajudando-nos a conhecer o desígnio de Deus sobre o homem. Antes de tudo, afirmam que Deus formou o homem com o pó da terra (cf. Gn 2, 7). Isto significa que não somos Deus,

que não nos fizemos sozinhos, pois somos terra; mas significa também que nascemos da terra boa, por obra do Criador bom. A isto acrescenta-se mais uma realidade fundamental: todos os seres humanos são pó, para além das distinções realizadas pela cultura e pela história, para além de qualquer diferença social; somos uma única humanidade plasmada com a única terra de Deus. Depois, existe um segundo elemento: o ser humano tem origem, porque Deus inspira o sopro de vida no corpo modelado pela terra (cf. Gn 2, 7). O ser humano é feito à imagem e semelhança de Deus (cf. Gn 1, 26-27). Então, todos trazemos em nós mesmos o sopro vital de Deus, e cada vida humana — diz-nos a Bíblia — está sob a salvaguarda particular de Deus. Esta é a razão mais profunda da inviolabilidade da dignidade humana contra qualquer tentação de avaliar a pessoa em conformidade com critérios utilitaristas de poder. Além disso, ser criado à imagem e semelhança de Deus indica que o homem não está fechado em si próprio, mas tem uma referência essencial em Deus.

Nos primeiros capítulos do Livro do Gênesis encontramos duas imagens significativas: o jardim com a árvore do conhecimento do bem e do mal, e a serpente (cf. 2, 15-17; 3, 1-5). O jardim diz-nos que a realidade em que Deus inseriu o ser humano não é uma floresta selvagem, mas um lugar que Ele protege, nutre e sustêm; e o homem deve reconhecer o mundo não como propriedade a assolar e explorar, mas como dádiva do Criador, sinal da sua vontade salvífica, dom a cultivar e conservar, a fazer crescer e desenvolver no respeito e na harmonia, seguindo os seus ritmos e a sua lógica, segundo o desígnio de Deus (cf. Gn 2, 8-15). Depois, a serpente é uma figura que deriva dos cultos orientais da fecundidade, que fascinavam Israel e constituíam uma tentação constante de abandonar a aliança misteriosa com Deus. À luz disto, a Sagrada Escritura apresenta a tentação à qual Adão e Eva sucumbem como o núcleo da tentação e do pecado. Com efeito, o que diz a serpente? Não nega Deus, mas insinua uma pergunta fingida: «É verdade que Deus vos proibiu de comer do fruto de alguma árvore do jardim?» (Gn 3, 1). Deste modo, a serpente suscita a suspeita de que a aliança com Deus é como uma cadeia que amarra, que priva da liberdade e das coisas belas e preciosas da vida. Surge a tentação de construirmos sozinhos o mundo no qual vivermos, de não aceitarmos os limites de sermos criaturas, os limites do bem, do mal e da moralidade; a dependência do amor criador de Deus é vista como um peso do qual libertar-se. Este é sempre o cerne da tentação. Mas quando se falsifica a relação com Deus com uma mentira, pondo-se no seu lugar, todas as demais relações são alteradas. Então, o outro torna-se um rival, uma ameaça: depois de ter cedido à tentação, Adão acusa imediatamente Eva (cf. Gn 3, 12); os dois escondem-se da visão daquele Deus com Quem conversavam amistosamente (cf. 3, 8-10); o mundo deixa de ser o jardim no qual viver com harmonia, mas um lugar a explorar e no qual se ocultam insídias

(cf. 3, 14-19); a inveja e o ódio pelo outro entram no coração do homem: exemplar é Caim, que mata o seu próprio irmão Abel (cf. 4, 3-9). Indo contra o seu Criador, na realidade o homem vai contra ele mesmo, renega a sua origem e portanto a sua verdade; e o mal entra no mundo, com a sua penosa cadeia de dor e de morte. E desde modo, aquilo que Deus tinha criado é bom, aliás, muito bom; a seguir a esta decisão livre do homem, pela mentira contra a verdade, o mal entra no mundo.

Das narrações da criação, gostaria de evidenciar um último ensinamento: o pecado gera pecado, e todos os pecados da história estão ligados entre si. Este aspecto impele-nos a falar daquilo que é chamado o «pecado original». Qual é o significado desta realidade, difícil de compreender? Gostaria de propor apenas alguns elementos. Antes de tudo, devemos considerar que nenhum homem é fechado em si mesmo, ninguém pode viver só de si e para si; nós recebemos a vida do outro, e não só no momento do nascimento, mas todos os dias. O ser humano é relacionamento: sou eu mesmo só no tu e através do tu, na relação do amor com o Tu de Deus e o tu dos outros. Pois bem, o pecado é perturbar ou destruir a relação com Deus; esta é a sua essência: aniquilar a relação com Deus, a relação fundamental, colocar-se no lugar de Deus. O Catecismo da Igreja Católica afirma que com o primeiro pecado o homem «optou por si próprio contra Deus, contra as exigências da sua condição de criatura e, daí, contra o seu próprio bem» (n. 398). Alterada a relação fundamental, comprometem-se ou destroem-se também os outros pólos da relação, o pecado arruína as relações e assim aniquila tudo, porque nós somos relação. Ora, se a estrutura relacional da humanidade for perturbada desde o início, cada homem entra num mundo assinalado por esta perturbação dos relacionamentos, entra num mundo alterado pelo pecado, pelo qual é marcado pessoalmente; o pecado primordial corrói e fere a natureza humana (cf. Catecismo da Igreja Católica, 404-406). E o homem sozinho, um só, não pode sair desta situação, não pode redimir-se isoladamente; só o próprio Criador pode restabelecer as justas relações. As justas relações só poderão ser reatadas, se Aquele do qual nos afastamos vier ao nosso encontro e nos estender a mão com amor. Isto acontece em Jesus Cristo, que percorre precisamente o caminho oposto em relação ao de Adão, como descreve o hino no segundo capítulo da Carta de são Paulo aos Filipenses (cf. 2, 5-11): enquanto Adão não reconhece o seu ser criatura e quer colocar-se no lugar de Deus, Jesus, Filho de Deus, está numa relação filial perfeita com o Pai, abaixa-se, torna-se o servo, percorre o caminho do amor, humilhando-se até à morte, e morte de cruz, para voltar a pôr em ordem as relações com Deus. Assim, a Cruz de Cristo torna-se a nova árvore da vida.

Caros irmãos e irmãs, viver de fé quer dizer reconhecer a grandeza de Deus e aceitar a nossa pequenez, a nossa condição de criaturas, deixando que o Senhor a cumule com o seu amor e

assim cresça a nossa verdadeira grandeza. O mal, com a sua carga de dor e de sofrimento, é um mistério iluminado pela luz da fé, que nos confere a certeza de poder ser libertados dele: a certeza de que ser homem é um bem.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 13 de Fevereiro de 2013

Queridos irmãos e irmãs,

Como sabeis, decidi... - obrigado pela vossa amizade! - decidi renunciar ao ministério que o Senhor me confiou no dia 19 de Abril de 2005. Fi-lo em plena liberdade para o bem da Igreja, depois de ter longamente rezado e ter examinado diante de Deus a minha consciência, bem ciente da gravidade de tal ato mas igualmente ciente de já não ser capaz de desempenhar o ministério petrino com a força que o mesmo exige. Anima-me e ilumina-me a certeza de que a Igreja é de Cristo, o Qual não lhe deixará jamais faltar a sua orientação e a sua solicitude. Agradeço a todos pelo amor e pela oração com que me tendes acompanhado. Obrigado! Nestes dias, não fáceis para mim, senti quase fisicamente a força da oração que me proporciona o amor da Igreja, a vossa oração. Continuai a rezar por mim, pela Igreja, pelo futuro Papa. O Senhor vos guiará.

As tentações de Jesus e a conversão para o Reino dos Céus

Amados irmãos e irmãs

Hoje, Quarta-Feira de Cinzas, damos início ao Tempo litúrgico da Quaresma, quarenta dias que nos preparam para a celebração da Santa Páscoa; é um tempo de compromisso particular no nosso caminho espiritual. O número quarenta aparece várias vezes na Sagrada Escritura. De modo particular, como sabemos, ele evoca os quarenta anos durante os quais o povo de Israel peregrinou no deserto: um longo período de formação para se tornar o povo de Deus, mas também um longo período em que a tentação de ser infiel à aliança com o Senhor estava sempre presente. Quarenta foram também os dias de caminho do profeta Elias para chegar ao Monte de Deus, o Horeb; assim como o período que Jesus passou pelo deserto antes de começar a sua vida pública e onde foi tentado pelo diabo. Na Catequese hodierna, gostaria de meditar precisamente sobre este momento da vida terrena do Senhor, que leremos no Evangelho do próximo domingo.

Antes de tudo o deserto, onde Jesus se retira, é o lugar do silêncio, da pobreza, onde o homem permanece desprovido das ajudas materiais e se encontra diante dos pedidos fundamentais da existência, é impelido a ir ao essencial e, precisamente por isso, é-lhe mais fácil encontrar Deus. Mas o deserto é inclusive o lugar da morte, pois onde não há água também não há vida, e é o lugar da solidão, onde o homem sente mais intensa a tentação. Jesus vai ao deserto, e ali

padece a tentação de deixar o caminho indicado pelo Pai para seguir outras veredas, mais fáceis e mundanas (cf. Lc 4, 1-13). Assim, Ele assume as nossas tentações, traz consigo a nossa miséria, para vencer o maligno e para nos abrir o caminho rumo a Deus, a senda da conversão.

Meditar sobre as tentações às quais Jesus foi submetido no deserto é um convite para cada um de nós a responder a uma pergunta fundamental: o que conta verdadeiramente na minha vida? Na primeira tentação, o diabo propõe a Jesus que transforme uma pedra em pão, para saciar a fome. Jesus afirma que o homem vive também de pão, mas não só de pão: sem uma resposta à fome de verdade, à fome de Deus, o homem não se pode salvar (cf. vv. 3-4). Na segunda tentação, o diabo propõe a Jesus o caminho do poder: condu-lo para o alto e oferece-lhe o domínio do mundo; mas não é este o caminho de Deus: para Jesus é evidente que não é o poder mundano que salva o mundo, mas o poder da cruz, da humildade e do amor (cf. vv. 5-8). Na terceira tentação, o diabo propõe a Jesus que se lance do pináculo do Templo de Jerusalém para se fazer salvar por Deus mediante os seus anjos, ou seja, que realize algo de sensacional para pôr à prova o próprio Deus; mas a resposta é que Deus não é um objeto ao qual impor as nossas condições: é o Senhor de tudo (cf. vv. 9-12). Qual é o núcleo das três tentações que Jesus sofre? É a proposta de instrumentalizar Deus, de o usar para os próprios interesses, glória e sucesso. E portanto, nomeadamente, de se colocar no lugar de Deus, removendo-o da sua existência e fazendo-o parecer supérfluo. Então, cada um deveria interrogar-se: que lugar tem Deus na minha vida? O Senhor é Ele, ou sou eu?

Superar as tentações de submeter Deus a nós mesmos e aos nossos interesses, ou de o pôr num canto, e converter-se à justa ordem de prioridades, reservar a Deus o primeiro lugar, é um caminho que cada cristão deve percorrer sempre de novo. «Converter-se», um convite que ouviremos muitas vezes na Quaresma, significa seguir Jesus de modo que o seu Evangelho seja guia concreta da vida; quer dizer deixar que Deus nos transforme, deixar de pensar que nós somos os únicos construtores da nossa existência; significa reconhecer que somos criaturas, que dependemos de Deus, do seu amor, e que só «perdendo» a nossa vida nele podemos ganhá-la. Isto exige que façamos as nossas escolhas à luz da Palavra de Deus. Hoje não podemos continuar a ser cristãos como uma simples consequência do fato de vivermos numa sociedade que tem raízes cristãs: até quem nasce de uma família cristã e é educado religiosamente deve, todos os dias, renovar a escolha de ser cristão, ou seja, reservar a Deus o primeiro lugar, diante das tentações que uma cultura secularizada lhe propõe continuamente, diante do juízo crítico de muitos contemporâneos.

Com efeito, as provações às quais a sociedade atual submete o cristão são numerosas, e dizem respeito à sua vida pessoal e social. Não é fácil ser fiel ao matrimônio cristão, praticar a misericórdia na vida quotidiana, dar espaço à oração e ao silêncio interior; não é fácil opor-se publicamente a escolhas que muitos consideram óbvias, como o aborto em caso de gravidez indesejada, a eutanásia em caso de doenças graves, ou a seleção dos embriões para prevenir enfermidades hereditárias. A tentação de pôr de lado a própria fé está sempre presente e a conversão torna-se uma resposta a Deus, que deve ser confirmada muitas vezes na vida.

São exemplo e estímulo as grandes conversões, como a de são Paulo no caminho de Damasco, ou de santo Agostinho, mas também na nossa época de eclipse do sentido do sagrado, a graça de Deus está em ação e realiza maravilhas na vida de muitas pessoas. O Senhor não se cansa de bater à porta do homem em contextos sociais e culturais que parecem absorvidos pela secularização, como aconteceu com o russo ortodoxo Pavel Florensy. Depois de uma educação completamente agnóstica, a ponto de sentir verdadeira hostilidade pelos ensinamentos religiosos recebidos na escola, o cientista Florensy exclamou: «Não, não se pode viver sem Deus!», e muda completamente a sua vida, a ponto de se tornar monge.

Penso também na figura de Etty Hillesum, uma jovem holandesa de origem judaica, que morrerá em Auschwitz. Inicialmente distante de Deus, descobre-o olhando em profundidade dentro de si mesma e escreve: «Dentro de mim existe um poço muito profundo. E naquele poço está Deus. Às vezes consigo alcançá-lo, mas na maioria das vezes está coberto por pedras e areia: então Deus está sepultado. É necessário que eu o volte a desenterrar» (Diário, 97). Na sua vida dispersa e inquieta, ela encontra Deus precisamente no meio da grande tragédia de Novecentos, o Shoah. Esta jovem frágil e insatisfeita, transfigurada pela fé, transforma-se numa mulher cheia de amor e de paz interior, capaz de afirmar: «Vivo constantemente em intimidade com Deus».

A capacidade de se opor às adulações ideológicas do seu tempo, para escolher a busca da verdade e para se abrir à descoberta da fé é testemunhada por outra mulher da nossa época, a estado-unidente Dorothy Day. Na sua autobiografia, confessa abertamente que caiu na tentação de resolver tudo com a política, aderindo à proposta marxista: «Eu queria sair com os manifestantes, ir para a prisão, escrever, influenciar os outros e deixar o meu sonho ao mundo. Quanta ambição e quanta busca de mim mesma havia em tudo isto!». O caminho rumo à fé num ambiente tão secularizado era particularmente difícil, mas a Graça age sempre, como ela mesma sublinha: «Sem dúvida, eu sentia com mais frequência a necessidade de ir à igreja, de me ajoelhar, de inclinar a cabeça em oração. Um instinto cego, poder-se-ia dizer, porque eu

não estava consciente de rezar. Mas eu ía, inseria-me na atmosfera de oração...». Deus levou-a a uma adesão consciente à Igreja, numa vida dedicada aos deserdados.

Na nossa época não são poucas as conversões entendidas como o retorno de quem, depois de uma educação cristã talvez superficial, se afasta da fé durante anos e depois volta a descobrir Cristo e o seu Evangelho. No Livro do Apocalipse lemos: «Eis que estou à porta e bato: se alguém ouvir a minha voz e me abrir a porta, entrarei em sua casa e cearemos, eu com ele e ele comigo» (3, 20). O nosso homem interior deve preparar-se para ser visitado por Deus, e precisamente por isso não deve deixar-se invadir pelas ilusões, pelas aparências e pelas coisas materiais.

Neste Tempo de Quaresma, no Ano da fé, renovemos o nosso compromisso no caminho de conversão, para superar a tendência de nos fecharmos em nós mesmos e para reservar, ao contrário, espaço a Deus, contemplando com os seus olhos a realidade quotidiana. A alternativa entre o fechamento do nosso egoísmo e a abertura ao amor a Deus e ao próximo, poderíamos dizer que corresponde à alternativa das tentações de Jesus: ou seja, alternativa entre poder humano e amor pela Cruz, entre uma redenção vista unicamente no bem-estar material e uma redenção como obra de Deus, na qual reservamos o primado na existência. Converter-se significa não se fechar na busca do próprio sucesso, prestígio e posição, mas fazer com que cada dia, nas pequenas coisas, a verdade, a fé em Deus e o amor se tornem o mais importante.

PAPA BENTO XVI - AUDIÊNCIA GERAL

Praça de São Pedro Quarta-feira, 27 de Fevereiro de 2013

Última Audiência Geral do Papa Bento XVI

Venerados Irmãos no Episcopado e no Presbiterado! Ilustres Autoridades! Amados irmãos e irmãs!

Agradeço-vos por terdes vindo em tão grande número a esta minha última Audiência Geral.

De coração, obrigado! Sinto-me verdadeiramente comovido e vejo a Igreja viva! E acho que devemos dizer obrigado também ao Criador pelo bom tempo que nos dá agora, ainda no Inverno.

Como fez o Apóstolo Paulo no texto bíblico que ouvimos, também eu sinto em meu coração que devo sobretudo agradecer a Deus, que guia e faz crescer a Igreja, que semeia a sua Palavra e assim alimenta a fé no seu Povo. Neste momento, alarga-se o horizonte do meu espírito e abraça toda a Igreja espalhada pelo mundo; e dou graças a Deus pelas «notícias» que pude receber, nestes anos de ministério petrino, acerca da fé no Senhor Jesus Cristo, da caridade que circula realmente no Corpo da Igreja e o faz viver no amor, e da esperança que nos abre e orienta para a vida em plenitude, para a pátria do Céu.

Sinto que tenho a todos comigo na oração, num presente que é o de Deus, onde reúno cada encontro, cada viagem, cada visita pastoral. Reúno tudo e todos na oração, para os confiar ao Senhor, pedindo-Lhe que tenhamos pleno conhecimento da sua vontade, com toda a sabedoria e inteligência espiritual, e possamos comportar-nos de maneira digna d'Ele, do seu amor, dando frutos em toda a boa obra (cf. Col 1, 9-10).

Neste momento, reina em mim uma grande confiança, porque sei, sabemos todos nós, que a Palavra de verdade do Evangelho é a força da Igreja, é a sua vida. O Evangelho purifica e renova, dá frutos por todo o lado onde a comunidade dos fiéis o escuta e acolhe a graça de Deus na verdade e na caridade. Esta é a minha confiança, esta é a minha alegria.

Quando, no dia 19 de Abril de quase oito anos atrás, aceitei assumir o ministério petrino, uma certeza firme se apoderou de mim e sempre me acompanhou: esta certeza de que a Igreja vive da Palavra de Deus. Naquele momento, como já disse várias vezes, as palavras que ressoaram no meu coração foram: Senhor, porque me pedis isto, uma coisa imensa!? Este é um grande peso que me colocais sobre os ombros, mas se Vós mo pedis, à vossa palavra lançarei as redes, seguro de que me guiareis, mesmo com todas as minhas fraquezas. E, oito anos depois, posso dizer que o Senhor me guiou verdadeiramente, permaneceu junto de mim, pude diariamente notar a sua presença. Foi um pedaço de caminho da Igreja que teve momentos de ale-

gria e luz, mas também momentos não fáceis; senti-me como São Pedro com os Apóstolos na barca no lago da Galileia: o Senhor deu-nos muitos dias de sol e brisa suave, dias em que a pesca foi abundante; mas houve também momentos em que as águas estavam agitadas e o vento contrário como, aliás, em toda a história da Igreja e o Senhor parecia dormir. Contudo sempre soube que, naquela barca, está o Senhor; e sempre soube que a barca da Igreja não é minha, não é nossa, mas é d'Ele. E o Senhor não a deixa afundar; é Ele que a conduz, certamente também por meio dos homens que escolheu, porque assim quis. Esta foi e é uma certeza que nada pode ofuscar. E é por isso que, hoje, o meu coração transborda de gratidão a Deus, porque nunca deixou faltar a toda a Igreja e também a mim a sua consolação, a sua luz, o seu amor.

Estamos no Ano da Fé, que desejei precisamente para reforçar a nossa fé em Deus, num contexto que parece colocá-Lo cada vez mais de lado. Queria convidar todos a renovarem a confiança firme no Senhor, a entregarem-se como crianças nos braços de Deus, seguros de que aqueles braços nos sustentam sempre e nos permitem caminhar todos os dias, mesmo no cansaço. Queria que cada um se sentisse amado por aquele Deus que entregou o seu Filho por nós e nos mostrou o seu amor sem limites. Queria que cada um sentisse a alegria de ser cristão. Numa bela oração, que se recita diariamente pela manhã, diz-se: «Eu Vos adoro, meu Deus, e Vos amo com todo o coração. Agradeço-Vos por me terdes criado, feito cristão...». Sim! Estamos contentes pelo dom da fé; é o bem mais precioso, que ninguém nos pode tirar! Agradeçamos ao Senhor por isso mesmo todos os dias, com a oração e com uma vida cristã coerente. Deus nos ama, mas espera que também nós O amemos!

Mas não é só a Deus que quero agradecer neste momento. Um Papa não está sozinho na condução da barca de Pedro, embora recaia sobre ele a primeira responsabilidade. Eu nunca me senti sozinho, ao carregar as alegrias e o peso do ministério petrino; o Senhor colocou junto de mim tantas pessoas que, com generosidade e amor a Deus e à Igreja, me ajudaram e estiveram ao meu lado. E em primeiro lugar vós, amados Irmãos Cardeais: a vossa sabedoria, os vossos conselhos, a vossa amizade foram preciosos para mim; os meus Colaboradores, a começar pelo meu Secretário de Estado que me acompanhou fielmente ao longo destes anos; a Secretaria de Estado e a Cúria Romana inteira, bem como todos aqueles que, nos mais variados sectores, prestam o seu serviço à Santa Sé: são muitos rostos que não sobressaem, permanecem na sombra, mas precisamente no silêncio, na dedicação quotidiana, com espírito de fé e humildade, foram para mim um apoio seguro e fiável. Um pensamento especial para a Igreja de Roma, a minha diocese! Não posso esquecer os Irmãos no Episcopado e no Presbiterado, as pessoas consagradas e todo o Povo de Deus: nas visitas pastorais, nos encontros, nas audi-

ências, nas viagens, sempre senti grande solicitude e profundo afeto; mas também eu amei a todos e cada um sem distinção, com aquela caridade pastoral que é o coração de cada Pastor, sobretudo do Bispo de Roma, do Sucessor do Apóstolo Pedro. Todos os dias tinha presente cada um de vós na oração, com o coração de pai.

Depois, queria que a minha saudação e o meu agradecimento chegassem a todos: o coração de um Papa abraça o mundo inteiro. E queria expressar a minha gratidão ao Corpo Diplomático junto da Santa Sé, tornando presente a grande família das nações. Aqui penso também a todos aqueles que trabalham por uma boa comunicação, e agradeço-lhes o seu serviço importante.

Neste momento, queria agradecer verdadeiramente do coração também às inúmeras pessoas, de todo o mundo, que nas últimas semanas me enviaram comoventes sinais de atenção, amizade e oração. Sim! O Papa nunca está sozinho, pude experimentá-lo agora mais uma vez e duma maneira tão grande que toca o coração. O Papa pertence a todos, e muitíssimas pessoas se sentem estreitamente unidas a ele. É verdade que recebo cartas dos grandes do mundo dos Chefes de Estado, dos líderes religiosos, dos representantes do mundo da cultura, etc., mas recebo também muitíssimas cartas de pessoas simples que me escrevem simplesmente com o seu coração e me fazem sentir o seu afeto, que brota do fato de estarmos unidos com Jesus Cristo, na Igreja. Estas pessoas não me escrevem como se faz, por exemplo, a um príncipe ou a um grande que não se conhece; mas escrevem-me como irmãos e irmãs ou como filhos e filhas, com o sentido de um vínculo familiar muito afetuoso. Aqui pode-se tocar com a mão o que é a Igreja: não uma organização, uma associação para fins religiosos ou humanitários, mas um corpo vivo, uma comunhão de irmãos e irmãs no Corpo de Jesus Cristo, que nos une a todos. Poder experimentar a Igreja deste modo e quase tocar com as mãos a força da sua verdade e do seu amor é motivo de alegria, num tempo em que muitos falam do seu declínio. Mas vejamos como a Igreja está viva hoje!

Nestes últimos meses, senti que as minhas forças tinham diminuído, e pedi a Deus com insistência, na oração, que me iluminasse com a sua luz para me fazer tomar a decisão mais justa, não para o meu bem, mas para o bem da Igreja. Dei este passo com plena consciência da sua gravidade e também novidade, mas com uma profunda serenidade de espírito. Amar a Igreja significa também ter a coragem de fazer escolhas difíceis, dolorosas, tendo sempre diante dos olhos o bem da Igreja e não a nós mesmos.

Permiti-me, aqui, voltar mais uma vez àquele 19 de Abril de 2005. A gravidade da decisão esteve precisamente no fato de que, daquele momento em diante, me comprometera sempre e para sempre com o Senhor. Sempre: quem assume o ministério petrino deixa de ter qualquer vida privada. Pertence sempre e totalmente a todos, a toda a Igreja. A sua vida fica, por assim

dizer, totalmente despojada da dimensão privada. Pude experimentar, e estou a experimentá-lo precisamente agora, que um recebe a vida precisamente quando a dá. Eu disse, antes, que muitas pessoas que amam o Senhor, amam também o Sucessor de São Pedro e estão-lhe afeiçoadas; que o Papa tem verdadeiramente irmãos e irmãs, filhos e filhas em todo o mundo, e que se sente seguro no abraço da vossa comunhão; é assim, porque deixou de se pertencer a si mesmo, pertence a todos e todos pertencem a ele.

Mas o «sempre» é também um «para sempre»: não haverá mais um regresso à vida privada. E a minha decisão de renunciar ao exercício ativo do ministério não revoga isto; não volto à vida privada, a uma vida de viagens, encontros, recepções, conferências, etc. Não abandono a cruz, mas permaneço de forma nova junto do Senhor Crucificado. Deixo de trazer a potestade do ofício em prol do governo da Igreja, mas no serviço da oração permaneço, por assim dizer, no recinto de São Pedro. Nisto, ser-me-á de grande exemplo São Bento, cujo nome adoptei como Papa. Ele mostrou-nos o caminho para uma vida, que, ativa ou passiva, está votada totalmente à obra de Deus.

Agradeço a todos e cada um ainda pelo respeito e compreensão com que acolhestes esta decisão tão importante. Continuarei a acompanhar o caminho da Igreja, através da oração e da reflexão, com aquela dedicação ao Senhor e à sua Esposa que procurei diariamente viver até agora, e quero viver sempre. Peço que me recordeis diante de Deus, e sobretudo que rezeis pelos Cardeais, chamados a uma tarefa tão relevante, e pelo novo Sucessor do Apóstolo Pedro. Que o Senhor o acompanhe com a luz e a força do seu Espírito!

Invocamos a materna intercessão da Virgem Maria, Mãe de Deus e da Igreja, pedindo-Lhe que acompanhe cada um de nós e toda a comunidade eclesial; a Ela nos entregamos, com profunda confiança.

Queridos amigos! Deus guia a sua Igreja; sempre a sustenta mesmo e sobretudo nos momentos difíceis. Nunca percamos esta visão de fé, que é a única visão verdadeira do caminho da Igreja e do mundo. No nosso coração, no coração de cada um de vós, habite sempre a jubilosa certeza de que o Senhor está ao nosso lado, não nos abandona, está perto de nós e nos envolve com o seu amor. Obrigado!